



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2387

Sexta-feira - 17 de Novembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Erval Velho .....	320	Mafra .....	549
Água Doce .....	7	Faxinal dos Guedes .....	321	Major Vieira .....	552
Alto Bela Vista .....	16	Flor do Sertão .....	322	Maracajá .....	553
Anchieta .....	20	Formosa do Sul .....	323	Maravilha .....	558
Angelina .....	22	Forquilha .....	324	Marema .....	562
Antônio Carlos .....	23	Fraiburgo .....	334	Massaranduba .....	565
Apiuna .....	26	Frei Rogério .....	344	Matos Costa .....	567
Arabutã .....	34	Galvão .....	345	Meleiro .....	590
Arroio Trinta .....	63	Garopaba .....	346	Modelo .....	591
Ascurra .....	68	Garuva .....	349	Mondaí .....	592
Atalanta .....	69	Gaspar .....	351	Monte Carlo .....	594
Aurora .....	72	Governador Celso Ramos .....	354	Morro da Fumaca .....	595
Balneário Piçarras .....	73	Grão Pará .....	363	Navegantes .....	605
Balneário Rincão .....	74	Gravatal .....	364	Nova Itaberaba .....	637
Bandeirante .....	76	Guaraciaba .....	366	Nova Trento .....	665
Barra Bonita .....	78	Guaramirim .....	369	Nova Veneza .....	674
Barra Velha .....	81	Guarujá do Sul .....	390	Novo Horizonte .....	675
Benedito Novo .....	84	Herval d'Oeste .....	391	Orleans .....	676
Biguaçu .....	86	Ibiam .....	399	Ouro Verde .....	677
Blumenau .....	89	Ibirama .....	403	Paial .....	678
Bom Jesus do Oeste .....	101	Ilhota .....	404	Palhoça .....	680
Bom Retiro .....	111	Imarui .....	406	Palmitos .....	683
Botuvera .....	115	Imbituba .....	408	Papanduva .....	684
Braço do Trombudo .....	116	Indaial .....	418	Paraíso .....	685
Brunópolis .....	152	Iomerê .....	422	Passos Maia .....	692
Brusque .....	154	Iporã do Oeste .....	423	Paulo Lopes .....	693
Caçador .....	158	Ipumirim .....	424	Penha .....	695
Caibi .....	162	Irani .....	425	Peritiba .....	697
Camboriú .....	164	Irineópolis .....	427	Pescaria Brava .....	699
Campo Alegre .....	165	Itaiópolis .....	430	Petrolândia .....	700
Campo Erê .....	169	Itapema .....	431	Pinheiro Preto .....	701
Campos Novos .....	174	Itapiranga .....	433	Piratuba .....	715
Canelinha .....	215	Itapoá .....	442	Planalto Alegre .....	718
Canoinhas .....	216	Ituporanga .....	443	Pomerode .....	721
Capão Alto .....	222	Jaborá .....	444	Ponte Alta do Norte .....	726
Capinzal .....	237	Jaraguá do Sul .....	447	Ponte Serrada .....	727
Catanduvas .....	238	Joaçaba .....	468	Porto Belo .....	729
Caxambu do Sul .....	267	José Boiteux .....	472	Porto União .....	732
Chapécó .....	268	Lacerdópolis .....	477	Praia Grande .....	748
Cocal do Sul .....	281	Lages .....	484	Presidente Nereu .....	749
Concórdia .....	282	Laguna .....	491	Princesa .....	751
Cordilheira Alta .....	283	Lajeado Grande .....	495	Rio do Campo .....	752
Coronel Martins .....	284	Lebon Regis .....	496	Rio dos Cedros .....	800
Corupá .....	288	Leoberto Leal .....	498	Rio do Sul .....	770
Cunha Porã .....	298	Lindóia do Sul .....	513	Romelândia .....	801
Cunhataí .....	299	Lontras .....	537	Salto Veloso .....	803
Curitibanos .....	300	Luis Alves .....	539	Santa Helena .....	804
Dionísio Cerqueira .....	318	Luzerna .....	540	Santa Terezinha do Progresso .....	805
Dona Emma .....	319	Macieira .....	547	São Bento do Sul .....	807

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2387

Sexta-feira - 17 de Novembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

São Carlos .....	812	São Miguel do Oeste.....	864	Trombudo Central.....	965
São Cristóvão do Sul.....	813	Saudades.....	869	Turvo .....	967
São Domingos.....	814	Schroeder .....	870	União do Oeste .....	970
São Francisco do Sul.....	817	Sombrio.....	903	Urubici .....	971
São João Batista.....	818	Tangará .....	931	Urussanga .....	972
São João do Oeste .....	827	Tigrinhos .....	933	Videira.....	973
São João do Sul .....	828	Tijucas .....	935	Vitor Meireles.....	978
São Joaquim .....	829	Timbé do Sul .....	938	Xanxerê.....	979
São José.....	830	Timbó .....	940	Xavantina .....	988
São José do Cedro.....	839	Três Barras .....	943	Xaxim .....	989
São Lourenço do Oeste.....	840	Trze Tílias .....	944	Zortéa .....	990

## Associações

AMERIOS.....	991	FECAM .....	991
AMFRI .....	991	AMEOSC .....	992

## Consórcios

AGIR .....	1032
CIGA .....	1034
CIMCATARINA.....	1035
CIS Nordeste .....	1036
CIS/AMARP .....	1129
CIS/AMFRI.....	1130
CIS/AMMVI.....	1131
CIS/AMOSC.....	1132
CITMAR.....	1132
CIGAMERIOS .....	1133
CISAM-SUL .....	1134
CIS/AMERIOS .....	1161



**Abdon Batista****PREFEITURA****DECRETO 100\_2017**

Publicação Nº 1428892

**DECRETO Nº 000100/17 de 31 de Outubro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 000900/16 de 14 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 23.500,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.07.10.301.0016.2.056-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

22.500,00

03.07.10.301.0016.2.056-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

1.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.07.10.301.0016.2.056-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

7.500,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 31 de Outubro de 2017**

\_\_\_\_\_  
**LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA**  
Prefeito Municipal

DEISE

**DECRETO 101\_2017**

Publicação Nº 1428897

**DECRETO Nº 000101/17 de 31 de Outubro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 000900/16 de 14 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 12.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.08 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

04.08.08.244.0020.2.070-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

12.000,00

**Art. 2º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 31 de Outubro de 2017**

\_\_\_\_\_  
**LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA**  
Prefeito Municipal

DEISE

**DECRETO 103\_2017**

Publicação Nº 1428903

**DECRETO Nº 000103/17 de 6 de Novembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 000900/16 de 14 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 77.500,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**02 - PODER EXECUTIVO****02.04 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

02.04.26.782.0013.2.029-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

**02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

02.02.04.122.0005.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 19.000,00

02.02.04.122.0005.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 8.000,00

**02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

02.01.04.122.0004.2.004-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.000,00

**02.04 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

02.04.26.782.0013.2.031-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.500,00

**02.03 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

02.03.27.813.0011.1.106-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**02 - PODER EXECUTIVO****02.04 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

02.04.26.782.0013.2.029-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

**02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

02.02.04.122.0005.2.005-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 19.000,00

02.02.04.122.0005.2.006-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 8.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Novembro de 2017**

\_\_\_\_\_  
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA  
Prefeito Municipal

DEISE

**DECRETO 104\_2017**

Publicação Nº 1428905

**DECRETO Nº 000104/17 de 6 de Novembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 000900/16 de 14 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 21.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.08 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

04.08.08.244.0020.2.070-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

04.08.08.244.0017.2.059-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 8.000,00

04.08.08.244.0020.2.070-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 8.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.08 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

04.08.08.244.0017.2.059-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 8.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Novembro de 2017**

\_\_\_\_\_  
LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA  
Prefeito Municipal

DEISE

# Água Doce

## PREFEITURA

**366/2017**

Publicação Nº 1428703

PORTARIA Nº 366/2017 – DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017  
“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias ao servidor LUIZ DA SILVA, inscrito no CPF nº 845.802.679-15, efetivo no cargo de Agente Operacional, no período de 16/11/2017 até 15/12/2017, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de novembro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

**CONTRATO Nº 89/2017**

Publicação Nº 1428770

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 89/2017 DE 14/11/2017

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, brasileiro, casado, portador do CPF n. 032.667.619-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa NIVELTER TERRAPLENAGENS E OBRAS EIRELI estabelecida na Av. Manaus -540, Nova Divineia Pinhalzinho -SC CEP 89.870-000 CNPJ n. 27.871.990/0001-90, neste ato representado por seu Sócio, Senhor OTMAR NIEDERLE, brasileiro, casado, portador do CPF n.220.152.729-68 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para , para pavimentação em paralelepípedos na Rua Luiz Ferronato, centro do município de Água Doce, em decorrência do Processo Licitatório n. 83/2017 na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 7/2017 do tipo menor preço global, em regime de empreitada por preço unitário, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O objeto desta licitação trata-se da realização de despesa pública para pavimentação em paralelepípedos na Rua Luiz Ferronato, centro do município de Água Doce, conforme item abaixo relacionado:

Item n. 01 – Pavimentação em paralelepípedos na Rua Luiz Ferronato, centro do município de Água Doce, conforme projetos técnicos de engenharia.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA**

2.1 – O prazo para o início da execução da obra será a partir da data da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) emitida pelo Município de Água Doce, e o prazo para a conclusão da obra é de acordo com o cronograma físico-financeiro, 04 (quatro) meses contados a partir da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço).

2.2 – Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

2.3 – A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Contrato sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

2.4 – O diário de obra deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

2.5 – A CONTRATADA se obriga a executar os serviços objeto do presente Contrato em perfeita harmonia e concordância com o Projeto de Engenharia aprovado para a obra, bem como de conformidade com o Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 7/2017 e os respectivos anexos, e a Proposta que apresentou e teve aceita neste certame licitatório, documentos estes que ficam fazendo parte integrante e inseparável do presente Contrato, como se aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos.

2.6 – O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Município de Água Doce, sob a supervisão de Engenheiro responsável pela fiscalização, conforme projeto integrante deste contrato.

2.7 – Os serviços serão executados sob a forma de empreitada por preço global, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas as normas técnicas e especificações contidas nos Anexos deste Edital.

**CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E PAGAMENTOS**

3.1 – A Prefeitura Municipal de Água Doce pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços contratados e efetivamente executados, de acordo com os preços correspondentes, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 42.942,00, sendo com custos e despesas R\$ 23.618,10, custo com pessoal de R\$ 8.588,40, e margem de lucro bruto de R\$ 10.735,50 .

3.2 – Cada pagamento corresponderá:

a) medições provisórias, cumulativas e medição final dos serviços, procedidas de acordo com as instruções para os serviços de

medição de obras vigentes;

b) as medições serão feitas a cada 30 (trinta) dias, exceto a inicial e a final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias;

3.3 – Para efeito da medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização desta Municipalidade.

3.4 – As medições serão elaboradas pelo Setor de Engenharia desta Municipalidade, por solicitação através de ofício da Contratada com pelo menos três dias úteis de antecedência ao vencimento da parcela, que se dará em conformidade com os procedimentos a seguir descritos:

a) A medição será na totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos, correspondentes a uma medição.

b) Após o recebimento do ofício solicitando a liberação da parcela, o Técnico Responsável desta Municipalidade procederá a vistoria na obra verificando a execução dos serviços previstos e executados. O fiscal encaminhará a solicitação de pagamento em formulário próprio, devidamente preenchido acompanhado da respectiva fatura da parcela, sendo encaminhada para emissão do "de acordo" da fiscalização desta Municipalidade.

c) Caso a fiscalização venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito, à Contratada, que deverá apresentar nova medição corrigida, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.

d) O Município se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade de serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade. Em outras palavras: se eventualmente a proponente vencedora não cumprir com as metas de realização da obra – conforme previsão dos anexos integrantes do presente edital, o Município realizará o pagamento proporcional, relativamente à quantidade prestada.

e) A quantidade/mês de serviços prestadas, será igual à totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos; ressalvando-se que a obra deverá ser prestada, dentro do prazo de 04 (quatro) meses.

f) A aprovação da medição se dará com o certificado do fiscal da obra no verso da fatura devidamente assinado e datado.

g) O encaminhamento de documentação referente à obra, será de acordo com 8.11.19, deste Contrato.

h) O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, de acordo com o cronograma físico-financeiro, constante no Anexo IV, do edital, mediante apresentação das medições correspondentes e a respectiva nota fiscal. Os pagamentos somente serão liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora proponente vencedor, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências; mediante apresentação da nota fiscal, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente. No ato do pagamento a contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas a matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, bem como a CND (Certidão Negativa de Débito) da obra, sob pena de retenção e regularização de parte da contratante, com respectivo desconto nos pagamentos. A Contratada deverá apresentar ainda, declaração com firma reconhecida, que nenhuma pessoa trabalhou na obra no período, sem que estivesse contratada de acordo com a Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor no Brasil. Nos aspectos previdenciários será observado o que dispõe a legislação vigente. Junto com a última fatura da obra, a empresa deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula da obra. Caso o vencimento do prazo de liquidação da

fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...)."

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1 – Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos próprios do Município.

#### 5.2 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.3 – As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão por conta dos recursos orçamentários:

17 – SECRETARIA DE URBANSIMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

1.017 – Pavimentação, abertura e conservação de vias públicas

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/128 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante:

§ Advertência;

§ Multa de 10% sobre o valor da proposta;

§ Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;

§ Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,  
§ Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

8.2 – A CONTRATADA não poderá sub empreitar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto permitido fazê-lo parcialmente em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia desta Municipalidade. Na eventualidade de sub contratação, a contratada responderá diretamente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e contratuais perante o Município de Água Doce, independente da origem ou da razão das responsabilidades. Na sub contratação, a contratada deverá exigir e apresentar ao Município todas as condições inerentes à habilitação no certame que deu origem a este contrato, como se a sub empreiteira interessada nele fosse.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

8.4 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.5 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

8.5.1 – Manter em local visível ao público, placa de identificação da obra.

8.6 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.7 – A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

8.8 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

8.9 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.10 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.11 – São também obrigações da empresa CONTRATADA, visando

à execução dos serviços objeto deste edital:

8.11.1- Executar os serviços, sob o regime de empreitada por preço global, obedecendo fielmente aos projetos, memoriais descritivos, planilhas e especificações, Anexos do edital, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se transcritos fossem.

8.11.2 – Na execução dos serviços a contratada deverá observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas normas técnicas elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT.

8.11.3 – Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão de obra, despesas de mobilização, desmobilização, instalação do canteiro de obras, transportes, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

8.11.4 – Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.11.5 – Remover após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

8.11.6 – A Contratada se obriga a fornecer as “ARTs” complementares.

8.11.7 – Manter Diário de Obra em local de fácil acesso da fiscalização da contratante.

8.11.8 – Designar em caráter permanente um engenheiro para dirigir a execução dos serviços.

8.11.9 – Manter no canteiro de obras, cópias dos seguintes documentos, dentre outros, conforme o caso: Projetos completos, com detalhes construtivos, especificações, memoriais descritivos e caderno de encargos, instruções e normas da Administração sobre obras públicas, planilha orçamentária do contrato e de medição, cronogramas, licenças e Alvarás, Ordem de Serviço, Diário de Obras, ARTs, manifestações por escrito de ocorrências, aos superiores e à contratada e medições realizadas.

8.11.10 – Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo.

8.11.11 – Atender às determinações que lhe forem feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente contrato e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.11.12 – Entregar, após a conclusão da obra, e antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, o “as built”- Como Construído, isto é, uma via completa do projeto, com as alterações que se fizerem necessárias durante o decorrer da obra ou serviço, inclusive aquelas relativas a locação, no caso de haver alterações.

8.11.13 – Responder pela solidez e segurança de toda construção (obra), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil (“... o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo).

8.11.15 – Responsabilidade Civil e Criminal: Responsabilizar-se civil e criminalmente sobre fatos e atos cometidos por seus funcionários, bem como aqueles que ocorrerem aos mesmos na execução

da obra no período contratual, isentando o município de qualquer responsabilidade, seja ela solidária ou subsidiária.

8.11.16 – A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços, dos materiais e ambiental é integral da CONTRATADA, bem como as responsabilidades sobre as obrigações especificadas no Contrato.

8.11.17 – A CONTRATADA fica ciente de que a Contratante, sob a Supervisão do Engenheiro Fiscal, se reserva o direito de apresentar alterações ao projeto, podendo acarretar redução ou acréscimo no volume dos serviços, bem como mudanças das soluções de projeto.

8.11.18 – Anteriormente ao início da execução da obra, providenciar o alvará municipal da obra, junto a Secretaria de Administração, e apresentar à Municipalidade, sempre que solicitado.

8.11.19 – Encaminhar Relatório/ Diário de Obras com os registros da execução da obra, ao Setor de Fiscalização de Obras Públicas, na Secretaria de Administração do Município de Água Doce, localizada na Praça João Macagnan, n.322, Centro, Água Doce- SC, a cada 30 (trinta) dias.

8.11.20 – A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Recrutar elementos habilitados e com experiência comprovada fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;

b) Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o Contratante solicitar a substituição daqueles, cuja conduta seja julgada inconveniente;

c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

d) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade do Município de Água Doce por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município de Água Doce;

e) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

f) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

g) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

#### CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 – Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços pela Secretaria de Obras.

9.2 – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

9.3 – Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no

contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

10.2 – Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

10.3 – Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito à esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

11.1 – A fiscalização da obra será efetuada por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos, o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

11.2 – A fiscalização se efetivará no local da obra.

11.3 – A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

11.4 – O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

11.5 – Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

11.6 – A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

11.7 – Decorridos 30 (trinta) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra, incluindo-se a CND do INSS referente à obra objeto deste edital, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

11.7.1 – Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

11.8 – Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 7/2017, Processo Licitatório n. 83/2017, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

13.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 – O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

14.3 – E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Água Doce, 14 de novembro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI	OTMAR NIEDERLE
Prefeito Municipal	NIVELTER Terraplenagens e Obras Eireli
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
Maria Helena Lucietti  
OAB/SC 38261

#### DECRETO Nº 152/2017

Publicação Nº 1429182

DECRETO Nº 152/2017 - DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017  
"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada totalmente a seguinte dotação orçamentária constante no orçamento vigente:

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL  
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

26.782.0019.1.019 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES BUEIROS E PONTILHÕES

4.4.90.00.00.0679/100 Aplicações Diretas ..... R\$ 18.000,00  
TOTAL ..... R\$ 18.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL  
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES  
26.782.0019.1.019 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES BUEIROS E PONTILHÕES  
3.3.90.00.00.0679/99 Aplicações Diretas ..... R\$ 18.000,00  
TOTAL ..... R\$ 18.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de novembro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 153/2017

Publicação Nº 1429184

DECRETO Nº 153/2017 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017  
"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.534, de 14 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC  
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC  
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE SC  
01.031.0001.2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/MA-  
NUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO  
3.3.90.00.0.1.0000.0/4 - Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00  
TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC  
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC  
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE SC  
01.031.0001.2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/MA-  
NUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO  
4.4.90.00.0.10000.0/5 - Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00  
3.190.00.0.10000.0/1 - Aplicações Diretas ..... R\$ 45.000,00  
TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de novembro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 154/2017**

Publicação Nº 1429185

DECRETO Nº 154/2017 – DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017  
 “ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL PARA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.535, de 14 de novembro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar especial no valor R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para o Câmara Municipal de Vereadores.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para repasse a Câmara Municipal.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa a seguir especificado, com a seguinte classificação orçamentária:

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC  
 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC  
 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE SC  
 01.031.0001.2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/MA-  
 NUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO  
 3.3.90.00.0.1.0000.0/4 - Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Recursos Ordinários (Próprios) da Prefeitura Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de novembro de 2017.  
 ANTONIO JOSE BISSANI  
 Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 155/2017**

Publicação Nº 1429190

DECRETO Nº 155/2017 – DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017  
 “ANULA PARCIALMENTE OU TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.536, de 14 de novembro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam anuladas parcialmente ou totalmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

02 GABINETE DO PREFEITO  
 01 GABINETE DO PREFEITO E VICE  
 04.122.0002.2.003 MANUTENÇÃO DAS ASSESSORIAS E CONTADORIA  
 3.1.90.00.00.0679/04 Aplicações Diretas ..... R\$ 74.905,00

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

3.1.90.00.00.0679/81 Aplicações Diretas ..... R\$ 27.000,00

13 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0024.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO.DE PROMOÇÃO SOCIAL

3.1.90.00.00.0679/112 Aplicações Diretas ..... R\$ 138.100,00

TOTAL ..... R\$ 240.005,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0002.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3.1.90.00.00.0679/01 Aplicações Diretas ..... R\$ 88.100,00

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0003.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM.FAZENDA E DEPTOS.

3.1.90.00.00.0679/10 Aplicações Diretas ..... R\$ 98.050,00

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

03 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.0016.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

3.1.90.00.00.0679/88 Aplicações Diretas ..... R\$ 49.250,00

3.1.91.00.00.0679/89 Aplicações Diretas- Oper.Intra-Orçamentárias. R\$ 605,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL

01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

3.1.90.00.00.0679/101 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.500,00

16 DEFESA CIVIL

01 DEFESA CIVIL

06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL

3.1.90.00.00.0679/120 Aplicações Diretas ..... R\$ 1.500,00

TOTAL ..... R\$ 240.005,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de novembro de 2017.  
 ANTONIO JOSÉ BISSANI  
 Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 156/2017**

Publicação Nº 1429192

DECRETO Nº 156/2017- DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017  
 “ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.537, de 14 de novembro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 354.071,00 (trezentos e cinquenta e

quatro mil e setenta e um reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação recursos do FUNDEB.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.1.90.00.00.0092/59 e 3.1.90.00.00.0092/75 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.021 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB

3.1.90.00.00.0092/59 Aplicações Diretas ..... R\$ 270.166,00

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.0092/75 Aplicações Diretas ..... R\$ 83.905,00

TOTAL ..... R\$ 354,071,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica Transf. Multigovernamentais – Recursos FUNDEB.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de novembro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 157/2017

Publicação Nº 1429193

DECRETO Nº 157/2017 – DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.538, de 14 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 175.500,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais)

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Esporte e Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0679/48 3.3.90.00.00.0679/50, 3.3.90.00.00.0679/183 e 3.3.90.00.00.0679/104 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.306.0010.2.019 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

3.3.90.00.00.0679/48 Aplicações Diretas ..... R\$ 4.000,00

12.306.0013.2.016 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.0679/50 Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.0679/183 Aplicações Diretas ..... R\$ 18.500,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL

01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE

26.782.0019.2.050 MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL

3.3.90.00.00.0679/104 Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

TOTAL .....R\$ 175.500,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de novembro de 2017  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.534/2017

Publicação Nº 1429169

LEI Nº 2.534/2017 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE SC

01.031.0001.2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO

3.3.90.00.0.1.0000.0/4 - Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE SC

01.031.0001.2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO

4.4.90.00.0.10000.0/5 - Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

3.190.00.0.10000.0/1 - Aplicações Diretas ..... R\$ 45.000,00

TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de novembro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.535/2017**

Publicação Nº 1429172

LEI Nº 2.535/2017 – DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL PARA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar especial no valor R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para o Câmara Municipal de Vereadores.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para repasse a Câmara Municipal.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa a seguir especificado, com a seguinte classificação orçamentária:

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC  
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC  
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE SC  
01.031.0001.2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/ MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO  
3.3.90.00.0.1.0000.0/4 - Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00  
TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Recursos Ordinários (Próprios) da Prefeitura Municipal.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de novembro de 2017.  
ANTONIO JOSE BISSANI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.536/2017**

Publicação Nº 1429173

LEI Nº 2.536/2017 – DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE OU TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente ou totalmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

02 GABINETE DO PREFEITO  
01 GABINETE DO PREFEITO E VICE  
04.122.0002.2.003 MANUTENÇÃO DAS ASSESSORIAS E CONTADORIA  
3.1.90.00.00.0679/04 Aplicações Diretas ..... R\$ 74.905,00

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
02 DEPARTAMENTO DE CULTURA  
13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE

CULTURA

3.1.90.00.00.0679/81 Aplicações Diretas ..... R\$ 27.000,00

13 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL  
08.244.0024.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO.DE PROMOÇÃO SOCIAL  
3.1.90.00.00.0679/112 Aplicações Diretas ..... R\$ 138.100,00  
TOTAL ..... R\$ 240.005,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º desta Lei serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

02 GABINETE DO PREFEITO  
01 GABINETE DO PREFEITO E VICE  
04.122.0002.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO  
3.1.90.00.00.0679/01 Aplicações Diretas ..... R\$ 88.100,00

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS  
04.122.0003.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM.FAZENDA E DEPTOS.  
3.1.90.00.00.0679/10 Aplicações Diretas ..... R\$ 98.050,00

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
03 DEPARTAMENTO DE ESPORTES  
27.812.0016.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES  
3.1.90.00.00.0679/88 Aplicações Diretas ..... R\$ 49.250,00  
3.1.91.00.00.0679/89 Aplicações Diretas- Oper.Intra-Orçamentárias.R\$ 605,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL  
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES  
3.1.90.00.00.0679/101 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.500,00

16 DEFESA CIVIL  
01 DEFESA CIVIL  
06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL  
3.1.90.00.00.0679/120 Aplicações Diretas ..... R\$ 1.500,00  
TOTAL ..... R\$ 240.005,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de novembro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.537/2017**

Publicação Nº 1429175

LEI Nº 2.537/2017- DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 354.071,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil e setenta e um reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação recursos do FUNDEB.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.1.90.00.00.0092/59 e 3.1.90.00.00.0092/75 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

**05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE**

**01 DEPARTAMENTO DE ENSINO**

12.361.0010.2.021 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB

3.1.90.00.00.0092/59 Aplicações Diretas ..... R\$ 270.166,00

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.0092/75 Aplicações Diretas ..... R\$ 83.905,00

TOTAL ..... R\$ 354,071,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica Transf. Multigovernamentais – Recursos FUNDEB.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de novembro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.538/2017**

Publicação Nº 1429179

LEI Nº 2.538/2017 – DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 175.500,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais)

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Esporte e Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0679/48 3.3.90.00.00.0679/50, 3.3.90.00.00.0679/183 e 3.3.90.00.00.00679/104 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

**05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE**

**01 DEPARTAMENTO DE ENSINO**

12.306.0010.2.019 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

3.3.90.00.00.0679/48 Aplicações Diretas ..... R\$ 4.000,00

12.306.0013.2.016 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.0679/50 Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.00679/183 Aplicações Diretas ..... R\$ 18.500,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL

**01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE**

26.782.0019.2.050 MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL

3.3.90.00.00.0679/104 Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

TOTAL .....R\$ 175.500,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Recursos Próprios.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de novembro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº47/2017**

Publicação Nº 1428771

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 47/2017**

Termo Aditivo Ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia n. 47/2017, para Ampliação do Ginásio de Esportes da Comunidade de Três Pinheiros no município de Água Doce, que entre si celebraram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo seu Prefeito Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, e de outro lado a empresa M.A.J. CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA – ME estabelecida na Rua Domingos Omizollo,86 - Capinzal – SC, CNPJ n. 05.532.526/0001-36, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor , brasileiro, solteiro, portador do CPF n. 682.758.469-00, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Cláusula Aditiva Primeira: Fica aditado o valor do contrato em R\$ 2.902.92 (dois mil novecentos e dois reais e noventa e dois centavos), conforme laudo técnico de engenharia em anexo.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 13 de novembro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Contratante

MAURO ANTONIO JORDÃO

M.A.J. Construções e Reformas LTDA ME

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin

CPF: 005.614.419-95

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

MARIA HELENA LUCIETTI

OAB/SC 38261

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2508, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1428930

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do §1º, do art. 24º da Lei Municipal nº 706, de 31 de outubro de 2016;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 55.737,50 (Cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e sete reais, cinquenta centavos), nas seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.03	Assessoria de Comunicação e Informação
04	ADMINISTRAÇÃO
04.131	Comunicação Social
04.131.0004	Publicações Oficiais e Publicidade Institucional
04.131.0004.2.005	Publicidade Administrativa e Legal
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0348	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.02	Fundo Mun. de Desenv. da Agropec. - FUNDE-AGO
20	AGRICULTURA
20.608	Promoção da Produção Agropecuária
20.608.0011	Mecanização Agrícola
20.608.0011.2.022	Atividades e Serviços de Mecanização Agrícola
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0356	Aplicações Diretas
	R\$ 25.000,00
06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.02	Fundo Mun. De Assistência Social – FMAS
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.241	Assistência ao Idoso
08.241.0020	Vida Melhor aos de Melhor Idade
08.241.0020.2.039	Atenção e Assistência às Pessoas Idosas
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0348	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
09.07	Esporte e Lazer
27	DESPORTO E LAZER
27.813	Lazer
27.813.0052	Lazer de Integração Comunitária
27.813.0052.2.094	Atividades de Integração e Lazer

3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0348	Aplicações Diretas
	R\$ 12.250,00
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.40.00.0.1.0000	Transferências a Municípios
	R\$ 3.487,50

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes da redução da dotação:

09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
09.07	Esporte e Lazer
27	DESPORTO E LAZER
27.812	Desporto Comunitário
27.812.0051	Esportes como ação de Integração e de Formação
27.812.0051.2.093	Subvencionamento à Entidades Esportivas
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000	Transferências a instituições Privadas sem fins Lucrativos
	R\$ 3.487,50

Art. 3º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo Primeiro serão utilizados recursos decorrentes do:

Superávit do exercício de 2016, nos vínculos abaixo:

- a) "0.1.0000" - Recursos Ordinários  
- R\$ 27.250,00 (Vinte e sete mil, Duzentos e cinquenta reais); e,  
b) "0.1.0344" - Rec. Vinculados - Exp. Recursos Naturais  
- R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 03 de Novembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

### DECRETO Nº 2509, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1428925

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do §1º, do art. 24º da Lei Municipal nº 706, de 31 de outubro de 2016;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentárias;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), na seguinte ação orçamentária:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0038	Farmácia Básica
10.301.0038.2.067	Assistência Farmacêutica Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0798	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

Superávit do exercício de 2016, nos vínculos abaixo:

a) "0.1.0338" - Recursos Vinculados à Saúde - SUS/PMAQ  
R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais); e,

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 09 de Novembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2510, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428993

NOMEIA TESOUREIRA E ESTABELECE RESPONSÁVEIS PELAS CONTAS BANCÁRIAS DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO MUNICÍPIO NA AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL e DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, usando das atribuições conferidas pelo Artigo 99, item VIII da Lei Orgânica.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a Senhora JACQUELINE MILENA DE BORBA WEIRICH e para assinar como tesoureira dos Fundos Municipais de Saúde, Assistência Social e Infância e Adolescência do Município.

Art. 2º - Fica estabelecido que todas as contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde CNPJ 10.481.963/0001-08, do Fundo Municipal de Assistência Social CNPJ 13.645.765/0001-20, e do Fundo da Infância e Adolescência CNPJ 26.724.870/0001-05, das agências do Banco do Brasil nº 5355-4 e da Caixa Econômica Federal nºs 0627 e 3886, serão movimentadas pelas pessoas Abaixo Discriminadas:

ADEMAR AMANT – Gerente municipal de Saúde e Assistência Social  
CPF nº 568.212.399-91

CATIA TESSMANN REICHERT – Prefeita Municipal  
CPF: 017.160.299-45

JACQUELINE MILENA DE BORBA WEIRICH - Tesoureira  
CPF Nº 089.201.559-41

MARCIA APARECIDA REINISCH MALTAURO – Auxiliar de Contabilidade  
CPF: 017.501.999-12

Art. 3º - Estas pessoas poderão efetuar isoladamente as seguintes transações:

- SOLICITAR SALDOS, EXTRADOS E COMPROVANTES;
- REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES;
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
- ENDOSSAR CHEQUES;
- SUSTAR/CONTRAORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- CONSULTAR CONTAS/ APLIC. PROGRAMAS REPASSE RECUR;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- EMITIR COMPROVANTES; e
- CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO.

Art. 4º - As operações abaixo relacionadas deverão ser firmadas e/ou autorizadas em conjunto pelas pessoas indicadas no Art. 2º do Presente Decreto:

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO;
- AUTORIZAR COBRANÇA;
- UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES;
- EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENTE
- EFETUAR SAQUES - POUPANÇA;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;
- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;
- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS PARA A MESMA TITULARIDADE;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO AASP;
- ENCERRAR CONSTAS DE DEPÓSITO;
- MOVIMENTAR CONTA CORRENTE POR MEIO FÍSICO OU ELETRÔNICO.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogado o decreto 2384 de 09 de março de 2017 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista (SC), em 13 de novembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas publicações

**PORTARIA Nº 136, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428909

**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, JULIANA VALERIA LERMEN STECKLING, matrículas 54 e 385 ocupante de dois cargos de provimento efetivo de PROFESSOR II – 20 HORAS, no período de 01 (um) dia, a contar de 26 de Outubro de 2017, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Álvaro Petracco CREME-RS 7820, e 14 dias a contar de 31 de outubro de 2017, conforme atestado médico expedido pela Dra. Ligia Maria Engel CRM-SC 2921.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 26 de Outubro de 2017 e no período de 31 de outubro a 13 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 31 de Outubro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

**PORTARIA Nº 138, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428922

**CONCEDER FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.**

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulamentares a Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
749	EDUARDA JÚLIA NICOLLI MIOTTO	15/06/2015	14/06/2016	06/11/2017	20/11/2017
507	CARLOS ALEXANDRE PEGORARO	17/09/2016	16/09/2017	06/11/2017	05/12/2017
735	ANDRE FISCHER	18/05/2016	16/09/2017	06/11/2017	20/11/2017

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 06 de Novembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas publicações

**PORTARIA Nº 137, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428913

**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, ROSELI BOURCKHARDT HOFFMANN, matrícula 340 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA, no período de 05 (Cinco) dias, a contar de 06 de Novembro de 2017, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Carlos Miguel Horta Aruca RMS-SC 4200590.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 06 a 10 de Novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 06 de Novembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

**PORTARIA Nº 139, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428917

**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, JAQUELINE RAQUEL SCHNEIDER IFFERT, matrícula 135 ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE EMFERMAGEM, no período de 03 (Três) dias, a contar de 08 de Novembro de 2017, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Carlos Miguel Horta Aruca RMS-SC 4200590.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 08 a 10 de Novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 08 de Novembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

**PORTARIA Nº 140, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428894

**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, VINICIUS FAZOLO, matrícula 747 ocupante do cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, no período de 15 (Quinze) dias, a contar de 10 de Novembro de 2017, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Joaquim Reichmann RQE-SC 3768.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 10 a 24 de Novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de Novembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

**PORTARIA Nº 142, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428902

**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, JULIANA VALERIA LERMEN STECKLING, matrículas 54 e 385 ocupante de dois cargos de provimento efetivo de PROFESSOR II – 20 HORAS, no período de 30 (Trinta) dias a contar de 14 de Novembro de 2017, conforme atestado médico expedido pela Dra. Ligia Maria Engel CRM-SC 2921.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria ficarão a cargo da Previdência Social (INSS) no período de 14 de Novembro a 13 de Dezembro de 2017

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 14 de Novembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

### CREENCIAMENTO DE EXAMES N. 003/2017 - FMS

Publicação Nº 1428673

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Credenciamento 003/2017. Para: Credenciamento de empresas prestadoras de serviço para realização de exames aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Anchieta/SC. Pagos com recursos do Ministério da Saúde/MAC - Propostas nº 36000125520201700 e 36000125516201700.

Quantidade: Exames de Dosagem de Antígeno Prostático Específico: 1000

Valor Unitário R\$: 16,42

Anchieta, 16 de novembro de 2017.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

NOME DO CREDENCIADO	TERMO CRED. Nº	Nº CONTRATO
LABORATÓRIO DE CITOLOGIA CLINICA DANNEBROCK LTDA – (LABORATÓRIO PREVENT LTDA)	003	033/2017

### DECRETO Nº 160/2017

Publicação Nº 1429463

DECRETO Nº. 160/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA RESULTADO PRELIMINAR DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO DESTINADO AO CUSTEIO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL PARA ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, CURSOS PRÉ VESTIBULAR E ENSINO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC, PARCELA 02/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Municipal nº 2.313 de 02 de maio de 2017;

Considerando as disposições do Edital nº 002/2017 do programa municipal de concessão de auxílio financeiro destinado ao custeio de transporte intermunicipal para estudantes de educação profissional e tecnológica, cursos pré vestibular e ensino superior do Município de Anchieta/SC;

Considerando o parecer da comissão especial do programa municipal de concessão de auxílio financeiro destinado ao custeio de transporte intermunicipal para estudantes de educação profissional e tecnológica, cursos pré vestibular e ensino superior do Município de Anchieta/SC nomeada pelo Decreto Municipal nº 058 de 18 de maio de 2017 acerca das inscrições do referido programa;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada após análise da comissão, o resultado preliminar das inscrições do programa municipal de concessão de auxílio financeiro destinado ao custeio de transporte intermunicipal para estudantes de educação profissional e tecnológica, cursos pré vestibular e ensino superior do Município de Anchieta/SC, parcela

02/2017, conforme segue:

INSCRIÇÃO	ESTUDANTE	DEFERIDO /INDEFERIDO
001/2017	Maiara Heberle	Deferido
002/2017	Bruna Arianne Bulegon	Deferido
003/2017	Gustavo Biondo Boff	Indeferido
004/2017	Tiane Dalmoro	Indeferido
005/2017	Cilto Uliana	Deferido
006/2017	Andrieli Granville	Deferido
007/2017	Jacir Amaral	Deferido
008/2017	Mayara Prevedello	Deferido
009/2017	Isabel Schenkel Lago	Deferido
010/2017	Fabiele Pedretti Delai	Deferido
011/2017	Adriana Maschio Escher	Deferido
012/2017	Daniele Cavagnoli	Deferido
013/2017	Mônica Tailise Graff Nicolli	Deferido
014/2017	Stephanie de Paiva Costa	Deferido
015/2017	Luciane Paula Gavineski Scopel	Indeferido
016/2017	Rodrigo Bonamigo de Oliveira	Indeferido
017/2017	Eduardo Luiz Vidaletti	Deferido
018/2017	Eduarda Michele Mattanna	Deferido
019/2017	Raquel Fernanda Zabott	Deferido
020/2017	Bianca Dal Ri	Deferido
021/2017	Thiago dos Santos Danielli	Deferido
022/2017	Guilherme Sikorski Bisol	Deferido
023/2017	Jackline Appio	Deferido
024/2017	Maicon Júnior Câmara	Deferido
025/2017	Juliana Zangalli	Deferido
026/2017	Ronei Luiz Lago	Deferido
027/2017	Jovani Rossato	Deferido
028/2017	Vandinéia Cordeiro Rodrigues	Deferido
029/2017	Leila Cristina Schena	Deferido
030/2017	Carine da Silva	Deferido
031/2017	Mateus Baptaglin	Indeferido
032/2017	Indaiá Carolina Garlet Signori	Deferido
033/2017	Claudio Santa Catarina	Deferido
034/2017	Maria Vania de Sousa Santa Catarina	Deferido
035/2017	Juares Somavilla	Indeferido
036/2017	Vanessa Slaviero	Deferido
037/2017	Mateus Pedretti Delai	Deferido
038/2017	Henrique Schwaab Prevedello	Indeferido
039/2017	Monica Schaeffer	Deferido
040/2017	Mylene Piovezani	Deferido
041/2017	Gabriel Vinicius Diesel	Indeferido
042/2017	Morgana Baggio	Deferido
043/2017	Tiago da Silva	Deferido
044/2017	Ricardo Henrique Lancini	Deferido
045/2017	Dangely Pereira Soares	Deferido
046/2017	Daiane Caroline Buratti	Deferido
047/2017	Rafael Wanzing Lima	Deferido
048/2017	Jeferson Amaral	Deferido
049/2017	Edson Maicon Damo	Indeferido
050/2017	Ana Paula de Moura	Indeferido
051/2017	Douglas Luiz Vidori	Indeferido
052/2017	Rafael Vinicius Pansera Lago	Deferido
053/2017	Admas Lemos Dalmolin	Indeferido
054/2017	Monique da Rosa Schena	Deferido

055/2017	Caroline da Costa	Deferido
056/2017	Raquel Teresinha Perin	Indeferido
057/2017	Roselei Aparecida Ronsoni Wille	Indeferido
058/2017	Gilmar Bonavigo	Indeferido
059/2017	Anderson Fernando Provin Godinho	Deferido
060/2017	Amanda Tremarin Ignácio	Deferido
061/2017	Louise Roberta Tremarin Livinalli	Deferido
062/2017	Lucimara Davi Stocco	Deferido
063/2017	Rafaela Somera Zago	Deferido
064/2017	Andrieli Uliana	Deferido

Art. 2º O prazo para recursos da relação preliminar pode ser interposto até o dia 22/11/2017 às 17h30min mediante documento devidamente fundamentado protocolado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º A relação oficial dos beneficiados será publicada na página eletrônica do Município de Anchieta no dia 24/11/2017 após às 17h.

Art. 4º As denúncias de irregularidade deverão ser efetuadas a qualquer tempo por escrito devidamente protocoladas diretamente na Secretaria Municipal de Educação e serão julgadas pela Comissão de Avaliação

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 16 de novembro de 2017.  
IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin  
Secretária de Administração e Gestão

## LEI Nº 2310/2017

Publicação Nº 1429460

LEI Nº. 2.310/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 103.600,00 (CENTO E TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, Orçamento Geral do Município de Anchieta- (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 103.600,00 (cento e três mil e seiscentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução do Projeto/Atividade nº. 18.542.0455.2.049 – ADM. GERAL BENS E SERV. SISTEMA DE ESGOTO, PRES.E CONSERV. AMBIENTAL, incluindo-se para tal dotação Orçamentaria na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, objetivando atender a Convenio

FUNASA Nº. 0492/2013, com a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, destinada ao desenvolvimento de ações de educação em saúde ambiental.

#### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 103.600,00 (cento e três mil e seiscentos reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado, a saber:

#### 13 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

##### 01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

18.542.0455.2.049 – ADM. GERAL BENS E SERV. SISTEMA DE ESGOTO, PRES.E CONSERV. AMBIENTAL

(...) – 3.3.90.00.00.00.00.00.0801 – Aplicações diretas R\$ 100.000,00

(...) – 3.3.90.00.00.00.00.00.2279 – Aplicações diretas R\$ 3.600,00  
Total ..... R\$ 103.600,00

Art. 3º Para o atendimento parcial a abertura do Crédito autorizado fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do Provável Excesso de Arrecadação sob o código do recursos 0801 (00.01.0801) - FUNASA/EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONVÊNIO 0492/2013, no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) conforme disposto no inciso II do § 1º, e § 3º do art 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

Art. 4º Para o complementação da abertura do Crédito autorizado fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), fonte de recurso 00.03.0279 – SUPERÁVIT FINANCEIRO FEP, relativo o valor de Contrapartida do Convenio FUNASA Nº. 0492/2013, com a Fundação Nacional de Saúde, destinada ao desenvolvimento de ações de educação em saúde ambiental.

#### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o Plano Plurianual Lei nº. 2.278, de 27 de outubro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 103.600,00 (cento e três mil e seiscentos reais), objetivando atender a Convênio FUNASA Nº. 0492/2013, com a Fundação Nacional de Saúde, destinada ao desenvolvimento de ações de educação em saúde ambiental.

#### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279, de 27 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao crédito e redução transcritos no presente ato.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 10 de abril de 2017.  
IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.  
Em 10 de abril de 2017.

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

# Angelina

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 039/2017

Publicação N° 1428591

MUNICÍPIO DE ANGELINA/SC - PROCESSO LICITATÓRIO N° 039/2017 – MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS. TIPO: MENOR PREÇO GLO-BAL - O Município de Angelina torna público que as 09:00 horas do dia 05 de dezembro de 2017, estará recebendo propostas para contratação de mão-de-obra, com fornecimento de materiais para ampliação do Centro Municipal de Educação Infantil no distrito de Barra Clara, neste Município. A íntegra do Edital encontra-se à disposição na Prefeitura Municipal e pelo endereço: [www.angelina.sc.gov.br](http://www.angelina.sc.gov.br). Angelina/SC, em 17 de novembro de 2017. Gilberto Orlando Dorigon – Prefeito Municipal.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LEILÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2017

Publicação Nº 1428814

#### AVISO DE LEILÃO

Processo Licitatório nº 124/2017; Modalidade: Leilão nº 001/2017 (presencial e online/simultâneo); Tipo: Maior Lance; Objeto: Alienação dos bens inservíveis baixados pela Lei Municipal n. 1.553/2017, dentre eles, ônibus, motoniveladora (patrola), sucata ferrosa e sucata eletrônica. Data da Realização do Leilão: Dia 08 de dezembro de 2017 as 10:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações na Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizada na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8608, pelo e-mail juridico@antoniocarlos.sc.gov.br ou com o Leiloeiro Magnun Luiz Serpa, com endereço na Rua Evaristo da Veiga, 101, 1º andar, sala M, Bairro Glória, Joinville/SC, pelos fones (47) 99933-0494 / (47) 3033-0773, ou pela internet no site <https://www.serpaleiloes.com.br> ou ainda por e-mail contato@serpaleiloes.com.br.

Antônio Carlos, 16 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### LEI Nº 1553/2017

Publicação Nº 1429011

LEI Nº 1.553/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR BENS, DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelos poderes conferidos no art. 56, XXVI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alienar bens pertencentes ao Patrimônio Municipal, e consequentemente dar baixa dos mesmos, conforme relação em anexo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 14 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### LEI Nº 1554/2017

Publicação Nº 1429024

LEI Nº 1.554/2017

“CRIA O CARGO DE PROFESSOR DE LÍNGUA ALEMÃ, COM ENQUADRAMENTO NA LEI MUNICIPAL N. 1.356/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com enquadramento no Plano de Carreira e Remuneração dos servidores/profissionais do magistério da Secretaria de Educação do Município de Antônio Carlos (Lei Municipal n. 1.356/2011), o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR DE LINGUÁ ALEMÃ, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§1º – O vencimento inicial mensal para o cargo de que trata o caput do presente artigo será de R\$ 2.562,77 (dois mil quinhentos e cinquenta e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos), acrescido das demais vantagens pecuniárias, bem como vale alimentação.

§ 2º - A investidura para o cargo de que trata o caput desse artigo, será por concurso público de provas ou de provas e títulos, podendo concorrer os candidatos que comprovarem sua conclusão de curso Superior de Licenciatura Plena em Alemão.

Art. 2º Fica autorizada a abertura de 01 (uma) vaga para o cargo descrito no art. 1º.

Art. 3º Ficam estabelecidas as atribuições do cargo de PROFESSOR DE LINGUÁ ALEMÃ como segue:

- Planejar juntamente com o professor regente da turma bilingue português/alemão atividades de acordo com o Currículo Escolar;
- Participar da elaboração do Regimento Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem na Língua Alemã;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Art. 4º Para fins de enquadramento na Lei Municipal n. 1.356/2011, o cargo criado será inserido no Grupo Ocupacional: Docente, com a Descrição Sumária: Realizar o exercício da docência, em classes

de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento de 2017.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Art. 7º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 14 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 1555/2017

Publicação Nº 1429031

LEI Nº 1.555/2017

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR E ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelos poderes conferidos no art. 56, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 608.973,48 ( mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.002.3.1.90.00.00.0.1.00 – Manutenção da Secretaria de Adm. e Finanças  
39 – Aplicações Diretas  
R\$ 99.000,00

2.002.3.1.91.00.00.0.1.00 – Manutenção da Secretaria de Adm. e Finanças  
40 – Aplicações Diretas  
R\$ 15.000,00

04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.006.3.1.90.00.00.0.1.01 – Manutenção do Ensino Infantil  
55 – Aplicações Diretas  
R\$ 210.000,00

2007.3.3.90.00.00.0.1.58 - Manutenção do Transporte Escolar  
69 - Aplicações Diretas  
R\$ 69.100,00

2007.3.1.90.00.00.0.1.01 - Manutenção do Transporte Escolar  
69 - Aplicações Diretas  
R\$ 60.000,00

07.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.022.3.1.90.00.00.0.1.00 – Manutenção Secr Agricultura Meio Ambiente  
113 – Aplicações Diretas  
R\$ 13.800,00

2.022.3.3.90.00.00.0.1.00 – Manutenção Secr Agricultura Meio Ambiente  
115 – Aplicações Diretas  
R\$ 40.000,00

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.027.3.1.90.00.00.0.1.02 – Ações de Saúde da Família

12 – Aplicações Diretas  
R\$ 102.073,48

Art. 2º - A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

02.03 – GABINETE DO PREFEITO

2.001.3.1.90.00.00.0.1.00 – Manutenção do Gabinete do Prefeito  
4 – Aplicações Diretas  
R\$ 15.000,00

04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.005.3.1.90.00.00.0.1.000 – Manutenção do Ensino Fundamental  
46 – Aplicações Diretas  
R\$ 180.000,00

2.005.3.1.91.00.00.0.1.00 – Manutenção do Ensino Fundamental  
49 – Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

1.001.4.4.90.00.00.0.1.58 - Ampliação da rede física do Ensino Fundamental  
08 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

1.001.4.4.90.00.00.0.1.01 - Ampliação da rede física do Ensino Fundamental  
10 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

1.003.4.4.90.00.00.0.1.58 - Aquisição Veículos Transporte Escolar  
14 - Aplicações Diretas  
R\$ 59.100,00

1.003.4.4.90.00.00.0.1.01 - Aquisição Veículos Transporte Escolar  
16 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

06.01 - SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E SERV PUBLICOS  
2.019.3.1.90.00.00.0.1.00 - Manut. de Equip e Serviços Públicos  
103 - Aplicações Diretas  
R\$ 53.800,00

08.01 - SECRETARIA INDUSTRIA, COM, TURISMO E ESPORTE  
2.204.3.1.90.00.00.0.1.00 - Incentivo ao Esporte Amador  
118 - Aplicações Diretas  
R\$ 40.000,00

10.01 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO  
2.025.3.1.90.00.00.0.1.000 – Manutenção da Secretaria de Planejamento  
168 – Aplicações Diretas  
R\$ 59.000,00

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.015.4.4.90.00.00.0.1.02 – Ampliação Manutenção da Estrutura da Saúde  
1 – Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

2.028.3.1.90.00.00.0.1.02 – Ações com Agentes Comunitários de Saúde  
25 – Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

2.028.3.1.91.00.00.0.1.02 – Ações com Agentes Comunitários de Saúde  
27 – Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

2.031.3.1.90.00.00.0.1.12 - Ações de Vigilância Sanitária  
38 - Aplicações Diretas  
R\$ 23.076,41

2.031.3.1.90.00.00.0.1.12 - Ações de Vigilância Sanitária  
40 - Aplicações Diretas  
R\$ 8.997,07

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 14 de novembro de 2017.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 1556/2017

Publicação Nº 1429163

LEI Nº 1.556/2017

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR E ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelos poderes conferidos no art. 56, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art.1º Fica Suplementada na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

2.234 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta  
R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Art.2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

2.234 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Manutenção da Câmara  
R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 14 de novembro de 2017.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## PORTARIA N 526/2017

Publicação Nº 1429016

PORTARIA Nº 526/2017  
Concede Licença Prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PRÊMIO, por 60 dias, a servidora FLAVIA DANUBIA JUNKES PETRY, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 04 de dezembro de 2017, referente ao período aquisitivo de 01/08/2011 a 31/07/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de novembro de 2017.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 17 de novembro de 2017.

## PORTARIA N 527/2017

Publicação Nº 1429019

PORTARIA Nº 527/2017  
Concede Licença Prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PRÊMIO, por 30 dias, a servidora ROSÂNGELA LINO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, a partir de 04 de dezembro de 2017, referente ao período aquisitivo de 01/04/2012 a 31/03/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de novembro de 2017.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 17 de novembro de 2017.

## PORTARIA Nº 528/2017

Publicação Nº 1428722

PORTARIA N.O 528/2017

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso das suas atribuições legais, e, em especial o poder conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica do Município de Antônio Carlos:

RESOLVE:

Art. 1o – DESIGNAR os servidores abaixo identificados para comporem a comissão de avaliação, e/ou, para ratificarem a avaliação apresentada por Leiloeiro Público Oficial, dos bens inservíveis a este município, autorizados pela Lei Municipal nº. 1.553/2017.

I – Solange Aparecida Schmitz Kremer, Secretária de Administração e finanças, sendo nomeado presidente;  
II – Sérgio Roberto Campos Junior, Procurador Jurídico;  
III – Ana Carla Prim, Controladora Interna;  
IV – Eliane Nunes de Oliveira Foganes, auxiliar administrativo, responsável pelo setor de patrimônio desta Prefeitura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 16 de novembro de 2017.  
Gerald Pauli  
Prefeito Municipal

# Apiuna

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº 04/2017

Publicação Nº 1428696

#### TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2017

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE APIÚNA E A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA – APIÚNA – RODEIO

O MUNICÍPIO DE APIÚNA, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede administrativa à rua Quintino Bocaiuva, 204, neste ato representada pelo Sr. José Gerson Gonçalves, Prefeito, e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA – APIÚNA – RODEIO, inscrita no CNPJ sob nº 04.754.806/0001-26, com sede à BR470 km 90,5 nº 2080, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada por sua Presidente Sra. Simone Cátia Stolf, resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, consoante Lei Municipal Nº 841/2017 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente termo de convênio, decorrente da Lei Municipal Nº 841/2017, tem por objeto a necessidade de transformação de um furgão em ambulância, para atendimento de casos clínicos e traumas em 3 municípios além de usuários da BR470, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

##### I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de convênio;

b) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto do convênio;

##### II - DA ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA – APIÚNA – RODEIO:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de convênio;

c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 27 da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina;

d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, bem como aos locais de execução do objeto;

e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

f) manter atualizado seu cadastro junto ao concedente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de convênio é de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de convênio, recursos no valor de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais), correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária à utilizar	
Código Dotação	Descrição
03	Secretaria de Administração e Finanças
001	Secretaria de Administração e Finanças
2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças
3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

3.3 – A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA – APIÚNA – RODEIO se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Convênio R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA – APIÚNA – RODEIO, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica à conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Convênio, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de convênio ou devolvidos aos cofres públicos na conclusão da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de convênio deverá ser executado fielmente

pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA – APIÚNA – RODEIO, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

#### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Convênio vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/12/2017.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA – APIÚNA – RODEIO devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Convênio.

6.3 – Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Convênio, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A Administração Municipal irá avaliar na decorrência do presente Termo de Convênio, sem prejuízo de outros elementos:

I – as metas estabelecidas;

II - análise do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência

dessas auditorias.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra – Apiúna – Rodeio deverá conter elementos que permitam ao administrador público avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

Paragrafo Único – A Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra – Apiúna – Rodeio prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos ao término da vigência do convênio ou do término da utilização dos recursos transferidos, considerado que o repasse será em parcela única.

8.2 - A Administração pública municipal considerará em sua análise os relatórios da visita técnica in loco realizada durante a execução do convênio elaborados internamente, quando houver:

8.3 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública deverá concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.4 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para o consórcio intermunicipal sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.5 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Paragrafo Único - O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas, não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

8.6 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou anti-econômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.7 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo.

#### CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - O presente convênio poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Convênio com alteração da natureza do objeto.

9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Assessoria Jurídica do município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

10.1 - O presente termo de convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICIDADE

11.1 - A eficácia do presente termo de convênio ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de convênio serão remetidas por correspondência eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - os documentos, resultantes da transmissão via correspondência eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de convênio, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Ascurra.

13.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Apiúna, 09 de Novembro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES  
Prefeito Municipal

SIMONE CÁTIA STOLF  
Presidente da Associação de Serviços Sociais  
Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio

Testemunhas:

Nome: Carlos Alberto Peixer Vinci	Nome: Ademir Piske
CPF: 309.044.399-68	CPF: 560.352.509-63

#### DECRETO Nº 2842

Publicação Nº 1429478

DECRETO Nº 2842/2017

De 09/11/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica criado o vínculo de recurso 30.000 – Recursos Ordinários e suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, no valor R\$ 58.820,95(Cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte Reais e noventa e cinco centavos) da seguinte classificação orçamentária:

06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0782.0602.2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	40.000,00
	Subtotal	40.000,00
0008.0244.0601.2062	Manutenção do Cemitério Municipal	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	

3390000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	5.000,00
	Subtotal	5.000,00
08	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
001	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
0023.0695.0802.2089	Promoção de Realização do Evento Magia de Natal	
3000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	13.820,95
	Subtotal	13.820,95
	TOTAL	58.820,95

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 09 de Novembro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2843

Publicação Nº 1429480

DECRETO Nº 2843/2017

De 10/11/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Orgânica, inciso VI, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/12/2016:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, até o valor de R\$ 19.593,00(Dezenove mil quinhentos e noventa e três Reais) da seguinte dotação orçamentária:

09	Fundo Municipal da Assistência Social	
001	Fundo Municipal da Assistência Social	
0008.0244.0901.2091	Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social	
3000000000000	Despesas Correntes	
3100000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
3190000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	10.000,00
	Subtotal	10.000,00
07	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
001	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
0020.0606.0702.2070	Assistência e Apoio ao Produtor Rural	
4000000000000	Despesas de Capital	
4400000000000	Investimentos	
4490000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	9.593,00
	Subtotal	9.593,00
	TOTAL	19.593,00

Art. 2º - Por conta das anulações constantes no Art. 1º, o Poder Executivo autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, o valor de R\$ 19.593,00(Dezenove mil quinhentos e noventa e três Reais), as seguintes dotações orçamentárias:

09	Fundo Municipal da Assistência Social	
001	Fundo Municipal da Assistência Social	

0008.0244.0901.2091	Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social	
3000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	10.000,00
		10.000,00
07	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
001	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
0020.0606.0702.2070	Assistência e Apoio ao Produtor Rural	
3000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	9.593,00
	Subtotal	9.593,00
	TOTAL	19.593,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de Novembro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

## TERMO DE FOMENTO Nº 04/2017

Publicação Nº 1429154

TERMO DE FOMENTO Nº 004/2017

TERMO DE FOMENTO Nº 04 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE APIÚNA E A ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES SEMPRE VIVA

O MUNICÍPIO DE APIÚNA, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede administrativa à rua Quintino Bocaiuva, 204, neste ato representada pelo Sr. José Gerson Gonçalves, Prefeito, e a ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES SEMPRE VIVA inscrita no CNPJ sob nº 00.547.038/0001-89 com sede à Avenida Florianópolis nº 183, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada por sua Presidente Sra. Auxilia Peters Lange, resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, consoante Lei Municipal Nº 846/2017 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente da Lei Municipal Nº 846/2017, tem por objeto a confecção de produtos para distribuição de pessoas carentes residentes no Município de Apiúna e manutenção das atividades da Associação, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

#### I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

## II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta

desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária à utilizar	
Código Dotação	Descrição
03	Secretaria de Administração e Finanças
001	Secretaria de Administração e Finanças
2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças
333500000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Fomento R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), relativamente à avaliação econômica dos serviços dados a título de contrapartida.

## CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica à conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto

prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou devolvidos aos cofres públicos na conclusão da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.5 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – Quando constarem 02 (duas) parcelas para Prestação de Contas em aberto.

4.6 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da

parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/03/2018, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração/termo de fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

II - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

III - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos antes do término do prazo de vigência da parceria.

8.2 - A prestação de contas final relativa à execução do termo de

fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou anti-econômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos que compõem a prestação de contas.

#### CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Assessoria Jurídica do município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor das parcelas, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**  
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, da Instrução Normativa N.TC – 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida

sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES**

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE**

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via correspondência eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Ascurra.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Apiúna, 16 de Novembro de 2017.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito

Auxilia Peters Lange  
Presidente da Associação Clube de Mães Sempre Viva

**ANEXO I**

**PLANO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IBIRAMA**

Disponível em <http://apiuna.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/94079>

## Arabutã

## PREFEITURA

## CAUC 5 BIMESTRE 2017 ANEXO I

Publicação Nº 1428459

Município de ARABUTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A  
OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b", do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.489.540,00	19.489.540,00	3.037.719,59	15,59	15.783.922,40	80,99
RECEITAS CORRENTES	19.449.540,00	19.449.540,00	3.024.182,73	15,55	15.749.062,62	80,97
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.292.100,00	1.292.100,00	226.617,31	17,54	1.119.968,92	86,68
IMPOSTOS	1.140.800,00	1.140.800,00	212.462,90	18,62	1.007.555,70	88,32
TAXAS	151.300,00	151.300,00	14.154,41	9,36	112.413,22	74,30
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	132.500,00	132.500,00	22.371,07	16,88	123.391,86	93,13
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	8.393,14	104,91
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	124.500,00	124.500,00	22.371,07	17,97	114.998,72	92,37
RECEITA PATRIMONIAL	108.680,00	108.680,00	17.037,14	15,68	97.684,11	89,88
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	108.680,00	108.680,00	17.037,14	15,68	97.684,11	89,88
RECEITA AGROPECUÁRIA	61.000,00	61.000,00	10.966,73	17,98	56.296,69	92,29
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	300,00	300,00	12,54	4,18	257,13	85,71
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	60.700,00	60.700,00	10.954,19	18,05	56.039,56	92,32
RECEITA DE SERVIÇOS	87.100,00	87.100,00	43.424,34	49,86	105.518,73	121,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.629.860,00	17.629.860,00	2.681.031,82	15,21	13.748.157,44	77,98
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.445.660,00	17.445.660,00	2.634.597,98	15,10	13.571.465,01	77,79
TRANSF. DE CONV.	184.200,00	184.200,00	46.433,84	25,21	176.692,43	95,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	138.300,00	138.300,00	22.734,32	16,44	498.044,87	360,12
MULTAS E JUROS DE MORA	45.900,00	45.900,00	8.925,85	19,45	41.673,03	90,79
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.500,00	23.500,00	1.965,76	8,36	381.834,53	1.624,83
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	54.800,00	54.800,00	8.648,09	15,78	57.468,81	104,87
RECEITAS DIVERSAS	14.100,00	14.100,00	3.194,62	22,66	17.068,50	121,05
RECEITAS DE CAPITAL	40.000,00	40.000,00	13.536,86	33,84	34.859,78	87,15
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	40.000,00	40.000,00	601,46	1,50	19.731,03	49,33
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	12.935,40	0,00	15.128,75	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	12.935,40	0,00	15.128,75	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.935,40</b>	<b>0,00</b>	<b>15.128,75</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.489.540,00	19.489.540,00	3.037.719,59	15,59	15.783.922,40	80,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

R\$ 1,00

Continuação 2/3

Município de ARABUTÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A  
OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	19.489.540,00	19.489.540,00	3.037.719,59	15,59	15.783.922,40	80,99	3.705.617,60
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	19.489.540,00	19.489.540,00	3.037.719,59	15,59	15.783.922,40	80,99	3.705.617,60
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					736.909,94		
Superávit Financeiro	—	891.665,75	—	—	736.909,94	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	891.665,75	—	—	736.909,94	—	—
		0,00	—	—	0,00	—	—

  

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.489.540,00	20.833.889,01	2.274.351,84	15.718.748,32	5.115.140,69	3.074.726,11	14.597.129,26	6.236.759,75	14.221.597,47
DESPESAS CORRENTES	18.077.202,00	19.316.545,66	2.196.447,66	15.042.772,28	4.273.773,38	2.941.674,53	14.092.949,37	5.223.596,29	13.724.162,68
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.469.548,84	11.212.388,91	1.578.350,28	8.302.518,45	2.909.870,46	1.600.815,10	8.279.220,37	2.933.168,54	8.145.548,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200,00	200,00	0,00	33,85	166,15	0,00	33,85	166,15	33,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.607.453,16	8.103.956,75	618.097,38	6.740.219,98	1.363.736,77	1.340.859,43	5.813.695,15	2.290.261,60	5.578.580,03
DESPESAS DE CAPITAL	1.410.838,00	1.515.843,35	77.904,18	675.976,04	839.867,31	133.051,58	504.179,89	1.011.663,46	497.434,79
INVESTIMENTOS	1.047.838,00	1.156.343,35	77.904,18	323.800,02	832.543,33	75.487,03	209.610,94	946.732,41	203.542,84
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	363.000,00	359.500,00	0,00	352.176,02	7.323,98	57.564,55	294.568,95	64.931,05	293.891,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	19.489.540,00	20.833.889,01	2.274.351,84	15.718.748,32	5.115.140,69	3.074.726,11	14.597.129,26	6.236.759,75	14.221.597,47

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de ARABUTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A  
OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	19.489.540,00	20.833.889,01	2.274.351,84	15.718.748,32	5.115.140,69	3.074.726,11	14.597.129,26	6.236.759,75	14.221.597,47
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	65.174,08	—	—	1.186.793,14	—	1.562.324,93
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.489.540,00	20.833.889,01	2.274.351,84	15.783.922,40	—	3.074.726,11	15.783.922,40	—	15.783.922,40
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

ARABUTA, 16/11/2017

LEANI KAPP-SCHMITT  
PREFEITA MUNICIPALFELIPE PATZLAFF  
CONTADOR CRC/SC 35710/O-6JAIR FASSBINDER  
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

## CAUC 5 BIMESTRE 2017 ANEXO II

Publicação Nº 1428461

Município de ARABUTÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA  
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS  
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "e")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)			2.274.351,84	15.718.748,32	100,00	3.074.726,11	14.597.129,26	100,00				
Legislativa	19.489.540,00	20.833.889,01	109.172,17	634.766,98	4,04	116.507,42	612.929,10	4,20				
Ação Legislativa	1.005.640,00	1.005.640,00	109.172,17	634.766,98	4,04	116.507,42	612.929,10	4,20				
Administração	1.653.722,16	1.775.521,16	205.370,57	1.530.570,57	9,74	244.950,59	1.415.571,39	9,70				
Administração Geral	1.576.922,16	1.700.421,16	195.171,80	1.471.197,82	9,36	229.223,34	1.356.655,76	9,29				
Controle Interno	76.800,00	75.100,00	10.198,77	59.372,75	0,38	15.727,25	58.915,63	0,40				
Segurança Pública	126.900,00	165.900,00	6.559,58	103.253,09	0,66	62.646,91	99.371,99	0,68				
Policimento	26.400,00	44.400,00	4.323,29	22.487,17	0,14	2.033,31	19.490,37	0,13				
Defesa Civil	100.500,00	121.500,00	2.236,29	80.765,92	0,51	40.734,08	79.881,62	0,55				
Assistência Social	872.360,00	981.233,63	100.707,16	678.883,49	4,32	302.350,14	618.952,24	4,24				
Assistência ao Idoso	75.000,00	70.000,00	13.501,43	37.737,25	0,24	32.262,75	25.930,20	0,18				
Assistência ao Portador de Deficiência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00				
Assistência à Criança e ao Adolescente	336.700,00	336.700,00	19.253,37	276.112,01	1,76	60.587,99	244.558,00	1,68				
Assistência Comunitária	455.660,00	569.533,63	67.952,36	365.034,23	2,32	204.499,40	348.464,04	2,39				
Saúde	4.990.362,00	5.833.699,75	631.792,59	4.112.651,12	26,16	1.721.048,63	3.866.528,37	26,49				
Atenção Básica	4.328.262,00	5.196.169,50	529.571,52	3.595.155,20	22,87	1.601.014,30	3.466.879,15	23,75				
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	490.900,00	466.330,25	85.378,09	430.608,85	2,74	35.721,40	320.018,85	2,19				
Vigilância Sanitária	112.900,00	112.900,00	14.767,98	64.899,24	0,41	48.000,76	62.385,30	0,43				
Vigilância Epidemiológica	58.300,00	58.300,00	2.075,00	21.987,83	0,14	36.312,17	17.245,07	0,12				
Educação	5.689.445,00	5.820.305,47	601.465,71	4.464.740,11	28,40	1.355.565,36	879.798,60	29,20				
Alimentação e Nutrição	307.000,00	327.024,66	40.220,67	248.677,21	1,58	78.347,45	242.036,54	1,66				
Ensino Fundamental	3.536.194,60	3.434.032,86	351.215,23	2.655.461,02	16,89	778.571,84	2.521.290,86	17,27				
Ensino Médio	218.400,00	218.400,00	7.781,02	207.431,28	1,32	10.968,72	184.465,93	1,26				
Ensino Superior	77.000,00	92.798,88	7.891,91	83.110,10	0,53	9.688,78	16.550,64	0,56				
Educação Infantil	1.537.850,40	1.735.049,07	194.356,88	1.260.538,20	8,02	474.510,87	1.224.767,28	8,39				
Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	0,00	2.022,30	0,01	2.977,70	0,00	0,01				
Educação Especial	8.000,00	8.000,00	0,00	7.500,00	0,05	500,00	7.000,00	0,05				
Cultura	390.000,00	130.000,00	8.788,60	97.576,28	0,62	32.423,72	87.423,06	0,60				
Difusão Cultural	390.000,00	130.000,00	8.788,60	97.576,28	0,62	32.423,72	87.423,06	0,60				
Direitos da Cidadania	14.000,00	14.000,00	0,00	14.000,00	0,09	0,00	12.600,00	0,09				
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	14.000,00	14.000,00	0,00	14.000,00	0,09	0,00	12.600,00	0,09				
Urbanismo	573.900,00	865.099,99	81.123,11	538.123,00	3,42	326.976,99	432.722,07	2,96				
Infra-Estrutura Urbana	75.000,00	326.992,69	43.966,58	82.901,68	0,53	244.091,01	8.985,10	0,06				

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ARABUTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA  
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS  
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (e) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)		20.833.889,01	2.274.351,84	15.718.748,32	100,00	3.074.726,11	14.597.129,26	100,00
Urbanismo	19.489.540,00	573.900,00	81.123,11	538.123,00	3,42	76.245,51	432.722,07	2,96
Serviços Urbanos	498.900,00	538.107,30	37.156,53	455.221,32	2,90	69.960,41	423.736,97	2,90
Saneamento	238.000,00	273.000,00	90.942,60	262.126,84	1,67	46.739,64	199.925,84	1,37
Saneamento Básico Rural	50.000,00	65.000,00	6.710,80	64.993,14	0,41	12.500,10	64.337,14	0,44
Saneamento Básico Urbano	188.000,00	208.000,00	84.231,80	197.133,70	1,25	34.239,54	135.588,70	0,93
Gestão Ambiental	99.210,84	52.910,84	689,00	29.864,84	0,19	5.222,09	25.275,90	0,17
Preservação e Conservação Ambiental	41.910,84	32.910,84	689,00	29.864,84	0,19	5.222,09	25.275,90	0,17
Controle Ambiental	37.300,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.269.800,00	1.350.346,00	187.592,35	1.091.537,91	6,94	272.388,04	1.043.947,83	7,15
Extensão Rural	615.800,00	712.800,00	112.334,45	574.036,64	3,65	125.407,71	547.788,46	3,75
Promoção da Produção Agropecuária	654.000,00	637.546,00	75.257,90	517.501,27	3,29	146.980,33	496.159,37	3,40
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	13.000,00	13.000,00	10.000,00	10.000,00	0,06	6.000,00	6.000,00	0,04
Promoção Comercial	13.000,00	13.000,00	10.000,00	10.000,00	0,06	6.000,00	6.000,00	0,04
Transporte	1.703.878,00	1.685.580,17	212.945,88	1.380.095,26	8,78	245.751,88	1.266.585,71	8,68
Transporte Rodoviário	1.703.878,00	1.685.580,17	212.945,88	1.380.095,26	8,78	245.751,88	1.266.585,71	8,68
Desporto e Lazer	284.300,00	299.300,00	24.771,10	216.109,87	1,37	54.185,04	180.554,66	1,24
Desporto Comunitário	284.300,00	299.300,00	24.771,10	216.109,87	1,37	54.185,04	180.554,66	1,24
Encargos Especiais	563.522,00	566.852,00	2.431,42	554.448,96	3,53	89.598,34	466.543,28	3,20
Serviço da Dívida Interna	363.200,00	359.700,00	0,00	352.209,87	2,24	57.564,55	294.602,80	2,02
Outros Encargos Especiais	200.322,00	207.152,00	2.431,42	202.239,09	1,29	32.033,79	171.940,48	1,18

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de ARABUTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA  
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS  
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.489.540,00	20.833.889,01	2.274.351,84	15.718.748,32	100,00	5.115.140,69	3.074.726,11	14.597.129,26	100,00	6.236.759,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
TOTAL (III) = (I + II)	19.489.540,00	20.833.889,01	2.274.351,84	15.718.748,32	100,00	5.115.140,69	3.074.726,11	14.597.129,26	100,00	6.236.759,75

FONTE:

ARABUTA, 16/11/2017

LEANI KAPP SCHMITT, \_\_\_\_\_ JAIR FASSBINDER  
PREFEITA MUNICIPAL CONTADOR CRC/SC 35710/O-6 AGENTE DE CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## CAUC 5 BIMESTRE 2017 ANEXO III

Publicação Nº 1428464

Município de ARABUTIA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017	TOTAL (últ. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.974.701,49	3.005.481,16	1.758.722,81	1.866.926,03	1.701.436,14	1.738.243,36	1.828.746,73	2.015.161,49	2.178.774,86	1.782.121,07	1.741.277,03	1.804.176,81	23.395.768,98
RECEITA TRIBUTÁRIA	53.170,71	111.810,26	74.690,41	41.896,03	84.885,11	111.678,51	93.336,62	103.375,17	287.457,79	97.033,72	112.584,75	114.034,31	1.284.953,39
I.P.T.U.	3.110,71	4.010,26	0,00	0,00	26,80	0,00	0,00	24.741,06	154.695,86	18.532,26	16.827,41	17.448,28	239.392,64
I.R. & F.	30.004,78	72.008,85	45.201,71	19.379,74	55.035,52	40.613,89	36.118,36	37.706,85	38.977,80	38.727,17	39.067,87	46.702,47	499.945,01
I.S.S.	15.857,75	28.369,20	10.338,55	15.748,25	20.685,88	19.699,92	31.252,47	18.806,22	26.758,85	21.090,51	33.894,04	24.619,98	267.121,62
I.T.B.I.	1.426,50	5.554,70	18.187,72	5.191,63	3.989,61	45.631,59	16.281,02	11.737,60	10.548,34	9.387,62	14.195,61	19.707,24	161.639,18
Outras Receitas Tributárias	2.370,97	2.067,25	962,43	1.576,41	5.147,30	5.733,11	9.684,77	9.383,44	56.476,94	9.296,16	8.599,82	5.556,34	116.854,94
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.942,63	10.845,02	11.404,00	12.633,60	10.677,74	12.957,15	11.075,38	12.164,38	10.891,83	19.486,51	10.728,74	11.442,33	145.179,51
RECEITA PATRIMONIAL	36.249,18	51.678,26	22.877,18	21.541,80	13.046,97	8.045,00	-11.302,33	8.354,28	8.570,49	9.513,58	7.322,54	7.305,45	183.202,40
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.234,24	4.378,36	5.608,73	4.208,96	6.479,36	6.407,89	6.407,89	5.313,83	4.558,86	6.344,65	5.807,09	5.159,64	65.909,29
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	13.628,31	5.035,67	7.502,51	704,45	2.969,54	6.360,02	14.190,06	9.668,32	5.786,67	14.912,82	16.269,85	27.154,49	124.182,71
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.851.646,11	2.805.558,91	1.618.688,53	1.724.869,95	1.503.138,75	1.525.911,18	1.605.613,65	1.838.157,00	1.800.361,91	1.575.635,50	1.580.313,07	1.624.397,26	21.074.291,82
Con-Parte do F.P.M.	838.988,98	1.315.878,30	557.723,59	714.986,63	447.982,93	539.743,28	612.245,57	564.316,40	728.619,34	494.289,46	415.036,66	470.355,00	7.700.166,14
Con-Parte do I.C.M.S.	693.167,48	762.884,93	799.428,67	711.330,07	745.981,14	774.082,07	708.218,50	743.843,95	742.830,48	758.194,32	829.889,28	782.863,67	9.052.714,56
Con-Parte do I.P.V.A.	21.434,32	8.866,36	21.111,80	18.860,94	36.611,53	27.331,82	40.594,43	38.957,80	37.055,03	45.291,89	37.338,63	49.092,21	382.546,76
Con-Parte do I.T.R.	51,06	87,89	0,00	36,54	6,30	12,61	19,08	16,44	10,00	46,61	1.172,31	2.033,77	3.492,61
Outras Transferências Correntes	113.126,91	511.219,26	78.964,52	123.731,39	112.064,40	23.116,34	87.247,69	347.684,23	136.819,40	119.389,83	129.203,58	153.439,12	1.936.006,67
Transferências da LC 61/1989	10.567,38	11.242,65	10.064,83	11.065,94	9.818,36	10.500,28	9.852,20	9.905,75	11.127,91	10.457,56	11.122,45	14.037,13	129.762,44
Transferências da LC 87/1996	2.700,66	2.700,66	2.725,93	2.725,93	2.725,93	2.725,93	2.725,93	2.725,93	2.725,93	2.725,93	2.725,93	2.725,93	32.660,62
Transferências do FUNDEB	171.609,32	192.678,86	148.669,19	142.132,51	147.948,16	148.398,85	144.710,25	150.706,50	141.173,82	145.239,90	153.824,23	149.850,43	1.836.942,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.830,31	16.174,68	17.951,45	61.341,24	80.238,67	66.883,61	109.425,47	19.128,51	61.147,31	59.194,29	8.250,99	14.483,33	518.049,86
DEDUÇÕES (II)	313.381,75	364.362,72	278.211,75	291.801,18	249.521,80	270.878,99	274.730,90	271.953,00	245.916,73	262.236,50	259.456,86	264.221,65	3.346.673,83
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	313.381,75	364.362,72	278.211,75	291.801,18	249.521,80	270.878,99	274.730,90	271.953,00	245.916,73	262.236,50	259.456,86	264.221,65	3.346.673,83
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.661.319,74	2.641.118,44	1.480.511,06	1.575.124,85	1.451.914,34	1.467.364,37	1.554.015,83	1.743.208,49	1.932.858,13	1.519.884,57	1.481.820,17	1.539.955,16	20.049.095,15

FONTE:

ARABUTIA, 16/11/2017

LEANI KAPP SCHMITT  
PREFEITA MUNICIPAL

FELIPE PATZLAFF  
CONTADOR CRC/SC 35710/O-6

## CAUC 5 BIMESTRE 2017 ANEXO IV

Publicação Nº 1428467

Município de ARABUTÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A  
OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				RECEITAS REALIZADAS	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>					
Receta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00		0,00	0,00
Civil	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Militar	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00		0,00	0,00
Civil	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Militar	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00		0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00		0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00		0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00		0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00		0,00	0,00
Receta de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00		0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00		0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00		0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>					
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00		0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ARABUTA - SC

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A

## OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
APORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	0,00

Continua 2/3

Município de ARABUTA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A

OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FONTE:  
ARABUTA, 16/11/2017

LEANI KAPP SCHMITT  
PREFEITA MUNICIPAL

FELIPE PATZLAFF  
CONTADOR CRC/SC 35710/O-6

## CAUC 5 BIMESTRE 2017 ANEXO V

Publicação Nº 1428470

Município de ARABUTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)		R\$ 1,00		
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA		SALDO		
		Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)		714.235,08	477.230,68	420.343,13
DEDUÇÕES (II)		1.172.120,85	2.397.158,39	2.353.395,32
Disponibilidade de Caixa		1.171.923,97	2.392.998,68	2.349.983,92
Disponibilidade de Caixa Bruta		1.820.487,16	2.859.592,83	2.725.515,71
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)		648.563,19	466.594,15	375.531,79
Demais Haveres Financeiros		196,88	4.159,71	3.411,40
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)		0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)		0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)		0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)		0,00	0,00	0,00

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2017 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		52.000,00

FONTE:

ARABUTA , 16/11/2017

LEANI KAPP SCHMITT

PREFEITA MUNICIPAL

FELIPE PATZLAFF

CONTADOR CRC/SC 35710/O-6

## CAUC 5 BIMESTRE 2017 ANEXO VI

Publicação Nº 1428471

Município de ARABUTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	19.340.860,00	15.651.378,51	13.781.451,33		
Receita Tributária	1.292.100,00	1.119.968,92	946.118,75		
I.P.T.U.	352.600,00	232.271,67	216.194,32		
I.S.S.	267.800,00	222.894,67	219.235,71		
I.T.B.I.	82.700,00	154.857,98	85.456,70		
I.R.R.F.	437.700,00	397.531,38	320.668,28		
Outras Receitas Tributárias	151.300,00	112.413,22	104.563,74		
Receita de Contribuição	132.500,00	123.391,86	101.079,01		
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00		
Outras Contribuições	132.500,00	123.391,86	101.079,01		
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	108.680,00	97.684,11	97.383,41		
(-) Aplicações Financeiras	108.680,00	97.684,11	97.383,41		
Transferências Correntes	17.629.860,00	13.748.157,44	12.397.933,23		
F.P.M.	6.146.720,00	4.494.796,15	4.093.723,84		
I.P.V.A	311.120,00	281.797,54	266.978,30		
I.C.M.S.	7.231.520,00	6.077.330,61	5.336.551,72		
Convênios	184.200,00	176.692,43	130.764,47		
Outras Transferências Correntes	3.756.300,00	2.717.540,71	2.569.914,90		
Demais Receitas Correntes	286.400,00	659.860,29	336.320,34		
Divida Ativa	54.800,00	57.468,81	28.127,19		
Diversas Receitas Correntes	231.600,00	602.391,48	308.193,15		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	40.000,00	34.859,78	969.991,63		
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	34.386,23		
Amortização de Empréstimos (IV)	40.000,00	19.731,03	16.329,68		
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	162.100,00		
Transferências de Capital	0,00	15.128,75	757.175,72		
Convênios	0,00	15.128,75	657.175,72		
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	100.000,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	15.128,75	757.175,72		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	19.340.860,00	15.666.507,26	14.538.627,05		
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	19.316.545,66	15.042.772,28	14.170.619,71	14.092.949,37	13.253.165,48
Pessoal e Encargos Sociais	11.212.388,91	8.302.518,45	7.760.104,89	8.279.220,37	7.752.723,20
Juros e Encargos da Dívida (IX)	200,00	33,85	66,13	33,85	66,13
Outras Despesas Correntes	8.103.956,75	6.740.219,98	6.410.448,69	5.813.695,15	5.500.376,15
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.316.345,66	15.042.738,43	14.170.553,58	14.092.915,52	13.253.099,35
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.515.843,35	675.976,04	1.634.424,69	504.179,89	1.283.464,45
Investimentos	1.156.343,35	323.800,02	1.322.734,88	209.610,94	1.011.207,64
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(XIII) Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	359.500,00	352.176,02	311.689,81	294.568,95	272.256,81
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.156.343,35	323.800,02	1.322.734,88	209.610,94	1.011.207,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.500,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	20.474.189,01	15.366.538,45	15.493.288,46	14.302.526,46	14.264.306,99
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.133.329,01	299.968,81	-954.661,41	1.363.980,80	274.320,06
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	757.307,95	-	736.909,94	0,00
Superávit Financeiro	-	757.307,95	-	736.909,94	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				214.520,00	

Município de ARABUTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

ARABUTA, 16/11/2017

LEANI KAPP SCHMITT  
PREFEITA MUNICIPAL

FELIPE PATZLAFF  
CONTADOR CRC/SC 35710/O-6

## Publicação Nº 1428472

RRRO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

ARABUTTA, 16/11/2017

LEANI KAPP SCHMITT	FELIPE PATZLAFF
PREFEITA MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 35710/O-6

**CAUC 5 BIMESTRE 2017 ANEXO VIII**

Publicação Nº 1428473

MUNICÍPIO DE ARABUTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A  
OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.167.400,00	1.167.400,00	1.044.287,85	89,45
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	374.300,00	374.300,00	266.678,34	71,25
1.1.1- IPTU	352.600,00	352.600,00	250.611,41	71,08
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	21.700,00	21.700,00	16.066,93	74,04
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	82.700,00	82.700,00	154.857,98	187,25
1.2.1- ITBI	82.700,00	82.700,00	154.857,98	187,25
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	272.700,00	272.700,00	225.220,15	82,59
1.3.1- ISS	267.800,00	267.800,00	222.894,67	83,23
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	4.900,00	4.900,00	2.325,48	47,46
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	437.700,00	437.700,00	397.531,38	90,82
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	17.152.200,00	17.152.200,00	13.632.772,46	79,48
2.1- Cota-Parte FPM	7.552.600,00	7.552.600,00	5.545.298,86	73,42
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.552.600,00	7.552.600,00	5.252.515,00	69,55
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	292.783,86	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.039.400,00	9.039.400,00	7.596.662,15	84,04
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	36.400,00	36.400,00	27.259,30	74,89
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	132.300,00	132.300,00	107.952,41	81,60
2.5- Cota-Parte ITR	2.600,00	2.600,00	3.353,66	128,99
2.6- Cota-Parte IPVA	388.900,00	388.900,00	352.246,08	90,57
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>18.319.600,00</b>	<b>18.319.600,00</b>	<b>14.677.060,31</b>	<b>80,12</b>

**RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	343.700,00	343.700,00	253.480,19	73,75
5.1- Transferências do Salário-Educação	213.100,00	213.100,00	162.770,77	76,38
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	60.400,00	60.400,00	47.016,00	77,84
5.4- Transferências Diretas - PNATE	66.000,00	66.000,00	41.614,01	63,05
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	4.200,00	4.200,00	2.079,41	49,51
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	160.000,00	160.000,00	161.746,26	101,09
6.1- Transferências de Convênios	160.000,00	160.000,00	161.746,26	101,09
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	44.380,00	44.380,00	27.425,64	61,80
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>548.080,00</b>	<b>548.080,00</b>	<b>442.652,09</b>	<b>80,76</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.325.800,00	3.325.800,00	2.668.929,36	80,25
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.405.880,00	1.405.880,00	1.050.502,71	74,72
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.807.880,00	1.807.880,00	1.519.331,54	84,04
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.280,00	7.280,00	5.451,80	74,89
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	26.460,00	26.460,00	22.525,29	85,13
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	520,00	520,00	669,48	128,75
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	77.780,00	77.780,00	70.448,54	90,57
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.152.000,00	2.152.000,00	1.475.910,45	68,58
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.147.500,00	2.147.500,00	1.472.653,84	68,58
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.500,00	4.500,00	3.256,61	72,37
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.178.300,00</b>	<b>-1.178.300,00</b>	<b>-1.196.275,52</b>	<b>101,53</b>

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE ARABUTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.152.000,00	2.152.000,00	1.430.572,85	66,48	1.430.572,85	66,48
13.1- Com Educação Infantil	586.850,40	586.850,40	329.630,13	56,17	329.630,13	56,17
13.2- Com Ensino Fundamental	1.565.149,60	1.565.149,60	1.100.942,72	70,34	1.100.942,72	70,34
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.152.000,00	2.152.000,00	1.430.572,85	66,48	1.430.572,85	66,48
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-	
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%					-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.430.572,85	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					96,93	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					3,07	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.527.150,40	1.723.890,40	1.255.038,20	72,80	1.219.831,28	70,76
22.1- Creche	636.236,80	833.393,80	663.296,74	79,59	645.433,69	77,45
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	190.236,80	190.236,80	122.182,68	64,23	122.182,68	64,23
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	446.000,00	643.157,00	541.114,06	84,13	523.251,01	81,36
22.2- Pré-escola	890.913,60	890.496,60	591.741,46	66,45	574.397,59	64,50
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	396.613,60	396.613,60	207.447,45	52,30	207.447,45	52,30
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	494.300,00	493.883,00	384.294,01	77,81	366.950,14	74,30
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.122.494,60	2.925.754,60	2.197.850,20	75,12	2.142.382,99	73,22
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.565.149,60	1.565.149,60	1.100.942,72	70,34	1.100.942,72	70,34
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.557.345,00	1.360.605,00	1.096.907,48	80,62	1.041.440,27	76,54
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	4.649.645,00	4.649.645,00	3.452.888,40	74,26	3.362.214,27	72,31
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-1.196.275,52	
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)					3.256,61	
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					-	
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)					-	
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)					-1.193.018,91	
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (36))					4.555.233,18	
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%					31,04	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	215.500,00	215.500,00	197.542,80	91,67	163.765,23	75,99
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	288.400,00	383.461,59	329.444,45	85,91	280.545,99	73,16
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	503.900,00	598.961,59	526.987,25	87,98	444.311,22	74,18
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	5.153.545,00	5.248.606,59	3.979.875,65	75,83	3.806.525,49	72,52
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE ARABUTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.472.653,84	0,00
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	162.770,77
48.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.256,61	863,25
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.475.910,45	163.634,02
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.475.910,45	163.634,02

ARABUTA, 16/11/2017

LEANI KAPP SCHMITT

PREFEITA MUNICIPAL

FELIPE PATZLAFF

CONTADOR CRC/SC 35710/O-6

JAIR FASSBINDER

AGENTE DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

## CAUC 5 BIMESTRE 2017 ANEXO XII

Publicação Nº 1428474

Município de ARABUTÁ - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A

OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.167.400,00	1.167.400,00	1.044.287,85	89,45
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	352.600,00	352.600,00	250.611,41	71,08
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	82.700,00	82.700,00	154.857,98	187,25
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	267.800,00	267.800,00	222.894,67	83,23
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	437.700,00	437.700,00	397.531,38	90,82
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.100,00	3.100,00	835,31	26,95
Dívida Atrelada Impostos	14.600,00	14.600,00	14.824,16	101,54
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Atrelada	8.900,00	8.900,00	2.732,94	30,71
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.629.000,00	16.629.000,00	13.339.988,60	80,22
Cota-Parte FPM	7.029.400,00	7.029.400,00	5.252.515,00	74,72
Cota-Parte ITR	2.600,00	2.600,00	3.353,66	128,99
Cota-Parte IPVA	388.900,00	388.900,00	352.246,08	90,57
Cota-Parte ICMS	9.039.400,00	9.039.400,00	7.596.662,15	84,04
Cota-Parte IPI-Exportação	132.300,00	132.300,00	107.952,41	81,60
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	36.400,00	36.400,00	27.259,30	74,89
Desoneração ICMS (LC 87/96)	36.400,00	36.400,00	27.259,30	74,89
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	17.796.400,00	17.796.400,00	14.384.276,45	80,83
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	901.200,00	901.200,00	665.450,66	73,84
Provenientes da União	823.000,00	823.000,00	616.832,79	74,95
Provenientes dos Estados	78.200,00	78.200,00	48.617,87	62,17
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	14.900,00	14.900,00	15.024,70	100,84
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	916.100,00	916.100,00	680.475,36	74,28
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.953.862,00	5.425.562,93	4.015.735,82	74,02
Pessoal e Encargos Sociais	2.892.400,00	3.117.760,06	2.335.069,31	74,90
Outras Despesas Correntes	2.061.462,00	2.307.802,87	1.680.666,51	72,83
DESPESAS DE CAPITAL	36.500,00	408.136,82	96.915,30	23,75
Investimentos	36.500,00	408.136,82	96.915,30	23,75

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A  
OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	36.500,00	408.136,82	96.915,30	23,75	86.071,30	21,09
	36.500,00	408.136,82	96.915,30	23,75	86.071,30	21,09
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.990.362,00	5.833.699,75	4.112.651,12	70,50	3.866.528,37	66,28
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	900.100,00	1.647.527,13	988.530,14	24,04	910.056,33	23,54
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	900.100,00	1.647.527,13	988.530,14	24,04	910.056,33	23,54
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	900.100,00	1.647.527,13	988.530,14	24,04	910.056,33	23,54
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI) = (IV) + (V)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VII) = (IV) + (V) + (VI)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VIII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (IX) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (X) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XI) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XIII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XIV) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XV) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XVI) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XVII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XVIII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XIX) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XX) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXI) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXIII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXIV) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXV) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXVI) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXVII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXVIII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXIX) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXX) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXXI) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXXII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXXIII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXXIV) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXXV) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXXVI) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXXVII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXXVIII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XXXIX) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XL) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XLI) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX) + (XL)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XLII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX) + (XL) + (XLII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XLIII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX) + (XL) + (XLII) + (XLIII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XLIV) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX) + (XL) + (XLII) + (XLIII) + (XLIV)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XLV) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX) + (XL) + (XLII) + (XLIII) + (XLIV) + (XLV)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XLVI) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX) + (XL) + (XLII) + (XLIII) + (XLIV) + (XLV) + (XLVI)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XLVII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX) + (XL) + (XLII) + (XLIII) + (XLIV) + (XLV) + (XLVI) + (XLVII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XLVIII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX) + (XL) + (XLII) + (XLIII) + (XLIV) + (XLV) + (XLVI) + (XLVII) + (XLVIII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (XLIX) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX) + (XL) + (XLII) + (XLIII) + (XLIV) + (XLV) + (XLVI) + (XLVII) + (XLVIII) + (XLIX)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (L) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX) + (XL) + (XLII) + (XLIII) + (XLIV) + (XLV) + (XLVI) + (XLVII) + (XLVIII) + (XLIX) + (L)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (LI) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX) + (XL) + (XLII) + (XLIII) + (XLIV) + (XLV) + (XLVI) + (XLVII) + (XLVIII) + (XLIX) + (L) + (LI)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (LII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX) + (XL) + (XLII) + (XLIII) + (XLIV) + (XLV) + (XLVI) + (XLVII) + (XLVIII) + (XLIX) + (L) + (LI) + (LII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (LIII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX) + (XL) + (XLII) + (XLIII) + (XLIV) + (XLV) + (XLVI) + (XLVII) + (XLVIII) + (XLIX) + (L) + (LI) + (LII) + (LIII)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (LIV) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII) + (XIII) + (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVII) + (XVIII) + (XIX) + (XX) + (XXI) + (XXII) + (XXIII) + (XXIV) + (XXV) + (XXVI) + (XXVII) + (XXVIII) + (XXIX) + (XXX) + (XXXI) + (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV) + (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX) + (XL) + (XLII) + (XLIII) + (XLIV) + (XLV) + (XLVI) + (XLVII) + (XLVIII) + (XLIX) + (L) + (LI) + (LII) + (LIII) + (LIV)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (LIVb) = (IVb) + (Vb) + (VIb) + (VIIb) + (VIIIb) + (IXb) + (Xb) + (XIb) + (XIIb) + (XIIIb) + (XIVb) + (XVb) + (XVIb) + (XVIIb) + (XVIIIb) + (XIXb) + (XXb) + (XXIb) + (XXIIb) + (XXIIIb) + (XXIVb) + (XXVb) + (XXVIb) + (XXVIIb) + (XXVIIIb) + (XXIXb) + (XXXb) + (XXXIb) + (XXXIIb) + (XXXIIIb) + (XXXIVb) + (XXXVb) + (XXXVIb) + (XXXVIIb) + (XXXVIIIb) + (XXXIXb) + (XLb) + (XLIIb) + (XLIIIb) + (XLIVb) + (XLVb) + (XLVIb) + (XLVIIb) + (XLVIIIb) + (XLIXb) + (Lb) + (LIb) + (LIIb) + (LIIIb) + (LIVb) + (LIVb)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (LIVb) = (IVb) + (Vb) + (VIb) + (VIIb) + (VIIIb) + (IXb) + (Xb) + (XIb) + (XIIb) + (XIIIb) + (XIVb) + (XVb) + (XVIb) + (XVIIb) + (XVIIIb) + (XIXb) + (XXb) + (XXIb) + (XXIIb) + (XXIIIb) + (XXIVb) + (XXVb) + (XXVIb) + (XXVIIb) + (XXVIIIb) + (XXIXb) + (XXXb) + (XXXIb) + (XXXIIb) + (XXXIIIb) + (XXXIVb) + (XXXVb) + (XXXVIb) + (XXXVIIb) + (XXXVIIIb) + (XXXIXb) + (XLb) + (XLIIb) + (XLIIIb) + (XLIVb) + (XLVb) + (XLVIb) + (XLVIIb) + (XLVIIIb) + (XLIXb) + (Lb) + (LIb) + (LIIb) + (LIIIb) + (LIVb) + (LIVb)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (LIVb) = (IVb) + (Vb) + (VIb) + (VIIb) + (VIIIb) + (IXb) + (Xb) + (XIb) + (XIIb) + (XIIIb) + (XIVb) + (XVb) + (XVIb) + (XVIIb) + (XVIIIb) + (XIXb) + (XXb) + (XXIb) + (XXIIb) + (XXIIIb) + (XXIVb) + (XXVb) + (XXVIb) + (XXVIIb) + (XXVIIIb) + (XXIXb) + (XXXb) + (XXXIb) + (XXXIIb) + (XXXIIIb) + (XXXIVb) + (XXXVb) + (XXXVIb) + (XXXVIIb) + (XXXVIIIb) + (XXXIXb) + (XLb) + (XLIIb) + (XLIIIb) + (XLIVb) + (XLVb) + (XLVIb) + (XLVIIb) + (XLVIIIb) + (XLIXb) + (Lb) + (LIb) + (LIIb) + (LIIIb) + (LIVb) + (LIVb)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (LIVb) = (IVb) + (Vb) + (VIb) + (VIIb) + (VIIIb) + (IXb) + (Xb) + (XIb) + (XIIb) + (XIIIb) + (XIVb) + (XVb) + (XVIb) + (XVIIb) + (XVIIIb) + (XIXb) + (XXb) + (XXIb) + (XXIIb) + (XXIIIb) + (XXIVb) + (XXVb) + (XXVIb) + (XXVIIb) + (XXVIIIb) + (XXIXb) + (XXXb) + (XXXIb) + (XXXIIb) + (XXXIIIb) + (XXXIVb) + (XXXVb) + (XXXVIb) + (XXXVIIb) + (XXXVIIIb) + (XXXIXb) + (XLb) + (XLIIb) + (XLIIIb) + (XLIVb) + (XLVb) + (XLVIb) + (XLVIIb) + (XLVIIIb) + (XLIXb) + (Lb) + (LIb) + (LIIb) + (LIIIb) + (LIVb) + (LIVb)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (LIVb) = (IVb) + (Vb) + (VIb) + (VIIb) + (VIIIb) + (IXb) + (Xb) + (XIb) + (XIIb) + (XIIIb) + (XIVb) + (XVb) + (XVIb) + (XVIIb) + (XVIIIb) + (XIXb) + (XXb) + (XXIb) + (XXIIb) + (XXIIIb) + (XXIVb) + (XXVb) + (XXVIb) + (XXVIIb) + (XXVIIIb) + (XXIXb) + (XXXb) + (XXXIb) + (XXXIIb) + (XXXIIIb) + (XXXIVb) + (XXXVb) + (XXXVIb) + (XXXVIIb) + (XXXVIIIb) + (XXXIXb) + (XLb) + (XLIIb) + (XLIIIb) + (XLIVb) + (XLVb) + (XLVIb) + (XLVIIb) + (XLVIIIb) + (XLIXb) + (Lb) + (LIb) + (LIIb) + (LIIIb) + (LIVb) + (LIVb)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (LIVb) = (IVb) + (Vb) + (VIb) + (VIIb) + (VIIIb) + (IXb) + (Xb) + (XIb) + (XIIb) + (XIIIb) + (XIVb) + (XVb) + (XVIb) + (XVIIb) + (XVIIIb) + (XIXb) + (XXb) + (XXIb) + (XXIIb) + (XXIIIb) + (XXIVb) + (XXVb) + (XXVIb) + (XXVIIb) + (XXVIIIb) + (XXIXb) + (XXXb) + (XXXIb) + (XXXIIb) + (XXXIIIb) + (XXXIVb) + (XXXVb) + (XXXVIb) + (XXXVIIb) + (XXXVIIIb) + (XXXIXb) + (XLb) + (XLIIb) + (XLIIIb) + (XLIVb) + (XLVb) + (XLVIb) + (XLVIIb) + (XLVIIIb) + (XLIXb) + (Lb) + (LIb) + (LIIb) + (LIIIb) + (LIVb) + (LIVb)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (LIVb) = (IVb) + (Vb) + (VIb) + (VIIb) + (VIIIb) + (IXb) + (Xb) + (XIb) + (XIIb) + (XIIIb) + (XIVb) + (XVb) + (XVIb) + (XVIIb) + (XVIIIb) + (XIXb) + (XXb) + (XXIb) + (XXIIb) + (XXIIIb) + (XXIVb) + (XXVb) + (XXVIb) + (XXVIIb) + (XXVIIIb) + (XXIXb) + (XXXb) + (XXXIb) + (XXXIIb) + (XXXIIIb) + (XXXIVb) + (XXXVb) + (XXXVIb) + (XXXVIIb) + (XXXVIIIb) + (XXXIXb) + (XLb) + (XLIIb) + (XLIIIb) + (XLIVb) + (XLVb) + (XLVIb) + (XLVIIb) + (XLVIIIb) + (XLIXb) + (Lb) + (LIb) + (LIIb) + (LIIIb) + (LIVb) + (LIVb)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (LIVb) = (IVb) + (Vb) + (VIb) + (VIIb) + (VIIIb) + (IXb) + (Xb) + (XIb) + (XIIb) + (XIIIb) + (XIVb) + (XVb) + (XVIb) + (XVIIb) + (XVIIIb) + (XIXb) + (XXb) + (XXIb) + (XXIIb) + (XXIIIb) + (XXIVb) + (XXVb) + (XXVIb) + (XXVIIb) + (XXVIIIb) + (XXIXb) + (XXXb) + (XXXIb) + (XXXIIb) + (XXXIIIb) + (XXXIVb) + (XXXVb) + (XXXVIb) + (XXXVIIb) + (XXXVIIIb) + (XXXIXb) + (XLb) + (XLIIb) + (XLIIIb) + (XLIVb) + (XLVb) + (XLVIb) + (XLVIIb) + (XLVIIIb) + (XLIXb) + (Lb) + (LIb) + (LIIb) + (LIIIb) + (LIVb) + (LIVb)						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (LIVb) = (IVb) + (Vb) + (VIb) + (VIIb) + (VIIIb) + (IXb) + (Xb) + (XIb) + (XIIb) + (XIIIb) + (XIVb) + (XVb) + (XVIb) +						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de ARABUTÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A  
OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00			0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00			0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00			0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMONÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
	-		-		-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
	4.328.262,00	5.196.169,50	3.595.155,20	87,42	3.466.879,15
	490.900,00	466.330,25	430.608,85	10,47	320.018,85
	112.900,00	112.900,00	64.899,24	1,58	62.385,30
	58.300,00	58.300,00	21.987,83	0,53	17.245,07
	4.990.362,00	5.833.699,75	4.112.651,12	100,00	3.866.528,37
					100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i) - (15 \times IIb)/100]$ 

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de ARABUTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A  
OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

ARABUTA	, 16/11/2017	
LEANIKAPP SCHMITT PREFEITA MUNICIPAL	FELIPE PATZLAFF CONTADOR CRC/SC 35710/O-6	JAIR FASSBINDER AGENTE DE CONTROLE IN

CAUC 5 BIMESTRE 2017 ANEXO XIII

Publicação Nº 1428475

Município de ARABUTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

ARABUTA, 16/11/2017  
LEANIKAPP SCHMITT  
PREFEITA MUNICIPAL

FELIPE PATZLAFF  
CONTADOR CRC/SC 35710/O-6

## CAUC 5 BIMESTRE 2017 ANEXO XIV

Publicação Nº 1428476

Município de ARABUTA - SC  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial		19.489.540,00		
Previsão Atualizada		19.489.540,00		
Receitas Realizadas		15.783.922,40		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		736.909,94		
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial		19.489.540,00		
Créditos Adicionais		1.344.349,01		
Dotação Atualizada		20.833.889,01		
Despesas Empenhadas		15.718.748,32		
Despesas Liquidadas		14.597.129,26		
Despesas pagas		14.221.597,47		
Superavit Orçamentário		1.186.793,14		
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Despesas Empenhadas		15.718.748,32		
Despesas Liquidadas		14.597.129,26		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Receita Corrente Líquida		20.049.095,15		
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
<b>Regime Geral de Previdência Social</b>				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores</b>				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>	<b>% em Relação à Meta (b/a)</b>
Resultado Nominal		52.000,00	0,00	0,00
Resultado Primário		214.520,00	1.363.980,80	635,83
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>	<b>Pagamento até o Bimestre</b>	<b>Saldo a Pagar</b>
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	85.543,28	1.207,15	77.938,13	6.398,00
EXECUTIVO	83.243,28	1.207,15	75.638,13	6.398,00
LEGISLATIVO	2.300,00	0,00	2.300,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	648.563,19	26,50	648.536,69	0,00
EXECUTIVO	637.902,88	26,50	637.876,38	0,00
LEGISLATIVO	10.660,31	0,00	10.660,31	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>734.106,47</b>	<b>1.233,65</b>	<b>726.474,82</b>	<b>6.398,00</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>	
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>% Aplicado até o Bimestre</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.555.233,18	25%	31,04
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.430.572,85	60%	96,93

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ARABUTA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito				0,00	
Despesa de Capital Liquida				504.179,89	1.011.663,46
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI= (IV - V)				0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos				2.956.472,04	20,55
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL(%)				0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ARABUTA, 16/11/2017

LEANI KAPP SCHMITT

FELIPE PATZLAFF

PREFEITA MUNICIPAL

CONTADOR CRC/SC 35710/O-6

## Publicação Nº 1429186

## Publicação Nº 1429210

Registra-se e Publica-se  
Em, 13 de Novembro de 2017.

Glaucia Pottratz  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO 2142**

Publicação Nº 1429213

DECRETO Nº 2142, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar adicional por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 4.000,00 no Orçamento do Município de Arabutã.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 873 de 28 de outubro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e 880 de 16 de Dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2017, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS		
Projeto Atividade	1.057	Estruturação do CRAS		
Modalidade	195	449000000000000000010834	Aplicações Diretas	4.000,00
TOTAL				4.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação:

Descrição da Fonte: 0.1.834 – FMAS - SST/FEAS Bás. Investimentos ..... R\$ 4.000,00  
TOTAL .....R\$ 4.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 16 de Novembro de 2017.  
Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

Registra-se e Publica-se  
Em, 16 de Novembro de 2017.

Glaucia Pottratz  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO 2143**

Publicação Nº 1429215

DECRETO Nº 2143, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar adicional por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 50.000,00 no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 873 de 28 de outubro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e 880 de 16 de Dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2017, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde - FMS		
Projeto Atividade	2.078	Serviços Médicos Hospit. Ambul. Especializados e de Diagnóstico		

Modalidade	22	339000000000000000010558	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL				50.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação:

Descrição da Fonte: 0.1.0558 – SUS/União MAC ..... R\$ 50.000,00  
TOTAL .....R\$ 50.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 16 de Novembro de 2017.

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

Registra-se e Publica-se  
Em, 16 de Novembro de 2017.

Glaucia Pottratz  
Responsável Pelas Publicações

## DECRETO 2144

Publicação Nº 1429218

DECRETO Nº 2144, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

DESIGNA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO DE ESCOLHA DE AULAS PARA O ANO LETIVO DE 2018 PARA OS MEMBROS CONCURSADOS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL - EDITAL Nº 05/2017.

LEANI KAPP SCHMITT, PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º - Fica designada Comissão Organizadora do Processo de Escolha de Aulas para o ano letivo de 2018 para os membros concursados do magistério municipal Edital nº 05/2017, conforme Edital, composta pelos seguintes membros:

I – MICHELE MARCIANE WASEM  
II – JOANA CARINE GOLDMEYER  
III – DARLI CRISTIANE DINNEBIER

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã - SC, 16 de Novembro de 2017.

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

Registra-se e Publica-se.

Glaucia Pottratz  
Responsável Pelas Publicações

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº10/2017

Publicação Nº 1428481

Recursos recebidos no período de 01/10/2017 à 31/10/2017

Rúbrica	Descrição	Valor
417213301000000	Pisod Atenção Básica-PAB/Fixo	9.095,67
417213302000000	Estratégia de Saúde da Família-ESF	14.260,00
417213303000000	Estratégia de Saúde da Família-ACS	10.140,00
417213304000000	Trans.-Assistência Farmacêutica	3.978,54
417213307000000	Vigilância Sanitária	880,05
417213309000000	Programa de Saúde Bucal-SB	2.230,00
417213310000000	Transf. Alta e Média Complex-MAC	11.915,16

417213311000000	Prog.MelhoriaAcessoeQualidade-PMAQ	10.700,00
417213312000000	NúcleodeApoioàSaúdedaFamília(NASF)	8.000,00
417213501000000	TransferênciasdoSalário-Educação	17.650,39
417213503010000	PNAE-PNAECePNAEPEducaçãoInfantil	3.053,40
417213503020000	PNAE-PNAEF/EnsinoFundamental	2.738,80
417213503030000	FNDE/PNAE-AEE	84,80
417213504010000	PNATE-EducaçãoInfantil	610,00
417213504020000	PNATE-EnsinoFundamental	4.568,77

Recursosrecebidosnoperíodode01/10/2017à31/10/2017

RúbricaDescriçãoValor

417213504020000PNATE-EnsinoFundamental4.568,77

TotaldosRecursosRecebidosnoPeríodo

99.905,58

MaioresinformaçõesarespeitodovalorliberadoeaintegradosTermossupramencionado,podemserobtidasnaDiretóriadeAdministraçãoeFazenda,-naPrefeituraMunicipaldeArabutã,situadanaAvenidaLauroMuller,210,Centro,oupelotelefone(49)3448-0048.

Arabutã(SC),em13/11/2017

LeaniKappSchmitt

PrefeitedeArabutã

## PORTARIA 353/2017

Publicação N° 1429021

PORTARIA N° 353/2017

DESIGNA O SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei; Considerando a edição da Lei Complementar nº. 109, de 19 de outubro de 2011, Lei Complementar nº134 de 02 de outubro 2013, a Lei Complementar 172 de 23 de outubro 2015 e a LC 201, de 05 de outubro de 2017;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a partir do dia 16 de novembro de 2017, WAGNER ROEGELIN, inscrito no CPF-MF sob nº. 032.813.809-64, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, para atuar na Secretaria de Municipal de Saúde, na função de Motorista de Ambulância.

Art. 2º. No período de designação, o servidor será remunerado segundo os vencimentos do cargo.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 16 de novembro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**RESPOSTA A OFICIO 01**

Publicação Nº 1428284

Ao  
CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CREF3 – SANTA CATARINA.

Em resposta ao ofício 2017/000142.

Chegou a este Município IMPUGNAÇÃO ao Edital 0004/2017 efetuada pelo Conselho Regional de Educação Física – CREF3- que, em seu cerne, pretende ver alterado o teor de cláusula integrante do Edital suso mencionado.

É que, enquanto o Edital estabelece que:

Professor de Educação Física<sup>1</sup>

(1) Graduação/licenciatura em Educação Física e inscrição no conselho competente -CREF.

A pretensão do CREF3 é que possua a seguinte redação:

Professor de Educação Física: Licenciatura em Educação Física: (Resoluções nº 01 e 02/2002/CNE) ou (Resolução nº 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

Como visto, a exigência para o professor habilitado se deu exatamente nos termos da exigência havida e, somente e tão somente para os professores não habilitados – em caso excepcional- é que se fez constar:

4.12. Documentos obrigatórios para inscrição de professor não habilitado (cursando graduação).

4.12.1.Cópia da declaração da fase em que está cursando a graduação, sendo que somente serão validadas as declarações com a 3ª fase concluída.

Estes são, em síntese, os fatos sustentados pelo CREF3.

Contudo, numa breve análise, observa-se que a IMPUGNAÇÃO efetuada não prospera por dois motivos.

1º: Intempestividade da IMPUGNAÇÃO:

Assim estabelece o artigo 12.1 do Edital:

12.1. A impugnação deste Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de dois dias úteis, contados a partir da data de sua publicação, mediante requerimento dirigido a Administração Municipal, cuja decisão será publicada nos sites [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) e [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br).

O Edital em questão foi publicado no Portal de Transparência do Município no dia 13/10/2017 e, no DOM, no dia 14/10/2017.

A IMPUGNAÇÃO efetuada pelo CREF3 se deu apenas no dia 25/10/2017 – data de sua confecção-, o que configura manifesta intempestividade da pretensão.

2º: Questão excepcional direcionada para professores não habilitados.

De outro lado, a questão concernente aos professores não habilitados, se dará somente e tão somente em casos excepcionais.

Justo por isso, a pretensão de que “A impugnação nesta via administrativa busca de forma mais célere e menos conflituosa a retificação do edital”, não pode ser conhecida,

Deste modo, deixo de conhecer a IMPUGNAÇÃO, tendo em vista as razões antes mencionadas.

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

Arabutã, 16 de novembro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita do Município de Arabutã

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 0089/2017 - LUIZ ALTAMIR RODRIGUES

Publicação Nº 1428952

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 0089/2017 "CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE DE ESTUDANTES, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E LUIZ ALTAMIR RODRIGUES.

//CARÁTER EMERGENCIAL//

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta - SC e LUIZ ALTAMIR RODRIGUES, brasileiro, casado, motorista, portador do CPF sob nº 787.644.839-91 e CI sob nº 7.746.162, residente e domiciliado na Rua Albino Possenti nº 30, Centro no Município de Arroio Trinta - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, e que se regerá pela Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação da lei n.º 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - O contratado obriga-se a prestar serviços de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR, nos itinerários e horários fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

§ 1º - O Veículo a ser utilizado pelo contratado para execução do transporte será de propriedade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

CLAUSULA SEGUNDA - Estima-se que o valor global deste contrato em R\$1.967,01(UM MIL NOVECENTOS E SESENTA E SETE REAIS E UM CENTAVOS.

Parágrafo único - O pagamento ao contratado será efetuado ao final do contrato, a vista de nota fiscal, devidamente apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta e de acordo a Declaração da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º - O reajuste de preço só será efetivado mediante prorrogação do presente instrumento, após 14 de dezembro de 2017, se necessário.

CLAUSULA TERCEIRA - Os serviços ora contratados serão prestados durante o período de 14/11/2017 a 14/12/2017, sempre de acordo com os dias letivos para o período contratado. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLAUSULA QUARTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2017.

CLAUSULA QUINTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção, verificação e controle a serem adotada pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva do Contratado, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SEXTA – Fica expressamente proibida a presença de

pessoas estranhas ao ambiente escolar no veículo de transporte, inclusive, qualquer tipo de carona.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E PENALIDADES

#### 6.1. RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO:

6.1.1. Cumprir o itinerário conforme calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação, sendo proibida a alteração da mesma, sem a prévia aprovação e autorização do Município;

6.1.2. Disponibilizar e efetuar o transporte de alunos para atividades extras previstas no calendário escolar, mediante autorização prévia da Secretaria Municipal de Educação;

6.1.3. Transportar somente os alunos devidamente cadastrados pela Secretaria Municipal de Educação;

6.1.4. Observar os critérios de segurança previstos pelo IPETRAN;

6.1.5. Cumprir os horários estipulados pela Secretaria Municipal de Educação de saída e chegada às escolas, apanhando os alunos nos locais determinados;

6.1.6. Apresentar ao setor responsável pelo transporte escolar, quando do fechamento do mês, planilha com os dados referentes aos serviços realizados, de acordo com o formulário fornecido pela Secretaria Municipal de Educação.

6.1.7. Manter disciplina nos locais dos serviços;

6.1.8. Manter –se uniformizado e identificado através de crachás, com fotografia recente.

6.1.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

6.1.10. Manter o veículo sempre limpo e em condições de segurança;

6.1.11. Manter o serviço de forma regular e contínua;

6.1.12. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

6.1.13. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

6.1.14. Facilitar todas as atividades de fiscalização.

#### 6.2. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

6.2.1. Fornecer veículo e itinerários para o Contratado;

6.2.2. Tomar todas as providências necessárias à execução deste contrato;

6.2.3. Fiscalizar a execução do contrato;

6.2.4. Efetuar o pagamento de acordo com o estipulado neste instrumento;

6.2.5. Emitir, através do setor municipal competente, autorização para o início da prestação dos serviços.

### CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

7.1. Se o CONTRATADO, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

7.2. Além das penas acima citadas, a CONTRATADA que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

7.2.1. Um por cento (1%) sobre o valor do contrato por dia letivo em que não foi efetuado o transporte;  
7.2.2. Cinco por cento (5%) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado o transporte por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

7.3. O não cumprimento por parte da CONTRATADA do horário pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, acarretará o não pagamento da quilometragem efetuada no dia do ocorrido.

7.4. As multas aludidas acima não impedem que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

#### CLÁUSULA NONA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

8.1.1. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

8.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardada o interesse público;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

8.2. O contrato poderá ser rescindido ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

8.2.1. Atraso injustificado ou manifesta deficiência, a juízo da Administração, na prestação dos serviços contratados;

8.2.2. Prestação dos serviços fora das especificações constantes no objeto contratual;

8.2.3. Subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

8.2.4. Desatendimento das determinações regulares da Comissão designada para acompanhar e fiscalizar os serviços, assim como as de seus superiores;

8.2.5. Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratual, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei 8.666/93;

8.2.6. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

8.2.7. Dissolução da empresa;

8.2.8. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução do contrato;

8.2.9. Paralisação ou abandono total ou parcial do serviço, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada;

8.2.10. Caso o trajeto da linha seja extinto por razões de interesse público ou esteja compreendido em linha de transporte coletivo, objeto de concessão por parte do Poder Público Municipal.

8.3. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

8.4. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

8.5. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista ao CONTRATADO, direito algum de reclamações ou indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

9.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei 8.666/93 e

alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

9.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

9.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

O foro do presente contrato será o da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 copias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 14 de novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ: 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

LUIZ ALTAMIR RODRIGUES

CPF: 787.644.839-91

CONTRATADO

TESTEMUNHAS

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

JULIAR LUIZ MANENTI

CPF: 036.215.649-26

DE ACORDO

SANTO POSSATO

ADVOGADO OAB/SC 19.045

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 0089/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA PARA TRANSPORTE DE ESTUDANTES

CONTRATADO: LUIZ ALTAMIR RODRIGUES

PERÍODO: 14/11/2017 a 14/12/2017

VALOR TOTAL: R\$1.967,01

/CARÁTER EMERGENCIAL/

**DECRETO Nº 1840**

Publicação Nº 1429234

DECRETO Nº 1840, de 16 de novembro de 2017.

Homologa as Inscrições do Processo Seletivo, Edital nº 003/2017 do Município de Arroio Trinta – SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições para o preenchimento das vagas do Processo Seletivo, conforme Edital nº 003/2017.

Art. 2º Fazem parte integrante do presente Decreto, as relações de inscritos para o Processo Seletivo, Anexo I.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 16 de novembro de 2017.

Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal**ANEXO I****HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017.**

Cargo: PROFESSOR PEDAGOGO

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
04	Vânia Carla Kozlowski	4.948.970	058.876.209-19	27/10/1987
05	Andressa Sangaletti	5.828.021	084.021.439-11	29/05/1992
10	Diego Luiz Lazari	5.615.627	071.033.209-26	20/10/1991
11	Claudia de Bastiani	6.134.455	098.308.499-88	19/10/1994
12	Flávia Biava	5.615.633	093.764.849-32	06/06/1994
13	Fátima Ludwig	5.995.090	090.175.869-82	21/08/1991
14	Neide Maria Gemeli	861.374	386.080.069-87	04/08/1959
16	Nélik Annie da Silva	7.811.031	047.652.239-06	29/12/1982
18	Gabriela Favarin	5.060.077	010.119.929-57	25/10/1988
22	Rachel Simone Meneguzzi	42.604.966	006.829.979-60	21/09/1976
23	Adriana Aparecida Pirola Ansiliero	33.200.270	027.750.929-77	26/10/1978
24	Fernanda Consoni	4.508.716	007.601.189-57	21/01/1984
26	Gláucia Betinelli	2.977.260	951.508.629-91	30/10/1974
27	Eliane Tinelli	6.615.806	082.983.219-01	30/10/2017
29	Taciane Nesi	4.978.761	065.159.989-02	26/05/1990
30	Léia Regina Behend	3.828.756	024.139.029-02	24/06/1979
31	Renata Maneti	4.784.317	048.435.559-75	17/04/1985
32	Sirléia Maria Passoni	3.535.452	047.757979-59	03/11/1982
33	Nadir Bonassa	3.460.112	026.139.579-30	30/09/1978
34	Vera Lúcia Gelain Vigolo	5.828.689	529.811.189-00	19/02/1965
36	Sara Cristina Paganini	4.978.373	056.461.509-90	09/11/1985
37	Eliani Serighelli Lidani	43.692.036	034.782.009-38	10/03/1983
38	Barbara Tressoldi Lidani	3.777.568	036.560.259-08	21/11/1982
39	Salete Czerniak	6.639.674	025.101.489-40	06/01/1976
44	Valéria Luiza Locateli	4.48.124	009.122.839-55	06/10/1988
50	Sirlei Vanusa Passoni Spricigo	3.353.544	015.181.209-89	25/02/1975
51	Veridiane Lais Betiollo	5.381.025	081.346.459-50	10/04/1992

Cargo: FARMACÊUTICO

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
03	Roberta Dich Siqueira	5.327.338	068.863.439-71	25/04/2017
19	Karen Cristina Ponsoni	5.998.038	092.053.709-08	24/03/1995
21	Alexandre Bahir De Andrade	3.392.547	026.981.529-58	13/01/1979
42	Lisiane Flavia Locatelli	4.784.927	048.155.869-18	27/12/1985

## Cargo: AGENTE APOIO Á EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
01	Talia Timazi	6.637.981	094.833.939-06	27/06/1998
06	Tamara Novello	4.784.798	058.876.249-06	10/04/1986
07	Gabriela Magro	6.066.629	103.885.779-16	15/09/1997
08	Marta Lúcia Pistore	3.410.150	032.461.569-80	11/05/1976
09	Débora Garbo Gialow	5.673.146	016.750.470-30	02/08/1994
15	Marina Andréia Locatelli	6.115.858	089.320.979-17	14/04/1993
17	Cibele Vigolo	5.927.917	091.319.939-74	21/12/1994
20	Siméia do Prado	4.978.536	053.949.549-25	23/01/1985
25	Ketlin Pergher	6.134.152	099.437.299-02	19/10/1999
28	Thayná Padia	6.639.086	094.590.339-11	05/07/1999
35	Erminia Lazzari	4.623.306	049.884.079-42	14/04/1984
40	Vanessa Da Silva Tarouco	1055.542.367	627.999.830-49	14/09/1972
41	Lucimar Da Soler Grifante	3.484.188	014.453.789-30	25/02/1973
43	Silvania De Camargo	4.133.875	027.036.559-16	21/04/1980
45	Lucelia De Fatma Scheis Brandalise	4.081.593	028.599.869-28	23/08/1979
46	Raquel R. Comerlatto	6.134.172	097.082.879-97	01/04/1997
47	Giovani Jucimar Nava	5.615.614	069.494.689-38	16/04/1992
48	Ana Paula Cordeiro	4.784.791	051.679.109-51	24/04/1982
49	Carla Aparecida Milani	5.927.980	088.168.279-98	18/11/1997
53	Ivan José Biava	6.134.178	009.946.499-32	12/10/1995

Arroio Trinta - SC, 16 de novembro de 2017.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

## RESULTADO FINAL DA PROVA DE TÍTULOS PARA O CARGO DE PROFESSOR

NOME	Pontuação de Cursos	Pontuação Qualificação	Total
ADRIANA ANSILEIRO	15	10	25
ANDRESSA SANGALETTI	02	15	17
CLÁUDIA DE BASTIANI	15	10	25
DIEGO LUIZ LAZARI	15	15	30
FÁTIMA LUDWIG	02	10	12
FERNANDA CONSONI	08	15	23
GABRIELA FAVARIN	15	15	30
GLAÚCIA BETINELLI	14	10	24
LÉIA BEHREND	02	15	17
NADIR BONASSA	06	15	21
NEIDE M. GEMELI	08	15	23
NÉLLIK DA SILVA	15	10	25
RACHEL MANENTI	15	15	30
RENATA MANENTI	06	10	16
SALETE CZERNIAK	15	15	30
SARA PAGANINI	10	10	20
SIRLEI P. SPRICIGO	15	15	30
SIRLÉIA PASSONI	15	15	30
TACIANE NEZI	09	10	19
VALÉRIA LOCATELLI	15	15	30
VÂNIA C. KOZLOWSKI	15	10	25
VERA G. VIGOLO	13	10	23
BÁRBARA LIDANI	07	Sem licenciatura	07
ELIANI S. LIDANI	15	Sem licenciatura	15
ELIANE TINELLI	05	Sem licenciatura	05
FLÁVIA BIAVA	03	Sem licenciatura	03
VIRIDIANE LAIS BETIOLLO	03	Sem licenciatura	03

Arroio Trinta – SC, 16 de novembro de 2017.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1820**

Publicação Nº 1429236

LEI Nº 1820, DE 16/11/2017.

Reconhece despesas de exercício anterior, autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a Empenhar, Liquidar, Pagar e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas de exercício anterior, em favor do credor, conforme abaixo relacionado:

Credor	CNPJ	Valor R\$
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ	CNPJ Nº 10.423.190/0001-03	17.236,80

Parágrafo Único. A despesa a que se refere esse artigo trata do repasse de valores para custeio do Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU.

Art. 2º Em conformidade com o artigo acima, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder o empenho, liquidação e pagamento da respectiva despesa do exercício anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de novembro de 2017.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 16 de novembro de 2017.

Michel Junior Serighelli

Responsável

# Ascurra

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3010, de 06/11/2017

Publicação Nº 1428583

DECRETO Nº 3010, de 06 de Novembro de 2017.

Nomeia Conselho Municipal de Saneamento e Desenvolvimento Urbano

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito de Ascurra/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 72, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o Art. 46, da Lei n.º 1083 de 18 de abril de 2008, e

CONSIDERANDO, a alteração da composição do quadro da administração municipal atual;

#### RESOLVE:

Nomear membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Desenvolvimento Urbano, o qual terá a seguinte composição:

I – Representante da Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, que o presidirá:

Titular – PEDRO BERLANDA

Suplente – JOSE CORADINI

II – Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Titular – ENILSON ERLEI DE FREITAS

Suplente – JULIANA FISTAROL

III – Representante da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Titular – ELENICE TOMIO

Suplente – LEANDRO CHIARELLI

IV – Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, abastecimento e Meio Ambiente:

Titular – JUVENAL ELISEU MORETTO

Suplente – ODIRLEI FISTAROL

V – Representante de Associações de Bairros

Titular – CHARLES CHIARELLI

Suplente – AMAURI TOMIO

VI – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular – AIR JOSÉ MORETTO

Suplente – PEDRO BERLANDA

VII – Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL

Titular – SILVINO STEDILE

Suplente – GABRIELA PASQUALINI JOBIM

VIII – Representante de Associações de Pais e Professores

Titular – ANGELA MARIA LUPEPSA

Suplente – JANAINA FRAINER

IX – Representante do Poder Legislativo

Titular – VALDEMAR POSSAMAI

Suplente – VILMAR BASSANI

X - Representante da Classe dos Engenheiros Civis de Ascurra

Titular – ELIOSMAR DE MOURA

Suplente – MARCEL TIAGO POFFO

XI – Representante da Vigilância Sanitária

Titular – EVANDRO JOARES BOGO

Suplente – ERICH SIGFRIED PROCHWONN

XII – Representante da EPAGRI

Titular – WALDIR VITALLIS

Suplente – CARLOS HENRIQUE DOTTO DE MORAIS

XIII - Representante da ACISA

Titular – MARISTELA BARNI

Suplente – MÁRCIA BEATRIZ BOING KUNHEN

XIV – Representante da CASAN

Titular – INÁCIO ERNESTO STERAUSS

Suplente: JOSÉ VILSON BREASSIANI

Município de Ascurra em, 06 de Novembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar.

Município de Ascurra/SC, 06 de novembro de 2017.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

# Atalanta

## PREFEITURA

### LEI Nº 1518/2017

Publicação Nº 1429001

#### LEI Nº 1518/2017

"Estabelece Modificações na Lei Municipal nº. 1.508/2017, que dispõe sobre o PPA para o quadriênio 2018/2021, na Lei Nº. 1.516/2017, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município Exercício 2018, e dá Outras Providências."

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado para os exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021, estrutura de cadastro de despesa por modalidade de aplicação no Plano Plurianual – PPA, especificamente nas despesas da Ação 2.037 – Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMAVI.

Art. 2º - Ficam incluídas as Contas Despesas 3.3.90.00.00.00.00.00.0082; 3.3.90.00.00.00.00.00.0120; 3.3.90.00.00.00.00.00.0124; no Programa 0088 – SAÚDE PARA TODOS, na Lei Municipal nº. 1.508/2017 de 11.07.2017, Plano Plurianual – PPA, respectivamente para os exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021 conforme segue tabela em anexo.

Art. 3º - Ficam incluídas as Contas Despesas 3.3.90.00.00.00.00.00.0082; 3.3.90.00.00.00.00.00.0120; 3.3.90.00.00.00.00.00.0124; no Programa 0088 – SAÚDE PARA TODOS, na Lei Municipal nº. 1516 de 19 de novembro de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO no montante de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), com a seguinte classificação:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0088.2.037 – Manutenção Consórcio Interm. de Saúde – AMAVI  
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0124 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 4º - As Contas Despesas acrescidas na ação que trata o artigo 3º, ficam por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do Exercício de 2018:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0088.2.037 – Manutenção Consórcio Interm. de Saúde – AMAVI  
3.3.93.00.00.00.00.00.00.0082 – Aplicação Direta Decor. de Op. Órgãos ..... R\$ 100.000,00  
3.3.93.00.00.00.00.00.00.0120 – Aplicação Direta Decor. de Op. Órgãos ..... R\$ 10.000,00  
3.3.93.00.00.00.00.00.00.0124 – Aplicação Direta Decor. de Op. Órgãos ..... R\$ 10.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 16 de novembro de 2017.

JOARES MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

ANTIGA	2018	2019	2020	2021
ÓRGÃO: 09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
UNIDADE: 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0088.2.037 – Manutenção Consórcio Interm. de Saúde – AMAVI				
3.3.71.00.00.00.00.00.00.0082 – Transf. a Consórcios Públicos R\$	10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00.00.0082 – Aplicação Direta Decor. de Op. Órgãos R\$	200.000,00	210.000,00	220.000,00	230.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00.00.0120 – Aplicação Direta Decor. de Op. Órgãos R\$	20.000,00	22.000,00	24.000,00	26.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00.00.0124 – Aplicação Direta Decor. de Op. Órgãos R\$	20.000,00	22.000,00	24.000,00	26.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00.00.0127 – Aplicação Direta Decor. de Op. Órgãos R\$	14.000,00	16.000,00	18.000,00	20.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00.00.0128 – Aplicação Direta Decor. de Op. Órgãos R\$	14.000,00	16.000,00	18.000,00	20.000,00
TOTAL	278.000,00	297.000,00	316.000,00	335.000,00
NOVA				
ÓRGÃO: 09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				

UNIDADE: 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0088.2.037 – Manutenção Consórcio Interm. de Saúde – AMAVI				
3.3.71.00.00.00.00.00.0082 – Transf. a Consórcios Públicos R\$	10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas R\$	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas R\$	10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0124 – Aplicações Diretas R\$	10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00.0082 – Aplicação Direta Decor. de Op. Órgãos R\$	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00.0120 – Aplicação Direta Decor. de Op. Órgãos R\$	10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00.0124 – Aplicação Direta Decor. de Op. Órgãos R\$	10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00.0127 – Aplicação Direta Decor. de Op. Órgãos R\$	14.000,00	16.000,00	18.000,00	20.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00.0128 – Aplicação Direta Decor. de Op. Órgãos R\$	14.000,00	16.000,00	18.000,00	20.000,00
TOTAL	278.000,00	297.000,00	316.000,00	335.000,00

**PORTARIA 230/2017**

Publicação Nº 1428500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 230/2017

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso I do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Nomear o Senhor JAIMILSON FERREIRA, para o cargo Comissionado de Diretor de Departamento de Turismo, a partir de 01 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
01 de novembro de 2017  
JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 231/2017**

Publicação Nº 1428503

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 231/2017

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 122 e 123 em seus parágrafos da Lei Complementar nº 005/2011 de 01 de dezembro de 2011, alterados pela Lei Complementar nº 034/2017,

**RESOLVE:**

Conceder Licença Premio em Pecúnia ao Servidor JONAS DE OLIVEIRA, pelo período de 30 (trinta) dias, no mês de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
16 de novembro de 2017.  
JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 232/2017**

Publicação Nº 1428506

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 232/2017

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 122 e 123 em seus parágrafos da Lei Complementar nº 005/2011 de 01 de dezembro de 2011, alterados pela Lei Complementar nº 034/2017,

**RESOLVE:**

Conceder Licença Premio em Pecúnia a Servidora ALESSANDRA ZANELATO TAVARES, pelo período de 30 (trinta) dias, no mês de novembro

de 2017.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
16 de novembro de 2017.  
JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 233/2017**

Publicação Nº 1428508

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

### **PORTARIA Nº 233/2017**

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Designar SORAYA MARIA CHIQUETTI, a ocupar FEC-1, conforme Art. 49, parágrafo único da Lei Complementar nº 014/2013, que institui o Plano de Carreira, Vencimentos e Reestruturação do Quadro dos Servidores Públicos do Poder Executivo Municipal, a partir de 01 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
16 de novembro de 2017  
JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

# Aurora

## CÂMARA MUNICIPAL

### Portaria nº 34/2017

Publicação Nº 1429038

PORTARIA N.º 34 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR AS COMISSÕES PERMANENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, No uso de suas atribuições legais e regimentais, com base no Art. 48 do Regimento Interno da Casa;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o vereador Alceu Montibeller para substitui o senhor Gilmar Matias enquanto persistir a sua licença por motivos particulares, de acordo com o Artigo 48 do Regimento Interno da Casa.

Art. 2º O vereador substituirá nas seguintes comissões permanentes:

I – Finanças e Orçamento:

a) Função: Relator

II – Justiça e Redação:

a) Função: Presidente.

Art. 2º A nomeação será em virtude do titular anterior do cargo estar em licença para tratar de assuntos particulares pelo prazo de 30 dias de: 06 de novembro de 2017 à 05 de dezembro de 2017.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Alfredo Dümes, 06 de novembro de 2017

NILO WARMLING

Presidente

### Resolução nº 204/2017

Publicação Nº 1429063

RESOLUÇÃO N.º 204 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

FICA JUSTIFICADA A FALTA EM SESSÃO ORDINÁRIA DO VEREADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, No uso de suas atribuições legais e regimentais, com base no Regimento Interno e na Lei Orgânica do Município de Aurora e na Lei nº 1.579 de 06 de julho de 2016, em seu Art. 3º,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica justificada a ausência do vereador NILO WARMLING na Sessão Ordinária do dia 07 de Novembro de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Alfredo Dümes, 16 de novembro de 2017.

NILO WARMLING

Presidente

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/ 2017 PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2017 PMBP

Publicação Nº 1428577

#### PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/ 2017 PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2017 PMBP

Fundamento :Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por lote, para aquisição de GÁS DE COZINHA GLP PARA ATENDER SECRETARIAS MUNICIPAIS, UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO ANO DE 2018. Recebimento dos Envelopes até: 04/12/2017 às 09h. Data da Sessão Pública: 04/12/2017 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net). Balneário Piçarras(SC), 16 de novembro de 2017. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/SAMAE/2017**

Publicação Nº 1428539

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/SAMAE/2017.

Tipo: MENOR PREÇO por Lote.

Data e horário da sessão de abertura: 01/12/2017 às 17h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços para futuras locações de banheiros químicos para atender as necessidades do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 16 de Novembro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira

### **AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 086/PMBR/2017**

Publicação Nº 1429008

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 086/PMBR/2017

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 05/12/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para as Obras de Pavimentação Asfáltica de 147,23m, na Rua Laguna, incluindo terraplenagem, drenagem, pavimentação, passeios públicos e sinalização vertical e horizontal, no Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 16 de Novembro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/SAMAE/2017**

Publicação Nº 1428575

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/SAMAE/2017

A Pregoeira do Município de Balneário Rincão, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 032/SAMAE/2017, que tem como objeto a Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviço de locação de caminhões com coletor compactador de lixo incluindo mão de obra mecânica e despesas de manutenção, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão, durante a Operação Veraneio 2017/2018, fica retificado o Aviso de Licitação, publicado no DOM/SC – Edição Nº. 2384 – pg. 64 de 14/11/2017.... "onde se lê: Balneário Rincão – SC, 13 de Outubro de 2017"... Leia-se: Balneário Rincão – SC, 13 de Novembro de 2017, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 16 de Novembro de 2017.

GISELE P. FERREIRA

PREGOEIRA

### **SEGUNDO AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 073/PMBR/2017**

Publicação Nº 1429242

SEGUNDO AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 073/PMBR/2017.

O Município de Balneário Rincão – SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 073/PMBR/2017, que tem como objeto: Registro de Preços, para futuras contratações de serviços, sob demanda, de fretamento eventual de pessoas com ônibus, micro-ônibus e vans, intermunicipal e interestadual do Município de Balneário Rincão/SC., ficam retificados os descritivos dos itens 01, 02 e 03 e o Item: 7.1.6.6:

Onde se lê:

Item: 01 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR QUILOMETRO RODADO UTILIZANDO VEÍCULO VAN, COM NO MÍNIMO 15 LUGARES ADULTOS E COM NO MÁXIMO 10 ANOS DE USO.

Leia-se:

Item: 01 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR QUILOMETRO RODADO UTILIZANDO VEÍCULO VAN, COM AR CONDICIONADO, NO MÍNIMO 15 LUGARES ADULTOS E COM NO MÁXIMO 15 ANOS DE USO.

Onde se lê:

Item: 02 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR QUILOMETRO RODADO UTILIZANDO VEÍCULO MICRO ÔNIBUS, COM NO MÍNIMO 20 LUGARES ADULTOS E COM NO MÁXIMO 10 ANOS DE USO.

Leia-se:

Item: 02 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR

QUILÔMETRO RODADO UTILIZANDO VEÍCULO MICRO ÔNIBUS, COM AR CONDICIONADO, COM NO MÍNIMO 20 LUGARES ADULTOS E COM NO MÁXIMO 15 ANOS DE USO.

Onde se lê:

Item: 03 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR QUILOMETRO RODADO UTILIZANDO VEÍCULO ÔNIBUS COM BANHEIRO, COM NO MÍNIMO 42 LUGARES ADULTOS E COM NO MÁXIMO 10 ANOS DE USO.

Leia-se:

Item: 03 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR QUILOMETRO RODADO UTILIZANDO VEÍCULO ÔNIBUS COM BANHEIRO/BAGAGEIRO AMPLO, AR CONDICIONADO, COM NO MÍNIMO 42 LUGARES ADULTOS E COM NO MÁXIMO 15 ANOS DE USO.

Onde se lê:

7.1.6.6. Certidão do Deter e ANTT para os itens 01, 02 e 03.

Leia-se:

7.1.6.6. Certidão do Deter para os itens 01, 02 e 03.

Permanecem as mesmas quantidades solicitadas no Edital, fica prorrogado para o dia: 30/11/2017 às 14h00min, com o recebimento/protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 13h45 do destacado dia, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 16 de Novembro de 2017.

GISELE P. FERREIRA  
PREGOEIRA

# Bandeirante

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 74/2017

Publicação Nº 1428560

Decreto nº 074, de 17 de novembro de 2017.

Altera a nomeação dos membros do Conselho Municipal do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento a Educação dos Jovens e Adultos, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes;

Considerando a Lei Municipal nº 386, de 24/06/2004;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento a Educação dos Jovens e Adultos, a seguir nominados:

1 – Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	Titular: Janaína Zarbielli Tonietto Suplente: Elisandra Demozzi Previdi
2 – Um representante dos Diretores das Escolas públicas da Rede Municipal de Ensino Fundamental	Titular: Jurandir Carlos Tonietto Suplente: Zelci Benilde Nunes Bazzo
3 – Um representante dos Professores das Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino Fundamental	Titular: Juliana Basso Suplente: Raquel Fabiana de Oliveira
4 – Um representante dos pais de alunos	Titular: Adilson João Simonetti Suplente: Suzana Simioni
5 – Um representante dos servidores das Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino Fundamental	Titular: Nelson Miguel Kuchinski Suplente: Ivanete Jacobsen Borger
6 – Um representante do Conselho Municipal de Educação	Titular: Miguel Jungues Suplente: Marlei Oliboni Lamb

Art. 2º Em conformidade com o § 2º, do art. 1º, da Lei Municipal nº 386, de 24/06/2004, o mandato dos membros titulares e suplentes será de 03 (três) anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

Art. 3º Em conformidade com o § 3º, do art. 1º, da Lei Municipal nº 386, de 24/06/2004, o exercício das funções dos membros não serão remuneradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),  
17 de novembro de 2017.  
CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 75/2017

Publicação Nº 1428456

Decreto nº 075, de 17 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros da Comissão Municipal de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Bandeirante (SC), e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando a Lei Municipal nº 1.120/2015, de 10/06/2015;

Considerando o Decreto Municipal nº 022/2017, de 16 de fevereiro;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros da Comissão Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Bandeirante (SC), a seguir nominados:

I – Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	Titular: Marlei Oliboni Lamb Suplente: Janaina Zarbielli Tonietto
II – Representante da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores	Titular: Marciano Perassoli Suplente: Amélio Demossi
III – Representante do Conselho Municipal de Educação	Titular: Neli Teresinha Reolon Biasi Suplente: Daniela Regina Bosing

Art. 2º O desempenho da função de membros da Comissão Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Bandeirante (SC) não será remunerado, sendo considerados relevantes os serviços prestados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),  
em 17 de novembro de 2017.  
CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1248/2017

Publicação Nº 1428433

LEI Nº 1.248, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2017, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas a Lei Municipal nº 1.203/2016, de 20/12/2016 que promove a revisão do Plano Plurianual 2014-2017, a Lei Municipal nº 1.204/2016, de 20/12/2016, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária 2017 e a Lei Municipal nº 1.205/2016, de 20/12/2016, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2017, de acordo com os prescritos neste ato e seus Anexos.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a seguir:  
R\$

09.01.06.181.0013.1.005 Equipar a Polícia Militar	
4.4.90.00.00.00.00.1054 Aplicações Diretas Recursos Multas Trânsito Militar (cc=273.834-1)	500,00
4.4.90.00.00.00.00.2054 Aplicações Diretas Superávit Recursos Multas Trânsito Militar (cc=273.834-1)	4.500,00
Total da Suplementação	5.000,00

Art. 3º Para cobertura do Crédito autorizado neste ato, de conformidade com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, fica autorizado a utilização da seguinte fonte de recurso:

R\$

09.01.06.181.0013.2.030 Gestão dos Serviços da Polícia Militar	
(96)3.3.90.00.00.00.00.1054 Aplicações Diretas Recursos Multas Trânsito Militar (cc=273.834-1)	500,00
(129)3.3.90.00.00.00.00.2054 Aplicações Diretas Superávit Recursos Multas Trânsito Militar (cc=273.834-1)	4.500,00
Total da Suplementação	5.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),  
em 17 de novembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017 GABARITO FINAL– APÓS OS RECURSOS

Publicação Nº 1428956

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

GABARITO FINAL– Após os recursos

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, torna público aos interessados, o Gabarito Final – Após os recursos, conforme segue:

Serviços Gerais			Instrutor de Informática			Instrutor de Música		
Tipo de Prova			Tipo de Prova			Tipo de Prova		
1	2		1	2	3		1	
1	C	D	1	B	C	D	1	A
2	D	A	2	B	C	D	2	A
3	C	D	3	B	C	D	3	B
4	D	A	4	D	A	B	4	D
5	C	D	5	B	C	D	5	A
6	C	D	6	B	C	D	6	C
7	C	D	7	A	B	C	7	A
8	A	B	8	ANULADA	ANULADA	ANULADA	8	A
9	B	C	9	C	D	A	9	B
10	C	D	10	B	C	D	10	D
11	B	C	11	C	D	A	11	A
12	C	D	12	A	B	C	12	B
13	B	C	13	A	B	C	13	A
14	D	A	14	C	D	A	14	C
15	A	B	15	D	A	B	15	D
16	C	D	16	A	B	C	16	A
17	A	B	17	D	A	B	17	D
18	B	C	18	D	A	B	18	D
19	B	C	19	D	A	B	19	D
20	D	A	20	C	D	A	20	C

\*Após análise de recursos interpostos, a questão de nº 08 foi anulada para todos os tipos de prova do cargo de Instrutor de Informática.

Auxiliar de Creche					Professor de Anos Iniciais – Habilitado e Não Habilitado					Professor de Artes – Habilitado e Não Habilitado		
Tipo de Prova					Tipo de Prova					Tipo de Prova		
1	2	3	4		1	2	3	4		1	2	
1	D	A	B	C	1	A	B	C	D	1	C	D
2	B	C	D	A	2	D	A	B	C	2	D	A
3	B	C	D	A	3	C	D	A	B	3	B	C
4	C	D	A	B	4	A	B	C	D	4	B	C
5	C	D	A	B	5	B	C	D	A	5	A	B
6	A	B	C	D	6	A	B	C	D	6	D	A
7	A	B	C	D	7	B	C	D	A	7	A	B
8	A	B	C	D	8	C	D	A	B	8	B	C



9	A	B	C	D		9	B	C	D	A		9	D	A
10	D	A	B	C		10	B	C	D	A		10	A	B
11	C	D	A	B		11	B	C	D	A		11	D	A
12	B	C	D	A		12	C	D	A	B		12	B	C
13	A	B	C	D		13	C	D	A	B		13	C	D
14	C	D	A	B		14	B	C	D	A		14	B	C
15	D	A	B	C		15	A	B	C	D		15	A	B
16	A	B	C	D		16	B	C	D	A		16	B	C
17	D	A	B	C		17	C	D	A	B		17	C	D
18	D	A	B	C		18	ANULADA	ANULADA	ANULADA	ANULADA		18	ANULADA	ANULADA
19	D	A	B	C		19	D	A	B	C		19	D	A
20	C	D	A	B		20	C	D	A	B		20	C	D

\*Após análise de recursos interpostos, a questão de nº 18 foi anulada para todos os tipos de prova dos cargos de nível superior.

Professor de Ciências – Habilitado e Não Habilitado				Professor de Educação Física – Habilitado e Não Habilitado				Professor de Educação Infantil – Habilitado e Não Habilitado					
	Tipo de Prova				Tipo de Prova					Tipo de Prova			
	1	2				1	2			3		1	2
1	B	C		1	C	D	A		1	C	D	A	B
2	A	B		2	A	B	C		2	B	C	D	A
3	A	B		3	D	A	B		3	A	B	C	D
4	B	C		4	A	B	C		4	C	D	A	B
5	B	C		5	B	C	D		5	D	A	B	C
6	B	C		6	C	D	A		6	C	D	A	B
7	A	B		7	B	C	D		7	B	C	D	A
8	A	B		8	B	C	D		8	C	D	A	B
9	A	B		9	D	A	B		9	D	A	B	C
10	C	D		10	A	B	C		10	B	C	D	A
11	C	D		11	D	A	B		11	A	B	C	D
12	C	D		12	C	D	A		12	C	D	A	B
13	C	D		13	C	D	A		13	C	D	A	B
14	B	C		14	B	C	D		14	B	C	D	A
15	A	B		15	A	B	C		15	A	B	C	D
16	B	C		16	B	C	D		16	B	C	D	A
17	C	D		17	C	D	A		17	C	D	A	B
18	ANULADA	ANULADA		18	ANULADA	ANULADA	ANULADA		18	ANULADA	ANULADA	ANULADA	ANULADA
19	D	A		19	D	A	B		19	D	A	B	C
20	C	D		20	C	D	A		20	C	D	A	B

\*Após análise de recursos interpostos, a questão de nº 18 foi anulada para todos os tipos de prova dos cargos de nível superior.

Professor de Geografia – Habilitado e Não Habilitado		Professor de História – Habilitado e Não Habilitado			Professor de Inglês – Habilitado e Não Habilitado		Professor de Matemática – Habilitado e Não Habilitado		
Tipo de Prova		Tipo de Prova			Tipo de Prova		Tipo de Prova		
1		1	2	3	1		1	2	3
1	A	1	C	D	A	1	C	D	A
2	B	2	D	A	B	2	D	B	C
3	D	3	A	B	C	3	A	A	B
4	C	4	B	C	D	4	B	D	A

5	A	5	B	C	D	5	D	5	A	B	C
6	C	6	D	A	B	6	A	6	D	A	B
7	B	7	C	D	A	7	D	7	C	D	A
8	C	8	B	C	D	8	B	8	B	C	D
9	A	9	D	A	B	9	C	9	D	A	B
10	D	10	A	B	C	10	B	10	C	D	A
11	C	11	D	A	B	11	B	11	A	B	C
12	B	12	C	D	A	12	D	12	B	C	D
13	C	13	C	D	A	13	C	13	C	D	A
14	B	14	B	C	D	14	B	14	B	C	D
15	A	15	A	B	C	15	A	15	A	B	C
16	B	16	B	C	D	16	B	16	B	C	D
17	C	17	C	D	A	17	C	17	C	D	A
18	ANULADA	18	ANULA-DA	ANULA-DA	ANULA-DA	18	ANULADA	18	ANULA-DA	ANULA-DA	ANULA-DA
19	D	19	D	A	B	19	D	19	D	A	B
20	C	20	C	D	A	20	C	20	C	D	A

\*Após análise de recursos interpostos, a questão de nº 18 foi anulada para todos os tipos de prova dos cargos de nível superior.

Barra Bonita – SC, 16 de novembro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA N.º362, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1429097

PORTARIA N.º362, de 16 de novembro de 2017.

Designa servidora e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art.1º. Fica designado a servidora, Ivete Maria Andrin Cechet, matrícula nº16802, ocupante do cargo de Servente, para desempenhar as funções de seu cargo junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei .

# Barra Velha

## PREFEITURA

### ATA 001/2017 PP 020/2017 FMS

Publicação Nº 1428412

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017 - FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

Contratada: SETA CONSTRUTORA LTDA ME. Objeto: prestação de serviços para pequenos reparos e manutenção nas instalações das unidades de saúde e secretaria de saúde do município, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 66.884,00

Data de Assinatura: 14/11/2017

Data de Vencimento: 14/11/2018

Barra Velha, 14 de novembro de 2017.

MARCELO BITTENCOURT

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

### ATA 001/2017 PP 054/2017 PMBV

Publicação Nº 1428336

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

Contratada: MARCOS ANTÔNIO DA CUNHA ME Objeto: aquisição de peças e serviço de solda para Secretaria de Obras do Município de Barra Velha

Valor do Contrato: R\$ 79.000,00

Data de Assinatura: 14/11/2017

Data de Vencimento: 14/11/2018

Barra Velha, 14 de novembro de 2017.

MARCOS ANTÔNIO DA CUNHA

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

### DECRETO Nº 1191, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1428597

DECRETO Nº 1191, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza a concessão da Medalha de Defesa Civil "Laurita Pedroso de Oliveira" do Município de Barra Velha, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº 1215 de 21 de setembro de 2012, e Decreto nº 817, de 28 de setembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a concessão da Medalha de Defesa Civil "Laurita Pedroso de Oliveira" do Município de Barra Velha aos indicados listados abaixo:

MEDALHA DE DEFESA CIVIL DE 1º CLASSE

Nº Ordem	Nome	Cargo	Instituição	Tipo
----------	------	-------	-------------	------

1	Felipe Lucena Bitencourt	CB BMSC	3ºCia/7º BBMSC	Pessoa Física
2	Antonio Edival Pereira	3º SGT/ BMSC	Secretaria de Estado da Defesa Civil de SC	Pessoa Física
3	Elton Durski	SD/PMSC	Polícia Militar	Pessoa Física
4	Mauro Marques	SD/PMSC	Polícia Militar	Pessoa Física

## MEDALHA DE DEFESA CIVIL DE 2º CLASSE

Nº Ordem	Nome	Cargo	Instituição	Tipo
5	Evandro Ribeiro Rodrigues	SubTen BMSC	3ºCia/7º BBMSC	Pessoa Física
6	Dalete Vieira	Ex- presid. Defesa Civil	Prefeitura de Barra Velha	Pessoa Física
7	Fabio Roberto Brugnago	Vice Prefeito	Prefeitura de Barra Velha	Pessoa Física
8	Alessandro José Machado	Ten Cel Aviador	2º/GRAER	Pessoa Física
9	Alessandre Soares da Cruz	3º Sgt QEPPM	2º/GRAER	Pessoa Física
10	José Aloisio de Moraes	1º Sgt BMSC	3ºCia/7º BBMSC	Pessoa Física
11	Dirlene Mariza Hess	Administração	Prefeitura Barra Velha	Pessoa Física
12	Terezita de Lurdes Nichetti	Administração	Prefeitura Barra Velha	Pessoa Física
13	Luis Ricardo Schafhauser	Cabo/BMSC	3ºCia/7º BBMSC	Pessoa Física
14	José Idemar Trevisani	Ex-Sec Ass. Social	Prefeitura Barra Velha	Pessoa Física
15	Gabriel de Moraes	Bombeiro comunitário	3ºCia/7º BBMSC	Pessoa Física
16	Luciana Erbs Da Costa Kochhann	Contadora	Prefeitura Barra Velha	Pessoa Física

## MEDALHA DE DEFESA CIVIL DE 3º CLASSE

Nº Ordem	Nome	Cargo	Instituição	Tipo
17	Karine Rosilene Holler	Eng. Florestal	Amvali	Pessoa Física
18	Ramon Mendiola Ventura	Desenhista Projetista	Prefeitura Barra Velha	Pessoa Física
19	Liziane Tamara Téio	Delegado DC	SC	Pessoa Física
20	Osvaldo Gonçalves	3º SGT BMSC/Cood. Reg. SDC	Secretaria de Estado da Defesa Civil de SC	Pessoa Física
21	Eliezer Cardoso	3º SGT BMSC/Cood. Reg. SDC	Secretaria de Estado da Defesa Civil de SC	Pessoa Física
22	Marcos Junguers	Delegado DC	SC	Pessoa Física
23	Eunildo Avelino dos Santos	Ex - Presidente 2000	Bombeiro Voluntário	Pessoa Física
24	Jean Carlos Sanson	Ex - Comandante	Bombeiro Voluntário	Pessoa Física
25	Rosangela Poleza	Bombeiro Comunitário	BMSC	Pessoa Física
26	Arno Avelino Schüssler	Cartório	Secretaria de Estado da Defesa Civil de SC	Pessoa Física
27	Claudinei Nazareno Macedo Vargas	Ex - Comandante	Bombeiro Voluntário	Pessoa Física
28	Michello Ongaro	Mecânico helicóptero	2º/GRAER	Pessoa Física
29	Ruy Florêncio Teixeira Junior	1º Tenente PMSC	Polícia Militar	Pessoa Física
30	Claudio Angiolletti	Bombeiro Comunitário	3ºCia/7º BBMSC	Pessoa Física
31	Joel Marcio Erlo	Cabo/BMSC	3ºCia/7º BBMSC	Pessoa Física
32	Cleber Pires	Major PM/ Ex- Presidente	Bombeiro Voluntário	Pessoa Física
33	Edinelson O. Veiga	Ex- Comandante	Bombeiro Voluntário	Pessoa Física
34	Tania de Lourdes Dantas	Diretora Defesa Civil	Prefeitura de Schroeder	Pessoa Física
35	Elmo Jorge Moraes	3º SGT BMSC	3ºCia/7º BBMSC	Pessoa Física
36	Deny Delfino Oliveira	SD/BMSC	3ºCia/7º BBMSC	Pessoa Física
37	Carolina Coelho Michalak	Arquiteta	3ºCia/7º BBMSC	Pessoa Física
38	Gabriel Zapelline Nunes	SD/BMSC	3ºCia/7º BBMSC	Pessoa Física
39	Luciano da Silva	3º SGT/PMSC	2º/GRAER	Pessoa Física
40	Aurelio Dominico	SubTenente/BMSC	3ºCia/7º BBMSC	Pessoa Física
41	Emerson de Mello	Cabo//PMSC	2º/GRAER	Pessoa Física
42	Lauro Pfleger	SubTenente/BMSC	3ºCia/7º BBMSC	Pessoa Física

43	Mariley Da Cruz Haas	Voluntária NUPDEC	DC-BV	Pessoa Física
44	Karla de Fátima Patitucci	Voluntária NUPDEC	DC-BV	Pessoa Física

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 16 de novembro de 2017  
Valter Marino Zimmermann  
Prefeito

## **ERRATA 002/2017 TP 009/2017 PMBV**

Publicação Nº 1428502

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 080/2017  
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 009/2017  
AVISO ERRATA 002

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Serviços de Reforma da escola Perfeito Aguiar localizada no bairro Escalvado e reforma da Secretaria de Educação do Município em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 04/12/2017. Data/horário recebimento envelopes: 06/12/2017 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 06/12/2017 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 16 de outubro de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito

## **RESOLUÇÃO Nº 008/2017 – CMDCA**

Publicação Nº 1428736

RESOLUÇÃO Nº 008/2017 – CMDCA

Dispõe sobre a concessão de subvenção social recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), para financiamento de projetos direcionados ao atendimento de crianças e adolescentes no município de Barra Velha.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barra Velha/SC – CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990 e pela Lei Municipal nº 027/1995 de 06 de setembro de 1995, modificada pela Lei 868/2009 de 13 de maio de 2009 e alterada pela Lei 1205/2012 de 12 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º- De acordo com a Resolução CONANDA 137, Art. 15. A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho dos Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas ao desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 2º- Os projetos contemplados foram submetidos à apreciação da Comissão de Projetos e análise pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), estando de acordo com o disposto no Edital nº03/2015.

Art. 3º - Foram considerados habilitados os seguintes projetos:

Nº	Projeto Social	Entidade	Valor Aprovado	Parcelas
03	Pequenos Campeões do Presente, Grandes Campeões do Futuro	APP ERM PREFEITO BERNARDO AGUIAR	42.000,00	1º- R\$ 14.000,00 2º- R\$ 14.000,00 3º- R\$ 14.000,00

Art. 4º- Esta solicitação foi aprovada na Plenária da reunião ordinária do CMDCA no dia 04 de outubro de 2017.

Art. 5º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 13 de novembro de 2017  
Antonina Damasio Ramos  
Presidente do CMDCA

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 95/2017

Publicação Nº 1428220

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 95/2017

DATA: 16/11/2017 - HORA DE INÍCIO: 8:15 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2017

MODALIDADE: Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia – 95/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MUROS DE CONTENÇÃO, MUROS SIMPLES E ESCADA PARA A CRECHE DA AVENIDA BRASIL, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações SÉRGIO DÁRIO PASQUALI, MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA nomeados pela Portaria nº 002/2017, com o objetivo de dar continuidade ao procedimento licitatório supracitado.

Tendo em vista as desistências de recurso da fase de habilitação apresentadas por todas as empresas licitantes, viabilizando assim, a continuação do certame, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento e convoca todos os interessados para a sessão pública de abertura dos envelopes nº 02 contendo as Propostas de Preços no dia 20 de novembro de 2017, às 10 horas, na Sala de Reuniões, na sede da Prefeitura Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, Benedito Novo/SC.

Nada mais havendo, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Comissão.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI

Presidente

MAURICIO STEFFEN

Membro

JOICE APARECIDA COSTA

Membro

### AVISO DE LICITAÇÃO - PP 102/2017

Publicação Nº 1428438

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2017

O Município de Benedito Novo – SC leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOR MBB OM 366A 180CV PARA VEICULO MERCEDES BENZ LK-2318 NÚMERO DA FROTA 25, PLACA MAC-8265. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 9h do dia 04 de dezembro de 2017. ABERTURA: às 9:05h do dia 04 de dezembro de 2017. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura

Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 16 de novembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

### CHAMAMENTO PÚBLICO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 103/2017

Publicação Nº 1428440

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 103/2017

O Município de Benedito Novo – SC, torna público que se encontra aberta CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE para o fornecimento de aipim, abobrinha, banana, batata doce, batata inglesa, beterraba, cebola, cenoura, doce de frutas, filé de tilápia, mel de abelha, melado de cana, pepino, queijo tipo colonial, ricota, tomate, couve-flor, brócolis, repolho, pepino, alface, morango, alho, feijão preto e vermelho, doces caseiros, ovos de galinha, suco de uva integral, manteiga, nata, açúcar mascavo, fubá e farinha de mandioca conforme calendário de entrega fornecido pela Secretária Municipal de Educação, de acordo com a Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 4/2015. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e Projeto de Venda até as 9h do dia 12 de dezembro de 2017. ABERTURA: dia 12 de dezembro de 2017 as 9:05h. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br). Benedito Novo (SC), 16 de novembro de 2017 JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

### EXTRATO DE CONTRATO 130/2017

Publicação Nº 1428337

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 98/2017

EXTRATO DE CONTRATO 130/2017

Contratada: MELISSA SANTIAGO MARTINS 00582349931

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO NO DESFILE AGRÍCOLA DA FESTA DAS TRADIÇÕES

Valor: R\$ 850,00

Vigência: 07/11/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 07/11/2017

DARIO TONOLLI - Prefeito em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO 131/2017**

Publicação Nº 1428338

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 100/2017

EXTRATO DE CONTRATO 131/2017

Contratada: GASTHOF GASTRONOMIA E EVENTOS EIRELI ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE  
REFEIÇÕES PARA OS COLABORADORES E ORGANIZADORES DO  
DESFILÉ AGRÍCOLA DA FESTA DAS TRADIÇÕES

Valor: R\$ 6.775,00

Vigência: 07/11/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 07/11/2017

DARIO TONOLLI - Prefeito em Exercício

# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 223/2017

Publicação Nº 1429363

DECRETO Nº 223/2017 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3681/2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3696/2016 - Lei Orçamentária para 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 3696/2016:

#### 07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.361.0003.2022	Manutenção do Transporte Escolar	38.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	38.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	38.000,00

#### 26. SECRETARIA DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE

2601.15.452.0009.2106	Manutenção da Secretaria de Obras, Desenv. Urbano e Transporte	51.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	30.000,00
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	21.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	51.000,00

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### DECRETO Nº 227/2017

Publicação Nº 1429365

DECRETO Nº 227/2017 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2017.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3681/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 19.417,80 (Dezenove mil quatrocentos e dezessete reais e oitenta centavos) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2016, apurado em fonte de recurso:

#### 1101. FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	19.417,80
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	19.417,80
3.3.90.00	Aplicação Direta	19.417,80
0.3.43.000000	Despesa com Concurso Público	19.417,80

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 16 de novembro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### DL229/2017-PMB

Publicação Nº 1429345

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 229/2017-PMB

OBJETO: Aquisição de longarinas para o Paço Municipal.

EMPRESA CONTRATADA: Jeferson da Silveira-ME

VALOR: R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

36 3/1 2011 344905242000000

JUSTIFICATIVA: Tal solicitação se faz necessária tendo em vista a reforma da sala da recepção do Paço Municipal. Optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2017 não ultrapassam o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria de Administração, apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Por delegação – Daniel Cesar da Luz  
Secretário de Administração

### DL232/2017-PMB

Publicação Nº 1429346

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 232/2017-PMB

OBJETO: Aquisição de recargas de extintores para uso da Secretaria Municipal de Educação, SECETUL e Secretaria Municipal de Saúde.

#### EMPRESAS CONTRATADAS:

ZEUS DO BRASIL LTDA  
VALOR: R\$ 4.638,40 (quatro mil seiscentos e trinta e oito reais e quarenta centavos) – itens: 01,02,03 e 04;

EXTINCENDIO COMÉRCIO DE MATERIAIS CONTRA INCENDIO LTDA EPP

VALOR: R\$ 2.615,00 (dois mil seiscentos e quinze reais) – itens: 05,06 e 07.

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

#### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

249 13/1 2049 3339030280000000  
810 7/1 2026 3339030280000000  
521 18/1 2033 3339030280000000  
530 18/1 2045 3339030280000000  
687 18/1 2042 3339030280000000

JUSTIFICATIVA: Tal solicitação se faz necessária tendo em vista a obrigatoriedade às normas de segurança, conforme determinação da Portaria 237 de 03/10/2000 do INMETRO. Optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2017 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Cultura, Esporte Turismo e Lazer, apresentaram 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Por delegação – Daniel Cesar da Luz  
Secretário de Administração

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102 DO PP 210/2017 – PMB.

Publicação Nº 1429367

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102 DO PP 210/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS COM APLICAÇÃO TTD(TABELA DE TEMPORALIDADE DOCUMENTAL).

VENCEDOR: ACERVO COMERCIO E SERVICOS LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 335.000,00

VIGÊNCIA: 17/11/2017 A 17/11/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 16 de novembro de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### PP 236/2017 - PMB

Publicação Nº 1429331

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 236/2017 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE NATAL, COMPREENDENDO A LOCAÇÃO E MONTAGEM DE PRESÉPIO, DECORAÇÃO, TRENÓ, VISITAS, DESFILES E PERSONAGEM DO PAI NOEL.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 09:45 horas, do dia 29 novembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 10:00 horas, do dia 29 novembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 16 de novembro de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**REVOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA 46/2017-FMS**

Publicação Nº 1428734

**Despacho de revogação**

O Município de Biguaçu comunica a Revogação do Processo Licitatório Chamada Pública nº 46/2017 - FMS, objetivando a " objetivando o credenciamento de empresa contratação de prestadoras de serviços de saúde especializados em fisioterapia, visando à ampliação dos serviços ofertados pela Rede Municipal de Saúde de Biguaçu, usando como referência os procedimentos estabelecidos no Anexo I do Edital (Termo de Referência), para um período de 12 meses, tendo em vista a falta de empresas interessadas em participar do processo licitatório em questão.

Biguaçu, 16 de novembro de 2017.

Daniel César da Luz

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.534/2017

Publicação Nº 1429233

DECRETO Nº 11.534, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DELEGA COMPETÊNCIA A DIRETORA GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração:

#### DECRETA

Art. 1º Fica delegada competência a Diretora Geral da Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, NEUSA PASTA FELIZETTI, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Secretaria, no período de 13 a 24 de novembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 11.540/2017

Publicação Nº 1429237

DECRETO Nº 11.540, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, no valor de R\$ 1.615.000,00 (um milhão, seiscentos e quinze mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0902 – Diretoria de Programas e Projetos Integrados

Atividade 09.02.12.122.0004.2039 – Man. Ativ. Programas e Projetos Integrados

Modalidade 3.3.90 (172) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0004.2340 – Man. Des. Ens. Educ. Básica – Pré - Escola

Modalidade 3.1.90 (233) Aplicações Diretas R\$ 1.600.000,00

Fonte de Recursos 0118.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º

deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

#### 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0902 – Diretoria de Programas e Projetos Integrados

Atividade 09.02.12.122.0004.2039 – Man. Ativ. Programas e Projetos Integrados

Modalidade 4.4.90 (173) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0004.2340 – Man. Des. Ens. Educ. Básica – Pré-Escola

Modalidade 3.1.91 (236) Aplicações Diretas R\$ 1.600.000,00

Fonte de Recursos 0118.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 21.352/2017

Publicação Nº 1429243

PORTARIA Nº 21.352, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, DO EXERCÍCIO DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e de conformidade com o art. 42 da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e alterações posteriores, e Memorando nº 412/2017, de 31 de outubro de 2017, resolve:

DISPENSAR, no dia 28 de setembro de 2017, os servidores públicos municipais relacionados no Anexo Único desta Portaria, ocupantes de cargos de provimento efetivo, do exercício das funções gratificadas de confiança – FGC, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, concedidas com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, na forma das respectivas denominações e percentuais, estabelecidos, no Anexo XXI da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.352/2017 - ANEXO UNICO**

Publicação Nº 1429246

**ANEXO ÚNICO**

PORTARIA Nº 21.352, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB				
Denominação da Função	Símbolo	Lei	Servidor Designado	Cargo Efetivo
Chefe de Serviços Internos do DSU	FGC-100%	1094/17	Graziela Lorencetti	Educador
Chefe de Manutenção de Vias Públicas	FGC-100%	1094/17	Douglas Comandolli	Engenheiro Civil
Chefe do Serviço de Recuperação Asfáltica	FGC-100%	1094/17	Paulo Roberto Skroch	Engenheiro Civil
Chefe de Apoio Técnico	FGC-100%	1094/17	Laércio Comandolli	Engenheiro Civil
Chefe de Manutenção de Praças Públicas	FGC-100%	1094/17	Wilson de Oliveira	Eletricista
Chefe de Apoio a Manutenção de Bairros	FGC-100%	1094/17	Éder Lucio Marchi	Engenheiro Civil
Chefe de Controle de Exploração de Jazidas	FGC-90%	1094/17	Hélcio Orlando Sauer	Engenheiro Civil
Coordenador de Medições e de Apoio à Fisc. de Serviços Urbanos (DSU)	FGC-90%	1094/17	Alan Alves da Silva	Agente Administrativo
Coordenador de Fiscalização de Obras de Iluminação	FGC-70%	1094/17	Marco Antonio da Rocha Maffra	Eletricista
Coordenador de Serviços de Hidrojateamento	FGC-70%	1094/17	Jorge Maurício Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais
Coordenador da Sinalização Vertical de Trânsito	FGC-70%	1094/17	Cristiano Reichert	Motorista
Coordenador de Serviços de Contabilidade	FGC-70%	1094/17	Célio Dias	Guarda de Trânsito - SE-TERB
Coordenador de Projetos de Iluminação Pública	FGC-70%	1094/17	Marco Soares	Eletricista
Coordenador de Compras e Suprimentos	FGC-70%	1094/17	Lindovan da Silva	Agente Administrativo
Coordenador dos Serviços de Carpintaria	FGC-70%	1094/17	Renato Piske	Fiscal de Obras Públicas
Coordenador de Limpeza Pública	FGC-70%	1094/17	Rosangela Silva de Souza	Agente Administrativo
Coordenador de Cemitérios	FGC-70%	1094/17	Silverio Klein	Motorista
Coordenador de Apoio a Manutenção de Vias pavimentadas	FGC-60%	1094/17	Célio João Paruzzolo	Agente Administrativo
Coordenador de Transportes	FGC-60%	1094/17	Rosenei Cristina Fischer	Agente Administrativo
Coordenador do Almoxarifado	FGC-60%	1094/17	Michelle Lang	Agente Administrativo
Coordenador de Patrimônio	FGC-50%	1094/17	Benildo Dall Azen	Agente Administrativo
Coordenador de Serviços Externos de Topografia	FGC-50%	1094/17	César Altamiro Zen	Desenhista Projetista
Assessor de Equipe de Serviço Nível I	FGC-40%	1094/17	Reinaldo Fronza	Operador de Maquinas
Assessor de Equipe de Serviço Nível I	FGC-40%	1094/17	Vilson Raiser	Operador de Máquinas
Assessor de Equipe de Serviço Nível I	FGC-40%	1094/17	José Roque Pereira	Operador de Máquinas
Assessor de Equipe de Serviço Nível II	FGC-20%	1094/17	Adoli Bibow	Agente de Serviços Especiais
Assessor de Equipe de Serviço Nível II	FGC-20%	1094/17	Amaldecir Bechtold	Mecânico
Assessor de Equipe de Serviço Nível II	FGC-20%	1094/17	Elemar Duggen	Agente de Serviços Especiais
Assessor de Equipe de Serviço Nível II	FGC-20%	1094/17	Carlos César Porto	Agente Administrativo
Assessor de Equipe de Serviço Nível II	FGC-20%	1094/17	Jair Thomé	Agente de Serviços Especiais
Assessor de Equipe de Serviço Nível II	FGC-20%	1094/17	Leonilda de Ataíde Schulte	Agente Administrativo

**PORTARIA Nº 21.353/2017**

Publicação Nº 1429248

PORTARIA Nº 21.353, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e de conformidade com o art. 42 da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e alterações posteriores, e Memorando SEURB nº 412/2017, de 31 de outubro de 2017, resolve:

DESIGNAR, no dia 29 de setembro de 2017, os servidores públicos municipais, relacionados no Anexo Único desta Portaria, ocupantes de cargos de provimento efetivo, para o exercício de funções gratificadas de confiança, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, na forma das respectivas denominações e percentuais, estabelecidas no Anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.353/2017 - ANEXO UNICO**

Publicação Nº 1429249

**ANEXO ÚNICO**

PORTARIA Nº 21.353, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

Denominação da Função	Símbolo	Lei	Servidor Designado	Cargo Efetivo	Exercício
Coordenador de Manutenção de Vias Públicas da Região 1 (DMB)	FGC-80%	1145/17	Paulo Roberto Skroch	Engenheiro Civil	29/09/2017
Coordenador de Manutenção de Vias Públicas da Região 2 (DMB)	FGC-80%	1145/17	Helcio Orlando Sauer	Engenheiro Civil	29/09/2017
Coordenador de Manutenção de Vias Públicas da Região 3 (DMB)	FGC-80%	1145/17	Eder Lucio Marchi	Engenheiro Civil	29/09/2017
Coordenador de Manutenção de Vias Públicas da Região 4 (DMB)	FGC-80%	1145/17	Douglas Comandolli	Engenheiro Civil	29/09/2017
Coordenador de Manutenção de Vias Públicas da Região 5 (DMB)	FGC-80%	1145/17	Laercio Comandolli	Engenheiro Civil	29/09/2017
Coordenador de Manutenção e Serviços de Praças Públicas e Jardins (DSU)	FGC-70%	1145/17	Alexandre Linhares Brollo	Engenheiro Civil	29/09/2017
Coordenador dos Serviços de Limpeza Pública (DSU)	FGC-70%	1145/17	Luiz Fernando Supis	Engenheiro Civil	29/09/2017
Coordenador dos Serviços de Poda e Arborização Urbana (DSU)	FGC-70%	1145/17	Valdeci Dutra	Engenheiro Civil	29/09/2017
Coordenador de Serviços de Apoio (DSU)	FGC-70%	1145/17	Luiz Fernando Procopio Gomes	Engenheiro Civil	29/09/2017
Coordenador de Recursos Humanos	FGC-70%	1145/17	Clarita Ballotim	Agente Administrativo	29/09/2017
Coordenador de Compras, Suprimentos e Patrimônio	FGC-70%	1145/17	Michelle Lang	Agente Administrativo	29/09/2017
Coordenador de Medições	FGC-70%	1145/17	Lindovan da Silva	Agente Administrativo	29/09/2017
Coordenador de Fiscalização de Manutenção de Iluminação	FGC-70%	1145/17	Marco Antonio da Rocha Maffra	Eletricista	29/09/2017
Coordenador da Sinalização Viária de Trânsito	FGC-70%	1145/17	Cristiano Reichert	Motorista	29/09/2017
Coordenador de Projetos de Iluminação Pública	FGC-70%	1145/17	Marcos Soares	Eletricista	29/09/2017
Coordenador de Apoio a Manutenção de Bairros (DMB)	FGC-60%	1145/17	Célio João Peruzzolo	Agente Administrativo	29/09/2017
Coordenador de ações Administrativas da Diretoria Manutenção Bairros (DMB)	FGC-60%	1145/17	Rosenei Cristina Fischer	Agente Administrativo	29/09/2017
Coordenador de Serviços de Relacionamento Institucional	FGC-50%	1145/17	Célio Dias	Guarda de Trânsito	29/09/2017
Coordenador do Serviço de Recuperação Asfáltica	FGC-50%	1145/17	Francine Carla Moretti	Engenheiro Civil	29/09/2017

Coordenador de Serviços Internos do DSU	FGC-40%	1145/17	Alan Alves da Silva	Agente Administrativo	29/09/2017
Coordenador de Medições e de Apoio à Fiscalização de Serviços Urbanos (DSU)	FGC-40%	1145/17	Rosângela Souza e Silva	Agente Administrativo	29/09/2017
Coordenador dos Serviços de Manutenção de Pontes e Pontilhões e Carpintaria (DSU)	FGC-40%	1145/17	Renato Piske	Fiscal de Obras Públicas	29/09/2017
Coordenador de Serviços de Praças e Jardins (DSU)	FGC-40%	1145/17	Wilson de Oliveira I	Eletricista	29/09/2017
Coordenador de Serviços de Manutenção de Cemitérios (DSU)	FGC-40%	1145/17	Silvério Klein	Motorista	29/09/2017
Assessor de Fiscalização dos serviços realizados por empresas terceirizadas pela DMB	FGC-40%	1145/17	Gelásio Raiser	Operador de Máquinas	29/09/2017
Assessor de Fiscalização dos serviços realizados por empresas terceirizadas pela DMB	FGC-40%	1145/17	Vilson Raiser	Operador de Máquinas	29/09/2017
Assessor de Fiscalização dos serviços realizados por empresas terceirizadas pela DMB	FGC-40%	1145/17	Reinaldo Fronza	Operador de Máquinas	29/09/2017
Assessor de Fiscalização dos serviços realizados por empresas terceirizadas pela DMB	FGC-40%	1145/17	José Roque Pereira	Operador de Máquinas	29/09/2017
Assessor de Fiscalização dos serviços realizados por empresas terceirizadas pela DMB	FGC-40%	1145/17	Amaldecir Bechtold	Mecânico	29/09/2017
Assessor de Fiscalização dos serviços realizados por empresas terceirizadas pela DMB	FGC-40%	1145/17	Luiz Henrique Fumagalli	Fiscal de Obras Públicas	29/09/2017
Assessor de Fiscalização dos serviços realizados por empresas terceirizadas pela DMB	FGC-40%	1145/17	Edezio de Oliveira	Operador de Máquinas	29/09/2017
Coordenador de serviço de Hidrojateamento	FGC-40%	1145/17	Jorge Mauricio Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais	29/09/2017
Assessor de Análise de Projetos	FGC-30%	1145/17	Silvio Gilberto do Nascimento	Engenheiro Civil	29/09/2017
Assessor de Protocolo e Recursos Humanos da Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária	FGC-20%	1145/17	Valdirene de Fátima Martins Leal	Agente Administrativo	29/09/2017
Assessor de Almoxarifado e Patrimônio da Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária	FGC-20%	1145/17	Eduardo Henrique Cunha da Costa	Agente Administrativo	29/09/2017
Assessor de Imuninação Pública	FGC-20%	1145/17	Viviane Nicoladelli Fantoni	Agente Administrativo	29/09/2017
Assessor de Serviços de Cadastro Topográficos	FGC-20%	1145/17	César Altamiro Zen	Desenhista Projetista	29/09/2017
Assessor do Almoxarifado (DMB)	FGC-20%	1145/17	Hermes Afonso Badia	Motorista	29/09/2017
Assessor de Serviços de Análise Técnica das Equipes de Drenagem	FGC-20%	1145/17	Benildo Dall Azen	Assistente Técnico	29/09/2017
Assessor de Serviços Manutenção de Solda	FGC-10%	1145/17	Vilmar Machado	Pedreiro de Manutenção	29/09/2017
Assessor de Serviços de manutenção	FGC-10%	1145/17	Jorge Luis Krauss	Servente de Serviços Gerais	29/09/2017
Assessor de Serviços de manutenção	FGC-10%	1145/17	Adoli Bibow	Agente de Serviços Especiais	29/09/2017
Assessor de Serviços de manutenção	FGC-10%	1145/17	Elomar Duggen	Agente de Serviços Especiais	29/09/2017

**PORTARIA Nº 21.354/2017**

Publicação Nº 1429251

PORTARIA Nº 21.354, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPENSA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e Memorando nº 023/2017, de 31/10/2017, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo e Memorando SEDEAD nº 893/2017, de 06/11/2017, resolve:

DISPENSAR, a contar de 31 de outubro de 2017, as servidoras públicas municipais abaixo, do exercício das seguintes funções gratificadas de confiança:

ELISANGELA GROH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo – SEDEC, da função gratificada de confiança de Coordenador de Gabinete - FGC-60%, naquela Secretaria, concedida pela Portaria nº 20.478, de 01/03/2017;

MARIA BERNADETE LOMBARDI MOREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da função gratificada de confiança de Assessor de Obrigações Patronais - FGC-50%, na Secretaria Municipal de Administração, concedida pela Portaria nº 20.478, de 01/03/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.355/2017**

Publicação Nº 1429252

PORTARIA Nº 21.355, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DESIGNA MARIA BERNADETE LOMBARDI MOREIRA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO - SEDEC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e de conformidade com o art. 42 da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e alterações posteriores, e Memorando SEDEAD nº 24/2017, de 31/10/2017, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de novembro de 2017, a servidora pública municipal MARIA BERNADETE LOMBARDI MOREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Gabinete - FGC-60%, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo – SEDEC, estabelecida no Anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.356/2017**

Publicação Nº 1429253

PORTARIA Nº 21.356, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

SAMUEL RODRIGUES, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 08 de novembro de 2017, conforme Processo Administrativo nº 8812/11/2017;

LETICIA DALRI MEIRELES, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 06 de novembro de 2017, conforme Processo Administrativo nº 8810/11/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.357/2017**

Publicação Nº 1429256

PORTARIA Nº 21.357, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.  
EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 47 da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017, de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015 e atendendo ao Memorando SEURB nº 411/2017-DAF de 31/10/2017, resolve:

EXONERAR, no dia 31 de outubro de 2017, os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargo em comissão na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB:

ATAIR CORREIA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Fiscalização de Região 2, símbolo CC-4, nomeado pela Portaria nº 20.653, de 24/03/2017;

ROBINSOM FERNANDO SOARES, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Manutenção de Bairros, símbolo CC-2, nomeado pela Portaria nº 20.514, de 07/03/2017;

NEY DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, nomeado pela Portaria nº 20.601, de 17/03/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.358/2017**

Publicação Nº 1429257

PORTARIA Nº 21.358, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.  
NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017, de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, atendendo ao Memorando SEURB nº 411/2017-DAF de 31/10/2017, resolve:

NOMEAR, no dia 1º de novembro de 2017:

EDÉSIO DE SOUZA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor de Fiscalização de Região 2, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB;

NEY DOS SANTOS, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Manutenção de Bairros, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB;

ROBINSOM FERNANDO SOARES, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.359/2017**

Publicação Nº 1429258

PORTARIA Nº 21.359, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA, LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 0892/2017, de 06 de novembro de 2017, resolve:

CONCEDER, a gratificação pela participação em ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, de que trata o artigo 32, inciso II, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, aos seguintes servidores públicos municipais, lotados na Secretaria Municipal da Promoção da Saúde:

RAFAELA REGINA DE ALMEIDA, matrícula nº 71097-3, contratada em caráter temporário para a função de Técnico em Enfermagem, a contar de 19 de outubro de 2017;

RONEY CICERO DE MENDONÇA, matrícula nº 71098-0, contratado em caráter temporário para a função de Técnico em Enfermagem, a contar de 26 de outubro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.360/2017**

Publicação Nº 1429259

PORTARIA Nº 21.360, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANE ANDREATTO DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 42, combinado com o Anexo XXI da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e Memorando RH SEMUDES nº 123/2017, de 08/11/2017, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, resolve:

DISPENSAR, no dia 07 de novembro de 2017, a servidora pública municipal ROSANE ANDREATTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor Administrativo e de Expediente - FGC-40%, concedida pela Portaria nº 21.229, de 11/09/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.361/2017**

Publicação Nº 1429260

PORTARIA Nº 21.361, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

DESIGNA JULIANA CARDOZO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e de conformidade com o art. 42 da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e alterações posteriores, e Memorando RH SEMUDES nº 123/2017, de 08/11/2017, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, resolve:

DESIGNAR, no dia 08 de novembro de 2017, a servidora pública municipal JULIANA CARDOZO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor Administrativo e de Expediente - FGC-40%, naquela Secretaria, estabelecida no Anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.362/2017**

Publicação Nº 1429261

PORTARIA Nº 21.362, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SUELLEN DE OLIVEIRA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 42, combinado com o Anexo XXI da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e Memorando nº 396/2017, de 08/11/2017, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DISPENSAR, no dia 07 de novembro de 2017, a servidora pública municipal SUELLEN DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor da Central de Abastecimento - FGC-30%, naquela Secretaria, concedida pela Portaria nº 21.211, de 05/09/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.363/2017**

Publicação Nº 1429263

PORTARIA Nº 21.363, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

DESIGNA ANDRÉ LUIZ DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e de conformidade com o art. 42 da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e alterações posteriores, e Memorando nº 396/2017, de 08/11/2017, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR, no dia 08 de novembro de 2017, o servidor público municipal ANDRÉ LUIZ DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor da Central de Abastecimento - FGC-30%, naquela Secretaria, estabelecida no Anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.364/2017**

Publicação Nº 1429264

PORTARIA Nº 21.364, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DESIGNA O PROFESSOR RICARDO THOMÉ DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR DA EBM "PROFº FERNANDO OSTERMANN" E CONCEDE-LHE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento o art. 16, I e III, da Lei nº 7.796, de 16/10/2012 e no art. 68, do Decreto nº 9.824, de 16/10/2012 e de conformidade com o Memorando nº 399/2017 – Gabinete SEMED, de 10/11/2017, resolve:

DESIGNAR, a contar de 16 de novembro de 2017, o Professor RICARDO THOMÉ DA SILVA, para o exercício da função de Diretor Escolar da EBM "Profº Fernando Ostermann", concedendo-lhe a gratificação de que trata a Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, em substituição ao Coordenador Pedagógico FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO, designado pela Portaria nº 19.248/2015, atualmente em licença para tratamento de saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.365/2017**

Publicação Nº 1429267

PORTARIA Nº 21.365, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANAMARIA DIAS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO - SEDEC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 42, combinado com o Anexo XXI da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e em atenção ao Memorando SEDEAD nº 0807/2017, de 07/11/2017, resolve:

DISPENSAR, no dia 17 de setembro de 2017, a servidora pública municipal ANAMARIA DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor da Gerência de Ciência e Tecnologia - FGC-40%, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo - SEDEC, concedida pela Portaria nº 20.478, de 01/03/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.366/2017**

Publicação Nº 1429268

PORTARIA Nº 21.366, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

DESIGNA ANAMARIA DIAS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e de conformidade com o art. 42 da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e alterações posteriores, e Memorando SEDEAD nº 807/2017, de 07/11/2017, resolve:

DESIGNAR, a contar de 18 de setembro de 2017, a servidora

pública municipal ANAMARIA DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Auditoria de Gestão – FGC-50%, naquela Secretaria, estabelecida no Anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 046/2017**

Publicação Nº 1429270

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NA RUA RODOLFO FROTSCHNER – ETAPA 2, BAIRRO VELHA GRANDE.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Concorrência nº. 03-040/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 04 (quatro) meses, ou seja, de 02 de novembro de 2017 até 1º de março de 2018.

DATA: 1º de novembro de 2017.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 166/2017**

Publicação Nº 1429271

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 166/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. AMANDA PERSUHN TIEDT.

OBJETO: Contrato de apoio financeiro.

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS AÇÕES CULTURAIS, DOS PRODUTOS CULTURAIS E DOS DONATIVOS: Altera-se a realização das ações culturais.

DATA: 06 de novembro de 2017.

### **EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2013**

Publicação Nº 1429272

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 169/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA CRIAÇÃO PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E

PROPAGANDA (LOTE I).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Concorrência nº. 03-008/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 26 de novembro de 2017 até 25 de novembro de 2018.

PREÇO: Renova o valor estimado do contrato que se mantém em R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).

DATA: 25 de outubro de 2017.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 172/2017**

Publicação Nº 1429274

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 172/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

GERVÁSIO LUZ.

OBJETO: Contrato de apoio financeiro.

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS AÇÕES CULTURAIS, DOS PRODUTOS CULTURAIS E DOS DONATIVOS: Altera-se a realização das ações culturais.

DATA: 08 de novembro de 2017.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 178/2015**

Publicação Nº 1429275

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 178/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA DTCOM DIRECT TO COMPANY S.A.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE CAPACITAÇÃO CORPORATIVA ATRAVÉS DA DISPONIBILIDADE DOS CONTEÚDOS EDUCACIONAIS NOS PONTOS DE RECEPÇÃO INSTALADOS NA PMB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 071/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de novembro de 2017 até 31 de outubro de 2018.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 54.975,39 (cinquenta e quatro mil novecentos e setenta e cinco reais e trinta e nove centavos).

DATA: 30 de agosto de 2017.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 217/2016**

Publicação Nº 1429276

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 217/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DOS SEIS TERMINAIS URBANOS DE PASSAGEIROS DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO, ASSIM COMO DAS QUATRO ESTAÇÕES DE EMBARQUE DE PASSAGEIROS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa de Licitação nº. 08-121/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 08 de novembro de 2017 até 05 de fevereiro de 2018, podendo ser rescindido a partir do 31º dia de vigência contratual em decorrência da homologação do Pregão Presencial nº. 135/2017.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 128.507,78 (cento e vinte e oito mil, quinhentos e sete reais e setenta e oito centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 385.523,34 (trezentos e oitenta e cinco mil quinhentos e vinte e três reais e trinta e quatro centavos), pelo período prorrogado.

DATA: 08 de novembro de 2017.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 226/2016**

Publicação Nº 1429277

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 226/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA, COM PREVISÃO DE 64.000 (SESSENTA E QUATRO MIL) HORAS PARA OS EVENTOS 33ª OKTOBERFEST 2016 E 34ª OKTOBERFEST 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 056/2016.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 35.811,27 (trinta e cinco mil oitocentos e onze reais e vinte e sete centavos) referente ao reajuste do valor contratual (2016/2017), totalizando o valor do contrato para o ano de 2017 em R\$ 1.105.251,27 (um milhão, cento e cinco mil duzentos e cinquenta e um reais e vinte e sete centavos) – sendo que o valor total para os 02 (dois) anos é de R\$ 2.138.880,00 (dois milhões cento e trinta e oito mil oitocentos e oitenta reais).

DATA: 25 de outubro de 2017.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 301/2016**

Publicação Nº 1429278

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 301/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA JUNKES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA PRAÇA AGNELO PAULO LANSER, LOCALIZADA NA RUA HERMANN TRIBESS, BAIRRO TRIBESS.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 02-011/2016.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 9.758,69 (nove mil setecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos).

DATA: 08 de novembro de 2017.

**EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 318/2015**

Publicação Nº 1429279

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 318/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA FAST MOTO CENTER LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 017/2015.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 1.246,39 (mil duzentos e quarenta e seis reais e trinta e nove centavos), em decorrência do acréscimo de 01 (um) veículo Renault Sandero para o período de 04 de novembro até 04 de dezembro de 2017.

DATA: 31 de outubro de 2017.

**HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-018/17**

Publicação Nº 1429281

Concorrência nº. 03-018-17 - Contratação de empresas para execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, nas Ruas: Augustinho Rodolfo da Silva (Bairro: Garcia) e Maurino Valentin Jacinto (Bairro: Nova Esperança), localizadas no Município de Blumenau/SC, conforme planilhas, Cronograma Físico Financeiro e demais especificações constantes neste edital. Contrato de Repasse 828691/2016 – Processo 2622.1029869 - Ministério das Cidades/CEF – SEINFRA. Contratadas: LOTE 01 - Rua Augustinho Rodolfo da Silva: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, no valor total de R\$102.553,38 (cento e dois mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos); LOTE 02 - Rua Maurino Valentin Jacinto: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, no valor total de R\$113.868,80 (cento e treze mil, oitocentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos);

**HOMOLOGAÇÃO CONVITE Nº 011/17**

Publicação Nº 1429283

Convite nº. 011-17 - Contratação de empresa especializada para obra de revitalização (pavimentação e rampa) Praça Bertha Rep-sold Blumenau, conforme memorial descritivo, planilhas, projetos e demais especificações constantes neste edital - SEDUR. Contrata-da: CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELLI EPP. No valor total de R\$ 70.383,45 (setenta mil trezentos e oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos).

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2017**

Publicação Nº 1429285

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2017  
Objeto: Registro Contratação de empresa especializada para loca-ção de equipamentos de Relógio registrador de ponto, com leitor biométrico e emissão de comprovante do ponto do trabalhador, com manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de bobi-na de papel para impressão do comprovante de ponto, conforme especificações constantes neste Edital, pelo período de 12 meses - Diversas Secretarias. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 29 de novembro de 2017, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 29 de no-vembro de 2017, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mails: pre-goes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Mu-nicipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e al-teração. Blumenau, 17/11/2017 – Neusa Pasta Felizetti, Secretária Interina.

**PORTARIA SEGEFI Nº 001/2017**

Publicação Nº 1429286

PORTARIA SEGEFI No 001/2017

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE PRAZOS E RECESSO DAS ATIVI-DADES PARA A UNIDADE DE JULGAMENTO SINGULAR E CONSE-LHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE.

ALAN JONES VANZUITEN, Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 199, inciso V, da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007 e RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário da Gestão Fi-nanceira de Blumenau, resolvem:

**SUSPENDER**

Os prazos processuais e CONCEDER o recesso das atividades a partir de 26 de dezembro de 2017 a 05 de fevereiro de 2017, com base no artigo nº. 46 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes e artigo nº. 201 da Lei Complementar 632/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de novembro de 2017.

ALAN JONES VANZUITEN  
Presidente do CMC

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL  
Secretário Municipal de Gestão  
Financeira

**EXTRATO Nº 551/2017 - FURB**

Publicação Nº 1429295

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 551/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

IMAGEM GEOSISTEMAS E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: Contratação do serviço de manutenção e atualização do Software ArcGIS, utilizado em diversas disciplinas do Curso de Engenharia Florestal da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 515/2017 e Contrato nº 282/2017 firmado em 01 de novembro de 2017.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 9.469,67 (nove mil quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 515/2017, especialmente quanto a Proposta de folha 07, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição básica do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	38611	1	Despesa	Manutenção do software ArcGIS Desktop Advanced de uso concorrente e limitado a fins educacionais (Educational Teaching Lab Pak), incluindo suporte técnico, serviço de manutenção de versão, cinquenta usuários nomeados para acessar dados e "online services" e mil créditos de serviço do ArcGIS Online Services.	7.891,39	7.891,39
2	38612	1	Despesa	Serviço de manutenção do software ArcGIS Spatial Analyst for Desktop, de uso corrente e limitado a fins educacionais (Educational Teaching Lab Pak), incluindo suporte técnico e serviço de manutenção de versão.	789,14	789,14
3	38613	1	Despesa	Despesa com serviço de manutenção do software ArcGIS 3D Analyst for Desk-top de uso corrente e limitado a fins educacionais (Educational Teaching Lab Pak), incluindo suporte técnico e serviço de manutenção de versão.	789,14	789,14
Preço Total (em R\$)				R\$ 9.469,67		

Preço Total (em reais, por extenso)	nove mil quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos
-------------------------------------	--

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias consecutivos após a prestação do serviço, desde que aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e entrega Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com possibilidade de extensão da referida duração até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, de acordo com o expresso no artigo 57, IV da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 31/11/2017

### EXTRATO Nº 597/2017 - FURB

Publicação Nº 1429296

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 597/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

DUNA SERVIÇOS INDUSTRIAIS S/A

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE ENTULHOS (RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO, AJARDINAMENTO E OUTROS), COM FORNECIMENTO DE RECIPIENTES (CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS OU CONTÊINERES) PARA OS DIVERSOS CAMPI DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 545/2017 e Contrato nº 297/2017 firmado em 13 de novembro de 2017.

PREÇO: A CONTRATANTE pagará o VALOR abaixo informado, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, constante de fl.43, 44 do Processo de Dispensa de Licitação nº545/2017.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	31237	40	Recipiente	Serviços de coleta e transporte de entulhos (resíduos de construção civil, ajardinamento e outros), com fornecimento de recipientes (caçambas estacionárias ou containers) nos diversos Campi da FURB, através de recipientes (caçambas estacionárias ou containers) com capacidade mínima de 5 m3. Com destinação final em aterro adequado para estes tipos de resíduos.	170,00	6.800,00
Valor Total Registrado (em reais, por extenso)				Seis mil e oitocentos reais		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) ao mês subsequente de prestação dos serviços, conforme Nota Fiscal, através de crédito na conta bancária da Contratada, na agência e banco que ela designar, atendidas as seguintes e concomitantes condições.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Contrato decorrente desta Dispensa terá vigência de 03 (três) meses, a partir de sua assinatura, renováveis por mais 03 (três) meses.

DATA: 16/11/2017

### EXTRATO Nº 598/2017 - FURB

Publicação Nº 1429298

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 598/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

FABRÍCIO JOSÉ BARBOSA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR FABRÍCIO JOSÉ BARBOSA PARA ATUAR NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU SUSTENTABILIDADE: AMBIENTES URBANOS E EDIFICAÇÕES.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 482/2017 e Contrato nº 283/2017 firmado em 01 de novembro de 2017.

PREÇO: Pelo objeto CONTRATADO, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 2.173,95 (dois mil cento e setenta e três reais e noventa e cinco centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 482/2017, especialmente quanto a Proposta de folhas31, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	Despesa	- Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. - Curso de Especialização em Sustentabilidade em Ambientes Urbanos. - Disciplina: Planejamento, com carga horária de 24 horas, conforme cronograma de fls. 05 a 23 dos autos.	2.173,95
Preço Total (em R\$)				2.173,95	
Preço Total (em reais, por extenso)				Dois mil cento e setenta e três reais e noventa e cinco reais.	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADO) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 16/11/2017

### EXTRATO Nº 599/2017 - FURB

Publicação Nº 1429308

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 599/2017

Dispensa de Licitação nº. 560/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, V, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAIS COM MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO, RODAPÉ E GUARNIÇÃO PARA A SALA DA REITORIA NO BLOCO A.. Contratada: DECOR HOUSE DECORAÇÕES LTDA EPP (02.657.827/0001-06). Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte e oito) dias após a entrega com instalação dos materiais. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 28.267,70 (vinte e oito mil, duzentos e sessenta e sete reais e setenta centavos)/ 01.09.12.364.0076.2009 (Pró-Reitoria de Administração)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.30 (Material de Consumo)/ 3.3.90.30.24 (Material para Manutenção de bens Imóveis).

Blumenau, 16 de novembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

### EXTRATO Nº 600/2017 - FURB

Publicação Nº 1429309

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 600/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 561/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 567/2017/PROGEF e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE ATUALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE LICENÇAS DO PACOTE DE FLUIDODINÂMICA COMPUTACIONAL ANSYS INC, NO ÂMBITO DO PROJETO V&VINCFO - FASE II :DESENVOLVIMENTO DE "BENCHMARKS" PARA VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO EM CFD DE ESCOAMENTO MULTIFÁSICO DA INDÚSTRIA DO REFINO DE PETRÓLEO 5850.0103010.16.9 FIRMADO ENTRE FURB/PETROBRAS. Contratada: ENGINEERING SIMULATION AND SCIENTIFIC SOFTWARE LTDA (00.796.437/0001-83). Forma de Pagamento: Em até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Compras execução do Serviço e entrega da NF. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: : R\$ 132.797,69 (cento e trinta e dois mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta e nove centavos) / 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 4.4.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)/ 4.4.90.39.94 (Aquisição de Software de Aplicação).

Blumenau, 16 de novembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 227/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1428801

PORTARIA Nº 227/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDORA MUNICIPAL DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios a servidora pública municipal Sra. Marli Antoninha Ambrósio, matrícula nº 159-7, com CPF sob nº 029.344.079-42, ocupante do cargo de Auxiliar Dos Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, referente ao período de 23/08/2013 a 23/08/2016, conforme art. 66 do Estatuto de Servidores. A partir do mês de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de novembro de 2017.  
RONALDO LUIZ SENGGER  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 228/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1428805

PORTARIA Nº 228/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios para servidor público municipal Sr. Claudemir Antônio Welter, portador do CPF sob nº 596.185.079-04, inscrito na matrícula sob nº 209-7, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, referente ao período de 01 de novembro de 2014 a 01 de novembro de 2017, conforme prevê no art. 66 do Estatuto de Servidores, a partir do mês de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de novembro de 2017.  
RONALDO LUIZ SENGGER  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 229/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1428815

PORTARIA Nº 229/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios para servidora pública municipal Sra. Sirlei Cantele Schmitz, inscrita na matrícula sob nº 693-9, portadora do CPF sob nº 824.252.309-63, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, referente ao período de 04/11/2014 a 04/11/2017, conforme prevê no art. 66 do Estatuto de Servidores. A partir do mês de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de novembro de 2017.  
RONALDO LUIZ SENGGER  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 230/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1428826

PORTARIA Nº 230/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPOE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APÓS TRES ANOS DE ESTAGIO PROBATORIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR Estável a servidora pública municipal Sra. Sirlei Cantele Schmitz, inscrita no CPF sob nº 824.252.309-63 e matrícula nº 693-9, ocupante do cargo de Auxiliar Dos Serviços Gerais, nomeada em 04/11/2014, após aprovação em Concurso Público, e ser submetida a avaliações em estágio probatório e atingido nota

média suficiente para sua aprovação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de novembro de 2017.

RONALDO LUIZ SENER

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 231/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1429467

PORTARIA Nº 231/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do

Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento ao Servidor Municipal Sr. JAIME OMAR ZIMMERMANN, inscrito no CPF sob nº 000.150.099-63, e matrícula sob nº 390-5, ocupante do cargo de operador, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, sendo do período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017 e período de concessão de 20/11/2017 a 09/12/2017. (20 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de novembro de 2017.

RONALDO LUIZ SENER

Prefeito Municipal

## **CÂMARA MUNICIPAL**

## **DECRETO HOMOLOGAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017**

Publicação Nº 1428823

DECRETO LEGISLATIVO Nº155 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DE CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Seção II (Atribuições da Câmara Municipal) artigo 13, inciso III da Lei orgânica, cominado com o inciso XXX, do artigo 44 do Regimento e CONSIDERANDO a publicação do resultado final referente ao Edital de Concurso Público 01/2017 nos sítios [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br) e [www.camarabomjesusdoeste.sc.gov.br](http://www.camarabomjesusdoeste.sc.gov.br)

DECRETA:

Art. 1º. Fica HOMOLOGADO o Resultado Final do Concurso Público, concernente ao Edital 01/2017, à vista da publicação, do mesmo, no sítio da empresa responsável pela realização do Concurso, bem como no sítio da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste- SC, para preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Câmara Municipal, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados das listagens ali publicadas.

Art. 2º. O Concurso Público terá validade pelo prazo de 02 anos, podendo ser prorrogado por igual período, conforme determinações constantes do Edital.

Art. 3º. Os aprovados serão convocados, dentro do limite das vagas oferecidas no Edital, de acordo com a necessidade da Câmara Municipal de Vereadores e para atender o interesse público, no prazo de validade do Concurso.

Art. 4 - Este Decreto Legislativo entrar em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 16 de novembro de 2017.

ANTONIO NASCIMENTO

Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Elmer Zimmermann

1º Secretário da Mesa Diretora

**RREO 4º BIMESTRE 2017- ANEXO XIV**

Publicação Nº 1428630

Página: 1 de 2  
13/11/2017 13:30

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo XIV (LRF, Art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre
<b>RECEITAS</b>	
Previsão Inicial da Receita	0,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00
Receitas Realizadas	0,00
Déficit Orçamentário	481.636,10
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	-
<b>DESPESAS</b>	
Dotação Inicial	687.000,00
Créditos Adicionais	0,00
Dotação Atualizada	687.000,00
Despesas Empenhadas	493.844,32
Despesas Liquidadas	481.636,10
Despesas Pagas	475.539,97
Superávit Orçamentário	-

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	493.844,32
Despesas Liquidadas	481.636,10

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida	12.899.871,23

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o bimestre
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	0,00
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	0,00	
Resultado Primário	0,00	13.399.338,14	

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 2 de 2  
13/11/2017 13:30

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo XIV (LRF, Art. 48)

Em Reais

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15%	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Nov/2017, 13h e 30m.

\_\_\_\_\_  
ANTONIO NASCIMENTO  
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO  
000.178.149-95

\_\_\_\_\_  
ADRIANA ESTEFANI  
CONTADORA  
021143/0-2

## RREO 5º BIMESTRE 2017- ANEXO 3

Publicação Nº 1428632

Página: 1 de 1  
13/11/2017 13:36

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Novembro/2016 a Outubro/2017

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)

Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Novembro/2017	Dezembro/2017	Janeiro/2017	Fevereiro/2017	Março/2017	Abril/2017			
	Maio/2017	Junho/2017	Julho/2017	Agosto/2017	Setembro/2017	Outubro/2017			
RECEITAS CORRENTES (I)	1.257.427,01	1.681.837,83	939.582,03	1.081.665,85	877.282,50	938.510,48			
	1.064.234,49	1.115.074,94	1.133.512,63	937.145,48	973.980,48	899.617,51			-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.257.427,01	1.681.837,83	939.582,03	1.081.665,85	877.282,50	938.510,48			
	1.064.234,49	1.115.074,94	1.133.512,63	937.145,48	973.980,48	899.617,51			-
Outras Transferências Correntes	1.257.427,01	1.681.837,83	939.582,03	1.081.665,85	877.282,50	938.510,48			
	1.064.234,49	1.115.074,94	1.133.512,63	937.145,48	973.980,48	899.617,51			-
DEDUÇÕES (II)	-	-	-	-	-	-			
	-	-	-	-	-	-			-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	1.257.427,01	1.681.837,83	939.582,03	1.081.665,85	877.282,50	938.510,48			
	1.064.234,49	1.115.074,94	1.133.512,63	937.145,48	973.980,48	899.617,51			-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Nov/2017, 13h e 36m.

ANTONIO NASCIMENTO  
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO  
000.178.149-95

ADRIANA ESTEFANI  
CONTADORA  
021143/0-2

RREO 5º BIMESTRE 2017- ANEXO 7

Publicação Nº 1428627

Página: 1 de 1  
13/11/2017 13:39

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 7 (LRF, art.53, inciso V)											
Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES											
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos			Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016	(a)				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016	(g)		
	(a)	(b)	(c)	(d)	e=(a+b)-(c+d)		(f)	(g)	(h)	(i)	(j)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Poder Legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Nov/2017, 13h e 39m.											

Não existem registros a serem impressos.

ANTONIO NASCIMENTO  
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO  
000.178.149-95

ADRIANA ESTEFANI  
CONTADORA  
021143/0-2

**RREO 5º BIMESTRE 2017- ANEXO I**

Publicação Nº 1428620

Página: 1 de 3  
13/11/2017 13:12

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							Em Reais
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>OPERÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)</b>	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>DÉFICIT(VI)</b>	-	-	-	-	481.636,10	-	-
<b>TOTAL(VII)=(V+VI)</b>	-	-	-	-	481.636,10	-	-481.636,10
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Página: 2 de 3  
13/11/2017 13:12

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais									
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE O BIMESTRE (j)
			No Bimestre (f)	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	687.000,00	687.000,00	87.855,14	493.844,32	193.155,68	90.338,99	481.636,10	205.363,90	475.539,97
DESPESAS CORRENTES	587.000,00	587.000,00	87.855,14	486.644,32	100.355,68	90.338,99	474.436,10	112.563,90	468.339,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	420.000,00	420.000,00	66.496,67	361.690,11	58.309,89	66.496,67	361.352,41	58.647,59	355.558,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	167.000,00	167.000,00	21.358,47	124.954,21	42.045,79	23.842,32	113.083,69	53.916,31	112.781,51
DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	100.000,00	-	7.200,00	92.800,00	-	7.200,00	92.800,00	7.200,00
INVESTIMENTOS	100.000,00	100.000,00	-	7.200,00	92.800,00	-	7.200,00	92.800,00	7.200,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	687.000,00	687.000,00	87.855,14	493.844,32	193.155,68	90.338,99	481.636,10	205.363,90	475.539,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	687.000,00	687.000,00	87.855,14	493.844,32	193.155,68	90.338,99	481.636,10	205.363,90	475.539,97
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	687.000,00	687.000,00	87.855,14	493.844,32	-	90.338,99	481.636,10	-	475.539,97
RESERVA DO RPDS	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Nov/2017, 13h e 12m.

Página: 3 de 3  
13/11/2017 13:12

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

**Balanco Orçamentário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

ANTONIO NASCIMENTO	ADRIANA ESTEFANI
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO	CONTADORA
000.178.149-95	021143/0-2

## RREO 5º BIMESTRE 2017- ANEXO II

Publicação Nº 1428625

Página: 1 de 1  
13/11/2017 13:33

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c') R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b)/total b			(d)/Total d	
				%			%	
DESPESAS(EXCETO INTRA)	687.000,00	687.000,00	87.855,14	493.844,32	100,00	90.338,99	481.636,10	205.363,90
Legislativa	687.000,00	687.000,00	87.855,14	493.844,32	100,00	90.338,99	481.636,10	205.363,90
Ação Legislativa	687.000,00	687.000,00	87.855,14	493.844,32	100,00	90.338,99	481.636,10	205.363,90
DESPESAS INTRAORÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	687.000,00	687.000,00	87.855,14	493.844,32	100,00	90.338,99	481.636,10	205.363,90

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Nov/2017, 13h e 33m.

ANTONIO NASCIMENTO	ADRIANA ESTEFANI
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO	CONTADORA
000.178.149-95	021143/0-2

# Bom Retiro

## PREFEITURA

**1077.11.17 - P. DES. MONITOR DANIELA SOUZA**

Publicação Nº 1428684

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1077/17 de 13.11.17

Designa Monitor de Creche em Caráter Temporário  
O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designar Daniela de Souza, para atuar como Monitor de Creche 40 horas semanais na Creche Municipal Patrícia Deucher, no período de 13 de novembro ao término no dia 20 de dezembro de 2017, em virtude de sua classificação em 10º lugar na Chamada Pública 07/2017 para Contratação de Monitor de Creche ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Monitor de Creche – Padrão I, Nível 16 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1078.11.17 - P. APOSENTADORIA CHIRLEI AP. RUZZA**

Publicação Nº 1428685

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1078/17 de 13.11.17  
Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC;

**RESOLVE:**

Fica a servidora municipal Chirlei Aparecida Ruzza ocupante do cargo efetivo de Professor I - 3, Padrão I, Nível 22, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Aposentada por Tempo de contribuição, conforme Benefício 159.584.100-5, Espécie: 57, enquadrada no Regime Geral de Previdência Social, Cfe. Leis Municipais n.º 1494 de 16 de Março de 2000 e 1499 de 27 de Março de 2000, a partir da presente data 13.11.2017, com benefícios do Caixa do Tesouro Nacional (INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) bem como fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 35, da Lei Municipal nº 01/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1079.11.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MAGDA R. CRUZ**

Publicação Nº 1428686

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1079/17 de 13.11.17  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 08 de novembro de 2017, a funcionária Magda Regina da Cruz, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Paraiso da Serra.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1080.11.17 - P. LIC. MOT. P. FAM. JANIA CASTANHEIRO**

Publicação Nº 1428687

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1080/17 de 13.11.17  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em realização de consulta, no dia 09 de novembro de 2017, a funcionária Jânia Castanheiro, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **1081.11.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE SANDRA M. ROSSINI**

Publicação Nº 1428689

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1081/17 de 13.11.17  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

#### **RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde, nos dias 09, 10 e 11 de novembro de 2017, a funcionária Sandra Maria Rossini, ocupante do cargo de Secretário Adjunto de Saúde – Padrão I – Nível 33, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **1082.11.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILLIAN FLOR**

Publicação Nº 1428690

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1082/17 de 14.11.17  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

#### **RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 10 de novembro de 2017, a funcionária Marillian Flor,

ocupante do cargo de Professor de Educação Física – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar São José e Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
14 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **1083.11.17 - P. CESSA EF. HELIO T. SILVEIRA**

Publicação Nº 1428691

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1083/17 de 14.11.17

Cessa Efeitos da Portaria N.º 977/17 de 05.10.17

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Cessar os efeitos da Portaria n.º 977/17 de 05.10.17, que prorrogou a Licença para Tratamento de Saúde ao funcionário Hélio Tadeu Silveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a partir do dia 14 de novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
14 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **1084.11.17 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAÚDE ELI T. P. HEMCKMAIER**

Publicação Nº 1428692

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1084/17 de 16.11.17

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

#### **RESOLVE:**

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde, de acordo com a perícia médica apresentada até o dia 30 de novembro de 2017, a funcionária Eli Terezinha Perroni Hemckmaier, ocupante do cargo de

Servente – Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
16 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

#### **1085.11.17 - P. DES. PROF. RITA RASSWEILER**

Publicação Nº 1428693

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1085/17 de 16.11.17

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Rita Rassweilrt, para atuar como Professora de Ensino Fundamental 20 horas semanais no Núcleo Municipal São José, no período de 14 de novembro com término no dia 20 de dezembro de 2017, para Contratação de Professor ACT – Ensino Fundamental – Habilitada, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição da Servidora Chirlei Ruzza que se aposentou e não temos concurso público válido.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
16 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

#### **1086.11.17 - P. DES. SERV. SANDRA CORREIA**

Publicação Nº 1428695

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1086/17 de 16.11.17

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Sandra Correa, para atuar como Servente 40 horas

semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 14 de novembro com término no dia 15 de dezembro de 2017, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Chamada Pública nº 10/2017 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: substituição de Silvana Cristina Alano que encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
16 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA

Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

#### **1087.11.17 - P. DES. SERV. ANA P. SANTOS**

Publicação Nº 1428697

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1087/17 de 16.11.17

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Ana Paula dos Santos, para atuar como Servente 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 14 de novembro com término no dia 20 de dezembro de 2017, em virtude de sua classificação em 5º lugar na Chamada Pública nº 10/2017 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: substituição de Antônia Dejanir Rabelo Albuquerque que encontra-se em Licença Prêmio.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
16 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA

Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

#### **1088.11.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA N. B. SCHLEMPER**

Publicação Nº 1428698

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1088/17 de 16.11.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar

n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento odontológico, no dia 13 de novembro de 2017, a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
16 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 2.099-2017 - ANULAÇÃO DOC**

Publicação Nº 1428223

=====

D E C R E T O Nº 2.099/2017

=====

**"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2017"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.10º da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais), conforme abaixo especificado:

04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-025-2.15	Manutenção da Biblioteca a Disposição da Rede de Ensino do Município
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(421)	Recursos Ordinários ..... R\$ 1.200,00
11000	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11001	Fundo Municipal de Saúde
10-301-090-2.70	Manutenção, Operação e Implantação de Academias de Saúde
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02 (355)	Receita de Impostos e Transf. De Impostos Saúde ..... R\$ 1.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-025-2.15	Manutenção da Biblioteca a Disposição da Rede de Ensino do Município
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(423)	Recursos Ordinários ..... R\$ 1.200,00
11000	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11001	Fundo Municipal de Saúde
10-301-090-2.70	Manutenção, Operação e Implantação de Academias de Saúde
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02 (345)	Receita de Impostos e Transf. De Impostos Saúde ..... R\$ 1.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 14 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 14 de novembro de 2017.

Jose Luiz Colombi  
Prefeito Municipal

**PL56/2017-PP47/2017-ASFALTO  
RETIFICAÇÃO EDITAL Nº01/2017****FRIO-**

Publicação Nº 1428885

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Botuverá  
PREGÃO PRESENCIAL 047/2017  
RETIFICAÇÃO DE EDITAL Nº01/2017

A prefeitura de Botuverá, torna público, à todas as empresas interessadas em participar do referido certame, no Anexo I-Termo de Referência, na tabela do item 1 (Do Objeto), o valor de R\$ 23.230,00, ao valor médio e R\$ 23,23, passa a constar também o quantitativo de 1.000 (mil) sacas. Desta forma fica alterada a data de abertura do certame para 29/11/2017, às 14:30 horas.

Botuverá 16 de novembro de 2017.  
José Luiz Colombi  
Prefeito

**PORTARIA DEMITE SERVIDOR TEMPORARIO  
CONTRATO198 2017**

Publicação Nº 1428352

PORTARIA Nº 198/2017

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- PEDIDO DE DEMISSÃO FORMULADO PELO EMPREGADO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) ELES-SANDRO SANTOS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo temporário de SERVENTE DE OBRAS, a partir de 13/11/2017.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do pedido de demissão do empregado.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá(SC), 13 de novembro de 2017.  
JOSE LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 098 2017

Publicação Nº 1428477

DECRETO Nº. 098/2017.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2016, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais.), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

06 – SECRETARIA DE ESPORTES

01 – DESPORTO AMADOR

2.050 – Manutenção do Desporto Amador

(139) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.3.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

TOTAL ..... R\$ 40.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2016 do recurso 3.0000 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 13 de novembro de 2017.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 099 2017

Publicação Nº 1428776

Decreto nº 099/2017 13/11/2017.

Homologa a Resolução nº 013/2017 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

Decreta:

Art.1º - Fica homologada a Resolução nº 013/2017, de 07/11/2017 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que dispõe e estabelece sobre repasse de recursos do Fundo para a Infância e Adolescência, doados por pessoas físicas e jurídicas a organizações não governamentais, conforme cópia em anexo.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Art.3º da lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 13 de novembro de 2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 100 2017

Publicação Nº 1428791

DECRETO Nº. 0100/2017.

Anula e Suplementa no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2016, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezessete, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.095 – Assistência Farmacêutica Básica

(34) – 3.3.93.00.00.00.00.00.3.0167 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.095 – Assistência Farmacêutica Básica

(24) – 3.3.90.00.00.00.00.00.3.0167 – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 16 de Novembro de 2017.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 12/2017 FMS

Publicação Nº 1427875

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 12/2017 FMS

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67

Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Carlos Koerich Engenharia ME

CNPJ: nº 23.722.533/0001-82

Sito a Rua Tiradentes, sala 03, 20

Cidade de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina

Objeto: CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO E BLOCOS COM ÁREA DE 46,61 M2, NA UBS DA RUA DOM PEDRO, KM 15, MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO- SC, CONFORME EDITAL E ANEXOS.

Data da assinatura: 14/11/2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017 PMBT

Publicação Nº 1416160

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Número do Registro de Preços: 12/2017 Data do Registro: 17/05/2017 Válido até: 17/05/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais organizados pela CME (Comissão Municipal de Esportes) no município de Braco do Trombudo, envolvendo somente equipes locais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Arbitragem para futsal (contendo 2 (dois) árbitros e 1 (um) mesário (19825)	JG	LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA (9217)		0	167,1699	1
2	Arbitragem para futebol suíço contendo 1 (um) árbitro e 1 (um) mesário (19828)	JG	LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA (9217)		0	145,9113	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017**

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 12/2017		Data do Registro: 17/05/2017		Válido até: 17/05/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais organizados pela CME (Comissão Municipal de Esportes) no município de Braço do Trombudo, envolvendo somente equipes locais.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	deslocamento de arbitragem (19829)	D	LIGA DESPORTIVA DA MICORREGIAO DA CEBOLA (9217)		0	62,8095	1

3	deslocamento de arbitragem (19829)	D	LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA (9217)		0	62,8095	1
---	------------------------------------	---	--	--	---	---------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Número do Registro de Preços: 12/2017		Data do Registro: 17/05/2017		Válido até: 17/05/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais organizados pela CME (Comissão Municipal de Esportes) no município de Braço do Trombudo, envolvendo somente equipes locais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017  
PROCESSO Nº 18/2017

(9217) - LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA

Braço do Trombudo, 17 de Maio de 2017.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 26/2017 PMBT

Publicação N° 1428426

Página: 1/27

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 26/2017

Número do Registro de Preços: 26/2017 Data do Registro: 16/11/2017 Válido até: 16/11/2018

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serrit, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LUVA PBA 110X100MM (6915)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	31,1770	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	27,2800	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	27,4730	3
2	Luva PBA 85x75 mm. (10645)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	15,8240	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	16,6600	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	21,8734	3
3	Luvas Soldavel 85 mm (14391)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	7,8287	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	7,2911	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	12,0100	3
4	LUVA PBA 60 MM (7359)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	6,3236	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	6,5200	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	7,2911	3
5	LUVA SOLDABEL 60MM (6919)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	4,8305	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	3,3142	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 2/27

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 16/11/2017		Válido até: 16/11/2018		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Luvas Correr 40mm. (14388)		HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	4,6400	3
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	6,4962	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	6,6283	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	10,4000	3
7	Luva soldável 40mm. (7244)						
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	1,8323	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,3257	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	1,5200	3
8	Luvas correr 32 MM (14382)						
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	4,8905	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	2,7700	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	5,9655	3
9	LUVA SOLDÁVEL 32MM (6922)						
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	0,9014	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,6628	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	1,1800	3
10	Luva soldável 25mm (7243)						
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	0,5193	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 3/27

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 16/11/2017		Válido até: 16/11/2018		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Luva soldável 50mm (7245)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,3314	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	0,3400	3
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	2,1654	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,3257	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	2,3500	3
12	Luva de correr 50 mm (18696)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	6,8293	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	5,9655	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	12,7400	3
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	85,9882	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	57,9984	2
13	Curva PBA 90° 110mm (7979)		WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	58,3820	3
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	AMANCO	0	75,1000	4
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	42,2703	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	57,9984	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	12,7400	3
14	CURVA 45° PBA 110MM (6963)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	42,2703	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	57,9984	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	AMANCO	0	75,1000	4
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	42,2703	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	57,9984	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 4/27

**Número do Registro de Preços: 26/2017      Data do Registro: 16/11/2017      Válido até: 16/11/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Curva PBA 90° 85mm (7980)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	52,2151	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTITUT	0	57,9984	3
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	TIGRE	0	67,9100	4
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	32,0671	1
16	CURVA 45° PBA 85MM (6964)	UND	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	32,8200	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	36,0381	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTITUT	0	44,6141	4
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	26,2367	1
17	Curva soldável 90° 85mm (7981)	UND	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	30,8700	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	31,9537	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTITUT	0	42,8296	4
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	CEB	0	20,4064	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	25,6271	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 5/27

**Número do Registro de Preços: 26/2017      Data do Registro: 16/11/2017      Válido até: 16/11/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Curva soldável 45° 85mm (7982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVAS	0	26,7685	3
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	34,3300	4
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	CEB	0	18,9488	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	AMANCO	0	25,6900	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	27,2288	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVAS	0	29,4453	4
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	16,0336	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	12,8135	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	13,3842	3
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	TIGRE	0	17,4400	4
20	Curva soldável 50mmx90 (18697)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	CEB	0	5,5389	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLSTILIT	0	4,4614	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,7421	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 6/27

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 16/11/2017		Válido até: 16/11/2018		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Joelho soldável 85 mm. (10646)		HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	7,1700	4
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	15,6400	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTITUT	0	25,0000	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	32,6900	3
22	Joelho soldável 50 x90 (18698)						
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	3,5700	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTITUT	0	2,0000	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	2,8100	3
23	Joelho soldável 90° 60mm (7984)						
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	5,2700	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	8,4900	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTITUT	0	8,5000	3
24	Joelho soldável 25x90 (18699)						
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	0,7000	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	0,3400	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTITUT	0	0,6000	3
25	Joelho soldável 45° 60mm (7985)						
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	4,9300	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 7/27

**Número do Registro de Preços: 26/2017 Data do Registro: 16/11/2017 Válido até: 16/11/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Joelho soldável 40mm (7986)	UND	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	7.0000	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	8.8000	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	1.7000	1
27	Joelho soldável 32mm (7987)	UND	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	2.4900	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2.9000	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	1.3600	1
28	TEE PBA 65MM (6924)	UND	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	AMANCO	0	1.3300	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2.1000	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	34.7210	1
29	TEE PBA 85X60MM (6925)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	30.6122	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	30.9800	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	23.6111	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	24.8724	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	AMANCO	0	30.5100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 8/27

Número do Registro de Preços: 26/2017 Data do Registro: 16/11/2017 Válido até: 16/11/2018

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	TEE PBA 60MM (6926)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	11,8056	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	14,7400	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTITUT	0	17,2194	3
31	Tee soldável 85mm (7988)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	15,2778	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTITUT	0	18,4949	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	31,1000	3
32	Tee soldável 60mm (7989)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	4,4444	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTITUT	0	5,7398	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	9,0300	3
33	Tee soldável 40mm. (7251)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	3,4722	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTITUT	0	3,5714	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	4,8600	3
34	TEE SOLDÁVEL 32MM (6928)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	1,8056	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTITUT	0	1,7857	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 9/27

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 16/11/2017		Válido até: 16/11/2018		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Tee soldável 50 mm (18700)		HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	2,2700	3
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	3,8889	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,5510	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	5,8200	3
36	REDUÇÃO PBA 110X85MM (6929)						
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	29,7460	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVAS	0	17,7440	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	19,7900	3
37	Redução 85 x 60 MM (14363)						
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	6,1026	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	10,8200	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	12,2008	3
38	Redução 60 x 40 mm (10636)						
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	3,0064	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	3,0502	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	4,5100	3
39	REDUÇÃO 60X32MM (6933)						
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	2,1359	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 10/27

**Número do Registro de Preços: 26/2017      Data do Registro: 16/11/2017      Válido até: 16/11/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	REDUÇÃO 40X32MM (6934)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,6637	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	TIGRE	0	3,7000	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	0,7628	1
41	Redução 50x25 (18701)	UND	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	0,5300	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,1092	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	0,9154	1
42	CAP 110MM (6935)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,2755	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	1,8200	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	22,8848	1
43	CAP 85MM (6936)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVAS	0	16,0829	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	AMANCO	0	18,5100	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	6,1026	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	11,4600	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	13,8646	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 11/27

**Número do Registro de Preços: 26/2017      Data do Registro: 16/11/2017      Válido até: 16/11/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	CAP 60MM (6337)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	3,0513	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	3,3275	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	AMANCO	0	5,3600	3
45	CAP 40MM (5366)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	1,5257	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	0,8200	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,3310	3
46	CAP 32 MM (5367)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	0,9154	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	0,5000	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,8319	3
47	CAP 50 mm (18702)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	1,6782	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	1,1500	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,3865	3
48	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 110 x 3/4 (6166)	PC	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	DOAL	0	7,5841	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	TIGRE	0	9,1600	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 12/27

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 16/11/2017		Válido até: 16/11/2018		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
49	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 85X3/4 (6940)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	DOAL	0	7,1850	1		
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	TIGRE	0	7,7400	2		
50	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 60X3/4 (6941)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	DOAL	0	5,9875	1		
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	TIGRE	0	6,4000	2		
51	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 40X3/4 (6942)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	DOAL	0	5,1882	1		
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	AMANCO	0	4,4400	2		
52	Colar tomada PVC com travas 32 c 3/4 (16844)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	DOAL	0	5,9875	1		
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	AMANCO	0	4,4000	2		
53	FLANGE PVC 85MM (6938)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	81,0880	1		
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVAS	0	78,5250	2		
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	108,0000	3		
54	Flange pvc 60mm (16710)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	16,8932	1		
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	14,9573	2		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 13/27

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 16/11/2017		Válido até: 16/11/2018		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	23,0000	3
55	Flange 2" ½ 75 mm . (10623)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	69,2621	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVAS	0	67,3077	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	72,0000	3
56	Flange soltável 50 mm (18703)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	6,7573	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	6,7308	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	11,0000	3
57	Flange 3"X 1/2 100 MM (14390)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	108,1165	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVAS	0	157,0513	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	227,4700	3
58	Adaptador p/ mangueira 20mm c/ registro 3/4 (7990)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	6,5268	1
			COCK Comercial Eireli - EPP (9645)	Doatlastic	0	6,4538	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	7,9328	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 14/27

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 16/11/2017		Válido até: 16/11/2018		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	Emenda para mangueira preta 3/4 (18704)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	8,0067	4
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	CIPLA	0	0,6159	1
			CCK Comercial Eireli - EPP (9645)	Plastilit	0	1,1462	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASFAN	0	1,2695	3
60	ADAPTADOR P/MANGUEIRA 20 MMX3/4" (5381)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,3522	4
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	2,4476	1
			CCK Comercial Eireli - EPP (9645)	Dualplastic	0	3,4385	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	4,2369	3
61	EMENDA P/ MANG. C/ REGISTRO 20MM (6164)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	4,2618	4
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	8,1586	1
			CCK Comercial Eireli - EPP (9645)	Dualplastic	0	6,6308	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	8,1132	3
62	EMENDA P/ MANG. C/ REGISTRO 20MM (6164)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	8,2244	4
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (8646)	TIGRE	0	8,1586	1
			CCK Comercial Eireli - EPP (9645)	Dualplastic	0	6,6308	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	8,1132	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 15/27

**Número do Registro de Preços: 26/2017      Data do Registro: 16/11/2017      Válido até: 16/11/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	Adesivo 175gr (7994)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	9,2464	1
			CCK Comercial Eireli - EPP (9645)	Amazonas	0	9,8693	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	10,8812	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	11,7190	4
63	Adesivo 75gr (7995)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	3,1275	1
			CCK Comercial Eireli - EPP (9645)	Amazonas	0	3,5308	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	4,0805	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	4,3270	4
64	Solução preparadora para PVC 200 ml. (10841)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	8,1586	1
			CCK Comercial Eireli - EPP (9645)	Krona	0	6,2154	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	7,6624	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	7,7075	4
65	Adaptador p/ caixa d'água com Registro 32 MM (14385)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	17,6769	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 16/27

**Número do Registro de Preços: 26/2017      Data do Registro: 16/11/2017      Válido até: 16/11/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação de Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
66	Emenda para mangueira ¾ (10616)		CCK Comercial Eireli - EPP (9645)	Plastilit	0	17,3001	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	20,7336	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	21,4632	4
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	CIPLA	0	0,6159	1
67	Abraçadeira ¾ (10617)		WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASFAN	0	1,3602	2
			CCK Comercial Eireli - EPP (9645)	Doatlastic	0	1,4615	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,8029	4
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	0,9518	1
68	Abraçadeira 75 mm inox (10625)		CCK Comercial Eireli - EPP (9645)	RF	0	1,3154	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	1,3602	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	1,6226	4
		UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	HDL	0	38,0734	1
			CCK Comercial Eireli - EPP (9645)	RF	0	37,2694	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 17/27

**Número do Registro de Preços: 26/2017      Data do Registro: 16/11/2017      Válido até: 16/11/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	Abraçadeira 100 mm inox. (10626)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SULAR E AGL	0	45,9746	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	46,2451	4
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	HDL	0	55,7503	1
			COCK Comercial Eireli - EPP (9645)	RF	0	53,1079	2
70	Adaptador 3/4 25 mm (16840)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SULAR E AGL	0	64,9053	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	65,8948	4
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	0,3679	1
			COCK Comercial Eireli - EPP (9645)	Plastilit	0	1,6923	2
71	Registro soldável 50 mm (18705)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	1,8135	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,0734	4
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	COVAL	0	16,8086	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	17,9200	2
72	Registro Bortolota 3/4. (10638)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	6,7914	1

Página: 18/27

Número do Registro de Preços: 26/2017			Data do Registro: 16/11/2017		Válido até: 16/11/2018		
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	TIGRE	0	4,6400	2
73	Registro PVC 110mm (7996)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	COVAL	0	271,6570	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	227,1400	2
74	Registro PVC 85mm (7997)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	COVAL	0	127,3392	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	132,2100	2
75	Registro PVC 60mm (7998)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	COVAL	0	33,7873	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	28,0200	2
76	Registro PVC 40 mm. (10639)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	COVAL	0	12,3944	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	16,3000	2
77	REGISTRO PVC 32MM (1791)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	COVAL	0	6,9612	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	12,4700	2
78	Fita veda rosca 18x10 (7280)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	GOLL	0	1,6979	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	PISAFIX	0	1,1500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 19/27

**Número do Registro de Preços: 26/2017      Data do Registro: 16/11/2017      Válido até: 16/11/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
79	Mangueteira ramal predial 20mm. (7992)	M	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	3,0600	1
80	Mangueteira transparente 3/4 (8638)	MTS	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	HDL	0	2,8900	1
81	Mangueteira preta 1/2 (18706)	M	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	HDL	0	0,8500	1
82	Bóia elétrica 15 ampere. (10642)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	SHNEIDER	0	34,0000	1
83	Bomba subterránea 3/4 875 WTS (16639)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	SHNEIDER	0	272,0000	1
84	Mangueteira preta 3/4 (18710)	M	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	HDL	0	1,3600	1
85	Tubo PBA 110mm (8000)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	175,1000	1
86	Tubo PBA 85mm (8001)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	110,5000	1
87	TUBO PBA 60MM (6956)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	51,0000	1
88	TUBO SOLDADVEL 40MM (6957)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	LZ	0	28,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º: 26/2017

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 16/11/2017		Válido até: 16/11/2018			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	30,8700	2
88	TUBO SOLDÁVEL 32MM (6958)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	LZ	0	20,5700	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	27,6100	2
90	Tubo soldável 50mm (7256)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	LZ	0	45,3900	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	51,9100	2
91	Tubo soldável 25mm (7254)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	LZ	0	12,7500	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	13,4100	2
92	TUBO ESGOTO 100MM (6506)	M	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	PLASTILIT	0	44,2000	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	AMANCO	0	48,3500	2
93	TUBO ESGOTO 50MM (6505)	M	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	PLASTILIT	0	25,5000	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	24,0500	2
94	Anel PBA DN 50 de 60 mm. (10610)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	JCM	0	1,2200	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	GIBABR	0	0,7500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 21/27

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 16/11/2017		Válido até: 16/11/2018			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serit, do Município de Braço do Trombudo/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
95	Anel PBA DN 75 de 85 mm. (10611)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	JCM	0	1,5300	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	GIBABR	0	1,6900	2
96	Anel PBA DN 100 de 110 mm. (10612)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	JCM	0	2,5500	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	GIBABR	0	1,7600	2
97	Kit cavalete 3/4 código 2798004-0 (7993)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	TIGRE	0	47,6000	1
98	Caixa de água 300 litros (18707)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	BAKOF	0	192,1000	1
99	CAIXA D'AGUA 1000 L (2453)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	BAKOF	0	374,0000	1
100	Caixa d'água 500 litros (7139)	UND	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME (9646)	BAKOF	0	204,0000	1
101	Mangote 75 mm. (10619)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SAA	0	40,0000	1
102	Tampa de ferro fundido T9. (10609)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SAA	0	105,0000	1
103	Mangote 100 mm. (10620)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SAA	0	70,0000	1
104	Válvula de fundo 2" X ½ metal amarelo. (10621)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SAA	0	150,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 22/27

**Número do Registro de Preços: 26/2017      Data do Registro: 16/11/2017      Válido até: 16/11/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
105	Valvula de Fundo 3" x 1/2 Metal Amarelo (14389)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SAA	0	200,0000	1
106	Furadeira para ligações ramal predial PE (10608)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	286,5000	1
107	Sapalão (18708)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	312,2950	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SÃO CRISPIM	0	38,2007	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARTON	0	34,6192	2
108	Chave de fenda (10025)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	7,1626	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	12,1167	2
109	Arco para serra. (10628)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	19,8962	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	STANLEY	0	21,6370	2
110	Serra para cortar ferro (7189)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	4,7751	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	4,2408	2
111	Grosa. (10629)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	22,2837	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

Página: 23/27

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 16/11/2017		Válido até: 16/11/2018			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VONDER	0	32,0227	2
112	Alicate universal (7185)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TRAMONTINA	0	27,8547	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GDORE	0	30,2918	2
113	Martelo n 27 (18709)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MONFORT	0	24,6713	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	D'TOOLS	0	24,2334	2
114	Chave de cano 14, (10630)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MTX	0	43,7716	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SPARTA	0	46,7359	2
115	Chave de cano nº 24 (9878)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MTX	0	95,5017	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	121,1670	2
116	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	27,8547	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	24,2334	2
117	Pá de ajuntar com cabo (7201)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	27,8547	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 26/2017**

Página: 24/27

**Número do Registro de Preços: 26/2017      Data do Registro: 16/11/2017      Válido até: 16/11/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	24,2334	2
118	Enxada com Cabo (14387)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	19,8962	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	20,7715	2
119	Enxada com cabo. (10631)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	46,1582	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	47,6013	2
120	Picareta com cabo. (10632)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	45,3633	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	43,2739	2
121	Botas cano longo. (10618)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	41,3841	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ITAU BOTAS	0	46,7359	2
122	Luvas de couro. (10633)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	20,6920	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BRASFORT	0	17,3086	2
123	União PVC 60 mm (16841)	PC	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	26,9200	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 26/2017**

Página: 25/27

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 16/11/2017		Válido até: 16/11/2018			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
124	União PVC 85 mm (16842)	PC	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	73,2700	1
125	União PVC 110 mm (16843)	PC	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	126,3100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017

Página: 26/27

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 16/11/2017		Válido até: 16/11/2018			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
126	Hidrómetro 3MP/H 3/4 C/C metal HV (20880)	UND	HIDROLLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	FAE COM/ACE	0	96,1400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 16/11/2017		Válido até: 16/11/2018			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2017

PROCESSO Nº 43/2017

- (8293) - GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME
- (8312) - HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO
- (8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
- (9645) - CCK Comercial Eireli - EPP
- (9646) - G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME

Braço do Trombudo, 16 de Novembro de 2017.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2017 PMBT

Publicação Nº 1416157

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2017**

Número do Registro de Preços: 11/2017 Data do Registro: 16/05/2017 Válido até: 16/05/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de redes pluviais, em diversas localidades do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tubo de concreto 30 cm (8876)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	17,7374	1
2	Tubos de concreto 40CM (19833)	UND	FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME (9483)	Fabricon	0	16,5471	2
3	Tubos de concreto 50CM (19834)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	25,9238	1
4	Tubos de concreto 60CM (19835)	UND	FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME (9483)	Fabricon	0	25,4917	2
		UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	36,9301	1
			FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME (9483)	Fabricon	0	37,1194	2
		UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	48,3917	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2017

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 11/2017		Data do Registro: 16/05/2017		Válido até: 16/05/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de redes pluviais, em diversas localidades do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME (9483)	Fabicon	0	51,8778	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2017

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 11/2017		Data do Registro: 16/05/2017		Válido até: 16/05/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de redes pluviais, em diversas localidades do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 11/2017

PROCESSO N° 21/2017

(6859) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP  
(9483) - FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME

Braço do Trombudo, 16 de Maio de 2017.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2017 PMBT

Publicação Nº 1416140

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017

Número do Registro de Preços: 17/2017		Data do Registro: 17/08/2017		Válido até: 17/08/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual contratação de empresa para prestar serviços de mão de obra mecânica para máquinas, caminhões, tratores, implementos agrícolas, veículos de passeio e utilitários na Secretaria Municipal de obras e setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de serviço de mão de obra mecânica para máquinas, caminhões, tratores, implementos agrícolas, veículos de passeio e utilitários da Secretaria Municipal de obras e setor de agricultura. (20277)	HORA	VERNER KRENZLIN (6065)	KRENZLIN	0	55,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017

Número do Registro de Preços: 17/2017		Data do Registro: 17/08/2017		Válido até: 17/08/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual contratação de empresa para prestar serviços de mão de obra mecânica para máquinas, caminhões, tratores, implementos agrícolas, veículos de passeio e utilitários na Secretaria Municipal de obras e setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2017  
PROCESSO Nº 30/2017  
(6065) - VERNER KRENZLIN

Braço do Trombudo, 17 de Agosto de 2017.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 69/2017

Publicação Nº 1429453

DECRETO MUNICIPAL Nº 069/2017, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017  
Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS/SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo nos artigos 4º e 6º da Lei Municipal nº 878/2016...

DECRETA:

Art. 1st - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 02.01 – GABINETE DO PREFEITO

Atividade: 2.006 – Manutenção dos Gabinetes do Prefeito e Vice  
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.03.0000 ..... R\$ 8.000,00

Órgão/Unidade 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA

Op. Especial: 0.001 – Amortização da Dívida Contratada  
Modalidade 4.6.90.00.00.00.00.03.0000 ..... R\$ 2.500,00  
Atividade: 2.002 – Manutenção da Secretaria de Adm, Planej e Fazenda  
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.03.0000 ..... R\$ 50.000,00  
Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 ..... R\$ 15.000,00

Órgão/Unidade 04.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade: 2.003 – Manutenção e Melhorias no Sistema de Água  
Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 ..... R\$ 25.000,00

Órgão/Unidade 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

Atividade: 2.007 – Ensino Fundamental  
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.03.0001 ..... R\$ 32.000,00  
Atividade: 2.008 – Transporte Escolar  
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.03.0001 ..... R\$ 65.000,00  
Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0001 ..... R\$ 25.000,00  
Atividade: 2.047 – Educação Infantil – Pré-Escolar  
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.03.0001 ..... R\$ 41.000,00

Órgão/Unidade 06.01 – SECRETARIA DE AGRIC. PECUÁRIA MEIO AMB IND E COM

Atividade: 2.018 – Manutenção da Secretaria de Agricultura, Ind e Com  
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.03.0000 ..... R\$ 15.500,00

TOTAL ..... R\$ 279.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0000 – Recursos Ordinários, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 2nd - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 2.050 – Bloco de Proteção Social Básica  
Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0035.31 ..... R\$ 10.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 2.050 – Bloco de Proteção Social Básica  
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0035.31 ..... R\$ 10.000,00

Art. 3rd - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

Atividade: 2.008 – Transporte Escolar  
Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0062 ..... R\$ 16.657,16

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar, correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0062 – Transf. de Conv. - Estado/Educação, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art. 4th - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 04.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade: 2.017 – Manutenção da Secretaria de Obras  
Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0039 ..... R\$ 14.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar, correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0039 – FEP, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art. 5th - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Atividade: 2.020 – Atenção Básica a Saúde  
Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0038.19 ..... R\$ 3.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0038 – Transferências do SUS União, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 6th - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Atenção Básica a Saúde  
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0038.19 ..... R\$ 16.500,00  
Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0038.19 ..... R\$ 10.380,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar, correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0038 – Transferências do SUS União, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art. 7th - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis (SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC,  
em 10 de novembro de 2017.  
Ademil Antonio da Rosa,  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 71/2017**

Publicação Nº 1429455

DECRETO MUNICIPAL Nº 071/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017  
Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS/SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo nos artigos 4º e 6º da Lei Municipal nº 878/2016...

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 01.01 – CÂMARA DE VEREADORES  
Atividade: 2.001 – Manutenção Câmara de Vereadores  
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 60.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial das seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 01.01 – CÂMARA DE VEREADORES  
Atividade: 2.001 – Manutenção Câmara de Vereadores  
Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 40.000,00  
Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis (SC)  
Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC,  
em 14 de novembro de 2017.  
Ademil Antonio da Rosa,  
Prefeito Municipal.

# Brusque

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036-2017 SAMAE

Publicação Nº 1429299

PROCESSO LICITATÓRIO 036/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 036/2017, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de veículos e motocicletas. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 01 de dezembro de 2017, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037-2017 SAMAE

Publicação Nº 1429301

PROCESSO LICITATÓRIO 037/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 037/2017, na modalidade de Pregão Presencial, para fornecimento e instalação de cerca, gradil e corrimão. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 01 de dezembro de 2017, às 14:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038-2017 SAMAE

Publicação Nº 1429302

PROCESSO LICITATÓRIO 038/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 038/2017, na modalidade de Pregão Presencial, para registro de preços, para aquisição de cal e cimento. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 04 de dezembro de 2017, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039-2017 SAMAE

Publicação Nº 1429306

PROCESSO LICITATÓRIO 039/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 039/2017, na modalidade de Pregão Presencial, para registro de preços, para serviço de análises de água em atendimento as determinações do Ministério da Saúde. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 04 de dezembro de 2017, às 14:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040-2017 SAMAE

Publicação Nº 1429307

PROCESSO LICITATÓRIO 040/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 040/2017, na modalidade de Pregão Presencial, para registro de preços, para aquisição de produtos químicos. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 05 de dezembro de 2017, às 14:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041-2017 SAMAE

Publicação Nº 1429313

PROCESSO LICITATÓRIO 041/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 041/2017, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de EPI. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 06 de dezembro de 2017, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042-2017 SAMAE**

Publicação Nº 1429314

PROCESSO LICITATÓRIO 042/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 042/2017, na modalidade de Pregão Presencial, para registro de preços, para fornecimento de sacolões mensais para os servidores do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 07 de dezembro de 2017, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)  
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente  
SAMAE – Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043-2017 SAMAE**

Publicação Nº 1429316

PROCESSO LICITATÓRIO 043/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 043/2017, na modalidade de Pregão Presencial, para manutenção de sistemas de geração de energia (grupo geradores). A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 07 de dezembro de 2017, às 14:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)  
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente  
SAMAE – Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139-2017**

Publicação Nº 1429320

Extrato de revogação. Processo Licitatório n. 139/2017. Pregão n. 086/2017. Fundamento legal: Súmula 473 do STF. Data: 16/11/2017. Signatário: Christiane dos Santos da Silva. Diretora Licitação.

**PORTARIA Nº 304-2017 SAMAE**

Publicação Nº 1429322

PORTARIA N º 304/2017

O Diretor Presidente do Samae, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque e Lei Complementar 147/2009 na seção VI, Art. 27, c/c o Decreto nº 6287/2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Declarar estável, após avaliação e aprovação no estágio probatório, nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório, o servidor CLAUDIO FERNANDES DA SILVA, nomeado para o cargo de provimento efetivo de Agente Hidráulico, com ingresso nesta municipalidade em 16/10/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 16/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 31 de outubro de 2017  
ROBERTO BOLOGNINI  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 305-2017 SAMAE**

Publicação Nº 1429323

PORTARIA N º 305/2017

O Diretor Presidente do Samae, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque e Lei Complementar 147/2009 na seção VI, Art. 27, c/c o Decreto nº 6287/2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Declarar estável, após avaliação e aprovação no estágio probatório, nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório, o servidor DAVI FRIES, nomeado para o cargo de provimento efetivo de Agente Hidráulico, com ingresso nesta municipalidade em 15/09/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 15/09/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 31 de outubro de 2017  
ROBERTO BOLOGNINI  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4000-2017**

Publicação Nº 1429324

PORTARIA Nº 4000/2017, de 14 de novembro de 2017.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 035/2017, instaurado pela Portaria nº 3218/2017 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Considerando o decurso de tempo para a análise ordenada e pautada das defesas, no intuito de garantir e assegurar a prevalência das condições estabelecidas pelos Princípios Constitucionais da Ampla Defesa e Contraditório, consoante assegura o art. 5º, inciso LV, da CF/88;

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 035/2017, com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor do servidor EDIMAR DE PINHO, ocupante

do cargo de Agente de Serviços Especiais, inscrito no CPF sob nº 077.935.289-05 (matrícula nº 672289-01) lotado na Secretaria de Obras desta Municipalidade, para apurar os fatos constantes do Memorando nº 796/2017, de 18/09/2017, e anexos; bem como do despacho de 18/09/2017, exarado pela Diretora de Recursos Humanos desta Municipalidade, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor do servidor supra-mencionado, bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor), IV (disciplina), V (tratar com cortesia as pessoas) e VI (observar as normas legais e regulamentares); e 175 (Ao servidor público é proibido), XII (exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho) e XIX (proceder de forma desidiosa); e 188, V (incontinência pública e conduta escandalosa em serviço), VI (insubordinação grave em serviço); VII (ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem); todos previstos na Lei Complementar nº 147/2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque), c/c disposições do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/40);

Art. 2º - Prorrogar o afastamento preventivo do servidor do cargo por 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, conforme art. 212 da Lei Complementar 147/2009, tendo em vista as peculiaridades do caso, com base nos elementos colhidos nos Autos, documentos e despachos exarados, a fim de que se garanta a regular tramitação do feito;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de novembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

## PORTARIA Nº 4020-2017

Publicação Nº 1429326

PORTARIA Nº 4020/2017, de 16 de novembro de 2017.

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,  
RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor da servidora Ana Paula Nunes Fogaça, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico, inscrita no CPF sob nº 992.135.910-04 (matrícula nº 4138856-01), lotada na Secretaria de Saúde desta Municipalidade, para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto aos Memorandos 2017/SMS, de 15/09/2017, e anexos (Formulários de Aviso e Recomendações; Processo nº 1103/2016 – Ouvidoria Municipal; Processo nº 1104/2016 – Ouvidoria Municipal; Processo nº 1109/2016 – Ouvidoria Municipal; Relato de

Reunião de 13/11/2017; Parecer de Desempenho de 19/10/2017); envolvendo a servidora supra-mencionada; na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 7.056/2013, que objetiva a apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação se amoldam-se aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: artigos 24, 174 (São deveres do servidor:); I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); II (assiduidade); III (pontualidade); IV (disciplina); VI (observar as normas legais e regulamentares); VII (cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais); X (fazer pronta comunicação à chefia imediata do motivo de seu não comparecimento ao serviço); XI (atender com presteza); e 175 (Ao servidor público é proibido:), I (ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato); III (recusar fé a documento público), IV (opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço); V (referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, no recinto da repartição); XII (exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho); XIX (proceder de forma desidiosa); e 188, I (crime contra a Administração Pública), II (abandono de cargo), III (inassiduidade habitual), IV (improbidade administrativa), VI (insubordinação grave em serviço); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, c/c decreto nº 7676/2015; c/c disposições do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro); para servidores que pratiquem infrações no exercício da função com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, tendo como Presidente: Suzana Marcia Machado Mafra (matrícula nº 587-8), Carmen Sylvia Schnaider Pedrini (matrícula nº 451665-02), e Maria Matilde Cardoso (matrícula nº 409448-00) – representante sindical;

Art. 3º - Ordenar o afastamento preventivo do servidor do cargo por 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, conforme art. 212 da Lei Complementar 147/2009, tendo em vista as peculiaridades do caso, com base nos elementos colhidos nos Autos, documentos e despachos exarados, a fim de que se garanta a regular tramitação do feito;

Art. 4º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 5º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, devendo ser observados durante todo o trâmite, os princípios e garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88);

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de novembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032-2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1429318

#### **ATA DE ANALISE E JULGAMENTO DE DOCUMENTOS PROCESSO LICITATORIO 032/2017**

Aos dezesesseis dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às 14:00 (quatorze) horas, no escritório do SAMAE de Brusque, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, sob a presidência do Sra. Silviane Studnicka, estando presentes os membros Sra. Denise Bruns e Sr. Deivison Araldi, para análise dos documentos referentes ao Processo Licitatório no. 032/2017, na modalidade de Tomada de Preços. Após análise do Diretor do SAMAE, químico responsável, Sr. Marcio Cardoso, o qual emitiu o parecer (págs. 285 e 286) a respeito da documentação técnica entregue pelas empresas licitantes. A comissão decidiu por: a) considerar inabilitada a empresa Prominent Brasil Ltda, por haver deixado de atender as condições exigidas pelo edital; b) considerar habilitada a empresa EMEC Brasil Comercio de Bombas e Equipamentos Ltda EPP. Após a Senhora Presidente encerrou a sessão, declarando que após o transcurso ou declínio por parte das empresas do prazo recursal, será marcada, através do Diário Oficial do Município, a data para abertura dos envelopes propostas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos presentes. Publique-se.

Silviane Studnicka -Presidente \_\_\_\_\_

Denise Bruns - Membro \_\_\_\_\_

Deivison Araldi - Membro \_\_\_\_\_

# Caçador

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 17-2015 CONCORRÊNCIA 03-2015 - PREFEITURA

Publicação Nº 1429335

Processo Licitatório nº 17/2015  
Concorrência Pública nº 03/2015

#### ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete reuniram-se os membros da Comissão Especial de Julgamento do Processo Licitatório nº 17/2015, Concorrência Pública nº 03/2015, nomeada pelo Decreto n.º 7.058/2017, que possui como objeto a outorga da concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da cidade Caçador pelo prazo de 30 anos, para análise e julgamento dos documentos de habilitação da licitante melhor classificada, Odebrecht Ambiental S/A. A comissão analisou os documentos referentes a habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira da licitante, apresentados em envelope lacrado, com 436 folhas, numeradas e rubricadas na sessão anterior. Os documentos de habilitação jurídica repousam às folhas 2-15, do volume apresentado, tendo sido apresentado o Estatuto Social da empresa e suas alterações, a Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos e os documentos que comprovam a legitimidade da representação legal das pessoas físicas que atuam em nome da licitante. A regularidade fiscal e trabalhista está às folhas 16-36, do volume, e contém a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, a inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, da sede da licitante, a prova de regularidade com as fazendas Federal (positiva com efeitos de negativa), Estadual e Municipal, bem como a certidão de regularidade do FGTS e de inexistência de débitos com o INSS (positiva com efeitos de negativa) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. A qualificação técnica está demonstrada pelos documentos de folhas 39-313, que aferem que a licitante está devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, realizou a visita técnica exigida no edital, comprovou a existência de vínculo com profissional que possui formação técnica necessária para acompanhar e desenvolver os trabalhos previstos no objeto licitado e apresentou todos os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional, que denotam a aptidão da empresa ao desenvolvimento dos serviços a serem prestados aos cidadãos, outorgados pelo Poder Concedente. A qualificação econômico-financeira está às folhas 379-435, do envelope, e reflete que a empresa possui condições para suportar os encargos do contrato, fato demonstrado pelo balanço patrimonial, pela certidão negativa de falência e pelos índices financeiros apresentados, devidamente publicados e conferidos pela comissão. Está presente ainda o seguro-garantia de proposta, sucessivamente renovado, vigente até 30/11/2017 e a declaração prevista no Anexo XII, do Edital de Licitação. Assim sendo, a comissão entende que estão preenchidos os requisitos exigidos nos itens 46 a 60, do Edital de Licitação, de modo que constatada, na íntegra, a regularidade da habilitação da licitante. Ante ao exposto, delibera-se pelo prosseguimento do processo licitatório, com a publicação da presente ata e a abertura de prazo para que, querendo, as demais concorrentes apresentem recurso, uma vez que já receberam, via e-mail, cópia integral da documentação apresentada pela licitante, conforme solicitado na sessão pública anterior. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida esta ata, que vai assinada por todos os presentes.

Claudio Favero Junior  
Presidente da Comissão Especial

Gianni Lucio Parizotto  
Membro

Antonio Carlos Castilho  
Membro

Carine Marcon  
Membro

Andréa Tozzo Marafon  
Membro

Christiane Driessen  
Membro

### AVISO - PROCESSO LICITATÓRIO 04-2017-PREGÃO03-2017-REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Publicação Nº 1429289

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
AV. SANTA CATARINA, 195  
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO PR03/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 30/11/2017 às 14:00 horas, no endereço Avenida Santa Catarina, nº195, centro, Caçador/SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas e documentações, conforme especificado no Edital de Licitação na modalidade PregãoPR03/2017-FME. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado ou no site da Prefeitura: [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) em licitações municipais.

Objeto da licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS À FMEC- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Caçador/SC, 16/11/2017.  
SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 004/2017

Publicação Nº 1429340

#### EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 004/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E A ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA – HOSPITAL MAICÉ, visando a prestação de atendimento médico e ambulatorial à comunidade na modalidade plantão, e, em regime de sobreaviso, durante as vinte e quatro horas de todos os dias, para o atendimento das especialidades de pediatria, psiquiatria, bucomaxilo, ortopedia, traumatologia, anestesiologia, ginecologia e obstetrícia, radiologia, cirurgia geral, angiologia, cirurgia vascular, clínica médica, compreendendo, também o atendimento do excedente e retaguarda dos atendimentos de urgência e emergência encaminhados pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h). CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES: Compete: I – Ao MUNICÍPIO CONVENIENTE: a) transferir ao HOSPITAL CONVENIADO o valor de R\$ 1.884.000,00 (um milhão oitocentos e oitenta e quatro mil reais)

anuais, divididos em 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais) cada. II – Ao HOSPITAL CONVENIADO: a) prestar suporte de sobreaviso nas seguintes especialidades: pediatria, psiquiatria, bucomaxilo, ortopedia, traumatologia, anestesiologia, ginecologia e obstetrícia, radiologia, cirurgia geral, angiologia, cirurgia vascular e clínica médica; CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E REAJUSTE A vigência deste termo é de 12 (doze) meses, iniciando a contar da data da publicação do presente instrumento no Diário Oficial dos Municípios, podendo prorrogar-se por iguais e sucessivos períodos, nos termos da Lei 8.666/93, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, reajustado anualmente seu valor, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Caçador, 14 de novembro de 2017.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA - HOSPITAL MAICE

Elizabeth de Fátima Lima - Diretora

## RESOLUÇÃO 34 - CMAS

Publicação Nº 1429222

RESOLUÇÃO Nº 34/2017, de 31 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Projeto Solidariedade executado pela Associação Esporte Clube Flamengo-AFHAGO.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO cópia recebida do Regimento Interno do Projeto Solidariedade executado pela Associação Esporte Clube Flamengo-AFHAGO.

CONSIDERANDO o Parecer Técnico 03/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CONSIDERANDO o Parecer 09/2017 da comissão de legislação do CMAS.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do CMAS, realizada no dia trinta e um de outubro de 2017, Ata nº 292.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno do Projeto Solidariedade executado pela Associação Esporte Clube Flamengo- AFHAGO.

Art. 2º. Faz parte integrante da presente resolução, como anexo, cópia do Regimento Interno do Projeto Solidariedade executado pela Associação Esporte Clube Flamengo- AFHAGO.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 31 de outubro de 2017.

Marizete Fátima Iaczinski

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

## RESOLUÇÃO 34 - CMAS ANEXO

Publicação Nº 1429225

### PROJETO SOLIDARIEDADE

### REGIMENTO INTERNO

Caçador/SC, Setembro de 2017.

### HISTÓRICO DA UNIDADE

A Associação Esporte Clube Flamengo doravante denominada "AFHAGO", foi fundada em 26 de janeiro de 1999, sem fins econômicos, com sede no município de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rua: Joceli Carlos França, nº 297, Bairro: Bom Sucesso, Complemento: Vila Ulisses Guimarães, com foro em Caçador/SC. Dentre suas finalidades a "AFHAGO", desenvolve ações de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. O trabalho desenvolvido pela Associação Esporte Clube Flamengo de Caçador é de cunho socioeducativo o qual iniciou suas atividades no ano de 1999 para atender crianças e adolescentes e suas respectivas famílias.

No ano de 2014, com o objetivo de ampliar suas atividades, a AFHAGO solicitou inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do município de Caçador, a qual foi deferida, e a partir da certificação o Projeto Solidariedade passa a ser reconhecido como de Assistência Social, o qual é desenvolvido na comunidade de sua abrangência, posteriormente obteve também a inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

No ano de 2015 a "AFHAGO" assumiu o programa de semiliberdade através de convenio firmado com o Estado, onde se destina a atender adolescentes do sexo masculino na faixa etária de 12 a 18 anos (e na excepcionalidade prevista no art. 2º - parágrafo único do ECA, até 21 anos), por determinação judicial, autores de ato infracional, provenientes da Comarca da região de Caçador, compreendida a 40ª Circunscrição Judiciária e Municípios adjacentes, dando cumprimento às decisões judiciais das respectivas Varas da Infância e da Juventude, prestando atendimento socioeducativo, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A AFHAGO em seus 18 anos de história contribuiu significativamente na transformação social de crianças, adolescentes e suas famílias, destacando o envolvimento na prática desportiva, participando em campeonatos desde a esfera municipal até internacional, já com atletas profissionais. Através das inúmeras parcerias sempre buscou desenvolver um trabalho comprometido e relevante junto à comunidade, obtendo atualmente o reconhecimento público e social.

### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Da Denominação, Sede, Finalidade e Objetivos

Art. 1º - Este regimento sobre os parâmetros de funcionamento do Projeto Solidariedade, o qual é desenvolvido pela Associação Esporte Clube Flamengo, com sede no município de Caçador, sito a Rua: Joceli Carlos França, nº 273, Bairro Bom Sucesso – Vila Ulisses Guimarães.

Parágrafo Único: A AFHAGO possui parceira com a Escola Ulisses Guimarães, Ginásio da EEB Wanda Krieger Gomes e campo do antigo Seminário para desenvolvimento de algumas das atividades.

Art. 2º - O Projeto Solidariedade tem por finalidade promover reuniões de caráter social, recreativo, esportivo, cultural e beneficente, assim como, contribuir na construção da cidadania, garantindo o direito de indivíduos em situação de risco social o aprendizado, a profissionalização, sendo o esporte um dos meios de ressocialização, junto às diversas faixas etárias.

Parágrafo Único: A AFHAGO desenvolve ações de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 3º - São objetivos do Projeto Solidariedade:

I. Realizar visitas domiciliares com a finalidade de coletar dados

para realização de estudos socioeconômicos, realização de busca ativa, intervenções e encaminhamentos que se fizerem necessários;

II. Desenvolver atividades em grupo para orientação em diversos temas como: conscientização do meio ambiente, reutilização de reciclados, importância da escola, saúde preventiva, direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, entre outros;

III. Realizar oficinas de artesanato com a finalidade de propiciar o aprendizado e a produção de várias técnicas artísticas;

IV. Ofertar atividades esportivas e recreativas, com realização contínua de treinos na modalidade do futebol e outras atividades que possam oportunizar um momento de entretenimento, diversão e integração.

## CAPITULO II – DA CAPACIDADE, DO PÚBLICO ALVO E DO TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA

Art. 4º - O Projeto Solidariedade visa atender anualmente 75 crianças e adolescentes cuja faixa etária de 06 à 17 anos de idade e respectivas famílias.

Art. 5º - O Projeto Solidariedade abrange crianças e adolescentes e respectivas famílias residentes na Vila Ulisses Guimarães (Mutirão), sendo estes pertencentes à área de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Martello).

## CAPITULO III - DA FORMA DE ACESSO

Art. 6º - O Projeto Solidariedade inclui crianças e adolescentes e suas respectivas famílias através de busca ativa, visitas domiciliares, encaminhamentos e demanda espontânea.

## CAPITULO IV - DA EQUIPE DE TRABALHO E DA MANUTENÇÃO

Art. 7º - A AFHAGO desenvolve o Projeto Solidariedade em parceria com pessoas físicas voluntárias, diretoria da Associação e com apoio da equipe técnica contratada para execução do Programa de Semiliberdade.

Art. 8º - O projeto solidariedade não dispõe de convenio com poder público para sua execução, e sim conta com doações e parcerias de empresas, comércio, Fundação Municipal de Esporte.

Parágrafo Único: A AFHAGO busca continuamente a efetivação de novas parcerias, visando à concretização dos objetivos propostos no Plano de Ação.

## CAPÍTULO V – DA METODOLOGIA

Art. 9º - O projeto solidariedade se organiza metodologicamente com grupos divididos por faixa etária para à pratica esportiva, sendo:

I - 6 à 12 anos, com treinos semanais nas segundas feiras das 19h00 às 20h00 no ginásio da E.E.B. Wanda Krieger Gomes;

II – 13 à 15 anos, com treinos semanais nas quintas feiras das 19h00 às 20h30 no ginásio da E.E.B. Wanda Krieger Gomes, aos sábados das 14h00 às 17h00 e aos domingos das 9h00 as 11h30 no campo do antigo seminário ;

III – 15 à 17 anos, com treinos semanais nas quintas feiras das 20h30 às 22h00 no ginásio da E.E.B. Wanda Krieger Gomes, aos sábados das 14h00 às 17h00 e aos domingos das 9h00 as 11h30 no campo do antigo seminário.

Art. 10º - O projeto solidariedade realiza também as seguintes atividades:

I - Grupo de famílias com reunião mensal de cunho socioeducativo e psicossocial, sendo estas realizadas geralmente na primeira quarta feira de cada mês, das 14h00 às 17h00 na sede da associação ou sempre que necessário em período noturno e/ou final de semana;

II– Atividades beneficentes realizadas prioritariamente no dia das crianças e natal solidário.

Parágrafo Único - Ocorrerão reuniões entre equipe técnica, diretoria da associação e pessoas voluntárias sempre que necessário para avaliação e planejamento de ações.

## CAPITULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11º - As normas deste Regimento Interno são aplicáveis ao Projeto Solidariedade.

Art. 12º - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria da Associação Esporte Clube Flamengo.

# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

## CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017

Publicação Nº 1428235

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de  
Caçador  
CNPJ/MF nº. 04.272.905/0001-71

## CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR

## CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.272.905/0001-71, com sede na Rua General Osório, nº 52, Centro, Caçador/SC, neste ato representado por sua Diretora Presidente, Sra. Mari Aparecida Ceolla Biela, comunica aos interessados que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO, para fins de CREDENCIAMENTO de instituições financeiras interessadas em conceder empréstimo pessoal e/ou realizar refinanciamento de empréstimos aos servidores ativos do IPASC e

aos aposentados e pensionistas do município de Caçador/SC, com consignação em folha de pagamento.

O presente Edital ficará aberto no período compreendido entre o dia 02 de janeiro de 2018 até 12 de janeiro de 2018, podendo as Instituições interessadas credenciar-se a qualquer momento, no horário das 07h00min às 13h00min, junto à sede do IPASC, localizada na Rua General Osório, nº 52, Centro, Caçador/SC, desde que respeitadas as condições previstas no Edital.

O edital está disponível no site: [www.ipasc.cacador.sc.gov.br](http://www.ipasc.cacador.sc.gov.br), na aba licitações, através do e-mail [ipascben@cacador.sc.gov.br](mailto:ipascben@cacador.sc.gov.br), ou diretamente na sede do IPASC.

Caçador, 14 de novembro de 2017.

MARI APARECIDA CEOLLA BIELA

Diretora Presidente do IPASC

**PORTARIA Nº 1.143, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1428596

PORTARIA nº 1.143, de 16 de novembro de 2017.

Concede licença para tratamento de saúde à Servidora Pública Municipal MARI APARECIDA CEOLLA BIELA.

O Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 92, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015, mais o previsto no inciso I, do art. 98, art. 107 e §1º, do art. 108, todos da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde à Servidora Pública Municipal MARI APARECIDA CEOLLA BIELA, ocupante do cargo de Diretora Presidente do IPASC, pelo período de 30 (trinta) dias, compreendidos entre 16 de novembro de 2017 até o dia 15 de dezembro de 2017, conforme atestado médico apresentado.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador-IPASC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 16 de novembro de 2017.

Fabio Deniz Casagrande - DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

# Caibi

## PREFEITURA

### DECRETO 192/2017

Publicação Nº 1429250

DECRETO Nº. 192/2017 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal nº. 2475/2016, de 13 de dezembro de 2016, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2017, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

#### QUADRO I

ÓRGÃO 05 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE 03 – SETOR DE ESPORTES

278120023.2.006 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(386) Fonte: 0100 Recursos Ordinários ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2017 da fonte de recursos 0100 Recursos Ordinários no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 14 de novembro de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

### DECRETO 193/2017

Publicação Nº 1429284

DECRETO Nº. 193/2017 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 4º. da Lei Municipal Nº. 2475/2016 de 13 de dezembro/2016, decreta:

Art. 1º. – Fica pelo presente decreto efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação da despesa, nos órgãos, Projetos e Atividades adiante demonstrados:

07.00 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – 07.01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - 061810005.2.036 – MANUTENÇÃO CONVÊNIO FUNREBOM do Grupo de Natureza da Despesa (598) 4.4.90 – Investimentos para (586) 3.3.90 – Outras Despesas Correntes o valor de R\$ 6.000,00 da Fonte 0143

Recursos FUNREBOM.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 14 de novembro de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO Nº 190/2017

Publicação Nº 1429147

DECRETO Nº 190/2017, de 13 de Novembro de 2017.

Dispõe sobre a Homologação da Lista de Inscritos aprovados pelo Conselho Municipal de habitação para serem possíveis beneficiados com financiamento habitacional, junto ao Loteamento de Interesse Social denominado "Vida Nova", de Caibi/SC, e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a lista de inscritos aprovados pelo Conselho Municipal de habitação, conforme ata nº 06 da reunião realizada em 07 de Novembro de 2017, para serem possíveis beneficiados com financiamento habitacional, junto ao Loteamento de Interesse Social denominado "Vida Nova" de Caibi/SC, nos termos da Lei Municipal nº 2.492/2017, de 20 de Abril de 2017, conforme relação a seguir:

ARISTOTELES WILLIAN DIAS  
ANIELI TAIS SALVADOR  
FAUSTINO DOS SANTOS FLORES  
ANDERSON JUNIOR DA SILVA  
DANIMAR CAMARGO DA ROSA  
EDSON CARLESSO  
EDERSON DA CRUZ  
FRANCIELLE HELENA SCHUSTER  
JEFERSON DOS SANTOS LEMOS  
LEANDRO SCHUSTER  
ROSIMERI DE FATIMA DOS SANTOS  
LEANDRA CASSEMIRO  
CASSIANO JOSE STEFENI  
DARCI VALDUGA  
DIOGO MAYER  
LEONIR MAYER  
DIOZIANO OCHOA CONCEIÇÃO  
MOISES STREGUE  
ALAIR PRIMEL  
MAURO FABIANO AGAPIO  
LADAIDES REGINATTO SPEZIA  
MARILUCIA TURATTI ROVADOSKI  
CLAUDECIR ROVADOSKI

ALINE ALVES DE ASSIS

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 13 de Novembro de 2017.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC.

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA 336/17**

Publicação Nº 1429224

PORTARIA Nº 337/17

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE , a Servidora ALINE PATRICIA DARIVA , ocupante do cargo de ODONTOLOGA , com lotação junto ao Departamento de Saúde , com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 180 ( cento e oitenta ) dias consecutivos , com inicio dia 07/11/2017 à 05/05/2018, como lhe assegura a lei.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de novembro de 2017 .

Eloi José Líbano  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida  
Diretor de Administração

### **PORTARIA 337/17**

Publicação Nº 1429227

PORTARIA Nº 338/17

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE , a Servidora JUSSARA SPÉZIA , ocupante do cargo de AUXILIAR DE CLASSE , com lotação junto ao Departamento de Educação , com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 180 ( cento e oitenta ) dias consecutivos , com inicio dia 10/11/2017 à 08/05/2018, como lhe assegura a lei.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de novembro de 2017 .

Eloi José Líbano  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida  
Diretor de Administração

### **PORTARIA 338/17**

Publicação Nº 1429228

PORTARIA Nº 339/17

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE , a Servidora CLAUDIA REGINA DE MORAES FURLANETTO ,matriculas nº 8363-1 e 421-9, ocupante do cargo de PROFESSORA DE 1ª A 5ª SÉRIE , com lotação junto ao Departamento de Educação , com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 180 ( cento e oitenta ) dias consecutivos , com inicio dia 16/11/2017 à 14/05/2018, como lhe assegura a lei.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 16 de novembro de 2017 .

Eloi José Líbano  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida  
Diretor de Administração

# Camboriú

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 3.297/2017

Publicação Nº 1429127

#### DECRETO N.º 3.297/2017

Altera o Decreto Municipal n.º 3.290/2017, de 30 de outubro de 2017, que dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para contenção de gastos públicos relativos às despesas com pessoal do Município de Camboriú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso II do artigo 5º do Decreto Municipal n.º 3.290/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º (...)

(...)

II - redução das funções gratificadas, cuja meta é no percentual global de 30% (trinta por cento);”

Art. 2º Ficam revogados os incisos VIII e IX do artigo 5º do Decreto Municipal n.º 3.290/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º (...)

(...)

VIII - (Revogado);

IX - (Revogado);”

Art. 3º Fica revogado o parágrafo único e acrescido os parágrafos primeiro e segundo ao artigo 7º do Decreto Municipal n.º 3.290/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º (...)

Parágrafo único. (Revogado).

§ 1º O servidor designado passará a responder cumulativamente pelo seu cargo ou função original e pelo cargo ou função para a qual for designado.

§ 2º No caso de substituição de Secretário/ Presidente e Dirigente dos órgãos da Administração Municipal Indireta/ Procurador-Geral/ Contralador-Geral por servidor que preencha os requisitos para tanto, não poderá implicar em aumento da remuneração do substituto do substituto.”

Art. 4º Fica revogado o inciso IV do artigo 8º do Decreto Municipal n.º 3.290/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º (...)

(...)

IV - (Revogado).”

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 16 de novembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob  
Secretário M. de Administração

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA 92/2017

Publicação Nº 1428712

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

Processo licitatório nº 92/2017, Concorrência

Objeto: Execução de Serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Urbana e Rural do Município de Campo Alegre-SC, consistindo em: - Coleta Regular de Resíduos Sólidos; Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos; Locação de Contêineres; Destinação Final; Coleta Seletiva e Transporte de Resíduos Sólidos Recicláveis; Data de abertura: 21/12/2017, às 09 horas, no prédio da Prefeitura Municipal. Entrega dos envelopes (documentação/proposta): até 8h45min do dia 21/12/2017, no Protocolo da Prefeitura Municipal. Critério de julgamento: Menor preço GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. Valor Global Estimado: R\$ 754.173.48 (12 meses). Dotação: 13.00.13.01.17.512.77.2.024.3.3.90.39.00 (recursos: saneamento básico). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre, 17 de novembro de 2017. Lucilaine Mokfa Schwarz – Secretária Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 10.889 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1428387

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.889 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura.	
13.392.0082.1.005 -	Manutenção e Ampliação da Banda e Fanfarras	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 1.500,00
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
	Total	R\$ 3.500,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 16 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 10.890 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428592

**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 10.890 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

INSTITUI O CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no §1º do artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art. 1º Instituir o CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL, em observância ao §1º do artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

Art. 2º Para compor o Conselho de que trata o caput do artigo 1º deste Decreto, ficam nomeados os seguintes Servidores Públicos Municipais: BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL – Professor IV; ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK – Técnico Em Nível Médio; ANA FLÁVIA MARCINIAC – Agente Administrativo II; GILSON OMAR BRUNNQUELL – Engenheiro Agrônomo; PATRICIA SCHWENDNER – Instrutor de Música; FERNANDO GROSSKOPF – Contador; AIRTON MARTINS – Agente Administrativo II; MARCOS ENGLER – Agente Operacional III; JULIANA TEREZINHA DOS SANTOS – Professor I; ANTONIO MARCOS FRANCO – Agente Operacional IV, para sob a Presidência do primeiro, comporem o Conselho de Política da Administração e Remuneração de Pessoal dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único. Os servidores designados no caput deste artigo deverão, em caráter consultivo, colher subsídios e formular sugestões que orientem a política de remuneração, relativa à Revisão Salarial anual para o exercício de 2018, dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 3º O Conselho ora instituído desenvolverá atividades descritas no parágrafo único do artigo 2º deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 16 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 10.891 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428786

**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 10.891 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 4.600,00 (quatro mil, seiscentos reais) na seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social			
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais			
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras			
300000.00.0102 -	Despesas Correntes			
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas			
339030.00.0102 -	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		R\$ 4.600,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente, do Recurso: Código 102 – Ordinário, do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 16 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 10.892 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1428787

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.892 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE NOS TERMOS DO ART. 6º, INCISOS I, II, III e IV, DA EMENDA CONSTITUCIONAL 41/03, E ART. 59, INCISOS I, II, III e IV DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217/14, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TERESINHA WIELIVICK.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Aposentar, Por Tempo de Contribuição e Idade, a Servidora Pública Municipal TERESINHA WIELIVICK, detentora da Matrícula Funcional nº 000072, Registro no Sistema sob nº 294320, portadora do CPF/MF nº 733.102.209-15 e do RG nº 2.373.422 expedido da SSP/SC, Pis/Pasep nº 1.701.149.064-5, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 010/2017 nos termos do Art. 6º, Incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional 41/03, e artigo 59, Incisos I, II, III e IV da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de novembro de 2014, artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição e idade, em caráter integral com paridade, a Servidora Pública Municipal, no valor de R\$ 1.628,67 (um mil, seiscentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Parágrafo único. O valor dos proventos de que trata o caput deste artigo, serão reajustados pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social.

Art.3º) Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso V do Artigo 90, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 16 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI JEFFERSON JEAN DUVOISIN

Prefeito Municipal Diretor Executivo – IPRECAL

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 10.893 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1429321

DECRETO Nº 10.893 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

AUTORIZA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DAS FROTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM CASO DE NECESSIDADE, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a Servidora Pública Municipal IZABELA CRISTINA MEDEIROS E SILVA, Registro no Sistema sob o nº 955728, ocupante do Cargo Público, exercendo a Função de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para dirigir de forma eventual, os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo.

§ 1º – Veículo Renault/Clio – Placa MLS-9343, Registro no Patrimônio sob nº 22753; Veículo Fiat/Uno – Placa MJA-0644, Registro no Patrimônio sob nº 22622; Veículo Fiat/Pálio/Weekend – Placa MIQ-7905, Registro no Patrimônio sob nº 22625; Veículo Fiat/Pálio/ – Placa MLO-0991, veículos estes pertencentes a Frota do Fundo Municipal de Saúde; Veículo Fiat/Doblo – Placa MIV-6305, Registro no Patrimônio sob nº 26231, pertencente a Frota da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental do Município de Campo Alegre/SC.

§ 2º – Veículo Fiat/Uno – Placa MFY-3948, veículo este pertencente da Frota do Fundo Municipal de Assistência Social deste Município, do

Município de Campo Alegre/SC.

§ 3º – Os veículos mencionados nos parágrafos anteriores poderão ser utilizados pela Servidora Pública Municipal autorizada no caput do artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigi-lo;

§ 4º – A Servidora Pública Municipal mencionado no caput do artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos §§ 1º; 2º do artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitada pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art. 2º Em caso de justificada necessidade, a Secretária Municipal de Saúde, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigirem os veículos das Frotas Públicas Municipais, já mencionados nos §§ 1º e 2º deste Decreto, observadas as condições impostas pelo §§ 3º e 4º do Artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campo Erê

## PREFEITURA

### Lei 2024/2017

Publicação Nº 1428201

LEI Nº 2.024/2017, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2017, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de até R\$ 244.500,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal do exercício de 2017, instituído pela Lei Municipal nº 1.985/2016, de 29/12/2016:

06.00 Secretaria Municipal de Assistência Social  
06.01 Secretaria Municipal de Assistência Social  
082440801.2.007000 Manutenção das Atividades Sociais  
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (3193) ..... R\$ 90.000,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários  
05.00 Secretaria Municipal de Educação E Cultura  
05.01 Secretaria Municipal de Educação  
123611201.2.026000 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1402) ..... R\$ 154.500,00  
Fonte de Recursos 01.01 Receitas de Impostos e de Transferências

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, no montante de R\$ 244.500,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada.

05.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
05.01 Secretaria Municipal de Educação  
123611201.1.025000 Aquisição de Veículos  
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1282) .....R\$ 500,00  
Fonte de Recursos 101 Receitas de Impostos e Transferências  
05.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
05.01 Secretaria Municipal de Educação  
123651201.1.046000 Ampliação da Rede Física Infantil  
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2144) .....R\$ 75.000,00  
Fonte de Recursos 101 Receitas de Impostos e de Transferências  
05.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
05.01 Secretaria Municipal de Educação  
123671201.2.054000 Manutenção do Convênio com Apae  
3.3.50.00.00.00.00 Transf. a Instituição Priv. sem fins lucrativos (2421) R\$ 30.000,00  
Fonte de Recursos 101 Receitas de Impostos e de Transferências  
05.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
05.01 Secretaria Municipal de Educação  
123651201.1.10100 Conclusão do CEI Odila Marcolina de Lima  
4.4.99.00.00.00.00 A definir (2179) ..... R\$ 49.000,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários  
08.00 Sec. Mun. da Cidade e Desenvolvimento  
08.01 Sec. Mun. da Cidade e Desenvolvimento  
154511501.1.030000 Pavimentação de Ruas e Passeios  
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4170) .....R\$ 90.000,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

De Florianópolis para Campo Erê, SC, em 31 de outubro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade  
Matrícula n. 00784-6

### Lei 2025/2017

Publicação Nº 1428217

LEI Nº 2.025/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito do Município de Campo Erê - Estado de Santa Catarina;  
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2018, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;  
II - a estrutura e organização do orçamento;  
III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;  
IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;  
V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;  
VI - das metas fiscais; e  
VII - das disposições gerais.

#### CAPÍTULO I

##### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO II

##### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, , Poder Executivo com fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);
- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);
- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (descentralizado);
- Fundo Municipal de Habitação (centralizado);

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos

exercícios de 2014 a 2016, fixada para 2017 e projetada para 2018 a 2020;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2016 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2018 a 2020;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2014 a 2016;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2018;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2014 a 2017, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2018 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2018, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - redução dos investimentos programados;
- V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;
- VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter contínuo, não poderá exceder, no exercício de 2018 a 10%(Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2018.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal

encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2018, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2018, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em de 02 exercícios 2016/2017 e funcionamento regular exercício de 2018, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e

operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2018, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2018, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas

ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2018, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2017, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2018.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2017, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45. O Executivo Municipal e o Poder Legislativo, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites da Lei Complementar n. 101 de 2.000.

Art. 46 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 47 - Revogam-se as disposições em contrário.

De Florianópolis para Campo Erê, SC, em 13 de novembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade

Matrícula n. 00784-6

**Lei 2026/2017**

Publicação Nº 1428222

LEI Nº 2.026/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DAS RUAS "B" E "C" DO LOTEAMENTO JARDIM DAS FLORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam denominadas como " Rua Vereador João Xavier de Oliveira" a Rua "B" e "Rua João Zerbielli" a Rua "C", ambas do Loteamento Jardim das Flores.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê, SC,  
em 13 de novembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade  
Matrícula n. 00784-6

**TOMADA DE PREÇOS 06/2017**

Publicação Nº 1428594

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2.089/2017  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2017  
EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO  
Revoga integralmente o:

Processo Licitatório n.º 2.089/2017 – TOMADA DE PREÇOS n.º 06/2017 para a contratação de empresa especializada para realização de concurso e teste seletivo, conforme especificado nesse Edital. Justificativa: considerando que, momentaneamente, optou-se pela conveniente inclusão de mais exigências ao objeto do edital, o Município Campo Erê, através de seu representante legal, resolve: REVOGAR INTEGRALMENTE o Processo Licitatório 2.089/2017 por meio do decreto 1.319/2017. Informações complementares poderão ser obtidas no Tel. \*\*\*49 36553028, e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê (SC), em 16 de novembro de 2017. Matheus Bruno Poli Valgoi – Presidente da CPL // Odilson Vicente de Lima – Prefeito Municipal.

**TOMADA DE PREÇOS 07/2017**

Publicação Nº 1428603

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2162/2017  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 07/2017

O Município de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, no dia 04 de dezembro de 2017, com a entrega das propostas até às 08:00 e abertura às 08:30 do mesmo dia, para contratação de empresa especializada para realização de Concurso Público (provimentos de cargos efetivos) – Cadastro Reserva e Processo Seletivo Simplificado (admissão temporária de servidores) – Cadastro Reserva. Será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21/07/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis. O Edital completo e demais informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações da Prefeitura/ telefone 0xx49 3655 3028 e no site <http://www.campoere.sc.gov.br/>, ou pelo email [licitacao@campoere.sc.gov.br](mailto:licitacao@campoere.sc.gov.br) - Campo Erê (SC), em, 16 de novembro de 2017. Matheus Bruno Poli Valgoi – Presidente da CPL / / Odilson Vicente de Lima - PREFEITO MUNICIPAL.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 7.874/17 REGULAMENTA LEI Nº 4.382/17

Publicação Nº 1429204

DECRETO Nº 7.874/17 DE 09/11/2017  
REGULAMENTA LEI Nº 4.382/17

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 100 VIII da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 473.437,99 (Quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e noventa e nove centavos) na dotação orçamentária constantes do Art. 1º da Lei nº 4.382/17.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 09 de novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 7.876/17 DE 13/11/2017 CORRIGE VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1429191

DECRETO Nº 7.876/2017 DE 13/11/2017

CORRIGE VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o INPC/ IBGE, acumulado no período de novembro de 2016 a outubro de 2017 de 1,83% (um virgula oitenta e três por cento);

Com amparo no artigo 100, incisos II, VIII, XI da Lei Orgânica, c/c artigo 426 – parágrafo único da Lei Complementar nº 001/2002 de 27 de dezembro de 2002 – Código Tributário Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. É fixado em R\$ 3,46 (Três reais e quarenta e seis centavos) o valor da unidade fiscal do município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto nº 7.621 de 11/11/2016.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 13 de novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº1926/17

Publicação Nº 1428732

PORTARIA Nº 1926/17 de 26/10/17  
AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o (a) servidor (a) VINICIUS SERENA, portador da CNH nº 04868140606, categoria B, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, do quadro de servidores contratados da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de Outubro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº1945/17

Publicação Nº 1428731

PORTARIA Nº 1945/17 DE 26/10/17  
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA MARIA DAS VITORIAS FRANCISCA NERI MANTOVANI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – III – a servidora MARIA DAS VITORIAS FRANCISCA NERI MANTOVANI, junto a Administração Municipal. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2017.

#### C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de Outubro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº1946/17

Publicação Nº 1428727

PORTARIA Nº 1946/17 DE 27/10/17  
DISPENSA FGR-III DA SERVIDORA PAULA RAMOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas

conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-III do servidor PAULA RAMOS, junto a Secretaria da Saúde. Retroagindo seus efeitos a 30 de Setembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Outubro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1947/17**

Publicação Nº 1428729

PORTARIA Nº 1947/17 DE 27/10/17  
DISPENSA FGR-II DO SERVIDOR ELIAS GONÇALVES LINS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-II do servidor ELIAS GONÇALVES LINS, junto a Secretaria da Saúde. Retroagindo seus efeitos a 30 de Setembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Outubro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1950/17**

Publicação Nº 1428705

PORTARIA Nº 1950/17 de 27/10/17  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) TATIANE DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) TATIANE DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 07/07/16 a 06/07/17 a serem gozadas no período de 31/07/17 a 29/08/17.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Outubro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1963/17**

Publicação Nº 1428714

PORTARIA Nº 1963/17 de 08/11/17  
CONCEDE PENSÃO POR MORTE A PESSOA QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, o uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o falecimento do Servidor Inativo JOAO TADEU PINTO, conforme certidão de óbito nº 108357 01 55 2017 4 00027 084 0006914 36 de 03 de Novembro de 2017, do Ofício de Registro Civil das pessoas Naturais da Comarca de Campos Novos; Em de conformidade com o Art. 54 § 5º da Lei Complementar 03/00 de 04/12/00, conforme Art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal/1988,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder pensão por morte a GEMA APARECIDA PINTO em decorrência do óbito do aposentado JOAO TADEU PINTO.

Art. 2º - Os benefícios da pensão corresponderão a totalidade dos vencimentos do servidor falecido.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de Novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1964/17**

Publicação Nº 1428725

PORTARIA Nº 1964/17 de 10/11/17  
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) MARINA CASTAGNA RODRIGUES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) MARINA CASTAGNA RODRIGUES, do cargo de NUTRICIONISTA, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de Novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 11 de Novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1967/17**

Publicação Nº 1428723

PORTARIA Nº 1967/17 DE 10/11/17  
EXONERA A SERVIDORA RITA DE CASSIA STEFANES SILVESTRIN ZOLDAN POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1794206474 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

**RESOLVE:**

Exonera a servidora RITA DE CASSIA STEFENES SILVESTRIN ZOLDAN, por aposentadoria, por tempo de contribuição, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de PROFESSOR, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Novembro de 2017.

Registre-se, Comunique-se, Publique-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
10 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1968/17**

Publicação Nº 1428719

PORTARIA Nº 1968/17 de 10/11/17  
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) SABRINA ECCO ZIBETTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) SABRINA ECCO ZIBETTI, do cargo de PSICOLOGO, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 11 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1972/17**

Publicação Nº 1429229

PORTARIA Nº 1972/17 de 16/11/17  
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) ATILANO JUNK LAFFIN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) ATILANO JUNK LAFFIN, do cargo de ADMINISTRADOR GERAL, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

## COMPRAS EFETUADAS MÊS AGOSTO/2017

Publicação Nº 1428514

Página: 1/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**  
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Otdde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AC VIDROS - CLODOALDO JOSÉ SCHIMITE ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	<p>PORTA DE VIDRO INCOLOR 10 MM, 0,80 x 2,10CM C/ PELÍCULA AUTO CLAVE 21 LITROS DIGITAL, COM SISTEMA DE RASTREABILIDADE QUE CUMPRE A NORMA NBR ISO 13485;</p> <p>BIVOLT AUTOMÁTICO - 127/220V QUE PERMITE SER UTILIZADO EM REDES ELÉTRICAS COM VARIAÇÕES ENTRE 96 ATÉ 254 V; 21 SISTEMAS DE SEGURANÇA ENTRE OS QUAIS CHAVE E TRAVA DA PORTA, SISTEMA ELETRÔNICO DE CRUZAMENTO DE DADOS E SISTEMA ELETRÔNICO DE CONTROLE DE POTÊNCIA; CÂMARA AÇO INOX; PROGRAMA ÚNICO DE ESTERILIZAÇÃO; DESAERAÇÃO E DESPRESSURIZAÇÃO AUTOMÁTICA;</p> <p>TECLADO DE CONTROLE; TAMPA E CÂMARA EM AÇO INOX QUE FACILITA A LIMPEZA; 3 BANDEJAS EM ALUMÍNIO ANODIZADO; SEGURANÇA EFICIENTE COM PORTA ENTREABERTA; POTÊNCIA: 1.600 WATTS; FREQUÊNCIA: 50/60 HZ; DIMENSÃO EXTERNA: 38 X 38 X 55 CM (LARGURA X ALTURA X PROFUNDIDADE); DIMENSÃO CÂMARA: 25 X 43 CM (DIÂMETRO X PROFUNDIDADE); PESO LÍQUIDO: 22,8 KG;</p> <p>PESO BRUTO: 25,6 KG; GARANTIA: 2 ANOS;</p> <p>COMPRESSOR ODONTOLÓGICO ISENTO DE ÓLEO 45 LITROS PARA 1 CONSULTÓRIO SEM BOMBA DE VÁCUO OU 2 CONSULTÓRIOS COM BOMBA DE VÁCUO.</p> <p>* TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO. NÃO NECESSITA LUBRIFICAÇÃO. BAIXO NÍVEL DE RUÍDO: 56 DB; PRESSOSTATO COM CHAVE GERAL LIG/DESLIGA. VÁLVULA DE SEGURANÇA DISPOSITIVO DE ALÍVIO DO EXCESSO DE PRESSÃO. RELE TÉRMICO (PROTECTOR DE SOBRECARGA DE TENSÃO); PROTEGE O MOTOR CONTRA QUEDAS OU PICOS DE TENSÃO DESLIGANDO-O AUTOMATICAMENTE EM CASOS DE TEMPERATURA EXCESSIVA. DOIS MANÔMETROS: UM PARA VERIFICAR A PRESSÃO INTERNA DO RESERVATÓRIO E OUTRO PARA A PRESSÃO DE SAÍDA DE AR. FILTRO DE AR COM DRENAGEM AUTOMÁTICA (RETÉM A UMIDADE DO AR NO INTERIOR DO RESERVATÓRIO) E REGULADOR DE PRESSÃO DE SAÍDA DO AR.</p> <p>REGISTRO PARA DRENAGEM DA UMIDADE CONDENSADA NO RESERVATÓRIO DE FÁCIL ACESSO VENTILADA DE REFRIGERAÇÃO NOS MOTORES. FILTROS DE ASPIRAÇÃO (ENTRADAS DE AR NO RESERVATÓRIO).</p> <p>VÁLVULA DE ALÍVIO (SOLENOÍDE), LARGURA / ALTURA / COMPRIMENTO (CM): 40 X 62 X 40 CM. ALIMENTAÇÃO: 220 V MONOFÁSICO. FREQUÊNCIA DO MOTOR: 60 HZ. FLUXO DE AR (VÁZÃO EFETIVO): 188 L/MIN. (6,6 PC/MIN.) CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO: 45 LITROS. POTÊNCIA (MOTOR): 1,13 CV (840W). CONSUMO DE ENERGIA: 0,75 KW/HORA. VELOCIDADE DE ROTAÇÃO DO MOTOR: 1750 R.P.M. NÚMERO DE PÓLOS DO MOTOR: 4 PÓLOS. NÚMERO DE PISTÕES (CABECOTES): 2 PISTÕES.</p> <p>1 ANO DE GARANTIA.</p>	1453 1563	1,000 2,000	820,0000 3.845,0000	820,00 7.690,00
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	<p>DISPENSER PARA ÁLCOOL GEL, FABRICADO COM INJEÇÃO DE POLIESTIRENO E ABS, COM RESERVATÓRIO, BRANCO. DIMENSÕES: (ALTURA) 26,3 CM X (PROFUNDIDADE) 12,6 CM X (LARGURA) 13,8 CM ACOMPANHADA PARA FUSO). LIBERA APROXIMADAMENTE 1 ML POR ACIONAMENTO. FECHAMENTO COM CHAVE DE SEGURANÇA</p>	1562	12,000	23,5000	282,00

Página: 2/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	FISIOMOCHO L SISTEMA A GAS DE REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO E AJUSTE DE INCLINAÇÃO DO ENCOSTO. CARACTERÍSTICAS: - FÁCIL REGULAGEM DA INCLINAÇÃO E ALTURA DO ENCOSTO POR ALAVANCA INDEPENDENTE, QUE PERMITE AJUSTE ANATÔMICO. - ESTOFAMENTO COM ESPUMA ESPESSE, REVESTIDA EM LAMINADO DE PVC, QUE GARANTE MAIOR RESISTÊNCIA E RIGIDEZ. - SEM COSTURA E DE FÁCIL ASSEPSIA. - APOIO DE BRAÇO - SISTEMA A GAS DE REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO COM ALAVANCA INDEPENDENTE. - BASE GIRATÓRIA, COM CINCO RODÍZIOS RESISTENTES, QUE SUPORTA ATÉ 250 KG. CAIXA ORGANIZADORA, COM TAMPA, CAPACIDADE PARA 37 LITROS; COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO; COR: INCOLOR; DIMENSÕES: 28 CM DE ALTURA X 50 CM DE LARGURA X 31 CM DE COMPRIMENTO. CAIXA ORGANIZADORA, COM TAMPA, CAPACIDADE PARA 56 LITROS; COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO; COR: INCOLOR; DIMENSÕES: 36,5 CM DE ALTURA X 40,3 CM DE LARGURA X 55,5 CM DE COMPRIMENTO BATERIA FUSÍVEL DE LÂMINA LAMPADA DE FREIO LAMPADA FAROL MILHA LAMPADA H7 LAMPADA PARA FAROL LAMPADA PARA FAROL LAMPADA PINGO D'AGUA MAO DE OBRA MECANICA MAO DE OBRA MECANICA MAO DE OBRA MECANICA MAO DE OBRA MECANICA PALHETA DE LIMPADOR PALHETA DO LIMPADOR 22" PALHETA DO LIMPADOR 22" PALHETA DO LIMPADOR 26" TERMINAL DE BATERIA TETRAFLUORETANO (GAS PARA AR CONDICIONADO DE VEICULO) CONSULTAS NA ÁREA DE OFTALMOLOGIA. SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS CIRURGIAS DIVERSAS TAXAS CONSULTAS NA ÁREA DE OFTALMOLOGIA. RADIOGRAFIA RADIOGRAFIA CATETER URETRAL HIDROFÍLICO FEMININO CH 10 LUBRIFICADO SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1563	2,000	484,0000	968,00
ARAUJO E ABREU COMERCIO DE MAQUINAS E E		1559	5,000	60,0000	300,00
ARAUJO E ABREU COMERCIO DE MAQUINAS E E		1559	5,000	95,0000	475,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1527	1,000	655,0000	655,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1525	1,000	0,5000	0,50
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1525	1,000	5,0000	5,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1528	1,000	42,0000	42,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1524	2,000	40,0000	80,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1524	1,000	22,0000	22,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1528	1,000	45,0000	45,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1525	1,000	5,0000	5,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1525	1,000	15,0000	15,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1531	1,000	30,0000	30,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1534	1,000	40,0000	40,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1536	1,000	60,0000	60,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1533	2,000	29,0000	58,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1530	1,000	39,9000	39,90
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1536	2,000	39,9000	79,80
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1530	1,000	42,0000	42,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1531	2,000	8,0000	16,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA		1534	1,000	180,0000	180,00
BELOTTO STOCK CENTRO OFTALMOLOGICO LTI		1449	1,000	350,0000	350,00
BELOTTO STOCK CENTRO OFTALMOLOGICO LTI		1365	1,000	2,500,0000	2,500,00
CLINICA DALL' OGHO LTDA		1552	1,000	6,700,0000	6,700,00
CLINICA DE OLHOS DR MARCIO DINIZ BORGES I		1549	1,000	2,400,0000	2,400,00
COLOMBELLI E DA LUZ SERVIÇOS DE RADIOLOG		1555	5,000	172,0000	860,00
COLOMBELLI E DA LUZ SERVIÇOS DE RADIOLOG		1460	1,000	50,0000	50,00
COLOPLAST DO BRASIL LTDA		1550	1,000	75,0000	75,00
COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO FRANCISCO		1378	240,0000	7,9000	1,896,00
		1551	1,000	18,243,3100	18,243,31

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Página: 3/23

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COR E ARTE COME E DIST LTDA	<p>- Cadeira empilhável sem apoia braços, para uso individual ou em sequência nos auditórios, com encosto e assento fixo. Possui curvatura anatômica no assento e no encosto, de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, se adaptando melhor à coluna vertebral. Assento e encosto plástico, injetados em polipropileno copolímero de alta resistência e pigmentados na cor, unidos à estrutura por parafusos especiais para plástico. Podem ser recobertos por estrutura complementar, injetada em polipropileno copolímero, com uma camada de espuma expandida/laminada. flexível micro-celular isenta de CFC e densidade de 26 kg/m³. Estes componentes são devidamente colados e recebem forração posterior, em tecido de vinil, poliéster, pu, ou polipropileno, e fixados ao assento e encosto por parafusos especiais com fenda para plástico. Estrutura confeccionada com tubos de aço curvados à frio em máquina curvadora CNC, e unidos por solda do tipo MIG, formando um monobloco de alta resistência, e recalibrada em gabaritos especiais para controle dimensional. Pernas e travessas confeccionadas em tubo de aço SAE 1020, oblongo 16x30mm e redondo 19,05 mm de diâmetro, e espessura da parede de 1,20 mm, para ambos os tubos; Suporte do encosto em tubo oblongo 16x30mm e espessura da parede de 1,5 mm; Sapatas e pontelhas em polipropileno copolímero injetado na cor preta. Para modelo com pintura, a estrutura possui tratamento de superfície com fosfato de zinco (executado em linha automática de oito tanques, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, proporcionando proteção contra corrosão e para uma melhor ancoragem da tinta, evitando assim o descolamento da mesma). A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), Weco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, preto semi-brilho, com camada de 60 microns, onde todas as peças são curadas em estufa, à temperatura de 200° C. Para modelo com acabamento cromado, a superfície é preparada através de decapagem química, recebendo um banho de cromo executado sobre base niquelada, totalizando 45 microns de espessura aproximada. Esta poltrona é baseada nas normas NR17 - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, que trata da ergonomia; e da NBR 13962 - da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza os móveis para escritório, cadeiras, classificação, características físicas e dimensionais, para que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade. Dimensões aproximadas da cadeira: Largura da Cadeira: 545 mm Profundidade da Cadeira: 525 mm; Altura Total da Cadeira: 825 mm; Altura do Encosto: 260mm; largura do Encosto: 460 mm; Profundidade do Assento: 400 mm; Largura do Assento: 460 mm; Altura do Assento: 450 mm. As empresas deverão apresentar: análise ergonômica dos produtos segundo a norma ABNT NR 17 emitida pelo ergonomista copia autenticada, certificado de conformidade do produto segundo a norma ABNT NBR 13962/2006, copia autenticada declaração de revenda autorizada (estando apto a prestar assistência/manutenção e dar garantia conforme certificado dos produtos fabricados. (copia autenticada), termo de garantia de 6 anos contra defeitos de fabricação e estrutura metálica e 1 ano nos componentes e acabamentos cromados, quando houver. copia autenticada, certificados ISO 9001 ISO 14001 e ISO 18001, emitidos pela ABNT, apresentar licença ambiental de operação do fabricante.</p>	1565	30,000	119,9900	3.599,70

Página: 4/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COR E ARTE COM E DIST LTDA	DISPENSER DE SABONETE LÍQUIDO COM RESERVATÓRIO NAS DIMENSÕES: (ALTURA)26,3CMX (PROFUNDIDADE)12,6CM X (LARGURA)13,8CM, FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE COM MANGUEIRA DE BORRACHA PARA DISPERSÃO DO PRODUTO, CAPACIDADE PARA 800ML.	1564	10,000	25,0000	250,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	MURAL DE FELTRO COM BORDA DE ALUMÍNIO COM MEDIDA DE 240X120, NA COR AZUL.	1556	1,000	320,0000	320,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	ANODIPINO 10 MG COMPRIMIDO	1529	20,000,000	0,0650	1,300,00
DISMACENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE MO	ARMARIO ALTO 2 PORTAS TAMPO CONFECCIONADA EM MDP, DE 25MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES, BORDAS QUE CONTOURNAM O TAMPO EM PVC DE 2,0 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT; CAIXARIA TODA CONFECCIONADA EM MDP, DE 18MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES, COM BORDAS EM PVC DE 0,7 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT; SISTEMA DE FIXAÇÃO UTILIZANDO CAVILHAS, BUCHAS PLÁSTICAS E MINIFIX; CONFIGURADO COM 3 PRATELEIRAS CONFECCIONADAS EM MDP, DE 18MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES, COM BORDAS EM PVC DE 0,7 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT; TAMBORE MINIFIX NO INTERIOR, PARA APERTO DE MINIFIX FIXADO JUNTO A LATERAL DO ARMARIO E SUPORTE PRATELEIRA EM AÇO, COM OPÇÃO DE 3 TIPOS DE ALTURA PARA CADA PRATELEIRA, 02 PORTAS CONFECCIONADAS EM MDP, DE 18MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES, COM BORDAS EM PVC DE 0,7 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT. DOBRADIÇAS BAIXAS DE ABERTURA DA PORTA EM 110°, PUXADORES METÁLICOS ENTRE FUROS DE 128MM, COM 2 DOBRAS 90° TOTALIZANDO ALTURA DE 25MM E LARGURA TOTAL DE 142MM E TRAVAMENTO DAS PORTAS POR UMA ÚNICA FECHADURA, UTILIZA SAPATAS REGULÁVEIS FIXADAS NA BASE POR MEIO DE BUCHA METÁLICA. MEDIDAS 900MM LARG X 500MM PROF X 1600MM ALTURA. COR BRANCA. RODAPÉ METÁLICO EM AÇO, FORMADO POR 4 TUBOS COM SEÇÃO DE 20 X 20, SOLDADOS ATRAVÉS DE SOLDA MIG. CONTENDO 4 SAPATAS NIVELADORAS, RECEBE BANHO DE ÁGUA E FÓSFORO PARA APLICAR ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA EM TINTA EPOXI EM PÓ TEXTURIZADA. POLIMERIZADA EM ESTUFA A 200°C, GARANTINDO EM LAUDO TESTE DE NEVOA SALINA CONTRA CORROSAO DE 240HORAS.	1570	12,000	580,0000	6,960,00
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	BENICAR 5 MG COMPRIMIDOS	1454	1,000	50,7200	50,72
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	CITALOPRAM 20 MG	1377	1,000	29,9000	29,90
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	CONCARDIO 2,5 MG COMPRIMIDOS	1454	1,000	41,9100	41,91
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	GAZIA 40 MG COMPRIMIDOS	1380	1,000	35,2800	35,28
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	ONGLYSA 2,5 MG COMPRIMIDOS	1454	1,000	85,5600	85,56
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	PAROXETINA 20 MG COMPRIMIDOS	1454	1,000	30,1600	30,16

Página: 5/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	RISPERDAL GOTAS	1442	1,000	117,2500	117,25
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	RITALINA 10 MG COMPRIMIDOS	1497	1,000	55,3000	55,30
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	ROVAMICINA 1500 UI COMPRIMIDOS	1380	8,000	50,3600	402,88
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	TRAMADOL 50 MG COMP	1477	4,000	20,3800	81,52
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	VIATINE 10 MG COMPRIMIDOS	1380	1,000	45,7500	45,75
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	XARELTO 15 MG	1450	1,000	193,7000	193,70
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	XARELTO 20 MG	1454	1,000	193,7000	193,70
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	XARELTO 20 MG	1491	1,000	193,7100	193,71
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	CYMBI 60 MG COMPRIMIDOS	1518	1,000	98,2300	98,23
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	ABRILAR 100 ML XAROPE	1461	1,000	33,0300	33,03
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	APIDRA 100 UI CANETA	1462	8,000	24,4200	195,36
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	CELEBRA 100 MM COMPRIMIDOS	1461	1,000	48,7200	48,72
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	DONAREN 50 MG COMPRIMIDOS	1461	1,000	59,9000	59,90
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	ESCITALOPRAM 15 MG COMPRIMIDOS	1461	2,000	73,2850	146,57
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	KEPPRA 250 MG COMPRIMIDOS	1461	6,000	36,0600	216,36
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	KOIDE D 120 ML	1461	1,000	25,7700	25,77
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	LANTUS 100 ML	1462	4,000	108,8800	435,52
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	LEITE PEDIASURE 400 GR	1367	30,000	28,3500	850,50
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	LEVOD 38 MCG COMPRIMIDOS	1461	1,000	7,4400	7,44
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	NUTRISON SOYA 800 GR ALIMENTO NUTRICIONAL COMPLETO, PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, HIPOSSODICO SEM SACAROSE, A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, RICA EM ISOFLAVONAS. ISENTO DE SACAROSE E LACTOSE.	1462	15,000	44,9000	673,50
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	VENLAXIN 150 MG COMPRIMIDOS	1451	1,000	82,1200	82,12
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	VENLAXIN 75 MG	1451	1,000	57,9300	57,93
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	WELLBUTRIN XL 300 MG COMPRIMIDOS	1451	1,000	140,7000	140,70
FARMACIAS BEBER LTDA ME	HISTAMIN 30 G	1404	1,000	11,5000	11,50
FARMACIAS BEBER LTDA ME	NISTATINA 25.000 UI/G, CREME VAGINAL, BISNAGA 60 GRAMAS COM NO MINIMO 7 APLICADORES	1404	4,000	18,7900	75,16
FARMACIAS BEBER LTDA ME	OTOSYLASE 10 ML	1404	1,000	15,0000	15,00
FARMACIAS BEBER LTDA ME	TRAMADOL 50 MG COMP	1404	2,000	24,6000	49,20
G. PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINIC	EXAMES LABORATORIAIS	1373	1,000	3,705,9800	3,705,98

Página: 6/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GILMAR SANI - ME	BALCÃO EM MDF BP 18MM NA COR BRANCO E AZUL, COM PARTES INTERNAS EM BRANCO. MEDIDAS: 1,35 CM X 60CM. CONTENDO: UM MÓDULO 2 E UM MÓDULO 3. MÓDULO 2: DUAS PORTAS DE ABRIR COM DOIS PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. C:0,90 CMX L:0,60 CM X A:0,86CM. MÓDULO 3: EM MDF BP AZUL CONTENDO 04 GAVETAS COM CORREDIÇAS TELESÓPICA E PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. C:0,45CM X L:0,60 CMX A:0,86 CM. CONFORME PROJETO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. BALCÃO EM MDF BP 15MM, EM BRANCO E AZUL, COM PARTES INTERNAS EM BRANCO, 04 GAVETAS COM CORREDIÇAS TELESÓPICA E PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. MEDIDAS: 135 CM X 60CM. CONFORME PROJETO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. BALCÃO EM MDF BP 18MM NA COR BRANCO E AZUL, COM PARTES INTERNAS EM BRANCO. MEDIDAS: 1,80 CM X 60CM. CONTENDO UM MÓDULO 1, UM MÓDULO 2 E UM MÓDULO 3. MÓDULO 1: UMA PORTA DE ABRIR COM PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. MEDIDAS: C:0,45CM X L:0,60CM X A:0,86CM. MÓDULO 2: DUAS PORTAS DE ABRIR COM DOIS PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. C:0,90 CMX L:0,60 CM X A:0,86CM. MÓDULO 3: EM MDF BP AZUL CONTENDO 04 GAVETAS COM CORREDIÇAS TELESÓPICA E PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. C:0,45CM X L:0,60 CMX A:0,86 CM. CONFORME PROJETO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. EXAME CAMPO VISUAL COMPUTORIZADO	1573	1,000	400,0000	400,00
GILMAR SANI - ME	BALCÃO EM MDF BP 18MM NA COR BRANCO E AZUL, COM PARTES INTERNAS EM BRANCO. MEDIDAS: 1,80 CM X 60CM. CONTENDO UM MÓDULO 1, UM MÓDULO 2 E UM MÓDULO 3. MÓDULO 1: UMA PORTA DE ABRIR COM PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. MEDIDAS: C:0,45CM X L:0,60CM X A:0,86CM. MÓDULO 2: DUAS PORTAS DE ABRIR COM DOIS PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. C:0,90 CMX L:0,60 CM X A:0,86CM. MÓDULO 3: EM MDF BP AZUL CONTENDO 04 GAVETAS COM CORREDIÇAS TELESÓPICA E PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. C:0,45CM X L:0,60 CMX A:0,86 CM. CONFORME PROJETO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. EXAME CAMPO VISUAL COMPUTORIZADO	1573	1,000	690,0000	690,00
HOSPITAL DIA DE OFTALMOLOGIA LTDA	EXAME DE ANGIOFLUORESCENOGRRAFIA RETINIANA	1418	1,000	180,0000	180,00
HOSPITAL DIA DE OFTALMOLOGIA LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1418	1,000	220,0000	220,00
HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1366	1,000	6,099,3200	6,099,32
HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1554	1,000	3,687,8200	3,687,82
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA ANGIORESSONANCIA ARTERIAL DE CRANIO	1375	1,000	430,0000	430,00
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBAR	1375	2,000	268,7500	537,50
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBO SACRA	1375	1,000	268,7500	268,75
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE CRANIO	1375	1,000	268,7500	268,75
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE OMBRO	1375	1,000	268,7500	268,75
IMPRECOMP - Man. e Com. de Maquinas e Equip. f	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1481	1,000	85,0000	85,00
IMPRECOMP - Man. e Com. de Maquinas e Equip. f	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1482	1,000	95,0000	95,00
IND.E COM. DE MASSAS P/VIDROS WALPENTRY I	DIVISÓRIA EM GESSO ACARTONADO COM ISOLAMENTO EM LÃ	1402	21,150	85,1063	1,800,00
JB COMERCIO DE GAS LTDA	BOTIÃO PARA GAS P13	1457	3,000	170,0000	510,00
JB COMERCIO DE GAS LTDA	GAS P13	1456	5,000	66,4000	332,00
JOAO ALDINO DE CAMPOS ME	ADAPTADOR 1/2"	1368	50,000	1,5000	75,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/23

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JOAO ALDINO DE CAMPOS ME	ADAPTADOR 3/4"	1368	50,000	1,0000	50,00
JOAO ALDINO DE CAMPOS ME	BUCHA PLÁSTICA 8 MM.	1368	100,000	0,1000	10,00
JOAO ALDINO DE CAMPOS ME	CONDULETE CAIXA 5 1/2" 3/4"	1368	16,000	4,5000	72,00
JOAO ALDINO DE CAMPOS ME	ELETROCALHA 50 x 100	1368	20,000	31,0500	621,00
JOAO ALDINO DE CAMPOS ME	ELETRODUTO DE ENCAIXE 1/2"	1368	10,000	9,0000	90,00
JOAO ALDINO DE CAMPOS ME	EMENDA INTERNA PARA ELETROCALHA	1368	10,000	2,5000	25,00
JOAO ALDINO DE CAMPOS ME	L P/ ELETROCALHA	1368	5,000	7,1000	35,50
JOAO ALDINO DE CAMPOS ME	PARAFUSO 4,5 x 50	1368	100,000	0,1000	10,00
JOAO ALDINO DE CAMPOS ME	SUPORTE PARA ELETROCALHA	1368	30,000	2,2500	67,50
JOAO ALDINO DE CAMPOS ME	T 50 ELETROCALHA	1368	4,000	8,8500	35,40
JOAO ALDINO DE CAMPOS ME	TAMPA PARA CONDULETE 2T 1/2" 3/4"	1368	16,000	2,5000	40,00
JOAO ALDINO DE CAMPOS ME	TOMADA 2 P + T 10 A EMBUTIR	1368	6,000	4,1000	24,60
JOAO ALDINO DE CAMPOS ME	TOMADA RJ 11 EMBUTIR	1368	4,000	4,1600	16,64
JOAO ALDINO DE CAMPOS ME	TOMADA RJ 45 EMBUTIR	1368	6,000	16,7700	100,62
JV COM. DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORAC	LAMPADAS DE LED 15 W	1448	500,000	15,5000	7.750,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	ANTENA INTERNA PARA TV	1566	1,000	39,8000	39,80

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/23

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	CONJUNTO DE MESA COM CONEXÃO 90°, FORMADO POR DUAS MESAS E UMA CONEXÃO 90°, COMPOSTO POR TAMPO CONSTITUÍDO EM MDP DE 25 MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES, BORDA QUE ACOMPANHA TODO O CONTO DO TAMPO E DE PVC DE 3 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT, COM RAIOS MÍNIMO DE 2,5 MM. DOTADO COM 1 PASSA CABO DE DIÂMETRO DE 60 MM EM POLIESTIRENO INJETADO DE ALTO IMPACTO. 01 - PAINEL FRONTAL EM MDP DE 15 MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES. BORDAS HORIZONTAIS COM ACABAMENTO EM FITA DE PVC DE 0,7 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT. PAINEL FRONTAL FIXADO AOS PÉS LATERAIS DA MESA, COM CAVILHAS, PARAFUSOS MINIFIX DE AÇO E BUCHAS EM NYLON. 02 - PÉS PAINEL EM MDP DE 25 MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES, BORDAS COM ACABAMENTO EM FITA DE PVC DE 0,7 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT. UTILIZA-SE DE SISTEMA DISTANCIADOR PRODUZIDO EM ZAMAC, COM ALTURA DE 20MM PARA UNIR TAMPO E PÉS LATERAIS, FIXADO COM PARAFUSOS, PÉS CONTEM SAPATAS REGULÁVEIS EM PVC RÍGIDO COM DIÂMETRO DE 22 MM, CUJA FUNÇÃO SERÁ CONTORNAR EVENTUAIS DESNÍVEIS DE PISO. MEDIDAS 1500MM LARG X 600MM PROF X 740MM. ALTURA. COR BRANCA. CONEXÃO 90° MEDIDAS 600MM X 600MM COM PÉ METÁLICO PARA AUXILIAR NA SUSTENTAÇÃO DE PESO. MESA RETA PÉ PAINEL TAMPO CONSTITUÍDO EM MDP DE 25 MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES, BORDA QUE ACOMPANHA TODO O CONTO DO TAMPO E DE PVC DE 3 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT, COM RAIOS MÍNIMO DE 2,5 MM. DOTADO COM 1 PASSA CABO DE DIÂMETRO DE 60 MM EM POLIESTIRENO INJETADO DE ALTO IMPACTO. 01 - PAINEL FRONTAL EM MDP DE 15 MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES. BORDAS HORIZONTAIS COM ACABAMENTO EM FITA DE PVC DE 0,7 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT. PAINEL FRONTAL FIXADO AOS PÉS LATERAIS DA MESA, COM CAVILHAS, PARAFUSOS MINIFIX DE AÇO E BUCHAS EM NYLON. 02 - PÉS PAINEL EM MDP DE 25 MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES, BORDAS COM ACABAMENTO EM FITA DE PVC DE 0,7 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT. UTILIZA-SE DE SISTEMA DISTANCIADOR PRODUZIDO EM ZAMAC, COM ALTURA DE 20MM PARA UNIR TAMPO E PÉS LATERAIS, FIXADO COM PARAFUSOS, PÉS CONTEM SAPATAS REGULÁVEIS EM PVC RÍGIDO COM DIÂMETRO DE 22 MM, CUJA FUNÇÃO SERÁ CONTORNAR EVENTUAIS DESNÍVEIS DE PISO. MEDIDAS 1200MM LARG X 600MM PROF X 740MM ALTURA. COR BRANCA. GAVETEIRO FIXO 2 GAVETAS COM CAIXARIA TODA CONFECCIONADA EM MDP, DE 18MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES, COM BORDAS EM PVC DE 0,7 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT. GAVETAS INTERNAS CONFECCIONADAS	1567	2,000	769,0000	1,538,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 9/23

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	<p>EM MDP, DE 15MM DE ESPESSURA, REVESTIDO EM AMBAS AS FACES EM LAMINADO MELAMINICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO COM BORDAS EM PVC DE 0,7 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT; FRENTE DE GAVETA CONFECCIONADA EM MDP, DE 18MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMINICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES, COM BORDAS EM PVC DE 0,7 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT; SISTEMA DE FIXAÇÃO UTILIZANDO CAVILHAS, BUCHAS PLÁSTICAS E MINIFIX, DESLIZANTES DE ABERTURA TOTAL EM TODAS GAVETAS, UTILIZANDO NA SUA CONFECCÃO CHAPAS DOBRADAS DE 1,2MM DE ESPESSURA NO COMPONENTE QUE É FIXADO JUNTO A CAIXARIA E NO COMPONENTE DESLIZANTE E CHAPA DE 0,9MM FIXADA JUNTO A GAVETA. PUXADORES METÁLICOS ENTRE FUROS DE 128MM, COM 2 DOBRAS 90° TOTALIZANDO ALTURA DE 25MM E LARGURA TOTAL DE 142MM. FECHADURA COM TRAVAMENTO SIMULTANEO DAS 2 GAVETAS, COM 2 CHAVES DOBRAVEIS. A FIXAÇÃO NA PARTE INFERIOR DO TAMPO DA MESA É FEITO POR PARAFUSOS CABEÇA FLANGEADA DE 5MM DE Ø X 33MM DE COMPRIMENTO.</p> <p>DISPENSER/SUPOORTE PARA COPO DESCARTAVEL (180 ML/200 ML), COM MEDIDAS 48 CM (ALTURA) X 11,5 CM (LARGURA) X 10,7 CM (PROFUNDIDADE), E DIÂMETRO DA BOCA 5 CM.COM PARAFUSOS E BUCHAS PARA FIXAÇÃO.</p> <p>GAVETEIRO VOLANTE COMPOSTO DE 3 GAVETAS COM CHAVES, SENDO DUAS GAVETAS MÉDIAS, MAIS UM GAVETÃO PARA PASTAS SUSPENSAS; CONFECCÃO EM MADEIRA AGLOMERADA COM 18MM DE ESPESSURA, REVESTIDO EM LAMINADO MELAMINICO, COM BORDAS EM ABS, TRILHOS DAS GAVETAS: FABRICADOS EM AÇO, PUXADOR DO GAVETEIRO EM ALUMÍNIO MACIÇO, COM DIÂMETRO DE 12MM, COM PINTURA ELETROSTÁTICA EM EPOXI PÓ E FIXAÇÃO, AO CENTRO DAS GAVETAS POR MEIO DE PARAFUSOS M5, PRODUZIDOS EM AÇO.</p> <p>PARTES INTERNA E EXTERNA FRONTAL DAS GAVETAS: PARTE INTERNA EM CHAPA DE AÇO ABNT, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E ANTI-CORROSIVO DE FOSFATIZAÇÃO POR IMERSÃO E PINTURA ELETROSTÁTICA EM EPOXI PÓ E PARTE EXTERNA FRONTAL DAS GAVETAS CONSTITUÍDA EM MELAMINICO B.P. COR BRANCA.</p> <p>CAPACIDADE DE CARGA DE, NO MÍNIMO, 20KG EM CADA GAVETA E 45KG PARA O GAVETÃO. BASE COM RODÍZIOS DUPLOS EM NYLON NATURAL INJETADO NA COR PRETA. MEDIDAS: 450X470X610MM (LXPXA).</p>	1566	1,000	21,8600	21,86
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	<p>IMPRESSORA TERMICA NÃO FISCAL DR 800L GUILHOTINA (SAIDAS SERIAL E USB VELOCIDADE DE 180 MM/S GUILHOTINA FONTE E CABO)</p> <p>MÁQUINA DE LAVAR ROUPA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8KG DE ROUPA, NA COR BRANCA, CESTO EM POLIPROPILENO, GABINETE EM AÇO GALVANIZADO ANTI-CORROSÃO, ABERTURA SUPERIOR, PAINEL ELETRÔNICO, SELEÇÃO DE PROGRAMAS DE LAVAGEM, ENXAGUE E CENTRÍFUGA, SELEÇÃO DE NÍVEL DE ÁGUA, DISPENSER PARA SABÃO EM PÓ, AMACIANTE E ALVEJANTE, CENTRIFUGAÇÃO MÍNIMA DE 750 RPM, VOLTAGEM 220V, SELO PROCEL COM CLASSE A EM CONSUMO DE ENERGIA.</p>	1567	2,000	399,3700	798,74
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI		1568	9,000	515,9000	4.643,10
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI		1569	1,000	1.010,0000	1.010,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/23

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	MESA SEMI-OVAL PE PAINEL TAMPO CONSTITUÍDO EM MDP DE 25 MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES, BORDA QUE ACOMPANHA TODO O CONTORNO DO TAMPO É DE PVC DE 3 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT, COM RAIOS MÍNIMO DE 2,5 MM. 02 - PAINÉIS FRONTALS EM MADEIRA MDP DE 15 MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES. BORDAS HORIZONTAIS COM ACABAMENTO EM FITA DE PVC DE 0,7 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT. PAINEL FRONTAL FIXADO AOS PÉS LATERAIS DA MESA, COM CAVILHAS, PARAFUSOS MINIFIX DE AÇO E BUCHAS EM NYLON. 02- PÉS PAINEL EM MDP DE 25 MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES, BORDAS COM ACABAMENTO EM FITA DE PVC DE 0,7 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT. PÉS CONTEM SAPATAS REGULÁVEIS EM PVC RÍGIDO COM DIÂMETRO DE 22 MM, CUJA FUNÇÃO SERÁ CONTORNAR EVENTUAIS DESNÍVEIS DE PISO. MEDIDAS 3000MM LARG X 1200MM PROF X 740MM ALTURA. COR A DEFINIR. CALHA VERTICAL EM FORMATO "U" PARA SUBIDA DE FIAÇÃO PELA LATERAL DA MESA, PERMITINDO O ACESSO A TODO AÇO 0,75 DE ESPESSURA, COM ALTURA DE 590 E LARGURA DE 110MM FIXADA AO PÉ LATERAL ATRAVÉS DE PARAFUSOS ESPECIAIS PARA MADEIRA. CONTEM TAMPA EM AÇO 0,75 PARA ENCAIXAR INTERNAMENTE EM DOIS ARAMES SOLDADOS NA CALHA. CAIXA DE TOMADA EM FORMATO REDONDO COM DIÂMETRO DE 92MM FIXADA AO TAMPO, PERMITINDO PLUGAR DUAS TOMADAS DE ENERGIA E 2 RJ (LÓGICO E/OU TELEFÔNICO).	1567	1,000	613,9000	613,90
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	MOUSE USB	1417	5,000	7,0000	35,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	MURAL DE FELD.TRO COM BORDA DE MADEIRA COM MEDIDA DE 100CMX80CM, NA COR AZUL.	1557	4,000	85,0000	340,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1374	1,000	80,0000	80,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	SUPORE UNIVERSAL PARA TELEVISORES E MONITORES LCD, PLASMA, LED E 3D DE 10 A 71 POLEGADAS, INDICAÇÃO: TV LCD/LED/PLASMA. TAMANHO DA TELA: 10" A 71". TIPO: SUPORE FIXO DE PAREDE. PESO MÁXIMO SUPORTADO: 70 KG. ACOMPANHA GABARITO EXPLICATIVO PARA FIXAÇÃO DO SUPORE	1566	1,000	19,8600	19,86
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	TECLADO PRETO USB	1484	3,000	21,9000	65,70
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	VARAL DOBRÁVEL, DE CHÃO, COM ABAS, TODO EM ALUMÍNIO, DIMENSÕES APROXIMADAS ABERTO 150X56X90CM	1566	1,000	52,6600	52,66
LABORATORIO CLIN.PATOL.MARTINS LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1553	1,000	10.640,3600	10.640,36
LABORATORIO DALLANORA ANALISES CLINICAS	EXAMES LABORATORIAIS	1496	1,000	5.773,1000	5.773,10
LABORATORIO GAVAZZONI LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1403	1,000	7.749,7100	7.749,71
LIDER SERRALHERIA LTDA ME	MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1379	1,000	650,0000	650,00
MAI COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELE	CABO PARA ALARME	1443	55,000	0,8000	44,00
MAI COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELE	CABO PARA CÂMERA	1443	25,000	1,8000	45,00
MAI COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELE	CAIXA PARA CANALETA	1443	2,000	3,5000	7,00

Página: 11/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MAI COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELE	CANALETA 20 x 10 C/FITA DUPLA FACE	1443	7,000	10,8000	75,60
MAI COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELE	MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1443	1,000	500,0000	500,00
MAI COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELE	TAMPA CEGA BRANCA 1/2 - 3/4	1443	2,000	3,5000	7,00
MARCOS ESPORTES LTDA ME	BAMBOLÊ	1447	10,000	4,5000	45,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI		1411	2,000	1,0000	2,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI		1519	1,000	76,9500	76,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI		1407	2,000	5,0000	10,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ABRACADEIRA COIFA HOMOCINETICA	1541	1,000	2,0000	2,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ANEL BUJÃO	1543	1,000	2,0000	2,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ANEL BUJÃO	1546	1,000	2,0000	2,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ANEL DE VEDAÇÃO	1405	1,000	2,0000	2,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ANEL DE VEDAÇÃO	1409	1,000	2,0000	2,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ANEL DE VEDAÇÃO	1413	1,000	2,0000	2,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ANEL DE VEDAÇÃO	1415	1,000	2,0000	2,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ANEL DE VEDAÇÃO	1424	1,000	2,0000	2,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ANEL DE VEDAÇÃO	1427	1,000	2,0000	2,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ANEL DE VEDAÇÃO	1429	1,000	2,0000	2,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ATUADOR DE EMBRIAGEM	1407	1,000	336,9500	336,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	BUJÃO CARTER	1431	1,000	21,9500	21,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	BUZINA ELÉTRICA	1543	1,000	61,9500	61,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	CABO DE VELA	1431	1,000	129,9500	129,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	CABO DE VELA	1437	1,000	129,9500	129,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	CILINDRO RODA TR	1522	1,000	49,9500	49,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	COLA ALTA TEMPERATURA	1519	1,000	29,9000	29,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	CONTRA PINO CUBO 2.5x30	1522	2,000	1,5000	3,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	CORREIA ALTERNADOR	1411	1,000	76,9500	76,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	CORREIA GIRO AR CONDICIONADO	1519	1,000	67,9500	67,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	COXIM MOTOR	1407	1,000	103,9500	103,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	DIAGNOSTICO ELETRONICO	1424	1,000	60,0000	60,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	1433	2,000	185,9500	371,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	1440	2,000	105,9500	211,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	1522	2,000	47,9500	95,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	DISCO DE FREIO TRASEIRO	1435	2,000	219,9000	439,80
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	DISCO DE FREIO TRASEIRO	1546	2,000	189,9500	379,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ENGRENAGEM 1ª MARCHA	1424	1,000	49,9500	49,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ENGRENAGEM 1ª MARCHA	1431	1,000	49,9500	49,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ENGRENAGEM DO VIRABREQUIM	1519	1,000	70,9500	70,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO COMBUSTIVEL	1405	1,000	17,9500	17,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO COMBUSTIVEL	1409	1,000	79,9500	79,95

Página: 12/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO COMBUSTIVEL	1415	1,000	16,9500	16,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO COMBUSTIVEL	1424	1,000	16,9500	16,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO COMBUSTIVEL	1427	1,000	17,9500	17,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO COMBUSTIVEL	1429	1,000	16,9500	16,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO COMBUSTIVEL	1546	1,000	80,9500	80,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO DE AR	1405	1,000	28,9500	28,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO DE AR	1409	1,000	70,9500	70,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO DE AR	1415	1,000	37,9500	37,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO DE AR	1424	1,000	37,9500	37,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO DE AR	1427	1,000	28,9500	28,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO DE AR	1429	1,000	15,9500	15,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO DE AR CONDICIONADO VEÍCULOS	1405	1,000	24,9500	24,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO DE AR CONDICIONADO VEÍCULOS	1415	1,000	25,9500	25,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO DE AR CONDICIONADO VEÍCULOS	1424	1,000	26,9500	26,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO DE AR CONDICIONADO VEÍCULOS	1427	1,000	24,9500	24,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO DE AR CONDICIONADO VEÍCULOS	1429	1,000	21,9500	21,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO DE AR CONDICIONADO VEÍCULOS	1431	1,000	25,9500	25,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO DE OLEO	1413	1,000	16,9500	16,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO LUBRIFICANTE	1405	1,000	17,9500	17,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO LUBRIFICANTE	1409	1,000	34,9500	34,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO LUBRIFICANTE	1415	1,000	16,9500	16,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO LUBRIFICANTE	1424	1,000	16,9500	16,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO LUBRIFICANTE	1427	1,000	17,9500	17,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO LUBRIFICANTE	1429	1,000	16,9500	16,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO LUBRIFICANTE	1431	1,000	16,9500	16,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO LUBRIFICANTE	1541	1,000	16,9500	16,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO LUBRIFICANTE	1543	1,000	16,9500	16,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO LUBRIFICANTE	1546	1,000	34,9500	34,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FLEXIVEL ESCAPAMENTO	1424	1,000	143,9500	143,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FLUIDO DE FREIO	1407	1,000	23,9500	23,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FLUIDO DE FREIO	1424	1,000	23,9500	23,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FLUIDO DE FREIO	1433	1,000	23,9500	23,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FLUIDO DE FREIO	1522	1,000	23,9500	23,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	JUNTA RETIFICADORA	1519	1,000	91,9500	91,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	KIT AMORTECEDOR TR	1424	1,000	194,9500	194,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	KIT AMORTECEDOR TR	1431	1,000	194,9500	194,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	KIT EMBREAGEM (LIVINA)	1407	1,000	878,9500	878,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	KITS CVA	1424	1,000	149,9500	149,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	KITS CVA	1431	1,000	149,9500	149,95

Página: 13/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	KITS CVA	1519	1,000	167,950	167,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	LAMPADA H27	1424	1,000	27,950	27,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	LAMPADA H4	1424	1,000	19,950	19,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	LIMPA AR CONDICIONADO	1427	1,000	50,000	50,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	LIMPA PARA-BRISA	1431	1,000	8,000	8,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1407	6,700	50,000	335,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1411	1,000	200,000	200,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1424	1,000	490,000	490,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1431	5,000	50,000	250,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1433	1,000	70,000	70,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1435	2,000	60,000	120,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1437	1,000	60,000	60,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1440	1,000	50,000	50,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1519	1,000	744,000	744,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1522	1,000	90,000	90,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1538	1,000	190,000	190,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1539	1,000	40,000	40,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1543	1,000	30,000	30,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1546	1,000	140,000	140,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MATERIAL LIMPEZA PRODUTOS DIVERSOS	1407	6,000	5,000	30,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	MATERIAL LIMPEZA PRODUTOS DIVERSOS	1519	6,000	5,000	30,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1405	4,000	40,950	163,80
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1409	6,000	44,950	269,70
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1413	3,500	32,950	115,33
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1415	3,500	32,900	115,15
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1424	3,500	32,900	115,15
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1427	4,000	39,900	159,60
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1429	3,500	32,900	115,15
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1439	2,000	32,900	65,80
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1519	1,000	61,430	61,43
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1541	3,500	32,950	115,33
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1543	3,500	32,950	115,33
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1546	6,000	44,950	269,70
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	OLEO LUBRIFICANTE - ALTA ROTAÇÃO E BAIXA ROTAÇÃO	1407	1,000	60,950	60,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	PALHETA DE LIMPADOR	1424	1,000	25,000	25,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	PALHETA DO LIMPADOR 18"	1431	1,000	29,950	29,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	PALHETA DO LIMPADOR 22"	1431	1,000	33,950	33,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8	1411	1,000	3,000	3,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8	1539	6,000	3,000	18,00

Página: 14/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	PASTILHA DE FREIO	1433	1,000	115,9500	115,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	PASTILHA DE FREIO	1435	1,000	139,9500	139,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	PASTILHA DE FREIO	1440	1,000	148,9500	148,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	PASTILHA DE FREIO	1522	1,000	52,9500	52,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	PASTILHA FREIO TRASEIRA	1546	1,000	68,9500	68,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRAS	1546	1,000	137,9500	137,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	PATIM COM LONA	1424	1,000	167,9500	167,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	PONTEIRA CABO COMANDO	1437	1,000	108,9500	108,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	REBITE LONA	1424	2,000	4,0000	8,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	RETENTOR DIANTEIRO	1519	1,000	69,9500	69,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	RETENTOR VALVULAS	1519	8,000	4,9500	39,60
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ROLAMENTO	1411	1,000	108,9500	108,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	SPRAY DESENGRIPANTE	1407	0,500	19,9500	9,98
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	SUPORTE PARA MAÇANETA	1539	1,000	29,9500	29,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	TAMPA DI	1405	1,000	14,9500	14,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	VALVULA ADMINISTRADOR	1519	4,000	58,9500	235,80
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	VALVULA ESCAPE	1519	4,000	58,9500	235,80
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	VELA DE IGNIÇÃO	1424	4,000	18,9500	75,80
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	VELA DE IGNIÇÃO	1431	4,000	18,9500	75,80
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	BANCADA EM GRANITO BRANCO ITAUNAS FORMATO L, COM BORDAS DE 6 CM E ACABAMENTO EM 45º, COM DUAS CUBAS RETANGULARES EM AÇO INOX AISI 304, COM ACABAMENTO ACETINADO, BORDA LISA NO TAMANHO 40 X 34CM. MEDIDAS DO GRANITO: 398 X 300 X 60 CM. CONFORME PROJETO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	1572	1,000	3.300,0000	3.300,00
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	BANCADA EM GRANITO BRANCO ITAUNAS, COM BORDAS DE 6 CM E ACABAMENTO EM 0145º, COM DUAS CUBAS RETANGULARES EM AÇO INOX AISI 304, COM ACABAMENTO ACETINADO, BORDA LISA NO TAMANHO 40 X 34 CM. MEDIDAS: 225 X 60 CM. CONFORME PROJETO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.	1572	1,000	1.320,0000	1.320,00
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	BANCADA EM GRANITO BRANCO ITAUNAS, COM BORDAS DE 6 CM E ACABAMENTO EM 45º, COM UMA CUBA RETANGULAR EM AÇO INOX AISI 304, COM ACABAMENTO ACETINADO, BORDA LISA NO TAMANHO 40 X 34CM. MEDIDAS: 135 X 60 CM. CONFORME PROJETO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.	1572	1,000	740,0000	740,00
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	BANCADA EM GRANITO BRANCO ITAUNAS, COM BORDAS DE 6 CM E ACABAMENTO EM 45º, COM UMA CUBA RETANGULAR EM AÇO INOX AISI 304, COM ACABAMENTO ACETINADO, BORDA LISA NO TAMANHO 40 X 34CM. MEDIDAS: 135 X 60 CM. CONFORME PROJETO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.	1572	1,000	740,0000	740,00

Página: 15/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.686/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	BANCADA EM GRANITO BRANCO ITAUNAS, COM BORDAS DE 6 CM E ACABAMENTO EM 45º, COM UMA CUBA RETANGULAR EM AÇO INOX AISI 304, COM ACABAMENTO ACETINADO, BORDA LISA NO TAMANHO 40 X 34CM. MEDIDAS: 180 X 60 CM. CONFORME PROJETO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.	1572	1,000	990,0000	990,00
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	BANCADA EM GRANITO BRANCO ITAUNAS, COM BORDAS DE 6 CM E ACABAMENTO EM 45º. MEDIDAS DO GRANITO: 180 X 60 CM. CONFORME PROJETO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.	1572	1,000	810,0000	810,00
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	LIXEIRA COM ESTRUTURA E TAMPA EM AÇO INOXIDÁVEL (INOX). ACABAMENTOS E BALDE INTERNO EM POLIPROPILENO. BALDE REMOVÍVEL. DIMENSÕES: (C) 36CM X (L) 30,7CM X (H) 44,5CM. 20LITROS	1558	10,000	80,0000	800,00
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	PERSIANAS VERTICAL BLECAUTE, NA COR CINZA, COM BANDO DE ALUMINIO INSTALADAS E COM 01 ANO DE GARANTIA (PERSIANAS NAS MEDIDAS 46,47 M² E BANDO 26,00).	1571	1,000	5.740,0000	5.740,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 16/23

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	<p>POLTRONA DIRETOR GIRATÓRIA COM BRAÇOS E MECANISMO RELAX; ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTILAMINADO RESINADO; MOLDAO ANATOMICAMENTE A QUENTE COM ESPESURA DE 14 MM. POSSUI CURVATURA NA PARTE FRONTAL DO ASSENTO PARA EVITAR O ESTRANGULAMENTO NA CORRENTE SANGÜINEA, E CURVATURA ANATÔMICA NO ENCOSTO DE FORMA A PERMITIR A ACOMODAÇÃO DAS REGIÕES DORSAL E LOMBAR, ADAPTANDO-SE MELHOR À COLUNA VERTEBRAL; ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE EM POLIURETANO FLEXÍVEL MICROCELULAR DE ALTA RESISTÊNCIA; ISENTO DE CFC, COM DENSIDADE CONTROLADA DE 45 A 50 KG/M³ COM 60 MM DE ESPESURA MÉDIA NO ASSENTO E ENCOSTO; CAPA DO ASSENTO E DO ENCOSTO EM COURUSSIMO, FORMADO POR COSTURAS LATERAIS E CENTRAIS EM DESENHO DE ARCOS OPOSTOS, PREVIAMENTE COLADOS ÀS ESPUMAS, E FIXADAS COM GRAMPOS AO ASSENTO E ENCOSTO DE MADEIRA; CONTRA CAPA DO ASSENTO E DO ENCOSTO INJETADAS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO, MONTADAS POR PARAFUSOS, AUXILIANDO EM FUTURAS MANUTENÇÕES;</p> <p>APOIA BRAÇOS, EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO INJETADO, COM ALMA DE AÇO SAE 1020 PINTADA, REGULAGEM DE ALTURA COM BOTÃO, TOTALIZANDO 7 POSIÇÕES E 85 MM DE CURSO. CHAPA PARA FIXAÇÃO NO ASSENTO COM 2 FUROS OBLONGOS, PERMITINDO AJUSTE HORIZONTAL POR PARAFUSOS.</p> <p>SUPOORTE DO ENCOSTO EM MOLA DE AÇO SAE 1020 COM 76,20 MM DE LARGURA E 6,35 MM DE ESPESURA CURVADA E NERVURADA A FRIO PARA AUMENTAR A RESISTÊNCIA; A FIXAÇÃO DO ASSENTO, ENCOSTO, ESTRUTURA, MOLA E APOIA-BRAÇOS, É FEITA COM PARAFUSOS SEXTAVADOS E PORCAS DE GARRA ENCRAVADAS E REBITADAS NA MADEIRA;</p> <p>PARAFUSOS DE FIXAÇÃO DOS COMPONENTES DO TIPO FLANGEADO COM TRAVA; NA BITOLA 1/4" X 20 FPP.</p> <p>BASE GIRATÓRIA DESMONTÁVEL COM ARANHA DE 5 HASTES DE AÇO COM PINO DO RODÍZIO SOLDADO NA EXTREMIDADE DA HASTE EM FUROS DO TIPO FLANGEADO, EVITANDO QUE SE SOLTEM, COBERTA POR POLAINA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO NA COR PRETA COM SISTEMA DE ENCAIXE PLÁSTICO ENTRE CONE DA ARANHA E A COLUNA, APOIADA SOBRE 5 RODÍZIOS DE GIRO DUPLO COM 50 MM DE DIÂMETRO EM NYLON COM CAPA, SEMIESFERA PLÁSTICA INJETADA JUNTO À ESTRUTURA, QUE FACILITA O GIRO, BANDA DE ROLAGEM EM NYLON PARA USO EM CARPETES, TAPETES E SIMILARES;</p> <p>COLUNA CENTRAL DESMONTÁVEL FIXADA POR ENCAIXE CÔNICO, COM ROLAMENTO AXIAL DE GIRO, POSSUINDO ARRUELAS DE AÇO TEMPERADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BUCHA MANCAL DE GIRO INJETADA EM POM, E RECALIBRADA, RECOBERTA POR CAPA TELESCÓPICA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO NA COR PRETA, SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA DA CADEIRA POR COLUNA DE MOLA À GÁS;</p> <p>MECANISMO FLANGE DE APOIO DA CADEIRA COM SISTEMA DE RELAX COM TRAVA; OU LIVRE FLUTUAÇÃO, MANIPULO DE AJUSTE DA TENSÃO DA MOLA, COM PINO DE GIRO EM AÇO TREFILADO MACIÇO COM 10 MM DE DIÂMETRO E BUCHAS DE GIRO E TRAVA INJETADAS EM POLIACETAL COMPONENTES FINIDOS POR SOL NA DO TIPO MIG, EM</p>	1572	8,000	459,0000	3.672,00

Página: 17/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
	<p>CHAPAS DE AÇO SAE 1020 FQD COM 3MM DE ESPESURA, FORMANDO UM CONJUNTO PARA POSTERIOR MONTAGEM POR PARAFUSOS. OS COMPONENTES METÁLICOS QUE POSSUEM PINTURA, SÃO TRATADOS COM FOSFATO DE ZINCO, EXECUTADO EM LINHA AUTOMÁTICA DE OITO TANQUES, SEM USO DE PRODUTOS CLORADOS PARA DESENGRAXE, E COM POSTERIOR TRATAMENTO DE EFLUENTES, DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS, PARA DAR MELHOR PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO E UMA EXCELENTE ANCORAGEM DA TINTA.</p> <p>A TINTA UTILIZADA PARA PINTURA É EM PÓ, DO TIPO HÍBRIDA (POLIÉSTER EPOXI) W-ECO, ATENDENDO NORMA EUROPEIA ROHS, ISENTA DE METAIS PESADOS; NAS CORES PRETO SEMI-BRILHO COM CAMADA DE 60 MICRONS. TODAS AS PEÇAS SÃO CURADAS EM ESTUFA A TEMPERATURA DE 200° C. ESTÁ POLITRONA ATENDE A REQUISITOS DAS NORMAS NRT17 - NORMA REGULAMENTADORA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, QUE TRATA DA ERGONOMIA; E DA NBR 13962 - DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), QUE NORMALIZA OS MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, CADEIRAS, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E DIMENSIONAIS, PARA CONFORTO, ERGONOMIA E DURABILIDADE. AS EMPRESAS DEVERÃO APRESENTAR: LAUDO DE ANÁLISE ERGONÔMICA DOS PRODUTOS (COPIA AUTENTICADA); LAUDO TÉCNICO DOS PRODUTOS; CERTIFICADO DE CONFORMIDADE EMITIDO POR LABORATÓRIO COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR13962:2006 (COPIA AUTENTICADA); CERTIFICADO ABERGO (DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA; COPIA AUTENTICADA); LAUDO DA ESPUMA COMPROVANDO A DENSIDADE(COPIA AUTENTICADA); DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR DA ESPUMA DECLARANDO QUE A MATÉRIA PRIMA É ISENTA DE CFC (COPIA AUTENTICADA); CERTIFICADO ISO 9001 DO FABRICANTE, EMITIDO PELA ABNT(COPIA AUTENTICADA); TERMO DE GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO EMITIDO PELO FABRICANTE (COPIA AUTENTICADA); CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA DO FABRICANTE; CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA DO FABRICANTE; LAUDO TÉCNICO DA CAPACIDADE PRODUTIVA DO FABRICANTE; LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO DA FATMA OU ÓRGÃO CORRESPONDENTE</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: AALTURA DA CADEIRA1060-1180ELARGURA DO ENCOSTO460 BPROFUNDIDADE DA CADEIRA700FPROFUNDIDADE DO ASSENTO450 CLARGURA DA CADEIRA700GLARGURA DO ASSENTO480 DALTURA DO ENCOSTO450HALTURA DO ASSENTO460-580</p>				

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 18/23

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	<p>POLTRONA PRESIDENTE GIRATÓRIA COM BRAÇOS E MECANISMO RELAX; ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTILAMINADO RESINADO, MOLDADO ANATOMICAMENTE A QUENTE COM ESPESSURA DE 14 MM; POSSUI CURVATURA NA PARTE FRONTAL DO ASSENTO PARA EVITAR O ESTRANGULAMENTO NA CORRENTE SANGÜINEA, E CURVATURA ANATÔMICA NO ENCOSTO DE FORMA A PERMITIR A ACOMODACÃO DAS REGIÕES DORSAL E LOMBAR, ADAPTANDO-SE MELHOR A COLUNA VERTEBRAL; ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE EM POLIURETANO FLEXÍVEL MICROCELULAR DE ALTA RESISTÊNCIA; ISENTO DE CFC, COM DENSIDADE CONTROLADA DE 45 A 50 KG/M³ COM 60 MM DE ESPESSURA MÉDIA NO ASSENTO E ENCOSTO;</p> <p>CAPA DO ASSENTO E DO ENCOSTO EM CUIRÍSSIMO, FORMADO POR COSTURAS LATERAIS E CENTRAIS EM DESENHO DE ARCOS OPOSTOS, PREVIAMENTE COLADOS ÀS ESPUMAS, E FIXADAS COM GRAMPOS AO ASSENTO E ENCOSTO DE MADEIRA; CONTRA CAPA DO ASSENTO E DO ENCOSTO INJETADAS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO, MONTADAS POR PARAFUSOS, AUXILIANDO EM FUTURAS MANUTENÇÕES;</p> <p>APOIA BRAÇOS; EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO INJETADO, COM ALMA DE AÇO SAE 1020 PINTADA, REGULAGEM DE ALTURA COM BOTÃO, TOTALIZANDO 7 POSIÇÕES E 86 MM DE CURSO. CHAPA PARA FIXAÇÃO NO ASSENTO COM 2 Furos OBLONGOS, PERMITINDO AJUSTE HORIZONTAL POR PARAFUSOS. SUPORTE DO ENCOSTO EM MOILA DE AÇO SAE 1020 COM 76,20 MM DE LARGURA E 6,35 MM DE ESPESSURA CURVADA E NERVURADA À FRIO PARA AUMENTAR A RESISTÊNCIA;</p> <p>A FIXAÇÃO DO ASSENTO, ENCOSTO, ESTRUTURA, MOILA E APOIA-BRAÇOS, É FEITA COM PARAFUSOS SEXTAVADOS E PORCAS DE GARRA ENCRAVADAS E REBITADAS NA MADEIRA; PARAFUSOS DE FIXAÇÃO DOS COMPONENTES DO TIPO FLANGEADO COM TRAVA, NA BITOLA 1/4"X 20 FPP, BASE GIRATÓRIA DESMONTÁVEL COM ARANHA DE 5 HASTES DE AÇO COM PINO DO RODÍZIO SOLDADO NA EXTREMIDADE DA HASTE EM FUROS DO TIPO FLANGEADO, EVITANDO QUE SE SOLTEM, COBERTA POR POLAINA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO NA COR PRETA COM SISTEMA DE ENCAIXE PLÁSTICO ENTRE CONE DA ARANHA E A COLUNA, APOIADA SOBRE 5 RODÍZIOS DE GIRO DUPLO COM 50 MM DE DIÂMETRO EM NYLON COM CAPA, SEMIESFERA PLÁSTICA INJETADA JUNTO À ESTRUTURA, QUE FACILITA O GIRO, BANDA DE ROLAGEM EM NYLON PARA USO EM CARPETES, TAPETES E SIMILARES; COLUNA CENTRAL DESMONTÁVEL FIXADA POR ENCAIXE CÔNICO, COM ROLAMENTO AXIAL DE GIRO, POSSUINDO ARRUELAS DE AÇO TEMPERADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BUCHA MANCAL DE GIRO INJETADA EM POM, E RECALIBRADA, RECOBERTA POR CAPA TELESCÓPICA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO NA COR PRETA, SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA DA CADEIRA POR COLUNA DE MOILA À GAS; MECANISMO FLANGE DE APOIO DA CADEIRA COM SISTEMA DE RELAX COM TRAVA, OU LIVRE FLUTUAÇÃO, MANIPULO DE AJUSTE DA TENSÃO DA MOILA, COM PINO DE GIRO EM AÇO TREFILADO MACIÇO COM 10 MM DE DIÂMETRO E BUCHAS DE GIRO E TRAVA INJETADAS EM POLIACETAL</p> <p>COMPONENTES UNIDOS POR SOLDA DO TIPO MIG, EM CHAPAS DE AÇO SAE 1020 FORN COM 3MM DE ESPESSURA FORMANDO 1 UM</p>	1572	8,000	505,0000	4,040,00

Página: 19/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
	<p>CONJUNTO PARA POSTERIOR MONTAGEM POR PARAFUSOS. OS COMPONENTES METÁLICOS QUE POSSUEM PINTURA, SÃO TRATADOS COM FOSFATO DE ZINCO, EXECUTADO EM LINHA AUTOMÁTICA DE OITO TANQUES, SEM USO DE PRODUTOS COLORIDOS PARA DESENGRAXE, E COM POSTERIOR TRATAMENTO DE EFLOENTES, DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS, PARA DAR MELHOR PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO E UMA EXCELENTE ANCORAGEM DA TINTA.</p> <p>A TINTA UTILIZADA PARA PINTURA É EM PÓ, DO TIPO HÍBRIDA (POLIÉSTER EPOXI) W-ECO, ATENDENDO NORMA EUROPEIA ROHS, ISENTA DE METAIS PESADOS; NAS CORES PRETO SEMI-BRILHO COM CAMADA DE 60 MICRONS. TODAS AS PEÇAS SÃO CURADAS EM ESTUFA A TEMPERATURA DE 200° C. ESTA POLITRONA ATENDE A REQUISITOS DAS NORMAS NR17 - NORMA REGULAMENTADORA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, QUE TRATA DA ERGONOMIA; E DA NBR 13962 - DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), QUE NORMALIZA OS MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, CADEIRAS, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E DIMENSIONAIS, PARA QUE SE OBTENHA UM MELHOR CONJUNTO EM TERMOS DE CONFORTO, ERGONOMIA E DURABILIDADE. As empresas deverão apresentar: análise ergonômica dos produtos segundo a norma ABNT NR 17 emitida pelo ergonomista cópia autenticada; certificado de conformidade do produto segundo a norma ABNT NBR 13962/2006; cópia autenticada declaração de revenda autorizada (estando apto a prestar assistência/manutenção e dar garantia conforme certificado dos produtos fabricados. (cópia autenticada), termo de garantia de 6 anos contra defeitos de fabricação e estrutura metálica e 1 ano nos componentes e acabamentos cromados, quando houver; cópia autenticada, certificados ISO 9001 ISO 14001 e ISO 18001, emitidos pela ABNT; apresentar licença ambiental de operação do fabricante.</p> <p>BIOMBO TRIPLO CONSTRUÍDO EM TUBOS DE AÇO CARBONO ASTM A36 DE 3/4", COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ EPOXI, FACES COM MOVIMENTOS 360º, PÉS COM RODÍZIOS DE 1 1/2", DIMENSÕES: 1,75M X 1,80M. OPCIONAL: ESTRUTURA EM AÇO INOX. ACOMPANHIA: TECIDO EM ALGODÃO CRU (BEGE).</p> <p>BRACADEIRA PARA INJEÇÃO ESTOFADA, FABRICADA EM BASE DE TRÍPE DE FERRO, COLUNA RECEPTORA EM TUBOS 7/8 X 1,20MM, ALTURA REGULÁVEL, HASTE TELESCÓPICA CROMADA EM TUBOS DE 5/8 X 1,20MM. APOIO PARA BRAÇO EM CHAPA DE AÇO INOX ALMOFADADA, DIMENSÕES: ALTURA MÍNIMA: 0,85CM, MÁXIMA: 1,25 CM.</p> <p>ESCALA CLÍNICA 02 DEGRAUS ANTIDERRAPANTE COM CHAPA DE AÇO. ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO CARBONO. PINTURA EPOXI, PISO EM CHAPA DE AÇO CARBONO DE 1MM DE ESP., REVESTIDOS COM BORRACHA ANTIDERRAPANTE.</p> <p>PES COM PONTEIRAS PLÁSTICAS.</p> <p>DIMENSÃO APROXIMADA: 390 X 540 X 330 MM</p> <p>CAPACIDADE APROXIMADA: 150 KG</p>	1561	2,000	400,0000	800,00
	METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	1561	1,000	152,0000	152,00
	METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	1561	2,000	73,0000	146,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 20/23

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	MACA DE EXAME CLINICO SIMPLES; ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO REDONDO, LEITO ESTOFADO, REVESTIDO EM COURVIM, CABECEIRA RECLINÁVEL EM ATÉ 4 POSIÇÕES ATRAVÉS DE CREMALHEIRA, PÉS COM PONTEIRAS PLÁSTICA, PINTURA ELETROSTÁTICA A PO EPOXI. DIMENSÕES: 1,85M COMPRIMENTO X 0,55M LARGURA X 0,80M ALTURA. MESA ANTROPOMÉTRICA: MESA ANTROPOMÉTRICA, PINTADA, ESTRUTURA EM TUBO REDONDO, LEITO EM CHAPA DE AÇO 0,75MM, ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA, PÉS COM PONTEIRAS DE PVC, ACOMPANHA REGUA DE MADEIRA E CURSOR DE MEDIÇÃO. DIMENSÕES 0,90X0,50X0,90M.	1561	1,000	405,0000	405,00
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	MESA AUXILIAR 40X60 SEM RODAS; COM 02 PRATELEIRAS, ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO CARBONO REDONDO, TAMPO E PRATELEIRA EM CHAPA DE AÇO. DIMENSÕES: 0,40M LARGURA X 0,60M COMPRIMENTO X 0,80M ALTURA.	1561	1,000	894,0000	894,00
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	MESA AUXILIAR COM 03 PRATELEIRAS, PINTURA BRANCA EM EPOXI, COMPOSTO EM AÇO CARBONO, COM RODINHAS. CAPACIDADE DE CARGA: 07 KG POR PRATELEIRA. DIMENSÕES: 47,0 CM X 38,1 CM X 100,0 CM (C X L X A) COMPRIMENTO: 46CM; LARGURA: 38,1 CM; ALTURA: 107 CM; PESO DO PRODUTO: 6,7 KG; ESTRUTURA: AÇO CARBONO 1020.	1561	1,000	345,0000	345,00
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	PORTA PAPEL TOALHA (DISPENSER) PARA ACONDICIONAR PAPEL TOALHA DE 03 DOBRAS DE 26X23CM, EM MATERIAL PLÁSTICO, NA COR BRANCA; AFIKAÇÃO EM PAREDE POR MEIO DE PARAFUSOS OU DE FITA ADESIVA DUPLA FACE; CAPACIDADE PARA APROXIMADAMENTE 500 FOLHAS DE PAPEL TOALHA; VISOR FRONTAL PARA QUANTIDADE DE PAPEL EM PLÁSTICO TRANSPARENTE; ABERTURA SUPERIOR COM CHAVE ESPECÍFICA.	1560	10,000	24,9500	249,50
MOVEIS LAZZARI LTDA - ME	BALCÃO DE ATENDIMENTO SOB MEDIDA EM MDF NA COR BRANCA, 15 MM BF COM GAVETAS, CORREDIÇAS TELESCÓPICAS E PUXADORES TIPO ALÇA, CONFORME MODELO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.	1668	1,000	1.138,0000	1.138,00

Página: 21/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MOVEIS LAZZARI LTDA - ME	<p>BALCÃO EM MDF BP 18MM NA COR BRANCO E AZUL, COM PARTES INTERNAS EM BRANCO. MEDIDAS: 1,35 CM X 60CM.</p> <p>CONTENDO: UM MÓDULO 2 E UM MÓDULO 3.</p> <p>MÓDULO 2: DUAS PORTAS DE ABRIR COM DOIS PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. C:0,90 CMX L:0,60 CM X A:0,86CM.</p> <p>MÓDULO 3: EM MDF BP AZUL CONTENDO 04 GAVETAS COM CORREDIÇAS TELESÓPICA E PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. C:0,45CM X L:0,60 CMX A:0,86 CM. CONFORME PROJETO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.</p> <p>BALCÃO EM MDF BP 15MM, EM BRANCO E AZUL, COM PARTES INTERNAS EM BRANCO, 04 GAVETAS COM CORREDIÇAS TELESÓPICA E PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. MEDIDAS: 135 CM X 60CM. CONFORME PROJETO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.</p>	1668	1,000	499,0000	499,00
MOVEIS LAZZARI LTDA - ME	<p>BALCÃO EM MDF BP 18MM NA COR BRANCO E AZUL, COM PARTES INTERNAS EM BRANCO. MEDIDAS: 180 CM X 60CM.</p> <p>CONTENDO UM MÓDULO 1, UM MÓDULO 2 E UM MÓDULO 3.</p> <p>MÓDULO 1: UMA PORTA DE ABRIR COM PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. MEDIDAS: C:0,45CM X L:0,60CM X A:0,86CM.</p> <p>MÓDULO 2: DUAS PORTAS DE ABRIR COM DOIS PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. C:0,90 CMX L:0,60 CM X A:0,86CM.</p> <p>MÓDULO 3: EM MDF BP AZUL CONTENDO 04 GAVETAS COM CORREDIÇAS TELESÓPICA E PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. C:0,45CM X L:0,60 CMX A:0,86 CM. CONFORME PROJETO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.</p> <p>BALCÃO EM MDF BP 18MM NA COR BRANCO E AZUL, COM PARTES INTERNAS EM BRANCO. MEDIDAS: 2,25 CM X 60CM.</p> <p>CONTENDO DOIS MÓDULOS 2 E UM MÓDULO 3.</p> <p>MÓDULO 2: DUAS PORTAS DE ABRIR COM DOIS PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. C:0,90 CM X L:0,60 CM X A:0,86CM.</p>	1668	1,000	693,0000	693,00
MOVEIS LAZZARI LTDA - ME	<p>BALCÃO EM MDF BP 18MM NA COR BRANCO E AZUL, COM PARTES INTERNAS EM BRANCO. MEDIDAS: 2,25 CM X 60CM.</p> <p>CONTENDO DOIS MÓDULOS 2 E UM MÓDULO 3.</p> <p>MÓDULO 2: DUAS PORTAS DE ABRIR COM DOIS PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO. C:0,90 CM X L:0,60 CM X A:0,86CM.</p>	1668	1,000	667,0000	667,00

Página: 22/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MOVEIS LAZZARI LTDA - ME	BANCADA EM L. EM MDF BP 18MM NA COR BRANCO E AZUL COM PARTES INTERNAS EM BRANCO, COM 04 GAVETAS COM SUPORTE PARA PASTAS DE ARQUIVOS. MEDIDAS: C:2,70 CM X L:0,60CM X A:0,70 CM, C:0,90CM X L:0,60CM X A:0,70CM. E GUARDA CORPO NA COR AZUL C:1,20 X L:0,90 X A:1,05 CM. MÓDULO NA COR AZUL COM RODÍZIO 5MM CONTENDO 04 GAVETAS COM CORREDIÇAS TELESCÓPICA E PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ANODIZADO. MEDIDAS: C:0,60CM X A:0,70CM X P:0,60CM. CONFORME PROJETO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. BANCADA EM L. EM MDF BP 18MM NA COR BRANCO, COM PARTES INTERNAS EM BRANCO, CONTENDO 8 GAVETAS COM CORREDIÇAS TELESCÓPICA E PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ALUMINIO ANODIZADO. MEDIDAS: C:2,25 CM X L:0,50CM X A:0,86CM E C:2,24 CM X L:0,50CM X A:0,86 CM. CANTO: C:0,76CM X L:0,76 CM X 36,8CM (SEXTAVADO) A:0,86CM. MÓDULO EM MDF AZUL COM RODÍZIO 5MM CONTENDO 05 GAVETAS COM CORREDIÇAS TELESCÓPICA E PUXADORES TIPO HASTE CROMADO E PERFIL ANODIZADO. MEDIDAS A:0,69CM X L:0,64CM X P:0,50CM. MESA EM MDF N COR BRANCO PARA COMPUTADOR COM DUAS GAVETAS EM MDF AZUL SENSÍVEIS AO TOQUE. MEDIDAS: C: 97,5CM X A: 0,78CM P 0,50CM. CONFORME PROJETO A SER RETIRADO NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESCRITO JUNTO A MATRÍCULA Nº 6.300 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA, SITUADA NA RUA CORONEL FARRAPO Nº 2022, CENTRO, NESTÁ CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA SÃO SEBASTIÃO.	1668	1,000	2.030,0000	2.030,00
MOVEIS LAZZARI LTDA - ME	VALE ALIMENTAÇÃO NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO VALE ALIMENTAÇÃO NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO VALE ALIMENTAÇÃO NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO VALE ALIMENTAÇÃO NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO VALE ALIMENTAÇÃO NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO PASSAGEM A CURITIBA - PR TEGIDO BRANCO PARA PINTURA EM METROS SERVIÇOS MÉDICOS DIVERSOS TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO SACRA TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRÂNIO COM CONTRASTE ULTRASSOM DE ABDOMEN TOTAL ULTRASSOM OBSTÉTRICO ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL CONSULTAS NA ÁREA DE ORTOPEDIA	1668	1,000	3.340,0000	3.340,00
PAULO ADRIANO KRUTZMANN	PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PLANALTO TRANSPORTES LTDA PONTINHO 1001 UTILIDADES LTDA SAJO - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA JOAÇABÁ SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA SCJP SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	1376	5,000	3.500,0000	17.500,00
PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PLANALTO TRANSPORTES LTDA PONTINHO 1001 UTILIDADES LTDA SAJO - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA JOAÇABÁ SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA SCJP SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	1457 1468 1470 1472 1474 1475 1419 1480 1381 1458 1459 1459 1459 1455	440,000 200,000 40,000 190,000 40,000 80,000 8,000 50,000 1,000 1,000 2,000 2,000 1,000 1,000	268,6500 268,6500 268,6500 268,6500 268,6500 268,6500 88,8062 5,9000 1,000,0000 330,0000 350,0000 160,0000 150,0000 100,0000 300,0000	118.206,00 53.730,00 10.746,00 51.043,50 10.746,00 21.492,00 710,45 295,00 1.000,00 330,00 700,00 320,00 150,00 100,00 300,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Página: 23/23

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	LICENCIAMENTO ANUAL	1492	1,000	79,2500	79,25
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	MULTAS	1494	1,000	127,6900	127,69
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	MULTAS	1495	1,000	127,6900	127,69
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEI	SEGURO DPVAT	1493	1,000	67,8400	67,84
SELBETTI GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1602	100,000,000	0,0650	6,500,00
SOLENI SURDI	CAMISETA EM MALHA POLIMISCOI (1ª LINHA), MANGA CURTA COMPOSIÇÃO 67% POLIESTER, 33% VISCOSE, GRAMATURA DE 170 G/M2, COM TRATAMENTO ANTI-PILLING, GOLÁ REDONDA, PERSONALIZADA COM SERIGRAFIA NO MÍNIMO 6 CORES, SIMBOLO DA ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA E LOGO DA SMS, A SER DEFINIDO POSTERIORMENTE, TAMANHO E COR A SEREM DEFINIDOS MEDIANTE TABELA DE MEDIDAS E CORES DA EMPRESA VENCEDORA.	1667	300,000	20,8000	6,240,00
TALITA CUNHA CESARINO	Veículos de Médio e Grande Porte (Modelo Sprinter, Master, Ambulância Ducatto, Spin, Ambulância Iveco, Ambulância Besta, Ambulatório Móvel, Saveiro, Livina, Micro-ônibus, ambulância Transit e outros afins) Serviços de lavação completa: Parte externa: Utilizar água, sabão neutro, aplicando produtos mais fortes (solupá e branqueador), para facilitar a remoção nos casos de sujeira impregnada, enxaguar, secar, passar pretinho nos pneus e silicone nas partes de borracha. Parte interna: aspirar completamente, passar pano nos painéis e laterais, retirar os tapetes e lavá-los separadamente, passar silicone líquido nas partes internas.	1479	75,000	28,0000	2,100,00
TALITA CUNHA CESARINO	Veículos de Pequeno Porte (Modelos: Voyage, Prisma e outros afins) Serviços de lavação completa: Parte externa: Utilizar água, sabão neutro, aplicando produtos mais fortes (solupá e branqueador), para facilitar a remoção nos casos de sujeira impregnada, enxaguar, secar, passar pretinho nos pneus e silicone nas partes de borracha. Parte interna: aspirar completamente, passar pano nos painéis e laterais, retirar os tapetes e lavá-los separadamente, passar silicone líquido nas partes internas.	1478	46,000	19,0000	874,00
VIDECAR CAMINHÕES LTDA	ARRUELA	1463	2,000	49,5100	99,02
VIDECAR CAMINHÕES LTDA	GRAXA UNIVERSAL PARA VEICULOS	1463	1,000	20,3700	20,37
VIDECAR CAMINHÕES LTDA	JOGO DE LONA	1463	2,000	124,8100	249,62
VIDECAR CAMINHÕES LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1463	1,000	383,2500	383,25
VIDECAR CAMINHÕES LTDA	MATERIAL LIMPEZA PRODUTOS DIVERSOS	1463	10,000	10,2833	102,83
VIDECAR CAMINHÕES LTDA	MOILA	1463	12,000	6,4866	77,84
VIDECAR CAMINHÕES LTDA	PARAFUSO SOBERBO	1463	1,000	30,5200	30,52
VIDECAR CAMINHÕES LTDA	PORCA	1463	1,000	43,2800	43,28
VIDECAR CAMINHÕES LTDA	REBITE LONA	1463	128,000	0,2880	36,86
VIDECAR CAMINHÕES LTDA	RETENTOR DIANTEIRO	1463	2,000	133,0800	266,16
VIDECAR CAMINHÕES LTDA	TAMBOR DE FREIO	1463	2,000	405,1250	810,25
				<b>Total Geral do Mês —&gt;</b>	<b>483.738,45</b>

## COMPRAS EFETUADAS MÊS OUTUBRO/2017

Publicação Nº 1428523

Página: 1/8

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2017

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	FILTRO SOLAR FPS 30 EMB 200 ML	1925	500,000	10,4900	5.245,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	BASE RACK P/ RELE 3/4/5 VIAS	1813	1,000	24,9000	24,90
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	BATERIA	1817	1,000	265,0000	265,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	BATERIA	1832	1,000	265,0000	265,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	BENDIX DE PARTIDA	1833	1,000	109,9000	109,90
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	BUCHA DE MOTOR DE PARTIDA	1833	2,000	5,0000	10,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	CHAVE DE LUZ UNIVERSAL	1848	1,000	14,0000	14,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	CINTAS OU BRAÇADEIRAS	1813	2,000	0,4000	0,80
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	CINTAS OU BRAÇADEIRAS	1845	6,000	0,4000	2,40
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	DISCO DIAGRAMA TACÓGRAFO DIÁRIO	1847	1,000	45,0000	45,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	ESPAQUETE CORRUGADO P/ FIO MEDIO	1845	1,000	2,0000	2,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	FAROL AUXILIAR C/ LED 3 EM 1 (SLIM BRANCO)	1845	2,000	198,0000	396,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	FAROL AUXILIAR C/ LED 3 EM 1 (SLIM VERMELHO)	1845	2,000	225,0000	450,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	FAROL DE MILHA MINI UNIVERSAL	1833	1,000	42,0000	42,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	FIO DE AUTO FALANTE	1845	2,000	1,5000	3,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	FUSÍVEL DE LÂMINA	1833	1,000	0,5000	0,50
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	LAMPADA DE FREIO	1845	1,000	4,0000	4,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	LAMPADA H7	1841	1,000	40,0000	40,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	LAMPADA PARA FAROL	1818	1,000	40,0000	40,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	LAMPADA PARA FAROL	1835	1,000	20,0000	20,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	LAMPADA PINGO D'AGUA	1832	2,000	5,0000	10,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	LAMPADA PINGO D'AGUA	1841	2,000	5,0000	10,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	MAO DE OBRA MECANICA	1813	1,000	50,0000	50,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	MAO DE OBRA MECANICA	1815	1,000	60,0000	60,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	MAO DE OBRA MECANICA	1833	1,000	135,0000	135,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	MAO DE OBRA MECANICA	1835	1,000	280,0000	280,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	MAO DE OBRA MECANICA	1841	1,000	30,0000	30,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	MAO DE OBRA MECANICA	1843	1,000	105,0000	105,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	MAO DE OBRA MECANICA	1845	1,000	70,0000	70,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	MAO DE OBRA MECANICA	1848	1,000	45,0000	45,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	REGULADOR DE VOLTAGEM DO ALTERNADOR	1843	1,000	168,0000	168,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	RELE AUXILIAR UNIVERSAL 12V - 4 SAIDAS	1813	1,000	10,0000	10,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	ROLAMENTO	1843	1,000	21,0000	21,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	1843	1,000	39,0000	39,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	SILICONE INCOLOR 280G	1815	1,000	34,0000	34,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	SIRENE MECÂNICA 6A 17V 117DB	1848	1,000	137,5000	137,50
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	SOQUETE CONECTORES UNIVERSAIS 4 VIAS	1845	1,000	4,0000	4,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTD	TETRAFLUORETANO (GAS PARA AR CONDICIONADO DE VEICULO)	1835	1,000	120,0000	120,00
BAGATINI SERVICOS MEDICOS LTDA ME	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1796	62,000	20,0000	1.240,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CLINICA DALL' OGLIO LTDA	CIRURGIAS DIVERSAS	1945	1,000	6.000,0000	6.000,00
CLINICA DR. JONAS LTDA - ME	CIRURGIAS DIVERSAS	1894	1,000	7.800,0000	7.800,00
CLINICA INTEGRADA OESTE LTDA	EXAMES DIVERSOS	1927	1,000	187,5200	187,52
COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO FRANCISCO	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1947	1,000	15.864,6200	15.864,62
CONS. INTERM. DE SAÚDE DO MEIO OESTE DE:	ECOCARDIOGRAMA	1800	1,000	225,0000	225,00
DE MARCO LTDA	VAN TETO ELEVADO, PARA APROXIMADAMENTE 10,5 M², COMPRIMENTO TOTAL ENTRE 5,850 A 6,300MM, COMPRIMENTO INTERIOR DE APROXIMADAMENTE 3,265MM, ANOMODELO: 2017/2018, POTÊNCIA: ENTRE 128 A 150 CV, AR-CONDICIONADO, FREIO A DISCO EM TODAS AS RODAS E NAS FRONTEIS AUTOVENTILADOS, CAIXA DE 6 MARCHAS, COMBUSTIVEL DIESEL, VOLANTE COM AJUSTE DE ALTURA E PRODUNDIDADE, AIRBAG DO MOTORISTA, VIDROS ELÉTRICOS, CONTROLE REMOTO DAS PORTAS, RADIO CD, MP3, USB, SD E BLUETOOTH, FAROIS DE NEBLINA, ABERTURA DAS PORTAS EM 270º, RODAS DE AÇO 6,5JX16, PNEUS E RODAS 16C, TRACÃO TRASEIRA, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS DE SEGURANÇA, NA COR BRANCO., EQUIPADA: COM CONSULTÓRIO MÉDICO, COM MESA GINECOLÓGICA REVESTIMENTO INTERNO DO TETO E LATERAIS DO COMPARTIMENTO DO PACIENTE, NA COR BRANCA, EM MATERIAL LAVÁVEL QUE PERMITA FACIL ASSEPSIA, COM VEDAÇÃO EM COLA DE POLIURETANO ISOLAMENTO TERMO-ACÚSTICO APLICADO ENTRE O REVESTIMENTO INTERNO E A SUPERFÍCIE EXTERNA DO VEÍCULO (STANDARD) ASSOALHO EM COMPENSADO NAVAL COM CARACTERÍSTICAS PARA ALTO TRÁFEGO, COM REVESTIMENTO EMBORRACHADO VINÍLICO ANTIDERRAPANTE DE COR NEUTRA QUE PERMITA PERFEITA ASSEPSIA, NA BASE DOS MOVEIS QUE TEM CONTATO COM O PISO DEVE SER APLICADO VEDANTE E ACABAMENTO COM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL OU ALUMÍNIO PARA PROTEÇÃO ILUMINAÇÃO INTERNA DO COMPARTIMENTO DO PACIENTE, EM LED COM REGULAGEM DE INTENSIDADE, COM 05 LUMINÁRIAS NO TETO, 2 ILUMINÁRIAS DIRECIONAIS, A FRENTE, 1 BALCÃO AEREO, 1 BALCÃO COM LAVATÓRIO, MACA COM PERNEIRAS E BALCÃO COM GAVETAS E PORTAS, MESA AUXILIAR PARA NOT BOOK, DUAS CADEIRAS COM RODINHAS, AR-CONDICIONADO SPLIT, TOMADA PARA LÂMPADA AUXILIAR PARA COMPUTADOR, INSTALAÇÃO ELÉTRICA, INTERNET WIFI, TENDA (LONA) LATERAL AO LADO	1804	1,000	395,0000	395,00
DIARIO OFICIAL - CENTRAIS DE PUBLICAÇÕES L	REFEIÇÕES	1837	45,000	28,0000	1.260,00
DOMINGOS SIGNORI LANCHERIA ME	CIRURGIAS DIVERSAS	1944	1,000	4.600,0000	4.600,00
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	COLONOSCOPIA	1943	3,000	350,0000	1.050,00
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA	1943	1,000	250,0000	250,00
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	TONER RECARREGADO	1812	80,000	58,0000	4.640,00
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	COLETE PUTTI ALTO	1936	1,000	178,7500	178,75
ESSOR SECUIROS S.A.	SEGUROS	1878	1,000	1.035,1200	1.035,12
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	APIDRA 100 UI CANETA	1883	8,000	24,3187	194,55
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	LANTUS 100 ML	1883	4,000	100,4525	401,81
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	MECLIN 50 MG COMPRIMIDOS	1930	1,000	27,0100	27,01

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	RISS 1 MG COMPRIMIDOS	1930	1,000	27,7500	27,75
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	RITALINA 10 MG COMPRIMIDOS	1930	1,000	55,3100	55,31
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	SPIRIVA RESPIMAT 4 ML	1862	1,000	225,8200	225,82
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	VERSA 60MG 6ML AMPOLAS	1838	30,000	59,8900	1,796,70
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	ESPRAN 10 MG COMPRIMIDOS	1931	3,000	52,0100	156,03
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	FORMULA MAGISTRAL	1932	1,000	18,0000	18,00
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	FORMULA MAGISTRAL	1933	1,000	258,0000	258,00
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	FORMULA MAGISTRAL	1934	1,000	60,5000	60,50
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	LAMOTRIGINA 100 MG COMPRIMIDOS	1931	3,000	45,9300	137,79
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	PREGABALINA 75 MG COMPRIMIDOS	1931	1,000	41,9350	41,94
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	TRAMADOL 50 MG COMP	1931	2,000	31,4900	62,98
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	ADDERA D3 COMPRIMIDOS	1928	1,000	95,1900	95,19
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	CLARITROMICINA 250 MG	1928	1,000	51,1250	51,13
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	DESLOMATADINA 5 MG COMPRIMIDOS	1928	1,000	48,8700	48,87
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	SOLU MEDROL 500 MG INJETÁVEL	1928	6,000	48,6300	291,78
FARMACIAS BEBER LTDA ME	ENTEROGERMINA 5 ML	1891	1,000	28,8000	28,80
FRANK SERVICOS DE ANESTESIOLOGIA DE CAM	SERVIÇOS MEDICOS DE ANESTESIOLOGIA, PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL.	1924	5,000	200,0000	1,000,00
G. PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINIC	EXAMES LABORATORIAIS	1807	1,000	3,595,4200	3,595,42
GUSTAVO FALCAO CRISTOFOLI - ME	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1937	1,000	500,0000	500,00
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	LINK DE TRANSPORTE DE DADOS	1866	3,000	96,6000	289,80
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	ROTEADOR COM AS SEGUINTE DESCRITORES: Alcance: até 100m², Alimentação: Bivolt 100V a 240V AC, Consumo: 5V / 1A, Antena - Ganho (dBi): 5dBi, Antena - Quantidade: 2x2, Antena - Tipo: Externa, Frequência Wi-Fi: 2,4 GHz, Funcionalidades: Botão WPS, WDS + AP, Garantia: 5 Anos, Geração Wi-Fi: 802.11n (4ª Geração)	1866	1,000	472,5000	472,50
HOSPITAL DIA DE OFTALMOLOGIA LTDA	Interfases de Rede: 1x VLAN Fast-Ethernet 10/100Mbps: 4x LAN Fast-Ethernet 10/100Mbps Wireless N, Padrões Wi-Fi: IEEE 802.11b, IEEE 802.11g, IEEE 802.11n				
HOSPITAL E MATERNIDADE SAO MIGUEL LTDA	Velocidade Ethernet Fast-Ethernet, Velocidade Wi-Fi: 300Mbps.	1795	1,000	140,0000	140,00
HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES	EXAME CAMPO VISUAL COMPUTADORIZADO	1874	1,000	2,684,5300	2,684,53
HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1799	1,000	3,376,4800	3,376,48
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1948	1,000	5,023,3300	5,023,33
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	CONTRASTE PARA EXAMES	1803	1,000	110,0000	110,00
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE BACIA	1803	1,000	268,7500	268,75
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA CERVICAL	1803	3,000	268,7500	806,25
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBAR	1803	7,000	268,7500	1,881,25
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBO SACRA	1803	10,000	268,7500	2,687,50
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE JOELHO	1803	11,000	268,7500	2,956,25
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE OMBRO	1803	2,000	268,7500	537,50
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE PE	1803	3,000	268,7500	806,25

Página: 4/8

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtdde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE QUADRIL	1803	3,000	268,7500	806,25
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE TORNOZELO	1803	1,000	268,7500	268,75
INFORLINE LTDA ME	SERVIÇOS DE INTERNET	1801	3,000	99,0000	297,00
INSTITUTO DE CIRURGIA EM ATM	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1888	1,000	1,750,0000	1,750,00
KAIO E KAIO MEDICOS ASSOCIADOS SS	CONSULTAS NA ÁREA DE PSQUIATRIA	1889	2,000	350,0000	700,00
L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	MOUSE USB	1929	20,000	10,0000	200,00
LABORATORIO CLIN.PATOL.MARTINS LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1806	1,000	8.110,3000	8.110,30
LABORATORIO CLIN.PATOL.MARTINS LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1854	1,000	6.303,5100	6.303,51
LABORATORIO CLIN.PATOL.MARTINS LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1855	1,000	1.244,3500	1.244,35
LABORATORIO CLIN.PATOL.MARTINS LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1940	2,000	6.303,5100	12.607,02
LABORATORIO CLIN.PATOL.MARTINS LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1941	2,000	1.244,3500	2.488,70
LABORATORIO CLIN.PATOL.MARTINS LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1946	1,000	5.083,1300	5.083,13
LABORATORIO DALLANORA ANALISES CLINICAS	EXAMES LABORATORIAIS	1853	1,000	9.499,4500	9.499,45
LABORATORIO DALLANORA ANALISES CLINICAS	EXAMES LABORATORIAIS	1921	1,000	5.067,2700	5.067,27
LABORATORIO DALLANORA ANALISES CLINICAS	EXAMES LABORATORIAIS	1939	1,000	18.998,9000	18.998,90
LABORATORIO GAVAZZONI LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1865	1,000	7.388,4100	7.388,41
LABORATORIO GAVAZZONI LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1875	1,000	6.331,2000	6.331,20
LABORATORIO GAVAZZONI LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1938	1,000	14.776,8200	14.776,82
LINDACIR TEREZINHA SOARES	SERVIÇOS MEDICOS CARDIOLOGIA MAXIMO 70 CONSULTAS NO MES PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL	1862	70,000	74,5000	5.215,00
LINDACIR TEREZINHA SOARES	SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL MAXIMO 100 CONSULTAS NO MES PARA ATENDIMENTO NO INTERIOR DO MUNICIPIO (DAL PAI E BELA VISTA)	1860	300,000	25,0000	7.500,00
LINDACIR TEREZINHA SOARES	SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL MAXIMO 120 CONSULTAS NO MES PARA ATENDIMENTO NA BARRA DO LEÃO	1860	360,000	26,0000	9.360,00
LINDACIR TEREZINHA SOARES	SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL MAXIMO 40 CONSULTAS NO MES PARA ATENDIMENTO NA UPA	1860	120,000	25,0000	3.000,00
LOJA STRIKE SOM LTDA ME	PELICULA ESPELHADA 1,80CM x 1,10CM	1797	1,000	160,0000	160,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ABRAÇADEIRA COIFA HOMOCINETICA	1819	2,000	9,9000	19,80
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	AMORTECEDOR DIANTEIRO	1879	2,000	178,9000	357,80
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	AMORTECEDOR TRASEIRO	1879	2,000	127,0000	254,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ANEL DE VEDAÇÃO	1826	1,000	2,0000	2,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	BIELTA SUSPENSÃO DT	1819	2,000	56,9500	113,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	BUCHA BANDEJA DIANTEIRA	1819	2,000	33,9500	67,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	BUCHA DE BANDEJA DT DA TR	1819	2,000	52,9500	105,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	BUCHA EIXO TR	1879	2,000	23,9500	47,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	BUCHA QUADRO DT	1819	2,000	56,9500	113,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	CABO DE VELA	1876	1,000	134,9500	134,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	CILINDRO RODA TR	1879	2,000	51,9000	103,80
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	CINTA PLÁSTICA	1819	7,000	2,0000	14,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	CONTRA PINO	1819	2,000	1,5000	3,00

Página: 5/8

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	CORREIA GIRO AR CONDICIONADO	1876	1,000	42,9500	42,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	COXIM DO AMORTECEDOR	1879	2,000	37,0000	74,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	COXIM DO AMORTECEDOR TR INF	1879	2,000	15,9000	31,80
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	COXIM DO AMORTECEDOR TR SUP	1879	2,000	15,9000	31,80
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	COXIM INFERIOR CAMBIO	1819	1,000	114,9500	114,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	DISCO FREIO DIANTEIRO	1828	2,000	93,9500	187,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	ENGRENAGEM DO VIRABREQUIM	1876	1,000	49,9500	49,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO LUBRIFICANTE	1826	1,000	20,9500	20,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FLUIDO DE FREIO	1828	1,000	23,9500	23,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FLUIDO DE FREIO	1830	1,000	23,9500	23,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FLUIDO DE FREIO	1879	1,000	23,9500	23,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	GRAXA UNIVERSAL PARA VEICULOS	1819	2,000	8,0000	16,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	HOMOCINETICA	1879	1,000	179,9000	179,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	JOGO PATIM DE FREIO TR	1879	1,000	82,0000	82,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	KITS AMORTECEDOR DT	1879	2,000	16,0000	32,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	KITS CVA	1876	1,000	149,9500	149,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	LAMPADA H7	1824	1,000	29,9500	29,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	LIMPA TBI	1876	1,000	12,5000	12,50
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	MAO DE OBRA MECANICA	1819	1,000	480,0000	480,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	MAO DE OBRA MECANICA	1821	1,000	180,0000	180,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	MAO DE OBRA MECANICA	1823	1,000	105,0000	105,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	MAO DE OBRA MECANICA	1824	1,000	140,0000	140,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	MAO DE OBRA MECANICA	1828	1,000	40,0000	40,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	MAO DE OBRA MECANICA	1830	1,000	140,0000	140,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	MAO DE OBRA MECANICA	1876	1,000	180,0000	180,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	MAO DE OBRA MECANICA	1879	1,000	350,0000	350,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	OLEO DE MOTOR	1826	5,000	26,9000	134,50
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	PASTILHA FREIO TRASEIRA	1830	1,000	213,9500	213,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRAS	1828	1,000	138,9500	138,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRAS	1830	1,000	127,9500	127,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	PIVO DE SUSPENSÃO (DUCATO)	1824	2,000	114,9500	229,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	PIVO INFERIOR	1819	2,000	113,9500	227,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	REPARO ESTABILIZADOR DT	1819	2,000	69,9500	139,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	RESSONADOR FILTRO DE AR	1876	1,000	229,9500	229,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	SUPORTE TIRANTE DT DIR	1879	1,000	62,0000	62,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	SUPORTE TIRANTE DT ESQ	1879	1,000	62,0000	62,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	VELA DE IGNIÇÃO	1821	4,000	19,9500	79,80
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	VELA DE IGNIÇÃO	1876	4,000	19,9500	79,80
MATEUS FRANCESCHI DALLANORA - MIE	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1802	1,000	400,0000	400,00

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	PRANCHETA EM ACRILICO	1926	24,000	12,5000	300,00
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	CATETER INTRAVENOSO SEM DISPOSITIVO SEGURANÇA Nº 14, BISEL TRIFACETADO E CURTO, MEDIA PERMANENCIA	1870	100,000	1,1580	115,80
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	CATETER INTRAVENOSO SEM DISPOSITIVO SEGURANÇA Nº 16	1870	100,000	1,4370	143,70
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	CATETER INTRAVENOSO SEM DISPOSITIVO SEGURANÇA Nº 18	1870	100,000	0,9880	98,80
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	CATETER INTRAVENOSO SEM DISPOSITIVO SEGURANÇA Nº 20	1870	500,000	1,2370	618,50
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	CATETER INTRAVENOSO SEM DISPOSITIVO SEGURANÇA Nº 22	1870	400,000	1,2370	494,80
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	CATETER NASAL TIPO OCULOS, TAMANHO PEDIATRICO, ESTERIL	1870	20,000	1,5120	30,24
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	COMPRESSAS CAMPO CIRURGICO 45 CM x 50 CM	1870	5,000	80,7120	403,56
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	KIT MASCARA DE VENTURI ADULTO	1870	2,000	48,2200	96,44
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	KIT MASCARA DE VENTURI INFANTIL	1870	2,000	48,7700	97,54
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	LUVAS NITRILICAS - TAM G CAIXA COM 100 UNIDADES	1870	10,000	30,6960	306,96
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	LUVAS NITRILICAS - TAM M CAIXA COM 100 UNIDADES	1870	10,000	30,6870	306,87
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	LUVAS NITRILICAS - TAM P CAIXA COM 100 UNIDADES	1870	10,000	30,6870	306,87
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	POLIFIX EXTENSOR INTERMEDIARIO 2 VIAS	1870	300,000	0,8573	257,19
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	SACO DE LIXO (BRANCO) 50 LITROS - INFECTANTE	1870	100,000	0,3430	34,30
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	SORO FISIOLÓGICO 100 ML SISTEMA FECHADO	1870	50,000	3,1700	158,50
METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP.	SORO FISIOLÓGICO 500 ML SISTEMA FECHADO	1870	50,000	3,1560	157,80
MURILLO SBRUSSI SERVICOS MEDICOS - ME	SERVÇOS MEDICOS CLINICO GERAL MAXIMO 150 CONSULTAS NO MES PARA ATENDIMENTO NO INTERIOR DO MUNICIPIO (ENCRUZILHADA E IBICUI)		450,000	23,9000	10,755,00
NMR - NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA RAGNIN	CONSULTAS NA ÁREA DE NEUROLOGIA	1805	2,000	200,0000	400,00
PANIFICADORA TALS LTDA	SALGADOS	1881	1,000	398,0000	398,00
PELLISER SERVIÇOS MEDICOS LTDA ME	CONSULTAS NA ÁREA DE NEUROLOGIA	1798	1,000	200,0000	200,00
PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	VALE ALIMENTAÇÃO NA FORMA DE CARTÃO ELETRONICO	1979	41,934	268,6500	11,265,57
PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	VALE ALIMENTAÇÃO NA FORMA DE CARTÃO ELETRONICO	1980	48,377	268,6500	12,996,48
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	FAROL (VOYAGE)	1794	1,000	533,0000	533,00
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	GRADE 1152	1794	1,000	27,1000	27,10
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	GRADE INFERIOR 1151	1794	1,000	84,5000	84,50
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	PARACHOQUE	1794	1,000	725,0000	725,00
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	PROTECTOR 807	1794	1,000	52,2000	52,20
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	RADIADOR (VOYAGE)	1794	1,000	315,2000	315,20
PLANALTO TRANSPORTES LTDA	PASSAGEM A CURITIBA - PR	1808	4,000	89,4675	357,87
PLANALTO TRANSPORTES LTDA	PASSAGEM A CURITIBA - PR	1884	6,000	87,7416	526,45
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	AGULHA DESCARTAVEL 40/12	1871	5,000	8,0000	40,00
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	ATADURAS DE CREPON 15 CM X 1,8 M, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE	1871	100,000	1,1170	111,70
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	ATADURAS DE CREPON 20 CM X 1,8 M, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE	1871	100,000	1,4090	140,90
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	CATETER NASAL TIPO OCULOS ADULTO, ESTERIL	1871	100,000	1,0750	107,50
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	DISPOSITIVO PARA PUNÇÃO VENOSA TIPO BORBOLETA TAM:19G	1871	2,000	20,9000	41,80
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	RINGER COM LACTATO DE SODIO(SISTEMA FECHADO DE 500 ML)	1871	50,000	3,9860	198,30

Página: 7/8

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtd Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	SORO FISIOLÓGICO 250 ML SISTEMA FECHADO	1871	50,000	2,8270	141,35
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	SORO GLUCOSADO 250 ML	1871	50,000	2,9940	149,70
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	SORO GLUCOSADO 500 ML	1871	50,000	3,2940	164,70
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CHAPECÓ - SC	1892	2,000	72,3850	144,77
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	1892	4,000	131,3250	525,30
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	1893	2,000	131,3250	262,65
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A JOINVILLE - SC	1890	2,000	123,8100	247,62
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A JOINVILLE - SC	1893	4,000	119,9650	479,86
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	CONTRASTE PARA EXAMES	1809	4,000	80,0000	320,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	CONTRASTE PARA EXAMES	1976	1,000	80,0000	80,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	DOPPLER COLORIDO VENOSO DE MEMBRO	1810	4,000	180,0000	720,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN TOTAL	1809	3,000	277,2600	831,78
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN TOTAL	1976	1,000	277,26	277,26
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL	1809	2,000	101,1000	202,20
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO SACRA	1809	1,000	101,1000	101,10
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO SACRA	1976	1,000	101,1000	101,10
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORACICA	1976	1,000	101,1000	101,10
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRANIO	1809	2,000	97,4400	194,88
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRANIO	1976	1,000	97,4400	97,44
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE Pelve	1809	1,000	138,6300	138,63
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX	1976	1,000	136,4100	136,41
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE JOELHO	1809	1,000	186,7500	186,75
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM CERVICAL	1811	1,000	58,4300	58,43
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE ABDOMEN TOTAL	1811	6,000	118,5400	711,24
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE ABDOMEN TOTAL	1975	3,000	118,5400	355,62
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE ESTRUTURAS SUPRIFIAIS	1811	2,000	58,5000	117,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE ESTRUTURAS SUPRIFIAIS	1949	1,000	100,0000	100,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE OMBRO DIREITO	1811	2,000	62,0400	124,08
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE OMBRO DIREITO	1975	1,000	62,0400	62,04
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE OMBRO ESQUERDO	1811	1,000	62,0400	62,04
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE PRÓSTATA	1811	1,000	49,4400	49,44
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE VIAS URINÁRIAS	1811	2,000	78,7000	157,40
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DOPPLER VENOSO	1975	1,000	180,0000	180,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM OBSTÉTRICO	1811	12,000	46,4600	557,52
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM OBSTÉTRICO	1975	7,000	46,4600	325,22
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM TÓRAX	1975	1,000	62,0400	62,04
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA MAMAS	1811	6,000	58,4300	350,58
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA MAMAS	1975	4,000	58,4300	233,72
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	1811	3,000	64,4100	193,23

Página: 88

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SARA FERNANDA HILGERT - ME	SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL MAXIMO 150 CONSULTAS NO MES PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL NO PERIODO DA TARDE		450,000	23,4900	10.570,50
SC MED DISTR MEDICO HOSPITALAR LTDA	DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAVENOSA Nº 27	1873	2,000	24,9000	49,80
SC MED DISTR MEDICO HOSPITALAR LTDA	EQUIPO MACRO PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA DESCARTAVEL	1873	100,000	1,0760	107,60
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	LICENCIAMENTO ANUAL	1885	1,000	79,2500	79,25
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	LICENCIAMENTO ANUAL	1887	1,000	79,2500	79,25
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	MULTAS	1882	1,000	85,1300	85,13
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEI	SEGURO DPVAT	1886	1,000	156,8200	156,82
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEI	SEGURO DPVAT	1888	1,000	70,8100	70,81
SOS SUL RESGATE COM E SERV DE SEGURANÇ	COLAR CERVICAL AJUSTAVEL PARA RESGATE		1,000	45,9000	45,90
SOS SUL RESGATE COM E SERV DE SEGURANÇ	COLAR CERVICAL PEDIÁTRICO		1,000	34,9000	34,90
SOS SUL RESGATE COM E SERV DE SEGURANÇ	KIT PARTO EMERGENCIAL		1,000	84,1300	84,13
SOS SUL RESGATE COM E SERV DE SEGURANÇ	MANTA ALUMINIZADA (TÉRMICA)		50,000	7,3400	367,00
SOS SUL RESGATE COM E SERV DE SEGURANÇ	TALAS DE PAPELÃO 40 CM x 20 CM		100,000	1,8000	180,00
SOS SUL RESGATE COM E SERV DE SEGURANÇ	TALAS DE PAPELÃO 90 CM x 20 CM		100,000	2,1000	210,00
SOS SUL RESGATE COM E SERV DE SEGURANÇ	TESOURA DE INOX PONTA ROMBEA		1,000	26,8500	26,85
STANG & STANG LTDA	ANEL DE VEDAÇÃO	1850	1,000	2,0000	2,00
STANG & STANG LTDA	FILTRO DE AR	1850	1,000	18,0000	18,00
STANG & STANG LTDA	FILTRO DE OLEO	1850	1,000	22,0000	22,00
STANG & STANG LTDA	OLEO 15 W 40	1850	3,000	22,0000	66,00
STANG & STANG LTDA	OLEO DE MOTOR	1850	1,000	11,5000	11,50
TALITA CUNHA CESARINO	Veículos de Medio e Grande Porte (Modelo Sprinter, Máster, Ambulância Ducatto, Spin, Ambulância Iveco, Ambulância Besta, Ambulatório Móvel, Saveiro, Livina, Micro-onibus, ambulância Transit e outros afins) Serviços de lavação completa: Parte externa: Utilizar água, sabão neutro, aplicando produtos mais fortes (solupá e branqueador), para facilitar a remoção nos casos de sujeira impregnada, enxaguar, secar, passar pretinho nos pneus e silicone nas partes de borracha, Parte interna: aspirar completamente, passar pano nos painéis e laterais, retirar os tapetes e lavá-los separadamente, passar silicone líquido nas partes internas.				
TALITA CUNHA CESARINO	Veículos de Pequeno Porte (Modelos: Voyage, Prisma e outros afins) Serviços de lavação completa: Parte externa: Utilizar água, sabão neutro, aplicando produtos mais fortes (solupá e branqueador), para facilitar a remoção nos casos de sujeira impregnada, enxaguar, secar, passar pretinho nos pneus e silicone nas partes de borracha, Parte interna: aspirar completamente, passar pano nos painéis e laterais, retirar os tapetes e lavá-los separadamente, passar silicone líquido nas partes internas.	1867	33,000	19,0000	627,00
VIDECAR CAMINHÕES LTDA	BRAÇADEIRA P/ MANGUEIRA DE AR				
VIDECAR CAMINHÕES LTDA	CINTA COMPRIDA P/ MANGUEIRA DE AR	1856	1,000	48,9900	48,99
VIDECAR CAMINHÕES LTDA	MANGUEIRA DE AR DO INTERCOOLER	1856	2,000	1,2000	2,40
VIDECAR CAMINHÕES LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1856	1,000	161,1100	161,11
VIDECAR CAMINHÕES LTDA		1856	1,000	87,5000	87,50
Total Geral do Mês —>					456.457,82

## COMPRAS EFETUADAS MÊS SETEMBRO/2017

Publicação Nº 1428517

Página: 1/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2017**  
 (Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BETHA SISTEMAS LTDA	CURSO	1664	1,000	100,0000	100,00
CENTRO DE ATENDIMENTO A DEPRESSÃO E AN:	CONSULTAS NA ÁREA DE PSIQUIATRIA	1663	1,000	450,0000	450,00
CHURRASCARIA SANTIN & SANTIN ME	REFEIÇÕES	1680	15,0000	15,0000	225,00
CHURRASCARIA SANTIN & SANTIN ME	REFEIÇÕES	1706	16,0000	15,0000	240,00
CLINICA DALL' OGLIO LTDA	CIRURGIAS DIVERSAS	1739	1,000	5,900,0000	5,900,00
CLINICA DE OLHOS DR. MAURICIO BRAGA	CONSULTAS NA ÁREA DE OFTALMOLOGIA.	1736	4,000	180,0000	720,00
CLINICA DR. JONAS LTDA - ME	CIRURGIAS DIVERSAS	1668	1,000	7,800,0000	7,800,00
CLINICA DR. JONAS LTDA - ME	CIRURGIAS DIVERSAS	1727	1,000	7,700,0000	7,700,00
CLINICA MEDICA VERNETTI S/S LTDA	CONSULTAS NA ÁREA DE NEUROLOGIA	1704	1,000	200,0000	200,00
COMERCIO DE ORDENHADERAS CAMPO NOVEN	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1681	1,000	350,0000	350,00
COMERCIO DE ORDENHADERAS CAMPO NOVEN	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1685	1,000	250,0000	250,00
COMERCIO DE ORDENHADERAS CAMPO NOVEN	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1686	1,000	260,0000	260,00
COMERCIO E REFRIGERAÇÃO FAZ FRIO LTDA	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1726	1,000	840,0000	840,00
COMUNIDADE TERAPÊUTICA SÃO FRANCISCO	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1763	1,000	13,628,4000	13,628,40
CORREA & ROVEA LTDA ME	APARELHO TELEFONE IP - TIP 125	1649	5,000	214,0000	1,070,00
CORREA & ROVEA LTDA ME	PLACA MÃE P/ COMPUTADOR	1764	1,000	435,0000	435,00
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM ABDOMINAL	1737	2,000	78,7000	157,40
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM CERVICAL	1738	1,000	58,4300	58,43
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM DE ABDOMEN TOTAL	1737	38,0000	118,5400	4,504,52
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM DE ABDOMEN TOTAL	1738	5,000	118,5400	592,70
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM DE APARELHO URINÁRIO	1737	6,000	78,7000	472,20
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM DE APARELHO URINÁRIO	1738	2,000	78,7000	157,40
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM DE ARTICULAÇÃO	1737	21,0000	62,0400	1,302,84
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM DE ARTICULAÇÃO	1738	6,000	62,0400	372,24
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM DE TIREÓIDE COM DOPPLER	1737	1,000	128,6700	128,67
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM DOPPLER VENOSO	1737	4,000	180,0000	720,00
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM OBSTÉTRICO	1737	19,0000	46,4600	882,74
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM OBSTÉTRICO	1738	5,000	46,4600	232,30
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM OBSTÉTRICO COM DOPPLER	1737	1,000	116,7200	116,72
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM OBSTÉTRICO COM DOPPLER	1738	1,000	116,7200	116,72
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM PÉLVICA	1737	3,000	35,8700	107,61
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSOM DE TIREÓIDE	1737	12,0000	128,6700	1,544,04
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSONOGRÁFIA MAMAS	1737	16,0000	58,4300	934,88
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSONOGRÁFIA TRANSVAGINAL	1737	12,0000	64,4100	772,92
DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICAL LTDA	ULTRASSONOGRÁFIA TRANSVAGINAL	1738	1,000	64,4100	64,41
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	CIRURGIAS DIVERSAS	1741	1,000	6,400,0000	6,400,00
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	COLONOSCOPIA	1742	2,000	350,0000	700,00
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA	1742	3,000	250,0000	750,00
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1740	1,000	200,0000	200,00



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	DEPAKOTE 500 MG	1683	3,000	130,8366	392,51
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	LAMITOR 100 MG COMPRIMIDOS	1683	4,000	62,3725	249,49
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	LEITE PREGOMIM PEPT1400 GR, COM PROTEINA EXTENSAMENTE HIDROLISADA E COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE.	1685	5,000	124,9100	624,55
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	LEITE PREGOMIM PEPT1400 GR, COM PROTEINA EXTENSAMENTE HIDROLISADA E COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE.	1690	2,000	124,9100	249,82
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	MATERNA COMPRIMIDOS	1696	1,000	34,6000	34,60
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	NOEX 50 MCG 200 DOSES	1684	1,000	29,6000	29,60
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	NUTRI TCM 250 ML	1729	2,000	96,1000	192,20
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	PROTETOR OFTÁLMICO	1761	5,000	15,3400	76,70
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	RITALINA 10 MG COMPRIMIDOS	1708	1,000	55,0100	55,01
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	PREGABALINA 75 MG COMPRIMIDOS	1722	1,000	26,0300	26,03
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	QUETIPIN 100 MG COMPRIMIDOS	1722	3,000	78,9000	236,70
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	TRAMADOL 50 MG COMP	1722	2,000	19,9600	39,92
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	ESC (ESCITALOPRAN) 20MG COMPRIMIDOS	1672	1,000	85,8100	85,81
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	LEITE ALFARÉ 400 GR	1762	16,000	120,0000	1,920,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	LEITE PEDIASURE 400 GR	1707	18,000	32,3100	581,58
FRANK SERVICOS DE ANESTESIOLOGIA DE CAM	SERVIÇOS MEDICOS DE ANESTESIOLOGIA, PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL.	1714	2,000	200,0000	400,00
G. PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINIC	EXAMES LABORATORIAIS	1622	1,000	4,828,8800	4,828,88
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	INTERNET 15 M FULL DUPLEX - FIBRA OPTICA COM PELO MENOS 6 IPS PARA PONTO CENTRAL VPN	1765	1,000	199,9000	199,90
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	CONTRASTE PARA EXAMES	1660	16,000	110,0000	1,760,00
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE ABDOMEN SUPERIOR	1660	1,000	268,7500	268,75
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE ABDOMEN TOTAL	1660	3,000	880,0000	2,640,00
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE BACIA	1660	1,000	268,7500	268,75
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA CERVICAL	1660	9,000	268,7500	2,418,75
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA DORSAL	1660	1,000	268,7500	268,75
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBAR	1660	18,000	268,7500	4,837,50
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBO SACRA	1660	16,000	268,7500	4,300,00
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA TORACICA	1660	4,000	268,7500	1,075,00
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COTOVELO	1660	1,000	268,7500	268,75
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE CRANIO	1660	13,000	268,7500	3,493,75
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE JOELHO	1660	15,000	268,7500	4,031,25
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE MÃO UNILATERAL	1660	1,000	268,7500	268,75
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE OMBRO	1660	6,000	268,7500	1,612,50
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE PE	1660	1,000	268,7500	268,75
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE Pelve	1660	1,000	268,7500	268,75
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE PUNHO	1660	1,000	268,7500	268,75
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE QUADRIL	1660	2,000	268,7500	537,50
IMPRECOMP - Man. e Com. de Maquinas e Equip. f	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1734	1,000	45,0000	45,00

Página: 3/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IMPRECOMP - Man. e Com. de Maquinas e Equip. f	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1735	1,000	220,000	220,00
IPA INSTITUTO DE PATOLOGIA	EXAMES DIVERSOS	1669	1,000	1.560,000	1.560,00
J2 COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL 0,05M x 0,015M	1725	300,000	0,2500	75,00
J2 COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	FAIXA DE PORTA 0,12M x 1,00M	1725	1,000	40,000	40,00
J2 COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	FAIXA DE PORTA 0,95M x 0,12M	1725	8,000	40,000	320,00
LABORATORIO CLIN.PATOL.MARTINS LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1667	1,000	7.475,4900	7.475,49
LABORATORIO DALLANORA ANALISES CLINICAS	EXAMES LABORATORIAIS	1666	1,000	9.498,4100	9.498,41
LABORATORIO DALLANORA ANALISES CLINICAS	EXAMES LABORATORIAIS	1715	1,000	7.726,4800	7.726,48
LABORATORIO GAVAZZONI LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1661	1,000	6.217,4700	6.217,47
LABORATORIO GAVAZZONI LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1662	1,000	1.170,5400	1.170,54
LABORATORIO GAVAZZONI LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1689	1,000	9.560,9500	9.560,95
LABORATORIO GAVAZZONI LTDA	ANEL DE VEDAÇÃO	1675	1,000	2,0000	2,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	1675	2,000	59,9500	119,90
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FILTRO LUBRIFICANTE	1675	1,000	17,9500	17,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	FLUIDO DE FREIO	1673	1,000	23,9500	23,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	MAO DE OBRA MECANICA	1673	1,000	60,0000	60,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	MAO DE OBRA MECANICA	1675	1,000	50,0000	50,00
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	OLEO DE MOTOR	1675	4,000	40,9500	163,80
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRAS	1673	1,000	138,9500	138,95
MARQUINHO MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA MI	PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRAS	1675	1,000	109,9500	109,95
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	PERSIANAS VERTICAL EM PVC, 90 MM, TRILHO BRANCO	1705	1,000	1.435,0000	1.435,00
MEDICALBLU EQUIP MÉDICOS E HODPITALARES	CABO 10 x 26 AWG	1719	3,500	62,0000	217,00
MEDICALBLU EQUIP MÉDICOS E HODPITALARES	CABO RABIXO 1 x 27 AWG	1719	8,200	18,0000	147,60
MEDICALBLU EQUIP MÉDICOS E HODPITALARES	CAPA CONECTOR DB 15	1719	1,000	8,0000	8,00
MEDICALBLU EQUIP MÉDICOS E HODPITALARES	CARDIOCLIP CRISTAL COM FIXADOR DE PINO C/ 4 UN	1719	1,000	180,0000	180,00
MEDICALBLU EQUIP MÉDICOS E HODPITALARES	CONECTOR DB-15	1719	1,000	12,0000	12,00
MEDICALBLU EQUIP MÉDICOS E HODPITALARES	ELETRODOS DE SUÇÃO ADULTO	1719	6,000	75,0000	450,00
MEDICALBLU EQUIP MÉDICOS E HODPITALARES	GARRA JACARÉ AMARELA	1719	1,000	6,0000	6,00
MEDICALBLU EQUIP MÉDICOS E HODPITALARES	GARRA JACARÉ PRETA	1719	7,000	6,0000	42,00
MEDICALBLU EQUIP MÉDICOS E HODPITALARES	GARRA JACARÉ VERDE	1719	1,000	6,0000	6,00
MEDICALBLU EQUIP MÉDICOS E HODPITALARES	GARRA JACARÉ VERMELHA	1719	1,000	6,0000	6,00
MEDICALBLU EQUIP MÉDICOS E HODPITALARES	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1719	1,000	1.170,0000	1.170,00
OSNI BOING & CIA LTDA	ALENIA 400 MG	1723	1,000	67,6300	67,63
OSNI BOING & CIA LTDA	AVAMYS 27,5 MG 9,1 ML 120 DOSES	1723	1,000	38,0500	38,05
OSNI BOING & CIA LTDA	RINOSORO JET 9% 100ML	1723	1,000	32,6200	32,62

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtdde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAULI E PAULI TRANSPORTES E TURISMO LTDA	VEICULO 20 LUGARES PARA VIAGEM PARA TRANSPORTE DE PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS A FLORIANÓPOLIS, EQUIPADO COM AR CONDICIONADO, CALEFAÇÃO/AR QUENTE E POLTRONAS DO TIPO CONVENCIONAL COM REVESTIMENTO EM TECIDO E INCLINAÇÃO CONFORTÁVEL. COMPROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO VEÍCULO MEDIANTE VISTORIA A SER REALIZADA ANTES DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, CONFORME ESTABELECIDO NO SUB ITEM 4.1.2. ITEM 4 DO EDITAL	1721	6,000	1.876,0000	11.256,00
PAULI E PAULI TRANSPORTES E TURISMO LTDA	VEICULO 20 LUGARES PARA VIAGEM PARA TRANSPORTE DE PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS A FLORIANÓPOLIS, EQUIPADO COM AR CONDICIONADO, CALEFAÇÃO/AR QUENTE E POLTRONAS DO TIPO CONVENCIONAL COM REVESTIMENTO EM TECIDO E INCLINAÇÃO CONFORTÁVEL. COMPROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO VEÍCULO MEDIANTE VISTORIA A SER REALIZADA ANTES DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, CONFORME ESTABELECIDO NO SUB ITEM 4.1.2. ITEM 4 DO EDITAL	1923	10,000	1.876,0000	18.760,00
PLANALTO TRANSPORTES LTDA	PASSAGEM A CURITIBA - PR	1665	4,000	89,4450	357,78
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CHAPECÓ - SC	1671	4,000	71,4900	285,96
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CHAPECÓ - SC	1682	1,000	69,9000	69,90
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	1710	2,000	137,9900	275,98
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A JOINVILLE - SC	1671	2,000	123,8100	247,62
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A JOINVILLE - SC	1710	4,000	123,8100	495,24
ROSSA DA SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	SERVIÇOS MÉDICOS DIVERSOS	1679	1,000	500,0000	500,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	CONTRASTE PARA EXAMES	1650	3,000	80,0000	240,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	CONTRASTE PARA EXAMES	1651	12,000	80,0000	960,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN TOTAL	1651	7,000	277,2600	1.940,82
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE BACIA	1650	1,000	136,6300	136,63
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL	1650	1,000	101,1000	101,10
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL	1651	3,000	101,1000	303,30
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO SACRA	1650	8,000	101,1000	808,80
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO SACRA	1651	10,000	101,1000	1.011,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORÁCICA	1651	1,000	101,1000	101,10
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COXA	1650	1,000	101,0000	101,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRÂNIO	1650	7,000	97,4400	682,08
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRÂNIO	1651	13,000	97,4400	1.266,72
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE MÃOS	1650	1,000	86,7500	86,75
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE QUADRIL	1650	1,000	86,7500	86,75
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SEIOS DA FACE	1650	1,000	86,7500	86,75
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX	1650	1,000	136,4100	136,41
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX	1651	4,000	136,4100	545,64
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX	1650	2,000	86,7500	173,50
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX	1651	1,000	138,6300	138,63
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE ABDOMEN TOTAL	1652	5,000	118,5400	592,70

Página: 5/6

# **ESTADO DE SANTA CATARINA** **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE ABDOMEN TOTAL	1653	9,000	118,5400	1,066,86
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE ARTICULAÇÃO	1653	2,000	62,0400	124,08
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE OMBRO DIREITO	1653	8,000	62,0400	496,32
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE OMBRO ESQUERDO	1653	4,000	62,0400	248,16
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE PAREDE ABDOMINAL	1652	1,000	118,5400	118,54
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE PAREDE ABDOMINAL	1653	1,000	118,5400	118,54
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE PÉ D	1653	2,000	62,0400	124,08
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE PÉ E	1653	1,000	62,0400	62,04
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE PRÓSTATA	1652	2,000	49,4400	98,88
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE PUNHO D	1653	2,000	62,0400	124,08
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE VIAS URINÁRIAS	1652	4,000	78,7000	314,80
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM OBSTÉTRICO	1652	4,000	46,4600	185,84
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM OBSTÉTRICO	1653	1,000	46,4600	46,46
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM REGIÃO INGUINAL	1652	3,000	58,4300	175,29
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA ARTICULAÇÃO COTOVELO	1653	1,000	62,0400	62,04
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA ARTICULAÇÃO JOELHO	1653	1,000	62,0400	62,04
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA ARTICULAÇÃO MAO	1652	1,000	62,0400	62,04
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA DE QUADRIL	1652	1,000	62,0400	62,04
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO MID	1653	2,000	180,0000	360,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA MAMAS	1652	1,000	58,4300	58,43
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	1652	5,000	64,4100	322,05
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	1653	11,000	64,4100	708,51
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	LICENCIAMENTO ANUAL	1693	1,000	79,2500	79,25
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	LICENCIAMENTO ANUAL	1703	1,000	79,2500	79,25
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	MULTAS	1694	1,000	85,1300	85,13
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	MULTAS	1695	1,000	239,4700	239,47
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	MULTAS	1696	1,000	299,3400	299,34
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	REGISTRO DE VEICULOS	1716	1,000	330,7700	330,77
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEI	SEGURO DPVAT	1692	1,000	156,8200	156,82
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEI	SEGURO DPVAT	1702	1,000	67,8400	67,84
TALITA CUNHA CESARINO		1717	75,000	28,0000	2,100,00

Veículos de Médio e Grande Porte (Modelo Sprinter, Master, Ambulância Ducatto, Spin, Ambulância Iveco, Ambulância Besta, Ambulatório Móvel, Saveiro, Lívina, Micro-ônibus, ambulância Transit e outros afins)  
Serviços de lavagem completa: Parte externa: Utilizar água, sabão neutro, aplicando produtos mais fortes (solupá e branqueador), para facilitar a remoção nos casos de sujeira impregnada, enxaguar, secar, passar pretinho nos pneus e silicone nas partes de borracha. Parte interna: aspirar completamente, passar pano nos painéis e laterais, retirar os tapetes e lavá-los separadamente, passar silicone líquido nas partes internas.

Página: 6/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2017**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.686/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TALITA CUNHA CESARINO	Veículos de Pequeno Porte (Modelos: Voyage, Prisma e outros afins) Serviços de lavagem completa. Parte externa: Utilizar água, sabão neutro, aplicando produtos mais fortes (solupa e branqueador); para facilitar a remoção nos casos de sujeira impregnada, enxaguar, secar, passar pretinho nos pneus e silicone nas partes de borracha. Parte interna: aspirar completamente, passar pano nos painéis e laterais, retirar os tapetes e lavá-los separadamente, passar silicone líquido nas partes internas.	1717	46,000	19,0000	874,00
VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA - ME	VEICULO 15 LUGARES PARA VIAGEM PARA TRANSPORTE DE PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAUDE DE CAMPOS NOVOS A FLORIANOPOLIS, EQUIPADO COM AR CONDICIONADO, CALEFAÇÃO/AR QUENTE E POLTRONAS DO TIPO CONVENCIONAL COM REVESTIMENTO EM TECIDO E INCLINAÇÃO CONFORTÁVEL. COMPROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO VEICULO MEDIANTE VISTORIA A SER REALIZADA ANTES DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, CONFORME ESTABELECIDO NO SUB ITEM 4.1.2, ITEM 4 DO EDITAL	1720	20,000	998,0000	19.960,00
VISTOCAR VISTORIAS VEICULARES	VISTORIA DE VEÍCULOS	1678	1,000	130,0000	130,00
<b>Total Geral do Mês --&gt;</b>					<b>220.101,58</b>

**SAMAE - CAMPOS NOVOS****EXT CT272017**

Publicação Nº 1428289

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 27/2017

DATA DE ASSINATURA: 19 outubro de 2017.

OBJETO: Termo do Segundo Aditivo ao Contrato CNO 32/2015

CONTRATADA: J - TECH soluções em informática Ltda.

VALOR R\$ 2.662,30 (dois mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta centavos). a partir do dia 20/10/2017.

PRAZO: 20/10/2017 a 19/10/2018

Campos Novos – SC, 19 de outubro de 2017.

ALEXANDRE KUNEN

DIRETOR DO SAMAE

**EXT CT282017**

Publicação Nº 1428249

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 28/2017

DATA DE ASSINATURA: 01 de Novembro de 2017.

OBJETO: Termo do Segundo Aditivo ao Contrato CNO 01/2017

CONTRATADA: Auto Posto Falcão Ltda.

VALOR: Fica acrescida em mais 4.500 (quatro mil e quinhentos) litros a quantidade licitada do óleo S.10, totalizando R\$15.120,00 (quinze mil cento e vinte reais) e reajustado para R\$3,34 (três reais e trinta e quatro centavos) o litro do óleo comum a partir do dia 01/11/2017.

PRAZO: 01/11/2017 a 31/12/2017.

Campos Novos – SC, 01 de Novembro de 2017.

ALEXANDRE KUNEN

DIRETOR DO SAMAE

# Canelinha

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº017/SEMAIS/17

Publicação Nº 1428614

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS - Serviço Municipal de Água, Infraestrutura e Saneamento de Canelinha SC.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 017/SEMAIS/2017

OBJETO: O presente pregão tem por objeto a aquisição de produtos químicos visando a desinfecção e tratamento de água distribuída aos municípios, para uso na Estação de Tratamento de Água do SEMAIS do Município de Canelinha-SC de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 04 de dezembro de 2017, às 09h00min horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 16 de novembro de 2017. EDUARDO FURTADO - Diretor Administrativo do SEMAIS.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº115/PMC/17

Publicação Nº 1428610

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 115/PMC/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a contratação de empresa especializada em decoração para a formatura do PROERD dos alunos do quinto ano da Rede Publica Municipal, Estadual e Privada do Município de Canelinha SC., de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 01 de dezembro de 2017, às 08h00min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 16 de novembro de 2017. MOACIR MON-TIBELER- Prefeito do Município.

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 303/2017

Publicação Nº 1428713

DECRETO Nº. 303/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO as inúmeras atribuições incumbidas à Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de delegação para o desempenho de atividades incumbidas ao gestor público, resolve:

#### DELEGAR PODERES

Art. 1º - Fica delegado ao servidor ROBERTO APARECIDO DAS NEVES, que exerce o cargo comissionado de Supervisor II, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 09/11/2017, a responsabilidade pela gestão do SINE – Sistema Nacional de Emprego, conferindo-lhe os poderes necessários e legais para tanto, nos termos da Comunicação Interna nº 161/SMDEICT/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 258/2017.

Canoinhas/SC, 09 de novembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 09/11/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### DECRETO Nº 305/2017

Publicação Nº 1428708

DECRETO Nº. 305/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA EQUIPE LOCAL DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS – PAR (2016/2019)

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica nomeada a Equipe Local do Plano de Ações Articuladas – PAR (2016/2019), conforme segue relação abaixo:

I- DIRIGENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

a) Osmar Oleskovicz.

II- TÉCNICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

a) Mauro Edson Jungles;

b) Rosimari de Fátima Cubas Blaka;

c) Leila Gorete Minuzzo Bolduan.

III – REPRESENTANTE DOS DIRETORES DE ESCOLA:

a) Gisele Aparecida Bornatt Prust;

b) Larissa Del Gobo Kruger Baluta.

IV – REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA ZONA URBANA:

a) Eliane Cristina Krull;

b) Rosemari Aparecida dos Santos Godoy.

V - REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA ZONA RURAL:

a) Eduardo Luiz Packer;

b) Eliane Sudosky de Oliveira.

VI - REPRESENTANTE DOS COORDENADORES OU SUPERVISORES ESCOLARES:

a) Rosemari Schiessl dos Passos;

b) Elfi Irene Noernberg Pangratz.

VII - REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO – ADMINISTRATIVO DAS ESCOLAS:

a) Maria Goreti Bauer Seleme.

VIII - REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

a) Argos Gumbowsky.

IX- REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB:

a) Sílvia Wieczorkiewicz Cavaleiro.

X- REPRESENTANTE DO SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

a) Cristiane Herbst Mota.

XI - REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

a) Roseclea Wagner Cavalet.

XII – REPRESENTANTE DO SETOR DE TRANSPORTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

a) Luiz Fernando da Cruz Vieira Magalhães.

XIII-REPRESENTANTE DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

a) Elizabeth Schupel Ferreira dos Santos.

XIV- REPRESENTANTE DO SERVIÇO SOCIAL AO EDUCANDO:

a) Juceres Maria Wiese Roeder.

XV - REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

a) Solange Stelzner.

XVI – REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:

a) Telma Aparecida Peixer.

XVII- REPRESENTANTE DOS CONSELHOS ESCOLARES:

a) Josmar Kaschuk.

XVIII- REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO:

a) Luis Gustavo Vieira de Britto.

XIX - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – Monitoramento de Obras

a) Vivianne Pailo Collares.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 048/2016.

Canoinhas/SC, 13 de novembro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/11/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## **PORTARIA Nº 019/2017 FMEL**

Publicação Nº 1428716

PORTARIA Nº. 019/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.  
CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 4.138 de 21/03/2007, resolve:

### **AUTORIZAR**

Art. 1º. Fica autorizado o servidor JOCIMAR JUBANSKI, comissionado no cargo de Gestor de Esportes, à disposição da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a perceber adiantamento conforme o disposto na Lei nº 6.117 de 27/10/2017, visando atender a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 2º. Ao servidor citado no caput do artigo anterior, cabe à responsabilidade da conferência das solicitações de ajudas de custo, cujos valores das despesas serão transferidos a uma conta específica para esse fim, e o servidor será responsável pela movimentação com o valor pecuniário a ser despendido e a exigência da comprovação, pelo favorecido, da realização da despesa.

Art. 3º. Ao Controle Interno cabe, no mês subsequente, à verificação da legalidade do processo e a emissão de parecer conclusivo.

Art. 4º. A autorização objeto deste instrumento far-se-á vigente pelo período compreendido entre 03/11/2017 à 08/11/2017.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 27 de Outubro de 2017.  
DANIEL LAURENTINO PINTO  
Presidente Honorífico

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer em 27/10/2017.

## **PORTARIA Nº 1052/2017**

Publicação Nº 1428677

PORTARIA Nº. 1052/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 001/SEMAS/2017

Art. 1º- Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão Organizadora do Processo Seletivo - Edital nº 001/SEMAS/2017, visando à contratação temporária de profissional que atuara junto ao Lar dos Idosos "Stelitta Pacheco Costa", com poderes para apreciar recursos e demais atos necessários.

- Vilcéia Regina Tavares;
- Viviane Seleme Uba;
- Prescila Friedrich de Almeida.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2017  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## **PORTARIA Nº 1091/2017**

Publicação Nº 1428678

PORTARIA Nº. 1091/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 6.099 de 02/10/2017, resolve:

NOMEAR MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA ATLETA MUNICIPAL

Art. 1º- Ficam nomeados os servidores, abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Análise do Programa Bolsa Atleta Municipal, sendo eles:

- Presidente: Jocimar Jubanski – Gestor Desportivo;
- Membro: Sanderson Roberto de Souza – Assessor de Lazer;
- Membro: Diogo Carlos Seidel - Administrador.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de novembro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/11/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## **PORTARIA Nº 1104/2017**

Publicação Nº 1428680

PORTARIA Nº. 1104/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como,

artigos 143, 148 e 149 da Lei Federal nº 8.112, de 11/12/1990, resolve:

**DESIGNAR**

Art. 1º - A Recondição da Comissão processante, integrada pelos Servidores Públicos, FABRICIO JOSNEI PEREIRA, MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ, MARILIN ROSANA MUNHOZ DA SILVEIRA WERKA, para, constituírem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com vistas a dar continuidade, no prazo de 60 dias, aos trabalhos de apuração dos fatos descritos no relatório emitido pela comissão de sindicância, nomeada pela Portaria nº 651/2017, de 03 de julho de 2017, bem assim os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de novembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/11/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 1117/2017**

Publicação Nº 1428682

PORTARIA Nº. 1117/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 285/2017, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. SÉRGIO MURILO MIGUEL;
2. ROSELI DOBROCHINSKEI;
3. DANIELLE LUDKA.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito no Relatório de Auditoria nº 039/2017 em anexo.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de novembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/11/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 124/2017 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1429151

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 186/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 124/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/11/2017, às 09h05min, licitação REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS (LÂMPADAS E REATORES) DESTINADOS PARA A REFORMA DA ILUMINAÇÃO NO ESTÁDIO MUNICIPAL BENEDITO THERÉZIO DE CARVALHO JUNIOR, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 29/11/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO COMUNICADO RESPOSTA RECURSO TOMADA DE PREÇO Nº PMC 17/2017**

Publicação Nº 1429156

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO RESPOSTA RECURSO ADMINISTRATIVO

RESULTADO DO JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO, protocolado pelas empresas SC Construção Civil E Fabricação De Artefatos LTDA - ME, contra a decisão da comissão de licitação, referente à sua inabilitação, RECURSO ADMINISTRATIVO protocolado pela empresa Rocha Empreendimentos LTDA, contra a habilitação da empresa Konkreta Canoinhas Construtora LTDA ME, que protocolou contrarrazões, referente à Tomada de Preço n.º PMC 22/2017.

Protocolo Rocha Empreendimentos LTDA n.º 6303, em 25 de outubro de 2017.

Protocolo SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA - ME n.º 6384, em 31 de outubro de 2017.

Protocolo KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA ME n.º 6367, em 30 de outubro de 2017.

Processo de licitação n.º PMC 157/2017 na modalidade de Tomada de Preço n.º PMC 17/2017.

PARECER DA COMISSÃO: Conhecer dos recursos e dar provimento ao requerido pela empresa Rocha Empreendimentos LTDA, negando provimento aos pedidos das empresas SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA e KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA ME.

O teor da resposta da Comissão de Licitação está à disposição dos interessados no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) na pasta do referido processo.

As propostas das licitantes habilitadas serão abertas pela Comissão de Licitação, na sala de Licitações desta Prefeitura, às 14h00min do dia 20 de novembro de 2017.

ADILSON FERNANDO RIBEIRO

Presidente da Comissão de Licitação

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMC 04/2017**

Publicação Nº 1428293

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMC 04/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório n.º PMC 110/2017  
Pregão Presencial n.º PMC 80/2017

O Município de Canoinhas-SC, por meio do Fundo Municipal de Cultura, CNPJ nº 02.216.925/0001-08, torna público o contrato n.º FMC 04/2017. Data de assinatura: 31/07/2017. Contratada: FUNDAÇÃO EXPANSÃO CULTURAL RADIO E TV CANOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 03.422.900/0001-15. Objeto Contratado: CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM), EDUCATIVA. Valor do contrato R\$ 4.923,92 (quatro mil novecentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos). Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Vigência: 31/07/2017 até 31/12/2017.

José Alfredo da Fonseca  
Presidente do Fundo

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMC 05/2017**

Publicação Nº 1428294

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMC 05/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Chamada Pública n.º PMC 03/2017  
Processo de Licitação n.º FMC 04/2017  
Inexigibilidade de Licitação n.º FMC 03/2017

O Município de Canoinhas-SC, por meio do Fundo Municipal de Cultura, CNPJ nº 02.216.925/0001-08, torna público o contrato n.º FMC 05/2017. Data de assinatura: 11/08/2017. Contratada: RADIO CLUBE DE CANOINHAS LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 78.511.987/0001-04. Objeto Contratado: CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO EM AMPLITUDE MODULADA (AM) E FREQUÊNCIA MODULADA (FM), COMERCIAL. Valor do contrato R\$ 4.793,25 (quatro mil setecentos e noventa e três reais e vinte e cinco). Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Vigência: 11/08/2017 até 31/12/2017.

José Alfredo da Fonseca  
Presidente do Fundo

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMC 06/2017**

Publicação Nº 1428296

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMC 06/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Chamada Pública n.º PMC 03/2017  
Processo de Licitação n.º FMC 05/2017  
Inexigibilidade de Licitação n.º FMC 04/2017

O Município de Canoinhas-SC, por meio do Fundo Municipal de Cultura, CNPJ nº 02.216.925/0001-08, torna público o contrato n.º

FMC 06/2017. Data de assinatura: 11/08/2017. Contratada: RADIO PANTERA LTDA - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 79.888.673/0001-80. Objeto Contratado: CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO EM AMPLITUDE MODULADA (AM) E FREQUÊNCIA MODULADA (FM), COMERCIAL. Valor do contrato R\$ 6.229,50 (seis mil duzentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos). Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Vigência: 11/08/2017 até 31/12/2017.

José Alfredo da Fonseca  
Presidente do Fundo

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMC 07/2017**

Publicação Nº 1428299

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMC 07/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo de licitação n.º FMC 03/2017  
Pregão Presencial n.º FMC 012017

O Município de Canoinhas-SC, por meio do Fundo Municipal de Cultura, CNPJ nº 02.216.925/0001-08, torna público o contrato n.º FMC 07/2017. Data de assinatura: 23/08/2017. Contratada: ANDREIA KATIA BERTONI FREITAS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 22355395000188. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E CONserto DE 34 INSTRUMENTOS MUSICAIS (BOMBARDINOS, FLAUTAS, FLAUTINS, TOMPETS, CLARINETES, E SAXS) DE USO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.. Valor do contrato R\$ 20.286,00 (vinte mil duzentos e oitenta e seis reais). Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Vigência: 23/08/2017 até 31/12/2017.

José Alfredo da Fonseca  
Presidente do Fundo

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMDR 04/2017**

Publicação Nº 1428255

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMDR 04/2017  
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. FMDR 02/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMDR 02/2017  
O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo de contrato n.º FMDR 04/2017. Data do contrato: 29/09/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE 944 HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E 242TRATOR DE ESTEIRAS, DESTINADAS AOS PROGRAMAS PORTEIRA ADENTRO E INCENTIVO A PECUÁRIA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.. Contratada: VOLPESA CONSTRUÇÕES LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 08828928000170. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor do contrato n.º R\$ 215.900,00. Vigência: 29/09/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FME 05/2017**

Publicação Nº 1428257

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FME 05/2017

FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 110/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 80/2017

O Prefeito do município de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público o termo de contrato n.º FME 05/2017. Data do Aditivo: 31/07/2017. Objeto Contratado CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM), EDUCATIVA. Contratada: FUNDAÇÃO EXPANSÃO CULTURAL RÁDIO E TV CANOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 03.422.900/0001-15,. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS, CNPJ: 03.914.543/0001-02. Valor do contrato: R\$ 4.923,92 (quatro mil novecentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos). Vigência: 01/08/2017 à 31/12/2017.

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FME 07/2017**

Publicação Nº 1428259

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FME 07/2017

FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FME 05/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº FME 03/2017

O Prefeito do município de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público o termo de contrato n.º FME 07/2017. Data do Aditivo: 11/08/2017. Objeto Contratado CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO EM AMPLITUDE MODULADA (AM) E FREQUÊNCIA MODULADA (FM), COMERCIAL. Contratada: RADIO PANTERA LTDA - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 79.888.673/0001-80. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS, CNPJ: 03.914.543/0001-02. Valor do contrato: R\$ 6.229,50 (seis mil duzentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos). Vigência: 11/0/2017 à 31/12/2017.

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FME 08/2017**

Publicação Nº 1428261

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FME 08/2017

FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FME 07/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº FME 04/2017

O Prefeito do município de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público o termo de contrato n.º FME 08/2017. Data do Aditivo: 27/09/2017. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE CANOINHAS, NA MODALIDADE DE FUTEBOL DE CAMPO, PROMOVIDO PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER. Contratada: LIGA ESPORTIVA CANOINHENSE, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 82773797000124. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS, CNPJ: 03.914.543/0001-02. Valor do contrato: R\$ 20.500,00 (vinte

mil e quinhentos reais). Vigência: 27/09/2017 à 10/12/2017.

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNR 05/2017**

Publicação Nº 1428303

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNREBOM 05/2017

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FUNREBOM 02/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº FUNREBOM 01/2017

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo de contrato n.º FUNREBOM 05/2017. Data do contrato: 05/06/2017. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEICULO NOVO, ZERO KM, DESTINADO AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO 9º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CANOINHAS. Contratante: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS. Contratada: MALLON & CIA LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 83.189.605/0001-08. Valor do contrato: R\$ 38.200,00 (trinta e oito mil e duzentos reais). Vigência: 05/06/2017 até 31/10/2017. A integra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNR 06/2017**

Publicação Nº 1428307

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNREBOM 06/2017

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 108/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 78/2017

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo de contrato n.º FUNREBOM 06/2017. Data do contrato: 14/08/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE ASSENTAMENTO DE 485M² DE PAVIMENTO E ASSENTAMENTO DE 16M/L DE MEIO FIO. Contratante: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS. Contratada: AIRTON JOSE DUARTE JUNIOR ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 26409548000183. Valor do contrato: R\$ 5.210,90 (cinco mil duzentos e dez reais e noventa centavos). Vigência: 14/08/2017 até 30/09/2017. A integra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNR 07/2017**

Publicação Nº 1428309

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNREBOM 07/2017

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 109/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 79/2017

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo de contrato n.º FUNREBOM 07/2017. Data do contrato: 14/08/2017. Objeto

Contratado: CONTRATAÇÃO PARCELADA DE 10 HORAS DE RETROESCAVADEIRA.. Contratante: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS. Contratada: TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 23161589000105. Valor do contrato: R\$ 918,00 (novecentos e dezoito reais). Vigência: 14/08/2017 até 30/09/2017. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNR 08/2017**

Publicação Nº 1428314

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNREBOM 08/2017  
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FUNREBOM 05/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº FUNREBOM 04/2017  
O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo de contrato n.º FUNREBOM 08/2017. Data do contrato: 26/09/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECÂNICOS DA RENAULT MASTER, VIATURA ASU-428, PLACA QID 1547, ANO/MODELO 2015/2016, DE USO DO 9º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR DE CANOINHAS. Contratante: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS. Contratada: ALEXANDRO DE AZEVEDO - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 12.621.941.0001-21. Valor do contrato: R\$ 14.000,00 (catorze mil reais). Vigência: 26/09/2017 até 30/11/2017 A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).  
Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNR 09/2017**

Publicação Nº 1428317

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNREBOM 09/2017  
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 64/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 48/2017  
O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo de contrato n.º FUNREBOM 09/2017. Data do contrato: 11/10/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SUBSTITUIÇÃO DE 36,24M² DE CALHA NO BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CANOINHAS. Contratante: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS. Contratada: RAMÍLIA DE OLIVEIRA E CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 06201029000118. Valor do contrato: R\$ 3.551,52. Vigência: 11/10/2017 até 30/11/2017. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).  
Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNR 10/2017**

Publicação Nº 1428319

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNREBOM 10/2017  
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FUNREBOM 06/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº FUNREBOM 05/2017  
O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo de contrato n.º FUNREBOM 10/2017. Data do contrato: 19/10/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO DO MOTOR DO VEÍCULO MERCEDES BENZ 1519, DA VIATURA AT-19, PLACA LZG 9854, DE USO DO 9º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR DE CANOINHAS. Contratante: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS. Contratada: RETIFICA MOTOCAR, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 83.849.109/0001-25. Valor do contrato: R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais). Vigência: 19/10/2017 até 15/12/2017. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).  
Gilberto dos Passos  
Prefeito

# Capão Alto

## PREFEITURA

### **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017 - AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA PROVIMENTO DE ENCAMINHAMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS)**

Publicação Nº 1428606

#### PROCESSO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017  
REGISTRO DE PREÇO  
EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

#### 1. Preâmbulo

1.1 RITA DE CÁSSIA DE CAMPOS, Secretária Municipal de Assistência Social de Capão Alto, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial – Registro de Preço, do tipo Menor preço, cujo processamento e julgamento serão em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações posteriores suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

1.2 O recebimento dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até O DIA 05/12/2017 do às hs 09:30, no Setor de Licitações desta entidade, situada na Rua João Vieira de Oliveira, 500, cidade e Município de Capão Alto.

1.3 O início da abertura do Envelope 01 – PROPOSTA COMERCIAL dar-se-á a partir das 09:35hs do dia 05/12/2017, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações desta Entidade, situada no endereço citado no item 1.2.

1.4 DO OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Cestas básicas para provimento de encaminhamentos do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme descrição em Anexo deste edital.

1.5 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO Somente poderão participar deste certame as empresas interessadas do ramo pertinente ao Objeto Licitado que preencherem as condições de credenciamento e habilitação constantes deste Edital, e que se enquadrem exclusivamente como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) ou Microempreendedor Individual (MEI).

1.5.1 Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

- 1.5.2 com falência decretada;
- 1.5.3 em consórcio.

1.6 Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

#### 2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

##### 2.1 Da apresentação dos envelopes

2.1.1 No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAPÃO ALTO - SC

PREGÃO Nº 02/2017

ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAPÃO ALTO - SC

PREGÃO Nº 02/2017

ENVELOPE Nº. 02 – DOCUMENTAÇÃO

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

2.1.2 Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, assim considerada aquela que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega, comprovado por meio de protocolo, junto à recepção da prefeitura.

2.1.3 Caso sejam remetidas as propostas por via postal, será apenas tomado conhecimento se forem entregues ao pregoeiro até o horário aprazado.

## 2.2 Do credenciamento

2.2.1 Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

2.2.1.1 O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo "I", juntamente com um documento de identificação com foto.

2.2.1.2 A procuração ou termo de credenciamento deverá conter a indicação do signatário com firma reconhecida e ser apresentado no original ou em cópia autenticada.

2.2.1.3 Nesta fase, o representante da licitante deverá apresentar, conforme o caso, o documento de constituição da empresa ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação, cujo documento, após análise pelo pregoeiro, será devolvido ao licitante.

2.2.1.4 A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, bem como de oferecer impugnação a outros licitantes, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.2.2 Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

2.3 As empresas que quiserem PARTICIPAR DO PROCESSO LICITATÓRIO, baseados nos benefícios da Lei Complementar nº123/06, deverão apresentar Declaração de Enquadramento registrado na Junta Comercial, para fins de comprovação da condição de EPP ou ME. Caso contrário, não poderá beneficiar-se das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/06.

2.3.1 A microempresa e Pequenas empresas deverão comprovar por meio documental legal que fruem dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações prevista da Lei Complementar nº 147/2014, deverá apresentar o descrito no subitem anterior, sob pena de, não o fazendo no ato de credenciamento, não terão o direito a participar do presente processo licitatório.

2.4 A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no subitem 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Entidade Municipal e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no subitem 1.2, no Setor de Protocolo Geral desta Entidade. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.5 Da declaração de atendimento aos requisitos de habilitação.

2.5.1 Depois de credenciadas, as licitantes deverão apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no Anexo III ou através de declaração verbal que constará em ata da sessão.

2.5.2 A licitante que não se fizer representar na sessão pública deverá entregar, sob pena de não aceitação da proposta, o documento solicitado no subitem anterior em um terceiro envelope, contendo no anverso os seguintes dizeres:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAPÃO ALTO - SC

PREGÃO Nº 02/2017

ENVELOPE Nº. 03 – Declaração de que cumpre plenamente as condições de habilitação.

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

## 3 DA PROPOSTA COMERCIAL

3.1 O Envelope nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL deverá conter a proposta propriamente dita redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas que dificultem o julgamento, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

3.1.1 Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;

3.1.2 Número deste Pregão;

3.1.3 Número do item, descrição dos serviços nos termos do item "1.4" deste Edital, quantidade, unidade de medida, marca, preço unitário e preço total por item, preferencialmente no modelo abaixo:

item	descrição	Unid.	Qtde.	Marca	Preço Unit.	Preço Total

3.1.4 Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

3.2 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

3.3 Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre o fornecimento dos bens, objeto da presente Licitação.

3.4 No caso da proponente apresentar mais de uma proposta escrita, considerar-se-á a de menor valor.

3.5 Não serão aceitas nem levadas em consideração às propostas encaminhadas por telegramas, radiogramas, aerogramas, correio eletrônico ou fac-símile.

3.6 Quando solicitada à apresentação de outros documentos que comporão a proposta, estes deverão ser apresentados na forma do subitem 5.9.

3.7 Fica estabelecido em Erro! Nenhuma variável de documento foi fornecida. dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01.

#### 4. DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

##### 4.1 Habilitação Jurídica (Art. 28 Inc. I a IV e Art. 97):

4.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

4.1.2 Declaração identificada e assinada pelo Representante Legal, de que a empresa não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei;

4.1.3 Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo "II", nos termos do Inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93 e em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

4.1.4 Cédula de Identidade do Representante Legal da Empresa;

##### 4.2 Regularidade Jurídica

###### 4.2.1 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

##### 4.3 Regularidade Fiscal (Art. 29 Inc. III):

4.3.1 Prova de Regularidade Conjunta dos tributos federais e a dívida ativa da União através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Secretaria Receita Federal;

4.3.2 Prova de Regularidade com os tributos estaduais através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda do domicílio do licitante;

4.3.3 Prova de Regularidade com os tributos municipais através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Fazenda Municipal do domicílio do licitante;

##### 4.4 Regularidade Social (Art. 29 Inc. IV):

4.4.1 Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

##### 4.5 Qualificação Econômico-Financeira (Art. 31, Inc. II):

4.5.1 Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida por distribuidor da sede do licitante;

4.6 As licitantes poderão substituir os documentos referidos nos subitens 4.1, 4.2 e 4.3, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Capão Alto;

4.7 A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelas licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao órgão cadastrador. Desta forma, no decurso do julgamento da fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitações averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Capão Alto, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou ainda quando a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência e ou não constar toda a documentação solicitada no CRC.

4.8 Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados nos subitens 4.1, 4.2 e 4.3, e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencida, e documentos que não estejam contemplados no Certificado de Registro Cadastral, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO.

4.9 Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

4.9.1 A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no subitem 1.2 deste

Edital.

4.10 Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

4.10.1 As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

4.10.1.1 Caso não disponha de acesso à internet para a verificação da veracidade das certidões, poderá o pregoeiro paralisar os trabalhos até que seja possível a certificação da veracidade dos documentos.

4.11 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

4.11.1 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

4.11.2 se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

4.12 Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.13 A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no subitem 4.3, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

## 5. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

5.1 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, serão classificadas, item a item, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

5.1.1 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais:

5.1.1.1 Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

5.1.1.2 A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão de Pregão, excetuando-se o disposto neste subitem para aqueles licitantes que não se fizerem presentes.

5.1.1.3 A falta de dados como CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal ou Endereço, poderão ser preenchidas pelos dados constantes nos documentos apresentados para a habilitação.

5.1.1.4 Havendo divergência entre os preços unitários e totais, considerar-se-ão os preços unitários.

5.1.2 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

5.1.3 Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos subitens 3.1 e 3.2 deste Edital, ressalvado o disposto no subitem 5.1.1

5.2 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores será convidado individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

5.2.1 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

5.2.2 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame.

5.2.3 A oferta de lance deverá recair sobre o preço unitário do item do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

5.2.3.1 Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

5.2.3.2 O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

5.2.4 Será automaticamente desconsiderado o lance com vista ao empate.

5.2.5 Dos lances ofertados não caberá retratação posterior que vise empate.

5.2.6 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

5.3 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

5.4 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

5.5 Encerrada as etapas competitivas e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

5.6 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 4 e subitens, deste Edital.

5.7 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 4 e seus subitens, deste Edital.

5.8 Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

5.8.1 Ocorrendo a situação referida no subitem 5.8, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

5.9 Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

5.10 Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de até 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

5.11 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

5.11.1 A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

5.11.2 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

5.12 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

5.12.1 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

5.13 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

5.13.1 Os motivos dos adiamentos serão lavrados em ata circunstanciada.

5.14 O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s), devendo os seus responsáveis retirá-los durante esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

## 6 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

6.1 No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o menor preço Por item desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

6.2 No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

6.3 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pela Autoridade Competente, Por item, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

6.4 O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

#### 7. DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:

7.1 A entrega das cestas básicas será Fracionada

7.2 O fornecimento do objeto do presente processo licitatório deverá ser entregue na sede do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Capão Alto Conforme o prazo estabelecido.

7.3 Os materiais serão entregues em até 24(vinte e quatro) horas da emissão da autorização de fornecimento assinada pelo responsável, respeitando as quantidades de itens da cesta básica e quantidades constantes na Autorização de Fornecimento.

7.4 Fretes e translados correm por conta do fornecedor

#### 8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

8.1 O Fundo Municipal de Assistência Social de Capão Alto efetuará o pagamento do objeto do presente Edital em até 30 dias do seu fornecimento, mediante emissão de nota fiscal de serviço. O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

8.2 A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento deste objeto, correrão à conta da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s), da Lei Orçamentária do Exercício Vigente.

#### 8.3 EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.3.1 O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;

8.3.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;

8.3.3 Para a concessão da revisão dos preços, a Empresa deverá comunicar a Entidade do Município de Capão Alto a variação dos preços, por escrito, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos emitido(s) pelo (s) fornecedor(es);

8.3.4 Caso a Entidade já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize o serviço e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

8.3.5 A Entidade municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos;

8.3.6 Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pela Entidade Municipal de Capão Alto;

8.3.7 A Empresa obrigar-se-á realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;

8.3.8 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

#### 9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

9.1.1 A impugnação será dirigida ao Pregoeiro, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

9.2 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

9.3 O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para

apreciação e decisão.

9.4 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

9.5 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.6 Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s).

## 10. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A descrição e quantidades constantes no anexo IV contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando a Entidade do Município de Capão Alto a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;

10.2 A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-lhe a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

10.3 Homologado o resultado do certame, a Entidade do Município de Capão Alto convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas;

10.4 A contratação dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada através de Autorização de Execução de Serviço;

10.5 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o Lote respectivo, ou licitá-lo;

10.6 A Ata de Registro de Preços observará a minuta do anexo deste Edital e firmará compromisso para eventual contração, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;

10.7 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;

10.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Ente público promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

10.9 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, A Entidade Pública deverá:

10.9.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

10.9.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

10.10 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Ente Público do Município de Capão Alto poderá:

10.10.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

10.10.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

10.11 Não havendo êxito nas negociações, o Ente público do Município de Capão Alto deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

10.12 O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

10.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

10.12.2 Não retirar a respectiva Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

10.12.4 Tiver presentes razões de interesse público;

10.13 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

10.14 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias

#### 11. DO DIREITO DE RESERVA:

11.1 Esta Entidade Pública do Município de Capão Alto, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

11.2 Receber o(s) materiais(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação do(s) serviço(s);

11.3 O(s) serviço(s) / materiais(s) que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, deverá(ão) ser refeito(s), sem atribuição de qualquer ônus ao Órgão Gestor, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações;

11.4 O Município de Capão Alto não se obriga a contratar o(s) serviço(s)/material(s) cotado(s) por licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO IV, podendo até realizar licitação específica para contratação de um ou de mais itens/lotos, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/93 e Diplomas Complementares

#### 12. DAS PENALIDADES E GARANTIAS:

12.1 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo Empresa Registrada, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

12.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

12.3 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

#### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados no Departamento de Compras e Licitações e/ou no Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Capão Alto, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0\*\*49) 3237-2002, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 12:00.

13.2 O município reserva-se o direito de revogar, por interesse da administração, o presente certame licitatório, sem que caiba direito a indenização aos proponentes.

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão.

13.4 Recomenda-se às licitantes que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

13.5 É fundamental a presença da licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

13.6 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

13.7 Esta Entidade Pública Municipal de Capão Alto reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

13.8 Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Capão Alto não serão consideradas como motivos para impugnações.

13.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento, somente iniciando e vencendo nos dias de expediente.

13.10 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

13.11 No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- 13.11.1 adiada a abertura da licitação;  
13.11.2 alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.  
13.11.3 filmadas e/ou gravadas as sessões e este meio ser utilizado como prova;

13.12 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Campo Belo do Sul – SC, excluído qualquer outro.

#### 14. DOS ANEXOS DO EDITAL

14.1 Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo "I" - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;  
Anexo "II" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;  
Anexo "III" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;  
Anexo "IV" - RELAÇÃO DE ITENS;  
Anexo "V" - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

Capão Alto, SC, 16/11/2017

RITA DE CÁSSIA DE CAMPOS  
Secretária Municipal de Assistência Social de Capão Alto  
PREGÃO Nº 02/2017

#### ANEXO I

##### MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

AO Fundo Municipal de Assistência Social de Capão Alto, SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Capão Alto, SC, na modalidade PREGÃO Nº 02/2017, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO Nº 02/2017

#### ANEXO II

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

##### DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO Nº 02/2017

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO Nº 02/2017

ANEXO "III"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (\*)

(\*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

#### DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO Nº 02/2017 instaurado pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Capão Alto, SC.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO Nº 02/2017

ANEXO "IV"

RELAÇÃO DE ITENS  
Termo de Referência

#### Planilha de Itens

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	2904 - Cesta Básica. CESTA BASICA contendo no mínimo: 01un pacote de arroz 5kg, 01un pct de açúcar 5kg, 01un adoçante, 2kg de feijão, 01un pct de fubá 5 kg, 01un pct de bolacha sortida 700gr, 01un pct de bolacha cream cracker 400gr, 01un achocolatado 400g, 01un pct café 500gr, 02un pct macarrão tipo espaguete 500gr, 01un pct de macarrão tipo parafuso 500gr, 01un pct de farinha de trigo 5kg, 02un oleo de soha 900ml, 01kg sal refinado, 01un cx de leite integral Longa vida(com 12 caixas de 1 litro), 02un Frangos inteiros ( mínimo 2,5kg cada unidade), 01un dúzia de ovos de galinha, 01kg de sabão em pó, 01un creme dental, 01un pacote com 08 unidades de rolos de papel higiênico de 60 metros, 04un sabonetes de 150g, 01un pct de sabão em barra (com 5 unidades).	UN	300	195,00	58.500,00
Total Geral					58.500,00

2. A estimativa fixada neste Anexo representa mera informação para formação de preços, não constituindo obrigação do Órgão Gestor de contratação ou pagamento das referidas quantidades;

#### 3. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços/materiais fornecidos deverão ser executados atendendo aos parâmetros definidos pelas normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas ou, na falta dessas, de acordo com normas plenamente reconhecidas pela fabricante, devendo a Empresa Registrada zelar e assumir inteira responsabilidade técnica pela perfeita execução/fornecimento dos serviços/materiais contratados;

3.2 Os serviços/materiais serão fornecidos pela Empresa Registrada, não se admitindo recusa em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada;

3.3 A Empresa Registrada deverá substituir/refazer os materiais/serviços em que forem constatados erros ou correções, no prazo máximo de 24 horas após o comunicado realizado pelo Órgão Gestor, ou de acordo com o prazo estipulado pelo mesmo;

3.4 O Órgão Gestor encaminhará requisição de compra/serviço para a Empresa Registrada, esta deverá disponibilizar o deslocamento até o local da prestação dos serviços ou, em caso de emergência, a Empresa Registrada deverá realizar o fornecimento do serviço/material no local onde se encontrar o requisitante;

3.4.1 Logo, a Empresa Registrada deverá ter condições de atender às solicitações do Órgão Gestor, às suas expensas, fornecendo serviço/materiais de qualidade.

3.5 A aprovação de aquisição de materiais/serviços deverá ser efetuada de forma expressa pelo Órgão Gestor, através de Autorização de fornecimento.

3.6 O prazo para fornecimento dos materiais/serviços, será contado a partir da entrega da Autorização de fornecimento nunca excedendo o prazo máximo de 20(vinte) dias corridos.

#### 4. DOS MATERIAIS FORNECIDOS

4.1 A Empresa Registrada deve utilizar fornecer somente materiais originais ou similares, desde que atendidas as recomendações estabelecidas pelos órgãos competentes, não podendo valer-se, em hipótese alguma, de itens recondicionados.

4.2 A Empresa Registrada deverá fornecer garantia dos materiais/serviços fornecidos;

4.3 O pagamento poderá ser sustado pelo Órgão Gestor, quando os materiais / serviços não estiverem de acordo com as especificações técnicas ou forem rejeitados pela fiscalização, ou ainda, por inadimplemento de qualquer cláusula do Edital ou deste Anexo.

#### 5. AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO E NOTAS FISCAIS

5.1 Deverão ser apresentados ao Órgão Gestor, a discriminação em notas separadas, os serviços e/ou materiais fornecidos;

5.2 Não serão aceitos nas notas, serviços/matérias que não façam parte do objeto da presente licitação;

5.3 Faz-se necessário a apresentação da Autorização de fornecimento emitida pelo Órgão Gestor;

5.4 O Órgão Gestor não se responsabilizará pelo pagamento de materiais/serviços realizados pela Empresa Registrada, sem a devida autorização;

5.5 A Empresa Registrada efetuará a emissão da Nota Fiscal / Fatura, sendo que a mesma deverá ser acompanhada do relatório pormenorizado dos serviços / materiais efetivamente fornecidos;

PREGÃO Nº 02/2017

ANEXO "V"

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº ...../2017

ÓRGÃO GESTOR: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, inscrito no CNPJ sob n.º ....., com Sede a ....., Centro, Capão Alto, SC. EMPRESA: ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., estabelecida na Rua ....., Bairro ....., em .....

O Fundo Municipal de Assistência Social de Capão Alto, pessoa jurídica de direito público, neste ato, por delegação, representado pela, Secretária Srª. RITA DE CÁSSIA DE CAMPOS, portador do CPF nº ....., doravante denominado ÓRGÃO GESTOR e a Empresa ....., neste ato representada pelo Sr. ...., portador do CPF nº ..... de ora em diante denominada EMPRESA REGISTRADA, resolvem celebrar esta Ata de Registro de Preços, em decorrência do Processo Licitatório nº \_\_\_\_/2017, correlato à Pregão Presencial nº .... /2017, aberta em .../.../2017 e homologada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Cestas básicas para provimento de encaminhamentos do Fundo Municipal de Assistência Social., em conformidade com as especificações prescritas no Anexo IV – Termo de Referência Relação de Itens , que passa a fazer parte integrante do Edital.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:

2.1 Os materiais serão entregues em até 24(vinte e quatro) horas da emissão da autorização de fornecimento assinada pelo responsável, respeitando as quantidades de itens da cesta básica e quantidades constantes na Autorização de Fornecimento.

2.2 O fornecimento do objeto do presente processo licitatório deverá ser entregue na sede do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Capão Alto Conforme o prazo estabelecido.

2.3 Fretes e Translados correm por conta do Fornecedor

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

3.1 Os preços certos e ajustados pelas partes conforme proposta da Empresa Registrada, de R\$ .....

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) PAGAMENTO(S)**

4. 1 A Entidade Pública supra citada, efetuará o pagamento do objeto do presente Edital em até 30 dias do seu fornecimento, mediante emissão de nota fiscal ou de serviço. O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

**CLÁUSULA QUINTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

5.1 O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;

5.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;

5.3 Para a concessão da revisão dos preços, a Empresa deverá comunicar a Entidade do Município de Capão Alto a variação dos preços, por escrito, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos emitido(s) pelo (s) fornecedor(es);

5.4 Caso a Entidade já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize o serviço e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

5.5 A Entidade municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos;

5.6 Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pela Entidade Municipal de Capão Alto;

5.7 A Empresa obrigará-se a realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;

5.8 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

**CLAUSULA SEXTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

6.1 A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento deste objeto, correrão à conta da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s), da Lei Orçamentária do Exercício vigente.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu(s) Anexo(s) e da presente Ata de Registro de Preços;

7.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

7.4 Atender fielmente o objeto do edital, em acordo com os itens e condições estabelecidas no instrumento, seus anexos, proposta de preços, bem como normas e procedimentos técnicos e de segurança consagrados e pertinentes ao caso;

7.5 Dispor à época do atendimento ao objeto, de todas as máquinas, instrumentos, equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários e imprescindíveis à sua execução, não podendo invocar a sua falta como justificativa para atraso ou imperfeição;

7.6 Arcar com todos os ônus e despesas decorrentes de consumo, conservação, reparos, avarias e perdas, inclusive custos de reposição e manutenção, máquinas, equipamentos e materiais necessários à execução do objeto;

7.7 Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qual quer ônus adicional ao Órgão Gestor;

7.8 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução do objeto deste Registro de Preços;

7.9 Não subcontratar, no todo ou em parte, ou sob qualquer forma, transferir ou ceder a terceiros a execução do objeto, sem consentimento prévio e expresso do Órgão Gestor, não implicando tal consentimento, se ocorrer, em qualquer vínculo entre esta Administração e eventuais subcontratadas, permanecendo a Empresa Registrada, com total responsabilidade pela subcontratação, inclusive por danos causados a

terceiros;

7.10 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, e ainda por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

7.11 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

7.12 Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.13 Assumir a responsabilidade por qualquer dano causado ao Órgão Gestor, inerentes a execução ineficaz do objeto deste Registro de Preço;

7.14 Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não superior que o original, os materiais ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Órgão Gestor, decorrentes de culpa da Empresa Registrada, inclusive por emprego de mão-de-obra ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança, a qualquer título, responsabilizando-se por danos ou prejuízos causados, ficando obrigada, a corrigir, às suas expensas, defeitos verificados, resultantes da inadequação da execução do objeto da contratação;

7.15 Manter quadro de pessoal suficiente para o fornecimento dos materiais/serviços, objeto deste Edital, sem interrupções, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;

7.16 Dispor de todos os equipamentos e ferramentas necessárias à plena execução do objeto deste edital serviços;

7.17 Permitir ao representante do Órgão Gestor fiscalizar os materiais/serviços, o qual poderá sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as normas e especificações técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;

7.18 Fornecer todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Órgão Gestor sobre os serviços/materiais fornecidos.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR

8.1 Emitir a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

8.2 Encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

8.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;

8.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Edital;

8.5 Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do objeto deste Registro de Preço;

8.6 Prestar informações atinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitadas pela Empresa Registrada;

#### CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A descrição e quantidades constantes no ANEXO IV RELAÇÃO DE ITENS - Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando a Entidade Publica a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;

9.2 A existência de Registro de Preço não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-lhe a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade e de condições;

9.3 Homologado o resultado do certame, o Ente Público do Município de Capão Alto convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas, observados os requisitos de publicidade e economicidade;

9.4 A contratação dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada pelo ente Público do Município de Capão Alto, através de Autorização de fornecimento;

9.5 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o Lote respectivo, ou licitá-lo;

9.6 A Ata de Registro de Preços observará a minuta do anexo deste Edital e firmará compromisso para eventual contratação, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;

9.7 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;

9.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Ente Público do Município de Capão Alto promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

9.9 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Ente Público Município de Capão Alto deverá:

9.9.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

9.9.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

9.10 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de Capão Alto poderá:

9.10.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

9.10.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

9.11 Não havendo êxito nas negociações, o Ente Público do Município de Capão Alto deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO

1012 O(s) serviço(s) / material(s) que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, deverá(ão) ser reexecutados sem atribuição de qualquer ônus ao Órgão Gestor, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo Empresa Registrada, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

11.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

11.3 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, a Entidade Pública se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

13.1 A Entidade Pública do Município de Capão Alto, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

13.2 A Entidade supra citada do Município de Capão Alto não se obriga a contratar o(s) serviço(s) / material(s) cotado(s) por licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO II, podendo até realizar licitação específica para contratação de um ou de mais lotes, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº 10.520/02, Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 7.892/2013 e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

14.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO Fica eleito o foro da Comarca de Campo Belo do Sul, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da Empresa Registrada.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Capão Alto (SC), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
RITA DE CÁSSIA DE CAMPOS  
Secretária Municipal de Assistência Social de Capão Alto

\_\_\_\_\_  
Empresa Registrada

#### TESTEMUNHAS

Nome;  
CPF:

Nome;  
CPF:

### **MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017 - AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA PROVIMENTO DE ENCAMINHAMENTOS DO FUNCO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS)**

Publicação Nº 1428608

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### **AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município de CAPÃO ALTO torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão presencial, do tipo Menor preço, julgamento Por item, cujo processamento se dará na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, demais legislações inerentes e nas condições do edital de numero 02/2017 Somente poderão participar deste certame as empresas interessadas do ramo pertinente ao Objeto Licitado que preencherem as condições de credenciamento e habilitação constantes deste Edital, e que se enquadrem exclusivamente como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) ou Microempreendedor Individual (MEI).

Objeto:  
Registro de Preços para Aquisição de Cestas básicas para provimento de encaminhamentos do Fundo Municipal de Assistência Social.

#### Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 09:30 horas de 05/12/2017, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início às 09:35 horas do mesmo dia.

#### Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de CAPÃO ALTO, sito a Rua João Vieira de Oliveira nº 500, Centro, Município de CAPÃO ALTO de segunda a sexta das hs 8:00 às hs 12:00, fone (49) 3237-2002, ou pelo site [www.capaoalto.sc.gov.br](http://www.capaoalto.sc.gov.br).

Município de CAPÃO ALTO – SC 16/11/2017  
RITA DE CÁSSIA DE CAMPOS  
Secretária De Assistência Social

# Capinzal

## SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/39/2017

Publicação Nº 1428301

Aviso de Licitação  
Pregão Presencial Nº CAO/39/2017  
Processo Licitatório Nº CAO/0411/2017

**OBJETO DA LICITAÇÃO:** Contratação de empresa de engenharia para construção de um reservatório para armazenamento de água potável, em concreto armado, com formato retangular, para armazenamento de aproximadamente 1.000m<sup>3</sup>, muros de contenção e devidas melhorias na área de implantação do reservatório (com fornecimento de ART de execução), compreendendo a prestação dos serviços, bem como, o fornecimento de todos os materiais necessários à execução, observadas as condições estabelecidas no edital de licitação e seus anexos.

**TIPO:** Menor Preço Global

**REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por Preço Unitário

**PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES:** Até às 14:00 horas, do dia 08 de dezembro de 2017.

**LOCAL:** Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal/SC, 17 de novembro de 2017.  
Francieli da Rosa  
Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/40/2017

Publicação Nº 1429177

Aviso de Licitação  
Pregão Presencial Nº CAO/40/2017  
Processo Licitatório Nº CAO/0412/2017

**OBJETO DA LICITAÇÃO:** Aquisição de produtos químicos para atendimento das estações de tratamento de água (ETA) e de tratamento de esgoto (ETE), durante o exercício de 2018.

**TIPO:** Menor Preço Por Item.

**PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES:** Até às 14:00 horas, do dia 29 de novembro de 2017.

**LOCAL:** Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br, francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal/SC, 17 de novembro de 2017.  
Francieli da Rosa  
Pregoeira

### PORTARIA Nº 69/2017/SIMAE-CAO

Publicação Nº 1428458

PORTARIA Nº 069/2017/SIMAE-CAO, de 25 de outubro de 2017.

Designa Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, de servidor(a) que especifica. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 51, da Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012,

**RESOLVE:**

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, os quais constituem a Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, para avaliação do(a) servidor(a) BRUNO VITOR ETGES, Agente Administrativo I, durante seu estágio probatório:

**Titulares:**  
GILBERTO DURIGON;  
JAKSON ISGANZELA e  
FRANCIELI APARECIDA DA ROSA.

**Suplentes:**  
DIONÍSIO ALZIR ROSSET e  
LUCIANO RÉGIS FERREIRA.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO  
Diretor

# Catanduvas

## PREFEITURA

### AVISO DE CREDENCIAMENTO: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0009/2017

Publicação Nº 1429390

#### AVISO DE CREDENCIAMENTO

#### EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0009/2017

Objeto: Credenciamento de fornecedores para aquisição de Merenda Agricultura Familiar por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 16 de novembro de 2017, no endereço <<http://www.catanduvas.sc.gov.br/>> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Prazo limite para Credenciamento: até as 13:00 do dia 18 de dezembro de 2017.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 16 de novembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 7.401, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1429003

#### PORTARIA P/7401/17, de 25.10.2017

“Exonera de Cargo em Comissão,  
FRANCISCO BARBOSA”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 9º, II, combinado com o artigo 40 I, da Lei Complementar nº 19/02,

#### RESOLVE

EXONERAR, no interesse da Administração Pública Municipal, FRANCISCO BARBOSA, das funções do Cargo em Comissão de Assessor Jurídico, Nível CC-02, no Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando a(o) nominada(o) funcionária(o) deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 25 de outubro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7107/17.

**BALANCETE FINANCEIRO - OUTUBRO 2017**

Publicação Nº 1429053

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Outubro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.442.930,33</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.136.830,90</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	227.604,91	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.136.830,90</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	58.637,09	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.425.840,61
RECEITA PATRIMONIAL	33.632,67	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.327,32
RECEITA DE SERVIÇOS	8.190,85	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	449.895,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.064.116,60	INVESTIMENTOS	234.961,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.022,47	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	23.805,73
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	8.225,74		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.500,00		
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>531.215,54</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>643.965,54</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	531.215,54	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	643.965,54
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>5.139.684,33</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>5.375.510,56</b>
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	24.295,74	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	11.380,68
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	251.366,38	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	247.511,42
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.290.447,63	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.641.717,09
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	69.928,30	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	67.928,30
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.503.646,28	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.406.973,07
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>8.172.046,53</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>8.129.569,73</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.891.360,23	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.865.519,12
BANCO C/ MOVIMENTO	261.026,35	BANCO C/ MOVIMENTO	254.623,30
BANCOS C/ VINCULADAS	19.659,95	BANCOS C/ VINCULADAS	9.427,31
<b>TOTAL</b>	<b>16.285.876,73</b>	<b>TOTAL</b>	<b>16.285.876,73</b>

Catanduvas, 16/11/2017

ITAMAR LONGHINI

Contador CRC/SC 021.753/O-1

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

16/11/2017 12:58:05



## RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1429045

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>34.500.000,00</b>	<b>32.715.700,00</b>	<b>5.206.967,89</b>	<b>15,09</b>	<b>26.687.588,49</b>	<b>7.812.411,51</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	32.715.700,00	32.715.700,00	5.034.346,31	15,39	26.239.097,94	6.476.602,06
IMPOSTOS	4.513.800,00	4.513.800,00	645.208,14	14,29	3.226.841,01	1.286.958,99
TAXAS	3.665.000,00	3.665.000,00	572.752,27	15,63	2.598.544,65	1.066.455,35
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	778.800,00	778.800,00	42.170,14	5,41	484.995,52	293.804,48
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	70.000,00	70.000,00	30.285,73	43,27	143.300,84	-73.300,84
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	585.000,00	585.000,00	117.240,20	20,04	578.568,47	6.431,53
RECEITA PATRIMONIAL	585.000,00	585.000,00	117.240,20	20,04	578.568,47	6.431,53
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	361.200,00	361.200,00	76.744,93	21,25	447.277,68	-86.077,68
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	30.000,00	30.000,00	1.807,57	6,03	7.586,50	22.413,50
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	331.200,00	331.200,00	74.937,36	22,63	434.856,18	-103.656,18
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	4.835,00	-4.835,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	112.000,00	112.000,00	24.484,06	21,86	53.086,14	58.913,86
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	26.474.500,00	26.474.500,00	4.085.875,76	15,43	21.595.144,19	4.879.355,81
TRANSF. DE CONV.	26.143.000,00	26.143.000,00	3.990.267,18	15,26	21.018.163,12	5.124.836,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	331.500,00	331.500,00	95.608,58	28,84	576.981,07	-245.481,07
MULTAS E JUROS DE MORA	668.200,00	668.200,00	84.793,22	12,69	338.180,45	330.019,55
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	290.800,00	290.800,00	15.514,24	5,34	65.174,42	225.625,58
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	25.000,00	25.000,00	6.271,92	25,09	33.466,48	-8.466,48
RECEITAS DIVERSAS	300.000,00	300.000,00	63.006,46	21,00	237.963,04	62.036,96
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>52.400,00</b>	<b>52.400,00</b>	<b>0,60</b>	<b>0,00</b>	<b>1.576,51</b>	<b>50.823,49</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<b>1.784.300,00</b>	<b>1.784.300,00</b>	<b>172.621,58</b>	<b>9,67</b>	<b>448.490,55</b>	<b>1.335.809,45</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	99.891,68	140.108,32
ALIENAÇÃO DE BENS	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	99.891,68	140.108,32
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	10.767,00	59.233,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	68.500,00	68.500,00	0,00	0,00	10.767,00	57.733,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	17.777,54	0,00	82.567,83	-82.567,83
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.474.300,00	1.474.300,00	154.844,04	10,50	255.264,04	1.219.035,96
	1.474.300,00	1.474.300,00	154.844,04	10,50	255.264,04	1.219.035,96

Continua 1/3

16/11/2017 09:30:53

Continuação 2/3

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.500.000,00	34.500.000,00	5.206.967,89	15,09	26.687.588,49	77,36	7.812.411,51
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>34.500.000,00</b>	<b>34.500.000,00</b>	<b>5.206.967,89</b>	<b>15,09</b>	<b>26.687.588,49</b>	<b>77,36</b>	<b>7.812.411,51</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>34.500.000,00</b>	<b>34.500.000,00</b>	<b>5.206.967,89</b>	<b>15,09</b>	<b>26.687.588,49</b>	<b>77,36</b>	<b>7.812.411,51</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>34.500.000,00</b>	<b>34.500.000,00</b>	<b>5.206.967,89</b>	<b>15,09</b>	<b>26.687.588,49</b>	<b>77,36</b>	<b>7.812.411,51</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	2.884.535,71	—	—	1.070.101,72	—	—
Superávit Financeiro	—	2.884.535,71	—	—	1.070.101,72	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>34.500.000,00</b>	<b>39.126.259,61</b>	<b>4.345.339,48</b>	<b>25.284.381,34</b>	<b>13.841.878,27</b>	<b>4.722.784,63</b>	<b>23.178.821,07</b>	<b>15.947.438,54</b>	<b>22.817.314,96</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>29.541.200,00</b>	<b>31.119.347,77</b>	<b>3.902.965,57</b>	<b>23.765.056,37</b>	<b>7.354.291,40</b>	<b>4.477.533,72</b>	<b>21.926.371,01</b>	<b>9.192.976,76</b>	<b>21.567.952,40</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.183.000,00	17.071.759,70	2.731.669,23	13.105.875,22	3.965.884,48	2.731.669,23	13.105.875,22	3.965.884,48	12.934.160,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	127.000,00	4.921,43	92.008,89	34.991,11	4.921,43	92.008,89	34.991,11	92.008,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.258.200,00	13.920.588,07	1.166.374,91	10.567.172,26	3.353.415,81	1.740.943,06	8.728.486,90	5.192.101,17	8.541.783,14

Continuação 2/3

16/11/2017 09:30:53

Continuação 3/3

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>34.500.000,00</b>	<b>39.126.259,61</b>	<b>4.345.339,48</b>	<b>25.284.381,34</b>	<b>13.841.878,27</b>	<b>4.722.784,63</b>	<b>23.178.821,07</b>	<b>15.947.438,54</b>	<b>22.817.314,96</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.928.800,00</b>	<b>7.976.911,84</b>	<b>442.373,91</b>	<b>1.519.324,97</b>	<b>6.457.586,87</b>	<b>245.250,91</b>	<b>1.252.450,06</b>	<b>6.724.461,78</b>	<b>1.249.362,56</b>
INVESTIMENTOS	4.348.800,00	6.856.911,84	394.767,90	1.386.173,77	5.470.738,07	197.644,90	1.119.298,86	5.737.612,98	1.116.211,36
INVERSOES FINANCEIRAS	200.000,00	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	380.000,00	220.000,00	47.606,01	133.151,20	86.848,80	47.606,01	133.151,20	86.848,80	133.151,20
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>30.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>34.500.000,00</b>	<b>39.126.259,61</b>	<b>4.345.339,48</b>	<b>25.284.381,34</b>	<b>13.841.878,27</b>	<b>4.722.784,63</b>	<b>23.178.821,07</b>	<b>15.947.438,54</b>	<b>22.817.314,96</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>34.500.000,00</b>	<b>39.126.259,61</b>	<b>4.345.339,48</b>	<b>25.284.381,34</b>	<b>13.841.878,27</b>	<b>4.722.784,63</b>	<b>23.178.821,07</b>	<b>15.947.438,54</b>	<b>22.817.314,96</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.403.207,15</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3.508.767,42</b>	<b>—</b>	<b>3.870.273,53</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>34.500.000,00</b>	<b>39.126.259,61</b>	<b>4.345.339,48</b>	<b>26.687.588,49</b>	<b>—</b>	<b>4.722.784,63</b>	<b>26.687.588,49</b>	<b>—</b>	<b>26.687.588,49</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

FONTE:

16/11/2017 09:30:53

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)			% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)</b>	34.500.000,00	39.126.259,61	4.345.339,48	25.284.381,34	100,00	4.722.784,63	23.178.821,07	100,00
Legislativa	1.353.000,00	1.353.000,00	81.318,17	719.300,62	2,84	79.936,24	714.827,22	3,08
Ação Legislativa	1.353.000,00	1.353.000,00	81.318,17	719.300,62	2,84	79.936,24	714.827,22	3,08
Administração	3.978.000,00	5.076.374,41	443.886,49	3.461.811,21	13,69	563.514,87	3.218.088,89	13,88
Administração Geral	3.620.000,00	4.718.374,41	412.713,19	3.274.492,51	12,95	524.484,21	3.088.527,70	13,32
Defesa Civil	358.000,00	358.000,00	31.173,30	187.318,70	0,74	39.030,66	129.581,19	0,56
Segurança Pública	195.000,00	254.014,00	3.352,56	57.991,71	0,23	4.113,24	45.112,19	0,19
Policimento	170.000,00	229.014,00	3.482,76	57.847,71	0,23	4.113,24	44.768,19	0,19
Defesa Civil	25.000,00	25.000,00	-130,20	344,00	0,00	0,00	344,00	0,00
Assistência Social	1.735.000,00	1.785.000,00	159.745,78	1.324.747,88	5,24	249.004,55	1.177.038,75	5,08
Assistência ao Idoso	144.000,00	144.000,00	549,78	44.499,38	0,18	4.470,53	37.090,90	0,16
Assistência à Criança e ao Adolescente	35.000,00	35.000,00	0,00	7.449,82	0,03	1.492,65	6.841,99	0,03
Assistência Comunitária	1.556.000,00	1.606.000,00	159.196,00	1.272.798,68	5,03	243.041,37	1.133.105,86	4,89
Saúde	7.510.000,00	8.254.687,59	1.119.653,85	6.452.021,82	25,52	1.400.341,50	6.049.293,82	26,10
Atenção Básica	7.450.000,00	8.180.687,59	1.082.042,04	6.412.023,93	25,36	1.363.464,54	6.010.030,68	25,93
Vigilância Sanitária	60.000,00	74.000,00	37.611,81	39.997,89	0,16	36.877,06	39.263,14	0,17
Trabalho	175.000,00	586.750,00	3.780,00	35.700,00	0,14	3.780,00	35.700,00	0,15
Fomento ao Trabalho	175.000,00	586.750,00	3.780,00	35.700,00	0,14	3.780,00	35.700,00	0,15
Educação	10.257.800,00	10.929.029,81	1.523.026,67	7.376.089,90	29,17	1.585.580,22	7.164.853,09	30,91
Alimentação e Nutrição	333.000,00	333.028,62	70.104,37	268.082,32	1,06	57.356,97	233.356,59	1,01
Ensino Fundamental	6.754.800,00	7.326.001,19	852.792,19	4.423.206,35	17,49	906.880,15	4.302.245,21	18,56
Ensino Superior	340.000,00	440.000,00	95.206,65	412.104,80	1,63	97.598,65	411.736,80	1,78
Educação Infantil	2.810.000,00	2.810.000,00	504.923,46	2.272.496,43	8,99	523.744,45	2.217.314,49	9,57
Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	20.000,00	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00
Cultura	515.000,00	225.000,00	24.143,33	142.269,94	0,56	36.425,47	119.057,82	0,51
Difusão Cultural	470.000,00	200.000,00	24.143,33	128.169,94	0,51	34.461,97	108.393,57	0,47
Telecomunicações	45.000,00	25.000,00	0,00	14.100,00	0,06	1.963,50	10.664,25	0,05
Urbanismo	1.395.000,00	1.505.738,86	124.252,73	829.556,25	3,28	143.388,67	738.193,87	3,18
Infra-Estrutura Urbana	710.000,00	860.738,86	24.099,80	272.658,36	1,08	26.569,80	272.658,36	1,18
Serviços Urbanos	685.000,00	645.000,00	100.152,93	556.897,89	2,20	116.818,87	465.535,51	2,01
Habituação	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	760.000,00	966.000,00	203.560,96	531.088,64	2,10	41.590,96	369.118,64	1,59
Defesa Civil	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

16/11/2017 09:31:57

Continuação 2/2

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.500.000,00	39.126.259,61	4.345.339,48	25.284.381,34	100,00	4.722.784,63	23.178.821,07	15.947.438,54
Saneamento	760.000,00	966.000,00	203.560,96	531.088,64	2,10	41.590,96	369.118,64	596.881,36
Saneamento Básico Urbano	750.000,00	956.000,00	203.560,96	531.088,64	2,10	41.590,96	369.118,64	586.881,36
Gestão Ambiental	145.000,00	145.000,00	0,00	15.579,45	0,06	0,00	15.579,45	129.420,55
Preservação e Conservação Ambiental	90.000,00	90.000,00	0,00	14.615,15	0,06	0,00	14.615,15	75.384,85
Controle Ambiental	55.000,00	55.000,00	0,00	964,30	0,00	0,00	964,30	54.035,70
Agricultura	907.000,00	852.000,00	40.939,42	274.195,42	1,08	42.735,37	210.221,59	641.778,41
Extensão Rural	907.000,00	852.000,00	40.939,42	274.195,42	1,08	42.735,37	210.221,59	641.778,41
Transporte	3.389.336,00	5.043.710,00	490.961,83	2.791.506,30	11,04	399.146,93	2.172.409,92	2.871.300,08
Transporte Rodoviário	3.389.336,00	5.043.710,00	490.961,83	2.791.506,30	11,04	399.146,93	2.172.409,92	2.871.300,08
Desporto e Lazer	320.000,00	418.090,94	19.941,70	263.438,13	1,04	29.401,79	244.382,27	173.708,67
Desporto Comunitário	320.000,00	418.090,94	19.941,70	263.438,13	1,04	29.401,79	244.382,27	173.708,67
Encargos Especiais	1.384.864,00	1.251.864,00	106.775,99	1.009.084,07	3,99	143.824,72	904.943,55	346.920,45
Administração Geral	1.184.864,00	934.864,00	54.248,55	783.923,98	3,10	91.297,28	679.783,46	255.080,54
Serviço da Dívida Interna	200.000,00	317.000,00	52.527,44	225.160,09	0,89	52.527,44	225.160,09	91.839,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>34.500.000,00</b>	<b>39.126.259,61</b>	<b>4.345.339,48</b>	<b>25.284.381,34</b>	<b>100,00</b>	<b>4.722.784,63</b>	<b>23.178.821,07</b>	<b>15.947.438,54</b>

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

16/11/2017 09:31:57

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

PREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017	
		Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)		3.155.454,74	3.419.313,98	3.176.625,47	2.833.289,75	2.719.220,04	2.842.945,31	3.502.417,90	2.839.004,16	3.041.486,75	2.817.282,51	2.835.288,93	2.789.445,73	36.355.203,27	37.138.450,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		200.817,87	433.167,93	142.972,80	145.999,70	163.949,60	291.967,98	1.164.414,39	222.429,66	233.493,94	197.042,90	417.603,23	227.804,91	3.960.046,63	4.513.800,00
IPTU		12.007,29	9.734,43	0,00	0,00	0,00	418,65	807.780,18	54.371,81	52.362,15	35.585,17	19.119,16	12.298,19	1.003.638,03	1.400.000,00
I.R.F.		56.642,33	245.520,67	2.340,72	40.003,47	3.717,54	59.642,63	108.263,90	2.082,08	2.048,12	2.067,35	252.189,28	53.332,60	836.850,29	545.000,00
I.S.S.		70.882,78	109.148,22	102.220,39	65.452,45	87.455,93	98.255,64	77.599,23	109.842,85	78.324,74	81.980,05	78.833,88	113.448,96	1.073.453,92	1.400.000,00
I.T.E.I.		29.670,79	27.146,48	12.059,00	6.825,80	27.078,70	17.228,60	9.300,00	15.916,06	36.230,07	29.418,10	31.036,80	12.555,60	254.515,00	320.000,00
Outras Receitas Tributárias		31.604,68	41.836,15	28.353,69	33.777,98	65.042,43	117.441,46	161.451,48	40.213,86	64.477,86	47.594,13	36.445,31	36.010,56	702.389,59	848.800,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		55.297,08	56.448,63	59.015,21	56.997,28	50.828,49	66.124,47	55.394,58	57.180,57	57.463,88	58.363,79	58.603,11	58.337,09	690.314,18	585.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		39.233,31	44.228,93	50.465,61	35.597,57	55.354,65	43.106,47	48.526,83	44.227,35	46.920,12	45.353,95	43.112,26	33.632,67	530.739,92	361.200,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		1.551,73	6.824,91	0,00	1.020,05	10.092,88	4.185,40	6.887,04	4.138,46	843,91	1.624,33	16.283,21	8.190,85	61.482,78	112.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.816.551,95	2.661.021,88	2.882.935,32	2.582.014,75	2.368.908,86	2.413.387,18	2.489.254,34	2.483.271,93	2.654.988,93	2.475.441,38	2.354.916,37	2.401.357,74	30.614.060,63	30.917.250,00
Cota-Parte do FPM		1.116.651,97	836.322,41	1.282.902,81	853.315,51	597.310,58	719.657,69	816.327,45	752.421,84	971.482,44	689.052,62	553.382,21	627.139,99	9.500.000,00	9.500.000,00
Cota-Parte do ICMS		866.520,42	953.673,32	937.489,57	832.188,91	872.727,39	908.009,99	828.546,68	876.027,86	881.408,76	887.824,78	971.701,10	916.877,63	10.713.050,41	10.000.000,00
Cota-Parte do IPVA		82.125,95	42.842,46	51.669,55	72.595,24	145.480,91	112.162,92	135.971,96	117.423,80	126.761,09	127.524,46	121.625,26	106.444,94	1.500.000,00	1.500.000,00
Cota-Parte do ITR		691,45	581,28	591,42	82,77	38,60	0,00	159,35	95,94	64,8	59,17	2.754,90	15.916,46	2.500,00	2.500,00
Outras Transferências Correntes		316.291,58	381.694,68	138.009,26	306.402,99	356.474,97	234.753,11	284.050,51	294.559,15	283.686,33	375.746,55	255.142,74	282.475,79	3.134.500,00	3.134.500,00
Transferências de LC 61/1999		13.210,14	14.054,32	11.773,44	12.946,09	10.173,35	12.393,37	11.525,16	11.208,47	13.047,19	12.305,43	13.143,64	16.387,57	152.334,17	143.750,00
Transferências de LC 87/1996		3.376,06	3.376,06	3.189,08	3.189,08	3.189,08	3.189,08	3.189,08	3.189,08	3.189,08	3.189,08	3.189,08	3.189,08	38.642,32	67.500,00
Transferências do FUNDEB		415.714,38	428.677,35	457.230,19	401.303,16	413.513,98	423.205,02	408.591,15	428.345,79	395.424,56	409.739,29	433.976,44	422.726,28	5.038.487,59	5.589.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		42.002,80	217.601,68	44.240,33	11.740,39	20.740,55	24.143,81	37.140,72	28.159,19	47.775,97	39.446,36	44.770,75	40.022,47	597.794,93	668.200,00
DEDUÇÕES (II)		416.919,55	370.144,61	452.899,38	374.881,57	325.783,79	351.085,62	356.144,32	352.073,39	317.105,31	337.590,88	333.157,21	337.241,14	4.328.406,77	4.442.750,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		416.919,55	370.144,61	452.899,38	374.881,57	325.783,79	351.085,62	356.144,32	352.073,39	317.105,31	337.590,88	333.157,21	337.241,14	4.328.406,77	4.442.750,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.738.535,19	3.049.169,37	2.726.730,09	2.458.408,18	2.393.436,25	2.491.859,69	3.443.273,58	2.487.330,77	2.724.391,44	2.479.291,63	2.602.141,72	2.452.204,59	32.026.802,50	32.715.700,00
FONTE															

16/11/2017 09:34:51

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

## PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>				
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 1/3

16/11/2017 09:37:41

Continuação 2/3

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
AORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	0,00

Continua 2/3

16/11/2017 09:37:41

Continuação 3/3

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FONTE:

16/11/2017 09:37:41

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.259.325,51	1.273.672,00	1.226.065,99
DEDUÇÕES (II)	5.035.599,88	8.558.645,36	8.841.052,03
Disponibilidade de Caixa	5.018.932,03	7.828.129,35	8.125.536,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.042.040,18	7.832.162,19	8.129.569,73
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	23.108,15	4.032,84	4.032,84
Demais Haveres Financeiros	16.667,85	730.516,01	715.515,14
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	700.386,97	659.286,22	656.124,65
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-700.386,97</b>	<b>-659.286,22</b>	<b>-656.124,65</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2017 (Vlc - Vla)
VALOR	3.161,57	44.262,32

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

16/11/2017 09:39:22

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	32.384.500,00	25.804.241,76	23.403.044,13
Receita Tributária	4.513.800,00	3.226.841,01	2.845.247,42
I.P.T.U.	1.400.000,00	981.896,31	873.462,96
I.S.S.	1.400.000,00	893.412,92	937.118,18
I.T.B.I.	320.000,00	197.695,73	226.297,82
I.R.R.F.	545.000,00	525.539,69	384.619,67
Outras Receitas Tributárias	848.800,00	628.296,36	423.748,79
Receita de Contribuição	585.000,00	578.568,47	585.333,89
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	585.000,00	578.568,47	585.333,89
Receita Patrimonial Líquida	30.000,00	12.421,50	17.176,59
Receita Patrimonial	361.200,00	447.277,68	392.261,83
(-) Aplicações Financeiras	331.200,00	434.856,18	375.085,24
Transferências Correntes	26.474.500,00	21.595.144,19	19.423.486,98
F.P.M.	7.600.000,00	6.429.103,62	5.193.125,77
I.P.V.A	1.200.000,00	894.121,51	909.829,44
I.C.M.S.	8.800.000,00	7.114.276,20	6.667.927,45
Convênios	331.500,00	576.981,07	460.026,97
Outras Transferências Correntes	8.543.000,00	6.580.661,79	6.192.577,35
Demais Receitas Correntes	781.200,00	391.266,59	531.799,25
Divida Ativa	300.000,00	237.963,04	247.703,68
Diversas Receitas Correntes	481.200,00	153.303,55	284.095,57
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.784.300,00	448.490,55	973.130,20
Operações de Crédito (III)	240.000,00	99.891,68	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	82.567,83	29.348,30
Alienação de Ativos (V)	70.000,00	10.767,00	24.302,00
Transferências de Capital	1.474.300,00	255.264,04	919.479,90
Convênios	1.474.300,00	255.264,04	919.479,90
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.474.300,00	255.264,04	919.479,90
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	33.858.800,00	26.059.505,80	24.322.524,03

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	31.119.347,77	23.765.056,37	22.085.516,36	21.926.371,01	21.394.227,27
Pessoal e Encargos Sociais	17.071.759,70	13.105.875,22	12.378.978,16	13.105.875,22	12.371.563,94
Juros e Encargos da Dívida (IX)	127.000,00	92.008,89	72.702,34	92.008,89	72.702,34
Outras Despesas Correntes	13.920.588,07	10.567.172,26	9.633.835,86	8.728.486,90	8.949.960,99
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	30.992.347,77	23.673.047,48	22.012.814,02	21.834.362,12	21.321.524,93
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	7.976.911,84	1.519.324,97	2.163.216,19	1.252.450,06	2.122.453,06
Investimentos	6.856.911,84	1.386.173,77	2.118.711,00	1.119.298,86	2.077.947,87
Inversões Financeiras	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	220.000,00	133.151,20	44.505,19	133.151,20	44.505,19
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	7.756.911,84	1.386.173,77	2.118.711,00	1.119.298,86	2.077.947,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	30.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII) = (X + XV + XVI + XVI)	38.779.259,61	25.059.221,25	24.131.525,02	22.953.660,98	23.399.472,80

16/11/2017 10:21:24

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.920.459,61	1.000.284,55	190.999,01	3.105.844,82	923.051,23
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.184.402,04	-	1.070.101,72	0,00
Superávit Financeiro	-	1.184.402,04	-	1.070.101,72	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00

16/11/2017 10:21:24



MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	3.962.000,00	3.962.000,00	2.874.415,10	72,55
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.650.000,00	1.650.000,00	1.178.127,84	71,40
1.1.1- IPTU	1.400.000,00	1.400.000,00	1.041.120,47	74,37
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	250.000,00	250.000,00	137.007,37	54,80
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	320.000,00	320.000,00	197.695,73	61,78
1.2.1- ITBI	320.000,00	320.000,00	197.695,73	61,78
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.447.000,00	1.447.000,00	973.051,84	67,25
1.3.1- ISS	1.400.000,00	1.400.000,00	893.639,56	63,83
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	47.000,00	47.000,00	79.412,28	168,96
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	545.000,00	545.000,00	525.539,69	96,43
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	22.213.750,00	22.213.750,00	18.120.176,54	81,57
2.1- Cota-Parte FPM	9.500.000,00	9.500.000,00	7.933.003,14	83,51
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.500.000,00	9.500.000,00	7.519.507,90	79,15
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	23.116,76	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	390.378,48	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.000.000,00	11.000.000,00	8.892.856,67	80,84
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	67.500,00	67.500,00	31.890,80	47,25
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	143.750,00	143.750,00	125.069,71	87,01
2.5- Cota-Parte ITR	2.500,00	2.500,00	19.705,09	788,20
2.6- Cota-Parte IPVA	1.500.000,00	1.500.000,00	1.117.651,13	74,51
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>26.175.750,00</b>	<b>26.175.750,00</b>	<b>20.994.591,64</b>	<b>80,21</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	-	208.000,00	130.367,44	62,68
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	153.000,00	153.000,00	99.321,60	64,92
5.4- Transferências Diretas - PNATE	50.000,00	50.000,00	31.045,84	62,09
5.5- Outras Transferências do FNDE	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	230.000,00	230.000,00	233.516,01	101,53
6.1- Transferências de Convênios	230.000,00	230.000,00	233.516,01	101,53
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	730.000,00	730.000,00	522.570,36	71,58
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.288.000,00</b>	<b>1.288.000,00</b>	<b>886.453,81</b>	<b>68,82</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.442.750,00	4.442.750,00	3.541.342,61	79,71
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.900.000,00	1.900.000,00	1.503.899,52	79,15
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.200.000,00	2.200.000,00	1.778.580,47	80,84
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	13.500,00	13.500,00	6.378,10	47,25
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	28.750,00	28.750,00	25.013,96	87,01
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	500,00	500,00	3.940,96	788,19
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	300.000,00	300.000,00	223.529,62	74,51
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	5.569.000,00	5.569.000,00	4.194.105,86	75,31
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.569.000,00	5.569.000,00	4.194.105,86	75,31
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>1.126.250,00</b>	<b>1.126.250,00</b>	<b>652.763,25</b>	<b>57,96</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

16/11/2017 10:28:10

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.530.000,00	5.498.759,70	4.053.212,64	73,71	4.053.212,64	73,71
13.1- Com Educação Infantil	2.370.000,00	2.330.000,00	1.882.800,30	80,81	1.882.800,30	80,81
13.2- Com Ensino Fundamental	3.160.000,00	3.168.759,70	2.170.412,34	68,49	2.170.412,34	68,49
14- OUTRAS DESPESAS	85.000,00	165.000,00	73.108,59	44,31	73.108,59	44,31
14.1- Com Educação Infantil	65.000,00	105.000,00	53.108,59	50,58	53.108,59	50,58
14.2- Com Ensino Fundamental	20.000,00	60.000,00	20.000,00	33,33	20.000,00	33,33
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.615.000,00	5.663.759,70	4.126.321,23	72,85	4.126.321,23	72,85
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						4.126.321,23
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						96,64
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						1,74
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						1,62
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.795.000,00	2.795.000,00	2.272.496,43	81,31	2.217.314,49	79,33
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	5.265.000,00	5.413.759,70	3.979.674,98	73,51	3.858.836,44	71,28
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.180.000,00	3.228.759,70	2.190.412,34	67,84	2.190.412,34	67,84
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.085.000,00	2.185.000,00	1.789.262,64	81,89	1.668.424,10	76,36
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	8.060.000,00	8.208.759,70	6.252.171,41	76,16	6.076.150,93	74,02
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						652.763,25
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						-
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						652.763,25
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						5.423.387,68
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						25,83
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	500.000,00	481.941,81	122.157,25	25,35	122.044,25	25,32
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	899.800,00	1.340.328,30	321.574,12	23,99	321.564,52	23,99
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	1.519.800,00	1.942.270,11	443.731,37	22,85	443.608,77	22,84
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	9.579.800,00	10.151.029,81	6.695.902,78	65,96	6.519.759,70	64,23
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00		
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00		0,00		

16/11/2017 10:28:10

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
<b>CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>		
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.194.105,86	0,00
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	4.194.105,86	0,00
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	4.194.105,86	0,00

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

16/11/2017 10:28:10



Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)</b>	<b>240.000,00</b>	<b>99.891,68</b>			<b>140.108,32</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	7.976.911,84	1.519.324,97	1.252.450,06	0,00	6.457.586,87
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>7.976.911,84</b>	<b>1.519.324,97</b>	<b>1.252.450,06</b>	<b>0,00</b>	<b>6.457.586,87</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-7.736.911,84</b>	<b>-1.419.433,29</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-6.317.478,55</b>

FONTE:

16/11/2017 10:31:52

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

16/11/2017 10:32:22

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=( "d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 28/02/2017 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

16/11/2017 10:32:22

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/MÊS OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)					SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	70.000,00	10.767,00					59.233,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.500,00	0,00					1.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	68.500,00	10.767,00					57.733,00

  

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	70.000,00	20.230,66	20.230,66	20.230,66	0,00	0,00	49.769,34
Despesas de Capital	70.000,00	20.230,66	20.230,66	20.230,66	0,00	0,00	49.769,34
Investimentos	70.000,00	20.230,66	20.230,66	20.230,66	0,00	0,00	49.769,34

  

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (II - (III + IIg))					SALDO ATUAL (k) = (III + IIj)
Valor(III)	0,00	-9.463,66					-9.463,66

FONTE:

16/11/2017 10:34:43

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
					Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				3.962.000,00	2.814.964,30	71,05		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				1.400.000,00	981.886,31	70,14		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				320.000,00	197.695,73	61,78		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				1.400.000,00	893.412,92	63,82		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF				545.000,00	525.539,69	96,43		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				40.000,00	15.704,91	39,26		
Dívida Ativa dos Impostos				220.000,00	193.792,94	88,09		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				37.000,00	6.921,80	18,71		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				22.213.750,00	17.706.681,30	79,71		
Cota-Parte FPM				9.500.000,00	7.519.507,90	79,15		
Cota-Parte ITR				2.500,00	19.705,09	788,20		
Cota-Parte IPVA				1.500.000,00	1.117.651,13	74,51		
Cota-Parte ICMS				11.000.000,00	8.892.856,67	80,84		
Cota-Parte IPI-Exportação				143.750,00	125.069,71	87,01		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				67.500,00	31.890,80	47,25		
Desoneração ICMS (LC 87/96)				67.500,00	31.890,80	47,25		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				26.175.750,00	20.521.645,60	78,40		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
					Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				297.000,00	216.419,65	72,87		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				297.000,00	216.419,65	72,87		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
					Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES			7.200.000,00	7.598.405,55	6.159.308,43	81,06	5.758.580,43	75,79
Pessoal e Encargos Sociais			4.305.000,00	4.305.000,00	3.602.734,43	83,69	3.602.734,43	83,69
Outras Despesas Correntes			2.895.000,00	3.293.405,55	2.556.574,00	77,63	2.155.846,00	65,46
DESPESAS DE CAPITAL			310.000,00	656.282,04	292.713,39	44,60	290.713,39	44,30
Investimentos			310.000,00	656.282,04	292.713,39	44,60	290.713,39	44,30

Continua 1/4

16/11/2017 10:35:22

Continuação 2/4

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	310.000,00	666.282,04	292.713,39	44,60	290.713,39	44,30
	310.000,00	666.282,04	292.713,39	44,60	290.713,39	44,30
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	7.510.000,00	8.254.687,59	6.452.021,82	78,16	6.049.293,82	73,28
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/f)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/f)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.775.000,00	2.305.843,55	1.481.096,37	22,96	1.361.778,72	22,51
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.755.000,00	2.285.843,55	1.480.217,77	22,94	1.360.900,12	22,50
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	20.000,00	20.000,00	878,60	0,01	878,60	0,01
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	1.775.000,00	2.305.843,55	1.481.096,37	22,96	1.361.778,72	22,51
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	5.735.000,00	5.948.844,04	4.970.925,45	77,04	4.687.515,10	77,49
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%<sup>4 e 5</sup></b>						22,84
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]<sup>6</sup></b>						1.609.268,26

Continua 2/4

16/11/2017 10:35:22

Continuação 3/4

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
	0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total ly)*100	
					Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
Atenção Básica	7.450.000,00	8.180.687,59	6.412.023,93	99,38	6.010.030,68
Vigilância Sanitária	60.000,00	74.000,00	39.997,89	0,62	39.263,14
<b>TOTAL</b>	<b>7.510.000,00</b>	<b>8.254.687,59</b>	<b>6.452.021,82</b>	<b>100,00</b>	<b>6.049.293,82</b>

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total l".

4 Limite atual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(l+h)] - (15 \times IIIb)/100$ 

Continua 3/4

16/11/2017 10:35:22

Continuação 4/4

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

16/11/2017 10:35:22

Município de Catanduvas - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Catanduvas, 16/11/2017

16/11/2017 10:36:01

Município de Catanduvas - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial		34.500.000,00		
Previsão Atualizada		34.500.000,00		
Receitas Realizadas		26.687.588,49		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.070.101,72		
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial		34.500.000,00		
Créditos Adicionais		4.626.259,61		
Dotação Atualizada		39.126.259,61		
Despesas Empenhadas		25.284.381,34		
Despesas Liquidadas		23.178.821,07		
Despesas pagas		22.817.314,96		
Superavit Orçamentário		3.508.767,42		
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Despesas Empenhadas		25.284.381,34		
Despesas Liquidadas		23.178.821,07		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Receita Corrente Líquida		32.026.802,50		
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>	<b>% em Relação à Meta (b/a)</b>
Resultado Nominal		0,00	44.262,32	0,00
Resultado Primário		0,00	3.105.844,82	0,00
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>	<b>Pagamento até o Bimestre</b>	<b>Saldo a Pagar</b>
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	23.108,15	0,00	19.075,31	4.032,84
EXECUTIVO	23.108,15	0,00	19.075,31	4.032,84
<b>TOTAL:</b>	<b>23.108,15</b>	<b>0,00</b>	<b>19.075,31</b>	<b>4.032,84</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>	
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>% Aplicado até o Bimestre</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		5.423.387,68	25%	25,83
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.053.212,64	60%	96,64
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>	
Receitas de Operações de Crédito		99.891,68	140.108,32	
Despesa de Capital Líquida		1.252.450,06	6.724.461,78	

Continua 1/2

16/11/2017 12:54:45

Município de Catanduvas - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			10.767,00	59.233,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			20.230,66	49.769,34
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	4.687.515,10	15,00	22,84	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

16/11/2017 12:54:45

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### TERMO DE REFERÊNCIA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 030-2017 PCS

Publicação Nº 1428447

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2017 PCS

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2017 PCS

O Município de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, e a empresa ART'S TROFÉUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.284.629/0001-52, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Carlos Volni da Silva Junior, portador do CPF nº 060.752.809-52, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 030/2017 PCS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de troféus para festividades relacionadas à 11ª Festa Estadual da Melancia do Município de Caxambu do Sul, conforme especificações constantes no Anexo "A" do Processo licitatório nº 068/2017 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 030/2017 PCS.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição do Item	Valor em R\$
01	105,00	Unid.	TROFEU DE 20CM DE ALTURA, PRODUZIDO COM BASES EM MDF, COM RESINA DE TEXTURIZAÇÃO ACRÍLICA E PIGMENTADA, COM APLICAÇÃO ARTESANAL NAS BORDAS DE FORMA A PROPORCIONAR EFEITO DIFERENCIADO A CADA PEÇA, COM APLICAÇÃO DE CAMADAS DE PRIMER P.U. ESPECIAL, PINTADO COM TINTA AUTO BRILHO, COM PEÇAS DA SUSTENTAÇÃO EM RESINA FEITAS EM USINAGEM COM FRISO E ENCAIXE NA SOBREPOSIÇÃO DAS PEÇAS, COM ACABAMENTO FEITO PEÇA A PEÇA EM PÓ METÁLICO EXTRA FINO DILUÍDO, COM IMPRESSOS EM PAPEL DE 0,5MM, ADESIVO COM IMPRESSÃO E CURTE DIGITAL DE ALTO DESEMPENHO. PARA PREMIAÇÃO DO 1º (PRIMEIRO) AO 5º (QUINTO) COLOCADO EM VÁRIAS CATEGORIAS A SEREM DEFINIDAS PELA ORGANIZAÇÃO.	25,00
02	03,00	Unid.	TROFEU EM MDF ACRÍLICO, COM BASE DUPLA DE 3CM DE ALTURA COM 18CM DE LARGURA e 20CM DE ALTURA, ACIMA DOIS PINOS CROMADOS, FIXANDO ACRÍLICO 3MM COM ADESIVO 3 CAMADAS, COM A DESCRIÇÃO DO EVENTO.	58,50

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 030/2017 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 16 de novembro de 2017.

ART'S TROFÉUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA  
Carlos Volni da Silva Junior

GLAUBER BURTET,  
Prefeito Municipal.

# Chapecó

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 34.817, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1429082

DECRETO Nº. 34.817, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 32.929, de 18 de julho de 2016, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CM-DCA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. O item 2 da alínea "c" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº. 32.694, de 30 de maio de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....:

I - ....:

c) ....:

2 - Suplente - Luciana Lora."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 30 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº. 34.836, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1429083

DECRETO Nº. 34.836, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Cria Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária municipal - GEMAT dispõe sobre suas atribuições e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal - GEMAT, com a finalidade de coordenar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades normativa, organizacional, operacional e tecnológica da Administração Tributária Municipal, sendo constituído pelos seguintes membros:

I – DIEGO FERRAZ - Diretor Geral de Modernização Administrativa;

II – MARCOS ALBERTO GIOVANONI – Diretor Geral de Gestão Administrativa;

III – EDER LUIZ WERLANG – Diretor de Tributos Mobiliários;

IV – SINVAL RICARDO DA ROCHA - Auxiliar Técnico de Administração;

V – SONIA TERESA DOS SANTOS – Fiscal de Obras e Posturas I;

Art. 2º - O Grupo Especial de Trabalho, como responsável pela coordenação das ações modernizadoras da área de Administração Tributária, terá as seguintes atribuições específicas:

I – identificar e selecionar os principais problemas, e suas causas, existentes na Administração Tributária do município e que vêm

limitando a exploração eficiente do seu potencial de receita, nas seguintes áreas e interseções:

a) Organização e gestão;

b) Legislação tributária;

c) Cadastros fiscais;

d) Lançamento e arrecadação dos tributos;

e) Cobrança amigável e judiciária;

f) Acompanhar, autorizar e fiscalização a aplicação dos recursos do PMAT;

g) Anistias e isenções;

h) Estudos econômico-tributários;

i) Atendimento ao contribuinte;

j) Sistema e tecnologia de informação;

k) Relações intra e interinstitucionais;

l) Outras áreas correlatas.

II - propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e o equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, a elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas e de projeto de modernização da administração tributária no BNDES, bem como em outros órgãos oficiais.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 30 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº. 34.837, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1429085

DECRETO Nº. 34.837, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre revogação de Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº. 29.789, de 20 de outubro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de novembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº. 34.838, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1429087

DECRETO Nº. 34.838, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Declara imóvel de utilidade pública, para fins de desapropriação.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV e XIII, do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, os artigos 5º alínea "i" e 6º ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21.06.41;

## DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, como declarado está, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, uma área de terras com 1.510,42m<sup>2</sup> (um mil e quinhentos e dez vírgula quarenta e dois metros quadrados), dentro de uma área maior, conforme mapa e memorial descrito anexos, descrita na Matrícula Imobiliária nº. 51.252, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a Valdecir Cella e Geneci Veronese Cella.

Parágrafo único. O imóvel declarado de utilidade pública será utilizado para fins de abertura de via pública na Linha Colônia Cella.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de novembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº. 34.839, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1429089

DECRETO Nº. 34.839, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Declara imóvel de utilidade pública, para fins de desapropriação.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV e XIII, do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, os artigos 5º alínea "i" e 6º ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21.06.41;

## DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, como declarado está, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, uma área de terras com 1.913,84m<sup>2</sup> (um mil e novecentos e treze vírgula oitenta e quatro metros quadrados), dentro de uma área maior, conforme mapa e memorial descrito anexos, descrita na Matrícula Imobiliária nº. 117.017, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a Elizete Cecília Bordin e outros.

Parágrafo único. O imóvel declarado de utilidade pública será utilizado para fins de abertura de via pública na Linha Colônia Cella.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de novembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº. 34.847, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1429090

DECRETO Nº. 34.847, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre fixação de horário de funcionamento da Cidade do Idoso vinculada a Secretaria de Assistência Social - SEASC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º. O horário de funcionamento da Cidade do Idoso, vinculada a Secretaria de Assistência Social - SEASC, a partir de 20 de novembro de 2017, será das 07h00min às 13h00min, de segundas a sextas-feiras.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de novembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº. 34.848, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1429091

DECRETO Nº. 34.848, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

Homologa o Regimento Interno de Audiência Pública para Revisão do Plano Diretor de Chapecó e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal:

## DECRETA :

Art. 1º. Fica homologado o Regimento Interno de Audiência Pública para Revisão do Plano Diretor de Chapecó, constante da Resolução Normativa nº 03/2017, de 09 de novembro de 2017, anexa ao presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 09 de novembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº. 34.849, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1429092

DECRETO Nº. 34.849, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

Declara emergência em saúde pública.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto no § 4º do artigo 2º da Lei Federal nº. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no § 4º do artigo 2º da Lei Complementar nº 433, de 28 de fevereiro de 2011 e observando o disposto no artigo 3º do Decreto nº. 23.875, de 28 de março de 2011 e,  
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acesso a serviços de saúde para toda a população chapecoense;  
CONSIDERANDO o Ofício GGP 149/2017 da Secretaria de Saúde;

## DECRETA :

Art. 1º. Fica declarada emergência em saúde pública, caracterizada como a necessidade de repor com urgência a força de trabalho de unidades de saúde municipais.

Art. 2º. Ficam autorizadas as Secretarias de Coordenação de Governo e Gestão e de Saúde a efetuar a contratação de servidores públicos municipais para ocupar cargos de Farmacêutico, de forma temporária, prescindindo de processo seletivo e por prazo não superior de 06 (deis) meses, nos termos do Decreto nº. 23.875, de 28 de março de 2011.

Art. 3º. As contratações deverão obedecer ao disposto no Decreto

nº. 23.875, de 28 de março de 2011 e a Lei Complementar nº. 433/11.

Art. 4º. Este Decreto terá vigência de 06 (seis) meses, a contar de 01 de dezembro de 2017.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 09 de novembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

#### **DECRETO Nº. 34.850, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1429093

DECRETO Nº. 34.850, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 33.712, de 22 de fevereiro de 2017, que nomeia os membros do Comitê de Investimentos do SIMPREVI e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º. Fica alterada a alínea "a" do inciso II do artigo 1º do Decreto nº. 33.712, de 22 de fevereiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....:

II – .....:

a) LUZITÂNIA BOOF.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 09 de novembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

#### **DECRETO Nº. 34.851, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1429094

DECRETO Nº. 34.851, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre constituição e nomeação de Comissão Especial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º. Fica constituída Comissão Especial com a finalidade de realizar o recebimento, processamento e julgamento das fases do processo licitatório, objeto do Edital de Concorrência do tipo Técnica e Preço n. 147/2017, cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria de engenharia para execução de serviços técnicos especializados relativos a estudos e projetos de obras de infraestrutura, de obras civis, de estudos ambientais, supervisão e/ou fiscalização de obras, e serviços de consultoria especial, a esta Prefeitura, nas condições previstas neste Edital e em seus anexos.

Art. 2º. Ficam nomeados para compor a Comissão Especial os seguintes servidores públicos municipais:

I - RIQUELMO BEDIN FILHO - Presidente;

II - GERALDO SNTIN - Membro;

III - SONIA TERESA DOS SANTOS - Membro;

IV - ROBERTO BARBOSA - Membro;

V - OSMAR BUSS - Membro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

#### **LEI COMPLEMENTAR Nº. 601, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1429099

LEI COMPLEMENTAR Nº. 601, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre inclusão de dispositivo no Anexo I da Lei Complementar nº 591, de 14 de setembro de 2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica incluído no Anexo I da Lei Complementar nº 591, de 14 de setembro de 2017, o cadastro imobiliária nº. 39155, conforme tabela abaixo:

"ANEXO I

DISTRITO DE GOIO-ÊN
Cadastro Imobiliário
39155

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de novembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

#### **LEI Nº. 7.057, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1429095

LEI Nº. 7.057, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Denomina via pública no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º A extensão da Rua da Inês Battiston, abrange a quadra 1297, no Loteamento Perimetral, Bairro Líder, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de novembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**LEI Nº. 7.058, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1429096

LEI Nº. 7.058, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivo da Lei nº, 7.005, de 25 de maio de 2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 7.005, de 25 de maio de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica desafetada parcialmente a "Travessa Itá", no trecho entre as ruas Heitor Villa Lobos e Rua Itália, de modo a permanecer com largura de 10,00 metros, sendo que a área remanescente ganhará natureza de bem público dominical, transformando-se no lote nº 2 da quadra "Q802", pertencendo ao Município de Chapecó, com 408 m²."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de novembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**LEI Nº. 7.059, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1429098

LEI Nº. 7.059, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre Cessão de Uso de bem imóvel ao Governo do Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militares do

Estado de Santa Catarina - 6º Batalhão de Bombeiro Militar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com o Governo do Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militares do Estado de Santa Catarina - 6º Batalhão de Bombeiro Militar, dos seguintes bens imóveis:

I - sala 5 do Centro Público de Economia Solidária, localizado na Avenida Nereu Ramos, com área de 27,52m²;

II - sala 6 do Centro Público de Economia Solidária, localizado na Avenida Nereu Ramos, com área de 27,85m²;

III - sala 7 do Centro Público de Economia Solidária, localizado na Avenida Nereu Ramos, com área de 32,40m²;

IV - sala 8 do Centro Público de Economia Solidária, localizado na Avenida Nereu Ramos, com área de 32,40m²;

§ 1º A cessão de uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 2º A cessão de uso de que trata a presente Lei dar-se-á a título gratuito e destinar-se a utilização por parte do 6º Batalhão de Bombeiro Militar.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de novembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**RESULTADO DOS REQUERIMENTOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

Publicação Nº 1429081

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ- Edital 004/2017, torna público o RESULTADO DOS REQUERIMENTOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, conforme segue abaixo:

	Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
1	47	ADILES CASSOL	Professor [1ª a 5ª série e EJA]	Deferido.
2	924	ADRIANA APARECIDA HAMMES	Professor [Educação Física]	Deferido.
3	1190	ADRIANA DA SILVA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
4	904	ADRIANA VALENTINI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
5	547	ADRIANE BELLAVER	Professor [Educação Física]	Deferido.
6	269	AIRDES INES BRUTSCHER	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
7	861	ALEX ALEXANDRE PEDROSO	Professor com Curso Superior AC [Habilidades Artístico - Culturais] / Professor [Arte]	Deferido.
8	610	ALICE MARIA SOLDI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
9	1010	ALICE MARTA DA SILVA PEDROSO	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
10	986	ALINE GONCALVES PAVOSKI	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
11	680	ANA CLAUDIA VAZ	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
12	993	ANA CRISTINA DA SILVA	Professor [Arte]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).

	Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
13	911	ANA MARIA ESPINDOLA FERNANDES	Professor [Língua estrangeira: Inglês] / Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
14	598	ANA PAULA BORGES	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
15	748	ANA PAULA TECCHIO BASSANI	Professor [1ª a 5ª série e EJA]/ Professor [Educação Infantil]	Deferido.
16	989	ANDRE LUIS BASSANI	Professor [História]	Deferido.
17	137	ANDREA PACASSA BORGES	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
18	380	ANDREIA SOARES RHODEN	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
19	787	ANGELA MARIA FAINELLO	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
20	902	ANGELA WERNER LEMOS	Professor [Educação Física]	Deferido.
21	1025	ANIEL NUNES BADIN	Professor [Educação Física]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).
22	628	AQUILINO LUIZ ARTIFON	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
23	531	BEATRIZ SCHNEIDER DA COSTA PASIERPPSKI	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
24	523	CAMILA CAROLINE SILVA ZANELLA	Professor [Educação Física]	Deferido.
25	903	CAMILA DA SILVA PACHECO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
26	478	CAMILA PELEGRINI	Professor [Ensino Religioso]	Deferido.
27	709	CARLA FERNANDA MARANGONI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).
28	673	CARLA GRABOSKI DE SOUSA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
29	224	CARLA RAMOS CUNHA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número '2' do subitem 4.2 do edital (duas eleições consecutivas ou não, nos últimos quatro anos).
30	936	CARMEN LUCIA MARQUES FERREIRA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
31	1047	CASSIA SANTORE	Professor [Arte]	Deferido.
32	522	CASSIANA RAFAELI MIOTTO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
33	538	CELUIR MULLER DAL MAGRO	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
34	856	CINARA CHIARADIA	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
35	939	CLAUDINEIA DA SILVA IORIATI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número '2' do subitem 4.2 do edital (o nome completo do eleitor diferente).
36	435	CLAUDIR FERREIRA	Professor [História]	Deferido.
37	684	CLEDIANE BITELLO	Professor [Educação Física]	Deferido.
38	180	CLEUSA DOS SANTOS	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
39	881	CRISTIANI REBELLATO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
40	391	DAIANE CRISTINA MARAN SARTOR	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
41	225	DAIANE PEDO SOCOLOSKI	Professor [Matemática]	Deferido.
42	689	DAIANE SICHELERO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.

	Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
43	1119	DAISA POMPEO	Professor [Língua estrangeira: Inglês] / Professor [Língua Portuguesa]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).
44	795	DANIELA APARECIDA DE PAULA	Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
45	342	DARQUILA SCOPEL FRANCESCHI	Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
46	997	DEBORA DIAS DA ROSA BARCAROLO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
47	830	DIANES DO CARMO JOTTI FERNANDES	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
48	865	DIRLEI SALETE OLDONI BORDIGNON	Professor [Educação Especial/Segundo Professor]/ Professor [Educação Infantil]	Deferido.
49	701	DORACI GRUTKA	Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
50	752	DRIELI LAIZA MATOZO	Professor [Língua estrangeira: Espanhol]/ Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
51	898	DULCILEIA CARDOSO	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [História]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
52	1186	EDIANE PADILHA DE OLIVEIRA BERTELLA	Professor [1ª a 5ª série e EJA]/ Professor [Educação Infantil]	Deferido.
53	273	EDINEIA ROCHA DE SOUZA	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [História]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
54	722	EDITE DAL BOSCO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
55	798	ELIANE BELLEI AUMONDI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
56	361	ELIANE DE MELLO PEDROZO	Professor [Educação Física]	Deferido.
57	1217	ELIANE FRANCESCHINA CAVALHEIRO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
58	204	ELIANE VIEGA	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Língua estrangeira: Espanhol]	Deferido.
59	95	ELISA FAITAO DA SILVA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
60	1213	ELISANDRA PAZ	Professor [Educação Física]	Deferido.
61	141	ELIZANDRA DA SILVA	Professor [Educação Física]	Deferido.
62	838	ELIZANDRA DIEFENTHAELER VERTUOSO	Professor [Educação Física]	Deferido.
63	851	ELIZANDRA PATRICIA BENETTI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
64	622	ELIZANE APARECIDA LEHR	Professor [Língua estrangeira: Espanhol] / Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
65	56	ELIZANGELA DIEFENTHAELER	Professor [Educação Física]	Deferido.
66	785	ENI LONGO CERVI	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
67	1161	ETIANE FATIMA DA SILVA FOPPA	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
68	678	FABIANE PAGANI	Professor [Educação Física]	Deferido.
69	472	FERNANDA CZARNOBAI	Professor com Curso Superior AC [Habilidades Artístico - Culturais] / Professor [Arte]	Deferido.
70	591	FERNANDA PIT	Professor [Educação Física]	Deferido.
71	155	FRANCIELE SIVE	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
72	411	FRANCIELI GNOATTO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
73	497	FRANCIELI MUNARINI	Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).

	Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
74	1006	FRANCILENE ALVES	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
75	456	FRANCILENE DALL AGNOL DE OLIVEIRA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
76	558	FRANCISLENE MISTURA VIE-SORKOSKI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
77	916	GELSELIZE PILONETTO	Professor [Educação Física]	Deferido.
78	772	GIOVANA DONZELLI DA SILVA FORMENTON	Professor [Língua estrangeira: Inglês] / Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
79	873	GISELE CIGOGNINI	Professor [Ciências]	Deferido.
80	1015	GISLAINE RIBEIRO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).
81	41	GRACIELI GIANI PFEIFER DE ALMEIDA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
82	734	HELEN FRANSEZ ROSA	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado]/ Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
83	482	HELENARA MARIA CLARO DA SILVA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
84	1038	IDETE VITCOSKI ZIMMER	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado]	Deferido.
85	415	IEDA MARLISE HOMRICH	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
86	579	IOLANDA MARIA ECHER	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
87	291	IONE TEREZINHA E SA	Professor [Língua estrangeira: Inglês]/ Professor [Língua Portuguesa]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número '2' do subitem 4.2 do edital (o nome completo do eleitor diferente).
88	241	IVANI ROSA SVOLINSKI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
89	624	IVANIA FATIMA DE ALMEIDA	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
90	458	IVANIA PEISE	Professor [Educação Física]	Deferido.
91	557	IZANETE CRIVELETTO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
92	836	JADNA ANA MALLMANN	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
93	52	JANAINA COMINETTI OBUGALSKI	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
94	475	JANETE DE FARIAS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
95	850	JANIA APARECIDA LEITE DA CUNHA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
96	650	JOCELAINA SANTOS	Professor [Arte]	Deferido.
97	48	JOCELI CRISTINA ZANCANARO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
98	864	JOCELITA PINZON	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
99	592	JOCIMAR DA ROSA NASCIMENTO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
100	1056	JOEL LEANDRO DE LIMA	Professor [Educação Física]	Deferido.
101	714	JOICE FATIMA DALACORTE BARCAROLO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
102	192	JUCIELE LUISA MICHALAK SPEROTO	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.

	Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
103	147	JULIANA DA SILVA APPELT	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
104	649	JULIANA DE FANTE	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
105	453	JULIANA DIAS PATRICIO	Professor [Língua estrangeira: Inglês]	Deferido.
106	1092	JULIANE FLORES DE TOLEDO	Professor [Educação Física]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número '2' do subitem 4.2 do edital (o nome completo do eleitor diferente).
107	524	JULIANO DALLA ROSA	Professor [Educação Física]	Deferido.
108	817	JULIANO PESCADOR	Professor [Educação Física]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número '2' do subitem 4.2 do edital (duas eleições consecutivas ou não, nos últimos quatro anos).
109	46	JUVIR CEREJO	Professor [Educação Física]	Deferido.
110	775	KALINE BIASIBETTI BATTISTI	Professor [Educação Física]	Deferido.
111	970	KATIA REGINATTO BELLE	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
112	35	KELI APARECIDA MOURA SANTOS	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
113	399	KELLI GOMES CORTINA MARCON	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
114	265	KELLY REGINA MARCON	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Física]	Deferido.
115	972	LEDI SALETE VAZ	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
116	844	LEDIANI JUSSARA ZUFFO	Professor [Educação Física]	Deferido.
117	597	LEILA SALETE DALLAROSIZ	Professor [Educação Física]	Deferido.
118	783	LENAIR SALETE RUDSCHINSKI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado]	Deferido.
119	230	LEONI FATIMA COPCESKI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
120	655	LETICIA MARCON RODRIGUES	Professor [Língua estrangeira: Inglês] / Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
121	1098	LILIAN KELIN MARTA FAVERO	Professor [Educação Física]	Deferido.
122	1135	LILIANE ROSSI ILHA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
123	1147	LINDAMIR MARIA CASTILHO	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
124	605	LISABETE PIRES DOS SANTOS FERST	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
125	999	LORECI PIRES DOS SANTOS	Professor [Língua estrangeira: Inglês] / Professor [Língua Portuguesa]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
126	536	LUCELIA FERNANDA DANIELLI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
127	249	LUCIA TEREZINHA DE SOUZA MISSEL	Professor [Educação Física]	Deferido.
128	716	LUCIANA TERESINHA SANTA CATARINA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
129	887	LUCIANE CRISTINA DASSI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
130	953	LUCIMAR MARIA GUERRA	Professor [Língua estrangeira: Inglês] / Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
131	61	MARCIA MACHADO DA SILVA LUCATELLI	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.

	Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
132	388	MARCELEI DA SILVA BENDER	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
133	710	MARGARET SCHMIDT	Professor [1ª a 5ª série e EJA]	Deferido.
134	537	MARGARETE TECCHIO	Professor [Educação Física]	Deferido.
135	707	MARIA IRIDAN FORTES DE JESUS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
136	24	MARIA LUCIA DA SILVA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
137	770	MARIA LUIZA HILGERT ZARDO	Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
138	471	MARIA REIS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
139	901	MARIA SANDRA N UNES ANCHAU	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
140	609	MARICENE FATIMA DAL PRA LANZARIN	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
141	45	MARILDA DOS SANTOS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
142	827	MARILEI LOURDES MAGGIONI ATUATTI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
143	363	MARILENE ALVES GIACOMONI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
144	994	MARINALDA ARRUDA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
145	857	MARINDIA DE LIMA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
146	32	MARINES FERRAZ	Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
147	1165	MARINES VIEIRA BORLINI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
148	460	MARISA TIBER PONTEL	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
149	862	MARIZA INES MALLMANN BE	Professor [Língua estrangeira: Inglês]	Deferido.
150	971	MARIZA VELOZO	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
151	169	MARIZETE BALANCELLI FAREZIN	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
152	654	MARLENE NORONHA	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
153	767	MARLI RODRIGUERO PIGATO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
154	16	MARLON DUARTE	Professor [Educação Física]	Deferido.
155	88	MAURICIO RECHE	Professor [Educação Física]	Deferido.
156	194	MEI TEREZINHA PINTO AMARAL	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
157	724	MICHELI FERNANDA PRIGOL BIANCHI	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
158	281	MICHELI VALDUGA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 ( número de doações inferior a três).
159	62	MONICA FATIMA AGNOLETTI DA SILVEIRA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
160	992	MONICA PEDERSSETTI	Professor [Educação Infantil] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
161	852	MONICA PIERIN	Professor [Língua estrangeira: Espanhol] / Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.

	Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
162	1067	NADIA KROTH	Professor [Ciências]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número '2' do subitem 4.2 do edital (duas eleições consecutivas ou não, nos últimos quatro anos).
163	539	NAIRA LICE FORTES	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
164	774	NELSI ZENI	Professor [1ª a 5ª série e EJA]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
165	835	NEUSA ALVES GAZARO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
166	1011	NEUSA SCHMITZ LANGENBERG	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
167	550	NOELI MARIA ERCEGO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
168	250	ODACIR ANTONIO ZERBIELI	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
169	168	PALOMA VANESSA KAZESKI	Professor [Educação Física]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
170	807	PAMELA CRISTINA DA SILVA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
171	567	PATRICIA LENZ	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
172	711	PATRICIA OVIEDO CARRILHO	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
173	1169	PATRICIA REGINA DE OLIVEIRA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
174	779	PAULA GABRIELA RIBEIRO DE MELLO	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
175	634	RAQUEL ANTUNES MUNIZ SCHONS	Professor [Educação Infantil] / Professor [Ciências]	Deferido.
176	995	REGINA MARIA LECARDELLI	Professor [Educação Física]	Deferido.
177	528	RENATO ANTONIO RUGUZZONI	Professor [Matemática]	Deferido.
178	510	RENI BOMBIERI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
179	91	RICARDO RECHE	Professor [Educação Física]	Deferido.
180	156	ROBERTA APARECIDA TRINDADE	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
181	541	ROBERTA MARIA GALII	Professor [Educação Física]	Deferido.
182	585	ROBERTO PINHEIRO ALVES	Professor [Educação Física]	Deferido.
183	980	ROCILEI TICIANI SEHNEM	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
184	566	RONI EVANDRO FIGUEIRO	Professor [Educação Física]	Deferido.
185	109	ROSA MARIA MACHADO DE ALMEIDA LANER	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
186	203	ROSALI FATIMA STEMPKOWSK	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
187	814	ROSANA FURLANETTO BERNIERI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
188	1166	ROSANE BREGALDA	Professor [Educação Física]	Deferido.
189	440	ROSANE PEREIRA DA SILVA DO NASCIMENTO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
190	526	ROSANE ROSSI DOS SANTOS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
191	188	ROSANE SIMONETTI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
192	549	ROSANGELA SCHMIDT MORONI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número '1' do subitem 4.2 do edital.

	Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
193	139	ROSEMERI TEREZINHA SEGATTI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
194	1072	ROSICLER FATIMA GONCALVES	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
195	454	ROSILAINE DA SILVA	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
196	753	ROSIMELI SIGOGNINI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
197	506	ROZANGELA MARIA ZATTI FAVERO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
198	843	RUBIA MUNARINI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
199	25	RUDIMAR GARSHAL	Professor [Educação Física]	Deferido.
200	49	SABRINA CARA	Professor [Educação Física]	Deferido.
201	564	SALETE ALVES GAZARO	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
202	1145	SAMUEL SEBBEN	Professor [Educação Física]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).
203	808	SANDRA MARA MORAIS	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
204	743	SANDRA MULLER	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
205	232	SARITA MARIA PACHEO DE PAULA LOPES	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
206	310	SELENIR FATIMA DO CARMO	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
207	905	SELINA SALETE BERNARDI	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
208	527	SIDIANI QUADRI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
209	872	SILMARA APARECIDA SARTORI SARVACINSKI	Professor [1ª a 5ª série e EJA]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
210	158	SILVANA MISURA DE RE	Professor [Educação Física]	Deferido.
211	507	SILVIA REGINA MACHADO	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
212	696	SILVIA SOARES DE ARAUJO FRANCA	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
213	246	SIMONE CHIARELO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
214	601	SIMONE FATIMA VENANCIO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
215	641	SIMONE KARINE GAI RODRIGUES	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [História]	Deferido.
216	500	SINARA CAVALHEIRO DE CARVALHO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
217	741	SIRLEI SCHULZ DOS SANTOS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
218	666	SIRLEI STECHMANN	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
219	221	SIZINEI FERREIRA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
220	692	SOELI APARECIDA DE ARAUJO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
221	816	SOELI TEREZINHA VEIGA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).

	Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
222	1211	SONIA PIGATO ROSSI	Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
223	503	SUELI FATIMA MARCANTE	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
224	1184	SULI LOURDES SCHUH	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
225	67	SUZAMARA MEDEIROS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
226	726	SUZANA APARECIDA DE QUATROS	Professor [Educação Física]	Deferido.
227	162	SUZANA CREMONINI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
228	623	TAISE MARIN RAMOS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
229	713	TANIA BARPI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
230	286	TATIANA PAULA BONATTO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
231	53	TATIANE SOARES FLOSS	Professor [Educação Física]	Deferido.
232	553	VANDERLEI ANTONIO KUHN	Professor [História] / Professor [Ensino Religioso]	Deferido.
233	502	VANDERLEI PORTO FREITAS	Professor [Educação Física]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).
234	589	VANESSA GLOVACKI LAVINICKI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
235	452	VANESSA PEREIRA GIORDANI	Professor [Educação Física]	Deferido.
236	1044	VERA LUCIA RODRIGUES NICOLLI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).
237	247	YLHETE DOS SANTOS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
238	1020	ZOLEIDE MARISTELA KRAMER	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.

Em conformidade com o subitem 4.4do edital 004/2017, os candidatos que tiverem seu pedido indeferido deverão efetuar o pagamento da taxa devida, dentro do prazo estabelecido no presente Edital.

Chapecó, 13 de novembro de 2017.

## RESUMO DE DECRETOS 17/11/2017

Publicação Nº 1429100

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
--	--

### RESUMO DE DECRETOS

NÚMERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
34816	30/10/2017	Concede, a pedido, Licença para Tratar de Interesses Particulares, sem vencimentos, ao servidor público municipal PAULO SEGIO KLAUS
34818	30/10/2017	Prorroga, a pedido, n Licença Especial à servidora pública municipal MIRIAN DOS SANTOS SOUZA
34819	30/10/2017	Concede Aposentadoria voluntária por Idade, à servidora pública municipal SIRLEI TEIXEIRA DE OLIVEIRA
34820	30/10/2017	Concede Aposentadoria voluntária por Idade, à servidora pública municipal TEREZINHA DE LIMA SIQUEIRA GOSCH
34821	30/10/2017	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal ADEMAR PESCADOR
34822	30/10/2017	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, a servidora pública municipal ROSA JOVANI AVILA CRESCILA
34823	30/10/2017	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal SALETE BATISTA DE SOUZA
34824	30/10/2017	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal ROCI VIEIRA DE LIMA
34825	30/10/2017	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, ao servidor público municipal EVA MARIA GONÇALVES DOS SANTOS
34826	30/10/2017	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, ao servidor público municipal VALDIR PEDRO VILLANI
34827	30/10/2017	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, ao servidor público municipal LEONARDO CHABAR PRZYBILISKY
34828	30/10/2017	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal CARLOS ROMERIO ALVES DE MACENA
34829	30/10/2017	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal LAÉRCIO ROGÉRIO RODRIGUES
34830	30/10/2017	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, a servidora pública municipal VANDA TIEPO
34831	30/10/2017	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, a servidora pública municipal CLEIDE FATIMA VAZ

34832	30/10/2017	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal ALCIDES ERNESTO MANGONI
34833	30/10/2017	Concede Pensão por Morte pelo falecimento do servidor público municipal inativo Senhor AVENTINO DOMINGOS PIRES DA SILVA a sua esposa METILDE CATARINA DA SILVA
34834	30/10/2017	Concede Pensão por Morte pelo falecimento do servidor público municipal inativo Senhor ANTONIO RODRIGUES MACHADO a sua companheira MARIA DORVALINA FORTES MACHADO
34835	30/10/2017	Altera o caput do Art. 1º do Decreto nº. 32.731, de 03 de junho de 2016, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal ELIANE DE OLIVEIRA
34840	08/11/2017	Exoneração, a pedido, de LUCIANO GUOLO CHIARELOTTO
34841	08/11/2017	Exoneração, a pedido, de AMON PARNAIBA CAVALCANTE
34842	08/11/2017	Revoga redução de carga horária de servidor público municipal DAYANA LONDERO
34843	08/11/2017	Concede afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade a servidora público municipal LOERI FERNANDES MACHADO, ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
34844	08/11/2017	Concede, a pedido, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, ao servidor público municipal CLAIMAR CESAR DE CONTO
34845	08/11/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de GEFERSON ANTERO DA SILVA
34846	08/11/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de MARITIELI RIGHI MARTINS
34852	16/11/2017	Exoneração, a pedido, de PAULA FABRICIA FROES SOUZA

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 25 DE 2017**

Publicação Nº 1429042

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Chapecó

Aviso de Licitação - Processo nº 25/2017  
Pregão Presencial nº 12/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para a organização da sessão solene em homenagem aos agentes de segurança pública, abrangendo o fornecimento de decoração e serviços de fotografia.

Entrega dos envelopes: até as 14h do dia 29/11/2017

Abertura dos envelopes: às 14h15min do dia 29/11/2017

A íntegra do edital poderá ser obtida no endereço da Câmara Municipal, na Rua Marechal Bormann, nº 320-E, Centro, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 13h00min às 18h00min, e no portal [www.cmc.sc.gov.br](http://www.cmc.sc.gov.br).

Chapecó, 16 de outubro de 2017.

Valmor Junior Scolari

Presidente

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/PMCS/2017

Publicação Nº 1428483

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 85/2017.  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: MECÂNICA SOUZA LTDA – ME.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/PMCS/2017.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de peças de desgaste para máquinas pesadas, para uso nas máquinas do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 05/10/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 3.420,00 (três mil e quatrocentos e vinte reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO DO CONTRATO 35/FMS/2017

Publicação Nº 1428509

CONTRATO Nº: 35/2017.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
CONTRATADA: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COAL DO SUL.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 19/FMS/2017.  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 04/FMS/2017.

Objeto: Prestação de serviços de clínicas para atendimento e acompanhamento de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor, no conjunto de procedimentos dos grupos da tabela unificada do SUS, para atendimento a rede Municipal de Saúde de Cocal do Sul/SC.

Assinatura: 23/10/2017.

Vigência: Início: 23/10/2017 Término: 23/10/2018.

# Concórdia

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2017 – FMAS CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Publicação Nº 1427727

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2017 FMAS  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de Concórdia, SC, por intermédio de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: contratação de empresa em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) para a compra de mobiliário sob medida para o CRAS do Bairro Guilherme Reich, com recursos próprios do Fundo Municipal de Assistência Social, e oriundos de convênios com o Governo Federal, Estadual e contrapartida municipal: Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/ União; Proteção Social Básica Custeio - Estado/Assistência Social e Apoio à Organização e Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único - IGD PBF, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital, foi alterado, sendo que os prazos para apresentação das propostas, fica alterado para o dia 30 de novembro 2017, até as 08h15min, e a sessão de abertura da licitação no dia 30 de novembro de 2017 às 08h30min. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações" e no Portal de Compras Públicas [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 14 de novembro de 2017.  
DENISE JUSTI LOPES  
Gestora do FMAS

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2017 – PMC AQUISIÇÃO DE BENS

Publicação Nº 1428871

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2017 – PMC  
AQUISIÇÃO DE BENS

Objeto: Aquisição e instalação de equipamentos de som (caixas de som) para o chafariz da Praça Dogello Goss, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 29/11/2017.

Abertura: dia 29/12/2017 às 15h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo

telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 16 de novembro de 2017.  
WAGNER ISIDORO SIMIONI  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2017 – FMS CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Publicação Nº 1428202

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE  
DE LICITAÇÃO Nº 14/2017 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 14 de novembro de 2017 para Credenciamento de empresa para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, para atendimento à população, a favor da empresa OFTALMOLOGIA PELLIZZARO LTDA ME, no valor estimado de R\$ 27.305,04 (vinte e sete mil, trezentos e cinco reais e quatro centavos).

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 770/2017

Publicação Nº 1428273

DECRETO Nº770/2017

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal o Sr. VALDINEI GARBOZZA, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, sob. Matrícula nº618001, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 16/06/2015 á 15/06/2016, que serão gozadas a partir do dia 27/11/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de Novembro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de Novembro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

VALDINEI GARBOZZA Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### LEI Nº 700/2017

Publicação Nº 1428434

LEI Nº. 700, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Coronel Martins para o Exercício de 2018.

ADEMIR MADELLA, Prefeito do Município de Coronel Martins – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Coronel Martins SC, para exercício de 2018, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 12.868.000,00 (Doze milhões oitocentos e sessenta e oito reais).

#### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 12.084.000,00 (Doze milhões e oitenta e quatro mil reais) e a Despesas Orçamentárias em R\$ 8.818.030,00 (Oito milhões, oitocentos e dezoito mil e trinta reais), e Despesa Financeira de R\$ 3.265.970,00 (Três milhões duzentos e sessenta e cinco mil e novecentos e setenta reais).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	12.062.000,00
1.1- Receita Tributária	366.000,00
1.2- Receitas de Contribuições	34.000,00
1.3- Receita Patrimonial	128.800,00
1.4- Receita Agropecuária	6.000,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	112.000,00
17-Transferências Correntes	13.476.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	2.284.000,00
1.9- Outras Receitas Correntes	223.200,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	22.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	22.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	12.084.000,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	8.299.030,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	5.087.100,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	5.500,00
3.3- Outras Despesas Correntes	3.206.430,00

4 - DESPESAS DE CAPITAL	509.000,00
4.4- Investimentos	257.500,00
4.5- Inversões Financeiras	1.000,00
4.6- Amortização da Dívida	250.500,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
9.9- Reserva de Contingência	10.000,00
– TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICI-PAIS	3.265.970,00
- Fundo Municipal da Saúde	2.575.970,00
- Câmara Municipal de Vereadores	690.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	12.084.000,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais para o exercício de 2018 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

#### I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	780.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	3.700,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	773.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	3.300,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	4.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.575.970,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.575.970,00
TOTAL	3.359.970,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	3.265.970,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.993.800,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.272.170,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	94.000,00
4.4- Investimentos	94.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	3.359.970,00

#### II – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	690.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	690.000,00
TOTAL	690.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	680.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	500.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	180.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4- Investimentos	10.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	690.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza, conforme anexo IX da LDO, conforme demonstração abaixo:

**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUN. DE CORONEL MARTINS**

I - Passivo Contingente	0,00
II - Intempéries	10.000,00
III - Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV - Obtenção de Resultado Primário	0,00
V - Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	10.000,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, por ato próprio, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30 % da Despesa consolidada estimada para o orçamento de 2018, utilizando como fontes de recursos:

- I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º - Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º - Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,  
em 07 de Novembro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

**LEI Nº 701/2017**

Publicação Nº 1428435

LEI Nº 701, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS SC A CELEBRAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, PARA CUSTEAR DESPESAS DO CORPO DE BOMBEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina; Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com o Município de São Domingos, para fins de repasse do valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), provenientes de conta bancária denominada Prefeitura/Convênio Corpo de Bombeiros Militar, cujo valor será destinado para auxiliar na aquisição de carroceria, para o Ford Cargo 1729, chassi 9BFYEA8E1JBL66054, que será doado ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, para uso operacional da unidade da Organização Bombeiro Militar - OBM de São Domingos e região, visando à realização das atividades de combate a incêndio e salvamento.

Parágrafo único. Caberá ao município de São Domingos complementar o valor e realizar o devido processo licitatório para a aquisição de carroceria, bem como proceder à aplicação dos recursos em conformidade com a presente Lei, demais dispositivos legais aplicáveis à espécie e a respectiva prestação de contas.

Art. 2º. Em contrapartida ao repasse e convênio de que trata a presente Lei, deverá o veículo de que trata o art. 1º desta Lei ser destinado e permanecer na realização das atividades combate a incêndio e salvamento.

Art. 3º - Para fins de repasse do recurso de que trata o art. 1º fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar abertura de crédito adicional especial na seguinte programação de despesa:

Órgão: 05.00 - Secret. Munic. De Transportes Obras e Serviço Público  
Funcional 06.182.0063  
Projeto/Atividade: 2.055 - Manutenção do Fundo Munic. Defesa Civil  
Modalidade de Aplicação: 3340.00.00.00.00.00 - Transferência a Municípios: R\$ 15.000,00.

Art. 4º - Para abertura do crédito especial de que trata o art. 3º fica anulada na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito  
Funcional 04.122.0003  
Projeto/Atividade: 2002 - Manut. Das Ativ. Do Gabinete do Prefeito e Vice  
Modalidade de Aplicação: 3390.00.00.00.00.00 - 2 - Aplicações Diretas:  
R\$ 15.000,00

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 699, de 24 de outubro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,  
em 14 de Novembro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

## **PORTARIA Nº 146/2017**

Publicação Nº 1428444

PORTARIA Nº. 146, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:  
01 – Para gozo de 15 (Quinze) dias a partir do dia 16/11/2017 a 30/11/2017.

Nome Cargo Referência  
Lídia de Barba Técnica em Enfermagem 01/08/2016 a 31/07/2017

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 14 de Novembro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

## **PORTARIA Nº 147/2017**

Publicação Nº 1428445

PORTARIA Nº. 147, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:  
01 – Para gozo de 15 (Quinze) dias a partir do dia 26/12/2017 a 09/01/2018.

Nome Cargo Referência  
Fabiane Knispel Burato Auxiliar Administrativo 02/06/2016 a 01/06/2017

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 14 de Novembro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

## **PORTARIA Nº 148/2017**

Publicação Nº 1428446

PORTARIA Nº. 148, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:  
01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 01/12/2017 a 30/12/2017.

Nome Cargo Referência  
Sidemar Cruz Santetti Operador de Maquinas 09/07/2015 a 08/07/2016

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 14 de Novembro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

### **PORTARIA Nº 149/2017**

Publicação Nº 1428449

PORTARIA Nº. 149, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:  
01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 01/12/2017 á 30/12/2017.

Nome Cargo Referência  
Fabiano Reginatto Operador de Maquinas 09/07/2016 á 08/07/2017

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 14 de Novembro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

### **TERMO ADITIVO Nº 029/2017**

Publicação Nº 1428490

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 029/2017.

MÊS/ANO:NOVEMBRO/2017.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/11/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo tem início no dia 10 de NOVEMBRO de 2017 e término em 23 de FEVEREIRO de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC nº 21.916

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 26.943.271/0001-74

CONTRATADA: AUTO POSTO CORONEL MARTINS LTDA

### **TERMO ADITIVO Nº 030/2017**

Publicação Nº 1428487

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 030/2017.

MÊS/ANO:NOVEMBRO/2017.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/11/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo tem início no dia 10 de NOVEMBRO de 2017 e término em 23 de FEVEREIRO de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC nº 21.916

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 79.304.937/0001-00

CONTRATADA: POSTO PEDRA BRANCA LTDA

# Corupá

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017

Publicação Nº 1429006

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 195/17

PREGÃO PRESENCIAL nº 080/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: BLUFORRO DIVISORIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.425.925/0001-06 e inscrição Estadual nº 254.497.420, estabelecida na Rua Augusto Brandt nº 240, Bairro Pomeranos, município de Timbó, Estado de Santa Catarina, CEP 89.120-000.

OBJETO: Registro de preços para aquisições e instalação de 1.353,16 m² de divisórias em gesso acartonado para o Novo Centro Administrativo contemplado no projeto do PNAFM 2.2.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
01	DIVISORIAS EM GESSO ACARTONADO PLACA ST E RU MONTANTES 70MM, ESPESSURA FINAL 9,5cm, EM PERFIS EM AÇO GALVANIZADO, COLOCADO, COM SERVIÇOS DE MASSA CORRIDA E PINTURA DAS PAREDES DE GESSO ACARTONADO.	M²	1.353,16 m²	R\$ 130,06	R\$ 175.991,99

Data da Assinatura: 11/10/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2017

Publicação Nº 1429010

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 197/17

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: BLUNAC DISTRIBUIDORA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.534.916/0001-36 e inscrição Estadual nº 256.558.450, estabelecida na Rua Dr. Paulo Aldinger nº 71, Sala 01, Bairro Escola Agrícola, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.037-690.

OBJETO: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de aquisição parcelada de notebooks, equipamento de informática e projetores para atender as necessidades do Município de Corupá contemplado no projeto do PNAFM 2.2.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
04	PATCH PANEL 24 PORTAS, CAT5E, PARA RACK PADRÃO 19"	UN	FAST	08	R\$ 230,80	R\$ 1.846,40
06	ACCESS POINT DE LONGO ALCANCE COM GERENCIAMENTO CENTRALIZADO. PODENDO SUPORTAR NO MINIMO 100 DISPOSITIVOS CONECTADOS SIMULTANEAMENTE. COM SOFTWARE DE GERENCIAMENTO, PODENDO CONTROLAR TODOS OS EQUIPAMENTOS CONECTADOS. COM MINIMO 300MBPS DE VELOCIDADE, PROTOCOLO 802.11N, DUAL-BAND. NO MINIMO, PODENDO TRANSMITIR O SINAL EM UMA AREA DE ATE 100M².	UN	INTELBRAS	5	R\$ 515,00	R\$ 2.575,00
					TOTAL	R\$ 4.421,40

Data da Assinatura: 11/10/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2017**

Publicação Nº 1429015

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 197/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 081/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: CEK INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.949.640/0001-42 e inscrição Estadual nº 255.154.500, estabelecida na Rua Pastor Quast nº 155, Bairro Centro, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.280-055.

OBJETO: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de aquisição parcelada de notebooks, equipamento de informática e projetores para atender as necessidades do Município de Corupá contemplado no projeto do PNAFM 2.2.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
08	SERVIDOR DE DADOS MODELO TORRE, NO MINIMO PROCESSADOR INTEL XEON E5, COM NO MINIMO 2,1 Ghz VELOCIDADE DE PROCESSAMENTO, 2 HD'S SATA COM CAPACIDADE TOTAL DE 1TB CADA, COM CAPACIDADE DE EXPANSÃO E ACEITAÇÃO DE ATE 4 HD's, OU MAIS 32 GB DE RAM, DDR4, MINIMO FONTE DE ALIMENTAÇÃO DE 1000W BIVOLT, SISTEMA WINDOWS SERVER 2012. MINIMO 2 PORTAS DE REDE 10/100/1000. MINIMO CONECTORES TRASEIROS COM 1 x VGA, 4 x USB 3.0, E 2.0 1 x SERIAL. 1 UNIDADE ÓPTICA DVD-RW INCLUSO. COM CAPACIDADE DE ATE 2 PROCESSADORES. PLACA MÃE COMPATIVEL COM TODAS AS PEÇAS PRE ESTABELECIDAS.	UN	CEK	01	R\$ 14.990,00	R\$ 14.990,00
09	SERVIDOR DE INTERNET – COMPUTADOR DESKTOP, COM PROCESSADOR DE 4 NUCLEOS, INTEL CORE I7, COM FREQUENCIA DE 3,4 Ghz, MINIMO 16 GB DE MEMORIA RAM DDR4, 2 HDs SATA DE 1TB CADA INCLUSO, MINIMO FONTE DE ALIMETAÇÃO DE 650W BIVOLT. SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO ORIGINAL E LICENCIADO. MONITOR 23" LED FULL HD. INCLUSO 2 PLACAS DE REDE GIGABIT ETHERNET PCI 10/100/1000, COM 1 PORTA RJ-45 CADA. MAUSE E TECLADO USB INCLUSO.	UN	CEK AOC	1	R\$ 5.475,00	R\$ 5.475,00
					TOTAL	R\$ 20.465,00

Data da Assinatura: 11/10/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017**

Publicação Nº 1429023

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 197/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 081/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: COMPTON COMERCIAL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 26.507.417/0001-39 e inscrição Estadual nº 258.183.586, estabelecida na Rua Das Missões nº 1590, Bairro Ponta Aguda, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.051-000.

OBJETO: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de aquisição parcelada de notebooks, equipamento de informática e projetores para atender as necessidades do Município de Corupá contemplado no projeto do PNAFM 2.2.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
07	PROJETOR MULTIMIDIA – TETO E MESA COM CONTROLE REMOTO, CARACTERISTICAS MIINIMAS: RESOLUÇÃO 1400X1050 LUMINOSIDADE 3000 ANSI LUMENS LAMPADA TIPO 200W UHE, LENTE FOCO MANUAL, ZOOM DIGITAL, DISTANCIA DA PROJEÇÃO 1,2 M A 10 M, ENTRADA HDMI, SAIDA/ENTRADA USB, AUDIO RCAX2, TAMANHO DA IMAGEM 30 A 307 POLEGADAS, CABO DE ALIMENTAÇÃO, CABO RGB VGA, CABO USB, VOLTAGEM BIVOLT,	UN	EPSON	02	R\$ 2.470,00	R\$ 4.940,00
					TOTAL	R\$ 4.940,00

Data da Assinatura: 11/10/2017  
Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017**

Publicação Nº 1429026

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 197/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 081/17  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: DURALINE TECNOLOGIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.690.638/0001-15 e inscrição Estadual nº 255.416.776, estabelecida na Rua Ruy Barbosa nº 1341, Bairro Costa e Silva, município de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89.220-110.

OBJETO: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de aquisição parcelada de notebooks, equipamento de informática e projetores para atender as necessidades do Município de Corupá contemplado no projeto do PNAFM 2.2.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
01	NOTEBOOK COM PROCESSADOR, NO MINIMO I5, MEMORIA RAM DDR4 NO MINIMO 4GB, HD DE USO NO MINIMO 500GB, AUDIO HD, COM AUTOFALANTE, CONEXÕES HDMI E USB, MONITOR DE NO MINIMO 13", TECLADO ABNT COM "Ç" E NUMÉRICO, FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO ORIGINAL LICENCIADO. COR PRETA.	UN	POSITIVO	03	R\$ 2.935,00	R\$ 8.805,00
					TOTAL	R\$ 8.805,00

Data da Assinatura: 11/10/2017  
Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017**

Publicação Nº 1429035

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 197/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 081/17  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: GTA ATACADO E VAREJO EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 20.257.784/0001-45 e inscrição Estadual nº 257.353.550, estabelecida na Rua das Neves nº 59, Bairro Centro, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.280-232.

OBJETO: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de aquisição parcelada de notebooks, equipamento de informática e projetores para atender as necessidades do Município de Corupá contemplado no projeto do PNAFM 2.2.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
02	ROTEADOR WIRELESS 802.11 B/G/N, DUAL-BAND, COM VELOCIDADE DE WIRELESS PODENDO CHEGAR NO MINIMO A 450 Mbps. INTERFACE COM NO MINIMO 1 PORTA WAN10/100/1000 E 4 PORTAS LAN, TODAS 10/100/1000. SOFTWARE DE GERENCIAMENTO COM CONTROLE DE ACESSO, COM OPÇÃO DE REDIRECIONAMENTO DE PORTAS. DEVE INCLUIR KIT DE MONTAGEM EM PAREDE E/OU TETO. SUPORTE A PADRÕES DE SEGURANÇA PARA REDE SEM FIO WEP, WPA-PSK, WPA/WPA2, WPA-2-PSK 64/128/152 BITS. FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT INTERFACE BOTÃO RESET, BOTÃO ON/OFF. COM POTENCIA DE TRANSMISSÃO MINIMA DE 20DBM.	UN	TP-LINK	07	R\$ 316,00	R\$ 2.212,00

					TOTAL	R\$ 2.212,00
--	--	--	--	--	-------	--------------

Data da Assinatura: 11/10/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2017**

Publicação Nº 1429039

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 197/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 081/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.275.465/0001-22 e inscrição Estadual nº 256.819.920, estabelecida na Rua Professor Max Humpl nº 1139, Bairro Salto do Norte, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.065-500.

OBJETO: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de aquisição parcelada de notebooks, equipamento de informática e projetores para atender as necessidades do Município de Corupá contemplado no projeto do PNAFM 2.2.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
03	SWITCH RACK GERENCIÁVEL, 24 PORTAS – 10/100/1000, RHJ-45, GI-GABIT ETHERNET, COM QOS. CAIXA DE AÇO PADRÃO 19" PARA MONTAGEM EM RACK PADRÃO 19"	UN	INTELBRAS	08	R\$ 1.286,50	R\$ 10.292,00
					TOTAL	R\$ 10.292,00

Data da Assinatura: 11/10/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2017**

Publicação Nº 1429043

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 197/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 081/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 82.135.625/0001-25 e inscrição Estadual nº 252.038.835, estabelecida na Rua Campos Salles nº 476, Bairro Glória, município de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89217-100.

OBJETO: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de aquisição parcelada de notebooks, equipamento de informática e projetores para atender as necessidades do Município de Corupá contemplado no projeto do PNAFM 2.2.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
------	----------------	-------	-------	-------	----------------	-------------

05	ARMARIO RACK PADRÃO 19" TAMANHO NO MINIMO DE 42U DE ALTURA E 800MM DE PROFUNDIDADE PARA SERVIDOR COM PORTA FRONTAL EMBUTIDA, COM VISOR FUMÊ, COM PÉS NIVELADOS, LATERIAS E FUNDO REMOVÍVEIS, COM ALÉ-TAS DE VENTILAÇÃO, TETO COM ABERTURA PARA 04 VENTILADORES, DOIS KIT VENTILAÇÃO FORÇADA PARA TETO COM 02 VENTILADORES 110/220V. INCLUSO 5 RÉGUAS DE TOMADAS, DE TAMANHO COMPATÍVEL PARA ESTE RACK PADRÃO 19", COM NO MINIMO 4 TOMADAS EM CADA RÉGUA. INCLUSO PORCAS E PARAFUSOS NECESSARIOS PARA MONTAGEM DO RACK. UMA COLUNA RACK COMPATÍVEL COM O ARMARIO RACK PADRÃO 19", EM CHAPA DE AÇO PARA ACONDICIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, ESTA COLUNA RACK DEVE POSSUIR GUIA DE CABOS VERTI-CAL. INCLUSO 10 GUIA CABOS HORIZONTAL 1U. INCLUSO 2 BANDEJAS FIXAÇÃO FRONTAL PADRÃO 19" NA COLUNA RACK. INCLUSO 2 BANDEJAS COM 4 PONTOS DE FIXAÇÃO DE 700MM. INCLUSO QUALQUER TIPO DE PARAFUSO E/OU PORCAS NECESSARIAS PARA A MONTAGEM DO ARMARIO RACK E DE TODOS OS EQUIPA-MENTOS AGREGADOS SOLICITADOS, BEM COMO CONJUNTO DE PORCA GAÍOLA.	UN	GARRA COMPO-NENTES	03	R\$ 3.850,00	R\$ 11.550,00
					TOTAL	R\$ 11.550,00

Data da Assinatura: 11/10/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2017**

Publicação Nº 1429050

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 191/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 078/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: E.J.C VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.912.815/0001-06 e inscrição Estadual nº 254.353.436, estabelecida na Avenida Governador Ivo Silveira nº 395, Bairro Santa Galo, município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.163-053.

OBJETO: Registro de preços para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM, TIPO MINIVAN, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, DEVIDO A GRANDE DEMANDA EXISTENTE.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNI-TARIO	PREÇO TOTAL
01	VEÍCULO DO TIPO MINIVAN COM CAPACIDADE DE 7 LUGARES (MOTORISTA E PASSAGEIRO) COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO E MODELO 2017/2018; ZERO KM; COR BRANCA; COM 5/6 PORTAS E ACESSO LATERAL COM PORTAS DESLIZANTES (ACESSO BANCOS PELA PORTA TRASEIRA); POTENCIA MÍNIMA 1.4; CAMBIO MANUAL COM 5 MARCHAS À FRENTE E 1 À RÉ; DIREÇÃO HIDRAULICA; RODAS DE AÇO ARO 14/15; AR CONDICIONADO; DESEMBACADOR DE VIDRO TRASEIRO; TRAVAS ELÉTRICAS EM TODAS AS PORTAS; VIDROS ELETRICOS NO MÍNIMO DIANTEIROS; COMBUS-TÍVEL: GASOLINA E ETANOL (FLEX); TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 LITROS; CAPACIDADE MÍNIMA PORTA MALAS: 500 LITROS; PROTE-TOR DE CARTER; TAPETES DE BORRACHA; EQUIPADO COM TODOS OS ACESSÓ-RIOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE (AIR BAG - FREIO ABS - MACACO - TRIÂNGU-LO - EXTINTOR - CHAVE DE RODAS - ETC); GARANTIA MÍNIMA 01 ANO.	UN	FIAT DOBLO	01	R\$86.500,00	R\$86.500,00
					TOTAL	R\$86.500,00

Data da Assinatura: 16/10/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017**

Publicação Nº 1429058

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 191/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 078/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: CEK INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.949.640/0001-42 e inscrição Estadual nº 255.154.500, estabelecida na Rua Pastor Quast nº 155, Bairro Centro, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.280-055.

OBJETO: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de Tablets para aperfeiçoar os serviços realizados pelas agentes comunitárias no cadastramento de pessoas do município usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme especificações do Termo de Referência do Anexo I.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	TABLET - SISTEMA OPERACIONAL: ANDROID VERSÃO 4.4 OU SUPERIOR, REDE WI-FI, LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA:GPS (OBJETIVA IDENTIFICAR A POSIÇÃO DO ACS QUANDO ESTE ESTIVER ALIMENTANDO DADOS NO SITEMA. TELA: 7 POLEGADAS OU SUPERIOR RESOLUÇÃO MÍNIMA: 1024X768 MEMÓRIA: 1GB RAM OU SUPERIOR ARMAZENAMENTO: 8 GB OU SUPERIOR BATERIA: 3400 mAh ou superior CONTENDO CARREGADOR DE BATERIA, CABO USB E FONE DE OUVIDO	UN	MULTILASER	40	R\$ 598,00	R\$ 23.920,00

Data da Assinatura: 24/10/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017**

Publicação Nº 1429066

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 165/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 071/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: DEGERING MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.615.167/0001-10, estabelecida na Rua Rinaldo Bogo nº 811, sala 06, Bairro Ilha da Figueira, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.258-070.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, NOTADAMENTE PARA REGULAÇÃO DAS CONSULTAS SOLICITADAS NOS ESF'S CONJUNTAMENTE COM RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELOS ATOS DE TODA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	MÉDICO REGULADOR E RESPONSABILIDADE TÉCNICA	HORAS	60	R\$ 275,00	R\$ 16.500,00

Data da Assinatura: 27/10/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 157/17**

Publicação Nº 1428932

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 2/17  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 083/17  
CONTRATO Nº 157/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: INSTITUTO O BARRIGA VERDE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.072.361/0001-55, com sede na Rua Tiradentes, nº 555, Centro, Cidade de Taió, Estado de Santa Catarina, CEP 89190-000.

OBJETO: contratação de Instituição especializada em processo de seleção de Recursos Humanos, que tenha por objeto a prestação de serviços técnicos de organização e promoção de Concurso Público/Processo Seletivo para provimento de cargos, conforme solicitação emanada pelo setor requisitante.

VALOR DO CONTRATO: A remuneração da CONTRATADA será através da arrecadação das inscrições conforme tabela abaixo:

Estimativa de Inscrições	Valor	Valor das Inscrições
Até 700 inscritos	100% do valor das inscrições	Ensino Superior R\$ 80,00
Número de inscritos que ultrapassarem a estimativa acima, repassaremos um percentual conforme segue:		Ensino Médio R\$ 60,00
Acima de 700 inscritos	10% do valor das inscrições para a Prefeitura	Ensino fundamental e alfabetizado R\$ 40,00

Data da Assinatura: 24/10/2017

Data da Vigência: 31/03/2018

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 158/17**

Publicação Nº 1428951

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 111/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 057/17  
CONTRATO Nº 158/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.888.040/0009-80 e inscrição Estadual nº 256.348.286, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 800 - KM 01, Sala 01, Itaipava, município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP 88316-001.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de PNEUS, CÂMARAS, COLARINHOS E PROTETORES DE CÂMARA NOVOS PARA A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$165.240,00 (cento e sessenta e cinco mil e duzentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 30/10/2017

Data da Vigência: 30/10/2018

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 159/17**

Publicação Nº 1428959

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 111/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 057/17  
CONTRATO Nº 159/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 93.894.954/0008-42, estabelecida na Avenida Leopoldo Sander, nº 111, Bairro Cristo Rei, município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP 89.810-002.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de PNEUS, CÂMARAS, COLARINHOS E PROTETORES DE CÂMARA NOVOS PARA A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$40.960,00 (quarenta mil e novecentos e sessenta reais)

Data da Assinatura: 30/10/2017

Data da Vigência: 30/10/2018

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 160/17**

Publicação Nº 1428963

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 111/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 057/17  
CONTRATO Nº 160/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: NACIONAL PNEUS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 27.879.590/0001-20, estabelecida na Avenida 7 de Setembro, nº 238, Bairro São Cristovão, município de Tapejara, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 99.950-000.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de PNEUS, CÂMARAS, COLARINHOS E PROTETORES DE CÂMARA NOVOS PARA A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$21.806,00 (vinte e um mil e oitocentos e seis reais)

Data da Assinatura: 30/10/2017

Data da Vigência: 30/10/2018

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 161/17**

Publicação Nº 1428969

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 111/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 057/17  
CONTRATO Nº 161/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PNEUSBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 23.794.633/0001-14 e inscrição Estadual sob o nº 25.783.221-1, estabelecida na Avenida Expedicionário Edmundo Arrabar, nº 3617, sala 02, Bairro Santa Rosa, município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP 89.400-000.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de PNEUS, CÂMARAS, COLARINHOS E PROTETORES DE CÂMARA NOVOS PARA A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Data da Assinatura: 30/10/2017

Data da Vigência: 30/10/2018

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 162/17**

Publicação Nº 1428974

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 111/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 057/17  
CONTRATO Nº 162/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.880.642/0001-09 e inscrição Estadual sob o nº 903.164.39-50, estabelecida na Avenida Marginal Paraguai, nº 469, Bairro Rio Verde, município de Colombo, Estado do Paraná, CEP 83.405-280.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de PNEUS, CÂMARAS, COLARINHOS E PROTETORES DE CÂMARA NOVOS PARA A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$26.776,00 (vinte e seis mil e setecentos e setenta e seis reais)

Data da Assinatura: 30/10/2017

Data da Vigência: 30/10/2018

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 163/17**

Publicação Nº 1428980

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 111/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 057/17  
CONTRATO Nº 163/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.889.977/0001-98 e inscrição Estadual nº 254.830.943, estabelecida na Rua Tancredo de Almeida Neves nº 5056, CEP 89.711-650 - São Cristovão, município de Concórdia, Estado do Santa Catarina.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de PNEUS, CÂMARAS, COLARINHOS E PROTETORES DE CÂMARA NOVOS PARA A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$212.746,00 (duzentos e doze mil e setecentos e quarenta e seis reais)

Data da Assinatura: 30/10/2017

Data da Vigência: 30/10/2018

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 164/17**

Publicação Nº 1428990

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
Pregão Presencial nº. 03/2016 - CISNORDESTE/SC  
CONTRATO Nº 164/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUPÁ/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: OLOS TECNOLOGIA LTDA EPP, com sede à Rua Tufie Mahfud, nº 210, sala 304 - Centro, CEP 89.251-080, Jaraguá do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.260.354/0001-28.

OBJETO: Este contrato tem por objeto para futura e eventual contratação de prestação de serviço de processamento de dados, de solução de gestão integrada de saúde pública, para atender a Secretária da Saúde de Corupá, incluindo a administração de banco de dados, sem limites de quantidade de estações de trabalho, serviço mensal de processamento de dados e gerenciamento do banco de dados, treinamento, serviço de implantação/conversão

VALOR DO CONTRATO: R\$ 18.459,72 (dezoito mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos)

Data da Assinatura: 03/11/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 165/17**

Publicação Nº 1428994

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 231/17  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 041/17  
CONTRATO Nº 165/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: ESPAÇO SAÚDE EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 27.438.531/0001-17 e CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde) sob o nº. 9237038 estabelecida na Rua Vidal

Ramos nº 82, Bairro Centro, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

**OBJETO:** Credenciamento para pessoas jurídicas interessadas na prestação de serviços de consultas médicas/exame/avaliação/sessão de tratamento de patologias descritas no Grupo 03 – Cardiologia, Ginecologia/Obstetrícia, Neuropsicologia, Oftalmologia, Pediatria, Proctologia e Psiquiatria e Grupo 02 – Procedimentos com finalidade diagnóstica, todos da Tabela Unificada de Procedimentos e Valores do Sistema Único de Saúde – SUS, para atender as necessidades dos munícipes usuários do SUS.

**VALOR DO CONTRATO:** O valor total a ser pago pelas consultas médicas especializadas, será de até R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) pelas consultas médicas especializadas em Ginecologia/Obstetrícia, divididos entre todas as empresas credenciadas.

Data da Assinatura: 08/11/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO Nº 1394/17

Publicação Nº 1429354

DECRETO Nº 1394/17

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE VERÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, NO PERÍODO QUE INDICA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que os termos do art. 84 da Lei Complementar Municipal 014/09 de 15 de dezembro de 2009, que estabelece a forma de registro de frequência diária dos servidores da Administração Pública do Município.

CONSIDERANDO que, o interesse público e a conveniência administrativa decorrente da redução temporária da jornada de trabalho, sem prejuízo da manutenção integral dos vencimentos dos servidores municipais;

DECRETA:

Art.1º - Institui em caráter excepcional, o horário especial de trabalho, em turno único contínuo de 06 (seis) horas diárias, nas repartições da relativa Secretaria de Infra Estrutura, a ser cumprido de segundas-feiras a sextas-feiras das 07h00min às 13h00min.

Art. 2º - O turno, instituídos pelo artigo 1º deste Decreto, vigorará a partir de 20 de novembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único - Não haverá redução salarial, durante o período em que perdurar o turno único nas repartições públicas municipais.

Art. 3º - Fica ressalvada a necessidade de permanecer com horário normal de trabalho, os serviços considerados essenciais de Vigilância, Cemitérios, irrigação de ruas e outros que venham a ser definidos pela Administração, como de natureza essencial.

Art. 4º - A Administração Municipal poderá convocar servidores, para serviços fora dos horários estabelecidos neste Decreto, de acordo com as necessidades de cada setor, para atendimento de situações emergenciais e/ou urgentes que justifiquem este procedimento, sem que implique no pagamento de horas extras.

Art. 5º - Fica vedada, na vigência do turno único, a convocação

para prestação de serviço extraordinários ressalvados os casos excepcionais, devidamente justificados e autorizados previamente pelo Prefeito Municipal, inclusive para as atividades de caráter essencial, definidas no artigo 4º deste Decreto.

Parágrafo Único. Quando autorizadas, a realização de horas extras, somente será paga as horas excedentes à jornada de trabalho estabelecida para os cargos, podendo, também a Administração Municipal optar pelo sistema de compensação de horário.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
17 de novembro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 093/2017

Publicação Nº 1428792

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 232/2017  
Dispensa de Licitação nº 093/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 232/2017, AUTORIZO a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o n.º 093/2017, da pessoa jurídica denominada JAIR ROMÃO 45805890925, inscrita no CNPJ sob nº 13.253.351/0001-56, para o cumprimento do objeto, qual seja, a "CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR, VISANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E RECORTES EM MADEIRA PARA ARTESANATO, PARA SEREM DISPONIBILIZADAS AS MULHERES PARTICIPANTES DO GRUPO DE CONVIVÊNCIA DO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – DURANTE AS OFICINAS POR ELA REALIZADAS, CONFORME SOLICITAÇÃO EMANADA PELO SETOR REQUISITANTE", tendo como valor total para contratação, a monta de R\$ 1.083,00 (mil e oitenta e três reais).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93". Vislumbra-se da redação legal, portanto, que em relação aos valores até os limites fixados pelo art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no DOU/DOM, contudo, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente RATIFICAÇÃO seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, 08 de Novembro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 094/2017**

Publicação Nº 1428794

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Processo Licitatório nº 239/2017  
Dispensa de Licitação nº 094/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 239/2017, AUTORIZO a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o n.º 094/2017, da pessoa jurídica denominada CHEERS PUB CHOPERIA E BAR LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.670.208/0001-22, para o cumprimento do objeto, qual seja, a "CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR, VISANDO A AQUISIÇÃO DE COFFEE BREAK PARA SER DISPONIBILIZADO QUANDO DA REALIZAÇÃO DOS ENCONTROS ELABORADOS PELO NAISF – NÚCLEO DE ATENÇÃO INTEGRAL NA SAÚDE DA FAMÍLIA, JUNTO AO GRUPO "LIDANDO COM A ANSIEDADE", CONFORME SOLICITAÇÃO EMANADA PELO SETOR REQUISITANTE", tendo como valor total para contratação, a monta de R\$ 115,00 (cento e quinze reais).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93". Vislumbra-se da redação legal, portanto, que em relação aos valores até os limites fixados pelo art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no DOU/DOM, contudo, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente RATIFICAÇÃO seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, 14 de Novembro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 095/2017**

Publicação Nº 1428799

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Processo Licitatório nº 242/2017  
Dispensa de Licitação nº 095/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 242/2017, AUTORIZO a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o n.º 095/2017, da pessoa jurídica denominada FABIO SCHWERDTNER 06054020943, inscrita no CNPJ sob nº 18.441.321/0001-97, para o cumprimento do objeto, qual seja, a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS" VISANDO SUA DISPONIBILIZAÇÃO ÀS CRIANÇAS PARTICIPANTES DO GRUPO DE CONVIVÊNCIA DO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME SOLICITAÇÃO EMANADA PELO SETOR REQUISITANTE", tendo como valor total para contratação, a monta de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário,

têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93". Vislumbra-se da redação legal, portanto, que em relação aos valores até os limites fixados pelo art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no DOU/DOM, contudo, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente RATIFICAÇÃO seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, 14 de Novembro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 042/2017**

Publicação Nº 1428790

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Processo Licitatório nº 235 /2017  
Inexigibilidade de Licitação nº 042/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 25, II, da Lei nº. 8.666 de 1993) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 235/2017, AUTORIZO a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO sob o n.º 042/2017, da pessoa jurídica COSEMS-SC CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE inscrita no CNPJ sob nº 80.987.902/0001-00, visando o cumprimento do objeto, qual seja, "INSCRIÇÃO DO CURSO: 67º CONGRESSO COSEMS SC, O QUAL OCORRERÁ NOS DIAS 28, 29 E 30 DE NOVEMBRO DE 2017, TENDO COM SERVIDORES PARTICIPANTES: JESSICA JOANA PEREIRA, GIOVANA PORNER ODVANZY, JOYCE RAQUEL KIATKOSKI, MONICA WAJAND SIQUEIRA, ISABEL CRISTINA OLIANI, WALDILEIA LIGIA SCHUTZ KLITZKE, CONFORME SOLICITAÇÃO EMANADA PELO SETOR REQUISITANTE", tendo como valor global a ser pago a monta de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93".

Desta feita, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que, pelo presente TERMO DE RATIFICAÇÃO, seja efetivada a publicação do ato, nos termos da lei.

Publique-se e cumpra-se.

Corupá, 09 de Novembro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 114, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1428825

DECRETO Nº 114, de 16 de novembro de 2017.

ALTERA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE REAVALIAÇÃO DE PROGRESSÕES FUNCIONAIS E GRATIFICAÇÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 42 § 2º da Lei Complementar nº 40;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a composição da Comissão Especial de Avaliação, para fins de reavaliação das progressões funcionais e gratificações de todos os servidores municipais estáveis, constituída e designada pelo Decreto nº 102 de 13 de outubro de 2017.

Art. 2º. DESIGNA os servidores: Daniela Bichett Muller – Encarregada do Setor de Recursos Humanos, Dilson Muller – Técnico Agrícola, Silvana de Vargas Lenz – Professora, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão.

Art. 3º. Ficam ratificadas as demais disposições dos Decretos nº 102 de 13 de outubro de 2017 e nº 113 de 6 de novembro de 2017.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 16 de novembro de 2017.

JAIRO EBELING  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAHER  
Secretário de Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 115, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1428839

DECRETO Nº 115, de 16 de novembro de 2017.

CONSTITUI E DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DO QUADRO DE VAGAS DEFINIDO NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC FIRMADO COM MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 42 § 2º da Lei Complementar nº 40;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDA a Comissão Especial de Avaliação, para fins de avaliação do quadro de vagas definido na legislação municipal e do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado com Ministério Público Estadual.

Parágrafo único. São atribuições da Comissão:

I - Descrição específica das atribuições de cada cargo e função do

Poder Executivo Municipal;

II - Identificar quais cargos são considerados funções técnicas, burocráticas ou operacionais, por quem são ocupados e a natureza do cargo de quem ocupa.

III - Relacionar todos os cargos, por quem estão ocupados e a natureza do cargo;

IV – Relacionar as vagas disponíveis em que não há servidores contratados;

V – Sugerir adequação do quadro de cargos e vagas a fim de reorganizar o fluxo de trabalho.

Art. 2º. DESIGNA os servidores: Lovanor Fiorese – Agente de Controle Interno, Daniela Bichett Muller – Encarregada do Setor de Recursos Humanos, Alexandre Lencina Fagundes – Secretário, Marise Schmidt – Secretária, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão.

Parágrafo único. A Comissão designada no caput deste artigo terá o prazo de 90 (noventa) dias para emitir relatório.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 16 de novembro de 2017.

JAIRO EBELING  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAHER  
Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2017

Publicação Nº 1429216

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Ata de Registro de Preços nº: 061/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa VIVACE FONO & FISIO LTDA. ME

Processo Licitatório 0197/2017, Pregão Presencial 93/2017.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE AUDIOMETRIA OCUPACIONAL.

Valor total: R\$ 2.617,50.

Vigência: 13/11/2017 a 13/11/2018.

Jairo Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2017

Publicação Nº 1427755

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Ata de Registro de Preços nº: 061/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa VIVACE FONO & FISIO LTDA. ME

Processo Licitatório 0197/2017, Pregão Presencial 93/2017.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE AUDIOMETRIA OCUPACIONAL.

Valor total: R\$ 2.617,50.

Vigência: 13/11/2017 a 13/11/2018.

Jairo Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal

# Cunhataí

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 107/2017

Publicação Nº 1429422

DECRETO N.º 107/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

“FIXA HORÁRIOS DIFERENCIADOS DE TRABALHO EM RAZÃO DO TURNO ÚNICO DE EXPEDIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial em conformidade com o inciso VI do Artigo 77, c/c o inciso I do Artigo 100 da Lei Orgânica Municipal e;  
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 099/2017 de 08 de novembro de 2017 que fixa turno único de expediente;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a realização de horários diferenciados de trabalho, em razão do turno único de expediente nas seguintes repartições:

I – Secretaria de Agricultura:

- a) O atendimento do médico veterinário cedido para a CIDASC será realizado em horário normal de expediente, qual seja, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas;
- b) Os operadores de máquinas poderão revezar-se, em razão da natureza dos trabalhos desenvolvidos naquela secretaria, entre os horários de turno único das 07:00 às 13:00 horas ou 13:00 às 19:00 horas, sendo responsabilidade do secretário a definição do horário.

II – Centro de Eventos:

- a) O atendimento ao público será realizado diariamente das 13:00 às 19:00 horas.

Art. 2º. Fica autorizada a Secretaria de Agricultura, a designação de funcionário plantonista para realizar serviços cuja natureza é de extrema urgência e que não possam aguardar o atendimento em horário de expediente.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 16 de novembro de 2017.

LUCIANO FRANZ

PREFEITO MUNICIPAL

# Curitibanos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.952/2017

Publicação Nº 1428804

DECRETO Nº 4.952/2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRAS PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, art. 5º alínea "g",

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de utilidade Pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, uma área de terras urbana com área superficial de 6.000m² (seis mil metros quadrados) sendo 60 m de frente para a Av. Gov. Jorge Lacerda e 99,29 m para a rua Crispin José Ribeiro, conforme mapa anexo, dentro de uma área maior e objeto da matrícula imobiliária n. 26.299 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca de propriedade de Fundação Guarani Ltda – em liquidação, inscrita no CNPJ n. 83.752.188/0001-51, ou do titular à época da transferência, pelo valor da avaliação constante do laudo anexo.

Parágrafo Único: A área de terras mencionada neste artigo destina-se à construção do Centro de Educação Infantil.

Art. 2º. Fica fazendo parte integrante desde decreto o mapa, matrícula imobiliária e laudo de avaliação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das seguintes dotações:

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1044 AQUISIÇÃO DE TERRENO ENSINO INFANTIL

4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETA ..... R\$ 700.000,00

4490000000.00.3036 APLICAÇÕES DIRETA ..... R\$ 250.000,00

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 31 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima Secretário de Educação e Cultura	Amaury Silva Secretário Municipal de Administração e Finanças
--	--

### DECRETO Nº 4.953/2017

Publicação Nº 1428806

DECRETO Nº 4.953/2017

INCLUI ALINEA A DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 4.306/2013 QUE REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR N. 091/2013 QUE INSTITUIU A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º. Fica acrescentado ao inciso I do art. 18 do Decreto nº 4.306/2013 que regulamenta a Lei Complementar n. 091/2013 que instituiu a nota fiscal de Serviços Eletrônica, a alínea "c" com a seguinte redação:

" Art. 18 (...)

I . (...)

c) informar por qual ou quais notas será substituída a nota cancelada. "

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 31 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 4.954/2017

Publicação Nº 1428809

DECRETO Nº 4.954/2017

CEDE O USO DE EQUIPAMENTOS AO 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma do item 2.1.11 da cláusula segunda do Termo de Convênio n. 15.621/2012-3

DECRETA

Art. 1º. Ficam cedidos para uso do 2º Batalhão do Bombeiro Militar de Curitibanos, o veículo marca Ford, modelo Fiesta 1.6 Flex, de placas QHB 6755 ano e modelo 2013, chassi 9BFZF55P6E8094618 adquiridos com recurso do convênio celebrado com o Estado de Santa Catarina sob n. 15.621/2012-3.

Art. 2º. Revoga-se o Decreto n. 4.526/2014.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 31 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.955/2017**

Publicação Nº 1428812

DECRETO Nº 4.955/2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL – CONDEMA-DR

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e consoante determina a Lei nº 4.434/2009, DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados os membros abaixo para comporem o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – CONDEMA-DR, na forma do que determina o artigo 3º da Lei nº 4.434/2009:

I - 05 membros e seus respectivos suplentes representantes das Entidades Governamentais, indicados e nomeados pelo Prefeito Municipal:

1. Titular: Tarsso Luiz Rhoden - Agência de Desenvolvimento Regional de Curitiba - ADR  
Suplente: Michele Fernanda Cardoso - Polícia Militar Ambiental

2. Titular: Luiz Fernandes Popinhak França - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Suplente: João Maria Teles de Souza - Agência da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN

3. Titular: Renata Ceolla Tagliari - Câmara de Vereadores  
Suplente: Ellen Cristina Molim - Câmara de Vereadores

4. Titular: Fábio Granemann - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina/EPAGRI  
Suplente: Fernando José Felix - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina/CIDASC

5. Titular: Glória Regina Botelho – Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC  
Suplente: Sônia Corina Hess - Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

II - 05 membros e respectivos suplentes representantes de Entidades não Governamentais:

1. Titular: Brahian Popinhak - Cooperativa Agrícola de Santa Cruz do Pery /COPERY  
Suplente: Valdir Emídio dos Santos - Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos/ COPERCAMPOS

2. Titular: André Alvim França - Cultivar Distribuidora de Insumos Agrícolas  
Suplente: Valdir Angelo Tagliari - Consórcio Intermunicipal do Contestado/COINCO

3. Titular: Neilor Rosa - Associação de Proteção Animal Patinhas do Bem  
Suplente: Fabrício Costa - Associação Agropecuária de Curitiba

4. Titular: Maria Cleusa de Souza - Sindicato dos Trabalhadores Rurais/ SINTRUC  
Suplente: Aluir Scheffer - Colônia de Pescadores

5. Titular: Dorneli Luiz Serena – União da Associação de Bairros/ UAB  
Suplente: Vilmar Pauli - Associação dos Produtores de Uva de Curitiba/ APRUVAC

Art.2º - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de dois anos, admitindo-se a recondução consecutiva apenas uma vez.

Art.3º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural será dirigido por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos pelo plenário, com a seguinte composição:

Presidente : Luiz Fernandes Popinhak França – Secretaria de Agricultura

Vice-Presidente: Maria Cleusa de Souza – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Secretário: André Alvim França – Cultivar

Art.4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revoga-se o Decreto 4.475/2014.

Curitiba, 31 de outubro de 2017

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos dezoito dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezessete, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Luiz Fernandes Popinhak França  
Secretário de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

**DECRETO Nº 4.956/2017**

Publicação Nº 1428813

DECRETO Nº 4.956/2017

CEDE O USO DE EQUIPAMENTOS AO 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma do item 2.1.11 da cláusula segunda do Termo de Convênio n. 15.621/2012-3  
DECRETA

Art. 1º. Ficam cedidos para uso do 2º Batalhão do Bombeiro Militar de Curitiba, os bens, veículos e equipamentos permanentes adquiridos com recurso do convênio celebrado com o Estado de Santa Catarina sob n. 15.621/2012-3 no ano de 2013 no valor total de R\$ 39.868,35 relacionados no anexo.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 31 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos trinta e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.957/2017**

Publicação Nº 1428816

DECRETO Nº 4.957/2017

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma do Decreto nº 2.945/2001 :

**DECRETA**

Art. 1º - Fica prorrogado por dois anos, o prazo de validade do concurso público para o cargo de Agentes de Trânsito a que se refere o Edital 001/2015 da Prefeitura Municipal, cujo resultado foi homologado pelo Decreto 4.668/2015 vigorando até 12 de novembro de 2019 na forma prevista pelo artigo 3º do Regulamento Geral para concursos do Município de Curitiba, aprovado pelo decreto 2.945/2001.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 07 de novembro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.958/2017**

Publicação Nº 1428818

DECRETO Nº 4.958/2017

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO IPESMUC.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 5.851/2016,

**DECRETA**

Art. 1º Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Curitiba - IPESMUC no valor de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.851/2016,

**DA MODALIDADE DE DESPESA**

08.00 INSTITUTO DE PREV. SOC SERVID. PÚBLICOS  
08.01 INSTITUTO DE PREV. SOC SERVID. PÚBLICOS  
04.122.0007.2017 MANUT. DAS ATIV. ADMINISTRATIVA DO IPESMUC  
3190000000.00.1003 APLICAÇÕES DIRETAS .... R\$ 70.000,00  
4490000000.00.1003 APLICAÇÕES DIRETAS .... R\$ 23.000,00

**PARA A MODALIDADE DE DESPESA**

08.00 INSTITUTO DE PREV. SOC SERVID. PÚBLICOS  
08.01 INSTITUTO DE PREV. SOC SERVID. PÚBLICOS  
04.122.0007.2017 MANUT. DAS ATIV. ADMINISTRATIVA DO

IPESMUC

3390000000.00.1003 APLICAÇÕES DIRETAS .... R\$ 93.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 07 de novembro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos sete dias do mês de novembro ano de dois mil e dezessete na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Marisa Lemos Guetten Maciel  
Diretora IPESMUC

**DECRETO Nº 4.959/2017**

Publicação Nº 1428821

DECRETO Nº 4.959/2017

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 5.851/2016,

**DECRETA**

Art. 1º Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.851/2016,

**DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO**

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
06.181.0004.2009 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS  
4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .... R\$ 50.000,00

**PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO**

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
06.181.0004.2009 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS  
3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 07 de novembro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos sete dias do mês de novembro ano de dois mil e dezessete na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.960/2017**

Publicação Nº 1428824

DECRETO Nº 4.960/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA FORMA DA LEI Nº 5.966/2017.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

**D e c r e t a**

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.966/2017 no montante de R\$ 224.913,67 (duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e treze reais, sessenta e sete centavos) a saber :

**ANULAÇÃO:**

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.039 OBRAS NA ÁREA DA SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS .... R\$ 209.483,33

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.022 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS – SAÚDE

3.3.50.00.00.00.00.1002 TRANSF. INSTIT. PRIV. S/FINS LUCRAT ..... R\$ 15.430,34

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 224.913,67

Art. 2º Fica suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.966/2017 no montante de R\$ 224.913,67 ( duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e treze reais, sessenta e sete centavos) a saber :

**SUPLEMENTAÇÃO:**

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS .... R\$ 224.913,67

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 224.913,67

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações anuladas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de novembro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos nove dias do mês de novembro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten  
Secretário de Saúde

**DECRETO Nº 4.961/2017**

Publicação Nº 1428828

DECRETO Nº 4.961/2017

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

**D e c r e t a**

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.851/2016, no montante de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) a saber:

**SUPLEMENTAÇÃO**

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

18.541.0019.2062 MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 190.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 190.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos ORDINÁRIOS.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de novembro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 246/2017**

Publicação Nº 1429355

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 246/2017**

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE GAVETÁRIO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL, CONFORME PLANILHA E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 04/12/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 04/12/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br). Curitiba, 14 de Novembro de 2017.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2017

Publicação Nº 1429342

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba por intermédio da Pregoeira e Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Menor Preço Por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para: Aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado na Unidade de Saúde do Central, para o ano de 2018.

Os interessados em participar do certame deverão protocolizar seu envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até às 14:00 horas do dia 04/12/2017, na sede do Fundo Municipal de Saúde de Curitiba. A partir das 16:00 horas do dia 04/12/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e posteriormente terá início a fase de lances com as propostas classificadas.

Curitiba, 31 de Outubro de 2017.  
Altamir Carvalho Goetten  
Presidente do Fundo

## EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO Nº 006/2017 - FIA

Publicação Nº 1428837

### EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO Nº 006/2017 - FIA

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a APAE DE Curitiba-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.453.183/0001-28, na cidade de Curitiba-SC por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

RESUMO: Termo de Colaboração com a APAE de Curitiba-SC, por intermédio do Fundo Municipal da Infância e adolescência – FIA.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada."

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a APAE de Curitiba-SC, desenvolve há 40 anos, atividades voltadas a serviços de atendimento aos direitos da criança e adolescente, estando credenciada pelo órgão gestor dessa respectiva política pública.

Diante da situação constatada no Município, faz-se possível a presente celebração do Termo de Colaboração com a APAE de Curitiba-SC, considerando que o FIA detém recurso residual e que foram preenchidos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público, conforme disposto na Lei 13.019/2014.

Pelo exposto, defiro a formalização do termo de colaboração, na forma listada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Fundo	Valor
Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA	R\$ 20.000,00

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Curitiba (SC), 14 de novembro de 2017.

Hérton Adalberto Rech  
Procurador Geral do Município

Publicada o presente extrato da Dispensa do Chamamento Público 006/2017, aos 14 dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

## LEI Nº 5.964/2017

Publicação Nº 1428831

### LEI Nº 5.964/2017

INSTITUI O DIA E O MÊS MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO E DE VALORIZAÇÃO DA VIDA "SETEMBRO AMARELO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica instituído no Município de Curitiba o Mês Municipal de Prevenção ao Suicídio e de valorização da vida denominado "Setembro Amarelo".

Art. 2º Fica instituído o dia 10 de setembro, como o dia Municipal de Prevenção ao Suicídio.

Art. 3º A conscientização será realizada anualmente, durante o mês de setembro, com o intuito de informar, esclarecer, conscientizar, envolver e mobilizar a sociedade civil a respeito da prevenção ao suicídio, tendo em vista que o dia 10 de setembro é considerado Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio;

Art. 4º Ao longo do mês de setembro poderão ser realizados fóruns de debates, palestras, seminários, divulgação de material informativo impresso ou audiovisual, entre outras ações de conscientização em espaços públicos, iluminação de prédios públicos em amarelo, podendo contar com a participação voluntária de profissionais de medicina, psicologia, psiquiatria, serviço social, segurança comunitária, educação, entre outras áreas do Poder Público, instituições

públicas e privadas e a população de modo geral;

Art. 5º O mês Municipal de prevenção ao suicídio e valorização da vida terá como símbolo um laço de fita na cor amarela. Em caso de outro elemento de identidade visual vir a substituí-lo, é recomendável manter-se o amarelo como cor padrão;

Art. 6º A Prefeitura de Curitiba/SC poderá firmar parcerias de forma não onerosa com órgãos públicos, universidades, entidades de classes, organizações não governamentais, entidades de interesse público, entre outras instituições públicas ou privadas visando a conscientização do Mês Municipal de Prevenção ao Suicídio e de valorização da vida "Setembro Amarelo", bem como sua promoção anual;

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará essa lei no prazo de 90

(noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 01 de novembro de 2017

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei ao primeiro dia do mês de novembro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten

Secretário de Saúde

## LEI Nº 5.965/2017

Publicação Nº 1428833

LEI Nº 5.965/2017

ALTERA ANEXO I DA LEI Nº 5.792/2017 PARA INCLUIR BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DE AUTO CONSTRUÇÃO DO LOTEAMENTO NOVA ALVORADA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica alterado o anexo I da Lei nº 5.792/2017 que autoriza a outorga de escritura pública aos adquirentes de imóveis do Loteamento Nova Alvorada, para substituir lotes a beneficiários do programa de Auto construção conforme sorteio das vagas remanescentes e relação anexa.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de novembro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de novembro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Marcio Damiani Poletto de Souza

Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

### ANEXO I

NOME	Qd	LOTE	MATR.
TERESINHA PAULINA LOVATEL	21	14	24.998
LUCIA DAS DORES PEREIRA DOS SANTOS	21	15	24.999
JUCELIA APARECIDA FERNANDES	21	16	25.000
DARIANA APARECIDA DOS SANTOS	21	17	25.001
RITA DE CASSIA BARBOSA	21	18	25.002
ADRIANA APARECIDA DE JESUS SANTOS	21	19	25.003
SILVANA APARECIDA FLORINDO	21	20	25.004
MARCIA DE OLIVEIRA DAS ALMAS	21	21	25.005
TATIANE DE OLIVEIRA BETTIN	21	22	25.006
ELIZETE APARECIDA BORNAGUI	21	24	25.008
GENI LEODORO	22	14	25.022
ADRIANO DA SILVA TESSARI	22	16	25.024
DIRCE BERBIANO DA SILVA	22	17	25.025
LUCIANO CORRÊA BORGES	22	18	25.026
GILSENETE GOMES	22	19	25.027
KLEITON JORGE	22	20	25.028
EKTON JOSE DA SILVA	22	22	25.030
GISELI TESCKE	22	23	25.031

ILOIVA IDALVINA SCHNEIDER	22	24	25.032
LORECI DE FATIMA BASQUERA	23	1	25.033
SILVANA SILVEIRA ANTONELLO	23	2	25.034
JULIE TATIANE DE LIMA	23	7	25.039
ADRIANO SANTIAGO BORGES	23	8	25.040
ROSICLEIA DO PRADO	23	9	25.041
MARIA LEDA DE OLIVEIRA DE MELLO	23	10	25.042
SONIA APARECIDA BATISTA	23	12	25.044
JUCELIA RODRIGUES RIBEIRO	24	2	25.046
CRISTINA SILVEIRA DOLBERTH	24	3	25.047
BERNADETE MACIEL LISBOA	24	4	25.048
SIMONIA APARECIDA MARTINS MENON	24	6	25.050
ADÃO TESSARI	24	7	25.051
ERONIDE FATIMA PRADO	24	8	25.052
MARCIA APARECIDA ROSA	25	1	25.053
GISELLE APARECIDA DOS SANTOS	25	2	25.054
LUCIANA PIRES	25	3	25.055
CLEOCI CARDOZO DOS SANTOS	25	4	25.056
ANDREIA MORAES DE OLIVEIRA	25	5	25.057
EDNA APARECIDA RAMOS	25	6	25.058
DAIANE DOS SANTOS	25	7	25.059
IVONETE TERESINHA DOS SANTOS GONCALVES	25	8	25.060
SHEILA KRETZLER	25	9	25.061
MARLIZA APARECIDA LOPES SIMOES	25	10	25.062
LUCIANA DOS SANTOS	25	11	25.063
CLAUDIA GARIPUNA DE SOUZA	25	12	25.064
MARIA LAUDI DOS SANTOS	25	13	25.065
JOSE CARLOS BATISTA	25	14	25.066
JOSE SIDERLEI DOS SANTOS	25	15	25.067
MARIA APARECIDA DA SILVA	25	16	25.068
LUCIANA APARECIDA TELLES	26	1	25.069
CINTIA APARECIDA PRASS DA COSTA	26	4	25.072
JACIRA WALTRICK DE PAULA	26	6	25.074
ELTON MAY FERREIRA	26	8	25.076
TEREZINHA APARECIDA FRANÇA DA SILVA	26	9	25.077
MORGANA NOTARI STOLL	26	10	25.078
MARCOS JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA	26	11	25.079
ZILMA APARECIDA DE SOUZA	26	12	25.080
SANDRO PERUZZO	26	14	25.082
ROSNEY GUIMARAES LIMA	26	15	25.083
CARLA JANAINA MEIRELLES	26	16	25.084
EDNILCE APARECIDA DOS SANTOS PRANDI	27	1	25.085
IVONE DE SOUZA LOURENCO	27	2	25.086
WANDERLEY PONTES	27	3	25.087
VALDENI RIBEIRO DOS SANTOS	27	4	25.088
MARILENE FRUHAUF DE MORAIS	27	5	25.089
ADRIANA NOVAES DOS SANTOS	27	6	25.090
JORGE NERI RIBEIRO	27	7	25.091

EDUARDO SPINDOLA	27	9	25.093
ELIANE APARECIDA DE LIMA	27	10	25.094
KELIM CIMARA FRITSCHÉ	27	11	25.095
VILMA DOS SANTOS SOUZA	27	12	25.096
MARISA HELEODORO ALVES	27	14	25.098
IBRAINA ALVES DAS CHAGAS	27	15	25.099
ELIGIANE BARRETO BRANDI	27	16	25.238
VILMA APARECIDA MARQUES COUTO	28	1	25.100
LUCIMARA APARECIA RIBEIRO	28	2	25.101
ELIANE RIBEIRO DE JESUS	28	4	25.103
MARIA MARGARETE BORGES	28	9	25.108
ADELAR ANTONIO HECHLER	28	11	25.110
EDILCE BECKER DE SOUZA	28	12	25.111
LUANA CAMILA LUCIANO	35	1	25.208

**LEI Nº 5.966/2017**

Publicação Nº 1428834

LEI Nº 5.966/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.851/2016 no montante de R\$ 224.913,67 (duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e treze reais, sessenta e sete centavos) a saber :

**ANULAÇÃO:**

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.039 OBRAS NA ÁREA DA SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS .... R\$ 209.483,33

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.022 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS – SAÚDE

3.3.50.00.00.00.00.1002 TRANSF. INSTIT. PRIV. S/FINS LUCRAT ..... R\$ 15.430,34

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 224.913,67

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.851/2016 no montante de R\$ 224.913,67 ( duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e treze reais, sessenta e sete centavos) a saber :

**SUPLEMENTAÇÃO:**

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS .... R\$ 224.913,67

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 224.913,67

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações anuladas no art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de novembro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de novembro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten

Secretário de Saúde

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO NR.139/2017**

Publicação Nº 1429369

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

O Município de Curitiba, através de sua autoridade competente entende por RESCINDIR amigavelmente na sua totalidade o contrato firmado sob nº 139/2017, Dispensa de Licitação nº 91/2017, que tem como objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE ESPAÇO NA TORRE TRANSMISSORA DE SINAIS PARA O EQUIPAMENTO DO 2º BBM MILITAR, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO I DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO ANEXAS, tendo em vista que a empresa não possui as certidões negativas para manter o contrato, descumprindo a cláusula Quinta do contrato, sendo assim fica rescindido o contrato conforme art. 79 parágrafo II da Lei nº 8.666/93.

Curitiba, 16 de Novembro de 2017.

De acordo,

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Mauricio de Toffol Boch & Cia Ltda Me  
Contratada

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente rescisão cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 16 de Novembro de 2017.

Herlon Adalberto Rech  
Procurador Geral do Município

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 17/2017**

Publicação Nº 1429370

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, através de sua autoridade competente entende por RESCINDIR amigavelmente na sua totalidade o contrato firmado sob nº 17/2017, Compra Direta nº 14/2017, que tem como objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA VOIP MENSALIDADE BÁSICA: TAXA MENSAL + LIGAÇÕES MENSAIS) QUE SERÁ DESTINADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O PERÍODO DE 21.01.2017 A 20.01.2018, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO AO CONTRATO, tendo em vista que a empresa não possui as certidões negativas para manter o contrato, descumprindo a cláusula Quinta do contrato, sendo assim fica rescindido o contrato conforme art. 79 parágrafo II da Lei nº 8.666/93.

Curitiba, 16 de Novembro de 2017.

De acordo,

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

Mauricio de Toffol Boch & Cia Ltda Me  
Contratada

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente rescisão cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 16 de Novembro de 2017.

Herlon Adalberto Rech  
Procurador Geral do Município

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 221/2017**

Publicação Nº 1428751

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 1/8  
 Processo Nº.: 221/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 221/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 221/2017**

No dia 14 do mês de Novembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, inscrito no CPF sob o nº. 352.219.259-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 221/2017, Processo Licitatório nº. 221/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA DE MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9314	GILMAR SANI - ME	4
8225	NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA -	5
11455	SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE TINTAS	1, 3, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GILMAR SANI - ME	14.588.459/0001-62	GUILHERME ALEXANDRE	084.739.809-99
NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA -	10.349.258/0001-51	BRUNA LARISSA NILES	083.820.809-60
SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE TIN	26.044.069/0001-00	RAFAEL PITZ SILVERIO	024.655.639-04

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA DE MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8225 - NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA -							
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	
5	GAZEBO DE ALUMINIO NA COR AZUL, DOBRAVEL, 3,00 X 3,00 X 2,50M, ESTRUTURA ARTICULADA DE ALUMINIO E AÇO, MATERIAL POLIESTER OXFORD, ACOMPANHADO DE BOLSA PARA TRANSPORTE.	UN	KALA	2,000	430,0000	860,00	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 2/8

Processo Nº.: 221/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 221/2017

**Fornecedor: 9314 - GILMAR SANI - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	CARRINHO PARA CEMITERIO: DURALUMINIO RESISTENTE, COM QUATRO RODAS SENDO DUAS GIRATORIAS, COMPRIMENTO 2,06M, LARGURA 0,73M, ALTURA 0,78M, TUDO DE 1" COM PAREDE DE 1/8 (3MM), EIXO , GARFO E RODA DE AÇO, RODAS COM CAMARA DE AR.	UN	GML CAR	1,000	2.140,0000	2.140,00

**Fornecedor: 11455 - SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE TINTAS**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	FRAGMENTADORA DE PAPEL COM AS ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: 220V, TIPO DE FRAGMENTADORA AUTOMATICA, TIPO DE CORTE PARTICULA, CAPACIDADE DE CORTE: 01 CARTAO DE CREDITO, NUMERO MINIMO DE FOLHAS 08, VELOCIDADE DE FRAGMENTAÇÃO MINIMA: 2,5 METROS POR MINUTO, CAPACIDADE MEDIA DE FRAGMENTAÇÃO: 230 FOLHAS POR HORA, POTENCIA: 80W, TEMPO DE DESCANSO: 30 MINUTOS, VOLUME DA LIXEIRA MINIMO: 13 LITROS, PROTEÇÃO CONTRA SUPERAQUECIMENTO, SENSOR DE SEGURANÇA PARA LIXEIRA, CHAVE SELETORA DE POSIÇÕES: AUTO/OFF/REVERSO.	UN	AURORAAS6	1,000	460,0000	460,00
2	FRAGMENTADORA DE PAPEIS, COM A DESCRIÇÃO MINIMA A SEGUIR: COM CESTO DE 1 LITRO, CORTE EM TIRAS DE 6MM, ATÉ 6 FOLHAS A4 (75G/M²) POR VEZ, NIVEL DE SEGURANÇA 2 (NORMA DIN 32757-1, BOTAO COM 3 POSIÇÕES, AUTO/OFF/REXR, SENSOR AUTOMATICO DE PRESENÇA DE PAPEL, PROTEÇÃO CONTRA SUPER AQUECIMENTO DO MOTOR, ABERTURA DE ENTRADA: 220MM, FRAGMENTA 214 FOLHAS POR HORA, BAIXO NIVEL DE RUÍDO (<70DB), DIMENSOES: 315 X 190 X 345 X MM (L X P X A)	UN	AURORAAS8	1,000	159,0000	159,00
3	FORNO MICROONDAS 30 LITROS, 220 V,	UN	LG	1,000	440,0000	440,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 3/8  
Processo Nº.: 221/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 221/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 4/8  
Processo Nº.: 221/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 221/2017

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 5/8  
Processo Nº.: 221/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 221/2017

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 6/8  
Processo N°.: 221/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N° 221/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 7/8  
Processo N°.: 221/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 221/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 8/8  
Processo Nº.: 221/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 221/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitibanos, 14 de Novembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
**JOSÉ ANTÔNIO GUIDI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

GILMAR SANI - ME	CNPJ: 14.588.459/0001-62	_____
NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA -	CNPJ: 10.349.258/0001-51	_____
SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE TINT/	CNPJ: 26.044.069/0001-00	_____

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA NR. 96/2017**

Publicação Nº 1429196

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS</b>  <b>CNPJ: 83.754.044/0001-34</b> <b>Rua Coronel Vidal Ramos, 860</b> <b>C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 228/2017 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo: 228/2017</b> <b>Processo de Licitação: 228/2017</b> <b>Data do Processo: 24/10/2017</b>

Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 96/2017 (Sequência: 1)**

Ao(s) 16 de Novembro de 2017, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 228/2017, Licitação nº 228/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A EMPRESA LUCAPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS EIRELI - ME NÃO APRESENTOU CREDENCIAMENTO, TODAS AS DEMAIS EMPRESAS INTERESSADAS REALIZARAM CREDENCIAMENTO CONFORME EXIGÊNCIA DO EDITAL. AS EMPRESAS QUE ESTÃO ENQUADRADAS NA CONDIÇÃO DE ME/EPP CONFORME LC 123/06, POR APRESENTAREM A DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 7.3 DO EDITAL, SÃO: FARMACIA SUL BRASIL LTDA - EPP, FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA, GAIKI E FARINA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, VV COMERCIO ATACADISTA LTDA, KELLY A D S MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS - ME, COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME, J.P. FR LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP, CELIA REGINA W. SANI - ME. A EMPRESA LUCAPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS EIRELI ME FOI DESCLASSIFICADA NOS ITENS Nº 27, 68 E 69 POR NÃO APRESENTAR DOCUMENTO QUE COMPROVE PODERES PARA ASSINATURA DA PROPOSTA, CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 5.2 DO EDITAL; A EMPRESA GAIKI E FARINA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA EPP FOI DESCLASSIFICADA DOS ITENS Nº 68, 69 E 71 POR NÃO APRESENTAR MARCA NA PROPOSTA CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 5.3 ALÍNEA "C" DO EDITAL. AS DEMAIS EMPRESAS PARTICIPANTES APRESENTARAM PROPOSTAS EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, SENDO CONSIDERADAS CLASSIFICADAS PARA A ETAPA DE PROPOSTA, OBEDECENDO A LEI 10.520/02, CLASSIFICANDO OS TRÊS MENORES VALORES COTADOS E 10% ACIMA DO MENOR VALOR, DEVENDO OBRIGATORIAMENTE ESTAR DENTRO DO VALOR MÁXIMO ESTIPULADO NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Curitiba, 16 de Novembro de 2017

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL

- ..... - Pregoeiro(a)

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### EXTRATO TOMADA DE PREÇOS 73/2017 - PMDC

Publicação Nº 1429434

MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 73/2017.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 73/2017, Edital de Tomada de Preço Nº 73/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E ELABORAÇÃO DO RESPECTIVO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA DE ACORDO COM AS LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010. O recebimento dos envelopes de habilitação e propostas fica até às 08:00 horas do dia 19/12/2017. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do mesmo dia, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Santos Dumont, nº 413, Dionísio Cerqueira – SC, maiores informações, [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br), pelo e-mail– [comprasdionisiocerqueira@hotmail.com](mailto:comprasdionisiocerqueira@hotmail.com), pelo telefone: 0xx49-36436700, no Depto de Compras, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30. Dionísio Cerqueira - SC. Thyago W. G. Gonçalves – Prefeito Municipal.

### LEI Nº 4593/2017

Publicação Nº 1428605

LEI Nº 4593/2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CEDER MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL AOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA QUE DECLARAREM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faço saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a ceder máquinas, equipamentos e pessoal aos Municípios do Estado de Santa Catarina que declararem Situação de Emergência – SE ou Estado de Calamidade Pública – ECP.

Parágrafo único – As máquinas, equipamentos e pessoal serão cedidos, para o reestabelecimento dos serviços públicos essenciais, tais como a desobstrução e recuperação de vias limítrofes, estendendo-se, também, a setores de saúde, trânsito e segurança, a juízo do município cedente.

Art. 2º. O controle das máquinas, equipamentos e pessoal cedidos será da competência do Poder Executivo cedente, que deverá atuar conjuntamente com o órgão competente do município beneficiário da presente lei.

Art. 3º. As despesas de locomoção das máquinas, equipamentos e pessoal, até os municípios atingidos, correrão por conta de dotações orçamentárias municipal vigentes no momento do evento.

Art. 4. Quando da cessão, o Executivo Municipal expedirá decreto especificando quais máquinas, equipamento e a relação do pessoal que integrarão a operação, bem como estipulará o prazo de duração da mesma.

Art. 5º. Esta Lei passará a vigorar na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

NORMELIO PERCIO  
Secretario Municipal da Administração

# Dona Emma

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO 28/2017

Publicação Nº 1428442

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 39/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2017

REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVO P/ MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Município de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 9:00 horas do dia 29 de novembro de 2017, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório, objetivando o "Registro de Preços para aquisição de equipamentos eletroeletrônicos para equipar as Unidades Escolares do Município de Dona Emma". O edital completo encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: [www.donaemma.sc.gov.br](http://www.donaemma.sc.gov.br). Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente das 7 às 13 horas, através do telefone (47) 3364-2816, ou pelo e-mail [compras@donaemma.sc.gov.br](mailto:compras@donaemma.sc.gov.br).

Dona Emma (SC), 16 de novembro de 2017.

NERCI BARP

Prefeito Municipal

# Erval Velho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 039/2017

Publicação Nº 1429162

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 068/2017  
Edital de Pregão nº 039/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Contratação de Serviços de Locação, Montagem e Desmontagem de Tendas no Município de Erval Velho, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 29/11/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 040/2017

Publicação Nº 1429165

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 069/2017  
Edital de Pregão nº 040/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Cestas Básicas Para os Servidores Públicos Municipais no Município de Erval Velho, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 30/11/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 0069/2017

Publicação Nº 1429131

**AVISO**

PREGÃO PRESENCIAL N. 0069/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0069/2017 – Melhor Preço – Preço Unitário, visando registro de preços para a AQUISIÇÃO DE TRÊS COLHEDORAS DE FORRAGENS NOVAS de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 29 de Novembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 16 de Novembro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL 0070/2017

Publicação Nº 1429132

**AVISO**

PREGÃO PRESENCIAL N. 0070/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0070/2017 – Melhor Preço – Preço Unitário, visando registro de preços para a AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 13h00m às 13h30m horas do dia 29 de Novembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 13h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 16 de Novembro de 2017.

CLEUSA BRUSAMARELLO

Secretária Municipal de Educação

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO Nº. 2032/2017

Publicação Nº 1429464

#### ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO

Processo Licitatório Nº. 2032/2017

Modalidade: Tomada de Preços nº. 04/2017

No dia 10 de novembro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a comissão de licitação designada pela portaria nº. 059/2017 para realizar o julgamento do recurso apresentado, referente à decisão da ata anterior do processo licitatório que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, REDE DE ADUÇÃO, RESERVAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, QUADRO DE COMANDO DE CONTROLE E MOTOR ELÉTRICO NA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO. A Comissão reuniu-se para analisar o recurso apresentado pela empresa SANEOSTE INSTALADORA DE POÇOS LTDA EPP, referente à decisão tomada na ata anterior, sendo que o documento apresentado foi repassado para assessoria Jurídica do município analisar. Após a análise da documentação apresentada, a Assessoria Jurídica do Município emitiu parecer favorável à ata anterior do processo, onde a empresa SANEOSTE INSTALADORA DE POÇOS LTDA EPP, foi considerada inabilitada. Com isso a comissão mantém a decisão da ata anterior, inabilitando a empresa pelo fato de não cumprir com as exigências contidas em edital e declara o processo Licitatório fracassado, sendo lançado novo Processo Licitatório. Findos os trabalhos o Presidente da Comissão de Licitação encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão estado de Santa Catarina aos dez dias do mês de novembro de dois mil e dezessete.

ROSMARI ZANELLA	DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
Membro da comissão	Presidente	Membro da comissão

De acordo:

### PORTARIA Nº 265/2017

Publicação Nº 1429448

PORTARIA Nº 265/2017  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 001/2017 conforme segue:

I – VALMIR DE JESUS PINTO – Presidente;

II – DIRCIANE FALKOSKI NEUHAUS – Secretaria;

III – GENI RISSI BORTOLINI – Membro

IV – SILVIA CRISTINA DA SILVA – Membro;

Art. 2º - Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados

relevantes ao Município.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 16 dias do mês de Novembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 266/2017

Publicação Nº 1429449

PORTARIA Nº 266/2017
DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente portaria DESIGNADA a servidora municipal DEBORA DE FREITAS NORONHA, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, para desempenhar a função de ser Responsável pelos agendamentos das consultas junto aos centros clínicos e médicos especialistas que servem ao município de Flor do Sertão.

Art. 2º - Em razão da designação acima referida, e da acumulação de funções, fica concedida vantagem especial na ordem de 70% (setenta por cento) sobre o vencimento base, conforme Lei Municipal nº 497/2011 art. 94.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 16 dias do mês de Maio de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4324/2017

Publicação Nº 1428330

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4324, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 71, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada, NADIA ZARDO, portadora do CPF N.º 056.066.659-48 e da CI N.º 4.734.249-8, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, nível de vencimento CC-4, com regime de Dedicação Integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 16 de novembro de 2017.  
RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4325/2017

Publicação Nº 1428718

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4325, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, KELLY CRISTINA MARIA, Farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a serem gozadas no período de 04/12/2017 à 02/01/2018, correspondente ao período aquisitivo de 04/04/2016 à 03/04/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 04 de dezembro de 2017.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 16 de novembro de 2017.  
RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/FMS/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/ FMS/2017

Publicação Nº 1428604

ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/FMS/2017  
(Referente Pregão Presencial nº. 21/FMS/2017)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA, com sede na Rua João José Back, Centro - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 10.540.697/0001-47, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA, estabelecida na Rua Bréscia, 184, Bairro Mauá, Colombo/PR, inscrita no CNPJ/MF nº. 05.912.018/0001-83, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pela Sra. Rafaela de Oliveira Antônio, portadora da CI 20.736.054-01 e inscrita no CPF 022.870.840-02.

2. NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, estabelecida na Rua Judite Melo dos Santos, em São José, inscrita no CNPJ/MF nº. 03.612.312/0004-97, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pela Sra. Frantieska Mendes Maia, portadora da CI 4.629.164 e inscrita no CPF 064.717.189-93.

3. MAYCON WILI EIRELI EPP, estabelecida na Rua Treze de Junho, 769, Flor de Napolis, São José/SC, inscrita no CNPJ sob o Nº 18.712.730/0001-80, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Tarcilaine Guedes Kramers, portadora da CI nº. 5.584.714 e inscrita no CPF nº. 079.583.539-60;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 21/FMS/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de leites especiais, necessários e imprescindíveis para o atendimento a pacientes com deficiências nutricionais do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de 10 dias consecutivos a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição pela CONTRATADA imediatamente, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela

que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 21/FMS/2017, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Décima Segunda Fiscalização

A Sra. Miriela Guidarini Peruchi, Assistente Social da Secretaria de Saúde, será a gestora/fiscal deste Contrato, sendo dela a competência de fiscalizar e receber os materiais, garantindo a devida execução do objeto.

#### Cláusula Décima Terceira Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste

contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 16 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Rafaela de Oliveira Antonio

CPF: 022.870.840-02

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Frantieska Mendes Maia

CPF: 064.717.189-03

MAYCON WILI EIRELI EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Tarcilaine Guedes Kramers

CPF: 079.583.539-60

Miriela Guidarini Peruchi

Responsável pela Fiscalização do Contrato

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 39/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/ PMF/2017**

Publicação Nº 1428262

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 59/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 39/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais esportivos para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 15/05/2018

3ª Publicação

### **DECRETO Nº 190, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1429421

DECRETO Nº 190, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

DESTITUI A SERVIDORA JADNA REGINA VITALI DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CHEFE DE SEÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, c/c a Lei nº 750, de 20 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 2.266, de 01 de setembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica destituída, a partir do dia 1º de novembro de 2017, da Função Gratificada – FG-6, Chefe de Seção, a servidora Jadna Regina Vitali, matrícula 802.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de novembro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 1º de novembro de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de novembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº. 193, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1428621

DECRETO Nº. 193, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE FORQUILHINHA - COMDEMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 1.372, de 29 de maio de 2008, com a redação alterada pela Lei Municipal nº 2.100, de 29 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Forquilha - COMDEMA, os seguintes membros:

I – Representantes do Setor Público:

a) Secretaria Municipal de Saúde:

- Titular: Fabricio Ferreira;

- Suplente: Vilmar Raupp.

b) Secretaria Municipal de Educação:

- Titular: Glaziana Minatto;

- Suplente: Elisandra Preis.

c) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- Titular: Rozeli Eyng Westrup;

- Suplente: Zuri Langer.

d) Fundação Ambiental Municipal:

- Titular: Lilian Arns;

- Suplente: Juliana Thaissa Freese.

e) Defesa Civil Municipal:

- Titular: Carlos Alberto Arns Filho;

- Suplente: Leandro Arns Back.

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Forquilha:

- Titular: Danny Cesar Warmling;

- Suplente: Claver Donato Steiner.

b) Representante das Cooperativas do Município de Forquilha:

- Titular: Sidnei Minatto;

- Suplente: André Schmitz.

c) Representante das Associações de Irrigação do Município de Forquilha:

- Titular: Lino Sehnen;

- Suplente: Christian Nuernberg.

d) Representante da Associação de Clube de Mães de Forquilha:

- Titular: Samara Madalena Machado;

- Suplente: Jadna Regina Vitali.

e) Representantes das Associações de Moradores de Forquilha:

- Titular: Herlon Camargo de Arruda

- Suplente: Valdecir Tiscoski

Art. 2º O exercício do cargo no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Forquilha - COMDEMA será considerado serviço público relevante sem ônus para o Município.

Art. 3º A vigência deste Decreto é de 02 (dois) anos, nos termos do art. 11 da Lei Municipal nº. 1.372, de 29 de maio de 2008.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de novembro de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de novembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

## **EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 01/2017**

Publicação Nº 1428607

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 01/2017

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA / SC, em cumprimento a Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade – convida a população para a realização da 8ª Audiência Pública do processo de alteração do Plano Diretor Municipal de Forquilha, com o objetivo de garantir a participação da população e associações representativas de comunidades, onde serão apresentados os resultados das reuniões entre os conselheiros do CDMF.

DATA: 06 de dezembro de 2017.

HORÁRIO: 19:00 horas.

LOCAL: AUDITÓRIO DA CÂMARA DE VEREADORES

ENDEREÇO: Rua Sigisfredo Back – Centro (Próximo à Prefeitura Municipal)

Forquilha / SC

Forquilha / SC, 16 de novembro de 2017.

LEANDRO ARNS BACK

Presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Forquilha

Informações: contato com Eng. LEANDRO ARNS BACK

SETOR DE PLANO DIRETOR

Endereço: Avenida 25 de Julho, 3400 – Centro – Forquilha (SC).

Tel.: (48) 3463.8100

Site: [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

E-mail: [planodiretor@forquilha.sc.gov.br](mailto:planodiretor@forquilha.sc.gov.br)

**PUBLICAÇÃO IPTU 2017**

Publicação Nº 1428312

**PUBLICAÇÃO IPTU 2017**

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento da presente constituição de crédito tributário, pelos lançamentos do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, referente ao exercício fiscal de 2017.

A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento abaixo discriminado, ou para que apresente defesa formal. Em acordo com a Lei Municipal 494/98, art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em inscrição de dívida ativa e posterior protesto em cartório e /ou execução fiscal.

Nº NOTIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO
33876	17/10/2017	941,87	WALTER TISCOSKI	IMÓVEL: 29 - 01.01.001.0263.001
33879	17/10/2017	93,75	ZOLEGA MARIO DA ROSA	IMÓVEL: 20 - 01.01.002.0141.001
33881	17/10/2017	293,22	FABIANO STOLS TEIXEIRA	IMÓVEL: 228 - 01.01.006.0394.002
33882	17/10/2017	291,08	FABIANO STOLS TEIXEIRA	IMÓVEL: 230 - 01.01.006.0394.004
33883	17/10/2017	1.194,38	ERIK RAYMOND SEGUINOT	IMÓVEL: 232 - 01.01.006.0409.001
33884	17/10/2017	716,10	ERIK RAYMOND SEGUINOT	IMÓVEL: 234 - 01.01.006.0409.003
33885	17/10/2017	509,76	LAIZZA THEODORA PREIS HERR	IMÓVEL: 111 - 01.01.007.0021.001
33886	17/10/2017	756,14	LAIZZA THEODORA PREIS HERR	IMÓVEL: 113 - 01.01.007.0042.001
33887	17/10/2017	971,87	ALCIDES DA ROSA	IMÓVEL: 217 - 01.01.007.0762.001
33889	17/10/2017	572,15	RICARDO SATOSHI ARIMA AKAISHI	IMÓVEL: 16776 - 01.01.010.0193.003
33892	17/10/2017	47,98	PAVEI CONSTRUTORA LTDA	IMÓVEL: 27195 - 01.01.010.0220.067
33893	17/10/2017	166,79	ENO JOSE MICHELS	IMÓVEL: 16579 - 01.01.011.0318.002
33894	17/10/2017	175,94	ENO JOSE MICHELS	IMÓVEL: 16580 - 01.01.011.0318.003
33895	17/10/2017	2.403,83	MOVEIS CORREA BACK LTDA-EPP	IMÓVEL: 1029 - 01.01.012.1313.011
33896	17/10/2017	835,13	MOVEIS CORREA BACK LTDA-EPP	IMÓVEL: 20259 - 01.01.012.1313.013
33897	17/10/2017	248,16	ABRAMO LIDUINO PASINI	IMÓVEL: 1050 - 01.01.012.1421.001
33898	17/10/2017	342,84	AGENOR CASAGRANDE	IMÓVEL: 30439 - 01.01.016.0121.003
33900	17/10/2017	298,55	AGENOR CASAGRANDE	IMÓVEL: 345 - 01.01.016.0150.002
33901	17/10/2017	485,47	VANDA DA SILVA TROMBIM E OUTROS	IMÓVEL: 357 - 01.01.016.0218.004
33902	17/10/2017	693,15	ESPOLIO DE VALDEMAR LOCH	IMÓVEL: 790 - 01.01.017.0592.001
33905	18/10/2017	684,00	FREDERICH EINSTEIN ALVES DA SILVA	IMÓVEL: 19821 - 01.01.017.1371.014
33906	18/10/2017	125,70	RODRIGO SILVA	IMÓVEL: 19822 - 01.01.017.1371.015
33907	18/10/2017	319,48	SALETE PREMOLI	IMÓVEL: 19834 - 01.01.017.1371.027
33908	18/10/2017	525,15	GREYZER DESPINDOLA MEDEIROS	IMÓVEL: 19839 - 01.01.017.1371.032
33909	18/10/2017	509,47	LUIZ TARCISIO STEINER	IMÓVEL: 19846 - 01.01.017.1371.039
33911	18/10/2017	539,93	GREYZER DESPINDOLA MEDEIROS	IMÓVEL: 19858 - 01.01.017.1371.051
33912	18/10/2017	341,39	MIRIAM DA SILVA BECKAUSER	IMÓVEL: 19859 - 01.01.017.1371.052
33914	18/10/2017	61,82	GREYZER DESPINDOLA MEDEIROS	IMÓVEL: 19876 - 01.01.017.1371.069
33915	18/10/2017	61,82	FREDERICH EINSTEIN ALVES DA SILVA	IMÓVEL: 19879 - 01.01.017.1371.072
33917	18/10/2017	105,57	GREYZER DESPINDOLA MEDEIROS	IMÓVEL: 19905 - 01.01.017.1371.098
33919	18/10/2017	231,68	LUIZ TARCISIO STEINER	IMÓVEL: 19922 - 01.01.017.1371.115
33920	18/10/2017	54,48	HOEPERS & LAPA CONSTRUÇÕES S.A.	IMÓVEL: 19940 - 01.01.017.1371.133
33926	18/10/2017	679,05	HOEPERS & LAPA CONSTRUÇÕES S.A.	IMÓVEL: 29508 - 01.01.019.0410.010
33927	18/10/2017	188,19	NADIR FABRIS PASINI TREVISOL	IMÓVEL: 480 - 01.01.020.0107.001
33928	18/10/2017	1.077,55	ANITA NUERNBERG	IMÓVEL: 532 - 01.01.022.0099.001
33929	18/10/2017	1.363,13	OBF CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 542 - 01.01.023.0216.001
33930	18/10/2017	496,77	OBF CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 16755 - 01.01.023.0216.002
33931	18/10/2017	593,71	CARLOS ADALBERTO RECH BORTOLOTTTO	IMÓVEL: 25667 - 01.01.024.0030.001
33932	18/10/2017	542,56	SERGIO TISCOSKI	IMÓVEL: 547 - 01.01.024.0092.001
33933	18/10/2017	736,42	JDZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	IMÓVEL: 28010 - 01.01.024.0187.002
33934	18/10/2017	1.150,09	JDZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	IMÓVEL: 28011 - 01.01.024.0187.003
33935	18/10/2017	618,52	JDZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	IMÓVEL: 28012 - 01.01.024.0187.004

33936	18/10/2017	1.882,73	ESPOLIO DE ALOISIO HOEPERS	IMÓVEL: 2266 - 01.01.026.0165.001
33937	18/10/2017	62,86	MKS ENGENHARIA LTDA	IMÓVEL: 20122 - 01.01.027.0207.013
33938	18/10/2017	356,73	ELISABETE DA SILVA NUNES	IMÓVEL: 20147 - 01.01.027.0207.038
33939	18/10/2017	434,06	ALEXANDRE CASAGRANDE PAVEI	IMÓVEL: 20148 - 01.01.027.0207.039
33940	18/10/2017	437,29	MKS ENGENHARIA LTDA	IMÓVEL: 20153 - 01.01.027.0207.044
33941	18/10/2017	475,16	MKS ENGENHARIA LTDA	IMÓVEL: 20154 - 01.01.027.0207.045
33942	18/10/2017	431,62	MICROMIL MICROMIZAÇÃO E MOAGEM LTDA	IMÓVEL: 20155 - 01.01.027.0207.046
33943	18/10/2017	529,30	MKS ENGENHARIA LTDA	IMÓVEL: 20164 - 01.01.027.0207.055
33944	18/10/2017	1.088,58	OI S.A.	IMÓVEL: 601 - 01.01.027.0397.001
33945	18/10/2017	757,13	ROSELEI RAFAEL DA ROSA FERNANDES	IMÓVEL: 619 - 01.01.028.0143.009
33947	18/10/2017	732,32	ELTON LUIZ TIBES DA SILVA	IMÓVEL: 662 - 01.01.030.0249.001
33948	18/10/2017	612,09	JOAO DE DEUS SOUZA (ESPOLIO)	IMÓVEL: 690 - 01.01.031.0170.001
33949	18/10/2017	473,48	GISELI SCANDOLARA BOSA	IMÓVEL: 27214 - 01.01.031.0402.018
33950	18/10/2017	246,66	OSMAR MONGUILHOTT FILHO	IMÓVEL: 27221 - 01.01.031.0402.025
33951	18/10/2017	473,48	TAISE FENALI MARTINHO	IMÓVEL: 27232 - 01.01.031.0402.036
33952	18/10/2017	63,47	GISELI SCANDOLARA BOSA	IMÓVEL: 27274 - 01.01.031.0402.078
33953	18/10/2017	63,47	TAISE FENALI MARTINHO	IMÓVEL: 27277 - 01.01.031.0402.081
33959	18/10/2017	558,71	NEVERTON MEZARI	IMÓVEL: 753 - 01.01.034.0252.001
33961	18/10/2017	779,99	NAIR TEREZINHA TISCOSCKI	IMÓVEL: 763 - 01.01.035.0173.001
33962	18/10/2017	794,51	ALONIR CANDIDO	IMÓVEL: 775 - 01.01.036.0225.001
33964	18/10/2017	324,35	EDSON VILMAR DA SILVA JR.	IMÓVEL: 864 - 01.01.038.0082.001
33965	18/10/2017	352,91	VALDECI FIGUEREDO	IMÓVEL: 876 - 01.01.038.0200.001
33966	18/10/2017	854,59	ELISABET INACIO MACHADO	IMÓVEL: 894 - 01.01.038.0588.001
33967	18/10/2017	808,46	ELISABET INACIO MACHADO	IMÓVEL: 904 - 01.01.038.0693.001
33968	18/10/2017	360,87	JOSE DE FAVERI	IMÓVEL: 1008 - 01.01.039.0102.001
33969	18/10/2017	271,19	JOSE DE FAVERI	IMÓVEL: 16799 - 01.01.039.0102.002
33970	18/10/2017	283,41	GUILHERME FORMIGONI	IMÓVEL: 16800 - 01.01.039.0136.002
33971	18/10/2017	590,63	VANDERLEI FERNANDES	IMÓVEL: 1016 - 01.01.040.0031.001
33972	18/10/2017	478,11	VANDERLEI FERNANDES	IMÓVEL: 20081 - 01.01.040.0031.002
33973	18/10/2017	522,67	ANDREIA TEZA MARTINS	IMÓVEL: 1018 - 01.01.040.0092.001
33974	18/10/2017	373,79	JOZIANI ACORDI ROCHA	IMÓVEL: 19252 - 01.01.041.0120.001
33976	18/10/2017	417,43	ROSANE CAMPOS	IMÓVEL: 29419 - 01.01.043.0027.014
33977	18/10/2017	443,51	SILVANA CARDOSO GONÇALVES	IMÓVEL: 19271 - 01.01.043.0079.001
33978	18/10/2017	833,46	ADERLEI NICOSKI	IMÓVEL: 19777 - 01.01.045.0063.001
33979	18/10/2017	805,36	BANCO BRADESCO S/A	IMÓVEL: 25672 - 01.01.045.0358.001
33982	18/10/2017	205,45	PAULO VALFREDO BACK	IMÓVEL: 29664 - 01.01.052.0238.001
33983	18/10/2017	186,79	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29677 - 01.01.053.0084.001
33984	18/10/2017	186,79	LUANA DA ROSA	IMÓVEL: 29678 - 01.01.053.0098.001
33985	18/10/2017	186,79	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29679 - 01.01.053.0112.001
34002	19/10/2017	186,79	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29695 - 01.01.053.0392.001
34003	19/10/2017	186,79	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29696 - 01.01.053.0406.001
34007	19/10/2017	278,54	ALOISIO WESTRUP	IMÓVEL: 29808 - 01.01.059.0229.001
34008	19/10/2017	298,43	ALOISIO WESTRUP	IMÓVEL: 29805 - 01.01.059.0301.001
34009	19/10/2017	596,86	LAWTON PEDRO CAMILO	IMÓVEL: 29803 - 01.01.059.0329.001
34010	19/10/2017	278,54	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29823 - 01.01.060.0070.001
34011	19/10/2017	123,98	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29839 - 01.01.061.0042.001
34012	19/10/2017	451,54	ADILSON PERUCHI COSTA	IMÓVEL: 30160 - 01.01.067.0091.001
34013	19/10/2017	366,62	JUCELI FORMIGONI	IMÓVEL: 433 - 01.02.001.0118.001
34015	19/10/2017	559,94	IVONE WARMLING	IMÓVEL: 457 - 01.02.001.0494.001
34016	19/10/2017	1.108,69	FERNANDA WARMLING	IMÓVEL: 465 - 01.02.001.0596.001
34017	19/10/2017	369,75	RAFAEL TESSELE SOARES	IMÓVEL: 19372 - 01.02.001.1397.001
34018	19/10/2017	3.473,28	CLODOALDO STEINER	IMÓVEL: 27102 - 01.02.001.1888.001
34019	19/10/2017	1.160,44	CLODOALDO STEINER	IMÓVEL: 867 - 01.02.002.0837.001

34020	19/10/2017	328,80	PATRICIA PREIS	IMÓVEL: 883 - 01.02.002.0949.001
34021	19/10/2017	389,45	REINALDO FERNANDES	IMÓVEL: 907 - 01.02.002.1172.001
34022	19/10/2017	681,76	OSMAR DE SOUZA FLORENCIO	IMÓVEL: 913 - 01.02.002.1216.001
34024	19/10/2017	341,26	RAFAEL DE SOUZA RODRIGUES	IMÓVEL: 917 - 01.02.002.1244.001
34033	30/10/2017	570,31	JOEL BORGES	IMÓVEL: 2395 - 01.02.002.1503.001
34034	30/10/2017	480,20	ELIEL GUIDI ROMANCINI	IMÓVEL: 2400 - 01.02.002.1528.001
34037	30/10/2017	301,65	IVONE FERNANDES FAVARO	IMÓVEL: 813 - 01.02.003.0122.001
34038	30/10/2017	415,51	EDSON KOITI SUZUKI E OUTROS	IMÓVEL: 829 - 01.02.003.0269.001
34039	30/10/2017	695,67	LAERCIO TOMAZI URBANO	IMÓVEL: 2406 - 01.02.004.0036.001
34040	30/10/2017	528,57	ANDREIA PEREIRA NICOSKI	IMÓVEL: 2424 - 01.02.004.0367.001
34041	30/10/2017	361,48	ANDREIA PEREIRA NICOSKI	IMÓVEL: 20224 - 01.02.004.0367.002
34043	30/10/2017	290,56	ALESSANDRO DE SOUZA FLORENCIO	IMÓVEL: 2428 - 01.02.005.0044.001
34044	30/10/2017	652,55	DINO MINATTO	IMÓVEL: 2430 - 01.02.005.0081.001
34045	30/10/2017	739,57	MARIO ROBERTO DE OLIVEIRA E ALINE EYNG	IMÓVEL: 2433 - 01.02.005.0150.001
34046	30/10/2017	408,21	MARIA HELENA DE SOUZA LUNARDI	IMÓVEL: 2443 - 01.02.005.0310.001
34047	30/10/2017	377,33	VALDECI VARGAS DA SILVA	IMÓVEL: 2466 - 01.02.006.0575.001
34049	30/10/2017	361,21	OSMAR RODRIGUES MARTINS	IMÓVEL: 28022 - 01.02.006.0836.002
34050	30/10/2017	921,93	ROSANGELA COLOMBO RITTER	IMÓVEL: 2478 - 01.02.007.0015.001
34051	30/10/2017	235,59	ROSANGELA COLOMBO RITTER	IMÓVEL: 2479 - 01.02.007.0029.001
34052	30/10/2017	442,09	VANESSA SAVI	IMÓVEL: 2503 - 01.02.008.0244.001
34053	30/10/2017	314,11	VANESSA SAVI	IMÓVEL: 29345 - 01.02.008.0244.002
34054	30/10/2017	497,48	CLAUDENOR MARIOT	IMÓVEL: 2505 - 01.02.008.0272.001
34055	30/10/2017	190,86	FABIANE ARNS PERUCH	IMÓVEL: 2508 - 01.02.009.0029.001
34056	30/10/2017	723,46	FELIX HOBOLD	IMÓVEL: 2509 - 01.02.009.0044.001
34057	30/10/2017	588,49	VANILDO MAFIOLETTI	IMÓVEL: 2516 - 01.02.009.0187.001
34058	30/10/2017	374,87	ANTONIO ANACLETO DE SOUZA	IMÓVEL: 3051 - 01.02.010.0292.001
34059	30/10/2017	786,93	MARCELO PERUCHI	IMÓVEL: 2532 - 01.02.011.0172.001
34060	30/10/2017	547,03	EDIO JOSE CECHINEL	IMÓVEL: 2533 - 01.02.011.0187.001
34061	30/10/2017	203,55	RAQUEL DE OLIVEIRA PADILHA	IMÓVEL: 2544 - 01.02.012.0096.001
34062	30/10/2017	412,48	ALVACIR MEZARI	IMÓVEL: 2549 - 01.02.012.0239.001
34063	30/10/2017	556,65	NOEL ANTONIO PEREIRA PADILHA	IMÓVEL: 2551 - 01.02.012.0252.001
34064	30/10/2017	495,26	NOEL ANTONIO PEREIRA PADILHA	IMÓVEL: 27932 - 01.02.012.0252.002
34065	30/10/2017	656,73	ODETI SELHORST	IMÓVEL: 25786 - 01.02.013.0015.001
34066	30/10/2017	661,68	JUVENIRCE MINATTO	IMÓVEL: 1735 - 01.02.014.0026.001
34067	30/10/2017	313,65	VIVIANE DONDOSSOLA CARDOSO E CESAR D. C.	IMÓVEL: 28036 - 01.02.015.0248.002
34068	30/10/2017	162,63	IGREJA PENTECOSTAL ASS APOSTOLOS CRISTO	IMÓVEL: 26032 - 01.02.018.0044.001
34069	30/10/2017	162,63	IGREJA PENTECOSTAL ASS APOSTOLOS CRISTO	IMÓVEL: 16861 - 01.02.018.0044.002
34070	30/10/2017	385,20	VALDELAR DE COSTA	IMÓVEL: 1870 - 01.02.019.0167.001
34071	30/10/2017	555,08	VALDELAR DE COSTA	IMÓVEL: 28008 - 01.02.019.0167.002
34072	30/10/2017	345,27	RODRIGO MARMENTINI	IMÓVEL: 1872 - 01.02.019.0181.001
34074	30/10/2017	557,44	EDEGAR NICOSKI	IMÓVEL: 1940 - 01.02.022.0082.001
34075	30/10/2017	376,76	VALCIANO LAVEZO UGIONI	IMÓVEL: 1639 - 01.02.025.0111.001
34076	30/10/2017	105,43	EVERSON MEZARI	IMÓVEL: 1650 - 01.02.025.0214.003
34077	30/10/2017	381,82	EVERSON MEZARI	IMÓVEL: 1651 - 01.02.025.0214.004
34078	30/10/2017	434,63	ESPOLIO DE ALOISIO HOEPERS	IMÓVEL: 1673 - 01.02.025.0802.001
34079	30/10/2017	2.116,75	AUGUSTO ARNOLDO ARNS E OUTROS	IMÓVEL: 2747 - 01.02.026.0995.001
34080	30/10/2017	2.419,90	AUGUSTO ARNOLDO ARNS E OUTROS	IMÓVEL: 25655 - 01.02.026.1032.001
34081	30/10/2017	1.467,45	AUGUSTO ARNOLDO ARNS E OUTROS	IMÓVEL: 25656 - 01.02.026.1032.002
34082	30/10/2017	974,86	AUGUSTO ARNOLDO ARNS E OUTROS	IMÓVEL: 25657 - 01.02.026.1051.001
34083	30/10/2017	492,90	AUGUSTO ARNOLDO ARNS E OUTROS	IMÓVEL: 25658 - 01.02.026.1051.002
34084	30/10/2017	2.898,19	VANIR CARLOS NOLA	IMÓVEL: 17476 - 01.02.026.1157.001
34085	30/10/2017	506,39	MARIA DE LOURDES MARTINS	IMÓVEL: 2078 - 01.02.027.0104.001
34086	30/10/2017	325,26	IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR SEDE	IMÓVEL: 2114 - 01.02.027.0428.001

34087	30/10/2017	404,17	DILMAR PADOIN	IMÓVEL: 2120 - 01.02.027.0473.001
34088	30/10/2017	703,70	DILMAR PADOIN	IMÓVEL: 18328 - 01.02.027.0473.002
34090	30/10/2017	421,38	GRAZIELA LAURINDO RABELO	IMÓVEL: 2557 - 01.02.029.0072.001
34091	30/10/2017	173,74	ALCIDES DE BONA PASINI	IMÓVEL: 2573 - 01.02.029.0316.001
34092	30/10/2017	1.105,38	BRUNO BECKHAUSER	IMÓVEL: 2600 - 01.02.030.0303.001
34093	30/10/2017	253,86	ESPOLIO DE ALOISIO HOEPERS	IMÓVEL: 17381 - 01.02.032.0200.001
34094	30/10/2017	315,46	ESPOLIO DE ALOISIO HOEPERS	IMÓVEL: 17382 - 01.02.032.0243.001
34095	30/10/2017	2.563,90	IRENEU TRAMONTIM	IMÓVEL: 2644 - 01.02.037.0419.001
34096	31/10/2017	626,21	ELEDIR SCARSI	IMÓVEL: 2656 - 01.02.037.0512.001
34097	31/10/2017	930,91	ELEDIR SCARSI	IMÓVEL: 16911 - 01.02.037.0512.003
34098	31/10/2017	414,78	MAICON MARIOT IGNACIA	IMÓVEL: 19206 - 01.02.039.0070.001
34099	31/10/2017	496,87	SIRLEI BORDINI ELIAS	IMÓVEL: 2192 - 01.02.043.0120.001
34100	31/10/2017	639,69	LUIZ CARLOS DE SOUZA ALBANO	IMÓVEL: 2204 - 01.02.043.0216.001
34102	31/10/2017	230,17	CLAUDIA IZE	IMÓVEL: 2222 - 01.02.043.0362.001
34103	31/10/2017	493,48	ANDRE DANIELSKI	IMÓVEL: 2230 - 01.02.043.0590.001
34104	31/10/2017	441,93	RICARDO VIRTUOSO DOS SANTOS	IMÓVEL: 29595 - 01.02.044.0314.002
34105	31/10/2017	365,80	NILSON MARTINS	IMÓVEL: 2855 - 01.02.044.0379.001
34106	31/10/2017	686,52	ALVACIR MEZZARI	IMÓVEL: 2893 - 01.02.045.0038.001
34107	31/10/2017	289,86	ALVACIR MEZZARI	IMÓVEL: 2895 - 01.02.045.0038.003
34108	31/10/2017	450,42	ALVACIR MEZZARI	IMÓVEL: 2896 - 01.02.045.0038.004
34109	31/10/2017	422,31	ALVACIR MEZZARI	IMÓVEL: 2897 - 01.02.045.0038.005
34110	31/10/2017	543,28	ELI EYNG	IMÓVEL: 2915 - 01.02.045.0297.001
34111	31/10/2017	597,11	VARCILEI DONATO CARRADORE	IMÓVEL: 2934 - 01.02.045.0903.001
34112	31/10/2017	178,28	ROSIMERI DE FATIMA DANIEL	IMÓVEL: 2943 - 01.02.045.1092.001
34113	31/10/2017	253,66	JOSE FELISBERTO	IMÓVEL: 20168 - 01.02.045.1280.001
34114	31/10/2017	404,00	ELIETE CARVALHO COLOMBO	IMÓVEL: 2958 - 01.02.045.1473.002
34115	31/10/2017	313,79	JUVENCIO PREIS	IMÓVEL: 16908 - 01.02.046.0459.001
34116	31/10/2017	96,36	JUCENIR VITALI SERAFIM	IMÓVEL: 2969 - 01.02.047.0166.008
34117	31/10/2017	440,53	JUCENIR VITALI SERAFIM	IMÓVEL: 2970 - 01.02.047.0166.009
34118	31/10/2017	440,53	JUCENIR VITALI SERAFIM	IMÓVEL: 2976 - 01.02.047.0166.015
34119	31/10/2017	364,61	JUCENIR VITALI SERAFIM	IMÓVEL: 2979 - 01.02.047.0166.018
34120	31/10/2017	440,53	JUCENIR VITALI SERAFIM	IMÓVEL: 2982 - 01.02.047.0166.021
34121	31/10/2017	440,53	JUCENIR VITALI SERAFIM	IMÓVEL: 2988 - 01.02.047.0166.027
34122	31/10/2017	446,74	JUCENIR VITALI SERAFIM	IMÓVEL: 27081 - 01.02.047.0166.028
34123	31/10/2017	459,36	JUCENIR VITALI SERAFIM	IMÓVEL: 27085 - 01.02.047.0166.032
34124	31/10/2017	405,33	MICHEL OURIQUES FLORÊNCIO	IMÓVEL: 3007 - 01.02.048.0142.001
34125	31/10/2017	243,04	ESPOLIO DE FAVORIM DOMINGOS ROCHA	IMÓVEL: 3008 - 01.02.048.0178.001
34126	31/10/2017	535,18	ESPOLIO DE FAVORIM DOMINGOS ROCHA	IMÓVEL: 25938 - 01.02.048.0178.002
34127	31/10/2017	149,66	FABRICIA JACQUELINE FIGUEREDO GAVA	IMÓVEL: 3009 - 01.02.048.0208.001
34128	31/10/2017	128,90	FABRICIA JACQUELINE FIGUEREDO GAVA	IMÓVEL: 16965 - 01.02.048.0208.003
34130	31/10/2017	663,56	ROSILANE CORREIA	IMÓVEL: 18657 - 01.02.049.0232.001
34131	31/10/2017	799,58	MARILI WARMLING	IMÓVEL: 2792 - 01.02.049.1713.001
34132	31/10/2017	320,10	DIMAS KAMMER	IMÓVEL: 2793 - 01.02.049.1733.001
34133	31/10/2017	701,04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	IMÓVEL: 26039 - 01.02.049.1750.001
34134	31/10/2017	426,51	JUCELI ACORDE MOREIRA	IMÓVEL: 2797 - 01.02.049.1844.001
34135	31/10/2017	263,33	JUCELI ACORDE MOREIRA	IMÓVEL: 2798 - 01.02.049.1844.002
34136	31/10/2017	92,54	CELIO ACORDI	IMÓVEL: 2807 - 01.02.049.1946.001
34137	31/10/2017	669,84	JOÃO MACHADO GONÇALVES	IMÓVEL: 2810 - 01.02.049.1991.001
34139	31/10/2017	347,23	AGENOR ELIAS GUERREIRO	IMÓVEL: 2821 - 01.02.049.2186.001
34140	31/10/2017	381,10	PEDRO WITT	IMÓVEL: 2825 - 01.02.049.2244.001
34142	31/10/2017	515,43	JOSE JERVISON FERREIRA	IMÓVEL: 26985 - 01.02.049.2410.001
34143	31/10/2017	215,86	ADAIR DA SILVA	IMÓVEL: 2833 - 01.02.049.2430.001
34144	31/10/2017	426,47	NILBERTO LAURINDO SILVA	IMÓVEL: 2834 - 01.02.049.2465.001

34145	31/10/2017	575,50	ALTAIR FENALI	IMÓVEL: 2836 - 01.02.049.2482.001
34146	31/10/2017	457,52	REGINALDO GEREMIAS	IMÓVEL: 16766 - 01.02.049.2529.001
34147	31/10/2017	1.903,10	ADEMIR RAMPINELLI	IMÓVEL: 25765 - 01.02.050.0123.003
34148	31/10/2017	263,20	JOSE DE SOUSA ZEFERINO	IMÓVEL: 25781 - 01.02.050.0450.001
34149	31/10/2017	160,52	JOSE DE SOUSA ZEFERINO	IMÓVEL: 16995 - 01.02.050.0450.002
34150	31/10/2017	540,30	MARIA CLAUDETE P. CORNEO	IMÓVEL: 28060 - 01.02.051.0072.001
34151	31/10/2017	307,83	MARIA CLAUDETE P. CORNEO	IMÓVEL: 29955 - 01.02.051.0073.001
34152	31/10/2017	580,96	ENEDIR MINATTO	IMÓVEL: 1244 - 01.02.051.0078.001
34154	31/10/2017	368,32	VALCIANO LAVEZO UGIONI	IMÓVEL: 26184 - 01.02.051.0409.001
34155	31/10/2017	397,99	VALCIANO LAVEZO UGIONI	IMÓVEL: 16627 - 01.02.051.0480.001
34156	31/10/2017	655,15	VALENTIN PICOLO UGIONI	IMÓVEL: 17360 - 01.02.051.0721.001
34157	31/10/2017	867,73	VALENTIN PICOLO UGIONI	IMÓVEL: 1270 - 01.02.051.0748.001
34158	31/10/2017	1.001,56	VALENTIN PICOLO UGIONI	IMÓVEL: 17363 - 01.02.051.0763.003
34159	31/10/2017	694,67	VALENTIN PICOLO UGIONI	IMÓVEL: 17365 - 01.02.051.0777.002
34160	31/10/2017	122,87	IZOLETE MARIA COLOMBO	IMÓVEL: 19397 - 01.02.051.0917.004
34161	31/10/2017	525,73	IZOLETE MARIA COLOMBO	IMÓVEL: 19807 - 01.02.051.0917.005
34162	31/10/2017	397,05	DERNI BERNADINO DA ROSA	IMÓVEL: 1224 - 01.02.052.0069.001
34163	31/10/2017	943,72	DERNI BERNADINO DA ROSA	IMÓVEL: 1225 - 01.02.052.0085.001
34164	31/10/2017	1.291,54	VILMAR ANTONIO DA ROSA	IMÓVEL: 1226 - 01.02.052.0102.001
34165	31/10/2017	448,23	AVELINA VIDAL CASSIMIRO	IMÓVEL: 16992 - 01.02.052.0360.001
34167	31/10/2017	533,82	NARCISO MOREIRA PEREIRA	IMÓVEL: 1207 - 01.02.053.0300.001
34168	31/10/2017	162,63	VANILDA LOCH CARDOSO	IMÓVEL: 1208 - 01.02.053.0314.001
34169	31/10/2017	676,91	NARCISO MOREIRA PEREIRA	IMÓVEL: 1209 - 01.02.053.0329.001
34170	31/10/2017	1.773,93	BENTO DA SILVA MARTINS	IMÓVEL: 18683 - 01.02.054.0077.001
34171	31/10/2017	418,49	CLAITON MOTTA	IMÓVEL: 19210 - 01.02.054.0206.001
34174	31/10/2017	364,94	JARES DA ROCHA	IMÓVEL: 1158 - 01.02.055.0303.001
34175	31/10/2017	1.100,58	HILDEBRANDO JOAO DA ROSA	IMÓVEL: 1160 - 01.02.055.0343.001
34176	31/10/2017	791,74	HILDEBRANDO JOAO DA ROSA	IMÓVEL: 1161 - 01.02.055.0401.001
34177	31/10/2017	203,67	ANTONIO MARQUES GONÇALVES	IMÓVEL: 1167 - 01.02.055.0471.001
34178	31/10/2017	527,92	RAFAEL DAL PONT CORNEO	IMÓVEL: 29578 - 01.02.055.0495.002
34179	31/10/2017	574,15	GERALDO ROCHA	IMÓVEL: 1170 - 01.02.055.0510.001
34180	31/10/2017	232,91	MIGUEL VALDECIR VIEIRA BRIZOLA	IMÓVEL: 16644 - 01.02.056.0060.001
34182	31/10/2017	301,30	PAULO ROGERIO CARPES	IMÓVEL: 16649 - 01.02.056.0111.001
34184	31/10/2017	319,81	DIRCE BALDUINA BORGES	IMÓVEL: 1117 - 01.02.056.0195.001
34185	31/10/2017	190,93	DIRCE BALDUINA BORGES	IMÓVEL: 29561 - 01.02.056.0195.002
34186	31/10/2017	876,84	JOEL STOLS	IMÓVEL: 1118 - 01.02.056.0263.001
34187	31/10/2017	370,15	EDJANE HEERDT	IMÓVEL: 19313 - 01.02.056.0290.001
34189	31/10/2017	389,04	ODAIR ROCHA DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 1122 - 01.02.056.0429.001
34190	31/10/2017	100,01	GILMAR FRANK	IMÓVEL: 1125 - 01.02.056.0466.001
34191	31/10/2017	724,67	IZOLETE WESTRUP DAMINELLI	IMÓVEL: 1133 - 01.02.056.0643.001
34192	31/10/2017	431,25	IZOLETE WESTRUP DAMINELLI	IMÓVEL: 1134 - 01.02.056.0655.001
34194	31/10/2017	338,35	JOAO DA SILVA CORREA	IMÓVEL: 1144 - 01.02.056.0817.001
34195	31/10/2017	630,50	ANDREIA FORMIGONI CORREA	IMÓVEL: 1145 - 01.02.056.0832.001
34196	01/11/2017	896,86	VALCIANO LAVEZO UGIONI	IMÓVEL: 1078 - 01.02.058.0072.001
34197	01/11/2017	824,14	GIOVANE PEREIRA	IMÓVEL: 1080 - 01.02.058.0102.001
34198	01/11/2017	840,92	VALDA WARMLING TORRES	IMÓVEL: 1084 - 01.02.058.0191.001
34199	01/11/2017	363,79	ENEDIR MINATTO	IMÓVEL: 28786 - 01.02.059.0202.001
34200	01/11/2017	582,30	ROGERIO CARDOSO	IMÓVEL: 1055 - 01.02.060.0013.001
34201	01/11/2017	222,61	FRANCISCO ESPEDITO BORGES	IMÓVEL: 1063 - 01.02.060.0148.001
34202	01/11/2017	154,66	VILSON DA SILVA	IMÓVEL: 16675 - 01.02.061.0072.001
34203	01/11/2017	234,94	LAENIO ZANONI	IMÓVEL: 16660 - 01.02.061.0232.001
34204	01/11/2017	293,82	VIVIANE PEREIRA MOTTA	IMÓVEL: 19482 - 01.02.064.0247.001
34205	01/11/2017	643,70	FRANCISCO MOTTA	IMÓVEL: 28811 - 01.02.064.0360.004

34206	01/11/2017	680,10	VANIO GALVANE BAGGIO	IMÓVEL: 30389 - 01.02.066.0133.001
34207	01/11/2017	179,38	FORQUILHINHA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	IMÓVEL: 28234 - 01.02.067.0325.001
34208	01/11/2017	301,43	AHMAD RIBEIRO MUHA	IMÓVEL: 28256 - 01.02.068.0313.001
34209	01/11/2017	397,99	VALDOIR MARQUISINI GARCIA	IMÓVEL: 28262 - 01.02.068.0397.001
34210	01/11/2017	395,83	MARIA DE FATIMA FREITAS	IMÓVEL: 28299 - 01.02.068.0601.001
34211	01/11/2017	405,43	KARYN YANY VELHO DOS SANTOS	IMÓVEL: 28293 - 01.02.072.0336.001
34212	01/11/2017	422,76	TIAGO FENALI WARMLING	IMÓVEL: 28277 - 01.02.072.0451.001
34213	01/11/2017	402,31	JOCIMAR ALVES BUENO	IMÓVEL: 28333 - 01.02.073.0379.001
34214	01/11/2017	401,75	MAURICIO IZÉ	IMÓVEL: 28356 - 01.02.074.0318.001
34215	01/11/2017	400,35	GEAN KUKERT	IMÓVEL: 28385 - 01.02.075.0386.001
34216	01/11/2017	112,67	FORQUILHINHA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	IMÓVEL: 28413 - 01.02.077.0077.001
34217	01/11/2017	130,87	MARISA DOS SANTOS	IMÓVEL: 28424 - 01.02.077.0276.001
34218	01/11/2017	349,16	DOUGLAS MENDER DA ROSA	IMÓVEL: 28427 - 01.02.077.0315.001
34219	01/11/2017	130,87	EDINALDO FELIX DA SILVA	IMÓVEL: 28429 - 01.02.077.0341.001
34220	01/11/2017	112,67	JANDER COELHO	IMÓVEL: 28543 - 01.02.081.0228.001
34221	01/11/2017	130,87	MARIA TERESA ARNS PERUCH	IMÓVEL: 28548 - 01.02.081.0350.001
34223	01/11/2017	130,87	DANIEL LOCH CARDOSO	IMÓVEL: 28575 - 01.02.082.0215.001
34224	01/11/2017	113,79	LADIONIR PERUCHI	IMÓVEL: 28596 - 01.02.083.0098.001
34226	01/11/2017	585,63	VALMIR JOSÉ ROCHA	IMÓVEL: 28793 - 01.02.094.0238.001
34228	01/11/2017	504,92	MARLEI MACHADO GOMES	IMÓVEL: 2700 - 01.02.095.0290.001
34229	01/11/2017	398,95	ALCIONEI PERUCH	IMÓVEL: 26457 - 01.02.096.0936.001
34230	01/11/2017	209,58	RINALDO SAVI	IMÓVEL: 26130 - 01.02.096.1108.001
34231	01/11/2017	1.586,83	RINALDO SAVI	IMÓVEL: 2730 - 01.02.096.1109.001
34232	01/11/2017	591,55	JOELCI RAFAEL DA ROSA	IMÓVEL: 2732 - 01.02.096.1137.001
34233	01/11/2017	557,52	JOELCI RAFAEL DA ROSA	IMÓVEL: 26214 - 01.02.096.1137.002
34234	01/11/2017	639,31	JOELCI RAFAEL DA ROSA	IMÓVEL: 16621 - 01.02.096.1137.003
34235	01/11/2017	561,56	JOELCI RAFAEL DA ROSA	IMÓVEL: 17140 - 01.02.096.1137.004

Forquilha/SC, 16 de Novembro de 2017.

Ademir Brandieli Pedro  
Secretário de Administração e Finanças

## RECIBO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - CP 150/PMF/2017

Publicação Nº 1428609

Vistos, etc.

Recebo os Recursos Administrativos da Concorrência Pública Nº. 150/PMF/2017 interposto pelas licitantes: TEC ENG TECNOLOGIA E ENGENHARIA LTDA. EPP, CONSTRUTORA NELGUI LTDA. EPP, ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. e PASSO'S CONSTRUÇÕES LTDA. EPP. contra a decisão da Comissão de Licitação que inabilitou as mesmas; e pela licitante CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA. contra a decisão da Comissão de Licitação que habilitou a empresa Versátil Construções e Incorporações Ltda.

Comunique-se os demais licitantes, nos termos do art. 109, §3º, da Lei nº. 8.666/93, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, querendo, para que renunciem a este prazo. Retornem os autos à Comissão Permanente de Licitação para processamento devido.

Forquilha/SC, 16 de novembro de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Decreto nº 283 - 2017

Publicação Nº 1428868

DECRETO Nº 283, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de R\$ 298.000,00 (duzentos e noventa e oito mil reais), nas seguintes dotações:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.03 – Cultura		
13.392.0008.2.005 – Manutenção das Festividades do Município		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (18)	R\$	30.000,00
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (77)	R\$	70.000,00
12.361.0005.2.017 – Transporte Escolar da Educação Básica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0310 (91)	R\$	100.000,00
12.362.0006.2.020 – Transporte Escolar do Ensino Médio		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (99)	R\$	23.000,00
12.364.0007.2.021 – Transporte Escolar do Ensino Médio		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (101)	R\$	75.000,00
TOTAL	R\$	298.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41722010100 – Cota-Parte do ICMS	R\$	198.000,00
41722990100 – Outras Transferências do Estado Transporte Escolar	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	298.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**EXTRATO ATA 005-2017**

Publicação Nº 1428595

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO – DESENFRAI  
EXTRATO DE ATA Nº 005  
REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2017

Às dezenove horas e trinta minutos do dia onze de novembro de dois mil e dezessete, teve início a quinta reunião ordinária do ano de dois mil e dezessete do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Fraiburgo, sob a presidência da Presidente Claudete Gheller Mathias, com a presença de quatorze membros titulares: André Luiz de Oliveira, Angelo Benincá, Delcides José dos Santos, Isaque Dutra de Lima, Jeferson Argenton, João Carlos Padilha, Jorge Luiz Pozza Pederiva, Luis Fernando Bogo, Luiz Felipe Torcatto Zanella, Neli de Souza Pinto, Sandro Kasburg, Soeni Ap. de Barros Yamaguchi, Tiago Ziolkowski, Wilson Ribeiro Cardoso Junior e um membro suplente: Marli Terezinha dos Santos

Pautas apreciadas:  
Eleições para o biênio 201/2019; Lei 1.848 de 01 de Setembro de 2005 – Incentivos Econômicos; Palavra livre.

**EXTRATO DA AT17FME51**

Publicação Nº 1428462

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FME51  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME.  
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.  
Fornecedor: CÍCERO MACHADO RAMOS ME.  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de mudas de gramas em leivas.  
Data da Ata: 09.11.2017.  
Prazo de Vigência da Ata: 09.11.2017 a 31.10.2018.  
Processo Administrativo Licitatório: nº 0241/2017 – PMF.  
Modalidade: Pregão Presencial nº 0119/2017 – PMF.  
Registro de Preços: nº 0085/2017 – PMF.  
Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unitário-R\$
1	1.000	M²	Grama em leivas, Sempre Verde (Axonopus Compressus), 1º qualidade, tamanho 50 x 50cm, (sem colocação), não sendo tolerada a mistura de outras variedades e a presença de inços.	6,90
2	200	M²	Grama em leivas, Esmeralda (Zoysia Japônica), 1º qualidade, tamanho 50 x 50cm, (sem colocação), bem enraizadas e isentas de pragas e doenças.	7,90

Fraiburgo (SC), 09 de novembro de 2017.  
João Batista Dalanhol – Superintendente da FME

**EXTRATO DA AT17FMS54**

Publicação Nº 1428466

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FMS54  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.  
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.  
Fornecedor: CÍCERO MACHADO RAMOS ME.  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de mudas de gramas em leivas.  
Data da Ata: 09.11.2017.  
Prazo de Vigência da Ata: 09.11.2017 a 31.10.2018.  
Processo Administrativo Licitatório: nº 0241/2017 – PMF.  
Modalidade: Pregão Presencial nº 0119/2017 – PMF.  
Registro de Preços: nº 0085/2017 – PMF.  
Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unitário-R\$
1	1.000	M²	Grama em leivas, Sempre Verde (Axonopus Compressus), 1º qualidade, tamanho 50 x 50cm, (sem colocação), não sendo tolerada a mistura de outras variedades e a presença de inços.	6,90
2	200	M²	Grama em leivas, Esmeralda (Zoysia Japônica), 1º qualidade, tamanho 50 x 50cm, (sem colocação), bem enraizadas e isentas de pragas e doenças.	7,90

Fraiburgo (SC), 09 de novembro de 2017.  
Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

## EXTRATO DA AT17PMF159

Publicação Nº 1428468

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF159  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.  
Fornecedor: CÍCERO MACHADO RAMOS ME.  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de mudas de gramas em leivas.  
Data da Ata: 09.11.2017.  
Prazo de Vigência da Ata: 09.11.2017 a 31.10.2018.  
Processo Administrativo Licitatório: nº 0241/2017 – PMF.  
Modalidade: Pregão Presencial nº 0119/2017 – PMF.  
Registro de Preços: nº 0085/2017 – PMF.  
Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unitário-R\$
1	3.000	M²	Grama em leivas, Sempre Verde (Axonopus Compressus), 1º qualidade, tamanho 50 x 50cm, (sem colocação), não sendo tolerada a mistura de outras variedades e a presença de inços.	6,90
2	1.000	M²	Grama em leivas, Esmeralda (Zoysia Japônica), 1º qualidade, tamanho 50 x 50cm, (sem colocação), bem enraizadas e isentas de pragas e doenças.	7,90

Fraiburgo (SC), 09 de novembro de 2017.  
Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

## EXTRATO DA AT17PMF160

Publicação Nº 1428844

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF160  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.  
Fornecedor: ARCO-ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais elétricos e outros.  
Data da Ata: 14.11.2017.  
Prazo de Vigência da Ata: 14.11.2017 a 31.10.2018.  
Processo Administrativo Licitatório: nº 0238/2017 – PMF.  
Modalidade: Pregão Presencial nº 0117/2017 – PMF.  
Registro de Preços: nº 0083/2017 – PMF.  
Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.-R\$
1	50	Pct	Abraçadeira de nylon – Comprimento 200 mm e largura 2,5 mm – branca – pacote com 100 unidades.	Hellerman	9,48
2	50	Pct	Abraçadeira de nylon – Comprimento 300 mm e largura 4,8 mm – branca – pacote com 100 unidades.	Hellerman	13,04
3	50	Und	Abraçadeira de alumínio tipo D ¾ com chaveta	Thelmar	0,56
4	100	Und	Canaleta PVC fina 20 mm x 10 mm x 2000 mm com dupla face	Tramontina	5,47
5	100	Und	Canaleta PVC larga 40 mm x 16 mm x 2000 mm	Illumi	11,76
6	100	Und	Bucha de nylon 6 mm	Big Fer	0,16
7	100	Und	Bucha de nylon 8 mm	Big Fer	0,23
8	100	Und	Bucha de nylon 10 mm	Big Fer	0,23
9	100	Und	Bucha de nylon 12 mm	Big Fer	0,23
10	100	Und	Parafuso 4,2 mm x 25 mm – Phillips	Big Fer	0,86
11	100	Und	Parafuso 4,5 mm x 50 mm – Phillips	Big Fer	1,03
12	100	Und	Parafuso 5/16 x 60 mm – sextavado	Big Fer	1,49
13	50	Und	Disjuntor Monofásico 10A (nema)	Soprano	12,58
14	50	Und	Disjuntor Monofásico 20A (nema)	Soprano	12,01
15	50	Und	Disjuntor Monofásico 40A (nema)	Soprano	20,48
16	30	Und	Disjuntor Bifásico 10A (nema)	Soprano	58,39
17	30	Und	Disjuntor Bifásico 20A (nema)	Soprano	64,81

18	30	Und	Disjuntor Bifásico 40A (nema)	Soprano	72,12
19	30	Und	Disjuntor Trifásico 10A (nema)	Soprano	69,54
20	30	Und	Disjuntor Trifásico 20A (nema)	Soprano	69,54
21	30	Und	Disjuntor Trifásico 40A (nema)	Soprano	84,14
22	30	Und	Disjuntor monofásico 6A DIM	Soprano	10,39
23	30	Und	Disjuntor monofásico 10A DIM	Soprano	7,66
24	30	Und	Disjuntor monofásico 20A DIM	Soprano	7,38
25	30	Und	Disjuntor monofásico 32A DIM	Soprano	7,66
26	30	Und	Disjuntor monofásico 40A DIM	Soprano	9,16
27	30	Und	Chave de iluminação pública 30A	Soprano	164,09
28	50	Und	Tubo de PVC condutele ½ – branco	Inpol	7,69
29	50	Und	Tubo de PVC condutele ¾ – branco	Inpol	9,09
30	50	Und	Tubo de PVC condutele ½ – vermelho	Inpol	9,09
31	50	Und	Tubo de PVC condutele ¾ – vermelho	Inpol	11,46
32	50	Und	Curva de PVC condutele 90º ½ – branco	Inpol	1,61
33	50	Und	Curva de PVC condutele 90º ¾ – branco	Inpol	1,75
34	50	Und	Curva de PVC condutele 90º ½ – vermelho	Inpol	1,61
35	50	Und	Curva de PVC condutele 90º ¾ –vermelho	Inpol	1,75
36	50	Und	Adaptador de PVC condutele ½ – branco	Inpol	0,84
37	50	Und	Adaptador de PVC condutele ¾ – branco	Inpol	0,98
38	50	Und	Adaptador de PVC condutele ½ – vermelho	Inpol	0,84
39	50	Und	Adaptador de PVC condutele ¾ – vermelho	Inpol	0,98
40	50	Und	Luva de PVC condutele ½ – branca	Inpol	0,98
41	50	Und	Luva de PVC condutele ¾ – branca	Inpol	1,12
42	50	Und	Luva de PVC condutele ½ – vermelho	Inpol	0,98
43	50	Und	Luva de PVC condutele ¾ – vermelho	Inpol	1,12
44	100	Und	Abraçadeira de PVC tipo click para condutele ½ – branco	Inpol	0,70
45	100	Und	Abraçadeira de PVC tipo click para condutele ¾ – branco	Inpol	0,84
46	100	Und	Abraçadeira de PVC tipo click para condutele ½ – vermelho	Inpol	0,70
47	100	Und	Abraçadeira de PVC tipo click para condutele ¾ – vermelho	Inpol	0,84
48	20	Und	Caixa de 06 entradas de PVC para condutele ½ – branco	Inpol	3,91
49	20	Und	Caixa de 06 entradas de PVC para condutele ¾ – branco	Inpol	3,91
50	20	Und	Caixa de 06 entradas de PVC para condutele ½ – vermelho	Inpol	3,91
51	20	Und	Caixa de 06 entradas de PVC para condutele ¾ – vermelho	Inpol	3,91
52	40	Und	Espelho cego de PVC para condutele ½ – branco	Inpol	1,82
53	40	Und	Espelho cego de PVC para condutele ¾ – branco	Inpol	1,82
54	40	Und	Espelho cego de PVC para condutele ½ – vermelho	Inpol	1,82
55	40	Und	Espelho cego de PVC para condutele ¾ – vermelho	Inpol	1,82
56	40	Und	Espelho de PVC para tomada hexagonal horizontal 2 entradas para condutele de ½ – branca	Inpol	1,33
57	40	Und	Espelho de PVC para tomada hexagonal horizontal 2 entradas para condutele de ¾ – branca	Inpol	1,33
58	40	Und	Espelho de PVC para tomada hexagonal horizontal 2 entradas para condutele de ½ – vermelha	Inpol	1,33
59	40	Und	Espelho de PVC para tomada hexagonal horizontal 2 entradas para condutele de ¾ – vermelha	Inpol	1,33
60	40	Und	Espelho de PVC para tomada simples hexagonal horizontal para condutele de ½ – branca	Inpol	1,33
61	40	Und	Espelho de PVC para tomada simples hexagonal horizontal para condutele de ¾ – branca	Inpol	1,33
62	40	Und	Espelho de PVC para tomada simples hexagonal horizontal para condutele de ½ – vermelha	Inpol	0,70
63	40	Und	Espelho de PVC para tomada simples hexagonal horizontal para condutele de ¾ – vermelha	Inpol	1,33
64	40	Und	Espelho de PVC para condutele para 02 RJ 45 de ½ – branca	Inpol	1,33
65	40	Und	Espelho de PVC para interruptor simples hexagonal horizontal para condutele de ½ – branco	Inpol	1,33
66	40	Und	Espelho de PVC para interruptor simples hexagonal horizontal para condutele de ¾ – branco	Inpol	1,33
67	40	Und	Espelho de PVC para interruptor simples hexagonal horizontal para condutele de ½ – vermelho	Inpol	1,33
68	40	Und	Espelho de PVC para interruptor simples hexagonal horizontal para condutele de ¾ – vermelho	Inpol	1,33
69	40	Und	Espelho de PVC para interruptor duplo hexagonal horizontal para condutele de ½ – branco	Inpol	1,33
70	40	Und	Espelho de PVC para interruptor duplo hexagonal horizontal para condutele de ¾ – branco	Inpol	1,33
71	40	Und	Espelho de PVC para interruptor duplo hexagonal horizontal para condutele de ½ – vermelho	Inpol	1,33
72	40	Und	Espelho de PVC para interruptor duplo hexagonal horizontal para condutele de ¾ – vermelho	Inpol	1,33
73	40	Und	Espelho de PVC para condutele para 02 RJ 45 de ¾ – branca	Inpol	1,33
74	40	Und	Espelho de PVC para condutele para 02 RJ 45 de ½ – vermelho	Inpol	1,33
75	40	Und	Espelho de PVC para condutele para 02 RJ 45 de ¾ – vermelho	Inpol	1,33
76	40	Und	Espelho de PVC para condutele para RJ 11 de ½ – branca	Inpol	1,33
77	40	Und	Espelho de PVC para condutele para RJ 11 de ¾ – branca	Inpol	1,33
78	40	Und	Espelho de PVC para condutele para RJ 11 de ½ – vermelho	Inpol	1,33
79	40	Und	Espelho de PVC para condutele para RJ 11 de ¾ – vermelho	Inpol	1,33
80	40	Und	Espelho de PVC para condutele para RJ 11 e RJ 45 - ½ – branca	Inpol	1,33
81	40	Und	Espelho de PVC para condutele para RJ 11 e RJ 45 – ¾ – branca	Inpol	1,33

82	40	Und	Espelho de PVC para condutele para RJ 11 e RJ 45 – ½ – vermelho	Inpol	1,33
83	40	Und	Espelho de PVC para condutele para RJ 11 e RJ 45 – ¾ – vermelho	Inpol	1,33
84	50	Und	Tomada RJ 45 Keystone (informática) 8 vias para condutele	Inpol	11,86
85	50	Und	Tomada RJ 11 Keystone (telefone) para condutele	Pezzi	10,46
86	50	Und	Tomada 2P + T – 10 A – simples – hexagonal horizontal para condutele	Pezzi	9,09
87	150	Und	Tomada 2P + T – 10 A – dupla – hexagonal horizontal para condutele	Pezzi	10,46
88	50	Und	Interruptor simples hexagonal horizontal para condutele	Pezzi	9,09
89	50	Und	Interruptor duplo hexagonal horizontal para condutele	Pezzi	13,70
113	200	Und	Adaptador para tomada com 2P + T, com entrada de 20A e saída de 10A – sendo 2 Pinos de Entrada Chatos e 2 até 3 Pinos Redondos	Valper	5,63
114	1500	Und	Conector Rj11 Macho com as Seguintes Especificações Mínimas: Padrão: Rj11; Vias Ativas: 4; Deve ser Fabricado em Material Acrílico Transparente;	Interneed	0,47
115	1700	Und	Conector Rj45 Macho com as Seguintes Especificações: Tipo de Conector: Rj45, Categoria: 5e, Ambiente de Instalação: Interno, Deve Atender as Normas: Eia/Tia 568 C.2 e Seus Adendos, ISO/IEC 11801, NBR 14565 e FCC 68.5. Deve Possuir as Certificações: UI E173971, ISO 9001/ ISO 14001 e ETL LISTED 416253.	Interneed	0,57
116	1000	M	Cabo CCI para Telefone 2 pares e 4 vias	Start	0,94
117	4500	M	Cabo de Rede Utp Cat5e Azul	Megatron	1,04
118	100	Und	Tomada sistema X com 1 conector RJ11 Fêmea (conjunto)	Pezzi	10,00
119	100	Und	Tomada sistema X com 1 conector RJ45 Fêmea (conjunto)	Pezzi	10,00
120	150	Und	Tomada sistema X com 2 conectores RJ45 Fêmea (conjunto)	Pezzi	17,44
121	150	Und	Tomada de Embutir 2p + T – 10a	Mec Tronic	8,96
122	100	Und	Tomada Sistema X 2P + T – 10a	Mec Tronic	12,00
123	100	Und	Organizador de cabos espiral ½ – 2mt comprimento, nas cores: Preto e Branco	Tramontina	11,20
153	50	Und	Placa de Piso 4 X 2 – Inóx – 2P + T	Olivo	44,38
154	50	Und	Placa de Piso 2 X 2 – Inóx – cega	Olivo	23,54
155	50	Und	Placa de Piso 4 X 4 – Inóx – cega	Olivo	32,08

Fraiburgo (SC), 14 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

## EXTRATO DA AT17PMF161

Publicação Nº 1428845

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF161  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: LOJAS QUERO-QUERO S/A.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais elétricos e outros.

Data da Ata: 14.11.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 14.11.2017 a 31.10.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0238/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0117/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0083/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.-R\$
90	1500	M	Cabo PP 2x1,5mm	Sil Fios	1,62
91	1500	M	Cabo PP 2x2,5mm	Sil Fios	2,39
92	2000	M	Cabo Multiplexado Monofásico 10,00 mm	STE	1,50
93	2000	M	Cabo Multiplexado Trifásico 10,00 mm	STE	3,07
94	2000	M	Cabo Multiplexado Trifásico 16,00 mm	STE	4,97
95	2000	M	Cabo Multiplexado Trifásico 25,00 mm	STE	7,84
96	2000	M	Cabo Multiplexado Trifásico 35,00 mm	STE	10,62
97	2000	M	Fio Flexível 1,5 mm Azul, Vermelho, Verde, Amarelo ou Preto	Sil Fios	0,58
98	2000	M	Fio Flexível 2,5 mm Azul, Verde, Vermelho, Amarelo ou Preto	Sil Fios	0,86
99	2000	M	Fio Flexível 4 mm Azul, Verde, Vermelho, Amarelo ou Preto	Sil Fios	1,43
100	2000	M	Fio Flexível 6 mm Azul, Verde, Vermelho, Amarelo ou Preto	Sil Fios	2,01
101	2000	M	Fio Flexível 10 mm Azul, Preto, Branco, Amarelo ou Verde Antichama 750 W	Sil Fios	3,35
102	1500	M	Fio Rígido 1,5 mm Azul, Vermelho, Verde, Amarelo ou Preto	Sil Fios	0,58
103	1500	M	Fio Rígido 2,5 mm Azul, Verde, Vermelho, Amarelo ou Preto	Sil Fios	0,86
104	1000	M	Fio Rígido 4 mm Azul, Verde, Vermelho, Amarelo ou Preto	Sil Fios	1,34
105	1000	M	Fio autotemperatura 1,5 mm	Multinacio	4,69

106	1000	M	Fio paralelo 1,5 mm – branco	Sil Fios	1,16
107	1000	M	Fio paralelo 2,5 mm – branco	Sil Fios	1,92
108	200	Und	Fita Isolante Preta 10 M	Tigre	4,31
109	300	Und	Fita Isolante Preta 20 M	Tigre	7,57
110	100	Und	Fita dupla face de no mínimo 2 m de primeira qualidade	Santaluzia	5,65
111	100	Und	Fita Auto fusão 10mts	Multinacio	24,78
112	100	Und	Haste de cobre (terra) 2,40mt 5/8 com conector	Concreto	25,74
124	50	Und	Plafon PVC bocal de porcelana E-27	Taschibra	2,60
125	100	Und	Bocal de porcelana E-27 para Spot com parafuso para fixação	Foxlux	2,45
126	100	Und	Bocal de porcelana E-40	Foxlux	5,45
127	100	Und	Bocal de porcelana E-27	Taschibra	2,60
128	50	Und	Redução de bocal E-40 para E-27	Lorenzetti	3,87
129	100	Und	Adaptador de bocal E-27 para E-40	Lorenzetti	3,87
130	300	Und	Lâmpada tubular fluorescente 20w	Foxlux	4,66
131	200	Und	Lâmpada tubular fluorescente 40w	Foxlux	4,66
132	150	Und	Lâmpada tubo LED 9w 6.500k – luz branca	Ecol	13,33
133	150	Und	Lâmpada tubo LED 18w 6.500 – luz branca	Ecol	17,36
134	100	Und	Lâmpada tubular HO LED 40w 6.400k – luz branca	Taschibra	84,55
135	100	Und	Lâmpada espiral bulbo LED 45w	Philips	111,40
136	200	Und	Lâmpada espiral bulbo LED 12w	Danuri	17,30
137	200	Und	Lâmpada espiral bulbo LED 07w	Danuri	11,78
138	200	Und	Lâmpada espiral compacta 90 W – Luz branca	Taschibra	50,20
139	150	Und	Lâmpada de vapor metálica de 1000w – 6500K – Luz Branca	FLC	102,68
140	200	Und	Reator Eletrônico 2 x 20w Bivolt	Taschibra	10,19
141	200	Und	Reator Eletrônico 2 x 40w Bivolt	Taschibra	15,73
142	200	Und	Reator Eletrônico 2 x 110w HO Bivolt	Taschibra	50,46
143	300	Und	Reator Vapor Metálico/Sódio 400w externo	Intral	97,95
144	300	Und	Reator Vapor Metálico/Sódio 1000w externo	Intral	127,89
145	200	Und	Rele Foto Elétrico com Base	Qualitronix	26,97
146	200	Und	Receptáculo para Lâmpada Fluorescente Luminária Comercial 220v	Startec	1,34
147	150	Und	Refletor com Base para Bocal E27 Lâmpada 45wats	Taschibra	39,42
148	150	Und	Refletor com Base para Bocal E40 Lâmpada 400wats	Taschibra	41,06
149	150	Und	Refletor com Base para Bocal E40 Lâmpada 1000wats	JCM	82,76
150	150	Unid	Refletor de LED 20w 6000K – Luz branca	Taschibra	54,51
151	150	Unid	Refletor de LED 30w 6000K – Luz branca	Taschibra	62,06
152	150	Unid	Refletor de LED 50w 6000K – Luz branca	Taschibra	89,17

Fraiburgo (SC), 14 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

## EXTRATO DA AT17PMF162

Publicação Nº 1428846

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF162  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: SARA COMÉRCIO EIRELI ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais elétricos e outros.

Data da Ata: 14.11.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 14.11.2017 a 31.10.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0238/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0117/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0083/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.-R\$
156	100	Unid	Placa de sinalização de saída de emergência autônoma de LED	Segurimax	35,77
157	100	Unid	Luminária de emergência autônoma 30 LED	Segurimax	12,17
158	70	Unid	Luminária de emergência autônoma 2.200 lumens 2 faróis de LED	Segurimax	242,94

Fraiburgo (SC), 14 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

**EXTRATO DA AT17PMF163**

Publicação Nº 1428859

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF163  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa do ramo para futura prestação de serviços de colocação, instalação elétrica e retirada de enfeites e decorações de datas festivas/comemorativas, especialmente Natal e Páscoa.

Data da Ata: 16.11.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 16.11.2017 a 31.10.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0240/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0118/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0084/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
1	245	Hora	Caminhão equipado com munck e cesta aérea.	93,00
2	245	Hora	Caminhonete equipada com escada giratória.	64,14

Fraiburgo (SC), 16 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

**EXTRATO DA AT17SF66**

Publicação Nº 1428469

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17SF66  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO – SANEFRAI.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: CÍCERO MACHADO RAMOS ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de mudas de gramas em leivas.

Data da Ata: 09.11.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 09.11.2017 a 31.10.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0241/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0119/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0085/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unitário-R\$
1	1.000	M²	Grama em leivas, Sempre Verde (Axonopus Compressus), 1º qualidade, tamanho 50 x 50cm, (sem colocação), não sendo tolerada a mistura de outras variedades e a presença de inços.	6,90
2	500	M²	Grama em leivas, Esmeralda (Zoysia Japônica), 1º qualidade, tamanho 50 x 50cm, (sem colocação), bem enraizadas e isentas de pragas e doenças.	7,90

Fraiburgo (SC), 09 de novembro de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da Sanefrai

**Portaria nº 30552017**

Publicação Nº 1429141

PORTARIA Nº 3055, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 2132/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora GISELE CORDEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 050.676.949-63, nomeada no cargo de provimento efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, Função Gratificada Diretor Escolar Nível 1, por ter assumido a direção do CEI Macieira, a partir de 01 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 30562017**

Publicação Nº 1429146

PORTARIA Nº 3056, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora LORENI TEREZINHA POSSERA COLOMBELLI, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o nº 918.587.639-91, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 30572017**

Publicação Nº 1429149

PORTARIA Nº 3057, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 117/2017, da Secretaria de Ação Social;

Considerando a necessidade dos serviços de Monitor Social, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LORENI TEREZINHA POSSERA COLOMBELLI, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 918.587.639-91, na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de novembro de 2017 até de 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30582017**

Publicação Nº 1429152

PORTARIA Nº 3058, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de INÊS RIBEIRO DA SILVA, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o nº 400.685.799-34, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30592017**

Publicação Nº 1429157

PORTARIA Nº 3059, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 131/2017, da Secretaria de Ação Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ARIANE CRISTINE CAMPOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 055.913.579-38, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30602017**

Publicação Nº 1429159

PORTARIA Nº 3060, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 136/2017 da Secretaria de Ação Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir o contrato de JONATHAN FELIPE TEIXEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 095.925.619-90, contratado em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30612017**

Publicação Nº 1429171

PORTARIA Nº 3061, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 133/2017 da Secretaria de Ação Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir o contrato de LEONECI HAASE, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 960.586.339-15, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**TERMO DE RENÚNCIA FRANCIELI VIEIRA 2017**

Publicação Nº 1429135

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 002/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: FRANCIELI VIEIRA

Cargo: Auxiliar Educacional – Educação Infantil  
Classificação: 35º Lugar  
Data da Convocação: 01/11/2017  
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 16/11/2017

Fraiburgo (SC), 16 de novembro de 2017.

FRANCIELI VIEIRA

**TERMO DE RENÚNCIA MARLI SANTANA SANTOS DA SILVA 2017**

Publicação N° 1429136

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 002/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: MARLI SANTANA SANTOS DA SILVA  
Cargo: Auxiliar Educacional – Educação Infantil  
Classificação: 15º Lugar  
Data da Convocação: 01/11/2017  
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 16/11/2017

Fraiburgo (SC), 16 de novembro de 2017.

MARLI SANTANA SANTOS DA SILVA

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 932/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

Publicação Nº 1429288

DECRETO Nº. 932/2017, 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério, art. 12, inciso II da Lei nº 869/2016 de 01/12/2016.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 1.000,00 ( hum mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	02	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.005	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
17	4.4.90.00.00.00.00.0.0110	Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
	Total		R\$ 1.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 1.000,00 (hum mil e reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	02	Chefia Do Executivo	
Unidade:	02	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.005	Manutenção Da Secretaria de Administração e Finanças	
15	3.3.90.00.00.00.00.0.0110	Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
	TOTAL		R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 16 de novembro de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 065/2017 ABERTURA ENVELOPE 02 - PROPOSTA PREÇO

Publicação Nº 1428881

#### EXTRATO DE EDITAL ABERTURA DOS ENVELOPES 02 – PROPOSTA PREÇO

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará fazendo a abertura dos envelopes da PROPOSTA PREÇO referente ao PROCESSO LICITATÓRIO nº 065/2017, Edital de TOMADA DE PREÇO nº 003/2017, tipo menor preço global por lote, do dia 23 de novembro de 2017, e fará abertura das mesmas às 09h00min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A AMPLIAÇÃO DO CENTRO DA MELHOR IDADE DO MUNICIPIO DE GALVÃO, CONVENIO Nº 2017TR1454, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E O MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93) art. 45, § 1º, inciso III, da. Em conformidade com o disposto no art. 47 da Lei Complementar Federal n. 123/2006, regulamentada pelo Decreto Federal n. 8538/2015, de 6 de outubro de 2015 consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 16 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 219/2017

Publicação Nº 1428965

DECRETO N.º 219, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE GAROPABA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 524, de 28 de Dezembro de 1994 e alterações,

DECRETA,  
Art.1º. Ficam designados os membros, abaixo relacionados, para integrarem o Conselho Municipal de Turismo de Garopaba, Gestão 2017-2019:

#### I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

##### a) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTES E DESENVOLVIMENTO

Titular: Lisiele de Araújo Pires Gabriel - Secretária  
Suplente: Valmir de Souza

##### b) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Titular: Emanuele Barcellos Candido  
Suplente: Luiz Paulo Kniss Junior

##### c) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Titular: Mara Silva  
Suplente: Leonardo Vargas Senger

##### d) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Titular: Marcus Vinicius Israel  
Suplente: Cleide de Souza

##### e) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Titular: Michele Fernandes de Sá  
Suplente: Mariana Burgos Lobão Barroso

##### f) REPRESENTANTES DA AGRICULTURA E PESCA DO MUNICÍPIO

Titular: Felipe dos Santos  
Suplente: Edevaldo Gonçalves da Silva Junior

##### g) REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO

Titular: Juliani Brignol Walotek  
Suplente: Micheline Sartori

##### h) REPRESENTANTES DO SETOR DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICÍPIO

Titular: Alan Souza Cosendey Bittencourt  
Suplente: Daniele Sessegolo Cruz

##### i) REPRESENTANTES DA EPAGRI

Titular: Glaycon de Souza Silveira  
Suplente: Adreane Maria Scopel

#### II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

##### a) REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÃO EMPRESARIAL

Titular: Flavio Mauricio  
Suplente: Giovani de Amorim

##### b) REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIALE INDUSTRIAL

Titular: Victor Hugo Talenti Skrebsky  
Suplente: Marcelo Zanoni

##### c) REPRESENTANTES DA REDE HOTELEIRA

Titular: Renato Barbosa Gros  
Suplente: Louise Sofia Lobo Abdala

##### d) REPRESENTANTES DA GASTRONOMIA

Titular: Rodrigo Yamagntt de Mello  
Suplente: Monica Laidens

##### e) REPRESENTANTES DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS

Titular: Gustavo Sesson Vega  
Suplente: Marcelo Augusto Gaudio

##### f) REPRESENTANTES DOS ARTESÃOS

Titular: Claudia Adriana Vilar Ramos  
Suplente: Larissa Alegretti Postay

##### g) REPRESENTANTES DAS ENTIDADES AMBIENTAIS

Titular: Luiz Fernando Alves Bitencourt  
Suplente: Carolina de Alburque Scorsin

##### h) REPRESENTANTES DE GUIAS E/OU CONDUTORES AMBIENTAIS

Titular: Paulo Ricardo Santos Dias  
Suplente: Aline Figueiredo Fernandes

##### i) REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES QUE DESENVOLVA TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Titular: Sergio Leite Guimarães Pinheiro  
Suplente: Walter Luiz A. Caira

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 220/2017

Publicação Nº 1428967

DECRETO N.º 220, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos dos empenhos a pagar da PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, abaixo relacionado:

ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
0229/16	Staudt e Francesquett Ltda	302,40
3013/16	Nadine Alberton Vieira - ME	249,60
3751/16	Gene Maria Pereira & Cia Ltda (Bazar e P. Pereira)	255,00
4546/16	Caixa Econômica Federal	9,76

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretária de Administração

## DECRETO Nº 221/2017

Publicação Nº 1429375

DECRETO N.º 221, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 10.600,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos reais), no Orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	10.600,00
27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador	10.600,00
3.3.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	10.600,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## DECRETO Nº 222/2017

Publicação Nº 1429379

DECRETO N.º 222, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 60.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no Orçamento vigente:

14.01 - ENCARGOS GERAIS	60.000,00
28845000.069 - Contribuição ao PASEP	60.000,00
3.3.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## LEI Nº 2082, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1428970

LEI Nº 2.082, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DÁ O NOME DE JOAQUIM PEREIRA "QUINCA" AO ESTÁDIO DE FUTEBOL DA GAMBOA – MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Poder Executivo dará o nome de JOAQUIM PEREIRA "QUINCA" ao Estádio Municipal de Futebol da ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL E ESPORTIVA "BEIRA MAR", situado na Rua Beira Mar, no bairro Gamboa, Município de Garopaba/SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº. 1327/2017**

Publicação Nº 1429394

PORTARIA N.º 1328, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, RAFAEL DE SOUZA, Matrícula n.º 3271, para exercer as funções do cargo de DIRETOR TÉCNICO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, da Secretaria Municipal de Administração, com Gratificação Especial de 70% do cargo ocupado, a partir de 01 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 01/11/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de novembro de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 17/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 207

Publicação Nº 1428645

DECRETO Nº 207 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017  
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso I da Lei nº 1960, de 15/12/2016.

#### DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.302.1022.1012 Construção e reforma de unidades de saúde	4490	01.02.00	R\$	61.000,00
---	------	----------	-----	-----------

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. será utilizado recurso proveniente do Excesso de Arrecadação referente aos Recursos Ordinários do Tesouro.

Art. 3º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 25.789,78 (vinte e cinco mil setecentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.08.244.1023.2051 Man. do progr.de promoção e prev.des.social	3390	01.35.04	R\$	13.771,74
15.001.08.244.1023.2051 Man. do progr.de promoção e prev.des.social	4490	01.35.04	R\$	5.902,17
15.001.08.244.1027.2057 Man. de proteção básica família em foco	3390	01.35.04	R\$	4.291,55
15.001.08.244.1027.2057 Man. de proteção básica família em foco	4490	01.35.04	R\$	1.824,32

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º. será utilizado recurso proveniente do Excesso de Arrecadação referente ao Recurso do Cofinanciamento Estadual Assistência Social.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David  
Prefeito Municipal

### EDITAL 009 - CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1428735

CONVOCAÇÃO  
Edital 009/2017  
Processo Seletivo Cuidador

A comissão organizadora do teste seletivo, nomeada pela portaria 153/2017, vem através deste CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados a comparecer para avaliação psicológica, conforme edital:

A prova será realizada no dia 23/11/2017 com início às 09h e término às 12h, na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, sito à Rua Padre José Novack, 1047 – Centro – em frente à academia Laborativa.

A avaliação será dividida em duas etapas, onde o profissional aplicará testes específicos em grupo, e após será feita entrevista individual.

- ANNE CAROLINE DA SILVA;
- LUANA APARECIDA FALCAO;
- MARCOS ROBERTO HERNASKI;
- FRANCIELE REGINA DO VALE;
- SILVIANA DA SILVA.

O candidato deverá comparecer munido de documento com foto.

Garuva/SC, 16 de novembro de 2017.  
Ana Claudia Pionhievicz  
Presidente da Comissão  
Portaria 153 de 10/10/2017

**EDITAL 009 - RESOLUÇÃO 002**

Publicação Nº 1428730

RESOLUÇÃO 002/2017  
EDITAL 009/2017

Considerando o edital do teste seletivo 009/2017, que abre vagas para cuidador (a) da casa de Acolhimento;  
Considerando a realização da prova na data de 14/11/2017;

A comissão do teste seletivo no uso de suas atribuições resolve:

Art.1º - Homologar o resultado preliminar dos candidatos que realizaram a prova objetiva e a redação;

Art.2º - Designar o Psicólogo Eduardo dos Santos Licetti, para realizar a avaliação psicológica, na data de 23/11/2017.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Garuva/SC, 16 de novembro de 2017.

ANA CLAUDIA PIONHIEVICZ

Presidente da Comissão

Portaria nº. 153/2017

VANESSA PEIXE

Membro da Comissão

Portaria nº153/2017

LINAMAR AMARO DE SOUZA

Membro da Comissão

Portaria 153/2017

**EDITAL 009 - RESPOSTA RECURSO CANDIDATO 034**

Publicação Nº 1428750

RESPOSTA RECURSO CANDIDATO 034

Interposição 01:

Cabe ponderar que após análise do recurso a comissão organizadora não compreende qual o problema apresentado, já que a resposta no gabarito é uma e a candidata em questão respondeu outra na folha de respostas oficial.

Desta forma a comissão organizadora INDEFERE o pedido de interposição de recurso.

Garuva/SC, 17 de novembro de 2017.

ANA CLAUDIA PIONHIEVICZ

Presidente da Comissão

Portaria nº. 153/2017

VANESSA PEIXE

Membro da Comissão

Portaria nº153/2017

LINAMAR AMARO DE SOUZA

Membro da Comissão

Portaria 153/2017

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2017

Publicação Nº 1429328

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2017

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2017

Objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa para prestação de serviços de conserto de calçamento em lajotas sextavadas de concreto, paver, paralelepípedos em pedra, calçadas/passeio, boca de lobo e meio-fio. O MUNICÍPIO DE GASPAR torna público para conhecimento dos licitantes e de quem mais possa interessar, que a licitação supramencionada foi REVOGADA. Base Legal: artigo 49 da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 16 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

PEDRO CÂNDIDO DE SOUZA

Pregoeiro

### DECRETO Nº 7.757, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1428675

DECRETO Nº 7.757, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos V e VI, da Lei Municipal nº 3.744, de 24 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 Assistência Social
Subfunção: 244 Assistência Comunitária
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social
Projeto: 1197 Garantir Adeq.do C.Fortal.Vínculos Crianças e Adolescentes
Dotação: 71 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 30.226,80

Art. 2º Ficam suplementados, por Excesso de Arrecadação, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na Administração Direta:

Órgão: 03 Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade: 14 Ditrán - Diretoria de Trânsito
Função: 26 Transporte
Subfunção: 782 Transporte Rodoviário
Programa: 0015 Gestão da Ditrán
Atividade: 2078 Manutenção da Ditrán
Dotação: 43 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade

Dotação: 123 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Dotação: 122 3.3.93.00.00.00.00.00 Aplic. Decor. Oper. Integ. Orç. Fisc. Segur. Social c/ Cons. Público Participante R\$ 50.000,00

Dotação: 75 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### PORTARIA RH 62/2017

Publicação Nº 1428225

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 62/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a ) PAULINO BERTOLDI, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, referente ao período aquisitivo de 13/01/2007 a 12/01/2012, devendo folgar a partir de 05/02/2018 a 05/05/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0\*\*47) 3331-1825-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

**SAMAE - GASPAR****JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Publicação Nº 1428298

**JULGAMENTO ADMINISTRATIVO**

Processo Administrativo Disciplinar nº 0008/2017.

Servidor: Karl Heinz Muller

Trata-se de processo administrativo disciplinar autuado sob o nº 008/2017, instaurado por meio da Portaria nº 113, de 15 de agosto de 2017, visando apuração da responsabilidade do servidor Karl Heinz Muller, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de estação de tratamento de água, inscrito sob a matrícula nº 307, pelos fatos, em tese, 1º - de chegar constantemente atrasado ao trabalho, podendo gerar prejuízos e transtornos ao serviço público municipal em virtude da gravidade decorrente da sua ausência e 2º - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

Pela leitura de todo o processo, observa-se que a Comissão Permanente observou a regularidade formal e instrumental do presente procedimento administrativo, bem como a concessão de prazo para o exercício do direito de defesa.

Examinando o trâmite do procedimento deflagrado, não vislumbro qualquer irregularidade na sua condução. A Comissão observou com rigor todas as fases, que se desenvolveram nessa ordem: instauração, oferta do prazo para defesa, instrução e o relatório final. O procedimento administrativo foi devidamente instruído, nele constando a notificação do servidor, ciência dos atos do procedimento contra ele instaurados, oportunidade para apresentação da defesa e o relatório final, fundamentando a orientação apresentada para a aplicação de penalidade administrativa.

Após a coleta das provas necessárias e do devido indiciamento, a Comissão Processante elaborou o relatório conclusivo (fls. 31/33), na forma do caput do artigo 196 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991. A Comissão exarou entendimento de que restou configurada a responsabilidade administrativa do servidor Karl Heinz Mueller decorrente dos atrasos reiterados na chegada ao serviço, o que atrapalha o trabalho na ETA, bem como a escala dos servidores.

As faltas constantes na portaria inaugural, tipificada no artigo 162, inciso III e artigo 147 I da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1999 são condutas contrárias aos deveres e proibições de todos os servidores públicos municipais - notadamente por violarem o disposto nos artigos referidos da citada Lei Municipal.

Em virtude das violações, por considerar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, a Comissão Processante sugeriu a aplicação da penalidade de advertência por escrito ao servidor.

Vistos e examinados os autos do presente processo administrativo disciplinar, verifiquei que sua condução respeitou integralmente os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, uma vez que ao servidor foi garantida efetiva participação, manifestação e produção de provas.

Constato que há provas conclusivas nos autos de que o servidor infringiu dois comandos do Estatuto dos Servidores Municipais, quais sejam, o de reiteradamente chegar atrasado ao serviço (artigo 162, inciso III da Lei nº 1305/99) e ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; (artigo 147, I da Lei Municipal nº 1.305/99).

Antes de adentrar ao mérito, imperioso se faz consignar que no presente processo administrativo disciplinar restou devidamente

oportunizado ao servidor a garantia ao contraditório e a ampla defesa, conforme se constata através notificação de fls. 11 e 12 dos autos. Todavia, em que pese a regularidade do processo, o servidor ficou-se inerte, não tendo apresentado sua defesa escrita, falando nos autos apenas através de uma declaração (fls. 18 e 19).

Das provas constantes dos autos vejo que o servidor de fato vem chegando atrasado ao serviço. Mesmo porque confessa, à fl. 18, atribuindo tais atrasos ao uso de remédio (Clonazepam), dizendo, por exemplo, em seu depoimento, que "precisou tomar dois remédios para dormir".

Outra situação evidenciada no presente procedimento é a de que, em sua vida particular, o servidor Karl está sendo perseguido por alguém que não sabe dizer quem. Conforme Boletim de Ocorrência de fl. 21 dos autos, o comunicante (servidor Karl) relata que alguém profere palavras de baixo calão contra o mesmo, bem como ameaçando-o, no entanto não soube dizer que está protagonizando tais crimes.

No entanto, dos fatos trazidos pelo servidor, como argumentação defensiva, em nada se comunicam com as faltas praticadas pelo mesmo e com seu dever como servidor público.

Apesar disso, friso que esta administração seguiu rigorosamente a recomendação da Comissão (fl. 33) onde se sugeriu o acompanhamento do servidor pela Assistente Social do SAMAE eis que os constatado que os problemas pessoais do servidor vêm refletindo em seu desempenho profissional.

Por esta razão foi realizado um atendimento, conforme se extrai do Relatório de Atendimento realizado em 09/11/2017 pela Assistente Social Eloir Rodrigues da Silva, o qual foi acompanhado pelo Dr. Valmor Beduschi Neto (Procurador do Samae), onde este orienta o servidor Karl de que ele tem o prazo decadencial de 06 (seis) meses para representação judicial, pois está sendo vítima do crime de injúria e ameaça. Todavia, o servidor afirma não ter intenção de representar contra quem o está ameaçando, mesmo tendo condições de descobrir quem é o sujeito e também por ter sido alertado dos mecanismos jurídicos que existem para fazer cessar este seu problema. Contudo, alega o servidor que não irá tomar qualquer atitude, pois não quer causar mal a ninguém.

Superado este ponto, volto às questões que motivaram a instauração do presente procedimento.

1 - Os atrasos injustificados ao trabalho consistiram em: (I) violação aos deveres de observância das normas legais e regulamentares, bem como de assiduidade e pontualidade; (II) prática de inassiduidade administrativa, prevista nos artigos 162, inciso III

da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1999. O cartão ponto do servidor, bem como seu depoimento, revela a veracidade dos fatos quanto a esta questão.

2 - O fato de ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, consiste em proibição estampada no artigo 147, I da Lei Municipal nº 1.305/99). A chefia imediata, Sra. Diane, em seu memorando interno (fls. 07-09) relata o ocorrido, que o servidor Karl ausentou-se do serviço para comprar ração para um cachorro de rua, isso sem obter autorização do Coordenador ou da Diretora de ETA e ETE. O servidor, em declaração de fl. 18, admite tal feito.

As duas condutas revestem-se de gravidade, especialmente

considerando que, conforme declaração da Sra. Diane Rodrigues Silveira (Diretora de ETA e ETE), às fls. 15/16, os atrasos do servidor bem como suas saídas não autorizadas podem ocasionar impactos gravíssimos no tratamento de água da cidade, é o que revela trecho do depoimento da Sra. Diane, quando a mesma relata que "é feito todo ano um plano de análise, a toda hora é necessário que sejam feitas estas análises. O operador deve estar presente para controlar os equipamentos que estão dosando os produtos". E continua em seu depoimento dizendo também que "é importante que o operador esteja no local para que caso ocorra algum imprevisto ela possa agir prontamente. Por ser uma ETA que capta água do rio e por não ser automática é necessário que o operador esteja presente para fazer as análises e para controlar os equipamentos da Estação".

Logo, de todo o que foi relatado pela responsável técnica da ETA, Sra. Diane, incontroverso que a ausência do operador pode vir a gerar transtornos incomensuráveis à população, basta considerarmos que na ETA que o servidor Karl trabalha não é automatizada e que necessita de seus operadores sempre atentos e operantes para que a cidade esteja abastecida com água tratada, potável!

Nesta senda, impossível deixar de refletir sobre o princípio da eficiência, o qual deve reger a Administração Pública e encontra-se expressamente previsto no caput do artigo 37 da Constituição Federal, sob pena de não se atingir a finalidade de bem atender o cidadão. Não se pode admitir, assim, que condutas que concomitantemente ferem o princípio

da eficiência, desamparam o cidadão e violam o Estatuto dos Servidores Públicos não sejam apuradas e sancionadas. A excessiva quantidade de atrasos, bem como a saída sem autorização do servidor, demonstra desinteresse na qualidade do tratamento de água e pela boa prestação do serviço público, o que merece repreensão.

Importante mencionar que não prospera a alegação defensiva de que os atrasos do servidor foram justificados por seu estado de saúde. As faltas constantes na portaria instauradora do processo disciplinar não foram, de forma alguma, justificadas, o que é um dever inerente a todo servidor e deve ser realizado na forma e prazo legal ou regulamentar.

Todavia, em que pese a gravidade da inassiduidade administrativa apresentada pelo servidor, são pertinentes os apontamentos da Comissão Processante acerca da aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade para a decisão quanto à sanção que deve ser imposta. Constatamos que: (I) o servidor possui bons antecedentes, visto que inexistia qualquer penalidade aplicada em seu desfavor; (II) não houve dano ao erário municipal nem à saúde dos munícipes, uma vez houve o desconto dos atrasos injustificados e que não houve contaminação da água em razão da saída do servidor às escondidas.

Acerca da razoabilidade e da proporcionalidade, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina com propriedade:

O princípio da razoabilidade, entre outras coisas, exige proporcionalidade entre os meios de que se utiliza a administração e os fins que ela tem que alcançar. E essa proporcionalidade deve ser medida não por critérios pessoais do administrador, mas segundo padrões comuns na sociedade em que vive; e não pode ser medida diante dos termos frios da lei, mas diante do caso concreto, onde os fatos podem apontar para o administrador a melhor solução. (Direito Administrativo. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 81).

Desta maneira, analisando as circunstâncias do caso concreto, verifico que é adequada a observação da Comissão Processante, devendo ser aplicada a penalidade intermediária prevista no Estatuto dos Servidores Público: a advertência por escrito, a qual é idônea para adequar os meios e fins.

Diante do exposto, considerando o caput do artigo 199 da Lei Municipal nº 1.305/1991, que estabelece que o julgamento administrativo deve se basear no relatório da Comissão, salvo quando contrário às provas dos autos, sigo o relatório conclusivo e decido pela aplicação da sanção de ADVERTÊNCIA POR ESCRITO AO SERVIDOR KARL HEINZ MULLER, uma vez que ficou provado nos autos do processo disciplinar sua inassiduidade administrativa, conforme disposição constante no artigo 162, inciso III combinado com artigo 147, inciso I da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, violando ainda os deveres funcionais previstos incisos 146, incisos III e X do artigo da mesma Lei.

Intime-se o servidor da presente decisão administrativa.

Encaminhe-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos Pessoal.

Após, archive-se.

Gaspar, 14 de novembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 117/2017

Publicação Nº 1429383

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

#### PREGÃO PRESENCIAL 117/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 29/11/2017 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 29/11/2017 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 16 de Novembro de 2017.  
Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 118/2017

Publicação Nº 1429384

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

#### PREGÃO PRESENCIAL 118/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS E DEMAIS COMPONENTES PARA UTILIZAÇÃO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 29/11/2017 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 29/11/2017 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações

ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 16 de Novembro de 2017.

Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

### DECRETO 128/2017 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017

Publicação Nº 1429339

#### DECRETO Nº 128/2017

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1147/2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2017, Lei Municipal nº 1152/2016:

#### Suplementação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.244.0006.2042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	21.258,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	21.258,00
(240) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	21.258,00
0.3.05.000016	Manutenção do Bolsa Família	21.258,00
08.244.0006.2042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	1.424,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	1.424,00
(198) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.424,00
0.1.05.000016	Manutenção do Bolsa Família	1.424,00
08.244.0006.2042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	17.312,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	17.312,00
(181) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	17.312,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	17.312,00
TOTAL:		39.994,00

#### Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.244.0006.2042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	21.258,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	21.258,00
(214) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	21.258,00
0.3.05.000016	Manutenção do Bolsa Família	21.258,00
08.244.0006.2042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	1.424,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.424,00
(178) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	1.424,00
0.1.05.000016	Manutenção do Bolsa Família	1.424,00

08.244.0006.2042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	17.312,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	17.312,00
(179) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	17.312,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	17.312,00
TOTAL:		39.994,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Governador Celso Ramos, 30 de Outubro de 2017

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO 129/2017 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017

Publicação Nº 1429337

DECRETO Nº129 / 2017

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1147/2016 □ Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 610.200,00 (Seiscentos e Dez Mil e Duzentos Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data nas fontes 0.1.08.000033 Merenda Escolar, 0.1.00.000000 Recursos Ordinários e 0.1.04.000000 Iluminação Pública, conforme as dotações abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.306.0003.2008	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
(38) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.08.000033	Merenda Escolar	30.000,00
1701	Secretaria da Pesca e Maricultura	
20.602.0007.2069	Functo. e Manutenção da Secretaria da Pesca e Maricultura	3.500,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	3.500,00
(153) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	3.500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	3.500,00
0301	Secretaria de Administração	
04.122.0002.2005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	7.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00
(14) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	7.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	7.000,00
1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	
15.482.0008.2062	Melhoria Manutenção da Rede de Iluminação Pública	530.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	530.000,00
(129) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	530.000,00
0.1.04.000000	Iluminação Pública	530.000,00

1301	Encargos Gerais do Município	
28.843.0000.0001	Amortização de Dívidas	37.200,00
4.6.00.00	Outros Investimentos	37.200,00
(187) 4.6.90.00	Aplicações Diretas	37.200,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	37.200,00
28.843.0000.0001	Amortização de Dívidas	2.500,00
3.2.00.00	Outras Despesas Correntes	2.500,00
(186) 3.2.90.00	Aplicações Diretas	2.500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.500,00
TOTAL:		610.200,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 01 de Novembro de 2017.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO 131/2017 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017.

Publicação Nº 1429334

DECRETO Nº131/2017

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1147/2016 □ Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2017, Lei Municipal nº 1152/2016:

Suplementação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.243.0006.2070	Manutenção do Conselho Tutelar	1.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00
(183) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.000,00
0301	Secretaria de Administração	
04.122.0002.2005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	4.600,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	4.600,00
(16) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	4.600,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	4.600,00
TOTAL:		5.600,00

Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.243.0006.2070	Manutenção do Conselho Tutelar	1.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	1.000,00
(184) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.000,00
0301	Secretaria de Administração	
04.122.0002.2005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	2.600,00

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.600,00
(14) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.600,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.600,00
04.122.0002.2005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	2.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00
(15) 3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos	2.000,00

0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
TOTAL:		5.600,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 09 de Novembro de 2017  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 175/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO VERÃO MAIS 2018, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Publicação Nº 1429262

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO VERÃO MAIS 2018, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Aos 14 dias do mês de novembro do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, pelo Gestor desta Ata, são registrados os preços da (s) empresa (s) BDE EVENTOS LTDA -ME, estabelecida à Rua VILA PARAISO, 111, VILA NOVA IMBITUBA/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 24.830.006/0001-54, neste ato representado pelo LEONARDO SILVANO, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 004.144.569-47, portador do RG n.º 3.562.803-0, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO VERÃO MAIS 2018, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 109/2017, objeto do Processo 109/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO VERÃO MAIS 2018, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, CONFORME TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ENEXOS	1,00	R\$ 480.000,00	R\$ 480.000,00

Governador Celso Ramos/SC, 14 de novembro de 2017.

BDE EVENTOS LTDA -ME  
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 177/2017 - AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, DOCES E DEMAIS ITENS PARA A REALIZAÇÃO DA CARAVANA DO PAI NOEL QUE OCORRERÁ EM GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 1429269

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2017

AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, DOCES E DEMAIS ITENS PARA A REALIZAÇÃO DA CARAVANA DO PAI NOEL QUE OCORRERÁ EM GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 16 dias do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) A.P DOS SANTOS LICITAÇÕES - ME, estabelecida à Rua FRANCISCO TOLENTINO, Nº 23, SALA 01, JARDIM ELDORADO, PALHOÇA/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 28.645630/0001-32, neste ato representado pelo(a) ANA PAULA DOS SANTOS, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 064.915.149-60, portador(a) do RG n.º 5091385, para AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, DOCES E DEMAIS ITENS PARA A REALIZAÇÃO DA CARAVANA DO PAI NOEL QUE OCORRERÁ EM GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 111/2017, objeto do Processo 111/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente

de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ROUPA COMPLETA DE PAPAI NOEL. INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS. CONTER NO MÍNIMO: -Jaleco/blusão - Calça - Gorro - Barba, bigode e peruca - Cinto preto com fivela - Luva Branca - Saco -Polainas Cores características da veste do Papai Noel. Tamanho a ser definido no momento da solicitação.	UND	1,00	150,00	150,00
02	ROUPA COMPLETA DE MAMÃE NOEL. INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS. CONTER NO MÍNIMO: -Vestido ou Blusa + saia - Gorro - Cinto preto com fivela - Luva Branca - Saco -Capa de bota Cores características da veste da Mamãe Noel. Tamanho a ser definido no momento da solicitação.	UND	1,00	190,00	190,00
03	BRINQUEDO: BOLA GIGANTE COLORIDA DE VINIL/PVA COM, NO MÍNIMO, 40CM DE DIÂMETRO. A BOLA DEVE SER COLORIDA.	UND	1.500,00	3,25	4.875,00
04	BRINQUEDO: CAMINHÃO DE PLÁSTICO MODELO CAÇAMBA, GRANDE, PARA CRIANÇAS. COM , NO MÍNIMO, 30CM DE COMPRIMENTO.	UND	1.500,00	4,02	6.030,00
05	BRINQUEDO: KIT DE PRAIA, COMPOSTO DE BALDE DE PRAIA INFANTIL COM ACESSÓRIOS. COLORIDO.	UND	1.400,00	3,90	5.460,00
06	PACOTE DE BALA SABORES SORTIDOS COM 1KG CADA. OS SABORES PODEM SER ESCOLHIDOS NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO.	UND	150,00	14,00	2.100,00
07	PACOTE DE PIRULITO PEQUENO COM, NO MÍNIMO, 100 UNIDADES DE PIRULITO. COLORIDOS.	UND	40,00	12,50	500,00
08	PIPOCA DOCE CONTENDO, NO MÍNIMO, 400 GRAMAS POR PACOTE.	UND	3.500,00	0,67	2.345,00
09	CAIXA DE WAFER RECHEADO DE CHOCOLATE COM COBERTURA SABOR CHOCOLATE PRETO. REFERENCIAS: BIS, OREO, HERSHEY'S MAIS, D-TONE, ENTRE OUTROS.	UND	400,00	4,25	1.700,00
10	ROLO DE SACOS TRANSPARENTES COM 500 UNIDADES CADA ROLO. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 30X20CM CADA SACO.	UND	9,00	21,00	189,00
11	FITILHO ESCOLAR COLORIDO ROLO COM 10 METROS CADA. EM CORES A SEREM ESCOLHIDAS NO MOMENTO DA AQUISIÇÃO.	UND	40,00	2,35	94,00

Governador Celso Ramos/SC, 16 de novembro de 2017.

A.P DOS SANTOS LICITAÇÕES - ME

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 178/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS AO SISTEMA VIÁRIO E TRÂNSITO DAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL

Publicação Nº 1429273

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS AO SISTEMA VIÁRIO E TRÂNSITO DAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL

Aos 16 dias do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano

Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) JM BELLOTE OBRAS SRVIÇOS ME, estabelecida à Rua PREFESSORA ZELIA D.C. MAIA, 428, SALA 22, SOROCABA/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n° 22.078.189/0001-78, neste ato representado pelo(a) JOSÉ MILTON BELLOTE, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 742.610.458-34, portador(a) do RG n.º 5144892 SSP/SP, para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS AO SISTEMA VIÁRIO E TRÂNSITO DAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 112/2017, objeto do Processo 112/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR GLOBAL R\$
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS AO SISTEMA VIÁRIO E TRÂNSITO DAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA	1,00	14.900,00	14.900,00

Governador Celso Ramos/SC, 16 de novembro de 2017.

JOSÉ MILTON BELLOTE

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 176/2017 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ARTES PLÁSTICAS PARA REALIZAÇÕES DE AÇÕES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

Publicação Nº 1429266



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2017****AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ARTES PLÁSTICAS PARA REALIZAÇÕES DE AÇÕES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

Aos 14 dias do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) A.P DOS SANTOS LICITAÇÕES - ME, estabelecida à Rua FRANCISCO TOLENTINO, Nº 23, SALA 01, JARDIM ELDORADO, PALHOÇA/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 28.645630/0001-32, neste ato representado pelo(a) ANA PAULA DOS SANTOS, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 064.915.149-60, portador(a) do RG n.º 5091385, para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ARTES PLÁSTICAS PARA REALIZAÇÕES DE AÇÕES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Presencial n.º 110/2017**, objeto do **Processo 110/2017**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	VERNIZ ACRÍLICO BRILHANTE, TUBO COM 500ML.	UND	5,00	50,10	250,50
02	TINTA ACRILICA NA COR AZUL ESCURO, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
03	TINTA ACRILICA NA COR VERDE ESCURO PINHEIRO, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
04	TINTA ACRILICA NA COR VERDE CLARO, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
05	TINTA ACRILICA NA COR VERDE TURQUEZA, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
06	TINTA ACRILICA NA COR LARANJA, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –  
Fone (48) 3262-0131



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

07	TINTA ACRILICA NA COR VERMELHO, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
08	TINTA ACRILICA NA COR VINHO, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
09	TINTA ACRILICA NA COR MARROM, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
10	TINTA ACRILICA NA COR ROSA CLARO, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
11	TINTA ACRILICA NA COR ROSA PINK, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
12	TINTA ACRILICA NA COR LILÁS, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
13	TINTA ACRILICA NA COR CINZA PROFUNDO, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
14	TINTA ACRILICA NA COR ROXO, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
15	TINTA ACRILICA NA COR OCRE, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
16	TINTA ACRILICA NA COR PRETA, TUBO COM 250ML..	UND	3,00	16,00	48,00
17	TINTA ACRILICA NA COR BRANCA, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
18	TINTA PVA NA COR BRANCA, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
19	TINTA PVA NA COR PRETA, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
20	TINTA PVA NA COR MARROM, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
21	TINTA PVA NA COR AZUL ESCURO, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
22	TINTA PVA NA COR VERDE ESCURO, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
23	TINTA PVA NA COR VERDE CLARO, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
24	TINTA PVA NA COR VERDE TURQUEZA, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –  
 Fone (48) 3262-0131



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

25	TINTA PVA NA COR LARANJA, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
26	TINTA PVA NA COR VERMELHA, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
27	TINTA PVA NA COR ROSA PINK, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
28	TINTA PVA NA COR ROSA CLARO, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
29	TINTA PVA NA COR LILÁS, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
30	TINTA PVA NA COR MAGENTA, TUBO COM 250ML.	UND	3,00	16,00	48,00
31	LIXA GROSSA PARA MADEIRA, EM FOLHA	UND	10,00	1,90	19,00
32	LIXA FINA PARA MADEIRA, EM FOLHA	UND	10,00	1,90	19,00
33	PINCEIS Nº 08 DE CERDAS NATURAIS E CABO LONGO. CERDAS COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 0,9CM DE LARGURA POR 1,3CM DE ALTURA.	UND	10,00	3,20	32,00
34	PINCEIS Nº 12 DE CERDAS NATURAIS E CABO LONGO. CERDAS COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1,2CM DE LARGURA POR 1,5CM DE ALTURA.	UND	10,00	4,20	42,00
35	PINCEIS Nº 18 DE CERDAS NATURAIS E CABO LONGO. CERDAS COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 2CM DE LARGURA POR 2,1CM DE ALTURA.	UND	10,00	5,90	59,00
36	PINCEIS Nº 24 DE CERDAS NATURAIS E CABO LONGO. CERDAS COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 3CM DE LARGURA POR 3CM DE ALTURA.	UND	10,00	6,90	69,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –  
 Fone (48) 3262-0131



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

37	FITA CREPE 12MM. MEDIDAS DE 12MM X 50M.	UND	3,00	3,61	10,83
38	FITA CREPE 18MM. MEDIDAS DE 18MM X 50M.	UND	3,00	5,15	15,45
39	FITA CREPE 24MM. MEDIDAS DE 24MM X 50M.	UND	3,00	6,91	20,73
40	FITA CREPE 48MM. MEDIDAS DE 48MM X 50M.	UND	3,00	10,07	30,21
41	LÁPIS PRETO GROSSO 6B, CAIXA COM 12 UNIDADES.	UND	2,00	22,96	45,92

Governador Celso Ramos/SC, 14 de novembro de 2017.

**A.P DOS SANTOS LICITAÇÕES - ME**  
Contratada

**JULIANO DUARTE CAMPOS**  
Prefeito Municipal

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –  
Fone (48) 3262-0131

# Grão Pará

## PREFEITURA

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 1429358

#### JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa MOLAS AUTOBARÃO LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, cujas datas de pagamento já estão vencidas, condicionando a continuidade da prestação dos serviços, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessária a continuidade da prestação dos serviços, em atendimento ao interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: MOLAS AUTOBARÃO LTDA  
Ordens de Pagamento: 4242, 4243, 4701 e 5418.

Valor: R\$ 3.587,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 16 de novembro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 1429356

#### JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa MADEIREIRA BUSOLO LTDA ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, cujas datas de pagamento já estão vencidas, condicionando a continuidade da entrega de madeira, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessária a continuidade da entrega dos produtos contratados, em atendimento ao interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: MADEIREIRA BUSOLO LTDA ME  
Ordens de Pagamento: 2718, 3973, 4675 e 5576.

Valor: R\$ 65.260,35

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 16 de novembro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 1429357

#### JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA TERESINHA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, cujas datas de pagamento já estão vencidas, condicionando a continuidade da prestação dos serviços, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessária a continuidade da prestação dos serviços, em atendimento ao interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA TERESINHA  
Ordens de Pagamento: 0930, 1056, 1312, 1377 e 1376.

Valor: R\$ 6.350,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 16 de novembro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

# Gravatal

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO CMDCA Nº. 01/2017

Publicação Nº 1428282

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO CMDCA Nº. 01/2017

Convoca Fórum de Eleição dos representantes da Sociedade Civil para compor o (CMDCA) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gravatal – SC – Biênio 2017/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de Gravatal – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 184, de 23 de Abril de 2015 e em consonância com a Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990, CONVOCA os representantes das entidades não governamentais de atendimento, promoção e de defesa dos direitos da criança e do adolescente, com abrangência municipal, comprovadamente constituído há mais de 01 (um) anos, para participarem do Fórum da Sociedade Civil, onde serão eleitos os representantes da sociedade civil para compor o CMDCA – Biênio 2017/2019.

Art. 1º – A eleição dos representantes da sociedade civil que integrarão o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Gravatal – SC, biênio 2017/2019, se dará através de Fórum de Eleição, que será realizado no dia 21 de novembro de 2017, às 19h00minhs na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de Gravatal, na Rua Engenheiro Annes Gualberto, nº 360, Centro.

#### DOS ELEITORES

Art. 2º – São eleitores aptos a participarem do Fórum de Eleição, os representantes de todas as Entidades e Organizações da sociedade civil de atendimento, promoção e de defesa dos direitos da criança e do adolescente, do município de Gravatal/SC.

#### DAS VAGAS

Art. 3º – Poderão concorrer à eleição para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA, para o biênio 2017/2019, os representantes das Entidades e Organizações de atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, não governamentais, do município de Gravatal, devidamente inscritas no CMDCA, sendo 05 (cinco) vagas.

§1º – Para cada vaga, corresponderá um membro titular e um membro suplente.

§2º – Somente poderão concorrer às vagas as entidades que estiverem legalmente constituídas, inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Gravatal e estejam devidamente representadas no dia do Fórum de Eleição.

#### DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO DE ENTIDADES CANDIDATAS À ELEIÇÃO

Art. 4º – As inscrições das entidades para compor o conselho serão feita durante o fórum onde as mesmas deverão portar os seguintes documentos: I – Estatuto Social da Entidade; II – Ata de posse da atual diretoria; III – CNPJ; IV – Ata de criação da entidade.

#### DOS VOTANTES

Art. 5º – Terão direito a votar e ser votado: I – Um Representante de cada entidade habilitada, que esteja presente no Fórum de Eleição e devidamente credenciado para a eleição;  
Parágrafo Único: Cada membro poderá representar uma única entidade.

#### DA REALIZAÇÃO DO FÓRUM DE ELEIÇÃO

Art. 6º – O Fórum de Eleição dos Representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será coordenado pelo CMDCA.

Parágrafo Único: Cabe ao CMDCA, dar ciência dos termos deste Edital de Convocação do Fórum de Eleição ao Ministério Público e às Entidades Não Governamentais habilitadas a participarem do presente pleito.

Art. 7º – A Secretaria executiva do CMDCA deverá registrar em ata todos os procedimentos do Fórum de Eleição.

Art. 8º – O Fórum de Eleição terá início com a apresentação de palestra sobre o papel do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em seguida, serão expostos os procedimentos de escolha dos representantes da sociedade civil que comporão o CMDCA para o biênio 2017/2019.

Art. 9º – Cada Entidade candidata terá 05 (cinco) minutos para apresentar sua Entidade e expor os motivos pelos quais pretende fazer parte do CMDCA.

§1º – As entidades podem abrir mão deste tempo se assim lhes convier.

Art. 10 – Após as apresentações das Entidades, os votantes se reunirão pelo prazo máximo de dez minutos, definirão um coordenador (a) para o trabalho e farão o processo de escolha dos representantes da sociedade civil por categoria para comporem o CMDCA no biênio 2017/2019.

Art. 11 – Quando o segmento da Sociedade Civil tiver um único candidato, será eleito por simples aclamação.

Art. 12 – O coordenador escolhido apresentará aos presentes o nome dos representantes da sociedade civil que irão compor o CMDCA no biênio 2017/2019 definidas pelo grupo, sendo o resultado registrado em ata e assinado por todos os presentes.

#### DA PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

Art. 13 – O resultado final do Fórum de Eleição será divulgado em edital no Diário Oficial do Município de Gravatal no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

#### DA POSSE

Art. 14 – A posse dos novos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dar-se-á pelo Prefeito Municipal, ou por quem o mesmo designar, após a divulgação dos nomes dos representantes eleitos.

Art. 15 – Após a posse, os membros titulares do CMDCA elegem a Diretoria do Conselho.

Art. 16 – As Entidades que não se fizerem presentes na posse através de seus representantes e não apresentarem justificativa por escrito endereçada ao CMDCA perderão o direito a participar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Gravatal, biênio 2017/2019.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 – A função de membro de Conselho é considerada de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 18 – Em caso de omissão deste Edital, as questões serão resolvidas pelo CMDCA, sem prejuízo de edição de novos editais e resoluções por parte do CMDCA de Gravatal – Santa Catarina.

Gravatal – SC, 14 de novembro de 2017.

Luiz Volnei da Silva Caetano  
Presidente CMDCA

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 05-2017**

Publicação Nº 1428646

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 05/2017

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DO ESCULTOR RENOMADO MARCELO FRANCALACCI BRANDÃO - EPP, PARA A ELABORAÇÃO DE 04 (QUATRO) PROJETOS DE ESCULTÓRICAS, PROJETADAS EM LOCAIS PRÉ-DETERMINADOS."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: MARCELO FRANCALACCI BRANDÃO - EPP

ENDEREÇO: Rua Manoel Florentino Machado, Nº 298 – Bairro Centro, Ibituba/SC.

CNPJ: 10.969.428/0001-09.

VALOR: R\$ 49.000,00 (Quarenta e nove mil reais).

VENCIMENTO: 31/12/2017.

Fundamento Legal: Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93.

Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 16 de novembro de 2017.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### GABARITO FINAL TESTE SELETIVO EDITAL 003/2017

Publicação Nº 1428674

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

GABARITO FINAL – Após os recursos

O Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEHINI, no uso de suas atribuições, com base nas Leis Municipais nº 1.645/01 e nº 1.646/01 de 27 de dezembro de 2001, nº 1.940/06 de 27 de novembro de 2006 e nº 2518/2013 de 23 de março de 2013 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, o Gabarito Final – Após os recursos, conforme segue:

Professor I N1 Anos Iniciais do Ensino Fundamental					Professor I N1 Educação Infantil					Professor II N1 Arte			
Tipo de Prova					Tipo de Prova					Tipo de Prova			
1	2	3	4		1	2	3	4		1	2	3	
1	B	C	D	A	1	A	B	C	D	1	B	C	D
2	B	C	D	A	2	C	D	A	B	2	D	A	B
3	C	D	A	B	3	C	D	A	B	3	A	B	C
4	A	B	C	D	4	A	B	C	D	4	C	D	A
5	D	A	B	C	5	C	D	A	B	5	A	B	C
6	C	D	A	B	6	A*	B*	A*	A*	6	C	D	A
7	D	A	B	C	7	A	B	C	D	7	D	A	B
8	B	C	D	A	8	ANULADA	ANULADA	ANULADA	ANULADA	8	A	B	C
9	C	D	A	B	9	B	C	D	A	9	A	B	C
10	A	B	C	D	10	A	B	C	D	10	D	A	B
11	A	B	C	D	11	A	B	C	D	11	B	C	D
12	A	B	C	D	12	B	C	D	A	12	A	B	C
13	ANULADA	ANULADA	ANULADA	ANULADA	13	ANULADA	ANULADA	ANULADA	ANULADA	13	ANULADA	ANULADA	ANULADA
14	A	B	C	D	14	A	B	C	D	14	A	B	C
15	B	C	D	A	15	B	C	D	A	15	B	C	D
16	A	B	C	D	16	A	B	C	D	16	A	B	C
17	B	C	D	A	17	B	C	D	A	17	B	C	D
18	C	D	A	B	18	C	D	A	B	18	C	D	A
19	B	C	D	A	19	B	C	D	A	19	B	C	D
20	D	A	B	C	20	D	A	B	C	20	D	A	B

\*Após análise de recursos interpostos, foi anulada a questão de nº 13 para todos os tipos de prova dos cargos de Professor.

\*Após análise de recursos interpostos, foi anulada a questão de nº 08 para todos os tipos de prova do cargo de Professor I N1 Educação Infantil.

\*Após análise de recursos interpostos, a questão de nº 06 sofreu alteração de gabarito para todos os tipos de prova do cargo de Professor I N1 Educação Infantil.

Professor II N1 Ciências				Professor II N1 Educação Física						Professor II N1 Espanhol	
	Tipo de Prova				Tipo de Prova						Tipo de Prova
	1	2			1	2	3	4			1
1	A	B		1	B	C	D	A		1	D
2	D	A		2	A	B	C	D		2	A
3	B	C		3	D	A	B	C		3	C
4	D	A		4	A	B	C	D		4	B
5	A	B		5	D	A	B	C		5	A
6	C	D		6	C	D	A	B		6	C

7	D	A		7	C	D	A	B		7	D
8	D	A		8	B	C	D	A		8	B
9	B	C		9	D	A	B	C		9	D
10	A	B		10	A	B	C	D		10	A
11	A	B		11	D	A	B	C		11	D
12	C	D		12	C	D	A	B		12	B
13	ANULADA	ANULADA		13	ANULADA	ANULADA	ANULADA	ANULADA		13	ANULADA
14	A	B		14	A	B	C	D		14	A
15	B	C		15	B	C	D	A		15	B
16	A	B		16	A	B	C	D		16	A
17	B	C		17	B	C	D	A		17	B
18	C	D		18	C	D	A	B		18	C
19	B	C		19	B	C	D	A		19	B
20	D	A		20	D	A	B	C		20	D

\*Após análise de recursos interpostos, foi anulada a questão de nº 13 para todos os tipos de prova dos cargos de Professor.

Professor II N1 Geografia				Professor II N1 Historia				Professor II N1 Inglês	
	Tipo de Prova				Tipo de Prova				Tipo de Prova
	1	2			1	2			1
1	A	B		1	B	C		1	D
2	B	C		2	A	B		2	C
3	D	A		3	D	A		3	A
4	C	D		4	C	D		4	D
5	B	C		5	B	C		5	B
6	A	B		6	D	A		6	B
7	D	A		7	A	B		7	D
8	C	D		8	D	A		8	A
9	B	C		9	A	B		9	C
10	A	B		10	B	C		10	A
11	ANULADA	ANULADA		11	D	A		11	B
12	D	A		12	C	D		12	C
13	ANULADA	ANULADA		13	ANULADA	ANULADA		13	ANULADA
14	A	B		14	A	B		14	A
15	B	C		15	B	C		15	B
16	A	B		16	A	B		16	A
17	B	C		17	B	C		17	B
18	C	D		18	C	D		18	C
19	B	C		19	B	C		19	B
20	D	A		20	D	A		20	D

\*Após análise de recursos interpostos, foi anulada a questão de nº 13 para todos os tipos de prova dos cargos de Professor.

\*Após análise de recursos interpostos, foi anulada a questão de nº 11 para todos os tipos de prova do cargo de Professor II N1 Geografia.

Professor II N1 Matemática					Professor II N1 Português			
	Tipo de Prova					Tipo de Prova		
	1	2	3			1	2	3
1	B	C	D		1	B	C	D
2	C	D	A		2	D	A	B

3	B	C	D		3	C	D	A
4	D	A	B		4	D	A	B
5	D	A	B		5	D	A	B
6	B	C	D		6	B	C	D
7	B	C	D		7	A	B	C
8	C	D	A		8	B	C	D
9	B	C	D		9	D	A	B
10	B	C	D		10	B	C	D
11	B	C	D		11	A	B	C
12	C	D	A		12	C	D	A
13	ANULADA	ANULADA	ANULADA		13	ANULADA	ANULADA	ANULADA
14	A	B	C		14	A	B	C
15	B	C	D		15	B	C	D
16	A	B	C		16	A	B	C
17	B	C	D		17	B	C	D
18	C	D	A		18	C	D	A
19	B	C	D		19	B	C	D
20	D	A	B		20	D	A	B

\*Após análise de recursos interpostos, foi anulada a questão de nº 13 para todos os tipos de prova dos cargos de Professor.

Guaraciaba – SC, 16 de Novembro de 2017.

ROQUE LUIZ MENEGUINI

Prefeito

## **HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMGBA Nº 134.2017. DOCX**

Publicação Nº 1428427

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/17  
HOMOLOGAÇÃO: 16/11/17

CONTRATADO: REFLETO SINALIZAÇÃO E TERMOPLASTICO ME  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE PLACAS DE TRANSITO VIÁRIAS DESTINADAS A REGULAMENTAÇÃO, ADVERTÊNCIA, ORIENTAÇÃO, INFORMAÇÕES TURÍSTICAS, REFLETIVAS EM CHAPA DE AÇO Nº 18 , ANTI FERRUGEM, PINTURA ELETROSTÁTICA E COM LETRAS E PICTOGRAMAS EM PELÍCULA REFLETIVA ATENDENDO A NBR, ABNT 11905 E 14644.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais)  
DATA: 16/11/17 - ROQUE LUIZ MENEGHINI - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/17  
HOMOLOGAÇÃO: 16/11/17

CONTRATADO: WILLIAN PABLO LAMPERTI - ME  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE PLACAS DE TRANSITO VIÁRIAS DESTINADAS A REGULAMENTAÇÃO, ADVERTÊNCIA, ORIENTAÇÃO, INFORMAÇÕES TURÍSTICAS, REFLETIVAS EM CHAPA DE AÇO Nº 18 , ANTI FERRUGEM, PINTURA ELETROSTÁTICA E COM LETRAS E PICTOGRAMAS EM PELÍCULA REFLETIVA ATENDENDO A NBR, ABNT 11905 E 14644.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.505,00 (dezoito mil quinhentos e cinco reais)

## **MINUTA EDITAL DE PREGÃO 109.17 MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA ESCOLAS MUNICIPAIS.DOC**

Publicação Nº 1428531

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº109/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 140/17, Edital de Pregão Presencial Nº 109/17, Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para uso nas escolas do ensino fundamental e infantil; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 29/11/17; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 29/11/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 16 de novembro de 2017.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 186/2017 PMG

Publicação Nº 1428793

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão Presencial 186/2017 PMG

Processo Licitatório: 186/2017 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS PESADAS DO SETOR DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 29/11/2017 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 29/11/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 16 de novembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
Prefeito

### AVISO LICITACAO 197 2017 II

Publicação Nº 1428711

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
Edital: TOMADA DE PREÇO - 197/2017
Tipo : Menor Preço – Por Lote
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DE INFORMÁTICA PARA IMPLANTAÇÃO, LOCAÇÃO, TREINAMENTO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO COM ACOMPANHAMENTO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA GERENCIAL ESCOLAR.
Entrega dos Envelopes: 04/12/2017 às 09:00 h
Abertura dos Envelopes: 04/12/2017 às 09:00 h
Local : Secretaria de Educação de Guaramirim, Rua 28 de Agosto, 1255, Centro, Guaramirim SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, Centro, Guaramirim SC, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00 – 13:00 às 17:00, ou pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-4433.
GUARAMIRIM (SC), 16/11/2017.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 845/2017

Publicação Nº 1428861

DECRETO Nº. 845/2017

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.160.577,00 (um milhão, cento e sessenta mil, quinhentos e setenta e sete reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 1.160.577,00 (um milhão, cento e sessenta mil, quinhentos e setenta e sete reais), a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4460/2017, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações diretas
01360000	Tsalário Educação
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	70.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações diretas
03360000	Tsalário Educação
Total Ação	40.000,00

Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.003	Ensino Médio
06.003.0012	Educação
06.003.0012.0362	Ensino Médio
06.003.0012.0362.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.003.0012.0362.0005.2026	Transporte Escolar - Ensino Médio
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Total Geral	150.000,00

## Dotações Suplementadas

Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0811	Desporto de Rendimento
18.001.0027.0811.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0811.0015.2082	Apoio ao Esporte de Competicao
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00

Código	Descrição
05	Secretaria de Planejamento e Desenvol. Urbano
05.002	Demutram
05.002.0006	Segurança Pública
05.002.0006.0181	Policimento
05.002.0006.0181.0003	Serviços de utilidade pública
05.002.0006.0181.0003.2100	Manutenção das Ações da Policia Militar
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00

Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.2099	Manutencao de Estádios, Campos e Ginasios Esportivos
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	27.997,00
Total Geral	67.997,00

Código	Descrição
05	Secretaria de Planejamento e Desenvol. Urbano
05.001	Secretaria de Planejamento e Desenvol. Urbano
05.001.0004	Administração
05.001.0004.0121	Planejamento e Orçamento
05.001.0004.0121.0004	Administração geral
05.001.0004.0121.0004.2013	Manutenção das Ações de Planejamento Urbano
3339000000000000	Aplicações diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	10.000,00
Total Geral	10.000,00

## Dotações Suplementadas

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3339000000000000	Aplicações diretas
01394400	Fundo Especial de Petróleo
Total Ação	210.000,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.002	Águas de Guaramirim
08.002.0017	Saneamento
08.002.0017.0512	Saneamento Básico Urbano
08.002.0017.0512.0007	Saneamento básico
08.002.0017.0512.0007.1003	Construcao, Imp. Ampliacao Rede de Captacao de Agua
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000300	Recursos Ordinários - Águas
Total Ação	300.000,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.002	Águas de Guaramirim
08.002.0017	Saneamento
08.002.0017.0512	Saneamento Básico Urbano
08.002.0017.0512.0007	Saneamento básico
08.002.0017.0512.0007.2048	Manutencao dos Servicos de Captacao e Distribuicao de Agua Potavel
3339000000000000	Aplicações diretas
01000300	Recursos Ordinários - Águas
Total Ação	300.000,00

Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das Ações de Apoio Logístico, Compras Almoxarifado e
3339000000000000	Aplicações diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	15.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3339000000000000	Aplicações diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	10.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0123	Administração Financeira
04.001.0004.0123.0004	Administração geral
04.001.0004.0123.0004.2009	Manutenção das Atribuições de Controle Financeiro e Prestacao de
3449000000000000	Aplicações Diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	8.640,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2053	Iluminacao Natalina
3339000000000000	Aplicações diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	25.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças

04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0129	Administração de Receitas
04.001.0004.0129.0004	Administração geral
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das Ações de Arrecadação e Fiscalização
3449000000000000	Aplicações Diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	11.700,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Serviços de Terceiros - Jsm Identificação
3449000000000000	Aplicações Diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	11.640,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das Ações de Apoio Logístico, Compras Almoxarifado e
3449000000000000	Aplicações Diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	5.600,00
Total Geral	897.580,00
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
19	Fundação Cultural de Guaramirim
19.001	Fundação Cultural de Guaramirim
19.001.0013	Cultura
19.001.0013.0392	Difusão Cultural
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2085	Festivais de Danca, Cancao, Exposicoes e Apresentacoes Artisticas
3339000000000000	Aplicações diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	35.000,00
Total Geral	35.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provêm da anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.005	Educação Infantil - Pré-escolar
06.005.0012	Educação
06.005.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.005.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.005.0012.0306.0005.2074	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (pré-escolas)
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0365	Educação Infantil
06.006.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0365.0005.2020	Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (creches)
3339000000000000	Aplicações diretas
01360000	Tsalário Educação
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0365	Educação Infantil
06.006.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0365.0005.2020	Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (creches)
3339000000000000	Aplicações diretas
03360000	Tsalário Educação
Total Ação	27.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0365	Educação Infantil
06.006.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infantil (creches)
3339000000000000	Aplicações diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	70.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação

06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0365	Educação Infantil
06.006.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infantil (creches)
3449000000000000	Aplicações Diretas
03360000	Tsalário Educação
Total Ação	13.000,00
Total Geral	150.000,00
Dotações Anuladas	
Código	Descrição
05	Secretaria de Planejamento e Desenv. Urbano
05.002	Demutram
05.002.0006	Segurança Pública
05.002.0006.0181	Policiamento
05.002.0006.0181.0003	Serviços de utilidade pública
05.002.0006.0181.0003.2100	Manutenção das Ações da Policia Militar
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.1011	Construcao, Implementacao de Espacos Esportivos e Lazer
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	3.000,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.1011	Construcao, Implementacao de Espacos Esportivos e Lazer
3459000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer

18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.2081	Apoio ao Esporte Amador
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0811	Desporto de Rendimento
18.001.0027.0811.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0811.0015.2082	Apoio ao Esporte de Competicao
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.2083	Escolinhas de Esportes
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00
Total Geral	67.997,00

Art. 3º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit de exercícios anteriores da fonte de recurso 03000000 no valor de R\$ 132.580,00, e do excesso de arrecadação das fontes 01394400 no valor de R\$ 210.000,00 e 01000300 no valor de R\$ 600.000,00.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Guaramirim/SC, 16 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº. 846/2017

Publicação Nº 1428862

DECRETO Nº. 846/2017

Abre crédito especial no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Autoriza a abertura de um crédito especial no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4459/2017, a saber:

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
0008.0242.0009.2066 - Atenção ao Portador de Deficiência  
3445000000000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 150.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito especial provêm da anulação do item abaixo relacionado:

01 - Câmara Municipal de Vereadores  
001 - Câmara Municipal de Vereadores  
0001.0031.0001.2001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal  
3339000000000000 - Aplicações diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 150.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2017 – PMG

Publicação Nº 1428390

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2017 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2017 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.  
Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Aquisição de mobília para atender a Administração Direta e Indireta do município de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: M MOBILE EIRELI – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.764.033/0001-85, Inscrição Estadual nº 256.755.965, com sede na Rua Dona Francisca, nº 4840, bairro São Pedro, município de Rio Negrinho, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: 414174 - M MOBILE EIRELI - EPP

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	58	UN	PAINEL DIVISOR REMOVÍVEL (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)	M MOBILE	51,00	2.958,00
5	32	UN	ARMÁRIO ALTO (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)	M MOBILE	389,00	12.448,00
Total					R\$15.406,00	

Vigência: Início: 06/11/2017 Término: 05/11/2018.

Guaramirim (SC), 16 de novembro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2017 – PMG**

Publicação Nº 1428392

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
GABINETE DO PREFEITOEXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2017 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2017 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Aquisição de mobília para atender a Administração Direta e Indireta do município de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: OSMAR ORLANDI JUNIOR – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.417.394/0001-10, Inscrição Estadual nº 257.642.625, com sede na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº 1950, Galpão 01, bairro Centro, município de Penha, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: 428345 - OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	36	UN	ARMÁRIO BAIXO (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)	MSI INDUSTRIA	224,00	8.064,00
6	3	UN	MESA DE REUNIÃO OVAL (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)	MSI INDUSTRIA	559,00	1.677,00
Total					R\$9.741,00	

Vigência: Início: 06/11/2017 Término: 05/11/2018.

Guaramirim (SC), 16 de novembro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2017 – PMG**

Publicação Nº 1428394

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
GABINETE DO PREFEITOEXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2017 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2017 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Aquisição de mobília para atender a Administração Direta e Indireta do município de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: MAW COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.655.819/0001-80, Inscrição Estadual nº 90737812-88, com sede na Rua Angelina Legat Pasini, nº 93, bairro Alto Boqueirão, município de Curitiba, estado do Paraná.

Fornecedor: 442011 - MAW COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	29	UN	MESA EM L SEM GAVETAS (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)	NILMAR	370,00	10.730,00
3	39	UN	GAVETEIRO VOLANTE (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)	NILMAR	225,00	8.775,00
Total					R\$19.505,00	

Vigência: Início: 06/11/2017 Término: 05/11/2018.

Guaramirim (SC), 16 de novembro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL**LEI COMPLEMENTAR Nº. 116/2017**

Publicação Nº 1428847

LEI COMPLEMENTAR Nº. 116/2017

Revoga a Lei Complementar nº. 02/2009, que cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim - FMHISG e institui o conselho gestor do FMHISG.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revogada a Lei Complementar nº. 02/2009, que cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim - FMHISG e institui o conselho gestor do FMHISG.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
PrefeitoJair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças**LEI COMPLEMENTAR Nº. 117/2017**

Publicação Nº 1428849

LEI COMPLEMENTAR Nº. 117/2017

Altera dispositivos da Lei Complementar nº. 49/2013, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei Complementar nº. 49/2013 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º. ....  
....."

§ 2º A contratação de pessoal, no caso das alíneas "c", "d" e "e", do inciso IX, do art. 2º, poderá ser efetivada à vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise do curriculum vitae.

..... " (NR)

"Art. 4º. ....

Parágrafo único. Nos casos de extrema relevância e urgência, justificadas através de exposição de motivos aprovada pelo Chefe do Poder Executivo e publicada no mural público municipal, os contratos que alcançarem o período 24 (vinte e quatro) meses poderão ser prorrogados uma única vez, pelo prazo máximo de 06 (seis) meses." (NR)

"Art. 5º. As contratações somente poderão ser realizadas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Secretário de Administração e Finanças.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades contratantes encaminharão à Secretaria de Administração Finanças para controle do disposto nesta Lei Complementar, síntese dos contratos efetivados." (NR)

"Art. 8º. ....  
.....III – ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei Complementar, antes de decorridos 06 (seis) meses do encerramento de contrato que atinja o prazo estabelecido no art. 4º desta lei, salvo nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 2º, desde que justificada a nova contratação por meio de exposição de motivos aprovada pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Secretário de Administração e Finanças.  
..... " (NR)

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
PrefeitoJair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças**LEI Nº. 4456/2017**

Publicação Nº 1428850

LEI Nº. 4456/2017

Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos da Lei Federal nº. 11.107/2005 e autorizado pela Lei Municipal nº. 3859/2011.

Parágrafo único. O texto consolidado do Protocolo de Intenções é parte integrante desta lei.

Art. 2º. Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;

IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;

V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;

VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e

VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 3º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$ , onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$ , onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 5º. A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$ , onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 6º. A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$ , onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 7º. A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$ , onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 8º. A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRDR = NH x R\$ 0,0300, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRDP = NH x R\$ 0,0200, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 10. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 11. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 12. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 13. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 14. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 15. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato,

estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 16. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 17. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Parágrafo único. Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 18. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 19. A ARIS deverá aplicar e respeitar a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 20. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 21. O Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 3.859, de 15 de julho de 2011, passa a vigorar com as seguintes redação:

“Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.” (NR)

.....

“Art. 32 .....

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.” (NR)

Art. 22. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 3.859, de 15 de julho de 2011, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 39 .....

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

..... ” (NR)

Art. 23. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº. 4457/2017

Publicação Nº 1428852

LEI Nº. 4457/2017

Cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim – CMHISG e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim – FMHISG.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE GUARAMIRIM – CMHISG

Art. 1º. Cria Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim – CMHISG, que atuará em conformidade com os princípios consagrados na Lei Orgânica do Município de Guaramirim; no Plano Diretor do Município de Guaramirim, Lei Municipal nº. 3.453/2008; no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº. 10.257/2001; na Lei Federal nº. 11.124/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, e cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim – FMHISG.

Art. 2º. O CMHISG terá como diretriz orientar a Política Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim – PMHISG, tendo como objetivo principal garantir o direito de todos os habitantes de Guaramirim à moradia digna, tendo, ainda, como princípios norteadores de suas ações:

I - a integração dos assentamentos precários ao tecido urbano, através de Programas de Regularização Fundiária – física, urbanística e jurídica – e do desenvolvimento de projetos sociais de qualificação profissional, geração de emprego, renda e capacitação;

II - a articulação da política habitacional às demais políticas sociais, ambientais e econômicas;

III - a integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano, ao Plano Diretor e aos Planos Setoriais de Guaramirim;

IV - o apoio à implantação dos instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade e do Plano Diretor de Guaramirim, atendendo ao princípio constitucional da função social da cidade e

da propriedade;

V - o acesso prioritário das famílias de baixa renda às políticas habitacionais que empreguem recursos públicos;

VI - a participação popular nos processos de formulação, execução e fiscalização da PMHISG.

§ 1º Compreende-se por moradia digna, para fins de aplicação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim - PMHISG, a que atende aos padrões mínimos de habitabilidade, com infraestrutura, saneamento básico, mobilidade, acessibilidade, equipamentos públicos e comunitários, serviços urbanos e sociais.

§ 2º Compreende-se por famílias de baixa renda, as famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, ou famílias com renda per capita de até 1/2 (meio) salário mínimo.

Art. 3º. O CMHISG é órgão pertencente à estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação – SDSH, de composição paritária entre representantes governamentais, representantes da sociedade civil e movimentos populares.

Art. 4º. O CMHISG é um órgão colegiado permanente, com funções de debater, deliberar, normatizar e fiscalizar as ações, em todos os níveis, dirigidas à Política Municipal de Habitação de Interesse Social, gerir o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim – FMHISG, e dar outras providências.

Art. 5º. Compete ao CMHISG:

I - participar da elaboração, fiscalizar a implementação e avaliar a execução dos planos, programas, projetos e benefícios da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, deliberando sobre suas diretrizes, estratégias e prioridades;

II - elaborar e aprovar o orçamento, o plano de aplicação de recursos e a prestação de contas do FMHISG, oriundos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, ou repassado por meio de convênios destinados a área de habitação de interesse social, definindo as prioridades dos investimentos públicos para a área;

III - Analisar e aprovar, anualmente, relatórios contábeis referentes à aplicação dos recursos para a habitação no Município, inclusive aqueles referente ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim - FMHISG;

IV – acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução da Política de Habitação de Interesse Social;

V - constituir Comissão Especial para participar de ações da Habitação de Interesse Social nos níveis regional, estadual e federal, quando julgar necessário, ou quando for solicitado;

VI - incentivar a participação e o controle popular na discussão, formulação, e acompanhamento das políticas públicas habitacionais, garantindo a devida estrutura necessária para a participação popular, articulando-se com as demais instâncias de participação popular do município;

VII – garantir a criação de ferramentas e canais de comunicação que promovam a ampla informação à população e às instituições públicas e privadas sobre temas e questões atinentes à política habitacional;

VIII - convocar a Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social, a cada 2 (dois) anos, e acompanhar a implementação de suas resoluções, segundo orientações do Ministério das Cidades;

IX – participar da definição e aprovar os critérios de atendimento e seleção dos inscritos em programas habitacionais cadastrados na Gerência de Habitação, com base nas diferentes realidades e problemas que envolvam a questão habitacional no município, apresentados pelos técnicos municipais, e dar publicidade às regras e critérios para o acesso aos benefícios no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, em especial às condições de concessão de subsídios.

X - promover atividades e campanhas educacionais sobre a habitação, o direito à moradia digna, considerando as demais questões relativas à habitação de interesse social, como o meio ambiente, a acessibilidade, a mobilidade urbana, o saneamento básico, dentre outros;

XI - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XII - deliberar e propor ao órgão executivo a capacitação de seus conselheiros e equipe técnica;

XIII – acompanhar a elaboração, avaliar e emitir parecer sobre a proposta orçamentária do Município referente à execução da Política de Habitação de Interesse Social;

XIV – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, destinados à execução da política de habitação de interesse social e deliberar sobre o gerenciamento das finanças do FMHISG;

XV – acompanhar e fiscalizar a concessão de auxílio e subvenções às entidades privadas lucrativas e filantrópicas, destinados a área de habitação, conforme regulamentação específica;

XVI - aprovar as condições de concessão de empréstimos, financiamentos e respectivos retornos, seguros obrigatórios e recursos do FMHISG;

XVII – oferecer subsídios para a elaboração de leis pertinentes à área de habitação de interesse social;

XVIII – garantir a assistência técnica e jurídica gratuita, de acordo com o Estatuto da Cidade, com a Lei Federal nº. 11.888/2008, e com o Plano Diretor Municipal de Guaramirim;

XIX - realizar o acompanhamento, a avaliação, e modificação quando for o caso, das diretrizes e condições operacionais da PMHISG, estabelecendo os instrumentos para seu controle e fiscalização;

XX - sugerir projetos de lei relativos à habitação, ao uso do solo urbano e às obras complementares de saneamento, infraestrutura e equipamentos urbanos relacionados à habitação de interesse social através de parecer emitido pelo CMHISG.

XXI - constituir grupos técnicos, comissões especiais, temporárias ou permanentes, quando julgar necessário, para o desempenho de suas funções;

XXII - dirimir dúvidas à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHISG, nas matérias de sua competência;

XXIII – estabelecer as normas básicas para a concessão de subsídios, de arrendamento, locação e cessão de uso de imóveis;

XXIV - selecionar as propostas de repasse dos recursos do FMHISG, em consonância com as diretrizes do CMHISG, com a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, com a Lei Orçamentária Anual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei do Plano Plurianual em vigor;

XXV - controlar a execução do orçamento e dos planos de aplicação

anuais e plurianuais dos recursos do FMHISG, acompanhando e avaliando seus resultados.

XXVI - expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos, na forma aprovada pelo CMHISG do FMHISG;

XXVII - Publicar e dar amplo conhecimento às Resoluções aprovadas pelo CMHISG.

XXVIII – realizar outras atribuições previstas no Regimento Interno.

## CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO CMHISG

Art. 6º. O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim - CMHISG será composto por representantes do Poder Executivo e representantes de Organizações da Sociedade Civil, tendo como garantia o princípio democrático da escolha de seus representantes, e a proporção de 1/4 (um quarto) das vagas aos representantes de movimentos populares.

Parágrafo único. Cada membro titular terá um suplente, que o substituirá em seus impedimentos, assumindo sua posição em caso de vacância.

Art. 7º. O CMHISG é composto por 12 (doze) membros, sendo:

I - 06 (seis) conselheiros titulares, e respectivos suplentes, representantes dos órgãos do Poder Executivo Municipal de Guaramirim:

a) 02 (dois) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

d) 01 (um) representante da Defesa Civil;

e) 01 (um) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Guaramirim.

II - 06 (seis) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, representantes da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, sendo:

a) 02 (dois) representantes de entidades comunitárias e de organizações populares com atividades relacionadas à habitação, e/ou representante dos usuários e/ou beneficiário de programas habitacionais de interesse social, ambos eleitos de forma direta;

b) 01 (um) representante de entidades sindicais dos trabalhadores da construção civil e/ou representante das associações ou sindicatos patronais da cadeia produtiva da indústria da construção civil, existentes no município;

c) 02 (dois) representantes de Conselho Regional de Habitação que atuam com Interesse Social;

d) 01 (um) representante da Caixa Econômica Federal.

Art. 8º. Os conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, representantes do Poder Executivo Municipal, serão de livre escolha e nomeação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. Os conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais, serão

escolhidos bienalmente, por maioria simples entre os interessados, em fórum convocado pelo Presidente do CMHISG.

Parágrafo único. A regulamentação e procedência do fórum eletivo da sociedade civil serão previstos em regimento interno do CMHISG.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO DO CMHISG

Art. 10. O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, ou extraordinariamente, convocado pelo Presidente, ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros titulares, para deliberações relevantes e pertinentes à Política Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim.

§ 1º As reuniões do CMHISG são de caráter público e abertas à participação da população, sociedade civil organizada, e demais interessados, sendo sempre precedidas de ampla divulgação.

§ 2º O público terá direito a voz, com autorização da Plenária, anteriormente à exposição do tema específico e não será permitida a abordagem de outros temas pelo público.

Art. 11. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SDSH, representante do Poder Executivo Municipal, responsável pela execução da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, prestará o necessário apoio técnico, administrativo e financeiro para a efetivação das finalidades do CMHISG, bem como fornecerá os subsídios necessários para a representação deste Conselho nas instâncias e eventos para o qual for convocado.

Parágrafo único. O A Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SDSH prestará, através do Centro de Apoio aos Conselhos Municipais, assessoria para o CMHISG, ou setor/órgão que vir a substituí-lo.

Art. 12. São órgãos do CMHISG:

I - Plenário;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões de Trabalho;

§ 1º O Plenário é órgão deliberativo e soberano do CMHISG, composto pelos seus Conselheiros Titulares.

§ 2º A Mesa Diretora do CMHISG administrará o Conselho e é composta por:

I - 01 (um) Presidente;

II - 01 (um) Vice-Presidente;

III - 01 (um) Secretário.

§ 3º A Mesa Diretora será eleita entre seus pares, pela maioria simples dos votos do Plenário, para mandato de 01 (um) ano, permitida somente uma recondução, exceto a Presidência.

§ 4º O Presidente será substituído nas suas ausências e impedimentos, de acordo com a seguinte ordem: Vice-Presidente; Secretário; e na falta destes, por um Conselheiro efetivo, eleito pelos conselheiros presentes.

Art. 13. São Comissões de Trabalho Permanente do CMHISG:

I – Comissão de Normas, Legislação e Registro;

II - Comissão de Finanças, Política, Plano e Fiscalização;

Parágrafo único. O CMHISG poderá criar Comissões que atendam as necessidades das atividades desenvolvidas.

Art. 14. A Presidência do CMHISG será exercida pelo Secretário(a) Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação de Guaramirim.

§ 1º São atribuições do Presidente:

I - representar legalmente o Conselho;

II - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

III - publicar no Jornal do Município a composição do Conselho Municipal de Habitação;

IV - dirigir e coordenar as atividades do Conselho, determinando as providências necessárias ao seu pleno desempenho;

V - promover ou praticar atos de gestão administrativa, necessários ao desempenho das atividades do Conselho, de suas Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho;

VI - emitir voto de desempate.

VII – assinar correspondência oficial do CMHISG;

VIII – representar o CMHISG em solenidades públicas e zelar pelo seu prestígio;

IX – apurar eventuais irregularidades;

X – cumprir e fazer cumprir as resoluções e decisões do Plenário, bem como do Regimento Interno deste Conselho;

XI – delegar competências, desde que previamente submetidas à aprovação do colegiado;

XII – decidir e baixar resoluções de deliberações do Plenário ad referendum deste, nos casos de manifesta urgência;

XIII – encaminhar, anualmente, em conjunto com a Comissão de Finanças, Política, Plano e Fiscalização, as prestações de contas, para apreciação do Plenário;

XIV – submeter à apreciação do Plenário o relatório anual do Conselho;

XV – convocar sessões ordinárias e extraordinárias.

§ 2º A periodicidade das reuniões do Conselho e das Comissões serão estabelecidas em Regimento Interno.

§ 3º Caso o Presidente não convoque as reuniões ordinárias do Conselho nos prazos estabelecidos pelo Regimento Interno, estas poderão ser convocadas por requerimento de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

### CAPÍTULO IV

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE GUARAMIRIM – FMHISG

Art. 15. Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim – FMHISG, sob gestão do CMHISG.

Art. 16. O FMHISG, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar os recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de baixa renda, que resida em moradias em condições inadequadas,

à população que não possua moradia própria, aos desabrigados, à população residente em áreas de risco, áreas insalubres, e assentamentos precários, observando os seguintes princípios:

I - priorização de planos, programas, benefícios e projetos habitacionais que contemplem a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, garantindo moradia digna e contribuindo para a geração de empregos;

II – planejamento e integração dos planos, programas, benefícios e projetos habitacionais com as ações e os investimentos em saneamento, infraestrutura e equipamentos urbanos e comunitários relacionados à habitação de interesse social;

III - implantação de políticas de acesso à terra urbana, necessárias aos programas habitacionais, de acordo com o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, assim como previsto no Plano Diretor do Município de Guarimir;

IV - incentivo ao aproveitamento das áreas e vazios urbanos não utilizados, ou subutilizados, existentes na malha urbana;

V - democratização e publicidade dos procedimentos e processos decisórios, como forma de permitir o acompanhamento de suas ações pela sociedade;

VI - compatibilização das intervenções federais, estaduais e municipais no setor habitacional;

VII - emprego de formas alternativas de produção e acesso à moradia, por meio de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico e sustentável;

VIII - atuação direcionada a coibir as formas de especulação imobiliária urbana;

IX - economia de meios e racionalização de recursos;

X - adoção de regras estáveis, simples e concisas, bem como de mecanismos adequados de acompanhamento e controle do desempenho dos programas habitacionais.

Art. 17. O FMHG é constituído por:

I - dotações consignadas, anualmente, no orçamento municipal e créditos adicionais que lhe sejam destinados, classificadas na função de habitação de interesse social;

II - dotações federais ou estaduais, não reembolsáveis, ao FMHISG especificamente destinado;

III - outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMHISG;

IV - recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação de interesse social, bem como os recursos financeiros oriundos de organismos internacionais de cooperação, recebidos diretamente ou por meio de convênios;

V - contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

VI - receitas operacionais e patrimoniais, de operações realizadas com recursos do FMHISG;

VII - recursos provenientes da venda de editais de concorrência para execução de obras a serem realizadas com recursos do FMHISG;

VIII - recursos provenientes da transferência do direito de construir em áreas públicas destinadas a programas habitacionais de interesse social;

IX - recursos provenientes do recebimento de prestação e retornos oriundos das aplicações do FMHISG em financiamentos de programas habitacionais de interesse social;

X - recursos financeiros oriundos dos governos federal e estadual, bem como de outras entidades de órgãos públicos ou privados, recebidos diretamente ou por meio de convênios, especialmente aqueles oriundos do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social;

XI - aporte de capital decorrente da realização de operações de crédito em instituições financeiras oficiais, desde que previamente autorizadas por lei específica;

XII - rendas provenientes da aplicação de seus recursos no mercado financeiro;

XIII - outros recursos ou receitas que lhe vierem a ser destinados.

Art. 18. As aplicações dos recursos do FMHISG serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais e, conforme lei específica a locação social;

II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais de interesse social;

III – urbanização, produção de equipamentos urbanos e comunitários, regularização fundiária e urbanística de assentamentos precários em Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;

IV – implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos e comunitários, complementares aos programas e projetos habitacionais de interesse social;

V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias de interesse social;

VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII - serviços de apoio e organização comunitária para programas habitacionais;

VIII - reabilitação de áreas urbanas degradadas para uso habitacional de interesse social;

IX – recuperação ambiental de áreas de preservação;

X - urbanização, produção de equipamentos urbanos e comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

XI – aquisição de terrenos, lotes, e áreas urbanizadas, destinadas aos programas e projetos de habitação de interesse social;

XII – programas e projetos de habitação de interesse social de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, com registro no CMHISG;

XIII - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de

planejamento, administração e controle de programas de habitação e saneamento de interesse social;

XIV - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de habitação e saneamento de interesse social;

XV – infraestrutura, aquisição de equipamentos permanentes para uso da Gerência de Habitação, bem como manutenção dos equipamentos existentes, na forma aprovada pelo CMHISG.

XVI - contratação de assessoria, consultoria para o desenvolvimento das ações relacionadas a programas habitacionais, patrocinar estudos e projetos ligados à habitação de interesse social;

XVII - outros planos, programas, benefícios, projetos e intervenções na forma aprovada pelo CMHISG.

§ 1º É vedado o repasse a entidade que tenha como dirigentes membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União e do Estado, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º (segundo) grau, ou servidor público vinculado ao CMHISG, ou a Secretaria Desenvolvimento Social e Habitação de Guaramirim, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º (segundo) grau;

§ 2º As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº. 11.124, de 16 de junho de 2005, e as que vierem a sucedê-las, nos casos em que o FMHISG vier a receber recursos federais.

§ 3º O CMHISG, que gere o FMHISG, promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 4º O CMHISG promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos, os planos, programas, benefícios e projetos habitacionais.

## CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. As funções dos membros do CMHISG e de suas Comissões não serão remuneradas, sendo seu desempenho considerado serviço público relevante.

Art. 20. O mandato dos membros do CMHISG, indicados e eleitos, será de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) única recondução.

Art. 21. As reuniões do Conselho Municipal de Habitação de Guaramirim - CMHISG se instalarão com um quórum mínimo de 1/3 (um terço) de seus integrantes.

Art. 22. As decisões do CMHISG serão tomadas com aprovação da maioria simples de seus membros.

Art. 23. As deliberações do Conselho Municipal de Habitação de Guaramirim - CMHISG serão materializadas em resoluções, homologadas pelo seu Presidente.

§ 1º A homologação será efetuada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da deliberação.

§ 2º Caso o Presidente não homologue as deliberações do CMHISG no prazo estabelecido pelo § 1º, as mesmas retornarão ao Conselho, onde serão confirmadas ou reformuladas pela maioria simples dos Conselheiros.

Art. 24. Os conselheiros, sempre que entenderem necessário, terão acesso ao Cadastro do Patrimônio Imobiliário do Município.

Art. 25. Os conselheiros titulares e suplentes indicados e eleitos para o CMHISG serão nomeados, através de portaria pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 26. O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim será regido por esta lei e pelo Regimento Interno, que deverá ser elaborado e publicado no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 27. Revoga-se a lei nº 3.518, de 29 de dezembro de 2008.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº. 4458/2017

Publicação Nº 1428853

LEI Nº. 4458/2017

Autoriza a concessão de uso de bem móvel à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, deste município.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a fazer concessão de uso de bem móvel para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, deste Município.

Art. 2º. O bem móvel, referido no art. 1º da presente lei, trata-se de um micro-ônibus escolar, adaptado para cadeirantes, cor prata, ano de fabricação 2017, modelo 2018, RENAVAL nº. 93PB54M-32JC05816, motor 3656P244, potência 152 CV, Diesel, capacidade para 24 (vinte e quatro) passageiros e 2 (dois) auxiliares, placa QIM 1877, nº do controle patrimonial do município – 33862.

Parágrafo único. O objeto será destinado única e exclusivamente para o serviço de transporte dos usuários da entidade beneficiada.

Art. 3º. O prazo da presente concessão é de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º. Toda a despesa referente à manutenção, conservação, abastecimento, licenciamento, seguro obrigatório e total, correrão por conta da entidade cessionária.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº. 4459/2017

Publicação Nº 1428854

LEI Nº. 4459/2017

Abre crédito especial no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza a abertura de um crédito especial no valor de até 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
0008.0242.0009.2066 - Atenção ao Portador de Deficiência  
3445000000000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 150.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito especial provêm da anulação do item abaixo relacionado:

01 - Câmara Municipal de Vereadores  
001 - Câmara Municipal de Vereadores  
0001.0031.0001.2001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal  
3339000000000000 - Aplicações diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 150.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de novembro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº. 4460/2017

Publicação Nº 1428857

LEI Nº. 4460/2017

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 1.160.577,00 (um milhão, cento e sessenta mil, quinhentos e setenta e sete reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza a abertura de um crédito suplementar no valor de até 1.160.577,00 (um milhão, cento e sessenta mil, quinhentos e setenta e sete reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação

06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações diretas
01360000	Tsalário Educação
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	70.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações diretas
03360000	Tsalário Educação
Total Ação	40.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.003	Ensino Médio
06.003.0012	Educação
06.003.0012.0362	Ensino Médio
06.003.0012.0362.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.003.0012.0362.0005.2026	Transporte Escolar - Ensino Médio
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Total Geral	150.000,00
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0811	Desporto de Rendimento

18.001.0027.0811.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0811.0015.2082	Apoio ao Esporte de Competicao
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
05	Secretaria de Planejamento e Desenv. Urbano
05.002	Demutram
05.002.0006	Segurança Pública
05.002.0006.0181	Policimento
05.002.0006.0181.0003	Serviços de utilidade pública
05.002.0006.0181.0003.2100	Manutenção das Ações da Polícia Militar
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.2099	Manutencao de Estádios, Campos e Ginasios Esportivos
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	27.997,00
Total Geral	67.997,00
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	Secretaria de Planejamento e Desenv. Urbano
05.001	Secretaria de Planejamento e Desenv. Urbano
05.001.0004	Administração
05.001.0004.0121	Planejamento e Orçamento
05.001.0004.0121.0004	Administração geral
05.001.0004.0121.0004.2013	Manutenção das Ações de Planejamento Urbano
3339000000000000	Aplicações diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	10.000,00
Total Geral	10.000,00
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura

08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3339000000000000	Aplicações diretas
01394400	Fundo Especial de Petróleo
Total Ação	210.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.002	Águas de Guaramirim
08.002.0017	Saneamento
08.002.0017.0512	Saneamento Básico Urbano
08.002.0017.0512.0007	Saneamento básico
08.002.0017.0512.0007.1003	Construcao, Imp. Ampliacao Rede de Captacao de Agua
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000300	Recursos Ordinários - Águas
Total Ação	300.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.002	Águas de Guaramirim
08.002.0017	Saneamento
08.002.0017.0512	Saneamento Básico Urbano
08.002.0017.0512.0007	Saneamento básico
08.002.0017.0512.0007.2048	Manutencao dos Servicos de Captacao e Distribuicao de Agua Potavel
3339000000000000	Aplicações diretas
01000300	Recursos Ordinários - Águas
Total Ação	300.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das Ações de Apoio Logístico, Compras Almojarifado e
3339000000000000	Aplicações diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	15.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário

08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3339000000000000	Aplicações diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	10.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0123	Administração Financeira
04.001.0004.0123.0004	Administração geral
04.001.0004.0123.0004.2009	Manutenção das Atribuições de Controle Financeiro e Prestacao de
3449000000000000	Aplicações Diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	8.640,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2053	Iluminacao Natalina
3339000000000000	Aplicações diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	25.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0129	Administração de Receitas
04.001.0004.0129.0004	Administração geral
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das Ações de Arrecadação e Fiscalização
3449000000000000	Aplicações Diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	11.700,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral

04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Serviços de Terceiros - Jsm Identificação
3449000000000000	Aplicações Diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	11.640,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das Ações de Apoio Logístico, Compras Almoxarifado e
3449000000000000	Aplicações Diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	5.600,00
Total Geral	897.580,00
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
19	Fundação Cultural de Guaramirim
19.001	Fundação Cultural de Guaramirim
19.001.0013	Cultura
19.001.0013.0392	Difusão Cultural
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2085	Festivais de Danca, Cancao, Exposicoes e Apresentacoes Artisticas
3339000000000000	Aplicações diretas
03000000	Recursos Ordinários
Total Ação	35.000,00
Total Geral	35.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provêm da anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.005	Educação Infantil - Pré-escolar
06.005.0012	Educação
06.005.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.005.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.005.0012.0306.0005.2074	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (pré-escolas)
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00

Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0365	Educação Infantil
06.006.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0365.0005.2020	Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (creches)
3339000000000000	Aplicações diretas
01360000	Tsalário Educação
Total Ação	20.000,00

Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0365	Educação Infantil
06.006.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0365.0005.2020	Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (creches)
3339000000000000	Aplicações diretas
03360000	Tsalário Educação
Total Ação	27.000,00

Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0365	Educação Infantil
06.006.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infantil (creches)
3339000000000000	Aplicações diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	70.000,00

Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0365	Educação Infantil
06.006.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infantil (creches)
3449000000000000	Aplicações Diretas
03360000	Tsalário Educação
Total Ação	13.000,00

Total Geral	150.000,00
Dotações Anuladas	
Código	Descrição

05	Secretaria de Planejamento e Desenv. Urbano
05.002	Demutram
05.002.0006	Segurança Pública
05.002.0006.0181	Policimento
05.002.0006.0181.0003	Serviços de utilidade pública
05.002.0006.0181.0003.2100	Manutenção das Ações da Policia Militar
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00

Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.1011	Construcao, Implementacao de Espacos Esportivos e Lazer
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	3.000,00

Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.1011	Construcao, Implementacao de Espacos Esportivos e Lazer
3459000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00

Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.2081	Apoio ao Esporte Amador
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00

Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0811	Desporto de Rendimento

18.001.0027.0811.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0811.0015.2082	Apoio ao Esporte de Competicao
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.2083	Escolinhas de Esportes
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00
Total Geral	67.997,00

Art. 3º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit de exercícios anteriores da fonte de recurso 03000000 no valor de R\$ 132.580,00, e do excesso de arrecadação das fontes 01394400 no valor de R\$ 210.000,00 e 01000300 no valor de R\$ 600.000,00.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº. 552/2017

Publicação Nº 1428549

PORTARIA Nº. 552/2017  
Nomeia Sônia Maria Borges Chiodini.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Sônia Maria Borges Chiodini, na função de Gestora da Fundação Cultural, a partir de 13 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº. 553/2017

Publicação Nº 1428552

PORTARIA Nº. 553/2017

Estabelece Lotação da servidora Vanessa Regina Barbosa.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

### RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Vanessa Regina Barbosa, Coordenadora Pedagógica, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 229/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº. 554/2017

Publicação Nº 1428553

PORTARIA Nº. 554/2017

Estabelece Lotação da servidora Scheila Richartz.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

### RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Scheila Richartz, Coordenadora Pedagógica, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 316/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº. 555/2017

Publicação Nº 1428555

PORTARIA Nº. 555/2017

Estabelece Lotação da servidora Janaina da Silva Correa.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

### RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Janaina da Silva Correa, Coordenadora Pedagógica, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Joanir da Silva.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 339/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº. 556/2017

Publicação Nº 1428557

PORTARIA Nº. 556/2017

Nomeia membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº. 03/2017, da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

### RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº. 03/2017, para contratação temporária de cargos da Prefeitura Municipal de Guaramirim:

- I – Angélica Gomes Belli Frontino – Presidente;
- II – Adriana Rampon Stanguerlin de Andrade;
- III – Luciana Mohr Tonet;
- IV – Ana Paula da Silva;
- V – Alisson Demetrio Fernandes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## RESOLUÇÃO Nº 08/2017 CMDCA DISPÕE DA APROVAÇÃO DOS PROJETOS GOVERNAMENTAIS, INSCRITOS PERANTE O FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA POR MEIO DO EDITAL 02/2017 CMDCA.

Publicação Nº 1429110

RESOLUÇÃO Nº 08/2017 CMDCA

Dispõe da aprovação dos projetos governamentais, inscritos perante o Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA por meio do Edital 02/2017 CMDCA.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaramirim - CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Nº. 3.638/2009 de 26 de outubro de 2009 e,

Considerando o Edital 02/2017- CMDCA, do dia 21 de setembro de 2017, que dispõe da captação de projetos para processo de implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, execução em 2018, com recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA – para entidades da sociedade civil, administração pública e serviços sociais autônomos para projetos de atendimento exclusivo a crianças e/ou adolescentes.

Considerando a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaramirim - CMDCA, realizada no dia 06 de novembro de 2017, às 08h:30min. na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação. Sob ata nº 12/2017;

Considerando os Pareceres nº 32, 33 e 34 de 2017, da Comissão Especial de Seleção de Projetos, que analisou os projetos apresentados pela administração pública e foi favorável a aprovação dos projetos perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaramirim – CMDCA.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar a inscrição dos projetos governamentais, para o processo implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, execução em 2018, com recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA. Sendo a seleção dos projetos aprovados na seguinte ordem:

- I. Projeto Educação Através do Esporte, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
- II. Projeto Eventos CAED, no valor de R\$ 3.117,00 (três mil e cento e dezessete reais);
- III. Projeto Biblioteca Ativa, no valor de R\$ 9.750,00 (nove mil e setecentos e cinquenta reais).

Art. 2º. Os projetos elencados nesta resolução serão contemplados posteriormente aos projetos não-governamentais selecionados pela Comissão de Seleção, nomeada pelas Portarias nº 485/2017 e 515/2017.

Art. 3º. Informar que o Fundo da Infância e Adolescência – FIA, depende do recebimento de doações, que ocorrerão até o último dia deste ano. Sendo assim, serão contemplados os projetos, apenas se o FIA dispor de recursos liberados para esta finalidade.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim, 16 de novembro de 2017.

LUIS CLÁUDIO DALPRÁ  
Presidente do CMDCA

## RESULTADO Nº 01/2017 CMAS DISPÕE DO RESULTADO DA SELEÇÃO DE PROJETOS INSCRITOS PERANTE O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POR MEIO DO EDITAL 02/2017 CMAS.

Publicação Nº 1429052

RESULTADO Nº 01/2017 CMAS

Dispõe do resultado da seleção de projetos inscritos perante o Fundo Municipal de Assistência Social por meio do Edital 02/2017 CMAS.

A Presidente da Comissão de Seleção, no uso de suas atribuições, nomeada pela Portaria nº 485/2017 e,

Considerando o Edital 02/2017- CMAS, do dia 20 de setembro de 2017, que dispõe da captação de projetos para processo de implementação da política de Assistência Social de Guaramirim, execução em 2018, com recursos do Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS para entidades da sociedade civil, administração pública e serviços sociais autônomos, para projetos de atendimento ao público do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Considerando os Pareceres da Comissão de Seleção relativos a cada projeto inscrito, em que analisa os critérios elencados no art. 19º e parágrafo único, do art. 18º, ambos do Edital 02/2017 CMAS.

Considerando o Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, relativo a cada projeto inscrito.

Considerando o art. 37, da Constituição Federal que dispõe: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]".

Resolve:

Art. 1º. Aprovar a inscrição dos projetos abaixo, total ou parcialmente, para o processo de implementação da política de Assistência Social de Guaramirim, execução em 2018, com recursos do Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS:

I. Projeto Educação Profissional para o Mundo do Trabalho – Modelagem e Costura, no valor de R\$ 34.320,00 (trinta e quatro mil e trezentos e vinte reais);

II. Projeto Educação Profissional para o Mundo do Trabalho – Instalações Elétricas Básica, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

III. Projeto Educação Profissional para o Mundo do Trabalho – Tecnologia da Informação, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

IV. Projeto Ser e Conviver, no valor de R\$ 19.950,00 (dezenove mil e novecentos e cinquenta reais);

V. Projeto Aconchego, no valor de R\$ 10.570,00 (dez mil e quinhentos e setenta reais).

Art. 2º. Indeferir a inscrição do Projeto Criar, Cortar e Costurar, no valor de R\$ 77.920,00 (setenta e sete mil e novecentos e vinte reais).

Art. 3º. Dispor do prazo de 01/12/2017, para a liberação dos pareceres, para as entidades que solicitaram a inscrição.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim, 16 de novembro de 2017.

LUCIANA MOHR TONET

Presidente da Comissão de Seleção

**RESULTADO Nº 02/2017 CMDCA DISPÕE DO RESULTADO DA SELEÇÃO DE PROJETOS NÃO-GOVERNAMENTAIS, INSCRITOS PERANTE O FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA POR MEIO DO EDITAL 02/2017 CMDCA.**

Publicação Nº 1429054

**RESULTADO Nº 02/2017 CMDCA**

Dispõe do resultado da seleção de projetos não-governamentais, inscritos perante o Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA por meio do Edital 02/2017 CMDCA.

A Presidente da Comissão de Seleção, no uso de suas atribuições, nomeada pela Portaria nº 485/2017 e,

Considerando o Edital 02/2017- CMDCA, do dia 21 de setembro de 2017, que dispõe da captação de projetos para processo de implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, execução em 2018, com recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA – para entidades da sociedade civil, administração pública e serviços sociais autônomos para projetos de atendimento exclusivo a crianças e/ou adolescentes.

Considerando os Pareceres da Comissão de Seleção relativos a cada projeto inscrito, em que analisa os critérios elencados no art. 20º, do Edital 02/2017 CMDCA.

Considerando o Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, relativo a cada projeto inscrito.

Considerando o art. 37, da Constituição Federal, que dispõe: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]".

Resolve:

Art. 1º. Aprovar a inscrição dos projetos não-governamentais, para o processo implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, execução em 2018, com recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA. Sendo a seleção dos projetos aprovados na seguinte ordem:

I. Projeto Alfabetização Digital, no valor de R\$ 32.240,00 (trinta e dois mil, duzentos e quarenta reais);

II. Projeto Novos Caminhos, no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais);

III. Projeto Prevenir é Melhor do que Remediar, no valor de R\$ 18.330,00 (dezoito mil, trezentos e trinta reais);

IV. Projeto Educação Profissional para o Mundo do Trabalho – Assistente Administrativo, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais);

V. Projeto Cultura do Boi de Mamão, no valor de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais);

VI. Projeto Tempo de Brincar e Crescer, no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais);

VII. Projeto Bombeiro Mirim e Aspirante, no valor de R\$ 7.166,00 (sete mil, cento e sessenta e seis reais).

Art. 2º. Indeferir a inscrição dos projetos, por vedações do Edital 02/2017:

I. Projeto Sala Interativa e Multissensorial, no valor de R\$ 43.228,00 (quarenta e três mil, duzentos e vinte e oito reais);

II. Projeto Paradesporto, no valor de R\$ 35.300,00 (trinta e cinco mil e trezentos reais).

Art. 3º. Dispor do prazo de 01/12/2017, para a liberação dos pareceres às entidades que solicitaram a inscrição.

Art. 4º. Informar que o Fundo da Infância e Adolescência – FIA, depende do recebimento de doações, que ocorrerão até o último dia deste ano. Sendo assim, serão contemplados os projetos, apenas se o FIA dispor de recursos liberados para esta finalidade.

Art. 5º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim, 16 de novembro de 2017.

LUCIANA MOHR TONET

Presidente da Comissão de Seleção

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 183/2017

Publicação Nº 1429189

Decreto nº 0183/2017.

Adota Turno Único na Jornada de Trabalho, e contém outras providências.

Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, de acordo com o Inciso VII, Art. 63, Seção II da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990, e Art. 222 da Lei Municipal n.º 1.048/91 de 11 de dezembro de 1991 (Estatuto Unificado dos Servidores Públicos Cíveis do Município):

#### D E C R E T A:

Art. 1º Adota Turno Único, com jornada de trabalho de 06h diárias ininterruptas, sendo das 07h00 às 13h00, de segundas às sextas-feiras, a partir da data de 20 de novembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, nas:

- Secretaria Municipal de Administração e Fazenda,
- Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo ; e
- Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em, 14 de novembro de 2017.

66º ano da Fundação e 55º ano da Instalação

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário de Administração e Fazenda

### EXTRATO DE CONTRATO - PREF 65 A 69/2017

Publicação Nº 1428579

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 65/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 69/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: BOSA & BOSA LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de Merenda Escolar ( gêneros alimentícios ), Material de Limpeza e gás de cozinha para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 14.401,33

VIGENCIA: 29/12/2017

Guarujá do Sul, SC, 16 de novembro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 66/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 69/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME

OBJETO: Aquisição de Merenda Escolar ( gêneros alimentícios ), Material de Limpeza e gás de cozinha para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 10.710,70

VIGENCIA: 29/12/2017

Guarujá do Sul, SC, 16 de novembro de 2017

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 67/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 69/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: SCS COMERCIO LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de Merenda Escolar ( gêneros alimentícios ), Material de Limpeza e gás de cozinha para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 10.423,80

VIGENCIA: 29/12/2017

Guarujá do Sul, SC, 16 de novembro de 2017

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 68/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 69/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: AGROVETERINARIA PRINCESA LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de Merenda Escolar ( gêneros alimentícios ), Material de Limpeza e gás de cozinha para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 6.858,70

VIGENCIA: 29/12/2017

Guarujá do Sul, SC, 16 de novembro de 2017

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 69/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 69/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIB E COM DE ALIMENTOS LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de Merenda Escolar ( gêneros alimentícios ), Material de Limpeza e gás de cozinha para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 6.621,80

VIGENCIA: 29/12/2017

Guarujá do Sul, SC, 16 de novembro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.759/2017

Publicação Nº 1428953

DECRETO Nº. 3.759/2017.

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO, REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº. 005/2017/SMS/HO.

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital nº. 005/2017/SMS/HO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do Processo Seletivo, regulamentado pelo Edital nº. 005/2017/SMS/HO, conforme relação anexa ao presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 16 de novembro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

LISTA CLASSIFICATÓRIA EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 005/2017/SMS/HO

Insc- Nº	Nome	CPF	Acertos	Nota	Desempate 1º critério	Desempate 2º critério	Classifi- cação
008	RAFAELA SANTINI DE OLIVEIRA BRANDALISE	079.321.999-05	19	7,6	-	-	1º
010	MARIA JULIA NEVES CAVALCANTI BEZERRA	530.391.812-20	18	7,2	-	-	2º
006	ANA LUIZA LUNARDELLI	092.686.059-37	17	6,8	-	-	3º
007	SERGIO LUIZ CEVEY BARBIERI	077.975.559-66	16	6,4	14	1990	4º
002	FERNANDA DALLA LANA	087.124.649-02	16	6,4	14	1993	5º
004	FRANCIELLI K. F. DE CARLI	081.724.189-22	16	6,4	13	-	6º
005	JOSÉ ANGELO NUNES DA SILVA	086.064.929-65	15	6,0	15	-	7º
009	PRISCILA BALSAN HOPHAL	073.997.799-70	15	6,0	14	-	8º
003	GUILHERME VIECELLI RHODEN	066.892.739-97	14	5,6	-	-	9º
012	MARINA AFINOWETCH	081.862.549-00	13	5,2	-	-	10º

Critérios para desempate:

- a) maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- b) a idade, dando-se preferência para o candidato mais velho.

Herval d'Oeste (SC), 14 de novembro de 2017 AMÉRICO LORINI

Prefeito

### DECRETO Nº 3762/2017.

Publicação Nº 1429068

DECRETO Nº 3762 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso I da Lei Municipal 3.171 de 27/12/2016 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), proveniente de excesso de arrecadação apurado neste exercício, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 – Manutenção dos serviços administrativos

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.89.0000- 35

Valor: R\$ 14.500,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval D'Oeste, 14 de novembro de 2017

AMÉRICO LORINI

Prefeito

**LEI COMPLEMENTAR Nº 356/2017.**

Publicação Nº 1429000

**LEI COMPLEMENTAR Nº 356/2017**

INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR Nº 179/2005, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D'OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI COMPLEMENTAR:**

Art. 1º. O "caput" do artigo 24 e o § 1º da Lei Complementar nº 179/2005, passarão a vigorar com a seguinte redação:  
(...)

Art. 24. A Diretoria Executiva do IPREVI-HO será composta por:

1. Diretor de Gestão Administrativa;
2. Diretor de Gestão Financeira.

§ 1º Os cargos de Diretor de Gestão Administrativa e Diretor de Gestão Financeira serão providos por servidores efetivos, com escolaridade mínima de 3º grau completo, os quais deverão ter seus nomes aprovados em Assembleia Geral dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste e serão cedidos por ato do Chefe do Executivo Municipal, tendo a remuneração de seu cargo de origem (vencimentos do cargo efetivo acrescido dos benefícios dele decorrentes), acrescido de 40% do valor do DAS I, estabelecido no Anexo I, pela presente lei.

I- Cria o anexo I da Lei Complementar nº 179/2005 com os cargos de Diretor de Gestão Administrativa e Diretor de Gestão Financeira em substituição aos cargos de Diretor Administrativo e Diretor Financeiro, e, o cargo de Responsável pela Contabilidade do IPREVI-HO que por suas atribuições perceberão função gratificada no valor de 40% do valor do DAS I;

II- Os valores previstos no Anexo I, sofrerão reajustes em data e índices previstos na revisão anual dos servidores públicos municipais;

III- Os valores previstos no Anexo I não serão incorporados aos vencimentos dos servidores e não servirão como base previdenciária para fins de aposentadoria;

IV- Os valores previstos não serão acumuláveis àqueles que já percebem qualquer tipo de gratificação para exercer atividades inerentes ao cargo no IPREVI-HO.  
(...)

Art. 2º. Altera a denominação de Diretor Administrativo para Diretor de Gestão Administrativa e de Diretor Financeiro para Diretor de Gestão Financeira que constam nos artigos 10, § 1º; art. 14, § 7º; art. 23, § 2º; art. 24, §§ 3º, 4º e 5º; art. 28; art. 29; art. 30; art. 89; art. 92; e de Diretor de Benefícios para Diretor de Gestão Administrativa que consta no art. 37, § 4º, todos da Lei Complementar 179/2005.

Art. 3º. Os demais artigos, parágrafos, incisos e alíneas da Lei Complementar nº 179/2005 permanecem inalterados.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste(SC), 16 de novembro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

**ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº****QUADRO DE CARGOS DO (IPREVI-HO)**

NOME DA FUNÇÃO	NÚMERO DE VAGAS	DAS I
Diretor de Gestão Administrativa	01	1.440,64
Diretor de Gestão Financeira	01	1.440,64
Responsável pela Contabilidade do IPREVI-HO	01	1.440,64

**LEI Nº 3220/2017**

Publicação Nº 1429009

**LEI Nº3220//2017**

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC, DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d' Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a baixa nos registros referentes a bens móveis pertencentes ao Patrimônio Público do Município de Herval d'Oeste - SC, inservíveis ao Serviço Público Municipal, localizados na Secretaria de Saúde do Município, Secretaria de Obras e no Gabinete do Chefe do Poder Executivo, abaixo especificados:

Item	Patrimônio	Quantidade	Descrição
01	8207	01	Automóvel marca Fiat, modelo Linea LX 1.9- Flex, 4 p, placas MGQ 8135, ano e modelo 2009/2010.
02	6633	01	Veículo marca Ford, modelo F-1000, placas IAW 4560, ano e modelo 1991/1992, carroceria de madeira.
03	6681	01	Veículo, caminhão marca Volkswagen, modelo VW 22.160, placas 1356, ano e modelo 1986/1986.
04	6740	01	Veículo marca Fiat modelo Pálio ED, placas LYC 2023, ano e modelo 1997/1997, de cor predominantemente branca.
05	9121	01	Veículo, marca Chevrolet, modelo GM Silverado, placas GSC 8590, ano e modelo 1997/1998 de cor predominantemente prata.
06	7106	01	Veículo, marca Renault, modelo Master Bus 16 DCI, placas MEG 0475, ano e modelo 2008/2009, capacidade 16 passageiros, de cor predominantemente branca.
07	7861	01	Veículo, marca Fiat, modelo Doblo HLX 1.8 Flex, placas MHN 3217 ano e modelo 2010/2011, de cor predominantemente prata.

08	8311	01	Veículo, marca Volkswagen, modelo Gol 1.0 Ger. IV. Flex, placas MGW 2764, ano e modelo 2009/2009, de cor predominantemente prata.
09	9830	01	Veículo, marca Renault, modelo Master, 16 lugares, placas MKL 6153 ano e modelo 2012/2012, de cor predominantemente branca.
10	....	01	Tanque para adubo orgânico.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 16 de novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito municipal

## LEI Nº 3221/2017

Publicação Nº 1429027

LEI Nº 3221/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE HERVAL D' OESTE-SC A FAZER DOAÇÃO DO VALOR DE QUINZE MIL REAIS, À CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE HERVAL D' OESTE-SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Herval D' Oeste, Estado de Santa Catarina, no USO de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder à Câmara de Dirigentes Lojistas de Herval d' Oeste-SC-CDL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.662.336/0001-36, como sede na Rua Nilo Peçanha nº 35, centro, na cidade de Herval d' Oeste-SC, um auxílio financeiro através de Contribuição Corrente no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º Os valores doados serão utilizados pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Herval d' Oeste-CDL, para a realização de evento natalino denominado Natal em Família, que se realizará nos dias 09,10,16 e 17 de dezembro de 2017, na Praça Daniel Olímpio da Rocha, localizada na Rua Dorival de Brito na cidade de Herval d' Oeste-SC.

Art. 3º Os encargos orçamentários para a execução desta lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária vigente: Órgão-06-Secretaria de Educação, Cultura e Esportes-Unidade-03- Departamento de Cultura- Proj/Ativ: 2.037-Contribuição Financeira à entidades que realizarão eventos culturais-123- 3.3.50.00.00.00.00.0100- Transferências à Instituições Privadas sem Fins- R\$ 15.000,00.

Art. 4º Os recursos financeiros serão depositados em conta corrente própria da Câmara de Dirigentes Lojistas de Herval d' Oeste-CDL, para movimentação específica dos recursos decorrentes desta contribuição.

Art. 5º O prazo para apresentação da prestação de contas e de 90 (noventa) dias a contar da liberação dos recursos.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste-SC, 16 de novembro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

## LEI Nº 3222/2017

Publicação Nº 1429032

LEI Nº 3222/2017

"Abre Crédito Adicional Suplementar"

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste,

Faço saber a todos habitantes do Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a anular parcialmente no valor R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), a conta do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401.08.244.0043-2100	Manutenção, encargos e atividades dos Serviços de Proteção Social Básica				
33900000	051	153	Outras Despesas Correntes	R\$	30.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar	R\$ 30.000,00
--	---------------

Art. 2º - Com os recursos advindos da anulação de que trata o art. 1º fica suplementada no valor R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) a conta do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				

1401.08.244.0042-2093	Manutenção, encargos e atividades da Secretária de Assistência Social, bem como da gestão do PAA				
31900000	014	153	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	30.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar					R\$ 30.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste, SC, 16 de novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

## LEI Nº 3223/2017

Publicação Nº 1429034

LEI Nº 3223/2017

“Abre Crédito Adicional Suplementar”

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste,

Faço saber a todos habitantes do Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a anular parcialmente no valor R\$ 890.000,00 (Oitocentos e noventa mil reais), as contas do Orçamento Vigente com as seguintes classificações:

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
0601.12.365.0011-2020	Vale Refeição aos Servidores Municipais Profissionais da Educação Infantil				
31900000	056	101	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	200.000,00
31910000	059	101	Pessoal e Encargos Sociais - Intra		150.000,00
33900000	062	101	Outras Despesas Correntes	R\$	150.000,00
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL				
0602.11.331.0008-2031	Vale Refeição aos Servidores Municipais Profissionais da Educação Infantil				
31900000	087	101	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	150.000,00
31910000	090	101	Pessoal e Encargos Sociais - Intra	R\$	140.000,00
33900000	093	101	Outras Despesas Correntes	R\$	100.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar					R\$ 890.000,00
--	--	--	--	--	----------------

Art. 2º - Com os recursos advindos das anulações de que trata o art. 1º ficam suplementadas no valor R\$ 890.000,00 (Oitocentos e noventa mil reais) as contas do Orçamento Vigente com as seguintes classificações:

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
0601.12.365.0018-1015	Construção, ampliação e reforma de Creches				
44900000	073	101	Investimentos	R\$	70.000,00
0601.12.365.0011-2021	Qualificação e aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação Infantil				
33900000	065	101	Outras Despesas Correntes	R\$	15.000,00
0601.12.365.0011-2021	Qualificação e aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação Infantil				
33900000	047	101	Outras Despesas Correntes	R\$	145.000,00

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL				
0602.12.361.0012-1009	Aquisição de material permanente relativo ao Ensino Fundamental				
44900000	079	101	Investimentos	R\$	85.000,00
0602.12.361.0012-1010	Aquisição de equipamentos para implementação de laboratório de Informática				
44900000	082	101	Investimentos	R\$	18.000,00
0602.12.361.0012-1011	Aquisição de Veículo para Atividades diversas da Secretaria				
44900000	084	101	Investimentos	R\$	45.000,00
0602.12.361.0012-2026	Prover a aquisição de diversos materiais de consumo, escolar e didático-pedagógico para o Ensino Fundamental.				
33900000	096	101	Outras Despesas Correntes	R\$	130.000,00
0602.12.361.0012-2027	Manutenção e ampliação do Sistema de Transporte Escolar				
33900000	100	101	Outras Despesas Correntes	R\$	200.000,00

0602.12.361.0012-2029	Aquisição de material para distribuição gratuita(livros e material escolar)				
33900000	106	101	Outras Despesas Correntes	R\$	47.000,00
0602.11.331.0008-2031	Vale-refeição aos servidores municipais Profissionais do Ensino Fundamental				
33900000	076	101	Outras Despesas Correntes	R\$	135.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar					R\$ 890.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste,SC, 16 de novembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 3224/2017.

Publicação Nº 1429005

LEI Nº 3224 /2017

"DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO "DIA DA BÍBLIA" NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC)."

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Herval d'Oeste o "DIA DA BÍBLIA".

Art. 2º O "DIA DA BÍBLIA" será comemorado, anualmente, no segundo domingo do mês de dezembro.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 16 de novembro de 2017.

AMÉRICO LORINI  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 1378/2017

Publicação Nº 1428928

PORTARIA Nº 1378/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 13 (treze) dias de Licença Prêmio, à servidora VANESSA PORTO CLOS MARCON (Matr. 3081), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Nutricionista, Nível – 12/1, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 104, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 16 de novembro de 2009 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 16 de novembro de 2017 a 28 de novembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Novembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1379/2017**

Publicação Nº 1428931

**PORTARIA Nº 1379/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora SIRLEI DE FÁTIMA MIGUELÃO (Matr. 729), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "F", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2016 a 18 de agosto de 2017, para serem gozadas a partir de 16 de novembro de 2017 a 27 de novembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1380/2017**

Publicação Nº 1428938

**PORTARIA Nº 1380/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor AUJOR LUIZ RIGHI (Matr. 16), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Técnico em Tributação, Nível – 11, Referência "K", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de março de 2015 e 01 de março de 2016, para serem gozadas a partir de 16 de novembro de 2017 a 15 de dezembro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1381/2017**

Publicação Nº 1428941

**PORTARIA Nº 1381/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora GEIZA MULLER MICHELON (Matr. 4701), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, Disciplina de Matemática, turno matutino, junto a EBM Cruz e Sousa, em substituição à servidora Nilce Bortoluzi, que se encontra afastada em Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 16 de

novembro de 2017, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2017, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 036/2017/SMECE, de 09 de novembro de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1382/2017**

Publicação Nº 1428943

**PORTARIA Nº 1382/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora GERUSA LUCIAN (Matr. 4055), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Psicólogo, Nível – 12/1, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de janeiro de 2016 e 09 de janeiro de 2017, para serem gozadas a partir de 16 de novembro de 2017 a 15 de dezembro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1383/2017**

Publicação Nº 1428945

**PORTARIA Nº 1383/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido conforme requerimento, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora FABIANE CRISTINA DEITOS EMMERICH (Matr. 3709), a qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provisamento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 16 de novembro de 2017, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**TERMO DE REAJUSTE Nº 006/2017**

Publicação Nº 1429139

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
 Unidades Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
 CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
 Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro  
 CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
 Empresa: REUNIDAS TURISMO S/A.  
 CNPJ/MF Nº 04.176.082/0001-80  
 Rua Dr. Herculano Coelho de Souza, nº 555  
 CONTRATADA

**TERMO DE REAJUSTE Nº 006/2017 DE 13 DE SETEMBRO DE 2017**

Pelo presente instrumento de contrato a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro - Herval d'Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa REUNIDAS TURISMO S/A., estabelecida na Rua Dr. Herculano Coelho de Souza, 555, no Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 04.176.082/0001-80, neste ato representado por seu Procurador, Senhor Vinicius Marins, brasileiro, inscrito no CPF nº 022.094.279-08, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Reajuste à Ata de Registro de Preços nº 003/2017, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2017, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 pelas seguintes cláusulas que seguem:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

O presente termo tem por objeto o reajuste de valor do contrato, conforme IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) no importe de + 7,23%, (IGP-M – FGV) em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR ATUAL (R\$)	VALOR REAJUSTE (R\$)	NOVO VALOR (R\$)
1	PASSAGEM DE ONIBUS DE CHAPECO A JOAÇABA	Und	56,44	4,88	60,52
2	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CHAPECO	Und	50,43	3,65	54,08
3	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CONCORDIA	Und	26,02	1,88	27,90
4	PASSAGEM DE ONIBUS DE CONCORDIA A JOAÇABA	Und	26,27	1,90	28,17
5	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A FLORIANOPOLIS	Und	135,95	9,83	145,78
6	PASSAGEM DE ONIBUS DE FLORIANOPOLIS A JOAÇABA	Und	133,25	9,63	142,88
7	PASSAGEM DE ONIBUS DE LAGES A JOAÇABA	Und	64,06	4,63	68,69
8	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A LAGES	Und	61,36	4,44	65,80
9	PASSAGEM DE ONIBUS DE BLUMENAU A JOAÇABA	Und	106,65	7,71	114,36
10	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A BLUMENAU	Und	102,25	7,39	109,64
13	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOINVILLE A JOAÇABA	Und	142,67	10,32	152,99
14	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A JOINVILLE	Und	140,97	10,19	151,16
15	PASSAGEM DE ONIBUS DE CAÇADOR A JOAÇABA	Und	36,33	2,63	38,96
16	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CAÇADOR	Und	36,61	2,86	39,47
20	PASSAGEM DE ONIBUS DE VIDEIRA A JOAÇABA	Und	22,08	1,60	23,68
21	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A VIDEIRA	Und	22,38	1,62	24,00
22	PASSAGEM DE ONIBUS DE CATANDUVAS A JOAÇABA	Und	21,98	1,59	23,57
23	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CATANDUVAS	Und	22,38	1,62	24,00
24	PASSAGEM DE ONIBUS DE ERVAL VELHO A JOAÇABA	Und	7,29	0,53	7,82
25	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A ERVAL VELHO	Und	7,80	0,56	8,36
26	PASSAGEM DE ONIBUS DE IBICARE A JOAÇABA	Und	14,65	1,06	15,71
27	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A IBICARE	Und	14,81	1,07	15,88
28	PASSAGEM DE ONIBUS DE XANXERE A JOAÇABA	Und	36,64	2,65	39,29
29	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A XANXERE	Und	36,90	2,67	39,57
30	PASSAGEM DE ONIBUS DE ITAJAI A JOAÇABA	Und	121,43	8,78	130,21
31	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A ITAJAI	Und	116,93	8,45	125,38
32	PASSAGEM DE ÔNIBUS DE CURITIBANOS À JOAÇABA	Und	39,98	2,89	42,87
33	PASSAGEM DE ÔNIBUS DE JOAÇABA À CURITIBANOS	Und	39,67	2,87	42,54
38	PASSAGEM DE ÔNIBUS DE JOAÇABA A RIO DO SUL	Und	70,04	5,06	75,10
39	PASSAGEM DE ÔNIBUS DE RIO DO SUL À JOAÇABA	Und	71,80	5,19	76,99
40	PASSAGEM DE ÔNIBUS DE JOAÇABA À SÃO DOMINGOS	Und	49,41	3,57	52,98

Parágrafo único: o reajuste se aplica a partir da publicação do presente termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º , da Lei 8.666/93 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais**

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas da ata acima referida e ora aditada, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 13 de setembro de 2017.

AMÉRICO LORINI

VINICIUS MARINS

Prefeito

Procurador

CPF: 162.730.799-00

CPF: 022.094.279-08

Contratante C

contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

Brunna Karla Costenaro Provenci

CPF: 687.857.399-87

CPF: 084.982.739-60

**Ibiam****PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 009 - EDUARDO DAGNONI**

Publicação Nº 1428578

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 009/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 024/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N. 013/2017  
SRP Nº 006/2017

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 31 dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. IVANIR ZANIN, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.351/2005, Decreto Municipal n. 2989 DE 02 DE JANEIRO DE 2017, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 013/2017, Processo Licitatório 024/2017, SRP 006/2017, RESOLVE: registrar o preço da empresa EDUARDO DAGNONI ME, CNPJ 28.497.528/0001-37 de acordo com a classificação por ela alcançada por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

Pregão Presencial, visando futuras possíveis contratações de sessões de fisioterapia, com pedidos parcelados para o Fundo Municipal de Saúde, pelo período de doze meses.

Item	Objeto	Quantidade de sessões estimadas para o período de 12 meses	Valor Máximo por sessão
01	Sessões de Fisioterapeuta, para atendimento de munícipes, mediante prescrição médica e autorização da secretaria de saúde do Município.	2.500	R\$ 17,50

2.1 Todos os custos/despesas com entrega, manutenção, combustível e/ou qualquer outro custo, fica sob inteira responsabilidade da empresa vencedora.

2.2 Os quantitativos indicados são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiam reserva-se o direito de solicitar apenas a quantia necessária para suprir a demanda sua necessidade. Após decorridos os doze meses, contados da assinatura da ata de registro de preços, os saldos restantes serão desconsiderados.

2.3 O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas nos itens deste edital, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

2.4 A empresa vencedora deverá prestar o atendimento em estabelecimento próprio, situado no Município de Ibiam e com aparelhagem adequada atendendo TODAS as necessidades de cada paciente.

2.5 As sessões deverão ter duração mínima de 40(quarenta minutos) cada, e devem ser individualizadas, ou seja, um paciente cada aparelho.

2.6 O proponente vencedor deste certame deve também, prestar atendimento a pacientes acamados, nas residências dos mesmos, mediante prescrição médica e com autorização da secretaria de saúde no Município de Ibiam, sem custos adicionais para o Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA**

Após a solicitação formal com envio da Autorização da Secretaria de saúde no e-mail da empresa ou contato telefônico, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para prestar os serviços, conforme AF. Para cada dia de atraso na prestação dos serviços, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta, de recursos próprios e recursos federais.

Reduzido	Destinação	Complemento do Detalhamento
10 E 40	Serviços Médico-hospitalar, Odontológico e Laboratorial	33903950000000

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2989/2017. Para ambos os casos, o pagamento será efetuado, através de Ordem Bancária, mediante, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

#### CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

A presente Ata, tem duração de DOZE meses, a contar da assinatura da mesma.

Início: 31/10/2017

Término: 31/10/2018

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III – Garantir a qualidade do serviço contratado;

IV – Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do serviço contratado.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II – Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou

a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 013/2017, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

I – À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais. E demais sanções, conforme previsto no edital e ata de registro de preços, parte integrante deste processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução desta ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária da Saúde e Responsável pelo Conselho Tutelar, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV – A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 013/2017, Processo Licitatório nº 024/2017, SRP: 006/2017, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente. A administração providenciara a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5 do mês subsequente, constados da data de assinatura do presente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO**

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 31 DE OUTUBRO DE 2017.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

EDUARDO DAGNONI ME  
CNPJ: 28.497.528/0001-37  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

Rosinei Ceron  
CPF – 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

# Ibirama

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 4.151, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017 - ALTERA O PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, MEDIANTE REMANEJAMENTO DE RECURSOS DENTRO DA MESMA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA**

Publicação Nº 1428613

DECRETO nº 4.151, de 10 de novembro de 2017.

“ALTERA O PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, MEDIANTE REMANEJAMENTO DE RECURSOS DENTRO DA MESMA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Artigo 5º, inciso II, da Lei Municipal nº 3.263, de 20 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Programa de Trabalho do orçamento, no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) anulando parcialmente o Elemento do Projeto Atividade á saber:

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde

01020000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

TOTAL ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Por conta do recurso a que se refere o artigo 1º, ficam suplementados os Elementos do Projeto Atividade á saber:

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde

01020000 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

TOTAL ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de novembro de 2017.

ADRANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PRG 2017-066 - MATERIAL NATALINO

Publicação Nº 1428656

#### AVISO

PREGÃO 066/2017

O PREGÃO Nº 066/2017 NÃO ACUDIU INTERESSADOS, DESTA FORMA O PREGOEIRO OFICIAL DECLARA A LICITAÇÃO COMO DESERTA, DE ACORDO COM A LEI 10.520/02, SUBSIDIARIAMENTE A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

Ciência aos interessados, observado as prescrições legais pertinentes.

Ilhota, 16 de novembro de 2017.

FRANCINEIDE PEREIRA

Pregoeiro Oficial

### DECRETO 130/2017

Publicação Nº 1429393

DECRETO Nº 130, de 16 de novembro de 2017.

"DESIGNA PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO".

O Prefeito de Ilhota/SC, Sr. Erico de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Designa-se pregoeira a servidora Francineide Pereira.

Art. 2º Os senhores Alvarilda Aparecida de Souza e Anderson Knies formam a equipe de apoio.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Seus efeitos, todavia, retroagem à 01/11/2017.

Ilhota, 16 de novembro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

### DECRETO 131/2017

Publicação Nº 1429392

DECRETO Nº 131, de 16 de novembro de 2017.

"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO".

O Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 3º da Lei Complementar 73/2017 decreta:

Art. 1º Para constituir a Comissão de Licitação, ficam nomeados os integrantes abaixo relacionados:

Presidente: Alvarilda Aparecida de Souza

Secretário: Daisy Cristiane Pereira

Membro: Joni Everton Pereira

Art. 2º Compete à Comissão de Licitação em conformidade com a Constituição Federal e a Lei nº 8.666/93, processar e julgar as licitações referentes às aquisições de bens, contratações de serviços, obras e locações de bens móveis no âmbito do Município de Ilhota.

Art. 3º A Comissão de Licitação será renovada anualmente, nos termos do § 4º do artigo 51 da Lei 8.666/93.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Seus efeitos, todavia, retroagem à 01/11/2017.

Art. 5º Revoga-se o Decreto nº 125/2017.

Ilhota (SC), 16 de novembro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

### PORTARIA 240/2017

Publicação Nº 1429417

PORTARIA Nº 240/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

EXONERAR A PEDIDO DA MESMA, o(a) Sr(a) Jeanne Alessandra Santana, do cargo de FARMACEUTICO, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTA-PREV), com 100 horas mês, a partir de 10 de novembro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 16 de novembro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

### PORTARIA 241/2017

Publicação Nº 1429420

PORTARIA NÚMERO 241/2017

REVOGA PORTARIA 239/2017

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Revogar a portaria 239/2017, em virtude da edição do Decreto 130/2017.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Ilhota, 16 de novembro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 20/2017**

Publicação Nº 1428218

	<p>Câmara Municipal de Ilhota Estado de Santa Catarina Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41 Fone / Fax: (047) 3343-1182 Email: camara@ilhota.sc.gov.br</p>	
--	--	--

PORTARIA Nº 20/2017

"CONCEDER FÉRIAS À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

FRANCISCO DOMINGOS, Presidente da Câmara Municipal do Município de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, relativos ao período aquisitivo de 18/07/2016 a 17/07/2017 e período de gozo de férias de 23/11/2017 a 22/12/2017, à servidora MARISTELA CASTELAIN, lotada nesta Casa de Leis, no cargo de Auxiliar Técnico Administrativo Financeiro.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Ilhota, 14 de novembro de 2017.

Francisco Domingos

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó

Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos santos Fidel

1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Arnoldo Adriano

2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 084

Publicação Nº 1428619

DECRETO Nº. 84, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES PARA COM-POR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E DÁ OU-TRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 61, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Imaruí e em conformidade com a Lei nº 1.964, de 08 de março de 2017:

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear para comporem o Conselho de Desenvolvimento Municipal, criado pela Lei nº 1.964, de 08 de março de 2017, os seguintes representantes:

I – Representante da Procuradoria Jurídica:

- a) Titular: Sylvester Vieira Rochadel da Silva;
- b) Suplente: Tchalles Corrêa Lino.

II – Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Ges-tão:

- a) Titular: Juaci do Amaral;
- b) Suplente: Haline de Mendonça Jacques Dias.

III – Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- a) Titular: Murilo Fortunato Tomé;
- b) Suplente: Poliana Laurindo Rosa.

IV - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Pecuário:

- a) Titular: Amarildo da Silva;
- b) Suplente: Renan Rodrigues Fermينو.

V – Representante da Epagri/Imaruí:

- a) Titular: Carlos Frischknecht;
- b) Suplente: Luiz Carlos Lunardi.

VI – Representante do Poder Legislativo:

- a) Titular: Laudemir José de Sousa;
- b) Suplente: Iremar Alfredo Florentino.

VII – Representantes do Núcleo Gestor de elaboração do Plano Diretor:

- a) Titulares: Anselmo da Silva Gonçalves;  
Edjalma Ferreira Fernandes.
- b) Suplentes: Edilson Ferreira Fernandes;  
Roque Gonzalez Bohora Justino.

VIII – Representantes de Associações Comunitárias:

- a) Titulares: Celestino Antônio Miguel;  
Osmar Manoel Flauzino;  
Valmir Passos Lino.

- b) Suplentes: Fabrício Ávila dos Santos;  
Juçara Domingos da Rosa Tamazzia;  
Reginaldo Valmir Tavares.

IX – Representante do Conselho Regional de Engenharia e Agrono-mia de Santa Catarina – CREA/SC:

- a) Titular: Kleber Nunes Pereira;
- b) Suplente: Igor Antônio Bonin.

X – Representante de Movimentos Sindicais:

- a) Titular: Maria de Fátima Silvino;
- b) Suplente: Antônio Euclides da Rocha.

XI – Representante do Rotary Club de Imaruí:

- a) Titular: Gilberto Heinzen;
- b) Suplente: Maiara Barreto Vieira.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 16 de novembro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 012/2017

Publicação Nº 1428574

#### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 012/2017

O Município de Imaruí/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial - Registro de Preço para aquisição de equipamento e material permanente para as unidades básicas de saúde do município de Imaruí, conforme Emenda Nº 10631.880000/1150-01; Emenda Nº 10631.880000/1160-03; Emenda Nº 10631.880000/1160-04 e Emenda Nº 10631.880000/4470-03. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 29/11/2017 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 09h do dia 29/11/2017 no Setor de Licitações. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, ou pelo e-mail [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br).

Imaruí, 17 de novembro de 2017.

Hamilton Claudino Júnior  
Secretário de Saúde

### PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 013/2017

Publicação Nº 1428581

#### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 013/2017

O Município de Imaruí/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial para contratação de empresa para prover sistema de gestão pública em saúde e serviços, que deverá estar desenvolvida em ambiente 100% Web. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 30/11/2017 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 09h do dia 30/11/2017 no Setor de Licitações. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, ou pelo e-mail [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br).

Imaruí, 17 de novembro de 2017.

Hamilton Claudino Júnior  
Secretário de Saúde

**PREGÃO PRESENCIAL SAMAE Nº 001/2017**

Publicação Nº 1428589

**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SAMAE Nº 001/2017**

O Município de Imaruí/SC, através do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAMAE, torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial – Registro de Preço para locação de caminhão pipa com motorista, para prestação de serviço de transporte e abastecimento de água potável. Entrega dos envelopes: até às 11h do dia 30/11/2017 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 11h30min do dia 30/11/2017 no Setor de Licitações. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, ou pelo e-mail [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br).

Imaruí, 17 de novembro de 2017.

Jailson Manoel Rosa

Presidente do Samae de Imaruí

# Imbituba

## PREFEITURA

### 2ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO 2014/05 - A/04 PROC 01/2014

Publicação Nº 1429167

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEASH 2014/05 – A/04  
Contratada: CARLOS ALBERTO DA SILVA  
CPF: 416.446.469-00

Objeto: É objeto deste Termo de Retificação a cláusula quarta - dotação orçamentária, referentes ao CONTRATO SEASH 2014/05 – A/04.

Fundamento: Processo nº 01/2014 Dispensa nº 01/2014 DL  
Imbituba, 13 de novembro de 2017.

Edna dos Santos Souza Demétrio  
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação  
Contratante

CARLOS ALBERTO DA SILVA  
Representante legal  
Contratado

### EDITAL SEAD Nº 095/2017

Publicação Nº 1428758

EDITAL SEAD Nº 095/2017  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, divulgado através do Edital nº 18/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 14 de Novembro a 13 de Dezembro de 2017, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado

de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 13 de novembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 095/2017  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Psicologa  
Andreia Barrida Meira

### EDITAL SEAD Nº 096/2017

Publicação Nº 1428761

EDITAL SEAD Nº 096/2017  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 16 de Novembro a 15 de Dezembro de 2017, no horário das 13:30h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela

Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 14 de novembro de 2017

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 096/2017  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde Área 06  
Aline Silva Silveira

### EDITAL SEAD Nº 097/2017

Publicação Nº 1428765

EDITAL SEAD Nº 097/2017  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 16 de Novembro a 15 de Dezembro de 2017, no horário das 13:30 às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao

DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 14 de novembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 097/2017  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Nutricionista  
Marina Machado Druzian

### EDITAL SEAD Nº 098/2017

Publicação Nº 1428768

EDITAL SEAD Nº 098/2017  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 16 de Novembro a 15 de Dezembro de 2017, no horário das 13:30 às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 14 de novembro de 2017.  
Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

**EDITAL SEAD Nº 098/2017**  
**Anexo I**  
**CANDIDATOS CONVOCADOS**

Agente Comunitário de Saúde Área 16  
Rosane Oliva Frighetto de Souza

**EDITAL SEAD Nº 099/2017**

Publicação Nº 1428774

**EDITAL SEAD Nº 099/2017**  
**CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.**

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 16 de Novembro a 15 de Dezembro de 2017, no horário das 13:30 às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 14 de novembro de 2017.  
Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

**EDITAL SEAD Nº 099/2017**  
**Anexo I**  
**CANDIDATOS CONVOCADOS**

Agente de Combate as Endemias  
Gilnei Cardoso

**EDITAL SEAD Nº 100/2017**

Publicação Nº 1428779

**EDITAL SEAD Nº 100/2017**  
**CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 19/2017.**

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 19/2017, divulgado através do Edital nº 19/2017, de 21 de julho de 2017, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 19/2017, de 16 de agosto de 2017, que homologou os resultados do referido Processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 19/2017, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 16 de Novembro a 15 de Dezembro de 2017, no horário das 13:30h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 14 de novembro de 2017

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

**EDITAL SEAD Nº 100/2017**  
**Anexo I**  
**CANDIDATOS CONVOCADOS**

Médico Ginecologista/Obstetra  
Heloisa Pastore Gondim

**EDITAL SEAD Nº 101/2017**

Publicação Nº 1428783

EDITAL SEAD Nº 101/2017  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2017.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017, divulgado através do Edital nº 01/2017, de 02 de fevereiro de 2017, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2017, de 23 de fevereiro de 2017, que homologou os resultados do referido Processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração- DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 16 de Novembro a 15 de Dezembro de 2017, no horário das 13:30h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 14 de novembro de 2017  
Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 101/2017  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Fiscal de Obras e Posturas  
Gelson Gregório  
Jhonathan Vieira Formigoni  
João Martins da Silveira

**EXTRATO DE CONVENIO Nº 004/2017 - LMS / SKILL**

Publicação Nº 1428733

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 004/2017

PARTÍCIPES: Prefeitura Municipal de Imbituba e a LMS Idiomas LTDA – Escola de Idiomas SKILL. FUNDAMENTO: Lei Nº 2.948, de 15 de agosto de 2006. OBJETO: O presente convênio tem por objeto proporcionar aos servidores públicos municipais melhores condições de acesso ao curso de idiomas, visando buscar excelência no serviço público prestado. VIGÊNCIA: 31/12/2020. SIGNATÁRIOS: Sr. Rosivaldo de Souza Junior, pelo Município de Imbituba e Sra. Leda Soares, pela LMS - SKILL.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO  
PROCESSO Nº 26/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº  
20/2017 (SEMUSA)**

Publicação Nº 1428710

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - SEMUSA

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio da Secretaria Municipal de Saúde comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 26/2017, na modalidade de Pregão Presencial nº 20/2017, pelo Sistema de Registro de Preços, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 17 de novembro de 2017.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 109/2017  
PREGÃO 73/2017 PMI / SEDUCE**

Publicação Nº 1429351

PREFEITURA DE IMBITUBA

PMI / SEDUCE

PROCESSO Nº 109/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2017

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 15:30 horas, do dia 30 de novembro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço Global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA ALUNOS, MOTORISTAS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, IMBITUBA/SC encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 17 de novembro de 2017

Felipe Dias Antônio

Secretário da SEDUCE

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 28/2017  
PREGÃO 22/2017 SEMUSA**

Publicação Nº 1429254

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEMUSA

PROCESSO Nº 28/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 30 de Novembro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível AQUISIÇÃO DE KIT'S MATERIAL ODONTOLÓGICOS PARA DISTRIBUIÇÃO NAS CAMPANHAS DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL E PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 17 de novembro de 2017

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretária Municipal da SEMUSA

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 29.2017  
PREGÃO 23.2017 SEMUSA**

Publicação Nº 1429343

PREFEITURA M. DE IMBITUBA  
SEMUSA

PROCESSO Nº 29/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

A Prefeitura de Imbituba, por meio de sua Pregoeira Oficial e através da SEMUSA – Secretaria M. de Saúde, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 01 de dezembro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE ÓCULOS DE GRAUS (ARMAÇÕES E LENTES) PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 17 de novembro de 2017

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretária Municipal da SEMUSA

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 743/2017**

Publicação Nº 1428876

PORTARIA PMI/SEAD Nº 743, de 13 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo

Administrativo nº 19.499, de 03 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. LUIZ ANTÔNIO DAVID, brasileiro, Odontólogo, inscrito no CPF sob o n.º 621.234.839-15, matrícula n.º 285, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de novembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 744/2017**

Publicação Nº 1428884

PORTARIA PMI/SEAD Nº 744, de 13 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 20.755, de 17 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. ROSIANE DA SILVA COSTA, brasileira, Psicóloga, inscrita no CPF sob o n.º 806.483.129-68, matrícula n.º 5929, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de novembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 745/2017**

Publicação Nº 1428890

PORTARIA PMI/SEAD Nº 745, de 13 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 21.000, de 20 de dezembro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. ROSINETE DELFINO LAURINDO, brasileira, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 888.539.509-00, matrícula n.º 4936, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de novembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 746/2017**

Publicação Nº 1428895

PORTARIA PMI/SEAD Nº 746, de 13 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a Demissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, admitida em 04 de novembro de 2015, através da PORTARIA PMI/GGP Nº 586/2015, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Edna Luiz Pereira	Agente Comunitário de Saúde – PACS – 40h	028.864.819-63	03/11/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 13 de novembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 747/2017**

Publicação Nº 1428908

PORTARIA PMI/SEAD Nº 747, de 13 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a exoneração de Assistente de Chefe de Departamento, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, em 10 de novembro de 2017, a Sra. AMANDA DOMICIANO POSSENTI, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 077.644.029-23, do cargo de Assistente de Chefe de Departamento, junto a Secretaria Municipal da Fazenda, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 377/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de novembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 748/2017**

Publicação Nº 1428919

PORTARIA PMI/SEAD Nº 748, de 13 de novembro de 2017.  
Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, admitida em 11 de março de 2016, através da PORTARIA PMI/GGP Nº 273/2016, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Verônica Bilhalva da Silva	Professora II - 20h	811.816.040-87	13/11/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 13 de novembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 749/2017**

Publicação Nº 1428927

PORTARIA PMI/SEAD Nº 749, de 14 de novembro de 2017.  
Dispõe sobre a Demissão de Médica Pediatra - NASF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 16 de novembro de 2015, através da PORTARIA PMI/GGP Nº 596/2015, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Vanessa Fagundes Pacheco de Carvalho	Médica Pediatra NASF	030.603.569-39	14/11/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 14 de novembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 750/2017**

Publicação Nº 1428936

PORTARIA PMI/SEAD Nº 750, de 14 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a Demissão a Pedido de Agente de Combate às Endemias, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, ainda com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, admitido em 01 de abril de 2009, através do Processo Seletivo Público Edital - 01/2007, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Fernando Ranieri de Brum	Agente de Combate às Endemias - PCAA 40h	691.545.979-00	17/11/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 14 de novembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 751/2017**

Publicação Nº 1428946

PORTARIA PMI/SEAD Nº 751, de 14 de novembro de 2017.

Dispõe sobre o Pedido de Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, admitida em 13 de fevereiro de 2017, através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 292/2017, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rosiane Pacheco	Professora II - 20h	041.427.179-36	01/11/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 14 de novembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 752/2017**

Publicação Nº 1429056

PORTARIA PMI/SEAD Nº 752, de 16 de novembro de 2017.  
Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 23.910, de 06 de novembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. MAURÍCIO MAZZOCA PIRES, inscrito no CPF sob o n.º 469.077.260-68, Agente Administrativo, matrícula n.º 396, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de novembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza  
Prefeito Municipal                      Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 066/2017**

Publicação Nº 1429265

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 066, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,  
Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;  
Considerando as informações no Processo nº 24130/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, Campo de Futebol, Vila Nova Alvorada, Imbituba-SC, próximo a praça, ao Sr. EDVAN LEMOS, representando neste ato a Igreja Pentecostal Deus é Amor, inscrito no CPF sob o nº 695.251.450-34, residente na Estrada Geral, nº 01, Guaiúba, Imbituba-SC, para a realização de um "Culto ao Ar Livre", no dia 19/11/2017, no horário das 13:30h as 17:30h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de novembro de 2017.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER  
Diretora de Documentação e Patrimônio

**PORTARIA SEDUCE Nº 011/2017**

Publicação Nº 1429336

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE-  
SEDUCE

PORTARIA SEDUCE Nº. 011/2017, de 06 de outubro de 2017.

Cancela ato de lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, no uso de suas atribuições e, considerando que:

a) o Artigo 12º da Lei 1.984/99, a investidura na Carreira do Magistério Municipal será por concurso público de provas e títulos, ressalva para as nomeações para cargo comissionado e gratificados.

b) aos profissionais da Rede Municipal de Ensino só é permitida a lotação nas Escolas da Rede Municipal de Ensino.

c) a permanência de docente ou função originariamente escolar na Seduce só poderá ocorrer por meio de gratificações.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Revogar eventuais lotações na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Revogar a Portaria DGP/SEAGP nº 058 de 19 de março de 2009.

Imbituba, 14 de novembro de 2017

Filipe Dias Antônio  
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

**CÂMARA MUNICIPAL****ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 049/2017**

Publicação Nº 1429359

Ato da Presidência nº 049/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 39ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 20 de novembro de 2017 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
088	PL nº 4.969/2017	05/10/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Cessão de Uso de Veículo Público com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
094	PL nº 4.974/2017	23/10/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
095	PL nº 4.975/2017	23/10/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre a Oficialização do Natal Encantado Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
096	PL nº 4.976/2017	23/10/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar despesas para a realização do Réveillon Imbituba 2017/2018 e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
099	PL nº 4.980/2017	06/11/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
072	PL nº 4.952/2017	04/09/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Altera a redação do Artigo 21 da Lei nº 3.893, de 03 de maio de 2011, que Reformula a Política Municipal de Saneamento Básico de Imbituba de acordo com as Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico e aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
098	PL nº 4.979/2017 (Emenda Aditiva)	31/10/2017	Poder Executivo	Rosivaldo da Silva Júnior	Institui o Calendário Oficial de Eventos no Município de Imbituba, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PR nº 005/2017	07/11/2017	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Constitui Comissão Especial dos Limites Territoriais do Município de Imbituba.	Ordinário	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 16 de novembro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo	Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente	Vice-Presidente
Gilberto Pereira	Humberto Carlos dos Santos
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 936/17

Publicação Nº 1428308

. DECRETO Nº 936/17  
. De 13 de novembro de 2017  
NOMEIA DIRETORA DE PROJETOS / CAMILA BEATRIZ TILLMANN

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199, de 09 de Outubro de 2017 e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 13 de novembro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Diretora de Projetos, Planejamento, previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 199/2017 (símbolo CC-3), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, CAMILA BEATRIZ TILLMANN, inscrita no CPF sob o nº 081.464.059-16.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de novembro de 2017.

Município de Indaial, em 13 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

### DECRETO Nº 938/17

Publicação Nº 1428311

. DECRETO Nº 938/17  
. De 14 de novembro de 2017  
REGULAMENTA A FORMA DE ENVIO DAS INFORMAÇÕES FISCAIS E RECOLHIMENTO DO ISSQN (IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA) PARA AS EMPRESAS ENQUADRADAS NOS SUBITENS 4.22, 4.23, 5.09, 10.04, 15.01 E 15.09 DA LISTA DE SERVIÇOS CONSTANTE AO ART. 246, DA LC Nº 79/2007.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando a necessidade de regulamentar o disposto no Art. 244 da Lei Complementar Municipal,

#### DECRETA:

##### CAPÍTULO I

##### MUNICÍPIO ONDE O ISS É DEVIDO

Art. 1º As empresas de prestação de serviços enquadradas nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 10.04, 15.01 e 15.09 da Lista de Serviços constante ao artigo 246, da Lei Complementar 79/2007 devem, a partir da competência 01/2018 recolher o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza no local do domicílio do tomador dos Serviços prestados, conforme o que determina o art. 3º, incisos XXIII, XXIV e XXV da Lei Complementar Federal nº 116/03.

Art. 2º O imposto deverá ser apurado e recolhido por meio do programa gerador de documentação de arrecadação declaratório (PGDA-D), na ferramenta Fiscal Web, disponível gratuitamente no Portal do Município – [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

Art. 3º Os contribuintes que não possuem domicílio fiscal no município devem solicitar o acesso a ferramenta mencionada no artigo anterior e solicitar a opção de uso Declaração Eventual para as empresas enquadradas no subitem 4.22, 4.23 e 5.09, Administradoras de Cartão de Crédito e Débito para as empresas enquadradas no subitem 15.01 e Escrituração Fiscal para as empresas enquadradas nos subitens 10.04 e 15.09.

##### CAPÍTULO II

##### FORMA DE ENVIO DAS DECLARAÇÕES

##### SUBSEÇÃO I

##### EMPRESAS DE PLANOS DE SAÚDE E OUTRAS

Art. 4º As empresas que estão enquadradas nos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da Lista de Serviços do ISS deverão enviar suas informações através da indicação dos documentos fiscais emitidos para os tomadores do município de Indaial, protocolar o envio da declaração e imprimir a guia de recolhimento do imposto até a data de vencimento da competência.

Parágrafo Único. As empresas com domicílio fiscal em outro município devem solicitar o acesso a ferramenta de Escrituração Fiscal, disponível no portal do município, na forma do art. 3º e efetuar a declaração na mesma forma do estabelecido no caput do artigo.

## SUBSEÇÃO II

### ADMINISTRADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO

Art. 5º As empresas enquadradas no subitem 15.01 deverão enviar suas informações fiscais através de arquivo no formato "txt" a ser importado na ferramenta Fiscal Web em leiaute específico definido no Anexo Único deste regulamento.

Parágrafo Único. As empresas com domicílio fiscal em outro município devem solicitar o acesso a ferramenta de Escrituração Fiscal na forma do art. 3º e efetuar a declaração na mesma forma do estabelecido no caput do artigo.

## SUBSEÇÃO III

### EMPRESAS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Art. 6º As empresas enquadradas nos subitens 10.04 e 15.09 deverão enviar suas informações no padrão COSIF/ABRAS 2.3 através de importação de arquivos conforme prevê o Decreto Municipal nº 1967/2016.

Art. 7º Para registro das operações Arrendamento Mercantil a Instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil domiciliada ou não no município de Indaial devem usar os seus subtítulos contábeis internos, enquadrados no código COSIF 7.1.2.00.00-4 - Rendas de Arrendamento Mercantil e recolher o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza junto com o montante de subtítulos internos tributáveis indicados no arquivo de recolhimento no sub-módulo Arquivo de apuração do ISS.

## CAPÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º - Cabe ao município, caso as empresas a que se refere este Decreto não cumprirem com a obrigação tributária principal (pagamento do ISS respectivo) e acessória (Envio da Declaração Respectiva) aplicar as penalidades previstas na Lei Complementar municipal.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência Janeiro/2018.

Município de Indaial, em 14 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## Anexo Único

Leiaute do arquivo de importação para as empresas enquadradas no Art. 5º deste Regulamento.

Registro tipo R0 - Dados do Cabeçalho				
Ordem	Campo	Conteúdo	Tamanho Máximo	Formato
1	Tipo de Registro	Fixo 0	1	Numérico
2	CNPJ da Prefeitura	CNPJ da Prefeitura	14	Numérico
3	CNPJ da Adm. do Cartão	CNPJ da Administradora do Cartão	14	Numérico
4	Competência	Ano e mês de Referência no formato AAAAMM	6	Numérico
5	Tipo de Importação	Fixo: 1 Normal, 2 - Retificadora	1	Numérico
6	Versão do Arquivo	Número de Controle de versão do arquivo. Fixo 100	3	Numérico
Registro tipo R1 - Declarações dos Contribuintes				
Ordem	Campo	Conteúdo	Tamanho Máximo	Formato
1	Tipo de Registro	Fixo 1	1	Numérico
2	CPF/CNPJ	CPF/CNPJ da Pessoa Estabelecida no Município	14	Numérico
3	Nome/Razão Social	Descrição do Nome da Empresa Portadora do Equipamento	200	Alfanumérico
4	Montante do Crédito	Valor total das operações realizadas no período referente ao cartão de crédito.	18	Numérico
5	Montante do Débito	Valor total das operações realizadas no período referente ao cartão de Débito.	18	Numérico
6	Valor total da Taxa	Valor de serviço cobrado pela Administradora de cartão de débito e crédito.	15	Numérico

**LEI Nº 5492/2017**

Publicação Nº 1428315

. LEI Nº 5492

. de 13 de novembro de 2017

**AUTORIZA PERMUTA DE IMÓVEL ENTRE MUNICÍPIO DE INDAIAL E LEONARDO VINCI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Indaial, autorizado a permutar uma área pública com 392,30 m², localizada na Rua A, do Loteamento "Flor do Ipê", Bairro Carijós, com o imóvel de propriedade de Leonardo Vinci, CPF 058.518.499-24 registrado junto ao Registro de imóveis desta Comarca sob a Matrícula nº 34939, livro nº 2, sendo um terreno com 500,00 m².

§ 1º – As áreas de propriedade do Município possuem as seguintes descrições:

Matrícula nº 34939 do livro nº 2 "Um terreno urbano, ÁREA PÚBLICA, do LOTEAMENTO "FLOR DO IPÊ", situado no lado par da Rua 17 de Maio, no Bairro Carijós, nesta cidade e Comarca de Indaial-SC, contendo área de 392,30m² (trezentos e noventa e dois metros e trinta décimos quadrados), sem benfeitorias, confrontando pela FRENTE em 20,20 metros com o lado par da Rua 17 de Maio; FUNDOS em 18,93 metros com a Área Verde do loteamento (M-34938), destinada ao Município de Indaial, extremado pelo LADO DIREITO em 24,92 metros em duas linhas, sendo, da frente em direção aos fundos, a primeira em 13,72 metros com o lote 17 do loteamento (M-34937) e a segunda em 11,20 metros com o lote 16 do loteamento (M-34936), ambos de propriedade de BC Administradora de Bens e Incorporadora Ltda e pelo LADO ESQUERDO em 18,80 metros, em duas linhas, sendo, da frente em direção dos fundos, a primeira em 15,25 metros com terras de Jorge Chiodini (M-16289) e a segunda em 3,55 metros com terras de Helena Montoanelli (M-16290); distando na frente pelo lado esquerdo em 30,00 metros com a esquina formada pelas Ruas XV de Outubro e Rua 17 de Maio. O imóvel da presente matrícula, fica gravado com uma Faixa Sanitária Não Edificável (F.S.N.E.), com 3,00 metros de largura, por toda a extensão do lado esquerdo do terreno. "

§ 2º - A área de propriedade de Leonardo Vinci, possui a seguinte descrição:

Matrícula nº 1015 do livro nº 2: "Um terreno, parte do lote de terras nº 34, situado no lugar Carijós, nesta cidade, contendo a área de quinhentos metros quadrados (500 m²), edificado com a casa de madeira nº 769, confrontado dito terreno com 20,00 metros com a Rua 7 de Setembro, lado ímpar, nos fundos com 20,00 metros no Rio Benedito, no lado direito com 25,00 metros em terras de Edgar Moreira, e no lado esquerdo com terras de Antônio Barbosa, também com 25,00 metros. "

§ 3º - O imóvel descrito no parágrafo 2º do artigo anterior passará ao domínio público, devendo os proprietários desocuparem o imóvel em até 30 (trinta) dias após a transferência da propriedade, devendo neste prazo retirar os bens móveis e todos os demais (edificações, portas, janelas, etc.) que lhe interessar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da regularização, escrituração e registro da permuta dos imóveis, ficará sob a responsabilidade do Município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 13 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RODRIGO KOENIG FRANÇA

Procurador-Geral do Município

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 1547/17**

Publicação Nº 1428600

PORTARIA Nº 1547/17

De 04 de outubro de 2017

Declara vacância do cargo de Professor C 40 h/s

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso IV e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 01 de outubro de 2017, o cargo de Professor C 40 h/s, em virtude da aposentadoria Especial de Magistério, da servidora Rute Aparecida Peixe, conforme portaria IN-DAPREV nº 44/17 de 28 de setembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 04 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSI

Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 1589/17**

Publicação Nº 1428601

PORTARIA Nº 1589/17

De 11 de outubro de 2017

Declara vacância do cargo de Professor C 40 h/s

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso IV e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 01 de outubro de 2017, o cargo de Professor C 40 h/s, em virtude da aposentadoria Especial de Magistério, da servidora Laurete Pavanello, conforme portaria INDAPREV nº 45/17 de 28 de setembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 11 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSI

Diretora de Recursos Humanos

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/2017**

Publicação Nº 1428513

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL****FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETERS**

Processo Licitatório nº 185/2017

Edital de Inexigibilidade nº 011/2017-28983

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação dos profissionais Diones e Allan, para apresentação do espetáculo na terra Indaia é Natal.

Entrega dos envelopes: 17/11/2017

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic1@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

Ozinil Martins de Souza – Diretor Executivo

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 186/2017**

Publicação Nº 1428516

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL****MUNICÍPIO DE INDAIAL**

Processo Licitatório nº 186/2017

Edital de Pregão Presencial nº 066/2017-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de peças de reposição de informática.

Entrega dos envelopes: 30/11/2017 - 07h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 30/11/2017 - 08h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic1@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PROCESSO LICITATÓRIO 31/2017 - TERMO DE DISPENSA 21/2017**

Publicação Nº 1429395

PROCESSO LICITATÓRIO 031/2017

TERMO DE DISPENSA 021/2017

DATA DE EMISSÃO: 16/11/2017
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.
OBJETO: Aquisição de software antivírus corporativo para os computadores da Câmara Municipal de Indaial, sendo 36 licenças para utilização imediata pelo período de 3 anos (36 meses) ininterruptos, com as configurações mínimas exigidas, conforme especificado na solicitação de orçamento e contrato.
UNIDADE REQUISITANTE: Câmara Municipal de Indaial.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Dúvidas ou Informações serão esclarecidas na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial, nos horários: das 8h30 às 20h30, ou pelo Telefone: (47) 33806900; ou pelo e-mail: secretaria@camaraindaial.sc.gov.br. O Edital na íntegra poderá ser adquirido no mesmo local e horário, ou pelo site: www.camaraindaial.sc.gov.br.

Osvaldo Metzner

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 16 de novembro de 2017.

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 31/2017 - TERMO DE DISPENSA 21/2017**

Publicação Nº 1429396

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Fica através deste, adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 031/2017 – Termo de Dispensa nº 021/2017 consoante termo de dispensa em anexo.

OSVALDO METZNER

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 17 de novembro de 2017.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 31/2017 - TERMO DE DISPENSA 21/2017**

Publicação Nº 1429397

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista o Termo de Dispensa, em anexo,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante do documento anexado, considerando o objeto do Processo Licitatório nº 031/2017 – Termo de Dispensa nº 021/2017: FABRÍCIO TAVARES, empresário individual, com CNPJ nº 10.842.415/0001-66 no valor de R\$ 4.964,83 (quatro mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos) para a aquisição de software antivírus corporativo para os computadores da Câmara Municipal de Indaial, sendo 36 licenças para utilização imediata pelo período de 3 anos (36 meses) ininterruptos, com as configurações mínimas exigidas, conforme especificado na solicitação de orçamento e contrato.

Osvaldo Metzner

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 17 de novembro de 2017.

# Iomerê

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE Nº 08/2017

Publicação Nº 1429178

Prefeitura Municipal de Iomerê  
Inexigibilidade de Licitação nº 08/2017

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para aquisição de material didático.  
Fornecedor: EDITORA POSITIVO LTDA.  
Valor: R\$ 125.907,28 (cento e vinte e cinco mil novecentos e sete reais e vinte e oito centavos).

Iomerê, 16 de novembro de 2017.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 3042/2017

Publicação Nº 1428769

PORTARIA Nº 3042 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017  
Nomeia Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo Nº 001/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear membros para comporem a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo – Edital 001/2017.

PRESIDENTE : CARLA CANDIAGO  
MEMBROS: IRIBERTO ANT. VOLPATO  
ROSELENE PELLE  
JORDANA ZANFERRARI COLLE

Art. 2º - Designar a empresa FUNOESC – Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina para elaborar, aplicar, corrigir as provas e elaborar o quadro de classificação.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

#### GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 de novembro de 2017  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### TESTE SELETIVO Nº 01/2017

Publicação Nº 1429041

Prefeitura Municipal de Iomerê  
Edital de Teste Seletivo nº 0001/2017  
O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público para conhecimento dos interessados a abertura de inscrições para teste seletivo, para provimento de vagas ao quadro de pessoal do Poder Executivo e suas respectivas secretarias.  
As inscrições estão abertas de 17/11/2017 a 01/12/2017.  
Cópia na íntegra do edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 16 de novembro de 2017  
Luciano Paganini  
Prefeito Municipal

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### Lei 1.798

Publicação Nº 1428439

LEI Nº 1.798 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

"CRIA E DENOMINA BAIRRO "BOM JARDIM" NO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado e denominado o Bairro "Bom Jardim" no município de Iporã do Oeste, Santa Catarina, área abrangida: ao Norte/noroeste Rodovia Pinhal e Bairro Vila Nova, confrontando –se com a rua Anildo Heisler; ao Leste/sudeste Avenida Gustavo Fetter ao Sul/Sudeste com o Galho do riacho Jundiá e Área de Preservação Permanente - APP, Oeste confrontando-se com o Loteamento Novo Horizonte.

Art. 2º. Ficam os setores competentes da Municipalidade, autorizados a procederem todos os atos necessários ao cumprimento fiel da presente lei, promover o devido registro do Bairro, para a sua formalização.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 16 de novembro de 2017.

LÚCIO MALLMANN

Prefeito Municipal

NEREU JOSÉ BARTH

Secretário de Administração e Finanças

# Ipumirim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 2325/2017 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1429194

DECRETA HORARIO ESPECIAL NO COMERCIO EM VIRTUDE DAS FESTIVIDADES DE NATAL E FINAL DE ANO.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim – S/C, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica atendendo pedido da Câmara de Dirigentes Lojistas de Ipumirim – CDL, fixando horário especial no comercio em virtude das festividades de Natal e Final de Ano, conforme especificado abaixo:

No dia 18 a 22 de Dezembro de 2017.

Na parte da Manhã: das 08h00min às 11h30min horas.

Na parte da tarde : das 13h30min às 19h00min horas.

No Dia 23 de Dezembro de 2017. (sábado)

Na parte da manhã das 08h00min às 11h30min horas.

Na parte da tarde das 13h30min às 16h00min horas.

No dia 30 de Dezembro de 2017 (sábado)

Na parte da manhã das 08h00min às 11h30min.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário o presente decreto produzira efeitos a partir de 16 de Novembro de 2017.

Ipumirim, 16 de Novembro de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 450/2017 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1428213

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

#### CONCEDE

A GIDIOMAR TECHIO, matrícula 2047, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, relativo ao período aquisitivo de 2012 a 2017, e gozo de 14/11/2017 a 13/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeito retroativo a 14 de Novembro de 2017.

Ipumirim - SC, 14 de Novembro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº. 451/2017 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1428253

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

#### CONCEDE

A JANETE REGINA KIST NEIS, matrícula 067, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias relativo ao período aquisitivo de 2005 a 2008, e gozo de 16/11/2017 a 15/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeito retroativo a 16 de Novembro de 2017.

Ipumirim - SC, 16 de Novembro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal.

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017/PM

Publicação Nº 1428234

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 30/11/2017, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 30/11/2017. Objeto da licitação: aquisição de Kit Festa Natal, destinado aos Servidores Públicos Municipais. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 16/11/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

# Irani

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 107/2017

Publicação Nº 1429046

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 050/2017  
Pregão Presencial nº 028/2017  
Contrato Administrativo nº 107/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI  
Contratada: ARIANI ARLETE BERNDT  
Objeto: Contratação de profissional da área de educação física, para atuar nas oficinas de dança do Município.  
Valor total: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).  
Vigência: 01/08/2017 a 31/12/2017.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2017

Publicação Nº 1429047

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 040/2017  
Tomada de Preço nº 003/2017  
Contrato Administrativo nº 108/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI  
Contratada: ANGONESE & PICININI CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA  
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultoria técnica especializada, no âmbito da administração pública municipal, compreendendo as áreas contábil, financeira e controle interno.  
Valor total: R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais).  
Vigência: 31/07/2017 a 31/12/2017.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 109/2017

Publicação Nº 1429048

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 063/2017  
Inexigibilidade de Licitação nº 004/2017  
Contrato Administrativo nº 109/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI  
Contratada: PARANÁ EQUIPAMENTOS SA  
Objeto: fornecimento de peça válvula de controle de motor de vibração, da marca CAT, para a máquina rolo compactador caterpillar CS 423 E – patrimônio 5273.  
Valor total: R\$ 11.480,00 (onze mil e quatrocentos e oitenta reais).  
Vigência: 04/08/2017 a 31/12/2017.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 110/2017

Publicação Nº 1429049

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 068/2017  
Dispensa de Licitação nº 021/2017  
Contrato Administrativo nº 110/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI  
Contratada: IZANTUR TRANSPORTES LTDA EPP  
Objeto: Transporte de 644 (seiscentos e quarenta e quatro) toneladas de calcário, referente ao Programa de Distribuição de Calcário da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.  
Valor total: R\$ 7.728 (sete mil e setecentos e vinte e oito reais).  
Vigência: 08/08/2017 a 31/12/2017.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2017

Publicação Nº 1429051

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 062/2017  
Pregão Presencial nº 033/2017  
Contrato Administrativo nº 111/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI  
Contratada: POGGERE CONSTRUÇÕES E IMPLEMENTOS LTDA-EPP  
Objeto: Execução de uma cobertura em estrutura metálica com polietileno na entrada do Ginásio Municipal Modesto Tortelli, com fornecimento, fabricação e montagem do material necessário.  
Valor total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).  
Vigência: 14/08/2017 a 31/12/2017.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2017

Publicação Nº 1429057

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 058/2017  
Pregão Presencial nº 031/2017  
Contrato Administrativo nº 112/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI  
Contratada: CLARISSE GELINSKI RICCI DECORAÇÕES ME  
Objeto: DECORAÇÃO do Ginásio Municipal Modesto Tortelli para o evento XXVII FIMUSI e Dia do Município, nos dias 06 a 10 de setembro de 2017.  
Valor total: R\$ 17.900,00 (dezessete mil e novecentos reais).  
Vigência: 14/08/2017 a 31/12/2017.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 113/2017

Publicação Nº 1429060

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 058/2017  
Pregão Presencial nº 031/2017  
Contrato Administrativo nº 113/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI  
Contratada: FRANCIELI TONIELLO ME  
Objeto: LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS: medindo 1,20m X 1,20m X 2,30m (altura interna) sendo 07 (sete) unidades

convencionais (04 femininos e 03 masculinos) mais 02 (dois) unidades para pessoas portadoras de necessidades especiais para serem utilizados durante o XXVII FIMUSI e dia do município.

Datas: 06 a 10 de setembro de 2017.

Valor total: R\$ 5.690,00 (cinco mil e seiscentos e noventa reais).

Vigência: 14/08/2017 a 31/12/2017.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2017

Publicação Nº 1429061

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 058/2017

Pregão Presencial nº 031/2017

Contrato Administrativo nº 114/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: JOHN RR SEGURANÇA LTDA ME

Objeto: SEGURANÇA OSTENSIVA INTERNA do Ginásio Municipal Modesto Tortelli, durante as 04 noites do XXVII FIMUSI, de 06 a 09 de setembro de 2017 no período do festival e baile e no domingo dia 10 de setembro de 2017 durante a mateada e demais programações de aniversário do município.

Valor total: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Vigência: 14/08/2017 a 31/12/2017.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/2017

Publicação Nº 1429064

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 058/2017

Pregão Presencial nº 031/2017

Contrato Administrativo nº 115/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: JOSUEI DEITOS GONZAGA ME

Objeto: Montagem e locação de tenda 10x20m para a praça de alimentação do XXVII FIMUSI.

Valor total: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Vigência: 14/08/2017 a 31/12/2017.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2017

Publicação Nº 1429065

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 058/2017

Pregão Presencial nº 031/2017

Contrato Administrativo nº 116/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: RONOALDO PEREIRA ME

Objeto: Produção De Clipe Institucional Do Município (Até 3 Minutos) e Filmagem e transmissão ao vivo em telão e online via internet do XXVII FIMUSI, período: 06 a 09 de setembro de 2017.

Valor total: R\$ 9.320,00 (nove mil e trezentos e vinte reais).

Vigência: 14/08/2017 a 31/12/2017.

### EXTRATO PREGÃO 51/2017

Publicação Nº 1429067

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2017

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM - REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Cestas Natalinas para o Centro Municipal do Idoso, e Caixas de Bombons destinados para todas as Secretarias da Administração Pública Municipal de Irani.

Recebimento de Envelopes: até às 08h30min do dia 29/11/2017.

Abertura: às 09h00min do dia 29/11/2017.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Irani, Rua Eilírio De Gregori, 207, Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no site [www.irani.sc.gov.br](http://www.irani.sc.gov.br), ou pelo telefone (0XX49) 3432-3214.

Irani, SC, 17 de novembro de 2017.

SÍLVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO N. 13/2017, CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1428295

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS RELATIVOS À ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, CONSTRUÇÃO DO CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AQUISIÇÃO DE VEÍCULO.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, em conformidade com a Lei Municipal 838, de 02 de Julho de 1996 e suas alterações posteriores, representado por sua Presidente, Sra. Jaçanã Inês Andreis, no uso de suas atribuições legais e conforme deliberação da plenária em reunião ordinária realizada no dia 10/10/2017, registrado em ATA nº 13/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar Projeto Social relativo à Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Básica do Município de Irani – SC, proposta nº 067321/2017.

Art. 2º Aprovar Projeto Social relativo à Construção do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social no Município de Irani – SC, proposta nº 039690/2017.

Art. 3º Aprovar Projeto Social relativo à Aquisição de Veículo para o Município de Irani – SC, proposta nº 068465/2017.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

Irani SC, 16 de novembro de 2017.

Jaçanã Inês Andreis

Presidente do CMAS

# Irineópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 20/2017 FMS

Publicação N° 1428721

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 20/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2017

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 06 de dezembro de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por Item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA USO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018, COM ENTREGA PARCELADA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 16 de novembro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N° 404/2017

Publicação N° 1429040

PORTARIA N° 404/2017.  
EXONERA SERVIDOR EFETIVO POR APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário Municipal da Administração de Irineópolis, (SC) LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001; amparado no que dispõe o inciso V, do Art. 51 da LC 01/97, de 30/12/1997 e Prejulgados nº 0745 e 1921 do TCE/SC e com fulcro nas disposições da Portaria nº 123/2017, de 05/04/2017.  
RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, o servidor JOSÉ ALFREDO PINTO, do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil, vinculado a Secretaria Municipal da Infraestrutura – Departamento de Urbanismo e Obras, para o qual foi nomeado através da Portaria nº 246/2005 de 06/07/2005.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 16 de Novembro de 2017.  
LADEMIR FERNANDO ARCARI  
Secretário Municipal da Administração.

**RREO AN 14 05 BIM**

Publicação Nº 1428363

Município de IRINEOPOLIS - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		33.031.131,47		
Previsão Atualizada		33.031.131,47		
Receitas Realizadas		24.639.834,20		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		297.411,70		
DESPESAS				
Dotação Inicial		33.031.131,47		
Créditos Adicionais		867.652,60		
Dotação Atualizada		33.898.784,07		
Despesas Empenhadas		25.556.148,03		
Despesas Liquidadas		23.483.380,97		
Despesas pagas		22.183.145,16		
Superavit Orçamentário		1.156.453,23		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		25.556.148,03		
Despesas Liquidadas		23.483.380,97		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		29.671.656,81		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	472.528,46	0,00
Resultado Primário		0,00	722.834,39	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.393.108,64	22.789,55	1.775.510,17	1.594.808,92
EXECUTIVO	3.393.108,64	22.789,55	1.775.510,17	1.594.808,92
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	620.380,87	594,84	615.851,53	3.934,50
EXECUTIVO	620.380,87	594,84	615.851,53	3.934,50
TOTAL:	4.013.489,51	23.384,39	2.391.361,70	1.598.743,42
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.841.059,65	25%	17,56
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.597.849,44	60%	60,57
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		518.606,69	758.991,31	

Continua 1/2

Município de IRINEOPOLIS - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL					Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida					1.579.802,50	2.943.342,98
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS						
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	27.975,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					8.850,00	28.531,82
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			4.296.439,03		15,00	27,23
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)			0,00			

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### AVISO DE LICITAÇÃO PR 34/2017

Publicação N° 1429155

Pregão Presencial nº 34/2017; Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de toners, cartuchos de tinta, cilindro de imagem e unidade de imagem para as impressoras utilizadas nas Unidades ESF's, CAPS, sede do Programa de Educação Permanente em Saúde, Vigilância Sanitária, setores de regulação, compras, licitações, contabilidade e tesouraria da Secretaria Municipal de Saúde. Entrega dos envelopes: Até às 14:00 horas do dia 30 de novembro de 2017. Abertura dos Envelopes: as 14:20 horas do dia 30 de novembro de 2017, na Prefeitura Municipal; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, Av. Getúlio Vargas, 308 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, Fone 047 3652 2211, ou pelo site: [www.itaiopis.sc.gov.br](http://www.itaiopis.sc.gov.br) Itaiópolis, 16 de novembro de 2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

### AVISO DE LICITAÇÃO PR 35/2017

Publicação N° 1428997

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Pregão Presencial nº 35/2017. Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais e descartáveis para uso consumo e distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Farmácia Básica da Secretaria Municipal da Saúde. Data para recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 01 de dezembro de 2017. Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 01 de dezembro de 2017 na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Getúlio Vargas, 308, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site [www.itaiopis.sc.gov.br](http://www.itaiopis.sc.gov.br) - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 16/11/2017. Benedito Bento Marques, Secretário Municipal da Saúde.

# Itapema

## PREFEITURA

### PROCESSO 89.2017 - CONTRATO 58.2017 - BOMBEIRO

Publicação Nº 1429349

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA  
EXTRATO DE CONTRATO  
058/2017

PROCESSO: 089/2017

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma do quartel do Corpo de Bombeiros localizado no Bairro Jardim Praiamar, do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo

DO PRAZO: 07/11/2017 à 07/06/2018

DO VALOR: R\$ 255.963,43 (duzentos e cinquenta e cinco mil novecentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: M.A.V DOS PRAZERES &amp; CIA LTDA ME

DATA DA ASSINATURA: 07/11/2017

Itapema, 07 de novembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

### 1º ERRATA - PREGÃO 04.110.2017

Publicação Nº 1429075

Pregão Presencial nº. 04.110.2017

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de cenários natalinos a serem instalados em diversos locais do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.110.2017

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ONDE SE LÊ:

Aquisição de cenários natalinos a serem instalados em diversos locais do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.110.2017

LEIA-SE:

Registro de Preços – Aquisição de cenários natalinos a serem instalados em diversos locais do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.110.2017

Itapema, 16 de novembro de 2017.

RONALDO PAULINO

Secretário Municipal de Administração

### AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO 04.103.2017

Publicação Nº 1428957

Pregão Presencial nº. 04.0103.2017

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de materiais e equipamentos de informática, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.103.2017.

### AVISO DE SUSPENSÃO

Informo que, em virtude de solicitação encaminhada pelo Departamento de TI, que observou a necessidade de reformulação de especificações técnicas de alguns itens, o processo licitatório supra será suspenso para reformulação.

Quando da reabertura, esta será publicada em respeito à legislação vigente.

Itapema, 16 de novembro de 2017.

Ronaldo Paulino

Secretário Municipal de Administração de Itapema

### LEI Nº 3.695, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ITAPEMA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO GRUPO FOLCLÓRICO TROPEIROS

Publicação Nº 1429341

Lei nº 3.695, de 16 de novembro de 2017.

Autoriza o Município de Itapema a conceder subvenção social a Associação de Amigos do Grupo Folclórico Tropeiros do Litoral e outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder subvenção social no valor de vinte mil reais (R\$ 20.000,00) a Associação de Amigos do Grupo Folclórico Tropeiros do Litoral, CNPJ n. 08.680.559/0001-11, para que a associação possa participar do Festival Internacional das Culturas Populares do Alto Sertão Paraibano, que acontece de 22 a 26 de novembro de 2017, em Poço de José de Moura – PB.

Art. 2º A subvencionada deverá apresentar relatório simplificado, até o dia 31 de dezembro de 2017, prestando contas dos valores recebidos, juntando notas fiscais ou qualquer documento idôneo que comprove o correto uso do dinheiro público.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de seguinte dotação orçamentária: órgão 21- Gabinete do Prefeito - Unidade 05 – Proj/Ativ. 2.008 – 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 16 de novembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

### PROCESSO 78.2017 - CONTRATO 57.2017 - FAACI

Publicação Nº 1429353

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA  
EXTRATO DE CONTRATO  
057/2017  
PROCESSO: 078/2017

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e

serviços especializados para reforma da Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema (FAACI) localizada no Bairro Centro, do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

DO PRAZO: 07/11/2017 à 07/03/2018

DO VALOR: R\$ 128.560,99 (cento e vinte e oito mil quinhentos e sessenta reais e noventa e nove centavos)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA -EPP

DATA DA ASSINATURA: 07/11/2017

Itapema, 07 de novembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

### **PROCESSO 78.2017-TOMADA DE PREÇOS Nº 02.009.2017 - HOMOLOGAÇÃO - FAACI**

Publicação Nº 1429352

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 078/2017, Tomada de Preços nº 02.009.2017.

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma da Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema (FAACI) localizada no Bairro Centro, do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATADA: ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA -EPP

DO VALOR: R\$ 128.560,99 (cento e vinte e oito mil quinhentos e sessenta reais e noventa e nove centavos)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 07/11/2017

Itapema, 07 de novembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

### **PROCESSO 89.2017-TOMADA DE PREÇOS Nº 02.011.2017 - HOMOLOGAÇÃO - BOMBEIRO**

Publicação Nº 1429348

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 089/2017, Tomada de Preços nº 02.011.2017.

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma do quartel do Corpo de Bombeiros localizado no Bairro Jardim Praiamar, do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATADA: M.A.V DOS PRAZERES & CIA LTDA ME

DO VALOR: R\$ 255.963,43 (duzentos e cinquenta e cinco mil novecentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 07/11/2017

Itapema, 07 de novembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

### **PUBLICAÇÃO 277 - PROCESSO 168.2017 - LOCAÇÃO DE IMÓVEL - CONSELHO TUTELAR**

Publicação Nº 1429280

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2017

PROCESSO Nº 168/2017

HOMOLOGAÇÃO: 13/11/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR O CONSELHO TUTELAR, LOCALIZADO NA RUA 406, 720 - MORRETES, PELO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES.

CONTRATADO: JOSE LINO BIANCHINI

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.400,00 (vinte mil quatrocentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

Itapema, 13/11/2017

NILZA NILDA SIMAS - Prefeita Municipal

### **PUBLICAÇÃO 278 - PROCESSO 169.2017 - FORMAÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1429282

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2017

PROCESSO Nº 169/2017

HOMOLOGAÇÃO: 13/11/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS SOBRE O TEMA "SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR", ATRAVÉS DO PROJETO NEM TÃO DOCE LAR, NO DIA 17/11/2017, CARGA HORÁRIA DE 08 (OITO) HORAS E SUPORTE DURANTE A EXPOSIÇÃO QUE OCORRERÁ NA PRAÇA DA PAZ, NO PERÍODO DE 20/11 A 26/11, TAMBÉM REFERENTE AO TEMA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

CONTRATADO: FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II da Lei de Licitações.

Itapema, 13/11/2017

NILZA NILDA SIMAS - Prefeita Municipal

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 216/2017

Publicação Nº 1429245

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 216/2017

Objeto: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS FOTOCOPIADORES, DESTINADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das Propostas: até as 08h30min do dia 29/11/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 16 de novembro de 2017.

Lauro Schlickmann

Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

### DECRETO Nº 181, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1428996

DECRETO Nº 181, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.109, de 14 de novembro de 2017;

Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga-SC na seguinte dotação:

01.01 – Câmara Municipal de Vereadores

01.031.0001.2001 – Manutenção das Atividades Legislativas

33.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Art. 2º - Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial/total da seguinte dotação:

01.01 – Câmara Municipal de Vereadores

01.031.0001.1001 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 14 de novembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretaria de Administração.

### DECRETO Nº 183, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1429002

DECRETO Nº 183, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.112, de 14 de novembro de 2017;

Decreta:

03.01 – Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo

04.122.0010.1034 – Aquisição de veículos, equipamentos e material permanente

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .... R\$ 6.800,00

03.03 – Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo

15.452.0076.1024 – Construção de Praças, Parques e Banheiros Públicos

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .... R\$ 92.269,52

Total ....R\$ 99.069,52

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial ou total da seguinte dotação:

2.01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0140.1002 – Aquisição de veículos, equipamento e material permanente 4490.00.00.00.00.00.104 - Aplicações Diretas .... R\$ 5.000,00

03.01 – Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.122.0010.1033 – Construção e reforma de prédios públicos

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .... R\$ 9.928,08

03.03 – Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo

15.451.0076.1005 – Aquisição de veículos, equipamento e material permanente

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .... R\$ 25.789,64

03.04 – Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos – Defesa Civil

06.182.0141.2014 – Manutenção das atividades do Fundo de Enfrentamento a Desastres - FMED

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .... R\$ 17.865,24

04.01 – Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

04.123.0018.1017 – Aquisição de equipamentos e material permanente

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .... R\$ 5.056,93

06.03 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto – Outras Fontes

13.392.0073.1014 – Construção do centro de Cultura

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .... R\$ 297,75

09.01 – Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

20.606.0107.2008 – Preservação e Conservação Ambiental  
44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .... R\$ 955,08

11.01 Fundo da Infância e Adolescência de Itapiranga  
08.243.0047.1012 – Aquisição de equipamentos e material permanente  
44.90.00.00.00.00.00.104 – Aplicações Diretas .....R\$ 7.895,43

14.01 – Secretaria Municipal da Ind. Com. Prest. Serviços e Turismo  
23.691.0162.2006 – Implantação e Manutenção de Infraestrutura em área industrial  
44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .... R\$ 19.051,29

23.695.0160.1009 – Implantação de Obras de Infraestrutura Turística  
44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .... R\$ 7.230,08

Total ....R\$ 99.069,52

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 14 de novembro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Secretaria de Administração.

## **LEI MUNICIPAL Nº 3.108 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428976

LEI MUNICIPAL Nº 3.108, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO  
DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Orçamento do Município de Itapiranga, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, em cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 165, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, corroborado com o art. 100 da Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VII - disposições gerais.

Art. 2º Fazem parte integrante desta lei todos os anexos obrigatórios estabelecidos na Lei 4.320/64 e na Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000.

### **CAPÍTULO II**

## **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 3º As prioridades, em termos de programas, objetivos e metas para os exercícios de 2018 a 2021, assim como os detalhamentos dos programas e objetivos, são aqueles previstos no anexo dos Programas de Governo do Plano Plurianual de que trata a Lei no 3.096, de 26 de setembro de 2017.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

Art. 5º Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir outras ações e programas constantes do Plano Plurianual vigente, e suas alterações, ou que tenham sido objeto de leis específicas, na forma de crédito especial.

### **CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 6º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

Art. 7º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 8º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 9º A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e

Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, 407/2011, Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 10 O Projeto da Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo, será integrado pelos anexos obrigatórios estabelecidos na Lei 4.320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000.

Parágrafo único. A mensagem que encaminhar o Projeto da Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira informando saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis;

II - justificativa (metodologia de cálculo) sobre a estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

##### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 11 O Orçamento para o exercício de 2018 e a sua execução, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos.

Art. 12 Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação.

§ 1º Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a secretário ou servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balançes, apartados da Unidade Gestora Central, quando a gestão for delegada pelo Prefeito a secretário ou servidor municipal.

Art. 13 A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter dispositivo para regular a abertura de crédito adicional suplementar, bem como, autorização prévia para anulação e suplementação, nos termos dos artigos 7º, 43 e 66, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

Art. 14 A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 15 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018, com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a

qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (artigos 8º, § único, e 50, I, da LRF).

Art. 16 A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 4.320/64 será realizada em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único, e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101/2000.

##### Seção II

##### Do Equilíbrio entre Receita e Despesa

Art. 17 Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 18 Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 19 O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, com vistas a manter durante a execução orçamentária o equilíbrio entre as contas e a regularidade das operações orçamentárias, bem como garantir o atingimento das metas de resultado primário e nominal.

§ 1º Para fins de elaboração da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até 10 (dez) dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua proposta parcial, para efeitos de integração.

§ 2º As receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas mensais de arrecadação por destinação de recursos com a especificação, em separado, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Art. 20 Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado especificada no Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do artigo 17, da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 21 Os projetos e, principalmente, as obras em andamento e despesas com a conservação do patrimônio público, terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (artigo 45, da LRF).

Art. 22 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiente disponibilidade orçamentária, exceto em relação aos processos administrativos licitatórios na modalidade Pregão, para Registro de Preços.

Art. 23 O Poder Legislativo terá como limite máximo da despesa para 2018 a proposta orçamentária encaminhada ao Poder Executivo, observado o disposto no Art.29-A, da Constituição Federal.

Art. 24 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que tratam os incisos I e II, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no § 3º, do artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018 em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do artigo 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

#### Seção III

##### Da Limitação dos Empenhos

Art. 25 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

§ 3º Na ocorrência de calamidade pública serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no artigo 65, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 4º O Chefe do Poder Executivo publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão ou unidade administrativa terão como limite de movimentação e empenho.

§ 5º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – com pessoal e encargos patronais; e

II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 6º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 7º Não ocorrendo à limitação de empenho e movimentação financeira de que trata este artigo, fica a cargo da coordenação do sistema de controle interno a comunicação ao Tribunal de Contas do Estado, conforme atribuição prevista no art. 59, caput e inciso I da Lei Complementar no 101/2000 e art. 74, § 1º da Constituição da República.

Art. 26 A limitação de empenho e movimentação financeira de que

trata o artigo anterior poderá ser suspensão, no todo ou em parte, caso a situação de frustração de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

#### Seção IV

##### Da Inclusão de novos projetos e conservação do Patrimônio público

Art. 27 Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I – houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III – estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Parágrafo único. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

#### Seção V

##### Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos do orçamento

Art. 28 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2018 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo único. O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 29 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o § 3º, do artigo 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

#### Seção VI

##### Dos Convênios para Captação de Recursos

Art. 30 O Executivo Municipal, fica autorizado a realizar convênios, acordos e similares, no âmbito de sua administração, com a União, os Estados, os Municípios e outras entidades oficiais ou mesmo privadas, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Parágrafo único. Fica o Executivo Municipal autorizado a promover a devolução do saldo não utilizado e/ou utilizado em desconformidade com a finalidade da transferência de recursos públicos da União ou Estados.

**Seção VII****Do Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação**

Art. 31 As despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmadas por convênios, acordos, ajustes ou congêneres e previstos recursos na Lei Orçamentária. (artigo 62, da LRF).

Art. 32 O Executivo Municipal poderá firmar convênio, acordos, ajustes ou congêneres com entidades/órgãos da Administração Municipal, Estadual e União, sobre a disponibilização de servidores municipais efetivos, em conformidade com o artigo 62, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Seção VIII****Das Transferências de Recursos para o Setor Privado**

Art. 33 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, a título de subvenções, contribuições e auxílios de capital, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art.4º, I "f" e 26 da LRF).

§1º A transferência de recursos a título de subvenções sociais, ocorrerá de acordo com o imposto pela Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014 e o Decreto que regulamentou a Lei no município.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, sendo que deverão ser observadas as normas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de SC.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, à inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e,

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no ajuste.

**Seção IX****Dos Riscos Fiscais**

Art. 34 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do Anexo de Riscos Fiscais desta Lei. (artigo 4º, §3º, da LRF).

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados no Orçamento Fiscal.

**Seção X****Da Reserva de Contingência**

Art. 35 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída de recursos do Orçamento Fiscal, oriundos de receitas ordinárias, em montante equivalente a pelo menos 0,25% (zero ponto vinte e cinco por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício. (artigo 5º, III, da LRF).

§ 1º Não será considerada, para os efeitos do caput, a reserva à conta de receitas vinculadas.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO Nº 42/99, artigo 5º, Portaria STN Nº 163/2001, artigo 8º, e no Anexo de Riscos Fiscais. (artigo 5º, III, "b", da LRF).

**Seção XI****Dos Créditos Adicionais**

Art. 36 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício imediatamente anterior, poderão ser reabertos pelos seus saldos, no exercício a que se refere esta Lei, por decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício em que o crédito for aberto, desde que já exista previsão na lei que dispõe sobre o plano plurianual e no anexo de metas e prioridades desta Lei.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, mensagem contendo exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

§ 3º Cada projeto de lei e a respectiva Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no artigo 41, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

§ 4º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, quando necessário, serão encaminhados à Câmara de Vereadores no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento, pelo Executivo Municipal.

**Seção XII****Da Transposição, Remanejamento e Transferência**

Art. 37 Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

§ 1º A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que têm a função de corrigir o planejamento.

§ 2º Para efeitos desta Lei entende-se como:

I – Transposição – o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação, até o nível de modalidade de aplicação, totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;

II – Remanejamento – deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade ou, ainda, de créditos ou valores de dotações relativas a servidores que haja alteração de lotação durante o exercício;

III – Transferência – deslocamento permitido de dotações atribuídas a créditos orçamentários de um mesmo programa de governo.

**CAPÍTULO V****DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL****Seção I****Das Diretrizes gerais**

Art. 38 O Município poderá realizar contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, na medida em

que configurar eminente falta de recursos, observado sua capacidade de endividamento, na forma estabelecida na Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 39 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 40 Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira. (artigo 31, §1º, II, da LRF).

## Seção II Das Disposições Sobre Débitos Judiciais

Art. 41 As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades específicas, nas programações a cargo da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento.

Art. 42 A inclusão de dotações na Lei Orçamentária de 2018, destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, deve atentar ao disposto nos artigos 78 e 87, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E SEUS ENCARGOS

Art. 43 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 44 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores.

Parágrafo único. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101/2000, a autorização de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais, de risco ou prejuízo para a sociedade, dentre estes:

- I – situações de emergência ou calamidade pública;
- II – situações em que possam estar em risco à saúde e segurança de pessoas ou bens.

Art. 45 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - exoneração de servidores não estáveis, observando o artigo 33, da Emenda Constitucional Nº 19/1998;
- V - no caso do inciso I, do §3º, do artigo 169, da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções.

Art. 46 Os projetos de lei relacionados ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, deverão cumprir o disposto nos artigos 16 e 17, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 47 Consideram-se Despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Para os fins do disposto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre a repartição dos limites de gastos com pessoal, fica fixado sobre a receita corrente líquida o percentual de 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo.

§ 2º As despesas referentes a contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizadas em "Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)" e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 48 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas e estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro do exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 49 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (artigo 14, §2º, da LRF)

Art. 50 Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, não se constituindo renúncia de receita para os efeitos do disposto no artigo 14, da Lei Complementar Federal Nº 101/2000. (artigo 14, §3º, da LRF)

Art. 51 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá promover programas de recuperação fiscal, voltados ao incremento das receitas.

Art. 52 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (artigo 14, §3º, da LRF)

Art. 53 O Poder Executivo poderá readequar a legislação tributária municipal, respeitando as disposições da legislação nacional de normas gerais, criando novas taxas, alterando critérios de base de cálculo ou alíquotas dos tributos municipais.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54 O Poder Executivo demonstrará à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento de cada

quadrimestre e 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício, avaliação do cumprimento das metas fiscais do quadrimestre e do exercício, avaliação da execução dos programas e/ou ações priorizados por esta Lei, bem como as justificações de eventuais inconsistências ocorridas, com indicação das medidas corretivas. (artigos 4º, I, "e", e 9º, §4º, da LRF).

Art. 55 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 56 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 57 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 58 O Executivo Municipal estará autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e ou extrajudiciais.

Art. 59 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 60 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Itapiranga, em 14 de novembro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Secretaria de Administração.

## **LEI MUNICIPAL Nº 3.109 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428979

LEI MUNICIPAL Nº 3.109, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga-SC na seguinte dotação:

01.01 – Câmara Municipal de Vereadores  
01.031.0001.2001 – Manutenção das Atividades Legislativas  
33.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas .... R\$ 40.000,00

Art. 2º - Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo

1º, a anulação parcial/total da seguinte dotação:

01.01 – Câmara Municipal de Vereadores  
01.031.0001.1001 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente  
44.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 14 de novembro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Secretaria de Administração.

## **LEI MUNICIPAL Nº 3.110 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428983

LEI MUNICIPAL Nº 3.111, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017  
INSTITUI O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO E DEFINE CRITÉRIOS PARA RECEBIMENTO E DESTINAÇÃO DE LODO GERADO NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETAS, DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:  
Art. 1º Fica instituído o sistema de credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, para recebimento e destinação de lodo gerado nas estações de tratamento de água – ETAs, do Município de Itapiranga, SC.

Art. 2º O recebimento e a destinação obedecerão aos critérios previstos nas normas técnicas e legislação sanitária e ambiental, mediante apresentação da competente licença ambiental de operação vigente, incluindo autorização para recebimento e destinação de lodo proveniente de Estação de Tratamento de Água – ETA.

Art. 3º O lodo proveniente de Estação de Tratamento de Água – ETA deverá ser utilizado pelo receptor credenciado na fabricação de tijolos ou outros materiais que possam ser aplicados na construção civil ou afins.

Art. 4º Antes da utilização no seu processo produtivo, o receptor credenciado disponibilizará de espaço físico legalmente autorizado e tecnicamente seguro para armazenamento temporário do lodo proveniente de Estação de Tratamento de Água – ETA, estando sujeito à fiscalização do Município de Itapiranga.

Art. 5º O Município de Itapiranga providenciará o transporte do lodo gerado nas suas Estações de Tratamento de Água – ETAs, até o receptor credenciado, localizado nos seus limites territoriais.

Art. 6º O Município disponibilizará ao receptor credenciado a quantidade de 03 horas máquinas/mensais, para a utilização na deposição do lodo recebido.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei por decreto.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta do orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 14 de novembro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Secretaria de Administração.

## **LEI MUNICIPAL Nº 3.111 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428985

LEI MUNICIPAL Nº 3.111, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017  
INSTITUI O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO E DEFINE CRITÉRIOS PARA RECEBIMENTO E DESTINAÇÃO DE LODO GERADO NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETAS, DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica instituído o sistema de credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, para recebimento e destinação de lodo gerado nas estações de tratamento de água – ETAs, do Município de Itapiranga, SC.

Art. 2º O recebimento e a destinação obedecerão aos critérios previstos nas normas técnicas e legislação sanitária e ambiental, mediante apresentação da competente licença ambiental de operação vigente, incluindo autorização para recebimento e destinação de lodo proveniente de Estação de Tratamento de Água – ETA.

Art. 3º O lodo proveniente de Estação de Tratamento de Água – ETA deverá ser utilizado pelo receptor credenciado na fabricação de tijolos ou outros materiais que possam ser aplicados na construção civil ou afins.

Art. 4º Antes da utilização no seu processo produtivo, o receptor credenciado disponibilizará de espaço físico legalmente autorizado e tecnicamente seguro para armazenamento temporário do lodo proveniente de Estação de Tratamento de Água – ETA, estando sujeito à fiscalização do Município de Itapiranga.

Art. 5º O Município de Itapiranga providenciará o transporte do lodo gerado nas suas Estações de Tratamento de Água – ETAs, até o receptor credenciado, localizado nos seus limites territoriais.

Art. 6º O Município disponibilizará ao receptor credenciado a quantidade de 03 horas máquinas/mensais, para a utilização na deposição do lodo recebido.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei por decreto.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta do orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 14 de novembro de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Secretaria de Administração.

## **LEI MUNICIPAL Nº 3.112 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428987

LEI MUNICIPAL Nº 3.112, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que

a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga - SC na seguinte dotação:

03.01 – Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo

04.122.0010.1034 – Aquisição de veículos, equipamentos e material permanente

44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas ..... R\$ 6.800,00

03.03 – Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo

15.452.0076.1024 – Construção de Praças, Parques e Banheiros Públicos

44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .... R\$ 92.269,52

Total .....R\$ 99.069,52

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial ou total da seguinte dotação:

01.01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0140.1002 – Aquisição de veículos, equipamento e material permanente 4490.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

03.01 – Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.122.0010.1033 – Construção e reforma de prédios públicos

44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas ..... R\$ 9.928,08

03.03 – Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo

15.451.0076.1005 – Aquisição de veículos, equipamento e material permanente

44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .... R\$ 25.789,64

03.04 – Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos – Defesa Civil

06.182.0141.2014 – Manutenção das atividades do Fundo de Enfrentamento a Desastres - FMED

44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .... R\$ 17.865,24

04.01 – Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

04.123.0018.1017 – Aquisição de equipamentos e material permanente

44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas ..... R\$ 5.056,93

06.03 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto – Outras Fontes

13.392.0073.1014 – Construção do centro de Cultura

44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas ..... R\$ 297,75

09.01 – Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

20.606.0107.2008 – Preservação e Conservação Ambiental

44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas ..... R\$ 955,08

11.01 Fundo da Infância e Adolescência de Itapiranga

08.243.0047.1012 – Aquisição de equipamentos e material permanente

44.90.00.00.00.00.104 – Aplicações Diretas ....R\$ 7.895,43

14.01 – Secretaria Municipal da Ind. Com. Prest. Serviços e Turismo  
23.691.0162.2006 – Implantação e Manutenção de Infraestrutura em área industrial

44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .... R\$ 19.051,29

23.695.0160.1009 – Implantação de Obras de Infraestrutura Turística

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .... R\$ 7.230,08

Total .....R\$ 99.069,52

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 14 de novembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Secretaria de Administração.

# Itapoá

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2017 - FANFARRA

Publicação Nº 1429112

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: PAULO ROBERTO PIAZZETTA MUSICA E ARTES 63030934934 pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 28.615.313/0001-73, com sede na Rua Senhor Bom Jesus, nº 605, Bairro Itapema o Norte, na cidade de Itapoá, SC, CEP 89249-000, representada neste ato pelo seu representante legal, Sr. PAULO ROBERTO PIAZZETTA, CPF nº630.309.349-34, CI.RG nº 44.13131 SSP/PR.

Licitação: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2017 -CONTRATAÇÃO DIRETA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços profissionais, para a coordenação, manutenção e operacionalização da programação FANFARRA MUNICIPAL.

VALOR R\$: R\$ 7.200

DATA DA ASSINATURA: 14/11/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2017

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 14 de novembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### LEI MUNICIPAL Nº 745/2017 - INSTITUI A CAMPANHA DE PREVENÇÃO AO CÂNCER DE MAMA, E DE COLO DE ÚTERO E DE PRÓSTATA DENOMINADOS MUNDIALMENTE DE "OUTUBRO ROSA" E "NOVEMBRO AZUL", NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1429416

LEI MUNICIPAL Nº. 745, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Origem: Poder Legislativo.

Institui a campanha de prevenção ao câncer de mama, e de colo de útero e de próstata denominados mundialmente de "OUTUBRO ROSA" e "NOVEMBRO AZUL" no âmbito do Município de Itapoá e dá outras providências.

JONECIR SOARES, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 44, inciso V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele promulga a seguinte:

#### LEI

Art. 1º Fica instituída no Município de Itapoá a campanha de prevenção do câncer de mama e de colo de útero denominada mundialmente de "Outubro Rosa" a ser comemorada anualmente durante o mês de outubro, com o objetivo de sensibilizar a população quanto à importância da prevenção do câncer de mama e de colo de útero.

Parágrafo único. O símbolo da campanha aludida no caput deste artigo será "um laço" na cor rosa.

Art. 2º Fica instituída no Município de Itapoá a campanha de prevenção do câncer de próstata denominada mundialmente de "Novembro Azul" a ser comemorada anualmente durante o mês de novembro, com o objetivo de sensibilizar a população quanto à importância da prevenção do câncer de próstata.

Parágrafo único. O símbolo da campanha aludida no caput deste artigo será "um laço" na cor rosa e azul.

Art. 3º Durante o mês de campanha o objetivo será divulgar os direitos assegurados pela Lei Federal nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS; mediante organização e participação voluntária de médicos, profissionais da saúde e população interessada, incentivando - se a instalação de iluminação cor de rosa nos prédios públicos, dentre outros de relevante importância e grande fluxo de pessoas.

Art. 4º Fica definido que nos meses de Outubro os espaços públicos devem expressar à adesão a campanha utilizando a cor rosa como símbolo visual do Outubro Rosa.

Art. 5º Fica definido que nos meses de Novembro os espaços públicos devem expressar à adesão a campanha utilizando a cor azul como símbolo visual do Novembro azul.

Art. 6º O mês a ser comemorado anualmente passa a integrar o calendário oficial de Datas e Eventos do Município.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá/SC, 14 de novembro de 2017.

JONECIR SOARES

PRESIDENTE

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL: PUBLICAÇÃO LICITAÇÃO Nº 77/2017.CONCORRÊNCIA Nº 02.CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE LIXO RECICLÁVEL E NÃO RECICLÁVEL ATÉ O CENTRO DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO, E TRANSPORTE DO LIXO DO CENTRO DE TRIAGEM PARA A DESTINAÇÃO FINAL**

Publicação Nº 1428200

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº.02/2017

Processo: 77/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE LIXO RECICLÁVEL E NÃO RECICLÁVEL ATÉ O CENTRO DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO, E TRANSPORTE DO LIXO DO CENTRO DE TRIAGEM PARA A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Lote. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 20 de dezembro de 2017 até as 09:00 horas no setor de Protocolo. ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Dia 20 de dezembro de 2017 às 09:30 horas na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 17 de novembro de 2017 - OSNI FRANCISCO DE FRAGAS - Prefeito do Município

# Jaborá

## PREFEITURA

### DECRETO 1.690/2017

Publicação Nº 1428329

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA."

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, e nos termos da Lei Orgânica Municipal art. 5º da Lei 1.572, de 06 de dezembro de 2016 e Lei 1.601, de 16 de novembro de 2017,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, na importância de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Jaborá:

06.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL

06.01 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL

20.606.0003.1.008 – AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS  
4.4.90.00.00.00.00- 0.1.0000.000000(64) – Aplicações Diretas ..... R\$ 70.000,00

07.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

12.361.0004.2.015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00-0.1.0001.000000(97) – Aplicações Diretas ..... 50.000,00

12.361.0004.2.016 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL

3.3.90.00.00.00.00-0.1.0001.000000(110) – Aplicações Diretas .... 50.000,00

07.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.03 – COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

27.812.0006.2.019 – MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

3.3.90.00.00.00.00-0.1.0001.000000(115) – Aplicações Diretas .... 20.000,00

0.1.0000.000000 – R\$ 90.000,00

0.1.0001.000000 – R\$ 100.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: 190.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – COORDENADORIA DE GABINETE

04.122.0004.2.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO

4.4.90.00.00.00.00 – 0.1.0000.000000(03) – Aplicações Diretas .....R\$ 30.000,00

05.00 – SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

05.02 – DIRETORIA DE TRANSPORTES

15.451.0013.1.002 – INCENTIVO A INSTALAÇÃO DE EMPRESAS

4.4.90.00.00.00.00 – 0.1.0000.000000(40) – Aplicações Diretas

.....R\$ 30.000,00

05.3 – COORDENADORIA DE URBANISMO

15.451.0013.1027 – REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA

4.4.90.00.00.00.00 – 0.1.0000.000000(44) – Aplicações Diretas .....R\$ 10.000,00

15.452.0013.2012 – MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00 – 0.1.0000.000000(58) – Aplicações Diretas .....R\$ 20.000,00

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEPORTO

07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEPORTO

12.361.0004.2.017 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00- 0.1.0001.000000(102) – Aplicações Diretas .... R\$ 100.000,00

0.1.0000.000000 – R\$ 90.000,00

0.1.0001.000000 – R\$ 100.000,00

TOTAL ANULADO: 190.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC, em 16/novembro/2017

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 17/11/2017

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária De Administração

### EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 21/2017

Publicação Nº 1428671

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE VALOR DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 21/2016

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 25/2016

Contrato Administrativo nº: 21/2017.

Objeto: FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, DE FORMA PARCELA, COMBUSTÍVEIS E REAGENTE QUE É USADO JUNTAMENTE COM O SISTEMA DE REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA (SCR) PARA REDUZIR QUIMICAMENTE AS EMISSÕES DE ÓXIDOS DE NITROGÊNIO PRESENTES NOS GASES DE ESCAPE DOS VEÍCULOS A DIESEL, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

Valor: O item 1- Combustível Gasolina Original Comum de R\$ 4,04 para R\$ 4,17 ao litro.

Vigência: 31/12/2017.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: CLEUSA MASCARELLO CORADI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.441.190/0001-04.

Jaborá, SC, 16 de novembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 32/2017**

Publicação Nº 1428672

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO ADITIVO DE VALOR DE CONTRATO**

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 21/2016

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 23/2016

Contrato Administrativo nº: 32/2017.

Objeto: FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, DE FORMA PARCELA, DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

Valor: O item 1- Combustível Gasolina Original Comum de R\$ 4,04 para R\$ 4,17 ao litro.

Vigência: 31/12/2017.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde

Contratada: CLEUSA MASCARELLO CORADI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.441.190/0001-04.

Jaborá, SC, 16 de novembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

**LEI 1.601/2017**

Publicação Nº 1428288

EMENTA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA."

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina:

FAÇO saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, na importância de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Jaborá:

06.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL

06.01 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL

20.606.0003.1.008 – AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

4.4.90..00.00.00.00- 0.1.0000.000000(64) – Aplicações Diretas ..... R\$ 70.000,00

07.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

12.361.0004.2.015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00-0.1.0001.000000(97) – Aplicações Diretas ..... 50.000,00

12.361.0004.2.016 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL

3.3.90.00.00.00.00-0.1.0001.000000(110) – Aplicações Diretas .... 50.000,00

07.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.03 – COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

27.812.0006.2.019 – MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

3.3.90.00.00.00.00-0.1.0001.000000(115) – Aplicações Diretas .... 20.000,00

0.1.0000.000000 – R\$ 90.000,00

0.1.0001.000000 – R\$ 100.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: 190.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – COORDENADORIA DE GABINETE

04.122.0004.2.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO

4.4.90.00.00.00.00 – 0.1.0000.000000(03) – Aplicações Diretas .....R\$ 30.000,00

05.00 – SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

05.02 – DIRETORIA DE TRANSPORTES

15.451.0013.1.002 – INCENTIVO A INSTALAÇÃO DE EMPRESAS

4.4.90.00.00.00.00 – 0.1.0000.000000(40) – Aplicações Diretas .....R\$ 30.000,00

05.3 – COORDENADORIA DE URBANISMO

15.451.0013.1027 – REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA

4.4.90.00.00.00.00 – 0.1.0000.000000(44) – Aplicações Diretas .....R\$ 10.000,00

15.452.0013.2012 – MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00 – 0.1.0000.000000(58) – Aplicações Diretas .....R\$ 20.000,00

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEPORTO

07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEPORTO

12.361.0004.2.017 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00- 0.1.0001.000000(102) – Aplicações Diretas .... R\$ 100.000,00

0.1.0000.000000 – R\$ 90.000,00

0.1.0001.000000 – R\$ 100.000,00

TOTAL ANULADO: 190.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,

em 16/novembro/2017

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 17/11/2017

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária De Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE EDITAL PREGÃO 02-2017**

Publicação Nº 1429105

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

A Câmara Municipal de Vereadores de Jaborá/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 07.733.746/0001-53, situada na Rua da Cidadania, 121, Centro, no Município de Jaborá/SC, por seu Presidente, Itamar Toigo, torna público o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2017, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017, sob a forma EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL – EXECUÇÃO INDIRETA, a ser processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, a partir das 09h00min do dia 01 de dezembro de 2017, iniciando-se a Sessão Pública às 09h30min do mesmo dia e local, com o objetivo de contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I. A íntegra do presente Edital poderá ser obtida no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Vereadores de Jaborá, [www.camarajabora.sc.gov.br](http://www.camarajabora.sc.gov.br), ou mediante solicitação no telefone (49) 3526-1359.

Jaborá (SC), 16 de novembro de 2017.

Itamar Toigo

Presidente da Câmara de Vereadores

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO 001/2013

Publicação Nº 1429446

#### Convocação de Concurso Público

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s) DOUGLAS DA CRUZ LORENZET, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2013, cargo de Farmacêutico Bioquímico.

### DECRETO Nº 11.651/2017

Publicação Nº 1428326

#### D E C R E T O Nº 11.651/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

#### DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07512.660 - Assistência de Atenção Básica - PAB

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.30 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente de recursos vinculados Taxa de Fiscalização da Vigilância Sanitária, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

### DECRETO Nº 11.652/2017

Publicação Nº 1428327

#### D E C R E T O Nº 11.652/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

#### DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 31.500,00 (Trinta e um mil e quinhentos reais), para readequação orçamentária das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.15.122.04222.255 - Manutenção dos serviços da JARI

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.02.281 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 23.500,00

33.02.15.452.04242.261 - Manutenção da sinalização viária

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.02.293 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

TOTAL R\$ 31.500,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial e total das dotações orçamentárias das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.15.122.04222.255 - Manutenção dos serviços da JARI

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.02.280 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 23.500,00

33.02.15.452.04242.261 - Manutenção da sinalização viária

4.4.00 - INVESTIMENTOS

33.02.296 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

TOTAL R\$ 31.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

### DECRETO Nº 11.653/2017

Publicação Nº 1428827

#### D E C R E T O Nº 11.653/2017

Designa Comissão Especial.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1091/2017/Semsa, de 09/11/2017, da Secretaria Municipal de Saúde;

#### DECRETA :

Art.1º Ficam designados, a partir de 1º/11/2017, os servidores públicos municipais GIZÉLIA KUESTER, matrícula 10223; SIMONE SEMENTKOWSKI, matrícula 8967; CARLOS LEONARDO ROHRBACHER, matrícula 9058; TANIA MARA FODI, matrícula 81819; e ROBERTA ROTHERMUND BARATTO, matrícula 9108, para, sob a presidência da primeira, comporem COMISSÃO ESPECIAL de Editais de Chamada Pública para contratação de Consultas e Exames Especializados, Laboratórios de Análises Clínicas, Clínicas de Fisioterapia, Hemodiálises, entre outros serviços de saúde, na Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2017, revogado o Decreto Municipal Nº 11.468/2017, de 27/07/2017.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 11.654/2017

Publicação Nº 1428829

D E C R E T O Nº 11.654/2017

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.334/2017, de 09/01/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 133.017,41 (Cento e trinta e três mil, dezessete reais e quarenta e um centavos), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.01 - CULTURA

39.01.13.392.11004.103 - Realização e Apoio às Iniciativas Culturais, Festivais,

Feiras e Festas Culturais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.550 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 53.043,66

39.04 - ESPORTE E LAZER

39.04.27.122.03004.009 - Gestão dos Complexos Esportivos

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.04.464 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 79.973,75

TOTAL R\$ 133.017,41

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários Semcel Eventos Culturais, no valor de R\$ 53.043,66 (Cinquenta e três mil, quarenta e três reais e sessenta e seis centavos); e proveniente de recursos vinculados Fundo Municipal de Conservação do Patrimônio Público, no valor de R\$ 79.973,75 (Setenta e nove mil, novecentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

## DECRETO Nº 11.655/2017

Publicação Nº 1428830

D E C R E T O Nº 11.655/2017

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.354/2017, de 22/03/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº

7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.06.183.04242.257 - Manutenção das atividades do Programa Polícia Militar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.02.456 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados Convênio Rádio Patrulha-PM, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

## EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 120/2016

Publicação Nº 1429465

EDITAL

CONCORRÊNCIA N.º 120/2016

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados na licitação por Concorrência acima, que o mesmo encontra-se SUSPENSO em função da necessidade de análise aos pedidos de esclarecimentos e a impugnação protocolada tempestivamente no dia 13/11/2017 sob o Protocolo nº 36.656/2017, bem como por decisão do E. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através da Decisão Singular COE/GSS – 452/2017, de 16/11/2017, do Exmo. Sr. Conselheiro Relator Gerson dos Santos Sicca, que decidiu por deferir a medida cautelar para sustação do certame até deliberação ulterior deste Tribunal, nos autos do Processo @LCC 17/00728609.

Ressaltamos que a nova data para entrega e abertura dos envelopes, será informada e republicada posteriormente.

Sem mais para o momento,

Jaraguá do Sul (SC), 16 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2017**

Publicação Nº 1429466

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2017  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO  
TIPO: Menor Preço Por Item

**COMUNICADO DE SUSPENSÃO**

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados na licitação por Pregão Presencial acima, que em função de impugnações protocoladas tempestivamente e pedidos de esclarecimentos realizados por empresas interessadas no certame, o mesmo encontra-se SUSPENSO, para a análise e revisão do Edital.

Ressaltamos que a nova data para entrega, credenciamento e abertura dos envelopes, será informada e republicada posteriormente.

Sem mais para o momento,

Jaraguá do Sul (SC), 16 de novembro de 2017.  
ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2017**

Publicação Nº 1428460

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2017**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC  
CONTRATADA: ART BRASIL TRANSPORTES LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto desta Ata de Registro de preços a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, em caminhão fechado tipo Baú, compreendendo transporte de materiais e equipamentos de utilização em alojamentos, para a delegação da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer participar de eventos esportivos, promovidos pela FESPORTE em âmbito estadual, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas no Edital O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit./Km R\$
01	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, em caminhão fechado tipo Baú, compreendendo transporte de materiais e equipamentos de utilização em alojamentos, para a delegação da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer participar de eventos esportivos, promovidos pela FESPORTE em âmbito estadual. Descrição do veículo: 01 (um) Caminhão tipo baú de alumínio, com capacidade mínima para 7.000 (quatro mil) quilos, carroceria com baú em alumínio medindo no mínimo 7,00m e no máximo 9,00m de comprimento por 2,80m a 3m de altura, porta de carga e descarga traseira, com motorista, dois ajudantes e carrinho para carregamento, para realizar a carga e descarga. Obs.: Poderá ser solicitado até 2 (dois) ajudantes por viagem. Quantidade: 01 (um) caminhão.	km	4500	5,8

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme a necessidade do Município que será formalizada através de Autorização de Fornecimento, contendo a indicação do dia, do horário de início do evento e do local onde os serviços devem ser prestados, emitida com antecedência mínima de 05 dias da efetiva prestação de serviço a título de agendamento, respeitando a vigência da Ata do Registro de Preços.

Os serviços deverão ser prestados nos locais informados pela Secretaria de Cultura, Esporte e lazer.

LOCAL DE COLETA E ENTREGA: Será definida de acordo com o calendário das competições da FESPORTE e informado em cada autorização de fornecimento da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

CONTAGEM DE QUILOMETRAGEM: Para fins de aferição de quilômetros rodados, a contagem inicia-se e encerra-se a partir do local de coleta e entrega dos materiais e equipamentos, previamente determinado pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Cecília Lourdes Miquelino Silva

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 354/2017**

Publicação Nº 1428463

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 354/2017**

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2017 E PROCESSOS: 001/2017 FUJAMA, 009/2017-FROAGRO E 31/2017-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS

DO OBJETO: Contratação serviços de pessoa jurídica especializada em seguro veicular, para a frota de veículos, máquinas e equipamentos oficiais do Município de Jaraguá do Sul e do Fundo Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, com cobertura RCF (Contra Terceiros) e Total (Compreensiva) contra danos materiais resultantes de sinistro, roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e a terceiros, incluindo assistência 24 (vinte e quatro) horas, com reboque ou transporte do veículo segurado, em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica conforme especificações constantes no Anexo II - Termo de Referência.

DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O Município pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 20.930,00 (vinte mil novecentos e trinta reais) pela totalidade do Lote 02. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da respectiva Fatura ao Município, devendo ser emitida em separado, conforme cada item deste Edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017, conforme previsto no item 3.1 da terceira do presente Contrato.

DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, VIGÊNCIA E REAJUSTE: O prazo de entrega das apólices e dos manuais dos segurados, não poderá ser superior a 30(trinta) dias corridos, a contar do início da vigência do seguro. Depois de recebidas e conferidas as apólices, pelo setor de Patrimônio (Central de veículos), se for observado erro de valores, características

ou qualquer requisito em desacordo com o objeto contratado, a seguradora, através da empresa credenciada, terá 15(quinze) dias corridos, depois de oficiada, para proceder à correção dos erros apontados, em substituição da mesma. As apólices deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Walter Marquardt, 1111, no Bairro Barra do Rio Molha, no Setor de Controle de Frotas, com Sr. Cleiton Willemann/Chefe de Controle de Frotas. O Prazo de execução deste contrato será de 12 (doze) meses, podendo a critério do MUNICÍPIO e mediante acordo entre as partes, ser prorrogado por novos períodos até o limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. A vigência do presente será igual ao prazo de execução acima, acrescido de 60 (sessenta) dias. O contrato poderá ser prorrogado, desde que haja justificativa e seja autorizada pelo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 57, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo. Em caso de prorrogação do contrato, os preços serão reajustados anualmente, após decorrido o prazo de 12 (doze) meses, pela variação da tabela FIPE, sendo considerado para efeitos de cálculo final para formalização de termo aditivo o que segue:

a) bônus específico de cada veículo;

b) será aceita a variação do valor para menor ou maior, conforme tabela FIPE.

DATA DA ASSINATURA: 19/10/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Francisco Edinaldo Moreira de Souza.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt

Gestor FMS

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 386/2017**

Publicação Nº 1428465

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 386/2017**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: ROZALVA GONZAGA PEREIRA EPP

DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de limpeza durante a realização da 29ª Schützenfest – edição 2017, incluindo todos os materiais de limpeza e os equipamentos necessários, no Parque Municipal de Eventos, em conformidade com os Anexos X – Cronograma de Serviços e XI– Termo de Referência, anexos ao edital, como segue:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor / hora R\$	Valor total do item R\$
01	4.000	Horas	Serviços de limpeza durante a realização da 29ª Schützenfest – edição 2017, no período de 09 a 19 de novembro de 2017, incluindo todos os materiais de limpeza e os equipamentos necessários; e serviços de limpeza geral antes e depois da festa, ou seja, nos dias 07, 08, 20 e 21 de novembro de 2017, incluindo todos os materiais de limpeza e os equipamentos necessários, no Parque Municipal de Eventos, em conformidade com os Anexos X – Cronograma de Serviços e XI– Termo de Referência, anexos ao edital.	19,00	76.000,00

DO PRAZO: O prazo de execução dos serviços será no período de 07/11/17 a 21/11/17, em conformidade com os Anexos X – Cronograma de Serviço e XI– Termo de Referência, anexos deste edital

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 dias após a execução total dos serviços e a finalização do evento, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e relatório dos serviços prestados, cópia das guias de recolhimento se for o caso de: INSS, ISS e do FGTS, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº. 209, de 20/05/99.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste edital correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2017, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	365	080 Próprios

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2017.  
FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.  
SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Alexandre Gonzaga Pereira.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2017-SEMED/JS

Publicação Nº 1428443

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
--	---

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2017-SEMED/JS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no usos de suas atribuições,

Dispõe sobre o zoneamento escolar das escolas de educação pré-escolar e fundamental e normas para a matrícula de alunos na Rede Municipal de Ensino.

#### 1. Caracterização (O que é?)

Art. 1º O zoneamento escolar, instituído pelo Município de Jaraguá do Sul – Secretaria Municipal de Educação, estabelece:

I – a região atendida por cada unidade escolar;

II – o conjunto de normas que norteiam a matrícula de alunos no ensino pré-escolar e fundamental.

#### 2. Base legal (Pode o município instituir o zoneamento escolar?)

Art. 2º Compete ao Município organizar o seu sistema de ensino, visando o cumprimento das disposições constitucionais e legais pertinentes e o direito de acesso dos alunos à educação pré-escolar e ensino fundamental, conforme LDB (Lei Federal 9.394/1996), art. 11, inciso III, que faculta ao Município “baixar normas complementares para o seu sistema de ensino”.

#### 3. Objetivos (Para que serve?)

Art. 3º O zoneamento escolar visa a:

I – Atender o disposto na legislação brasileira que determina aos entes federados proporcionar os meios de acesso à educação de qualidade (cf. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 23, inciso V, e art. 211, § 1º).

II – Organizar e racionalizar o atendimento à demanda escolar conforme a disponibilidade de vagas em suas unidades escolares.

III – Atender o disposto na LDB (Lei Federal 9.394/1996) art. 3º, inciso I de proporcionar ao aluno “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e, art. 4º, inciso X, “vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança [...]” (o grifo é nosso).

IV - “Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas”, conforme previsto na LDB, Lei Federal 9.394, art. 11, inciso II).

#### 4. Critérios norteadores (O que se considerou para definir o zoneamento escolar e as regras ao direito de matrícula de alunos em determinada unidade escolar?)

Art. 4º No estabelecimento do zoneamento escolar e dos critérios de matrícula de alunos, adotou-se os seguintes critérios:

I – facilidade de acesso dos alunos à unidade escolar, considerando:

- a) distância entre a residência do aluno e a escola;
- b) vias de acesso e topografia;

c) possibilidade de transporte ou disponibilização de transporte escolar;

I I – capacidade de atendimento da clientela escolar nas unidades de ensino.

5. Normas para matrícula e rematrícula de alunos (Quais as normas que devem ser observadas quando da matrícula escolar?)

Art. 5º Tem direito à matrícula ou rematrícula na unidade escolar aquele aluno cujos pais ou responsáveis residem no zoneamento geográfico daquela unidade, conforme a LDB (Lei Federal 9.394/1996), art. 4º, inciso X.

§ 1º No caso de guarda legal, considera-se a residência de quem detiver o termo de guarda, que deve ser apresentado, obrigatoriamente, no ato da matrícula.

§ 2º A residência deve ser comprovada por quem efetuar a matrícula, no ato desta, mediante apresentação de documento comprobatório em nome de um dos pais, ou do tutor legal (tais como contas recentes de energia elétrica, água, telefone fixo e outros semelhantes).

§ 3º Caso a comprovação de residência se der através de documento diverso, o mesmo deve ter fé pública, ou firmado pelo declarante e mais duas testemunhas, não podendo tratar-se de familiar ou parente de até segundo grau.

§ 4º A apresentação de documentos e declaração que não correspondem à verdade sujeitam à perda de vaga pelo aluno naquela unidade escolar e, às sanções legais, o responsável pela matrícula, o emissor da declaração e as testemunhas que os firmaram.

§ 5º A rematrícula, à qual se refere este artigo, compreende a rematrícula para os 2º ao 9º Anos. Os alunos do Pré-Escolar (Pré II) deverão ser matriculados no 1º Ano do Ensino Fundamental das escolas do seu respectivo zoneamento.

Art. 6º Havendo disponibilidade de vagas, podem ser matriculados alunos em unidades escolares próximas ao local de trabalho de um dos pais ou responsável.

§ 1º – A comprovação do local de trabalho se dá mediante declaração em papel timbrado da empresa, firmada por seu responsável legal, ou caso proprietário, mediante a comprovação do domicílio legal da empresa ou alvará de funcionamento.

§ 2º Só pode ser efetuada a matrícula nesta condição, caso haja mais de 10% (dez por cento) de vagas disponíveis no Ano pretendido.

§ 3º A unidade escolar, neste caso, deve reservar, pelo menos, 10% (dez por cento) em cada Ano para a matrícula de novos alunos a ingressarem no zoneamento, durante o ano letivo, ou para atender o disposto no art. 7º.

Art. 7º A matrícula de alunos que não atendem as condições dos arts. 5º e 6º desta normativa, dar-se-á em casos excepcionais e serão analisados pelo poder público municipal.

§ 1º – O encaminhamento destes à Secretaria Municipal de Educação deve ser através de ofício e respondido formalmente.

§ 2º – A Secretaria Municipal de Educação nomeará uma comissão especial para deliberar sobre os casos que se enquadram neste artigo.

Art. 8º O aluno que estiver fora do zoneamento das escolas municipais, em região atendida por escola estadual, em não havendo vaga na unidade escolar pretendida, poderá se matricular na escola

municipal mais próxima de sua residência, desde que haja vaga nesta.

#### 6. Normas gerais

Art. 9º A zona atendida por cada unidade escolar municipal está estabelecido no mapa do "Zoneamento Escolar", anexo a esta Instrução Normativa.

Art. 10 Esta Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de outubro de 2017.

Rogério Jung

Secretário Municipal de Educação

#### **LEI Nº 7.494/2017**

Publicação Nº 1428302

LEI Nº 7.494/2017

Denomina Servidão.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Servidão S-512, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Barra do Rio Cerro, passa a denominar-se CARLOS PRIEBE.

Art.2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

EDUARDO BERTOLDI

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

#### **LEI Nº 7.495/2017**

Publicação Nº 1428304

LEI Nº 7.495/2017

Denomina Servidão.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Servidão S-336, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Barra do Rio Cerro, passa a denominar-se HARRY LEMKE.

Art.2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

EDUARDO BERTOLDI

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

#### **LEI Nº 7.496/2017**

Publicação Nº 1428305

LEI Nº 7.496/2017

Denomina Via Pública.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Rua de Nº 1099, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Três Rios do Norte, passa a denominar-se ARNO FRIEDEL.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

EDUARDO BERTOLDI

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

#### **LEI Nº 7.497/2017**

Publicação Nº 1428306

LEI Nº 7.497/2017

Denomina Servidão.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Servidão S-128, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Vila Baependi, passa a denominar-se FRANCISCO LUIZ DE OLIVEIRA.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

EDUARDO BERTOLDI

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

#### **LEI Nº 7.498/2017**

Publicação Nº 1428838

LEI Nº 7.498/2017

Dispõe Sobre o Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Jaraguá do Sul, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS NORMAS GERAIS

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º O transporte coletivo de passageiros do Município de Jaraguá do Sul, serviço de caráter essencial, reger-se-á pelas disposições desta Lei, da Lei Orgânica do Município, do Plano Diretor, do Plano Municipal de Transporte Público Coletivo (PlanTransp), instituído pela Lei Municipal Nº 7.326/2016, de 26/12/2016, por normas complementares e regulamentos operacionais expedidos pelo Poder Executivo, devendo ser prestado de forma adequada ao pleno atendimento do usuário.

Parágrafo único. Considera-se prestação adequada do serviço a que satisfaz as condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade das técnicas, da tecnologia, do atendimento, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

## CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO

Art.2º Os serviços integrantes do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Jaraguá do Sul são classificados nas seguintes modalidades:

I - regulares: são os serviços executados de forma contínua e permanente, obedecendo a horários, itinerários e intervalos de tempo preestabelecidos, podendo ser:

- a) convencionais, seletivos ou extraordinário; e
- b) experimentais.

II - especiais: são serviços de fretamento, de transporte escolar, e os extraordinários, que serão regulados por lei específica.

§1º Entende-se por Serviço Convencional o operado na modalidade comum, por meio de ônibus ou outro veículo de transporte apropriado ao Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, inclusive de micro-ônibus, à disposição permanente e regular do usuário.

§2º Entende-se por Serviço Seletivo o constituído como modalidade especial do Serviço Convencional, diferenciando-se da modalidade comum pelas seguintes características:

I - transporte diferenciado de passageiros;

II - tarifa adequada para este serviço.

§3º Entende-se por Serviço Extraordinário os serviços executados para atender as excepcionalidades de transporte, causados por fatores eventuais e de curta duração, tais como festas, festivais, encontros, seminários, comemorações, entre outras, a fim de atendimento de interesse público específico, mediante requisição à empresa Concessionária do serviço através de remuneração normal da tarifa ou subsidiada. Os Serviços Extraordinários terão a sua duração definida no ato que os autorizar.

§4º Entende-se por Serviço Experimental os serviços executados pela Concessionária, de alterações e expansões dos serviços existentes, em caráter provisório, na respectiva área de influência para verificação de viabilidade, em face de novas exigências do crescimento urbano, antes de sua implantação definitiva. A autorização emitida pelo Poder Executivo fixará o prazo do Serviço Experimental.

§5º Os Serviços Regulares serão operados de forma a constituir um sistema integrado de modos, linhas, estações, terminais, bilhetagem eletrônica, com informações aos usuários, e controlados e fiscalizados pelo Poder Executivo.

§6º Os Serviços Regulares serão regulamentados por Decreto Municipal, no que couber.

§7º Para fins desta Lei, entende-se por Linha o itinerário estabelecido pelo Poder Executivo entre pontos de partida e chegada, seccionado por locais de parada para embarque e desembarque de passageiros.

Art.3º Para regular a prestação do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros de que trata esta Lei, o Município deverá observar as seguintes diretrizes, e àquelas constantes do Plano Municipal de Transporte Público Coletivo (PlanTransp):

I - articulação com as Políticas de Desenvolvimento Urbano da cidade definidas no Plano Diretor do Município, instituído pela Lei Complementar Municipal Nº 65/2007, de 01/06/2007, e suas alterações posteriores;

II - planejamento e manutenção, priorizada a estrutura da rede de transporte coletivo, com ampla integração entre os modos;

III - amplo acesso aos serviços, observados os princípios definidos na legislação quanto à acessibilidade universal;

IV - estímulo à adoção do transporte coletivo como meio preferencial para o deslocamento motorizado na área urbana do Município;

V - priorização da circulação de veículos de transporte coletivo em relação ao tráfego dos demais veículos motorizados de forma a possibilitar melhor equidade no uso do espaço urbano, para redução do tempo de viagem, maior conforto, segurança, bem como menores custos operacionais;

VI - disponibilidade aos usuários de informações atualizadas para o uso do serviço de forma permanente;

VII - adoção de soluções sustentáveis de responsabilidade social, econômica e ambiental, promovendo a eficiência e eficácia na prestação do serviço;

VIII - aprimoramento contínuo e atualização das técnicas utilizadas no processo de prestação do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, apoiado, tanto na aquisição de conhecimento, como no desenvolvimento de estudos e pesquisas próprias;

IX - garantia da ampliação continuada aos serviços, visando atender áreas não contempladas com o Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, através da participação comunitária nesta discussão, e desde que haja viabilidade técnica e econômica;

X - modicidade da tarifa para o usuário;

XI - integração física, tarifária e temporal dos diferentes modos;

XII - publicidade de parâmetros de qualidade e quantidade na prestação do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros.

Parágrafo único. No exercício das competências relativas ao Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, o Município poderá celebrar convênios, contratos e outros instrumentos legais com entes públicos ou privados, visando à cooperação técnica e subsídios na tarifa.

## CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA

Art.4º Compete ao Município a operacionalização, o gerenciamento, o planejamento operacional e a fiscalização do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Jaraguá do Sul.

Art.5º No exercício de suas atribuições de Poder Concedente, o Município deverá:

I - fixar itinerários e pontos de parada;

II - fixar horários, frequência, frota e terminais de cada linha;

- III - organizar, programar e fiscalizar o sistema;
- IV - implantar, ampliar e extinguir linhas e extensões;
- V - contratar a Concessionária, mediante processo licitatório;
- VI - fixar os parâmetros e índices das planilhas de custos;
- VII - elaborar e fiscalizar a aplicação dos cálculos tarifários;
- VIII - vistoriar os veículos;
- IX - fixar e aplicar penalidades;
- X - promover, quando for o caso, auditorias técnico-operacionais, administrativa e financeira na(s) empresa(s) operadora(s);
- XI - estabelecer as normas de pessoal de operação;
- XII - acompanhar o número de passageiros do Sistema;
- XIII - determinar os pontos de parada das linhas intermunicipais dentro do Município de Jaraguá do Sul;
- XIV - regulamentar a utilização publicitária dos veículos da frota;
- XV - estabelecer a idade média da frota, considerando, para o seu cálculo, o ano de fabricação do veículo.

§1º O Poder Executivo poderá expedir normas complementares, no sentido de aperfeiçoamento da operação.

§2º O Município poderá utilizar sistemas automáticos, embarcados nos veículos ou instalados nas dependências dos operadores/Concessionária, para coletas operacionais que subsidiem suas ações de fiscalização.

## TÍTULO II DA CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO

### CAPÍTULO I DO REGIME JURÍDICO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Art.6º O Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros será prestado diretamente pelo Município ou por terceiros, sob o regime de concessão.

Art.7º A concessão será outorgada mediante prévia licitação, que obedecerá as normas da legislação municipal e federal sobre licitações e contratos administrativos, bem como a lei federal que dispõe sobre as concessões e permissões de serviços públicos, as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, onde serão estabelecidos o regime econômico e financeiro da concessão, e os princípios básicos da seleção da proposta mais vantajosa para o interesse coletivo, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Art.8º Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar concessão para exploração do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros no Município, mediante prévia licitação, na modalidade de Concorrência, pelo prazo de até 20 (vinte) anos.

Art.9º A concessão será outorgada às pessoas jurídicas que tenham por objeto o transporte coletivo de passageiros, individualmente ou reunidas em consórcio constituído especificamente para a operação do contrato.

Art.10. Em caráter emergencial e a título precário, o Município poderá utilizar outros instrumentos jurídicos para transferir a

operação do Serviço de que trata esta Lei, até que seja possível o restabelecimento da normalidade de sua execução.

Art.11. O Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros será remunerado pelos usuários mediante o pagamento de tarifa fixada por Decreto do Poder Executivo.

### CAPÍTULO II DA CONCESSÃO

Art.12. O Contrato de Concessão deverá conter como cláusulas essenciais, as relativas:

I - ao objeto, à área e ao prazo da concessão;

II - ao modo, forma e condições da prestação do serviço;

III - aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

IV - ao equilíbrio econômico-financeiro dos serviços, através de critérios de reajuste e revisão das tarifas a serem efetuados periodicamente;

V - aos direitos, garantias e obrigações do Poder Concedente e da Concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços na área do Município, e consequente modernização, aperfeiçoamento, ampliação dos equipamentos e das instalações;

VI - aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;

VII - à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;

VIII - às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a Concessionária e sua forma de aplicação;

IX - aos casos de extinção da concessão;

X - aos bens reversíveis;

XI - aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à Concessionária, quando for o caso;

XII - às condições de prorrogação do contrato;

XIII - à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da Concessionária ao Poder Concedente;

XIV - à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da Concessionária; e

XV - ao foro e ao modo amigável de resolução das divergências contratuais.

Art.13. Extingue-se a concessão:

I - pelo término do prazo contratual;

II - pela encampação;

III - pela caducidade;

IV - pela rescisão amigável ou judicial;

V - pela anulação;

VI - pela falência ou extinção da empresa Concessionária;

VII - por força maior ou caso fortuito que impossibilite, de forma

absoluta, a continuidade dos serviços;

VIII - pela transferência dos serviços sem prévia anuência do Poder Concedente; e

IX - pelo descumprimento ou não observância desta Lei.

Art.14. Incumbe ao Poder Concedente:

I - regulamentar o serviço e fiscalizá-lo permanentemente;

II - assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das concessões;

III - aplicar penalidades regulamentares e contratuais;

IV - intervir na prestação dos serviços quando houver risco de grave descontinuidade que não possa ser controlada pela Concessionária;

V - declarar a extinção da concessão nos casos previstos na Lei;

VI - homologar reajustes e proceder às revisões tarifárias, na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;

VII - fixar a tarifa dos serviços convencionais e dos diferenciados;

VIII - cumprir leis, regulamentos e cláusulas dos contratos de concessão;

IX - zelar pela boa qualidade dos serviços e resolver questões sobre reclamações de usuários.

### CAPÍTULO III

#### DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Art.15. Constitui obrigação da Concessionária prestar o serviço de forma adequada à plena satisfação dos usuários, conforme disposições contidas nesta Lei, na Lei Federal Nº 8.987/1995, de 13/02/1995, e suas alterações posteriores, na Lei Federal Nº 12.587/2012, de 03/01/2012, nos regulamentos operacionais, no Plano Municipal de Transporte Público Coletivo (PlanTransp), instituído pela Lei Municipal Nº 7.326/2016, de 26/12/2016, no edital e no respectivo contrato, e, em especial:

I - estabelecimento das condições e meios necessários para a prestação de informações on line de caráter operacionais, gerenciais, contábeis e financeiras ao Poder Concedente;

II - cumprir e fazer cumprir as normas de serviços, operação, arrecadação e gestão, com regularidade, continuidade e igualdade no tratamento aos usuários, inclusive relativos à cobrança das tarifas, assim como as normas de concessão;

III - operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pela legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações delas decorrentes, não se estabelecendo qualquer relação jurídica dos contratados pela Concessionária e o Município;

IV - utilizar veículos em adequado estado de conservação e limpeza, que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares pertinentes, assim como manter as características fixadas para os veículos da frota vinculada;

V - promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas, com vistas a assegurar a melhora da qualidade do serviço e a preservação do meio ambiente;

VI - efetuar e manter atualizada sua escrituração contábil e societária, levantando demonstrativos mensais, semestrais e anuais, observando normas contábeis geralmente aceitas, aplicadas a plano de contas e modelos estabelecidos pelo Município, de modo a possibilitar a fiscalização respectiva;

VII - facilitar o exercício da fiscalização através da liberação de acesso e submeter-se à fiscalização do Município, em qualquer época, aos equipamentos e instalações vinculados ao serviço;

VIII - adequar a frota às necessidades e demanda do serviço, de acordo com o estabelecido pelo Poder Concedente;

IX - implantar e operacionalizar sistema de bilhetagem eletrônica, caracterizado pelo controle automático e integrado de arrecadação de tarifas;

X - garantir a segurança e a integridade física dos usuários, com serviço especial de transporte de pessoa portadora de deficiência severa, nos termos da legislação federal aplicável;

XI - apresentar, anualmente, ao Poder Concedente, a comprovação de regularidade das obrigações previdenciárias, tributárias e trabalhistas;

XII - assegurar atendimento adequado, independente das modificações da cidade ao longo do prazo de vigência da concessão;

XIII - manter seguro de responsabilidade civil para cobrir eventuais prejuízos causados a usuários e a terceiros em geral;

XIV - apresentar, sempre que for solicitado, os veículos da frota vinculada para vistoria técnica, comprometendo-se a sanar, no prazo a ser definido pelo Poder Concedente, as irregularidades que possam comprometer o conforto, a segurança e a regularidade do serviço;

XV - preservar a inviolabilidade dos instrumentos contadores de passagens, controladores de quilometragem e outros;

XVI - operar com imóveis, equipamentos, máquinas, peças, acessórios, móveis, oficinas, manutenção e pessoal vinculado, com exclusividade, ao Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Jaraguá do Sul;

XVII - desembarcar dos ônibus o usuário do transporte coletivo, a seu pedido, no período das 23 às 4 horas, em qualquer local onde seja permitido o estacionamento, no trajeto regular da linha, mesmo que não haja ponto de parada regulamentado;

XVIII - recusar o transporte de animais, plantas, materiais inflamáveis ou corrosivos, e outros que possam comprometer a segurança dos usuários.

§1º O inciso XVIII será regulamentado através de legislação específica pelo Poder Executivo.

§2º A Concessionária deverá divulgar aos usuários às informações sobre o itinerário, horário e outros dados pertinentes à operacionalização do serviço, nos abrigos de passageiros, terminais de integração, no site da Concessionária, e demais dispositivos móveis e em suas diversas plataformas.

§3º VETADO.

§4º VETADO.

### CAPÍTULO IV

#### DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art.16. São direitos e deveres dos usuários, além daqueles previstos no Código do Consumidor, das Leis Federais Nº 8.987/1995, de 13/02/1995, e Nº 12.587/2012, de 03/01/2012, e os também previstos no Plano Municipal de Transporte Público Coletivo (PlanTransp), instituído pela Lei Municipal Nº 7.326/2016, de 26/12/2016:

I - ser transportado com segurança, conforto e higiene nas linhas e

itinerários fixados pelo Poder Executivo, em velocidade compatível com as normas legais;

II - ser tratado com urbanidade e respeito pela Concessionária, através de seus prepostos e funcionários, bem como pela fiscalização do Município;

III - usufruir do transporte coletivo com regularidade de itinerário e frequência de viagens compatíveis com a demanda do serviço;

IV - ter acesso facilitado às informações sobre o itinerário, horário e outros dados pertinentes à operacionalização do serviço, nos abrigos de passageiros, terminais de integração, no site da Concessionária, e demais dispositivos móveis e em suas diversas plataformas;

V - receber respostas ou esclarecimentos a reclamações formuladas;

VI - pagar as tarifas estabelecidas pelo Município;

VII - zelar e não danificar os veículos e equipamentos utilizados para prestação do serviço.

Parágrafo único. A Concessionária atenderá através do Serviço de Ouvidoria - Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) para consultas, elogios, sugestões e reclamações dos usuários, objetivando o aperfeiçoamento dos serviços, registrando, no interior e externamente aos veículos, o número dos telefones para discagem gratuita, e-mail e site. O Poder Executivo deverá ter acesso a estas informações via on line.

Art.17. Não serão permitidas ameaças de interrupção, nem a solução de continuidade ou a deficiência grave na prestação do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, que deverá estar permanentemente à disposição do usuário.

Parágrafo único. Para assegurar a adequada prestação do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, bem como para o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, o Município poderá intervir na operação do serviço.

Art.18. O Município manterá serviço de atendimento aos usuários para reclamações, elogios, sugestões e informações, objetivando o aperfeiçoamento dos serviços, através de sua Ouvidoria.

Parágrafo único. As reclamações poderão ser encaminhadas pelo usuário à Prefeitura, que deverá dar-lhes a devida tramitação, informando ao reclamante a solução a respeito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art.19. Fica estabelecida a desobrigação de pagamento da tarifa, pelo usuário do transporte coletivo, quando ocorrer a falta de troco devido pela Concessionária do serviço no Município.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto no caput deste artigo, o troco devido será, em dinheiro, até o valor de 10 (dez) tarifas inteiras do Serviço de Transporte Coletivo.

Art.20. Ficam autorizadas as senhoras grávidas e as pessoas obesas a entrarem pela porta de desembarque do ônibus, não isentando, contudo, o pagamento de tarifa.

### TÍTULO III

#### DO PLANEJAMENTO E DA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS REGULARES

Art.21. O planejamento do Sistema de Transporte será adequado às alternativas tecnológicas disponíveis e atenderá ao interesse público, obedecendo às diretrizes gerais do planejamento global da cidade, notadamente no que diz respeito ao uso e ocupação do solo e ao sistema viário básico.

Art.22. O transporte coletivo terá prioridade sobre o individual e o comercial, condição que se estende também às vias de acesso e manutenção das pistas de rolamento.

Art.23. O Sistema Municipal de Transporte Coletivo por ônibus será executado conforme os padrões técnico-operacionais regulamentados pela presente Lei e nas formas complementares do Poder Executivo.

§1º As normas complementares referir-se-ão, exclusivamente, à dinâmica da aplicação desta Lei, no sentido de aperfeiçoamento da operação.

§2º Ocorrendo, em consequência de normas complementares, circunstância que acarrete investimentos ou despesas que onerem o custo operacional, tais custos deverão estar incluídos no cálculo tarifário.

§3º As normas complementares definirão prazos compatíveis para o enquadramento das empresas operadoras.

§4º O Poder Executivo poderá solicitar ao DETER o bloqueio de seções em linhas intermunicipais que estejam procedendo em desacordo para com esta Lei e o Plano Municipal de Transporte Público Coletivo (PlanTransp).

### TÍTULO IV

#### DA POLÍTICA TARIFÁRIA

Art.24. As tarifas do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros serão fixadas e, quando necessário, revisadas e reajustadas por ato do Poder Executivo, tendo como base os dispositivos legais de controle e reajustes.

Art.25. Na fixação da tarifa devida pelo usuário serão levadas em conta as seguintes diretrizes, e as estabelecidas no Plano Municipal de Transporte Público Coletivo (PlanTransp):

I - promoção da equidade possível no acesso aos serviços;

II - melhoria da eficiência na prestação dos serviços;

III - preservação do equilíbrio econômico e financeiro do contrato;

IV - divulgação que facilite a compreensão do usuário.

Art.26. As tarifas relativas a cada tipo de serviço e modos, constantes do artigo 2º, inciso I, alínea "a", poderão possuir valores diferenciados em razão das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos dos usuários.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, será promovida, sempre que possível, a integração tarifária dos tipos diferentes de serviços.

Art.27. Na fixação ou revisão da tarifa, o Município levará em consideração as fórmulas de remuneração definidas no contrato mantido com a Concessionária, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a capacidade de pagamento dos usuários.

Art.28. As tarifas poderão ser revistas, atendidas as exigências da legislação pertinente, em função de alterações dos custos dos fatores integrantes de sua composição.

Parágrafo único. Os estudos para revisão dos valores das tarifas deverão ser realizados por iniciativa do Poder Executivo, ou a requerimento da Concessionária que fornecerá, obrigatoriamente, as informações e cópias de documentos solicitados, sob pena de indeferimento.

Art.29. As multas aplicadas e/ou indenizações de qualquer espécie,

em nenhuma hipótese, poderão onerar a base tarifária e/ou fluxo de caixa do sistema.

## TÍTULO V DAS ISENÇÕES TOTAIS E PARCIAIS

Art.30. Estão isentos do pagamento da tarifa no Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Jaraguá do Sul:

I - as crianças com até 5 (cinco) anos de idade, acompanhadas de pais ou responsáveis, desde que não ocupem poltrona específica para elas;

II - os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

III - aposentados por invalidez, que tenham rendimento próprio de até 1 (um) salário mínimo vigente;

IV - pessoas com deficiência, que tenham rendimento próprio de até 1 (um) salário mínimo vigente;

V - fiscais do Transporte Coletivo, portando crachá de identificação;

VI - policiais militares, devidamente fardados;

VII - pessoas portadoras de doenças renais e câncer, que estejam fazendo tratamento, nos termos da Lei Municipal Nº 3.872/2005, de 07/07/2005.

§1º Considera-se pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, para efeitos desta Lei:

I - pessoa com deficiência, além daquelas previstas na Lei Federal Nº 10.690/2003, de 16/06/2003, e na Lei Federal Nº 13.146/2015, de 06/07/2015, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de 41 (quarenta e um) decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 (dezoito) anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer;
8. trabalho.

e) deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências; e

II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

§2º A deficiência será comprovada através de avaliação e laudo expedido por profissional médico especialista devidamente credenciado no Sistema Único de Saúde (SUS) ou no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), ou por serviço médico oficial da União, Estado ou Município.

§3º A avaliação e laudo médico ou pericial emitido por serviço médico oficial da União, Estado ou Município deverá conter as seguintes informações:

I - diagnóstico expresso da doença;

II - estágio clínico atual da doença/paciente;

III - se possível, data inicial da manifestação da doença;

IV - CID - Classificação Internacional de Doenças;

V - data, nome e CRM do médico com a devida assinatura;

VI - exames que comprovem a existência da doença.

§4º O mal uso das isenções deverão ser regulamentados por lei específica.

Art.31. Fica instituído o desconto de 50% (cinquenta por cento) na passagem do transporte coletivo urbano de Jaraguá do Sul aos estudantes moradores e frequentando cursos em estabelecimento de ensino no Município, devidamente matriculados.

Art.32. Os professores de escola pública municipal de Jaraguá do Sul terão direito à tarifa reduzida de 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem.

## TÍTULO VI DO CÓDIGO DISCIPLINAR

### CAPÍTULO I DAS NORMAS GERAIS

Art.33. Pelo não cumprimento das disposições constantes desta Lei e das demais normas legais aplicáveis, bem como do contrato, observado o disposto na Lei Federal Nº 8.987/1995, de 13/02/1995, serão aplicadas à Concessionária as seguintes sanções:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - apreensão/retenção do veículo;

IV - afastamento do pessoal administrativo ou de operação;

V - suspensão da operação do serviço;

VI - rescisão do contrato;

VII - declaração da caducidade da concessão.

### CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES, PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES E DOS RECURSOS

Art.34. Compete ao Órgão Gerencial, responsável pela fiscalização do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, impor à Concessionária as penalidades cabíveis, verificada a inobservância de qualquer das disposições desta Lei, conforme a natureza da infração, sem prejuízo de outras penalidades, específicas e expressas no Contrato de Concessão.

§1º Cometidas duas ou mais infrações, independentemente de sua natureza, aplicar-se-ão, concomitantemente, as penalidades correspondentes a cada uma delas.

§2º A Concessionária será garantida de ampla defesa na forma regimental disposta nesta Lei.

§3º A autuação não desobriga a Concessionária de corrigir a falta que lhe deu origem.

§4º A aplicação das penalidades previstas nesta Lei dar-se-á sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal cabível.

Art.35. A Concessionária responde, civil e criminalmente, por danos causados a terceiros e ao patrimônio público, na forma estabelecida em lei.

Art.36. A inobservância dos preceitos desta Lei sujeitará o infrator, conforme a natureza da falta, às penalidades impostas pelo artigo 33 e Anexo Único desta Lei.

Art.37. 53 5353A competência para a aplicação de penalidades será do titular do Órgão Gerencial, e exclusiva do Prefeito para a aplicação da pena de caducidade, precedida de processo administrativo em que seja assegurado amplo direito de defesa e do contraditório. Parágrafo único. Para efeito desta Lei, o Órgão Gerencial é formado pela seguinte estrutura: Autoridade do Órgão Gerencial e pelos Agentes de Fiscalização.

Art.38. A relação das infrações, suas respectivas penalidades e medidas administrativas cabíveis estão relacionadas no Anexo Único desta Lei.

Art.39. A penalidade de advertência será aplicada através de notificação, lavrada pelos Agentes de Fiscalização, devendo conter as providências necessárias para o saneamento da irregularidade que lhe deu origem.

§1º A Notificação deverá conter:

I - identificação da Concessionária;

II - número de ordem e/ou placa do veículo;

III - descrição sucinta da infração cometida, com a indicação de local, dia, hora e demais dados importantes para sua caracterização;

IV - descrição das medidas a serem cumpridas;

V - prazo para cumprimento das providências solicitadas;

VI - assinatura e identificação do Agente de Fiscalização.

§2º A penalidade de advertência poderá ser convertida em multa caso não sejam atendidas as providências determinadas pelo Órgão Gerencial, no prazo estabelecido.

Art.40. A aplicação de penalidade de multa far-se-á mediante processo iniciado por auto de infração lavrado pelos Agentes de Fiscalização e conterà, obrigatoriamente:

I - identificação da Concessionária;

II - número de ordem e/ou placa do veículo;

III - descrição sucinta da infração cometida, com a indicação de local, dia, hora e demais dados importantes para sua caracterização;

IV - valor da multa imposta;

V - prazo de recolhimento;

VI - assinatura e identificação do Agente de Fiscalização;

VII - data da lavratura.

Art.41. A lavratura do auto de infração será objeto de notificação e far-se-á à Concessionária, alternativamente:

I - por via postal, com comprovante de aviso de recebimento (AR);  
II - por expediente da Administração, entregue por servidor designado, mediante protocolo de entrega; ou via Cartório, entregue por oficial;

III - por edital, publicado uma única vez pelo órgão de imprensa oficial do Município, ou em jornal local, quando resultarem infrutíferos os meios empregados nos incisos I e II deste artigo.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III, o edital será publicado uma única vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) ou em jornal local de grande circulação no Município de Jaraguá do Sul, além de ser afixado em quadro de avisos da Diretoria de Trânsito e Transporte, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, ou outros órgãos ou unidades que as substituírem.

Art.42. Considerar-se-á formalizada a notificação:

I - na data de recebimento, por via postal ou telegráfica; se a data for omitida, considerar-se-á a data da devolução ao Órgão Gerencial do Aviso de Recebimento (AR);

II - na data da entrega do expediente por servidor designado pela Administração, comprovada por recibo do destinatário;

III - na data de publicação do edital, nos termos desta Lei.

Art.43. Os gráficos e registros de equipamentos instalados nos veículos poderão constituir meios de prova, notadamente para a apuração das infrações.

Art.44. Ao autuado assegurar-se-á apresentar defesa por escrito, perante a Autoridade do Órgão Gerencial, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que tomar ciência do auto de infração.

Parágrafo único. Apresentada a defesa, a Autoridade do Órgão Gerencial promoverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a instrução processual e as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, proferindo, ao final, o julgamento:

I - julgada procedente a defesa, pela Autoridade do Órgão Gerencial, arquivar-se-á o processo, cientificando-se a Concessionária;

II - julgada improcedente a defesa, pela Autoridade do Órgão Gerencial, este cientificará a Concessionária que poderá interpor recurso ao Chefe do Poder Executivo, que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, julgará o recurso em instância final.

Art.45. O infrator terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para pagamento das multas, contados:

I - do recebimento do auto de infração, salvo se apresentar defesa;  
II - do recebimento da decisão que não acolher o recurso.

Parágrafo único. O questionamento do caso na justiça terá efeito suspensivo.

Art.46. As penalidades conterão determinações das providências

necessárias para a correção da irregularidade que lhe deu origem.

Art.47. A medida administrativa de retenção do veículo será aplicada pelos Agentes de Fiscalização quando a infração cometida colocar em risco a segurança dos usuários até que a irregularidade seja sanada no local da infração.

Parágrafo único. A retenção do veículo também será aplicada no caso da constatação de que o motorista esteja em estado de embriaguez, ou sob efeito de substância tóxica, ou sem condições de operar o veículo com segurança por qualquer motivo, situação na qual a Concessionária providenciará, imediatamente, motorista reserva visando a remoção do veículo para a garagem ou a continuidade da sua operação.

Art.48. A medida administrativa de afastamento do veículo de operação será aplicada pelos Agentes de Fiscalização quando a infração cometida não permitir a continuidade da operação e não puder ser sanada no local, devendo o veículo ser retirado de operação, imediatamente, para que a Concessionária possa providenciar os reparos necessários.

§1º O veículo afastado somente poderá voltar à operação após realização de vistoria pelos Agentes de Fiscalização na qual seja constatada a correção da irregularidade que causou o seu afastamento.

§2º A colocação em operação de veículo afastado, sem liberação do Órgão Gerencial, implicará na sua imediata remoção.

Art.49. A medida administrativa de remoção do veículo será aplicada pela Autoridade do Órgão Gerencial quando o:

- I - veículo estiver operando sem ter sido aprovado nas vistorias regulares;
  - II - veículo estiver operando sem oferecer as condições de segurança exigidas;
  - III - veículo estiver operando sem a devida autorização do Órgão Gerencial.
- §1º O veículo removido deverá ser recolhido a local designado pela Autoridade do Órgão Gerencial.

§2º A restituição dos veículos removidos somente ocorrerá após o pagamento das multas, taxas e despesas com remoção e estadia.

Art.50. A Autoridade do Órgão Gerencial poderá determinar que a Concessionária afaste qualquer preposto, motorista, despachante ou outro empregado caso seja verificada violação grave de dever previsto nesta Lei ou em outros atos normativos.

Parágrafo único. O afastamento será determinado, imediatamente, para a apuração dos fatos, em caráter preventivo, até o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art.51. As infrações classificam-se em 4 (quatro) grupos:

- I - Grupo A: Advertência, corresponde as falhas primárias que não afetam o conforto ou a segurança dos usuários;
- II - Grupo B: Advertência, corresponde as infrações de natureza média que não afetam o conforto ou a segurança dos usuários;
- III - Grupo C: Multa, corresponde as infrações de natureza grave que afetam o conforto ou a segurança dos usuários;
- IV - Grupo D: Multa, corresponde as infrações de natureza gravíssima que afetam o conforto ou a segurança dos usuários.

§1º Ocorrendo infração do Grupo A ou B, a mesma será punida com advertência escrita. Caso o infrator volte a cometer a mesma irregularidade, no prazo de reincidência de 1 (um) ano, do mesmo

operador, em momento distinto, a partir da última notificação, será aplicada multa correspondente.

§2º As infrações dos Grupos C e D serão punidas diretamente com multa.

Art.52. A multa será aplicada à Concessionária e corresponderá:

I - a reincidência de infração do Grupo A será punida com multa no valor equivalente a 1 (uma) UPM (Unidade Padrão do Município);

II - a reincidência de infração do Grupo B será punida com multa no valor equivalente a 2 (duas) UPM's (Unidades Padrão do Município);

III - as infrações dos Grupos C e D serão punidas com multas no valor equivalente a 3 (três) UPM's (Unidades Padrão do Município);

IV - a primeira multa que o infrator receber será fixada de acordo com os incisos anteriores. Voltando a praticar a mesma infração, serão aplicados à multa acréscimos de acordo com a seguinte expressão:

$M = m \times R \times 1,5$ ; onde:

M = valor da multa a ser paga com reincidência;

m = valor da multa base correspondente à classificação por Grupo; e

R = número de reincidências. Para efeitos de cálculo, entende-se como primeira reincidência a prática, pela segunda vez, da mesma infração, que gerar a aplicação de nova multa, dentro do mesmo fato.

## TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.53. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art.54. Fica o Órgão Gerencial do Poder Concedente autorizado a expedir Regulamentos Operacionais para a fiel execução das disposições desta Lei.

Art.55. Ficam revogadas as Leis Municipais Nº 2.218/1996, de 18/12/1996, Nº 2.658/2000, de 19/04/2000, e Nº 4.736/2007, de 14/08/2007.

Art.56. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## LEI Nº 7.498/2017 - ANEXO

Publicação Nº 1428841

LEI MUNICIPAL Nº 7.498/2017

ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 7.498/2017

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, o Anexo Único da Lei Municipal Nº 7.498/2017 encontra-se disponível no link abaixo:  
<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=19043>

**PORTARIA Nº 1127/2017**

Publicação Nº 1428819

PORTARIANº 1127/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com a alínea "b", do inciso II, do artigo 90-K, da Lei Orgânica do Município; e CONSIDERANDO o disposto nos artigos 48 e 49, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor da Decisão Nº 111/2017/Gabpref, constante dos Autos Nº 34212/2017, de 06/11/2017, do Gabinete do Prefeito;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 518/2017/Semad, de 08/11/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

CONSIDERANDO o interesse público e conveniência administrativa;

RESOLVE :

Art.1º REDISTRIBUIR, a partir de 08/11/2017, ao INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM), o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, integrante da estrutura administrativa da Secretaria Municipal da Administração, com carga horária de 40 horas semanais, ocupado pela servidora pública municipal ROSEMARY DALCANALI KLINKOSKI, matrícula 3534.

Art.2º REDISTRIBUIR, a partir de 08/11/2017, ao INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM), o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, integrante da estrutura administrativa da Secretaria Municipal da Administração, com carga horária de 40 horas semanais, ocupado pela servidora pública municipal DULCE HENNING SONNENHOHL, matrícula 8745.

Art.3º REDISTRIBUIR, a partir de 08/11/2017, ao INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM), o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, integrante da estrutura administrativa da Secretaria Municipal da Administração, com carga horária de 40 horas semanais, ocupado pela servidora pública municipal DAZILMA VOZNIACK, matrícula 8195.

Art.4º REDISTRIBUIR, a partir de 08/11/2017, ao INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM), o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, integrante da estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, com carga horária de 40 horas semanais, ocupado pelo servidor público municipal VANDER LUIZ KUNRATH, matrícula 7991.

Art.5º Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nºs 228/2017, de 22/02/2017; 229/2017, de 22/02/2017; 230/2017, de 22/02/2017; e 233/2017, de 22/02/2017.

Art.6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 1128/2017**

Publicação Nº 1428822

PORTARIANº 1128/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, e 199/2017, de 26/07/2017,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 20/11/2017, ARICENIR CANUTO para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE CONTROLE PATRIMONIAL E SERVIÇOS GERAIS, da Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 174/2017/COGEM**

Publicação Nº 1428796

PORTARIANº 174/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 146/2017/3ª CPAD, de 14/11/2017, da 4ª Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 19/11/2017, por mais 15 (quinze) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 025/2017, instaurado pela Portaria Nº 1021/2017, de 11/10/17.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Controladora Geral do Município

**PORTARIA Nº 175/2017/COGEM**

Publicação Nº 1428798

PORTARIANº 175/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 05/2017/CEPAG, de 16/11/2017, da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 30/11/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Geral Nº 006/2017, instaurado pela Portaria Nº 888/2017/Gabpref, de 01/09/17.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**PORTARIA Nº 176/2017/COGEM**

Publicação Nº 1428800

PORTARIANº 176/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 06/2017/CEPAG, de 16/11/2017, da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 30/11/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Geral Nº 007/2017, instaurado pela Portaria Nº 887/2017/Gabpref, de 01/09/17.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 523/2017**

Publicação Nº 1428237

PORTARIA SAMAESJSU Nº 523/2017

Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 963/2017 de 13 de novembro de 2017 da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 003/2017;

CONSIDERANDO a Portaria 032/2017 de 19 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 30 (trinta) dias, a partir do dia 15 de novembro de 2017 os trabalhos da Portaria 032/2017 de 19 de janeiro de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 524/2017**

Publicação Nº 1428239

PORTARIA SAMAESJSU Nº 524/2017

Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 964/2017 de 13 de novembro de 2017 da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 002/2017;

CONSIDERANDO a Portaria 030/2017 de 19 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, a partir do dia 15 de novembro de 2017 os trabalhos da Portaria 030/2017 de 19 de janeiro de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 525/2017**

Publicação Nº 1428240

PORTARIA SAMAESJS Nº 525/2017

Determina que se execute a decisão de Processo Administrativo Para Verificação De Regularidade De Despesa Nº 01/2017. O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL- SAMAES, usando da competência

e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações e,

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo Para Verificação de Regularidade de Despesa Nº 01/2017, instaurado em face da empresa Editora Notícias do Dia Ltda., através da Portaria SAMAESU nº 395/2017 para verificação da Regularidade de Despesa;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Processo Administrativo, nomeada pela Portaria SAMAESU nº 272/2017 de 29 de junho de 2017, observou adequadamente o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido processo.

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR que se efetue o empenho, liquidação e pagamento das despesas provenientes das publicações realizadas através da contratação de aquisição de espaço em Jornal para Publicação de Atos Legais, conforme o contrato nº 051/2013 com a empresa Editora Notícias do Dia Ltda, referente à Nota Fiscal nº 44790.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

### **PORTARIA SAMAESU Nº 526/2017**

Publicação Nº 1428241

PORTARIA SAMAESU Nº 526/2017  
Determina encerramento e arquivamento de Sindicância Administrativa 023/2017.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações,

Considerando o teor da Decisão exarada na Sindicância Administrativa nº 023/2017, instaurado para fins de restituição ao erário pelo servidor envolvido no acidente de trânsito envolvendo o veículo do SAMAES, patrimônio nº 3731, no dia 28 de julho de 2017, conforme portaria 338/2017 de 08 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO que ao servidor, condutor do veículo, não configurou responsabilidade no evento;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR, o encerramento e arquivamento da Sindicância Administrativa nº 023/2017, nos termos do artigo 205, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

### **PORTARIA SAMAESU Nº 527/2017**

Publicação Nº 1428243

PORTARIA SAMAESU Nº 527/2017  
Determina encerramento e arquivamento de Sindicância Administrativa 030/2017.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações,

Considerando o teor da Decisão exarada na Sindicância Administrativa nº 030/2017, instaurado para fins de restituição ao erário pelo servidor envolvido no acidente de trânsito envolvendo o veículo do SAMAES, patrimônio nº 3739, no dia 07 de junho de 2017, conforme portaria 412/2017 de 22 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO que ao servidor, condutor do veículo, não configurou responsabilidade no evento;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR, o encerramento e arquivamento da Sindicância Administrativa nº 030/2017, nos termos do artigo 205, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

### **PORTARIA SAMAESU Nº 528/2017**

Publicação Nº 1428244

PORTARIA SAMAESU Nº. 528/2017  
Concede gozo de Licença Prêmio

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio, período de 06/01/2003 a 01/06/2008.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a partir de 23 de novembro de 2017, 30 (trinta) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal, DILSON LIPKE, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE, matrícula 382.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 23 de dezembro de 2017, sábado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 529/2017**

Publicação Nº 1428245

PORTARIA SAMAESJSU Nº. 529/2017  
Concede Licença Prêmio

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio, período de 05/11/2007 a 04/11/2017;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor público municipal, SERGIO BODDENBERG, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 452 na seguinte forma:

I. 1/3 (um terço) convertido em Abono Pecuniário pago na folha de pagamento competência 11/2017; e

II. 60 (Sessenta) dias a serem gozados oportunamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 530/2017**

Publicação Nº 1428246

PORTARIA SAMAESJSU Nº. 530/2017  
Indeniza e Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 114, 115, 116, 117, 118 e 119 da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90, inciso II do Capítulo II da Lei Orgânica; e

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Férias dos períodos aquisitivos de 14/12/2015 a 13/12/2016.

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, abono pecuniário de 1/3 de Férias, ao servidor público municipal, ALAN SILVA SORIANO, ocupante do cargo de Técnico em Operação de ETA/ETE, matrícula 641.

Art. 2º CONCEDER, a partir do dia 27 de novembro de 2017, 20 (vinte) dias de gozo de férias.

Art. 3º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 17 de dezembro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 531/2017**

Publicação Nº 1428247

PORTARIA SAMAESJSU Nº. 531/2017  
Indeniza e Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 114, 115, 116, 117, 118 e 119 da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90, inciso II do Capítulo II da Lei Orgânica; e

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Férias dos períodos aquisitivos de 12/01/2016 a 11/01/2017.

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, abono pecuniário de 1/3 de Férias, ao servidor público municipal, ALCEU PEREIRA, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE, matrícula 360.

Art. 2º CONCEDER, a partir do dia 27 de novembro de 2017, 20 (vinte) dias de gozo de férias.

Art. 3º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 17 de dezembro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 532/2017**

Publicação Nº 1428248

PORTARIA SAMAESJSU Nº 532/2017  
Nomeação Cargo Efetivo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e de conformidade com o disposto nos termos do Art 16, da Lei Complementar nº 154/2014 de 26/01/2015; Lei Municipal nº 6.088/2011 de 19/08/2011; e Lei Municipal nº 6.773/2013 de 21/11/2013; e,

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2013; CONSIDERANDO o memorando 965/2017 de 13 de novembro de 2017; CONSIDERANDO o aceite da convocação do dia 14 de novembro de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de ANALISTA DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E QUALIDADE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, habilitado em concurso de provas, MARISTELA TERESINHA KASMIRSKI MORESCO.

Art. 2º O nomeado terá prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16 da Lei Complementar Nº 154/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados da publicação da presente Portaria, sob a pena de ser considerado desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

- I. Comprovação de nacionalidade brasileira;
- II. Comprovação de idade mínima de dezoito anos;
- III. Quitação com as obrigações eleitorais;
- IV. Quitação com as obrigações militares;
- V. Comprovação de gozo dos direitos políticos;
- VI. Comprovação do nível de escolaridade exigido para o cargo;
- VII. Comprovação da habilitação exigida para o cargo;
- VIII. Declaração de bens;
- IX. Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;
- X. Declaração se participa ou não de gerência ou administração de empresa privada ou se exerce comércio;
- XI. Declaração se percebe ou não provento de Aposentadoria decorrente do exercício de cargo, emprego ou função pública;
- XII. Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidade disciplinares, conforme legislação aplicável;
- XIII. Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;
- XIV. Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas – CPF;
- XV. Carteira de identidade;
- XVI. Título de eleitor;
- XVII. Comprovante de endereço;
- XVIII. Comprovante de habilitação conforme o Edital de Concurso Público;
- XIX. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal, dos últimos cinco anos onde tenha residido;
- XX. Certidão negativa de improbidade Administrativa.

Parágrafo Único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital de concurso público 001/2013, implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

### **SAMAE - EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 294/2017 9º ADITIVO AO CONTRATO Nº 264/2012 A EXTRATO DO CONTRATO 307/2017**

Publicação Nº 1428728

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 294/2017 9º ADITIVO AO CONTRATO Nº 264/2012**

Processo: Pregão nº 157/2012; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: RDN Serviços Ltda; Objeto: Acrescer quantidade inicialmente contratada nos itens 03, 04 e 05 da cláusula 2.1 do referido contrato, com base na estimativa de demanda de serviços constante do item 01 do edital 157/2012, totalizando 4,01% do valor do contrato, equivalente a R\$ 32.922,00 (trinta e dois mil, novecentos e vinte e dois reais); Prorrogar o prazo de prestação dos serviços para 31/12/2017; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 31/10/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Ney Marcondes Baltazar Campos.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 295/2017 7º ADITIVO AO CONTRATO Nº 487/2015**

Processo: Concorrência 174/2015; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Construtora Elevação Ltda.; Objeto: Reajustar em 8,17% (oito inteiros e dezessete centésimos por cento) o valor do contrato (Execução de Estação de Tratamento de Água), com base no artigo 3º, §1º da Lei Federal 10.192/01, bem como art. 40, inciso XI, combinado com o inciso III do art. 55 da Lei 8.666/93 e, ainda, o item 15.2 do edital de Concorrência Pública 174/2015 e item 4.2 da Cláusula Quarta do Contrato 487/2015, equivalente a R\$ 1.600.196,97 (um milhão, seiscentos mil, cento e noventa e seis reais e noventa e sete centavos); prorrogar o prazo de execução do serviço para 04/05/2017; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 06/11/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e José Antônio da Fontoura.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 296/2017 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2017**

Processo: Pregão nº 03/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Empório das Pedras Ltda. ME; Objeto: Acrescer em 25% a quantidade inicialmente contratada nos itens 01 e 02 (Pedra Miracema), facultado pelo art. 65, inciso I, alínea “b”, combinado com o §1º da Lei 8.666/93, bem como no item 6.4 da Cláusula Sexta do contrato original, equivalente a R\$ 440,63 (quatrocentos e quarenta reais e sessenta e três centavos); As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 06/11/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Celoni Aparecida Callegari Kruger.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

#### **EXTRATO DO CONTRATO 297/2017**

Processo: Convite 152/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: AMR Training Inteligência em Gestão Ltda.; Objeto: Treinamento de Lideranças; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ R\$ 19.440,00 (dezenove mil, quatrocentos e quarenta reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a realização de cada módulo, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2017, a saber: 25.01.4.400.3.3.90.39.48.00.00.00 – 04 – Manutenção das atividades administrativas - Samae; 25.01.4.405.3.3.90.39.48.00.00.00 – 19 – Manutenção das atividades Operacionais Água - Samae; 25.01.4.410.3.3.90.39.48.00.00.00 – 34 – Manutenção das atividades Operacionais Esgoto - Samae; Data da assinatura: 07/11/2017; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, com data a ser confirmada; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Nancy Malschitzky.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

## EXTRATO DO CONTRATO 298/2017

Processo: Convite 152/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: QS Raizer Consultoria e Treinamento Ltda. ME; Objeto: Treinamento TEAL; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 47.856,00 (quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a realização de cada módulo, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2017, a saber: 25.01.4.400.3.3.90.39.48.00.00.00 – 04 – Manutenção das atividades administrativas - Samae; 25.01.4.405.3.3.90.39.48.00.00.00 – 19 – Manutenção das atividades Operacionais Água - Samae; 25.01.4.410.3.3.90.39.48.00.00.00 – 34 – Manutenção das atividades Operacionais Esgoto - Samae; Data da assinatura: 07/11/2017; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, com data a ser confirmada; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Simone Nair Raizer.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

## EXTRATO DO CONTRATO 299/2017

Processo: Pregão 143/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Automx Soluções Eireli ME; Objeto: Medidor de Pressão Hidrostático; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 8.890,00 (oito mil, oitocentos e noventa reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens dos quais a PROPONENTE saiu vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.26.00.00.00 - 37 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 07/01/2018; Data da assinatura: 07/11/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Gabriel Lorente Mitsumoto.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

## EXTRATO DO CONTRATO 300/2017

Processo: Pregão 143/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Niveflow Instrumentação Eireli EPP; Objeto: Display LCD; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens dos quais a PROPONENTE saiu vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.26.00.00.00 - 37 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 07/01/2018; Data da assinatura: 07/11/2017; Signatários: Ademir Izidoro e Hamilton Luiz Cassola.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

## EXTRATO DO CONTRATO 304/2017

Processo: Pregão 146/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Topclima Sistemas de Refrigeração Eireli EPP; Objeto: Aparelho de Ar Condicionado; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 12.290,00 (doze mil, duzentos e noventa reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens dos quais a PROPONENTE saiu vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.01.4.413.4.4.90.52.34.00.00.00 - 9 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Div. Adm; 25.03.4.413.4.4.90.52.34.00.00.00 - 38 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 10/12/2017; Data da assinatura: 09/11/2017; Signatários: Ademir Izidoro e Marli Anderle Bagatoli.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

## EXTRATO DO CONTRATO 305/2017

Processo: Pregão 154/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Excel Soluções em Automação Ltda. ME; Objeto: Controlador Lógico Programável; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 12.950,00 (doze mil, novecentos e cinquenta reais); O pagamento será efetuado após a entrega total do objeto por parte da CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste Edital. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.26.00.00.00 - 22 – Manutenção Patrimonial - Div. Água; Prazo de Fornecimento: Até 04/12/2017; Data da assinatura: 10/11/2017; Signatários: Ademir Izidoro e Robson Artur Gieseler.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

## EXTRATO DO CONTRATO 307/2017

Processo: Pregão 163/2017; Entidade: Samae – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: QGS Química do Brasil Ltda.; Objeto: Polímero; Forma de Pagamento: O Samae pagará a contratada a importância de R\$ 56.950,00 (cinquenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais); O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a entrega de cada quantidade do produto solicitada, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega do produto; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: - 25.03.4.412.3.3.90.30.11.00.00.00 – 35 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais – Divisão Esgoto; Data da assinatura: 13/11/2017; Prazo de Entrega: Conforme Necessidade do Samae, até 31/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Inácio Pedro Hamester.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

**SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 149/2017**

Publicação Nº 1429419

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
 JARAGUÁ DO SUL – SC  
 AVISO DE LICITAÇÃO  
 LICITAÇÃO Nº: 149/2017  
 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL  
 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS  
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADEQUAÇÃO ESTRUTURAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM TANQUES DE FIBRA DA ETE ÁGUA VERDE  
 RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 17/11/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h  
 DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 10 horas do dia 04/12/2017  
 DATA DA ABERTURA: 04/12/2017 às 10 horas  
 O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC  
 Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)  
 Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047- 2106-9100  
 Ademir Izidoro  
 Diretor Presidente

**SEMED - PORTARIA Nº 1198/2017**

Publicação Nº 1428275

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1198/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, CRISTINA VOZNIK FURNALSKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 08/11/2017 até 20/12/2017, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB RODOLPHO DORNBUSCH	40

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2017.  
 ROGÉRIO JUNG  
 Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1199/2017**

Publicação Nº 1428276

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1199/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, CLAUDIA DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, a partir de 08/11/2017 até 20/12/2017, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Marcos Emilio Verbinen	40

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2017  
 ROGÉRIO JUNG  
 Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1214/2017**

Publicação Nº 1428277

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1214/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, IRLAN REGINA CARDOSO DOS SANTOS DE PAULA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 13/11/2017 até 20/12/2017, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI CARLO ANDREI EMMENDOERFER	40

Jaraguá do Sul, 9 de novembro de 2017  
 ROGÉRIO JUNG  
 Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1240/2017**

Publicação Nº 1428278

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1240/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

**RESOLVE:**

Art. 1º RETIFICAR as UNIDADES ESCOLARES constante na Portaria Nº 853/2017 de 12/09/2017, de CMEI MARCOS EMILIO VERBINEN e CMEI DOM PIO DE FREITAS, para EMEB MARCOS EMILIO VERBINEN e EMEB DOM PIO DE FREITAS.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1244/2017**

Publicação Nº 1428279

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1244/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

**RESOLVE:**

Art. 1º RETIFICAR a função constante nas Portarias Nº 825/2017 de 28/08/2017 e 1077/2017 de 10/10/2017, de Pedagogo para Professor de Ensino Fundamental, Anos Iniciais.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1245/2017**

Publicação Nº 1428280

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1245/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, SHEILA APARECIDA FERNANDES ZENEWICH, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 14/11/2017 até 20/12/2017, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI SIDNEI ALEXANDRE BERNES	40

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1249/2017**

Publicação Nº 1428281

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1249/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

**RESOLVE:**

Art. 1º RETIFICAR o nome da Unidade Escolar constante na Portaria Nº 836/2017 de 29/08/2017 de EMEB JONAS ALVES, para EMEB JONAS ALVES DE SOUZA.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

# Joaçaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.257 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1429371

DECRETO Nº 5.257 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES DE UNIDADES ESCOLARES, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), usando das atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º A partir do encerramento do ano letivo de 2017 ficam extintas as seguintes unidades escolares:

I – Escola Reunida Anita Lopes Vieira, criada pela Lei nº 2.561/1998, localizada no Distrito de Santa Helena, Município de Joaçaba.

II - Escola Municipal Frida Regensburger, localizada no Bairro Frei Bruno, Município de Joaçaba.

Art. 2º A condução dos procedimentos inerentes à extinção das unidades escolares, de que trata o artigo 1º deste Decreto, será realizada por comissão especial, assim composta:

- a) Daiana Antunes de Oliveira;
- b) Gicele Carvalho da Silva Marcon;
- c) Pedro Dorli Belotto.

Parágrafo Único . Será de responsabilidade da Comissão Especial: I - a coordenação dos trabalhos bem como fixação de fechamento das unidades escolares, com a concessão de prazos para que as atuais Gestoras de cada unidade escolar providenciem toda documentação e informações para análise e encaminhamento à Secretaria de Educação, para arquivo;

II – auxiliar a Secretaria de Educação no oferecimento de vagas para alunos das escolas extintas junto à rede pública de ensino municipal nos termos das diretrizes fixadas;

III – solicitar ao Setor de Patrimônio do Município o levantamento dos bens patrimoniais das escolas extintas, apresentando o relatório do patrimônio à Secretaria de Educação até 15.12.2017;

IV - entrega da documentação de cada unidade escolar ora extinta para a Secretaria Municipal de Educação até a data de 15 de dezembro de 2017;

V – solicitar que a APP das escolas extintas retire os bens de sua propriedade do imóvel da escola e dê a devida destinação, orientando ainda acerca da necessidade de extinção da APP, com a destinação dos bens na forma estatutária;

VI – realizar outros atos necessários ao encerramento das atividades.

Art. 4º. A Direção de cada unidade escolar é responsável por receber as solicitações da Comissão Especial de que trata este Decreto, bem como proceder a entrega dos documentos nos prazos fixados.

Art. 5º. Para os alunos que ainda não estão matriculados, os pais ou responsáveis dos alunos das escolas descritas no artigo 1º deste Decreto devem trazer atestado de vaga na Secretaria Municipal de Educação e apanhar o histórico escolar e atestado de frequência para matrícula na unidade escolar escolhida.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 16 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

### PORTARIA N.º 1.551

Publicação Nº 1428851

PORTARIA Nº 1.551 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) FABIANO RODRIGO ZILIO, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme ofício nº359/2017 do 11º Batalhão de Bombeiros Militar, referente ao período de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 26 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 26 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 08 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 1.552

Publicação Nº 1428858

PORTARIA Nº 1.552 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) RAFAEL JOÃO BERNARDI, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme ofício nº359/2017 do 11º Batalhão de Bombeiros Militar, referente ao período de 27 de junho de 2011 a 26 de junho de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 09 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 09 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 08 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.553**

Publicação Nº 1428863

PORTARIA Nº 1.553 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) GILVANE RECH, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme ofício nº359/2017 do 11º Batalhão de Bombeiros Militar, referente ao período de 01 de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2014 (12 dias) e de 01 de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 21 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 08 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.554**

Publicação Nº 1428866

PORTARIA Nº 1.554 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LEONARDO POHL, Médico Veterinário, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 570/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 18 de fevereiro de 2015 a 18 de fevereiro de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 20 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 08 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.555**

Publicação Nº 1428867

PORTARIA Nº 1.555 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) NAIARA CRISTINA KEMER, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 405/2017 de 16 de fevereiro de 2017, referente ao período de 02 de maio de 2013 a 01 de maio de 2014 (12 dias) e de 02 de maio de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (8 dias) por um período de 20 (vinte) dias, a partir de 16 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 09 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.556**

Publicação Nº 1428869

PORTARIA Nº 1.556 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) SALETE HECKLER HOFFELDER, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 370/2017 de 15 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 09 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.557**

Publicação Nº 1428870

PORTARIA Nº 1.557 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) REJANE DA MOTTA STROHER, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 425/2017 de 17 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 09 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.558**

Publicação Nº 1428873

PORTARIA Nº 1.558 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) EDINA BELINI BALBINOT ANDRADE, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 490/2017 de 20 de fevereiro de 2017, referente ao período de 12 de março de 2013 a 11 de março de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 09 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.559**

Publicação Nº 1428874

PORTARIA Nº 1.559 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 07 de novembro de 2017, do(a) Sr.(a) JULIANO RIBEIRO, Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e 343 de 08 de junho de 2017 e em virtude de sua aprovação em 6º lugar no edital de Teste Seletivo nº 004/2017 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 07 de novembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 09 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.560**

Publicação Nº 1428875

PORTARIA Nº 1.560 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) GESSICA CASARIN, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 394/2017 de 16 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) e de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 08 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 09 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.561**

Publicação Nº 1428883

PORTARIA Nº 1.561 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017  
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

**RESOLVE:**

Art. 1º. RESCINDIR, em 07 de novembro de 2017, por haver expirado o período de licença maternidade do (a) Senhor (a) VERO-NICA GEHRKE GOMES, Cirurgião Dentista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 01/2016/FMS, conforme memorando 689/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 07 de novembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 09 de novembro de 2017  
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.562**

Publicação Nº 1428886

PORTARIA Nº 1.562 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ANELIZE LUCIANE MATTEVI, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 485/2017 de 20 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de

2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias), de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) e de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 10 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.563**

Publicação Nº 1428889

PORTARIA Nº 1.563 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017  
"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR, o(a) Sr.(a) DANIELA PAULA ALBIERO, Gerente de Vigilância em Saúde, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, e em especial pela Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017, conforme memorando 688/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de novembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 10 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 390/2017**

Publicação Nº 1428745

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 390/2017 DE 16.11.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, o servidor Arlindo Marques da Silva, Encanador, P-4, N-2, Ref. B-4, para responder pela Função de Gerente do Setor de Manutenção e Operação de Esgoto, no período de 16 de novembro de 2017 à 24 de novembro de 2017, por motivo de afastamento do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de

06/09/10.

Art. 2º Suspender a designação do servidor como condutor de via-tura conforme Portaria JHL 216/2014 de 28/11/2014 para o período em que estiver respondendo pela função de Gerência.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 16 de novembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 16 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

# José Boiteux

## PREFEITURA

### Decreto 081/2017

Publicação Nº 1428410

DECRETO nº. 081/2017, de 07 de Novembro de 2017.  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FAZER ABERTURA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIO PROBATORIO, E INSTITUI COMISSÃO.

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município e amparado no artigo 6º da Lei Complementar n. 21:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal a abertura dos trabalhos para realização da Avaliação do Estagio Probatório relativo ao ano de 2016/2017, dos Servidores Efetivos e Profissionais do Magistério do Município de José Boiteux, Relacionados no Anexo I, deste Decreto.

Art. 2º - Institui a Comissão de Avaliação do Estagio Probatório referente ao período avaliatório do ano de 2016/2017, passando a ser constituída pelos seguintes membros:

- I – Presidente: Juliano Leite
- II – Secretário: Luiz Antônio Schlup
- III – Membro: Nara Moser Coelho
- IV – Suplente: Miguel Amadeu Fusinato

Art.3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO, como condição indispensável à sua eficácia.

José Boiteux, 07 de novembro de 2017.  
JONAS PUDEWELL  
Prefeito Municipal

Anexo I  
Estágio Probatório Relativo ao ano 2016/2017.

SERVIDORES ADMITIDOS EM 2014	
Nº	Nome Servidor
1	Ademar J. Júnior
2	Arceu J. Castelani
3	Daniel Reinert
4	Diego Westphal
5	Edson da Cunha
6	Leontina P. Conzatti
7	Lorena Lange
8	Lourdes De Gracia
9	Lucia L. Loffhagen
10	Maria Bertelli Bonna
11	Rita de Cássia Moura
12	Rodrigo Jacinto
13	Sibele Jeremias
SERVIDORES ADMITIDOS EM 2015	

Nº	Nome Servidor
1	Morgana Kertzendorff rech
2	Eunice Alves borges
3	Rosana Jandt
4	Ana Maria da Silva
5	Roseli de Melo Feliciano
6	Adriana de Andrade
7	Grazielle Girardi
SERVIDORES ADMITIDOS EM 2016	
Nº	Nome Servidor
1	Marco José Lanznaster
2	Leandro Ribeiro

### Decreto 082/2017

Publicação Nº 1428423

DECRETO nº. 082/2017, de 07 de Novembro de 2017.  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FAZER ABERTURA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, E INSTITUI COMISSÃO.

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município e amparado nas Leis Complementares n. 17, 18 e 21:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal a abertura dos trabalhos para realização da Avaliação de Desempenho relativas ao ano de 2017, dos Servidores Efetivos e Estáveis e Profissionais do Magistério do Município de José Boiteux constantes dos anexos deste Decreto.

Art. 2º - Institui a Comissão de Avaliação de Desempenho Individual referente ao período avaliatório do ano de 2017, passando a ser constituída pelos seguintes membros:

- I – Presidente: Juliano Leite
- II – Secretário: Luiz Antonio Schlup
- III – Membro: Nara Moser Coelho

Art.3º - Fica impedido de atuar em processo específico da Avaliação de Desempenho o servidor que:

- I - tenha interesse direto ou indireto no processo avaliação;
- II - seja cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau do avaliado;
- III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o avaliado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

§ 1º Ocorrendo uma das hipóteses prevista no artigo anterior, poderá a composição da Comissão de Avaliação ser alterada, convocando-se o Servidor Miguel Amadeu Fusinato como suplente para substituição dos titulares impedidos.

§ 2º - Caso haja necessidade de mais de um suplente será nomeado pelo chefe do poder Executivo através de novo Decreto.

Art. 4. O servidor que incorrer em impedimento deve de ofício comunicar o fato ao Prefeito Municipal, abstendo-se de atuar.

Art. 5º - Pode ser argüida a suspeição de membro da Comissão de Avaliação que tenha amizade íntima ou inimizade notória com o avaliado, ou com o respectivo cônjuge, companheiro, parentes e afins até o terceiro grau.

Art. 6º - Cabe a Comissão de Avaliação decidir acerca das alegações de impedimento e suspeição, sendo excluído do ato decisório aquele cuja suspeição está sendo analisada.

Art. 7º - Da decisão que indeferir a alegação de suspeição ou impedimento caberá recurso no prazo de 5 dias, através de requerimento administrativo, com os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar conveniente.

§ 1º O recurso será dirigido a Comissão de Avaliação, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará ao Prefeito Municipal.

§ 2º O recurso interposto não terá efeito suspensivo.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO, como condição indispensável à sua eficácia.

José Boiteux, 07 de novembro de 2017.

Jonas Pudewell

Prefeito Municipal

#### Anexo I

Avaliação de Desempenho ano de 2017 (3ª Avaliação)

Nº	Nome Servidor
1	Adalberto Possamai
2	Adriel Cristiano Lima
3	Airton Vicari
4	Aldonir da Silva
5	Alex da Cunha
6	Alexandre Luiz Medeiros
7	Aparecido Geraldo de Oliveira
8	Carlos Boaventura
9	Claudio de Andrade
10	Cristiane dos Santos Deringer
11	Danubia M Meneghelli
12	Dorvalina Jacinto
13	Edilson Gorgik
14	Egídio M. Meneghelli
15	Elio Andrade
16	Erondina da Silva
17	Geison Deringer
18	Graciele Lanznaster
19	Helena M. B. de Oliveira
20	Isabela K. Brehmer
21	Ivo Clendo
22	Jacir Peixer
23	Jair de Souza
24	Jandira Machado
25	Juliano leite
26	Julio Cesar Amado de Cerqueira
27	Julio Cesar Bagattoli
28	Lirio Brehmer
Nº	Nome Servidor
29	Luis Cesar Schmitz

30	Luiz Antonio Schlup
31	Maria Madalena L. Uller
32	Marileia Fusinato
33	Marize R. B. Schwartz
34	Marli Marlene Casas
35	Miguel A. Fusinato
36	Nadia B. Fanslau
37	Nadir Bona
38	Nara Moser Coelho
39	Nilda Deringer
40	Olavio de Andrade
41	Osnildo Claudiano
42	Paulo Eleno Deringer
43	Priscila Bini Cabana
44	Priscila M. Braga
45	Sebastião Padia Lima
46	Serlene de Freitas Preis
47	Siegfried Dreger
48	Simone Aparecida Fernandes
49	Simone dos Santos Cunha
50	Terezinha Ribeiro
51	Valdeci Cimardi
52	Vanderlei Bertelli
53	Vildo dos Santos
54	Ana Claudia Gheller
55	Greyce F. Amarante
56	Mariluci Gomes

#### Anexo II

Avaliação de Desempenho ano de 2017 (2ª Avaliação)

Nº	Nome Servidor
1	Ademir Jacinto
2	Altair Damori
3	Claudia V. Fusinato
4	Daiana Tottene
6	Francieli C. Boing
7	Irineia Kopp Vetter
8	Jacinta de O. Valcanaia
9	Joseane A. Vicente
10	Jucelia Gislon
11	Juliana S. Dusterhoft
12	Lindomar Brehmer
13	Luciana AP. Costa
14	Maria F. da Rosa
15	Maria N. B. Jacinto
16	Monica C. Fusinato
17	Natalia Dannehl
18	Otávio Georg Junior
19	Reginaldo Penz
20	Silvia S. Fusinato

21	Sonia E. Bagattolli
22	Alice R. Supriano
23	Arthur Schwartz
24	Cecilia de O. Bertoldi
Nº	Nome Servidor
25	Claudinei Rech
26	Cristiane E. L. de Souza
27	Genésio Possamai
28	Gerda Dreger
29	Gilmara Nuss
30	Gisele M. Comper
31	Ivanir O. Lunelli
32	Jéfferson K. Klabunde
33	José R. Meneghelli
34	Josemar Bona
35	Marcela Bernardes
36	Márcia M. L. Grankow
37	Odir da Aparecida Morais
38	Robson Ferreira
39	Silene Ndilli
40	Silvio Lunelli
41	Simone de Barba Schlindwein

42	Sirlei P. Tottene
43	Sorani T. D. Siquela
44	Terezinha S. K. Rescarolli
45	Valdir Conzatti
46	Veridiana da S. Athayde

## Anexo III

Avaliação de Desempenho ano de 2017 (1ª Avaliação)

Nº	Nome Servidor
1	Adriana Schlup
2	Alçonete de Almeida
3	Alice Kopp
4	Célia dos Santos
5	Célia Luiz
6	Diego T. Pavanello
7	Elisete P. dos Santos
8	Leonete Junglos
9	Leontina P. Conzatti
10	Márcio Vicente
11	Matheus M. B. A. de Cerqueira
12	Noeli de G Loffhagen
13	Tatiana Eskelsen

**Decreto 083/2017**

Publicação Nº 1428430

DECRETO nº. 083/2017, de 07 de Novembro de 2017.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

JONAS PUDEWELL, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

## DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a importância de R\$7.000,00 (sete mil reais) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminada:

07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
001	Secretaria de Obras e Servicos Publicos	
0017.0512.0704.2015	Manutenção da Coleta de Lixo	
3319000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$5.000,00
0006.0181.0703.2025	Apoio a Polícia Militar e Civil	
3449000000000000	Aplicacoes Diretas	
01100000	Convênio de Transito <input type="checkbox"/> Militar	R\$2.000,00
TOTAL		R\$7.000,00

Art. 2º Por conta do Artigo anterior ficam suplementadas as dotações do orçamento geral do município de José Boiteux a seguir descritas:

07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
001	Secretaria de Obras e Servicos Publicos	
0017.0512.0704.2015	Manutenção da Coleta de Lixo	
3339000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$5.000,00
0006.0181.0703.2025	Apoio a Polícia Militar e Civil	
3339000000000000	Aplicacoes Diretas	
01100000	Convênio de Transito <input type="checkbox"/> Militar	R\$2.000,00
TOTAL		R\$7.000,00



Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO, como condição indispensável à sua eficácia.

José Boiteux, 07 de Novembro de 2017.  
JONAS PUDEWELL  
Prefeito Municipal

## Decreto 084/2017

Publicação Nº 1428431

DECRETO nº. 084/2017, de 07 de Novembro de 2017.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior na importância de R\$285.304,62 (duzentos e oitenta e cinco mil trezentos e quatro reais e sessenta e dois centavos), conforme especificação a seguir:

03	Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administracao e Financas	
0004.0122.0301.2006	Realização de Festas e Eventos	
3339000000000000	Aplicacoes Diretas	
03000000	Recursos Ordinários	R\$ 4.000,00
Total		R\$ 4.000,00

Art. 2º Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, pelo Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, identificados através da(s) fonte(s) de recurso(s) a seguir relacionada(s):

Codigo	Descrição	Valor
3000000	Recursos Ordinários	R\$4.000,00
Total		R\$4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO, como condição indispensável à sua eficácia.

José Boiteux, 07 de Novembro de 2017.  
Jonas Pudewell  
Prefeito Municipal

## Decreto 085/2017

Publicação Nº 1428436

DECRETO nº. 085/2017, de 13 de Novembro de 2017.  
NOMEIA COMISSÃO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO PARA PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO E PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO.

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município e amparado nas Leis Complementares 17 e 18 de 19 de outubro de 2009,

DECRETA,

Art. 1º - Nomeia a Comissão para análise da Documentação para Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação e Progressão por Nova Titulação solicitadas no ano de 2017, passando a ser constituída pelos seguintes membros:

- I – Juliano Leite - Presidente;
- II – Luiz Antônio Schlup - Secretário;
- III – Nara Moser Coelho - Membro;
- IV – Miguel Amadeu Fusinato - Membro (suplente).

Art. 2º - revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO, como condição indispensável à sua eficácia.

José Boiteux, 13 de novembro de 2017.  
Jonas Pudewell  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Portaria 298/2017**

Publicação Nº 1428810

PORTARIA Nº 298, de 26 de outubro de 2017.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) OSNILDO CLAUDIANO, relativas aos períodos aquisitivos de 03/06/2015 a 02/06/2016 (15 dias) e 03/06/2016 a 02/06/2017 (15 dias), que serão usufruídas no período de 26/10/2017 a 24/11/2017 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 26 de outubro de 2017.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Portaria 299/2017**

Publicação Nº 1428817

PORTARIA Nº 299, de 26 de outubro de 2017.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) RODRIGO JACINTO, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2016 a 30/06/2017, que serão usufruídas no período de 26/10/2017 a 24/11/2017 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 26 de outubro de 2017.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

## Lacerdópolis

## PREFEITURA

## ATA REGISTRO DE PREÇO 10/2017

Publicação Nº 1429076

ESTADO DE SANTA CATARINA	Página: 1/5
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS	Processo Nº.: 29/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017	
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2017	

No dia 14 do mês de Novembro do ano de 2017, o MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA 31 DE MARCO 1050, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). SERGIO LUIZ CALEGARI, inscrito no CPF sob o nº. 596.847.989-20, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 22/2017 Processo Licitatório nº 29/2017. RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

## 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																</									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	----	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fornecedor: 7786 - VALERIA TOSON WIEST

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Bromélia	MUDA		35,000	20,0000	700,00
2	Buchinho	MUDA		25,000	20,0000	500,00
3	Palmeira Areca Bambu	MUDA		20,000	15,0000	300,00
4	Palmeira Cica	MUDA		18,000	25,0000	450,00
5	Coqueiro da bahia	MUDA		20,000	10,0000	200,00
6	Ficus	MUDA		30,000	15,0000	450,00
7	Hortência	MUDA		400,000	2,0000	800,00
8	Tagete anã sortida	MUDA		2.500,000	0,8000	2.000,00
9	Begônia sortida	MUDA		1.000,000	0,8000	800,00
10	Vinca sortida	MUDA		800,000	0,8000	640,00
11	Salvia sortida	MUDA		500,000	0,8000	400,00
12	Alisson sortido	MUDA		500,000	0,8000	400,00
13	Crista de galo anã sortida	MUDA		500,000	0,8000	400,00
14	Amor Perfeito	MUDA		2.000,000	0,8000	1.600,00
15	cravina sortida	MUDA		1.000,000	0,8000	800,00
16	Graminha preta anã	MUDA		2.000,000	1,0000	2.000,00
17	Gramma esmeralda	M2		200,000	10,0000	2.000,00
18	Gramma sempre verde	M2		400,000	10,0000	4.000,00
19	Pingo de Ouro	MUDA		300,000	1,0000	300,00
20	Clorofito	MUDA		1.500,000	2,0000	3.000,00
21	Gerânio sortidos	MUDA		100,000	3,0000	300,00
22	Phlox drummondii sortido	MUDA		400,000	0,9000	360,00
23	Rabo-de-gato	MUDA		500,000	0,8000	400,00
24	Boca de leão	MUDA		1.000,000	0,8000	800,00

25	Hibiscus	MUDA		35,000	10,0000	350,00
26	Repolho ornamental sortido	MUDA		100,000	1,0000	100,00
27	Primavera	MUDA		15,000	20,0000	300,00
					Total	24.350,00
<p>1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.</p> <p>1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 22/2017, Processo Licitatório nº 29/2017 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.</p>						
2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE						
<p>2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.</p> <p>2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.</p>						
<p>3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</p> <p>3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.</p> <p>3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis/Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.</p> <p>3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.</p> <p>3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.</p>						
3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.						
<p>4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO</p> <p>4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.</p>						
<p>5. DOS PREÇOS REGISTRADOS</p> <p>5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.</p>						

**6. DO CONTRATO**

6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis e do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

**7 - DA DESPESA**

7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

**8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS**

8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis e ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.

8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

**9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar a intenção de utilizar a presente Ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 22/2017, Processo Licitatório nº 29/2017 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

**10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão nº. 22/2017 e Ata do respectivo processo;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 22/2017;
- f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

#### 14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 29/2017; o Edital do Pregão nº 22/2017 as propostas com preços e especificações.

#### 17. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 14 de Novembro de 2017.

Município de Lacerdópolis

SERGIO LUIZ CALEGARI

PREFEITO

## CONTRATO 44-2017

Publicação Nº 1429070

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA NOVA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 044/2017

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: BMC HYUNDAI S/A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.168.536/000125, com sede à Rodovia Presidente Dutra Sn km 315, Bairro Itatiaia, no Município de Itatiaia - RJ, representada por seu procurador Sr. Luiz Fernando Fiorin, inscrito no CPF nº 040.677.989-97, doravante simplesmente designada contratada.



Nos termos do Processo Licitatório n. 28/2017, na modalidade de Pregão Presencial n. 21/2017, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, firmam o presente contrato conforme as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - Aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica nova sobre esteiras, ano de fabricação 2017, com motor a diesel de 04 (quatro) cilindros, potência de 130 HP, caçamba de 0,89m<sup>3</sup>, sapatas de 700 mm, cabine fechada com ar-condicionado quente e frio, lança de 5.100 mm e braço de 2.600mm. Peso operacional de 18.050 kg. Código Finame – 3095811 – Marca Hyundai, modelo R160 LC-9

1.2 – VALOR R\$ 368.500,00 (trezentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais).

1.3 – O equipamento deve vir também, sem prejuízo dos acima descritos, com todos os itens obrigatórios exigidos por lei e/ou homologados pelo DETRAN.

1.4 – GARANTIA DO EQUIPAMENTO: no mínimo 12 (doze) meses, ou aquele fornecido pelo fabricante, se for maior, contados a partir da entrega à Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, SC, sem limite de horas, contra quaisquer problemas de fabricação, podendo ser aplicadas, subsidiariamente, as normas do Código de Defesa do Consumidor.

1.5 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA: deve ser prestada no Município de Lacerdópolis através de preposto da empresa fabricante ou filial do equipamento. Quando for necessário o transporte até a fábrica ou mecânica autorizada para manutenção, o deslocamento correrá por conta e risco da empresa licitante vencedora.

1.6 – PRAZO DE ENTREGA: no máximo 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, podendo incidir multa para o caso de atraso.

1.7- LOCAL DE ENTREGA: Em frente à Prefeitura Municipal (Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000).

1.8 – VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E REAJUSTE

2.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

2.2 - O valor proposto não será reajustado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será através de depósito ou transferência e à vista, mediante apresentação de nota fiscal, termos de garantia e demais documentos pertinentes.

3.2 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.5 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta, conforme tópico “8.5” do edital.

3.6 – A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.7 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.8 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

#### CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato se inicia na data de sua assinatura extinguindo-se com o término do prazo de garantia, não inferior a 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício e terá a seguinte classificação orçamentária:

ORGAO: 05-SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO

UNIDADE: 01-SERVIÇOS DE TRANSPORTES

Proj/At.: 26.782.1005.1.006-AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS

Compl.Elem.: 4.4.90.52.40.00.00.00 – Máquinas e equip. agrícolas e rodoviário (25)  
Recurso: 0000-Recursos Ordinários CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 10.520/02.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução deste contrato será administrada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Transportes e Obras.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO

8.1 - O contratante poderá declarar rescindido o presente contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

8.2 - O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela contratada, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente instrumento.

8.3 - O contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

#### CLÁUSULA NONA – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

As penalidades serão aplicadas por inadimplência total ou parcial, conforme Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pela qualidade equipamento vendido, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da sua responsabilidade na execução ata ou contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 - Empenhar os valores relativos às notas fiscais emitidas e efetuar o pagamento da CONTRATADA.

11.2 - Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

11.3 - Observar/fiscalizar durante a execução do objeto que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 - Será de responsabilidade da contratada o fornecimento do objeto deste contrato, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02.

12.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC, 14 de novembro 2017.

Município de Lacerdópolis Sérgio Luiz Calegari Prefeito	BMC HYUNDAI S/A Luiz Fernando Fiorin Procurador
CONTRATANTE	CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

# Lages

## PREFEITURA

### ATO DE DISPENSA 70/2017 PML

Publicação Nº 1429220

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 70/2017 - PML

#### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Dispensa de Licitação sob nº 70/2017 - PML, através do Município de Lages, com a empresa:

CLINITRAUMA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DE LAGES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.703.234/0001-68.

O valor total da Presente Inexigibilidade é de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

Objeto: " Contratação de empresa especializada em serviços clínicos de urgência e emergência, nas áreas de ortopedia e traumatologia, para atendimento de atletas, a fim de ficarem à disposição da Comissão Central Organizadora, durante a realização dos 57º Jogos Abertos de Santa Catarina."

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 02 novembro de 2017.

Paulo Joaquim Hoechel Marques  
1º Secretário C.C.O. 57º JASC

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do Exmo. Sr. Paulo Joaquim Hoechel Marques, 1º Secretário C.C.O. 57º JASC, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 02 novembro de 2017.

Antônio Ceron  
Prefeito do Município

### EXTRATO ARP 12-A/2017 - AP OESTE - FMASH

Publicação Nº 1428647

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-A/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 – FMASH - PROCESSO ADM. Nº 31/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para aquisição de alimentos não perecíveis (mercearia, condimentos e enlatados) para diversas repartições da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Sede, CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII, CAD Único, Centro POP, Acolhimento POP, Cozinha Comunitária, Padaria, Inclusão e Cidadania, Banco de Alimentos, Vida Ativa/Praça do CEU e Acolhimento Emergencial) para o período de 2017/2018.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 05 (cinco) dias da solicitação da Secretaria, no Almoxarifado da SMASH - Praça João Ribeiro, nº 37, Centro, CEP 88502-167, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e ulteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2017.

O valor a ser registrado é R\$ 38.294,75 (trinta e oito mil e duzentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos), sendo:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP – CNPJ nº 05.919.156/0001-94 – Rua do Comércio, s/n, bairro Centro, CEP 89882-000, Planalto Alegre/SC.

Lages, 25 de outubro 2017

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 12-B/2017 - CATARINENSE - FMASH

Publicação Nº 1428649

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-B/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 – FMASH - PROCESSO ADM. Nº 31/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para aquisição de alimentos não perecíveis (mercearia, condimentos e enlatados) para diversas repartições da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Sede, CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII, CAD Único, Centro POP, Acolhimento POP, Cozinha Comunitária, Padaria, Inclusão e Cidadania, Banco de Alimentos, Vida Ativa/Praça do CEU e Acolhimento Emergencial) para o período de 2017/2018.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 05 (cinco) dias da solicitação da Secretaria, no Almoxarifado da SMASH - Praça João Ribeiro, nº 37, Centro, CEP 88502-167, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e ulteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão

Presencial nº 17/2017.

O valor a ser registrado é R\$ 28.254,50 (vinte e oito mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), sendo: CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME – CNPJ nº 26.556.616/0001-37 – Avenida Santa Catarina, nº 945, térreo, bairro Centro, CEP 89840-000, Coronel Freitas/SC.

Lages, 25 de outubro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 12-C/2017 - CLEITON - FMASH**

Publicação Nº 1428650

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-C/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 – FMASH - PROCESSO ADM. Nº 31/2017

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para aquisição de alimentos não perecíveis (mercearia, condimentos e enlatados) para diversas repartições da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Sede, CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII, CAD Único, Centro POP, Acolhimento POP, Cozinha Comunitária, Padaria, Inclusão e Cidadania, Banco de Alimentos, Vida Ativa/Praça do CEU e Acolhimento Emergencial) para o período de 2017/2018.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 05 (cinco) dias da solicitação da Secretaria, no Almoxarifado da SMASH - Praça João Ribeiro, nº 37, Centro, CEP 88502-167, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e ulteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2017.

O valor a ser registrado é R\$ 16.308,95 (dezesesseis mil e trezentos e oito reais e noventa e cinco centavos), sendo:

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL – ME – CNPJ nº 18.531.205/0001-69 – Rua José de Anchieta, nº 229, bairro Centro, CEP 88450-000, Alfredo Wagner/SC.

Lages, 25 de outubro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 12-D/2017 - COMERCIAL STORINNY - FMASH**

Publicação Nº 1428651

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-D/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 – FMASH - PROCESSO ADM. Nº 31/2017

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para aquisição de alimentos não perecíveis (mercearia, condimentos e enlatados) para diversas repartições da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Sede, CRAS

I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII, CAD Único, Centro POP, Acolhimento POP, Cozinha Comunitária, Padaria, Inclusão e Cidadania, Banco de Alimentos, Vida Ativa/Praça do CEU e Acolhimento Emergencial) para o período de 2017/2018.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 05 (cinco) dias da solicitação da Secretaria, no Almoxarifado da SMASH - Praça João Ribeiro, nº 37, Centro, CEP 88502-167, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e ulteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2017.

O valor a ser registrado é R\$ 80.865,45 (oitenta mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), sendo:

COMERCIAL STORINNY LTDA – EPP – CNPJ nº 73.977.480/0001-19 – Rua Otavio Quinholi, nº 180, bairro Perequê, CEP 88210-000, Porto Belo/SC.

Lages, 25 de outubro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 12-E/2017 - JÚLIO CESAR - FMASH**

Publicação Nº 1428652

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-E/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 – FMASH - PROCESSO ADM. Nº 31/2017

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para aquisição de alimentos não perecíveis (mercearia, condimentos e enlatados) para diversas repartições da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Sede, CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII, CAD Único, Centro POP, Acolhimento POP, Cozinha Comunitária, Padaria, Inclusão e Cidadania, Banco de Alimentos, Vida Ativa/Praça do CEU e Acolhimento Emergencial) para o período de 2017/2018.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 05 (cinco) dias da solicitação da Secretaria, no Almoxarifado da SMASH - Praça João Ribeiro, nº 37, Centro, CEP 88502-167, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e ulteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão

Presencial nº 17/2017.

O valor a ser registrado é R\$ 136.235,30 (cento e trinta e seis mil e duzentos e trinta e cinco reais e trinta centavos), sendo:

JÚLIO CESAR RODRIGUES DELFES – EPP – CNPJ nº 82.894.718/0001-33 – Rua Mario Ribeiro Ramos, nº 248, bairro Universitário, CEP 88509-340, Lages/SC.

Lages, 25 de outubro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 12-F/2017 - MAYCON - FMASH**

Publicação Nº 1428653

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-F/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 – FMASH - PROCESSO ADM. Nº 31/2017

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para aquisição de alimentos não perecíveis (mercearia, condimentos e enlatados) para diversas repartições da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Sede, CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII, CAD Único, Centro POP, Acolhimento POP, Cozinha Comunitária, Padaria, Inclusão e Cidadania, Banco de Alimentos, Vida Ativa/Praça do CEU e Acolhimento Emergencial) para o período de 2017/2018.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 05 (cinco) dias da solicitação da Secretaria, no Almoxarifado da SMASH - Praça João Ribeiro, nº 37, Centro, CEP 88502-167, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e posteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2017.

O valor a ser registrado é R\$ 48.381,20 (quarenta e oito mil e trezentos e oitenta e um reais e vinte centavos), sendo:

MAYCON WILL – ME – CNPJ nº 18.712.730/0001-80 – Rua Treze de Junho, nº 769, bairro Flor de Nápolis, CEP 88106-470, São José/SC.

Lages, 25 de outubro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 12-G/2017 - NUTRI - FMASH**

Publicação Nº 1428654

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-G/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 – FMASH - PROCESSO ADM. Nº 31/2017

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para aquisição de alimentos não perecíveis (mercearia, condimentos e enlatados) para diversas repartições da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Sede, CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII, CAD Único, Centro POP, Acolhimento

POP, Cozinha Comunitária, Padaria, Inclusão e Cidadania, Banco de Alimentos, Vida Ativa/Praça do CEU e Acolhimento Emergencial) para o período de 2017/2018.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 05 (cinco) dias da solicitação da Secretaria, no Almoxarifado da SMASH - Praça João Ribeiro, nº 37, Centro, CEP 88502-167, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e posteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2017.

O valor a ser registrado é R\$ 60.916,45 (sessenta mil e novecentos e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos), sendo:

NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME – CNPJ nº 07.814.016/0001-87 – Rua Brasília, nº 220D, bairro Jardim Itália, CEP 89802-320, Chapecó/SC.

Lages, 25 de outubro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 12-H/2017 - SOMA - FMASH**

Publicação Nº 1428655

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-H/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 – FMASH - PROCESSO ADM. Nº 31/2017

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para aquisição de alimentos não perecíveis (mercearia, condimentos e enlatados) para diversas repartições da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Sede, CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII, CAD Único, Centro POP, Acolhimento POP, Cozinha Comunitária, Padaria, Inclusão e Cidadania, Banco de Alimentos, Vida Ativa/Praça do CEU e Acolhimento Emergencial) para o período de 2017/2018.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 05 (cinco) dias da solicitação da Secretaria, no Almoxarifado da SMASH - Praça João Ribeiro, nº 37, Centro, CEP 88502-167, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e posteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2017.

O valor a ser registrado é R\$ 3.296,20 (três mil e duzentos e noventa e seis reais e vinte centavos), sendo:  
SOMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME – CNPJ nº 26.621.024/0001-51 – Rua Plácido Damiani, nº 1200, sala 05, bairro Frei Rogério, CEP 88508-070, Lages/SC.

Lages, 25 de outubro 2017  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 13-A/2017 - ALFREDO - FMASH**

Publicação Nº 1428901

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13-A/2017 - PREGÃO PRESENCIAL  
Nº 18/2017 – FMASH - PROCESSO ADM. Nº 32/2017

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Alimentos (biscoitos, bolachas, doces e salgados) para Diversas Repartições da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Sede, CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII, CAD Único, Centro POP, Acolhimento POP, Cozinha Comunitária, Padaria, Inclusão e Cidadania, Banco de Alimentos, Vida Ativa/Praça do CEU e Acolhimento Emergencial) para o período de 2017/2018.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 05 (cinco) dias da solicitação da Secretaria, no Almoxarifado da SMASH - Praça João Ribeiro, nº 37, Centro, CEP 88502-167, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e posteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 61.635,40 (sessenta e um mil e seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos), sendo:

ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA – ME – CNPJ nº 21.593.746/0001-26 – Rua Padre Cristóvão Arnaud, nº 89, bairro Estreito, CEP 88450-000, Alfredo Wagner/SC.

Lages, 25 de outubro 2017  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 13-B/2017 - AP OESTE - FMASH**

Publicação Nº 1428906

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13-B/2017 - PREGÃO PRESENCIAL  
Nº 18/2017 – FMASH - PROCESSO ADM. Nº 32/2017

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Alimentos (biscoitos, bolachas, doces e salgados) para Diversas Repartições da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Sede, CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII, CAD Único, Centro POP, Acolhimento POP, Cozinha Comunitária, Padaria, Inclusão e Cidadania, Banco de

Alimentos, Vida Ativa/Praça do CEU e Acolhimento Emergencial) para o período de 2017/2018.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 05 (cinco) dias da solicitação da Secretaria, no Almoxarifado da SMASH - Praça João Ribeiro, nº 37, Centro, CEP 88502-167, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e posteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2017.

O valor a ser registrado é de R\$125.670,10 (cento e vinte e cinco mil e seiscentos e setenta reais e dez centavos), sendo:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP – CNPJ nº 05.919.156/0001-94 – Rua do Comércio, s/n, bairro Centro, CEP 89882-000, Planalto Alegre/SC.

Lages, 25 de outubro 2017  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 13-C/2017 - JLM - FMASH**

Publicação Nº 1428912

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13-C/2017 - PREGÃO PRESENCIAL  
Nº 18/2017 – FMASH - PROCESSO ADM. Nº 32/2017

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Alimentos (biscoitos, bolachas, doces e salgados) para Diversas Repartições da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Sede, CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII, CAD Único, Centro POP, Acolhimento POP, Cozinha Comunitária, Padaria, Inclusão e Cidadania, Banco de Alimentos, Vida Ativa/Praça do CEU e Acolhimento Emergencial) para o período de 2017/2018.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 05 (cinco) dias da solicitação da Secretaria, no Almoxarifado da SMASH - Praça João Ribeiro, nº 37, Centro, CEP 88502-167, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e posteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 54.570,70 (cinquenta e quatro mil

e quinhentos e setenta reais e setenta centavos), sendo:  
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI – ME – CNPJ 13.965.228/0001-68 – AV. 24 DE OUTUBRO, 930 – CENTRO – BOM RETIRO/SC CEP. 88.680-000.

Lages, 25 de outubro 2017  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 13-D/2017 - JULIO CESAR - FMASH**

Publicação Nº 1428923

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13-D/2017 - PREGÃO PRESENCIAL  
Nº 18/2017 – FMASH - PROCESSO ADM. Nº 32/2017

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Alimentos (biscoitos, bolachas, doces e salgados) para Diversas Repartições da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Sede, CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII, CAD Único, Centro POP, Acolhimento POP, Cozinha Comunitária, Padaria, Inclusão e Cidadania, Banco de Alimentos, Vida Ativa/Praça do CEU e Acolhimento Emergencial) para o período de 2017/2018.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 05 (cinco) dias da solicitação da Secretaria, no Almoxarifado da SMASH - Praça João Ribeiro, nº 37, Centro, CEP 88502-167, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e posteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 336.669,15 (trezentos e trinta e seis mil e seiscentos e sessenta e nove reais e quinze centavos), sendo:

JÚLIO CESAR RODRIGUES DELFES – EPP – CNPJ nº 82.894.718/0001-33 – Rua Mario Ribeiro Ramos, nº 248, bairro Universitário, CEP 88509-340, Lages/SC.

Lages, 25 de outubro 2017  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 13-E/2017 - NUTRI - FMASH**

Publicação Nº 1428924

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13-E/2017 - PREGÃO PRESENCIAL  
Nº 18/2017 – FMASH - PROCESSO ADM. Nº 32/2017

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Alimentos (biscoitos, bolachas, doces e salgados) para Diversas Repartições da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Sede, CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII, CAD Único, Centro POP, Acolhimento POP, Cozinha Comunitária, Padaria, Inclusão e Cidadania, Banco de

Alimentos, Vida Ativa/Praça do CEU e Acolhimento Emergencial) para o período de 2017/2018.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 05 (cinco) dias da solicitação da Secretaria, no Almoxarifado da SMASH - Praça João Ribeiro, nº 37, Centro, CEP 88502-167, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e posteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 94.174,85 (noventa e quatro mil e cento e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), sendo:  
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME – CNPJ nº 07.814.016/0001-87 – Rua Brasília, nº 220D, bairro Jardim Itália, CEP 89802-320, Chapecó/SC.

Lages, 25 de outubro 2017  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 64-A/2017 - BRITAPLAN - PML**

Publicação Nº 1429235

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 64-A/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2017  
PROCESSO Nº 250/2017

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Brita nº0, Brita nº1, Brita nº2, Pó de Brita, Bica Corrida Não Classificada, Pedra de Mão, Macadame, Brita Graduada e Grelha de Ferro Chato para Reparo e Pavimentação de Estradas.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Retirada(s)/Entrega(s) e Local(is): em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da Secretaria de Planejamento e Obras, sendo que os produtos serão retirados diretamente da empresa vencedora, a qual deve estar instalada em até 10 quilômetros do centro do Município de Lages. Na hipótese de Empresa localizada a uma distância superior a 10km, deve assumir inteira responsabilidade pela entrega do material solicitado, nos locais a serem indicados pela Secretaria, conforme solicitação.

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso;

2.5 Da Ata de Registro de Preços: sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na

tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 101/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 1.990.500,00 (um milhão e novecentos e noventa mil e quinhentos reais), sendo:  
BRITAPLAN BRITAGEM PLANALTO LTDA – CNPJ nº 75.887.273/0001-07 – Rod. BR 116, s/n, Km 253, Acesso Sul, CEP 88509-130, Lages/SC.

Lages, 31 de outubro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO ARP 64-B/2017 - CONSBRITA - PML**

Publicação Nº 1429238

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 64-B/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2017

PROCESSO Nº 250/2017

##### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Brita nº0, Brita nº1, Brita nº2, Pó de Brita, Bica Corrida Não Classificada, Pedra de Mão, Macadame, Brita Graduada e Grelha de Ferro Chato para Reparo e Pavimentação de Estradas.

##### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Retirada(s)/Entrega(s) e Local(is): em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da Secretaria de Planejamento e Obras, sendo que os produtos serão retirados diretamente da empresa vencedora, a qual deve estar instalada em até 10 quilômetros do centro do Município de Lages. Na hipótese de Empresa localizada a uma distância superior a 10km, deve assumir inteira responsabilidade pela entrega do material solicitado, nos locais a serem indicados pela Secretaria, conforme solicitação.

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso;

2.5 Da Ata de Registro de Preços: sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

##### **CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 101/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 210.750,00 (duzentos e dez mil e setecentos e cinquenta reais), sendo:

CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA – EPP - CNPJ nº 06.099.082/0001-50 – Est. Pessegueirinho, s/nº, Km 2, Campo da Roca Baixo, bairro Curitibaanos Rural, CEP 89520-000, Curitibaanos/SC.

Lages, 31 de outubro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO ARP 64-C/2017 - OAL - PML**

Publicação Nº 1429239

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 64-C/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2017

PROCESSO Nº 250/2017

##### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Brita nº0, Brita nº1, Brita nº2, Pó de Brita, Bica Corrida Não Classificada, Pedra de Mão, Macadame, Brita Graduada e Grelha de Ferro Chato para Reparo e Pavimentação de Estradas.

##### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Retirada(s)/Entrega(s) e Local(is): em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da Secretaria de Planejamento e Obras, sendo que os produtos serão retirados diretamente da empresa vencedora, a qual deve estar instalada em até 10 quilômetros do centro do Município de Lages. Na hipótese de Empresa localizada a uma distância superior a 10km, deve assumir inteira responsabilidade pela entrega do material solicitado, nos locais a serem indicados pela Secretaria, conforme solicitação.

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso;

2.5 Da Ata de Registro de Preços: sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

##### **CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 101/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 102.845,00 (cento e dois mil e oitocentos e quarenta e cinco reais), sendo:

OAL SERRALHERIA LTDA - ME – CNPJ nº 04.009.090/0001-32 – Rua Farias de Brito, nº 37 – fundos, bairro Várzea, CEP 88526-360, Lages/SC.

Lages, 31 de outubro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO ARP 65/2017 - CCL - PML**

Publicação Nº 1429311

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 308/2017

PROCESSO Nº 248/2017

##### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para a Aquisição de Concreto Usinado a Quente (CBUQ) para Pavimentação de Estradas.

##### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Retirada(s)/Entrega(s) e Local(is): em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da Secretaria de Planejamento e Obras, sendo que os produtos serão retirados diretamente da usina da empresa vencedora, a qual deve estar instalada em até 10 quilômetros do centro do Município de Lages. Na hipótese de Empresa localizada a uma distância superior a 10km, deve assumir inteira responsabilidade pela entrega do material solicitado, nos locais a serem indicados pela Secretaria, conforme solicitação.

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas

Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso;

2.5 Da Ata de Registro de Preços: sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 308/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 1.344.000,00 (um milhão e trezentos e quarenta e quatro mil reais), sendo:

CCL CONSTRUTORA LTDA – CNPJ nº 78.355.104/0001-06 – Rua Frei Gabriel, nº 538, andar 06, sala 01, bairro Centro, CEP 88502-030, Lages/SC.

Lages, 31 de outubro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

# Laguna

## PREFEITURA

### EDITAL INTERNO SEDUC 01/2017

Publicação Nº 1428364

#### EDITAL INTERNO SEDUC Nº 01/2017

Dispõe sobre a data e estabelece os procedimentos para a realização de REMOÇÃO E ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA destinado aos ocupantes do Cargo de Professor, Especialista em Assuntos Educacionais, Secretário de Escola, com atuação na rede municipal de ensino de Laguna – SC.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, no uso de suas atribuições legais, torna público a abertura do Edital de Remoção e/ou Alteração da carga horária de Professores, Especialistas em Assuntos Educacionais e Secretários de Escola, considerando o disposto nos artigos 11, 12, 14 e 15 da Lei Complementar nº 138 de 12 de junho de 2006, com atuação na rede municipal de ensino para o ano letivo de 2018.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. REMOÇÃO é o deslocamento do servidor do local em que se encontra lotado para outra unidade educacional.

1.2. ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA é o aumento ou redução da jornada de trabalho do servidor.

1.3. Poderão participar do Edital de Remoção os ocupantes do Cargo de Professor, Especialista em Assuntos Educacionais e Secretário de Escola, lotados nas Unidades Escolares da rede municipal, com, no mínimo, 01(um) ano de exercício no cargo.

1.4. No ato da inscrição, os servidores acima mencionados poderão optar por até 03 (três) Unidades Escolares, registrando-as em ordem de preferência.

1.5. As opções do Professor devem ser correspondentes ao seu regime de trabalho, considerando a sua carga horária funcional.

1.6. O Professor com regime de trabalho de 40 horas semanais poderá optar somente em unidades escolares que funcionem em dois turnos.

1.7. Ficam impedidos de reduzir a carga horária os Professores lotados 40 (quarenta) horas nos Centros de Educação Infantil, nos termos do parágrafo único do art.35 da Lei Complementar nº 138/2006.

1.8. As opções do Especialista em Assuntos Educacionais e Secretário de Escola devem ser correspondentes ao seu regime de trabalho, considerando a sua carga horária funcional.

1.9. O Especialista em Assuntos Educacionais e o Secretário de Escola, com regime de 40 (quarenta) horas semanais, poderá optar somente por unidades escolares que funcionem em dois turnos.

1.10. O Professor, Especialista em Assuntos Educacionais e Secretário de Escola que pretende participar deste Edital de Remoção e Alteração de carga horária deverá ter, no mínimo, 12 (doze) meses de efetivo exercício na Unidade Escolar de lotação, a contar da data de posse;

#### 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas no período de 20/11/17 a 24/11/201 das 13:00 às 18:30 horas na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, situado à Rua Barão Rio Branco, 107 - Centro.

2.2. A solicitação de alteração de exercício (remoção) ou de alteração (aumento e redução) de carga horária deverá ser feita pelo próprio candidato diretamente no Departamento Administrativo da Secretaria de Educação e Esportes, por meio de requerimento próprio, conforme Anexo I e II, respectivamente, acompanhadas dos documentos descritos no item 4.

2.3. É vedada a inscrição ao servidor que:

- a. Esteja em gozo de licença sem remuneração;
- b. Esteve ou esteja em licença para tratamento de saúde por período igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias;
- c. Esteja em processo de aposentadoria;
- d. Esteve ou esteja readaptado por período igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias;
- e. Esteja a disposição de outros órgãos não pertencentes à estrutura da Secretaria de Educação de Laguna/SC, exceto os que cumprem mandato classista.

#### 3- DOS CRITÉRIOS:

3.2. Para a alteração de exercício, referente a Remoção, a classificação do Professor e Especialista em Assuntos Educacionais, obedecerá os seguintes critérios de desempate, na ordem:

- I- maior grau de formação na área de atuação;
- II- maior tempo no magistério público municipal;
- III- maior tempo de serviço no magistério;
- IV- mais idoso;
- V- maior número de filhos menores;
- VI- residência mais próxima da respectiva unidade escolar;
- VII- sorteio.

3.4. A classificação referente a alteração de exercício (Remoção) do Secretário de Escola obedecerá os seguintes critérios de desempate, na ordem:

- I- maior tempo de serviço público municipal;
- II- mais idoso;
- III - maior número de filhos menores;
- IV - residência mais próxima da respectiva unidade escolar;
- V - sorteio.

3.5. O Professor efetivo terá preferência na ampliação de sua carga horária, até o limite de 40 horas semanais, em relação à nova admissão.

3.6. Havendo mais de um Professor e Especialista em Assuntos Educacionais que manifestem interesse pelo aumento ou redução de carga horária, serão observados os seguintes critérios:

- I- maior tempo de serviço efetivo ininterrupto na Unidade Escolar;
- II- maior grau de formação na área de atuação;
- III- maior tempo de serviço no magistério público municipal;
- IV- mais idoso;
- V- maior número de filhos;
- VI- residência mais próxima da respectiva unidade escolar;
- VII- sorteio.

#### 4- DOS DOCUMENTOS:

4.1. Para alteração de exercício (remoção) os Professores e Especialistas em Assuntos Educacionais, deverão apresentar os seguintes documentos no ato de inscrição:

- a) xerox da carteira de identidade;
- b) xerox da portaria de nomeação;
- c) requerimento devidamente preenchido e assinado;
- d) xerox do diploma de maior grau de formação na área de atuação;

- e) atestado de tempo de serviço público municipal contado até 31/10/2017  
f) atestado de tempo de serviço no magistério contado até 31/10/2017  
g) xerox das certidões de nascimento dos filhos menores;  
h) xerox do comprovante de residência.

4.2. Os Secretários de Escola para alteração de exercício (remoção), deverão apresentar os seguintes documentos no ato de inscrição:

- a) xerox da carteira de identidade;  
b) xerox da portaria de nomeação;  
c) requerimento devidamente preenchido e assinado;  
d) atestado de tempo de serviço público municipal contado até 31/10/2017  
e) xerox das certidões de nascimento dos filhos menores;  
f) xerox do comprovante de residência.

4.3. Para aumento e redução de carga horária o Professor e Especialista em Assuntos Educacionais deverão apresentar os seguintes documentos no ato de inscrição:

- a) xerox da carteira de identidade;  
b) xerox da portaria de nomeação;  
c) requerimento devidamente preenchido e assinado;  
d) xerox do diploma de maior grau de formação na área de atuação;  
e) atestado de tempo de serviço efetivo ininterrupto na Unidade Escolar até 31/10/2017  
f) atestado de tempo de serviço no magistério contado até 31/10/2017  
g) xerox das certidões de nascimento dos filhos;  
h) xerox do comprovante de residência.

#### 5- DO RESULTADO:

O resultado do processo será divulgado no site da prefeitura no link publicações e também estará disponível no mural da Secretaria de Educação e Esportes no dia 06 de Dezembro de 2017, a partir das 14 horas.

#### 6- DA EXPEDIÇÃO DE PORTARIA:

A portaria será expedida pelo Departamento de Recursos Humanos por ato do Poder Executivo.

#### 7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

7.1. Valerá a inscrição para todo e qualquer efeito como forma expressa de aceitação, por parte do candidato, das normas constantes deste Edital.

7.2. O candidato deverá transferir-se para a Unidade Escolar em que foi removido a partir de 05 (cinco) de fevereiro de 2018.

7.3. O Professor, Especialista em Assuntos Educacionais e Secretário de Escola que participar do edital de remoção e alteração de carga horária não poderá ter movimentação funcional, nem se afastar para ocupar função gratificada, no transcurso de, no mínimo, 12 (doze) meses a contar de 05/02/2018.

7.4. O Professor, Especialista em Assuntos Educacionais e Secretário de Escola que for removido por este Edital só poderá reivindicar nova remoção depois de transcorridos, no mínimo, 12 (doze) meses a contar de 05/02/2018.

7.5. O descumprimento do prazo determinado para assumir a nova lotação e/ou carga horária implicará no cancelamento do mesmo.

7.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão composta por servidores da Secretaria de Educação e Esportes e homologados pela Secretária de Educação do Município de Laguna/SC.

7.7. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 13 de Novembro de 2017.

KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO  
Secretária de Educação e Esportes

ANEXO I

REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO DE EXERCÍCIO (REMOÇÃO) –  
EDITAL SEDUC Nº 01/2017

NOME DO(A) SERVIDOR(A): \_\_\_\_\_

TELEFONE FIXO: \_\_\_\_\_ CELULAR: \_\_\_\_\_

MATRÍCULA Nº \_\_\_\_\_ DATA IN-  
GRESSO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CARGO/DISCIPLINA: \_\_\_\_\_

LOTAÇÃO/LOCAL: \_\_\_\_\_

CARGA HORÁRIA: \_\_\_\_\_

TURNO: \_\_\_\_\_

UNIDADE PRETENDIDA PARA REMOÇÃO:

• 1ª OPÇÃO: \_\_\_\_\_

• 2ª OPÇÃO: \_\_\_\_\_

• 3ª OPÇÃO: \_\_\_\_\_

Laguna, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Candidato

Protocolo Nº: \_\_\_\_\_ Nº. Folhas Recebidas: \_\_\_\_\_

COMPROVANTE DE ENTREGA - REQUERIMENTO DE  
ALTERAÇÃO DE EXERCÍCIO (REMOÇÃO) – EDITAL SEDUC Nº  
01/2017

SERVIDOR(A): \_\_\_\_\_

CARGO/DISCIPLINA: \_\_\_\_\_

DATA RECEBIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA

Protocolo Nº: \_\_\_\_\_

Nº. Folhas Recebidas: \_\_\_\_\_

ANEXO II

REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO (AUMENTO OU REDUÇÃO) DE  
CARGA HORÁRIA

– EDITAL SEDUC Nº 01/2017

NOME DO(A) SERVIDOR(A): \_\_\_\_\_

TELEFONE FIXO: \_\_\_\_\_ CELULAR: \_\_\_\_\_

MATRÍCULA Nº \_\_\_\_\_ DATA IN-  
GRESSO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CARGO/DISCIPLINA: \_\_\_\_\_

LOTAÇÃO/LOCAL: \_\_\_\_\_

CARGA HORÁRIA ATUAL: \_\_\_\_\_

TURNOS: \_\_\_\_\_

1 -CARGA HORÁRIA PRETENDIDA PARA AUMENTO:  
\_\_\_\_HORAS SEMANAIS

TURNOS PRETENDIDOS: \_\_\_\_\_ UNIDADE ESCOLAR: \_\_\_\_\_

2 - CARGA HORÁRIA PRETENDIDA PARA REDUÇÃO:  
\_\_\_\_HORAS SEMANAIS

TURNOS PRETENDIDOS: \_\_\_\_\_ UNIDADE ESCOLAR: \_\_\_\_\_

Laguna, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Candidato

Protocolo Nº.: \_\_\_\_\_ Nº. Folhas Recebidas: \_\_\_\_\_

COMPROVANTE DE ENTREGA - REQUERIMENTO DE  
ALTERAÇÃO (AUMENTO OU REDUÇÃO) DE CARGA HORÁRIA –  
EDITAL SEDUC Nº 01/2017

SERVIDOR(A): \_\_\_\_\_

CARGO/DISCIPLINA: \_\_\_\_\_

DATA RECEBIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA

Protocolo Nº.: \_\_\_\_\_ Nº. Folhas Recebidas: \_\_\_\_\_

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 16/2017**

Publicação Nº 1429374

Dispõe sobre a aprovação da proposta de Construção de um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS com recursos oriundos de transferência voluntárias da União.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária extraordinária, realizada dia 14 de novembro de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da

Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

Considerando o Parágrafo 4º do Artigo 17 da Lei 12.435 de 06 de julho de 2011, os conselheiros de que tratam os incisos II, III e IV do artigo 16, com competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;

Considerando o Ofício nº130/2017 – SMASH/PML que encaminha para apreciação e aprovação das propostas cadastradas no SINCOV, com o objetivo de capitanear transferências voluntárias de Recursos.

Considerando as orientações do MDS a aprovação dos projetos poderá ser por meio de Ata, declaração ou Resolução, devidamente assinado pelo Presidente e ciência dos demais Conselheiros.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Especial Básica – Construção de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, conforme a Proposta nº 069541/2017 registrada no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SINCOV – Programa 5500020170013.

I. O Projeto elaborado pela Prefeitura Municipal de Laguna, vinculado à ação Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – Voluntárias, com o objeto voltado a Aquisição de bens tem o valor de R\$ 455.000,00 (Quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais) provenientes do Orçamento Geral da União de 2017.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 14 de Novembro de 2017.

Gustavo Ramos Sant`Anna  
Presidente do CMAS**RESOLUÇÃO CMAS Nº 17/2017**

Publicação Nº 1429376

Dispõe sobre a aprovação da proposta de Construção de um Centro Público de Convivência com recursos oriundos de transferência voluntárias da União.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária extraordinária, realizada dia 14 de novembro de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

Considerando o Parágrafo 4º do Artigo 17 da Lei 12.435 de 06 de julho de 2011, os conselheiros de que tratam os incisos II, III e IV do artigo 16, com competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;

Considerando o Ofício nº130/2017 – SMASH/PML que encaminha para apreciação e aprovação das propostas cadastradas no

SINCOV, com o objetivo de capitanear transferências voluntárias de Recursos.

Considerando as orientações do MDS a aprovação dos projetos poderá ser por meio de Ata, declaração ou Resolução, devidamente assinado pelo Presidente e ciência dos demais Conselheiros.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Especial Básica – Construção de Centro de Convivência, conforme a Proposta nº 070195/2017 registrada no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SINCOV – Programa 5500020170013.

I. O Projeto elaborado pela Prefeitura Municipal de Laguna, vinculado à ação Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – Voluntárias, com o objeto voltado a Aquisição de bens tem o valor de R\$ 455.000,00 (Quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais) provenientes do Orçamento Geral da União de 2017.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 14 de Novembro de 2017.  
Gustavo Ramos Sant`Anna  
Presidente do CMAS

## **RESOLUÇÃO CMAS Nº 18/2017**

Publicação Nº 1429377

Dispõe sobre a aprovação da proposta de Aquisição de Veículo para o CRAS com recursos oriundos de transferência voluntárias da União.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária extraordinária, realizada dia 14 de novembro de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

Considerando o Parágrafo 4º do Artigo 17 da Lei 12.435 de 06 de julho de 2011, os conselheiros de que tratam os incisos II, III e IV do artigo 16, com competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;

Considerando o Ofício nº130/2017 – SMASH/PML que encaminha para apreciação e aprovação das propostas cadastradas no SINCOV, com o objetivo de capitanear transferências voluntárias de Recursos.

Considerando as orientações do MDS a aprovação dos projetos poderá ser por meio de Ata, declaração ou Resolução, devidamente assinado pelo Presidente e ciência dos demais Conselheiros.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Especial Básica – Aquisição de Veículo para o CRAS, conforme a Proposta nº 070319/2017 registrada no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SINCOV – Programa 5500020170013.

I. O Projeto elaborado pela Prefeitura Municipal de Laguna,

vinculado à ação Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – Voluntárias, com o objeto voltado a Aquisição de bens tem o valor de R\$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais) provenientes do Orçamento Geral da União de 2017.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 14 de Novembro de 2017.  
Gustavo Ramos Sant`Anna  
Presidente do CMAS

## **RESOLUÇÃO CMAS Nº 19/2017**

Publicação Nº 1429378

Dispõe sobre a aprovação da proposta de Reforma/Recuperação/Adaptação da Unidade Pública de Acolhimento com recursos oriundos de transferência voluntárias da União.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária extraordinária, realizada dia 14 de novembro de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

Considerando o Parágrafo 4º do Artigo 17 da Lei 12.435 de 06 de julho de 2011, os conselheiros de que tratam os incisos II, III e IV do artigo 16, com competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;

Considerando o Ofício nº130/2017 – SMASH/PML que encaminha para apreciação e aprovação das propostas cadastradas no SINCOV, com o objetivo de capitanear transferências voluntárias de Recursos.

Considerando as orientações do MDS a aprovação dos projetos poderá ser por meio de Ata, declaração ou Resolução, devidamente assinado pelo Presidente e ciência dos demais Conselheiros.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Especial Básica – Reforma/Recuperação/Adaptação da Unidade Pública de Acolhimento, conforme a Proposta nº 069915/2017 registrada no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SINCOV – Programa 5500020170013.

I. O Projeto elaborado pela Prefeitura Municipal de Laguna, vinculado à ação Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – Voluntárias, com o objeto voltado a Aquisição de bens tem o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) provenientes do Orçamento Geral da União de 2017.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 14 de Novembro de 2017.  
Gustavo Ramos Sant`Anna  
Presidente do CMAS

# Lajeado Grande

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 009/2017

Publicação Nº 1428372

PORTARIA LEGISLATIVA n. 009/2017

De 01/11/2017

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ODETE PERCIO GEREMIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURACI ANTONIO XAVIER – Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias Anuais à Servidora Pública Municipal ODETE PERCIO GEREMIA, relativas ao período aquisitivo correspondente a 11 de dezembro de 2015 a 10 de dezembro de 2016, com direito ao pagamento o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

§ 1º Na forma do art. 68 do Estatuto dos Funcionários Públicos, fica convertido 1/3 (um terço) de férias do respectivo servidor em abono pecuniário, utilizando como base de cálculos a remuneração mensal.

§ 2º O gozo de férias (20 dias) será de 10 a 30 de dezembro de 2017.

Art.2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Vigente.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC, em 30 de novembro de 2016.

JURACI ANTONIO XAVIER

Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

MARGARETE SILVA COSTA FLORES

1ª Secretária

### PORTARIA 010/2017

Publicação Nº 1428376

PORTARIA LEGISLATIVA n. 010/2017

De 01/11/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REINALDO VALENTINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURACI ANTONIO XAVIER – Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

DECIDE:

Art. 1º Conceder Férias Anuais ao Servidor Público Municipal REINALDO VALENTINI, relativas ao período aquisitivo correspondente a 11 de dezembro de 2015 a 10 de dezembro de 2016, com direito ao pagamento o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

§ 1º Na forma do art. 68 do Estatuto dos Funcionários Públicos,

fica convertido 1/3 (um terço) de férias do respectivo servidor em abono pecuniário, utilizando como base de cálculos a remuneração mensal.

§ 2º O gozo de férias (20 dias) será de 10 a 30 de novembro de 2017.

Art.2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Mundial Vigente.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,

em 01 de novembro de 2017.

JURACI ANTONIO XAVIER

Presidente

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

MARGARETE SILVA COSTA FLORES

1ª Secretária

### PORTARIA 011/2017

Publicação Nº 1428377

PORTARIA LEGISLATIVA n. 011/2017

De 10/11/2017

CONVOCA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REINALDO VALENTINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURACI ANTONIO XAVIER – Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

DECIDE:

Art. 1º - Convoca o Servidor Público Municipal REINALDO VALENTINI, que encontra-se em período de gozo de férias, para retornar às suas atividades junto a Câmara de Vereadores, devido que os serviços contábeis são ordem contínua e no momento não possuímos recursos para contratação temporária de outro profissional. Parágrafo único. O gozo de férias (20 dias) conforme o período aquisitivo correspondente a 11 de dezembro de 2015 a 10 de dezembro de 2016 será de disponibilizado futuramente em nova data a ser definida..

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,

em 10 de novembro de 2017.

JURACI ANTONIO XAVIER

Presidente

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

MARGARETE SILVA COSTA FLORES

1ª Secretária

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### HOSPITAL SANTO ANTONIO - PORTARIA Nº. 0709/2017 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1429407

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 0709/2017 de 08 de Novembro de 2017.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

#### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR DANIEL BARROS GARCIA HERNANDES, Servidor efetivo do Município de Lebon Régis, com matrícula nº 1244/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, e lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar suas funções junto ao Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, ocupando o cargo de Médico, com ônus para o Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, conforme menciona a Portaria 677/17 de 08 de novembro de 2017 da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/11/2017.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de Novembro de 2017.

LEONIRO DA SILVA PAHL  
Presidente

### PORTARIA Nº 682/17 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1429403

PORTARIA Nº 682/17 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) CRISTIANE MIRANDA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Recepcionista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 13/11/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de novembro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 683/17 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1429404

PORTARIA Nº 683/17 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JAQUELINA APARECIDA CAVALHERI BEHRENS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 14/11/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 14 de novembro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 684/17 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1429405

PORTARIA Nº 684/17 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SELMA BELLI DE OLIVEIRA FARIAS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 16/11/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 16 de novembro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 685/17 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1429406

PORTARIA Nº 685/17 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARIA HELENA FOGAÇA SOSTIZZO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Agente de Saúde, com lotação na Secretária Municipal de Saúde e Cultura, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 16/11/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 16 de novembro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 022/2017 - FMS

Publicação Nº 1428935

CONTRATO Nº 022/2017 - FMS

Nono Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/2017 – Aditivo de Preço.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrita no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita Roberta Otto, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa AUTO POSTO CAMILO LTDA EPP, com sede a Rua Ângelo Silva, nº 317, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 05.385.866/0001-81, neste ato representada por seu representante legal, o Senhor Abelardo Camilo da Cunha, brasileiro, divorciado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Ângelo Silva, nº 317, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº 289.080.079-20, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, Resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Nono Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2017, na forma das Cláusulas que seguem:

Considerando, o Ofício nº 009/2017, de 02 de novembro de 2017, da Empresa Auto Posto Camilo Ltda EPP, que analisou as condições econômicas extraordinárias ocorridas no preço da gasolina perante a economia nacional em que solicita o reajuste do preço do litro da gasolina comum de R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos), para R\$ 4,03 (quatro reais e três centavos), conforme determinação do Governo Federal - Petrobrás;

Considerando, que a empresa vencedora do certame licitatório cumpriu com suas obrigações constantes no Contrato nº 002/2017, não constando nada que desabone sua conduta;

Considerando, os competentes pareceres do Assessor Jurídico e do Controle Interno do Município, sobre o Reequilíbrio Econômico e Financeiro, aprovando o reajuste no preço da gasolina comum em relação ao Contrato nº 002/2017;

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 019/2016, celebrar o Nono Termo Aditivo de Preço ao Contrato nº 002/2017, com fulcro no art. 65, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, ao Pregão Presencial nº 018/2016, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 002/2017, passa a vigorar com o acréscimo do inciso IX com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL”.

IX – “O Aditivo de Contrato nº 022/2017, tem por objeto o reajuste no preço da gasolina comum, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor unitário por litro de gasolina comum a R\$ 4,03 (quatro reais e três centavos).”

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes ao Contrato nº 002/2017, do Processo de Licitação nº 019/2016, modalidade Pregão Presencial nº 018/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 002/2017.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 06 de novembro de 2017.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	ABELARDO CAMILO DA CUNHA AUTO POSTO CAMILO LTDA EPP Contratada
--	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

**CONTRATO Nº 045/2017 - PMLL**

Publicação Nº 1428907

**CONTRATO Nº 045/2017 - PMLL**

Nono Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/2017 – Aditivo de Preço.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa AUTO POSTO CAMILO LTDA EPP, com sede na Rua Ângelo Silva, nº 317, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 05.385.866/0001-81, neste ato representada por seu representante legal, o Senhor Abelardo Camilo Da Cunha, brasileiro, divorciado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Ângelo Silva, nº 317, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº 289.080.079-20, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, Resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Nono Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2017, na forma das Cláusulas que seguem:

Considerando, o Ofício nº 009/2017, de 02 de novembro de 2017, da Empresa Auto Posto Camilo Ltda EPP, que analisou as condições econômicas extraordinárias ocorridas no preço da gasolina perante a economia nacional em que solicita o reajuste do preço do litro da gasolina comum de R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos), para R\$ 4,03 (quatro reais e três centavos), conforme determinação do Governo Federal - Petrobrás;

Considerando, que a empresa vencedora do certame licitatório cumpriu com suas obrigações constantes no Contrato nº 002/2017, não constando nada que desabone sua conduta;

Considerando, os competentes pareceres do Assessor Jurídico e do Controle Interno do Município, sobre o Reequilíbrio Econômico e Financeiro, aprovando o reajuste no preço da gasolina comum em relação ao Contrato nº 002/2017.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 055/2016, celebrar o Nono Termo Aditivo de Preço ao Contrato nº 002/2017, com fulcro no art. 65, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, ao Pregão Presencial nº 040/2016, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 002/2017, passa a vigorar com o acréscimo do inciso IX com a seguinte redação:

“CLAUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL”.

IX – “O Aditivo de Contrato nº 045/2017, tem por objeto o reajuste no preço da gasolina comum, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor unitário por litro de gasolina comum a R\$ 4,03 (quatro reais e três centavos).”

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes ao Contrato nº 002/2017, do Processo de Licitação nº 055/2016, modalidade Pregão Presencial nº 040/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 002/2017.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 06 de novembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	ABELARDO CAMILO DA CUNHA AUTO POSTO CAMILO LTDA EPP Contratada
---	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90

**DECRETO N.º 124/2017**

Publicação Nº 1428657

DECRETO N.º 124, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO."

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso I da Lei nº 1.257 de 29 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementada a dotação do Orçamento Fiscal Vigente, no valor de R\$ 40.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	40.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	40.000,00
Função	12	Educação	40.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	40.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	40.000,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	40.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	40.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	40.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	40.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			40.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação verificado no exercício, na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Recursos Ordinários	0.1.0000	40.000,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO UTILIZADO .....		40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de novembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

**DECRETO N.º 125/2017**

Publicação Nº 1428659

DECRETO Nº 125, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE."

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 1.257, de 29 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação orçamentária no orçamento fiscal vigente, no valor de R\$ 9.019,14 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	9.019,14
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	9.019,14
Função	12	Educação	9.019,14
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	9.019,14
Programa	0004	Educação é Tudo	9.019,14
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	9.019,14
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.019,14
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	9.019,14
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	9.019,14
Fonte de Recurso	0.1.0019.0	Transferências do FUNDEB	9.019,14
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			9.019,14

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	9.019,14
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	9.019,14
Função	12	Educação	9.019,14
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	9.019,14
Programa	0004	Educação é Tudo	9.019,14
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	9.019,14
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.019,14
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	9.019,14
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	9.019,14
Fonte de Recurso	0.1.0019.0	Transferências do FUNDEB	9.019,14
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			9.019,14

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de novembro de 2017.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

## DECRETO N.º 126/2017

Publicação Nº 1428660

DECRETO N.º 126 , DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso II da Lei nº 1.257 de 29 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento da Seguridade Social vigente no valor de R\$ 14.000,00(quatorze mil reais) conforme especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	14.000,00
Função	10	Saúde	14.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	14.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	14.000,00
Projeto/Atividade	2.060	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	14.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	14.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	14.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	14.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0064	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	14.000,00
Detalhamento	43	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	14.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			14.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação da dotação com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	14.000,00
Função	10	Saúde	14.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	14.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	14.000,00
Projeto/Atividade	2.060	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	14.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	14.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	14.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	14.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0064	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	14.000,00
Detalhamento	43	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	14.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			14.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de novembro de 2017.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

**DECRETO N.º 127 /2017**

Publicação Nº 1429073

DECRETO N.º 127, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Incisos I da Lei nº 1.257 de 29 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do orçamento da seguridade social, no valor de R\$ 6.445,34 (seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), conforme especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.445,34
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.445,34
Função	10	Saúde	6.445,34
Sub-função	301	Atenção Básica	6.445,34
Programa	0006	Saúde com Excelência	6.445,34
Atividade	2.051	Atenção de Média e Alta Complexidade – MAC	6.445,34
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.445,34
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.445,34
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.445,34
Fonte de Recursos	0.1.0065.00	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambul. e Hospitalar	6.445,34
Detalhamento	22	Teto Municipal da MAC Ambulatorial e Hospitalar	6.445,34
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			6.445,34

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação verificado no exercício, na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Código Fonte/Detalhamento	Valor
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambul. e Hospitalar/ Teto Municipal da MAC Ambulatorial e Hospitalar	0.1.0065/22	6.445,34
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO UTILIZADO .....		6.445,34

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de novembro de 2017.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

**LEI N.º 1.335/2017**

Publicação Nº 1428661

LEI N.º 1.335, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública de Leoberto Leal, as quais serão financiadas com os recursos previstos no anexo I desta Lei.

Art. 2º - O Plano Plurianual da administração pública de Leoberto Leal para o quadriênio 2018-2021, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nas planilhas do anexo II desta Lei.

Art. 3º - As metas da administração para o quadriênio 2018-2021, consolidadas por programas, são aquelas constantes do anexo III desta Lei.

Art. 4º - As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo II desta Lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º - As metas fiscais por ações em cada programa, serão demonstradas na forma do Anexo IV desta Lei.

§ 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

- I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;
- II – Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;
- III – Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;
- IV – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;
- V – Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;
- VI – Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;
- VII – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º - Os valores de previsão da receita, constantes dos anexos desta Lei estão orçados a preços correntes em agosto de 2017, com projeção de crescimento de 6% ao ano.

Art. 6º - As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara Municipal.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei.

Art. 9º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de novembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

PPA 2010-2013

#### ANEXO IV

##### Anexo I

CÓDIGO	Código Destino	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO 2006/2009
		UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL	
1000.00.00		RECEITAS CORRENTES	16.942.500
1100.00.00		Receita Tributária	826.500
1110.00.00		Impostos	761.500
1112.00.00		Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	70.000
1112.02.00	0.1.00	Imposto Predial e Territorial Urbano	42.000
	0.1.01	Imposto Predial e Territorial Urbano	10.500
	0.1.02	Imposto Predial e Territorial Urbano	7.000
	0.1.03	Imposto Predial e Territorial Urbano	10.500
1112.04.00		Imposto s/a Renda e Proventos Qualquer Natureza	172.000
1112.04.31	0.1.00	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	89.100
	0.1.01	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	22.275
	0.1.02	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	14.850
	0.1.03	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	22.275
1112.08.00	0.1.00	Imp.s/Transm.Inter Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	50.940
	0.1.01	Imp.s/Transm.Inter Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	12.735
	0.1.02	Imp.s/Transm.Inter Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	8.490
	0.1.03	Imp.s/Transm.Inter Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	12.735
1113.00.00		Imposto sobre a Produção e Circulação	449.600
1113.05.00	0.1.00	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	269.760
	0.1.01	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	67.440
	0.1.02	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	44.960
	0.1.03	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	67.400
1120.00.00		Taxas	65.000

1121.00.00		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	30.800
1121.25.00	0.1.00	Tx.Lic. P/Functo. Estab. Com., Ind. e Prestadora de Serviços	24.800
1121.29.00	0.1.00	Tx. de Licença para Execução de Obras	6.000
1122.00.00		Taxa pela Prestação de Serviços	34.200
1122.90.00	0.1.00	Taxa de Limpeza Pública	16.000
1122.99.00	0.1.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	18.200
1200.00.00		Receita de Contribuições	6.700
1210.00.00		Contribuições Sociais	6.700
1210.29.00		Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	6.700
1210.29.09	0.1.00	Contribuições de Servidor Inativo Civil	6.700
1220.00.00		Contribuições Econômicas	
1220.29.00	0.1.00	Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	
1300.00.00		Receita Patrimonial	62.900
1325.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários	62.900
1325.01.00		Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	
1325.01.02	0.1.51	Receita Remuneração Dep. Bancários Rec. Vinculados - FUNDEF	
1325.02.00		Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	62.900
1325.02.99	0.1.50	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não Vinculados	62.900
1400.00.00		Receita Agropecuária	8.400
1490.00.00	0.1.00	Outras Receitas Agropecuárias	8.400
1600.00.00		Receita de Serviços	109.900
1600.03.00	0.1.00	Serviços de Transporte	13.000
1600.45.00	0.1.00	Serviços Preparação Terra Propriedades Particulares	96.900
1700.00.00		Transferências Correntes	15.453.400
1720.00.00		Transferências Intergovernamentais	15.329.200
1721.00.00		Transferências da União	9.923.600
1721.01.00		Participação na Receita da União	8.262.700
1721.01.02	0.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.944.600
	0.1.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.236.150
	0.1.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	824.100
	0.1.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.236.150
1721.01.05	0.1.00	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	13.020
	0.1.01	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	3.255
	0.1.02	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	2.170
	0.1.03	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	3.255
1721.09.00		Outras Transferências da União	112.100
1721.09.01	0.1.00	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	67.260
	0.1.01	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	16.815
	0.1.02	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	11.210
	0.1.03	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	16.815
1721.22.00		Transferência da Compensação Financeira	73.800
1721.22.30	0.1.05	Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira p/Prod. Petróleo	73.800
1721.33.00	0.1.06	Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - FMS	1.273.100
1721.35.00		Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação	201.900
1721.35.01	0.1.07	Transferências do Salário Educação*	133.800
1721.35.02	0.1.08	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PDDE*	20.400
1721.35.03	0.1.09	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE*	47.700
1721.35.04	0.1.10	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	
1722.00.00		Transferências dos Estados	4.015.600
1722.01.00		Participação na Receita dos Estados	4.015.600
1722.01.01	0.1.00	Cota-Parte do ICMS	2.124.600
	0.1.01	Cota-Parte do ICMS	531.150
	0.1.02	Cota-Parte do ICMS	354.100
	0.1.03	Cota-Parte do ICMS	531.150
1722.01.02	0.1.00	Cota-Parte do IPVA	200.820
	0.1.01	Cota-Parte do IPVA	50.205
	0.1.02	Cota-Parte do IPVA	33.470
	0.1.03	Cota-Parte do IPVA	50.205
1722.01.04	0.1.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	139.900
	0.1.01	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	20.985
	0.1.02	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	13.990
	0.1.03	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	20.985
1722.01.13	0.1.11	Cota-Parte da CIDE	
1724.00.00		Transferências Multigovernamentais	1.390.000

1724.01.00		Transferências de Recursos do FUNDEF	1.390.000
1724.01.01	0.1.12	Transferências de Recursos do FUNDEF - 60%	834.000
1724.01.02	0.1.13	Transferências de Recursos do FUNDEF - 40%	556.000
1750.00.00	0.1.21	Transferências de Pessoas - FIA	4.300
1760.00.00		Transferências de Convênios	119.900
1762.00.00		Transf. de Conv. dos Estados e do DF e de suas Entidades	119.900
1762.99.00		Outras Transferências de Convênio dos Estados	119.900
1762.99.01	0.1.25	Convênio Secretaria de Estado da Família - FMAS	33.000
1762.99.03	0.1.28	Convênio SEF - Creche - FMAS	57.100
1762.99.04	0.1.29	Convênio SEF - APAE - FMAS	10.100
1762.99.05	0.1.26	Convênio SSP – Parte Polícia Civil e Militar	13.700
1762.99.06	0.1.27	Convênio SSP – Parte Município	6.000
1900.00.00		Outras Receitas Correntes	474.700
1910.00.00		Multas e Juros de Mora	75.800
1911.00.00		Multas e Juros de Mora dos Tributos	49.100
1911.38.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	32.100
1911.39.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora sobre o ITBI	300
1911.40.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	16.400
1911.99.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	300
1913.00.00		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	26.100
1913.11.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	4.800
1913.13.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	19.500
1913.99.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	1.800
1915.00.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	300
1918.00.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	300
1920.00.00		Indenizações e Restituições	6.300
1921.00.00		Indenizações	6.300
1921.99.00	0.1.00	Outras Indenizações	6.300
1930.00.00		Receita da Dívida Ativa	336.400
1931.00.00		Receita da Dívida Ativa Tributária	331.100
1931.11.00	0.1.00	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	63.780
	0.1.01	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	15.945
	0.1.02	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	10.630
	0.1.03	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	15.945
1931.13.00	0.1.00	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	132.000
		Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	33.000
		Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	22.000
		Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	33.000
1931.99.00	0.1.00	Receita de Dívida Ativa de Outros Tributos	4.800
1932.00.00	0.1.00	Receita de Dívida Ativa não Tributária	5.300
1990.00.00		Receitas Diversas	56.200
1990.99.00	0.1.00	Outras Receitas	56.200
2000.00.00		RECEITAS DE CAPITAL	2.175.700
2100.00.00		Operações de Crédito	310.000
2110.00.00		Operações de Crédito Internas	310.000
2114.00.00		Op. de Créd. Contr. Int. Relativas a Programas de Governo	70.000
2114.01.00	0.1.54	Op. de Crédito Internas p/ Programas de Educação	70.000
2119.00.00	0.1.55	Outras Operações de Crédito Internas	240.000
2200.00.00		Alienação de Bens	82.000
2210.00.00		Alienação de Bens Móveis	82.000
2216.00.00		Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Vinculados	62.000
2216.01.00	0.1.56	Recursos do FUNDEF	37.000
2216.02.00	0.1.57	Recursos do Fundo de Saúde	25.000
2217.00.00	0.1.60	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos não Vinculados	20.000
2400.00.00		Transferências de Capital	1.783.700
2470.00.00		Transferências de Convênios	1.783.700
2471.00.00		Transferência de Convênios da União e suas Entidades	941.400
2471.99.00		Outras Transferências de Convênio da União	941.400
2471.99.01	0.1.30	Convênio Ministério dos Esportes	160.000
2471.99.02	0.1.32	Convênio Ministério da Saúde	581.400
2471.99.03	0.1.33	Convênio Ministério do Meio Ambiente	200.000
2472.00.00		Transf. de Conv. Dos Estados e do DF e suas Entidades	842.300
2472.02.00		Transf. de Conv. dos Estados Destinadas a Progr. Educ.	215.000
2472.02.01	0.1.34	Convênio SEE - Escola	175.000

2472.02.02	0.1.35	Convênio SEE - Creche	40.000
2472.99.00		Outras Transferências de Convênio dos Estados	627.300
2472.99.01	0.1.36	Convênio DETER	32.300
2472.99.02	0.1.37	Convênio Secretaria de Estado da Saúde	200.000
2472.99.03	0.1.38	Convênio Secretaria de Estados dos Transportes	395.000
9000.00.00		DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(-) 1.805.100
9721.01.00		Dedução Receita p/ Formação FUNDEF - Transf. União	(-) 1.252.965
9721.01.02	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEF - FPM	(-) 1.236.150
9721.09.01	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEF - ICMS Desoner.	(-) 16.815
9722.01.00		Dedução Receita p/Formação FUNDEF - Transf. Estados	(-) 552.135
9722.01.01	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEF - ICMS	(-) 531.150
9722.01.04	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEF - IPI Exp.	(-) 20.985
		SOMA	17.313.100
		UNIDADE GESTORA IPAM	
1000.00.00		RECEITAS CORRENTES	393.300
1200.00.00		Receitas de Contribuições	186.000
1210.00.00		Contribuições Sociais	186.000
1210.29.00		Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	186.000
1210.29.07	0.2.45	Contribuição de Servidor Ativo Civil	172.000
1210.29.09	0.2.45	Contribuição de Servidor Inativo Civil	7.500
1210.29.11	0.2.45	Contribuição de Servidor Pensionista Civil	6.500
1300.00.00		Receita Patrimonial	207.000
1320.00.00		Receitas de Valores Mobiliários	207.000
1321.00.00		Juros de Títulos de Renda	
1321.06.00		Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	
1321.06.01	0.2.75	Títulos de Responsabilidade do Governo Federal - Vinc. ao RPPS	
1324.00.00		Fundos de Investimentos	207.000
1324.04.00	0.2.75	Fundos de Aplicações em Cotas – Renda Variável	207.000
1900.00.00		Outras Receitas Correntes	300
1910.00.00		Multas e Juros Mora	300
1912.00.00		Multas e Juros de Mora das Contribuições	300
1912.34.00	0.2.48	Multas e Juros de Mora Contr. Plano Seg.Social Serv. Público*	300
		SOMA	393.300
		Transferências Financeiras Recebidas	417.000
		Contribuição Previdenciária Patronal	390.000
		Taxa de Administração	27.000
		SOMA	417.000
		TOTAL	810.300
		TOTAL GERAL	18.123.400

• Modelo de Planilha de Despesa por Programa e Ações – Anexo II

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL										
		PLANO PLURIANUAL 2006/2009							ANEXO II	
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO										
PROGRAMA										
018 - CRIANÇA NA ESCOLA										
DIAGNÓSTICO										
O município possui 18 escolas no ensino fundamental, 358 alunos, 29 professores e 18 merendeiras. Na educação de zero a seis anos há 4 pré-escolas,										
99 alunos e 4 professores. O transporte escolar diário de 410 alunos é realizado com duas kombis, dois micro-ônibus, dois ônibus e fretamento de quatro										
veículos do interior. Há necessidade de um ônibus, renovar a frota, capacitar professores e melhorar a rede física e instituir o Plano de Cargos e Salários.										
DIRETRIZES										
Melhoria e ampliação da rede física, equipamento das escolas, melhoria das condições de transporte escolar, diversificação do cardápio da merenda, ampliação da rede física do ensino infantil, reciclagem dos professores e adequação dos mecanismos utilizados no ensino para melhorar a qualidade.										
OBJETIVOS: Melhorar a frequência na escola e a qualidade do ensino e valorizar o professor.										
AÇÕES				PRODUTO		UNIDADE ME- DIDA		META	VALOR	DR
01. Ampliação da rede física do ensino funda- mental				Área		m2		350	175.000,00	0.1.34

							15.000,00	0.1.02
02. Manutenção do ensino fundamental			Aluno/dia	unidade	360		772.200,00	0.1.12
							20.400,00	0.1.08
							765.650,00	0.1.00
							175.430,00	0.1.01
							740.220,00	0.1.02
							400.000,00	0.1.13
03. Transporte escolar			Aluno/dia	unidade	410		120.000,00	0.1.00
							300.000,00	0.1.02
							156.000,00	0.1.13
							37.000,00	0.1.56
							133.800,00	0.1.07
							70.000,00	0.1.54
04. Merenda escolar			Aluno/dia	unidade	320		47.700,00	0.1.09
05. Construção de creche			Área	m2	100		10.000,00	0.1.02
							40.000,00	0.1.35
06. Manutenção da educação infantil			criança/dia	unidade	120		242.900,00	0.1.02
							57.100,00	0.1.28
07. Ampliação do Acervo Bibliográfico			Livro	unidade	520		15.000,00	0.1.00
08. Adaptação do Prédio do Complexo Educacional			Prédio	unidade	1		20.000,00	0.1.00
TOTAL							4.313.400,00	

## Modelo de Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas – Anexo III

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

CONSOLIDAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO

R\$ 1,00

CÓDIGO	PROGRAMA	CÓDIGO DR	VALOR
	UNIDADE GESTORA PREFEITURA		
0 001	Processo Legislativo	0.1.00	445.800
0 006	Gestão Administrativa Superior		575.100
		0.1.00	555.100
		0.1.60	20.000
0 009	Administração Geral	0.1.00	427.000
0 012	Administração Financeira	0.1.00	737.500
0 014	Organização e Modernização Administrativa		56.000
		0.1.00	16.000
		0.1.55	40.000
0 016	Retransmissão de Sinais de TV	0.1.00	11.300
0 018	Criança na Escola		4.313.400
		0.1.00	920.650
		0.1.01	175.430
		0.1.02	1.308.120
		0.1.34	175.000
		0.1.12	772.200
		0.1.13	556.000
		0.1.08	20.400
		0.1.07	133.800
		0.1.56	37.000
		0.1.54	70.000
		0.1.09	47.700
		0.1.35	40.000
		0.1.28	57.100
0 021	Esporte é Vida		369.800
		0.1.00	209.800
		0.1.30	160.000
0 025	Saúde para Todos		3.161.000
		0.1.03	1.662.900
		0.1.06	1.273.100
		0.1.37	200.000
		0.1.57	25.000
0 027	Criança e Adolescente Assistido		45.100

		0.1.00	30.700
		0.1.29	10.100
		0.1.21	4.300
0 028	Assistência Social		297.800
		0.1.00	264.800
		0.1.25	33.000
0 031	Serviços de Utilidade Pública		691.200
		0.1.00	491.200
		0.1.33	200.000
0 034	Água Potável	0.1.00	27.500
0 036	Prevenção a Doenças		642.000
		0.1.00	60.600
		0.1.32	581.400
0 039	Estradas Vicinais		1.946.800
		0.1.00	1.883.900
		0.1.50	62.900
0 041	Passageiro ao Abrigo		53.100
		0.1.00	20.800
		0.1.36	32.300
0 044	Trânsito Seguro		33.800
		0.1.00	14.100
		0.1.26	13.700
		0.1.27	6.000
0 046	Urbanização de Vias		877.800
		0.1.00	209.000
		0.1.02	73.800
		0.1.55	200.000
		0.1.38	395.000
0 048	Pequeno Produtor Assistido	0.1.00	1.013.300
0 051	Leoberto Leal Turismo	0.1.00	69.500
0 054	Fortalecimento do Municipalismo	0.1.00	132.500
0 000	Encargos Especiais	0.1.00	648.500
9 999	Reserva de Contingência	0.1.00	320.300
	SOMA		16.896.100
	Transferências Financeiras Concedidas - IPAM		417.000
	TFC – Ações e Serviços Públicos de Saúde	0.1.03	28.100
	TFC – Manutenção Desenv. Ensino Fundamental	0.1.01	41.200
	TFC – Manutenção Desenv. Ensino Infantil	0.1.02	39.700
	TFC – Valorização Profissionais do Magistério	0.1.12	61.800
	TFC – Gerais	0.1.00	246.200
	SUB-TOTAL		17.313.100
	UNIDADE GESTORA IPAM		
0 060	Regime Próprio de Previdência	0.2.45	141.900
9 999	Reserva de Contingência		251.400
		0.2.45	44.100
		0.2.48	300
		0.2.75	207.000
	SUB-TOTAL		393.300
	TOTAL GERAL		17.706.400

Demonstrativo Compatibilização das Fontes com a Destinação dos Recursos - DR  
R\$ 1,00

DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	CÓDIGO	PROGRAMA	VALOR
0.1.00	Recursos Ordinários	8.756.050	0001	Processo Legislativo	445.800
			0006	Gestão Adm.Superior	555.100
			0009	Administração Geral	427.000
			0012	Administração Financeira	737.500
			0014	Org. e Modern. Admin.	16.000
			0016	Retransmissão Sinais TV	11.300
			0018	Criança na Escola	920.650
			0021	Esporte é Vida	209.800
			0027	Criança e Adol.Assistido	30.700
			0028	Assistência Social	264.800
			0031	Serviços Utilidade Pública	491.200

			0034	Água Potável	27.500
			0036	Prevenção à Doenças	60.600
			0039	Estradas Vicinais	1.883.900
			0041	Passageiro ao Abrigo	20.800
			0044	Trânsito Seguro	14.100
			0046	Urbanização de Vias	209.000
			0048	Pequeno Produtor Assistido	1.013.300
			0051	Leoberto Leal Turismo	69.500
			0054	Fortalecto. Municipalismo	132.500
			0000	Encargos Especiais	648.500
			9999	Reserva de Contingência	320.300
				Transf. Financeiras IPAM	246.200
	SOMA	8.756.050		SOMA	8.756.050
0.1.01	Recursos Imp. P/MDEF	216.630	0018	Criança na Escola	175.430
				TFC ao IPAM - MDEF	41.200
0.1.02	Recursos Imp. P/ MDE	1.347.820	0018	Criança na Escola	1.308.120
				TFC ao IPAM - MDE	39.700
0.1.03	Recursos Imp. P/ASPS	1.691.000	0025	Saúde para Todos	1.662.900
				TFC ao IPAM - ASPS	28.100
0.1.05	Infra-Estrutura Urbana	73.800	0046	Urbanização de Vias	73.800
0.1.06	Ações e Serv. Públ. Saúde	1.273.100	0025	Saúde para Todos	1.273.100
0.1.07	MDEF	133.800	0018	Criança na Escola	133.800
0.1.08	Conservação de Escolas	20.400	0018	Criança na Escola	20.400
0.1.09	Alimentação Escolar	47.700	0018	Criança na Escola	47.700
0.1.12	Rem.Prof.Mag. Min. 60%	834.000	0018	Criança na Escola	772.200
				Transf. Financeiras IPAM	61.800
0.1.13	MDEF Máximo de 40%	556.000	0018	Criança na Escola	556.000
0.1.21	Fia	4.300	0027	Criança e Adol. Assistido	4.300
0.1.25	Convênio SEF FMAS	33.000	0028	Assistência Social	33.000
0.1.26	Melhoria Trans. Parte PCM	13.700	0044	Trânsito Seguro	13.700
0.1.27	Melhoria Tr. Parte PMAM	6.000	0044	Trânsito Seguro	6.000
0.1.28	Conv. SEF Creche FMAS	57.100	0018	Criança na Escola	57.100
0.1.29	Conv. SEF APAE FMAS	10.100	0027	Criança e Adol. Assistido	10.100
0.1.30	Constr. Equip. Esportivos	160.000	0021	Esporte é Vida	160.000
0.1.32	Saneamento Básico Conv.	581.400	0036	Prevenção à Doenças	581.400
0.1.33	Ações Preserv. Meio Amb.	200.000	0031	Serviços Utilidade Pública	200.000
0.1.34	Constr. Esc. Conv. Estadual	175.000	0018	Criança na Escola	175.000
0.1.35	Constr. Creche Conv. Est.	40.000	0018	Criança na Escola	40.000
0.1.36	Constr.Abr.Passag. Conv.	32.300	0041	Passageiro ao Abrigo	32.300
0.1.37	Constr. Um. Saúde Conv.	200.000	0025	Saúde para Todos	200.000
0.1.38	Pavim. Ruas Conv. Est.	395.000	0046	Urbanização de Vias	395.000
0.2.45	Pagamento Inativos e Pens.	186.300	0060	Regime Próp. Previdência	141.900
			9999	Reserva de Contingência	44.100
			9999	Reserva de Contingência	300
0.1.50	Recursos Ordinários	62.900	0039	Estradas Vicinais	62.900
0.1.54	Aquis. Ônibus Transp. Esc.	70.000	0018	Criança na Escola	70.000
0.1.55	Modern. Administr.	40.000	0014	Org. e Modern. Admin.	40.000
		200.000	0046	Urbanização de Vias	200.000
0.1.56	MDEF	37.000	0018	Criança na Escola	37.000
0.1.57	ASPS	25.000	0025	Saúde para Todos	25.000
0.1.60	Aquisição de Veículo	20.000	0006	Gestão Admin.Superior	20.000
0.2.75	Pagto. Inativos e Pens.	207.000	9999	Reserva de Contingência	207.000
	TOTAL	17.706.400		TOTAL	17.706.400

#### Demonstrativo Consolidado dos Programas, Ações, Metas Físicas e Financeiras – Anexo IV.

O Anexo IV do PPA permitirá uma visualização consolidada dos programas e suas ações, produto, unidade de medida, metas físicas e financeiras, com uma configuração que permitirá, quando da elaboração da LDO e LOA, demonstrar a compatibilização entre esses três instrumentos de planejamento, conforme disposto no artigo 165, § 7º da CF e artigo 5º da LRF.

Conheça abaixo o modelo de Demonstrativo Consolidado dos Programas, Ações, Metas Físicas e Financeiras.

						ANEXO IV					R\$ 1,00
DEMONSTRATIVO DAS METAS FÍSICAS E FISCAIS POR AÇÕES											
CÓDIGO	PROGRAMAS/AÇÕES				PRODUTO	UNIDADE	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS	
						MEDIDA	PPA	LDO	LOA	PPA	LDO
										LOA	

	UNIDADE GESTORA PREFEITURA										
0 001	PROCESSO LEGISLATIVO								445.800		
	1. Discussão e votação das leis		Sessões	Unidade	160				222.900		
	2. Fiscalização dos Atos da Administração		Un.Gestora	Unidade	2				222.900		
0 006	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR								575.100		
	1. Manut. do Gab.Prefeito, Vice e Assessorias								575.100		
0 009	ADMINISTRAÇÃO GERAL								427.000		
	1. Gerência de Recursos Humanos		Servidor	Unidade	173				160.000		
	2. Gerência do Patrimônio Público Municipal		Bens	Unidade	1.310				27.000		
	3. Gerência dos Serviços Gerais		Diversos						240.000		
0 012	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA								737.500		
	1. Controle do Cadastro Imob. e Econômico		Cadastro	Unidade	1.150				140.000		
	2. Arrecadação e Pagamentos		Unid.Monet.	Unidade	17.506.400				147.500		
	3. Registros Contábeis		Lançto.	Unidade	19.000				450.000		
0 014	ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTR.								56.000		
	1. Ampliação e Melhoria dos Serv. Informatizados		Programa	Unidade	19				44.000		
	2. Treinamento de Pessoal		Servidor	Unidade	10				12.000		
0 016	RETRANSMISSÃO DOS SINAIS DE TV								11.300		
	1. Manutenção de Repetidora de Sinais		repetidora	Unidade	3				11.300		
0 018	CRIANÇA NA ESCOLA								4.313.400		
	1. Ampliação da Rede Física do Ens. Fundamental		Área	m2	350				175.000		
	2. Manutenção do Ensino Fundamental		Aluno/dia	Unidade	360				2.880.700		
	3. Transporte Escolar		Aluno/dia	Unidade	410				825.000		
	4. Merenda Escolar		Aluno/dia	Unidade	320				47.700		
	5. Construção de Creche		Área	m2	100				50.000		
	6. Manutenção da Educação Infantil		Criança/dia	Unidade	120				300.000		
	7. Ampliação do Acervo Bibliográfico		Livro	Unidade	520				15.000		
	8. Adaptação do Prédio Complexo Educacional		Prédio	m2	400				20.000		
0 021	ESPORTE É VIDA								369.800		
	1. Construção de Equipamentos Esportivos		Equip.	Unidade	3				160.000		
	2. Apoio ao Esporte Amador		Atleta	Unidade	1.850				169.800		
	3. Reforma do Ginásio de Esportes		Ginásio	Unidade	1				40.000		

## DEMONSTRATIVO DAS METAS FÍSICAS E FÍSICAS POR AÇÕES

CÓDIGO	PROGRAMAS/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
			MEDIDA	PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA
0 025	SAÚDE PARA TODOS						3.161.000		
	1. Construção e Ampliação de Unidade de Saúde	Área	m2	400			220.000		
	2. Assistência Médica-Odontológica	Paciente	Unidade	96.000			2.941.000		
0 027	CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO						45.100		
	1. Proteção das Crianças em Situação de Risco	Criança	Unidade	150			45.100		
0 028	ASSISTÊNCIA SOCIAL						297.800		
	1. Atenção às Famílias Carentes	Família	Unidade	350			227.800		
	2. Integração dos Idosos	Idoso	Unidade	280			60.000		

	3. Apoio aos Clubes de Mães	Clube	Unidade	3			10.000		
0 031	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA						691.200		
	1. Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	Pto. Luz	Unidade	550			228.200		
	2. Limpeza Pública	Lixo	Tonelada	4.200			395.000		
	3. Constr. Limpeza e Melhoria de Praça Pública	Praça	Unidade	3			48.000		
	4. Construção do Cemitério Municipal	Cemitério	Unidade	1			20.000		
0 034	ÁGUA POTÁVEL						27.500		
	1. Ampliação de Rede de Água	Ligação	Unidade	50			8.000		
	2. Manutenção e Melhoria de Redes	Ligação	Unidade	100			9.000		
	3. Instalação de Novos Sistemas	Ligação	Unidade	50			10.500		
0 036	PREVENÇÃO A DOENÇAS						642.000		
	1. Instalação de Fossa e Filtro Anaeróbio	Família At.	Unidade	400			612.000		
	2. Obras de Drenagem de Águas Paradas	Drenagem	m	300			30.000		
0 039	ESTRADAS VICINAIS						1.946.800		
	1. Construção de Ponte em Concreto	Ponte	m2	200			196.800		
	2. Construção de Bueiros	Bueiro	m	4.800			150.000		
	3. Abertura e Conservação de Estradas	Estradas	Km	350			1.600.000		
0 041	PASSAGEIRO AO ABRIGO						53.100		
	1. Construção de Abrigo de Passageiro	Abrigo	Unidade	40			53.100		
0 044	TRÂNSITO SEGURO						33.800		
	1. Sinalização e Conserv. da Sinalização Existente	Trecho	Km	25			33.800		
0 046	URBANIZAÇÃO DE VIAS						877.800		
	1. Pavimentação de Ruas	Área	m2	32.000			827.800		
	2. Pavimentação de Passeios	Área	m2	7.500			50.000		

## DEMONSTRATIVO DAS METAS FÍSICAS E FISCAIS POR AÇÕES

OCÓDI- GO	PROGRAMAS/AÇÕES	PRODU- TO	UNIDADE	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
			MEDIDA	PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA
0 048	PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO						1.013.300		
	1. Assistência ao Pequeno Produtor Rural	Produtor	Unidade	1.100			900.000		
	2. Realização de Eventos Promocionais	Evento	Unidade	8			30.000		
	3. Conclusão do Parque de Exposições	Obra	%	50			35.000		
	4. Eletrificação Rural	Rede	Km	10			28.300		
	5. Apoio a Telefonia Rural	Comuni- dade	Unidade	6			20.000		
0 051	LEOBERTO LEAL TURISMO						69.500		
	1. Apoio a Exploração de Fontes Termais	Fonte	Unidade	10			10.000		
	2. Treinamento para Agregação de Valores	Agricultor	Unidade	100			10.000		
	3. Criação de Oficina de Artesanato	Oficina	Unidade	1			6.000		
	4. Estímulo a Grupo Folclórico	Grupo	Unidade	2			8.000		
	5. Criação de Banda de Música	Banda	Unidade	1			8.500		
	6. Constituição de Museu	Museu	Unidade	1			10.000		
	7. Apoio a Empreendimentos Turísticos	Negócios	Unidade	4			9.000		
	8.Plantio de Árvores Floríferas	Árvores	Unidade	2.000			8.000		
0 054	FORTEALECIMENTO DO MUNICIPALISMO						132.500		
	1. Contribuição às Entidades Municipalistas	Entidade	Unidade	3			132.500		
0 000	ENCARGOS ESPECIAIS						648.500		
	1. Amortização do Principal e Encargos da Dívida	Contrato	Unidade	2			128.500		
	2. Pagamento de Inativos e Pensionistas	Pessoas	Unidade	8			390.000		
	3. Contribuição ao PASEP	Servidor	Unidade	173			130.000		
9 999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA						320.300		
	SOMA						16.896.100		
	Transferências Financeiras ao IPAM						417.000		
	SUB-TOTAL						17.313.100		
	UNIDADE GESTORA IPAM								
0 060	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA						141.900		
	1. Gerenciamento dos Recursos	Servido- res	Unidade	120			27.900		

	2. Pagamento de Inativos e Pensionistas	Pessoa	Unidade	10			114.000		
9 999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA						668.400		
	SOMA						810.300		
	TOTAL GERAL						18.123.400		

## Lindóia do Sul

## PREFEITURA

## LFR 5º BIMESTRE

Publicação Nº 1428878

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (e)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECETAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>19.347.800,00</b>	<b>19.347.800,00</b>	<b>2.882.492,78</b>	<b>14,90</b>	<b>14.551.989,63</b>	<b>4.795.810,37</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>19.242.700,00</b>	<b>19.242.700,00</b>	<b>2.707.846,08</b>	<b>14,07</b>	<b>14.226.353,98</b>	<b>5.016.346,02</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.085.030,00	1.085.030,00	151.303,20	13,94	830.697,90	254.332,10
IMPOSTOS	860.000,00	860.000,00	128.924,38	14,99	677.829,29	182.170,71
TAXAS	215.030,00	215.030,00	4.949,00	2,30	135.438,79	79.591,21
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	10.000,00	10.000,00	17.429,82	174,30	17.429,82	-7.429,82
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	253.800,00	253.800,00	35.659,48	14,05	170.756,66	83.043,34
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	98.800,00	98.800,00	14.635,77	14,81	67.783,63	31.016,37
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	155.000,00	155.000,00	21.023,71	13,56	102.973,03	52.026,97
RECEITA PATRIMONIAL	242.020,00	242.020,00	32.938,58	13,61	243.101,31	-1.081,31
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	25.000,00	25.000,00	2.370,00	9,48	3.032,04	21.967,96
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	217.020,00	217.020,00	30.568,58	14,09	240.069,27	-23.049,27
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	96.500,00	96.500,00	15.847,48	16,42	99.354,59	-2.854,59
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.316.400,00	17.316.400,00	2.442.068,29	14,10	12.716.155,59	4.600.244,41
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.113.400,00	17.113.400,00	2.390.799,70	13,97	12.528.004,28	4.585.395,72
TRANSF. DE PESSOAS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
TRANSF. DE CONV.	200.000,00	200.000,00	51.268,59	25,63	188.151,31	11.848,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	245.950,00	245.950,00	30.029,05	12,21	166.287,93	79.662,07
MULTAS E JUROS DE MORA	151.000,00	151.000,00	21.764,92	14,41	112.576,41	38.423,59
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.850,00	24.850,00	2.657,02	10,69	5.616,08	19.233,92
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	65.100,00	65.100,00	5.607,11	8,61	44.284,37	20.815,63
RECEITAS DIVERSAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	3.811,07	1.188,93
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>105.100,00</b>	<b>105.100,00</b>	<b>174.646,70</b>	<b>166,17</b>	<b>325.635,65</b>	<b>-220.535,65</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	54.100,00	54.100,00	0,00	0,00	0,00	54.100,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	54.100,00	54.100,00	0,00	0,00	0,00	54.100,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	51.000,00	51.000,00	6.899,12	13,53	65.404,78	-14.404,78
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	167.747,58	0,00	260.230,87	-260.230,87
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	167.747,58	0,00	260.230,87	-260.230,87
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>112.200,00</b>	<b>112.200,00</b>	<b>21.195,43</b>	<b>18,89</b>	<b>89.384,24</b>	<b>22.815,76</b>

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>112.200,00</b>	<b>112.200,00</b>	<b>21.195,43</b>	<b>18,89</b>	<b>89.384,24</b>	<b>79,67</b>	<b>22.815,76</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>19.460.000,00</b>	<b>19.460.000,00</b>	<b>2.903.688,21</b>	<b>14,92</b>	<b>14.641.373,87</b>	<b>75,24</b>	<b>4.818.626,13</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>19.460.000,00</b>	<b>19.460.000,00</b>	<b>2.903.688,21</b>	<b>14,92</b>	<b>14.641.373,87</b>	<b>75,24</b>	<b>4.818.626,13</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>19.460.000,00</b>	<b>19.460.000,00</b>	<b>2.903.688,21</b>	<b>14,92</b>	<b>14.641.373,87</b>	<b>75,24</b>	<b>4.818.626,13</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>							
Superávit Financeiro	—	1.952.887,11	—	—	846.879,64	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	1.952.887,11	—	—	846.879,64	—	—
	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>19.460.000,00</b>	<b>22.003.680,20</b>	<b>2.022.501,97</b>	<b>16.294.989,72</b>	<b>5.708.690,48</b>	<b>3.061.571,08</b>	<b>14.074.309,44</b>	<b>7.929.370,76</b>	<b>13.682.428,58</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>18.364.700,00</b>	<b>20.196.972,64</b>	<b>1.884.497,71</b>	<b>15.368.331,25</b>	<b>4.828.641,39</b>	<b>2.851.131,09</b>	<b>13.660.591,52</b>	<b>6.536.381,12</b>	<b>13.281.333,74</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.765.700,00	9.125.010,48	1.303.976,36	6.687.380,62	2.437.629,86	1.326.807,72	6.663.829,39	2.461.181,09	6.548.045,57
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	14.000,00	14.000,00	0,00	12.000,00	2.000,00	4.412,60	8.599,97	5.400,03	8.599,97
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.585.600,00	11.057.962,16	580.521,35	8.668.950,63	2.389.011,53	1.519.910,77	6.988.162,16	4.069.800,00	6.724.688,20
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.092.800,00</b>	<b>1.804.207,56</b>	<b>138.004,26</b>	<b>926.658,47</b>	<b>877.549,09</b>	<b>210.439,99</b>	<b>413.717,92</b>	<b>1.390.489,64</b>	<b>401.094,84</b>
INVESTIMENTOS	1.058.800,00	1.795.207,56	138.004,26	911.658,47	873.549,09	206.214,23	405.266,40	1.379.941,16	392.643,32
INVERSOES FINANCEIRAS	17.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	17.000,00	17.000,00	0,00	15.000,00	2.000,00	4.225,76	8.451,52	8.548,48	8.451,52

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>19.460.000,00</b>	<b>22.003.680,20</b>	<b>2.022.501,97</b>	<b>16.294.989,72</b>	<b>5.708.690,48</b>	<b>3.061.571,08</b>	<b>14.074.309,44</b>	<b>7.929.370,76</b>	<b>13.682.428,58</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>19.460.000,00</b>	<b>22.003.680,20</b>	<b>2.022.501,97</b>	<b>16.294.989,72</b>	<b>5.708.690,48</b>	<b>3.061.571,08</b>	<b>14.074.309,44</b>	<b>7.929.370,76</b>	<b>13.682.428,58</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>19.460.000,00</b>	<b>22.003.680,20</b>	<b>2.022.501,97</b>	<b>16.294.989,72</b>	<b>5.708.690,48</b>	<b>3.061.571,08</b>	<b>14.074.309,44</b>	<b>7.929.370,76</b>	<b>13.682.428,58</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	567.064,43	—	958.945,29
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.460.000,00	22.003.680,20	2.022.501,97	16.294.989,72	—	3.061.571,08	14.641.373,87	—	14.641.373,87
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

  

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(a - c)
				(c/a)		
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>	<b>112.200,00</b>	<b>112.200,00</b>	<b>21.195,43</b>	<b>18,89</b>	<b>89.384,24</b>	<b>22.815,76</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>112.200,00</b>	<b>112.200,00</b>	<b>21.195,43</b>	<b>18,89</b>	<b>89.384,24</b>	<b>22.815,76</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	112.200,00	112.200,00	21.195,43	18,89	89.384,24	22.815,76
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	112.200,00	112.200,00	21.195,43	18,89	89.384,24	22.815,76

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LINDOIA DO SUL , 16/11/2017

Flavio Luiz Benini  
Secretário de AdministraçãoGenir Loli  
Prefeito MunicipalGeneci Dellai  
Contadora CRC 016795/O



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	927.200,00	927.200,00	739.717,27	79,78		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	200.000,00	200.000,00	148.282,64	74,14		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	190.000,00	190.000,00	98.465,17	51,82		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	300.000,00	300.000,00	291.130,69	97,04		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	170.000,00	170.000,00	139.950,79	82,32		
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	35.000,00	35.000,00	27.122,99	77,49		
Dívida Ativa dos Impostos	18.700,00	18.700,00	22.631,56	121,02		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	13.500,00	13.500,00	12.133,43	89,88		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.365.000,00	17.365.000,00	12.296.043,33	70,81		
Cota-Parte FPM	8.200.000,00	8.200.000,00	5.252.515,00	64,06		
Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	9.962,00	66,41		
Cota-Parte IPVA	480.000,00	480.000,00	369.037,14	76,88		
Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	6.548.953,47	77,05		
Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	92.072,02	65,77		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	23.503,70	78,35		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	23.503,70	78,35		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	18.292.200,00	18.292.200,00	13.035.760,60	71,26		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	729.020,00	729.020,00	548.735,74	75,27		
Provenientes da União	527.420,00	527.420,00	390.142,56	73,97		
Provenientes dos Estados	62.400,00	62.400,00	38.990,39	62,48		
Outras Receitas do SUS	139.200,00	139.200,00	119.602,79	85,92		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	41.100,00	41.100,00	20.360,15	49,54		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	770.120,00	770.120,00	569.095,89	73,90		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.524.400,00	4.952.694,85	4.026.151,93	81,29	3.535.092,99	71,38
Pessoal e Encargos Sociais	1.573.100,00	1.707.742,36	1.272.994,52	74,54	1.272.994,52	74,54
Outras Despesas Correntes	2.951.300,00	3.244.952,49	2.753.157,41	84,84	2.262.098,47	69,71

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	167.720,00	157.720,00	9.329,28	5,92	9.329,28	5,92
	167.720,00	157.720,00	9.329,28	5,92	9.329,28	5,92
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>4.692.120,00</b>	<b>5.110.414,85</b>	<b>4.035.481,21</b>	<b>78,97</b>	<b>3.544.422,27</b>	<b>69,36</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	729.020,00	1.167.706,17	612.153,50	15,17	612.153,50	17,27
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	729.020,00	1.104.288,41	548.735,74	13,60	548.735,74	15,48
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	63.417,76	63.417,76	1,57	63.417,76	1,79
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>729.020,00</b>	<b>1.167.706,17</b>	<b>612.153,50</b>	<b>15,17</b>	<b>612.153,50</b>	<b>17,27</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	<b>3.963.100,00</b>	<b>3.942.708,68</b>	<b>3.423.327,71</b>	<b>84,83</b>	<b>2.932.268,77</b>	<b>82,73</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						<b>22,49</b>
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI] - (15 x IIIb)/100<sup>6</sup></b>						<b>976.904,68</b>

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	239.475,10	1.716,10	238.475,10	1.000,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>239.475,10</b>	<b>1.716,10</b>	<b>238.475,10</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	4.609.800,00	5.028.094,85	4.013.592,04	99,46	3.527.990,42	99,54
Vigilância Sanitária	42.100,00	42.100,00	14.681,45	0,36	9.939,03	0,28
Vigilância Epidemiológica	40.220,00	40.220,00	7.207,72	0,18	6.492,82	0,18
<b>TOTAL</b>	<b>4.692.120,00</b>	<b>5.110.414,85</b>	<b>4.035.481,21</b>	<b>100,00</b>	<b>3.544.422,27</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$ 

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LINDOIA DO SUL, 16/11/2017

Flavio Luiz Benini  
Secretário de AdministraçãoGenir Loli  
Prefeito MunicipalGenezi Dellai  
Contadora CRC 016795/O

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		Sf (e)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)				100,00				7.
Legislativa	19.460.000,00	22.003.680,20	2.022.501,97	16.294.989,72	100,00	3.061.571,08	14.074.309,44	100,00
Ação Legislativa	382.600,00	382.600,00	46.336,63	255.702,38	1,57	50.758,70	251.181,23	1,78
Administração	382.600,00	382.600,00	46.336,63	255.702,38	1,57	50.758,70	251.181,23	1,78
Administração Geral	2.752.650,00	3.266.773,30	222.858,65	2.240.313,27	13,75	407.945,68	1.977.881,33	14,05
Segurança Pública	2.752.650,00	3.266.773,30	222.858,65	2.240.313,27	13,75	407.945,68	1.977.881,33	14,05
Policimento	82.000,00	99.799,74	4.795,30	38.527,08	0,24	6.481,54	32.418,51	0,23
Defesa Civil	62.000,00	79.799,74	4.436,30	38.168,08	0,23	6.122,54	32.059,51	0,23
Assistência Social	20.000,00	20.000,00	359,00	359,00	0,00	359,00	359,00	0,00
Administração Geral	1.090.200,00	1.269.118,88	106.272,90	844.826,47	5,18	158.601,68	753.996,55	5,36
Assistência ao Idoso	270.000,00	291.000,00	31.504,86	227.879,88	1,40	31.504,86	227.832,88	1,62
Assistência ao Portador de Deficiência	25.000,00	25.000,00	237,45	14.744,68	0,09	1.473,94	12.898,53	0,09
Assistência à Criança e ao Adolescente	13.000,00	17.779,46	0,00	4.647,09	0,03	1.074,00	4.221,09	0,03
Assistência Comunitária	370.000,00	366.393,45	12.762,54	254.617,37	1,56	39.990,92	213.994,36	1,52
Saúde	412.200,00	568.945,97	61.768,05	342.937,45	2,10	84.557,96	295.049,69	2,10
Atenção Básica	4.692.120,00	5.110.414,85	376.554,74	4.035.481,21	24,77	726.381,80	3.544.422,27	25,18
Vigilância Sanitária	4.609.800,00	5.028.094,85	376.534,74	4.013.592,04	24,63	723.188,43	3.527.980,42	25,07
Vigilância Epidemiológica	42.100,00	42.100,00	0,00	14.681,45	0,09	3.024,58	9.939,03	0,07
Educação	40.220,00	40.220,00	20,00	7.207,72	0,04	168,79	6.492,82	0,05
Alimentação e Nutrição	5.220.000,00	5.322.165,79	656.506,30	3.779.098,18	23,19	763.373,66	3.546.487,02	25,20
Ensino Fundamental	140.000,00	140.000,00	10.672,07	110.891,90	0,68	24.661,79	100.616,81	0,71
Ensino Médio	3.789.000,00	3.690.165,79	490.137,03	2.664.220,44	16,35	509.254,62	2.548.876,94	18,11
Ensino Superior	58.000,00	50.000,00	0,00	40.000,00	0,25	6.000,00	14.000,00	0,10
Educação Infantil	171.000,00	175.000,00	649,68	164.785,09	1,01	33.970,76	121.855,75	0,87
Educação Especial	1.045.000,00	1.250.000,00	154.525,32	786.254,35	4,83	187.486,49	751.713,32	5,34
Cultura	17.000,00	17.000,00	522,20	12.946,40	0,08	2.000,00	9.424,20	0,07
Urbanismo	106.000,00	536.000,00	42.220,32	195.858,66	1,20	17.287,17	160.498,11	1,14
Serviços Urbanos	106.000,00	536.000,00	42.220,32	195.858,66	1,20	17.287,17	160.498,11	1,14
Habituação	615.000,00	675.000,00	48.482,31	526.632,53	3,23	70.753,26	448.189,72	3,18
Habituação Urbana	615.000,00	675.000,00	48.482,31	526.632,53	3,23	70.753,26	448.189,72	3,18
	39.000,00	29.000,00	6.645,18	18.973,79	0,12	5.474,98	13.425,04	0,10
	39.000,00	29.000,00	6.645,18	18.973,79	0,12	5.474,98	13.425,04	0,10

R\$ 1,00

LDO

= (a-d)

.929.370,76

131.418,77

131.418,77

288.891,97

288.891,97

67.381,23

47.740,23

19.641,00

515.122,33

63.167,12

12.101,47

13.558,37

152.399,09

273.896,28

.565.992,58

.500.104,43

32.160,97

33.727,18

.775.678,77

39.383,19

.141.288,85

36.000,00

53.144,25

498.286,68

7.575,80

375.501,89

375.501,89

226.810,28

226.810,28

15.574,96

15.574,96

Continua 1/3

Cor

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		Sf (e)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								7.
Saneamento	19.460.000,00	22.003.680,20	2.022.501,97	16.294.989,72	100,00	3.061.571,08	14.074.309,44	100,00
Saneamento Básico Urbano	255.000,00	263.260,00	0,00	258.251,69	1,58	44.860,98	192.385,22	1,37
Gestão Ambiental	255.000,00	263.260,00	0,00	258.251,69	1,58	44.860,98	192.385,22	1,37
Administração Geral	68.000,00	68.000,00	9.434,34	14.134,34	0,09	334,34	3.466,34	0,02
Preservação e Conservação Ambiental	40.000,00	40.000,00	9.434,34	14.134,34	0,09	334,34	3.466,34	0,02
Controle Ambiental	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	1.616.200,00	1.616.200,00	110.268,23	1.312.675,48	8,06	284.992,34	1.044.576,52	7,42
Abastecimento	35.000,00	35.000,00	175,80	570,80	0,00	158,65	553,65	0,00
Extensão Rural	258.000,00	258.000,00	0,00	250.000,00	1,53	125.000,00	187.500,00	1,33
Promoção da Produção Agropecuária	1.142.200,00	1.142.200,00	110.092,43	916.196,23	5,62	120.353,53	716.061,26	5,09
Indústria	181.000,00	181.000,00	0,00	145.908,45	0,90	39.480,16	140.461,61	1,00
Promoção Industrial	254.500,00	167.513,86	0,00	74.514,24	0,46	0,00	74.514,24	0,53
Transporte	254.500,00	167.513,86	0,00	74.514,24	0,46	0,00	74.514,24	0,53
Transporte Rodoviário	2.106.230,00	2.844.333,78	319.071,61	2.420.029,98	14,85	480.630,34	1.842.308,23	13,09
Desporto e Lazer	2.106.230,00	2.844.333,78	319.071,61	2.420.029,98	14,85	480.630,34	1.842.308,23	13,09
Desporto Comunitário	151.000,00	324.000,00	73.055,46	252.970,42	1,55	35.056,25	171.507,62	1,22
Encargos Especiais	151.000,00	324.000,00	73.055,46	252.970,42	1,55	35.056,25	171.507,62	1,22
Serviço da Dívida Interna	27.000,00	27.000,00	0,00	27.000,00	0,17	8.638,36	17.051,49	0,12
	27.000,00	27.000,00	0,00	27.000,00	0,17	8.638,36	17.051,49	0,12

Continuação 2/3

LDO

= (a-d)

.929.370,76

70.874,78

70.874,78

64.533,66

36.533,66

8.000,00

20.000,00

571.623,48

34.446,35

70.500,00

426.138,74

40.538,39

92.999,62

92.999,62

.002.025,55

.002.025,55

152.492,38

152.492,38

9.948,51

9.948,51

Continua 2/3

Cor

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SF (e)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.460.000,00	22.003.680,20	2.022.501,97	16.294.989,72	5.708.690,48	3.061.571,08	14.074.309,44	100,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>19.460.000,00</b>	<b>22.003.680,20</b>	<b>2.022.501,97</b>	<b>16.294.989,72</b>	<b>5.708.690,48</b>	<b>3.061.571,08</b>	<b>14.074.309,44</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 16/11/2017

Flavio Luiz Benini  
Secretário de Administração

Genir Loli  
Prefeito Municipal

Geneci Dellai  
Contadora CRC 016795/O

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Continuação 3/3

VLDO
------

= (a-d)
---------

.929.370,76
-------------

2.500,00
----------

.929.370,76
-------------

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017 (12 MES.)	
		Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.085.204,99	2.817.289,29	1.583.545,74	1.742.423,59	1.584.757,52	1.651.596,15	1.907.665,48	1.669.976,59	1.807.921,56	1.580.516,14	1.575.477,60	1.610.586,67	21.637.543,32	1.610.586,67
	IP.T.U.	59.270,72	88.166,81	28.979,89	51.616,79	96.357,90	85.397,90	219.630,03	66.907,06	67.599,91	62.935,16	62.930,16	68.003,04	976.135,43	68.003,04
	IR.R.F.	558,72	2.370,48	0,00	0,00	0,00	16.355,65	117.372,12	5.133,70	3.946,41	2.862,62	2.082,55	549,59	151.271,84	549,59
	I.S.S.	13.170,25	41.693,24	73,52	12.112,67	12.694,55	17.143,52	14.997,50	16.574,28	16.426,27	17.093,07	16.357,75	16.540,66	194.779,38	16.540,66
	I.T.E.L.	22.923,68	31.832,53	25.578,42	24.612,36	30.793,25	28.796,43	28.801,80	33.386,72	26.405,61	31.045,00	35.300,38	26.410,72	345.886,30	35.300,38
	Outras Receitas Tributárias	20.526,51	8.092,99	3.203,46	974,43	15.181,06	9.076,16	7.571,59	4.772,83	16.844,07	9.136,74	26.654,79	5.047,94	127.094,67	5.047,94
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.091,56	4.212,47	124,49	13.917,23	37.689,04	14.024,20	50.887,02	7.039,43	3.947,55	2.860,73	2.124,69	20.254,13	158.172,64	20.254,13
	RECEITA PATRIMONIAL	16.890,55	24.520,00	10.563,28	17.594,06	17.594,78	18.813,45	17.611,24	18.326,00	17.299,47	17.708,90	17.895,41	17.864,07	253.800,00	17.864,07
	RECEITA AGROPECUÁRIA	99.623,70	31.534,13	30.978,99	26.090,46	32.107,44	23.325,02	26.041,11	23.390,50	23.284,64	22.974,57	17.072,75	15.865,83	374.298,14	22.974,57
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.459,32	8.570,69	8.574,59	8.832,58	9.197,21	8.097,27	14.395,01	14.734,32	10.919,21	8.756,92	7.196,64	8.650,84	114.394,60	8.650,84
	Cota-Parte do F.P.M.	1.867.319,29	2.597.000,94	1.305.769,93	1.630.933,36	1.364.994,02	1.466.069,50	1.590.249,50	1.517.031,19	1.685.774,29	1.453.069,00	1.436.824,55	1.462.006,91	19.636.662,48	1.462.006,91
	Cota-Parte do I.C.M.S.	838.998,98	1.311.543,46	557.723,59	714.696,63	447.962,83	539.743,28	612.246,57	594.316,40	728.919,34	494.289,46	415.056,66	470.355,30	7.665.831,30	470.355,30
	Cota-Parte do I.P.V.A.	571.097,24	628.537,10	688.221,18	615.327,96	643.205,05	667.434,43	610.645,10	641.362,32	640.482,38	653.729,56	715.546,86	674.996,63	7.746.587,81	674.996,63
	Cota-Parte do ITR	22.706,86	10.693,48	15.047,14	31.011,89	38.319,38	39.443,75	48.090,36	43.805,44	35.636,90	42.685,88	37.322,25	37.484,15	402.347,48	42.685,88
	Outras Transferências Correntes	64,61	10,00	0,00	39,52	8,02	122,21	45,69	0,00	0,00	65,18	3.432,38	6.248,00	10.036,51	6.248,00
	Transferências da LC 61/1999	267.755,65	459.919,07	80.595,23	112.987,22	106.478,63	83.257,63	159.026,77	101.118,37	103.247,69	101.109,85	94.837,35	124.641,18	1.794.709,64	101.109,85
	Transferências da LC 87/1996	8.706,40	9.262,77	8.677,11	9.341,35	7.497,82	9.053,64	8.494,83	8.541,02	9.594,79	8.979,49	9.590,06	12.102,91	110.041,91	9.590,06
Transferências do FUNDEB	2.225,06	2.225,06	2.350,37	2.350,37	2.350,37	2.350,37	2.350,37	2.350,37	2.350,37	2.350,37	2.350,37	2.350,37	27.953,82	2.350,37	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	155.774,49	174.900,00	153.263,31	146.688,42	151.151,82	154.694,19	149.346,81	153.537,27	145.662,82	149.046,21	153.708,62	154.033,67	1.950.000,00	153.708,62	
DEDUÇÕES (II)	45.641,41	68.106,72	6.639,06	7.476,34	32.850,17	18.832,95	37.738,59	29.595,52	23.074,04	15.091,59	14.198,09	16.695,98	3.619,446	245.950,00	15.091,59
Contribuição para o FAIM - Ativo	286.351,47	348.477,70	254.403,69	281.713,83	235.103,84	259.840,06	263.867,03	258.795,19	232.277,32	248.000,39	243.974,25	248.024,69	3.171.819,46	248.024,69	
Contribuição para o FAIM - Passivo	7.246,52	14.788,06	0,00	7.117,19	6.886,05	7.865,40	7.147,56	7.343,37	7.092,66	7.213,71	6.957,81	6.950,14	86.604,46	6.950,14	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	345,30	690,60	0,00	345,30	345,30	345,30	345,30	366,91	366,91	366,91	366,91	366,91	4.261,65	366,91	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)	288.757,65	332.959,04	254.403,69	274.251,34	227.872,49	251.629,36	256.747,17	252.074,91	224.817,76	240.419,17	236.665,53	240.707,64	3.080.953,35	240.707,64	
	1.796.853,52	2.469.421,59	1.338.142,05	1.460.709,76	1.349.653,68	1.391.216,09	1.643.796,45	1.410.193,40	1.575.644,24	1.332.515,75	1.331.503,35	1.362.561,98	18.146.723,96	1.362.561,98	
FONTE: INDÍCA DO SUL, 16/11/2017															

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	111.731,71	107.505,95	103.280,19
DEDUÇÕES (II)	3.393.211,65	3.386.993,32	3.250.410,19
Disponibilidade de Caixa	3.393.211,65	3.386.993,32	3.250.410,19
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.479.033,39	3.706.258,27	3.652.581,67
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	85.821,74	319.264,95	402.171,48
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIIc - VIIb)	Jan a Out 2017 (VIIc - VIIa)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>		VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>		<b>434.000,00</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 16/11/2017

Flavio Luiz Benini  
Secretário de Administração

Genir Loli  
Prefeito Municipal

Geneci Dellai  
Contadora CRC 016795/O

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	19.137.880,00	14.075.668,95	13.040.722,11
Receita Tributária	1.085.030,00	830.697,90	661.531,56
I.P.T.U.	200.000,00	148.282,64	136.962,77
I.S.S.	300.000,00	291.130,69	195.058,37
I.T.B.I.	190.000,00	98.465,17	86.231,56
I.R.R.F.	170.000,00	139.950,79	126.224,85
Outras Receitas Tributárias	225.030,00	152.868,61	117.054,01
Receita de Contribuição	366.000,00	260.140,90	256.302,59
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	366.000,00	260.140,90	256.302,59
Receita Patrimonial Líquida	25.000,00	3.032,04	16.169,37
Receita Patrimonial	242.020,00	243.101,31	290.379,56
(-) Aplicações Financeiras	217.020,00	240.069,27	274.210,19
Transferências Correntes	17.316.400,00	12.716.155,59	11.628.081,78
F.P.M.	6.560.000,00	4.494.796,15	4.091.676,78
I.P.V.A	384.000,00	295.230,52	314.577,25
I.C.M.S.	6.800.000,00	5.239.163,68	4.364.474,21
Convênios	200.000,00	188.151,31	123.309,73
Outras Transferências Correntes	3.372.400,00	2.498.813,93	2.734.043,81
Demais Receitas Correntes	345.450,00	265.642,52	478.636,81
Dívida Ativa	65.100,00	44.284,37	18.420,56
Diversas Receitas Correntes	280.350,00	22.1358,15	460.216,25
RECEITAS DE CAPITAL (II)	105.100,00	325.635,65	303.916,47
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	51.000,00	65.404,78	25.378,25
Alienação de Ativos (V)	54.100,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	260.230,87	278.538,22
Convênios	0,00	260.230,87	278.538,22
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	260.230,87	278.538,22
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	19.137.880,00	14.335.899,82	13.319.260,33

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	20.196.972,64	15.368.331,25	13.979.750,60	13.660.591,52	12.171.062,16
Pessoal e Encargos Sociais	9.125.010,48	6.687.380,62	6.126.372,96	6.663.829,39	6.107.027,20
Juros e Encargos da Dívida (IX)	14.000,00	12.000,00	2.258,75	8.599,97	2.258,75
Outras Despesas Correntes	11.057.962,16	8.668.950,63	7.851.118,89	6.988.162,16	6.061.776,21
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	20.182.972,64	15.356.331,25	13.977.491,85	13.651.991,55	12.168.803,41
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.804.207,56	926.658,47	462.841,09	413.717,92	233.443,63
Investimentos	1.785.207,56	911.658,47	460.199,99	405.266,40	230.802,53
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	17.000,00	15.000,00	2.641,10	8.451,52	2.641,10
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.787.207,56	911.658,47	460.199,99	405.266,40	230.802,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	2.500,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	21.972.680,20	16.267.989,72	14.437.691,84	14.057.257,95	12.399.605,94
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.834.800,20	-1.932.089,90	-1.118.431,51	278.641,87	919.654,39
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.080.304,93	-	846.879,64	0,00
Superávit Financeiro	-	1.080.304,93	-	846.879,64	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				403.320,00	

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LINDOIA DO SUL , 16/11/2017

---

Flavio Luiz Benini  
Secretário de Administração

---

Genir Loli  
Prefeito Municipal

---

Geneci Dellai  
Contadora CRC 016795/O



**MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	927.200,00	927.200,00	735.141,73	79,29
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	224.500,00	224.500,00	157.529,06	70,17
1.1.1- IPTU	200.000,00	200.000,00	148.282,64	74,14
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	24.500,00	24.500,00	9.246,42	37,74
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	190.000,00	190.000,00	98.465,17	51,82
1.2.1- ITBI	190.000,00	190.000,00	98.465,17	51,82
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	342.700,00	342.700,00	339.196,71	98,98
1.3.1- ISS	300.000,00	300.000,00	291.130,69	97,04
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	42.700,00	42.700,00	48.066,02	112,57
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	170.000,00	170.000,00	139.950,79	82,32
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	17.365.000,00	17.365.000,00	12.588.827,19	72,50
2.1- Cota-Parte FPM	8.200.000,00	8.200.000,00	5.545.298,86	67,63
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.200.000,00	8.200.000,00	5.252.515,00	64,06
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	292.783,86	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	6.548.953,47	77,05
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	23.503,70	78,35
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	92.072,02	65,77
2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	9.962,00	66,41
2.6- Cota-Parte IPVA	480.000,00	480.000,00	369.037,14	76,88
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	18.292.200,00	18.292.200,00	13.323.968,92	72,84
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO L.E. ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	339.000,00	339.000,00	253.990,24	74,92
5.1- Transferências do Salário-Educação	210.000,00	210.000,00	169.840,46	80,88
5.2- Transferências Diretas - PDDE	4.000,00	4.000,00	720,00	18,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	50.000,00	50.000,00	39.444,80	78,89
5.4- Transferências Diretas - PNATE	75.000,00	75.000,00	36.336,48	48,45
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	7.648,50	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	200.000,00	200.000,00	198.989,31	99,49
6.1- Transferências de Convênios	200.000,00	200.000,00	198.989,31	99,49
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	555.000,00	555.000,00	452.979,55	81,62

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.473.000,00	3.473.000,00	2.459.206,66	70,81
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.640.000,00	1.640.000,00	1.050.502,71	64,06
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.700.000,00	1.700.000,00	1.309.789,79	77,05
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	4.700,70	78,35
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	28.000,00	28.000,00	18.414,50	65,77
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.000,00	3.000,00	1.992,34	66,41
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	96.000,00	96.000,00	73.806,62	76,88
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.960.000,00	1.960.000,00	1.524.014,51	77,76
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.950.000,00	1.950.000,00	1.519.500,14	77,92
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	4.514,37	45,14
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	-1.523.000,00	-1.523.000,00	-939.706,52	61,70
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.180.000,00	1.789.268,12	1.427.436,98	79,78	1.427.436,98	79,78
13.1- Com Educação Infantil	300.000,00	500.000,00	410.900,86	82,18	410.900,86	82,18
13.2- Com Ensino Fundamental	880.000,00	1.289.268,12	1.016.536,12	78,85	1.016.536,12	78,85
14- OUTRAS DESPESAS	780.000,00	180.000,00	110.362,01	61,31	102.569,01	56,98
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	780.000,00	180.000,00	110.362,01	61,31	102.569,01	56,98
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.960.000,00	1.969.268,12	1.537.798,99	78,09	1.530.005,99	77,69
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						9.268,12
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						9.268,12
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						9.268,12
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.520.737,87
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						93,66
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						6,12
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						0,22
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						9.268,12
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 <sup>2</sup>						9.268,12
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.045.000,00	1.250.000,00	786.254,35	62,90	751.713,32	60,14
22.1- Creche	335.000,00	310.000,00	189.503,11	61,13	172.265,25	55,57
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	335.000,00	310.000,00	189.503,11	61,13	172.265,25	55,57
22.2- Pré-escola	710.000,00	940.000,00	596.751,24	63,48	579.448,07	61,64
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	300.000,00	500.000,00	410.900,86	82,18	410.900,86	82,18
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	410.000,00	440.000,00	185.850,38	42,24	168.547,21	38,31
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.300.000,00	3.128.268,12	2.312.217,91	73,91	2.239.602,41	71,59
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.660.000,00	1.469.268,12	1.126.898,13	76,70	1.119.105,13	76,17
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.640.000,00	1.659.000,00	1.185.319,78	71,45	1.120.497,28	67,54
24- ENSINO MÉDIO	58.000,00	50.000,00	40.000,00	80,00	14.000,00	28,00
25- ENSINO SUPERIOR	171.000,00	175.000,00	164.785,09	94,16	121.855,75	69,63
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	4.574.000,00	4.603.268,12	3.303.257,35	71,76	3.127.171,48	67,93
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-939.706,52
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						4.514,37
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						8.804,71
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-926.387,44
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						3.917.703,17
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						29,40
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	210.000,00	281.391,67	131.375,43	46,69	123.674,42	43,95
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	329.000,00	330.506,00	267.827,10	81,04	224.355,11	67,88
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	539.000,00	611.897,67	399.202,53	65,24	348.029,53	56,88
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	5.113.000,00	5.215.165,79	3.702.459,88	70,99	3.475.201,01	66,64
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	41.621,38	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.553.679,20	169.840,46
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.507.378,16	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	1.485.626,57	0,00
48.2 Restos a Pagar	21.751,59	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.514,37	5.481,47
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	92.436,79	175.321,93
51- (+) Ajustes	6.200,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	6.200,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	98.636,79	175.321,93

LINDOIA DO SUL, 16/11/2017

Flavio Luiz Benini  
Secretário de Administração

Genir Loli  
Prefeito Municipal

Geneci Dellai  
Contadora CRC 016795/O

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	
<b>DESPESAS</b>					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	1.804.207,56	926.658,47	413.717,92	0,00	877.549,09
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>1.804.207,56</b>	<b>926.658,47</b>	<b>413.717,92</b>	<b>0,00</b>	<b>877.549,09</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-1.804.207,56</b>	<b>-926.658,47</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-877.549,09</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 16/11/2017

Flávio Luiz Benini  
Secretário de Administração

Genir Loli  
Prefeito Municipal

Geneci Dellai  
Contadora CRC 016795/O

# Lontras

## PREFEITURA

### LEI Nº 2315/2017

Publicação Nº 1428236

LEI Nº 2315 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA REDAÇÃO DA LEI 1460, DE 22 DE JULHO DE 2004, E INSTITUI O AUXÍLIO-FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR (VALE-FEIRA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, Faz Saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - O auxílio-alimentação de que trata a lei 1460 de 22 de junho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação em seu artigo 2º:

“Art. 2º - O valor unitário do auxílio-alimentação será de R\$ 40,00 (quarenta reais) a todos os servidores públicos municipais ativos do Poder Executivo, inclusive aos admitidos em caráter temporário.

§ 1º - O valor do auxílio-alimentação previsto no caput deste artigo, não será pago ao servidor que se encontrar em gozo de licença prêmio, licença para tratamento de assuntos particulares, licença maternidade ou benefício previdenciário de qualquer espécie.

§ 2º - O valor do auxílio alimentação será corrigido anualmente no mesmo mês e índices adotados para a revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos ativos e inativos.

§ 3º - Aos servidores públicos inativos serão mantidos os valores atualmente lançados em suas remunerações reajustando-os na forma do § 2º deste artigo.

§ 4º - Em complemento ao auxílio alimentação o Município disponibilizará aos servidores públicos municipais ativos do Poder Executivo, inclusive aos admitidos em caráter temporários, excetuados aqueles se encontrarem em gozo de licença prêmio, licença para tratamento de assuntos particulares, licença maternidade ou benefício previdenciário de qualquer espécie um vale-feira no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) mensais.

§ 5º - O valor do auxílio alimentação dos servidores mencionados no caput deste artigo será corrigido na forma prevista no § 2º.”

Art. 2º - Fica instituído o Auxílio Feira da Agricultura Familiar (Vale-Feira), que será fornecido aos servidores públicos municipais ativos do Poder Executivo, inclusive aos admitidos em caráter temporário, excetuados aqueles se encontrarem em gozo de licença prêmio, licença para tratamento de assuntos particulares, licença maternidade ou benefício previdenciário de qualquer espécie, sem ônus, para ser utilizado exclusivamente na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar através da Feira da Agricultura Familiar de Lontras.

§ 1º - O Auxílio Feira da Agricultura Familiar (Vale-Feira) destina-se à complementação alimentar dos servidores públicos municipais indicados no caput do artigo 2º desta Lei.

§ 2º - O Auxílio Feira da Agricultura Familiar (Vale-Feira) será devido mensalmente, ressalvados os casos previstos nesta lei.

§ 3º - Cada Vale-Feira terá validade de 60 (sessenta) dias e deverá ser retirado na Secretaria a qual o servidor é lotado em até 10 dias após a data em que for realizado o pagamento do salário.

§ 4º - O Vale-Feira será destinado a cada Secretaria Municipal ou Fundação, que repassará aos seus servidores.

Art. 3º - O valor do Auxílio Feira da Agricultura Familiar (Vale-Feira), de R\$ 20,00 (vinte reais) mensais, será corrigido anualmente no mesmo mês e índices adotados para a revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos ativos.

Art. 4º - Terão direito aos benefícios do Auxílio Feira da Agricultura Familiar (Vale-Feira) os servidores ativos da administração direta, indireta e fundacional do Município, excetuados aqueles se encontrarem em gozo de licença prêmio, licença para tratamento de assuntos particulares, licença maternidade ou benefício previdenciário de qualquer espécie.

Parágrafo Único - Os casos em que o servidor perderá direito ao Auxílio Feira da Agricultura Familiar (Vale-Feira) serão regulamentados por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O benefício instituído por esta lei:

I - tem natureza indenizatória;

II - não tem natureza salarial ou remuneratória;

III - não se incorpora à remuneração do servidor para quaisquer efeitos;

IV - não é considerado para efeito do pagamento do 13º (décimo terceiro) salário e férias;

V - não constitui base de cálculo de contribuição previdenciária ou de assistência à saúde;

VI - não configura rendimento tributável ao servidor.

VII - em caso de extinção da Feira da Agricultura Familiar o valor do vale-feira será incorporado ao vale alimentação, sem prejuízo do reajuste previsto no art. 3º desta lei.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Município de Lontras.

§ 1º - A prestação de contas para repasse do recurso da Prefeitura aos feirantes será feita via os próprios agricultores participantes da feira, devidamente cadastrados e registrados junto a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente e com a interveniência dessa, mediante a emissão da respectiva nota fiscal de produtor, relacionando os produtos, preço unitário e total dos produtos fornecidos aos servidores mediante a contraentrega do vale-feira.

§ 2º - O repasse da Prefeitura aos feirantes será feito mensalmente à cada agricultor, apenas sobre o valor efetivamente gasto pelos servidores na Feira.

Art. 7º - A presente lei poderá ser regulamentada por decreto emanado do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - Por conta da alteração introduzida pelo artigo 1º da presente Lei fica revogado o parágrafo único do art. 2º da Lei 1460 de 22 de junho de 2004.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 2316/2017

Publicação Nº 1428238

LEI Nº 2316 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ADQUIRIR BRINDES DE NATAL PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS, ESTAGIÁRIOS MUNICIPAIS, MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR E PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a adquirir brindes natalinos para distribuição aos Agentes políticos, aos servidores municipais ativos, inativos e estagiários municipais, do Poder Executivo, Conselho Tutelar e Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º - Para a aquisição prevista no art. 1º fica estipulado o valor máximo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 3º - As despesas correrão por conta de dotações orçamentárias previstas no orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal de Lontras

## LEI Nº 2317/2017

Publicação Nº 1428242

LEI Nº. 2317 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

INCLUI AÇÃO NO PPA 2018-2021, PARA OS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2018, 2019, 2020 E 2021.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras,  
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído a ação 2064 – Manutenção das Atividades da Melhor Idade, com a seguinte funcional programática 0008.0241.0003.2064.

Secretaria da Administração  
Função: 0008  
Subfunção: 0241  
Programa:0003  
Ações: 2064

Categoria Econômica	2018	2019	2020	2021
3.0000000000	70.000,00	72.000,00	75.000,00	78.000,00
4.0000000000	5.000,00	6.750,00	7.687,00	8.820,00

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal

**Luis Alves****PREFEITURA****DECRETO N.º 116/2017**

Publicação Nº 1429372

DECRETO Nº 116/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e, de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 - Lei Municipal n.º 1.660, de 30 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 2.320,00 (dois mil, trezentos e vinte reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

10.306.0016.2.022 – Manutenção da Merenda Escolar

(2) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0922.0 (0.2.00037) – Aplicações Diretas R\$2.320,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2017, por conta de recursos do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar - Fundamental, na importância de R\$ 2.320,00 (dois mil, trezentos e vinte reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 16 de novembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

# Luzerna

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 145.17

Publicação Nº 1428316

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 145/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2017 - PML  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2017 - PML

Aos 14 (catorze) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

01 – DEDETIZADORA JOAÇABENSE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Avenida Caetano Natal Branco, nº 757, Térreo, na cidade de Joaçaba/SC, CEP: 89.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 86.993.037/0001-83, neste ato representado por seu sócio administrador, FELIX ANTONIO LAZZAROTTO, brasileiro, casado, do comércio, portador da cédula de identidade nº 5009680306/SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 227.742.540-00, doravante denominado FORNECEDOR 01;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 082/2017, Pregão Presencial nº 060/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS PARA SISTEMAS DE EMERGÊNCIA VITAIS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE GESTORA – PREFEITURA MUNICIPAL, E OS FUNDOS ESPECIAIS DE LUZERNA/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	10,00	UN	Extintor AGP 10 litros, incluindo placas de sinalização	79,50	795,00
2	15,00	UN	Extintor CO2 4kg, incluindo placas de sinalização	345,00	5.175,00
3	15,00	UN	Extintor PQS 4kg, incluindo placas de sinalização	90,00	1.350,00
4	15,00	UN	Extintor PQS 6kg, incluindo placas de sinalização	105,50	1.582,50
5	30,00	UN	Placa fotoluminescente, dimensões de 25x16cm, com inscrição de "SAÍDA" e seta indicando sentido de saída. Placa com fundo verde e escrita na cor branca.	10,50	315,00
6	50,00	UN	Recarga e teste extintor hidrostático Extintor PQS 4kg	35,50	1.775,00
7	50,00	UN	Recarga e teste extintor hidrostático Extintor PQS 6kg	40,00	2.000,00
8	50,00	UN	Recarga e teste hidrostático AGP 10 litros	33,50	1.675,00
9	50,00	UN	Recarga Extintor AGP 10 litros	20,50	1.025,00
10	50,00	UN	Recarga Extintor CO2 4kg	40,00	2.000,00
11	50,00	UN	Recarga Extintor PQS 4kg	23,50	1.175,00
12	10,00	UN	Sinalização de emergência acrílica LED autônoma 30 lumens, dupla face (DF), incluso suporte para fixação no teto, nas cores vermelho e branco, com inscrição de "SAÍDA". O produto deve atender os requisitos exigidos pelas normas nacionais (NBR 10898) em dimensões de textos, autonomia e nível de iluminação.	55,00	550,00
13	10,00	UN	Sinalização de emergência acrílica LED autônoma 30 lumens, face única (FU), incluso suporte para fixação no teto, nas cores vermelho e branco, com inscrição de "SAÍDA". O produto deve atender os requisitos exigidos pelas normas nacionais (NBR 10898) em dimensões de textos, autonomia e nível de iluminação.	50,00	500,00

0.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 19.917,50 (dezenove mil novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos);

1.2.1. O objeto desta Ata encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 10 (dez) dias da realização da solicitação de compras;

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.2.2.2. O FORNECEDOR deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos equipamentos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.4. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.4.1. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.8. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br))

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Cabe ao Município:

4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;

4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento

dos mesmos.

#### 4.2. Cabe ao FORNECEDOR:

- 4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

### CLÁUSULA QUINTA

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

### CLÁUSULA SEXTA

#### DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

### CLÁUSULA SÉTIMA

#### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.
- 7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.
- 7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- 7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
- 7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.
- 7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.
- 7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.
- 7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.
- 7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:
- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

##### Ação (s):

06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração  
07.001.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar  
08.001.12.361.0031.1032 – Aquisição de imóveis, construção e reforma de prédios escolares  
08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental  
08.001.12.365.0028.2091 - Manutenção da Educação Infantil – Creches  
08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil – Pre escolar  
08.001.12.122.0102.2093 – Gestão Administrativa da Secretaria de Educação  
08.003.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes  
11.002.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente  
11.001.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais  
12.001.08.244.0020.2025 - Manutenção do Centro de Multiuso  
12.001.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral  
12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS  
13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica  
13.001.10.304.0016.2018 – Manutenção dos serviços de vigilância sanitária e epidemiológica  
13.001.10.122.0103.2094 – Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde  
02.002.22.661.0100.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna

##### Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas  
4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

##### Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários  
1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação  
1.02 Detalhamento: 002 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos – Saúde CLÁUSULA NONA  
DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Juliana Corbani nomeada como fiscal de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 14 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO de Luzerna

CONTRATANTE

FELIX ANTONIO LAZZAROTTO

DEDETIZADORA JOAÇABENSE LTDA - ME

FORNECEDOR 1

#### TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

Ass.

Nome:

CPF:

### CONTRATO PML Nº 147/2017

Publicação Nº 1428570

CONTRATO PML Nº 147/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 084/2017

DISPENSA PML Nº 013/2017

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Programa, de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, na cidade de Luzerna - SC, representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Luzerna - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12º Andar, sala 1205, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, ELÓI RÖNNAU, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - Aplicam-se ao Contrato de Prestação de Serviços às disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei n. 1459/2016.

1.2 - O presente contrato é celebrado por dispensa de licitação, por se tratar de município consorciado ao CIMCATARINA, nos termos

do artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal n. 6.017/07.

1.3 - A execução dos serviços de trabalhos ambientais e de planejamento urbano será mediante o regime de empreitada por preço unitário. O preço será fixado por unidade determinada (hora técnica por profissional) e os pagamentos corresponderão à medição dos serviços efetivamente executados conforme Resolução no 0052/2016 e sua alteração (Resolução 0025/2017).

1.4 - Nas contratações diretas de consórcios públicos, pelo ente consorciado, para prestação de serviços ou aquisição de materiais, a modalidade de aplicação a ser utilizada será "93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe", conjugada com um elemento de despesa específico que represente gasto efetivo (30, 39, 51 etc.).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a execução de horas técnicas por profissional do CIMCATARINA para prestação de serviços de trabalhos ambientais e planejamento urbano no Município de Luzerna.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### DOS VALORES

3.1 - O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor estimado de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo único - Este valor refere-se a uma estimativa de 40 horas de serviços de trabalhos ambientais e planejamento urbano, por horas técnicas por profissional para execução das atividades inerentes a capacidade técnica dos profissionais disponibilizados pelo CIMCATARINA, o quantitativo de horas deverá ser ajustado para mais ou para menos, conforme as necessidades e ou exigências que surgirem durante a execução dos serviços.

3.2 - O valor da hora técnica profissional para a prestação de serviços será de R\$125,00 (cento e vinte cinco reais), conforme a Resolução no 0052/2016 e alterações, que dispõe sobre os valores da tabela de prestação de serviços de trabalhos ambientais e

planejamento urbano, e da outras providências.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DO PAGAMENTO

4.1 - Os pagamentos corresponderão à medição dos serviços efetivamente executados, o CONTRATADO emitirá os respectivos Recibos, para pagamento através de Boleto Bancário ou depósito em Banco.

4.2 - O pagamento deverá ser realizado em até 5 (cinco) dias após a apresentação do Relatório de Execução das Atividades, que constará a quantidade das horas técnicas por profissional relativa aos serviços executados.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - Os trabalhos serão prestados por profissionais devidamente qualificados, composto pela equipe técnica multidisciplinar do CIM-CATARINA.

5.2 - As especificações dos serviços de trabalhos ambientais e de planejamento urbano estarão detalhadas nas respectivas "Ordens de Serviços".

5.3 - A execução das horas se dará de acordo com a necessidade do município, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos pelo município ao CIMCATARINA;

5.4 - O tempo de deslocamento para realização de visitas e ou serviços in-loco será cobrado o valor correspondente a hora técnica de 1 (um) profissional.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1 - A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

6.2 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3 - O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1 - São direitos do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e receber informações sobre a elaboração dos serviços;
- b) Participar e ser informado sobre os resultados das reuniões de trabalho;
- c) Propor inclusão de itens e materiais considerados importantes para melhoria dos serviços;
- d) Exigir alterações no material elaborado conforme novas informações relevantes;
- e) Ter acesso a todo o material produzido, inclusive os mapas, em arquivos desbloqueados, conforme o formato solicitado.

7.2 - São deveres do CONTRATANTE:

- a) Fornecer informações necessárias para a elaboração dos serviços;
- b) Designar um servidor que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da elaboração dos serviços;
- c) Emitir aprovação dos serviços após conclusão dos trabalhos;

d) Efetuar os pagamentos decorrentes dos serviços contratados/executados conforme medições;

e) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes do presente contrato terá a seguinte classificação orçamentária:

Atividade: 02.001.04.122.0004.2005- Manutenção da Assessoria de Planejamento

Modalidade de Aplicação:

3.3.93 – Outras despesas correntes – aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social com consórcio público do qual o ente participe.

Fonte:

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 - Recursos Ordinários

8.2 - Os empenhos serão estimados podendo ser emitidos para cada Autorização de Fornecimento

#### CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA

9.1 - O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA

##### DA INADIMPLÊNCIA

10.1 - O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do CIMCATARINA ao respectivo Município contratante até a regularização da dívida.

10.2 - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 6 (seis) meses, o Município contratante poderá ser excluído do CIMCATARINA, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

10.3 - Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DA RESCISÃO

11.1 – O presente contrato poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.
- d) ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- e) os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo que ensejou a contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- f) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

##### DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de

Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Luzerna/SC, 14 de novembro de 2017.

Município de Luzerna MOISES DIERSMANN Prefeito Municipal	CIMCATARINA ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo
--	---

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

### DECRETO 2471

Publicação Nº 1428679

DECRETO Nº 2471 de 14 de novembro de 2017.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 5º da Lei nº 1.475 de 10/11/16,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), proveniente de excesso de arrecadação apurado neste exercício, destinado a complementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos serviços administrativos

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.89.0000-35

Valor: R\$ 14.500,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

# Macieira

## PREFEITURA

### decreto 1673

Publicação Nº 1428599

DECRETO Nº1673, de 16 de novembro de 2017  
Abre Credito Suplementar Especial por contado Convenio nº 2017TR1624 do processo ADR10 – 00002033/2017, Manutenção do sistema Anti- granizo  
ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 887, de 16/11/2017;

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio nº. 2017TR1624 celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador.

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.07 Séc. Munic.De Agricultura e Desenv.Econômico  
20.45 Atividades de Desenv. Rural e Agropecuário  
33.90.64 Aplicações direta  
R\$ 51.020,41

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 16 de novembro de 2017.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### leis 887

Publicação Nº 1428598

LEI Nº887, de 16 de novembro de 2017  
Abre Credito Suplementar Especial por contado Convenio nº 2017TR1624 do processo ADR10 – 00002033/2017, Manutenção do sistema Anti- granizo  
O Prefeito do Município de Macieira, Zelir Citadin, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

#### LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio nº. 2017TR1624 celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador.

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.07 Séc. Munic.De Agricultura e Desenv.Econômico  
20.45 Atividades de Desenv. Rural e Agropecuário  
33.90.64 Aplicações direta  
R\$ 51.020,41

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 16 de novembro de 2017.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### portaria 3744

Publicação Nº 1428297

PORTARIA N.º 3744/2017

" Admite, os Servidores que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 10, de 23/03/1993 (Estrutura Administrativa) e Lei Complementar nº 036, de 18/06/2009,

#### RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO a Senhora, Juliana Bertotto, para ocupar o Cargo de professora Ensino Médio, 20(vinte) horas semanais, com remuneração mensal prevista em Lei, no período de 06/11/2017 a 15/12/2017.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 10 de novembro de 2017.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### portaria 3745

Publicação Nº 1428313

PORTARIA N.º 3745/2017

"Exonera, o Servidor que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 75, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, a pedido, o servidor publico municipal, Mauricio Cerry, ocupante do cargo de Serviços de Lavação e Lubrificação, 40 horas semanais, lotado na secretaria de infraestrutura, e desenvolvimento urbano, por motivos particulares, a contar de 09/11/2017.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 10 de novembro de 2017.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 3746**

Publicação Nº 1428318

PORTARIA Nº 3746/2017

"Conceder Avanço de um nível."

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n.º 80/2017.

Considerando a apresentação do diploma de pós graduação, iniciado após o concurso público.

Considerando parecer jurídico em anexo.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Avanço de um Nível, por apresentação de diploma de pós graduação, para a servidora pública municipal efetiva, Lotada na Secretaria de Saúde, Taisa Scopel, ascendendo um Nível, a partir deste mês.

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 13 de novembro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Publicação Nº 1429206

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 47.078.019/0001-14

HOSPITAL PSIQUIÁTRICO ESPIRITA MAHATMA GANDHI

Nota Fiscal nº. 253 R\$ 1.203,38

Nota Fiscal nº. 251 R\$ 2.943,44

Nota Fiscal nº. 257 R\$ 721,19

Nota Fiscal nº. 252 R\$ 4.539,70

Nota Fiscal nº. 254 R\$ 7.830,00

Nota Fiscal nº. 255 R\$ 28.000,00

Valor Total: R\$ 45.237,71

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços na Unidade de Pronto Atendimento do Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Saúde, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 17 de novembro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

Secretária Municipal de Saúde

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2017 (NOVA DATA DE ABERTURA)

Publicação Nº 1428949

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2017

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material de expediente para Secretaria Municipal de Assistência Social através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 28/11/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados

no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 16 de novembro de 2017.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2017 (NOVA DATA DE ABERTURA)

Publicação Nº 1428937

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2017  
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de cargas de Gás GLP 13 Kg, destinados aos serviços da Secretaria Municipal de Administração e Secretaria de Obras e Serviços Públicos, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 04/12/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 16 de novembro de 2017.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2017 (NOVA DATA DE ABERTURA)

Publicação Nº 1428944

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2017  
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando Pregão Presencial para aquisição de persianas vertical para as unidades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

(SCFV) e Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 01/12/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 e 3642-4009.

Mafra (SC), 16 de novembro de 2017.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

## EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2017

Publicação Nº 1428954

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: QUARK ENGENHARIA EIRELI CNPJ Nº: 12.496.490/0001-48

Valor Registrado: R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais).

Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de iluminação com fornecimento de material e mão de obra, destinada a realizar a iluminação Natalina do Município, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Origem: Processo nº 596/2017, Pregão Presencial - RP nº 148/2017.

Data de Assinatura: 16 de novembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 16 de novembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

## LEI MUNICIPAL Nº 4297

Publicação Nº 1429115

LEI Nº. 4.297

DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À OBESIDADE, HIPERTENSÃO ARTERIAL E DIABETES", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída, no município de Mafra, a "Semana Municipal de prevenção e combate à Obesidade, Hipertensão Arterial e Diabetes", a ser realizada na primeira semana de outubro, de cada ano, que passará a integrar o calendário oficial do Município.

Art. 2º. São objetivos fundamentais da Semana:

I- Apoiar, informar e conscientizar as pessoas a respeito dos temas;  
II- Conscientizar e sensibilizar todos os setores da sociedade para que compreendam e apoiem a prevenção à diabetes, obesidade e hipertensão arterial;

Ajudar no controle da Obesidade, Hipertensão Arterial, Diabetes e demais doenças correlatas, visando à melhoria da qualidade de vida dos pacientes.

Art. 3º. A "Semana Municipal de prevenção e combate à Obesidade, Hipertensão Arterial e Diabetes" destina-se à reunião de representantes do Poder Público e da sociedade civil, visando à realização de palestras, fóruns e informativos relacionados à prevenção e ao tratamento das doenças crônicas mencionadas.

§1º Cabe às entidades associativas sediadas em nosso município adotar a mencionada data ou, conforme lhes aprouver, adicioná-la em seu calendário de comemorações e festividades, a fim de promover a divulgação e apoiar as manifestações respectivas.

§2º A Prefeitura, diretamente ou por seus órgãos, poderá compor as atividades e fornecer apoio à realização da Semana, envolvendo todas as Secretarias que promoverão ações para fortalecimento da presente Lei.

Art. 4º. Nas programações dos eventos de que trata a presente Lei, serão promovidas palestras de conscientização dos perigos que as doenças trazem à saúde dos munícipes, bem como os meios que podem ser usados na respectiva prevenção.

Art. 5º. Fica autorizado o Poder executivo a utilizar orçamento próprio para execução desta Lei por conta de dotações orçamentárias próprias ou suplementadas se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 13 de novembro de 2017.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

## LEI MUNICIPAL Nº 4298

Publicação Nº 1429118

LEI Nº. 4.298

DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR A SER COMEMORADA, ANUALMENTE, NA ÚLTIMA SEMANA DE JULHO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MAFRA/SC E DÁ PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Semana Municipal da Agricultura Familiar no município de Mafra, a ser comemorada, anualmente, na última semana de julho, quando é comemorado o "Dia do Agricultor".

Art. 2º. A Semana Municipal da Agricultura Familiar tem como objetivos:

I – fortalecer, apoiar e incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar e suas formas associativas e cooperativas de produção, gestão e comercialização;

II – incentivar a criação de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar;

III – viabilizar, profissionalizar e ofertar alternativas para o agricultor familiar;

IV – criar espaços para os agricultores discutirem questões locais relacionadas com a agricultura familiar e seu desenvolvimento;

Art. 3º. Fica Autorizado a Prefeitura Municipal de Mafra realizar parcerias com outras entidades e/ou órgãos interessados, promovendo palestras, seminários e incentivos a agricultura familiar no

município.

Art. 4º. A Semana Municipal da Agricultura Familiar passa a integrar o Calendário Oficial.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Mafra, 13 de novembro de 2017.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

# Major Vieira

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2017 – SRP –

Publicação Nº 1429241

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2017 – SRP –  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de MATERIAIS HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO | Tipo: Menor Preço – Por Item| Abertura/Data/hora: 28/11/2017 às 08h30. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC, ou por e-mail: Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br Fone (47) 3655-1111. Marcus Vinicius Brasil Severgnini – Pregoeiro, Major Vieira/SC 22/05/2017.

# Maracajá

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA Nº 046/2017

Publicação Nº 1428900

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 046/2017

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria para a elaboração, implantação e execução do PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO ORIENTADO PARA RESULTADOS.

CONTRATADA: Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE - CNPJ/MF sob o Nº. 82.515.859/0001-06.

VALOR GLOBAL: R\$ 59.750,00 (cinquenta e nove mil setecentos e cinquenta reais).

BASE LEGAL: Art. 24 , Inciso XIII, da Lei Nº. 8.666/93 e alterações subsequentes.

RECONHECIMENTO: 10/08/2017, por Marluci Freitas Bitencourt – Secretária de Administração e Finanças

RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO: 10/08/2017, por Arlindo Rocha - Prefeito Municipal.

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 059/2017

Publicação Nº 1428739

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

#### PRIMEIRO AVISO DE RETIFICAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 059/2017

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ leva ao conhecimento dos interessados que é feita a seguinte retificação no edital de Concorrência acima epigrafado, que tem como objeto a contratação de agências de propaganda para prestação de serviços de publicidade:

No item 4.1.4. Qualificação Técnica: letra "a",

Onde se lê: ..... ,vínculo com, no mínimo 02 (dois) profissionais de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo sindicato da classe,

Leia-se:.....,em seu quadro permanente, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo sindicato da classe,

Mantêm-se inalteradas as demais condições do Edital e anexos.

Feita a retificação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da Lei.

Maracajá, 14 de novembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

(assinado no original)

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 062/2017

Publicação Nº 1428782

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Concorrência Pública 62/2017

OBJETIVO: Seleção de propostas visando à contratação de pessoas jurídicas/empresas/cooperativas para a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, diagnóstico e terapia a nível estadual, em plano pós-pagamento, para os servidores públicos municipais, usuários e dependentes regularmente inscritos no FASSEMA - Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá.

DATA DE ENTREGA: até 20 de dezembro de 2017 às 09h15min

DATA DE ABERTURA: Dia 20 de dezembro de 2017 às 09h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br)

Maracajá, 16 de novembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 104/2017**

Publicação Nº 1429142

DECRETO Nº 104 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE JANEIRO À 31 DE DEZEMBRO DE 2018, PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando, que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Art. 30, da Constituição Federal;

Considerando, que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus atos e ações, conforme determina o Art. 37, da Constituição Federal;

Considerando, a necessidade de disciplinar o expediente nos órgãos da Administração Direta e Indireta, nos dias úteis, em função do calendário anual com os Feriados Nacionais, Municipais e Pontos Facultativos;

Considerando, ser medida importante para o planejamento do funcionamento das unidades ao longo do exercício financeiro de 2018;

Considerando finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa na questão;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica editado o Calendário de Feriados e Pontos Facultativos, que divulga os dias de feriados nacionais e municipais, e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2018, na forma do Anexo Único, para cumprimento pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

Parágrafo único - O calendário de que trata o caput deste artigo poderá sofrer alterações, caso ocorram novas definições relacionadas a feriados e pontos facultativos.

Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais e o atendimento ao público no Parque Ecológico Municipal, nas datas mencionadas no Anexo Único, deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, o atendimento por intermédio de escalas de serviços ou plantão.

Parágrafo único - Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos as respectivas áreas de competência.

Art. 3º A rede municipal de ensino, cumprirá o calendário escolar, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 13 de Novembro de 2017.

Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração em 13 de Novembro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt  
Secretária de Administração

**ANEXO ÚNICO**

DIA/MÊS	DIA DA SEMANA	EVENTO	TIPO	NATUREZA	LEGISLAÇÃO
01 de janeiro	Segunda-feira	Confraternização Universal - Ano Novo	Feriado	Nacional	Lei Federal Nº 10.607/2002
12 de fevereiro	Segunda-feira	Recesso de Carnaval	Ponto Facultativo	Municipal	Decreto Municipal Nº 104/2017
13 de fevereiro	Terça-feira	Recesso de Carnaval	Ponto Facultativo	Municipal	Decreto Municipal Nº 104/2017
29 de março	Quinta-feira	Quinta-feira Santa da Paixão de Cristo	Ponto Facultativo	Municipal	Decreto Municipal Nº 104/2017
30 de março	Sexta-feira	Sexta-feira Santa da Paixão de Cristo	Feriado	Municipal	Lei Orgânica Art. 8º
01 de abril	Domingo	Páscoa	Ponto Facultativo	Municipal	Decreto Municipal Nº 104/2017
21 de abril	Sábado	Tiradentes	Feriado	Federal	Lei Federal Nº 10.607/2002
01 de maio	Terça-feira	Dia Mundial do Trabalho	Feriado	Nacional	Lei Federal Nº 10.607/2002
12 de maio	Sábado	Aniversário de Emancipação do Município de Maracajá	Feriado	Municipal	Lei Orgânica Art. 8º

31 de maio	Quinta-feira	Corpus Christi	Feriado	Municipal	Lei Orgânica Art. 8º
07 de setembro	Sexta-feira	Independência do Brasil	Feriado	Nacional	Lei Federal Nº 10.607/2002
12 de outubro	Sexta-feira	Nossa Senhora Aparecida	Feriado	Nacional	Lei Federal Nº 6.802/1980
28 de outubro	Domingo	Dia do Servidor Público	Ponto Facultativo	Municipal	Lei Complementar Nº 46/2015
02 de novembro	Sexta-feira	Finados	Feriado	Nacional	Lei Federal Nº 10.607/2002
15 de novembro	Quinta-feira	Proclamação da República	Feriado	Nacional	Lei Federal Nº 10.607/2002
08 de dezembro	Sábado	Nossa Senhora da Conceição	Feriado	Municipal	Lei Orgânica Art. 8º
24 de dezembro	Segunda-feira	Recesso de Natal	Ponto Facultativo	Municipal	Decreto Municipal Nº 104/2017
25 de dezembro	Terça-feira	Natal	Feriado	Nacional	Lei Federal Nº 10.607/2002
31 de dezembro	Segunda-feira	Recesso de Ano Novo	Ponto Facultativo	Municipal	Decreto Municipal Nº 104/2017

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 13 de Novembro de 2017.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

## DECRETO 106/2017

Publicação Nº 1429144

DECRETO Nº 106 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII do art. 73 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1073 de 07 de dezembro de 2016 - LOA 2017 e nos termos do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;  
CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) para suplementar no Orçamento do exercício 2017, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	1.015	Aquisição de Móveis e Equipamentos para a Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	50	
VALOR: R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais)		
TOTAL .....		R\$ 115.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 14 de Novembro de 2017.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 14 de Novembro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt



Secretária de Administração

**DECRETO 108/2017**

Publicação Nº 1429140

DECRETO Nº 108 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

determina a INSTAURAÇÃO de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD PARA VERIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, o ofício nº 128/2017, protocolado no Gabinete do Prefeito em 25 de setembro de 2017, oriundo do Departamento Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO, que os fatos apresentados foram deferidos como objeto de abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD;

CONSIDERANDO, que o servidor envolvido nos fatos narrados no ofício nº 128/2017 é funcionário público efetivo do Município de Maracajá/SC;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica instaurado o Processo Administrativo Disciplinar - PAD para apuração dos fatos narrados no ofício nº 128/2017 praticados pelo servidor público municipal efetivo, L.L.R., ocupante do cargo de Motorista de Ambulância, registrado sob a matrícula nº 2120.

Art. 2º - Fica a cargo da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar - PAD, constituída e nomeada pelo Decreto nº 09 de 07 de fevereiro de 2017, com a alteração e consolidação introduzidas pelo Decreto nº 42 de 22 de maio de 2017, apurar as irregularidades, exercendo sua atividade com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

§ 1º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogada por solicitação de seu Presidente.

§ 2º A Comissão nomeada terá como secretário(a) um membro da comissão, designado por seu Presidente.

§ 3º As reuniões e audiências da comissão terão caráter reservado e serão realizadas em local e horário previamente definidos pelo Presidente da Comissão.

§ 4º Os motivos da abertura deste Processo Administrativo Disciplinar contra o servidor efetivo são os constantes no ofício nº 128/2017 e seus anexos, documentos estes que são partes integrantes do presente decreto municipal.

Art. 3º - A assessoria jurídica do município dará o assessoramento necessário ao funcionamento da presente comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 16 de Novembro de 2017.

Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração em 16 de Novembro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt  
Secretária de Administração

**DECRETO 80/2017**

Publicação Nº 1429148

DECRETO Nº 80 DE 02 DE SETEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1073 de 07 de dezembro de 2016 - LOA 2017 e nos termos do inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.035	Manutenção e Assistência Médica e Odontológica
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	18	
VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)		

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme o inciso I, do artigo 10, da Lei nº 1073 de 07 de dezembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual 2017 (LOA) e de acordo com o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 02 de Setembro de 2017.

Arlindo Rocha Prefeito Municipal
-------------------------------------

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 02 de Setembro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt  
Secretária de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 651/2017

Publicação Nº 1428699

DECRETO Nº 651, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Decreto nº 346, de 17 de março de 2016 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 346, de 17 de março de 2016, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica DESAPROPRIADO POR UTILIDADE PÚBLICA, por via amigável, o imóvel objeto da Matrícula nº 9.556 ou sucessora, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Maravilha, SC, de propriedade de Ermindo Knebel, portador da CI RG nº 38.927.226-7, inscrito no CPF sob nº 052.313.109-72, e sua esposa dona Tereza de Vargas Knebel, portadora da CI RG nº 12R-2.755.612, inscrita no CPF sob nº 850.148.699-04, casados pelo regime da comunhão universal de bens; ambos brasileiros, agricultores, domiciliados e residentes na cidade de Maravilha, SC, a saber: Parte do lote colonial rural nº (8), da Seção Barro Preto, situada neste Município e Comarca de Maravilha, com a área de “Novecentos e cinquenta e um metros e vinte e nove centímetros quadrados” (951,29 m²), sem edificações; Confrontando:- Ao Noroeste: por duas linhas, uma curva e outra reta, com parte do mesmo lote colonial rural nº (8), de Ermindo Knebel – M. 9.556;- Ao Sudeste: por duas linhas, uma curva e outra reta, com parte do mesmo lote colonial rural nº (8), de Ermindo Knebel – M. 9.556;- Ao Nordeste: com parte dos lotes coloniais rurais nºs (9, 10 e 11), de Município de Maravilha – M. 15.574;- Ao Sudoeste: com parte do mesmo lote colonial rural nº (8), de Ermindo Knebel – M. 9.556.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 652/2017

Publicação Nº 1428802

DECRETO Nº 652, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerado a pedido o servidor

público JEFERSON ROQUE ZAMBIASI, ocupante do cargo efetivo de Vigia, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### EDITAL DE REMOÇÃO E PROGRESSÃO

Publicação Nº 1428641

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA E REMOÇÃO 001/2017 Dispõe sobre o Processo de Remoção e de Alteração de Carga Horária dos Membros do Magistério Público Municipal

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, Sra. Rosimar Maldaner, no uso de suas atribuições legais, torna público aos Membros do Magistério Público Municipal de Maravilha, que se encontram abertas as inscrições para o Processo de Remoção e Alteração de carga horária dos membros do Magistério Público Municipal.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo de Remoção rege-se pelas disposições do Art. 46 e seguintes da Lei Complementar nº 042/2011.

1.2 O Processo de Alteração de Carga Horária rege-se pelas disposições do Art. 65 e seguintes da Lei Complementar nº 043/2011.

#### 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 Os Membros do Magistério Público Municipal interessados em realizar a Remoção e Alteração deverão realizar sua inscrição no período de 27 e 28 de novembro de 2017, no horário das 7h 30min às 11h 30min, e das 13h às 17h, na Secretaria de Educação, situada na Avenida Euclides da Cunha, nº 60, Centro, no Município de Maravilha/SC.

2.2 Para as Inscrições os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado de tempo de serviço da Prefeitura Municipal de Maravilha com tempo registrado até 30.10.2017;
- b) Requerimento preenchido, conforme Anexo II ou III.

#### 3. DA OPÇÃO E DISPUTA DAS VAGAS

3.1 As Vagas para a Remoção e Alteração, por escola de exercício, são as constantes do Anexo I do presente Edital, sendo que demais informações poderão ser requeridas na Secretaria de Educação e Cultura.

3.2 Primeiramente serão avaliados os pedidos referentes ao Processo de Remoção, posteriormente os referentes ao Processo de Alteração de Carga Horária, conforme Art. 48 da Lei 042/2011.

3.3 Os critérios de escolha das vagas, tanto para o Processo de Alteração de Carga Horária quanto para o Processo de Remoção, serão de acordo com o disposto no art. 68, da Lei Complementar nº 043/2011:

- a) maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Maravilha;
- b) habilitação compatível, nos termos desta legislação;
- c) maior tempo na unidade escolar da vaga;
- d) maior idade;
- e) número de filhos;
- f) sorteio.

#### 4. DO RESULTADO

4.1 Os resultados dos Processos de Alteração e Remoção serão divulgados no dia 04 de dezembro de 2017, no site oficial do Município de Maravilha.

#### 5. DA LOTAÇÃO

5.1 O exercício na nova Escola ou Centro de Educação Infantil Municipal dar-se-á a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, permitida a atuação em função de Direção, Coordenação e Assessoramento, cedências e outros afastamentos legais autorizados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### 6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a legislação vigente.

6.2 Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha, 14 de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

ROSEMÉRI B. RODRIGUES DA SILVA  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Registrado e publicado em data supra.

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA E REMOÇÃO 001/2017

#### ANEXO I

#### UNIDADES ESCOLARES COM VAGAS

#### EDUCAÇÃO INFANTIL

- CEI Pequeno Príncipe
- CEI Sílvia Ebert
- CEI Patrícia Roman
- CEI Proinfância
- CEI Criança Feliz
- CEI Erica Maldaner
- CEI Cinderela

#### ENSINO FUNDAMENTAL

Anos Finais  
História – no CE Mundo Infantil CAIC

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA E REMOÇÃO 001/2017

#### ANEXO II

#### REQUERIMENTO

(Nome do Professor),

ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR no \_\_\_\_\_

(escola)

vem requerer alteração de carga horária de \_\_\_\_\_ para \_\_\_\_\_ na disciplina de \_\_\_\_\_ na escola \_\_\_\_\_.

Maravilha/SC, \_\_\_\_ de novembro de 2017.

Assinatura do Professor

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA E REMOÇÃO 001/2017

#### ANEXO III

#### REQUERIMENTO

(Nome do Professor),  
ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR \_\_\_\_\_  
horas, no \_\_\_\_\_  
(escola)  
vem requerer Remoção para a Escola \_\_\_\_\_.

Maravilha/SC, \_\_\_\_ de novembro de 2017.

Assinatura do Professor

### Lei Complementar nº 115/2017

Publicação Nº 1428256

LEI COMPLEMENTAR Nº 115, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a regularização de construções irregulares, na forma que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a regularizar as edificações irregulares executadas até o ano de 2008, edificadas em desconformidade com as normas pertinentes, desde que apresentem condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade, nos termos da desta Lei.

Art. 2º Para efeitos de regularização de que trata o artigo 1º serão considerados os seguintes casos:

- I - projetos de edificações já aprovados por responsável não habilitado;
- II - projetos de edificações não aprovados pelo Município;
- III - não execução de recuos e afastamentos na medida necessária;
- IV - ausência de vagas de garagem ou inexistência de número mínimo exigido;
- V - ambientes com área inferior ao exigido;
- VI - construção de edificação que tenha ultrapassado o limite da taxa de ocupação do solo.

Art. 3º Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei Complementar, as edificações que:

- I - apresentarem irregularidades não previstas nesta Lei Complementar;
- II - estejam localizadas em logradouros ou em terrenos públicos;
- III - estejam localizadas em faixas não edificáveis, de conformidade

com a Lei;

Art. 4º Todas as obras irregulares que, por suas características construtivas resultem comprometimento da estrutura restante, edículas, isoladas, sistemas construtivos de baixo custo e fácil demolição, não serão regularizadas e não poderão receber adequações ou ampliações.

Art. 5º As características construtivas de que trata o artigo 4º serão determinadas através de laudo técnico elaborado por profissional da área, do quadro efetivo de servidores do Município ou na sua ausência por outro nomeado por ato Poder Executivo.

Art. 6º A regularização das construções de que trata esta Lei Complementar dependerá da apresentação pelo proprietário ou cessionário do imóvel dos seguintes documentos:

I - requerimento do interessado contendo:

a) qualificação do requerente e localização da construção irregular; e  
b) solicitação de vistoria prévia, para a regularização da obra edificada.

II - cópia da Notificação emitida por fiscal de obras e posturas do Município, quando houver;

III - comprovante de que a construção foi concluída anteriormente a vigência da presente Lei Complementar, observando-se o disposto nos artigos 1º e 12.

IV - declaração do interessado, responsabilizando-se sob as penas da lei, pela veracidade das informações prestadas;

V - cópia de documento que indique a titularidade do imóvel;

VI - certidão negativa de tributos municipais relativo ao imóvel;

VII - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à regularização da obra, com laudo técnico, informando as condições da edificação;

VIII - projeto arquitetônico da edificação, apresentado em 3 (três) vias, constando:

a) planta de situação;  
b) planta de localização constando, no mínimo, as cotas da situação real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma;  
c) planta baixa de todos os pavimentos da edificação;  
d) para edificações que não sejam unifamiliares, 2 (dois) cortes, passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;  
e) uma via frontal para cada via pública;  
f) no selo de identificação de cada prancha: "REGULARIZAÇÃO DE OBRA";

g) para edificações que não sejam unifamiliares, o requerente deverá apresentar o projeto de prevenção contra incêndio junto ao corpo de bombeiros, devidamente aprovado;

IX - comprovante dos seguintes recolhimentos:

a) taxa de expediente, relativa à solicitação de análise e aprovação do projeto;

b) comprovante de recolhimento de multa, em valores estabelecidos pela presente Lei.

Art. 7º Sempre que a regularização tratar de afastamento lateral e de fundos, o proprietário deverá apresentar acordo dos vizinhos lindeiros, com firma reconhecida em cartório.

Art. 8º O Poder Executivo nomeará comissão especial, com três membros e servidores municipais para proceder em vistoria e manifestação preliminar em análise do pedido.

Art. 9º A comissão mencionada no artigo 8º, após análise, recomendará ao Chefe do Poder Executivo o encaminhamento ou não do pedido de regularização, satisfeitas as exigências desta lei.

Art. 10. A regularização, após análise preliminar, deverá para efeitos de aprovação, ser submetida ao Departamento de Engenharia da AMERIOS.

Art. 11. Quando houver viabilidade técnica de adequação, o interessado será comunicado para providências.

Art. 12. As regularizações de que trata a presente Lei Complementar, submeterão ao pagamento de multa, nos termos fixados:

a) Para regularização de obra com projetos não aprovados pelo Município, é devida multa correspondente a 2% (dois por cento) da UFM, por m²;

b) Para regularização de recuos ou afastamento, obedecida às normas da presente Lei, a multa é correspondente a 8 (oito) UFM;

c) Quanto a ausência de vagas de garagem ou inexistência de número mínimo exigido, a multa corresponderá a 3 (três) UFM, por vaga exigida.

d) Para regularização de obra com ambiente que apresente área inferior a exigida, será devida multa de 0,05 (zero vírgula zero cinco) UFM por m²;

e) Para aprovação de regularização de ocupação do solo, além do limite permitido na Lei de Zoneamento e outras legislações que estabelecem limite máximo de ocupação do solo urbano, será devida multa de 3 (três) UFM para cada m² excedente.

Art. 13. As regularizações das construções localizadas em vias não oficializadas, loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder Público Municipal, dependerão de previa regularização do parcelamento do solo, observada a legislação vigente.

Art. 14. A regularização da edificação não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências previstas na legislação quanto a atividade exercida no imóvel.

Art. 15. A regularização de que cuida esta Lei Complementar, não implica no reconhecimento pelo Município do direito de propriedade.

Art. 16. Aplica-se no que couber o disposto nesta Lei, para aprovação em caráter de "retificação" de obras já averbadas na Serventia Registral Imobiliária da Comarca de Maravilha.

Parágrafo único. No caso de que trata o presente artigo, não se aplica o disposto no artigo 12 da presente Lei.

Art. 17. Para as obras executadas, comprovadamente, até o ano de 2008, não haverá incidência de ISS.

Art. 18. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis Complementares nº 054, de 27 de junho de 2013 e nº 76, de 18 de agosto de 2015.

Maravilha - SC, 16 de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 164/2017**

Publicação Nº 1428252

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 164/2017 - Modalidade Pregão Presencial n. 076/2017.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a contratação de empresa especializada para o fornecimento de fogos de artifício e execução de show pirotécnico para o show de virada de ano 2017/2018, do Município de Maravilha - SC, tipo Menor Preço por lote, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 29 de novembro de 2017 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital, poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h 30min as 11h 30min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 16 de novembro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 165/2017**

Publicação Nº 1428272

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Contrato Administrativo n. 132/2017

Contratada: JCI Shows e Eventos Eireli - ME.

Valor do contrato: 14.500,00

Processo n. 165/2017

Inexigibilidade n. 050/2017

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Contrato Administrativo para contratação do grupo musical denominada "Banda Curingas", para apresentação artística no show da virada do Município de Maravilha/SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 07 h e 30min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 16 de novembro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 167/2017**

Publicação Nº 1428961

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 167/2017 – Modalidade de Pregão Presencial n. 077/2017.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a aquisição de 01 (um) ônibus e 01 (uma) van, novos, ano e modelo mínimo 2017, tipo menor preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 14h do dia 30 de novembro de 2017, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital, poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h. Maravilha - SC, 16 de novembro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

# Marema

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 111/2017

Publicação Nº 1428738

Portaria nº111/2017  
de 02/02/2017

REDISTRIBUI DE SETOR A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL NEUZA MARIA DE SOUZA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c Art. 48 § 1º do Estatuto dos Servidores Públicos e

CONSIDERANDO a necessidade do ajustamento do quadro de pessoal às necessidades do serviço público municipal, o que vem justificar o interesse público.

#### RESOLVE

Art. 1º - Redistribuir de setor a Servidora Pública Municipal NEUZA MARIA DE SOUZA com o respectivo cargo ocupado de Técnica em Enfermagem, no Departamento Municipal de Saúde do Setor de Recursos para Assistência Médica e Sanitária para o setor de Saúde Bucal, sem prejuízo do salário, objetivando o ajustamento do quadro de pessoal às necessidades do Serviço Público Municipal, e designa a mesma para ser Auxiliar de Consultório em caráter temporário.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 02 de fevereiro de 2017.

ADILSON BARELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT  
Servidora Designada

### PORTARIA Nº 112/2017

Publicação Nº 1428740

Portaria 112/2017  
01/03/2017

REVOGA PORTARIA QUE CONCEDEU GRATIFICAÇÃO POR DESEMPENHAR FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO (FG) A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL JOVANDRA DAL BELLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 14 da Lei Complementar nº 036/2014. CONSIDERANDO Portaria 054/2017

RESOLVE

Art. 1º - Revogar Portaria que concedeu a Servidora Publica

Municipal JOVANDRA DAL BELLO, gratificação por desempenhar função de coordenação junto aos demais servidores no setor Administrativo num percentual de 30% aplicado sobre o salário base do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário. Em especial Portaria 054/2017.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 01 de março de 2017.

ADILSON BARELLA  
Prefeito Municipal  
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT  
Servidora Designada

### PORTARIA Nº 113 - A/2017

Publicação Nº 1428741

Portaria nº113/2017  
de 17/03/2017

DESIGNA DARLEI PAGANI MESADRI, PARA RESPONDER PELO MUNICIPIO DE MAREMA E FUNDOS EM CARATER TEMPORARIO DURANTE O PERIODO DE 13/03/2017 A 22/03/2017 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo BANCO DO BRASIL.

#### RESOLVE

Art. 1º – Designar DARLEI PAGANI MESADRI, para responder como TESOUREIRO do:

- MUNICÍPIO DE MAREMA,
- FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAREMA,
- FMDR – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE MAREMA,
- FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MAREMA,
- FIA – FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DO MUNICIPIO DE MAREMA.

Compreendendo as funções e poderes, conforme o anexo I, e referindo-se as contas conforme o anexo II.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º– A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 13/03/2017.

Gabinete do Prefeito 17 de março de 2017.  
ADILSON BARELLA  
Prefeito Municipal  
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT  
Servidora Designada

ANEXO I

FUNÇÕES E PODERES ATRIBUÍDAS AO TESOUREIRO

009 SOLICITAR EMISSÃO CHEQUES

010 SOLICITAR ABERTURA DE CONTAS DE DEPOSITO

011 AUTORIZAR COBRANÇAS

018 UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOÕES

020 RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO

026 SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

027 REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES

031 AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACÕES

036 RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

038 ENDOSSAR CHEQUE

093 EFETUAR TRANSFERENCIAS/PAGAMENTOS

094 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

095 CANCELAR CHEQUES

096 BAIXAR CHEQUES

098 EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS

099 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

100 EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

102 EFETUAR SAQUES - POUPANCA

104 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO

105 EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO

118 CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECUR-  
SOS

119 LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO

123 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, EXCETO INVESTIMENTO

124 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

125 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO

126 EMITIR COMPROVANTES

128 EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-

129 EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALIVIO DE NUMERARIO

133 ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

137 CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO

138 CARTAO TRANSPORTE - AUTORIZAR DEB/TRANSF MEIO ELE-  
TRONICO

150 ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANCEIRO

ANEXO II

CONTAS VINCULADAS AOS PODERES DO ANEXO I

CONTA CORRENTE 5428-3 29-9

CONTA CORRENTE 5428-3 37-X

CONTA CORRENTE 5428-3 5113-6

CONTA CORRENTE 5428-3 5243-X

CONTA CORRENTE 5428-3 5178-0

CONTA CORRENTE 5428-3 5451-8

CONTA CORRENTE 5428-3 5919-6

CONTA CORRENTE 5428-3 6129-8

CONTA CORRENTE 5428-3 6171-9

CONTA CORRENTE 5428-3 6242-1

CONTA CORRENTE 5428-3 6243-X

CONTA CORRENTE 5428-3 6244-8

CONTA CORRENTE 5428-3 6245-6

CONTA CORRENTE 5428-3 6257-X

CONTA CORRENTE 5428-3 6258-8

CONTA CORRENTE 5428-3 6271-5

CONTA CORRENTE 5428-3 6272-3

CONTA CORRENTE 5428-3 6413-0

CONTA CORRENTE 5428-3 6414-9

CONTA CORRENTE 5428-3 7066-1

CONTA CORRENTE 5428-3 7074-2

CONTA CORRENTE 5428-3 7082-3

CONTA CORRENTE 5428-3 8140-X

CONTA CORRENTE 5428-3 9903-1

CONTA CORRENTE 5428-3 9987-2

CONTA CORRENTE 5428-3 10344-6

CONTA CORRENTE 5428-3 10365-9

CONTA CORRENTE 5428-3 10709-3

CONTA CORRENTE 5428-3 11602-5

CONTA CORRENTE 5428-3 11604-1

CONTA CORRENTE 5428-3 13622-0  
CONTA CORRENTE 5428-3 14172-0  
CONTA CORRENTE 5428-3 14285-9  
CONTA CORRENTE 5428-3 14690-0  
CONTA CORRENTE 5428-3 17453-X  
CONTA CORRENTE 5428-3 17468-8  
CONTA CORRENTE 5428-3 17504-8  
CONTA CORRENTE 5428-3 26761-9  
CONTA CORRENTE 5428-3 29507-8  
CONTA CORRENTE 5428-3 40349-0  
CONTA CORRENTE 5428-3 60003-2  
CONTA CORRENTE 5428-3 283141-4

**PORTARIA Nº 114/2017**

Publicação Nº 1428743

Portaria nº114/2017  
de 17/03/2017

DESIGNA REGILENA CERATTO, PARA ASSINAR A CONTABILIDADE DO MUNICIPIO DE MAREMA E FUNDOS EM CARATER TEMPORARIO DURANTE O PERIODO DE 13/03/2017 A 22/03/2017 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO a necessidade de movimentação contábil no município no período de férias da contadora conforme portaria .

**RESOLVE**

Art. 1º – Designar REGILENA CERATTO, para assinar como CONTADORA do:

- MUNICÍPIO DE MAREMA,
- FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAREMA,
- FMDR – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMETO RURAL DE MAREMA,
- FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MAREMA,
- FIA – FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DO MUNICIPIO DE MAREMA.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º– A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos de 13/03/2017 a 22/03/2017.

Gabinete do Prefeito 17 de marco de 2017.

ADILSON BARELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT  
Servidora Designada

**PORTARIA Nº113 - B/2017**

Publicação Nº 1428742

Portaria nº113A/2017

De 17/03/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SUELEN LUNARDI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal SUELEN LUNARDI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 20/03/2017 a 18/04/2017.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/04/2016 a 31/03/2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 17 de março de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

## Massaranduba

## PREFEITURA

## CHAMAMENTO DO SEGUNDO COLOCADO - ATA 25.2017 LIC 60.2017 PP 45.2017 FRALDAS GERIÁTRICAS

Publicação Nº 1429202

ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
CHAMAMENTO DO SEGUNDO COLOCADO  
PREGÃO PRESENCIAL - REGITRO DE PREÇO Nº 45/2017  
Processo licitatório nº 60/2017  
CONVOCAÇÃO DE SEGUNDO COLOCADO

No dia 16 de novembro de 2017, na Prefeitura de Massaranduba, registra-se o preço das empresas abaixo discriminadas, como segunda colocação, para a aquisição dos itens 02, 03 e 04, uma vez que a empresa vencedora ALVIMED COM. E REPRES. LTDA, representada por HELIO DE AVILA GONÇALVES, solicitou desclassificação por ter a proposta ficado inexecutável.

Este aditivo destina-se a atender o Município de Massaranduba/SC até o término e nos termos da Ata de Registro de Preços nº 25/2017 resultante do Processo Licitatório 60/2017 - Sistema de Registro de Preços 45/2017.

FORNECEDOR: 80284 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	FRALDA GERIÁTRICA, TAMANHO M PARA USUÁRIOS DE 40 KG Á 70 KG. DEVE CONTER EM SUA COMPOSIÇÃO: POLPA DE CELULOSE, GEL POLIMERO SUPRE ABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECISO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS POLIESTER, ADESIVOS E ELASTICOS. O PRODUTO DEVE SER HIPOALERGENICO E DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, COM FITAS ADESIVAS REPOSICIONAVEIS FACILITANDO O AJUSTE DA FRALDA AO CORPO DO USUÁRIO. COM CAMADA EXTRASECA, GEL ULTRA ABSORVENTE COM MAXIMA ABSORÇÃO, COM BARREIRA PROTETORA E FORMATO ANATOMICO. PACOTE COM NO MÍNIMO 08 UNIDADES.	PACOTE	DESCAR-PAK	350	R\$ 7,00	R\$ 2.450,00
3	FRALDA GERIÁTRICA, TAMANHO G PARA USUÁRIOS DE 70 KG Á 90 KG. DEVE CONTER EM SUA COMPOSIÇÃO: POLPA DE CELULOSE, GEL POLIMERO SUPRE ABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECISO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS POLIESTER, ADESIVOS E ELASTICOS. O PRODUTO DEVE SER HIPOALERGENICO E DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, COM FITAS ADESIVAS REPOSICIONAVEIS FACILITANDO O AJUSTE DA FRALDA AO CORPO DO USUÁRIO. COM CAMADA EXTRASECA, GEL ULTRA ABSORVENTE COM MAXIMA ABSORÇÃO, COM BARREIRA PROTETORA E FORMATO ANATOMICO. PACOTE COM NO MÍNIMO 08 UNIDADES.	PACOTE	DESCAR-PAK	800	R\$ 7,00	R\$ 5.600,00

FORNECEDOR: 56049 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
4	FRALDA GERIÁTRICA, TAMANHO GG PARA USUÁRIOS ACIMA DE 90 KG. DEVE CONTER EM SUA COMPOSIÇÃO: POLPA DE CELULOSE, GEL POLIMERO SUPRE ABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECISO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS POLIESTER, ADESIVOS E ELASTICOS. O PRODUTO DEVE SER HIPOALERGENICO E DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, COM FITAS ADESIVAS REPOSICIONAVEIS FACILITANDO O AJUSTE DA FRALDA AO CORPO DO USUÁRIO. COM CAMADA EXTRASECA, GEL ULTRA ABSORVENTE COM MÁXIMA ABSORÇÃO, COM BARREIRA PROTETORA E FORMATO ANATOMICO. PACOTE COM NO MÍNIMO 07 UNIDADES.	PACOTE	DESCAR-PACK PRE-MIUM	900	R\$ 7,29	R\$ 6.561,00

Massaranduba, 16 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
CARLOS EDUARDO HORT
CONTRATADA
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
MARCOS ANTONIO LOBO
CONTRATADA

**CO 27.2017 ADITIVO 02 (PMM) LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES EIRELI**

Publicação Nº 1427207

PREFEITURA DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO: 27/2017 – AD 02

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADA: LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA DAR SUPORTE À SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE NO PROCESSO DE ESTUDO URBANÍSTICO E SOCIAL, REVISÃO, ADEQUAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E RURAL MUNICIPAL PARA O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO.

DO ADITAMENTO: FICA PRORROGADO EM MAIS 257 (DUZENTOS E CINQUENTA E SETE) DIAS, INICIANDO SUA VIGÊNCIA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2017, FINDANDO ESTE PRAZO EM 31 DE JULHO DE 2018.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

Massaranduba (SC), 17 de outubro de 2017

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157.2017 TP 05.2017 - AMPLIAÇÃO DO CEI PE. ALDOLINO GUESSER**

Publicação Nº 1428250

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2017  
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DO CEI PE. ALDOLINO GUESSER DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 04/12/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 04/12/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 10 de novembro de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****MUDANÇA DE LOCAL VOTAÇÃO**

Publicação Nº 1428766

**COMUNICADO**

Em virtude da realização do Processo Seletivo nº 12/2017 da Secretaria de Educação Municipal, que visa a formação de cadastro de reserva para preenchimento de vagas temporárias para professor, orientador e auxiliar de sala no Município de Massaranduba/SC, o local para realização de Eleição Suplementar para Conselheiro Tutelar passará a ser: o Centro de Educação Infantil Ivete Schmidt, situado ao lado da Escola Ministro Pedro Aleixo.

A data e horário das eleições permanecem inalterados.

Massaranduba, 16 de Novembro de 2017.

MARILÚ M. ZIEHLSDORFF

Presidente do CMDCA Massaranduba

**Matos Costa****PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 32/2017**

Publicação Nº 1429143

MUNICIPIO DE MATOS COSTA-SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 02/2017  
EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATADO: AGF-ANTIGRANIZO FRAIBURGO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.910.392/0001-14, com sede no Município de Lebon Régis, SC.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA/SC  
OBJETO: Aquisição de Materiais para Abastecimento e Operacionalização de 06 Geradores de solo do Sistema Anti-Granizo no Município de Matos Costa, conforme Convenio 2017 TR1640 – Processo nº ADR10 00002049/2017.

VALOR DA DESPESA: R\$ 61.224,49 (sessenta e um mil, duzentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos) pelo período de 09/11/2017 a 09/02/2018.

DATA: 09/11/17 - RAUL RIBAS NETO - Prefeito Municipal

**PORTARIA 553/2017**

Publicação Nº 1429111

PORTARIA Nº 553/2017 – De 16 de Novembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARLI JUNCEK, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 16.11.17 a 15.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 16 de Novembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 554/2017**

Publicação Nº 1429114

PORTARIA Nº 554/2017 – De 16 de Novembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARIA INES KINAL, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de TECNICO na categoria funcional de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, 20 (vinte) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 16.11.17 a 05.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 16 de Novembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 555/2017**

Publicação Nº 1429119

PORTARIA Nº 555/2017 – De 16 de Novembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, ao servidor NEREU GREGOLIN, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de OPERADOR DE MAQUINAS RODOVIARIAS, 15 (quinze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 28.07.2017, a serem gozados entre os dias 16.11.2017 á 29.11.2017, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 16 de Novembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 556/2017**

Publicação Nº 1429123

PORTARIA Nº 556/2017 – De 16 de Novembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - SUSPENDER os efeitos da portaria que designava o servidor DIRCEU JOANIM DE FREITAS, investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional TECNICO, na categoria funcional de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, para exercer trabalho técnico científico ao desempenhar a função de controle de frota juntamente com os serviços na setor contábil.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 16 de Novembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 557/2017**

Publicação Nº 1429130

PORTARIA Nº 557/2017 – De 16 de Novembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR o servidor DIRCEU JOANIM DE FREITAS, investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional TECNICO, na categoria funcional de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, para desempenhar suas funções junto ao no setor de compras.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 16 de Novembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**RREO 5º BIMESTRE**

Publicação Nº 1429439

Município de - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.072.986,00	10.077.275,94	8.784.276,62
Receita Tributária	324.080,00	210.222,38	160.462,04
I.P.T.U.	36.300,00	27.533,81	23.806,04
I.S.S.	132.000,00	64.502,49	60.411,47
I.T.B.I.	24.200,00	24.299,26	23.308,89
I.R.R.F.	96.800,00	79.996,86	38.787,36
Outras Receitas Tributárias	34.780,00	13.889,96	14.148,28
Receita de Contribuição	360.500,00	379.123,34	252.352,61
Receitas Previdenciárias	304.000,00	337.251,29	0,00
Outras Contribuições	56.500,00	41.872,05	252.352,61
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	77.001,00	104.373,38	101.661,39
(-) Aplicações Financeiras	77.001,00	104.373,38	101.661,39
Transferências Correntes	12.262.160,00	9.370.740,60	8.311.819,67
F.P.M.	6.160.000,00	4.069.295,10	3.894.844,42
I.P.V.A	104.000,00	96.239,22	86.544,88
I.C.M.S.	2.420.000,00	2.136.793,07	1.747.438,26
Convênios	253.000,00	218.271,33	141.526,20
Outras Transferências Correntes	3.325.160,00	2.850.141,88	2.441.465,91
Demais Receitas Correntes	126.246,00	117.189,62	59.642,30
Dívida Ativa	14.520,00	20.411,77	10.887,28
Diversas Receitas Correntes	111.726,00	96.777,85	48.755,02
RECEITAS DE CAPITAL (II)	13,00	213.359,42	814.868,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	175.747,86
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	13.090,00
Transferências de Capital	13,00	213.359,42	626.030,14
Convênios	13,00	213.359,42	626.030,14
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	13,00	213.359,42	626.030,14
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.072.999,00	10.290.635,36	9.410.306,76

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.351.130,78	10.023.829,50	9.659.272,97	9.528.716,78	9.145.349,14
Pessoal e Encargos Sociais	7.737.597,46	5.897.411,88	5.183.447,45	5.892.601,88	5.134.835,55
Juros e Encargos da Dívida (IX)	41.000,00	22.387,69	1.019,78	22.268,15	799,56
Outras Despesas Correntes	5.572.533,32	4.104.029,93	4.474.805,74	3.613.846,75	4.009.714,03
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.310.130,78	10.001.441,81	9.658.253,19	9.506.448,63	9.144.549,58
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.857.533,27	1.206.761,96	2.144.762,14	887.486,30	1.929.519,44
Investimentos	1.598.733,27	987.636,56	1.955.628,94	681.708,38	1.741.163,85
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	257.800,00	219.125,40	189.133,20	205.777,92	188.355,59
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.599.733,27	987.636,56	1.955.628,94	681.708,38	1.741.163,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	26.620,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.936.484,05	10.989.078,37	11.613.882,13	10.188.157,01	10.885.713,43
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVII)	-1.863.485,05	-698.443,01	-2.203.575,37	102.478,35	-1.475.406,67
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	836.341,13	-	836.341,13	0,00
Superávit Financeiro	-	836.341,13	-	836.341,13	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			160.999,00

Município de - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

**RREO 5º BIMESTRE**

Publicação Nº 1429431

Município de MATOS COSTA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial		13.150.000,00		
Previsão Atualizada		13.150.000,00		
Receitas Realizadas		10.395.008,74		
Déficit Orçamentário		21.194,34		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		836.341,13		
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial		13.150.000,00		
Créditos Adicionais		2.085.284,05		
Dotação Atualizada		15.235.284,05		
Despesas Empenhadas		11.230.591,46		
Despesas Liquidadas		10.416.203,08		
Despesas pagas		10.138.023,27		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		11.230.591,46		
Despesas Liquidadas		10.416.203,08		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		13.112.384,87		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		13.330,73		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		13.330,73		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-230.000,00	-687.140,17	298,76
Resultado Primário		160.999,00	102.478,35	63,65
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	466.436,10	0,00	334.326,73	132.109,37
EXECUTIVO	466.436,10	0,00	334.326,73	132.109,37
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	246.691,03	0,00	87.963,59	158.727,44
EXECUTIVO	246.691,03	0,00	87.963,59	158.727,44
<b>TOTAL:</b>	<b>713.127,13</b>	<b>0,00</b>	<b>422.290,32</b>	<b>290.836,81</b>
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.195.629,54	25%	26,86
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		962.074,95	60%	81,41

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de MATOS COSTA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL					Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito					0,00	
Despesa de Capital Líquida					887.486,30	970.046,97
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	886,45
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
						% Mínimo a Aplicar no Exercício
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					1.489.962,91	15,00
						% Aplicado até o Bimestre
						17,60
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MATOS COSTA, 16/11/2017

Luis Fernandes Steffani

Contador Geral CRC/SC 17.632/O-0

Raul Ribas Neto

Prefeito Municipal

**RREO 5º BIMESTRE**

Publicação Nº 1429440

Município de - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.072.986,00	10.077.275,94	8.784.276,62
Receita Tributária	324.080,00	210.222,38	160.462,04
I.P.T.U.	36.300,00	27.533,81	23.806,04
I.S.S.	132.000,00	64.502,49	60.411,47
I.T.B.I.	24.200,00	24.299,26	23.308,89
I.R.R.F.	96.800,00	79.996,86	38.787,36
Outras Receitas Tributárias	34.780,00	13.889,96	14.148,28
Receita de Contribuição	360.500,00	379.123,34	252.352,61
Receitas Previdenciárias	304.000,00	337.251,29	0,00
Outras Contribuições	56.500,00	41.872,05	252.352,61
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	77.001,00	104.373,38	101.661,39
(-) Aplicações Financeiras	77.001,00	104.373,38	101.661,39
Transferências Correntes	12.262.160,00	9.370.740,60	8.311.819,67
F.P.M.	6.160.000,00	4.069.295,10	3.894.844,42
I.P.V.A	104.000,00	96.239,22	86.544,88
I.C.M.S.	2.420.000,00	2.136.793,07	1.747.438,26
Convênios	253.000,00	218.271,33	141.526,20
Outras Transferências Correntes	3.325.160,00	2.850.141,88	2.441.465,91
Demais Receitas Correntes	126.246,00	117.189,62	59.642,30
Dívida Ativa	14.520,00	20.411,77	10.887,28
Diversas Receitas Correntes	111.726,00	96.777,85	48.755,02
RECEITAS DE CAPITAL (II)	13,00	213.359,42	814.868,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	175.747,86
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	13.090,00
Transferências de Capital	13,00	213.359,42	626.030,14
Convênios	13,00	213.359,42	626.030,14
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	13,00	213.359,42	626.030,14
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.072.999,00	10.290.635,36	9.410.306,76

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.351.130,78	10.023.829,50	9.659.272,97	9.528.716,78	9.145.349,14
Pessoal e Encargos Sociais	7.737.597,46	5.897.411,88	5.183.447,45	5.892.601,88	5.134.835,55
Juros e Encargos da Dívida (IX)	41.000,00	22.387,69	1.019,78	22.268,15	799,56
Outras Despesas Correntes	5.572.533,32	4.104.029,93	4.474.805,74	3.613.846,75	4.009.714,03
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.310.130,78	10.001.441,81	9.658.253,19	9.506.448,63	9.144.549,58
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.857.533,27	1.206.761,96	2.144.762,14	887.486,30	1.929.519,44
Investimentos	1.598.733,27	987.636,56	1.955.628,94	681.708,38	1.741.163,85
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	257.800,00	219.125,40	189.133,20	205.777,92	188.355,59
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.599.733,27	987.636,56	1.955.628,94	681.708,38	1.741.163,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	26.620,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.936.484,05	10.989.078,37	11.613.882,13	10.188.157,01	10.885.713,43
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVII)	-1.863.485,05	-698.443,01	-2.203.575,37	102.478,35	-1.475.406,67
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	836.341,13	-	836.341,13	0,00
Superávit Financeiro	-	836.341,13	-	836.341,13	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				160.999,00

Município de - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO 5º BIMESTRE

Publicação Nº 1429430

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		Até o Bimestre(b)			
		No Bimestre			

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

MATOS COSTA, 16/11/2017

Luis Fernandes Steffani	Raul Ribas Neto
Contador Geral CRC/SC 17.632/O-0	Prefeito Municipal

## RREO 5º BIMESTRE

Publicação Nº 1429433

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PRREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )										RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
									% (b/Total b)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	13.150.000,00	15.235.284,05	1.631.304,10	11.203.900,25	100,00	1.936.050,16	10.389.511,87	100,00	4.845.772,18	
Legislativa	630.000,00	630.000,00	93.427,47	498.819,12	4,45	99.391,87	492.565,38	4,74	137.434,62	
Ação Legislativa	630.000,00	630.000,00	93.427,47	498.819,12	4,45	99.391,87	492.565,38	4,74	137.434,62	
Administração	2.124.500,00	2.151.475,00	202.348,22	1.742.298,94	15,55	202.348,22	1.649.293,85	15,87	502.181,15	
Administração Geral	1.942.500,00	1.969.475,00	186.804,60	1.624.400,03	14,50	186.804,60	1.531.394,94	14,74	438.080,06	
Administração Financeira	182.000,00	182.000,00	15.543,62	117.898,91	1,05	15.543,62	117.898,91	1,13	64.101,09	
Segurança Pública	39.326,00	57.785,07	3.783,83	28.905,10	0,26	3.783,83	26.963,72	0,26	30.821,35	
Policimento	34.826,00	53.285,07	3.783,83	28.680,10	0,26	3.783,83	26.738,72	0,26	26.546,35	
Defesa Civil	4.500,00	4.500,00	0,00	225,00	0,00	0,00	225,00	0,00	4.275,00	
Assistência Social	850.000,00	882.000,00	118.754,47	626.141,78	5,59	118.754,47	585.861,57	5,64	286.138,43	
Assistência à Criança e ao Adolescente	30.000,00	30.000,00	0,00	3.500,89	0,03	0,00	1.322,85	0,01	28.677,15	
Assistência Comunitária	820.000,00	852.000,00	118.754,47	622.640,89	5,56	118.754,47	584.538,72	5,63	287.461,28	
Previdência Social	166.000,00	166.000,00	21.176,48	111.733,72	1,00	21.176,48	110.999,72	1,07	55.000,28	
Previdência do Regime Estatutário	166.000,00	166.000,00	21.176,48	111.733,72	1,00	21.176,48	110.999,72	1,07	55.000,28	
Saúde	3.624.706,00	4.178.126,65	398.571,61	2.937.662,77	26,22	398.571,61	2.759.640,29	26,56	1.418.486,36	
Atenção Básica	3.270.520,00	3.794.973,28	378.926,40	2.690.206,61	24,01	378.926,40	2.515.771,98	24,21	1.279.201,30	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	192.000,00	192.000,00	-150,00	164.434,29	1,47	-150,00	164.434,29	1,58	27.565,71	
Vigilância Sanitária	34.100,00	63.005,89	7.447,34	16.488,66	0,15	7.447,34	13.231,32	0,13	49.774,57	
Vigilância Epidemiológica	17.600,00	17.652,47	500,00	1.433,44	0,01	500,00	1.433,44	0,01	16.219,03	
Alimentação e Nutrição	109.485,00	109.494,01	11.847,87	65.099,77	0,58	11.847,87	64.769,26	0,62	44.724,75	
Abastecimento	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00	
Educação	2.944.739,00	3.220.891,37	438.774,47	2.340.369,99	20,89	438.774,47	2.241.719,33	21,58	979.172,04	
Ensino Fundamental	2.083.738,00	2.287.369,15	343.016,43	1.821.717,78	16,26	343.016,43	1.743.662,04	16,78	543.707,11	
Educação Infantil	821.001,00	903.822,22	95.758,04	488.952,21	4,36	95.758,04	478.257,29	4,60	425.564,93	
Educação de Jovens e Adultos	40.000,00	29.700,00	0,00	29.700,00	0,27	0,00	19.800,00	0,19	9.900,00	
Cultura	170.000,00	375.750,00	30.589,05	110.313,91	0,98	30.589,05	110.165,15	1,06	265.584,85	
Diffusão Cultural	170.000,00	375.750,00	30.589,05	110.313,91	0,98	30.589,05	110.165,15	1,06	265.584,85	
Urbanismo	442.966,00	1.060.183,89	32.668,34	949.979,40	8,48	32.668,34	63.305,65	5,73	485.144,29	
Infra-Estrutura Urbana	25.002,00	445.002,00	0,00	426.184,70	3,80	0,00	151.217,75	1,46	293.784,25	
Serviços Urbanos	417.964,00	615.181,89	32.668,34	523.794,70	4,68	32.668,34	63.305,65	4,27	171.360,04	
Habitação	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	
Habituação Urbana	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	
Saneamento	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00	
Saneamento Básico Urbano	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00	
Agricultura	452.001,00	452.665,00	68.294,84	371.361,47	3,31	68.294,84	369.675,86	3,56	82.989,14	
Extensão Rural	452.001,00	452.665,00	68.294,84	371.361,47	3,31	68.294,84	369.675,86	3,56	82.989,14	
										Continua 1/2

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Indústria	13.150.000,00	15.235.284,05	1.631.304,10	11.203.900,25	4.031.383,80	1.936.050,16	10.389.511,87	4.845.772,18
Promoção Industrial	59.000,00	114.000,00	3.710,92	107.894,94	6.105,06	15.710,92	89.894,94	24.105,06
Transporte	59.000,00	114.000,00	3.710,92	107.894,94	6.105,06	15.710,92	89.894,94	24.105,06
Transporte Rodoviário	1.241.141,00	1.601.786,07	206.876,83	1.124.465,14	477.320,93	212.678,04	1.118.141,61	483.644,46
Desporto e Lazer	1.241.141,00	1.601.786,07	206.876,83	1.124.465,14	477.320,93	212.678,04	1.118.141,61	483.644,46
Desporto Comunitário	20.000,00	20.000,00	0,00	12.440,88	7.559,12	1.084,48	11.504,78	8.495,22
Encargos Especiais	20.000,00	20.000,00	0,00	12.440,88	7.559,12	1.084,48	11.504,78	8.495,22
Outros Encargos Especiais	350.000,00	289.000,00	12.327,57	241.513,09	47.486,91	25.813,21	228.046,07	60.953,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	350.000,00	289.000,00	12.327,57	241.513,09	47.486,91	25.813,21	228.046,07	60.953,93
	26.620,00	26.620,00	0,00	0,00	26.620,00	0,00	0,00	26.620,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	13.150.000,00	15.235.284,05	1.631.304,10	11.203.900,25	4.031.383,80	1.936.050,16	10.389.511,87	4.845.772,18

FONTE:

MATOS COSTA, 16/11/2017

Luís Fernandes Steffani  
Contador Geral CRC/SC 17.632/O-0

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## RREO 5º BIMESTRE

Publicação Nº 1429424

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>13.150.000,00</b>	<b>13.150.000,00</b>	<b>1.834.420,76</b>	<b>13,95</b>	<b>10.358.417,75</b>	<b>78,77</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.149.987,00	13.149.987,00	1.834.420,76	13,95	10.145.058,33	77,15
IMPOSTOS	324.080,00	324.080,00	41.532,66	12,82	210.222,38	64,87
TAXAS	289.300,00	289.300,00	40.496,90	14,00	196.332,42	67,86
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	24.780,00	24.780,00	1.035,76	4,18	13.889,96	56,05
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	360.500,00	360.500,00	44.788,38	12,42	343.593,09	95,31
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	305.500,00	305.500,00	36.527,22	11,96	301.721,04	98,76
RECEITA PATRIMONIAL	55.000,00	55.000,00	8.261,16	15,02	41.872,05	76,13
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	77.001,00	77.001,00	10.944,76	14,21	103.312,64	134,17
RECEITA AGROPECUÁRIA	77.001,00	77.001,00	10.944,76	14,21	103.312,64	134,17
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.662,00	27.662,00	0,00	0,00	300,57	1,09
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.262.160,00	12.262.160,00	1.716.463,66	14,00	9.370.740,60	76,42
TRANSF. DE CONV.	12.009.160,00	12.009.160,00	1.669.022,39	13,90	9.152.469,27	76,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	253.000,00	253.000,00	47.441,27	18,75	218.271,33	86,27
MULTAS E JUROS DE MORA	88.584,00	88.584,00	20.691,30	23,36	116.889,05	131,95
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.940,00	16.940,00	120,97	0,71	1.744,63	10,30
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	16.957,83	141,32
RECEITAS DIVERSAS	14.520,00	14.520,00	4.045,67	27,86	20.411,77	140,58
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>45.124,00</b>	<b>45.124,00</b>	<b>16.524,66</b>	<b>36,62</b>	<b>77.774,82</b>	<b>172,36</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13,00	13,00	0,00	0,00	213.359,42	1.641.226,31
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	13,00	13,00	0,00	0,00	213.359,42	1.641.226,31
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>13.150.000,00</b>	<b>13.150.000,00</b>	<b>1.834.420,76</b>	<b>13,95</b>	<b>10.358.417,75</b>	<b>78,77</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>13.150.000,00</b>	<b>13.150.000,00</b>	<b>1.834.420,76</b>	<b>13,95</b>	<b>10.358.417,75</b>	<b>2.791.582,25</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	31.094,12	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.150.000,00	13.150.000,00	1.834.420,76	13,95	10.389.511,87	2.760.488,13
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	836.341,13	—	—	836.341,13	—
Superávit Financeiro	—	836.341,13	—	—	836.341,13	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>13.150.000,00</b>	<b>15.235.284,05</b>	<b>1.631.304,10</b>	<b>11.203.900,25</b>	<b>4.031.383,80</b>	<b>1.936.050,16</b>	<b>10.389.511,87</b>	<b>4.845.772,18</b>	<b>10.111.332,06</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.595.675,00</b>	<b>13.351.130,78</b>	<b>1.554.314,12</b>	<b>9.997.138,29</b>	<b>3.353.992,49</b>	<b>1.866.935,24</b>	<b>9.502.025,57</b>	<b>3.849.105,21</b>	<b>9.261.271,14</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.404.350,00	7.737.597,46	1.140.425,09	5.897.411,88	1.840.185,58	1.145.235,09	5.892.601,88	1.844.995,58	5.791.057,33
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	41.000,00	41.000,00	0,00	22.387,69	18.612,31	47,87	22.268,15	18.731,85	22.268,15
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.150.325,00	5.572.533,32	413.889,03	4.077.338,72	1.495.194,60	721.652,28	3.587.155,54	1.985.377,78	3.447.945,66
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>527.705,00</b>	<b>1.857.533,27</b>	<b>76.989,98</b>	<b>1.206.761,96</b>	<b>650.771,31</b>	<b>69.114,92</b>	<b>887.486,30</b>	<b>970.046,97</b>	<b>850.060,92</b>
INVESTIMENTOS	329.705,00	1.598.733,27	64.662,41	987.636,56	611.096,71	43.349,58	681.708,38	917.024,89	644.283,00
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	197.000,00	257.800,00	12.327,57	219.125,40	38.674,60	25.765,34	205.777,92	52.022,08	205.777,92
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>26.620,00</b>	<b>26.620,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.620,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.620,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	26.620,00	26.620,00	0,00	0,00	26.620,00	0,00	0,00	26.620,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>13.150.000,00</b>	<b>15.235.284,05</b>	<b>1.631.304,10</b>	<b>11.203.900,25</b>	<b>4.031.383,80</b>	<b>1.936.050,16</b>	<b>10.389.511,87</b>	<b>4.845.772,18</b>	<b>10.111.332,06</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>13.150.000,00</b>	<b>15.235.284,05</b>	<b>1.631.304,10</b>	<b>11.203.900,25</b>	<b>4.031.383,80</b>	<b>1.936.050,16</b>	<b>10.389.511,87</b>	<b>4.845.772,18</b>	<b>10.111.332,06</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	247.085,69
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.150.000,00	15.235.284,05	1.631.304,10	11.203.900,25	—	1.936.050,16	10.389.511,87	—	10.358.417,75
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 313.991,03

MATOS COSTA, 16/11/2017

Luís Fernandes Steffani  
Contador Geral CRC/SC 17.632/O-0

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

**RREO 5º BIMESTRE**

Publicação Nº 1429438

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	75.064,79	774.911,64	761.629,22
DEDUÇÕES (II)	1.618.540,43	1.468.630,04	1.372.547,51
Disponibilidade de Caixa	1.605.977,94	1.455.348,23	1.359.265,70
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.852.668,97	1.979.645,36	1.800.061,85
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	246.691,03	524.297,13	440.796,15
Demais Haveres Financeiros	12.562,49	13.281,81	13.281,81
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	689.990,93	687.140,17
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>-689.990,93</b>	<b>-687.140,17</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Out 2017 (VIc - VIa)
<b>VALOR</b>	<b>2.850,76</b>	<b>-687.140,17</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-230.000,00</b>

FONTE:

MATOS COSTA, 16/11/2017

\_\_\_\_\_  
Luis Fernandes Steffani  
Contador Geral CRC/SC 17.632/O-0

\_\_\_\_\_  
Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

## RREO 5º BIMESTRE

Publicação Nº 1429435

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	301.400,00	301.400,00	199.890,03	66,32
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	47.190,00	47.190,00	30.329,57	64,27
1.1.1- IPTU	36.300,00	36.300,00	27.533,81	75,85
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	10.890,00	10.890,00	2.795,76	25,67
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	24.200,00	24.200,00	24.599,26	101,65
1.2.1- ITBI	24.200,00	24.200,00	24.599,26	101,65
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	133.210,00	133.210,00	64.964,34	48,77
1.3.1- ISS	132.000,00	132.000,00	64.527,79	48,88
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	-	1.210,00	436,55	36,08
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	96.800,00	96.800,00	79.996,86	82,64
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.933.400,00	10.933.400,00	8.288.866,64	75,81
2.1- Cota-Parte FPM	7.700.000,00	7.700.000,00	5.373.384,50	69,78
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.700.000,00	7.700.000,00	5.373.384,50	69,78
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.025.000,00	3.025.000,00	2.687.912,60	88,86
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	10.000,00	10.000,00	8.082,63	80,83
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	48.400,00	48.400,00	37.843,75	78,19
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	56.022,62	280,11
2.6- Cota-Parte IPVA	130.000,00	130.000,00	125.620,54	96,63
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.234.800,00	11.234.800,00	8.488.756,67	75,56
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	243.490,00	243.490,00	199.894,68	82,10
5.1- Transferências do Salário-Educação	160.000,00	160.000,00	133.181,23	83,24
5.2- Transferências Diretas - PDDE	7.260,00	7.260,00	930,00	12,81
5.3- Transferências Diretas - PNAE	33.880,00	33.880,00	33.780,60	99,71
5.4- Transferências Diretas - PNATE	41.140,00	41.140,00	30.026,96	72,99
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.210,00	1.210,00	1.975,89	163,30
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	200.002,00	200.002,00	204.854,24	102,43
6.1- Transferências de Convênios	200.002,00	200.002,00	204.854,24	102,43
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	503.202,00	503.202,00	319.485,19	63,49
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	946.694,00	946.694,00	724.234,11	76,50
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.186.680,00	2.186.680,00	1.657.771,23	75,81
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.540.000,00	1.540.000,00	1.074.676,62	69,78
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	605.000,00	605.000,00	537.581,51	88,86
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.000,00	2.000,00	1.616,49	80,82
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	9.680,00	9.680,00	7.568,65	78,19
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	11.204,47	280,11
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	26.000,00	26.000,00	25.123,49	96,63
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.306.050,00	1.306.050,00	1.201.593,55	92,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.300.000,00	1.300.000,00	1.196.480,36	92,19
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.050,00	6.050,00	3.113,19	51,46
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-886.680,00	-886.680,00	-459.290,87	51,80
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	978.630,00	1.059.364,75	962.074,95	90,82	962.074,95	90,82	0,00
13.1- Com Educação Infantil	400.000,00	410.734,75	330.526,22	80,47	330.526,22	80,47	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	578.630,00	648.630,00	631.548,73	97,37	631.548,73	97,37	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	327.420,00	327.420,00	227.863,58	69,59	226.083,83	69,05	1.779,75
14.1- Com Educação Infantil	60.000,00	99.086,47	64.257,45	64,85	62.477,70	63,05	1.779,75
14.2- Com Ensino Fundamental	267.420,00	228.333,53	163.606,13	71,65	163.606,13	71,65	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.306.050,00	1.386.784,75	1.189.938,53	85,81	1.188.158,78	85,68	1.779,75
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							1.189.938,53
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							80,07
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							18,96
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							0,97
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²							0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	780.000,00	862.821,22	481.202,05	55,77	474.657,57	55,01	6.544,48
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	1.713.070,00	1.728.983,53	1.339.887,15	77,50	1.331.162,99	76,99	8.724,16
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	846.050,00	876.963,53	795.154,86	90,67	795.154,86	90,67	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	867.020,00	852.020,00	544.732,29	63,93	536.008,13	62,91	8.724,16
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.493.070,00	2.591.804,75	1.821.089,20	70,26	1.805.820,56	69,67	15.268,64
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-459.290,87
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)							3.113,19
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ³							-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)							-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)							-456.177,68
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))							2.277.266,88
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%							26,83
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	161.210,00	168.539,28	98.425,90	58,40	80.579,43	47,81	17.846,47
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	284.944,00	465.341,35	423.628,29	91,04	423.628,29	91,04	0,00
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	446.154,00	633.880,63	522.054,19	82,36	504.207,72	79,54	17.846,47
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	2.939.224,00	3.225.685,38	2.343.143,39	72,64	2.310.028,28	71,61	33.115,11

Continua 2/3

Continuação 3/3

**MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	5.650,74	0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	5.650,74	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		0,00	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.198.480,36	133.181,23
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
48.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
48.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.113,19	1.975,89
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		1.201.593,55	135.157,12
51- (+) Ajustes		0,00	0,00
51.1. Retenções		0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária		0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		1.201.593,55	135.157,12

MATOS COSTA, 16/11/2017

Luis Fernandes Steffani  
 Contador Geral CRC/SC 17.632/O-0

Raul Ribas Neto  
 Prefeito Municipal

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

## RREO 5º BIMESTRE

Publicação Nº 1429437

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS					RS 1,00
PODER/ÓRGÃO																	
Inscritos		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h+j)	Saldo Total L=(e+k)				
Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)														
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)																	
EXECUTIVO																	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA																	
FUNDO MUNIC. DE SAÚDE																	
GOVERNO MUNICIPAL																	
SECRET. DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO																	
SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO																	
SECRET. DE VIACÃO, OBRAS E URBANISMO																	
SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMI																	
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO																	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO																	
SECRETARIA DE SAÚDE																	
SECRETARIA DE VIACÃO, OBRAS E URBANISMO																	
SECRETARIA DO DESPORTO, CULTURA E TURISMO																	
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE MATOS COSTA																	
FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL																	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)																	
TOTAL (III) = (I + II):																	
190.198,49		56.492,54	87.963,59	0,00	158.727,44	9.203,93	457.232,17	334.326,73	0,00	132.109,37	290.836,81						

FONTE:

MATOS COSTA, 16/11/2017

Luis Fernandes Steffani  
Contador Geral CRC/SC 17.632/O-0

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

## Publicação Nº 1429423

RRERO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)			0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)</b>	886,45	0,00	0,00	0,00	0,00	350,35	886,45
Despesas de Capital	886,45	0,00	0,00	0,00	0,00	350,35	886,45
Investimentos	886,45	0,00	0,00	0,00	0,00	350,35	886,45

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (Ib - (If + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIj + IIIj)
Valor(III)	0,00	-350,35	-350,35

**FONTE:**

MATOS COSTA, 16/11/2017

**Luis Fernandes Steffani**  
Contador Geral CRC/SC 17.632/O-0

**Raul Ribas Neto**  
**Prefeito Municipal**

## Publicação Nº 1429436

**RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)**

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)		0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.857.533,27	1.206.761,96	887.486,30	0,00	650.771,31
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.857.533,27	1.206.761,96	887.486,30	0,00	650.771,31
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.857.533,27	-1.206.761,96	-	-	-650.771,31

**FONTE:**

MATOS COSTA, 16/11/2017

Luis Fernandes Steffani	Raul Ribas Neto
Contador Geral CRC/SC 17.632/O-0	Prefeito Municipal

## RREO 5º BIMESTRE .

Publicação Nº 1429427

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	301.400,00	301.400,00	199.337,98	66,14
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	36.300,00	36.300,00	27.533,81	75,85
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	24.200,00	24.200,00	24.299,26	100,41
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	132.000,00	132.000,00	64.502,49	48,87
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	96.800,00	96.800,00	79.996,86	82,64
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos impostos	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	10.890,00	10.890,00	3.005,56	27,60
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.239.530,00	11.239.530,00	8.267.373,31	73,56
Cota-Parte FPM	7.700.000,00	7.700.000,00	5.086.618,53	66,06
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	53.419,41	267,10
Cota-Parte IPVA	130.000,00	130.000,00	120.298,29	92,54
Cota-Parte ICMS	3.025.000,00	3.025.000,00	2.670.990,11	88,30
Cota-Parte IPI-Exportação	48.400,00	48.400,00	35.180,48	72,69
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	316.130,00	316.130,00	300.866,49	95,17
Desoneração ICMS (LC 87/96)	10.000,00	10.000,00	8.082,63	80,83
Outras	306.130,00	306.130,00	292.783,86	95,64
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>11.540.930,00</b>	<b>11.540.930,00</b>	<b>8.466.711,29</b>	<b>73,36</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	963.146,00	963.146,00	982.496,50	102,01
Provenientes da União	963.146,00	963.146,00	966.496,50	100,35
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	16.000,00	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	1,00	1,00	20.000,00	2.000.000,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	28.953,00	28.953,00	8.153,11	28,16
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>992.100,00</b>	<b>992.100,00</b>	<b>1.010.649,61</b>	<b>101,87</b>
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.140.619,00	3.653.686,55	2.623.348,22	71,80
Pessoal e Encargos Sociais	1.869.280,00	1.948.817,24	1.351.982,27	69,37
Outras Despesas Correntes	1.271.339,00	1.704.869,31	1.271.365,95	74,57
DESPESAS DE CAPITAL	63.601,00	103.945,09	46.803,16	45,03
Investimentos	63.601,00	103.945,09	46.803,16	45,03

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	63.601,00	103.945,09	46.803,16	45,03	36.830,69	35,43
Investimentos	63.601,00	103.945,09	46.803,16	45,03	36.830,69	35,43
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	3.204.220,00	3.757.631,64	2.670.151,38	71,06	2.492.459,41	66,33
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	963.647,00	1.183.185,00	1.002.496,50	37,54	1.002.496,50	40,22
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	963.646,00	1.163.184,00	982.496,50	36,80	982.496,50	39,42
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1,00	20.001,00	20.000,00	0,75	20.000,00	0,80
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	963.647,00	1.183.185,00	1.002.496,50	37,54	1.002.496,50	40,22
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	2.240.573,00	2.574.446,64	1.667.654,88	62,46	1.489.962,91	59,78
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶</b>						
						219.956,22

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.960.520,00	3.484.973,28	2.487.794,99	93,17	2.313.360,36	92,81
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	192.000,00	192.000,00	164.434,29	6,16	164.434,29	6,60
Vigilância Sanitária	34.100,00	63.005,89	16.488,66	0,62	13.231,32	0,53
Vigilância Epidemiológica	17.600,00	17.652,47	1.433,44	0,05	1.433,44	0,06
TOTAL	3.204.220,00	3.757.631,64	2.670.151,38	100,00	2.492.459,41	100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
<sup>2</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
<sup>3</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.  
<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4



Continuação 4/4

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

MATOS COSTA, 16/11/2017

Luis Fernandes Steffani  
Contador Geral CRC/SC 17.632/O-0

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO TOMADA DE PREÇOS N° 090-2017

Publicação N° 1429104

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS N.º 090/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 05/12/2017, às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas referente a TOMADA DE PREÇOS N.º 090/2017, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL NAS ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS, ÁREAS DE RISCO E ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital e para o cumprimento dos termos de compromisso de ajustamento de conduta firmado entre a Prefeitura Municipal de Meleiro e Ministério Público Estadual da Comarca de Meleiro, oriundo do Inquérito Civil 06.2016.00000275-0. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas pelo site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br) ou na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Centro, Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira pelo fone (48) 3537-8400.

Meleiro/SC, 14 de novembro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO P.L. Nº 1915-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 062-2017 LONAS FEPAR

Publicação Nº 1429226

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº: 1915/2017  
Modalidade: Pregão nº 62/2017  
Tipo: Menor preço - Menor preço por lote

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE LONA DE CIRCO, PORTAL COM ESTRUTURA METÁLICA, PIRÂMIDES COM ESTRUTURA METÁLICA E DE LONA, PALCO BASE E CABINES SANITÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA 19ª FEPAR DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL. Entrega dos Envelopes: 08h15min do dia 29 de novembro de 2017. Abertura dos Envelopes: 08h30min do dia 29 de novembro de 2017. O edital e seus anexos estão disponíveis no site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br). Pedidos de esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados, por escrito, ao Departamento de Licitações do Município de Modelo, na Rua do Comércio, 1.304, Centro, Modelo/SC, ou através do e-mail [licitacao@modelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@modelo.sc.gov.br).

Modelo/SC 16 de novembro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 169-2017 SERVIÇOS DE MECÂNICA - IDROMOL

Publicação Nº 1428571

Extrato de Contrato nº 169/2017  
Processo Licitatório nº 1125/2017  
Pregão Presencial nº 046/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC. CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA ME – EPP, CNPJ sob nº. 01.647.128/0001-04  
Valor: R\$ 3.300,00  
Assinado em: 14/11/2017  
Vigente até: 31/12/2017  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO DMER.

Modelo/SC, 14 de novembro de 2017.  
Ricardo Luiz Maldaner  
Prefeito Municipal

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 050/2017

Publicação Nº 1428437

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 050/2017  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC  
 EMPRESAS REGISTRADAS: ILAINE STEINHAUS - ME – VALOR REGISTRADO R\$ 15.947,20 (quinze mil novecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos) e ORILA MARIA ROSSET - VALOR REGISTRADO R\$ 21.263,50 (vinte e um mil duzentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).  
 OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para Coffee Break de eventos realizados pelas Secretarias Municipais no Município de Mondaí-SC e refeições, para período de 12 (doze) meses, com entrega parcelada, conforme solicitação, e de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I deste Edital.  
 ORIGEM: Pregão Presencial nº. 079/2017.  
 VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de Novembro de 2018.  
 Mondaí – SC, 16 de Novembro de 2017.  
 VALDIR RUBERT  
 Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2017 - PMM

Publicação Nº 1428580

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 101/2017  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC  
 CONTRATADO: CONSTRURORA KLS EIRELI-ME  
 OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia ou construção civil para executar, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra, para reforma dos banheiros e remoção de churrasqueira na Escola de Educação Básica Professora Elisabeth Ramminger, localizada na Rua Antas, nº 557, Bairro Antas, Mondaí/SC, conforme memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e especificações constantes na relação dos itens da licitação (Anexo I), do Edital.  
 ORIGEM: Tomada de Preço nº 010/2017. VALOR: R\$ 40.044,82 (quarenta mil e quarenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).  
 VIGÊNCIA: A partir de sua assinatura e término previsto para 45 dias após emissão da ordem de serviço/compra.  
 Mondaí – SC, 16 de Novembro de 2017.  
 VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

### NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS Nº 031/2017

Publicação Nº 1428704

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº. 031/2017

NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

VALDIR RUBERT, Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº. 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº. 4.683 de 20 de março de 2015 que regulamenta a notificação da liberação de recursos federais para o Município,

NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Mondaí, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Período da liberação dos recursos: 14/11/2017 a 14/10/2017.

ATO LEGAL	CONCEDENTE	VALOR LIBERADO (R\$)
	Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	
Programa	Agentes Comunitários de Saúde – ACS	26.364,00
Programa	Saúde da Família – SF	28.520,00
Programa	Saúde Bucal – SB	8.920,00
Programa	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF	12.000,00
Programa	Programa de Melhoria e Acesso a Qualidade – PMAQ	32.300,00
TOTAIS GERAIS DO PERÍODO .....R\$		108.104,00

Maiores informações a respeito do valor liberado e a integra dos termos supramencionados, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, junto à Prefeitura Municipal de Mondaí, situada na Rua Laju, 420, centro, ou pelo telefone (49) 3674-3100.

Mondaí – SC, 16 de novembro de 2017.

Valdir Rubert  
 Prefeito Municipal

Jonas Carlos Scheffer Demarchi  
 Coordenador de Controle Interno

### PORTARIA Nº 0509/2017

Publicação Nº 1429197

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 0509 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
 NOMEIA DIRETORA

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR, NEIVA REGINA HILLESHEIM, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 1.854.374, inscrita no CPF sob nº 621.059.499-91, matrícula 3681, para exercer a função de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuindo ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 16 de novembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

LUIZ AFONSO SPIELMANN

Secretário Municipal de Obras, Serviços Públicos  
e Urbanismo

## **PORTARIA Nº 0511/2017**

Publicação Nº 1429199

### **ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 0511 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Nomear EDUARDO UTZIG, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade nº 3.667.758, inscrito no CPF sob nº 015.506.959-40, matrícula 3682, para exercer a função de CHEFE DE DIVISÃO DE FOMENTO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Enquadrado no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 16 de novembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

PERCIO SCHENA

Secretário Municipal da Agricultura  
e Meio Ambiente

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 119.2017

Publicação Nº 1428573

DECRETO Nº 119/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

"NOMEIA PREGOEIRO E ALTERA A COMISSÃO DE APOIO".

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado Pregoeiro Oficial do município de Monte Carlo, Sr. Delcir Barzotto.

Art. 2º - A comissão de apoio será composta por três membros:

- 1) Marcio Padilha.
- 2) Bruno de Oliveira.
- 3) Paula Daiane Viater.

Art. 3º - A Comissão irá dispor de três suplentes, composta pelos seguintes membros:

- 1) Elisa Bulla.
- 2) Anderson de Barba.
- 3) Janieri Romanatto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 04/2017

Monte Carlo, 16 de novembro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2017/PM

Publicação Nº 1428411

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 115/2017/PM  
CONCORRÊNCIA Nº 006/2017/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA visando contratação de pessoa jurídica para EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS – RODOVIÁRIA, GINÁSIOS DE ESPORTES DAS ESCOLAS: ERCY DICK, CARLOS PISANI, HARRY HASLINGUER, OLGA FORTES, MARIA DO ROSÁRIO FISCHER E GINÁSIO "TAIDÃO". Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e

"DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC.

Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 17/novembro/2017 até as 09:00 horas do dia 20/dezembro/2017. Abertura da sessão para o dia 20/dezembro/2017 às 09:00 horas.

A presente licitação será do tipo maior oferta, com objetivo de selecionar melhor proposta, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 004/2017, Lei Municipal nº 1038/2017 e respectivas alterações.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo – SC, 16 de novembro de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2017/PM

Publicação Nº 1429102

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2017/PM

LEILÃO PARA ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS Nº 001/2017/PM

OBJETO: Alienação de bens móveis inservíveis, conforme especificações e delimitações constantes em Edital no interesse da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 do dia 20/novembro/2017 até as 13:30 horas do dia 21/dezembro/2017;

ABERTURA: às 14:00 horas do dia 21/dezembro/2017.

TIPO MAIOR OFERTA – JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 – Centro HORÁRIO: Das 08:00 horas às 12:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br) e-mail: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo, 16 de novembro de 2017

DELCIR BARZOTTO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 48/2016

Publicação Nº 1428403

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 50/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2015

#### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2016

Pelo presente Termo Aditivo de um lado o MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, neste ato denominado CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.000.323/0001-02, sito a Rua 20 de Maio, n 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AGENOR CORAL, e de outro lado o senhor FABULARE ASSESSORIA EM CONTABILIDADE PUBLICA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 05.905.338/0001-06, com sede a Rua Jacomo Bez Fontana, Treze de Maio/SC, neste ato representada pelo senhor Jacimar Alexandre Torres, inscrito no CPF 738.002.369-15, doravante denominada CONTRATADO, resolvem de comum acordo, ALTERAR o Contrato nº. 48/2016 originário do Pregão Presencial nº 50/2015, constante do Processo Administrativo de Licitação nº 50/2015, mediante as condições e cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objetivo o reajuste do valor inicial do Contrato nº. 48/2016, datado de 23 de Maio de 2016, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, independente de transcrição, cujo objeto é credenciamento de médico cirurgião geral.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1 – Justifica-se a celebração do presente aditivo, devido ao curso do período de 12 meses da contratação.

2.2 – O presente termo aditivo é celebrado com base nos termos do Art. 40, XI, da Lei nº 8.666/93 a alterações posteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Fica reajustado o valor do Contrato de nº. 48/2016, para que o valor mensal passe de R\$ 5.470,00 (cinco mil quatrocentos e setenta reais) para R\$ 5.642,12 (cinco mil seiscentos e quarenta e dois reais e doze centavos), passando o valor total do contrato de R\$ 65.520,00 (sessenta e cinco mil quinhentos e vinte reais) para R\$ 67.705,44 (sessenta e sete mil setecentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a prestação dos serviços de que trata o objeto, mediante a emissão de nota de empenho, correrá a conta dos mesmos elementos orçamentários consignado no instrumento contratual.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Morro da Fumaça (SC), 01 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL Prefeito Municipal	FABULARE ASSESSORIA EM CONTABILIDADE PUBLICA EIRELI - ME Contratado
------------------------------------	--

### 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 48/2016

Publicação Nº 1428593

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 50/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2015

#### 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2016

Pelo presente Termo Aditivo de um lado o MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, neste ato denominado CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.000.323/0001-02, sito a Rua 20 de Maio, n 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AGENOR CORAL, e de outro lado o senhor FABULARE ASSESSORIA EM CONTABILIDADE PUBLICA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 05.905.338/0001-06, com sede a Rua Jacomo Bez Fontana, Treze de Maio/SC, neste ato representada pelo senhor Jacimar Alexandre Torres, inscrito no CPF 738.002.369-15, doravante denominada CONTRATADO, resolvem de comum acordo, ALTERAR o Contrato nº. 48/2016 originário do Pregão Presencial nº 50/2015, constante do Processo Administrativo de Licitação nº 50/2015, mediante as condições e cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objetivo o reajuste do valor inicial do Contrato nº. 48/2016, datado de 23 de Maio de 2016, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, independente de transcrição, cujo objeto é credenciamento de médico cirurgião geral.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1 – Justifica-se a celebração do presente aditivo, devido ao curso do período de 12 meses da contratação.

2.2 – O presente termo aditivo é celebrado com base nos termos do Art. 40, XI, da Lei nº 8.666/93 a alterações posteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Fica reajustado em 25% (vinte e cinco por cento) o valor inicial do Contrato de nº. 48/2016, no tocante ao item: 01, perfazendo o aditivo a soma de R\$ 16.926,36 (dezesesseis mil novecentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos) passando o valor total atualizado do contrato referido para R\$ 84.631,80 (oitenta e quatro mil seiscentos e trinta e um reais e oitenta centavos). Entretanto, importante salientar que o pagamento do contrato permanece mensal.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a prestação dos serviços de que trata o objeto, mediante a emissão de nota de empenho, correrá a conta dos mesmos elementos orçamentários consignado no instrumento

contratual.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Morro da Fumaça (SC), 03 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL Prefeito Municipal	FABULARE ASSESSORIA EM CON- TABILIDADE PÚBLICA EIRELI - ME Contratado
------------------------------------	---

### DECRETO 148

Publicação Nº 1428933

DECRETO Nº 148 de 06 de Outubro de 2017.

“DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2017”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, os preceitos da Lei Federal nº 4.320/64;  
CONSIDERANDO, a necessidade de se disciplinar os procedimentos administrativos relacionados à licitação, execução orçamentária, e tesouraria, para fins de encerramento do exercício financeiro de 2017;  
CONSIDERANDO, a necessidade de se adequar às normas das finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, determinadas pela Lei Complementar 101/2000;

DECRETA:

Art. 1º - O encerramento da execução orçamentária, financeira e contábil do exercício financeiro deverá observar os preceitos constantes deste Decreto, sem prejuízo do princípio da anualidade do orçamento, previsto no art. 2º da Lei Federal nº 4.320/64 e do regime de competência determinado pelo art. 50, II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo único - Para observância do regime de competência da despesa, somente deverão ser empenhadas e contabilizadas no exercício financeiro as parcelas dos contratos, convênios e demais ajustes cujo fato gerador ocorra até 31 de dezembro do respectivo exercício financeiro.

Art. 2º - O prazo máximo para solicitação de compra e empenhos à conta das dotações orçamentárias do corrente exercício será o dia 15 de novembro de 2017, após esta data não será permitida sua emissão.

Art. 3º - A data final para o recebimento de nota fiscal se dará em 15 de Dezembro de 2017.

Parágrafo único – os saldos dos empenhos referentes às despesas que não foram liquidadas até a data de 15 de Dezembro deverão ser canceladas.

Art. 4º - As despesas de diárias de pessoal necessárias para o período de 16 de novembro a 31 de dezembro serão pagas no seu processo normal.

Art. 5º - As restrições previstas neste Decreto não se aplicam às despesas obrigatórias de caráter continuado, à folha de pagamento e seus encargos sociais, entre outras despesas.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 06 de Outubro de 2017.  
AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO  
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO 159

Publicação Nº 1428934

DECRETO Nº 159 de 25 de Outubro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2017.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 001748/16, de 12 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 995,00 (novecentos e noventa e cinco reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social
07.01 –Fundo Municipal de Saúde
07.01.10.301.0011.2.037-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso Próprio
Valor de R\$ 995,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social  
07.01 – Fundo Municipal de Saúde  
07.01.10.301.0011.2.037-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 995,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017 - Lei Municipal nº. 1.742/2016 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2017 - Lei nº. 1.748/2016, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 25 de Outubro de 2017.  
AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO  
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural site do município [www.morroda-fumaca.sc.gov.br](http://www.morroda-fumaca.sc.gov.br)

**DECRETO 162**

Publicação Nº 1428939

DECRETO Nº162/2017, em 07 de Novembro de 2017.

"REVOGA O DECRETO Nº 157, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017 E REVOGA O ARTIGO 12 DO DECRETO Nº 082 DE 29 DE OUTUBRO DE 2013."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o artigo 12 do Decreto nº 082, de 29 de Outubro de 2013.

Art. 2º- Fica revogado o decreto nº 157, de 24 de Outubro de 2017.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 07 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no site do Município [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br).

**DECRETO 163**

Publicação Nº 1428942

DECRETO Nº 163/2017, em 07 de Novembro de 2017.

"ALTERA O DECRETO 073, DE 20 DE ABRIL DE 2017 E NOMEIA OS NOVOS REPRESENTANTES DO GOVERNO PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE".

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os novos membros do Conselho Municipal de Saúde:

I – REPRESENTANTES DO GOVERNO:

01- Mariana Marques, CPF 089.526.789-66, Conselheira Titular, nomeada pela Secretaria do sistema de Saúde e Desenvolvimento Social.

02- Andresa Zago Serafin Bez Fontana, CPF 005.611.719-17, Conselheira Suplente, nomeada pela Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social, suplente da titular item 01.

03- Rita de Cassia Marcon, CPF 817.825.609-63, Conselheira Titular, nomeada pela Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social.

04- Chanadara Fin da Silva, CPF 071.287.639-10, Conselheira Suplente, nomeada pela Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, suplente da titular item 03.

05- Júlia Mallmann, CPF 052.503.339-40, Conselheira Titular, nomeado pela Secretaria do Sistema Econômico.

Art. 2º - Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, 07 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA PEREIRA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no site do município [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)

**DECRETO 167**

Publicação Nº 1428914

DECRETO Nº 167/2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2017."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1800, de 06 de Novembro de 2017,

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.561.000,00 (Um milhão, quinhentos e sessenta e um reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria do Sistema Econômico

03.01 – Secretaria do Sistema Econômico  
03.01.04.123.0003.2.019-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 60.000,00  
03.01.04.123.0003.2.019-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 320.000,00  
05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura, Turismo  
05.01 – Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura, Turismo  
05.01.12.363.0007.2.026-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 10.000,00  
05.01.12.361.0007.2.025-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 1.131.500,00  
06 – Encargos gerais do município  
06.01 – Encargos gerais do município  
06.01.28.846.0000.2.036-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações diretas  
Valor de 40.000,00  
Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):  
02 – Gabinete do Prefeito  
02.01 – Gabinete do Prefeito  
02.01.04.122.0002.2.018-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 40.000,00  
03 – Secretaria do Sistema Econômico  
03.01 – Secretaria do Sistema Econômico  
03.01.04.122.0004.2.088-3.3.93.00.00.00.00 – Aplicações Diretas decorrente de Op. entre órgãos Valor de R\$ 4.500,00  
04- Secretaria do Sistema de Infraestrutura  
04.01. Secretaria do Sistema de Infraestrutura  
04.01.20.606.0006.2.020-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 40.000,00  
04.01.15.452.0009.2.084-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 20.000,00  
04.01.20.606.0006.2.020-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 120.000,00  
04.01.15.752.0009.2.020-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 85.000,00  
04.01.04.122.0010.2.035-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 280.000,00  
04.01.15.452.0009.2.084-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 8.000,00  
04.01.15.452.0010.2.034-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 100.000,00  
04.01.15.452.0009.2.033-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 50.000,00  
04.01.15.452.0010.2.034-4.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 10.000,00  
04.01.17.512.0010.1.029-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 100.000,00  
04.01.15.452.0009.1.004-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 10.000,00  
04.01.20.606.0006.2.020-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 30.000,00  
05- Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura, Turismo  
05.01- Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura, Turismo  
05.01.13.392.0007.2.094-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 5.000,00  
05.01.12.365.0007.2.029-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 10.000,00  
05.01.12.365.0007.2.028-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 10.000,00  
05.01.13.392.0007.2.094-3.3.50.00.00.00.00 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos  
Valor de R\$ 2.000,00  
05.01.12.367.0007.2.030-3.3.50.00.00.00.00 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos  
Valor de R\$ 1.000,00  
05.01.12.365.0007.2.029-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 150.000,00  
05.01.12.365.0007.2.028-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 50.000,00  
05.01.12.364.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 150.000,00  
05.01.12.365.0007.2.029-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 20.000,00  
05.01.12.365.0007.2.028-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 60.000,00  
05.01.12.361.0007.1.056-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 20.000,00  
05.01.12.361.0007.1.030-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 100.000,00  
05.01.12.365.0007.1.015-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 50.000,00  
05.01.12.361.0007.1.014-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

**DECRETO 168**

Publicação Nº 1428920

DECRETO Nº 168/2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2017."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1801, de 06 de Novembro de 2017,

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura, Turismo		
05.02 – Fundo Municipal de Esporte e Turismo		
05.02.27.812.0014.2.043-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 20.000,00		
Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):		
05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura, Turismo		
05.02 – Fundo Municipal de Esporte e Turismo		
05.02.15.695.0016.1.061-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 10.000,00		
05.02.27.812.0014.1.028-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 10.000,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

**LEI 1798**

Publicação Nº 1428975

LEI Nº 1798/2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MORRO DA FUMAÇA.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça,

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art.1º Fica declarado de utilidade pública o OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MORRO DA FUMAÇA / SC, inscrito no CNPJ sob o nº 28.273.797/0001-10.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

**LEI 1799**

Publicação Nº 1428977

LEI Nº 1799/2017

"AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO A CELEBRAR PARCELAMENTO DE DÉBITO JUNTO À PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça,

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento do débito de até R\$ 230.550,00 (duzentos e trinta mil, quinhentos e cinquenta reais), junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, referente aos Autos de Infrações nº 014032953 (deixar de recolher Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, do período compreendido entre os anos de 01/1998 a 07/2009) e nº 014032961 (deixar de recolher Contribuição Social, do período compreendido entre os anos de 01/2004 a 12/2006).

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

**LEI 1800**

Publicação Nº 1428836

LEI Nº 1800/2017

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2.017.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça,

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento da Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo de Morro da Fumaça, no valor de R\$ 1.561.000,00 (Um milhão, quinhentos e sessenta e um reais):

## 03 – Secretaria do Sistema Econômico

## 03.01 – Secretaria do Sistema Econômico

03.01.04.123.0003.2.019-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 60.000,00

03.01.04.123.0003.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 320.000,00

## 05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura, Turismo

## 05.01 – Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura, Turismo

05.01.12.363.0007.2.026-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 10.000,00

05.01.12.361.0007.2.025-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 1.131.500,00

## 06 – Encargos gerais do município

## 06.01 – Encargos gerais do município

06.01.28.846.0000.2.036-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas

Valor de 40.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

## 02 – Gabinete do Prefeito

## 02.01 – Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.0002.2.018-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 40.000,00

## 03 – Secretaria do Sistema Econômico

## 03.01 – Secretaria do Sistema Econômico

03.01.04.122.0004.2.088-3.3.93.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas decorrente de Op. entre órgãos Valor de R\$ 4.500,00

## 04- Secretaria do Sistema de Infraestrutura

## 04.01. Secretaria do Sistema de Infraestrutura

04.01.20.606.0006.2.020-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 40.000,00

04.01.15.452.0009.2.084-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 20.000,00

04.01.20.606.0006.2.020-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 120.000,00

04.01.15.752.0009.2.020-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 85.000,00

04.01.04.122.0010.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 280.000,00

04.01.15.452.0009.2.084-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 8.000,00

04.01.15.452.0010.2.034-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 100.000,00

04.01.15.452.0009.2.033-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 50.000,00

04.01.15.452.0010.2.034-4.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 10.000,00

04.01.17.512.0010.1.029-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 100.000,00

04.01.15.452.0009.1.004-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 10.000,00

04.01.20.606.0006.2.020-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 30.000,00

## 05- Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura, Turismo

## 05.01- Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura, Turismo

05.01.13.392.0007.2.094-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 5.000,00

05.01.12.365.0007.2.029-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 10.000,00

05.01.12.365.0007.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 10.000,00

05.01.13.392.0007.2.094-3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Valor de R\$ 2.000,00

05.01.12.367.0007.2.030-3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Valor de R\$ 1.000,00

05.01.12.365.0007.2.029-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 150.000,00

05.01.12.365.0007.2.028-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 50.000,00

05.01.12.364.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 150.000,00

05.01.12.365.0007.2.029-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 20.000,00

05.01.12.365.0007.2.028-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 60.000,00

05.01.12.361.0007.1.056-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 20.000,00

05.01.12.361.0007.1.030-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 100.000,00

05.01.12.365.0007.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 50.000,00

05.01.12.361.0007.1.014-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 30.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

**LEI 1801**

Publicação Nº 1428910

LEI Nº 1801/2017

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2.017.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça,

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento da Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo de Morro da Fumaça, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais reais):

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura, Turismo		
05.02 – Fundo Municipal de Esporte e Turismo		
05.02.27.812.0014.2.043-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 20.000,00		
Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):		
05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura, Turismo		
05.02 – Fundo Municipal de Esporte e Turismo		
05.02.15.695.0016.1.061-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 10.000,00		
05.02.27.812.0014.1.028-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 10.000,00		

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

**LEI COMPLEMENTAR Nº 075/2017**

Publicação Nº 1428948

LEI COMPLEMENTAR Nº 075 de 08 de Novembro de 2017

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECÚNIA DA LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DO CARGO DE ZELADOR, E DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 43 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 009, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça,

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica autorizada a conversão em pecúnia da licença prêmio concedida ao servidor ocupante do cargo zelador, instituída pela lei complementar nº 009, de 22 de Dezembro de 2011, passando o parágrafo único do artigo 43, a vigor com a seguinte redação:

"Art. 43 [...]"

Parágrafo único. Fica facultado, ao servidor ocupante do cargo de professor e de zelador, substituir o gozo dos 03 (três) meses de licença prêmio, de que trata o caput do art. 43, em pecunia de 50% (cinquenta por cento) da remuneração, referente a cada mês não gozado. A substituição de que trata este artigo será da totalidade da licença, não podendo ser fracionada. A substituição se dará na ordem de concessão na forma definida pelo art. 44/A."

Art. 2º O ocupante do cargo em comissão, terá o valor da indenização calculado pela remuneração do cargo efetivo.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementar se for necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 08 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

**LEI COMPLEMENTAR Nº 076/2017**

Publicação Nº 1428972

LEI COMPLEMENTAR Nº 076 de 08 de Novembro de 2017

"ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 022/2014 QUE DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça,

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica alterada a atual expansão urbana, passando a ser considerada como área urbana, constante no mapa de zoneamento de uso e ocupação do solo, de que trata a Lei Complementar nº 22 de 09 de maio de 2014:

"A área que inicia no fim do trecho da Rodovia Tranquilo Sartor, onde está pavimentada na altura do CTG "Herança do Velho Pai", (coordenadas E=673.341.9478/N=683.0519.3782), e vai até depois da Rua Silvio Recco, encontrando a outra faixa de asfalto existente que chega a Igreja da Linha Torrens (coordenadas E= 670.196.3776/N=6830874.8780)".

Art. 2º A extensão do perímetro urbano terá 100m para cada lado, da margem da Rodovia Tranquilo Sartor.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 08 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

**PREGÃO PRESENCIAL 118/2017**

Publicação Nº 1429319

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2017 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº 118/2017. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público, que realizará Processo Licitatório, tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 30 de Novembro de 2017, às 08:00 horas, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA PROJETOS. A RELAÇÃO COM DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO MÁXIMO ENCONTRA-SE NO ANEXO I DO EDITAL. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 30 de Novembro de 2017, às 08:00 horas. O edital encontra-se a disposição para obter no Site Oficial do Município [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br), ou no Setor de Licitação, Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas.

Morro da Fumaça (SC), 16 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

**REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 116/2017**

Publicação Nº 1428777

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

**AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2017

O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e justificativa que consta nos autos, determinou a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório de Pregão Presencial 116/2017, que tem por objeto a "Contratação de pessoa jurídica para aquisição de um ÔNIBUS RURAL ESCOLAR ORE 1. A relação com descrição, quantidade e preço máximo encontra-se no anexo I do edital." Para fins do disposto no artigo 109, I, "c", da Lei nº 8.666/93, publique-se. Morro da Fumaça/SC, 16 de Novembro de 2017. Outras informações poderão ser obtidas com a Comissão de Licitação, na Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas, ou no endereço eletrônico [licitacao@morrodafumaca.sc.gov.br](mailto:licitacao@morrodafumaca.sc.gov.br).

Morro da Fumaça (SC), 16 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 14/2017 FMV

Publicação Nº 1429292

#### PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 14/2017 FMV

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a aquisição de materiais e equipamentos devidamente personalizados (quando necessário) para a Guarda Municipal de Trânsito. Através da Fundação de Vigilância e Trânsito do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 01/12/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 01/12/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA 2017

Publicação Nº 1428995

#### EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - 2017

A FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES, inscrita no CNPJ sob o nº 04.238.035/0001-14, com sede a Rua Maria Leonor da Cunha, 432, Centro, Navegantes – SC, torna público, através do presente Edital, que se encontram abertas de 20 de novembro a 11 de dezembro de 2017, as inscrições para o EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - 2017, que regulamenta a celebração de repasses na forma de termos de fomento no valor total de R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais), destinada a incentivar atividades culturais na cidade de Navegantes, de acordo com o que determinam a Lei 2635/2012, o Decreto 169/2015, bem como as condições estabelecidas neste Edital e as Leis 8.666/93, 8.883/94 e 13.019/14, com a redação alterada pela Lei nº 13.204/15, bem como as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Edital a seleção de projetos que contribuam para a produção artística, difusão, fomento, reflexão, formação e preservação com vistas ao desenvolvimento da cultura do município de Navegantes, contemplando as seguintes áreas culturais: música, artes cênicas, humanidades, patrimônio, artes visuais e audiovisual.

1.2 A finalidade do presente Edital vem a ser a celebração de termos de fomento para a concessão de recursos financeiros para a execução de projetos culturais a serem executados através de incentivos fiscais.

1.3 Os recursos, no valor total de R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais), anuído pelo Conselho Municipal de Cultura, serão assim distribuídos:

· 16 (dezesesseis) cotas de R\$ 18.437,50 (dezoito mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos);

§ 1º Os gastos com divulgação não poderão ultrapassar o limite de 20% do valor total do projeto.

§ 2º Os custos administrativos do projeto não poderão ultrapassar 15% do seu valor total do projeto.

§ 3º A auto remuneração do proponente, por meio de sua prestação de serviço em favor do projeto, não poderá ultrapassar 20% do valor total do projeto.

1.4 As despesas do presente Edital correrão por conta da dotação:

Órgão	19 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES
Unidade	02 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA - FMC
Projeto/atividade	2.146 – MANUT. E FUNC. DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA
Dotação – Código Reduzido	24 - 3.3.50.00.00.00.00.00 1000 – TRANSF. A INST. PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS (PJ) 25 – 3.3.90.00.00.00.00.00 1000 – APLICAÇÕES DIRETAS (PF)

#### 2. DA PARTICIPAÇÃO E VEDAÇÕES

2.1 Poderão concorrer ao presente Edital de seleção de projetos pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, e pessoas físicas, responsáveis por projetos de caráter estritamente cultural.

2.2 É vedada a participação de servidores públicos municipais efetivos, comissionados e ACT.

2.3 É vedada a contratação para prestação de serviço pelo proponente de parentes consanguíneos ou por afinidade, até o segundo grau (consanguíneos: pais, filhos, irmãos, avós, netos; por afinidade: cônjuges, sogros, genros, noras, cunhados, padrastos, madrastas e enteados);

2.4 Os proponentes pessoa física deverão ter residência comprovada na cidade de Navegantes há pelo menos um ano;

2.5 Os proponentes pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, devem ter sede e foro na cidade de Navegantes há pelo menos 2 (dois) anos e devem apresentar expressamente em seus atos constitutivos finalidade ou atividade de cunho artístico, cultural.

2.6 Fica impedido de apresentar projeto o proponente que estiver executando proposta aprovada em editais anteriores do Sistema Municipal de Financiamento da Cultura, ter deixado de cumprir a contrapartida e/ou não tiver prestado contas.

Parágrafo Único – O proponente deverá apresentar um certificado de aprovação de prestação de contas, que será emitido pela Fundação Cultural de Navegantes mediante parecer emitido pela Secretaria de Gestão e Controle.

#### 3. DO PROCEDIMENTO, PRAZO e LOCAL DE INSCRIÇÕES

3.1 As solicitações de inscrições deverão ser efetuadas conforme procedimentos especificados a seguir:

3.1.1 A inscrição no presente Edital implica o conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, na Lei 2635/2012, no Decreto 169/2015 e na Lei 13.019/14, com a redação alterada pela Lei nº 13.204/15, das quais o proponente não poderá alegar desconhecimento.

3.1.2 A inscrição será realizada através do site [www.prosas.com.br](http://www.prosas.com.br), fazendo o upload de todos os documentos necessários para a habilitação e avaliação da proposta em uma única cópia. O prazo final de inscrição é o dia 11 de dezembro de 2017 às 17h.

§1º Cada proponente poderá participar com apenas um projeto, sob o risco de desclassificação.

§2º A Fundação Cultural de Navegantes realizará reunião de orientação aos proponentes, a respeito das normas estabelecidas neste Edital (que já deverá ter sido lido previamente) e da plataforma de cadastramento dos projetos, no dia 01 de dezembro de 2017, às 19h, no Centro Integrado de Cultura de Navegantes (Rua Maria Leonor da Cunha, 432, Centro, Navegantes).

3.1.3 Para fazer a inscrição o proponente deverá acessar o endereço eletrônico [www.prosas.com.br](http://www.prosas.com.br), fazer o seu cadastro de usuário, buscar o Edital da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Navegantes e preencher os campos do formulário conforme orientações apresentadas neste Edital.

#### 3.1.3.1 Documentos relacionados a habilitação:

I - se pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos:

- a) comprovante de que possui no mínimo 02 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, conforme certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, disponível em: [receita.fazenda.gov.br](http://receita.fazenda.gov.br);
- b) cópias de identidade e CPF do dirigente ou representante legal da entidade;
- c) cópia da ata de eleição ou do termo de posse do dirigente em exercício;
- d) cópia do estatuto da instituição e, caso tenha sido atualizado, cópia da atualização;
- e) relação nominal dos dirigentes com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas;
- f) comprovação de, no mínimo, um ano de realização de atividades culturais, por meio de apresentação de relatório de atividades na área de atuação, o qual pode ser comprovado com atestados, depoimentos, cópias de cartazes, folders, fotografias ou material audiovisual, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, entre outras formas de registro das ações desenvolvidas;
- g) cópia das Certidões Negativas de Débito para com a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal;
- h) cópia da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do Certificado de Regularidade do FGTS;
- i) cópia de comprovantes de domicílio no município de Navegantes, há no mínimo 01 (um) ano, do dirigente.
- j) Número do cadastro no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.

II - se pessoa física:

- a) cópia do documento de identidade e do CPF;
- b) currículo vitae que comprove a atuação no setor cultural;
- c) original da Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal atual;
- d) Número do cadastro no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC;
- e) Portfólio do proponente e, quando for o caso, poderá ser pedida a comprovação das informações pela CONAC;
- f) cópia de comprovantes de domicílio no município de Navegantes há no mínimo 01 (um) ano.

§ 1º Serão aceitas certidões de casamento ou declarações de união estável, nos casos em que as faturas estiverem no nome dos cônjuges ou companheiros dos proponentes.

§ 2º Menores de 21 (vinte e um) anos poderão apresentar comprovante de residência em nome dos pais.

§ 3º Somente serão aceitas como comprovante de residência: faturas de telefone fixo e móvel, água, energia elétrica, cartão de crédito e correspondência bancária no nome do dirigente (pessoa jurídica) e do proponente (pessoa física), ressalvados o estabelecido nos § 1º e § 2º.

§ 4º É obrigatório ao proponente se cadastrar e manter suas informações atualizadas no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, disponível em [www.sniic.cultura.gov.br](http://www.sniic.cultura.gov.br), como forma de coleta de dados e indicadores sobre a produção cultural de Navegantes. A efetivação do referido cadastro ocorrerá a partir da inclusão de todas as informações solicitadas, inclusive anexando documentos (fotos, vídeos e outros) que comprovem sua atuação na área cultural.

#### 3.1.3.2 Documentos relacionados ao projeto:

- a) Formulário de Apresentação de Projetos do Sistema Municipal de Financiamento da Cultura de Navegantes (Anexo I) preenchido e apresentado de forma digital através do site [www.prosas.com.br](http://www.prosas.com.br);
- b) Um exemplar de demonstração do produto cultural que deseja produzir. Exemplo: no caso de projeto para gravação de CD, o proponente deverá apresentar um link, para ser acessado pelos avaliadores, com uma gravação prévia das composições; no caso de projeto de produção de peça teatral, ou um audiovisual, o proponente deverá entregar uma cópia do roteiro a ser produzido; no caso de projeto para edição de livro, o proponente deverá entregar um "boneco" do livro a ser editado;
- c) Ficha técnica apresentando breve currículo dos profissionais que irão participar ou qualificações básicas para contratação do projeto, de acordo com o modelo disponível no Anexo IV deste Edital;
- d) Propostas cujo o objeto seja a construção de monumentos públicos deverão apresentar projeto estrutural confeccionado por técnico habilitado (arquiteto ou engenheiro civil) bem como a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, antes do início da execução da obra para análise e aprovação da CONAC.

§ 1º – Quando se tratar de documentos com muitas páginas, vídeos e/ou áudio, os arquivos deverão ser postados em plataformas digitais (youtube, soundcloud, palco mp3, blogs, google drive, etc.) e os links para acesso aos arquivos de tamanho superior ao permitido na plataforma deverão ser inseridos em arquivos com extensão .doc, .pdf ou similar e anexados à plataforma;

§ 2º - O Formulário de Apresentação de Projetos do Sistema Municipal de Financiamento da Cultura é o plano de aplicação, nos moldes do estabelecido na Lei 8.666/93, Art. 116, parágrafo primeiro, inciso quarto;

3.2 Não serão aceitas inscrições apresentadas fora do período estabelecido no item 3.1.2 deste Edital.

3.3 Serão desconsideradas as inscrições apresentadas de forma diversa da descrita nos itens anteriores.

3.4 Após o envio não serão admitidas alterações ou complementações no projeto.

3.5 No ato de assinatura dos contratos os proponentes ou dirigentes (no caso de se tratar de pessoa jurídica) que tiverem seus projetos

aprovados deverão entregar as cópias autenticadas em cartório competente do RG, CPF e comprovantes de residência (que atestem no mínimo um ano de residência) do proponente ou dirigente na sede da Fundação Cultural de Navegantes, sob pena do não recebimento dos recursos do projeto aprovado, juntamente com os seguintes documentos adicionais emitidos através de meio eletrônico:

- a) (se pessoa física) - apresentar Certidões Negativas de Débito vigentes na data da emissão do Contrato, relativas à: Fazenda Municipal, Estadual e Conjunta Federal.
- b) (se pessoa jurídica) – apresentar Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Certidões Negativas de Débito, relativas a: Fazenda Municipal, Estadual e Conjunta Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, dentro do prazo de validade.

#### 4. DO RECEBIMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

4.1 O projeto encaminhado à CONAC, na estrutura administrativa da Fundação Cultural de Navegantes, será imediatamente protocolado, recebendo numeração de processo.

4.2 A CONAC fará a habilitação dos projetos com auxílio de funcionário da Fundação Cultural de Navegantes e o anúncio, por e-mail cadastrado no formulário de inscrição, de possíveis diligências e seu respectivo prazo para cumprimento.

4.3 A CONAC analisará os pareceres técnicos emitidos por profissionais de reconhecida atuação no setor cultural.

4.4 Os pareceristas serão selecionados através de seleção pública, sendo pré-requisito básico não residir em Navegantes.

4.5 A CONAC e os pareceristas poderão diligenciar os proponentes durante todo o processo de avaliação das propostas, estabelecendo um prazo específico para seu cumprimento.

4.6 Todos os projetos culturais, encaminhados ao Edital da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, serão analisados segundo critérios de relevância e oportunidade, devendo ser emitidos pareceres e classificação por escrito.

4.7 Para efeito de pontuação e classificação serão considerados os seguintes critérios de avaliação:

ITEM	CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
1	Atendimento às diretrizes do Sistema Municipal de Cultura	20
	a. Acesso à produção de bens e/ou serviços culturais do projeto.	10
	b. Grau de contribuição para a execução das metas do Plano Municipal de Cultura.	10
2	Abrangência territorial do projeto:	08
	a. Abrangência de comunidades do município.	08
3	Impactos artístico-culturais, econômicos e/ou sociais:	28
	a. Existência de ações de formação cultural.	10
	b. Nível de contribuição do projeto para o desenvolvimento e a qualificação da produção cultural do município.	10
	c. Grau de integração da cultura com outras esferas do conhecimento e da vida social.	08
4	Abrangência da proposta considerando o público-alvo participante, com envolvimento de:	10
	a. Grupos minoritários.	03
	b. População de baixa renda em situação de vulnerabilidade social, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos e de cultura.	07
5	Avaliação do proponente e da equipe do projeto:	28
	a. A formação da equipe do projeto está adequada ao objetivo da proposta?	10
	b. Comprovou experiência na realização de projetos relevantes para a área cultural?	08
	c. O proponente participou dos eventos de discussão das políticas públicas de cultura realizadas pela Fundação Cultural de Navegantes nos últimos 06 meses?	10
6	Adequação do orçamento e viabilidade do cronograma:	11
	a. Há coerência entre ações do projeto?	03
	b. O projeto é viável no prazo proposto?	03
	c. Os custos apresentados para o desenvolvimento do projeto são razoáveis e compatíveis com o projeto?	05
	TOTAL	105

4.8 Os projetos que não alcançarem a pontuação média mínima de 50 (cinquenta) pontos serão desclassificados para aprovação.

4.9 Os projetos qualificados no presente Edital deverão ser obrigatoriamente listados por ordem de classificação, sendo beneficiados os primeiros da lista até atingir a quantidade de cotas estabelecidas no item 1,3.

4.10 Em caso de empate, será utilizado como critério de desempate a pontuação total do grupo 05 dos critérios de avaliação.

4.11 Os projetos aprovados e seus respectivos orçamentos deverão constar em portaria expedida pela Fundação Cultural de Navegantes e publicada no Diário Oficial, conforme o Art. 16 do Decreto 169/2015.

4.12 Os resultados preliminares serão divulgados, por ordem de classificação, de acordo com cada cota, em no máximo 45 dias após o término das inscrições, no blog: [www.navegantescultural.blogspot.com](http://www.navegantescultural.blogspot.com) e, posteriormente, no Diário Oficial dos Municípios.

4.13 Caberá recurso do resultado preliminar, interposto pelo próprio proponente, no prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da publicação no Diário Oficial, conforme Formulário de Recurso (Anexo IV), disponível para download no blog [www.navegantescultural.blogspot.com](http://www.navegantescultural.blogspot.com), na aba "Financiamento", a ser enviado, exclusivamente, via e-mail, para a Fundação Cultural de Navegantes, exclusivamente ao endereço eletrônico: [projetos.cultura@navegantes.sc.gov.br](mailto:projetos.cultura@navegantes.sc.gov.br), identificado com o Assunto: Recurso de Seleção Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2017.

4.14 O recurso referente à etapa de avaliação e seleção será encaminhado à CONAC, a qual proferirá decisão no prazo de 15 (quinze) dias.

4.15 Para efeito da averiguação do prazo previsto no item 4.12, a data da interposição do recurso da etapa de avaliação e seleção a ser considerada será a de envio do e-mail.

4.16 Os recursos extemporâneos à etapa de avaliação e seleção, não serão apreciados.

4.17 O resultado final será divulgado, por ordem de classificação, de acordo com cada cota, em no máximo 10 dias após o encerramento do prazo de recurso, por meio do blog: [www.navegantescultural.blogspot.com](http://www.navegantescultural.blogspot.com) e, posteriormente, pelo Diário Oficial dos Municípios.

4.18 O proponente, comunicado da decisão favorável ao projeto, deverá providenciar a abertura de conta corrente específica, em nome do proponente/projeto aprovado, conforme Art. 22 do Decreto 169/2015.

Parágrafo Único – As despesas referentes à manutenção da conta e demais serviços bancários não poderão ser custeados com recursos do projeto, cabendo ao proponente à responsabilidade de efetuar depósito bancário com recursos próprios para cobrir esses custos.

## 5. DA CAPTAÇÃO JUNTO AO CONTRIBUINTE

5.1. O produtor, comunicado da aprovação do projeto, deverá providenciar abertura de conta corrente específica, na agência indicada pela Fundação Cultural de Navegantes, em nome do proponente.

5.2. Os projetos culturais aprovados estarão autorizados a receber recursos do Imposto Sobre Serviços - ISS, da dívida ativa do ISS, do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e da dívida ativa do IPTU de pessoas físicas e jurídicas, até o limite de 30% do imposto devido, sendo que o abatimento no imposto devido deverá respeitar os seguintes limites especificados no Termo de Compromisso:

I - 100% (cem por cento) do valor aplicado, no caso de doação;

II - 80% (oitenta por cento) do valor aplicado, no caso de patrocínio.

Parágrafo Único: A empresa que optar pelo procedimento de doação não poderá obter nenhum proveito por parte do projeto.

5.3. A conta mencionada no item supra, destina-se ao recebimento de depósitos de valores relativos ao projeto, e só poderão ser utilizados a partir da captação equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do projeto aprovado.

5.3.1. O produtor deverá comprovar a captação prevista neste artigo através da apresentação, junto a CONAC, dos respectivos extratos bancários.

5.3.2. Comprovada a captação dos recursos mínimos previstos no item 5.3, mediante apresentação de extratos bancários, a CONAC, no prazo de 03 (três) dias úteis, emitirá Autorização para Utilização dos Recursos.

5.3.3. No caso de o produtor não conseguir captar, no prazo estipulado, o equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor total para a realização do seu projeto, não haverá prorrogação deste prazo, devendo o produtor providenciar o depósito dos valores captados em conta bancária da Fundação Cultural de Navegantes.

5.4. A disponibilização dos recursos, na forma e nos limites estabelecidos neste regulamento, será iniciada a partir da data em que o contribuinte assinar o Termo de Compromisso e este for entregue na Secretaria de Finanças juntamente com uma cópia do comprovante de recolhimento do imposto (IPTU ou ISS).

5.5. Uma via do termo de compromisso, que conterá dados do contribuinte e do produtor, após assinado por ambos, será encaminhada ao Secretário de Finanças que emitirá Autorização de Transferência no percentual de até 30% (trinta por cento) do valor do ISSQN e do IPTU a ser recolhido a cada mês pelo contribuinte, obedecendo-se aos procedimentos do Art. 24 do Decreto 169/2015, respeitando o limite máximo orçamentário fixado para cada projeto e o teto fixado para o exercício financeiro.

5.5.1. O Termo de Compromisso referido no item 5.4 deste Edital será preenchido em 04 (quatro) vias assim identificadas:

a) primeira via do contribuinte;

b) segunda via do produtor;

c) terceira via do Secretário de Finanças; e

d) quarta via da CONAC, nos autos do processo.

5.5.2 O Secretário de Finanças, no momento em que receber a 3ª via do termo de compromisso, emitirá em favor do projeto a Autorização de Transferência dos Recursos, entregando-a ao departamento responsável para que se proceda à transferência dos valores captados para uma conta da Fundação Cultural de Navegantes e posterior transferência para a conta específica do projeto beneficiado.

5.5.3. O Certificado de Enquadramento referido no Art. 7º da Lei 2635/2012 é o documento hábil que autoriza o produtor a iniciar a captação de recursos junto a contribuintes para a execução de seu projeto aprovado.

Parágrafo Único - Na hipótese de pagamento parcelado do débito tributário, as deduções autorizadas serão realizadas por ocasião do pagamento de cada parcela.

## 6. DO RECEBIMENTO DOS RECURSOS E EXECUÇÃO DOS PROJETOS

6.1 Os contemplados deverão comparecer à sede da Fundação Cultural de Navegantes, em no máximo 15 dias após a divulgação do resultado final no Diário Oficial dos Municípios, para firmar contrato com a Fundação, sujeitando-se às normas expressas no presente Edital.

6.2 Os contemplados receberão o recurso em conta corrente especialmente aberta para esse fim, em agência bancária de Navegantes, após a entrega do Termo de Compromisso e dos respectivos comprovantes de recolhimento de imposto na Secretaria de Finanças, cabendo-lhes a responsabilidade de executar e apresentar prestação de contas do projeto aprovado nos prazos estabelecidos no Art. 28 do Decreto 169/2015.

6.3 Quando o projeto previr aquisição de bem material permanente, adquirido com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, será necessário consultar a Fundação Cultural de Navegantes para esclarecimentos dos procedimentos a serem adotados acerca da doação do bem adquirido ao término da execução do projeto.

6.4 Durante a execução dos projetos, o beneficiado deverá encaminhar à CONAC, informações parciais, comunicando datas, locais e público envolvido, com fotografias digitalizadas das ações.

6.5 O proponente deverá comunicar a CONAC com 30 dias de antecedência da data de realização das ações previstas na execução do projeto, para que seja realizada a inclusão na agenda cultural da Fundação Cultural de Navegantes;

6.6 Em hipótese alguma os beneficiados receberão suplementação de recursos públicos para a execução do projeto.

6.7 Caso houver necessidade o proponente poderá realocar os recursos recebidos entre os itens especificados no orçamento, desde que não ultrapassem 10% dos valores previstos para cada item no ato de inscrição do projeto.

Parágrafo Único – Quaisquer alterações acima dos limites estabelecidos no caput do artigo, bem como mudanças na ficha técnica, deverão ser solicitadas à CONAC antes da execução da despesa, sob pena de ter a prestação de contas considerada irregular nos termos do Capítulo VI da Instrução Normativa SGC nº 001/2017;

6.8 Os valores pagos a cada fornecedor do projeto seja de produtos ou serviços, não poderá ultrapassar o limite de R\$ 7.999,00, conforme

estabelecido pela Lei 8.666/93;

6.9 Cabe ao proponente do projeto realizar pesquisa de preços ao mercado com no mínimo 03 fornecedores diferentes de cada produto ou serviço necessário ao projeto e apresentá-los no ato da prestação de contas;

6.10 Em todos os materiais de divulgação, na realização dos projetos beneficiados, deverão ter em seu cabeçalho a seguinte inscrição: "FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES APRESENTA" e inseridos os símbolos oficiais do Sistema Municipal de Financiamento da Cultura, da Fundação Cultural de Navegantes e da Prefeitura de Navegantes no rodapé, identificados com a palavra "PATROCÍNIO";

6.11 Todos os materiais impressos relacionados ao projeto beneficiado deverão ser submetidos à análise da CONAC antes da confecção dos mesmos, por meio do endereço eletrônico [projetos.cultura@navegantes.sc.gov.br](mailto:projetos.cultura@navegantes.sc.gov.br);

6.12 No caso de edição de livros, monografias, catálogos ou revistas, os símbolos oficiais referidos no item 6.10 deste Edital deverão ser inseridos externamente na contracapa do livro;

6.13 No caso de eventos que envolvam apresentações públicas, o proponente deverá anunciar o patrocínio citando o texto: Este projeto é patrocinado pela Fundação Cultural de Navegantes por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

6.14 No caso de audiovisual, a obra deverá abrir a primeira tela com os símbolos oficiais referidos no item 6.10 deste Edital, com a seguinte frase: "Esta obra foi realizada com o patrocínio da Fundação Cultural de Navegantes por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura", com duração mínima de 05 segundos.

6.15 Os proponentes que executarem alguma parte ou todo o seu projeto nos espaços da Fundação Cultural de Navegantes (CIC e CEU) devem utilizar os equipamentos de sonorização (CIC) e sonorização e iluminação (CEU) disponíveis. É proibida a inclusão no projeto de qualquer despesa dessa natureza para ações realizadas nestes espaços.

§ 1º Casa haja a necessidade de realizar a contratação de serviços além do que estiver disponível é preciso apresentar justificativa técnica;

§ 2º O proponente é responsável por agendar visita nestes espaços para conhecer os equipamentos disponíveis;

6.16 No caso de o Contratado não cumprir o prazo de produção ou não utilizar a totalidade dos recursos liberados, deverá devolver o montante recebido ou não utilizado à Fundação Cultural de Navegantes, corrigido monetariamente.

6.17 É obrigatória a inclusão de ações voltadas à contrapartida social, tais como: apresentações, doação de exemplares, vagas e outros produtos de distribuição gratuita.

6.18 Não é permitido a realização de despesas com coquetel, confraternização, recepção social ou congêneres;

6.19 Não será permitida a comercialização de produtos patrocinados através da lei Municipal de Incentivo à Cultura em valores superiores aos aprovados no projeto, sob pena de ação judicial e de devolução dos recursos alocados.

6.20 No ato de emissão da Autorização de Utilização de Recursos o proponente deverá apresentar carta de anuência dos locais onde irá executar o projeto.

## 7. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 A prestação de contas do projeto beneficiado deve ser encaminhada pelo proponente à CONAC em formulário próprio disponível para download no blog [www.navegantescultural.blogspot.com](http://www.navegantescultural.blogspot.com) devidamente preenchido e acompanhado da documentação comprobatória das despesas realizadas pelo projeto, em até 30 (trinta) dias após o término de sua execução, conforme Art. 29 do Decreto 169/2015.

7.2 Todos os pagamentos deverão ser efetuados mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

7.3 A CONAC, após análise de cumprimento do objeto e da contrapartida social, encaminhará a prestação de contas à análise contábil da Secretaria de Gestão e Controle.

7.4 A prestação de contas utilizará procedimentos contábeis correntes, observados os critérios previstos na Instrução Normativa SGC nº 001/2017, cuja análise ficará a cargo da Secretaria de Gestão e Controle.

7.5 Todos os valores recebidos e não utilizados dentro do prazo de realização do projeto aprovado, bem como eventuais rendimentos financeiros não aplicados no projeto, deverão ser recolhidos à conta específica em nome da Fundação Cultural de Navegantes.

7.6 Os valores de despesas glosadas deverão ser recolhidos à conta específica da Fundação Cultural de Navegantes, devidamente atualizados, a partir da data da notificação do proponente até a data do efetivo depósito.

7.7 Os recolhimentos à conta específica do Fundo Municipal de Cultura, previstos no artigo 23 do Decreto 169/2015 deverão ser efetuados em até 15 (quinze) dias contados da notificação do fato ao proponente, sob pena de rejeição da prestação de contas do projeto.

7.8 Na prestação de contas só serão aceitos os comprovantes de despesas efetuadas a partir da data de liberação e depósito dos recursos.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A inscrição do concorrente implica na prévia e integral concordância das normas do presente Edital.

8.2 Como contrapartida os proponentes aprovados deverão destinar à Fundação Cultural de Navegantes:

I - no caso de espetáculos que permaneçam em temporada, 10% (dez por cento) dos ingressos;

II - no caso de espetáculo de apresentação única, 10% (dez por cento) dos ingressos;

III - no caso de produção de CDs, DVDs, vídeos, livros, periódicos, 5% (cinco por cento) do total produzido;

IV - no caso de eventos, 10% (dez por cento) dos ingressos;

V - no caso de obras de artes visuais, 01 (uma) obra para o acervo da Fundação Cultural de Navegantes, mediante declaração de doação com firma reconhecida em cartório competente;

VI - no caso de oficinas, cursos, workshops, 10% (dez por cento) das vagas.

8.3 A Prefeitura de Navegantes, em todas as suas instâncias e programas, poderá fazer uso das imagens e sons dos eventos e das contrapartidas sociais relacionadas aos projetos aprovados, por tempo ilimitado, sem quaisquer ônus adicionais.

8.4 Os contratados permitirão que a CONAC acompanhe a execução dos projetos.

8.5 A captação de outros patrocínios só poderá ocorrer tendo como contrapartida exclusivamente a divulgação da empresa patrocinadora em questão, e mediante autorização prévia da CONAC, que opinará sobre a forma de divulgação a ser adotada.

8.5 Os projetos não aprovados poderão ser retirados no prazo de 30 (trinta) dias).

8.6 Rejeitada a prestação de contas em razão da existência de dolo, fraude, simulação, conluio, desvio dos objetivos ou dos recursos, o proponente estará sujeito à multa de 10 (dez) vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias, bem como a exclusão de qualquer possibilidade de benefício do Sistema Municipal de Financiamento da Cultura, por um período de 02 (dois) anos após o cumprimento dessas obrigações, conforme disposto no artigo 33 do Decreto 169/2015.

8.7 Na hipótese da prestação de contas não ser aprovada e, exauridas todas as providências cabíveis, a CONAC registrará o fato em ata,

que será encaminhado pela Fundação Cultural de Navegantes à Procuradoria Geral do Município, para a aplicação das medidas de sua competência.

8.8 Os casos omissos serão decididos pela Fundação Cultural de Navegantes.

Navegantes, 16 de novembro de 2017.

Luciane Chagas Bittencourt Pereira  
Superintendente

## ANEXO I

### Formulário de Apresentação de Projetos do Sistema Municipal de Financiamento da Cultura

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO										
Nome:										
Área:						Modalidade:				
Segmento:						Local:				
Duração:						Período / data:				
Público-Alvo:										
2 – IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE										
PESSOA JURÍDICA	Entidade:									
	Endereço:						CNPJ:			
	Bairro:									
	Endereço Eletrônico:						Telefone / Fax:			
	Dirigente:						E-mail:			
	RG:						CPF:			
	Função:						Cargo:			
	Endereço Residencial:									
	Bairro:									
	UF:						Município:			
	UF:		CEP:				E-mail:			
	FÍSICA	Nome:								
CPF:										
Endereço:						RG:				
Bairro:										
Endereço Eletrônico (E-mail):						Telefone / Fax:				
3 - OBJETIVOS										
4 - JUSTIFICATIVA										
6 – CONTRAPARTIDA										
7 - CRONOGRAMA										
Duração	Descrição							Responsável		

8 - ORÇAMENTO			
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR DO PROJETO: (R\$)			

9 - PLANO DE DIVULGAÇÃO		
Quant.	Peça de divulgação	Veículo de divulgação

10 - TERMO DE RESPONSABILIDADE	
P A R A	
T O D O S	<p>Estou ciente que são de minha inteira responsabilidade as informações contidas no presente formulário, relativo ao meu projeto cultural, e que ao apresentá-lo este deve ser acompanhado dos documentos básicos e dos específicos de cada área, sem os quais a análise e a tramitação do projeto ficarão prejudicadas por minha exclusiva responsabilidade.</p> <p>Local/data: _____ / _____ / _____.</p> <p>Nome do proponente: _____</p> <p>Assinatura do Proponente: _____</p>
O S	
C A S O S	

Número no SNIIC	
-----------------	--

## ÁREAS E SEGMENTOS CULTURAIS

ÁREA CULTURAL	SEGMENTO
Artes Cênicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>.. Teatro</li> <li>.. Dança</li> <li>.. Circo</li> <li>.. Mímica e outros</li> </ul>
Audiovisual	<ul style="list-style-type: none"> <li>.. Longa, Média e Curta Metragem</li> <li>.. Vídeo</li> <li>.. CD-ROM</li> <li>.. Rádio</li> <li>.. TV</li> <li>.. Infraestrutura Técnica</li> <li>.. Distribuição</li> <li>.. Exibição</li> <li>.. Eventos</li> <li>.. Multimídia</li> </ul>
Música	<ul style="list-style-type: none"> <li>.. Música em Geral</li> <li>.. Música Erudita</li> <li>.. Música Instrumental</li> </ul>
Artes Visuais	<ul style="list-style-type: none"> <li>.. Plásticas</li> <li>.. Gráficas</li> <li>.. Filatelia</li> <li>.. Gravura</li> <li>.. Cartazes</li> <li>.. Fotografia</li> <li>.. Exposição</li> <li>.. Exposição Itinerante</li> </ul>
Patrimônio Cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>.. Histórico</li> <li>.. Arquitetônico</li> <li>.. Arqueológico</li> <li>.. Ecológico</li> <li>.. Museu</li> <li>.. Acervo</li> <li>.. Acervo Museológico</li> <li>.. Cultura Indígena</li> <li>.. Artesanato</li> <li>.. Folclore</li> </ul>
Humanidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>.. Edição de Livros</li> <li>.. Obras de Referência</li> <li>.. Acervo Bibliográfico</li> <li>.. Biblioteca</li> <li>.. Arquivo</li> <li>.. Periódicos</li> <li>.. História</li> <li>.. Filosofia</li> <li>.. Evento literário</li> </ul>
Artes Integradas	<ul style="list-style-type: none"> <li>.. Quando o projeto envolver mais de uma área, por exemplo: um festival de arte e cultura, ou oficinas de música e artes plásticas, estará classificado como Artes Integradas.</li> </ul>

MODALIDADE

" Acervo Bibliográfico " Acervo Museológico " Aquisição de equipamentos cênicos " Aquisição de equipamentos e instrumentos musicais " Bolsas " Canto Coral " Capacitação de Artistas e Técnicos " Catalogação " Catálogos " Circulação " Concertos " Concurso " Construção " Dicionários " Edição de Partituras " Emenda " Enciclopédias/Atlas " Estudos e Pesquisas	" Fascículos/Encartes/ Cadernos " Feiras " Festival " Formação Infante Juvenil " Formação de plateia " Gravação de CD " Guias/Agendas " História/Ciências Sociais " Jornais " Literatura Geral " Montagem " Mostra " Multimídia " Oficina/Curso/Workshop " Orquestras Brasileiras " Orquestras Estrangeiras " Patrimônio Paisagístico Natural " Plano Anual de Atividades	" Prêmio " Preservação de Livros/Documentos " Promoção da Leitura " Promoção de Intercâmbio " Promoção de Leitura em Biblioteca " Reforma e Modernização de Espaços " Reforma/Ampliação/ Adaptação " Regional/Folclore " Restauração " Revistas " Seminários " Show de música " Técnico/Paradidático " Técnico-artístico " Tratamento de Acervo
---	--	---

## ANEXO III

## FICHA TÉCNICA (Modelo)

1

NOME:	CPF:
FUNÇÃO A SER EXERCIDA NO PROJETO:	
Formação:	
Currículo: (No máximo 10 linhas)	

2

NOME:	CPF:
FUNÇÃO A SER EXERCIDA NO PROJETO:	
Formação:	
Currículo: (No máximo 10 linhas)	

3

NOME:	CPF:
FUNÇÃO A SER EXERCIDA NO PROJETO:	
Formação:	
Currículo: (No máximo 10 linhas)	

## ANEXO IV

## FORMULÁRIO DE RECURSO

Nome:

RG:

CPF:

Edital: (nome ou nº do edital)

Descreva o motivo e fundamente a solicitação de admissão da inscrição ou motivo para revisão, pela CONAC, do projeto apresentado na inscrição ao Edital.

Local, data.

Nome e assinatura do proponente

## ANEXO V

TERMO DE FOMENTO Nº \_\_\_\_\_/2017

Termo de Fomento que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES, inscrita no CNPJ sob nº 04.238.035/0001-14, localizado a Rua Maia Leonor da Cunha, 432, Centro, Navegantes/SC, ora em diante denominado CONTRATANTE e ..... , inscrito no CPF sob nº ....., residente à Rua ....., CEP nº ..... – Navegantes/SC, doravante denominado CONTRATADO, para EXECUÇÃO DO PROJETO ..... na forma estabelecida pelo EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - 2017 e em conformidade com as Leis nºs 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, Lei 2635/12, Decreto 169/2015 e 13.019/14, com a redação alterada pela Lei nº 13.204/15 e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Aos ..... dias do mês de ..... de 2017, na sede da FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES, presente a Sra. Luciane Chagas Bittencourt Pereira, CPF nº 051.992.889-03, ora denominada CONTRATANTE, compareceu o Sr. (a) ....., inscrita (a) no CPF sob nº ....., (cargo/função), representante da ....., ora denominado CONTRATADO, para firmar com a CONTRATANTE

o presente Contrato, pelo qual se obriga a executar constante no objeto do Contrato, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste Contrato a execução do projeto \_\_\_\_\_, de responsabilidade do CONTRATADO, que fará parte deste Contrato, independentemente de transcrição.

1.2 – Este contrato fica vinculado ao EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - 2017, nos termos do art. 55, inciso XI da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

1 - Constitui responsabilidade das partes contratantes:

##### 1.1 - DA CONTRATANTE

- a) repassar os recursos ao CONTRATADO, de acordo com a Cláusula Quarta deste Contrato;
- b) fiscalizar a fiel observância das disposições deste Contrato;
- c) comunicar ao CONTRATADO as deficiências existentes na execução do projeto, para adoção das medidas corretivas.

##### 1.2 - DO CONTRATADO

- a) (se pessoa física) - apresentar Certidões Negativas de Débito vigentes na data da emissão do Contrato, relativas a: Fazenda Municipal, Estadual e Conjunta Federal.
- b) (se pessoa jurídica) - apresentar Certidões Negativas de Débito vigentes na data da emissão do Contrato, relativas a: Fazenda Municipal, Estadual e Conjunta Federal, Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
- c) cumprir integralmente a execução do projeto beneficiado, bem como todas as normas previstas no EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – 2017, Lei 2635/2012, Decreto 169/2015 e 13.019/14, com a redação alterada pela Lei nº 13.204/15;
- d) abrir conta corrente específica em agência bancária de Navegantes, para a movimentação dos recursos repassados;
- e) complementar os recursos de execução do projeto, quando for o caso;
- f) fazer constar no material de divulgação – cartazes, convites, banners, programas, chamadas na TV, releases e outros – as logomarcas do Sistema Municipal de Financiamento da Cultura, da Fundação Municipal de Cultura de Navegantes e da Prefeitura de Navegantes de acordo com o item 6.10, além de cumprir as demais contrapartidas previstas no EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - 2017.
- g) remeter informações parciais durante a realização do projeto, constando informações quanto ao local, horário, público e fotografias digitais;
- h) encaminhar à CONAC a prestação de contas até 30 dias após o término do projeto.
- i) devolver o montante recebido, bem como eventuais rendimentos financeiros, no caso do não cumprimento do disposto neste Contrato, conforme a Lei 2635/2011;
- j) permitir que a CONAC acompanhe e supervisione o desenvolvimento do projeto;
- k) permitir que a Fundação Cultural de Navegantes faça uso institucional de imagens, sons e demais produtos previstos;
- l) devolver o montante recebido, corrigido monetariamente, na forma prevista no edital e legislação aplicável.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá duração de 24 meses, contados a partir de sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

I - O valor total deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários sob a responsabilidade da CONTRATANTE é de R\$ \_\_\_\_\_ e será liberado conforme estabelecido no Termo de Compromisso celebrado entre o proponente e a(s) apoiadora(s) ou patrocinadora(s).

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

I - Sendo rejeitada a prestação de contas em razão da existência de dolo, fraude, simulação, conluio, desvio dos objetivos ou dos recursos, o proponente estará sujeito à multa de 02 (duas) vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias, bem como a exclusão de qualquer possibilidade de benefício do Sistema Municipal de Financiamento da Cultura, por um período de 02 (dois) anos após o cumprimento dessas obrigações, conforme disposto no artigo 33 do Decreto 169/2015.

II - Na hipótese da prestação de contas não ser aprovada e exauridas todas as providências cabíveis, a CONAC registrará o fato em ata, que será encaminhado à Procuradoria Geral do Município, para a aplicação das medidas de sua competência.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO

As despesas para atendimento do objeto deste contrato correrão pela dotação orçamentária abaixo:

Órgão	19 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES
Unidade	02 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA - FMC
Projeto/atividade	2.146 – MANUT. E FUNC. DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA
Dotação – Código Reduzido	24 - 3.3.50.00.00.00.00.00 1000 – TRANSF. A INST. PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS (PJ) 25 – 3.3.90.00.00.00.00.00 1000 – APLICAÇÕES DIRETAS (PF)

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões deste contrato, elege-se o Foro da Comarca de Navegantes.

E, por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em juízo ou fora dele.

Navegantes (SC), \_\_\_\_\_ .

FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES  
LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA

Luciane Chagas Bittencourt Pereira  
Superintendente

Contratado  
Testemunhas:

CPF:

CPF:

**ERRATAS PORTARIAS 3188, 2166, 2167, 2168, 2170, 2177/2017**

Publicação Nº 1429287

ERRATA

Na publicação da Portaria 3188 de 10 de Novembro de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ELIAS SOARES PINHEIRO JUNIOR, matrícula 6230302, ocupante do cargo COMISSIONADO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 01/11/2017.

Leia-se:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ELIAS SOARES PINHEIRO JUNIOR, matrícula 6230302, ocupante do cargo COMISSIONADO de EXECUTIVO DE PROJETOS EXTRATEGICO II, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 01/11/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ERRATA

Na publicação da Portaria 2166 de 01 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) RUBIA LOTH TEIXEIRA, matrícula 227307, ocupante do cargo EFETIVO de ORIENTADORA ESCOLAR, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 22/05/2017.

Leia-se:

I - Tornar publico a concessão de licença para tratamento de saúde ao (a) servidor(a) RUBIA LOTH TEIXEIRA, matrícula 227307, ocupante do cargo EFETIVO de ORIENTADORA ESCOLAR, pertence ao quadro de servidores da Municipalidade, pelo período de 22/05/2017 à 19/07/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ERRATA

Na publicação da Portaria 2167 de 01 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) NIVALDO MANOEL MELO, matrícula 153902, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 21/07/2017.

Leia-se:

I - Tornar publico a concessão de licença para tratamento de saúde ao (a) servidor(a) NIVALDO MANOEL MELO, matrícula 153902, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, pertence ao quadro de servidores da Municipalidade, pelo período de 21/07/2017 à 21/07/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ERRATA

Na publicação da Portaria 2168 de 01 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) CLAUDIA MARIA DELGADO, matrícula 2051904, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 03/06/2017.

Leia-se:

I - Tornar publico a concessão de licença para tratamento de saúde ao (a) servidor(a) CLAUDIA MARIA DELGADO, matrícula 2051904, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertence ao quadro de servidores da Municipalidade, pelo período de 03/06/2017 à 21/07/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ERRATA

Na publicação da Portaria 2170 de 01 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ISMAYLLA SILVIA TEIXEIRA BENVENUTTI, matrícula 63365401, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 15/06/2017.

Leia-se:

I - Tornar público a concessão de licença para tratamento de saúde ao (a) servidor(a) ) ISMAYLLA SILVIA TEIXEIRA BENVENUTTI, matrícula 63365401, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertence ao quadro de servidores da Municipalidade, pelo período de 15/06/2017 à 17/07/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ERRATA

Na publicação da Portaria 2177 de 01 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) NARYE CRISTINE DA SILVEIRA, matrícula 63278501, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 21/03/2017.

Leia-se:

I - Tornar público a concessão de licença para tratamento de saúde ao (a) servidor(a) ) NARYE CRISTINE DA SILVEIRA, matrícula 63278501, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertence ao quadro de servidores da Municipalidade, pelo período de 21/03/2017 à 27/07/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **LEI COMPLEMENTAR 331/2017 DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA CATEGORIA FUNCIONAL DE ASSISTENTE SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1428347

LEI COMPLEMENTAR Nº 331 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA CATEGORIA FUNCIONAL DE ASSISTENTE SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Prefeito do Município de Navegantes, faço saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A carga horária da categoria funcional de Assistente Social do Município de Navegantes, passa a ser de trinta (30) horas semanais, vedada a redução do seu vencimento.

Art. 2º A distribuição da carga horária será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Navegantes-SC, 16 de novembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Emílio Vieira  
PREFEITO MUNICIPAL

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIA 3130/2017 EXONERA**

Publicação Nº 1429022

PORTARIA N º 3130 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017  
EXONERA SERVIDORA DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, a pedido, da função de confiança de GERENTE DE PROGRAMAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DA EDUCAÇÃO a senhora ANA LUCIA SANTOS COELHO, com a data de 01/11/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIA 3046/2017 DECLARA VACANCIA**

Publicação Nº 1429305

PORTARIA N º 3046 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes, RESOLVE:

I – DECLARAR vacância do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS em virtude de aposentadoria da servidora MARIA JOSÉ POLICARPO, matrícula 458203, junto a NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2017.02.05449P, a partir de 20/10/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3050/2017 EXONERA**

Publicação Nº 1429037

PORTARIA N º 3050 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017  
EXONERA SERVIDORA DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE E EXECUÇÃO a senhora DAYANE LUANA SPENA ALVES DE JESUS, com a data de 24/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE OUTUBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3059/2017 NOMEIA**

Publicação Nº 1429304

PORTARIA N º 3059 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO III o senhor LUCAS JOSÉ RICOBOM, com a data de 25/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE OUTUBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3060/2017 EXONERA**

Publicação Nº 1429294

PORTARIA N º 3060 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017  
EXONERA SERVIDORA DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, a pedido, da função de confiança de DIRETORA ADMINISTRATIVA DA CULTURA a senhora EVELYN KLIMKE NAZÁRIO, com a data de 24/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE OUTUBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3061/2017 NOMEIA**

Publicação Nº 1429291

PORTARIA N º 3061 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017  
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA EDUCAÇÃO a senhora EVELYN KLINKE NAZÁRIO com a data de 25/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE OUTUBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3101/2017 EXONERA**

Publicação Nº 1429036

PORTARIA N º 3101 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017  
EXONERA, A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR A PEDIDO, a servidora DAYANE LUANA SPENA

ALVES DE JESUS, , do cargo de MONITORA EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 24/10/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE OUTUBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3123/2017 EXONERA**

Publicação Nº 1429297

PORTARIA N º 3123 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL o senhor FERNANDO CARDOSO DE SOUZA, com a data de 01/11/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3124/2017 DECLARA VACANCIA**

Publicação Nº 1429018

PORTARIA N º 3124 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes, RESOLVE: I – DECLARAR vacância do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS em virtude de aposentadoria do servidor ALCEBIANES ZACARIAS, matrícula 104004, junto a NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2017.02.05451P, a partir de 01/11/2017. II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3125/2017 DECLARA VACÂNCIA**

Publicação Nº 1429030

PORTARIA N º 3125 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes, RESOLVE: I – DECLARAR vacância do cargo de CHEFE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS em virtude de aposentadoria do servidor ANTONIO HENRIQUE MENDES, matrícula 189102, junto a NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2017.04.05452P, a partir de 01/11/2017. II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3127/2017 DECLARA VACANCIA**

Publicação Nº 1429300

PORTARIA N º 3127 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes, RESOLVE: I – DECLARAR vacância do cargo de PROFESSORA em virtude de aposentadoria da servidora IDILZAMAR FRANCISCO PACHECO, matrícula 89101, junto a NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2017.04.05450P, a partir de 01/11/2017. II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3128/2017 EXONERA POR FALECIMENTO**

Publicação Nº 1429303

PORTARIA N º 3128 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017  
EXONERA, POR MORTE SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE: I – EXONERAR por morte, o servidor JOSÉ CARLOS DE SOUZA, conforme Certidão de Óbito 107375015520174001182180043268 34 datado em 29/10/2017, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 01/11/2017. II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3136 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO**

Publicação Nº 1428479

PORTARIA Nº 3136 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

#### **RESOLVE:**

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o Contrato Nº 272/2017 - FMS, OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) EQUIPAMENTO (CADEIRA PARA PROCEDIMENTOS CLÍNICOS) DEVIDAMENTE INSTALADA PARA REALIZAÇÃO DE PEQUENAS CIRURGIAS DERMATOLÓGICAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES - CES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 59/2017.

FISCAL: GIANE ELIS GAUZE PELEGRINI - (titular)  
FISCAL: NATALLY LOUISE OLIVEIRA FRANCISCO – (SUPLENTE)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3149/2017 EXONERA A PEDIDO**

Publicação Nº 1429315

PORTARIA Nº 3149 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017  
EXONERA, A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

#### **RESOLVE:**

I – EXONERAR A PEDIDO, a servidora SABRINE SANTOS DE SOUZA BESEN FLORIANI, , do cargo de PROCURADORA MUNICIPAL, a partir de 06/11/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3150 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO**

Publicação Nº 1428482

PORTARIA Nº 3150 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

#### **RESOLVE:**

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o Contrato Nº 273/2017 FMS OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO (UM APARELHO ANALISADOR DE EMISSÕES OTO ACÚSTICAS PORTÁTIL - TESTE DA ORELHINHA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CES - CENTRO ESPECIALIZADO EM SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Conforme Contrato nº 273/2017 do Pregão Presencial nº 66/2017.

FISCAL: SUSANA CARDOSO FLORES DA SILVA (TITULAR)  
FISCAL: NATALLY LOUISE OLIVEIRA FRANCISCO (SUPLENTE)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3174 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO**

Publicação Nº 1428485

PORTARIA Nº 3174 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

#### **RESOLVE:**

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Ata de Registro de Preços Nº 60/2017 FMS OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE (04) QUATRO VEÍCULOS AUTOMOTORES, DO TIPO MOTOCICLETAS 0 (ZERO) KM, ORIGINAIS DE FÁBRICA ANO DE FABRICAÇÃO 2017, ANO/MODELO SENDO O MESMO DA DATA DA ENTREGA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 60/2017.

FISCAL: EDUARDO LEAL NETO (TITULAR)  
FISCAL: EDVALDO COUTO (SUPLENTE)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3178 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO**

Publicação Nº 1428489

PORTARIA Nº 3178 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Ata de Registro de Preços nº 138/2017 FMV, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE BOBINAS DE PAPEL TÉRMICO PARA SEREM UTILIZADOS NAS MÁQUINAS DE COLETA DE DADOS E IMPRESSÃO DAS FATURAS DE ÁGUA ATRAVÉS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, Conforme Pregão Presencial nº 138/2017 PMN.

FISCAL: PATRICK PAULO DOS SANTOS (TITULAR)  
FISCAL: EDSON INOCÊNCIO (SUPLENTE)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3185 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO**

Publicação Nº 1428492

PORTARIA Nº 3185 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Ata de Registro de Preços Nº 160/2017 PMN OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (MANTA GEOTÊXTIL, MADEIRA DE CONSTRUÇÃO PINUS, TIJOLO DE CONCRETO, SACO DE CIMENTO E BARRAS DE FERRO), PARA UTILIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS, MANUTENÇÃO, REPAROS, MELHORIAS E NOVAS INSTALAÇÕES DE TUBULAÇÃO NOS CANAIS DE DRENAGEM PLUVIAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 160/2017.

FISCAL: EDSON INOCENCIO (TITULAR)  
FISCAL: PATRICK PAULO DOS SANTOS (SUPLENTE)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3194 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO**

Publicação Nº 1428496

PORTARIA Nº 3194 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Ata de Registro de Preços nº 13/2017 FMV, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (TINTAS E MICROESFERA DE VIDRO) PARA MANUTENÇÃO E DEMARCAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 13/2017.

FISCAL: JOHNNY EURICO COELHO (TITULAR)  
FISCAL: CARLA DA SILVA CARVALHO (SUPLENTE)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3205 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO**

Publicação Nº 1428499

PORTARIA Nº 3205 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Ata de Registro de Preços nº 156/2017 PMN, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "SHOW PIROTÉCNICO" (COM FORNECIMENTO DOS FOGOS DE ARTIFÍCIO), PARA A REALIZAÇÃO DO

EVEN TO DE REVEILLON A SER REALIZADO NO DIA 31/12/2017 EM ATÉ 04 (QUATRO) PONTOS DA PRAIA E DEMAIS FESTIVIDADES REALIZADAS NO ANO DE 2017 E 2018, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC., ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 156/2017.

FISCAL: CARLOS SERGIO DE SOUZA (TITULAR)  
FISCAL: MARILU PETRY (SUPLENTE)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3208/2017 LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 1429312

PORTARIA N º 3208 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora FABIANE CRISTINA CARVALHO, MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL efetiva – 20 horas (matrícula 1674302), pelo período de 11/11/2017 a 09/05/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir de 14/11/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIAS 3196, 3202, 3209/2017 PROGRESSÃO POR DESEMPENHO**

Publicação Nº 1429310

PORTARIA N º 3196 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER CLÁUDIA ANGIOLETTI GABRIEL no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de BIÓLOGA, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3202 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER ANDREZA CARLA FRAGA TAVARES no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de PSICÓLOGA, posicionando para a classe/referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3209 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER PEDRO JOSÉ DA SILVA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de PROCURADOR MUNICIPAL, posicionando para a classe/referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO Nº 07-2017 - LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE SOFTWARE**

Publicação Nº 1428896

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 007/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

OBJETO: LOCAÇÃO DE SOFTWARES

A CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público, sediada na Rua Ezequiel Antero Rocha N. 315, Centro, Navegantes-SC, CEP 88.370.-410, inscrita no CNPJ N. 83.551.531/0001-08, neste ato representada por seu Presidente Samuel Viane Paganelli, brasileiro, casado, médico veterinário, RG nº 1.113.622, CPF nº 520.361.039-87, residente e domiciliado na Rua Nereu Liberato Nunes, nº 615, Centro, Navegantes/SC., infra-assinado, doravante denominado CONTRATANTE, e a BETHA SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional n.º 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob n.º 004.770.259-19 e Sr.ª Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o n.º 007.395.609-05, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar o presente contrato de locação de software e prestação de serviços correlatos, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. Constitui objeto do presente contrato a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor da CONTRATANTE, dos software e sistemas de gestão pública descritos abaixo, no "Anexo I deste contrato, e no Edital de Licitação 004/2017:

- Sistema de Contabilidade Pública;
- Compras e Licitação;
- Patrimônio;
- Recursos Humanos;
- Folha de Pagamento;
- Contracheque on-line e;
- Portal da Transparência.

1.2. O licenciamento compreende a manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferidos exclusivamente pela CONTRATADA.

1.3. De acordo com a proposta de preços vencedora, também farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- a) Configuração e parametrização conforme procedimento do CONTRATANTE.
- b) Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas contratados.
- c) Suporte técnico operacional, exclusivamente nos sistemas contratados, com possibilidade de estabelecimento de técnico residente onerosamente cedido.
- d) Serviço de alterações específicas do CONTRATANTE, quando solicitado.
- e) Conversão dos dados existentes para funcionamento nos novos sistemas a serem implantados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1. O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir de 01/11/2017, com vigência até 31/10/2018, permitindo-se a prorrogação nos termos do art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

2.2. Fluído o prazo de vigência, os sistemas licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido a este consultas irrestritas a telas, relatórios e documentos, bem como a obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formato ".txt".

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. Pela locação dos SISTEMAS, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA conforme disposto no Anexo II do Edital, os seguintes valores:

**1. Locação dos sistemas:**

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	USUÁRIOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	12	Mês	Contabilidade Pública	01	R\$ 430,00	R\$ 5.160,00

2	12	Mês	Compras e Licitações	01	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
3	12	Mês	Patrimônio	01	R\$ 230,00	R\$ 2.760,00
4	12	Mês	Recursos Humanos	01	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
5	12	Mês	Folha de Pagamento	01	R\$ 320,00	R\$ 3.840,00
6	12	Mês	Contracheque on-line	Ilimitado	R\$ 410,00	R\$ 4.920,00
7	12	Mês	Portal da Transparência	ilimitado	R\$ 360,00	R\$ 4.320,00
				VALOR TOTAL	R\$ 2.270,00	R\$ 27.240,00

## 2. Serviços Técnicos:

8	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários Recursos Humanos	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
9	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários Contracheque on-line	R\$ 900,00	R\$ 900,00
10	100	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	R\$ 80,00	R\$ 8.000,00
11	2.500	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	R\$ 0,80	R\$ 2.000,00
12	10	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	R\$ 150,00	R\$ 1.500,00

O valor total do presente instrumento é de R\$ 40.940,00 (quarenta mil novecentos e quarenta reais).

3.2. Em caso de atraso, incidirá sobre o valor das locações multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,030% ao dia.

3.3. Os valores contratados serão corrigidos de acordo com a menor periodicidade permitida em lei, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

3.4. Em caso de atraso nos pagamento, será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado.

3.5. Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até quinze dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços.

## CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

4.1. As despesas decorrentes da locação do Sistema objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.39.11.00.00.00 – Locação de Softwares

3.3.90.39.57.00.00.00 – Serviços de processamento de dados

3.3.90.39.79.00.00.00 – Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional

3.3.90.39.90.00.00.00 – Outros serviços de terceiros PJ

## CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

5.1. A contratada é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos softwares licenciados, concedendo ao contratante as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

5.2. Fica vedado a CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos software licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

5.3. Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os sistemas deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Caberá ao CONTRATANTE:

6.1.1. Efetuar os pagamentos decorrentes da locação objeto deste contrato no primeiro dia útil do mês subsequente, e, nos demais casos, em até dez dias a sua efetiva entrega.

6.1.2. Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

6.1.3. Manter, na operacionalização dos sistemas, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.

6.1.4. Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.

6.1.5. Buscar manter alto padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as diariamente.

6.1.6. Assegurar a configuração adequada da maquina e instalação dos sistemas, manter backup adequado para satisfazer as necessidades

de segurança e recuperação no caso de falha da máquina, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.

6.1.7. Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos sistemas.

6.1.8. Parametrizar o sistema, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos sistemas quando necessário.

6.1.9. Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.

6.1.10. Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte telefônico.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Caberá a CONTRATADA:

7.1.1. Quando contratados, conforme valores dispostos no Anexo II, converter dados para uso pelos softwares, instalar os sistemas objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, prestar suporte apenas aos servidores devidamente certificados para CONTRATADA no uso dos softwares e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6.1.10 do presente contrato.

7.1.2. Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Anexo I.

7.1.3. Tratar como confidenciais, informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.

7.1.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.1.5. Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços.

7.1.6. Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.

#### CLÁUSULA OITAVA -DO TREINAMENTO

8.1. O treinamento na operacionalização do sistema, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet.

8.1.1. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer das dependências da CONTRATANTE.

8.1.2. O treinamento na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.

8.1.3. O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA NONA – DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO

9.1. As melhorias/modificações nos sistemas poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.

9.1.1. As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.

9.1.2. As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal da locação/licenciamento dos sistemas.

9.1.3. As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos sistemas à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.

9.1.4. As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos sistemas durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos sistemas.

9.1.5. As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.

9.1.6. As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos sistemas originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.

9.2. A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.

9.3. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

10.1. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:

10.1.1. Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas.

10.1.2. Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.

10.1.3. Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.

10.1.4. Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas.

10.1.5. Desenvolver relatórios específicos.

10.2. Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.

10.3. O suporte telefônico, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula 6.1.10 do presente contrato.

10.4. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos sistemas realizada por pessoas não credenciadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo assegurado a contraditório e a ampla defesa.
- b) Os casos de rescisão administrativas ou amigável serão precedidas de comunicação por escrito com antecedência mínima de trinta dias.
- c) Em caso de inadimplemento superior a noventa dias a execução do presente contrato poderá ser suspenso.
- d) Rescindido ou destruído o contrato, a empresa contratada deverá disponibilizar em formato txt, cópia de toda base de dados produzidos e armazenada durante o período da vigência contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Em caso de inexecução, total ou parcial do presente contrato, serão aplicadas as penalidades dispostas no Edital, as quais se tornam parte integrante da presente minuta contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Navegantes-SC, para a solução de qualquer conflito oriundo deste contrato, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

14.2.

E, por estarem justas e CONTRATADAS, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual forma e teor, para um só efeito legal, sendo que uma via constituirá livro próprio da Câmara de Vereadores de Navegantes.

Navegantes – SC, 26 de outubro 2017.

CÂMARA MUNICIPAL NAVEGANTES  
Samuel Viane Paganelli - Presidente  
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.  
Daniela Ramos Silva  
CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.  
Ernesto Muniz de Souza Jr.  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF n.º \_\_\_\_\_ CPF n.º \_\_\_\_\_

#### ANEXO I - DAS CARACTERÍSTICAS

CONTRATO Nº 007/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

#### 1. SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA.

1.1. O Sistema de Contabilidade Pública deverá registrar todos os fatos contábeis ocorridos e possibilitar o atendimento à legislação vigente, à situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.

1.2. Efetuar a escrituração contábil nos sistemas Financeiro, Patrimonial e Compensação em partidas dobradas e no Sistema Orçamentário em partidas simples, de conformidade com os artigos 83 a 106 da Lei 4.320/64, inclusive com registro em livro Diário.

1.3. Possibilitar a integração com Sistemas de Compras.

1.4. Gerar relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário.

1.5. Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e Resolução do Tribunal de Contas.

1.6. Gerar os razão analíticos de todas as contas integrantes dos Sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação.

1.7. Permitir informar documentos fiscais na Ordem de Pagamento.

- 1.8. Possibilitar a consulta ao sistema, sem alterar o cadastro original.
- 1.9. Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.
- 1.10. Possibilitar o registro de Sub-empenhos sobre o empenho Global.
- 1.11. Possibilitar a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, visando a não inscrição em Restos a Pagar.
- 1.12. Possibilitar a anulação total e parcial do empenho e o cancelamento da anulação.
- 1.13. Possibilitar o controle do pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, em contrapartida com várias Contas Pagadoras.
- 1.14. Possibilitar inscrever automaticamente no Sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas.
- 1.15. Controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas e vencer e vencidas, visando o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica.
- 1.16. Possibilitar o registro do pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários.
- 1.17. Possibilitar a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra-orçamentário como no orçamento, com registros automáticos nos sistemas orçamento e financeiro.
- 1.18. Fazer os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos Sistemas Financeiros, Orçamento, Patrimonial e de compensação, conforme o caso.
- 1.19. Efetuar o lançamento do cancelamento de restos a pagar em contrapartida com a receita orçamentária, em rubrica pelo usuário.
- 1.20. Possibilitar o controle de Restos a Pagar em contas separadas por exercício, para fins de cancelamento, quando for o caso.
- 1.21. Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.
- 1.22. Emitir Notas de Pagamento, de Despesa extra, de Empenhos e de Sub-empenhos.
- 1.23. Emitir ordens de Pagamento de Restos a Pagar, Despesa Extra e de Empenho.
- 1.24. Possibilitar a consolidação dos balancetes financeiro das autarquias juntamente com o balancete financeiro da Câmara Municipal.
- 1.25. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.
- 1.26. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa.
- 1.27. Cadastrar e controlar as dotações constantes do Orçamento do Município e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extra-ordinários.
- 1.28. Cadastrar e controlar os Créditos Suplementares e as anulações de dotações.
- 1.29. Registrar empenho global, por estimativa, ordinário e Sub-empenhos.
- 1.30. Registrar anulação parcial ou total de empenho.
- 1.31. Registrar bloqueio e desbloqueio de dotações.
- 1.32. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício.
- 1.33. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.
- 1.34. Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.
- 1.35. Possibilitar consultar ao sistema sem alterar o cadastro original.
- 1.36. Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse da Câmara Municipal.
- 1.37. Gerar relatório de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse da Câmara Municipal.
- 1.38. Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado.
- 1.39. Emitir Notas de Empenho, Sub-empenhos, Liquidação, Ordens de Pagamento, Restos a pagar, Despesa extra e suas respectivas notas de anulação, possibilitando sua emissão por intervalo e/ou aleatoriamente.
- 1.40. Permitir a anulação total e parcial do empenho, ordens de pagamento, nota de despesa extraorçamentária e o cancelamento da anulação, possibilitando auditoria destas operações.
- 1.41. Emitir relatório padrão TCE para solicitação de Certidão Negativa.
- 1.42. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.
- 1.43. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo.
- 1.44. Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificador de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas do Estado.
- 1.45. Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento do Município e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extra-ordinários.
- 1.46. Permitir que nas alterações orçamentárias se possa adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para um mesmo decreto.
- 1.47. Registrar bloqueio e desbloqueio de valores nas dotações, inclusive com indicação de tipo cotas mensais e limitação de empenhos.
- 1.48. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício, e com possibilidade de emissão consolidada, e agrupando por recurso.
- 1.49. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.
- 1.50. Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.
- 1.51. Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse da Câmara Municipal.
- 1.52. Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse da Câmara Municipal.
- 1.53. Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos ou lançamentos indevidos.
- 1.54. Efetuar o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas para limitação de empenho, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 – LRF, de 04 de maio de 2000.
- 1.55. Possuir relatório para acompanhamento das metas de arrecadação, conforme o art. 13 da Lei 101/00 – LRF de 04 de maio de 2000.
- 1.56. Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados.
- 1.57. Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.
- 1.58. Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.

- 1.59. Emitir os relatórios das Contas Públicas para publicação, conforme IN 28/99 do TCU e Portaria 275/00;
- 1.60. Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Receita, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de Restos a Pagar e de Cheques Compensados e Não Compensados.
- 1.61. Possibilitar que os precatórios sejam relacionados com a despesa destinada ao seu pagamento.
- 1.62. Permitir gerar arquivos para o sistema do Tribunal de Contas do Estado referente aos atos administrativos, dados contabilizados, dados financeiros e dados do orçamento.
- 1.63. Gerar relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no sistema antes de gerar os arquivos para os Tribunais de Contas.
- 1.64. Emitir relatórios com as informações para o SIOPS, no mesmo formato deste.
- 1.65. Emitir relatórios com as informações para o SIOPE, no mesmo formato deste.
- 1.66. Gerar os arquivos conforme o MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência.
- 1.67. Permitir o cadastramento de devolução de receita utilizando rubricas redutoras conforme Manual de Procedimentos da Receita Pública da STN.
- 1.68. Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de previdência, com emissão dos respectivos demonstrativos.
- 1.69. Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o Imposto de Renda.
- 1.70. Possibilitar a emissão de gráficos comparativos entre a receita prevista e arrecadada e a despesa fixada e realizada.
- 1.71. Possuir rotina de emissão de cheques para pagamento das despesas, com a possibilidade de efetuar a baixa no momento do pagamento ao fornecedor.

## 2. SISTEMA DE COMPRA E LICITAÇÃO

- 2.1. Possibilitar o acompanhamento dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas de:
  - a) Publicação do processo;
  - b) Emissão do mapa comparativo de preços;
  - c) Emissão das Atas referente Documentação e Julgamento das propostas;
  - d) Interposição de recurso;
  - e) Anulação e revogação;
  - f) Impugnação; Parecer da comissão julgadora;
  - g) Parecer jurídico;
  - h) Homologação e adjudicação;
  - i) Autorizações de fornecimento;
  - j) Contratos e aditivos;
  - k) Liquidação das autorizações de fornecimento;
  - l) Gerar empenhos para a contabilidade e liquidação dos empenhos
- 2.2. Possibilitar separação dos itens do processo e suas respectivas quantidades por centro de custo e por despesa.
- 2.3. Permitir montar os itens do processo administrativo, processo licitatório e coleta de preços por lotes.
- 2.4. Permitir cadastro de fornecedores, informando: Ramos de atividade - Documentos e certidões negativas - Materiais fornecidos.
- 2.5. Emitir Certificado de Registro Cadastral com numeração sequencial.
- 2.6. Permitir uso do código de materiais por grupo e classe com definição da máscara ou de forma sequencial, ou sequencial com grupo e classe.
- 2.7. Possuir cadastro de materiais para informar: Material perecível; Material estocável; Material de consumo ou permanente; tipo do combustível; Descrição; Grupo e classe; Dados da última compra como: data, quantidade, preço e fornecedor.
- 2.8. Permitir agrupamento de várias solicitações de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório de compra direta ou processo administrativo automaticamente.
- 2.9. Controlar solicitações de compra, não permitindo que usuários de outros centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo e que a quantidade de cada item possa ser dividida por uma ou mais despesas.
- 2.10. Controlar despesas realizadas e a realizar de uma mesma natureza, para que não ultrapasse os limites legais estabelecidos para cada modalidade de licitação.
- 2.11. Permitir o controle de gastos por unidade orçamentária através de limites mensais preestabelecidos pelo usuário.
- 2.12. Controlar data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação das negativas vencidas/por vencer.
- 2.13. Permitir integração com o sistema de contabilidade, efetuando os seguintes processos:
  - b. Bloqueio do valor da licitação, da contra direta ou do termo aditivo;
  - c. Gerar empenhos e liquidações;
  - d. Atualizar dados cadastrais de fornecedores e da despesa.
- 2.14. Permitir desbloqueio do saldo remanescente da despesa na geração do último empenho do processo.
- 2.15. Possibilitar integração com sistema tributário para consultar os débitos dos participantes no processo licitatório ou na compra direta.
- 2.16. Permitir gravação, em meio magnético, dos itens do processo licitatório para fornecedores digitar o preço de cada item com leitura dos preços informados e preenchimento automático no cadastro de itens do processo, exibindo os itens em lista ou separados por lotes.
- 2.17. Possibilitar consultas de preços, por materiais ou por fornecedores, praticados em licitações ou despesas anteriores.
- 2.18. Permitir consulta dos fornecedores de determinado material ou ramo de atividade.
- 2.19. Permitir identificar em quais processos licitatórios determinado fornecedor participou, visualizando sua situação em cada item do processo.
- 2.20. Possibilitar emissão da autorização de compra ou fornecimento por centro de custo, por dotação ou global.
- 2.21. Emitir todos os relatórios exigidos por Lei, como por exemplo: Termo de abertura e autorização do processo licitatório; Parecer jurídico e contábil; Publicação do edital; Atas do pregão; Emissão de contratos; Notas de autorização de fornecimento.
- 2.22. Emitir Edital de Licitação.
- 2.23. Controlar quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada,

contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo pendente.

- 2.24. Possibilitar gravação, em meio magnético dos itens da coleta de preço para cotação pelos fornecedores com leitura dos preços informados e preenchimento automático dos preços dos itens.
- 2.25. Permitir cadastro de compras diretas, informando: Data da Compra; Fornecedor; Centro de Custo; Objeto da Compra; Local de Entrega e Forma de Pagamento.
- 2.26. Gerar Processos Administrativos ou compra direta pelo preço médio ou menor preço cotado do Registro de Preços.
- 2.27. Gerar entrada do material no almoxarifado a partir da liquidação visualizando a movimentação no estoque.
- 2.28. Permitir criação e edição de modelos de editais, contratos, autorização de compras, atas e outros relatórios desejados a partir dos modelos existentes no sistema.
- 2.29. Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas relativos às licitações.
- 2.30. Permitir que os centros de custos requisitantes de cada item do processo licitatório sejam levados para o contrato de aditivo.
- 2.31. Manter histórico das alterações do contrato, informando o de tipo alteração (acréscimo, diminuição, equilíbrio econômico financeiro, prorrogação, rescisão) e se foi unilateral ou bilateral.
- 2.32. Registrar rescisão do contrato ou aditivo, informando: motivo, data do termo e da publicação, valor da multa e indenização, fundamento legal e imprensa oficial.
- 2.33. Permitir registro da suspensão ou rescisão de contrato, controlando a data limite da situação de inabilitado.
- 2.34. Possibilitar copiar os itens de outro processo licitatório, já cadastrado.
- 2.35. Possibilitar copiar os itens de outra compra direta.
- 2.36. Permitir agrupar itens do processo licitatório por centro de custos.
- 2.37. Permitir alterar a data de emissão das autorizações de fornecimento.
- 2.38. Possuir cronograma de pagamentos dos contratos, possibilitando controlar a situação (pago, vencido ou a vencer).
- 2.39. Possuir cronograma de entrega dos itens dos contratos, controlando a situação (entregue, vencido a vencer).
- 2.40. Controlar solicitações de compra pendentes, liberadas e reprovadas.
- 2.41. Emitir relação das licitações informando: Data e hora de abertura, Número, Modalidade, Membros da comissão e Objeto a ser licitado.
- 2.42. Permitir cadastro de comissões Permanente; Especial; Servidores; Pregoeiros; Leiloeiros, informando o ato que a designou, datas de designação e expiração, com membros e funções designadas.
- 2.43. Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002).
- 2.44. Permitir realização de lances para a modalidade pregão presencial com opção de desistência e rotina de reabertura de itens e/ou lotes para nova etapa de lances.
- 2.45. Possibilitar emissão da ata do pregão presencial e histórico dos lances.
- 2.46. Possibilitar utilização de critérios de julgamento das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 123/2006.
- 2.47. Permitir parametrização para numerar a licitação de forma sequencial ou por modalidade, possibilitando alterar a numeração sugerida pelo sistema.
- 2.48. Relatórios para divulgação na internet, conforme lei 9.755/98 e Demonstrativo das compras efetuadas conforme art. 16 da Lei 8.666/93.
- 2.49. Possibilitar configuração das assinaturas que serão exibidas nos relatórios.
- 2.50. Dispor das Leis 8.666/93 e 10.520/2002 para eventuais consultas diretamente no sistema.

### 3. SISTEMA DE PATRIMÔNIO

3.1. Possuir cadastro para os bens móveis e imóveis do órgão, podendo ser informadas as seguintes características:

- Processo licitatório, empenho e fornecedor da aquisição do bem;
- Estado de conservação do bem: "péssimo", "ruim", "regular", "bom" e "ótimo";
- Moeda de aquisição (permitindo migração dos valores para moeda atual);
- Permitir vincular a conta contábil e natureza do bem;
- Permitir visualizar o valor de aquisição, o valor total de depreciação, assim como cadastrar e visualizar as incorporações e desincorporações;
- Permitir visualizar o valor da última reavaliação do bem;
- Armazenar/visualizar a imagem atual da bem por meio dos arquivos: jpg, bmp e pdf;
- Visualizar situação do bem como: "ativo", "baixado", "comodato", "locado", "cedido";
- Permite informar características personalizadas para o cadastro de bens. Por ex.: "Cor", "Altura", "Peso", etc.

3.2. Permitir alterar a placa do bem informando a data de alteração, visualizando todas as placas utilizadas pelo bem.

3.3. Permitir controle de transferência de bens entre os diversos órgãos, responsáveis e contas da entidade assim como cessões e locações, possibilitando a emissão do relatório de transferências de determinado tipo, incluindo também a emissão como Termo de Transferência de Bens.

3.4. Permitir cadastrar contas patrimoniais, classificá-las por bens móveis e Imóveis e identificar o tipo de bens tangíveis e intangíveis.

3.5. Permitir cadastro de conversão de moedas indexadoras, para que ao cadastrar bens adquiridos em outras épocas converta automaticamente para o valor atual ao cadastrar o bem.

3.6. Permitir efetuar a reavaliação de bens individual, ou por lote e identificar o tipo de reavaliação: Ajuste ou reavaliação e possibilitando adequar o novo valor de depreciação anual do bem.

3.7. Permitir reavaliação por percentual (valorizações/depreciações) para todos os bens, possibilitando:

- Executar individualmente;
- Executar para um grupo de bens (conforme conta, centro de custo, unidade administrativa e/ou natureza);
- Configurar percentuais de reavaliação periódicas (mensal, bimestral, trimestral, semestral e anual) por natureza e simulando a depreciação natural dos bens desde sua aquisição até a data atual.

3.8. Permitir efetuar baixas individuais ou múltiplas por contas, responsáveis, órgãos e bens, permitindo informar histórico e informações

complementares como: lei, portaria e processo licitatório.

3.9. Controlar movimentação dos bens encaminhados à manutenção, armazenando os dados básicos desse movimento; tais como:

- Data de envio e previsão de retorno;
- Tipo de manutenção (se a manutenção é preventiva ou corretiva);
- Valor do orçamento.
- Possibilitar emissão de relatório contendo os bens que estão ou já sofreram manutenção, agrupados pelo fornecedor ou pelo motivo da manutenção;
- Possibilitar geração de transferências para outra unidade administrativa após voltar da manutenção.

3.10. Emitir relatório identificando o bem, valor atualizado, conta ao qual ele pertence, o responsável pelo bem, número patrimonial e a data de aquisição.

3.11. Emitir termo de responsabilidade da guarda dos bens por responsável ou por órgão/centro de custo.

3.12. Emitir relatório de bens em inventário por centro de custo e/ou responsável, permitindo selecionar a situação (em processo de localização, localizados e pertencentes ao setor, localizados, mas pertencentes a outro setor, não localizados ou todas) e emitir também o termo de abertura e encerramento do Inventário.

3.13. Emitir etiquetas de controle patrimonial, inclusive com código de barras para leitura óptica, além de permitir que o usuário possa confeccionar sua própria Etiqueta.

3.14. Permitir cadastro de seguradoras e apólices de seguros (com valor de franquia e valor segurado) para os bens.

3.15. Permitir classificar o bem em desuso de modo que não seja possível realizar movimentações com este até que seja estornado.

3.16. Permitir registro da abertura e do fechamento do inventário, bloqueando a movimentação ou destinação de bens durante a sua realização.

3.17. Emitir relatório de baixas de bens com seleção por período de baixa, por conta, órgão ou por centro de custo.

3.18. Emitir relatório para conferir os lançamentos de inventário, possibilitando a seleção por responsável, por órgão ou por centro de custo.

3.19. Permitir transferência de bens localizados em inventários quando pertencentes a outro setor.

3.20. Manter registro/histórico de todas as movimentações dos itens patrimoniais realizadas no exercício, possibilitando a emissão de relatório por período e também visualizar as movimentações por centro de custo.

3.21. Permitir depreciação de bem tangível em relação ao percentual anual de depreciação deste, permitindo que o processo seja executado informando as seleções: por conta, por bem, por centro de custo, por natureza do bem.

3.22. Emitir relatório de reavaliações de bens com seleção por bem, por conta e período.

3.23. Emitir relatório por período dos movimentos das contas dos bens (mostrando de forma analítica e sintética), possibilitando visualizar o saldo anterior ao período, total de entradas, total de saídas e saldo atual da conta.

3.24. Emitir relatório com projeção de valorização/depreciação do bem baseado em percentual informado com seleção por conta, bem e/ou unidade administrativa.

3.25. Possuir rotina para importação de várias imagens dos bens, armazenando-os no banco de dados.

3.26. Permitir vinculação de um ou mais arquivos de imagens, documentos de texto ou documentos digitalizados, ao código do bem.

3.27. Permitir configurar as mascaras dos centros de custos, contas e código do bem.

3.28. Permitir salvar os relatórios em formato PDF simples, possibilitando que sejam assinados digitalmente.

3.29. Emitir relatório com os movimentos contábeis (aquisições, baixas, depreciações, etc...) ocorridos no patrimônio no período de seleção.

3.30. Permitir informar o número do ato no campo (Nº do ato) do cadastro de bens com até 10 caracteres ou números;

3.31. Permitir transferir os bens de um responsável, conta, e centro de custo para outro utilizando multiseleção (ex.: 1, 20, 37).

3.32. Para bens moveis, permitir cadastrar endereço, registro do imóvel, e informações de arrendamento quando este for arrendado.

3.33. Permitir informar no cadastro dos bens um valor mínimo residual para os bens, para controle das depreciações.

3.34. Permitir encerramento mensal de competência, não permitindo movimentos com data retroativa ao mês/ano encerrado, possibilitando o estorno deste encerramento.

3.35. Permitir informar uma data para o início das depreciações dos bens.

3.36. Permitir informar a localização física do bem, possibilitando emitir um relatório por localização física.

3.37. Enviar e-mails para cada responsável com a lista de bens sob sua responsabilidade para conferência, assim caso exista alguma inconformidade ele se dirija ao setor de patrimônio para o devido ajuste.

3.38. O envio poderá ter um filtro envio por responsável ou envio para todos.

3.39. Permitir cadastro de comissões para inventário e reavaliação de bens com informação do número da portaria, data da portaria, finalidade e membros da comissão.

3.40. Enviar e-mails para cada responsável com a lista de bens sob sua responsabilidade que houverem transferência para conferência, assim caso exista alguma inconformidade para o setor de patrimônio para o devido ajuste.

3.41. Registrar amortização de bens intangíveis.

#### 4. SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS.

4.1. O sistema de Recursos Humanos deverá permitir a integração de dados de forma automática ou ainda através de arquivos de intercâmbio de informações com os sistemas de Folha de Pagamento e Portal da Transparência.

4.2. Permitir informar as avaliações dos servidores com configurações dos fatores (notas/pesos para cada fator e média da avaliação).

4.3. Possuir cadastro para registrar dados de acidentes de trabalho, entrevista com o servidor e testemunhas do acidente.

4.4. Possuir cadastro e emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT para o INSS.

4.5. Possuir cadastro de grupos de prevenção de acidentes de trabalho, em conformidade com a Portaria nº 1.121/1995.

4.6. Possuir cadastro de atestados com informações CID (Código Internacional de Doenças).

4.7. Possuir cadastro de juntas médicas por data de vigência com identificação dos médicos que a compõem.

4.8. Permitir controle dos atestados através de laudos médicos, informando se o servidor já se encontra em readaptação pelo mesmo CID (Código Internacional de Doenças) do atestado.

4.9. Permitir geração automática de afastamentos no deferimento do laudo médico.

4.10. Permitir agendamento de consultas e exames ocupacionais com controle da emissão das autorizações de exames em laboratórios conveniados

- 4.11. Permitir controle da emissão de autorizações de diárias.
- 4.12. Permitir lançamento de faltas com possibilidade de desconto em folha de pagamento ou de folgas para compensação nas férias.
- 4.13. Permitir configuração dos períodos aquisitivos e cálculos de férias de acordo com as especificações de cada cargo.
- 4.14. Possibilitar informar os cursos exigidos para ocupar o cargo, assim como suas atribuições, as áreas de atuação e os planos previdenciários do cargo.
- 4.15. Permitir reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.
- 4.16. Permitir inserção de novos campos para classificação institucional.
- 4.17. Permitir planejamento (definindo cronograma, ministrante, carga horária e data da emissão de certificado) e execução de cursos de aperfeiçoamento, por iniciativa do órgão e por solicitação dos próprios servidores, com emissão de relatório desse planejamento.
- 4.18. Permitir realização e/ou o acompanhamento de concursos públicos e processos seletivos para provimento de vagas.
- 4.19. Efetuar avaliação dos candidatos do concurso ou processo seletivo, indicando automaticamente a aprovação/reprovação e a classificação.
- 4.20. Possibilitar cadastro de bolsas de estudos, informando, instituição de ensino, matrícula do bolsista, período da bolsa, serviço comunitário o qual o bolsista irá desempenhar em troca da bolsa.
- 4.21. Permitir controle da bolsa de estudo em cada fase, informando a aprovação ou não do bolsista.
- 4.22. Permitir controle de estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.
- 4.23. Permitir lançamento histórico de períodos aquisitivos e de gozo de férias.
- 4.24. Possibilitar cadastro de períodos para aquisição e de gozo de licença-prêmio
- 4.25. Permitir diferentes configurações de férias e de licença-prêmio por cargo.
- 4.26. Permitir informar os dados referentes a períodos aquisitivos anteriores a data de admissão do servidor, tais como, período de gozo, cancelamentos e suspensões.
- 4.27. Permitir cadastro de tempo de serviço anterior e de licença prêmio não gozada com possibilidade de averbação do tempo de serviço para cálculo de adicionais, licença-prêmio e/ou aposentadoria, possibilitando informação de fator de conversão do tempo.
- 4.28. Permitir informar os tipos de aposentadoria por tempo de serviço, idade, invalidez, compulsória, Especial.
- 4.29. Permitir parametrização dos tempos mínimos necessários para o cálculo da aposentadoria em cada tipo de aposentadoria.
- 4.30. Permitir emissão da ficha cadastral com foto do servidor.
- 4.31. Permitir controle da escolaridade do servidor, incluindo ensino superior, cursos, treinamentos e experiências anteriores.
- 4.32. Permitir registro de elogios, advertências e punições.
- 4.33. Permitir informar os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira registrando automaticamente a respectiva movimentação de pessoal.
- 4.34. Permitir controle das funções dos servidores com possibilidade de geração automática da gratificação por exercício da função.
- 4.35. Possuir relatório configurado da ficha funcional do servidor, selecionando-se as seguintes informações:
  1. Ficha cadastral.
  2. Acidentes de trabalho.
  3. Adicionais.
  4. Afastamentos.
  5. Aposentadorias e pensões.
  6. Atestados.
  7. Atos.
  8. Avaliações.
  9. Beneficiários de pensão do servidor.
  10. Dependentes.
  11. Diárias.
  12. Empréstimos.
  13. Faltas.
  14. Substituições a outros servidores.
  15. Contratos de vínculos temporários com a entidade.
  16. Funções.
  17. Licenças-prêmio.
  18. Locais de trabalho.
  19. Ocorrências (atos de elogio, advertência ou suspensão).
  20. Períodos aquisitivos.
  21. Transferências.
  22. Utilização de vales-transportes.
  23. Cursos.
  24. Compensação de horas.
- 4.36. Possuir controle de empréstimos concedidos a servidores com desconto automático das parcelas na folha mensal e no saldo remanescente da rescisão.
- 4.37. Controlar transferência de servidor identificando o tipo (cedido/recebido) e se foi realizada com ou sem ônus para a entidade.
- 4.38. Possuir relatórios agrupados por tipo de afastamento.
- 4.39. Gerar cadastro automático para avaliações de estágio probatório conforme configuração de fatores de avaliação, afastamento e faltas.
- 4.40. Permitir importação dos candidatos aprovados em concurso público desta Câmara.

## 5. SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO.

- 5.1. Permitir ao Administrador configurar das permissões de acesso à menus e permissões referente à inserção, alteração e exclusão diferenciada para grupos de usuários ou usuário individual.
- 5.2. Permitir limitar o acesso de usuários às informações de funcionários de determinados grupos funcionais, organogramas e/ou vínculos

empregatícios.

5.3. Flexibilizar as configurações da folha de acordo com a necessidade e método utilizado pelo órgão público.

5.4. Permitir que se faça o cadastramento das contas bancárias da pessoa. No caso de pessoas físicas, essas contas poderão ser utilizadas no Cadastro de Funcionários para o depósito de salário.

5.5. Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas.

5.6. Possuir cadastro de bases vindas de outras entidades, possibilitando calcular o INSS e o IRRF do funcionário, já incluindo os valores que o funcionário percebe em outras empresas.

5.7. Permitir registro de casos de moléstias graves por meio do CID à pessoa, com data inicial e data final quando for o caso. Estas informações servem de base para isenção do I.R.R.F por moléstia grave.

5.8. Ter controle dos dependentes com datas de vencimento do salário-família, da relação de dependência para o IRRF.

5.9. Permitir mais de um vínculo empregatício para a pessoa e configurar estes contratos possibilitando informar um vínculo principal com data de admissão anterior ou posterior ao vínculo secundário.

5.10. Controlar a lotação e localização física dos servidores.

5.11. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à admissão do funcionário, através da informação do ato.

5.12. Permitir indicação para cada funcionário substituto, quem este está substituindo.

5.13. Ter cadastro de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e possibilitar, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria nº 41, de 28 de março de 2007.

5.14. Permitir cadastro de Tipos de Documentos de Funcionários, informando o tipo dos documentos que irão ser gerados na admissão do funcionário. - Cadastro de Documentos de Funcionários, neste cadastro deve-se informar, os documentos solicitados para admissão do funcionário.

5.15. Permitir que o usuário controle até quatro tipos de previdência para um mesmo servidor automaticamente, sem a necessidade de manutenção todo mês;

5.16. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a prorrogação de contrato de servidores com contratos de prazo determinado, através da informação do ato.

5.17. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o funcionário, conforme a sua necessidade.

5.18. Permitir controle dos planos previdenciários ou assistenciais a que cada servidor esteve ou está vinculado, por período, podendo registrar o número da matrícula do servidor no plano.

5.19. Controlar informações referentes aos estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.

5.20. Possuir cadastro de autônomos que prestam serviços à entidade, permitindo registrar a data e o valor de cada serviço prestado.

5.21. Possibilitar cálculo diferenciado para transportadores autônomos e sua informação para SEFIP, inclusive com percentual diferenciado.

5.22. Ter o controle dos períodos aquisitivos de férias, controle dos lançamentos e suspensões por funcionário.

5.23. Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação à quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias.

5.24. Permitir programação do gozo e pagamento das férias antecipadamente.

5.25. Permitir criação de períodos aquisitivos configuráveis em relação ao período aquisitivo, período de gozo e cancelamentos ou suspensões dos períodos.

5.26. Permitir registrar os vínculos previdenciários dos funcionários, planos, matrículas e período de permanência. Entende-se por vínculo previdenciário: o plano previdencial ou assistencial ao qual o funcionário esta vinculado.

5.27. Possuir cadastro de processos judiciais que permita que sejam cadastrados os processos judiciais e as reclamações trabalhistas dos funcionários para posterior geração do arquivo SEFIP com código de recolhimento 650.

5.28. Permitir realizar validações que não permitam inserir na mesma configuração de férias, dois tipos de suspensão de férias que utilizem o mesmo tipo de afastamento.

5.29. Permitir cálculo dos dias úteis e afastamentos dos funcionários com 30 dias.

5.30. Garantir que as alterações realizadas irão acompanhar os cálculos de provisão.

5.31. Ter cadastro de classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos integrados com RH.

5.32. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para a classificação institucional, conforme a sua necessidade.

5.33. Registrar dados dos locais de trabalho, onde efetivamente os funcionários desempenham suas atividades laborais.

5.34. Registrar tipos de administração. Entende-se por tipo de administração as várias formas de gerenciamento das entidades.

5.35. Permite configurar do modo a cadastrar, consultar, alterar e excluir sindicatos que representam as diferentes classes de funcionários existentes na entidade.

5.36. Permitir registro dos possíveis tipos de cargos utilizados.

5.37. Ter o Cadastro de Cargos integrado com o RH.

5.38. Permitir diferentes configurações de férias por cargo

5.39. Permitir configurar se os funcionários alocados nos cargos terão direito a 13º salário.

5.40. Permitir o controle de vagas do cargo, por secretaria e relacionar com os níveis salariais e atribuições do cargo.

5.41. Permitir informar o nível de escolaridade mínimo exigido para o cargo, informando ao usuário se for cadastrar algum servidor que não tenha o nível mínimo exigido.

5.42. Permitir controle de níveis salariais do cargo, como as variações de classes e referências, formando um plano de carreira do servidor com a finalidade de nivelar os salários de certos grupos funcionais.

5.43. Permitir para os níveis salariais no campo "Máscara da Classe" e para o campo "Máscara referência" setar várias configurações de máscaras.

5.44. Cadastrar níveis salariais, permitindo definir a ordem de progressão das classes e referências, informar uma classe ou referencia com tamanho menor que a máscara definida no plano salarial.

5.45. Permitir "controlar vagas do cargo por concurso" via parâmetro. Quando marcado aceita que o sistema controle o numero de vagas do cargo, no concurso pelo qual o funcionário foi nomeado. Quando desmarcado, o controle será feito exclusivamente pela quantidade de vaga do cargo.

5.46. Possuir processo de progressão salarial automatizado.

- 5.47. Manter as respectivas informações de progressão salariais registradas no histórico salarial do servidor, com os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira.
- 5.48. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o cargo, conforme a sua necessidade.
- 5.49. Permitir configuração de movimentações de pessoal, conforme a solicitação do Tribunal de Contas.
- 5.50. Registrar todas as movimentações de pessoal do servidor, tais como: alterações salariais, alterações de cargo, admissão, rescisão, aposentadoria, afastamentos.
- 5.51. Registrar históricos dos processos de requerimentos de aposentadorias e pensões.
- 5.52. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente ao requerimento de aposentadorias e pensões, através da informação do ato.
- 5.53. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente concessão de benefícios de pensão, através da informação do ato.
- 5.54. Ter controle de pensionistas permitindo indicar se a pensão é por morte ou judicial, e neste caso, possibilita o encerramento da pensão.
- 5.55. Calcular automaticamente os valores referentes às pensões, cancelando automaticamente este cálculo ao ser informada a data de encerramento da pensão.
- 5.56. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o Pensionista, conforme a sua necessidade.
- 5.57. Calcular reajuste de valores dos eventos de pensão e aposentadoria informados no Cadastro de Processos de Pensões e Aposentadorias.
- 5.58. Permitir controle da concessão e desconto de vales-transportes e mercado.
- 5.59. Permitir configurar operadoras e planos de assistência médica que a entidade possui para planos coletivos empresariais, controlar as despesas de mensalidades quanto despesas extraordinárias, estes recursos também serve de base para a DIRF.
- 5.60. Permitir integrar os valores de folhas de pagamento com as contas, elementos, despesas e recursos de sistema, de contabilidade pública.
- 5.61. Permitir copiar despesas do ano do registro que estiver selecionado no Cadastro de despesas do para o ano que você desejar para que seja exportado para o sistema contábil.
- 5.62. Permitir especificar as classificações das origens dos recursos financeiros, sendo que cada instituição terá que implementar seus programas de trabalhos.
- 5.63. Permitir configuração das tabelas mensais de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas e ainda nomear essas tabelas de acordo com sua necessidade (INSS, IRRF, salário família, piso salarial, entre outras).
- 5.64. Permitir configuração de quais proventos e descontos devem ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.) e adicionar as restrições para o cálculo.
- 5.65. Permitir configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com o estatuto dos servidores municipais.
- 5.66. Permitir cadastro das informações "PNE" e "Consid invalidez parcial" no "Cadastro de Tipos de Salário-Família", onde deverão ser informadas as regras para portadores de necessidades especiais conforme o tipo de salário-família.
- 5.67. Permitir configuração dos tipos de bases de cálculo utilizados;
- 5.68. Possibilitar configuração das formas de alteração salarial de modo que seja possível efetua-las em conformidade com o estatuto do órgão;
- 5.69. Permitir inclusão e configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, assim como respectivos códigos a serem gerados para RAIS, CAGED, SEFIP e saque do FGTS.
- 5.70. Permitir a configuração dos proventos para cálculos de férias, rescisão, 13º salário, abono pecuniário e aviso prévio referentes às médias e vantagens percebidas pelos servidores.
- 5.71. Possibilitar a configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja cancelado.
- 5.72. Possibilitar a configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja postergado.
- 5.73. Permitir configuração de Férias, informando para cada configuração quantidade de meses necessários para aquisição, quantidade de dias de direito a férias a cada vencimento de período aquisitivo, quantidade de dias que podem ser abonados, configuração de descontos de faltas, ou seja, informar para cada configuração de férias as faixas para descontos de faltas em relação aos dias de direito do período aquisitivo.
- 5.74. Permitir cadastro das informações configuradas para os proventos e descontos a serem utilizados na geração do "Arquivo Homolognet e TRCT – Portaria 1621/2010".
- 5.75. Permitir deixar gravado a seleção/filtragem de relatórios rotineiros.
- 5.76. Permitir configurar a máscara a ser utilizada na classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos.
- 5.77. Configurar vínculos empregatícios que representam a ligação dos funcionários com a entidade.
- 5.78. Configurar tipos de situações de afastamento do funcionário para base de cálculo, processos do sistema (férias, licenças, adicionais, etc.), tempo de serviço para aposentadoria.
- 5.79. Possuir rotina para processamento de cálculo mensal e adiantamento.
- 5.80. Possuir rotina para processamento de cálculo complementar.
- 5.81. Possuir rotina para processamento de 13º salário adiantado e integral.
- 5.82. Possuir rotina de cálculo automático de rescisão para funcionários com vínculo de prazo determinado, na competência em que expira o contrato.
- 5.83. Emitir cálculo no mês de Fevereiro proporcional a 28/29 dias, caso o mês de admissão ou demissão seja Fevereiro.
- 5.84. Possuir rotina para processamento de cálculos de férias individuais e férias coletivas.
- 5.85. Permitir desconto de faltas no pagamento das férias.
- 5.86. Permitir pagamento do 13º salário simultaneamente com as férias.
- 5.87. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às férias dos servidores, através da informação do ato.
- 5.88. Permitir que o pagamento de 1/3 de férias seja integral em cálculo de férias fracionadas. Serve para os cadastros de férias individual, coletiva e programada, onde se deve informar quando o sistema deve se comportar conforme essa situação. Os relatórios de férias foram alterados adicionados uma coluna onde será informado a forma de pagamento utilizado para o 1/3 de férias.
- 5.89. Permitir prever mensalmente o valor referente a férias e 13º Salário, correspondente ao avo que o funcionário tem direito. Os valores

de provisão também serão utilizados na integração com o sistema contábil.

5.90. Determinar data inicial em que passou a utilizar a provisão.

5.91. Provisionar e baixar da provisão de férias e 13º salário, aos cálculos realizados na respectiva competência de cálculo.

5.92. Permitir visualizar os eventos que faltam ser provisionados e classificados.

5.93. Possuir rotina para processamento de cálculos de rescisões individuais, coletivas e complementares.

5.94. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à demissão ou exoneração do funcionário, através da informação do ato.

5.95. Permitir reintegração ou reversão de rescisões ou aposentadorias de funcionários, sob a mesma matrícula.

5.96. Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento mensal, 13º salário integral, férias e rescisórias, para a competência atual ou para competência futura.

5.97. Não permitir emissão de guias e geração de arquivos para órgãos federais quando o cálculo é simulado.

5.98. Controlar afastamentos do funcionário.

5.99. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente aos afastamentos do funcionário, através da informação do ato.

5.100. Registrar todo o histórico de alterações no cadastro de funcionários.

5.101. Registrar as alterações cadastrais no histórico de beneficiários de pensões.

5.102. Registrar todo o histórico de alterações de Autônomos.

5.103. Registrar todo o histórico salarial do servidor.

5.104. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações salariais do servidor, através da informação do ato.

5.105. Calcular alterações salariais de modo coletivo ou para níveis salariais do plano de cargos.

5.106. Possibilitar adição de classes e referências através do histórico de cargos, salários, informações e níveis salariais.

5.107. Registrar todo o histórico de alterações de cargo do servidor.

5.108. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações de cargo do servidor, através da informação do ato.

5.109. Registrar todo o histórico de alterações salariais do cargo.

5.110. Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento para determinado funcionário.

5.111. Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento, podendo selecionar vários funcionários em um único lançamento.

5.112. Permitir fechar processamentos (Mensal, Adiantamento, Complementar, 13º Adiantamento, 13º Salário, Férias) de cada competência com data, oferecendo segurança para que o usuário não altere calculo de folha com processo fechado.

5.113. Bloquear qualquer tentativa de alteração no histórico de funcionário quando o processamento da folha estiver com data informada.

5.114. Permitir inserir uma data de liberação que irá determinar a visualização dos recibos de pagamento de salários aos funcionários, beneficiários, aposentados e pensionistas, ao sistema servidor público.

5.115. Permitir consultar e se necessário alterar a data de pagamento de funcionário ou grupo de funcionários que já tenham sido calculados na folha.

5.116. Permitir que o cálculo mensal dos funcionários sejam agrupados em lotes diferentes e possibilita fechar o processamento dos lotes em grupo.

5.117. Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento do funcionário para serem calculados, podem ser lançados em uma competência ou em várias parcelas do período.

5.118. Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento de vários funcionários em um único lançamento, selecionando os funcionários. Pode ser lançado o evento para uma ou mais competências.

5.119. Permitir selecionar os funcionários que utilizam vale transporte, selecionando pela empresa ou linha utilizada. Permite gerar por competência os números de dias que o funcionário utiliza o vale transporte.

5.120. Permitir importação do arquivo do SISOBÍ (Sistema de Controle de Óbitos). Serve para atender ao convênio firmado entre o Ministério da Previdência Social e os governos estaduais e municipais identificarem as pessoas falecidas para cessar o pagamento de aposentados e pensionistas.

5.121. Permitir configuração de cabeçalho e rodapé para quaisquer relatórios emitidos pelo sistema, permitindo inclusive a inserção de comentários.

5.122. Permite salvamento de qualquer relatório emitido no formato "xls" (excel), mantendo a mesma formatação visualizada no sistema.

5.123. Emitir relatórios da folha de pagamento, de acordo com a necessidade, extratos mensais, líquidos, movimento, férias, rescisões, média e vantagens, etc.

5.124. O relatório resumo mensal apresenta a geração dos dados das verbas gerais mensais, e além disto, com modelo normal – encargos apresenta o total dos valores dos encargos no final do relatório nas quebras.

5.125. Emitir relatórios de forma resumidos, de acordo com a necessidade.

5.126. Emitir relatório de Integração Contábil para cálculos simulados. Os modelos deste relatório irão mostrar uma mensagem no cabeçalho identificando quando o relatório possui informações oriundas de cálculos simulados.

5.127. Emitirem relatórios o resumo da integração com o sistema de contabilidade, possibilitando assim a conferencia dos valores de empenho da folha de pagamento e seus respectivos encargos patronais.

5.128. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes ao INSS e FGTS, discriminando as possíveis deduções.

5.129. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes à previdência municipal por competência ou acumulado anualmente

5.130. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor, referente ao IRRF.

5.131. Gerar mensalmente a guia do INSS com o valor para o Instituto Nacional do Seguro Social. Permitir escolher o modelo e quebra para a geração da guia

5.132. Permitir emissão de guias para pagamento de IRRF, GRFC e previdência municipal.

5.133. Gerar em arquivo as informações referentes à GRRF.

5.134. Gerar GFIP em arquivo, permitindo inclusive a geração de arquivos retificadores (RDE, RDT, RRD).

5.135. Possuir vários modelos de Demonstrativo de Folha de Pagamento para impressão.

5.136. Emitir relatório de Aviso e Recibo de férias, também permitir escolher o modelo do recibo e a seleção.

- 5.137. Emitir relatório referente Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.
- 5.138. Emitir TRCT (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho) conforme portaria 1621/2010 atualizada pela portaria 1057/2012 . A emissão deste termo passou a ser obrigatória a partir de 2011 para rescisões de funcionários regidos pela CLT.
- 5.139. Emitir relatórios cadastrais em geral.
- 5.140. Emitir relatórios cadastrais de: Grupos Funcionais; Organogramas; Locais de trabalho; Tipos de Administração – Sindicatos; Tipos de Cargos; Cargos; Planos Salariais; Níveis Salariais; Horários; Feriados; Aposentadorias e Pensões; Beneficiários; Pensionistas; Dados Adicionais.
- 5.141. Emitir relatórios cadastrais de: Tipos de Movimentação de Pessoal; Fontes de Divulgação; Atos; Movimentação de Pessoal; Naturezas dos Textos Jurídicos.
- 5.142. Emitir relatórios referentes aos planos de assistência médica de: Operadoras de planos de saúde; Despesas com planos de saúde; Despesas com planos de saúde com reflexo no cálculo.
- 5.143. Emitir relatórios cadastrais referentes Administração de Vales: Linhas de Ônibus; Faixas; Vales-transportes; Vales-Mercado
- 5.144. Emitir relatórios cadastrais referente Integração Contábil: Condições para Eventos; Elementos de Despesa; Despesas; Despesas por Organograma; Complementos das Despesas.
- 5.145. Emitir relatórios cadastrais de: Cálculo – Tabelas; Eventos; Cálculo - Tipos de Bases; Eventos a Calcular; Eventos a Calcular de Rescisão; Médias e Vantagens; Cancelamentos de férias; Suspensões de Férias; Configurações de Férias; Formas de Alteração Salarial; Bancos; Agências Bancárias; Homolognet.
- 5.146. Emitir relatórios cadastrais referentes a parametrizações: Vínculos Empregatícios; Tipos de Afastamentos; Tipos de Salário-Família; Organograma; Naturezas dos tipos das Diárias; Tipos de Diárias; Previdência Federal; Outras Previdências/Assistência; Planos de Previdência; Motivos de Alterações de Cargos; Motivos de Alterações Salariais; Motivos de Rescisões; Motivos de Aposentadorias; Responsáveis.
- 5.147. Emitir relatório de programação de férias dos funcionários, exibindo todos os períodos de aquisição de férias, períodos de gozo, dias de abono e forma de pagamento.
- 5.148. Emitir relatório com o nome "Efetivo em cargo comissionado", no qual serão emitidos todos os funcionários que estão atualmente em cargo comissionado, e possuem cargo efetivo em aberto, seja, sem data de saída em Cadastro de Histórico de Cargos.
- 5.149. Gerar em arquivo magnético a relação de todos os servidores admitidos e demitidos no mês (CAGED).
- 5.150. Emitir relatórios relacionados à parte salarial dos servidores do tipo alterações salariais, Médias salariais, progressões salariais, inconsistências de cálculo.
- 5.151. Emitir relação dos salários de contribuição e discriminação destes. Possibilitar a emissão para previdência federal, estadual e/ ou municipal. Permitir a emissão de formulário para preenchimento, caso não haja informações de todas as competências necessárias.
- 5.152. Emitir relatório de atestado de tempo de serviço para o servidor público apresentando os cargos e o período que exerceu a função.
- 5.153. Emitir o relatório de datas de vencimentos. A data em que se extingue o prazo do exame médico periódico, do contrato de trabalho e da carteira de motorista do funcionário.
- 5.154. Emitir um relatório demonstrativo das variáveis lançadas manualmente para qual período foi feito o lançamento. Ainda são oferecidas opções de ordenação e seleção das informações. Emitir relatórios com informações de processamentos já calculados.
- 5.155. Possuir relatórios de provisões de 13º salário, médias e vantagens, férias; que permitam ao usuário ter uma previsão do valor e também da proporcionalidade por direito obtida pelos servidores ativos até o presente momento.
- 5.156. Verificar na integração contábil o que está sendo provisionado. Relatório de visualização da provisão, quando 13º salário e Férias.
- 5.157. Emitir comparativo de situações dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.
- 5.158. Emitir comparativo de valores referentes a proventos e descontos dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.
- 5.159. Emitir comparativo de líquidos entre duas ou mais competências, inclusive com anos diferentes.
- 5.160. Permitir configuração dos proventos e descontos que devem compor os valores de cada um dos campos do comprovante de rendimentos.
- 5.161. Emitir informações dos relatórios anuais necessários, como comprovante de rendimentos e ficha financeira.
- 5.162. Gerar arquivos da RAIS e da DIRF, assim como o informe do comprovante de rendimentos.
- 5.163. Permitir visualização das bases de previdência federal, de previdência estadual e municipal, além de fundos de assistência.
- 5.164. Possuir gerador de relatórios e de arquivos que permita aos usuários criar novos relatórios ou layouts de arquivos ou ainda alterar os relatórios e layouts já existentes.
- 5.165. Gerar informações da folha de pagamento em arquivo para crédito em conta no banco de interesse da entidade.
- 5.166. Gerar para entidades que possuem contrato para emissão de holerite eletrônico pela Caixa Econômica Federal o arquivo para envio das informações pertinentes ao holerite do funcionário.
- 5.167. Permitir consulta prévia das médias e vantagens que cada servidor tem direito a receber em férias, 13º salário ou rescisão de contrato.
- 5.168. Permitir na consulta de calculo por meio do botão [empréstimos, consultar individualmente cada parcela paga relacionada a cada empréstimo cadastrado no cadastro de empréstimo do modo RH]. Consultar os cálculos efetuados no sistema de acordo com a competência informada e o processamento dela para cada funcionários.
- 5.169. Possibilitar a consulta dos proventos e descontos percebidos pelo servidor, em um período determinado pelo usuário. Permitir consultar apenas os proventos que fazem partes do comprovante de rendimentos.
- 5.170. Consultar do modo centralizado todo o histórico funcional de todos os contratos do servidor, detalhando as seguintes características: Períodos aquisitivos, períodos de gozo de férias; Situações do funcionário, tais como: afastamentos, atestados, faltas, férias e períodos trabalhados.
- 5.171. Permitir alteração de proventos ou descontos modo fixo, possibilitando as seguintes tarefas: Alteração do período; Adição de valor ao valor originalmente lançado; Substituição do valor originalmente lançado por um novo valor;Aplicação de um percentual sobre o valor originalmente lançado.
- 5.172. Permitir reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.
- 5.173. Permitir readmissão em massa através de "Copiar Funcionários Demitidos". Esta funcionalidade será possível cadastrar funcionários idênticos aos funcionários já demitidos, sem a necessidade de redigitar todos os dados.
- 5.174. Permitir copiar funcionários demitidos para realizar a readmissão individual, ou em lote.
- 5.175. Possibilitar cadastro de movimentos anteriores à implantação do sistema para que o usuário possa gerar os relatórios anuais.

- 5.176. Permitir a integração com o sistema de contabilidade para a geração automática dos empenhos da folha de pagamento e respectivos encargos patronais.
- 5.177. Possibilitar rateio de valores das parcelas pagas do parcelamento do FGTS para os servidores contratados à época, conforme instruções da CAIXA.
- 5.178. Permitir realização de cálculos de datas e de horas.
- 5.179. Possibilitar classificação "SISPREV WEB 1.0".
- 5.180. Permitir unificação de pessoas e de cadastros.
- 5.181. Permitir consulta rápida nos cadastros. Ex. identificar os funcionários que estejam demitidos de forma que sejam demonstrados destacados em cinza. Além das consultas padrões, já existentes no sistema, poderão ser criados vários modelos de consulta de acordo com a necessidade do usuário.
- 5.182. Possuir conceder ajuda, suporte e fazer pesquisas referentes ao sistema e suas funcionalidades. Existe sumário e índice para facilitar a pesquisa do usuário.
- 5.183. Permitir consultas rápidas dos códigos ou nomes dos registros, dispensando memorização e procura.
- 5.184. Permitir "cadastrar ou abrir os cadastros de determinados cadastros da aplicação, agilizando o processo do sistema"
- 5.185. Permitir "emitir alguns relatórios" dos sistemas. Ex: no cadastro do funcionário "F4" apresentar a tela para emitir relatório do funcionário.
- 5.186. Permitir consultas sobre as situações ocorridas com o funcionário desde sua admissão, considerando os dias de licenças, atestados e faltas.
- 5.187. Permitir consultas dos cálculos efetuados no sistema de acordo com a competência informada e o processamento para cada funcionário.
- 5.188. Permitir consulta dos contratos, períodos e situações que a pessoa se encontra nos registros informados.
- 5.189. Permitir calcular datas possibilitando fazer conversões de datas, dias, meses e anos para lhe auxiliar a obter informações de forma prática e rápida.
- 5.190. Possibilitar realizar cálculos digitando nos botões da calculadora ou usando o teclado. Com opção padrão ou científica.

## 6. SISTEMA DE CONTRACHEQUE ON-LINE

- 6.1. O sistema de Contracheque on-line deverá ser desenvolvido em linguagem própria para ambiente Web, com operação via mouse e interface gráfica.
- 6.2. Permitir a gestão descentralizada dos dados pessoais dos servidores públicos, via WEB.
- 6.3. Possibilitar o acesso de qualquer local com acesso à Internet, através dos seguintes navegadores Google Chrome 30 ou superior, Mozilla Firefox 25 ou superior, Microsoft Internet Explorer 9 a 11, Safari 6 ou superior.
- 6.4. Possuir recursos de autosserviço que possibilitam descentralizar funções e fornecer informações para seus servidores e chefias.
- 6.5. Possuir recursos de pesquisa avançada por critérios e por campos.
- 6.6. Possibilitar aos servidores públicos solicitar alterações cadastrais e efetuar uploads de documentos comprobatórios.
- 6.7. Possibilitar aos servidores públicos acompanhamento do status das solicitações efetuadas.
- 6.8. Possibilitar aos servidores públicos solicitar treinamentos, cursos de aperfeiçoamento, graduações, palestras, seminários, workshops, e efetuar uploads de documentos comprobatórios.
- 6.9. Possibilitar aos servidores públicos solicitar 13º salário, férias, licença prêmio, licença sem vencimento, licença maternidade, licença casamento, folgas, benefícios, adiantamentos salariais e de férias e efetuar uploads de documentos comprobatórios.
- 6.10. Possibilitar aos servidores públicos solicitar benefícios de plano de saúde, plano odontológico, vale-transporte, vale-alimentação e refeição, seguro de vida, folgas.
- 6.11. A solicitação de seguro de vida deve conter no mínimo as opções servidor público e dependentes.
- 6.12. A solicitação de folgas deve conter no mínimo as opções banco de horas, desconto em folha e compensação de horas extras.
- 6.13. Possibilitar aos servidores públicos consultar e imprimir seus recibos de pagamento.
- 6.14. Possibilitar aos servidores públicos consultar e emitir relatório de rendimento e retenção de IRRF.
- 6.15. Possibilitar aos servidores públicos consultar e emitir relatório do histórico financeiro contendo no mínimo proventos, reajustes, descontos.
- 6.16. Permitir ao Administrador do sistema controlar os acessos dos demais usuários nas respectivas funcionalidades considerando o perfil e nível de cada usuário para o acesso a estas funcionalidades.
- 6.17. Permitir ao Administrador do sistema consultar todas as informações cadastrais e contratuais dos servidores públicos.

## 7. SISTEMA PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

- 7.1. O sistema Portal da Transparência deverá permitir a integração de dados de forma automática ou ainda ou através de arquivos de intercâmbio de informações com os sistemas de Contabilidade Pública, Compras e Licitações, Patrimônio Público, Folha de Pagamento, Recursos Humanos,
- 7.2. Deverá conter funcionalidade para aumento da granularidade das informações exibidas, contendo a opção de efetuar consulta de todas as unidades de forma consolidada.
- 7.3. Deverá conter filtros para seleção da entidade pública municipal que disponibiliza a informação, contendo a opção de efetuar consulta de todas as unidades de forma consolidada.
- 7.4. Cadastro de IP para upload, para impedir o envio de informações fora do IP cadastrado.
- 7.5. Cadastro para exibição das consultas. Permite que o cliente configure qual consulta deseja exibir por entidade que ele tem acesso.
- 7.6. Relacionar documentos com o processo de licitação
- 7.7. Cadastro de usuários administradores com acesso na área administrativa da aplicação on-line.
- 7.8. Atualiza as informações automaticamente, com a utilização de agendas configuradas na periodicidade requisitada pelo usuário, bem como permitir alimentação manual de dados complementares.
- 7.9. Permitir personalizar o nível de detalhamento das consultas apresentadas.
- 7.10. Permitir consulta de Receitas, Despesas, Frotas, Licitações e quadro de pessoal.

- 7.11. Permitir download em PDF do Cronograma de ações da Portaria STN Nº 828/2011.
- 7.12. Permitir download de anexos em PDF (Receita e Despesa por categoria de econômicos, Despesa por programa de trabalho, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Variações Patrimoniais).
- 7.13. Possuir cadastro de usuários administradores com acesso na área administrativa do aplicativo.
- 7.14. Deverá conter filtros para seleção da entidade pública municipal que disponibiliza a informação, contendo a opção de efetuar consulta de todas as unidades de forma consolidada.
- 7.15. Permitir ativar modo de alto contraste para facilitar acesso a deficientes visuais.
- 7.16. Permitir a exibição das remunerações salariais dos servidores.
- 7.17. Permitir a entidade escolher se deseja exibir ou omitir as informações salariais.
- 7.18. Permitir que o cidadão possa efetuar questionamentos através de um canal direto com a entidade, e ainda que o responsável pelo setor possa fornecer as respostas aos questionamentos.
- 7.19. Permitir que a entidade disponibilize relatórios conforme a sua necessidade..
- 7.20. Permitir a parametrização do cabeçalho e Rodapé por Município.
- 7.21. A aplicação on-line deverá exibir as propostas da licitação.
- 7.22. Na consulta de Links é possível definir se será possível visualizar as informações de uma entidade específica ou de todas as entidades vinculadas a um determinado município.
- 7.23. A aplicação on-line deverá permitir identificar os servidores efetivos que ocupam um cargo comissionado através de um filtro parametrizável.
- 7.24. Permitir exportar em formato CSV as informações do Portal da Transparência, utilizando filtros disponibilizados para cada série de dados.
- 7.25. A aplicação on-line deve rodar em protocolo de comunicação seguro, denominado de HTTPS.

Navegantes, 26 de outubro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL NAVEGANTES  
Samuel Viane Paganelli - Presidente  
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.  
Daniela Ramos Silva  
CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.  
Ernesto Muniz de Souza Jr.  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:  
CPF n.º

Nome:  
CPF n.º

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 113/2017

Publicação Nº 1429457

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 113/2017
Edital: Pregão Nº.: 35/2017
Tipo: Menor preço / Unitário por Item
Objeto: Contratação de empresa para executar serviços de recapagem de pneus de máquinas da secretaria de agricultura.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 28 de novembro de 2017.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 28 de novembro de 2017.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 16 de novembro de 2017
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), provenientes da anulação de dotação do Município de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
Unidade Orçamentária: 01 Sec. Municipal de Administração e Fazenda

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração e Fazenda

Programa: 0003 ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Projeto/Atividade: 2.005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMIN. E FAZENDA

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso R\$ 20.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS.

Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 277/2017

Publicação Nº 1428428

DECRETO Nº. 277/2017 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1101/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba, no exercício 2017, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no Projeto Atividade 2.005 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda na modalidade 4.4.90 - Aplicação Direta, na Fonte 0.1.00 – Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
Unidade Orçamentária: 01 Sec. Municipal de Administração e Fazenda

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração e Fazenda

Programa: 0003 ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Projeto/Atividade: 2.005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMIN. E FAZENDA

### DECRETO Nº 278/2017

Publicação Nº 1428429

DECRETO Nº. 278/2017 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1101/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba, no exercício 2017, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), no Projeto Atividade 2.005 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda, na modalidade 3.1.90 - Aplicação Direta, na Fonte 0.1.00 – Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
Unidade Orçamentária: 01 Sec. Municipal de Administração e

Fazenda  
Função: 04 Administração  
Sub-Função: 122 Administração e Fazenda  
Programa: 0003 ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
Projeto/Atividade: 2.005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMIN. E FAZENDA  
Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta  
Fonte: 03.00 – Superávit Recursos Ordinários  
Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1101/2016 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2016, no valor de R\$ 80.000,00 (Setenta mil reais).

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS.  
Assessor Jurídico

(Cinquenta e três mil reais), provenientes da anulação de dotação do Município de Nova Itaberaba, conforme descrição a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.  
Unidade Orçamentária:01 Departamento de Educação  
Função: 12 Educação  
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental  
Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
Projeto/Atividade: 2.008 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta  
Fonte: 0.1.01 - Rec. Imp. / Transf. Imp. Educação  
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 53.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS.  
Assessor Jurídico

## DECRETO Nº 279/2017

Publicação Nº 1429454

DECRETO Nº. 279/2017 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1101/2016, de 22 de novembro de 2016.  
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba, no exercício 2017, no valor de R\$ 53.000,00 (Cinquenta e três mil reais), Projeto Atividade 2.008-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL, na modalidade de aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta – na Fonte 0.1.01 – Rec. Imp. / Transf. Imp. Educação, conforme programação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.  
Unidade Orçamentária:01 Departamento de Educação  
Função: 12 Educação  
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental  
Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
Projeto/Atividade: 2.008 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta  
Fonte: 0.1.01 - Rec. Imp. / Transf. Imp. Educação  
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 53.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 53.000,00

## Publicação Nº 1428414

Município de Nova Itaberaba-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balço Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Página: 2 de 4  
10/11/2017 09:04

Município de Nova Itaberaba-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.800.000,00	1.800.000,00	4.444,44	0,25	543.484,45	30,19	1.256.515,55
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.800.000,00	1.800.000,00	4.444,44	0,25	543.484,45	30,19	1.256.515,55
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	672,89	-	3.886,65	-	-3.886,65
RECEITA DA D.A. - PROVENIENTE DE AMORZ DE EMPR. E FINAN	-	-	672,89	-	3.886,65	-	-3.886,65
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(II+I)</b>	<b>20.075.000,00</b>	<b>20.075.000,00</b>	<b>2.795.093,71</b>	<b>13,92</b>	<b>14.585.078,65</b>	<b>72,65</b>	<b>5.489.921,35</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO (IV)</b>							
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)</b>	<b>20.075.000,00</b>	<b>20.075.000,00</b>	<b>2.795.093,71</b>	<b>13,92</b>	<b>14.585.078,65</b>	<b>72,65</b>	<b>5.489.921,35</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>							
<b>TOTAL (VII)=(V+VI)</b>	<b>20.075.000,00</b>	<b>20.075.000,00</b>	<b>2.795.093,71</b>	<b>13,92</b>	<b>14.585.078,65</b>	<b>72,65</b>	<b>5.489.921,35</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	1.773.140,82	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	1.773.140,82	-	-

Página: 3 de 4  
10/11/2017 09:04

Município de Nova Itaberaba-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(viii)</b>	<b>20.075.000,00</b>	<b>22.179.633,18</b>	<b>2.305.736,77</b>	<b>14.962.969,82</b>	<b>7.216.663,36</b>	<b>2.754.967,15</b>	<b>13.394.445,67</b>	<b>8.785.187,51</b>	<b>12.939.653,95</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>16.481.148,71</b>	<b>18.429.671,68</b>	<b>2.245.974,62</b>	<b>14.166.752,29</b>	<b>4.262.919,39</b>	<b>2.649.590,00</b>	<b>12.909.905,51</b>	<b>5.519.766,17</b>	<b>12.467.585,79</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.287.563,00	8.600.144,79	1.305.974,68	6.669.915,75	1.930.229,04	1.306.808,00	6.669.082,43	1.931.062,36	6.556.644,58
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	95.000,00	95.000,00	298,11	2.046,08	92.953,92	298,11	2.046,08	92.953,92	2.046,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.098.585,71	9.734.526,89	939.701,83	7.494.790,46	2.239.736,43	1.342.483,89	6.238.777,00	3.495.749,89	5.908.895,13
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.588.851,29</b>	<b>3.744.961,50</b>	<b>59.762,15</b>	<b>796.217,53</b>	<b>2.948.743,97</b>	<b>105.377,15</b>	<b>484.540,16</b>	<b>3.260.421,34</b>	<b>472.068,16</b>
INVESTIMENTOS	3.447.788,13	3.603.898,34	55.678,90	775.822,61	2.828.075,73	101.293,90	464.145,24	3.139.753,10	451.673,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	141.063,16	141.063,16	4.083,25	20.394,92	120.668,24	4.083,25	20.394,92	120.668,24	20.394,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	-	-	5.000,00	-	-	5.000,00	-
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(ix)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS(x)=(viii+ix)</b>	<b>20.075.000,00</b>	<b>22.179.633,18</b>	<b>2.305.736,77</b>	<b>14.962.969,82</b>	<b>7.216.663,36</b>	<b>2.754.967,15</b>	<b>13.394.445,67</b>	<b>8.785.187,51</b>	<b>12.939.653,95</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(x)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(xii)=(x-xii)</b>	<b>20.075.000,00</b>	<b>22.179.633,18</b>	<b>2.305.736,77</b>	<b>14.962.969,82</b>	<b>7.216.663,36</b>	<b>2.754.967,15</b>	<b>13.394.445,67</b>	<b>8.785.187,51</b>	<b>12.939.653,95</b>
<b>SUPERÁVIT(xiii)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.190.632,98</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL(xiv)=(xiii+xiii)</b>	<b>20.075.000,00</b>	<b>22.179.633,18</b>	<b>2.305.736,77</b>	<b>14.962.969,82</b>	<b>-</b>	<b>2.754.967,15</b>	<b>14.585.078,65</b>	<b>-</b>	<b>12.939.653,95</b>
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Nov/2017, 08h e 56m.

Página: 4 de 4  
10/11/2017 09:04

Município de Nova Itaberaba-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balço Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

MARCIANO MAURO PAGLIARINI	CLENICE MARIA TEDESCO DE ZORZE	CLEDSON OLIVEIRA DA COSTA
021.563.329-67	852.198.279-87	007.729.369-00
Prefeito Municipal	020845/O-0	028338/O-5
	Contadora	Controlador Interno

## ANEXO 11 - RECEITA ALIENAÇÃO DE ATIVOS - 5º BIM 2017

Publicação Nº 1428422

Página: 1 de 2  
10/11/2017 09:23

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro/2017

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		Em Reais	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c)=(a-b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	206.000,00	26,27	205.973,73
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	206.000,00	26,27	205.973,73

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	-	-	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2016 (i)	2017 (j) = (Ib - (If + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
VALOR (III)			26,27

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Nov/2017, 09h e 22m.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI 021.563.329-67 Prefeito Municipal	CLENICE MARIA TEDESCO DE ZORZE 852.198.279-87 020845/O-0	CLEDSON OLIVEIRA DA COSTA 007.729.369-00 028338/O-5
---	--	---

Página: 2 de 2  
10/11/2017 09:23

Controlador Interno

Contadora

**ANEXO 12 - RECEITAS E DESPESAS SAÚDE PÚBLICA - 5º BIM 2017**

Publicação Nº 1428424

Página: 1 de 3  
10/11/2017 09:24

Município de Nova Itaberaba-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	816.000,00	816.000,00	805.388,02	98,70
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	98.000,00	98.000,00	110.793,93	113,06
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	119.000,00	119.000,00	76.840,14	64,57
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	275.000,00	275.000,00	315.759,88	114,82
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	261.000,00	261.000,00	240.578,62	92,18
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	23.000,00	23.000,00	1.567,90	6,82
Dívida Ativa dos Impostos	24.000,00	24.000,00	48.043,75	200,18
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	16.000,00	16.000,00	11.803,80	73,77
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.415.000,00	14.415.000,00	11.485.455,96	79,68
Cota-Parte FPM	6.978.000,00	6.978.000,00	5.252.515,00	75,27
Cota-Parte ITR	4.000,00	4.000,00	6.262,72	156,57
Cota-Parte IPVA	397.000,00	397.000,00	318.143,82	80,14
Cota-Parte ICMS	6.909.000,00	6.909.000,00	5.806.162,64	84,04
Cota-Parte IPI-Exportação	101.000,00	101.000,00	81.553,28	80,75
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	26.000,00	26.000,00	20.818,50	80,07
Desoneração ICMS (LC 87/96)	26.000,00	26.000,00	20.818,50	80,07
Outras	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>15.231.000,00</b>	<b>15.231.000,00</b>	<b>12.290.843,98</b>	<b>80,70</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.585.000,00	2.585.000,00	2.008.472,34	77,70
Provenientes da União	971.000,00	971.000,00	643.692,95	66,29
Provenientes dos Estados	96.000,00	96.000,00	73.864,00	76,94
Provenientes de Outros Municípios	1.518.000,00	1.518.000,00	1.290.915,39	85,04
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>2.585.000,00</b>	<b>2.585.000,00</b>	<b>2.008.472,34</b>	<b>77,70</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	4.039.000,00	4.788.510,28	3.711.445,38	77,51	3.250.932,42	67,89
Pessoal e Encargos Sociais	1.970.000,00	2.051.268,96	1.596.483,45	77,83	1.595.650,13	77,79
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.069.000,00	2.737.241,32	2.114.961,93	77,27	1.655.282,29	60,47
DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00	80.000,00	14.208,72	17,76	14.208,72	17,76
Investimentos	80.000,00	80.000,00	14.208,72	17,76	14.208,72	17,76
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>4.119.000,00</b>	<b>4.868.510,28</b>	<b>3.725.654,10</b>	<b>76,53</b>	<b>3.265.141,14</b>	<b>67,07</b>

Município de Nova Itaberaba-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.134.000,00	1.683.510,28	1.118.004,59	30,01	869.343,65	26,62
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.134.000,00	1.683.510,28	1.118.004,59	30,01	869.343,65	26,62
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>1.134.000,00</b>	<b>1.683.510,28</b>	<b>1.118.004,59</b>	<b>30,01</b>	<b>869.343,65</b>	<b>26,62</b>

<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>2.985.000,00</b>	<b>3.185.000,00</b>	<b>2.607.649,51</b>	<b>69,99</b>	<b>2.395.797,49</b>	<b>73,38</b>
--	---------------------	---------------------	---------------------	--------------	---------------------	--------------

<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100)<sup>4</sup> - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%<sup>4</sup> e<sup>5</sup></b>	<b>19,49</b>
--	--------------

<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb) / 100]<sup>7</sup></b>	<b>552.170,89</b>
---	-------------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
<b>Total</b>	-	-	-	-	-

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
<b>Total (VIII)</b>	-	-	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	1.726.649,77	-	1.726.649,77
<b>Total (IX)</b>	<b>1.726.649,77</b>	<b>-</b>	<b>1.726.649,77</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	4.062.000,00	4.776.955,53	3.700.851,10	99,33	3.241.478,14	99,28
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	-	-	-	-	-	-
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	57.000,00	91.554,75	24.803,00	0,67	23.663,00	0,72
Vigilância Epidemiológica	-	-	-	-	-	-
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.119.000,00</b>	<b>4.868.510,28</b>	<b>3.725.654,10</b>	<b>100,00</b>	<b>3.265.141,14</b>	<b>100,00</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Nov/2017, 09h e 24m.

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012

Município de Nova Itaberaba-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

021.563.329-67

Prefeito Municipal

CLENICE MARIA TEDESCO DE ZORZE

852.198.279-87

020845/0-0

Contadora

CLEDSO OLIVEIRA DA COSTA

007.729.369-00

028338/0-5

Controlador Interno

**ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO - 5º BIM 2017**

Publicação Nº 1428425

Página: 1 de 2  
10/11/2017 09:27

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo XIV (LRF, Art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre
<b>RECEITAS</b>	
Previsão Inicial da Receita	20.075.000,00
Previsão Atualizada da Receita	20.075.000,00
Receitas Realizadas	14.585.078,65
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	1.773.140,82
<b>DESPESAS</b>	
Dotação Inicial	20.075.000,00
Créditos Adicionais	2.104.633,18
Dotação Atualizada	22.179.633,18
Despesas Empenhadas	14.962.969,82
Despesas Liquidadas	13.394.445,67
Despesas Pagas	12.939.653,95
Superávit Orçamentário	1.190.632,98

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	14.962.969,82
Despesas Liquidadas	13.394.445,67

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida	17.993.748,13

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o bimestre
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	0,00
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	-60.000,00	0,00	0,00
Resultado Primário	-884.936,84	980.611,29	-110,81

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo XIV (LRF, Art. 48)

Em Reais

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.460.187,57	25%	27,50
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental	1.188.086,35	60%	91,36

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.395.797,49	15%	19,49

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Nov/2017, 09h e 27m.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
021.563.329-67  
Prefeito Municipal

CLENICE MARIA TEDESCO DE ZORZE  
852.198.279-87  
020845/0-0  
Contadora

CLEDSON OLIVEIRA DA COSTA  
007.729.369-00  
028338/0-5  
Controlador Interno

## ANEXO 2 - DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO 5º BIM 2017

Publicação Nº 1428415

Página: 1 de 2  
10/11/2017 09:07

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/total b)			(d/Total d)	
<b>DESPESAS EXERCÍCIO INTRAORÇAMENTÁRIAS (I)</b>	<b>20.075.000,00</b>	<b>22.179.633,18</b>	<b>2.305.736,77</b>	<b>100,00</b>	<b>7.216.663,36</b>	<b>2.754.967,15</b>	<b>13.394.445,67</b>	<b>8.785.187,51</b>
Legislativa	910.000,00	910.000,00	137.715,02	4,94	170.168,21	153.282,70	722.720,57	187.279,43
Ação Legislativa	910.000,00	910.000,00	137.715,02	4,94	170.168,21	153.282,70	722.720,57	187.279,43
Administração	2.382.948,13	2.549.179,71	282.992,19	12,91	616.829,83	389.868,75	1.790.127,51	759.052,20
Administração Geral	2.382.948,13	2.549.179,71	282.992,19	12,91	616.829,83	389.868,75	1.790.127,51	759.052,20
Segurança Pública	54.000,00	59.554,70	693,91	0,10	45.262,73	1.846,22	10.685,05	48.869,65
Policimento	54.000,00	59.554,70	693,91	0,10	45.262,73	1.846,22	10.685,05	48.869,65
Assistência Social	871.288,00	1.204.553,71	123.190,49	5,80	336.278,62	150.771,63	810.979,70	393.574,01
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
Assistência Comunitária	863.288,00	1.196.553,71	123.190,49	5,80	328.278,62	150.771,63	810.979,70	385.574,01
Saúde	4.119.000,00	4.908.823,84	626.849,88	25,16	1.143.516,18	736.423,67	3.383.284,02	1.525.539,82
Atenção Básica	4.062.000,00	4.817.269,09	617.611,88	25,00	1.076.764,43	722.745,67	3.359.621,02	1.457.648,07
Vigilância Sanitária	57.000,00	91.554,75	9.238,00	0,17	66.751,75	13.678,00	23.663,00	67.891,75
Educação	4.180.541,00	4.641.068,70	654.738,30	22,16	1.325.768,58	670.657,51	3.178.033,12	1.463.035,58
Alimentação e Nutrição	121.000,00	132.836,26	55.325,30	0,81	11.455,10	16.275,53	70.127,13	62.709,13
Ensino Fundamental	2.778.541,00	3.181.526,89	380.882,00	15,80	816.958,53	442.619,21	2.300.947,69	880.579,20
Ensino Médio	250.000,00	315.705,55	43.949,44	1,40	106.751,81	43.949,44	208.953,74	106.751,81
Ensino Superior	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	1.011.000,00	1.011.000,00	174.581,56	4,15	390.603,14	167.813,33	598.004,56	412.995,44
Cultura	124.000,00	159.500,00	4.679,50	0,76	45.570,45	18.720,26	84.604,95	74.895,05
Difusão Cultural	124.000,00	159.500,00	4.679,50	0,76	45.570,45	18.720,26	84.604,95	74.895,05
Urbanismo	1.025.000,00	1.147.600,00	63.839,65	5,89	266.745,46	137.206,11	619.313,18	528.286,82
Infra-Estrutura Urbana	205.000,00	215.000,00	0,00	0,23	180.250,47	0,00	26.041,12	188.958,88
Serviços Urbanos	580.000,00	640.000,00	50.535,34	3,99	42.503,20	107.900,06	393.986,38	246.013,62
Saneamento Básico Urbano	240.000,00	292.600,00	13.304,31	1,66	43.991,79	29.306,05	199.285,68	93.314,32
Habituação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00

Página: 2 de 2  
10/11/2017 09:07

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 1,00
Habituação Urbana	1.485.956,00	1.485.956,00	1.485.956,00	155.789,72	949.863,41	0,00	536.092,59	187.564,54	886.440,53	6,62	599.515,47	6,62	599.515,47	6,62	599.515,47	6,62	599.515,47
Agricultura	1.485.956,00	1.485.956,00	1.485.956,00	155.789,72	949.863,41	0,00	536.092,59	187.564,54	886.440,53	6,62	599.515,47	6,62	599.515,47	6,62	599.515,47	6,62	599.515,47
Extensão Rural	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
Indústria	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
Promoção Industrial	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
Transporte	4.152.203,71	4.316.753,36	4.316.753,36	210.136,37	1.918.926,67	12,82	2.397.826,69	239.429,51	1.548.866,09	11,56	2.767.887,27	11,56	2.767.887,27	11,56	2.767.887,27	11,56	2.767.887,27
Infra-Estrutura Urbana	1.926.000,00	1.411.000,00	1.411.000,00	0,00	0,00	0,00	1.411.000,00	0,00	0,00	0,00	1.411.000,00	0,00	1.411.000,00	0,00	1.411.000,00	0,00	1.411.000,00
Transporte Rodoviário	2.226.203,71	2.905.753,36	2.905.753,36	210.136,37	1.918.926,67	12,82	986.826,69	239.429,51	1.548.866,09	11,56	1.356.887,27	11,56	1.356.887,27	11,56	1.356.887,27	11,56	1.356.887,27
Desporto e Lazer	241.000,00	267.580,00	267.580,00	40.730,38	234.120,22	1,56	33.459,78	46.612,29	196.851,42	1,47	70.728,58	1,47	70.728,58	1,47	70.728,58	1,47	70.728,58
Desporto Comunitário	241.000,00	267.580,00	267.580,00	40.730,38	234.120,22	1,56	33.459,78	46.612,29	196.851,42	1,47	70.728,58	1,47	70.728,58	1,47	70.728,58	1,47	70.728,58
Encargos Especiais	499.063,16	499.063,16	499.063,16	4.381,36	229.918,92	1,54	269.144,24	22.583,96	162.539,53	1,21	336.523,63	1,21	336.523,63	1,21	336.523,63	1,21	336.523,63
Outros Encargos Especiais	499.063,16	499.063,16	499.063,16	4.381,36	229.918,92	1,54	269.144,24	22.583,96	162.539,53	1,21	336.523,63	1,21	336.523,63	1,21	336.523,63	1,21	336.523,63
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>20.075.000,00</b>	<b>22.179.633,18</b>	<b>22.179.633,18</b>	<b>2.305.736,77</b>	<b>14.962.969,82</b>	<b>100,00</b>	<b>7.216.663,36</b>	<b>2.754.967,15</b>	<b>13.394.445,67</b>	<b>100,00</b>	<b>8.785.187,51</b>	<b>100,00</b>	<b>8.785.187,51</b>	<b>100,00</b>	<b>8.785.187,51</b>	<b>100,00</b>	<b>8.785.187,51</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Nov/2017, 09h e 05m.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI 021.563.329-67 Prefeito Municipal	CLENICE MARIA TEDESCO DE ZORZE 852.198.279-87 020845/O-0 Contadora	CLEDSON OLIVEIRA DA COSTA 007.729.369-00 028338/O-5 Controlador Interno
---	---	--

## ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RCL - 5º BIM 2017

Publicação Nº 1428416

Página: 1 de 2  
10/11/2017 09:08

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Novembro/2016 a Outubro/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)										R\$ 1,00		
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Novembro/2016 Maio/2017	Dezembro/2016 Junho/2017	Janeiro/2017 Julho/2017	Fevereiro/2017 Agosto/2017	Março/2017 Setembro/2017	Abril/2017 Outubro/2017						
RECEITAS CORRENTES (I)	1.898.086,99	2.661.887,89	1.595.620,37	1.468.671,91	1.758.758,42	1.560.396,90					20.892.229,49	19.936.800,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.727.383,47	1.682.110,75	1.693.564,45	1.615.861,56	1.498.032,30	1.731.854,48						
	120.368,03	144.318,29	45.679,39	56.926,57	122.760,78	81.727,47						
	116.324,61	141.413,78	54.511,43	104.955,29	38.534,21	72.605,44						954.000,00
IPTU	3.222,13	4,09	428,49	2.647,89	11.476,37	12.643,47						
	54.895,77	11.487,60	12.028,21	3.279,29	1.652,48	254,36						98.000,00
ISS	82.188,39	60.105,22	34.804,87	16.709,39	27.173,35	28.569,30						
	35.620,24	51.045,44	24.088,99	36.381,78	28.911,42	32.455,10						275.000,00
ITBI	7.501,10	18.148,82	5.658,56	7.560,00	2.180,00	3.066,32						
	5.139,08	18.302,38	9.086,50	13.206,78	2.059,58	10.580,94						119.000,00
IRRF	24.646,49	64.776,26	-	25.181,75	46.767,14	24.605,21						
	3.545,36	54.851,65	4.146,42	49.758,29	3.793,97	27.928,83						261.000,00
Outras Receitas Tributárias	2.809,92	1.283,90	4.787,47	4.827,54	35.163,92	12.843,17						
	17.124,16	5.726,71	5.161,31	2.329,15	2.116,76	1.386,21						201.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.451,78	7.765,73	8.280,32	777,94	18.369,14	14.180,77						
	19.725,93	11.773,19	10.581,57	8.985,15	8.359,38	8.031,64						151.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	10.744,64	24.842,47	24.206,30	22.656,90	27.782,40	24.047,73						
	28.446,72	23.516,26	23.422,49	22.880,09	16.816,89	16.144,78						417.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	15.748,23	15.003,22	18.549,86	13.644,01	27.011,20	15.654,80						
	19.717,07	32.268,62	14.856,13	34.160,48	30.072,21	28.812,49						234.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.724.656,79	2.456.895,67	1.489.680,64	1.370.409,95	1.552.681,99	1.419.585,45						
	1.534.574,60	1.465.345,58	1.573.938,85	1.423.792,73	1.379.734,32	1.556.356,28						17.908.000,00
Cota-Parte do FPM	838.988,98	1.311.543,46	557.723,59	714.986,63	447.982,93	539.743,28						
	612.245,57	564.316,40	728.619,34	494.289,46	415.036,66	470.355,00						7.055.000,00
Cota-Parte do ICMS	529.812,14	583.099,59	610.558,74	357.209,29	755.772,03	591.183,88						
	541.973,38	568.090,38	568.098,16	579.831,88	634.586,92	598.857,98						6.909.000,00
Cota-Parte do IPVA	11.716,25	8.137,01	25.509,44	21.730,37	42.958,75	33.904,46						
	35.478,02	35.409,20	32.603,62	35.662,27	26.059,93	28.827,76						397.000,00
Cota-Parte do ITR	39,48	12,93	37,57	84,69	45,74	53,45						

Página: 2 de 2  
10/11/2017 09:08

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Novembro/2016 a Outubro/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)										R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017			
	Novembro/2016 Maio/2017	Dezembro/2016 Junho/2017	Janeiro/2017 Julho/2017	Fevereiro/2017 Agosto/2017	Março/2017 Setembro/2017	Abril/2017 Outubro/2017					
RECEITAS CORRENTES (I)	1.898.086,99 139,71	2.661.887,89 175,86	1.595.620,37 62,62	1.468.671,91 141,58	1.758.758,42 1.639,84	1.560.396,90 3.881,66	6.315,13	4.000,00			
Transferências da LC 87/1996	2.064,21	2.064,21	2.081,85	2.081,85	2.081,85	2.081,85	26.000,00				
Transferências da LC 61/1989	8.077,02	8.593,15	7.685,79	8.451,29	6.641,23	8.019,32					
Transferências do FUNDEB	7.524,35	7.565,25	8.498,65	7.952,74	8.494,46	10.720,20	98.223,45	101.000,00			
Outras Transferências Correntes	126.891,63	132.149,63	123.734,22	127.299,63	134.826,84	131.336,73	1.563.612,07	1.518.000,00			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	208.240,09	155.557,01	110.240,39	176.533,32	157.007,82	310.295,10	2.301.652,53	1.898.000,00			
DEDUÇÕES (II)	18.117,52	13.062,51	9.223,86	4.256,54	10.152,91	5.200,68	272.800,00				
	8.594,54	7.793,32	16.253,98	21.087,82	24.515,29	49.903,85	188.162,82				
	278.139,44	323.252,73	240.719,22	220.908,67	251.096,26	234.997,06	2.898.481,36				
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	239.888,35	235.527,56	209.435,87	223.991,75	217.579,75	224.997,06	2.882.800,00				
	278.139,44	323.252,73	240.719,22	220.908,67	251.096,26	234.997,06					
	239.888,35	235.527,56	209.435,87	223.991,75	217.579,75	222.944,70	2.898.481,36	2.882.800,00			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	1.619.947,55	2.338.635,16	1.354.901,15	1.247.763,24	1.507.662,16	1.325.399,84	17.993.748,13	17.054.000,00			
	1.487.495,12	1.446.583,19	1.484.128,58	1.391.869,81	1.280.452,55	1.508.909,78					

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Nov/2017, 09h e 07m.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
021.563.329-67  
Prefeito Municipal

CLENICE MARIA TEDESCO DE ZORZE  
852.198.279-87  
020845/O-0  
Contadora

CLEDSON OLIVEIRA DA COSTA  
007.729.369-00  
028338/O-5  
Controlador Interno

**ANEXO 5 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - 5º BIM 2017**

Publicação Nº 1428417

Página: 1 de 1  
10/11/2017 09:13

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Nominal**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III)

Em Reais

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31/Dez/2016 (a)	Em 31/Ago/2017 (b)	Em 31/Out/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	32.376,98	16.065,31	11.982,06
DEDUÇÕES(II)	2.431.851,99	4.240.554,07	4.161.114,74
Disponibilidade de Caixa	2.425.584,88	4.238.380,24	4.159.554,96
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.425.584,88	4.238.380,24	4.159.554,96
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	6.267,11	2.173,83	1.559,78
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	-	-	-
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	-	-	-

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
VALOR	-	-

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-60.000,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Nov/2017, 09h e 13m.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
021.563.329-67  
Prefeito Municipal

CLENICE MARIA TEDESCO DE ZORZE  
852.198.279-87  
020845/0-0  
Contadora

CLEDSON OLIVEIRA DA COSTA  
007.729.369-00  
028338/0-5  
Controlador Interno

**ANEXO 6 - RESULTADO PRIMÁRIO - 5º BIM 2017**

Publicação Nº 1428418

Página: 1 de 2  
10/11/2017 09:16

Município de Nova Itaberaba-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Primário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	16.637.000,00	13.805.244,86	12.283.754,26
RECEITA TRIBUTÁRIA	954.000,00	835.438,97	865.324,59
IPTU	98.000,00	110.793,93	97.265,64
ISS	275.000,00	315.759,88	365.421,78
ITBI	119.000,00	76.840,14	86.839,82
IRRF	261.000,00	240.578,62	224.865,04
Outras Receitas Tributárias	201.000,00	91.466,40	90.932,31
Receita de Contribuição	151.000,00	109.065,03	99.762,09
Receita Previdenciária	-	-	-
Outras Contribuições	151.000,00	109.065,03	99.762,09
Receita Patrimonial Líquida	-	-	-
Receita Patrimonial	417.000,00	229.920,56	283.832,42
(-)Aplicações Financeiras	417.000,00	229.920,56	283.832,42
Transferências Correntes	15.025.200,00	12.469.011,20	11.132.560,37
Cota-Parte do FPM	5.659.000,00	4.494.796,15	4.093.723,84
Cota-Parte do IPVA	318.000,00	254.515,80	241.967,57
Cota-Parte do ICMS	5.527.000,00	4.644.931,00	4.078.048,68
Convênios	-	-	-
Outras Transferências Correntes	3.521.200,00	3.074.768,25	2.718.820,28
Demais Receitas Correntes	506.800,00	391.729,66	186.107,21
Dívida Ativa	49.000,00	84.164,29	30.913,41
Diversas Receitas Correntes	457.800,00	307.565,37	155.193,80
RECEITAS DE CAPITAL(II)	3.021.000,00	549.913,23	220.796,48
Operações de Crédito(III)	1.000.000,00	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	21.000,00	2.542,13	9.685,50
Alienação de Bens(V)	200.000,00	-	21.500,00
Transferências de Capital	1.800.000,00	543.484,45	179.602,22
Convênios	1.800.000,00	543.484,45	179.602,22
Outras Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	3.886,65	10.008,76
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	1.800.000,00	547.371,10	189.610,98
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	18.437.000,00	14.352.615,96	12.473.365,24

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES(VIII)	18.429.671,68	14.166.752,29	13.377.419,74	12.909.905,51	12.308.500,87



Página: 2 de 2  
10/11/2017 09:16

Município de Nova Itaberaba-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Primário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
Pessoal e Encargos Sociais	8.600.144,79	6.669.915,75	6.261.173,01	6.669.082,43	6.260.439,69
Juros e Encargos da Dívida(IX)	95.000,00	2.046,08	3.670,23	2.046,08	3.670,23
Outras Despesas Correntes	9.734.526,89	7.494.790,46	7.112.576,50	6.238.777,00	6.044.390,95
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	18.334.671,68	14.164.706,21	13.373.749,51	12.907.859,43	12.304.830,64
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	3.744.961,50	796.217,53	2.549.239,57	484.540,16	1.773.060,92
Investimentos	3.603.898,34	775.822,61	2.528.920,70	464.145,24	1.752.742,05
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	141.063,16	20.394,92	20.318,87	20.394,92	20.318,87
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	3.603.898,34	775.822,61	2.528.920,70	464.145,24	1.752.742,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	5.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	21.943.570,02	14.940.528,82	15.902.670,21	13.372.004,67	14.057.572,69
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-3.506.570,02	-587.912,86	-3.429.304,97	980.611,29	-1.584.207,45
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				1.773.140,82	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VL. CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O				-884.936,84	
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Nov/2017, 09h e 16m.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

021.563.329-67

Prefeito Municipal

CLENICE MARIA TEDESCO DE ZORZE

852.198.279-87

020845/O-0

Contadora

CLEDSO OLIVEIRA DA COSTA

007.729.369-00

028338/O-5

Controlador Interno

Página: 1 de 1  
10/11/2017 09:17

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

R\$ 1,0														
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)	
	Inscritos			Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos			Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)		Saldo k=(f+g)-(i+j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2016 (b)	Em Exercícios Anteriores (f)				Em 31 de dezembro de 2016 (g)							
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PODER EXECUTIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I+II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RREO - ANEXO 7 (LRF, art.53, inciso V)														

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Nov/2017, 09h e 16m.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI 021.563.329-67 Prefeito Municipal	CLENICE MARIA TEDESCO DE ZORZE 852.198.279-87 020845/O-0 Contadora	CLEDSON OLIVEIRA DA COSTA 007.729.369-00 028338/O-5 Controlador Interno
---	---	--

## ANEXO 8 - RECEITAS E DESPESAS COM ENSINO - 5º BIM 2017

Publicação Nº 1428420

Página: 1 de 6  
10/11/2017 09:18

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO	RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS		816.000,00	816.000,00	805.388,02	98,70
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		129.000,00	129.000,00	144.413,92	111,95
1.1.1-IPTU		98.000,00	98.000,00	110.793,93	113,06
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU		31.000,00	31.000,00	33.619,99	108,45
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI		119.000,00	119.000,00	76.840,14	64,57
1.2.1-ITBI		119.000,00	119.000,00	76.840,14	64,57
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI		-	-	-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		307.000,00	307.000,00	343.555,34	111,91
1.3.1-ISS		275.000,00	275.000,00	315.759,88	114,82
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS		32.000,00	32.000,00	27.795,46	86,86
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		261.000,00	261.000,00	240.578,62	92,18
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)		-	-	-	
1.5.1-ITR		-	-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR		-	-	-	
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		14.492.000,00	14.492.000,00	11.778.239,82	81,27
2.1-Cota-Parte FPM		7.055.000,00	7.055.000,00	5.545.298,86	78,60
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b		6.978.000,00	6.978.000,00	5.252.515,00	75,27
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d		77.000,00	77.000,00	292.783,86	380,24
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e		-	-	-	
2.2-Cota-Parte ICMS		6.909.000,00	6.909.000,00	5.806.162,64	84,04
2.3-ICMS-Desoneração - LC. nº 87/1996		26.000,00	26.000,00	20.818,50	80,07
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação		101.000,00	101.000,00	81.553,28	80,75
2.5-Cota-Parte ITR		4.000,00	4.000,00	6.262,72	156,57
2.6-Cota-Parte IPVA		397.000,00	397.000,00	318.143,82	80,14
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro		-	-	-	
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)		15.308.000,00	15.308.000,00	12.583.627,84	82,20

Página: 2 de 6  
10/11/2017 09:18

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)				R\$ 1,00	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100	
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.000,00	1.000,00	3.025,65	302,57	
5.1 - Transferências do Salário-Educação	364.000,00	364.000,00	235.825,23	64,79	
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	208.000,00	208.000,00	150.802,63	72,50	
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	40.000,00	40.000,00	34.611,20	86,53	
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	77.000,00	77.000,00	43.448,24	56,43	
5.5 - Outras Transferências do FNDE	25.000,00	25.000,00	-	-	
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	14.000,00	14.000,00	6.963,16	49,74	
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	182.000,00	182.000,00	494.562,57	271,74	
6.1 - Transferências de Convênios	176.000,00	176.000,00	494.562,57	281,00	
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	6.000,00	6.000,00	-	-	
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-	
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	547.000,00	547.000,00	733.413,45	134,08	
<b>FUNDEB</b>					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100	
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.882.800,00	2.882.800,00	2.297.089,19	79,68	
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.396.000,00	1.396.000,00	1.050.502,71	75,25	
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	1.382.000,00	1.382.000,00	1.161.231,64	84,03	
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	5.000,00	5.000,00	4.163,70	83,27	
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	20.000,00	20.000,00	16.310,67	81,55	
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))	800,00	800,00	1.252,45	156,56	
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	79.000,00	79.000,00	63.628,02	80,54	
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.525.000,00	1.525.000,00	1.300.473,63	85,28	
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	1.518.000,00	1.518.000,00	1.290.915,39	85,04	
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	7.000,00	7.000,00	9.558,24	136,55	
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)	-1.364.800,00	-1.364.800,00	-1.006.173,80	73,72	

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB  
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Página: 3 de 6  
10/11/2017 09:18

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.511.000,00	1.511.000,00	1.188.086,35	78,63	1.188.086,35	78,63
13.1-Com Educação Infantil	661.000,00	661.000,00	408.219,03	61,76	408.219,03	61,76
13.2-Com Ensino Fundamental	850.000,00	850.000,00	779.867,32	91,75	779.867,32	91,75
14-OUTRAS DESPESAS	14.000,00	53.610,44	39.610,44	73,89	39.610,44	73,89
14.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-	-
14.2-Com Ensino Fundamental	14.000,00	53.610,44	39.610,44	73,89	39.610,44	73,89
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	1.525.000,00	1.564.610,44	1.227.696,79	78,47	1.227.696,79	78,47
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
17.1 - FUNDEB 60%						-
17.2 - FUNDEB 40%						-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)						-
INDICADORES DO FUNDEB						
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.227.696,79
19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						91,36
19.2-Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						3,05
19.3-Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %						5,60

Página: 4 de 6  
10/11/2017 09:18

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR		R\$ 1,00
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017²						
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	1.011.000,00	1.011.000,00	620.396,86	61,36	598.004,56	59,15
22.1-Creche	-	-	-	-	-	-
22.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-
22.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	-	-
22.2-Pré-Escola	1.011.000,00	1.011.000,00	620.396,86	61,36	598.004,56	59,15
22.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	661.000,00	661.000,00	408.219,03	61,76	408.219,03	61,76
22.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	350.000,00	350.000,00	212.177,83	60,62	189.785,53	54,22
23-ENSINO FUNDAMENTAL	2.392.541,00	2.452.151,44	1.924.231,66	78,47	1.865.567,45	76,08
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	864.000,00	903.610,44	819.477,76	90,69	819.477,76	90,69
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.528.541,00	1.548.541,00	1.104.753,90	71,34	1.046.089,69	67,55
24-ENSINO MÉDIO	250.000,00	315.705,55	208.953,74	66,19	208.953,74	66,19
25-ENSINO SUPERIOR	20.000,00	-	-	-	-	-
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-
27-OUTRAS	80.000,00	80.000,00	70.258,84	87,82	44.145,79	55,18
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27)	3.753.541,00	3.858.856,99	2.823.841,10	73,18	2.716.671,54	70,40

Página: 5 de 6  
10/11/2017 09:18

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)	DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR	R\$ 1,00
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)		-1.006.173,80	
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		-	
31-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)		9.558,24	
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		-	
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		-	
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*		-	
35-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45)		-	
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34+35)*		-996.615,56	
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22+23) - (36))*		3.460.187,57	
38-PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37)/((3)+(3)*100%)* - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%*		27,50	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-		-	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	218.000,00	241.000,00	81.394,34	33,77	76.437,88	31,72
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-		-	
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	214.000,00	546.211,71	410.064,68	75,07	384.923,70	70,47
43-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40+41+42)						
	432.000,00	787.211,71	491.459,02	62,43	461.361,58	58,61
44-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28+43)	4.185.541,00	4.646.068,70	3.315.300,12	71,36	3.178.033,12	68,40
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						
45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			-		-	
45.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			-		-	
45.2-Executadas com Recursos do FUNDEB			-		-	

Página: 6 de 6  
10/11/2017 09:18

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)			R\$ 1,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO	
46-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	-	-	-
47-(+)-INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.290.915,39	150.802,63	150.802,63
48-(-)-PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.202.829,80	76.081,98	76.081,98
48.1 Orçamento do Exercício	1.202.829,80	76.081,98	76.081,98
48.2 Restos a Pagar	-	-	-
49-(+)-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.558,24	-	-
50-(-)-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	97.643,83	74.720,65	74.720,65
51- (+)Ajustes	-	-	-
51.1 Retenções	-	-	-
51.2 Conciliação Bancária	-	-	-
52-(=)SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	97.643,83	74.720,65	74.720,65

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Nov/2017, 09h e 18m.

1Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.  
2Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."  
3Caput do artigo 212 da CF/1988.  
4Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.  
5Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.  
6Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada

MARCIANO MAURO PAGLIARINI	CLENICE MARIA TEDESCO DE ZORZE	CLEDSON OLIVEIRA DA COSTA
021.563.329-67	852.198.279-87	007.729.369-00
Prefeito Municipal	020845/O-0	028338/O-5
	Contadora	Controlador Interno

ANEXO 9 - RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO - 5º BIM 2017

Publicação Nº 1428421

Página: 1 de 1  
10/11/2017 09:19

Município de Nova Itaberaba - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.000.000,00	-		-	1.000.000,00
DESPESAS		DESPESAS DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL (-)Incentivos Fiscais a Contribuinte (-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras		3.744.961,50	796.217,53	484.540,16	2.948.743,97
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)		3.744.961,50	796.217,53	484.540,16	2.948.743,97
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)		-2.744.961,50	-796.217,53	-	-1.948.743,97

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Nov/2017, 09h e 19m.

Notas:  
¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III;

MARCIANO MAURO PAGLIARINI 021.563.329-67 Prefeito Municipal	CLENICE MARIA TEDESCO DE ZORZE 852.198.279-87 020845/O-0 Contadora	CLEDSON OLIVEIRA DA COSTA 007.729.369-00 028338/O-5 Controlador Interno
---	---	--

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 681/2017 "A"

Publicação Nº 1428667

PORTARIA Nº 681/2017 "A"

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 64, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido, a Servidora Pública Municipal CAMILA VITOR MORESCO, matrícula nº 265, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, a partir de 01 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de novembro de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 692/2017

Publicação Nº 1428664

PORTARIA Nº 692/2017

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Concede Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal ELAINE APARECIDA DE SOUZA, matrícula 7433, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no prédio da Prefeitura Municipal de Nova Trento, Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 10(dez) dias, a contar de 08 de novembro de 2017 a 17 de novembro de 2017, conforme atestado médico datado de 08/11/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de novembro de 2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

### PORTARIA Nº 693/2017

Publicação Nº 1428662

PORTARIA Nº 693/2017

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal ELIESER LENO DE QUADROS, matrícula nº 7184, concursado no cargo de Médico – Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60(sessenta) dias, a contar de 09 de novembro de 2017 a 07 de janeiro de 2018, conforme resultado pericial datado de 10/11/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de novembro de 2017.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2017

Publicação Nº 1428491

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 113/2017 – Tomada de Preços nº 008/2017  
Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de Material Pedagógico e de Escritório para utilização da Secretaria Municipal de Educação durante o ano de 2018, de acordo com as exigências constantes do anexo I desta Tomada de Preços.  
Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 04/12/2017 até as 09:00 horas. Abertura: 04/12/2017 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2017 – PREGÃO  
PRESENCIAL Nº 087/2017**

Publicação Nº 1428494

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 114/2017 – Pregão Presencial nº 087/2017  
Objeto: O presente pregão tem por objeto a aquisição de Material Impresso, para uso da Prefeitura Municipal de Nova Trento - Secretaria de Educação, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 29/11/2017 até as 09:00 horas. Abertura: 29/11/2017 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br); [compras@novatreto.sc.gov.br](mailto:compras@novatreto.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2017 – PREGÃO  
PRESENCIAL Nº 088/2017**

Publicação Nº 1428495

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 115/2017 – Pregão Presencial nº 088/2017  
Objeto: Aquisição parcelada de ALIMENTOS PARA CRECHES MUNICIPAIS para o ano de 2018, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 01/12/2017 até as 09:00 horas. Abertura: 01/12/2017 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br); [compras@novatreto.sc.gov.br](mailto:compras@novatreto.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2017 – PREGÃO  
PRESENCIAL Nº 089/2017 - SRP 055**

Publicação Nº 1428497

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 116/2017 – Pregão Presencial nº 089/2017 – SRP 055

Objeto: O presente Pregão tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição parcelada de material impresso, para uso da Prefeitura Municipal de Nova Trento, suas Secretarias e para o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 06/12/2017 até as 09:00 horas. Abertura: 06/12/2017 as 09:30 horas.

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br); [compras@novatreto.sc.gov.br](mailto:compras@novatreto.sc.gov.br)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2017 – PREGÃO  
PRESENCIAL Nº 090/2017 - SRP 056**

Publicação Nº 1428498

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório Nº 117/2017 – Pregão Presencial Nº 090/2017 – SRP 056

Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de MATERIAL DE ESCRITÓRIO para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Secretarias Municipais, exceto Educação e Fundo de Saúde, conforme especificações constantes do anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 05/12/2017 até as 10:00 horas. Abertura: 05/12/2017 as 10:30 horas.

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br); [compras@novatreto.sc.gov.br](mailto:compras@novatreto.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2017**

Publicação Nº 1429415

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 110/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 84/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 54/2017**

No dia 16 do mês de Novembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.025/0001-60, com sede administrativa localizada na RUA SANTO INACIO 126, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 84/2017, Processo Licitatório nº. 110/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) O PRESENTE PREGÃO TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE VIGAS E PRANCHAS DE EUCALIPTO, VISANDO MELHORIAS NA PRODUTIVIDADE FUNCIONAL E CONSEQUENTE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10964	INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS COLORADO LTDA. ME	
10788	PERFORMANCE COMERCIO & SERVICOS EIRELI - ME	2, 5, 6, 7, 8, 9
8216	SERRARIA VALE VERDE LTDA - ME	1, 3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS COLORADO LTDA. I	02.254.896/0001-60	PAULO CESAR FRARE	681.425.440-91
PERFORMANCE COMERCIO & SERVICOS EIRELI - ME	26.682.219/0001-01	ERALDO SALVADOR 4732887375	027.875.099-08
SERRARIA VALE VERDE LTDA - ME	05.097.468/0001-60	ALSIZIO BOSO	770.892.279-87

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

O PRESENTE PREGÃO TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE VIGAS E PRANCHAS DE EUCALIPTO, VISANDO MELHORIAS NA PRODUTIVIDADE FUNCIONAL E CONSEQUENTE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8216 - SERRARIA VALE VERDE LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	MADEIRA DE EUCALIPTO; MINIMO 20 CM E MÁX. 40 CM DE LARGURA COM ESPESSURA DE 2,5 CM. E 3 M DE COMPRIMENTO	M3		15,000	508,0000	7.620,00
3	PRANCHÕES DE MADEIRA DE EUCALIPTO TAM. 20 CM. LARGURA 05 CM DE ESPESSURA X 3,50 M DE COMPRIMENTO.	M3		90,000	508,0000	45.720,00
4	PRANCHÕES MADEIRA EUCALIPTO TAM.20CM LARGURA X 7CM DE ESPESSURA X 3,50 COMPRIMENTO	M3		90,000	508,0000	45.720,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**Página: 2/7  
Processo Nº.: 110/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 84/2017**Fornecedor: 10788 - PERFORMACE COMERCIO & SERVICOS EIRELI - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	MADEIRA DE PINUS; MINIMO 20 CM E MÁX. 40 CM DE LARGURA COM ESPESSURA DE 2,5 CM. E 3 M DE COMPRIMENTO	M3		40,000	410,0000	16.400,00
5	VIGAS DE EUCALIPTO 06 M DE COMPRIMENTO COM 38 A 40 CM DE DIAMETRO	Vg.		53,000	279,0000	14.787,00
6	VIGAS DE EUCALIPTO 07 M DE COMPRIMENTO C/ 38 A 40 CM DE DIÂMETRO.	Vg.		30,000	325,0000	9.750,00
7	VIGAS DE EUCALIPTO 08 M DE COMPRIMENTO COM 38 A 40 CM DE DIAMETRO.	Vg.		50,000	340,0000	17.000,00
8	VIGAS DE EUCALIPTO 9,00 M DE COMPRIMENTO COM 38 A 40 CM DE DIAMETRO	Vg.		50,000	330,0000	16.500,00
9	VIGAS DE EUCALIPTO 10 M DE COMPRIMENTO COM 38 A 40 CM DE DIAMETRO	Vg.		30,000	410,0000	12.300,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 110/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 84/2017

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 110/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 84/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 110/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 84/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 110/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 84/2017

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 7/7

Processo Nº.: 110/2017

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 84/2017**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 16 de Novembro de 2017.

**GIAN FRANCESCO VOLTOLINI**  
**PREFEITO**

#### **Empresas Participantes:**

INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS COLORADO LTDA. MI CNPJ: 02.254.896/0001-60

PERFORMACE COMERCIO & SERVICOS EIRELI - ME CNPJ: 26.682.219/0001-01

SERRARIA VALE VERDE LTDA - ME CNPJ: 05.097.468/0001-60

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 479, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1429055

DECRETO N.º 479, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

"NOMEIA A COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA OS CHAMAMENTOS PÚBLICOS RELACIONADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 8º do Decreto Municipal n.º 75, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para a Comissão de Seleção dos chamamentos públicos relacionados à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, os seguintes membros:

I – SUSAN BORTOLUZZI BROGNI;

II – ALÍCIA SEMIRA PASQUALI; e

III - SIMONE MORO.

Art. 2º - As nomeações não acarretarão ônus aos cofres públicos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 03 de novembro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 03 de novembro de 2017.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO N.º 480, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1429059

DECRETO N.º 480, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

"NOMEIA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA OS CHAMAMENTOS PÚBLICOS RELACIONADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 22 do Decreto Municipal n.º 75, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para a Comissão de Monitoramento e Avaliação dos chamamentos públicos relacionados à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, os seguintes membros:

I – MARLENE BRESSAN;

II – GABRIEL DA CONCEIÇÃO; e

III - SORAIA BORTOLOTTTO.

Art. 2º - As nomeações não acarretarão ônus aos cofres públicos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 03 de novembro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 03 de novembro de 2017.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 173/2017

Publicação Nº 1428808

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º 173/2017

Objetivo: Aquisição de equipamentos agrícolas para o Município de Nova Veneza/SC.

Abertura: às 13:30 horas do dia 29/11/2017.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 16 de novembro de 2017.

Rogério José Frigo  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### DECRETO 2.371

Publicação Nº 1428715

DECRETO nº 2.371, de 14 de novembro de 2017.

Abre crédito adicional Suplementar POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 543/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto Crédito Adicional Suplementar por Anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), relativo a recursos ordinários, assim consignados:

10 - CÂMARA DE VEREADORES

10.01 – CÂMARA DE VEREADORES

01.031.0001. 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 23.000,00

Elemento de Despesa 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 16.000,00

Art. 2º - Para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais):

10 - CÂMARA DE VEREADORES

10.01 – CÂMARA DE VEREADORES

01.031.0001. 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 33.599,00

Elemento de Despesa 3.3.50.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.601,00

Elemento de Despesa 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.800,00

TOTAL SUPLEMENTADO .....  
..... R\$ 39.000,00

Art. 3º Fica autorizado a proceder as alterações necessárias no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), resultantes desta suplementação por anulação de dotações orçamentárias.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 14 de novembro de 2017.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

Registre-se Silvani Zilio Moschen

Publique-se Secretária da Administração e Fazenda

### DECRETO 2.372

Publicação Nº 1428717

DECRETO nº 2.372, de 16 de novembro de 2017.

Abre crédito adicional Suplementar POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 543/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional Suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 44.000,00 (Quarenta e quatro mil reais) relativo a recursos ordinários, assim consignados:

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.011 – Manutenção Central da Secretaria de Educação

Elemento de Despesa – 3.1.90-01.0001 aplicações diretas .....R\$ 44.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação, no valor de R\$ 44.000,00 (Quarenta e quatro mil reais):

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.011 – Manutenção Central da Secretaria de Educação

Elemento de Despesa – 3.1.91-01.0001 aplicações diretas .....R\$ 28.000,00

Elemento de Despesa – 3.3.90-01.0001 aplicações diretas .....R\$ 10.000,00

Elemento de Despesa – 4.4.90-01.0001 aplicações diretas .....R\$ 6.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO .....  
..... R\$ 44.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 16 de novembro de 2017.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

Registre-se Silvani Zilio Moschen

Publique-se Secretária da Administração e Fazenda

Cumpra-se.

# Orleans

## PREFEITURA

### PROCESSO Nº 159/2017 PREFEITURA

Publicação Nº 1429074

PROCESSO Nº 159/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO DE USO CONTÍNUO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 30/11/2017 às 09h00min. Abertura das Propostas: dia 30/11/2017, às 09h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 16 de Novembro de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

### TOMADA DE PREÇO 23/2017

Publicação Nº 1428668

SAMAE DE ORLEANS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS - N.23/2017

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Tomada de Preço n. 23/2017, cujo objeto é REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DO SAMAE . Entrega de documentação e propostas até as 14:30 horas do dia 05 de Dezembro de 2017. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 ramal 202 na página do SAMAE no endereço [www.samaeorleans.sc.gov.br](http://www.samaeorleans.sc.gov.br) e por e-mail: [licitacao@samaeorleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@samaeorleans.sc.gov.br).

COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
SAMAE ORLEANS

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 065/2017

Publicação Nº 1428587

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 065/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO 090/2017

O Município de Ouro Verde/Fundo Municipal de Assistência Social, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de preço para Aquisição de forma parcelada de Cesta de alimentos de acordo com a Lei nº 999/2017, conforme edital e anexos. Entrega dos Envelopes: Até as 08h30min dia 30 de novembro de 2017. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h40min dia 30 de novembro de 2017. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 16 de novembro de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

# Paial

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATOS 59 A 61

Publicação Nº 1428643

Contrato Nº.: 59/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada.: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

Valor ..... : 2.210,59 (dois mil duzentos e dez reais e cinquenta e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 09/11/2017 Término: 08/11/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (5), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (18), 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),

2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (44), 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (57),

2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (85),

2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (92)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO, DESTINADO A COBERTURA DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS E PREDIOS DO MUNICÍPIO E

DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

NÉVIO ANTONIO MORTARI – PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 60/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada.: SOMPO SEGUROS S.A.

Valor ..... : 3.689,25 (três mil seiscentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 09/11/2017 Término: 08/11/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (5), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (18), 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),

2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (44), 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (57),

2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (85),

2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (92)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO, DESTINADO A COBERTURA DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS E PREDIOS DO MUNICÍPIO E

DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

NÉVIO ANTONIO MORTARI – PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 61/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada.: GENTE SEGURADORA S/A.

Valor ..... : 5.463,21 (cinco mil quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e um centavos)

Vigência ..... : Início: 09/11/2017 Término: 08/11/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (5), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (18), 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),

2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (44), 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00

(57),

2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (85),

2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (92)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO, DESTINADO A COBERTURA DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS E PREDIOS DO MUNICÍPIO E

DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

NÉVIO ANTONIO MORTARI – PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 59/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL

Contratada.: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

Valor ..... : 2.329,41 (dois mil trezentos e vinte e nove reais e quarenta e um centavos)

Vigência ..... : Início: 09/11/2017 Término: 08/11/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (3), 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (5), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (25)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO, DESTINADO A COBERTURA DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS E PREDIOS DO MUNICÍPIO E

DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

LIDACI LOPES CROMIANSKI – GESTORA DO FUNDO DE SAUDE

Contrato Nº.: 60/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL

Contratada.: SOMPO SEGUROS S.A.

Valor ..... : 870,76 (oitocentos e setenta reais e setenta e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 09/11/2017 Término: 08/11/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (3), 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (5), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (25)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO, DESTINADO A COBERTURA DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS E PREDIOS DO MUNICÍPIO E

DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

LIDACI LOPES CROMIANSKI – GESTORA DO FUNDO DE SAUDE

Contrato Nº.: 61/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL

Contratada.: GENTE SEGURADORA S/A.

Valor ..... : 4.216,77 (quatro mil duzentos e dezesseis reais e setenta e sete centavos)

Vigência ..... : Início: 09/11/2017 Término: 08/11/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (3), 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (5), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (25)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO, DESTINADO A COBERTURA  
DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS E PREDIOS DO MUNICÍPIO  
E  
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.  
LIDACI LOPES CROMIANSKI – GESTORA DO FUNDO DE SAUDE

# Palhoça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.289, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1429373

decreto Nº 2.289, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.444, de 21 de dezembro de 2016, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais ), na dotação orçamentária abaixo:

16:00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

16:01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Ação - 92 – Amortização e Encargos da Dívida Interna

162 46..90.00.00.00.00.0.010.000142– Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentárias abaixo:

16:00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

16:01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Ação - 92 – Amortização e Encargos da Dívida Interna

161 32..90.00.00.00.00.0.010.000142– Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 16 de novembro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO Nº 018/CMI/2017

Publicação Nº 1429080

RESOLUÇÃO Nº 018/CMI/2017

Altera a Resolução nº 15/CMI/2017 e confirma a Formação da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes do Conselho Municipal do Idoso-CMI-Palhoça/SC.

O Conselho Municipal do Idoso de Palhoça-CMI, em sua Sessão Plenária ocorrida no dia 01 de novembro 2017, no Centro do Idoso, bairro Caminho Novo – Palhoça e no uso das atribuições que lhe conferem a Lei de Criação do CMI- Palhoça nº 3.750 de 11 de dezembro de 2012 e o Regimento interno aprovado pelo decreto nº 2.278 de 26 de outubro de 2017, e ainda:

CONSIDERANDO que no Regimento Interno do CMI, no Art. 5 dispõe que as estâncias do CMI são Sessão Plenária, Mesa Diretora, Comissões Permanentes e Secretaria Executiva e que no mesmo artigo inciso 2º afirma que a Mesa Diretora é eleita pela maioria dos votos da Plenária para o mandato de 1 (um) ano permitida a recondução com alternância governamental e não governamental.

CONSIDERANDO que no Art. 13 do Regimento Interno descreve

que as Comissões Permanentes e Grupos Temáticos têm por finalidade subsidiar as tomadas de decisões do Conselho no cumprimento de suas competências, sendo complementado no inciso 2º onde dispõe que as Comissões serão constituídas por Conselheiros Titulares ou Suplentes, sendo que:

#### RESOLVE:

Art. 1º Confirmar a formação da Mesa Diretora:

I-Presidente: Edson Madeira

II-Vice Presidente: Marinez Casagrande

III-1ºSecretário: Aline Maria Venâncio de Simas

Art.2º Validar a formação das Comissões Permanentes:

I-Comissão de Normas, Regulamentação e Inscrição:

a)Michele Patricia Moreira-governamental;

b)João Batista F. Abrahão Filho-não governamental;

c)Vanessa Christina Grandó Diehl-governamental;

d)Gisele P. Stahelin dos Santos-não governamental.

II-Comissão Capacitação dos Conselheiros, Políticas do Idoso, Estudo e Pesquisa:

a)Marinez Casagrande - não governamental;

b)Michele Patricia Moreira - governamental;

c)RocheleDeminski de Matos - não governamental.

III-Comissão de Comunicação, Divulgação e Enfrentamento da Violência:

a)Lucia Helena Vitorino Vila Nova - governamental;

b)RocheleDeminski de Matos - não governamental;

c)Elaine Scheramm S A da Rocha - governamental.

IV- Comissão de Orçamento e Financiamento

a) Edson Madeira-Governamental

b) Marinez Casagrande-Não Governamental

c) Patrício Otavio da Silva- Governamental

d) Albertina Boeing- Governamental

Art. 3º Esta resolução será publicada em forma de decreto pelo Prefeito Municipal de Palhoça.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 16 novembro de 2017.

Edson Madeira

Presidente do Conselho Municipal do Idoso

### RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 123/2017

Publicação Nº 1428233

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL N. 123/2017

O Município de Palhoça, torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do Processo Licitatório nº. 123/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que consiste na aquisição Móveis - Faculdade Municipal de Palhoça.

EMPRESAS CLASSIFICADAS:

JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI ME- CNPJ N. 06.033.276/0001-60, ficou classificada nos itens 01, 03 e 05 em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 8.735,00 (oito mil, setecentos e trinta e cinco reais).

GRANMEYER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA ME - CNPJ N. 07199886000193, ficou classificada no item 06, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais).

GILMAR SANI ME – CNPJ N. 14.588.459/0001-62 ITEM ficou classificada nos itens 02 e 04, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 3.220,00 (três mil, duzentos e vinte reais).

Palhoça, 16 de novembro de 2017.

Shirley Regina de Farias  
Pregoeira – Portaria 3614/2017

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 064/2017

Publicação Nº 1428642

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 064/2017, QUINTO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º 065/2013 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa física CLAUDIO ARI LEONEL. OBJETO: – Fica prorrogado até 30/04/2018 o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Locação n.º 065/2013. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2018.

DATA: 10/11/2017.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

### PORTARIA Nº 080/2017

Publicação Nº 1428228

PORTARIA Nº 080/2017.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, declara a vacância do cargo público da servidora Denise Perpetua Natividade.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora Denise Perpetua Natividade, detentora da matrícula funcional nº 500003-01, inscrita no CPF sob o nº 516.949.729-68 e no PIS/PASEP sob o nº 121.094.684-69, lotada na Secretaria da Receita, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 13 de novembro de 2017.

Milton Luiz Espindola  
Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes  
Assistente Administrativo  
Matrícula 300054-01

**PORTARIA Nº 081/2017**

Publicação Nº 1428230

**PORTARIA Nº 081/2017**

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público do servidor Luiz Cesar da Costa.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor Luiz Cesar da Costa, detentor da matrícula funcional nº 800254-01, inscrito no CPF sob o 221.335.269-00 e no PIS/PASEP sob o nº 100.747.653-77, lotado na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 13 de novembro de 2017.

Milton Luiz Espindola	Ariana Vera da Rosa Tavares
Presidente do IPPA	Técnico Previdenciário
	Matrícula 900048

**PORTARIA Nº 082/2017**

Publicação Nº 1428231

**PORTARIA Nº 082/2017**

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal e declara a vacância do cargo público da servidora Marivone Maria Silveira.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal a servidora Marivone Maria Silveira, detentora da matrícula funcional nº 122915-01, inscrita no CPF sob o nº 637.019.019-53 e no PIS/PASEP sob o nº 1.702.892.011-7, lotada na Secretaria de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Série/Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, 13 de novembro de 2017.

Milton Luiz Espindola	Andrea Mara Harger Luckmann Pléticos
Presidente do IPPA	Assistente Administrativo
	Matricula 300010-01

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 09/2017 SOCIAL

Publicação Nº 1428767

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Processo Licitatório nº 09/2017. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 06/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÕES, PALESTRAS EDUCATIVAS E MOTIVACIONAIS E OFICINAS. Data da entrega dos envelopes: 29/11/2017 até as 14:00 horas. Data da abertura: 29/11/2017 até às 14:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou no site [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br). Palmitos, 16 de Novembro de 2017. Leda Maria Matte Perin – Gestora do Fundo.

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO TERMO POASTILAMENTO CONTRATO COMBUSTIVEL 001-2017

Publicação Nº 1429205

EXTRATO TERMO APOSTILAMENTO CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PALMITOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 001/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1.500 (UM MIL E QUINHENTOS) LITROS DE COMBUSTÍVEL – GASOLINA COMUM, PARA USO DO VEICULO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

CONTRATADA: POSTO AVENIDA PALMITENSE - LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO: 001/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 001/2017

VALOR UNITÁRIO CONTRATADO: R\$ 3,877 (três reais e oitenta e sete, sete centavos), ao litro.

VALOR APOSTIVADO: R\$ 4,19 (quatro reais e dezenove centavos), ao litro.

DATA DE APOSTILAMENTO: 14/11/2017 até 31/12/2017.

Palmitos/SC, 14 de novembro de 2017.

ASTIR BRUCKMANN

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Palmitos

# Papanduva

## PREFEITURA

### TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2017

Publicação Nº 1428763

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

TOMADA DE PREÇO Nº 008/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRA POLIESPORTIVA DA GEM PREFEITO RUBENS ALBERTO JAZZAR.

Entrega dos envelopes: 05 de Dezembro de 2017 às 10:00 h. Base legal: Lei 8666 /93 e demais legislação vigente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva 16 de Novembro de 2017. Luiz Henrique Saliba Prefeito Municipal.

# Paraíso

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41-2017

Publicação Nº 1428612

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO

Página: 1/7  
Processo Nº.: 90/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2017

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 41/2017

No dia 16 do mês de Novembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 59/2017, Processo Licitatório nº. 90/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a(o) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS (GENUÍNAS), PARA REPOSIÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TRATOR MASSEY FERG 292, PAT. Nº 4033, TRATOR MASSEY FERG 283, PAT Nº 5830, TRATOR MASSEY FERG 4275/4, PAT Nº 7521 E TRATOR MASSEY FERG 292, PAT Nº 3663, UTILIZADOS NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAÍSO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6599	CENTRO DE REPARAÇÃO MECÂNICA JACARÉ LTDA ME	7, 9, 11, 14, 16, 24, 25, 26, 31, 44, 50, 51, 59, 60, 63, 66, 70, 71, 74, 75, 78, 79, 80, 83, 85, 86, 90, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103
6040	MÁQUINAS E MOTORES SPERANDIO LTDA	2, 17, 33, 38, 46, 56, 65, 82, 89, 94
6062	MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME	1, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 12, 13, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 61, 62, 64, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 77, 81, 84, 87, 88, 91, 92, 93, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CENTRO DE REPARAÇÃO MECÂNICA JACARÉ LTDA ME	01.244.119/0001-72	GREGORY ZORZO VRONSKI	605.140.949-15
MÁQUINAS E MOTORES SPERANDIO LTDA	85.362.697/0001-01	ROBERTO ANTONIO MARCZINSKI	029.824.019-08
MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME	85.256.287/0001-78	LEANE MARCON WELTER	016.205.789-05

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS (GENUÍNAS), PARA REPOSIÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TRATOR MASSEY FERG 292, PAT. Nº 4033, TRATOR MASSEY FERG 283, PAT Nº 5830, TRATOR MASSEY FERG 4275/4, PAT Nº 7521 E TRATOR MASSEY FERG 292, PAT Nº 3663, UTILIZADOS NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAÍSO/SC  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6040 - MÁQUINAS E MOTORES SPERANDIO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	FILTRO DO COMBUSTIVEL CAV LONGO, COD. 1896287	PC	AGCO	12,000	15,0000	180,00
17	TANQUE DE COMBUSTIVEL, COD. 6269310	PC	AGCO	2,000	2.700,0000	5.400,00
33	KIT ENGENHAGENS EIXO E COROA CUBO EIXO DIANTEIRO, ZF COD. 3603960	PC	AGCO	1,000	1.700,0000	1.700,00
38	PONTA PILOTO Z15, COD. 049834	PC	AGCO	2,000	790,0000	1.580,00
46	EIXO DA BOMBA HIDRÁULICA, COD. 1871781	PC	AGCO	2,000	300,0000	600,00
56	DISCO DE EMBREAGEM DUPLA 13", COD. 023991	PC	AGCO	2,000	350,0000	700,00
65	ANEL VEDAÇÃO, COD. 6317983	PC	AGCO	2,000	15,0000	30,00
82	CAPA BORRACHA, COD. 180980	PC	AGCO	2,000	7,0000	14,00
89	JUNTA, COD. 1696548	PC	AGCO	2,000	4,0000	8,00
94	ROLAMENTO ESFERAS 63,5MM, COD. 3585341	PC	AGCO	2,000	75,0000	150,00

  

Fornecedor: 6062 - MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	FILTRO DO ÓLEO DO MOTOR, COD. 1447048	PC	AGCO	10,000	19,8000	198,00
3	FILTRO DA TRANSMISSÃO, COD. 6223537	PC	AGCO	4,000	108,0000	432,00
4	ELEMENTO FILTRO DE SUÇÃO, COD. 3800305	PC	AGCO	4,000	88,0000	352,00
5	ELEMENTO DO FILTRO DE AR EXTERNO, COD. 6223618	PC	AGCO	4,000	98,0000	392,00
6	ELEMENTO DO FILTRO DE AR INTERNO, COD. 6223619	PC	AGCO	4,000	45,0000	180,00
8	COTOVELO FILTRO DE SUÇÃO, COD. 6223551	PC	AGCO	4,000	88,0000	352,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 2/7  
 Processo Nº.: 90/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2017

<b>Fornecedor: 6062 - MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME</b>						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	ROLAMENTO MUNIÃO PEQUENO, COD. 040665	PC	AGCO	8,000	68,0000	544,00
12	BOMBA D'ÁGUA, COD. 424875	PC	AGCO	4,000	225,0000	900,00
13	MANGUEIRA INFERIOR DO RADIADOR, COD. 885563	PC	AGCO	4,000	38,0000	152,00
15	FLANGE CARDAN TRAÇÃO, COD. 6288374	PC	AGCO	8,000	245,0000	1.960,00
18	FAROL CIBIÉ H3 12V, COD. 3786668	PC	AGCO	4,000	53,0000	212,00
19	PAINEL COMPLETO, COD. 6272741	PC	AGCO	2,000	1.090,0000	2.180,00
20	RELÓGIO TACÔMETRO, COD. 6262092	PC	AGCO	2,000	1.090,0000	2.180,00
21	VALVULA ENGATE RAPIDO FEMEA 1/2, COD. 3772942	PC	AGCO	8,000	85,0000	680,00
22	VALVULA ENGATE RAPIDO MACHO 1/2, COD. 115082	PC	AGCO	8,000	19,0000	152,00
23	ARTICULAÇÃO MUNIÃO AFL 335/340, COD. 040658	PC	AGCO	2,000	590,0000	1.180,00
27	VALVULA TERMOSTATICA, COD. 70998003	PC	AGCO	2,000	49,0000	98,00
28	CONJUNTO ALTERNADOR, COD. 6228058	PC	AGCO	2,000	645,0000	1.290,00
29	MOTOR DE PARTIDA, COD. 6306848	PC	AGCO	2,000	1.890,0000	3.780,00
30	DISCO DE EMBREAGEM DUPLO 12", COD. TOP048438	PC	AGCO	2,000	230,0000	460,00
32	KIT ENGRENAGENS EIXO E ARRUELA DIFERENCIAL TRASEIRO, COD. 6262043	PC	AGCO	1,000	590,0000	590,00
34	DISCO DE FREIO, MECÂNICO BANHADO A ÓLEO CERAMETALICO, COD. 30184800	PC	AGCO	2,000	39,0000	78,00
35	ADAPTADOR DO SUPORTE DIANTEIRO, COD. 3412050	PC	AGCO	2,000	690,0000	1.380,00
36	PLACA DE EMBREAGEM, COD. 887907	PC	AGCO	2,000	215,0000	430,00
37	ROLAMENTO DE EMBREAGEM CONTATO, COD. 6223296	PC	AGCO	2,000	300,0000	600,00
39	KIT CACHORRETE DA EMBREAGEM (REPARO), COD. 3175581	PC	AGCO	2,000	198,0000	396,00
40	LUVIA TOMADA DE FORÇA (FUSIL), COD. 3611473	PC	AGCO	2,000	68,0000	136,00
41	BOMBA HIDRÁULICA DUPLA, COD. 6214827	PC	AGCO	2,000	970,0000	1.940,00
42	JOGO ANEL O-RING BOMBA LEVANTE HIDRÁULICO, COD. 3176603	PC	AGCO	2,000	48,0000	96,00
43	REPARO BOMBA HIDRÁULICO VALVULA, COD. 3176163	PC	AGCO	2,000	97,0000	194,00
45	EMBOLO DO PISTÃO DA BOMBA BLOCO, COD. 180924	PC	AGCO	2,000	79,0000	158,00
47	VALVULA, COD. 1870763	PC	AGCO	2,000	119,0000	238,00
48	FAROL CIBIÉ, COD. 024393	PC	AGCO	4,000	35,0000	140,00
49	FILTRO HIBRÁULICO, COD. 034391	PC	AGCO	2,000	69,0000	138,00
52	REPARO CILINDRO TRAÇÃO ZF, COD. 038054	PC	AGCO	2,000	48,0000	96,00
53	TAMPA DO ÓLEO CÂRTER, COD. 70150038	PC	AGCO	1,000	30,0000	30,00
54	EIXO HIDRÁULICO LINHA 200 LEVANTE, COD. 897567	PC	AGCO	2,000	240,0000	480,00
55	FILTRO DE AR INTERNO, COD. 055120	PC	AGCO	2,000	44,0000	88,00
57	ROLAMENTO DE EMBREAGEM CONTATO C/FLANGE, COD. 6302040	PC	AGCO	2,000	635,0000	1.270,00
58	FILTRO DE AR EXTERNO, COD. 055119	PC	AGCO	2,000	57,0000	114,00
61	BUCHA BRONZE, COD. 3603232	PC	AGCO	2,000	68,0000	136,00
62	ANEL V DIAM. EXT. 157X141, COD 6275854	PC	AGCO	2,000	49,0000	98,00
64	ANEL PROTEÇÃO POLIURETANO, COD. 6210013	PC	AGCO	2,000	26,0000	52,00
67	RETENTOR BORRACHA, COD. 027537	PC	AGCO	2,000	15,0000	30,00
68	BUCHA METALICA DE AÇO, COD. 3603235	PC	AGCO	2,000	20,0000	40,00
69	BUCHA DE BRONZE , COD. 6300207	PC	AGCO	2,000	85,0000	170,00
72	ROLAMENTO ROLOS, COD. 040665	PC	AGCO	2,000	38,0000	76,00
73	RETENTOR DE BORRACHA, COD. 3587946	PC	AGCO	2,000	18,0000	36,00
76	JOGO REPARO EIXO DIANTEIRO, COD. 038054	PC	AGCO	2,000	49,0000	98,00
77	CONJUNTO CILINDRO HIDRÁULICO, COD. 034617	PC	AGCO	2,000	645,0000	1.290,00
81	CONJUNTO PISTÃO, COD. 034604	PC	AGCO	2,000	80,0000	160,00
84	CONJUNTO TANQUE DE COMBUSTÍVEL, COD. 068530	PC	AGCO	1,000	998,0000	998,00
87	ANEL O BORRACHA, COD. 195562	PC	AGCO	2,000	0,6000	1,20
88	CONJUNTO ELEMENTO FILTRO ÓLEO, COD. 3800305	PC	AGCO	2,000	89,0000	178,00
91	DISCO PRESSÃO EMBREAGEM T.D.F, COD. 1865836	PC	AGCO	2,000	188,0000	376,00
92	JOGO DE REPARO DE EMBREAGEM DUPLA, COD. 3175581	PC	AGCO	2,000	198,0000	396,00
93	ROLAMENTO EMBREAGEM, COD. 6302040	PC	AGCO	2,000	470,0000	940,00
101	ANEL O-RING, COD. 886089	PC	AGCO	2,000	1,9000	3,98
104	ROLAMENTO AGULHAS 31,75MM, COD. 1677724	PC	AGCO	2,000	53,0000	106,00
105	ANEL O-RING D75 3.234X0.139, COD. 70923816	PC	AGCO	2,000	7,0000	14,00
106	LAMPADA 1/2 LUZ 12 V	UND	AGCO	4,000	6,0000	24,00
107	RELÉ PISCA 12 V	PC	AGCO	2,000	27,0000	54,00
108	BATERIA 100 AMPERES	PC	AGCO	2,000	420,0000	840,00
109	RELÉ AUXILIAR 40 AMP. 12V.	UND	AGCO	2,000	18,0000	36,00

<b>Fornecedor: 6599 - CENTRO DE REPARAÇÃO MECÂNICA JACARÉ LTDA ME</b>						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	TAMPA DE TANQUE DE COMBUSTIVEL C/ CHAVE, COD. 6204128	PC	MASSEY FER	4,000	200,0000	800,00
9	ROLAMENTO DO CUBO DIANTEIRO GANDE, COD. 033615	PC	MASSEY FER	8,000	140,0000	1.120,00
11	CRUZETA DO EIXO DIANTEIRO, COD. 3603881	PC	MASSEY FER	8,000	43,0000	344,00
14	BOMBA ALIMENTADORA, COD. 7004982	PC	MASSEY FER	2,000	260,0000	520,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/7  
 Processo Nº.: 90/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2017

Fornecedor: 6599 - CENTRO DE REPARAÇÃO MECÂNICA JACARÉ LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	BOMBA HIDRÁULICA HIDROSTÁTICA, COD. ACW 1349150	PC	MASSEY FER	2,000	2,300,0000	4,600,00
24	VARETA MEDIDORA DE OLEO, COD. 6209564	PC	MASSEY FER	2,000	28,0000	56,00
25	BARRA DIREÇÃO RETA L.E, COD. 3604908	PC	MASSEY FER	2,000	240,0000	480,00
26	BARRA DE DIREÇÃO RETA L.D, COD. 3604908	PC	MASSEY FER	2,000	240,0000	480,00
31	KIT PINHÃO E COROA EIXO DIANTEIRO ZF 13X28, COD. 80571800	PC	MASSEY FER	1,000	1,750,0000	1,750,00
44	VALVULA DA BOMBA, COD. 1662590	PC	MASSEY FER	2,000	100,0000	200,00
50	BRAÇO HIDRÁULICO LINHA 200, L.D, COD. 060682	PC	MASSEY FER	2,000	560,0000	1,120,00
51	BRAÇO HIDRÁULICO LINHA 200, L.E, COD. 060683	PC	MASSEY FER	2,000	560,0000	1,120,00
59	CORREIA VENTILADOR MOTOR, COD. 2801859	PC	MASSEY FER	2,000	28,0000	56,00
60	ADITIVO RADIADOR (LT)	LT	MASSEY FER	8,000	14,0000	112,00
63	ANEL O DE BORRACHA, COD. 6210008	PC	MASSEY FER	2,000	15,0000	30,00
66	RETENTOR, COD. 81185200	PC	MASSEY FER	2,000	11,0000	22,00
70	BUCHA SINTERIZADA AÇO, COD. 3603213	PC	MASSEY FER	2,000	180,0000	360,00
71	RETENTOR K-7, COD. 81272600	PC	MASSEY FER	2,000	95,0000	190,00
74	PIVO PRINCIPAL, COD. 80296100	PC	MASSEY FER	2,000	100,0000	200,00
75	ROLAMENTO, COD. 3176330	PC	MASSEY FER	2,000	194,0000	388,00
78	ANEL PLÁSTICO 2.500Kg, COD. 3412380	PC	MASSEY FER	2,000	10,0000	20,00
79	ANEL O 2.500Kg, COD. 3412140	PC	MASSEY FER	2,000	1,5000	3,00
80	ANEL GUIA PLÁSTICO, COD. 034615	PC	MASSEY FER	2,000	5,8000	11,60
83	PROTEÇÃO BORRACHA, COD. 887654	PC	MASSEY FER	2,000	7,5000	15,00
85	ANEL O BORRACHA, COD. 195561	PC	MASSEY FER	2,000	0,4500	0,90
86	ARRUELA PLASTICA, COD. 195874	PC	MASSEY FER	2,000	0,9500	1,90
90	EMBREGEM DUPLA 13", COD. 3586769	PC	MASSEY FER	2,000	1,000,0000	2,000,00
95	ROLAMENTO ESFERAS 17 MM VOLANTE, COD. 488952	PC	MASSEY FER	2,000	19,0000	38,00
96	RETENTOR TRASEIRO, ARVORE MANIVELAS, COD. 7004082	PC	MASSEY FER	2,000	75,0000	150,00
97	RETENTOR MURINGA, COD. 6231386	PC	MASSEY FER	2,000	15,0000	30,00
98	RETENTOR MURINGA, COD. 6312290	PC	MASSEY FER	2,000	15,0000	30,00
99	JUNTA CARÇAÇA MOTOR 4 FUROS, COD. 36817181	PC	MASSEY FER	2,000	25,0000	50,00
100	ANEL O BORRACHA, COD. 1004633	PC	MASSEY FER	2,000	1,9500	3,90
102	PINO 3/8 L1 - 3/16, COD. 832813	PC	MASSEY FER	2,000	1,5000	3,00
103	GRAMPO INTERNO 3/8, COD. 195414	PC	MASSEY FER	2,000	1,0000	2,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e reajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 90/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2017

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 90/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 6/7  
Processo Nº: 90/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**Página: 7/7  
Processo Nº.: 90/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2017

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 16 de Novembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

CENTRO DE REPARAÇÃO MECÂNICA JACARÉ LTDA ME	CNPJ: 01.244.119/0001-72	_____
MÁQUINAS E MOTORES SPERANDIO LTDA	CNPJ: 85.362.697/0001-01	_____
MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME	CNPJ: 85.256.287/0001-78	_____

# Passos Maia

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 0092/2017

Publicação Nº 1428349

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0092/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0073/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0055/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: ELTON INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0055/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 16 de Novembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO A ATA 0085/2017

Publicação Nº 1428258

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0085/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0064/2017

PREGÃO PRESENCIAL N. 0048/2017

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Leomar Roberto Listoni, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 639.458.199-20, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - SC, denominado para este instrumento simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, à empresa VIDEAR CONCÓRDIA CAMINHÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ n. 83.199.760/0001-05, sediada à Rua Tancredo Neves, 3435, bairro São Cristóvão na cidade de Concórdia - Estado de Santa Catarina, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Flavio Nei Borges, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 862.773.329-53, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

#### CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no artigo 65, I, "b", da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de reajustar o valor previsto na ata de registro de preço n. 0085/2017.

Considerando que há orçamento detalhando os serviços que serão realizados, bem como o seu efetivo valor.

Considerando que o valor proposto pela contratada está em consonância com o mercado atual.

Considerando, ainda, que o valor do presente aditivo não ultrapassa o limite legal.

Conclui-se que a realização do presente termo aditivo do contrato acima identificado atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O preço previsto na ata de registro de preço n. 0085/2017 foi reajustado em 12,147%, sendo assim o valor que antes era de R\$ 54.846,37 (cinquenta e quatro mil oitocentos e quarenta e seis reais), passara a ser de R\$ 61.508,37 (cinquenta e um mil quinhentos e oito reais), com um reajuste de R\$ 6.662,00 (seis mil seiscentos e sessenta e dois reais).

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro de Comarca de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 16 de novembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO NEI BORGES VIDEAR CONCÓRDIA CAMINHÕES LTDA

Testemunhas:

EDSON SALVADEGO  
CPF nº 067.004.859-32

ALEX SANDER ZANCHET CPF nº  
068.152.419-71

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### 446/2017

Publicação Nº 1429425

PORTARIA Nº 446/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I,

#### RESOLVE:

Art. 1º - AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Sidnei Meneghel, nomeado pela Portaria Nº 058/1998, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, Matrícula Nº 326, Portaria de concessão Nº 424/2017, até 30/11/2017 conforme comunicado de decisão em anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes em 16 de novembro de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 17 de novembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

### 447/2017

Publicação Nº 1429426

PORTARIA Nº 447/2017

Dispõe sobre a autorização para Uso – Condução de Veículos Oficiais quando do Desempenho de suas Funções a servidora Bruna Carolina Trovão Dias.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 85, inciso II, "g", da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes,

Considerando a Instrução Normativa 02/2010 de 01 de julho de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º PERMITIR a condução de veículos oficiais pertencentes à Administração Pública deste Município, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de Motorista Oficial.

I – 11198 – Bruna Carolina Trovão Dias – Assistente Social;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes em 16 de novembro de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 17 de novembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

### 448/2017

Publicação Nº 1429428

PORTARIA Nº 448/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I,

#### RESOLVE:

Art. 1º - AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor João dos Passos Custódia, nomeado pela Portaria Nº 272/2013, ocupante do Cargo de Motorista, Matrícula Nº 10929, Portaria de concessão Nº 220/2017, até 31/03/2018 conforme comunicado de decisão em anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes em 16 de novembro de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 17 de novembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

### 449/2017

Publicação Nº 1429429

PORTARIA Nº 449/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, inciso II,

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, a Terezinha Dionel Cardoso, nomeada pela Portaria Nº 476/2013, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº 10967, por 30 dias, no período de 09/11/2017 a 08/12/2017, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes em 16 de novembro de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 17 de novembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de novembro de 2017.

**LEI Nº 1731/2017**

Publicação Nº 1428389

LEI Nº 1731/2017

Institui denominações de Ruas e Travessa, no Bairro Penha.

Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº. 50/2017 e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Institui a denominação de Rua Roberto João Borges, com início na BR 101, KM 268, ao lado direito da via, sentido norte/sul, tendo o Posto da Polícia Rodoviária Federal ao lado direito da rua, com término numa área de preservação ambiental, no Bairro Penha.

Artigo 2º - Institui a denominação de Rua Joaquim de Assis, trecho compreendido com início na rua recém criada, Roberto João Borges, passando nos fundos do Posto da Polícia Rodoviária Federal, com término na BR-101, KM 268, no Bairro Penha.

Artigo 3º - Institui a denominação de Travessa Maria Renilde de Assis, trecho compreendido com início na Rua recém criada, Joaquim de Assis, lado oeste, trata-se de uma travessa sem saída.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 17 de outubro de 2017.  
NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de novembro de 2017.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Sec. Municipal de Administração

**LEI Nº 1732/2017**

Publicação Nº 1428393

LEI Nº 1732/2017

Institui denominação de Rua Rozelinda Terezinha da Costa Sá, no Bairro Centro.

Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº. 53/2017 e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Institui a denominação de Rua Rozelinda Terezinha da Costa Sá, trecho compreendido com início na Rua José Pereira da Silva, entre o Ginásio de Esporte Osni Manoel dos Santos e os comércios existentes, paralelo com a Rua Portugal, com término aos fundos da propriedade da ASSIPA (Associação de Idosos de Paulo Lopes), e do terreno de propriedade do Sr. Abelardo de Sá. Medindo aproximadamente 95,00 metros de comprimento, no Bairro Centro.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 19 de outubro de 2017.  
NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

# Penha

## PREFEITURA

### 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1429028

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

O Senhor Prefeito e o Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Penha - Concidade, no uso de suas atribuições de acordo com o artigo 172-E da Lei Orgânica Municipal, Lei municipal nº 2201/08, Lei municipal nº 2244/08 e artigo 259 parágrafo único, Lei Complementar municipal nº 02/07 e do Estatuto das cidades, CONVOCAM a população em geral para a 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA que acontecerá no dia 05/12/2017 às 19h no Plenário da Câmara de Vereadores de Penha, localizada na Av Prefeito Eugênio Krause, nº 94, Centro, Penha, Santa Catarina.

Pauta da Conferência:

- SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Penha, 16 de novembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Diego Luis Matiello

Presidente do Concidade

### 2º TERMO ADITIVO 18/2017-FMAS

Publicação Nº 1428864

2º TERMO ADITIVO Nº 18/2017- FMAS

AO CONTRATO Nº 05/2016 - FMAS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 01/2016-FMAS, modalidade Dispensa de Licitação nº 01/2016-FMAS

OBJETO DO PROCESSO: Locação de um imóvel localizado na Avenida Antônio Joaquim Tavares, 469, Centro, Penha/SC - CEP: 88385-000, sendo o imóvel com 4 salas, 2 banheiros, ampla cozinha, garagem coberta e quintal, terreno medindo aproximadamente 319 m² para funcionamento do CREAS.

Pelo presente instrumento de 2º Termo Aditivo nº. 18/2017-FMAS, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado por seu Gestor, Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, doravante denominado LOCATÁRIO, e, de outro lado, o Senhor FRANCISCO JOSÉ DA SILVA, residente à cidade de Penha/SC, na Avenida Itapocoroy, nº. 469 - Apartamento 03, portador do CPF 180.478.669-15, doravante denominado simplesmente LOCADOR, têm entre si ajustado o presente termo, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O prpzo previsto na cláusula primeira do 1º Termo Aditivo nº 05/2017-FMAS ao Contrato Administrativo nº 05/2016-FMAS, fica prorrogado para mais 30 (trinta dias) dias, a contar de 16/11/2017, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Assistência Social, através de Comunicação Interna nº. 312/2017 e Parecer Jurídico nº 412/2017/PGM, documentos anexos ao presente termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato principal e termo aditivo

permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente termo, em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 14 de novembro de 2017.

SÉRGIO DE MELLO

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / LOCADOR

FRANCISCO JOSÉ DA SILVA

LOCATÁRIO

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

PROCURADOR GERAL

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2017 - PMP

Publicação Nº 1429020

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 092/2017 – PMP

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 013/2017 –PMP

Contrato: 164/2017 - PMP

Contratado: FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL

Objeto: Contratação da FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL para realização de Processo Seletivo para contratação de Professor Admitido em Caráter Temporário e Excepcional (ACT) e Monitor de Educação Infantil (ACT), compreendendo todos os procedimentos necessários ao planejamento, elaboração, divulgação, execução e realização da Avaliação Escrita Objetiva e Avaliação de Títulos do Processo Seletivo junto a Secretaria de Educação, conforme solicitação nº 1282/2017, compreendendo: - Artes; - Ciências; - Educação Física; - Ensino Religioso; - Geografia; - História; - Língua Inglesa; - Língua Portuguesa; - Matemática; - Anos Iniciais; - Educação Especial; - Educação Física; - Educação Infantil; - Monitor de Educação Infantil.

Prazo de duração do procedimento e vigência do contrato: ano letivo de 2018.

Valor: R\$ 45.544,68 (quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

Dotação Orçamentária: Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura. Unidade: 10.02 – Departamento de Ensino. Projeto/Atividade: 2.027 - Funcionamento e manutenção do Salário Educação. Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0617 - Aplicações Diretas (88)  
Vigência do contrato: 12 (doze) meses  
Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e alterações.  
Penha/SC, 16 de novembro de 2017.  
TARCÍSIO DOS SANTOS JÚNIOR - Fundação da Apoio a Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul - FAEPEUSUL  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA - Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### PORTARIA 569/2017

Publicação Nº 1428448

PORTARIA Nº 569/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora ALEXANDRA BRESAN BOLL, ocupante do cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO, Nível CC-5, Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 08 de Novembro de 2017, no período das 7h30 às 14 horas, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE**

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 08 de Novembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 08/Novembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

### PORTARIA 570/2017

Publicação Nº 1428450

PORTARIA Nº 570/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora DANIRA DERSI WEBER SANCHEZ LOPEZ, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 08 de Novembro de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE**

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 08 de Novembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 08/ Novembro /2017	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

### PORTARIA 571/2017

Publicação Nº 1428451

PORTARIA Nº 571/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora JACINTA INES BOLL TRENTINI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "E", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 06 de Novembro de 2017, no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 51, (Seção II- DO HORÁRIO DE TRABALHO E UNIFORME, Capítulo V - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE**

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 08 de Novembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 08/Novembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 572/2017**

Publicação Nº 1428452

PORTARIA Nº 572/2017  
 CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE  
 PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LILIAN ANDREA DE CAMARGO RAUBER, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 07 de Novembro de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 08 de Novembro de 2017.  
 NEUSA KLEIN MARASCHINI  
 Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 08/Novembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira  
 Responsável pela publicação

**PORTARIA 573/2017**

Publicação Nº 1428455

PORTARIA Nº 573/2017  
 CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE  
 PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ALEXANDRA BRESAN BOLL, ocupante do cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO, Nível CC-5, Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 09 de novembro de 2017, no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 09 de Novembro de 2017.  
 NEUSA KLEIN MARASCHINI  
 Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 09/Novembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira  
 Responsável pela publicação

**PORTARIA 575/2017**

Publicação Nº 1428457

PORTARIA Nº 575/2017  
 CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE  
 PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora DACIANE DE SOUZA FINGER, ocupante das funções do cargo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 10 de Novembro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 10 de Novembro de 2017.  
 NEUSA KLEIN MARASCHINI  
 Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 10/Novembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira  
 Responsável pela publicação

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### CREDENCIAMENTO 01/2017 FMAS

Publicação Nº 1428588

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2017 – FMAS  
CREDENCIAMENTO Nº 01/2017 – FMAS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PESCARIA BRAVA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE PESCARIA BRAVA, informa que será realizado Credenciamento de pessoa jurídica, afim de selecionar projetos de cunho social, inovadores para a instituição e para a comunidade, com o objetivo de incentivar, apoiar, promover, atender, valorizar e dar visibilidade as práticas das entidades governamentais e não-governamentais que contribuam para a promoção, garantia, defesa e atendimento do idoso. Conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações. Data de Credenciamento: As propostas deverão ser entregues até as 09:00 horas do dia 24/11/2017. Informações poderão ser obtidas através do Telefone: (048) 3647-6312 no Setor de Licitações. O Edital está publicado no site [www.pescariabrava.sc.gov.br](http://www.pescariabrava.sc.gov.br),  
Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava,  
Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.  
Pescaria Brava, 16 de novembro de 2017.

RAQUEL CARDOSO DOS SANTOS  
SECRETARIA MUNICIPAL.

# Petrolândia

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 32 2017 - COMBUSTÍVEL

Publicação Nº 1428576

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 42/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ÓLEO DIESEL B S-10 PARA CONSUMO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 29/11/2017, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail [licita@petrolandia.sc.gov.br](mailto:licita@petrolandia.sc.gov.br). Petrolândia, 17 de novembro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

### REVOGAÇÃO PREGÃO 31 2017 - COMBUSTÍVEL

Publicação Nº 1428572

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017

NOTA DE REVOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra revogado o edital de LICITAÇÃO Nº 41/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ÓLEO DIESEL B S-10 PARA CONSUMO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA. Motivo da revogação: Alteração do preço de referência, devido aos constantes reajustes ocorridos no mercado. Petrolândia, 17 de novembro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS N. 366/2017

Publicação Nº 1428207

#### CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS N. 366/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E TRANSPORTES E OBRAS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa POPP MECÂNICA E AUTO PECAS LTDA, autorizado através do Processo n. 303/2017, Licitação n. 195DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

#### CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

#### CONTRATADA:

Empresa: POPP MECÂNICA E AUTO PECAS LTDA

CNPJ-MF nº 07.434.575/0001-61

Endereço: ROD. SC 303 S/N - KM 3, VIDEIRA/SC

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 195DL2017, datado de 18/10/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E TRANSPORTES E OBRAS

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	25601 - arruela lisa 8mm [2002435]	un	1	0,59	0,59
2	13354 - arruela pressao 8mm [13363]	un	2	0,83	1,66
3	34898 - PARAFUSO 08 X 40	un	1	1,36	1,36
4	7360 - lente lanterna MB [7369]	PÇ	1	22,60	22,60
5	17028 - porca 8 mm [17048]	un	1	0,59	0,59
6	712 - TIRANTE [714]	PÇ	1	239,85	239,85
7	8313 - fluido freio DOT [8322]	un	2	23,90	47,80
8	26197 - arruela 8mm [2003031]	PÇ	4	0,59	2,36
9	28946 - arruela 10mm [20040207]	PÇ	8	0,47	3,76
10	14813 - parafuso 8 X 60 [14830]	un	4	1,75	7,00
11	17028 - porca 8 mm [17048]	un	4	0,75	3,00
12	24396 - 215147 mola [42063]	PÇ	1	12,15	12,15
13	32122 - CORTE C/ ELETRODO	un	2	6,25	12,50
14	34662 - chapa aço carbono 3/16 em metro	un	1,25	25,00	31,25
15	16188 - disco de desbaste 7 [16206]	un	1	14,65	14,65
16	14065 - disco corte [14082]	un	2	16,18	32,36
17	4568 - chapa 3/16x3" chato ferro [4574]	KG	1	262,50	262,50
18	35293 - OXIGENIO	PÇ	8	5,75	46,00
19	6317 - chapa dobrado 3/16 perfil [6325]	KG	2	84,525	169,05

TOTAL CONTRATADO: R\$ 911,03 (novecentos e onze reais e três centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto

2000 - PODER EXECUTIVO

2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

26 - Transporte

782 - Transporte Rodoviário  
23 - Estradas Vicinais  
2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
152 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
107 - CIDE

2 - Município de Pinheiro Preto  
2000 - PODER EXECUTIVO  
2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
18 - Gestão Ambiental  
541 - Preservação e Conservação Ambiental  
19 - Conservação Ambiental  
2.39 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL  
141 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
100 - Recursos Ordinários

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 195DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 18 de outubro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

POPP MECÂNICA E AUTO PECAS LTDA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.369/2017**

Publicação Nº 1428676

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.369/2017**

Termo de Contrato de AFERIÇÃO DE TACÓGRAFOS PARA OS ONIBUS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA, autorizado através do Processo n. 305/2017, Licitação n. 197DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

**CONTRATANTE:**

Município de Pinheiro Preto  
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69  
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto-SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA  
CNPJ-MF nº 82.756.164/0001-08  
Endereço: Rodovia SC 303, s/n, VIDEIRA/SC

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 197DL2017, datado de 24/10/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO**

1. O termo de contrato tem por objeto AFERIÇÃO DE TACÓGRAFOS PARA OS ONIBUS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	36319 - AFERIÇÃO DE TACÓGRAFOS	un	4	380,00	1.520,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.520,00 (um mil e quinhentos e vinte reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto  
2000 - PODER EXECUTIVO  
2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
12 - Educação  
361 - Ensino Fundamental  
12 - Desenvolvimento Educacional  
2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
117 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
62 - Transferencia de Convênios - Estado/Educação

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA**

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 197DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 24 de outubro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### CONTRATO N. 379/2017

Publicação Nº 1428493

CONTRATO n. 379/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DA RETRO 03 RANDOM celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PAVIMAQUINAS COM. DE PECAS E SERVICOS LTDA, autorizado através do Processo n. 319/2017, Licitação n. 208DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: PAVIMAQUINAS COM. DE PECAS E SERVICOS LTDA

CNPJ-MF nº 85.199.578/0001-71

Endereço: Rua Rua Barão do Rio Branco - D - até 619/620, 400, Centro,

Chapecó-Santa Catarina – CEP 89.801-030

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 208DL2017, datado de 07/11/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DA RETRO 03 RANDOM

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	24495 - 507815 valvula [42162]	PÇ	1	339,00	339,00
2	24475 - 215196 valvula [42142]	PÇ	1	1.675,00	1.675,00

3	24300 - 450229 bomba [41967]	PÇ	1	2.164,00	2.164,00
4	23410 - 0406402815 anel [41077]	PÇ	2	7,00	14,00
5	23437 - 0700003022 anel [41104]	PÇ	2	8,00	16,00
6	27201 - 76022696 filtro [2004036]	PÇ	1	424,00	424,00
7	23482 - 0700003145 anel [41149]	PÇ	1	20,00	20,00
8	27399 - 13060B1890 mangueira [2004234]	PÇ	1	203,00	203,00
9	23385 - 0700015140 anel [41052]	PÇ	1	9,00	9,00
10	24259 - 3300146 abracadeira [41926]	PÇ	2	26,00	52,00
11	23417 - 016221236 arruela [41084]	PÇ	2	12,00	24,00
12	24416 - 106349 pino [42083]	PÇ	1	270,00	270,00
13	24314 - 1502644 bucha [41981]	PÇ	2	35,00	70,00
14	27391 - 13030B1130 bucha [2004226]	PÇ	2	45,00	90,00
15	24426 - 201951 porca [42093]	PÇ	1	181,00	181,00
16	24325 - 518233 calço [41992]	PÇ	1	26,00	26,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 5.577,00 (cinco mil e quinhentos e setenta e sete reais).

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto  
2000 - PODER EXECUTIVO  
2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
26 - Transporte  
782 - Transporte Rodoviário  
23 - Estradas Vicinais  
2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
151 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
139 - FEP e Transf. dec. comp. financ expl. de Rec. Naturais

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

## CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;  
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;  
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;  
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;  
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária

ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 208DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 7 de novembro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

PAVIMAQUINAS COM. DE PECAS E SERVICOS LTDA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

## CONTRATO Nº 367/2017

Publicação Nº 1428369

CONTRATO nº 367/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DOS ÔNIBUS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CASA DO ONIBUS, autorizado através do Processo n. 304/2017, Licitação n. 196DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: CASA DO ONIBUS

CNPJ-MF nº 83.060.327/0002-67

Endereço: AV. ENG. LOURENÇO FAORO, 1421, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO

Caçador-Santa Catarina – CEP 89.500-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 196DL2017, datado de 23/10/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DOS ÔNIBUS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	25736 - abracadeira plastica [2002570]	PÇ	10	1,51	15,10
2	34022 - FUSIVEL LÂMINA	un	5	0,44	2,20
3	2561 - parafuso roda [2567]	PÇ	20	18,23	364,60
4	16910 - ARRUELA VEDACAO	un	6	0,51	3,06
5	35772 - CONTRA PINO 3MM	PÇ	1	0,58	0,58
6	32303 - LAMPADA PARA PAINEL CURTA 24V	un	2	9,39	18,78
7	34967 - PARAFUSO 14X40	PÇ	1	2,60	2,60
8	21604 - abracadeira plastica 20cm [21637]	un	20	0,66	13,20
9	27747 - abracadeira plastica [2004582]	un	6	1,51	9,06
10	23809 - cilindro mestre de freio [41476]	PÇ	1	1.654,00	1.654,00
11	31138 - FITA ISOLANTE 10M	un	1	7,12	7,12
12	4453 - fluido freio dot4 500ml [4459]	un	6	17,75	106,50
13	34022 - FUSIVEL LÂMINA	un	2	0,44	0,88
14	22682 - FUSIVEL 15 AMP [22717]	un	2	0,44	0,88
15	24724 - Lampada 24 V. [2001557]	un	6	4,80	28,80
16	29559 - PARAFUSO ACO 1-1/2X3.5 [22948]	un	1	7,80	7,80
17	26191 - porca 16mm [2003025]	PÇ	1	0,75	0,75

18	29379 - porca travante 16 [290000013]	PÇ	1	2,50	2,50
19	7334 - querosene [7343]	L	5	12,01	60,05
20	33959 - SIRENE DE RÉ	un	1	47,90	47,90
21	36335 - CAMARA AR DUP	un	2	282,23	564,46

TOTAL CONTRATADO: R\$ 2.910,82 (dois mil e novecentos e dez reais e oitenta e dois centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto  
2000 - PODER EXECUTIVO  
2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
12 - Educação  
361 - Ensino Fundamental  
12 - Desenvolvimento Educacional  
2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
117 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
62 - Transferencia de Convênios - Estado/Educação

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;  
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;  
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;  
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;  
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda

quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 196DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 23 de outubro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

CASA DO ONIBUS

REPRESENTANTE

## TESTEMUNHAS:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**ERRATA ATA REGISTRO DE PREÇO 012/2017**

Publicação Nº 1428666

ERRATA ATA REGISTRO DE PREÇO 012/2017  
PREGÃO PRESENCIAL 050/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL POTÁVEL SEM GÁS.

1. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2017  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2017

2. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇO, lê-se:

1.1. O objeto da presente ATA é o Registro de Preço para aquisição de água mineral potável sem gás;

1.2. As embalagens devem estar lacradas e dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto

1.3 O produto e o preço registrado são os constantes da tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDAD	marca	Valor unt	Valor total
01	Galão de água mineral – 20 litros.	Bombona	320	PURIS	11,50	3.680,00
02	Fardo com 12 (doze) garrafas de água mineral de 500 ml	Fardos	200	RANDON	8,00	1.600,00

PARÁGRAFO ÚNICO: O pagamento será realizado de acordo com os produtos entregues.

Pinheiro Preto, 01 de novembro de 2017.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal.

**LEI COMPLEMENTAR 240**

Publicação Nº 1428663

LEI COMPLEMENTAR Nº 240, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2002.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, §§ 1º, 3º e 4º, e art. 8º da Lei Complementar nº 102, de 28 de dezembro de 2002, passam a vigorar com as seguintes alterações, inserido o § único ao art. 3º:

Art. 1º Fica instituída a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal. (NR)

Art. 2º É fato gerador da COSIP o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município. (NR)

Art. 3º Sujeito passivo da COSIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território do Município. (NR)

Parágrafo único. Para efeitos desta lei, os consumidores ficam classificados como:

item	Classificação Lei Municipal	Classificação ANEEL
1	Consumidores Residenciais, Rurais e Urbanos	Classe Residencial
2	Consumidores Comércio, Indústria e empresas de serviço público rurais e urbanos	Classe Industrial
3	Consumidores Comércio, Indústria e empresas de serviço público rurais e urbanos	Classe Comercial, serviços e outras atividades
4	Consumidores Comércio, Indústria e empresas de serviço público rurais e urbanos	Classe Serviço Público
5	Órgãos dos poderes públicos Municipal, Estadual e Federal	Classe Poder Público
6	Consumidores primários	Grupo A
7	Consumidores Residenciais, Rurais e Urbanos	Classe Rural

Art. 4º A base de cálculo da COSIP é o valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura emitida pela empresa concessionária distribuidora. (NR)

Art. 5º Os valores de contribuição são diferenciados conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em kw/h, conforme tabela do anexo único da presente lei. (NR)

Art. 6º O valor da COSIP será reajustado com base na Tarifa B4a. (NR)

Art. 7º .....

§ 1º O Município poderá conveniar ou contratar com a Concessionária de Energia Elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição. (NR)

.....

§ 3º A concessionária deverá contabilizar mensalmente, o produto da arrecadação da COSIP, em conta própria, e fornecerá, à Secretaria Municipal de Administração, até o dia 15 do mês subsequente ao do recolhimento, o demonstrativo de arrecadação. (NR)

§ 4º Os valores da COSIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal. (NR)

Art. 8º O produto da arrecadação da COSIP de que trata esta Lei Complementar será integralmente destinado para o custeio dos serviços de Iluminação Pública. (NR)

.....

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro do ano seguinte à publicação, respeitado o princípio nonagesimal, na forma do disposto no art. 150, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de novembro de 2017.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 240, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANEXO ÚNICO

Tabela de valores de contribuição conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em kw/h

1 – Classe Residencial			
7 – Classe Rural			
Faixa de Consumo KWh	Valor mensal da COSIP em R\$		Conversão para percentual da Tarifa B4a (%)
0 a 30	Isento		0,00
31 a 50	4,65		1,84
51 a 100	5,81		2,30
101 a 200	7,35		2,91
201 a 300	9,78		3,87
301 a 400	13,27		5,25

401 a 500	18,15		7,18
501 a 1.000	23,06		9,12
Acima de 1.000	36,21		14,32

2 – Classe Industrial

3 – Classe Comercial, serviços e outras atividades

4 – Classe Serviço Público

Faixa de Consumo KWh	Valor mensal da COSIP em R\$		Conversão para percentual da Tarifa B4a (%)
0 a 30	9,56		3,78
31 a 50	11,67		4,62
51 a 100	15,61		6,18
101 a 200	18,64		7,37
201 a 300	22,16		8,76
301 a 400	25,64		10,14
401 a 500	31,00		12,26
501 a 1.000	36,62		14,48
Acima de 1.000	47,11		18,63

6 –Grupo A

Faixa de Consumo KWh	Valor mensal da COSIP em R\$		Conversão para percentual da Tarifa B4a (%)
Até 200	34,97		13,83
201 a 1.000	46,66		18,45
1.001 a 2.500	59,03		23,34
2.501 a 5.000	65,30		25,82
Acima de 5.000	81,64		32,28

5 – Classe Poder Público

Faixa de Consumo KWh	Valor mensal da COSIP em R\$	Conversão para percentual da Tarifa B4a (%)	Valor mensal da COSIP em R\$ (2016/2017)
Todos	Isento	0,00	-

**PORTARIA N.415, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1428700

PORTARIA N.415, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

INSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS REFERENTE LICITAÇÃO Nº080/2017.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no item 2 – Parágrafo Único do Edital de Licitação nº 080/2017, Modalidade Pregão Presencial;

Considerando a necessidade de verificar a qualidade dos itens alimentícios para serem utilizados na Festa Natalina 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Institui comissão para fins de análise das amostras dos itens alimentícios destinados à elaboração de lanche para a noite natalina, referente licitação nº 080/2017, nomeando para compô-la os seguintes membros:

I – Jussara Trevizol Einsweiler – Secretária de Educação;

II – Gianna Dalmolin – Diretora de Departamento de Ensino;

III - Thaís Mariani Bee - Nutricionista RT Merenda Escolar

IV – Marionice Fritzen – Merendeira

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto –SC, 13 de Novembro de 2017.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

# Piratuba

## PREFEITURA

### DECRETO 873/2017

Publicação Nº 1429459

DECRETO Nº 873/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre crédito suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício Anterior no valor de R\$ 55.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64. DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.017 – Apoio ao Ensino Superior

Modalidade: 155 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Outras Despesas Correntes 55.000,00

TOTAL: .....  
..... R\$ 55.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 31/12/2016 na seguinte fonte:

Fonte de Recursos – 0.3.0000 - Superávit Recursos Ordinários

Valor .....  
..... R\$ 55.000,00

TOTAL: .....  
..... R\$ 55.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 16 de Novembro de 2017.

OLMIR PAULINO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial

Conforme Lei n. 226/93

Em 16 de Novembro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO 874/2017

Publicação Nº 1429461

DECRETO Nº 874/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de Arrecadação apurado até o mês no valor de R\$ 240.000,00, e pela anulação parcial de dotações no valor de R\$ 60.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei

1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64. DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 33 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Pessoal e Encargos 200.000,00

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.010 – Manutenção do Ensino Infantil

Modalidade: 46 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Pessoal e Encargos 40.000,00

TOTAL: .....  
..... R\$ 240.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado até o final do mês de outubro nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 0.1.0003 – Fundeb 60%

Valor .....  
..... R\$ 133.800,00

Fonte de Recursos – 0.1.0004 – Fundeb 40%

Valor .....  
..... R\$ 106.200,00

TOTAL: .....  
..... R\$ 240.000,00

Art. 3º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 33 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Pessoal e Encargos 60.000,00

TOTAL: .....  
..... R\$ 60.000,00

Art. 4º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 3º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 36 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0004 – Outras Despesas Correntes 60.000,00

TOTAL: .....  
..... R\$ 60.000,00

Art. 5º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 16 de Novembro de 2017.  
OLMIR PAULINO BENJAMINI  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial  
Conforme Lei n. 226/93  
Em 16 de Novembro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO 875/2017

Publicação Nº 1429462

DECRETO Nº 875/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Abre crédito suplementar por conta do Excesso de Arrecadação apurado até o mês no valor de R\$ 360.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64. DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 03.01 – Departamento de Administração  
Projeto/Atividade: 2.006 – Manutenção do Departamento de Finanças  
Modalidade: 9 – 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Pessoal e Encargos 90.000,00

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino  
Projeto/Atividade: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental  
Modalidade: 32 – 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 – Pessoal e Encargos 140.000,00

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino  
Projeto/Atividade: 2.010 – Manutenção do Ensino Infantil  
Modalidade: 45 – 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 – Pessoal e Encargos 40.000,00

Órgão: 15.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

Unidade: 15.01 – Departamento de Transportes e Infraestrutura Rural  
Projeto/Atividade: 2.021 – Manutenção do Transporte Rodoviário Municipal  
Modalidade: 100 – 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Pessoal e Encargos 40.000,00

Órgão: 16.00 – SECRETARIA DA CIDAEE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Unidade: 16.01 – Departamento de Urbanismo  
Projeto/Atividade: 2.022 – Planejamento Urbano – Humanização da Cidade  
Modalidade: 117 – 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Pessoal e Encargos 50.000,00

TOTAL: .....  
..... R\$ 360.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado até o final do mês de outubro nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Valor .....  
..... R\$ 196.000,00

Fonte de Recursos – 0.1.0001 – MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Valor .....  
..... R\$ 164.000,00

TOTAL: .....  
..... R\$ 360.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 16 de Novembro de 2017.  
OLMIR PAULINO BENJAMINI  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial  
Conforme Lei n. 226/93  
Em 16 de Novembro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## PORTARIA N. 498/2017

Publicação Nº 1428860

PORTARIA Nº498/2017  
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA GESTANTE

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

MARCIA ISABEL DOS SANTOS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua 1º de Maio, neste Município de Piratuba, portadora da carteira de identidade nº 4.065.231 e CPF sob o nº 041.625.069-65, servidora efetiva desta municipalidade no cargo de Agente de Serviços Gerais Internos, LICENÇA A SERVIDORA GESTANTE, de 120 (cento e vinte) dias, conforme artigo 110 da Lei Complementar 65/15 e atestado médico de 13/11/2017, prorrogando-se por 60 (sessenta) dias, conforme artigo 112 da Lei supramencionada e requerimento de 13/11/2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 13 de novembro de 2017.  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93  
Em 13 de novembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### EDTP057\_2017

Publicação Nº 1428746

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº: 057/2017  
Edital: TOMADA DE PREÇO Nº: 057/2017  
Tipo: Menor Preço/Por Item  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.  
Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 04 de Dezembro de 2017.  
Abertura dos Envelopes: 08:00hs do dia 04 de Dezembro de 2017.  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390, Centro – Planalto Alegre -SC, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-Feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 as 17:30, ou pelo fone (49) 3335-0066.

Planalto Alegre-SC, em 16 de Novembro de 2017.  
JUARES BET  
Prefeito Municipal.

### Lei Municipal nº 0802/2017

Publicação Nº 1428224

LEI MUNICIPAL Nº 0802/2017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEI QUE DISPÕEM SOBRE CONCESSÃO DAS DIÁRIAS A VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DE PLANALTO ALEGRE DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

#### CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO DAS DIÁRIAS

Art. 1º - Fica instituída na Câmara de Vereadores de Planalto Alegre Estado de Santa Catarina, a concessão de diárias, a Vereadores e Servidores, para o custeio de despesas de viagens fora do município na forma estabelecida, com autorização do Presidente da Câmara;

I – Para reuniões previamente marcadas;

II – Para a participação do Vereador (a) em encontros, seminários, cursos, congressos que venham a dar-lhe melhor conhecimento para o perfeito desempenho de seu mandato parlamentar;

III – Para que o Vereador (a) represente o Legislativo em eventos, por delegação, outorgada pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

IV – Para a participação de servidores em cursos, seminários, encontros e congressos, cujo objetivo possa servir para o aprimoramento profissional do Servidor e melhor desempenho de suas funções na Câmara de Vereadores Planalto Alegre;

V – Para o comparecimento de Servidores a órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, Estadual ou Federal, a fim de representar, prestar serviços ou tomar informações relevantes ao perfeito funcionamento da Câmara de Vereadores de Planalto Alegre;

VI – Para que o Servidor represente o Legislativo, por delegação de competência outorgada pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

#### CAPÍTULO II

#### DA CONCESSÃO DAS DIÁRIAS

Art. 2º - Os Vereador (a) e Servidores da Câmara Vereadores de Planalto Alegre, devidamente autorizado, que se deslocarem de sua sede para qualquer parte do território nacional ou para exterior, em objeto de serviço de interesse da Câmara de Vereadores e demais casos previstos no artigo anterior, fará jus a percepção de diárias destinadas a indenizar as despesas com alimentação, hotel e locomoção urbana, conforme a Lei;

Art. 3º - Poderão ser celebrados contratos para a prestação de servidor de serviços de agenciamento de viagens;

§ 1º - O contrato contemplara, em conjunto ou separadamente:

I - Hospedagem incluindo alimentação;

II - Aquisição de passagens, com ou sem traslado;

§ 2º - A contratação do estabelecimento agenciador obedecerá à legislação sobre licitação da Administração Pública;

§ 3º - O órgão ou entidade fará opção pela solução mais econômica e viável, veja o pagamento de diária, seja a utilização de contrato com agenciador, limitados os gastos com alimentação e pousada, em qualquer caso, aos valores previstos no Anexo III desta lei;

Art. 4º - A concessão de diária fica condicionada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira;

#### CAPÍTULO III

#### DA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PARTICULAR E DO RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM COMBUSTÍVEL

Art. 5º - Não serão autorizadas viagens em veículo particular, excetuando-se aquelas realizadas em veículos locados ou cedidos aos órgãos, fundações e autarquias;

§ 1º - Excepcionalmente, ouvida previamente o Presidente da Câmara de Vereadores poderá permitir o uso do veículo próprio do servidor para sua locomoção de uma para outra localidade, no interesse do serviço;

Art. 6º - Os Vereador (a) e Servidores da Câmara de vereadores de Planalto Alegre, quando se deslocarem da sede do município, como citado no Art. 1º desta Lei, como, veículos de sua propriedade, poderão requerer ressarcimento das despesas com combustível condicionado:

§ 1º A inscrição do veículo particular na secretaria da Câmara deverá preceder sua utilização em viagens a serviço;

§ 2º A inscrição de que trata o parágrafo anterior somente será permitida a veículo adequado ao serviço a ser prestado e que apresente boas condições de uso;

Art. 7º - A solicitação de inscrição, de iniciativa do interessado, será dirigida à Diretoria Geral da Câmara de Vereadores de Planalto Alegre, devendo vir instruída com:

I - Fotocópia do certificado de registro e licenciamento do veículo de sua propriedade ou procuração em seu nome do mesmo;

Art. 8º - Para obter o ressarcimento das importâncias despendidas com combustível deverá o requerente:

I - Preencher o formulário em anexo I, enviando-o à Diretoria Geral, devidamente autorizada pelo Presidente da Câmara, que justificará a utilização de veículo particular;

Art. 9º - O ressarcimento a que se refere esta Lei será efetuado tomando-se por base a média do preço do litro da gasolina comum no município de Planalto Alegre, vigente na data da viagem, ou o valor efetivamente pago pelo litro, mediante apresentação da nota fiscal, à razão de 1/4 (um quarto) por quilômetro rodado;

Parágrafo único - O ressarcimento fica condicionado ao Art. 4º

desta Lei;

#### CAPÍTULO IV

##### DA SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DAS DIÁRIAS

Art. 10 - O Vereador (a) ou Servidor que necessite se deslocar da sede do Município nos termos do art. 1º desta Lei deve solicitar por formulário em Anexo II desta Lei, com antecedência máxima de 07 (sete) dias úteis da data prevista para o início da viagem, com a autorização e a devida justificativa sobre a necessidade do deslocamento;

Art. 11 - A competência para autorizar a concessão de diárias e o uso do meio de transporte a ser utilizado na viagem é do Presidente do Legislativo e Ordenador de Despesas;

#### CAPÍTULO V

##### DO USO DAS DIÁRIAS

Art. 12 - A diária é devida a cada período de 24 (vinte e quatro horas) de afastamento tomando-se como termo inicial e final a contagem dos dias, respectivamente a hora da partida e da chegada à sede do Município;

§ 1º Para efeito desta Lei, o termo inicial e final para contagem da diária será considerado, respectivamente, o horário de embarque e desembarque constantes da passagem ou, no caso de atraso, o horário real devidamente comprovado, quando a viagem se der por meio de transporte terrestre e aéreo;

Art. 13 - Quando o Vereador (a) e ou Servidor se afastar por período igual ou superior a 12 (doze) horas e inferior a 24 (vinte e quatro horas), havendo comprovação de pagamento de hotel, por meio de documento legal, será devida diária integral, e como meia diária o período de afastamento entre 06 (seis) e 12 (doze) horas, Parágrafo único – Quando o Vereador (a) e ou Servidor se afastar por um período inferior a 06 (seis) horas havendo a necessidade de alimentação a mesma será ressarcida constante no Anexo III desta Lei;

Art. 14º - Ao Servidor que dispuser de alimentação ou de hotel oficial gratuita ou incluída em evento para o qual esteja inscrito, será devida a parcela correspondente a 50 % (cinquenta por cento) da diária integral;

§ 1º - Para efeito desta Lei, entende-se por alimentação café da manhã, almoço e jantar.

Art. 15º - A diária NÃO é devida, nas hipóteses abaixo relacionadas:  
I – O deslocamento que não originar qualquer das despesas mencionadas no art. 1º desta Lei;

II – Quando o beneficiário, recebendo antecipadamente as diárias, não deslocar-se conforme solicitado em requerimento, hipótese em que os valores serão devolvidos aos cofres do Município, estornando-se a despesa realizada para fins orçamentários;

III – Quando o deslocamento se der para onde o Vereador (a) Servidor seja domiciliado;

IV - O deslocamento do Município não autorizado pelo Presidente da Câmara;

#### CAPÍTULO VI

##### DA LIMITAÇÃO DAS DIÁRIAS

Art. 16 - Ao Vereador (a) e ou Servidor da Câmara Vereadores de Planalto Alegre que receba autorização para se deslocar da sede, serão concedidas diárias que corresponderão a indenizações, no limite de:

I - No deslocamento do Vereador (a) e ou Servidor para região da ACAMOSC Anexo III desta Lei;

II- No deslocamento do Vereador (a) e ou Servidor para Capital – Florianópolis ou para Estados e outros Municípios que não estão abrangidos no inciso I, a concessão será de até 12 (doze) diárias por ano;

Parágrafo Único - No deslocamento para o exterior a concessão será de até 01(uma) diária por ano;

#### CAPÍTULO VII

##### DO PAGAMENTO DAS DIÁRIAS

Art. 17 – As diárias devem ser pagas antes do deslocamento do Vereador (a) ou Servidor;

Art. 18 – Nos casos necessite de pernoite, as diárias poderão ser pagas após o início da viagem do Vereador (a) e ou Servidor, mediante justificativa fundamentada e aprovada pelo Presidente;

Art. 19– Nos casos em que o prazo estabelecido inicialmente para a viagem tiver que ser prorrogado, o Vereador (a) ou Servidor, quando do seu retorno ao Município, poderá solicitar a complementação das diárias recebidas a menor;

Art. 20 – Na hipótese de o Vereador (a) ou Servidor retornar ao Município em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento restituirá as diárias em excesso, no prazo máximo de 03 (três) dias útil;

#### CAPÍTULO VIII

##### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 21 - Em todos os casos de deslocamento para viagem, previstos nesta Lei, o beneficiário das diárias é obrigado a apresentar relatório de viagem, no prazo de 03 (três) dias útil subsequentes ao retorno à sede, devendo para isso, constar:

I – Atestado ou certificado de frequência, documento fiscal ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme a solicitação prévia da diária;

II – É indispensável à apresentação de notas fiscais das despesas de hospedagem, locomoção e alimentação durante o período de do mesmo;

III – É obrigatório o preenchimento do Relatório constante no Anexo IV desta Lei;

§ 1º - A omissão na apresentação da documentação ou do formulário de que trata esse artigo, implicará em medidas cabíveis perante os órgãos competentes e o desconto em folha de pagamento, do valor recebido;

Art. 22 - A responsabilidade pelo controle das viagens e da prestação de contas respectivamente, será do solicitante e concedente;

#### CAPÍTULO IV

##### DO VALOR DAS DIÁRIAS

“Art. 23 – O Valor Base das diárias será de R\$ 100,00 (cem reais) observando o que segue abaixo:

I – A diária será multiplicada por 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) quando não exceder às 06 (seis) horas, porém havendo necessidade de alimentação nesse período;

II – A diária será multiplicada por 0,50 (zero vírgula cinquenta) como meia diária quando exceder 06 (seis) horas e não exceder 12 (doze) horas;

III – A diária será multiplicada por 1,0 (um vírgula zero) quando exceder 12 (doze) horas e o deslocamento for para a Região da Acamosc;

IV – A diária será multiplicada por 2,0 (dois) quando o deslocamento for para outros municípios da Região da Acamosc;

V– A diária será multiplicada por 4,5 (quatro vírgula cinco) quando o deslocamento for para Capital do Estado;

VI – A diária será multiplicada por 5,0 (cinco vírgula zero) quando o deslocamento for para outros Estados da Federação;

VII – A diária será multiplicada por 9,5 (nove vírgula cinco) quando o deslocamento for para Brasília (DF);

VIII - Os valores das diárias serão expressos em moeda nacional, constante na tabela que é parte integrante do Anexo V desta Lei;

#### CAPÍTULO X

##### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 - Os valores das diárias constantes nesta Lei serão corrigidos,

anualmente, por Portaria, pelo mesmo Índice e data que Fixa a Revisão Geral das Remunerações dos Servidores e os Subsídios dos Agentes Políticos Municipais;

Art. 25 - Esta Lei 01/2017 substitui e revoga as Leis anteriores (Lei 643/2016 e a Lei 549/2010) sobre concessão de diárias ao Vereador (a) e ou Servidor da Câmara de Vereadores de Planalto Alegre;

Art. 26 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário;

Planalto Alegre, 16 de novembro 2017.

JUARES BET

Prefeito

Registre-se e Publique-se

ODIRLEI HANS

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

#### ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 0802/2017

#### FORMULÁRIO PARA RESSARCIMENTO DE COMBUSTÍVEL DE CARRO PARTICULAR

VEÍCULO		
PLACA		
RENAVAN		
ANO		
PROPRIETÁRIO		
KM DE SAÍDA		
KM DE CHEGADA		
1/4 DE 1 LITRO PARA KM RODADO (250 ML DE COMBUSTÍVEL COMUM PARA KM RODADO)		
LITROS DE COMBUSTÍVEL	KM PERCORRIDO	VALOR
Lt:	Km:	R\$:

#### ANEXO II DA LEI MUNICIPAL Nº 0802/2017

#### FORMULÁRIO DE PEDIDO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE		
( ) Vereador ( ) Servidor		
NOME:		
Matrícula: Cargo se Servidor:		
IDENTIFICAÇÃO DO AFASTAMENTO:		
( ) Região da Acamosc ( ) Fora região da Acamosc ( ) Capital do Estado ( ) Outros Estados da Federação ( ) Brasília - DF		
OBJETIVO DA VIAGEM:		
MEIO DE TRANSPORTE : ( ) Aéreo ( ) Rodoviário ( ) Veículo Oficial Justificativa:		
DATA:		
SAÍDA : ...../ ...../..... RETORNO: ...../ ...../.....		
HORÁRIO:		
SAÍDA: ..... RETORNO: .....		

LOCAL:

Origem Destino

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Planalto Alegre S/C, venho pro meio desta, requerer autorização para viagem conforme neste formulário, bem como o recebimento da respectiva diária.

Data: ...../ ...../..... Solicitante: .....  
.....

APROVAÇÃO

Data: ...../ ...../..... Presidente: .....  
.....

#### ANEXO III DA LEI MUNICIPAL Nº 0802/2017

#### CIDADES QUE ABRAGEM A REGIÃO DA ACAMOSC

ÁGUAS D CHAPECÓ	ÁGUAS FRIAS	ARVOREDO
CAXAMBU DO SUL	CHAPECÓ	CORDILHEIRA ALTA
CORONEL FREITAS	FORMOSA DO SUL	GUATAMBU
IRATI	JARDINÓPOLIS	NOVA ERECHIM
NOVA ITABERABA	PINHALZINHO	PLANALTO ALEGRE
QUILOMBO	SANTIAGO DO SUL	SÃO CARLOS
SERRA ALTA	SUL BRASIL	UNIÃO DO OESTE

#### ANEXO IV DA MUNICIPAL Nº 0802/2017

#### RELATÓRIO DE VIAGEM

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE
( ) Vereador ( ) Servidor
NOME: .....
Matrícula: Cargo se Servidor:
Eu que subscrevo abaixo, nos termos da Lei 01/2017, venho à Ex. <sup>a</sup> , apresentar o respectivo relatório de viagem conforme abaixo:
Descrever o evento de forma detalhada
Câmara de Vereadores de Planalto Alegre S/C, ...../.....de .....
Requerente

# Pomerode

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.309/2017

Publicação Nº 1429441

DECRETO Nº 3309/2017  
DE 14/11/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE GESTORA MUNICÍPIO POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, III da Lei nº 2.880/2016 de 10/11/2016:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica anulado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, o valor de R\$6.297,55 (Seis mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos) da seguinte classificação orçamentária:

05	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente	
001	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente	
004.0122.0030.2005	Atividades do Planejamento, Controle Geral e Meio Ambiente	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	6.297,55
	T O T A L	6.297,55

Art. 2º - Por conta das anulações discriminadas no Art. 1º, fica suplementado o valor de R R\$6.297,55 (Seis mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos) as seguintes classificações orçamentárias:

05	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente	
001	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente	
004.0122.0030.2005	Atividades do Planejamento, Controle Geral e Meio Ambiente	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Outras Despesas de Capital	
44900000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	6.297,55
	T O T A L	6.297,55

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de Novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 14 de Novembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3.310/2017

Publicação Nº 1429442

DECRETO Nº 3310/2017  
DE 14/11/2017

SUPLEMENTA PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, III da Lei nº 2.880/2016 de 10/11/2016:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica SUPLEMENTADO pelo Excesso de Arrecadação no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Pomerode, o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) da seguinte classificação orçamentária:

19	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
010.0301.0060.2043	Manutenção da Secretaria de Saúde Recursos SUS	
30000000000000	Despesas Correntes	

33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33390000000000	Aplicações Diretas	
01380215	PAB - Dalírio Beber (Emenda Parlamentar)	31.315,00
01380308	MAC - Dalírio Beber (Emenda Parlamentar)	68.685,00
	T O T A L	100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de Novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 14 de Novembro de 2017  
ERCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 3.311/2017

Publicação Nº 1429444

DECRETO Nº 3311/2017  
DE 14/11/2017

SUPLEMENTA PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE GESTORA MUNICÍPIO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, III da Lei nº 2.880/2016 de 10/11/2016:

### DECRETA

Art. 1º - Fica SUPLEMENTADO pelo Excesso de Arrecadação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Pomerode, o valor de R\$ 29.132,79 (Vinte e nove mil, cento e trinta e dois reais e setenta e nove centavos) da seguinte classificação orçamentária:

08	Secretaria de Obras	
001	Secretaria de Obras	
015.0452.0070.2025	Iluminação Pública - COSIP	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33390000000000	Aplicações Diretas	
01080000	Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	29.132,79
	T O T A L	29.132,79

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de Novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 14 de Novembro de 2017  
ERCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 3.312/2017

Publicação Nº 1429445

DECRETO Nº 3312/2017  
DE 14/11/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, III da Lei nº 2.880/2016 de 10/11/2016:

### DECRETA

Art. 1º - Fica anulado no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$51.409,00 (Cinquenta e um mil, quatrocentos e nove reais) da seguinte classificação orçamentária:

19	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
010.0302.0060.2092	Manutenção para a Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Outras Despesas de Capital	
44900000000000	Aplicações Diretas	
01380301	Prog. Exames de Média e Alta Complexidade	51.409,00

	T O T A L	51.409,00
--	-----------	-----------

Art. 2º - Por conta das anulações discriminadas no Art. 1º, fica suplementado o valor de R\$51.409,00 (Cinquenta e um mil, quatrocentos e nove reais) as seguintes classificações orçamentárias:

19	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
010.0302.0060.2092	Manutenção para a Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000000	Aplicações Diretas	
01380301	Prog. Exames de Média e Alta Complexidade	51.409,00
	T O T A L	51.409,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de Novembro de 2017.  
Prefeitura Municipal de Pomerode, em 14 de Novembro de 2017.

ERCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

## DECRETO N° 3307/2017

Publicação N° 1428488

DECRETO MUNICIPAL N° 3307/17

DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE POMERODE

ERCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos Servidores Públicos Municipais de Pomerode, no período compreendido entre 20 de dezembro de 2017 a 07 de janeiro de 2018, retornando às atividades no dia 08 de janeiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode (SC), 14 de novembro de 2017.

ERCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 310/2017

Publicação N° 1429432

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL

N° 310/2017

DE 17 de novembro DE 2017

ALTERA O ARTIGO 2º, § 2º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL n° 304/2017 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE – REFISPOM-2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 2º, do artigo 2º, da Lei Complementar n° 304/2017, prorrogando a data de vigência para protocolar o pedido de habilitação no REFISPOM/2017:

Art. 2º [...]  
[...]

§2º solicitação contendo o pedido de habilitação deverá ser formalizado por intermédio de documento próprio expedido pela PROGEM e protocolizado até o dia 15/12/2017.

[...]

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 17 de novembro de 2017.

ERCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 002 / 2017 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE POMERODE - FUNDETUR**

Publicação Nº 1429150

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE POMERODE - FUNDETUR  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 002 / 2017

Processo Administrativo n.º 007 / 2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO 11º VOLKSFRIENDS - ENCONTRO DE FUSCAS E DERIVADOS, A REALIZAR-SE NOS DIAS 01 A 03 DE DEZEMBRO DE 2017, COMPREENDENDO O PLANEJAMENTO OPERACIONAL, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO, FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS, LOCAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS, EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E TRELIÇAS, MÃO DE OBRA E OUTROS MATERIAIS, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 16h00min. do dia 29/11/2017.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 16h00min.do dia 29/11/2017.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode / SC, 16 de Novembro de 2017.

GLADYS DINAH SIEVERT  
Secretária de Turismo e Cultura

**TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE**

Publicação Nº 1429145

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2017

Processo Administrativo n.º 018 / 2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PADRÃO I, A SER INSTALADA NA RUA 15 DE NOVEMBRO, S/N.º, BAIRRO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UBS - CONSTRUÇÃO - PROPOSTA N.º 11436.9100001/15-001 E CONTRAPARTIDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE/SC.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 05/12/2017.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 05/12/2017.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode / SC, 16 de Novembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN  
Secretário Municipal de Saúde

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE****ATA REGISTRO DE PREÇOS 025-2017**

Publicação Nº 1428694

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO 022/2017 PREGÃO PRESENCIAL 019/2017

Objeto: – CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTOS DE PNEUS.

Item	Descrição	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Conserto de Pneu Linha "Leve" Item (1 á 6) Tabela 1	SERVIÇO	50,00000	R\$25,0000	R\$1.250,0000
2	Balanceamento de Pneu Linha "Leve" Item (1 á 6) Tabela 1	SERVIÇO	50,00000	R\$10,0000	R\$500,0000
3	Montagem de Pneu Linha "Leve" Item (1 á 6) Tabela 1	SERVIÇO	50,00000	R\$10,0000	R\$500,0000
4	Serviço de Geometria Linha "Leve" item (1 á 6) Tabela 1	SERVIÇO	25,00000	R\$50,0000	R\$1.250,0000
1	Conserto de Pneu Utilitário Bongo Item (7 e 8) Tabela 1	SERVIÇO	50,00000	R\$25,0000	R\$1.250,0000
2	Balanceamento de Pneu Utilitário Bongo Item (7 e 8) Tabela 1	SERVIÇO	50,00000	R\$10,0000	R\$500,0000
3	Montagem de Pneu Utilitário Bongo Item (7 e 8) Tabela 1	SERVIÇO	50,00000	R\$10,0000	R\$500,0000
4	Serviço de Geometria utilitário Bongo item (7 á 8) Tabela 1	SERVIÇO	25,00000	R\$70,0000	R\$1.750,0000
1	Conserto de Pneu Linha "Pesada" Normal (Item 9 á 12) Tabela 1	SERVIÇO	70,00000	R\$35,0000	R\$2.450,0000
2	Conserto de Pneu Linha "Pesada" a Quente (Item 9 á 12) Tabela 1	SERVIÇO	30,00000	R\$150,0000	R\$4.500,0000
3	Montagem de Pneu Linha Pesada (Item 9 á 12) Tabela 1	SERVIÇO	100,00000	R\$30,0000	R\$3.000,0000
4	Troca de Pneu Linha Pesada (Item 9 á 12) Tabela 1	SERVIÇO	50,00000	R\$30,0000	R\$1.500,0000
1	Conserto de Pneu Carregadeira (Item 13) Tabela 1	SERVIÇO	30,00000	R\$150,0000	R\$4.500,0000
2	Montagem de Pneu Carregadeira (Item 13) Tabela 1	SERVIÇO	30,00000	R\$100,0000	R\$3.000,0000
3	Conserto de Pneu Dianteiro Retro Escavadeira (item 14)	SERVIÇO	30,00000	R\$60,0000	R\$1.800,0000
4	Montagem de Pneu Dianteiro Retro Escavadeira (Item 14) Tabela 1	SERVIÇO	30,00000	R\$50,0000	R\$1.500,0000
5	Conserto de Pneu Traseiro Retro Escavadeira (item 14)	SERVIÇO	30,00000	R\$150,0000	R\$4.500,0000
6	Montagem de Pneu Traseiro Retro Escavadeira (Item 14) Tabela 1	SERVIÇO	30,00000	R\$100,0000	R\$3.000,0000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 025/2017

Validade: A partir de 01.11. 2017 validade (12 MESES).

# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### DECRETO- 1711/2017

Publicação Nº 1429330

DECRETO Nº. 1711/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orçamentária nº. 1080/16 de 12/12/2016, Art. 5º Inciso III, e pelo Art. 81º, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas, no montante de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), a saber:

02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

02.03 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

27.812.0027.2.133 – Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

3.3.90.00.00.00.00.03.0001 – Outras despesas correntes R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para cobertura das Suplementações acima mencionadas, ficam utilizados recursos do superávit financeiro apurados no balanço do exercício anterior por fonte e destinação de recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 08 de Novembro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL

Fica o presente decreto publicado aos oito dias do mês de Novembro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa

Secretaria Executiva

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 143/2017 LUIZ

Publicação Nº 1429103

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº87/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2017

CONTRATO Nº 143/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: LUIZ QUILANTE ME

CNPJ: 07.977.384/0001-46

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE TRAVESSIAS DE PEDESTRES EM BLOCOS DE CONCRETOS INTERTRAVADOS DO TIPO PAVER, VIGIA EM CONCRETO ARMADO INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL, AQUISIÇÃO DE VASO DE CONCRETO ARMADO COM REVESTIMENTO RIPADO EM MADEIRA E AQUISIÇÃO DE GRAMA E FLORES PARA REVITALIZAÇÃO DE CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA XV DE NOVEMBRO. CONFORME QUANTITATIVOS EM PLANILHA DE ORÇAMENTO ANEXO. Valor: R\$ 8.000,00 (Oito mil reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 16 de Novembro de 2017 até 16 de Novembro de 2018. Ponte Serrada, 16 de Novembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO Nº 144/2017 ROSANGELA

Publicação Nº 1429106

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº87/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2017

CONTRATO Nº 144/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: ROSANGELA PINO GOMES ME

CNPJ: 06.190.552/0001-96

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE TRAVESSIAS DE PEDESTRES EM BLOCOS DE CONCRETOS INTERTRAVADOS DO TIPO PAVER, VIGA EM CONCRETO ARMADO INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL, AQUISIÇÃO DE VASO DE CONCRETO ARMADO COM REVESTIMENTO RIPADO EM MADEIRA E AQUISIÇÃO DE GRAMA E FLORES PARA REVITALIZAÇÃO DE CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA XV DE NOVEMBRO. CONFORME QUANTITATIVOS EM PLANILHA DE ORÇAMENTO ANEXO. Valor: R\$ 11.700,00 (Onze mil e setecentos reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 16 de Novembro de 2017 até 16 de Novembro de 2018. Ponte Serrada, 16 de Novembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO Nº 145/2017 ENÉIAS

Publicação Nº 1429107

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº87/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2017

CONTRATO Nº 145/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: ENÉIAS CADORI MEI

CNPJ: 26383691/0001-43

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

EXECUÇÃO DE TRAVESSIAS DE PEDESTRES EM BLOCOS DE CONCRETOS INTERTRAVADOS DO TIPO PAVER, VIGA EM CONCRETO ARMADO INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL, AQUISIÇÃO DE VASO DE CONCRETO ARMADO COM REVESTIMENTO RIPADO EM MADEIRA E AQUISIÇÃO DE GRAMA E FLORES PARA REVITALIZAÇÃO DE CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA XV DE NOVEMBRO. CONFORME QUANTITATIVOS EM PLANILHA DE ORÇAMENTO ANEXO. Valor: R\$ 23.520,50 (Vinte e três mil quinhentos e vinte reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 16 de Novembro de 2017 até 16 de Novembro de 2018. Ponte Serrada, 16 de Novembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2017 PREGÃO Nº 53/2017 TENDAS, GERADOR E BANHEIROS

Publicação Nº 1429198

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MONTAGEM E RETIRADA DE BANHEIROS QUÍMICOS, TENDA PIRAMIDAL E GERADOR, PARA AS FESTIVIDADES DO MÊS DE DEZEMBRO/2017 NO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA CONFORME ANEXOS. Valor: R\$ 26.062,00 (Vinte e Seis Mil Sessenta e Dois Reais). O julgamento será por MENOR PREÇO POR LOTE. Recebimento dos Envelopes até às 08 horas e 30 minutos (horário de Brasília) do dia 06/12/2017. Abertura da Sessão às 09 horas (horário de Brasília) do dia 06/12/2017. Edital e anexos, disponíveis no site do município [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br). Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30, pelo e-mail [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com) ou pelo telefone (49) 34350122.

Ponte Serrada, 16 de Novembro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017 RECAPAGEM PNEUS

Publicação Nº 1429201

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002

e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RECAPAGEM E CONSERTOS DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Valor: RS 364.032,65 (Trezentos e Sessenta e Quatro Mil Trinta e Dois Reais e Sessenta e Cinco Centavos). O julgamento será por MENOR PREÇO POR LOTE. Recebimento dos Envelopes até às 08 horas e 30 minutos (horário de Brasília) do dia 07/12/2017. Abertura da Sessão às 09 horas (horário de Brasília) do dia 07/12/2017. Edital e anexos, disponíveis no site do município a partir de 21/11/2017 [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br). Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30, pelo e-mail [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com) ou pelo telefone (49) 34350122.

Ponte Serrada, 16 de Novembro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 027/2017 - FMS

Publicação Nº 1427074

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço nº 027/2017 - FMS

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para suprir a demanda judicial anual do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

Recebimento dos envelopes nº 01 e 02: Até 12:30 horas do dia 30/11/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 30/11/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 17 de Novembro de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 002/2017

Publicação Nº 1428720

Classificação Final do Processo de Remoção  
Edital nº 002/2017

Nº	EDUCAÇÃO INFANTIL
1º	Claudianes Antão
2º	Leliane Cristina Laureano Santiago
3º	Andressa Mateus Godoi
4º	Selma Cristina da Cunha Pereira Vieira
5º	Daniela de Fátima Amaral
6º	Joice Serpa Pinheiro
7º	Juliana Pinheiro Mafra
8º	Elisabete da Silva Mafra

Nº	ENSINO FUNDAMENTAL
1º	Jacire Serpa dos Santos
2º	Ivete Iblândia Baltazar Batista
3º	Márcia Helena Mafra

Obs.: A lista acima tem por base o tempo de serviço exercido na função que o servidor deseja a remoção.

### DECRETO Nº 1691, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1428781

DECRETO Nº 1691, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 19 da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 09 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.304.0009

Atividade: 2.061 – Manutenção Ações Básicas de Vigilância Sanitária

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.61 - SF – SUS/UNIÃO - VS Vig. Sanitária

Valor: R\$ 30.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2016, por conta dos recursos SF – SUS/UNIÃO - VS Vig. Sanitária no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de novembro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

### DECRETO Nº 1692, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1429195

DECRETO Nº 1692, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 19 da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do artigo 41 e parágrafo único do artigo 114, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 04 – Secretaria da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria da Fazenda

Funcional Programática: 28.845.0097

Atividade: 0.001 – Contribuição para a Formação do PASEP

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.07 - SF - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Valor: R\$ 1.000,00

Fonte de Recurso: 0.3.39 - SF - Transferência FEP e Recursos

Naturais  
Valor: R\$ 1.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2016, por conta do recurso Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) e do recurso Transferência FEP e Recursos Naturais no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), totalizando o valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de novembro de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

## DECRETO Nº 1693, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1429200

DECRETO Nº 1693, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18, inciso I, da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 04 – Secretaria da Fazenda  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria da Fazenda  
Funcional Programática: 28.845.0097  
Atividade: 0.001 – Contribuição para a Formação do PASEP  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2017 por conta dos Recursos Ordinários no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de novembro de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

## ERRATA PRG 050/2017 - PMPB

Publicação Nº 1429344

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2017 - PMPB

O Município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Contratação de empresa para fornecimento parcelado de CAMISETAS, para uso como uniformes e em campanhas desenvolvidas pelas Secretarias Municipais, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme detalhamento, especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Onde se lê:

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia XX/11/2017 às 12:30 (doze horas e trinta minutos), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia XX/11/2017 às 13:00 (treze horas), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

“O Pregoeiro designado pelo Decreto nº 1.618 de 21 de Julho de 2017, da Secretaria Municipal de Administração do Município de Porto Belo, torna público que às 13:00 horas do dia 23 de Novembro de 2017”

Leia-se:

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 23/11/2017 às 15:30 (quinze horas e trinta minutos), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 23/11/2017 às 16:00 (dezesesseis horas), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

“O Pregoeiro designado pelo Decreto nº 1.618 de 21 de Julho de 2017, da Secretaria Municipal de Administração do Município de Porto Belo, torna público que às 16:00 horas do dia 23 de Novembro de 2017”

Ficam mantidas as demais informações do Aviso de licitação do PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2017 - PMPB.  
Maiores informações através do telefone (47) 3369-4111 ou email administracao@portobelo.sc.gov.br das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira.

Porto Belo/SC, 17 de Novembro de 2017.

Rodrigo Truffa da Costa  
Pregoeiro  
Prefeitura Municipal de Porto Belo

## RESOLUÇÃO Nº09/2017/CMAS

Publicação Nº 1428706

RESOLUÇÃO Nº09/2017/CMAS

Dispõe sobre Termo de Aceite do  
Programa Primeira Infância no SUAS  
Programa Criança Feliz

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 09 de novembro de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 944/97 de 02 de abril de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Belo – CMAS e o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, e

CONSIDERANDO o artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social,

CONSIDERANDO que o projeto técnico e o plano de aplicação apresentado pelo órgão gestor municipal da Política de Assistência Social ao Conselho Municipal de Assistência Social,

CONSIDERANDO a avaliação da documentação apresentada pela Comissão de Acompanhamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a execução do Programa Primeira Infância no SUAS

apresentado na reunião ordinária do CMAS realizada em 15 de agosto de 2017.

Art.3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 15 de agosto de 2017

Patrícia de Araujo

Presidente do CMAS

## **RESOLUÇÃO Nº10/2017/CMAS**

Publicação Nº 1428707

### **RESOLUÇÃO Nº10/2017/CMAS**

Dispõe sobre cadastro de proposta de aquisição de veículo no sistema de convênios do MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 09 de novembro de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 944/97 de 02 de abril de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Belo – CMAS e o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS,

CONSIDERANDO ofício 188/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social pedindo aprovação de proposta cadastrada no sistema de convênios do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social - MDS sob nº053938/2017,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar proposta cadastrada pelo Setor de Convênios no sistema de convênios do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social - MDS sob nº053938/2017. Convênio que trata da aquisição de um veículo de 16 lugares para uso da Proteção Social Básica, com Recurso Federal no valor de R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais) e de contrapartida municipal no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais).

Art.3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 13 de novembro de 2017

Patrícia de Araujo

Presidente do CMAS

# Porto União

## PREFEITURA

### ATA 011/2017 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1428533

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 011/2017 - EDUCAÇÃO

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Comércio de Baterias Varnier Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF 80.038.193/0001-09, com sede na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, N.º 1056, Centro, Cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3522-5789, neste ato representada pelo Senhor Jairo Luis Varnier Junior, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 146/2017 - Multientidade, Processo Licitatório 209/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	15	BATERIA 100 Amperes, 12 Volts.	MOURA	R\$ 615,00	R\$ 9.225,00
05	05	BATERIA 150 Amperes, 12 Volts.	MOURA	R\$ 743,00	R\$ 3.715,00
Valor Total: R\$ 12.940,00 (doze mil novecentos e quarenta reais).					

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 011/2017 - EDUCAÇÃO.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 146/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Jairo Luis Varnier Junior, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 03 de novembro de 2017.  
Eliseu Mibach  
CONTRATANTE

Comércio de Baterias Varnier Ltda – EPP  
CONTRATADA

Testemunha:

### ATA 012/2017 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1428535

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 012/2017 - EDUCAÇÃO

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Mecânica Marjovan Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF 79.318.010/0001-20, com sede na Rua Manoel Estevão, N.º 415, Centro, Cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3523-3300, neste ato representada pelo Senhor Marcos Cesar Szyminovicz, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 146/2017 - Multientidade, Processo Licitatório 209/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	05	BATERIA 48 Amperes, 12 Volts.	ACDELCO	R\$ 295,00	R\$ 1.475,00
02	05	BATERIA 60 Amperes, 12 Volts.	ACDELCO	R\$ 335,00	R\$ 1.675,00
03	05	BATERIA 70 Amperes, 12 Volts.	ACDELCO	R\$ 432,00	R\$ 2.160,00

Valor Total: R\$ 5.310,00 (cinco mil trezentos e dez reais).

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 012/2017 - EDUCAÇÃO.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 146/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Marcos Cesar Szyminovicz, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 03 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach  
CONTRATANTE

Mecânica Marjovan Ltda – EPP  
CONTRATADA

Testemunha:

## ATA 157/2017

Publicação Nº 1428556

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 157/2017

Aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Remocar Retífica de Motores Ltda – ME, inscrita no CNPJ/ MF 02.577.392/0001-81, com sede na Rua 1º de Maio, N.º 522, Centro, Cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3522-2066, neste ato representada pelo Senhor Rolf Dietrich Siems, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 150/2017, Processo Licitatório 217/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos lotes abaixo discriminados, com seus respectivos descontos, em nome da empresa acima citada.

LOTE	DESCONTO
01	27,5%
02	30%

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 157/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 150/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Rolf Dietrich Siems, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 30 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach  
CONTRATANTE

Remocar Retífica de Motores Ltda – ME  
CONTRATADA

Testemunha:

**ATA 158/2017**

Publicação Nº 1428558

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 158/2017

Aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Mecânica Marjovan Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF 79.318.010/0001-20, com sede na Rua Manoel Estevão, N.º 415, Centro, Cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3523-3300, neste ato representada pelo Senhor Marcos Cesar Szyminovicz, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 150/2017, Processo Licitatório 217/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos lotes abaixo discriminados, com seus respectivos descontos, em nome da empresa acima citada.

LOTE	DESCONTO
03	30%
04	43%
05	33%
06	47%
07	60%

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 158/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 150/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Marcos Cesar Szyminovicz, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 30 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach  
CONTRATANTE

Mecânica Marjovan Ltda – EPP  
CONTRATADA

Testemunha:

**ATA 159/2017**

Publicação Nº 1428524

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 159/2017

Aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Comercial JDC Materiais de Construção Ltda - ME, inscrita no CNPJ/MF 06.990.079/0001-21, com sede na Rua Exp. Edmundo Arrabar, N.º 1581, Santa Rosa, Cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP 89.400-000, Telefone (42) 3522-5141, neste ato representada pelo Senhor César Javorski, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 145/2017, Processo Licitatório 207/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
9	100	UN	LIXA 80 FERRO	R\$ 1,63	R\$ 163,00
10	10	UN	CAÇAMBA CUBETA 11 L	R\$ 9,80	R\$ 98,00

11	10	UN	BANDEJA PARA PINTURA 2,7L	R\$ 3,40	R\$ 34,00
12	50	UN	ROLO DE ESPUMA 9 CM	R\$ 2,35	R\$ 117,50
13	50	UN	ROLO DE ESPUMA 15CM	R\$ 4,10	R\$ 205,00
14	50	UN	ROLO DE ESPUMA 23CM	R\$ 6,90	R\$ 345,00
15	50	UN	ROLO DE LÃ ANTI GOTA 15 CM	R\$ 5,10	R\$ 255,00
16	50	UN	ROLO DE LÃ ANTI GOTA 9 CM	R\$ 3,50	R\$ 175,00
17	50	UN	ROLO DE LÃ ANTI GOTA 23 CM	R\$ 7,20	R\$ 360,00
18	50	UN	TRINCHA 4"	R\$ 5,65	R\$ 282,50
25	50	UN	TRINCHA 1" ESMALTE E ÓLEO	R\$ 1,50	R\$ 75,00
26	50	UN	TRINCHA ½"	R\$ 0,99	R\$ 49,50
32	20	UN	FUNDO NIVELADOR P/ MADEIRA - 3,6 LTS	R\$ 35,40	R\$ 708,00
35	30	UN	RESINA ACRÍLICA - LT	R\$ 20,00	R\$ 600,00
36	30	UN	RESINA P/ TELHADO BS ÁGUA CERÂMICA - LT	R\$ 15,00	R\$ 450,00
41	100	UN	TINTA ESMALTE SINTÉTICO - 1 LT	R\$ 15,95	R\$ 1.595,00
52	50	UN	MASSA CORRIDA STANDART - 3,6 LTS	R\$ 14,90	R\$ 745,00
53	20	UN	MASSA CORRIDA STANDART -18 LTS	R\$ 44,00	R\$ 880,00
54	50	UN	MASSA ACRÍLICA - 1 LT	R\$ 4,25	R\$ 212,50
55	50	UN	MASSA ACRÍLICA - 3,6 LTS	R\$ 22,80	R\$ 1.140,00
71	50	UN	MASSA PLASTCA - 1 KG	R\$ 8,90	R\$ 445,00

Valor Total: R\$ 8.935,00 (oito mil novecentos e trinta e cinco reais).

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 159/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 145/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor César Javorski, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach  
CONTRATANTE

Comercial JDC Materiais de Construção Ltda - ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

## ATA 160/2017

Publicação Nº 1428526

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 160/2017

Aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Irineu Comércio de Tintas Ltda - ME, inscrita no CNPJ/MF 14.565.115/0001-38, com sede na Rua Caetano Costa, N.º 840, Centro, Cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CEP 89.460-000, Telefone (47) 3622-6518, neste ato representada pelo Senhor Nestor Fábio José Czornei, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 145/2017, Processo Licitatório 207/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
22	50	UN	TRINCHA 2"	R\$ 2,30	R\$ 115,00
24	50	UN	TRINCHA 1"	R\$ 1,29	R\$ 64,50
28	30	UN	VERNIZ TINGIDOR DIVERSOS TONS - 3,6 LTS	R\$ 48,50	R\$ 1.455,00
29	30	UN	VERNIZ TINGIDOR DIVERSOS TONS - 1 LT	R\$ 13,50	R\$ 405,00
31	50	UN	ÁGUA RAZ - 1 LT	R\$ 6,70	R\$ 335,00
33	20	UN	FUNDO NIVELADOR P/ MADEIRA - 1 LT	R\$ 10,00	R\$ 200,00

34	20	UN	FUNDO P/ GALVANIZADO E ALUMÍNIO - LT	R\$ 20,90	R\$ 418,00
37	30	UN	VERNIZ COPAL - LT	R\$ 13,60	R\$ 408,00
38	30	UN	VERNIZ DPT FILTRO SOLAR PLUS - 3,6 LTS	R\$ 63,00	R\$ 1.890,00
39	30	UN	VERNIZ DPT FILTRO SOLAR PLUS - 1 LT	R\$ 16,80	R\$ 504,00
42	100	UN	TINTA ACRÍLICA FOSCO ECONÔMICO - 18 LTS	R\$ 64,50	R\$ 6.450,00
43	100	UN	TINTA ACRÍLICA FOSCO ECONÔMICO - 3,6 LTS	R\$ 18,00	R\$ 1.800,00
48	100	UN	TINTA ÓLEO PREMIUM - 3,6 LTS	R\$ 37,50	R\$ 3.750,00
59	100	UN	THINNER FORTE - 1 LT	R\$ 8,40	R\$ 840,00
60	100	UN	THINNER FORTE - 5 LTS	R\$ 41,00	R\$ 4.100,00
62	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA SINTETICO VERMELHO PERFORMANCE - 1 LT	R\$ 36,00	R\$ 1.800,00
63	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA VERDE METALICA CORSA PICK UP - 1 LT	R\$ 37,00	R\$ 1.850,00
64	50	UN	TINTA VERDE METALICA S10 - 1 LT	R\$ 58,00	R\$ 2.900,00
65	50	UN	TINTA VERMELHO METALICO - 1 LT	R\$ 60,00	R\$ 3.000,00
66	50	UN	VERNIZ AUTOMOTIVO BICOMPONENTE - 1 LT	R\$ 26,00	R\$ 1.300,00
67	50	UN	CATALIZADOR PARA SINTETICO 150 ML/ PARA - 3,6 LTS	R\$ 8,70	R\$ 435,00
68	50	UN	CATALIZADOR PARA TINTA PU - 450 ML	R\$ 26,00	R\$ 1.300,00
69	50	UN	THINNER PARA TINTA PU - 1 LT	R\$ 14,40	R\$ 720,00
70	50	UN	THINNER UNIVERSAL FORTE - 1 LT	R\$ 9,00	R\$ 450,00
72	50	UN	MASSA P.U. AUTOMOTIVA - 500 GR	R\$ 17,50	R\$ 875,00
73	50	UN	MASSA RAPIDA AUTOMOTIVA - 1 KG	R\$ 21,50	R\$ 1.075,00
74	50	UN	EMBORRACHAMENTO BATIDA DE PEDRA - 900 ML	R\$ 14,80	R\$ 740,00
75	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA PRATA VOLVO - 1 LT	R\$ 32,00	R\$ 1.600,00
76	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA PRATA FORD CARGO - 1 LT	R\$ 32,00	R\$ 1.600,00
77	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA PRATA VOLARE MICRO ONIBUS - 1 LT	R\$ 32,00	R\$ 1.600,00
78	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA BRANCO FORD CARGO PU CONCENTRADO 2.000 -1 LT	R\$ 49,00	R\$ 2.450,00
79	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA BRANCO CRISTAL PU - 1 LT	R\$ 49,00	R\$ 2.450,00
80	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA BRANCO GEADA PU CONCENTRADO - 1 LT	R\$ 49,00	R\$ 2.450,00
81	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA BRANCO RENAULT SANDERO - 1 LT	R\$ 32,00	R\$ 1.600,00
82	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA SINTETICA AZUL - 1 LT	R\$ 33,00	R\$ 1.650,00
83	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA SINTETICA AMARELO - 1 LT	R\$ 33,00	R\$ 1.650,00
84	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA SINTETICA VERDE - 1 LT	R\$ 31,00	R\$ 1.550,00
85	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA PRETO MALTE - 1 LT	R\$ 23,00	R\$ 1.150,00
86	50	UN	FUNDO PRIMER AUTOMOTIVO PU - 1 LT	R\$ 21,50	R\$ 1.075,00
87	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA SINTETICO PRETO CADILAC - 1 LT	R\$ 20,50	R\$ 1.025,00
88	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA SINTETICO PRETO SEMI BRILHO - 1 LT	R\$ 20,50	R\$ 1.025,00
89	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA CINZA ARAXA PU CONCENTRADO - 1 LT	R\$ 64,50	R\$ 3.225,00
91	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA VERDE MERCEDES PU CONCENTRADO - 1 LT	R\$ 53,00	R\$ 2.650,00
92	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA AZUL MERCEDES PU CONCENTRADO -1 LT	R\$ 53,00	R\$ 2.650,00
93	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA CINZA CHASSIS VOLVO VM SINTETICO - 1 LT	R\$ 23,00	R\$ 1.150,00
94	150	UN	FUNDO AUTOMOTIVO ZARCÃO PRIMER OXIDO - 1 LT	R\$ 18,00	R\$ 2.700,00
95	50	UN	TINTA AUTOMOTIVA VERMELHO CHASSIS - 1 LT	R\$ 19,70	R\$ 985,00

Valor Total: R\$ 75.414,50 (setenta e cinco mil quatrocentos e quatorze reais e cinquenta centavos).

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 160/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 145/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Nestor Fábio José Czornei, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach  
CONTRATANTE

Irineu Comércio de Tintas Ltda - ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

**ATA 161/2017**

Publicação Nº 1428527

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 161/2017

Aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Sara Comércio EIRELI, inscrita no CNPJ/MF 26.230.554/0001-79, com sede na Rua Santos Dumont, N.º 15, São José, Cidade de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, CEP 89.580-000, Telefone (49) 99138-6627, neste ato representada pela Senhora Mariza Aparecida Guedes, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 145/2017, Processo Licitatório 207/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
1	100	UN	LIXA 100 D'ÁGUA	R\$ 0,78	R\$ 78,00
2	100	UN	LIXA 150 D'ÁGUA	R\$ 0,90	R\$ 90,00
3	100	UN	LIXA 2000 D'ÁGUA	R\$ 0,98	R\$ 98,00
4	100	UN	LIXA 220 D'ÁGUA	R\$ 0,77	R\$ 77,00
5	100	UN	LIXA 36 FERRO	R\$ 1,64	R\$ 164,00
6	100	UN	LIXA 360 D'ÁGUA	R\$ 0,79	R\$ 79,00
7	100	UN	LIXA 50 FERRO	R\$ 0,98	R\$ 98,00
8	100	UN	LIXA 60 FERRO	R\$ 1,15	R\$ 115,00
19	50	UN	TRINCHA 4" ESMALTE E ÓLEO	R\$ 5,90	R\$ 295,00
20	50	UN	TRINCHA 3"	R\$ 4,45	R\$ 222,50
21	50	UN	TRINCHA 3" ESMALTE E ÓLEO	R\$ 4,60	R\$ 230,00
23	50	UN	TRINCHA 2" ESMALTE E ÓLEO	R\$ 2,35	R\$ 117,50
27	50	UN	TRINCHA ½" ESMALTE E ÓLEO	R\$ 0,95	R\$ 47,50
30	100	UN	ZARCÃO PROTETOR DE METAIS - 3,6 LTS	R\$ 49,90	R\$ 4.990,00
40	100	UN	TINTA ESMALTE SINTÉTICO - 3,6 LTS	R\$ 46,70	R\$ 4.670,00
49	100	UN	TINTA ESMALTE STANDART - 3,6 LTS	R\$ 44,90	R\$ 4.490,00
51	50	UN	MASSA CORRIDA STANDART - 1 LT	R\$ 5,97	R\$ 298,50
56	20	UN	MASSA ACRÍLICA - 18 LTS	R\$ 55,85	R\$ 1.117,00
57	30	UN	SELADOR ACRÍLICO PREMIUM - 3,6 LTS	R\$ 17,35	R\$ 520,50
61	50	UN	VERNIZ INCOLOR SINTETICO - 3,6 LTS	R\$ 27,50	R\$ 1.375,00
90	50	UN	KIT RESINA AUTOMOTIVA + CATALIZADOR PARA LAMINAÇÃO MANTA D	R\$ 27,90	R\$ 1.395,00
96	50	UN	UNDERSIL MASSA ANTI-RUIDO - 1 LT	R\$ 12,50	R\$ 625,00
Valor Total: R\$ 21.192,50 (vinte e um mil cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).					

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 161/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 145/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pela Senhora Mariza Aparecida Guedes, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Eliseu Mibach  
CONTRATANTE

Sara Comércio EIRELI  
CONTRATADA

Testemunhas:

**ATA 162/2017**

Publicação Nº 1428529

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 162/2017

Aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Jardel Jacobs Pereira da Silva - ME, inscrita no CNPJ/MF 26.979.673/0001-29, com sede na Rua Doutor Parobe, N.º 612, Centro, Cidade de Colinas, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 95.895-000, Telefone (51) 99513-7519, neste ato representada pelo Senhor Jardel Jacobs Pereira da Silva, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 145/2017, Processo Licitatório 207/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
44	100	UN	TINTA ACRÍLICA FOSCO STANDART - 18 LTS	R\$ 90,00	R\$ 9.000,00
45	100	UN	TINTA ACRÍLICA FOSCO STANDART - 3,6 LTS	R\$ 23,00	R\$ 2.300,00
46	100	UN	TINTA ACRÍLICA FOSCO PREMIUM - 18 LTS	R\$ 140,00	R\$ 14.000,00
47	100	UN	TINTA ACRÍLICA FOSCO PREMIUM - 3,6 LTS	R\$ 34,00	R\$ 3.400,00
50	50	UN	TINTA P/ PISO INTERNO/EXTERNO - 18 LTS	R\$ 144,90	R\$ 7.245,00
58	20	UN	SELADOR ACRÍLICO PREMIUM - 18 LTS	R\$ 49,00	R\$ 980,00

Valor Total: R\$ 36.925,00 (trinta e seis mil novecentos e vinte e cinco reais).

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 162/2017.
- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 145/2017 e seus anexos.
- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Jardel Jacobs Pereira da Silva, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Eliseu Mibach  
CONTRATANTE

Jardel Jacobs Pereira da Silva - ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

**ATA 163/2017**

Publicação Nº 1428543

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 163/2017

Ao 1º (primeiro) dia do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Dalgallo Presentes Ltda – ME, inscrita no CNPJ/MF 07.885.484/0001-42, com sede na Avenida Manoel Ribas, N.º 397, Centro, Cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3523-8102, neste ato representada pela Senhora Claudia Cristina Dalgallo, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 148/2017, Processo Licitatório 215/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	02	Arco 2,10x2,40m com 1220 galhos.	Matsumoto	R\$ 1.580,00	R\$ 3.160,00
13	100	Bola plástica vermelha e branca 12 cm.	Matsumoto	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
14	01	Árvore de natal 2,70 metros de altura com 1493 galhos.	Matsumoto	R\$ 1.110,00	R\$ 1.110,00

Valor Total: R\$ 6.270,00 (seis mil duzentos e setenta reais).

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses,

contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 163/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 148/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhora Claudia Cristina Dalgallo, qualificada preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 01 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach  
CONTRATANTE

Dalgallo Presentes Ltda – ME  
CONTRATADA

Testemunha:

## ATA 164/2017

Publicação Nº 1428544

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 164/2017

Ao 1º (primeiro) dia do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa OM3 Representações Comerciais EIRELI – ME, inscrita no CNPJ/MF 22.192.121/0001-15, com sede na Rua Ernesto Guaita, N.º 110, Monte Castelo, Cidade de General Carneiro, Estado do Paraná, CEP 84.660-000, Telefone (42) 3552-1625, neste ato representada pelo Senhor Vilson Augustinho de Oliveira, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 148/2017, Processo Licitatório 215/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	QUANTI-DADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	05	CASCATA 400 LED FIXA Controle de 08 funções para troca de cores, fio branco, macho/fêmea, voltagem 220. Altura 60 cm e metragem de 10 metros cada unidade (para área externa).	INDUSPAR	R\$ 115,00	R\$ 575,00
5	1000	Mangueira em led cor vermelha, consumo 14w por metro, tensão fita 12 volts, tensão fonte: saída 12 volts/entrada bivolt, cor da luz vermelha, luminosidade: 1330 lumens por metro com variação de 10%, ângulo 100 graus, índice de proteção: ip66, proteção contra jatos de água forte e poeira; vida útil 40 mil horas; medidas:33x33x22cm; material borracha; garantia 01 ano; Espessura 12 mm.	KITLED	R\$ 7,80	R\$ 7.800,00
6	3000	Mangueira em led cor branca, consumo 14w por metro, tensão fita 12 volts, tensão fonte: saída 12 volts/entrada bivolt, cor da luz branca (6000k), luminosidade: 1330 lumens por metro com variação de 10%, ângulo 100 graus, índice de proteção: ip66, proteção contra jatos de água forte e poeira; vida útil 40 mil horas; medidas:33x33x22cm; material borracha; garantia 01 ano; espessura 12 mm.	KITLED	R\$ 7,80	R\$ 23.400,00
7	02	Rolo tnt cor branca (rolo com 50 metros x 1,40 metros).	VIVATEC	R\$ 63,00	R\$ 126,00
11	1000	LAMPADA LED 7W BULBO BRANCO FRIO Tipo da lâmpada: bulbo led Tensão bivolt 110-220v Potencia 7w Fluxo luminoso 560 lumens Abertura da lente 230 graus Temperatura da cor 6000k Modelo b76 Vida media 02 anos.	KITLED	R\$ 10,85	R\$ 10.850,00

Valor Total: R\$ 42.751,00 (quarenta e dois mil setecentos e cinquenta e um reais).

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 164/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 148/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Vilson Augustinho de Oliveira, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 01 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach  
CONTRATANTE

OM3 Representações Comerciais EIRELI – ME  
CONTRATADA

Testemunha:

## ATA 165/2017

Publicação Nº 1428545

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 165/2017

Ao 1º (primeiro) dia do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Maria Elisa Garcia de Freitas de Almeida Produções – ME, inscrita no CNPJ/MF 10.754.895/0001-03, com sede na Rua João Guariza, N.º 121, Apto. 14, São Lourenço, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82.210-010, Telefone (41) 3252-6878, neste ato representada pela Senhora Maria Elisa Garcia de Freitas de Almeida, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 148/2017, Processo Licitatório 215/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	QUANTI-DADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	10	ANJO COM TROMBETA TAMANHO - ALTURA 2 X 1,55 LARGURA Figura luminosa unidimensional com desenho em forma de anjo tocando trombeta, com cabelos longos sobre as costas, asas superpostas, e ponta da veste para cima dando impressão de movimento. Produzido em ferro de 1/2x1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosivo resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa incandescente na cor cristal, pvc flexível estruturada de 13m de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão 220v.	AD INFI-NITUM	R\$ 660,00	R\$ 6.600,00
3	01	FAIXA NATALINA EM FIBRA FELIZ NATAL Tamanho altura 0,60 x 5,00 largura. Peça com formato de flamula gigante, tridimensional, confeccionada inteiramente em fibra de vidro, com as bordas laterais em volumes salientes como dobras de tecidos com acabamento em ponta dando movimento a peça. Seu vão central entre as dobras contém os dizeres FELIZ NATAL com 2,40 m de comprimento e as maiúsculas vazando para fora da peça, confeccionada em mangueira luminosa incandescente na cor cristal, 220w. Pintura artesanal com tintas automotiva e esmalte sintético na cor vermelha e contorno dourado. Aplicação de mangueira luminosa incandescente, em todo seu contorno a cor cristal 220w. estrutura metalizada, com metal zincado e proteção anti-corrosivo no seu verso para fixação da peça. Face única.	AD INFI-NITUM	R\$ 4.678,00	R\$ 4.678,00

4	01	FAIXA NATALINA EM FIBRA BOAS FESTAS Tamanho altura 0,60 x 5,00 m largura. Peça com formato de flamula gigante, tridimensional, confeccionada inteiramente em fibra de vidro, com as bordas laterais em volumes salientes com dobras de tecidos, com acabamento em ponta dando movimento a peça. Seu vão central entre as dobras conte os dizeres BOAS FESTAS com 2,40 m de comprimento e as maiúsculas vazando para fora da peça, confeccionado em mangueira luminosa incandescente na cor cristal, 220w. Pintura artesanal com tintas automotiva e esmalte na cor vermelha e contorno dourado. Aplicação de mangueira luminosa incandescente em todo seu contorno na cor cristal 220w. Estrutura metalizada, com Metal zincado e proteção anticorrosivo no seu verso para fixação da peça. Face única .	AD INFINITUM	R\$ 4.678,00	R\$ 4.678,00
Valor Total: R\$ 15.956,00 (quinze mil novecentos e cinquenta e seis reais).					

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 165/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 148/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pela Senhora Maria Elisa Garcia de Freitas de Almeida, qualificada preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 01 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach  
CONTRATANTE

Maria Elisa Garcia de Freitas de Almeida Produções – ME  
CONTRATADA

Testemunha:

## ATA 166/2017

Publicação Nº 1428537

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 166/2017

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Comércio de Baterias Varnier Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF 80.038.193/0001-09, com sede na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, N.º 1056, Centro, Cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3522-5789, neste ato representada pelo Senhor Jairo Luis Varnier Junior, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 146/2017 - Multientidade, Processo Licitatório 209/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	25	BATERIA 100 Amperes, 12 Volts.	MOURA	R\$ 615,00	R\$ 15.375,00
05	25	BATERIA 150 Amperes, 12 Volts.	MOURA	R\$ 743,00	R\$ 18.575,00
Valor Total: R\$ 33.950,00 (trinta e três mil novecentos e cinquenta reais).					

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 166/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 146/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Jairo Luis Varnier Junior, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 03 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach  
CONTRATANTE

Comércio de Baterias Varnier Ltda – EPP  
CONTRATADA

Testemunha:

## ATA 167/2017

Publicação Nº 1428538

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 167/2017

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Mecânica Marjovan Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF 79.318.010/0001-20, com sede na Rua Manoel Estevão, N.º 415, Centro, Cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3523-3300, neste ato representada pelo Senhor Marcos Cesar Szyminovicz, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 146/2017 - Multientidade, Processo Licitatório 209/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	15	BATERIA 48 Amperes, 12 Volts.	ACDELCO	R\$ 295,00	R\$ 4.425,00
02	15	BATERIA 60 Amperes, 12 Volts.	ACDELCO	R\$ 335,00	R\$ 5.025,00
03	15	BATERIA 70 Amperes, 12 Volts.	ACDELCO	R\$ 432,00	R\$ 6.480,00
Valor Total: R\$ 15.930,00 (quinze mil novecentos e trinta reais).					

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 167/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 146/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Marcos Cesar Szyminovicz, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 03 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach  
CONTRATANTE

Mecânica Marjovan Ltda – EPP  
CONTRATADA

Testemunha:

## EXTRATO DE CONTRATO 029/2017 - FAS

Publicação Nº 1428519

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 029/2017 - FAS

Partes: Município de Porto União e Luis Kaminski - ME.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente para manutenção do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.

Valor: R\$ 7.024,20 (sete mil e vinte e quatro reais e vinte centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 007/2017 - FAS, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 01 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.  
Luis Kaminski - ME.  
Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO 030/2017 - FAS**

Publicação Nº 1428520

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 030/2017 - FAS  
Partes: Município de Porto União e Luiz Angelo Dalgallo - EPP.  
Objeto: Aquisição de materiais de expediente para manutenção do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.  
Valor: R\$ 4.655,85 (quatro mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 007/2017 - FAS, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 01 de novembro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Luiz Angelo Dalgallo - EPP.  
Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO 031/2017 - FAS**

Publicação Nº 1428521

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 031/2017 - FAS  
Partes: Município de Porto União e Solo Comercial EIRELI.  
Objeto: Aquisição de materiais de expediente para manutenção do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.  
Valor: R\$ 5.251,50 (cinco mil duzentos cinquenta e um reais e cinquenta centavos).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 007/2017 - FAS, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 01 de novembro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Solo Comercial EIRELI.  
Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO 096/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1428512

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 096/2017 - EDUCAÇÃO  
Partes: Município de Porto União e Rejane Comércio de Produtos Pedagógicos Ltda - ME.  
Objeto: Aquisição de Brinquedos Educacionais para o Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz.  
Valor: R\$ 2.010,49 (dois mil e dez reais e quarenta e nove centavos).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Eletrônico 002/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 31 de outubro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Rejane Comércio de Produtos Pedagógicos Ltda - ME.  
Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO 097/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1428515

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 097/2017 - EDUCAÇÃO  
Partes: Município de Porto União e N. T. Luize - EPP.  
Objeto: Aquisição de Brinquedos Educacionais para o Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz.  
Valor: R\$ 5.798,26 (cinco mil setecentos e noventa e oito reais e vinte e seis centavos).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Eletrônico 002/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 31 de outubro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
N. T. Luize - EPP.  
Contratada.

### **EXTRATO DE CONTRATO 098/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1428564

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 098/2017 - EDUCAÇÃO  
Partes: Município de Porto União e Liderança Construções Ltda - EPP.  
Objeto: Execução de ampliação do Núcleo Educacional do Legru, incluindo material e mão de obra.  
Valor: R\$ 72.242,53 (setenta e dois mil duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta e três centavos).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Tomada de Preços 010/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 31 de outubro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Liderança Construções Ltda - EPP.  
Contratada.

### **EXTRATO DE CONTRATO 288/2017**

Publicação Nº 1428550

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 288/2017  
Partes: Município de Porto União e Tincar Auto Tintas Ltda - ME.  
Objeto: Aquisição de materiais diversos para construção da réplica do avião do Capitão Kirk.  
Valor: R\$ 2.189,50 (dois mil cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 149/2017, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 01 de novembro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Tincar Auto Tintas Ltda - ME.  
Contratada.

### **EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 287/2017**

Publicação Nº 1428510

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 287/2017  
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 233/2016  
Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL**

Adita-se o valor de R\$ 10.453,72 (dez mil quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 30 de outubro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 002/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1428992

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 054/2017 – Educação.  
Extrato de Edital de Chamada Pública 002/2017.  
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Chamada Pública, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. A documentação para habilitação e Projeto de Venda deverá ser protocolada até às 08h30min do dia 08 de dezembro

de 2017. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 16 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### **EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 010/2017 - FAS**

Publicação Nº 1428752

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 015/2017 – FAS.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 010/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de materiais de expediente e escolar para manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 05 de dezembro de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 16 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### **EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 169/2017**

Publicação Nº 1428753

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 247/2017.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 169/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial, para aquisição e aplicação de película jateada opaca para instalação nas áreas com vidro das unidades de Saúde. O recebimento dos envelopes se dará até às 08h30min do dia 01 de dezembro de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 08h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 16 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### **EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 012/2017**

Publicação Nº 1428754

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 245/2017.

Extrato de Edital de Tomada de Preços 012/2017.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, para execução de pavimentação asfáltica de trecho das Ruas André Lubi, Estacio Andruchio e Estephano Holowatty, incluindo material e mão de obra. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 04 de dezembro de 2017 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 16 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 013/2017**

Publicação Nº 1428757

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 246/2017.

Extrato de Edital de Tomada de Preços 013/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por item, para contratação de serviço de provedor de internet. O recebimento dos envelopes se dará até às 08h30min do dia 04 de dezembro de 2017 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitateportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitateportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 16 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**RESCISÃO 009/2017**

Publicação Nº 1428561

RESCISÃO DE CONTRATO 009/2017  
CONTRATO 289/2017

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de Fornecimento nº 289/2017, datado de 01 de novembro de 2017 entre o Município de Porto União e Manjato Tratores Ltda - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.492.308/0001-00 visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 218/2017, Modalidade de Pregão Presencial nº 151/2017, ficam liberadas as partes.

Porto União SC, 10 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 004/2017 - CMAS**

Publicação Nº 1428724

RESOLUÇÃO Nº 004, de 14 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a autorização de funcionamento da Casa de Passagem "Mari Dalva Zanette".

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 10 de novembro de 2017, Ata de nº 194, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 2.214, de 25 de outubro de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Porto União – CMAS, alterada pela Lei Municipal nº 3.781, de 20 de julho de 2010,

RESOLVE:

Autorizar o funcionamento da CASA DE PASSAGEM "MARI DALVA ZANETTE", como Serviço Municipal de Acolhimento Institucional, na modalidade Casa de Passagem, estando este em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 14 de novembro de 2017.

MARCIA MARIA BAGGIO CAUS

Conselheira Presidente

CMAS/ Porto União

**TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 025/2017**

Publicação Nº 1428511

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 025/2017

Partes: Município de Porto União e Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda.

**1.1 - DESCRIÇÃO DO ITEM**

Concede-se o reequilíbrio financeiro devido ao aumento do preço de mercado para o seguinte item:

Item 162 – Enoxaparina sódica 40 mg/0,4 ml seringa preenchida 0,4 ml, passando para o valor de R\$ 17,45 (dezesete reais e quarenta e cinco centavos) por seringa.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 03 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 002/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1428518

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 038/2017 - EDUCAÇÃO

Pregão Eletrônico 002/2017

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Rejane Comércio de Produtos Pedagógicos Ltda – ME e

N. T. Luize – EPP.

Porto União SC, 30 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 007/2017 - FAS**

Publicação Nº 1428522

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 012/2017 - FAS

Pregão Presencial 007/2017

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Solo Comercial EIRELI,

Luiz Angelo Dalgallo – EPP e

Luis Kaminski – ME.

Porto União SC, 01 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 145/2017**

Publicação Nº 1428530

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 207/2017 – Registro de Preços  
Pregão Presencial 145/2017  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas  
Irineu Comércio de Tintas Ltda – ME,  
Sara Comércio EIRELI,  
Jardel Jacobs Pereira da Silva – ME e  
Comercial JDC Materiais de Construção Ltda – ME.  
Porto União SC, 30 de outubro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 146/2017 - MULTIENTIDADE**

Publicação Nº 1428541

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 209/2017 – MULTIENTIDADE  
Pregão Presencial 146/2017 - Registro de Preços  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas  
Mecânica Marjovan Ltda – EPP,  
Comércio de Baterias Varnier Ltda – EPP.  
Porto União SC, 03 de novembro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 148/2017**

Publicação Nº 1428547

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 215/2017 – Registro de Preços  
Pregão Presencial 148/2017  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas  
Maria Elisa Garcia de Freitas de Almeida Produções – ME,  
OM3 Representações Comerciais EIRELI – ME e  
Dalgallo Presentes Ltda – ME.  
Porto União SC, 01 de novembro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 149/2017**

Publicação Nº 1428554

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 216/2017  
Pregão Presencial 149/2017  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa  
Tincar Auto Tintas Ltda – ME.  
Porto União SC, 01 de novembro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 150/2017**

Publicação Nº 1428559

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 217/2017 – Registro de Preços  
Pregão Presencial 150/2017  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas  
Remocar Retífica de Motores Ltda – ME e  
Mecânica Marjovan Ltda – EPP.  
Porto União SC, 30 de outubro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 010/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1428565

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 039/2017 - EDUCAÇÃO  
Tomada de Preços 010/2017  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa  
Liderança Construções Ltda - EPP.  
Porto União SC, 31 de outubro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 151/2017**

Publicação Nº 1428562

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 218/2017  
Pregão Presencial 151/2017  
Termo de Revogação  
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93.  
Porto União SC, 10 de novembro de 2017.  
Eliseu Mibach  
Prefeito Municipal

# Praia Grande

## PREFEITURA

### CONTRATO 135/2017- PREFEITURA

Publicação Nº 1428582

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC  
CONTRATO Nº. 135/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 22/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2017  
CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE.  
DO VALOR: R\$ 7.000,00  
DA VIGENCIA: 14/11/2017 à 31/12/2017.

Praia Grande, 14 de Novembro de 2017.  
HENRIQUE MATOS MACIEL  
Prefeito Municipal.

## Presidente Nereu

## PREFEITURA

## DECRETO 86/2017

Publicação Nº 1428265

Número da Lei:  
1526

Ano da Lei:  
2017

Data da Lei:  
30/06/2017

DECRETO Nº 86, de 10 de novembro de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 33.948,52( trinta e três mil, novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e dois centavos )

## Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Depto de Administracao	03.001.0004.0122.1301.2003.3339000000000000.01000000	1.232,13
Suplementar	Depto de Administracao	03.001.0004.0122.1301.2003.3319000000000000.01000000	32.716,39

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

## Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Departamento de Finanças	04.001.0004.0122.1301.2037.3319000000000000.01000000	32.716,39
Anulação Dotação	Departamento de Finanças	04.001.0004.0122.1301.2037.3449000000000000.01000000	1.000,00
Anulação Dotação	Departamento de Finanças	04.001.0004.0122.1301.2037.3339000000000000.01000000	232,13

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu - Santa Catarina, 10 de novembro de 2017

ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal  
CPF: 767.132.029-34

ALINE LESKE TILLMANN  
CONTADOR  
CRC: 24474 /SC

**DECRETO 87/2017**

Publicação Nº 1428266

Número da Lei:  
1508

Ano da Lei:  
2016

Data da Lei:  
24/11/2016

DECRETO Nº 87, de 10 de novembro de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 15.000,00( quinze mil reais )

**Crédito Adicional**

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Depto de Administracao	03.001.0004.0122.1301.2003.33390000000000.01000000	15.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

**Fonte de Recurso**

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Depto de Administracao	03.001.0004.0122.1301.2003.33171000000000.01000000	500,00
Anulação Dotação	Depto de Administracao	03.001.0004.0122.1301.2003.33371000000000.01000000	500,00
Anulação Dotação	Depto de Administracao	03.001.0004.0122.1301.2003.33190000000000.01000000	14.000,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu - Santa Catarina, 10 de novembro de 2017

ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal  
CPF: 767.132.029-34

ALINE LESKE TILLMANN  
CONTADOR  
CRC: 24474 /SC

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 282, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1428566

DECRETO Nº. 282, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.302.0026.2.026 Manutenção Bloco MAC Amb. Hosp. Limite Variável

MODALIDADE:	(26) 3.3.90.00.0.1.0035.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0035.0000 – Recurso TFD				
TOTAL			R\$	10.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o excesso de arrecadação na Fonte de Recurso acima descrita.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA – SC, 16 de novembro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### DECRETO 3.880 - PROCESSO SELETIVO 04-2017

Publicação Nº 1428644

DECRETO 3.880, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

"NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2017 PARA PROVIMENTO DE CARGO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Considerando o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo público seja procedida de aprovação em Processo Seletivo;

Considerando a existência no quadro de pessoal da Administração vaga a ser preenchida gradualmente, de acordo com as necessidades de serviço;

Considerando o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada uma Comissão de Processo Seletivo para Realização de Provas, Inscrições e acompanhamento do processo de escolha de candidatos para provimento de Emprego em caráter temporário na Administração Municipal, composta pelos seguintes membros:

- ADILA CONINK;
- ERONITE WEISS;
- SWEN SEBOLD.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pela primeira.

Art. 2º. Serão selecionados candidatos para o provimento dos cargos vagos, cuja nomenclatura, número de vagas, carga horária e vencimento constarão por inteiro teor do Edital do Processo Seletivo, observadas as exigências e condições prescritas na Legislação Municipal e Federal pertinente.

Art. 3º. O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições específicas do Edital, cabendo à Comissão nomeada por este Decreto decidir sobre casos eventualmente omissos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

Jean Carlos Külkamp

Secretário de Administração e Finanças

### LEI 2.176 - FEIRAS

Publicação Nº 1429400

LEI Nº 2.176, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

"Estabelece regras para a realização de feiras que visem à comercialização de mercadorias no varejo no Município de Rio do Campo".

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste município, que a

Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, regras para a realização de feiras que visem à comercialização de mercadorias no varejo no Município de Rio do Campo.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, consideram-se feiras todos os eventos temporários, itinerantes ou não, realizados fora de estabelecimentos comerciais, cuja atividade principal seja a venda, diretamente ao consumidor, de produtos industrializados ou manufaturados.

Art. 2º A realização das feiras de que trata esta Lei dependerá de licença de localização concedida pelo Executivo Municipal.

Art. 3º A licença referida no art. 2º desta Lei, deverá ser requerida junto a Secretaria de Administração e Finanças, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias da data pretendida para o início da feira, apresentando os seguintes documentos:

I – referentemente à pessoa física ou à pessoa jurídica promotoras da feira:

- a) contrato social, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e, em caso de prestadores de serviço, comprovante de inscrição do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), se pessoa jurídica;
- b) Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física;
- c) certidão de regularidade fiscal expedida pela prefeitura do município de origem;
- d) documento comprobatório de reserva de espaço ou local para a realização da feira no período pretendido;
- e) relação das pessoas jurídicas que participarão da feira como comerciantes;
- f) comprovante de comunicação aos órgãos locais da Receita Federal, da Receita Estadual, do Ministério do Trabalho e Emprego e às entidades representativas de classes econômicas, patronais e de empregados envolvidas quanto à realização da feira;
- g) comprovante de solicitação de apoio da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina ou contrato com empresa de segurança privada;
- e
- h) comprovante de plano de destinação de resíduos, aprovado pelo órgão municipal competente, acompanhado de documento comprobatório de sua viabilidade e realização;

II – referentemente ao local de realização da feira:

- a) atestado de que as instalações físicas, elétricas e hidrossanitárias atendem às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), fornecido por engenheiro civil do Município de Rio do Campo;
- b) alvará de prevenção e proteção contra incêndios, expedido pelo Corpo de Bombeiros;
- c) certidão negativa de débitos, expedida pelo Executivo Municipal;
- d) croqui com denominação de localização e disposição dos estandes;

III – referentemente aos comerciantes da feira:

- a) comprovante de inscrição no município de origem (alvará de localização);
- b) certidão de regularidade fiscal expedida pelo Executivo Municipal

- do município de origem;  
c) comprovante de inscrição na secretaria da fazenda do Estado de origem;  
d) cópia autenticada do CNPJ; e  
e) cópia autenticada do CPF dos responsáveis pela feira.

Parágrafo único. O poder Executivo terá 30 dias para deferir ou indeferir o requerimento. Deferido o pedido, o requerente deverá recolher a taxa de que trata o item 1, do anexo VII, da Lei Complementar 02/2009, com antecedência mínima de 15 dias da realização do evento.

Art. 4º No exame do requerimento referido no art. 3º desta Lei, deverão ser asseguradas, principalmente:

- I – a garantia das normas de proteção e defesa do consumidor, atendendo-se à ordem pública e ao interesse social;
- II – a garantia dos interesses econômicos e financeiros do Município de Rio do Campo;
- III – a observância das responsabilidades fiscais e o recolhimento de tributos; e
- IV – o enquadramento nas convenções coletivas de trabalho entre as entidades sindicais das respectivas categorias.

Parágrafo único. Será indeferido o requerimento de licença para a realização de feira em data que coincidir com a data de evento constante do Calendário de Eventos de Rio do Campo.

Art. 5º A pessoa física ou a pessoa jurídica responsável pela realização da feira de que trata esta Lei deverá:

- I – reservar estande gratuito para o Programa de Defesa do Consumidor (Procon);
- II – estabelecer escritório no Município de Rio do Campo, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias do início da feira, e mantê-lo por 30 (trinta) dias após seu término; e
- III – assumir, perante o Procon municipal, a responsabilidade pelos comerciantes, quanto ao cumprimento da legislação vigente relativa à comercialização.

Art. 6º As feiras de que trata esta Lei poderão realizar-se durante os horários e os dias fixados para a abertura e o funcionamento do comércio local, conforme legislação e convenção coletiva ou acordo vigentes, e pelo período de até 5 (cinco) dias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a lei 512, de 31 de outubro de 1981.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
16 de novembro de 2017.  
Rodrigo Preis  
Prefeito de Rio do Campo

Jean Carlos Külkamp  
Secretário de Administração e Finanças

## **LEI 2.177 - CRIA A FEIRA LIVRE DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Publicação Nº 1429401

LEI Nº 2.177, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

“Cria a Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar e dá outras providências.”

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar que se destina a venda, exclusivamente no varejo, de produtos hortifrutigranjeiros, conservas, pescados, produtos derivados do leite, industrialização caseira, flores e artesanato produzidos pelos produtores rurais familiares.

Art. 2º As atividades de comércio na Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar só poderão ser exercidas por produtores rurais, grupo informal e entidade associativa, categorizados e devidamente cadastrados junto ao Município.

Art. 3º Para efeito desta Lei entende-se:

I – produtor rural: pessoa física, caracterizada como agricultor familiar com produção agropecuária própria localizada dentro do território de Rio do Campo e devidamente cadastrada como feirante na Secretaria Municipal de Agricultura;

II – grupo informal: produtores familiares organizados informalmente para desenvolver atividades com objetivos comuns para a comercialização de produtos da agricultura familiar produzidos por seus associados;

III – entidade associativa: instituição representativa da agricultura familiar com personalidade jurídica formada com o objetivo de comercializar formalmente a produção de seus associados.

Art. 4º Na Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar poderão ser comercializados os seguintes produtos:

I – carnes frescas, congeladas, defumadas e derivados;

II – bebidas;

III – doces e salgados;

IV – frios e derivados;

V – peixes;

VI – frutas, legumes e tubérculos;

VII – flores e artesanato;

VIII – geleias;

IX – conservas de produtos de origem vegetal e animal;

X – flores naturais.

Parágrafo único. Os produtos de origem animal e vegetal só poderão ser comercializados na Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar se estiverem licenciados pela autoridade sanitária competente, devendo estar embalados e rotulados de acordo com as normas vigentes.

Art. 5º Compete ao Executivo Municipal:

I – expedir o Alvará de Licença para funcionamento da Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar;

II – cadastrar os feirantes;

III – a fiscalização, manutenção da ordem e da disciplina, assim como a segurança no expediente da Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar;

IV – recolher o lixo acondicionado pelos feirantes.

Parágrafo único. Determinar local e horários para realização da Feira Livre, bem como elaborar o Regimento Interno da Feira Livre, observando o disposto no Plano Diretor Municipal.

Art. 6º Compete ao feirante:

I – acatar instruções dos servidores municipais encarregados da fiscalização e do funcionamento da Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar;

II – observar, no tratamento com o público, boas maneiras e respeito;

III – apregoar as mercadorias sem algazarra;

IV – manter limpos e com asseio o vestuário e os utensílios para suas atividades, e também o espaço que ocupar nas feiras livres, devendo acondicionar o lixo em embalagens adequadas e depositar em locais destinados para tal;

V – colocar balanças e medidas em local que permita ao comprador verificar com facilidade e exatidão o peso das mercadorias;

VI – colocar tabela de preços;

VII – aferir os pesos, balanças e medidas de acordo com as normas pertinentes, indispensáveis ao comércio de seus produtos;

VIII – apresentar a respectiva licença e documentos quando solicitados pela fiscalização;

IX – observar o Regimento Interno da Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar;

X – observar o Código de Defesa do Consumidor e a legislação sanitária;

Art. 7º É vedado ao feirante:

I – colocar mercadorias, embalagens, caixas e outros objetos fora do limite da barraca;

II – vender gêneros falsificados, impróprios para consumo, deteriorados ou condenados pela fiscalização sanitária ou ainda sem pesos ou medidas;

III – deslocar a barraca dos pontos determinados pela administração da Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar;

IV – se negar a vender produtos fracionadamente nas proporções mínimas que forem fixadas;

V – sonegar ou recusar a vender mercadorias;

VI – lavar mercadorias nos recintos das feiras livres;

VII – usar jornais, papéis usados ou quaisquer impressos para embrulhar os gêneros alimentícios que, por contato direto, possam

ser contaminados.

Art. 8º Na Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar também poderão ser realizados shows e atrações artísticas em geral, desde que devidamente autorizados pela Municipalidade e órgãos competentes.

Art. 9º O Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,

em 16 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

Jean Carlos Külkamp

Secretário de Administração e Finanças

## LEI COMPLEMENTAR 30 - ALTERA CÓDIGO DE POSTURAS E CÓDIGO TRIBUTÁRIO

Publicação Nº 1429402

LEI COMPLEMENTAR 30, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

“Altera os Artigos 131 a 142 da Lei Complementar 16/2013 e o Anexo VII da Lei Complementar 02/2009”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faço Saber a todos habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Os artigos 131 a 142, da Lei Complementar 16, de 25 de junho de 2013, passam a ter a seguinte redação:

Art. 131. Para efeitos deste Código considera-se comércio ambulante a atividade de venda a varejo de qualquer tipo de mercadoria, realizado por pessoa física ou jurídica que não possua qualquer espécie de vínculo empregatício ou funcional com pessoa pública ou privada, exercida de maneira estacionária ou itinerante, em todos os períodos do ano ou eventual, em vias, calçadas e logradouros públicos.

§ 1º. O exercício do comércio ambulante somente será admitido mediante permissão outorgada pelo Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, mediante requerimento de licença de funcionamento e localização do interessado ao setor de Tributação, acompanhado dos seguintes documentos:

I – CPF e RG do vendedor responsável, se pessoa física ou cartão de CNPJ se pessoa jurídica;

II – notas fiscais das mercadorias a serem vendidas;

III – cópia do(s) documento(s) do(s) veículo(s) que porta(m) as mercadorias a serem vendidas, quando houver;

IV – logradouros pretendidos;

V – certidão negativa, ou positiva com efeitos negativos, de débitos federais, estaduais e municipais;

VI – quando se tratar de gêneros alimentícios, o vendedor deverá apresentar também, laudo de inspeção da vigilância sanitária.

Art. 132. Habilitado o interessado, será ele obrigado a exibir, sempre que solicitado pela fiscalização, à licença de funcionamento e localização.

§ 1º. O vendedor ambulante que, apesar de notificado, não cumprir as exigências desta lei, fica sujeito à apreensão das mercadorias e pagamento de multa no valor de (05) cinco vezes o valor fixado no artigo anterior, ficando impedido de realizar comércio dentro dos limites do município de Rio do Campo pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da constatação da infração.

§ 2º. A multa prevista no § 1º deste artigo deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias corridos do auto da notificação expedida pelo Município.

§ 3º. Em se tratando de produtos alimentícios reduzir-se-á ao prazo de 48 horas.

§ 4º. A mercadoria será liberada mediante apresentação do pagamento da multa e notas fiscais.

Art. 133. No caso de não cumprimento das exigências previstas no art. 132, os bens apreendidos serão levados à hasta pública ou leilão. Em se tratando de produtos alimentícios, estes serão doados a instituições assistenciais, mediante prévia inspeção pela Vigilância Sanitária e recibo.

Art. 134. Ao comércio ambulante é vedada a venda de:

I - armas, munições, fogos de artifícios ou similares;

II - medicamentos ou quaisquer outros produtos farmacêuticos;

III - óculos de grau e outros dispositivos que dependam de receita;

IV - agrotóxicos, venenos e produtos que produzam dependências físicas;

V - quaisquer outros produtos que possam causar danos à coletividade;

VI - animais vivos em geral;

Art. 135. Os licenciados têm obrigação de:

I - comercializar, exclusivamente as mercadorias constantes da licença;

II - exercer a atividade exclusivamente nos horários, locais e espaços demarcados e indicados na licença;

III - só comercializar mercadorias em perfeitas condições de uso ou consumo;

- IV - manter-se em rigoroso asseio pessoal, das instalações e do espaço público ocupado;
- V - portar-se com respeito com o público, com os colegas e evitar a perturbação da ordem e tranquilidade pública;
- VI - transportar seus bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito, sendo proibido usar os passeios para o transporte de volumes que atrapalhem a circulação de pedestres.

Art. 136. O abandono ou não aparecimento, sem justa causa, do licenciado ao local que lhe foi atribuído, por prazo superior a 5 (cinco) dias, bem como a ocupação de espaços que não o expressamente determinado, implicará na cassação da licença.

Art. 137. É proibido ao vendedor ambulante:

- I - Utilizar postes, árvores, muros e passeios para afixação de propaganda;
- II - Utilizar área externa do seu equipamento (veículo) para exposição de produtos;
- III - Comercializar mercadorias não compreendidas no objeto da atividade autorizada;
- IV - Permitir que outros utilizem seu equipamento para comercializar, salvo se preposto autorizado;
- V - Utilizar instrumentos ou equipamentos sonoros de qualquer forma que altere o volume normal da voz;
- VI - Usar o equipamento como veículo de propaganda de qualquer natureza, a não ser quanto ao produto de venda;
- VII - Vender qualquer substância em desacordo com a legislação;
- VIII - Utilizar na apresentação dos seus produtos material que apresente riscos ao consumidor e ao meio ambiente;
- IX - Comercializar seus produtos próximo às instalações bancárias, praças públicas e pontos de comércio já estabelecidos e regularizados pelo município.

Art. 138. Para o comércio de lanches rápidos, caracterizados por serem montados e realizados em carrinhos de lanches, trailers e/ou em veículos automotores, estabelecidos em espaços privados, dependerão de prévia autorização municipal e funcionarão com horários predefinidos pelo órgão competente, levando-se em conta as peculiaridades da legislação e das atividades existentes no local.

Art. 139. Além dos documentos relacionados no Art. 131, para emissão de licença de funcionamento e localização, serão exigidos para o comércio do que trata o Art. 138, os seguintes documentos:

- I - comprovante de residência, demonstrando que mora há mais de dois anos no Município;
- II - carteira de saúde ou documento que a substitua;
- III - autorização do proprietário do local pretendido;
- IV - alvará sanitário;
- V - Laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros;
- VI - Laudo de vistoria emitido por profissional habilitado junto ao CREA.

§ 1º. Para o comércio de lanches rápidos é obrigatório o cumprimento da legislação pertinente ao Código Sanitário.

§ 2º. A Vigilância Sanitária fiscalizará o tipo de lanche rápido a ser comercializado, considerando o espaço físico e equipamentos existentes no estabelecimento.

§ 3º. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado afixará a licença em lugar visível, e a exibirá à autoridade competente, sempre que esta o exigir.

§ 4. Ao licenciado será permitido o uso de fogão, freezer, geladeira, fogareiro, botijão de gás, chapa para sanduíche, aparelhos elétricos, vasilhames para cozinhar, fritar, ferver ou preparar comestíveis, quando embutidos no veículo transportador e destinados à confecção dos lanches rápidos desde que devidamente vistoriados pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 140. Os vendedores ambulantes de qualquer gênero alimentício deverão:

- I - usar guarda-pó ou jaleco, luvas descartáveis e gorro branco;
- II - manter ao abrigo do sol, do pó e dos insetos e devidamente acondicionados, os gêneros que conduzem;
- III - trazer limpos, os vasilhames e demais utensílios usados;
- IV - trazer o recipiente para coleta de resíduos.

Parágrafo único. É proibida a venda de quaisquer artigos ou produtos deteriorados, contaminados ou sem indicação de procedência.

Art. 141. Revogado.

Art. 142. Nas infrações a qualquer dispositivo dos artigos 138, 139 e 140, serão impostas as seguintes sanções, isoladas ou cumulativas, conforme a natureza e gravidade destas:

- I - multa de 20 (vinte) a 500 (quinhentos) UFM's, duplicadas em caso de reincidência;
- II - apreensão da mercadoria ou objetos;
- III - suspensão da licença por até 30 (trinta) dias;
- IV - cassação definitiva da licença.

Parágrafo único. Mediante emissão de laudo da Vigilância Sanitária, os alimentos perecíveis apreendidos serão incinerados ou encaminhados para doação a Entidades Assistenciais.

Art. 2º. Altera os itens 1 e 10, do Anexo VII, da Lei Complementar 02, de 21 de dezembro de 2009, e inclui os itens 11 e 12, conforme segue:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UFM/DIA	UFM/MÊS	UFM/ANO
01	Barraca de feira livre, por unidade	470,00	*	*
10	Ambulante sem uso de veículo	160,00	*	*
11	Ambulante com uso de automóvel	240,00	*	*
12	Ambulante com uso de caminhão ou caminhonete	320,00	*	*

Art. 3º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº. 2.175, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1429399

LEI Nº. 2.175, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

“Altera a redação do artigo 13º da Lei nº 1.646/2008 e dá outras providências.”

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, usando de suas atribuições legais. Faço saber a todos os habitantes do Município de Rio do Campo que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera o § 1º, do inciso III, do artigo 13º, da Lei 1.646 de 28 de outubro de 2008, passando a ter a seguinte redação:

“§ 1º. Adicionalmente a contribuição de que trata o § 3º deste artigo, o poder executivo, legislativo e entidades da administração indireta e funcional, a título de recuperação do passivo atuarial e financeiro, contribuirão com percentuais de acordo com o constante no anexo I desta lei.”

Art. 2º. Fica revogada o § 1º, do inciso III, do artigo 1º, da Lei 2.110, de 23 de agosto de 2016.

Art. 3º. Cria o Anexo I, da Lei 1.646, de 28 de outubro de 2008, conforme segue:

### ANEXO I TABELA DE CONTRIBUIÇÕES

VIGÊNCIA	CUSTEIO (%)			
	NORMAL		ESPECIAL	TOTAL
	SERVIDOR	EMPREGADOR	EMPREGADOR	
2017	11,00	14,05	22,65	47,70
2018	11,00	14,05	23,75	48,80
2019	11,00	14,05	24,85	49,90
2020	11,00	14,05	25,95	51,00
2021	11,00	14,05	27,05	52,10
2022	11,00	14,05	28,05	53,10
2023	11,00	14,05	29,02	54,07
2024	11,00	14,05	30,55	55,60
2025	11,00	14,05	33,05	58,10
2026	11,00	14,05	36,50	61,55
2027	11,00	14,05	39,05	64,10
2028	11,00	14,05	42,05	67,10
2029	11,00	14,05	45,05	70,10
2030	11,00	14,05	48,05	73,10
2031-2040	11,00	14,05	51,55	76,60

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
16 de novembro de 2017.  
Rodrigo Preis  
Prefeito de Rio do Campo

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 472, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017. "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARIA REGINA EYNG".**

Publicação Nº 1429170

Portaria nº. 472, de 16 de novembro de 2017.  
"Concede Férias a Servidora MARIA REGINA EYNG".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora MARIA REGINA EYNG, Matrícula 8600, 15 (quinze) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016, tendo como período de gozo: 16 a 30 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de novembro de 2017.  
Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 473, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017. "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARIA ANGELICA LUCCA".**

Publicação Nº 1429174

Portaria nº. 473, de 16 de novembro de 2017.  
"Concede Férias a Servidora MARIA ANGELICA LUCCA".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora MARIA ANGELICA LUCCA, Matrícula 9200, 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 23/03/2015 à 22/03/2016, tendo como período de gozo: 16 a 25 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de novembro de 2017.  
Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 474, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017. "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARCIA SCHELBAUER".**

Publicação Nº 1429180

Portaria nº. 474, de 16 de novembro de 2017.  
"Concede Férias a Servidora MARCIA SCHELBAUER".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora MARCIA SCHELBAUER, Matrícula 33428, 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2016

à 06/02/2017, tendo como período de gozo: 16 a 25 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 475, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017. "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARLI BARABACH".**

Publicação Nº 1429181

Portaria nº. 475, de 16 de novembro de 2017.  
"Concede Férias a Servidora MARLI BARABACH".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora MARLI BARABACH, Matrícula 34161, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 18/08/2015 à 17/08/2016, tendo como período de gozo: 27 de novembro a 26 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 27 de novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 476, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017. "EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA ROSELI KESTRING PEDROSO".**

Publicação Nº 1429183

Portaria nº. 476, de 16 de novembro de 2017.  
"Exonera, a pedido, a servidora ROSELI KESTRING PEDROSO".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir do dia 13 de novembro de 2017, a servidora ROSELI KESTRING PEDROSO, matrícula nº. 34269, nomeada pela Portaria nº. 292/2017, para o cargo temporário de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 13 de novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

**PROCESSO SELETIVO 04 2017**

Publicação N° 1429391

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 04/2017**

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais combinado com o artigo 75, da Lei Complementar nº 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, em respeito ao princípio constante no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, torna público para conhecimento dos interessados, que no período de 21/11/2017 a 15/12/2017, estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2017, destinado ao preenchimento de vagas de Admissão em Caráter Temporário do Magistério Público do Município de Rio do Campo, durante o ano letivo de 2018.

**1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital e sua realização, coordenação e supervisão será executado pela Comissão Especial de Processo Seletivo instituída e nomeada pelo Decreto nº 3.380, de 16 de novembro de 2017, do Poder Executivo Municipal.

**2 DOS CARGOS**

2.1 Os cargos a serem providos, a habilitação exigida, número de vagas para provimento do cargo, bem como o tipo de provas, estão discriminadas nos quadros a seguir:

**2.2 Quadro I**

CARGO	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	TIPOS DE PROVAS
Professor Educação Infantil	Habilitado - Superior em Pedagogia ou Normal Superior para atuar na Educação Infantil. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, ou Normal Superior para atuar na Educação Infantil.	CR	20h a 40 h	Escrita e Títulos
Professor Ensino Fundamental Séries Iniciais (1º ao 5º ano)	Habilitado - Superior em Pedagogia ou Normal Superior para atuar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, ou Normal Superior para atuar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.	CR	20h a 40 h	Escrita e Títulos

**2.3 Quadro II**

CARGO	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	TIPOS DE PROVAS
Professor Ensino Fundamental de Artes	Habilitado - Graduação em curso de licenciatura em Artes Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Artes	CR	10h a 40h	Escrita e Títulos
Professor Ensino Fundamental de Inglês	Habilitado - Graduação em curso de licenciatura em Inglês. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena Letras-Inglês.	CR	10h a 40h	Escrita e Títulos
Professor Ensino Fundamental de Educação Física	Habilitado - Graduação em curso de licenciatura em Educação Física. Não habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Educação Física.	CR	10h a 40h	Escrita e Títulos
Professor Ensino Fundamental de Matemática	Habilitado - Graduação em curso de licenciatura em Matemática. Não habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Matemática.	CR	10h a 40h	Escrita e Títulos

Professor Ensino Fundamental de Geografia	Habilitado - Graduação em curso de licenciatura em Geografia. Não habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Geografia.	CR	10h a 40h	Escrita e Títulos
Professor Ensino Fundamental de História	Habilitado - Graduação em curso de licenciatura em História. Não habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em História.	CR	10h a 40h	Escrita e Títulos

2.4 Os cargos especificados no quadro anterior comporão lista de espera, e serão ocupadas de acordo com a necessidade de preenchimento do Magistério Público do Município de Rio do Campo, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2017.

### 3 DA REMUNERAÇÃO

3.1 A remuneração obedecerá à legislação municipal vigente.

### 4. DA DIVULGAÇÃO

4.1 A divulgação oficial do Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2017, na íntegra, será efetuada através de publicação no DOM (diário oficial do município) e no site da Prefeitura Municipal de Rio do Campo: [www.riodocampo.atende.net](http://www.riodocampo.atende.net).

### 5 DA INSCRIÇÃO

5.1 As inscrições serão realizadas via Internet no portal [www.riodocampo.atende.net](http://www.riodocampo.atende.net), a partir das 00h do dia 21 de novembro de 2017 até 23h59min do dia 15 de dezembro de 2017, de acordo com a Ficha de Inscrição constante no Anexo I deste Edital.

5.2 O Município não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que tenham impossibilitado a transferência de dados.

5.3. Ao preencher a respectiva ficha de inscrição, via internet, o candidato deverá imprimir o cartão de identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto das provas.

5.4 No ato da inscrição, o candidato poderá se inscrever em até duas áreas, marcando em campo específico da Ficha de inscrição. Depois de efetivada a inscrição, não será aceito pedido de alteração desta opção.

5.5 O candidato assumirá total responsabilidade pelas informações prestadas no preenchimento da Ficha de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, omissões e declarações inexatas ou inverídicas, podendo este, a qualquer momento, responder por crime contra a fé pública.

5.6 Não serão aceitas inscrições que não atenderem rigorosamente ao disposto neste Edital, ou feitas por qualquer outra via, que não sejam as nele contidas.

5.7 O candidato que está cursando pedagogia, a partir da quinta fase, poderá se inscrever na área específica.

5.8 No período das inscrições o candidato deverá apresentar, na Secretaria Municipal de Educação, cópias legíveis acompanhadas do original, ou cópias autenticadas dos seguintes documentos:

- Certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização na disciplina / cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, devidamente registrados, expedidos por instituição credenciada no MEC ou CEE/CME, com duração mínima ou superior a 16 horas, frequentados, ministrados e concluídos em período compreendido entre 21 de novembro de 2015 a 15 de dezembro de 2017, contendo originalmente o número de horas destes;
- Certificados ou diplomas para habilitação profissional ou de curso de pós-graduação;
- Certificado de Frequência Escolar a partir da 5ª fase em Licenciatura Plena;
- Atestado de Tempo de Serviço no Magistério, considerando até o dia 31 de outubro de 2017.

5.8.1 Os documentos citados no item anterior poderão ser encaminhados também via SEDEX, em envelope lacrado, para o seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação – Avenida Tiradentes, nº 217, Bairro Guanabara, CEP: 89.198-000, Rio do Campo/SC.

5.8.2 A data de recebimento dos documentos referidos no item 5.8 será até 16 de dezembro de 2017 na Secretaria Municipal de Educação.

5.9 Não será permitido, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição e dos documentos, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição, ou juntada de documentos posterior.

5.10 A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Processo Seletivo.

5.11 Após a efetivação da inscrição, não será aceito pedido de mudança de opção de disciplina.

5.12 Julgados os pedidos de inscrição, e satisfeitas as exigências, a Comissão publicará no site oficial do município, bem como afixação em local público, as inscrições deferidas.

## 6 DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

6.1 Em face do número de vagas oferecidas para cada cargo, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência.

6.2 Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos a perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência de capacidade para o exercício do cargo.

6.3 Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer a perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

6.4 Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou cargo.

6.5 Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2017, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

6.6 Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo no ato da inscrição preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

6.7 A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo a sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2017.

6.8 A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

## 7 - DO REGIME EMPREGATÍCIO E PREVIDENCIÁRIO

7.1 O regime jurídico para contratação temporária será o estabelecido em Lei Municipal e o regime previdenciário será o do Regime Geral de Previdência Social.

## 8 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2017

8.1 O Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2017 será realizado mediante aplicação de prova escrita e de títulos para todos os cargos.

## 9 DAS PROVAS

9.1 Da prova de títulos:

9.1.1 Os candidatos cujos diplomas tenham sido expedidos com nome diferente do que consta na inscrição, deverão anexar certidão de casamento ou cópia da sentença que modificou o seu nome, sob pena de não terem os pontos computados.

9.1.2 Só serão pontuados os certificados ou diplomas de Cursos de pós-graduação na disciplina/ área, para o qual o candidato se inscreveu ou em Educação, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal, acompanhados do Histórico Escolar.

9.1.3 Não serão pontuados:

a) Certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei.

b) Os títulos não entregues no prazo e locais determinados.

c) Títulos obtidos em cursos que não sejam na disciplina / cargo para a qual o candidato esta inscrito ou em Educação.

d) Diplomas ou certificados de cursos de atualização com duração inferior a 16 horas.

e) Diplomas ou certificados de cursos de atualização anteriores a 17 de novembro de 2015.

f) Atestado de frequência escolar inferior a 5º fase.

g) Documentos cujo inteiro teor não possa ser lido e analisado.

h) Os diplomas ou certificados de curso em mais de uma habilitação profissional ou de curso de pós-graduação, sendo pontuado apenas o de maior valor.

9.1.5 A prova de títulos é constituída pela análise e pontuação de documentos conforme segue:

TÍTULO	PONTOS POR TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Cursos de aperfeiçoamento da área de atuação, frequentados, ministrados e concluídos no período entre 17 de novembro de 2015 a 16 de novembro de 2017, devidamente registrados nos órgãos competentes.	0,2 a cada 40 horas de Curso.	2
Tempo de serviço no Magistério.	De 1 à 5 meses = 0,5 ponto De 06 meses a 2 anos e 11 meses = 1,0 ponto De 03 anos a 8 anos e 11 meses = 1,5 ponto Acima de 09 anos = 2,0 pontos	2
Certificado ou diploma de curso de pós graduação na área específica que ira atuar.	-	2
Certificado ou diploma de licenciatura em pedagogia.	-	4
Certificado ou diploma de Licenciatura com Habilitação específica na disciplina / cargo do currículo em que ira atuar.	-	4
Atestado de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na disciplina de opção, emitida pela universidade comprovando a fase cursada ou em curso pelo acadêmico.	0.5 para cada fase concluída	2

9.1.6 Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma de habilitação profissional ou curso de pós-graduação, só será aceito um de cada.

9.1.7 Para efeito da pontuação referente aos cursos de aperfeiçoamento, não será considerado títulos com a mesma data, mesmo que realizados em turnos e em órgãos diferentes, ficando válido apenas 01 (um), entre os apresentados com a mesma data.

9.1.8 Nos documentos apresentados para a prova de títulos devem constar a assinatura do responsável, a carga horária e o período de início e de término do curso.

9.1.9 É responsabilidade do candidato a entrega dos documentos da Prova de Títulos e Tempo de Serviço conforme normas previstas neste Edital. Os documentos que não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, ainda que entregues, não serão considerados.

9.1.10 A nota final da prova de títulos será a soma da nota dos certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização, os certificados ou diplomas para habilitação profissional ou de curso de pós-graduação, mais o tempo de serviço prestado ao magistério.

## 9.2 Das Provas Escritas

9.2.1 As provas escritas serão realizadas na Escola Municipal Prefeito Hilário Preis, situada na Rua 7 de Setembro, 500 – Rio do Campo - SC, no dia 07 de janeiro de 2018, com início às 09h:00min e terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

9.2.2 O candidato devesse comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Ficha de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

9.2.3 O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar o comprovante de inscrição juntamente com documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretaria de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícia Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97, com fotografia).

9.2.4 Caso esteja impedido de apresentar o documento de identificação utilizado para inscrever-se por motivo de perda, roubo ou extravio, o candidato deverá apresentar Boletim de Ocorrência (BO), emitido por autoridade policial no prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à realização da prova escrita, e será submetido à coleta de impressão digital.

9.2.5 Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

9.2.6 Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

9.2.7 Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal do Processo Seletivo Simplificado.

9.2.8 Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

9.2.9 O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que

esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no subitem anterior, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame.

9.2.10 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que durante a realização da prova:

- Comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao Processo Seletivo Simplificado.
- Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Processo Seletivo Simplificado.
- Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- Não assinar a Lista de Presença.
- Não assinar e rubricar o Cartão-Resposta.

9.2.11 O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início.

9.2.12 Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo Simplificado nas dependências dos locais de aplicação da prova.

9.2.13 A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial, deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

9.2.14 A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento do rompimento do lacre dos envelopes na presença dos candidatos.

9.2.15 Ao findar o tempo de duração para realização da prova, os três últimos candidatos a permanecerem na sala da prova escrita deverão retirar-se do local simultaneamente, após a assinatura da Ata de Sala. O candidato que negar-se a fazê-lo fica ciente que será penalizado com a exclusão do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2017, sendo lavrado termo de ocorrência em Ata de Sala, testemunhado pelos outros dois candidatos e fiscais de sala.

9.2.16 A Prova Escrita será composta de 15 (quinze) questões de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo que haverá somente uma alternativa correta.

9.2.17 Os cadernos de prova constituem o espaço pelo qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta correta, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, exceto nos cartões resposta.

9.2.18 As questões serão conforme Conteúdo Programático referenciado no Anexo III, e distribuídas de acordo com o quadro abaixo:

Matéria	Número de Questões	Peso por Questão	Total de Pontos
Conhecimentos Gerais (Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Atualidades)	10	0,35	3,5
Conhecimentos Específicos	05	1,30	6,50

9.2.19 Atribuir-se-á à prova escrita nota de 0 (zero) a 10 (dez), permitidas as frações.

9.2.20 O candidato receberá junto com os cadernos de prova o cartão-resposta, único e insubstituível, o qual será preenchido e assinado sob sua responsabilidade.

9.2.21 O candidato, ao terminar a prova escrita fará a entrega do respectivo cartão-resposta e o caderno de prova aos fiscais de sala.

9.2.22 A avaliação das provas far-se-á, exclusivamente, por meio do cartão-resposta, o que anula qualquer outra forma de avaliação. Será considerada nula a resposta dada pelo candidato quando:

9.2.22.1 O cartão-resposta apresentar emendas e/ou rasuras;

9.2.22.2 O cartão-resposta apresentar mais de uma opção assinalada para a mesma questão;

9.2.22.3 A questão não estiver assinalada no cartão-resposta;

9.3 A Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas em local, data e/ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

9.4 Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores a data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e/ou seu aviso resumido.

## 10 DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

10.1 A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou Poder, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

10.2 Da inscrição indeferida, prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do ato de homologação das inscrições.

10.3 O gabarito provisório e o caderno de provas serão divulgados no dia 07 de janeiro de 2018, após o termino da realização das provas, sendo publicado no site da Prefeitura Municipal de Rio do Campo: [www.riodocampo.atende.net](http://www.riodocampo.atende.net)

10.4 Do Gabarito Provisório caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data da publicação, o qual deverá ser fundamentado, digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado, conforme o formulário do Anexo IV.

10.5 Julgados os recursos, publicar-se-á o gabarito definitivo, com base no qual serão corrigidas as provas escritas.

10.6 Do gabarito definitivo não caberá nenhum outro tipo de recurso.

10.7 Para revisão dos pontos obtidos na sua Grade de Respostas e/ou reavaliação de sua classificação provisória, o candidato deverá protocolar pedido no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

10.8 O resultado de classificação final do Processo Seletivo Simplificado será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, publicado no DOM e no site da Prefeitura Municipal de Rio do Campo.

10.9 Das notas.

A nota final será  $PO = 70\% + PT = 30\%$ , onde a formula final será  
 $PO \times 0,7 + PT \times 0,3 = NF$

Entende-se

PO = Prova objetiva

PT = Prova de títulos

NF = Nota final

## 11 DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

11.1 A prova escrita terá caráter classificatório.

11.2 A prova de títulos será pontuada conforme quadro 9.1.5 e terá caráter apenas classificatório.

11.3 A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada a fase de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na prova escrita e de títulos, sendo ordenada pela disciplina e pela habilitação mínima exigida, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo.

11.4 A classificação no Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2017 gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o cargo, de acordo com as necessidades da Administração Pública.

11.5 Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

11.6 A homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Rio do Campo e no site da Prefeitura Municipal de Rio do Campo, com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de nota final.

## 12 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

- Tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- Obtiver maior número de acertos na prova de conhecimentos específicos;
- Obtiver maior numero de acertos na prova de conhecimentos gerais;
- Obtiver maior pontuação na Prova de Títulos;
- Maior idade.

12.1.3 Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita.

## 13 DA ADMISSÃO

13.1 A admissão dos candidatos aprovados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 12 deste Edital.

13.2 A admissão dar-se-á através de ato oficial, e os candidatos terão 05(cinco) dias para tomarem posse do cargo junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os seguintes documentos:

13.2.1. Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;

13.2.2. Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

13.2.3. Declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

13.2.4. Certidão de Quitação Eleitoral emitida por cartórios eleitorais ou pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);

13.2.5. Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelos Foros das Justiças Federal ou Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos 5 (cinco) anos;

13.2.6. Comprovante de residência;

13.2.7. Certificado de conclusão do grau de escolaridade exigido para o cargo, conforme consta nos Quadros I e II deste Edital;

13.2.8. Cópia dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

- Prova de identidade;
- Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
- CPF;
- Título de eleitor e comprovante de que votou na última eleição;
- Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional;
- Comprovar idade mínima de 18 anos, no ato da posse.

13.3 Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Rio do Campo convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

13.4 Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

13.5 A escolha de vagas da 1ª chamada ocorrerá de acordo com a ordem de classificação será realizada nos dias 22 e 23 de janeiro de 2017, na Secretaria Municipal de Educação, das 8h as 12h e das 13h as 17h.

13.5.1 O candidato que não se apresentar no dia e horário e local determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, ocupará o final da listagem e continuará classificada assumindo o final da listagem, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada.

13.5.2 A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

13.5.3 Esgotadas todas as possibilidades de chamada deste processo seletivo a Secretaria de Educação de Rio do Campo realizará Chamada Pública cujas vagas serão publicadas no quadro de publicações oficiais do Município de Rio do Campo e/ou no site oficial do município.

13.5.4 A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

13.5.5 A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

13.5.6 O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga.

13.5.7 Após a 1ª chamada, as vagas remanescentes e as novas vagas serão oferecidas aos candidatos aprovados respeitando a listagem de classificação, conforme o surgimento das mesmas no decorrer do ano letivo.

13.5.8 As vagas disponibilizadas no Processo Seletivo 04/2017 serão aquelas remanescentes da distribuição de aulas aos professores efetivos, portanto, estas aulas somente constituirão vaga a ser ofertada ao professor ACT depois de esgotadas todas as possibilidades de aproveitamento pelo professor efetivo.

13.6 Na hipótese de rescisão a pedido, o servidor fica ciente que sua solicitação poderá ser atendido decorrido 30 (trinta) dias após a solicitação ou na data solicitada, neste caso, implicando no pagamento de multa do valor correspondente ao vencimento base do cargo do requerente.

#### 14 DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 04/2017

14.1 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2017 será até 31 de dezembro de 2018.

14.2 Exclusivamente para o cargo de Professor de Educação Infantil, o prazo poderá ser prorrogado até o início do ano letivo de 2019.

#### 15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Serão eliminados do Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2017 o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

15.2 Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado e assessoria jurídica da Prefeitura Municipal de Rio do Campo de acordo com a legislação vigente.

15.3 Não havendo professor habilitado para preencher a vaga provida pelo presente edital, a Secretaria de Educação poderá chamar o profissional que obteve a melhor colocação, com habilitação no magistério, para exercer a referida função, até que a vaga seja ocupada por professor habilitado em concurso público.

15.4 Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Processo Seletivo Simplificado, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Processo Seletivo Simplificado, os registros eletrônicos a ele referentes.

15.5 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Ficha de Inscrição ao Processo Seletivo Simplificado.
- b) Anexo II - Requerimento Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Cargos e Conteúdos Programáticos das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha.
- d) Anexo IV - Formulário de Recurso.
- e) Anexo V – Cronograma do Processo Seletivo

Prefeitura do Município de Rio do Campo/SC, 16 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2017

#### FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome do Candidato:		N.º de Inscrição:	
Cargo Pretendido (1):			
Cargo Pretendido (2):			
DADOS CADASTRAIS			
Pai:			
Mãe:			
Data de Nascimento:			
Naturalidade:		Estado:	
Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino		Estado Civil:	
Endereço Residencial:			Nº:
Cidade:		Estado:	
CPF:		Telefone:	
Carteira de Identidade (RG):		Órgão Expedidor:	
Deficiente: ( ) Sim ( ) Não		Tipo:	
E-mail:			
Atesto sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações prestadas nesta Ficha de Inscrição, estando de acordo com as normas deste Processo Seletivo. Declaro ainda, ter conhecimento das exigências mínimas previstas no Edital que regulamenta o Processo Seletivo, e que aceito e atendo a todos os requisitos mínimos e condições estabelecidas para o exercício do cargo, comprometendo-me, ainda, a sua devida comprovação, quando exigida.			
OBRIGATÓRIO A APRESENTAÇÃO DESTA, JUNTAMENTE COM UM DOCUMENTO DE IDENTIDADE OFICIAL COM FOTO NO LOCAL DA PROVA.			
Levar caneta esferográfica azul ou preta e chegar 15 minutos com antecedência, no dia da realização do Processo Seletivo.			
Local e Data:		Assinatura do Responsável pelo preenchimento:	

#### ANEXO II

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2017

#### REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

\_\_\_\_\_, portador do documento de identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2017 da Prefeitura Municipal de Rio do Campo sob o n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas.  
(Assinale a sua opção)

1) ( ) Prova Ampliada

Fonte n.º \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

2) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

3) ( ) Leitura de Prova

4) ( ) Outra Necessidade

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Rio do campo/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do (a) Candidato (a)

### ANEXO III

#### Cargos e Conteúdos Programáticos

##### CARGO

Professor de Educação Infantil

Professor Ensino Fundamental

Professor Área Específica (Artes, Inglês, Educação Física, Matemática, Geografia e História) Conteúdos Programáticos para a prova de Conhecimentos Gerais para todos os cargos:

Disciplina	Conteúdos Gerais
Língua Portuguesa	Morfologia, Fonética, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Formação de Palavras. Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Uso dos Porquês.
Matemática	Números e problemas envolvendo as 04 operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Juros simples e composto.
Conhecimentos Gerais e Atualidades	Atualidades do Brasil e do Mundo. Conhecimentos Gerais de Santa Catarina e do Brasil. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento. Didática Geral, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Plano Político Pedagógico da escola - PPP, Constituição Federal, na parte referente a Educação, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Temas transversais ou multidisciplinares. PCN Estudos Temáticos História da Educação e da Pedagogia. Sociologia da Educação. Filosofia da Educação, Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006, Metodologia das Disciplinas, Atualidades dentro da área educacional Metodologia das Disciplinas. Atualidades dentro da área educacional.

#### Conteúdos Programáticos para a prova de Conhecimentos Específicos:

Professor de Educação Infantil	Proposta Curricular. A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil.
--------------------------------	--

Professor Ensino Fundamental	<p>Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais.</p> <p>Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos.</p> <p>Precursos e seguidores da Literatura Infantil no Brasil.</p> <p>Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais.</p> <p>Temas Transversais.</p>
Professor de Artes	<p>História da Arte Brasileira: Moderno e Contemporâneo; artistas e obras. História da Arte Catarinense: artistas e obras. Teorias da Arte: conceitos, linguagens e estética. Arte-educação: parâmetros curriculares nacionais. Folclore Brasileiro: conceitos e manifestações. Ensino da Música: Cifras; tablaturas; partituras; instrumentos musicais; técnicas para transposição melodia e harmonia. Músicas folclóricas, étnicas, populares e sua utilização em aula; música e cultura. Procedimentos pedagógicos recursos, estratégias e metodologia.</p>
Professor Inglês	<p>Vocabulário cotidiano; interpretação de texto; plural dos substantivos; uso dos adjetivos; grau dos adjetivos (comparativo e superlativo); emprego dos artigos: definido e indefinido; preposições; numeral cardinal e ordinal; pronomes interrogativos; pronomes possessivos; pronomes relativos; pronomes reflexivos; advérbios; Verbos: To Be (passado e presente); conjugação verbal no indicativo (passado, presente e futuro) presente contínuo – presente perfeito – condicional simples – modo imperativo – verbos auxiliares.</p>
Professor Educação Física	<p>Didática Geral; - Históricos Conceitos e generalidades; - Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.</p>
Professor de Matemática	<p>Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções; Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; Matrizes e Determinantes; Sistemas Lineares. Análise Combinatória; Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 (LDB) e alterações; Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.</p>
Professor de História	<p>Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; - Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; - Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; - História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; - História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo; - História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; - História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 (LDB) e alterações; Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Lei Orgânica do Município. Conhecimentos de Informática: Word, Excel e Navegadores de Internet nas versões a partir de 2003. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.</p>

Professor de Geografia

O Brasil no mundo globalizado; A indústria no Brasil; Dinâmica climática e paisagens vegetais no mundo e no Brasil; O espaço agrário no mundo subdesenvolvido e no Brasil; Etnia e modernidade no mundo e no Brasil; As fontes alternativas e a energia no Brasil; Os países capitalistas desenvolvidos; População (rural e urbana, migrações internas e externas, formação étnica, urbanização, crescimento e controle da população). Representação do espaço (Noções cartográficas); Geografia de Santa Catarina.

#### ANEXO IV FORMULÁRIO DE RECURSO

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO CAMPO - SC.

NOME CANDIDATO (A): \_\_\_\_\_

N.º DE INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_ CARGO: \_\_\_\_\_

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- ☐ CONTRA o indeferimento da inscrição.  
☐ CONTRA a formulação das questões e quesitos.  
☐ CONTRA o resultado do gabarito provisório.  
☐ CONTRA a pontuação atribuída na classificação final.

REFERENTE PROVA:

Nº. da Questão: \_\_\_\_\_

Resposta Gabarito Provisório / Oficial: \_\_\_\_\_ Resposta do Candidato: \_\_\_\_\_

Fundamentação do Recurso:

(Obs.1: Este formulário deverá ser preenchido em duas vias e protocolado na Secretaria Municipal de Educação de Rio do Campo, durante o horário de expediente.

Obs. 2: Não serão aceitos recursos preenchidos a mão livre.)

Rio do Campo/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do (a) Candidato (a)

#### ANEXO V EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2017

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2017

(SUJEITO A ALTERAÇÕES)

DATA PREVISTA	ATO
17/11/2017	Publicação do Edital
17/11/2017 a 21/11/2017	Prazo para recurso contra o Edital
21/11/2017 a 15/12/2017	Período das inscrições
18/12/2017	Publicação das inscrições
20/12/2017	Prazo para recurso contra indeferimento das inscrições
22/12/2017	Prazo para Avaliação dos recursos em face das inscrições
07/01/2018	Data da Prova escrita
07/01/2018	Publicação do gabarito provisório, após o termino das provas
09/01/2018	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito
11/01/2018	Publicação do gabarito definitivo
12/01/2018	Homologação do resultado final do Processo Seletivo n 04/2017

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 107/2017

Publicação Nº 1429124

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2017

Pregão Presencial Nº 80/2017

Validade: 12 meses

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 80/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MM COMERCIO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, neste ato representado por EVANDRO DA SILVA	15.275.465/0001-22
ADL COMERCIAL EIRELLI - EPP, neste ato representado por ADEMIR LAURINDO	15.267.298/0001-78
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME, neste ato representado por SERGIO BAGATOLI	09.053.748/0001-27
RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA- EPP, neste ato representado por RAPHAEL DEUCHER PIRES	21.972.444/0001-69
UNIMÓVEIS IND. COM. DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA, neste ato representado por DANIEL CENCI	07.189.487/0001-41
JS SIMÕES EIRELI ME, neste ato representado por EDVALDO FORTES SIMOES JUNIOR	26.981.059/0001-00
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA, neste ato representado por HELTON BILK	20.081.724/0001-14
GILMAR SANI - ME - HENRIQUE DEPARTAMENTOS, neste ato representado por RODRIGO ALVES DE CAMPOS	14.588.459/0001-62

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 279803 - MM COMERCIO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	Batedeira Industrial: Estrutura em aço, pintura epox, cuba em aço inox, sistema de engrenagens heloi-dais, sistema de trocas de velocidade progressiva com polia variadora, mot biwolts monofásico, ¼ CV. 12L	U	VENANCIO	1,00000	R\$3.548,0000	R\$3.548,0000
17	Micro-ondas 32 litros, s/ dourador, inox, 220w.	U	PANASONIC	6,00000	R\$525,0000	R\$3.150,0000
18	Notebook 1.10 ghz/4gb mem / 500gb hd / tela 15,6" / unidade de cd / windows 10 / preto.	U	Acer	4,00000	R\$1.788,0000	R\$7.152,0000
Total do Fornecedor:						R\$13.850,0000
Total Geral dos Itens:						R\$13.850,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$103.649,00 (cento e três mil e seiscentos e quarenta e nove )

Rio do Sul (SC), 23 de Outubro de 2017

MM COMERCIO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME  
 EVANDRO DA SILVA  
 CONTRATADA  
 PAULO JOSÉ CUNHA  
 Prefeito Municipal em Exercício

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 108/2017

Publicação Nº 1429116

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2017

Pregão Presencial Nº 80/2017

Validade: 12 meses

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 80/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MM COMERCIO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, neste ato representado por EVANDRO DA SILVA	15.275.465/0001-22
ADL COMERCIAL EIRELLI - EPP, neste ato representado por ADEMIR LAURINDO	15.267.298/0001-78
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME, neste ato representado por SERGIO BAGATOLI	09.053.748/0001-27
RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA- EPP, neste ato representado por RAPHAEL DEUCHER PIRES	21.972.444/0001-69
UNIMÓVEIS IND. COM. DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA, neste ato representado por DANIEL CENCI	07.189.487/0001-41
JS SIMÕES EIRELI ME, neste ato representado por EDVALDO FORTES SIMOES JUNIOR	26.981.059/0001-00
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA, neste ato representado por HELTON BILK	20.081.724/0001-14
GILMAR SANI - ME - HENRIQUE DEPARTAMENTOS, neste ato representado por RODRIGO ALVES DE CAMPOS	14.588.459/0001-62

### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 280038 - ADL COMERCIAL EIRELLI - EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Forno refratário industrial, 60 cm. comprimento, 80 cm. profundidade e 27 cm. altura, porta de vidro e isolamento térmico em la.	U	VENANCIO	6,00000	R\$1.268,0000	R\$7.608,0000
6	Máquina de lavar roupas 15 kg. Características Gerais: Filtro pega-fiapos no agitador, 12 programas de lavagem, Tipo Automática, Acesso ao cesto Superior, Níveis de água Extra Baixo, Baixo, Médio, Alto. Enxágues: 2 Centrifugação: Sim Dispenser para sabão, amaciante e alvejante	U	ELECTROLUX	2,00000	R\$1.768,0000	R\$3.536,0000
16	Refrigerador duplex 451 litros, 220w.	U	CONSUL	1,00000	R\$2.330,0000	R\$2.330,0000
Total do Fornecedor:						R\$13.474,0000
Total Geral dos Itens:						R\$13.474,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$103.649,00 (cento e três mil e seiscentos e quarenta e nove )

Rio do Sul (SC), 23 de Outubro de 2017  
ADL COMERCIAL EIRELLI - EPP  
ADEMIR LAURINDO  
CONTRATADA

PAULO JOSÉ CUNHA  
Prefeito Municipal em Exercício

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 109/2017

Publicação Nº 1429120

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2017

Pregão Presencial Nº 80/2017

Validade: 12 meses

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 80/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MM COMERCIO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, neste ato representado por EVANDRO DA SILVA	15.275.465/0001-22
ADL COMERCIAL EIRELLI - EPP, neste ato representado por ADEMIR LAURINDO	15.267.298/0001-78
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME, neste ato representado por SERGIO BAGATOLI	09.053.748/0001-27
RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA- EPP, neste ato representado por RAPHAEL DEUCHER PIRES	21.972.444/0001-69
UNIMÓVEIS IND. COM. DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA, neste ato representado por DANIEL CENCI	07.189.487/0001-41
JS SIMÕES EIRELI ME, neste ato representado por EDVALDO FORTES SIMOES JUNIOR	26.981.059/0001-00
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA, neste ato representado por HELTON BILK	20.081.724/0001-14
GILMAR SANI - ME - HENRIQUE DEPARTAMENTOS, neste ato representado por RODRIGO ALVES DE CAMPOS	14.588.459/0001-62

### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 434051 - BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Balcão para pia branco 1,20 em mdf, 02 portas e 03 gavetas.	U	MOVEIS CRIS	1,00000	R\$254,0000	R\$254,0000
8	Caixa d'agua 5000 litros	U	BAKOF	3,00000	R\$1.493,0000	R\$4.479,0000
9	BEBEDOURO ELÉTRICO DE COLUMA EM BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS REMOVÍVEL, COM CAPACIDADE DE 20 LITROS, 220V, COM OPÇÕES DE TEMPERATURA GELADO/ NATURAL.	U	MASTER FRIO	8,00000	R\$993,0000	R\$7.944,0000
11	Pia inox 120 x 55 com cuba.	U	PIANOX	1,00000	R\$163,0000	R\$163,0000
Total do Fornecedor:						R\$12.840,0000
Total Geral dos Itens:						R\$12.840,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$103.649,00 (cento e três mil e seiscentos e quarenta e nove )

Rio do Sul (SC), 23 de Outubro de 2017  
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME  
SERGIO BAGATOLI  
CONTRATADA

PAULO JOSÉ CUNHA  
Prefeito Municipal em Exercício

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 110/2017

Publicação Nº 1429122

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2017

Pregão Presencial Nº 80/2017

Validade: 12 meses

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 80/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MM COMERCIO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, neste ato representado por EVANDRO DA SILVA	15.275.465/0001-22
ADL COMERCIAL EIRELLI - EPP, neste ato representado por ADEMIR LAURINDO	15.267.298/0001-78
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME, neste ato representado por SERGIO BAGATOLI	09.053.748/0001-27
RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA- EPP, neste ato representado por RAPHAEL DEUCHER PIRES	21.972.444/0001-69
UNIMÓVEIS IND. COM. DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA, neste ato representado por DANIEL CENCI	07.189.487/0001-41
JS SIMÕES EIRELI ME, neste ato representado por EDVALDO FORTES SIMOES JUNIOR	26.981.059/0001-00
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA, neste ato representado por HELTON BILK	20.081.724/0001-14
GILMAR SANI - ME - HENRIQUE DEPARTAMENTOS, neste ato representado por RODRIGO ALVES DE CAMPOS	14.588.459/0001-62

### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 2804050 - RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA- EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
15	Projeter 3.300 lumens, saída hdmi e vga.	U	Acer	4,00000	R\$2.539,0000	R\$10.156,0000
Total do Fornecedor:						R\$10.156,0000
Total Geral dos Itens:						R\$10.156,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$103.649,00 (cento e três mil e seiscentos e quarenta e nove )

Rio do Sul (SC), 23 de Outubro de 2017  
RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA- EPP  
RAPHAEL DEUCHER PIRES  
CONTRATADA

PAULO JOSÉ CUNHA  
Prefeito Municipal em Exercício

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 111/2017**

Publicação Nº 1429113



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164  
 Fone: (047) 35311200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06  
 e-mail:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2017****Pregão Presencial Nº 80/2017****Validade: 12 meses**

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete o **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL** por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 80/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

<b>Participantes Presentes</b>	<b>CPF/CNPJ</b>
MM COMERCIO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, neste ato representado por EVANDRO DA SILVA	15.275.465/0001-22
ADL COMERCIAL EIRELLI - EPP, neste ato representado por ADEMIR LAURINDO	15.267.298/0001-78
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME, neste ato representado por SERGIO BAGATOLI	09.053.748/0001-27
RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA- EPP, neste ato representado por RAPHAEL DEUCHER PIRES	21.972.444/0001-69
UNIMÓVEIS IND. COM. DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA, neste ato representado por DANIEL CENCI	07.189.487/0001-41
JS SIMÕES EIRELI ME, neste ato representado por EDVALDO FORTES SIMOES JUNIOR	26.981.059/0001-00
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA, neste ato representado por HELTON BILK	20.081.724/0001-14
GILMAR SANI - ME - HENRIQUE DEPARTAMENTOS, neste ato representado por RODRIGO ALVES DE CAMPOS	14.588.459/0001-62

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1. **CONTRATAÇÃO: Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação.,** em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

**Fornecedor: 2899078 - UNIMÓVEIS IND. COM. DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtde. Item</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
19	Conjunto escolar composto de carteira e cadeira: Carteira: Laterais e travessa de sustentação do porta livros em tubo de aço 29x58mm em chapa 16(1,5mm). Pés em tubo de aço 38mm (1 1/2") em chapa 16(1,5mm). Fixação do tampo em tubo 20x20(parede 1,50mm) para reforço de sua parte superior dando assim maior resistência à superfície do tampo. Fechamento com ponteiros e sapatas em polipropileno injetadas na cor azul, fixadas à estrutura através de rebites de repuxo	U	MOVESCO	50,00000	R\$300,0000	R\$15.000,0000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (047) 35311200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06

e-mail:

<p>diâmetro de 4,80mm, comprimento 12mm. Proteção da superfície com tratamento especial anticorrosivo e desengraxante. Pintura em epóxi-pó, híbrida e eletrostática cor cinza. Porta livros(503x304mm) em polipropileno injetado na cor cinza, fixado à estrutura longitudinal através de rebites de repuxo. Tampo em formato retangular em ABS (600x450mm) texturizado 4mm de espessura, superfície plana, bordas laterais em alto brilho (abas que envolvem a estrutura nas dimensões de 45mm de altura no lado posterior do tampo com redução para 21mm na parte do contato com o usuário) com frizo para maior resistência, nervuras transversais e longitudinais para reforço à tração na parte inferior do tampo. Altura da mesa: 760mm. Cadeira: Estrutura em tubo de aço 20,7mm, em chapa 14 (1,90mm). Ponteiros, sapatas e espaçadores do assento, em polipropileno copolímero virgem, injetados na cor azul, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor. Proteção da superfície com tratamento especial anticorrosivo e desengraxante. Pintura em epóxi-pó, híbrida e eletrostática cor cinza. Assento(400x400mm) e encosto(396x198mm) em polipropileno injetados, anatômicos, cor azul. Altura do assento ao chão 460mm. Apresentar junto à proposta de preços Certificado de Conformidade do INMETRO para o modelo especificado de acordo com a Norma NBR 14006/2008 em nome do fabricante do móvel acompanhado do número do selo e do</p>					
--	--	--	--	--	--



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (047) 35311200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06

e-mail:

	relatório de ensaio com imagem do produto especificado emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO e relatório/laudo que comprove que o móvel atende na íntegra os requisitos da Norma NBR 14006/2008 emitido por Organismo Certificador de Produto e apresentar a certificação de conformidade da qualidade da ABNT INMETRO em nome do fabricante do móvel; Relatório de ensaio sobre corrosão e envelhecimento por exposição à névoa salina, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a ABNT NBR 8094/1983 (material metálico revestido e não revestido - corrosão por exposição à névoa salina, no mínimo 1000 horas, que contenha união soldada) avaliada conforme NBR 5841/2015 e NBR ISO 4628/2015, grau de empolamento d0 / t0 e grau de enferrujamento Ri 0, acompanhado de ensaio da espessura da camada da pintura conforme NBR 10443/2008 e aderência da camada da tinta conforme NBR 11003/2009 - versão corrigida 2010 em nome da fabricante do móvel e relatório de ensaio conforme NBR 9209/1986, referente ensaio para determinação da massa de fosfato (1,36-g/m2 de 16h), para obtenção de resistência e durabilidade da pintura metálica do mobiliário escolar, emitido por laboratório de renome nacionalmente reconhecido.					
20	Conjunto professor UFNDE: Mesa: laterais e suporte da saia confeccionado em tubo de aço secção	MOVESCO	10,00000	R\$400,0000	R\$4.000,0000	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (047) 35311200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06

e-mail:

<p>oblonga de 29x58mm em chapa 16(1,5mm). Travessa superior confeccionada em tubo de aço secção circular 31,75mm (1 1/4") chapa 16(1,5mm). Pés em tubo de aço secção circular 38mm (1 1/2") em chapa 16(1,5mm). Fechamento com ponteiros e sapatas em polipropileno injetadas na cor cinza, fixadas à estrutura através de encaixe e rebites de repuxo 4.8x16mm. Nos moldes das ponteiros e sapatas da mesa deve ser grafado o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero e o nome da empresa fabricante do componente injetado. As peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anti-ferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Solda deve possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias. Todos os encontros de tubos devem receber solda em todo o perímetro de união. Devem ser eliminados respingos ou irregularidade de solda, rebarbas e arredondados os cantos agudos. Tampo(1200x650mm) em madeira aglomerada (MDP) de 18mm de espessura revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento texturizado na cor cinza e na face inferior em chapa de balanceamento</p>				
--	--	--	--	--



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (047) 35311200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06

e-mail:

<p>- contra placa fenólica de 0,6mm. Aplicação de porcas garra com rosca métrica M6 e comprimento 10 mm. Fitas de bordo em PVC com "primer", acabamento texturizado na cor cinza coladas com adesivo "hot melting", dimensões nominais de 22mm(largura) x 2,5mm(espessura). Fixação do tampo à estrutura através de 06 porcas garra rosca métrica m6(diâmetro 6mm), 06 parafusos rosca métrica M6(diâmetro 6mm), comprimento 47mm cabeça panela Philips. Painel frontal em madeira aglomerada (MDP), com espessura de 18mm, revestido nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão - BP, acabamento frost, na cor cinza. Dimensões acabadas de 250mm (largura) x 1119mm (comprimento) x 18mm (espessura) admitindo-se tolerâncias de +/- 1mm para largura e comprimento e +/- 0,3mm para espessura. Fixação do painel à estrutura através de parafusos auto atarraxantes 4.8x16mm. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 microns na cor cinza. Altura da mesa: 760mm. Cadeira: Estrutura em tubo de aço 20,7mm, em chapa 14 (1,90mm). Ponteiros, sapatas, assento e encosto em polipropileno copolímero virgem, injetados na cor cinza, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor. Nos moldes das ponteiros e sapatas da cadeira deve ser grafado o símbolo internacional de reciclagem,</p>					
--	--	--	--	--	--



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (047) 35311200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06

e-mail:

<p>apresentando o número identificador do polímero e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 microns na cor cinza. Assento(400x430mm) e encosto(396 x 198mm) em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetados, moldados anatomicamente, pigmentados na cor cinza. Fixação do assento e encosto à estrutura através de rebites de repuxo 4,8mm, comprimento 16mm. Nos moldes do assento e encosto deve ser grafado com o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero e o nome da empresa fabricante do componente injetado. As peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anti-ferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Solda deve possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias. Todos os encontros de tubos devem receber solda em todo o perímetro de união. Devem ser eliminados respingos ou irregularidade de solda, rebarbas e arredondados os cantos agudos. Altura do assento ao chão 460mm. Apresentar junto à proposta de preços Relatório de ensaio da toxicidade, emitido por</p>				
--	--	--	--	--



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164  
 Fone: (047) 35311200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06  
 e-mail:

	laboratório acreditado pelo Inmetro e em nome do fabricante do móvel, do laminado melamínico, da determinação do teor de migração de metais conforme Norma ABNT NBR 300-3. (2004 - versão corrigida 2011); Relatório de ensaio da toxicidade, emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro e em nome do fabricante do móvel, na fita de borda da mesa do professor, da determinação do teor de migração de metais conforme Norma ABNT NBR 300-3 (2004 - versão corrigida 2011) e Relatório de ensaio sobre corrosão e envelhecimento por exposição à névoa salina, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a ABNT NBR 8094/1983 (material metálico revestido e não revestido - corrosão por exposição à névoa salina, no mínimo 1000 horas, que contenha união soldada) avaliada conforme NBR 5841/2015 e NBR ISO 4628/2015, grau de empolamento d0 / t0 e grau de enferrujamento Ri 0, acompanhado de ensaio da espessura da camada da pintura conforme NBR 10443/2008 e aderência da camada da tinta conforme NBR 11003/2009 - versão corrigida 2010 em nome do fabricante do móvel.				
21	Conjunto refeitório, 1U mesa e 2 bancos: Mesa: estrutura em tubo retangular 20x40 (parede 1,50mm), tipo monobloco(estrutura única) com cortes sob forma de ângulo permitem o encaixe da mesa tornando-a empilhável. Sistema de solda MIG unindo todas as partes metálicas. Proteção da superfície com tratamento especial.	MOVESCO	10,00000	R\$872,0000	R\$8.720,0000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (047) 35311200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06

e-mail:

<p>anticorrosivo e desengraxante. Pintura em epóxi-pó, secagem em estufa. Tampo(2000X650mm) em MDF de 18mm de espessura revestido em laminado melamínico acabado nas bordas com PVC tipo "T", fixado a estrutura através de parafusos auto-atarraxantes. Fechamento dos topos com ponteiros plásticos. Altura 750mm. Bancos: estrutura em tubo retangular 20x40 (parede 1,50mm), tipo monobloco(estrutura única) com cortes sob forma de ângulo permitem o encaixe da mesa tornando-a empilhável. Sistema de solda MIG unindo todas as partes metálicas. Proteção da superfície com tratamento especial, anticorrosivo e desengraxante. Pintura em epóxi-pó, secagem em estufa. Assento(1900x325mm) em MDF 18mm de espessura revestido em laminado melamínico e acabado nas bordas com PVC tipo "T", fixado a estrutura através de parafusos auto-atarraxantes. Fechamento dos topos com ponteiros plásticos. Altura 440mm. Apresentar junto à proposta de preços Relatório de ensaio da toxicidade, emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro e em nome do fabricante do móvel, do laminado melamínico, da determinação do teor de migração de metais conforme Norma ABNT NBR 300-3 (2004 - versão corrigida 2011) e Relatório de ensaio sobre corrosão e envelhecimento por exposição à névoa</p>					
---	--	--	--	--	--



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (047) 35311200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06

e-mail:

salina, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a ABNT NBR 8094/1983 (material metálico revestido e não revestido - corrosão por exposição à névoa salina, no mínimo 1000 horas, que contenha união soldada) avaliada conforme NBR 5841/2015 e NBR ISSO 4628/2015, grau de empolamento d0 / t0 e grau de enferrujamento Ri 0, acompanhado de ensaio da espessura da camada da pintura conforme NBR 10443/2008 e aderência da camada da tinta conforme NBR 11003/2009 - versão corrigida 2010 em nome da fabricante do móvel.					
Total do Fornecedor:					R\$27.720,0000
Total Geral dos Itens:					R\$27.720,0000

**1.1. CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$103.649,00 (cento e três mil e seiscentos e quarenta e nove )

Rio do Sul (SC), 23 de Outubro de 2017

UNIMÓVEIS IND. COM. DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA  
 DANIEL CENCI  
 CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
 PAULO JOSÉ CUNHA  
 Prefeito Municipal em Exercício

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 112/2017**

Publicação Nº 1429121

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2017

Pregão Presencial Nº 80/2017

Validade: 12 meses

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 80/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MM COMERCIO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, neste ato representado por EVANDRO DA SILVA	15.275.465/0001-22
ADL COMERCIAL EIRELLI - EPP, neste ato representado por ADEMIR LAURINDO	15.267.298/0001-78
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME, neste ato representado por SERGIO BAGATOLI	09.053.748/0001-27
RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA- EPP, neste ato representado por RAPHAEL DEUCHER PIRES	21.972.444/0001-69
UNIMÓVEIS IND. COM. DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA, neste ato representado por DANIEL CENCI	07.189.487/0001-41
JS SIMÕES EIRELI ME, neste ato representado por EDVALDO FORTES SIMOES JUNIOR	26.981.059/0001-00
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA, neste ato representado por HELTON BILK	20.081.724/0001-14
GILMAR SANI - ME - HENRIQUE DEPARTAMENTOS, neste ato representado por RODRIGO ALVES DE CAMPOS	14.588.459/0001-62

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1. CONTRATAÇÃO: Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 2902192 - JS SIMÕES EIRELI ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Microsystem, potência total (watts) - 1000, memória rádio - 3- estações AM e/ ouFM estéreo, Entradas auxiliares - 1, Caixas acústicas - bass reflex (2 caixas), capacidade - cds - 1, Timer/Sleep timer, tape-deck - auto stop, consumo (kw/hora) - 0,055, potência total RMS (watts) - 20, surround, controle remoto, equalização	und	ECOPOWER	4,00000	R\$165,0000	R\$660,0000

7	TV led 32 polegadas full HD 120HZ, TAMANHO DA TELA 32 POLEGADAS TIPO DE TELA LED, TELA PLANA, FORMATO WIDE-SCREEN, SUPORTE PARA HDTV SIM, FULL HD SIM, RESOLUÇÃO DE IMAGEM 1920X1080 PIXEL/LINHA, SISTEMA DE COR NTSC, PAL-M, PAL-N, CONVERSOR TV DIGITAL EMBUTIDO SIM, SAP SIM, ENTRADAS HDMI MÍNIMO 3, CONEXÕES USB, ENTRADAS DE VÍDEO HDMI, RF, RGB(PC), VÍDEO COMPONENTE, VOLTAGEM BIVOLT, SAÍDAS DE ÁUDIO ANALÓGICO, CLOSE CAPTION SIM.	U	AOC	6,00000	R\$1.190,0000	R\$7.140,0000
Total do Fornecedor:						R\$7.800,0000
Total Geral dos Itens:						R\$7.800,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$103.649,00 (cento e três mil e seiscentos e quarenta e nove )

Rio do Sul (SC), 23 de Outubro de 2017  
 JS SIMÕES EIRELI ME  
 EDVALDO FORTES SIMOES JUNIOR  
 CONTRATADA

PAULO JOSÉ CUNHA  
 Prefeito Municipal em Exercício

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 113/2017

Publicação Nº 1429126

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2017

Pregão Presencial Nº 80/2017

Validade: 12 meses

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 80/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MM COMERCIO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, neste ato representado por EVANDRO DA SILVA	15.275.465/0001-22
ADL COMERCIAL EIRELLI - EPP, neste ato representado por ADEMIR LAURINDO	15.267.298/0001-78
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME, neste ato representado por SERGIO BAGATOLI	09.053.748/0001-27
RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA- EPP, neste ato representado por RAPHAEL DEUCHER PIRES	21.972.444/0001-69
UNIMÓVEIS IND. COM. DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA, neste ato representado por DANIEL CENCI	07.189.487/0001-41
JS SIMÕES EIRELI ME, neste ato representado por EDVALDO FORTES SIMOES JUNIOR	26.981.059/0001-00
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA, neste ato representado por HELTON BILK	20.081.724/0001-14
GILMAR SANI - ME - HENRIQUE DEPARTAMENTOS, neste ato representado por RODRIGO ALVES DE CAMPOS	14.588.459/0001-62

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1. CONTRATAÇÃO: Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 31538088 - IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
10	Aparelho DVD player 220w, entrada USB/leitor de MP3 e CD.	U	LENOXX	7,00000	R\$119,0000	R\$833,0000
14	Caixa de Som Portátil, com bluetooth 300 rmsacompanha microfone	U	Multilaser	4,00000	R\$1.092,0000	R\$4.368,0000
Total do Fornecedor:						R\$5.201,0000
Total Geral dos Itens:						R\$5.201,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$103.649,00 (cento e três mil e seiscentos e quarenta e nove )

Rio do Sul (SC), 23 de Outubro de 2017  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA  
HELTON BILK  
CONTRATADA

PAULO JOSÉ CUNHA  
Prefeito Municipal em Exercício

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 114/2017**

Publicação Nº 1429117

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2017**

Pregão Presencial Nº 80/2017

Validade: 12 meses

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 80/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MM COMERCIO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, neste ato representado por EVANDRO DA SILVA	15.275.465/0001-22
ADL COMERCIAL EIRELLI - EPP, neste ato representado por ADEMIR LAURINDO	15.267.298/0001-78
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME, neste ato representado por SERGIO BAGATOLI	09.053.748/0001-27
RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA- EPP, neste ato representado por RAPHAEL DEUCHER PIRES	21.972.444/0001-69
UNIMÓVEIS IND. COM. DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA, neste ato representado por DANIEL CENCI	07.189.487/0001-41
JS SIMÕES EIRELI ME, neste ato representado por EDVALDO FORTES SIMOES JUNIOR	26.981.059/0001-00
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA, neste ato representado por HELTON BILK	20.081.724/0001-14
GILMAR SANI - ME - HENRIQUE DEPARTAMENTOS, neste ato representado por RODRIGO ALVES DE CAMPOS	14.588.459/0001-62

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1. CONTRATAÇÃO: Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para unidades escolares. Secretaria de Educação., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 31581137 - GILMAR SANI - ME - HENRIQUE DEPARTAMENTOS

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	Refrigerador Duplex - Com duas portas, freezer em cima e geladeira embaixo. Capacidade de 350 Lts.	U	ELECTROLUX	5,00000	R\$1.374,0000	R\$6.870,0000
12	Berço para bebe tamanho padrão 1,30 altura, 60 de largura, branco.	U	RODIAL	3,00000	R\$313,0000	R\$939,0000
13	Liquidificador industrial baixa rotação, 10 litros, 220w.	U	JL COLOMBO	1,00000	R\$703,0000	R\$703,0000
22	Fogão industrial 06 bocas sem forno, corpo e mesa de aço carbono super resistente e pintura a pó eletrostática com base fosfatizada, gás baixa pressão, varão cromado com tampão e bico de entrada de gás reversível, registro cromado de 1/4 totalmente desmontável para facilitar transporte e armazenamento, grelhas e queimadores em ferro fundido, altura padrão com pé 80cm, chapa bifeteira em ferro fundido de dupla face, um lado para grelhados e outro liso, queimadores com encaixe de fácil remoção para limpeza e manutenção, fácil regulagem de entrada de oxigênio.	U	VENANCIO	4,00000	R\$1.024,0000	R\$4.096,0000
Total do Fornecedor:						R\$12.608,0000
Total Geral dos Itens:						R\$12.608,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$103.649,00 (cento e três mil e seiscentos e quarenta e nove )

Rio do Sul (SC), 23 de Outubro de 2017  
GILMAR SANI - ME - HENRIQUE DEPARTAMENTOS  
RODRIGO ALVES DE CAMPOS  
CONTRATADA

PAULO JOSÉ CUNHA  
Prefeito Municipal em Exercício

## DECRETO 6676

Publicação Nº 1429443

DECRETO Nº 6676 de 16 de novembro de 2017.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº. 5.835, DE 03 DE JULHO DE 2017, QUE INSTITUIU O PROGRAMA MUNICIPAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, INSTITUI O CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL (CGP), REGULA-MENTA O PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – PMI E DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PRIVADA – MIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no exercício de suas atribuições legais, DECRETA:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 5.835, de 03 de julho de 2017.

Art. 2º. Poderão ser incluídos no Programa de Parceria Público-Privada e Concessões de Rio do Sul (PPP/RSL) os projetos de interesse de órgãos e entidades da administração direta e indireta, que envolvam mecanismos de colaboração entre o Município e agentes do setor privado, remunerado segundo critérios de desempenho, em prazo compatível com a amortização dos investimentos realizados.

## CAPÍTULO II

### DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA E CONCESSÕES DE RIO DO SUL (PPP/RSL)

Art. 3º. O Conselho Gestor do PPP/RSL (CGP) é o órgão gestor das parcerias público-privadas municipais, a ser instituído para acompanhar permanentemente a execução do Programa PPP/RSL, através de avaliação da sua eficiência por meio de critérios objetivos.

Art. 4º. O Conselho Gestor do PPP/RSL (CGP) será integrado pelos seguintes membros:

- I – Prefeito Municipal, que o presidirá;
- II – Secretário Municipal de Administração e Fazenda;
- III – Secretário Municipal de Gestão de Governo; e
- IV – Procurador Geral do Município.

§1º. O Presidente do CGP poderá convidar representantes de órgãos ou de entidades, públicas ou privadas, para participar das reuniões, sem direito a voto.

§2º. Os membros do CGP, nas suas ausências ou impedimentos, serão representados pelos seus substitutos legais.

§3º. A participação dos membros do CGP não será remunerada.

§4º. Aos membros do CGP será vedado participar de discussão e ter direito de voto em matéria da parceria público-privada na qual tenha interesse pessoal conflitante, sendo obrigado comunicar aos demais membros do Conselho o seu impedimento e fazendo constar em ata a natureza e extensão do conflito.

§5º. O CGP deliberará por maioria de votos de seus membros, tendo o Presidente o direito ao voto de qualidade.

#### Seção I

##### Das Competências do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privas – CGP

Art. 5º. Compete ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas:

- I – aprovar a modelagem aplicável a cada projeto de PPP, antes da publicação definitiva do Edital e dos respectivos instrumentos contratuais, a partir do apoio técnico de grupos de trabalho criados para cada projeto específico;
- II – designar os membros de grupos de trabalho a serem criados para subsidiar a análise e julgamento de estudos, levantamentos e documentos produzidos pela Administração Pública Municipal ou pela iniciativa privada para serem utilizados em modelagens de parcerias público-privadas, concessões ou permissões;
- III – tomar conhecimento dos relatórios de auditoria independente, se houver;
- IV – fazer publicar o relatório anual de suas atividades;
- V – deliberar sobre matérias de interesse do Programa PPP/RSL.

§1º. As autorizações e as aprovações do CGP não suprem a autorização específica do ordenador de despesas, nem a análise e aprovação da minuta de edital feita pelo órgão ou entidade que realizar a licitação de parceria público-privada.

§2º. As autorizações e as aprovações do CGP são requisitos para a autorização do ordenador de despesa.

Art. 6º. O CGP poderá instituir grupos e comissões temáticas, de caráter temporário, destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre matérias específicas.

§1º. O ato de instituição do grupo ou comissão temática estabelecerá seus objetivos específicos, sua composição e prazo de duração.

§2º. Poderão ser convidados a participar dos trabalhos dos grupos ou comissões temáticas representantes de órgãos e de entidades, públicas ou privadas.

Art. 7º. O pedido de deliberação do CGP sobre a contratação de parceria público-privada, em especial a autorização para realização de licitação, deverá estar instruído com pronunciamento prévio, fundamentado e conclusivo:

- I - da Secretaria Municipal de Gestão de Governo, sobre o mérito do projeto;
- II - da Secretaria Municipal da Fazenda, quanto à viabilidade da concessão da garantia e à sua forma, relativamente aos riscos para o Tesouro Municipal e ao cumprimento do limite de que trata o art. 28 da Lei Federal nº 11.079/04; e
- III - da Procuradoria Geral do Município, quanto à constitucionalidade e legalidade do projeto.

Art. 8º. O CGP elaborará seu regimento interno.

#### Seção II

##### Das Competências do Presidente do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas – CGP

Art. 9º. Compete ao Presidente do CGP:

- I - convocar e presidir as reuniões do CGP;
- II - aprovar o encaminhamento das matérias ao CGP e definir a pauta das reuniões;
- III - expedir e fazer publicar no Diário Oficial as normas e as deliberações aprovadas pelo CGP;
- IV - submeter à apreciação e aprovação do CGP:

a) minutas dos relatórios a serem remetidos à Câmara Municipal, detalhando as atividades desenvolvidas e o desempenho dos contratos celebrados no âmbito do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas;

b) minutas de Decretos sobre matérias de interesse do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas;

c) relatórios de acompanhamento e execução do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas;

V - manifestar-se publicamente em nome do CGP ou designar membro que o faça em seu lugar.

§1º. Ao Presidente, nos casos de urgência e relevante interesse público, será conferida a prerrogativa de deliberar sobre matérias de competência do CGP, ad referendum do órgão.

§2º. As deliberações ad referendum do CGP deverão ser submetidas pelo Presidente ao órgão na primeira reunião subsequente à deliberação.

### CAPÍTULO III

#### REGULAMENTAÇÃO DO PMI E DA MIP

##### Seção I

##### Disposições Preliminares

Art. 10. A apresentação de projetos, estudos, levantamentos ou investigações, elaborados por pessoa física ou jurídica da iniciativa privada, a serem utilizados em modelagens de parcerias público-privadas definidas como prioritárias no âmbito da administração pública municipal, será regulamentada na forma deste Decreto.

Parágrafo Único. Aplicam-se aos procedimentos regulamentados por este Decreto adicionalmente o disposto nas Leis Federais nº 8.987/1995, art. 21 e nº 11.079/2004, art. 3º, caput e §1º.

##### Seção II

##### Do Procedimento de Manifestação de Interesse

Art. 11. O Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Município de Rio Sul – CGP ou o Prefeito Municipal poderão solicitar projetos, estudos, levantamentos ou investigações que subsidiem a modelagem de parceria público-privada definida como prioritária, por meio do Procedimento de Manifestação de Interesse.

§1º. A solicitação, a ser divulgada por meio de Edital de Chamamento Público, deverá:

- I - delimitar o escopo dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações, podendo restringir-se a indicar tão somente o problema que se busca resolver com a parceria, deixando à iniciativa privada a possibilidade de sugerir diferentes meios para sua solução;
- II - indicar prazo máximo para apresentação dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações e o valor nominal máximo para eventual ressarcimento;
- III - indicar, quando possível, o valor máximo da contraprestação pública admitida para a parceria público-privada; e
- IV - ser objeto de ampla publicidade, mediante publicação em Diário Oficial e, quando se entender conveniente, na internet e em jornais de ampla circulação.

§2º. O valor máximo para eventual ressarcimento pelo conjunto de projetos, estudos, levantamentos ou investigações não poderá ultrapassar dois inteiros e cinco décimos por cento do valor total estimado dos investimentos necessários à implementação do empreendimento ou para os gastos necessários à operação e à manutenção do empreendimento durante o período de vigência do contrato, o que for maior.

§3º. No estabelecimento do prazo para apresentação de projetos, estudos, levantamentos ou investigações, dever-se-á considerar a complexidade, as articulações e as licenças necessárias para sua implementação.

§4º. Quando instada a se manifestar sobre a solicitação de projeto à iniciativa privada, a CGP poderá recomendar, em um caso concreto, que a solicitação se restrinja a estudos preliminares sobre a viabilidade do projeto, hipótese em que a aprovação da solicitação dos demais estudos, investigações, levantamentos e projetos dependerá das conclusões obtidas pelo CGP a partir dos estudos preliminares apresentados.

##### Seção III

##### Da Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada

Art. 12. A Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada - MIP é a apresentação de propostas, estudos ou levantamentos, por pessoas físicas ou jurídicas da iniciativa privada, com vistas à inclusão de projetos no PPP/RSL.

§1º. A MIP será dirigida ao Presidente do CGP, devendo conter obrigatoriamente:

- I - as linhas básicas do projeto, com a descrição do objeto, sua relevância e os benefícios econômicos e sociais dele advindos;
- II - a estimativa dos investimentos necessários e do prazo de implantação do projeto, quando possível;
- III - as características gerais do modelo de negócio, incluindo a modalidade de PPP considerada mais apropriada, previsão das receitas

esperadas e dos custos operacionais envolvidos, quando possível;

IV - a projeção, em valores absolutos ou em proporção, da contraprestação pecuniária demandada do Parceiro Público, quando possível;

V - outros elementos que permitam avaliar a conveniência, a eficiência e o interesse público envolvidos no projeto.

§2º. Recebida a MIP, o Presidente dará ciência ao CGP, que deliberará sobre seu encaminhamento, ou não, à Secretaria Municipal competente para proceder à análise e avaliação do caráter prioritário do projeto, segundo as diretrizes governamentais vigentes.

§3º. A qualquer tempo, poderá ser solicitada ao autor da MIP a adequação desta ao conteúdo estabelecido neste artigo, para fins de subsidiar a análise e posterior deliberação pelo CGP.

§4º. Caso a MIP não seja aprovada pelo CGP, será concedida ciência da deliberação ao interessado.

§5º. Caso aprovada pelo CGP, a MIP será recebida como proposta preliminar de projeto de PPP, cabendo ao CGP dar ciência da deliberação ao proponente e solicitar as informações necessárias para, em conjunto com a Secretaria de Municipal envolvida, publicar chamamento público para a apresentação, por eventuais interessados, de MIP sobre o mesmo objeto.

§6º. O chamamento público a que se refere este artigo, além de fixar o prazo para a apresentação de MIP pelos eventuais interessados, deverá conter:

I - a descrição resumida da proposta e dos estudos técnicos a serem desenvolvidos, bem como o prazo fixado para sua conclusão;

II - a indicação dos critérios de aproveitamento dos elementos do projeto e limites para o ressarcimento dos custos incorridos, quando houver.

§7º. Após a publicação do chamamento público, a CGP ou a Secretaria que for designada, franqueará a eventuais interessados a consulta aos termos da proposta, pelo prazo de 10 (dez) dias.

§8º. A autorização para a realização dos estudos técnicos, conferida em decorrência da aprovação da MIP, será pessoal e intransferível, podendo ser cancelada a qualquer tempo por razões de oportunidade e de conveniência, sem direito a qualquer espécie de indenização.

§9º. A elaboração dos estudos técnicos será acompanhada por grupo de trabalho designado pela CGP especificamente para essa finalidade.

§10º. Os estudos técnicos elaborados pelo setor privado serão remetidos à CGP, que coordenará os trabalhos de consolidação da modelagem final, mediante a obtenção de apoio de grupos de trabalho especificamente designados para essa finalidade, no prazo de 60 (sessenta) dias, renováveis por igual período, a critério do CGP.

§11º. Concluídos os trabalhos, o CGP deliberará a respeito da proposta de modelagem final, avaliando, do ponto de vista técnico, o grau de aproveitamento dos estudos apresentados e os respectivos percentuais de ressarcimento, quando houver previsão de ressarcimento, considerados os critérios definidos no chamamento público.

§12º. A critério do CGP, poderá ser apreciada MIP para o desenvolvimento ou aprofundamento de estudos relativos a projetos de PPP objeto de proposta preliminar já aprovada ou com escopo similar ao de projeto em exame.

§13º. Aprovada a modelagem final pelo CGP e autorizada pelo Prefeito a inclusão definitiva do projeto no PPP/RSL, serão iniciados os procedimentos para a licitação, nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 16 de Novembro de 2017,  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 011/2017

Publicação Nº 1428759

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 011/2017  
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 16/11/2017, na Secretaria Geral, para publicação, foram apresentados os seguintes acórdãos:

Protocolo nº 160660/2016  
Recurso Ordinário nº 012/2017  
Recorrente: Refeições Naturas Ltda  
Relator Conselheiro André Vinícius Schulle

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negado provimento ao Recurso.

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. ISS. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS TOMADOS. PESSOAS JURÍDICAS, AINDA QUE NÃO PRESTADORAS DE SERVIÇOS, SÃO OBRIGADAS A PRESTAR A DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS TOMADOS, AINDA QUE SEM MOVIMENTO.

RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO.

Protocolo nº 160662/2016  
Recurso Ordinário nº 013/2017  
Recorrente: Refeições Naturas Ltda  
Relator Conselheiro André Vinícius Schulle

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negado provimento ao Recurso.

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. ISS. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS TOMADOS. PESSOAS JURÍDICAS, AINDA QUE NÃO PRESTADORAS DE SERVIÇOS, SÃO OBRIGADAS A PRESTAR A DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS TOMADOS, AINDA QUE SEM MOVIMENTO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO.

Protocolo nº 160663/2016  
Recurso Ordinário nº 014/2017  
Recorrente: Refeições Naturas Ltda  
Relator Conselheiro André Vinícius Schulle

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negado provimento ao Recurso.

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. ISS. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS TOMADOS. PESSOAS JURÍDICAS, AINDA QUE NÃO PRESTADORAS DE SERVIÇOS, SÃO OBRIGADAS A PRESTAR A DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS TOMADOS, AINDA QUE SEM MOVIMENTO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO.

Protocolo nº 160518/2016  
Recurso Ordinário nº 015/2017  
Recorrente: Refeições Naturas Ltda  
Relator Conselheiro André Vinícius Schulle

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negado provimento ao Recurso.

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. ISS. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS TOMADOS. PESSOAS JURÍDICAS, AINDA QUE NÃO PRESTADORAS DE SERVIÇOS, SÃO OBRIGADAS A PRESTAR A DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS TOMADOS, AINDA QUE SEM MOVIMENTO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO.

-----  
Leonice Witte - Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

## EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011

Publicação Nº 1428368

### EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o resultado de Processo Administrativo Disciplinar nº 024/2016, instaurado pela Portaria nº 1306/RH de 29 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 07 de dezembro de 2016, TORNA PÚBLICO A CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS APROVADOS PARA O CARGO DE ENFERMEIRO que segue em ordem de classificação decrescente, conforme relacionado abaixo para conhecimento dos interessados.

CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
CARGO: Enfermeiro

Class.	Nr. Insc.	Nome do Candidato	Total de Pontos	Aprovação
1	7977	TELMA ANGELITA MARCHI	7.75	APROVADO
2	5374	ALEX SANDRO OLIVEIRA DA SILVA	7.00	APROVADO
3	8350	EDUARDO SCHRODER	7.00	APROVADO
4	1363	ANA GABRIELA DE SOUZA MENDES	7.00	APROVADO
5	12026	ERIKA SIMAS EBSSEN	7.00	APROVADO
6	7180	MARGARETE VERONICA JESSE	7.00	APROVADO
7	1003	IVANIA TRAVAGLIA - PNE	6.75	APROVADO

8	10072	ANODILA CAMPREGHER CADORE	6.75	APROVADO
09	7210	JUCELI PAGANI NEGRI	6.75	APROVADO
10	2621	VANIA REGINA FELTRIN	6.75	APROVADO
11	0958	GABRIELA PIRES RIBEIRO	6.75	APROVADO
12	12252	NATHALY HELENA BUTZKE GROSCH	6.50	APROVADO
13	12409	CARINE DAUFENBACH	6.50	APROVADO
14	4019	ELIZANDRA APARECIDA BORGES	6.50	APROVADO
15	12782	ARMELITA ELENICE VIANNA	6.50	APROVADO
16	7162	CIRLEI APARECIDA DE OLIVEIRA ARRUDA	6.50	APROVADO
17	11840	GABRIEL CÉZAR DA SILVA CANANI	6.50	APROVADO
18	6592	REGIANE BORGES	6.50	APROVADO
19	5116	ELIZABETH RIBEIRO GOMES	6.50	APROVADO
20	5159	SIMONE DE MELO	6.50	APROVADO
21	4788	INGRID PUJOL HANZEN	6.25	APROVADO
22	3853	DANIELA ROSSO DAL PONT	6.25	APROVADO
23	4758	EMANUELLE ANDREZA HOFFMANN	6.25	APROVADO
24	0412	SANDRA APARECIDA SEBOLD	6.25	APROVADO
25	8215	MARIELA DETZEL	6.25	APROVADO
26	3053	ANDREIA BERTOCHI	6.25	APROVADO
27	0468	CHIRLEY BELTRAME COSTA	6.25	APROVADO
28	12358	VIVIAN INES LOPES	6.25	APROVADO
29	3917	LILIAN ELIZABETH MARTINS	6.25	APROVADO
30	12720	TUYANNE VERGINIO CARDOSO	6.00	APROVADO
31	12328	DANIELA BOLL	6.00	APROVADO
32	4801	PATRICIA RENGEL	6.00	APROVADO
33	5500	DJONATAN CESAR CORRZA	6.00	APROVADO
34	8990	MARLI APARECIDA ALMEIDA	6.00	APROVADO
35	5075	KELLYN CHRISTINA BORGES VARGAS	6.00	APROVADO
36	8786	FRANCIELE DE LORENZI	6.00	APROVADO
37	0752	ALEX CESAR FRANCESCHI	6.00	APROVADO
38	0014	JODESIA CONINK	6.00	APROVADO
39	2292	DAIANI NARA LESSA	6.00	APROVADO
40	1437	DIANA FERRARI	6.00	APROVADO
41	10560	DÉBORA LOPES CESAR	6.00	APROVADO
42	4625	PAOLA FERNANDES DA SILVA	5.75	APROVADO
43	7974	LAYLA LIMA BLOMER	5.75	APROVADO
44	9738	ELTON DARI COSSETIM DOS SANTOS	5.75	APROVADO
45	11633	DAIANA DE PAULA	5.75	APROVADO
46	4068	PATRICIA MARIA ZONTA	5.75	APROVADO
47	8104	MIRIAN ROSANE DE SOUZA ANDR	5.75	APROVADO
48	7987	LARISSA FRANCO CARON	5.75	APROVADO
49	12551	MICHELE ARIANA DA SILVA	5.75	APROVADO
50	12192	ROSANE HERMANN	5.75	APROVADO
51	8903	FERNANDA BARATO	5.75	APROVADO
52	1765	TIAGO LEITZKE	5.75	APROVADO
53	4877	ELIZETE STOCCO	5.75	APROVADO
54	12223	DIANA BISPO DA SILVA	5.75	APROVADO
55	10853	LETICIA CAPELETTI	5.75	APROVADO
56	8745	FERNANDA FELTRIN	5.75	APROVADO
57	10057	KELLY FERNANDA GREIN	5.75	APROVADO

58	0863	RAQUEL MAGALHÃES WÜRZLER SCHIRMER	5.75	APROVADO
59	0098	SOLANGE APARECIDA DE NEZ	5.75	APROVADO
60	0779	RAQUEL ELOISA PEDROSO	5.75	APROVADO
61	0199	JOSIANE VINCI	5.75	APROVADO
62	4939	ANA PAULA SEBOLD	5.75	APROVADO
63	13127	FERNANDA CROSEWSKI	5.50	APROVADO
64	12357	ELIANE ALVES DE OLIVEIRA	5.50	APROVADO
65	12078	CARLA VANESSA REBELLATTO	5.50	APROVADO
66	0529	JULIANO MARCOS VENITE - PNE	5.50	APROVADO
67	4747	GRACIELY OSTERNACK DE ALMEIDA	5.50	APROVADO
68	4096	JIANE APARECIDA HEINZ	5.50	APROVADO
69	3501	VINICIUS ORNEL DOS SANTOS	5.50	APROVADO
70	2194	REGINA VERONICA BATISTTI MUNARIN	5.50	APROVADO
71	9018	MIRCIO SCUSSEL	5.50	APROVADO
72	1349	SOLANGE MARQUES DE SOUZA	5.50	APROVADO
73	4872	LARA FERNANDA KERSBAUMER	5.50	APROVADO
74	1486	IRACILDA DE OLIVEIRA SILVA	5.50	APROVADO
75	10921	ELIS REGINA FREITAS	5.50	APROVADO
76	1397	VINICIUS RIBEIRO SALVADOR	5.50	APROVADO
77	0115	CRISTIANE SEVEGNANI	5.50	APROVADO
78	1338	REGINA SCHINKO GARRIDO AGUILA LIMA	5.50	APROVADO
79	9839	ÉDIA REGINA GRAH	5.50	APROVADO
80	10974	ALINE FAGUNDES CUNHA	5.50	APROVADO
81	0519	NATALIA FANTINEL	5.50	APROVADO
82	0338	MARIA TERESINHA MADEIRA	5.50	APROVADO
83	4707	CAMILA SUELY DA SILVA	5.25	APROVADO
84	5627	LUANA BECCARI DA SILVA	5.25	APROVADO
85	3287	BRUNA CORREA VAZ	5.25	APROVADO
86	3277	HELOISA PEREIRA DE JESUS	5.25	APROVADO
87	9780	ANGELITA GALLI PEREIRA	5.25	APROVADO
88	9052	GISELE WEBER SEBOLD	5.25	APROVADO
89	12346	DAIANE FRANCIELE KIRCHNER	5.25	APROVADO
90	10202	DANIELI STOCK	5.25	APROVADO
91	0855	DÉBORA GONÇALVES FERREIRA	5.25	APROVADO
92	5615	JUCILENE LAIS ROSSA BONFIM	5.25	APROVADO
93	5205	MARIANE FRUET	5.25	APROVADO
94	4114	CRISTINI MARTINS FERREIRA	5.25	APROVADO
95	0780	MARIANE PANDINI	5.25	APROVADO
96	9864	KELY CAROLINA MARQUES	5.25	APROVADO
97	9042	ANDRA CARLA SEBOLD	5.25	APROVADO
98	10706	DÉBORA MATOS BENEDET	5.25	APROVADO
99	6420	SIMONE VARGAS	5.25	APROVADO
100	1317	JUCELIR ELIANE BATISTA	5.25	APROVADO
101	5859	ANA CLAUDIA SEVEGNANI	5.25	APROVADO
102	1923	ANA CRISTINA DE SOUZA	5.25	APROVADO
103	5132	JANICE DA CUNHA	5.25	APROVADO
104	3947	SONIA SANDOR KEMPNER	5.25	APROVADO
105	5526	MARINA BIRCK	5.25	APROVADO
106	4501	DANIELA FERNANDES GOEDE	5.25	APROVADO
107	0522	VALERIA ZIRBEL	5.25	APROVADO

108	5802	FLÁVIO DA SILVA BRANDÃO	5.25	APROVADO
109	1676	TIAGO SANTER	5.00	APROVADO
110	5912	DIANA VARELA	5.00	APROVADO
111	1021	VANESSA ZINK	5.00	APROVADO
112	8754	JOICE KOLLERT	5.00	APROVADO
113	11000	JHENIFFER JANICE PADILHA	5.00	APROVADO
114	8127	CRISTIANE PRISCILA BECKER	5.00	APROVADO
115	8300	LARA FERNANDA CORDEIRO CONER	5.00	APROVADO
116	1903	MONICA CHIODINI	5.00	APROVADO
117	8585	BIANCA CAMARGO DA SILVA	5.00	APROVADO
118	1728	NAIARA CRISTINA BECKER	5.00	APROVADO
119	6055	KARY CRISTINE DE LOURENSI ZACCARON	5.00	APROVADO
120	0408	JULIA SEBOLD	5.00	APROVADO
121	11678	BRUNA ALMEIDA DA SILVA	5.00	APROVADO
122	0726	JULIANA SCHNEIDER	5.00	APROVADO
123	6358	DANIEL SERSCHÖN	5.00	APROVADO
124	7867	IVANISE DE OLIVEIRA GOULART	5.00	APROVADO
125	8366	ASTRID HOELTGEBAUM	5.00	APROVADO
126	4729	MICHELLE CAROLINE SIQUEIRA	5.00	APROVADO
127	3775	OYARA FERNANDES MARTINS	5.00	APROVADO
128	5375	DÉBORA CARDOSO COSTA	5.00	APROVADO
129	2378	THAYOMARA DE SOUZA	5.00	APROVADO
130	2789	CAROLINE DA FONSECA CACHOROWSKI	5.00	APROVADO
131	5805	JUCÉLIA ZIMMERMANN	4.75	REPROVADO
132	2118	SANDRO SANDRI	4.75	REPROVADO
133	0575	DEBORAH DO COUTO NOBRE	4.75	REPROVADO
134	3784	MARINA WERLICH SCHMITZ	4.75	REPROVADO
135	5630	SABRINA DE FÉTIMA WOLFF	4.75	REPROVADO
136	11877	CLEUSA FELICIANO	4.75	REPROVADO
137	1134	JERUSA PALTE	4.75	REPROVADO
138	7457	LARISSA BAZZO TIVES	4.75	REPROVADO
139	1931	TATIANE HAMMES	4.75	REPROVADO
140	0899	TAIRINI DE OLIVEIRA FRANCO	4.75	REPROVADO
141	4368	CRISTINADOBRACHINSKI BARBOSA	4.75	REPROVADO
142	6136	ANDRESSA NICOLA CACENOT	4.75	REPROVADO
143	8609	LEIDI LIANA ESSER	4.75	REPROVADO
144	12577	SCHIRLEI VANDERLINDE	4.75	REPROVADO
145	8306	PATRICIA AGOSTINI	4.75	REPROVADO
146	3071	JANAINA SOUZA MATOS OLIVEIRA	4.50	REPROVADO
147	5018	ÉRICA MARGHETI KESTRING	4.50	REPROVADO
148	5317	KELY PIRES	4.50	REPROVADO
149	12768	KARINA FATIMA KREMER DE SOUZA	4.50	REPROVADO
150	1690	BRUNA VALLE	4.50	REPROVADO
151	1184	IRANI PALADINO	4.50	REPROVADO
152	3376	ROSIMARY CLAUDINO DO NASCIMENTO	4.50	REPROVADO
153	6269	JEFERSON LUKS CRUZ DIAS	4.50	REPROVADO
154	3550	LUCRECIA VENDRAMI	4.50	REPROVADO
155	11746	FABIANA MEDEIROS BRANCO	4.50	REPROVADO
156	5163	ROBERTA OTTO	4.50	REPROVADO
157	12804	SAMARA SOUZA CHIELLA	4.50	REPROVADO

158	6115	SIRLENE LUNELLI	4.50	REPROVADO
159	8347	MONIQUE AFFONSO LEITE	4.50	REPROVADO
160	2864	BEATRIZ ALVES GARCIA	4.50	REPROVADO
161	9850	ANDREA MONTEIRO	4.50	REPROVADO
162	1359	SIULA GUIMARÇES VIEIRA	4.50	REPROVADO
163	10790	ALANAN GOEDERT	4.50	REPROVADO
164	0006	ANALINE DOMBROWSKI	4.50	REPROVADO
165	3180	MARA PATRÍCIA DOS SANTOS	4.50	REPROVADO
166	3408	CLAUDETE MIORANZA	4.50	REPROVADO
167	0129	CRISTIANE REGINA BACHMANN BOHN	4.50	REPROVADO
168	13112	CRISTINA BUENO BASTOS	4.50	REPROVADO
169	10197	ROSELI BRUDA STOCK	4.50	REPROVADO
170	0043	DANIELE FERNANDES	4.50	REPROVADO
171	1812	SÔNIA NÉRIS ESPINDOLA	4.50	REPROVADO
172	6934	IGATA PAULA VALMORBIDA	4.50	REPROVADO
173	9082	ANA LUCIA DALLA VECCHIA HENSCHER	4.50	REPROVADO
174	0542	MONICA LISBOA FINGER	4.50	REPROVADO
175	1835	MIRCI DA SILVA SANTOS	4.25	REPROVADO
176	3477	MICHELLE SANT ANA COELHO	4.25	REPROVADO
177	1044	ANA LETICIA SCHIESTL CIRIACO GONÇALVES	4.25	REPROVADO
178	0334	PAMELLA DOS SANTOS	4.25	REPROVADO
179	5480	MARCIANI DA ROCHA FRANÇA	4.25	REPROVADO
180	3092	TATIANA CRIS PEREIRA	4.25	REPROVADO
181	10013	ERIVALDO MODESTO VIEIRA	4.25	REPROVADO
182	8735	ANDIARA KALINA PINHEIRO.	4.25	REPROVADO
183	7671	ARIANA OLIVEIRA	4.25	REPROVADO
184	0715	TULIPA KOFAHL	4.25	REPROVADO
185	0835	LINDA DA SILVA	4.25	REPROVADO
186	10324	GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA	4.25	REPROVADO
187	3491	JULIANA VENDRAMIN	4.25	REPROVADO
188	12913	PRISCILA BORGES DE SI	4.25	REPROVADO
189	4966	JULIAN BERTUCCI	4.00	REPROVADO
190	11438	GISÉLE CRISTINA COELHO VELHO	4.00	REPROVADO
191	11637	GRACIELLY MORAES DOS SANTOS LOURENÇO	4.00	REPROVADO
192	11308	DANIELE VALENTE	4.00	REPROVADO
193	2530	SABRINA APARECIDA DE ATAIDE MACHADO	4.00	REPROVADO
194	11843	NEUSA CANDIDO KOLLING	4.00	REPROVADO
195	0420	GISELY JURACI FERREIRA	4.00	REPROVADO
196	10373	TAÍNA PAULA BRITO	4.00	REPROVADO
197	3476	MAYCKON BRUSTOLIN	4.00	REPROVADO
198	10120	ROBSON JOÃO ROSA	4.00	REPROVADO
199	0504	JOSIANE VERDI	4.00	REPROVADO
200	0044	CAMILA BECKER	4.00	REPROVADO
201	6458	MAURO HOLSTEIN	4.00	REPROVADO
202	7043	ANDREIA APARECIDA ANTUNES DA SILVEIRA PEREIRA	4.00	REPROVADO
203	11584	JOELMA HEDEL VARELA	3.75	REPROVADO
204	6489	LAURA DOS SANTOS MARIA DE OLIVEIRA FREITAS	3.75	REPROVADO
205	5160	ADRIANA CELIA ZAIONS	3.75	REPROVADO
206	5751	FABIANA BINI TINTI	3.75	REPROVADO
207	5427	KAROLYNE MAGNO DOS SANTOS SILVA	3.75	REPROVADO

208	11900	JEFFERSON DIRCEU BOMBALIO	3.75	REPROVADO
209	8951	KARINA KNOPF ROSA	3.75	REPROVADO
210	0462	APARECIDO GOES	3.50	REPROVADO
211	4512	GRAZIELE MAXIMO	3.50	REPROVADO
212	4352	RICHELLE CAROLINE DOS SANTOS	3.50	REPROVADO
213	0557	DANIELI MARTINS	3.50	REPROVADO
214	8765	LETICIA COSTA ATANASIO	3.50	REPROVADO
215	2297	CRISTINA APARECIDA EICH	3.50	REPROVADO
216	5357	RAPHAEL CASCAES PEREIRA	3.25	REPROVADO
217	8897	MARCIA PEREIRA DE OLIVEIRA FERREIRA LEONARDO	3.25	REPROVADO
218	1581	DAYANE SCHWAMBACH ALVES	3.25	REPROVADO
219	10539	LUCIANE HEINZ	3.25	REPROVADO
220	8898	ADRIANA DA SILVA PEREIRA DE LIMA	2.50	REPROVADO

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ	ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### Portaria n. 1417/DGP de 08 de novembro de 2017.

Publicação Nº 1428209

#### PORTARIA N. 1417/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando o Memorando CI n. 0121/2017 e demais documentos anexos,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 030/2017, referente à servidora ANA MARIA JOHN, matrícula n. 2563102, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.

Parágrafo único – A servidora em questão, em tese, teria infringido o Art. 170, incisos I, II, III, V, IX e XI e o Art. 171, incisos IV, VI, XVII e XX, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no Art. 185, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 197, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas seguintes servidoras:

- Ana Paula Meneghetti Fiamoncini, matrícula n. 3552002, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde;
- Vanessa Fey, matrícula n. 104264-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar nº 315, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

### Portaria n. 1420/DGP de 10 de novembro de 2017.

Publicação Nº 1428206

#### PORTARIA N. 1420/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Processante de fls. 149 a 151, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 017/2014, instaurado pela Portaria n. 1196/RH de 25 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 02 de dezembro de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 154 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar n. 017/2014 referente à servidora Maristela de Melo Almeida, matrícula n. 3528001, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem em razão da perda de objeto que originou o respectivo processo.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**Portaria n. 1421/DGP de 10 de novembro de 2017.**

Publicação Nº 1428204

PORTARIA N. 1421/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e, considerando o Relatório Final da Comissão processante e posterior decisão do processo Administrativo Disciplinar n. 020/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2013 referente ao servidor Enio Wiggers, matrícula n. 2784701, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino em razão da perda de objeto deste processo.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**Portaria n. 1424/DGP de 13 de novembro de 2017.**

Publicação Nº 1428211

PORTARIA N. 1424/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017, e considerando,

• As conclusões da Comissão Processante de fls. 182 a 189, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 003/2017, instaurado pela Portaria n. 0377/RH de 22 de março de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 24 de março de 2017 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 191 e 192 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar n. 003/2017, referente ao servidor Vicente Granza, matrícula n. 2771501, ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos em razão de não restar comprovada a responsabilidade do servidor no acidente de trânsito.

Art. 2º. Determinar ao Departamento de Gestão de Pessoas que encaminhe cópia do presente processo para o órgão competente para que seja apurada a responsabilidade do condutor do veículo.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**Portaria n. 1427/DGP de 14 de novembro de 2017.**

Publicação Nº 1428214

PORTARIA N. 1427/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017, e considerando,

• As conclusões da Comissão Processante de fls. 092 a 098, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 011/2016, instaurado pela Portaria n. 0950/RH de 10 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 16 de agosto de 2016 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 100 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar n. 011/2016, referente ao servidor JOSÉ MARCONSINI, matrícula n. 1007491, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, em razão da ausência de fatos que configurem falta funcional por parte do servidor em questão.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**Portaria n. 1428/DGP de 14 de novembro de 2017.**

Publicação Nº 1428840

PORTARIA N. 1428/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015, considerando:

• As conclusões da Comissão Processante de fls. 119 a 128, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 012/2017, instaurado pela Portaria n. 0657/DGP de 15 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 12 de junho de 2017 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 130 a 132 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Aplicar a servidora municipal SABRINA BACK DE GOIS, matrícula n. 215058, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a penalidade de Demissão, a partir de 22 de novembro de 2017, com fundamento ao disposto no Art. 186, incisos IV e XIII da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, conforme decisão exarada nos autos do Processo

Administrativo Disciplinar n. 012/2017, que concluiu que a servidora transgrediu o Art. 170, incisos II, III, IX e XI e o Art. 171, incisos X e XIX, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º. Determinar que o Departamento de Gestão Pessoas encaminhe os autos do presente processo ao Ministério Público, conforme dispõe o artigo 239 da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de novembro de 2017,  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

#### **Portaria n. 1429/DGP de 14 de novembro de 2017.**

Publicação Nº 1428194

PORTARIA N. 1429/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o artigo primeiro da Portaria n. 1390/DGP de 27 de outubro de 2017, publicada em 30 de outubro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 16/10/2017 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 010/2017, designada pela Portaria n. 1160/DGP de 11 de setembro de 2017, publicada em 15 de setembro de 2017, para conclusão da Sindicância Administrativa n. 010/2017”.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

#### **Portaria n. 1430/DGP de 14 de novembro de 2017.**

Publicação Nº 1428196

PORTARIA N. 1430/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 16/11/2017 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 010/2017, designada pela Portaria n. 1160/DGP de 11

de setembro de 2017, publicada em 15 de setembro de 2017, para conclusão da Sindicância Administrativa n. 010/2017.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015 e Súmula 592 do Superior Tribunal de Justiça, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/CPSA/2017, de 13 de novembro de 2017, em face a complexidade dos fatos as quais exigem maior lapso temporal.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

#### **Portaria n. 1431/DGP de 14 de novembro de 2017.**

Publicação Nº 1428198

PORTARIA N. 1431/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o artigo primeiro da Portaria n. 1339/DGP de 23 de outubro de 2017, publicada em 24 de outubro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 16/10/2017 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 009/2017, designada pela Portaria n. 1158/DGP de 11 de setembro de 2017, publicada em 15 de setembro de 2017, para conclusão da Sindicância Administrativa n. 009/2017”.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

#### **Portaria n. 1432/DGP de 14 de novembro de 2017.**

Publicação Nº 1428199

PORTARIA Nº. 1432/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 16/11/2017 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 009/2017, designada pela Portaria n. 1158/DGP de 11 de setembro de 2017, publicada em 15 de setembro de 2017, para conclusão da Sindicância Administrativa n. 009/2017.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, e Súmula 592 do Superior Tribunal de Justiça, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/CPSA/2017, de 13 de novembro de 2017, em face a complexidade dos fatos as quais exigem maior lapso temporal.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA Nº 005/2017/CAP PRÊMIO NODGI PELLIZZETTI 2015, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1428744

PRÊMIO NODGI PELLIZZETTI DE INCENTIVO À CULTURA 2015  
ANÁLISE DE RELATÓRIOS DE ATIVIDADES  
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS (CAP) RIO DO SUL, 13 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 005/2017/CAP Prêmio Nodgi Pellizzetti 2015, de 13 de novembro de 2017.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS (CAP), do Prêmio Nodgi Pellizzetti de Incentivo à Cultura 2015, no uso das atribuições nos termos da portaria 002/2017, de 01 de fevereiro de 2017 e nos termos do edital do Prêmio Nodgi Pellizzetti de Incentivo à Cultura 2015 e das Leis Complementares 270/2013 e 281/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Homologar o resultado da avaliação do relatório de atividades de 1 (um) projeto do Prêmio Nodgi Pellizzetti de Incentivo à Cultura 2015, enquadrado como diligência técnica durante reunião desta mesma comissão nos dias 22/02/2017 e 06/03/2017, o projeto em questão teve como prazo 180 dias para refazer o material e ações descritas no projeto aprovado através do edital 001/2015.

Art. 2º - A reunião que analisou os documentos citados no art. 1º foi realizada na Administração da Fundação Cultural de Rio do Sul, no dia 08/11/2017, com início às 10h e término às 12h.

Art. 3º - O relatório de atividades apresentado poderá ser enquadrado como:

- a) Aprovado de forma conclusiva;
- b) Diligenciado com a imediata devolução integral dos recursos recebidos;

Art. 4º - Após reunião da Comissão de Acompanhamento de Processos, o resultado final do relatório analisado no encontro, ficaram assim definidos:

PROJETO	PROTOCOLO	SITUAÇÃO
OS PILARES DA HISTÓRIA, A HISTOGRAFIA DA ARQUITETURA RIOSULENSE	FMIC2015-32	APROVADO DE FORMA CONCLUSIVA

Art. 5º - A CAP encaminhará correspondência via e-mail para o proponente, informando o resultado da análise de seus respectivos relatórios.

Art. 6º - A homologação desta reunião de análise do relatório de atividades deverá ser publicada no Diário Oficial do Município contendo nome do projeto, protocolo e situação final.

Comissão de Acompanhamento de Processos (CAP) Documento composto por 2 páginas. Página 1 de 2.

CÁTIA DAGNONI

Presidente

Comissão de Acompanhamento de Processos (CAP) Prêmio Nodgi Pellizzetti de Incentivo à Cultura 2015

Rio do Sul, 13 de novembro de 2017.

(O original assinado encontra-se na Fundação Cultural de Rio do Sul)

Comissão de Acompanhamento de Processos (CAP) Documento composto por 2 páginas. Página 2 de 2.

**TERMO DE CONVOCAÇÃO ANDRESSA MIKI TAKEDA**

Publicação Nº 1429007

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) ANDRESSA MIKI TAKEDA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de FISIOTERAPEUTA – 30 HORAS – PROCESSO SELETIVO N. 002/2017.

Salientamos que a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e, conforme disposto no edital, o candidato que deixar de comparecer no prazo previsto perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 16 de novembro de 2017

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 1019/2017**

Publicação Nº 1428640

PORTARIA No 1019, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza pagamento de Licença Prêmio a Servidora Juliana Eleutério Carvalho

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, nos termos do art. 152, § 2º, da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015, Licença Prêmio, em pecúnia, a servidora municipal JULIANA ELEUTÉRIO CARVALHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo – Área Legislativa, referente ao quinquênio compreendido entre 23 de julho de 2012 a 22 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 14 de novembro de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM

Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### ATA DE CREDENCIAMENTO, ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS, HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/2017

Publicação Nº 1429062

Ata de credenciamento, análise de propostas, lances verbais, habilitação e adjudicação do Pregão Presencial nº. 97/2017

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de 2017, às 09:00, reuniram-se no Salão Nobre da Prefeitura Municipal, o pregoeiro e equipe de apoio, designados pela Portaria n.º 394/2017, para procederem as atividades pertinentes ao Pregão Presencial nº. 97/2017. Aberta a sessão pública iniciando-se o período de credenciamento do representante e de recebimento dos envelopes. Foram credenciados os senhores: WALDEMIRO KREHNKE, SERGIO BAGATOLI, porém nenhum dos representantes credenciados estava presente. A ausência dos representantes credenciados, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata.

Encerrada a fase de credenciamento o pregoeiro iniciou a fase de julgamento das propostas, foram abertos os envelopes, após a conferência, verificou-se que todas as empresas apresentaram propostas de preços de acordo com as exigências contidas no edital, sendo, portanto, classificadas.

Houve empate na Classificação de Propostas dos fornecedores nos itens 01, 02 e 06, sendo que o sistema sorteou a ordem para iniciar a fase de lances, conforme tela em anexo. Passou-se para a fase de lances, entretanto, sem os representantes credenciados presentes não houve lances (disputa de preços). Aberto o envelope de documentação das classificadas, foi verificado que os documentos atendem o solicitado no edital. Achada conforme, o pregoeiro e equipe de apoio, rubricaram a documentação. Não tendo nada a acrescentar ao que fora relatado finalizaram mais esta etapa, onde foi habilitada a empresa:

Relação de Fornecedores Habilitados

BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME

A empresa Brinquedos Criativos WH Ltda Me apresentou a Certidão de Regularidade do FGTS – CRF vencida, segundo a “Lei Complementar nº 123/2006 Art. 43º §1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.” Considerando o artigo anterior, fica intimada a empresa Brinquedos Criativos WH Ltda Me para no prazo de 05 (cinco) dias úteis à entrega da Certidão de Regularidade do FGTS – CRF atualizada, contados da lavratura e publicação desta ata, sob pena de inabilitação.

Não houve manifestação para interposição de recurso em virtude da ausência dos representantes credenciados, fato pelo qual fica precluso o direito de recurso.

Ficam declaradas provisoriamente vencedoras as empresas conforme relatório de vencedores em anexo, observada a restrição quanto a empresa Brinquedos Criativos WH Ltda Me.

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, ressaltando ainda que os membros da equipe de apoio ao assinarem esta ata, atestam sua participação e colaboração no certame.

	PAULA WACKERNAGEL Pregoeiro	
MIKAEL FELIPI SPIESS Equipe de Apoio		SAMUEL ANDRE LENZI Equipe de Apoio

# Romelândia

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 103/2017

Publicação Nº 1428356

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA  
EXTRATO DO CONTRATO 103/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, CFE PROJETO ART 6300730-0, através Processo de Licitação Nº 2023/2017, na modalidade Pregão nº 10/2017. Contratado: Z L 10 ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP. Validade do Contrato 31/12/17.

Romelândia, 01/11/17.  
VALDIR BUGS  
Prefeito Municipal

### LEI 2.256/2017

Publicação Nº 1428205

LEI MUNICIPAL Nº 2.256/2017	DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2018-2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da CRFB/1988, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada, constituída nas planilhas dos Anexos I, II e III, que são partes integrantes desta Lei, serão executadas nos termos das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Leis Orçamentárias Anuais-LOA de cada exercício.

Art. 2º - O Plano Plurianual 2018-2021 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental, estruturado em Programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos.

§ 1º - Os Programas representam o elemento de integração entre o Plano e o Orçamento.

§ 2º - As ações orçamentárias correspondem aos projetos, atividades e operações especiais constantes dos orçamentos anuais.

§ 3º - As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

Art. 3º - Os anexos que compõem o Plano Plurianual, serão estruturados por Entidades, Órgãos, Unidades Orçamentárias, Funções, Subfunções, Programas, Projetos/Atividades ou Operações Especiais, Rubricas da Receita e Elementos da Despesa.

Art. 4º - Os valores constantes integrantes desta Lei estão orçados a preços correntes, com a projeção de inflação de 5% (cinco por cento) ao ano.

Art. 5º - As alterações na programação deste Plano Plurianual, somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara Municipal.

Art. 6º - O Poder Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o permanente e equilíbrio das contas públicas.

Art. 7º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei.

Art. 8º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 16 de novembro de 2017.  
VALDIR BUGS  
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Adriane T. Merigo Jung  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## **PORTARIA 8601/2017**

Publicação Nº 1428340

PORTARIA Nº 8601/2017

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Exonerar Servidora Pública Municipal Srª SABRYNA JOANE VOOS BORTONCELLO TAROUCO cargo de PSICOLOGA – NASF, 20 HORAS SEMANAIS, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 16 de novembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

## **PORTARIA 8602/2017**

Publicação Nº 1428341

PORTARIA Nº 8602/2017

CONTRATA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Contratar a Servidora Pública Municipal EDINARA DA COSTA MITTMANN, para exercer as funções de PSICOLOGA - NASF, 20 HORAS SEMANAIS, conforme aprovação no Processo Seletivo nº 001/2017, com vigência a partir de 16 de novembro de 2017 à 10 de novembro de 2018, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Municipal.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 16 de novembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017

Publicação Nº 1428373

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra ABERTO o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 025/2017, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA FESTIVIDADES ALUSIVAS AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO EM 15/12/2017

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 30/11/2017 até as 09h00min.

Abertura: 30/11/2017, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

### PORTARIA Nº 393/2017

Publicação Nº 1429418

PORTARIA Nº 393, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO 005/2017 PARA CONTRATAÇÃO EM REGIME DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS DIVERSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação municipal aplicável: RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Especial do Processo Seletivo nº 005/2017, Edital nº 017 de 16 de novembro de 2017, para acompanhar a execução de processo seletivo e a posterior contratação por necessidade temporária e excepcional.

Art. 2º Fazem parte da Comissão:

I - Presidente: Ariane Spanholi Vigolo

II - Secretário: Aline Bazzo

III - Membro: Edivar Antônio Donadel

IV - Suplente: Jusara Terezinha Dalpizzol Abati

Parágrafo Único. Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 3º A Comissão fará a análise dos recursos e poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário.

Art. 4º As despesas decorrentes desta portaria correrão à conta do Orçamento Vigente.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso - SC, 16 de novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

# Santa Helena

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2017

Publicação Nº 1428270

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PREFEITURA

#### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 87/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2017

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº 87/2017, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 73/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para contratação de serviços de impressão de materiais gráficos de primeira qualidade, para atender as necessidades das secretarias de administração e agricultura do Município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 30 de novembro de 2017. Abertura das propostas as 08h45min do dia 30 de novembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, nº 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 16 de novembro de 2017.  
LUIZ GLUITZ  
Prefeito Municipal

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2017

Publicação Nº 1428374

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2017 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC torna público que firmou o a seguinte ata de registro de preços:

Objeto: Eventual aquisição de material gráfico, blocos e agendas para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município.

Número da ata: 29/2017.

Empresa vencedora: GRAFIOESTE EDITORA GRÁFICA E EMBALAGENS LTDA ME R\$ 7.388,00 (sete mil trezentos e oitenta e oito reais)

Amparo legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 90/2017, do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, que foi realizado com base na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº. 8.883/94; Lei Federal nº. 9.648/98. Lei Federal nº. 10.520/2002 e demais normas pertinentes, e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso/SC, em 13 de novembro de 2017

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

público que firmou o a seguinte ata de registro de preços:

Objeto: Eventual aquisição de materiais elétricos e contratação de mão de obra para realização de reparos e melhorias no sistema de iluminação publicação da área urbana do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, custeados parcialmente pela contribuição para o custeio dos serviços de iluminação publica - COSIP.

Número da ata: 31/2017.

Empresas vencedoras: LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME R\$ 29.800,00 (vinte e nove mil e oitocentos).

Amparo legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 79/2017, do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, que foi realizado com base na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº. 8.883/94; Lei Federal nº. 9.648/98. Lei Federal nº. 10.520/2002 e demais normas pertinentes, e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso/SC, em 31 de outubro de 2017

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

### QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2017

Publicação Nº 1428359

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2017 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC torna público que firmou o a seguinte ata de registro de preços:

Objeto: Aquisição de combustível, óleo lubrificante com serviço de troca, serviço de lavagem, lubrificação e conserto de pneus e materiais diversos para manutenção de veículos e máquinas das diversas secretarias da Administração Municipal.

Número da ata: 04/2017.

Item 03: Óleo diesel B S 500 novo valor R\$ 3,42

Amparo legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 15/2017, do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, que foi realizado com base na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº. 8.883/94; Lei Federal nº. 9.648/98. Lei Federal nº. 10.520/2002 e demais normas pertinentes, e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso/SC, em 07 de outubro de 2017

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2017

Publicação Nº 1428385

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2017 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC torna público que firmou o a seguinte ata de registro de preços:

Objeto: Eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção das atividades das diversas secretarias da Administração Municipal.

Número da ata: 30/2017.

Empresas vencedoras: MACIEL RICARDO NEUMANN MEI R\$ 4.989,00 (quatro mil novecentos e oitenta e nove reais)

VALCIR VIEIRA DA SILVA R\$ 33.991,00 (trinta e três mil novecentos e noventa e um reais)

Amparo legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 89/2017, do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, que foi realizado com base na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº. 8.883/94; Lei Federal nº. 9.648/98. Lei Federal nº. 10.520/2002 e demais normas pertinentes, e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso/SC, em 13 de novembro de 2017

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

### SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2017

Publicação Nº 1428360

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC torna público que firmou o a seguinte ata de registro de preços:

Objeto: Aquisição de combustível, para manutenção de veículos e máquinas das diversas secretarias da Administração Municipal.

Número da ata: 23/2017.

Item: Gasolina comum novo valor R\$ 4,09

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/2017

Publicação Nº 1428400

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/2017 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC torna

Amparo legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 61/2017, do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, que foi realizado com base na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº. 8.883/94; Lei Federal nº. 9.648/98. Lei Federal nº. 10.520/2002 e demais normas pertinentes, e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso/SC, em 07 de outubro de 2017

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 552/2017

Publicação Nº 1428388

DECRETO Nº 0552, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 011, de 10 de novembro de 2017, do Conselho Municipal de Saúde, parte integrante do presente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO n.º. 011/2017

São Bento do Sul, 10 de novembro de 2017.

Dispõe Sobre a Aprovação da homologação da resolução 010/2017.  
Aprovar a aquisição de exames de RX com recursos do PMAQ/AB.  
Aprovar o pagamento da extrapolação no atendimento do hospital referente ao ano 2016.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei 8142, de 28 de dezembro de 1990,

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a homologação da resolução 010/2017.

Art. 2º Aprovar a aquisição de exames de RX com recursos do PMAQ/AB.

Art. 3º Aprovar o pagamento da extrapolação no atendimento do hospital referente ao ano de 2016.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente

Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul

### DECRETO Nº 553/2017

Publicação Nº 1429129

DECRETO Nº 0553, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

ESTABELECE RECESSO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DETERMINA FÉRIAS COLETIVAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais insculpidas na Lei Orgânica Municipal, além das disposições contidas na

Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,  
DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os dias de Recesso de Final de Ano para os servidores públicos municipais lotados nas diversas Secretarias da Administração Municipal, Fundações e Autarquias, no período compreendido entre os dias 23 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018, com exceção dos serviços essenciais que, diante de sua natureza, não poderão sofrer alterações.

Art. 2º Ficam estabelecidos os dias de Férias Coletivas para os servidores públicos municipais lotados nas diversas Secretarias da Administração Municipal, Fundações e Autarquias, no período compreendido entre 02 de janeiro de 2018 e 31 de janeiro de 2018, com exceção dos serviços essenciais que, diante de sua natureza, não poderão sofrer alterações, observadas ainda as disposições do § 2º do artigo 89 da Lei nº 228/2001.

Art. 3º No período de Férias Coletivas, os Órgãos que compõem a Administração Pública Municipal deverão organizar escalas de plantão nos setores considerados prioritários, de modo a garantir a prestação dos serviços essenciais à comunidade.

§ 1º Durante o período disposto neste Decreto, o funcionamento da Administração Pública Direta e Indireta será em conformidade com as necessidades de cada área, fixando-se a jornada especial de trabalho dos servidores públicos municipais, que será das 07:30 às 13:30 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

§ 2º O horário para atendimento no prédio sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, inclusive no setor de Protocolo, será das 8:00 às 13:00 horas.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação terá regulamentação própria, na forma do § 1º do artigo 89 da Lei nº 228/2001.

Art. 5º Ficam suspensos todos os prazos para o exercício dos direitos dos munícipes bem como aqueles relacionados aos atos administrativos municipais, voltando a correr no dia 1º de fevereiro de 2018.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### DECRETO Nº 554/2017

Publicação Nº 1429125

DECRETO Nº 0554, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no orçamento vigente do Município

de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.051 – Gestão dos Serviços Públicos

(622)4.4.90.51.00.00.00 389 – Obras e Instalações .....

R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentárias:

Órgão: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.051 – Gestão dos Serviços Públicos

(579)4.4.90.52.00.00.00 389 – Equip. e Material Permanente .....

R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 2671/2017

Publicação Nº 1428391

PORTARIA Nº 2671, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, c/c o artigo 6º-A, da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 15 de novembro de 2017, aposentadoria por invalidez proporcional ao segurado CELESTINO LUDWINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, matrícula nº 7200, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 7004/2017, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de novembro de 2017.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 2672/2017

Publicação Nº 1428395

PORTARIA Nº 2672, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal, ANELISE LIEBL, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00233/16-0, de 07 anos, 10 meses e 08 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 8882, de 9 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 2673/2017

Publicação Nº 1428397

PORTARIA Nº 2673, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal, SANDRA REGINA BAYERL, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00098/15-7, de 04 anos, 08 meses e 04 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 8732, de 7 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 2674/2017

Publicação Nº 1428398

PORTARIA Nº 2674, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal, SUELY DEREVET-ZKEI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00009/07-3, de 18 anos e 11 meses, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 8695, de 6 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 2675/2017

Publicação Nº 1428399

PORTARIA Nº 2675, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 01/2017, e considerando que- CAROLINE ANGELICA PASINI ROESLER encontra-se em licença tratamento de saúde,

-- --  
RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação ALANA MAROS DE LIMA, para atuar na EBM Castelo Branco, na função de Professor Anos Finais - Artes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 13 de novembro de 2017-até- 13 de maio de 2018-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 2676/2017

Publicação Nº 1428402

PORTARIA Nº 2676, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 01/2017, e considerando que- EDILAINE FERNANDES encontra-se em licença tratamento de saúde e licença Maternidade,

-- --  
RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação CATIA IRENE KERSCHER WEISS, para atuar na EBM Castelo Branco, na função de Professor Educação Infantil, com carga

horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 13 de novembro de 2017-até-13 de maio de 2018-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 2677/2017

Publicação Nº 1428404

PORTARIA Nº 2677, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 5013/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, ao servidor público J. C. R. matrícula funcional nº 16.481, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, o qual, supostamente teria, segundo consta no Processo Administrativo nº 5013/2017, retirado documentos de repartição na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo sem autorização, acarretando provável dano ao erário, bem como gerando possível ato de improbidade administrativa, atos que, em tese, podem configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 131 incisos VIII, X e XVII; artigo 132, incisos II e X; e artigo 143 incisos I, IV e X, todos da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis das penalidades de advertência, suspensão ou demissão, conforme prevê os artigos 141, 142 e 143 da mesma Lei, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

II – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

III – Maira D. G. de Almeida, assistente social, matrícula nº 24079

Suplente – Elsinia Nehls, digitadora, matrícula nº 19.570

Suplente – Liliane Grein, nutricionista, matrícula nº 39.340

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 2683/2017**

Publicação Nº 1429134

PORTARIA Nº 2683, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Designa Gestor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a servidora EDINA CLAUCIA WEBER, CPF n. 816.753.569/04, RG n. 2.379.486-0-SC como gestora do CONCEDENTE no Termo de Fomento nº 001/2017, entabulado entre o Município de São Bento do Sul e a Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa – FETEP, conforme Lei Municipal nº 3802, de 8 de agosto de 2017.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 2129, de 9 de agosto de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 2684/2017**

Publicação Nº 1429138

PORTARIA Nº 2684, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE REVISÃO DE BENEFÍCIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 71, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006, e

Considerando a Portaria/SAMAE/SBS/nº166, de 25 de agosto de 2017, que Concede Averbação Por Tempo de Serviço do período de 30/01/1984 a 30/03/1985, referente ao Serviço Militar, conforme Processo nº 231/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de setembro de 2017, revisão do benefício previdenciário de aposentadoria ao segurado SERGIO ESTICA, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Operador de Serviços de Pedreiro, Grupo Ocupacional 02, Nível I, Classe C, matrícula nº 360, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de acordo com os autos do processo administrativo nº 5819, de 31 de julho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2017.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 66/2017**

Publicação Nº 1428648

Pregão Presencial nº 66/2017  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL  
Processo Administrativo Nº 66/2017  
MENOR PREÇO POR ITEM.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 14:30 horas do dia 29 de novembro de 2017, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de tubulação de PVC DEFOFO cor ocre DN 150 mm, JEI, para esgotamento sanitário; conforme especificações e quantitativo descritos no Termo de Referência constante no ANEXO I do presente edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 14 de novembro de 2017.  
FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 67/2017**

Publicação Nº 1429188

Pregão Presencial nº 67/2017  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL  
Processo Administrativo Nº 67/2017  
MENOR PREÇO GLOBAL.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 30 de novembro de 2017, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: fabricação, fornecimento e instalação de uma prensa desaguadora de lodo biológico proveniente de estação de tratamento de esgoto sanitário da ETE localizada no Bairro Brasília; conforme especificações e quantitativo descritos no Termo de Referência constante no ANEXO I do presente edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2017.  
FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

# São Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 116-2017 - ADM

Publicação Nº 1428197

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 116/2017 ADM

Processo ADM. nº 116/2017 - ADM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 116/2017

Objeto: SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM AUDITORIA, CORREGEDORIA, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA CONFORME EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:00 horas – dia 17 de novembro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas – dia 17 de novembro de 2017.

Contratado: PÚBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI ME.

Valor: R\$ 7.800,00

Justificativa: Fundamentada no art. 24 inciso II da Lei n.8.666/93.

Vigência: 31/12/2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS, 16 de novembro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

PREFEITO

# São Cristóvão do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 40/2017

Publicação Nº 1428602

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO 40/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de um ônibus de 54 lugares e um ônibus de 46 lugares, novos, zero quilometro, para secretaria de educação.

Vencimento: 30/11/2017 às 14:00 (quatorze horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: [www.saocristovao.sc.gov.br](http://www.saocristovao.sc.gov.br) ou pelo e-mail: [toniel@saocristovao.sc.gov.br](mailto:toniel@saocristovao.sc.gov.br). SISI BLIND - Prefeita Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

Publicação Nº 1429409

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL-SC, através de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria Nº 015/2017 de 12 de Setembro de 2017, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 01/12/2017, às 14:30 horas, nas dependências da Câmara Municipal de São Cristóvão do Sul, situada a Rua. Maximino Antônio de Moraes, 159, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: Aquisição de cadeiras tipo Presidente para manutenção do plenário da Câmara de vereadores de São Cristóvão do Sul/SC, conforme especificações técnicas descritas no anexo I.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua. Maximino Antônio de Moraes, 159 das 13h00min às 19h00mm.

São Cristóvão do Sul/SC - SC, 14/11/2017.

MICHEL PAIM

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Cristóvão do Sul

# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 245, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1429366

DECRETO Nº 245, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária no Orçamento de 2017 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.795/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) no Orçamento de 2017 da unidade Prefeitura Municipal na seguinte programação de despesa:

Da Programação de Despesa:

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
27.812.1011.2010 – Manutenção das Atividades Desportivas				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	38	01.0000	8.000,00

Para Programação de Despesa:

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
27.812.1011.2010 – Manutenção das Atividades Desportivas				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	39	01.0000	8.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Eliéze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

### DECRETO Nº 244, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1429360

DECRETO Nº 244, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária no Orçamento de 2017 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.795/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) no Orçamento de 2017 da unidade Fundo Municipal de Saúde nas seguintes programações de despesas:

Da Programação de Despesa:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	4	01.0002	100.000,00

Para as Programações de Despesas:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	7	01.0002	12.000,00
33930000	Aplicação Decorrente de Operação entre Órgãos e Entidades	9	01.0002	88.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Eliéze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

## DECRETO Nº 246, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1429364

DECRETO Nº 246, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o remanejamento de dotações orçamentárias no Orçamento de 2017 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.795/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 359.000,00 (Trezentos e cinquenta e nove mil reais) no Orçamento de 2017 da unidade Prefeitura Municipal nas seguintes programações de despesas:

Das Programações de Despesas:

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.361.1005.2.051 – Manutenção do Ensino fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	12	01.0001	259.000,00
31900000	Aplicações Diretas	14	01.0019	50.000,00
33900000	Aplicações Diretas	16	01.0019	50.000,00

Para as Programações de Despesas:

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.361.1005.2.051 – Manutenção do Ensino fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	18	01.0001	259.000,00
44900000	Aplicações Diretas	125	01.0019	100.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Eliéze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

## DECRETO Nº 247, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1429368

DECRETO Nº 247, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária no Orçamento de 2017 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.795/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) no Orçamento de 2017 da Prefeitura Municipal na seguinte programação de despesa:

Para a Programação de Despesa:

07.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
07.01.15.452.1009.2013 – Man. Das Atividades da Sec. De Transportes Obras e Serv. Pub				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	55	01.0000	20.000,00

Da Programação de Despesa:

07.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
07.01.15.452.1009.2013 – Man. Das Atividades da Sec. De Transportes Obras e Serv. Pub				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	54	01.0000	20.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Eliéze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

## PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 154/2017

Publicação Nº 1428795

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 154/2017 - INEXIGIBILIDADE N. 004/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DIRETA DE SHOW COM O GRUPO FOGO DE CHÃO, A SER REALIZADO NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2017, DURANTE O NATAL LUZES SÃO DOMINGOS.

Com base nas informações constantes no Processo Licitatório n. 154/2017, referente à inexigibilidade n. 004/2017, bem como no parecer emitido pela Assessoria Jurídica e em cumprimento aos termos do artigo 26, caput, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, ACOLHO O RELATÓRIO e RATIFICO a inexigibilidade 004/2017, em favor da empresa ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA OGUE CARVALHO, CNPJ n. 02.445.166.0001-47, com o valor total de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais), fundamentada no Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

Publique-se e cumpra-se.

São Domingos, 16 de novembro de 2017.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 14.586/2017

Publicação Nº 1428348

PORTARIA nº 14.586, de 13 de novembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR a Portaria nº 13.937, de 15 de fevereiro de 2017, para corrigir o nome do servidor nomeado para exercer cargo de provimento comissionado, que passa a vigorar como DERICK HENRIQUE DA FONSECA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 15 de fevereiro de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de novembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 14.587/2017

Publicação Nº 1428350

PORTARIA nº 14.587, de 13 de novembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR a Portaria nº 14.384, de 4 de agosto de 2017, para corrigir o nome da servidora nomeada para exercer função gratificada de Auxiliar de Direção, que passa a vigorar como ADRIANE JUNGBLUTH SERAFINI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 4 de agosto de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de novembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 14.588/2017

Publicação Nº 1428353

PORTARIA nº 14.588, de 13 de novembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e em conformidade com o Processo nº 18259/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER à servidora HELLEN DOS SANTOS SIEBERS, matrícula nº 6920001, ocupante do cargo de Assistente Executivo, gratificação de Adicional, no percentual de 20%, em nível do Curso Superior de Gestão Comercial, nos termos do art. 78, §4º, da Lei Complementar nº 8/2003, calculada sobre o valor do vencimento inicial do cargo efetivo, a partir da data do Processo nº 18259, protocolado em 20 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 20 de outubro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 13 de novembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal

# São João Batista

## PREFEITURA

### 1ª ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL 040/FMS/2017

Publicação Nº 1428323

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

1ª ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO 051/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/FMS/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede na Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, CEP. 88.240-000, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna pública a 1ª ERRATA ao PROCESSO LICITATÓRIO 051/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL nº 040/FMS/2017, para a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIMENTO DAS AÇÕES JUDICIAIS E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Onde LIA-SE: item 45 "diosmina + hisperidina 500+400mg, LEIA-SE: item 45 ""diosmina + hisperidina 450+50mg; Todas as demais informações permanecem inalteradas. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal: 206 ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 16 de novembro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065.2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/PMSJB/2017

Publicação Nº 1428478

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2017 –

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2017

No dia 16 do mês de novembro do ano de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 16/11/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PERSIANAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item.

As licitantes registradas para o fornecimento de persianas e serviços de manutenção são:

DELDUQUE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ nº 07.082.650/0001-72
Itens: 01, 02, 03, 04, 05.
Valor total homologado ao licitante: R\$ 93.540,00 (noventa e três mil quinhentos e quarenta reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. As persianas e serviços de manutenção deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, as persianas e serviços de manutenção deverão ser entregues em no máximo 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da Nota de Empenho, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 16 de novembro de 2017 – Roseli Peixer Tomasini– Secretária de Educação

### DECRETO 3255/2017

Publicação Nº 1428386

DECRETO 3255/2017

Regulamenta a realização do Censo Cadastral Previdenciário dos segurados e dependentes do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de São João Batista(IPRESJB).

O Prefeito do Município de São João Batista, Estado do Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Censo Cadastral Previdenciário dos Servidores ativos, inativos e seus pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de São João Batista(IPRESJB), que tem por finalidade a criação, atualização e consolidação do Cadastro Nacional de Informações Sociais Próprio de Previdência Social (CNIS/RPPS).

Parágrafo Único - O Censo Cadastral Previdenciário é de caráter obrigatório para todos os segurados do RPPS, vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações Públicas.

Art. 2º O IPRESJB, conjuntamente com a Secretaria de Administração, serão os responsáveis pela organização, implementação e gerenciamento da programação e fiscalização da execução do Censo Cadastral Previdenciário pela Empresa contratada pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São João Batista - IPRESJB, assim como pela transmissão dos dados para o Cadastro Nacional

de Informações Sociais – CNIS de que trata o artigo 1º.

Art. 3º O Censo Cadastral Previdenciário será realizado no período de 16 de novembro a 15 de dezembro de 2017.

§1º O Censo será executado por empresa contratada pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São João Batista - IPRESJB, acompanhado por Servidores do Município, os quais realizarão atividades de orientação e fiscalização.

§2º No ato de entrega da documentação do servidor ao agente recadastrador, este último após as conferências e estando tudo de acordo, emitirá comprovante de entrega/recepção dos documentos apresentados, os quais posteriormente passarão por validações no sistema SIPREV.

§3º Concluído todo o processo do Censo Cadastral Previdenciário (recepção, validação e inserção dos dados no SIPREV) será emitido o comprovante do recadastramento a ser entregue ao Servidor.

Art. 4º Os Servidores ativos e aposentados, bem como os pensionistas serão comunicados sobre o Censo por Edital de Convocação, a ser publicado no Jornal Oficial do Município.

§1º No período estipulado, havendo impossibilidade de comparecimento, os segurados poderão realizar o reagendamento exclusivamente pelo e-mail ipresjb@sjbatista.sc.gov.br a partir do qual terá retorno sobre sua aceitabilidade.

Art. 5º O Censo Cadastral Previdenciário será realizado na sede do IPRESJB sito à rua Nereu Ramos, 295, Sala 06, Edifício Cunha, Centro, São João Batista (SC), de segunda à sexta-feira, das 8 às 11h e de 13:30 às 17h.

Art. 6º Na execução do Censo Previdenciário compete à empresa contratada efetuar a complementação, alteração e a validação dos dados cadastrais dos Servidores Públicos do Município de SÃO JOÃO BATISTA, titulares de cargo efetivo, aposentados, pensionistas e seus dependentes, em base de dados disponibilizada por meio do Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Próprios de Previdência Social - SIPREV/Gestão, nos termos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.

§1º - São considerados dependentes dos Servidores ativos e inativos para fins deste Censo o cônjuge, companheira (o), filho solteiro de qualquer condição, se menor de 21 (vinte e um) anos de idade e não emancipados ou inválidos. São equiparados a filho(a) o enteado(a) economicamente dependente do Servidor ativo e aquele que, por determinação judicial, se ache sob a tutela do segurado.

§2º - Para fins de cadastro de companheira ou companheiro é necessária apresentação de Escritura Pública ou Declaração de União Estável, conforme modelo fornecido no local do Censo.

Art. 7º Por ocasião do recadastramento os Servidores Públicos do Município de SÃO JOÃO BATISTA, titulares de cargo efetivo, aposentados, pensionistas e seus dependentes deverão apresentar ao atendente a via original, ou cópia autenticada, dos seguintes documentos, bem como entregar cópia simples destes, para fim de arquivamento:

§ 1º - SERVIDORES ATIVOS E SEUS DEPENDENTES:

I - DOCUMENTOS DO SERVIDOR ATIVO, APOSENTADO e PENSIONISTA:

a) Documento oficial de identificação com foto (RG, Carteira Nacional de Habilitação ou Carteira de Registro Profissional, com validade em todo o território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional);

b) CPF;

c) Comprovante de residência atualizado, dos últimos 03 meses (conta de luz, telefone, cartão de crédito ou solicitar e preencher de próprio punho a Declaração de Residência (anexo III) e reconhecer em cartório;

d) Certidão de Nascimento se solteiro, Certidão de Casamento, se casado, Certidão de Casamento com averbação de divórcio, se divorciado, Certidão de Casamento com averbação de viuvez, se Viúvo, ou solicitar e preencher de próprio punho Declaração de União Estável - se nesta condição, (anexo IV) e reconhecer em cartório;

e) Cartão (número) do PASEP/PIS/NIT (caso não possua o servidor deverá solicitar extrato junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);

1 - Se possuir mais de um número PIS/PASEP, apresente TODOS, para que o recadastrador possa compará-los na base de dados existente no sistema previdenciário.

f) Cópia da CTPS (páginas do número e identificação)

g) Título de Eleitor/Comprovante que votou na última eleição;

h) Contracheque atualizado;

i) Comprovante de Escolaridade;

j) Comprovante de Serviço Militar;

k) Declaração de Acúmulo de Cargos, Empregos, Funções e Proventos (anexo I).

l) Declaração de Dependentes para fins de Imposto de Renda (modelo anexo II)

m) Declaração de tempo de contribuição desde a data de ingresso no cargo efetivo junto ao Município.

1. Se o servidor possuir tempo de contribuição anterior a data de ingresso no cargo efetivo junto ao Município deverá apresentar Declaração de Tempo de Contribuição de outro Regime Próprio de Previdência Social, (Estados, outros Municípios, Autarquias, Fundações etc..) junto ao órgão competente ou Certidão Tempo Contribuição do INSS (CNIS). (Exceto Aposentado).

n) PARA O PENSIONISTA, EM CASO DE REPRESENTAÇÃO LEGAL – TUTELA OU CURATELA, além dos documentos descritos nas alíneas "a" a "m" que lhes couber, também deverá apresentar:

1. Termo de Tutela ou Curatela;

2. RG do Representante Legal;

3. CPF do Representante Legal;

4. Certidão de Óbito do falecido que deu causa à pensão;

## II - DOCUMENTOS DOS DEPENDENTES PREVIDENCIÁRIOS DOS SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS:

### a) PARA FILHO MENOR ATÉ 21 ANOS:

1. Certidão de Nascimento ou RG;
2. CPF (obrigatório para todas as classificações);

### b. PARA O FILHO INVÁLIDO:

1. Certidão de Nascimento ou RG;
2. CPF (obrigatório para todas as classificações);
3. Laudo de invalidez ou atestado médico com CID;

### c) PARA O MENOR DE 21 ANOS SOB TERMO DE TUTELA OU GUARDA:

1. Certidão de Nascimento ou RG;
2. CPF (obrigatório para todas as classificações);
3. Termo de Tutela ou Guarda em vigor.

### d) PARA O CENSO DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRA(O):

1. Documento oficial de identificação com foto (RG, Carteira Nacional de Habilitação ou Carteira de Registro Profissional, com validade em todo o território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional);
2. CPF (obrigatório para todas as classificações);

Art. 8º O Censo é de caráter obrigatório e pessoal, devendo o Servidor do Município de SÃO JOÃO BATISTA, titular de cargo efetivo, aposentado ou pensionista comparecer pessoalmente no local, no período definido, munido da documentação descrita no artigo 7º para prestar as suas informações.

§1º - Não serão recadastrados os Servidores ativos, aposentados e pensionistas que comparecerem ao local do Censo Cadastral Previdenciário sem a totalidade da documentação especificada no artigo 7º.

§2º - O Censo Cadastral Previdenciário deverá ser feito pessoalmente e, no caso de Servidor aposentado Curatelado, o recadastramento deverá ser feito por meio de seu Representante Legal, que deverá estar munido de documento de identidade e Termo de Curatela em vigor.

§3º - O Servidor ativo, aposentado ou pensionista, a ser recenseado, que não comparecer para realizar o Censo de atualização cadastral terá o pagamento de sua remuneração ou proventos de aposentadoria ou pensão bloqueados a partir do mês imediatamente seguinte à conclusão do Censo, ficando seu restabelecimento condicionado ao comparecimento junto ao IPRESJB para sua regularização.

§4º - O restabelecimento do pagamento dar-se-á na folha de pagamento imediatamente seguinte à do mês em que houve o recenseamento, assim como deverá ser incluso nesta folha o pagamento da diferença bloqueada.

§5º - Após seis meses de bloqueio será suspenso o pagamento da remuneração ou dos proventos da aposentadoria ou pensão, por não realização do Censo Previdenciário Cadastral, observando o direito da ampla defesa e do contraditório.

§6º - O Servidor ativo, aposentado ou pensionista, a ser recenseado, que se encontrar incapacitado (acamado ou internado) para comparecer ou se locomover até ao local do Censo poderá se fazer representar junto ao IPRESJB para agendamento de visita in loco, informando o endereço completo com ponto de referência.

§7º - Na data, hora e local agendados, o segurado deverá apresentar toda a documentação constante no artigo 7º, conforme o caso, e, após preenchimento dos dados pelo recenseador, assinar o Formulário do Censo Cadastral Previdenciário para visita domiciliar.

§8º - A visita domiciliar será feita por funcionário da empresa contratada pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São João Batista - IPRESJB e dentro das possibilidades, de um Servidor do IPRESJB.

§9º - O Servidor cedido ou afastado legalmente de suas atividades normais deverá comparecer ao Posto de Atendimento do Censo Previdenciário portando o ato oficial publicado no Jornal Oficial do Município de SÃO JOÃO BATISTA, da respectiva cessão ou afastamento, além dos documentos discriminados neste Decreto.

Art. 9º O Servidor aposentado e o pensionista que se encontrar residindo em outro Estado, impossibilitado de comparecer ao local do Censo deverá encaminhar ao IPRESJB, às suas expensas, além da documentação constante no artigo 7º, Formulário do Censo Cadastral Previdenciário, conforme modelo a ser fornecido pelo IPRESJB devidamente preenchido e com assinatura reconhecida por autenticidade, em Cartório.

Art. 10 O Servidor público titular de cargo efetivo, ativo, aposentado e o pensionista, que se encontrar no exterior deverá encaminhar ao IPRESJB, além da documentação constante no art. 7º, Declaração de Vida emitida pelo Consulado ou Embaixada Brasileira no país em que se encontre.

Art. 11 O Censo Cadastral Previdenciário será desenvolvido sob as seguintes diretrizes:

I - integração de sistemas e bases de dados;

II - inclusão dos dados cadastrais no SIPREV/Gestão de forma progressiva;

III - realização permanente de Censo Previdenciário com a utilização do aplicativo SIPREV/Gestão;

IV - validação dos dados no SIPREV/Gestão e transmissão para o CNIS/RPPS;

V - tratamento das informações retornadas em forma de relatórios gerenciais via INFORME/CNIS/RPPS;

VI - melhoria da qualidade dos dados dos segurados do RPPS do Município de São João Batista, objetivando a efetivação de avaliação atuarial consistente e a garantia na agilidade da concessão de aposentadoria e pensão; e,

VII - ampliação do movimento da qualidade de dados e produtividade no setor público, com a continuidade da gestão cadastral.

Art. 12 O Servidor recenseado é responsável pela veracidade das informações prestadas, ficando sujeito às sanções administrativas e penais por qualquer informação incorreta.

Art. 13 Fica DESIGNADO o Servidor Marcelo Sartori, Diretor Executivo do IPRESJB, como Coordenador-Geral do Censo Cadastral Previdenciário, do Município de São João Batista.

Art. 14 Os casos não especificados neste Decreto serão decididos pelo Diretor Executivo do IPRESJB conjuntamente com o Conselho Deliberativo da entidade, se necessário for.

Art. 15 Fica o IPRESJB autorizado a expedir os demais atos necessários à regulamentação do disposto neste Decreto.

Art. 16 A partir de janeiro de 2019, o Servidor/Segurado deverá efetuar a atualização cadastral, anualmente, apresentando-se na unidade de recursos humanos que estiver vinculado e na sede do IPRESJB, como prova de vida.

§1º - A atualização cadastral do Servidor é compulsória no mês de seu aniversário.

§2º - A qualquer tempo, na ocorrência de fatos que impliquem alteração em seu estado civil, dados pessoais ou relação de dependentes, deverá o Servidor solicitar atualização cadastral na unidade de recursos humanos que estiver vinculado e na sede do IPRESJB.

Art. 17 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista, 09 de novembro de 2017.

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

ANEXO I – DECRETO 3255/2017

DECLARAÇÃO ACÚMULO DE CARGOS, EMPREGOS, FUNÇÕES E PROVENTOS

Nome:	
CPF:	RG:
Data de admissão:	Matrícula:
Cargo:	Lotação:

Declaro, para os devidos fins e nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII do §1º da Constituição Federal, que:

( ) Não exerço em acumulação remunerada qualquer outro cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo poder público.

( ) Não recebo proventos (aposentadoria) na esfera federal, estadual ou municipal.

Declaro, para os devidos fins e nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII do §1º da Constituição Federal, que:

( ) Exerço o(s) cargo(s) ou emprego(s) abaixo:

\_\_\_\_\_, cuja  
jornada de trabalho é de \_\_\_\_:\_\_\_\_ às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas, com uma carga horária semanal de  
\_\_\_\_ horas, na esfera ( ) federal ( ) estadual ( ) municipal, no órgão: \_\_\_\_\_

( ) Exerço o(s) cargo(s) ou emprego(s) abaixo:

\_\_\_\_\_, cuja  
jornada de trabalho é de \_\_\_\_:\_\_\_\_ às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas, com uma carga horária semanal de  
\_\_\_\_ horas, na esfera ( ) federal ( ) estadual ( ) municipal, no órgão: \_\_\_\_\_

( ) Recebo proventos (aposentadoria) na esfera ( ) federal ( ) estadual ou ( ) municipal.

Obs.: \_\_\_\_\_

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas acima e que estou ciente de que estarei sujeito(a) às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício da função para a qual fui contratado(a) ou nomeado(a).

Declaro estar ciente de que PRESTAR DECLARAÇÃO FALSA É CRIME, previsto no artigo 299, do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

São João Batista, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO II – DECRETO 3255/2017

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES PARA FINS DE I.R.

Em obediência à legislação do Imposto de Renda – Dec. 3000/99 e IN RFB 1.500/14 – informo que tenho como dependente para fins de dedução de Imposto de Renda Retido na Fonte, as pessoas abaixo relacionadas:

DEPENDENTES PARA FINS DE DEDUÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

Nome Completo dos Dependentes (Se necessário utilize o verso)	Tipo de Dependente (tabela 07)	Código eSocial (tabela 07)	Data nascimento	CPF
--	-----------------------------------	-------------------------------	-----------------	-----


Declaro sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, não cabendo à empresa/órgão qualquer responsabilidade perante a fiscalização.

DECLARANTE:	
ESTADO CIVIL:	
CPF:	

Assinatura: \_\_\_\_\_

Ciente do Cônjuge (\*): \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

(\*) o ciente do cônjuge é obrigatório no caso de dependentes em comum – IN RFB 1.500/14 artigo 90, parágrafo 6º.

\*\*\* Sempre que houver alteração esta declaração deve ser renovada pelo trabalhador \*\*\*

Tabela 07 - Tipos de Dependente – Conforme Manual de Orientação do eSocial versão 2.2	
Cód.	Descrição
01	Cônjuge
02	Companheiro(a) com o(a) qual tenha filho ou viva há mais de 5 (cinco) anos ou possua Declaração de União Estável
03	Filho(a) ou enteado(a)
04	Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial
05	Pais, avós e bisavós
06	Menor pobre do qual detenha a guarda judicial
07	A pessoa absolutamente incapaz, da qual seja tutor ou curador
08	Filho(a) ou enteado(a) universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau, até 24 (vinte e quatro) anos
15	Ex-cônjuge
99	Agregado/Outros

### ANEXO III – DECRETO 3255/2017

#### DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Servidor(a) \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Declara que reside no seguinte endereço:

Logradouro: \_\_\_\_\_

Número / Complemento: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Telefone residencial: ( ) \_\_\_\_\_ Telefone celular: ( ) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

São João Batista, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do Servidor

### ANEXO IV – DECRETO 3255/2017

#### DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

## DADOS DO SERVIDOR:

Nome:	Matr.:	Órgão de origem:
Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Viúvo ( ) Casado, mas separado de fato ( ) Divorciado ( ) Separado legalmente		
Endereço:		
RG nº:	CPF nº:	
Telefone:	Celular:	
E-mail:		

## DADOS COMPANHEIRO(A):

Nome:	
Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Viúvo ( ) Casado, mas separado de fato ( ) Divorciado ( ) Separado legalmente	
Endereço:	
RG nº:	CPF nº:
Telefone:	Celular:
E-mail:	

Declaro, sob, as penas da lei, que a pessoa acima identificada é meu/minha companheiro (a), que possuo com ela convivência pública, contínua, duradoura e com o objetivo de constituição de família e que inexistem os impedimentos previstos na Art. 1.521 do Código Civil\*.

São João Batista, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do (a) Servidor (a)

\*Art. 1.521. Não podem casar:

- I – os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil;
- II – os afins em linha reta;
- III – o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem foi o adotante;
- IV – os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive;
- V – o adotado com o filho adotante;
- VI – as pessoas casadas;
- VII – o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio com o seu consorte.

**EDITAL Nº. 001/2017 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA**

Publicação Nº 1428380

EDITAL Nº. 001/2017  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA  
DE DÍVIDA ATIVA

O Secretário Municipal de Finanças do Município de São João Batista, no uso de suas atribuições,  
Considerando que o Tribunal de Contas do Estado do Estado de Santa Catarina exige dos gestores que seja efetuada a cobrança de todos os tributos municipais;  
Considerando que a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelece como requisito essencial à responsabilidade fiscal a arrecadação dos Tributos Municipais;  
Considerando que os Tributos Municipais têm por finalidade essencial ser aplicado nas diversas melhorias para o município de São João Batista  
Considerando que a Administração Municipal de São João Batista busca pautar suas atividades nos princípios da moralidade e eficiência administrativa, propiciando mais desenvolvimento municipal e melhores oportunidades para os cidadãos;  
NOTIFICA, na forma do art. 49, §2º do Código Tributário Municipal, os contribuintes em débito com a Fazenda Municipal para recolherem a referida dívida em até 15 (quinze), sob pena de inscrição em dívida ativa na formado do art. 146 do CTM.  
Os contribuintes poderão comparecer ao Setor de Arrecadação, na Prefeitura de São João Batista, para quitar e/ou parcelar seus débitos e receber o documento de arrecadação para efetuar o pagamento.

De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 23/2009, os contribuintes em débito com poderão efetuar o pagamento ou apresentar defesa, no prazo assinado, cientes de que transcorrido lapso temporal fixado, as respectivas Certidões de Dívida Ativa serão encaminhadas ao Departamento Jurídico do Município para o ingresso das ações fiscais. (art. 132, II, do CTM)

A relação de devedores se encontra disponível junto ao Setor de Arrecadação, e, por seu caráter personalíssimo, os consulentes não poderão ter acesso a débitos de outros contribuintes, salvo mediante procuração com poderes específicos.

São João Batista 17 de novembro de 2017

## **EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/FUBE/2017**

Publicação Nº 1429133

Extrato de segundo termo aditivo ao Contrato nº 001/FUBE/2017

Contratante: Município de São João Batista, por intermédio da Fundação Batistense de Esportes; Contratada: Associação de Árbitros de Balneário Camboriú - CNPJ nº 01.293.882/0001-93; Processo Licitatório 001/FUBE/2017 - Pregão Presencial 001/FUBE/2017; Objeto: O valor do contrato após a supressão é de R\$ 120.670,00 (cento e vinte mil seiscentos e setenta reais); A importância ora estabelecida corresponde ao valor do contrato vigente com decréscimo de 23,32% (vinte e três vírgula trinta e dois por cento); Os efeitos financeiros decorrentes do decréscimo vigoram a partir de 16/11/2017; O valor da supressão é de R\$ 36.240,00 (trinta e seis mil duzentos e quarenta reais).; Data da assinatura: 16/11/2017.

## **PROCESSO LICITATÓRIO 166/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 124/2017**

Publicação Nº 1428357

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 166/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/PMSJB/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 166/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 124/PMSJB/2017, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS ADMISSIOAIS E PERÍCIAS MÉDICAS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 14h15min do dia 01/12/2017. Abertura dos envelopes: 14h30min do dia 01/12/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, ou pelos e-mails: [licita@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita@sjbatista.sc.gov.br) ou [licita02@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita02@sjbatista.sc.gov.br), no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 16 de novembro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

**DECRETO Nº 3258/17**

Publicação Nº 1428384

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**DECRETO Nº 3258/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica suplementado no valor de R\$ 7.126,29 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

**16 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal**

16.01 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal

17.512.0004.2.042 - Manutenção do Setor Administrativo do SISAM

3.3.90.00.00.00.00.0018 - Aplicacoes Diretas

Valor - 7.126,29

**Art. 2º** - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**16 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal**

16.01 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal

17.512.0004.2.042 - Manutenção do Setor Administrativo do SISAM

4.4.90.00.00.00.00.0018 - Aplicacoes Diretas

Valor - 7.126,29

**Art. 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 13 de Novembro de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 13/11/2017

Assessoria de Comunicação

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO 08**

Publicação Nº 1428709

Decreto Legislativo Nº 08/2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE "CERTIFICADO DE HONRA AO MÉRITO LEGISLATIVO", DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO N.º 04/2017.

A Presidente da Câmara de Vereadores de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela Promulga o presente

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica concedido o "CERTIFICADO DE HONRA AO MÉRITO LEGISLATIVO", ao jovem Igor Eduardo Machado, estudante da Escola de Educação Básica Professora Araci Espíndola Dalcenter, por ter conquistado a primeira colocação no concurso Nacional de Desenho, em homenagem a Imperatriz Leopoldina na Independência do Brasil.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de Novembro de 2017.

Rúbia Alice Tamanini Duarte
-----------------------------

Presidente
------------

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 193/2017

Publicação Nº 1429164

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 193/2017  
PARTES: Município de São João do Oeste e Luana C. Abreu- Me  
ORIGEM: Inexigibilidade nº 14/2017  
OBJETO: "Contratação da apresentação de espetáculo teatral "Um retorno especial na magia do Natal."  
VALOR: R\$ 3.000,00  
PRAZO: 17.11.2017 até 31.12.2017  
São João do Oeste – 17 de novembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 194/2017

Publicação Nº 1429158

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 194/2017  
PARTES: Município de São João do Oeste e Editora Oikos Ltda.  
ORIGEM: Inexigibilidade nº 15/2017  
OBJETO: "Aquisição de 60 unidades do livro "O cinquentenário: A trajetória do sindicato dos trabalhadores rurais de Itapiranga, São João do Oeste, e Tunápolis (1967-2017) organizado por Leandro Mayer."  
VALOR: R\$ 1.500,00  
PRAZO: 17.11.2017 até 30.11.2017  
São João do Oeste – 17 de novembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2017

Publicação Nº 1429161

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2017  
PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materiais de Construção- Ltda- ME  
ORIGEM: Tomada de Preços 08/2017  
OBJETO: "Contratação em regime de empreitada global de empresa especializada na edificação de base para suporte de caixa de água do município de São João do Oeste."  
VALOR: R\$ 12.186,88  
PRAZO: 16.11.2017 até 15.12.2017  
São João do Oeste – 17 de Novembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/2017

Publicação Nº 1429160

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/2017  
PARTES: Município de São João do Oeste e Industria de Esquadrias Feilfer LTDA- ME.  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 117/2017  
OBJETO: "Aquisição de Grades de Ferro para boca de lobo, destinadas a colocação/reposição nas ruas do município de São João do Oeste."  
VALOR: R\$ 1.043,00  
PRAZO: 17.11.2017 até 30.11.2017  
São João do Oeste – 17 de Novembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/2017

Publicação Nº 1429166

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/2017  
PARTES: Município de São João do Oeste e Metalúrgica Geller Ltda- Me  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 117/2017  
OBJETO: "Aquisição de Grades de Ferro para boca de lobo, destinadas a colocação/reposição nas ruas do município de São João do Oeste."  
VALOR: R\$ 3.400,00  
PRAZO: 17.11.2017 até 30.11.2017  
São João do Oeste – 17 de Novembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2017

Publicação Nº 1429168

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2017  
PARTES: Município de São João do Oeste e Thiago Stulp- ME  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 124/2017  
OBJETO: "Contratação de empresa para o fornecimento de 75 jantares para o encerramento das atividades das voluntárias dos grupos da 3º idade."  
VALOR: R\$ 2.100,00  
PRAZO: 17.11.2017 até 30.11.2017  
São João do Oeste – 17 de Novembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### PP 12.17 FMAS - EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE

Publicação Nº 1428505

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017 – EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES  
OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL conforme descrito a seguir.  
OBJETO: Aquisição de equipamentos, material de expediente e serviços fotográficos, materiais necessários para as atividades desenvolvidas pelo CRAS. Recurso IGD- Bolsa Família CRAS/PAIF.  
Tipo: menor preço por item.  
Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 29 de novembro de 2017 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 17 de novembro de 2.017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

# São João do Sul

## PREFEITURA

### ATA TP 049-2017-04

Publicação Nº 1429389

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2017  
TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2017

ATA 004

As dezoito horas do trinta minutos do dia dezesseis do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município de São João do Sul/SC, para processamento e julgamento do Edital de Tomada de Preços nº 049/2017, que tem por objetivo selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada, com vistas à execução de obras e serviços de engenharia destinados à construção de uma creche na comunidade de Vila Santa Catarina, conforme projetos, planilhas, cronograma, especificações técnicas e de mais documentos anexos a este ao edital. Determinada a abertura da reunião a Senhora Presidente fez registrar que em decorrido o prazo para apresentação das contrarrazões em razão dos recursos interpostos pelas empresas ENGETON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA e JRV CONSTRUTORA LTDA, apenas a empresa ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA – EPP protocolou suas contrarrazões. A comissão considerando as razões recursais interpostas pela ENGETON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA e contrarrazão apresentada pela empresa ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA – EPP, decidi pela manutenção da inabilitação da empresa ENGETON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, pelo não atendimento ao instrumento convocatório, pois a recorrente não apresentou as notas explicativas do balanço patrimonial, uma vez que, o item 5.1.10.1 do edital fixa que além do balanço patrimonial devem ser apresentadas as demonstrações contábeis, tudo isso com fundamento no item 5.1.10.1 e preambulo do edital, combinado com o fixado no item 10 alínea g da Resolução CFC 1185/2009, item 10 alínea e da NBTG 26, os quais fixam que as notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis, bem como o disposto no item 113 da NBTG 26, com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 41 Lei 8666/93), princípios constitucionais da isonomia, da legalidade, da impessoalidade e moralidade. No tocante as razões recursais apresentadas pela empresa JRV CONSTRUTORA LTDA a comissão decide pela total improcedência uma vez que as fundamentações apresentadas não suprem em nada os motivos pelos quais a empresa JRV CONSTRUTORA LTDA foi inabilitada, restando assim mantida a sua inabilitação. A comissão considerando as inabilitações das empresas JRV CONSTRUTORA LTDA, ENGETON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, PASSO'S CONSTRUÇÕES LTDA – EPP e KAMILLA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA – ME, bem com o protocolo intempestivo por parte da empresa CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA – ME, declara HABILITADAS para o prosseguimento do presente certame as empresas ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA – EPP; BF CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP; e LAJECRIL PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA pelas razões expressas na presente ata e ata 002 de 20/10/2017. Fica determinado para o dia 17/11/2017 as 17h00 a abertura dos envelopes de propostas das empresas ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA – EPP, BF CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP e LAJECRIL PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. As empresas serão comunicadas por fax, e-mail, pessoalmente ou por publicação na imprensa oficial, dessa decisão, o que ocorrer primeiro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente declarou encerrada a reunião e determinou que fosse lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será

assinada pelos membros da Comissão e pelos demais presentes que o desejarem. São João do Sul, 16 de novembro de 2017.

Taise dos Santos Alves	Cacimar de Oliveira
Presidente	Secretário
Diego de Melo Herr	
Membro	

### JULGAMENTO RECURSO TP 49-2017

Publicação Nº 1429388

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
RESULTADO RECURSO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2017  
TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2017

O Prefeito Municipal na forma do § 1º do art. 109 da Lei 8.666/93, torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto e selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada, com vistas à execução de obras e serviços de engenharia destinados à construção de uma creche na comunidade de Vila Santa Catarina, conforme projetos, planilhas, cronograma, especificações técnicas e de mais documentos anexos a este ao edital. As empresas ENGETON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA e JRV CONSTRUTORA LTDA, apresentaram recurso pleiteando a reconsideração da decisão de inabilitá-la, decisão esta tomada na Ata 002 do dia 20/10/2017. A comissão permanente de licitações decidiu pelo recebimento dos recursos, e, no mérito pelo desprovisionamento do recurso da empresa ENGETON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA com fundamento no item 5.1.10.1 e preambulo do edital, combinado com o fixado no item 10 alínea g da Resolução CFC 1185/2009, item 10 alínea e da NBTG 26, os quais fixam que as notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis, bem como o disposto no item 113 da NBTG 26, com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 41 Lei 8666/93), princípios constitucionais da isonomia, da legalidade, da impessoalidade e moralidade; e no tocante ao recurso da empresa JRV CONSTRUTORA LTDA a comissão decidiu pelo recebimento dos recursos, e, no mérito pelo desprovisionamento do recurso uma vez que as fundamentações apresentadas não suprem em nada os motivos pelos quais a empresa foi inabilitada. Fica marcado para o dia 17/11/2017 as 17h00min a abertura dos envelopes 02 das empresas habilitadas.

São João do Sul-SC, 16 de novembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira  
Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 390/2017

Publicação Nº 1428408

DECRETO Nº 390/2017

“QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A  
COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO DISCIPLINAR E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO DISCIPLINAR E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO da Prefeitura Municipal de São Joaquim, integrada pelos seguintes MEMBROS:

- JONATAS POIER GUALBERTO - Presidente;
- FABIANO PADILHA – Secretário;
- MARTA SILVEIRA PEREIRA – Membro.

Parágrafo Único – A referida Comissão deverá atuar a partir desta data em todos os Processos Disciplinares e Inquéritos Administrativos, que a Administração Pública julgar necessário ser aberto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 055/2017, de 08/02/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 13 de Novembro de 2017.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 391/2017

Publicação Nº 1428409

DECRETO Nº 391/2017

“QUE EFETIVA FUNCIONÁRIA APROVADA EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da Aprovação em Processo de Avaliação especial de Estágio Probatório, fica EFETIVADA a funcionária: – CECILIA HUGEN NUNES, ocupante do Cargo de Professora, sendo que a mesma já foi aprovada nas três avaliações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Novembro de 2017.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

# São José

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA Nº 009/2017

Publicação Nº 1428966

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 009/2017 - Processo nº 353/2017 – Proc. Adm. 5648/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE REAL PARQUE, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 20 de dezembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 20 de dezembro de 2017, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0100.

### DECRETO Nº 8869/2017

Publicação Nº 1429203

DECRETO Nº 8869/2017

REGULAMENTA E DISCIPLINA O PROCEDIMENTO DE PEDIDO DE LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA, PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 13.465 DE 11 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso IV, e Considerando a ausência de procedimento para instruir, conduzir e sanear os procedimentos administrativos tendo por objeto a aplicação da Regularização Fundiária Urbana prevista na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que impôs a obrigatoriedade da Prefeitura de São José em receber tais feitos e com o objetivo de adotar uma rotina administrativa que objetive maior eficiência e efetividade na análise destas demandas, DECRETA:

#### CAPÍTULO I

#### DA LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA

##### Subseção I - Dos Procedimentos Administrativos

Art. 1º. Os Requerimentos iniciais para aplicação da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, tendo por objeto a Legitimação Fundiária, serão protocolizados no setor de protocolos, inaugurando um procedimento administrativo encaminhado à Secretaria Municipal Planejamento e Assuntos Estratégicos.

Art. 2º. Na contagem de prazo em dias, estabelecido na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017 ou pelo Presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária, computar-se-ão somente os dias úteis.

Art. 3º. O Requerimento inicial indicará:

I – o endereçamento a quem é dirigida, no caso à Presidência da Comissão Municipal de Regularização Fundiária;

II – os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço

eletrônico, telefone fixo e celular com DDD, o domicílio e a residência dos Requerentes;

III – o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV – qualificação disponível dos confrontantes e de seus cônjuges, se casados forem;

V – o pedido com as suas especificações e o apontamento da modalidade da Reurb que se pretende implementar.

Art. 4º. O Requerimento deve vir acompanhado dos seguintes documentos:

I – Documentos pessoais com foto onde deve constar o número do Registro Geral e do Cadastro de Pessoa Física;

II – Comprovação do Estado Civil;

III – Comprovação de Residência, considerando-se para tanto, contas emitidas por empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, saneamento e telefonia fixa;

IV – Comprovação de Renda, observado o disposto nos arts. 11 e 12 deste Decreto.

V – Comprovação da Posse;

VI – Certidão ou Declaração emitida pelo Ofício de Registro de Imóveis com circunscrição sobre o imóvel para determinar sua titularidade do domínio onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado ou da inexistência de registro.

§ 1º A comprovação da união estável poderá ser aceita por declaração expressa do casal;

§ 2º A comprovação do estado civil poderá ser aceita quando expressa na cédula de identidade ou demais documentos com validade nacional.

§ 3º Os comprovantes de estado civil (certidão de nascimento, casamento) deverão ser atualizados quando da emissão da Certidão de Regularização Fundiária - CRF;

§ 4º A comprovação de posse poderá ser aceita por meio da apresentação de contratos de compra e venda, recibos, carnes de IPTU, contas emitidas por empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, saneamento e telefonia fixa, alvarás de construção, entre outros, podendo ser considerados separadamente ou em conjunto.

§ 5º Em caso de falecimento de um dos cônjuges, a aquisição da propriedade será de direito do(a) viúvo(a) com a anuência dos eventuais filhos.

§ 6º Na aquisição da propriedade de posse advinda dos pais e atualmente exercida por um ou mais dos filhos, será aceita a anuência dos demais herdeiros em favor daquele que pretende regularizar.

§ 7º Na aquisição por um dos cônjuges separado ou divorciado, em que não se arrolou o bem possuído na partilha, ou ainda, não havendo sido realizada a mesma, será aceita declaração de desistência para o outro cônjuge.

Art. 5º. Nos casos de Requerimento fundamentado na modalidade de Reurb-E, o pedido também deve vir acompanhado dos seguintes documentos, observado o disposto no art. 35 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017:

I – levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;

II – plantado perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível;

III – estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;

IV – projeto urbanístico;  
V – memoriais descritivos;  
VI – proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso;  
VII – estudo técnico para situação de risco, quando for o caso;  
VIII – estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, quando for o caso;  
IX – proposta de cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e  
X – minuta de termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo.

Parágrafo único. O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso.

Art. 6º. O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, segundo art. 36 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, indicação:

I – das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, existentes ou projetadas;  
II – das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, se houver;  
III – quando for o caso, das quadras e suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada;  
IV – dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;  
V – de eventuais áreas já usucapidas;  
VI – das medidas de adequação para correção das desconformidades, quando necessárias;  
VII – das medidas de adequação da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e realocação de edificações, quando necessárias;  
VIII – das obras de infraestrutura essencial, quando necessárias;  
IX – de outros requisitos que sejam definidos pelo Município.

Art. 7º. O Requerimento inicial será indeferido quando:

I – o Requerente for manifestamente ilegítimo;  
II – o Requerente carecer de interesse;  
III – constatar-se casos de especulação imobiliária;  
IV – a modalidade escolhida pelo Requerente for inadequada, segundo art. 13 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Art. 8º. Recebido o Requerimento inicial, o Presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária poderá:

I – Indeferir o pedido;  
II – Solicitar o Requerente complementação na documentação ou nas informações prestadas.

Parágrafo único. A solicitação indicada no inciso II deste artigo será enviada por meio de carta dirigida ao endereço indicado no Requerimento inicial, sendo que, a devolução desmotivada da correspondência, acarretará no imediato arquivamento do respectivo procedimento administrativo, ou por correio eletrônico indicado no Requerimento inicial.

Art. 9º. Deferido o processamento, o Presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária deverá:

I – Classificar, caso a caso, as modalidades da Reurb;  
II – Notificar os confinantes e terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação;

§1º Quando a notificação dos titulares de domínio e dos confrontantes da área demarcada, não ocorrer pessoalmente, pela ciência na planta geral do levantamento topográfico ou qualquer documento demonstrando a anuência prévia, será feita por via postal,

com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição, considerando-se efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço.

§ 2º A notificação da Reurb também será feita por meio de publicação de edital, com prazo de trinta dias, do qual deverá constar, de forma resumida, a descrição da área a ser regularizada, nos seguintes casos:

I – quando o proprietário e os confinantes não forem encontrados; e

II – quando houver recusa da notificação por qualquer motivo.

Art. 10. Presume-se de baixa renda, não dispondo norma federal ou estadual de forma diversa, a pessoa natural integrante de entidade familiar que aufera renda familiar mensal não superior a 03 (três) salários mínimos federais;

§ 1º Para os fins disposto deste Decreto, entidade familiar é toda comunhão de vida instituída com a finalidade de convivência familiar e que se mantém pela contribuição de seus membros.

§ 2º Renda familiar é a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da entidade familiar, maiores de dezoito anos, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda e de benefícios assistenciais, bem como o valor comprovadamente pago a título de contribuição previdenciária oficial.

§ 3º O limite do valor da renda familiar previsto no § 2º deste artigo será de 04 (quatro) salários mínimos federais, quando houver fatores que evidenciem exclusão social, tais como:

a) entidade familiar composta por mais de 5 (cinco) membros;  
b) gastos mensais comprovados com tratamento médico por doença grave ou aquisição de medicamento de uso contínuo;  
c) entidade familiar composta por pessoa com deficiência ou transcurso global de desenvolvimento;  
d) entidade familiar composta por idoso ou egresso do sistema prisional, desde que constituída por 04 (quatro) ou mais membros.

§ 4º A permanência temporária de indivíduo em um núcleo familiar não caracteriza a constituição da entidade familiar prevista no § 2º.

§ 5º O valor do imóvel não interfere na avaliação econômico-financeira do interessado.

§ 6º Os critérios estabelecidos neste artigo não excluem a aferição da hipossuficiência no caso concreto, através de manifestação devidamente fundamentada.

Art. 11. O Presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária, decidirá em 15 (quinze) dias, contados do prazo final para a apresentação de impugnação, pelo andamento do procedimento administrativo, por diligências para esclarecer fatos narrados na impugnação ou pelo seu indeferimento;

Art. 12. Quando despachado pelo andamento do procedimento administrativo que determinou a modalidade Reurb-S, o Presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária encaminhará o requerimento para a Secretaria Municipal Planejamento e Assuntos Estratégicos elaborar os documentos elencados no artigo 17, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, retornando os autos conclusos para a Comissão após esse prazo.

Art. 13. A Comissão reunir-se-á uma vez por semana para deliberar sobre os Requerimentos, competindo a cada membro, dentro de sua respectiva competência, emitir parecer referente a sua área de atuação, indicando medidas a serem adotadas, com vistas à reformulação e à reavaliação do requerimento, quando for o caso, segundo o parágrafo único do art. 32 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Parágrafo único. O membro da Comissão Municipal de Regularização Fundiária poderá requerer vista do procedimento administrativo durante a reunião, sendo que, a carga não ultrapassará a data da próxima e o silêncio quanto ao pedido será entendido como ato de concordância.

Art. 14. Entendendo pelo deferimento do requerimento a Comissão Municipal de Regularização Fundiária indicará as intervenções a serem executadas, aprovará o projeto de regularização fundiária, identificará e declarará os ocupantes de cada unidade imobiliária;

Art. 15. Todas as providências e manifestações, seja pelo deferimento, indeferimento, diligências ou outras providências, estarão sujeitos à aprovação e encaminhamento ao Presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária.

Art. 16. Saneado o procedimento, conforme art. 28, IV da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, o Presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária, proferirá sua decisão, devidamente motivada e fundamentada, acompanhada da minuta da Certidão de Regularização Fundiária – CRF, constando o nome do núcleo urbano regularizado, sua localização, a modalidade da regularização, as responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma, a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver, a listagem com nomes dos ocupantes e respectivas unidades, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.

Art. 17. A decisão final do Presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária será encaminhada para o Chefe do Executivo Municipal, para aprovação da Minuta e posterior devolução à Secretaria de origem, devidamente assinada em via original.

Art. 18. O Presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária dará publicidade ao ato e posteriormente encaminhar a CRF ao Cartório de Registro de Imóveis competente para abertura da matrícula imobiliária.

Art. 19. Após findados os trabalhos, o procedimento administrativo será arquivado.

## CAPÍTULO II

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. O presente Decreto será implementado em consonância com o Programa Nacional de Regularização Fundiária, nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017 e demais legislações Federais e Estaduais que tratem da matéria.

Art. 21. As áreas públicas inseridas em glebas partícipes da Política Municipal de Regularização Fundiária e indicadas no respectivo levantamento topográfico como vias, servidões e áreas verdes, passarão ao domínio do município.

Art. 22. Comissão Municipal de Regularização Fundiária considerará o termo predominantemente inserido na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017 toda soma de 50% (cinquenta por cento) mais um.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São José/SC, 30 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

RODRIGO DE ANDRADE Secretário de Planejamento e Assuntos Estratégicos	RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador-Geral do Município
---	---

## TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2017

Publicação Nº 1428964

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2017 - Processo nº 335/2017 – Proc. Adm. 5237/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UBS FORQUILHINHAS, EM SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 05 de dezembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 05 de dezembro de 2017, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº. 496, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1429108

RESOLUÇÃO Nº. 496, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO VEREADOR ALEXANDRE ROSA.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º – Fica concedida licença para tratamento de saúde ao Vereador ALEXANDRE ROSA, conforme solicitação (doc. anexo), do Vereador, bem como, atestado médico (doc. anexo), nos termos do artigo 37, §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município de São José, c/c o artigo 87, inciso I, §§ 1º e 2º do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 14 de novembro de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

## BALANCETE FINANCEIRO DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1429381

Câmara de Vereadores de São José Praça Arnaldo de Souza, 38, CEP: 88.103-005 - Centro - São José/ SC CNPJ: 83.708.248/0001-39 Fone: (48) 3029-1321 <a href="http://www.cmsj.sc.gov.br">http://www.cmsj.sc.gov.br</a>				Anexo 13 - Balanço Financeiro				Valores em R\$ - Período: 01/01/2017 até 31/10/2017 Despesa realizada: Empenhada			
Ingressos				Dispêndios							
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior				
Receita orçamentária (I)		0,00	0,00	Despesa orçamentária (VI)		11.182.079,73	17.245.072,49				
Ordinária		0,00	0,00	Ordinária		11.182.079,73	17.245.072,49				
Vinculada		0,00	0,00	Vinculada		0,00	0,00				
Recursos vinculados à educação				Recursos vinculados à educação							
Recursos vinculados à saúde				Recursos vinculados à saúde							
Recursos vinculados à previdência social - RPPS				Recursos vinculados à previdência social - RPPS							
Recursos vinculados à seguridade social				Recursos vinculados à seguridade social							
Outras destinações de recursos				Outras destinações de recursos							
(-) Deduções da receita		0,00	0,00								
Ordinária		0,00	0,00								
Vinculada		0,00	0,00								
Recursos vinculados à educação											
Recursos vinculados à saúde											
Recursos vinculados à previdência social - RPPS											
Recursos vinculados à seguridade social											
Outras destinações de recursos											
Transferências financeiras recebidas (II)		18.649.897,20	20.337.853,50	Transferências financeiras concedidas (VII)		3.323.938,50	3.000.000,00				
Para execução orçamentária		18.649.897,20	20.337.853,50	Para execução orçamentária		2.000.000,00	1.834.574,85				
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS				Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		1.323.938,50	1.165.425,15				
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS				Para cobertura de déficit financeiro do RPPS							
Recebimentos extraorçamentários (III)		3.366.801,20	7.487.109,01	Pagamentos extraorçamentários (VIII)		1.313.055,35	3.381.699,87				
Inscrição de restos a pagar processados		10.816,63		Pagamento de restos a pagar processados		358.121,62	22.219,10				
Inscrição de restos a pagar não processados		872.704,24	4.452.373,85	Pagamento de restos a pagar não processados		954.933,73	324.745,61				
Depósitos restituíveis e valores vinculados		2.483.280,33	3.034.735,16	Depósitos restituíveis e valores vinculados			3.034.735,16				
Outros Recebimentos Extraorçamentários				Outros Pagamentos Extraorçamentários							
Saldo em espécie do exercício anterior (IV)		5.776.312,35	1.578.122,20	Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX)		11.973.937,17	5.776.312,35				
Caixa e equivalentes de caixa		5.776.312,35	1.578.122,20	Caixa e equivalentes de caixa		11.973.937,17	5.776.312,35				
Investimentos e aplicações temporárias				Investimentos e aplicações temporárias							
Depósitos restituíveis e valores vinculados				Depósitos restituíveis e valores vinculados							
Outros rendimentos				Outros rendimentos							
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		27.793.010,75	29.403.084,71	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		27.793.010,75	29.403.084,71				

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

**ORVINO COELHO DE AVILA**  
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO  
ORDENADOR DA DESPESA

**WILMAR HINCKEL**  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE  
CRC/SC-10613

**ROBERVAL ROGERIO WAN-DALL**  
DIRETOR FINANCEIRO

**Câmara de Vereadores de São José**  
Praça Arnaldo de Souza, 38, CEP: 88.103-005 - Centro - São José/ SC  
CNPJ: 83.708.248/0001-39 Fone: (48) 3029-1321  
<http://www.cmsj.sc.gov.br>

Usuário: Éder Filipe de Silva  
Chave de autenticação: 2362-9799-502

Página  
1 / 1

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 5º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1429382

## Câmara Municipal de Vereadores

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 4



# **Câmara Municipal de Vereadores**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

### **ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

	Continuação				Em Reais
<b>RREO – ANEXO 1 (LRF- Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)</b>					
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pesos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 2 / 4



# **Câmara Municipal de Vereadores**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

### **ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação

Em Reais									
DÉFICIT (VI)									
TOTAL (VII) = (V + VI)									
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)									
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS									
Superávit Financeiro									
Reabertura de Créditos Adicionais									
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.829.876,64	19.829.876,64	2.077.370,33	10.812.684,17	9.017.192,47	2.065.915,31	9.939.979,93	9.929.163,30	9.889.896,71
DESPESAS CORRENTES	16.675.876,64	14.675.876,64	2.063.007,33	10.602.166,17	4.073.710,47	2.059.385,31	9.744.144,93	9.733.328,30	4.931.731,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.315.000,00	11.315.000,00	1.688.226,38	8.361.101,67	2.953.898,33	1.688.226,38	8.361.101,67	8.361.101,67	2.953.898,33
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.360.876,64	3.360.876,64	374.780,95	2.241.064,50	1.119.812,14	371.158,93	1.383.043,26	1.372.226,63	1.977.833,38
DESPESAS DE CAPITAL	5.154.000,00	5.154.000,00	14.363,00	210.518,00	4.943.482,00	6.530,00	195.835,00	195.835,00	4.958.165,00
INVESTIMENTOS	5.154.000,00	5.154.000,00	14.363,00	210.518,00	4.943.482,00	6.530,00	195.835,00	195.835,00	4.958.165,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	550.000,00	550.000,00	78.267,98	369.395,56	180.604,44	78.267,98	369.395,56	369.395,56	180.604,44
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.379.876,64	20.379.876,64	2.155.638,31	11.182.079,73	9.197.796,91	2.144.183,29	10.309.375,49	10.298.558,86	10.070.501,15
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.379.876,64	20.379.876,64	2.155.638,31	11.182.079,73	9.197.796,91	2.144.183,29	10.309.375,49	10.298.558,86	10.070.501,15
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.379.876,64	20.379.876,64	2.155.638,31	11.182.079,73	9.197.796,91	2.144.183,29	10.309.375,49	10.298.558,86	10.070.501,15
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3 / 4



**Câmara Municipal de Vereadores**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

Continuação

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>550.000,00</b>	<b>550.000,00</b>	<b>78.267,98</b>	<b>369.395,56</b>	<b>180.604,44</b>	<b>78.267,98</b>	<b>369.395,56</b>	<b>369.395,56</b>	<b>180.604,44</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	550.000,00	550.000,00	78.267,98	369.395,56	180.604,44	78.267,98	369.395,56	369.395,56	180.604,44
<b>TOTAL</b>	<b>550.000,00</b>	<b>550.000,00</b>	<b>78.267,98</b>	<b>369.395,56</b>	<b>180.604,44</b>	<b>78.267,98</b>	<b>369.395,56</b>	<b>369.395,56</b>	<b>180.604,44</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1854-5408-114). Unidade Responsável: Câmara Municipal de Vereadores. Data da emissão: 14/11/2017 e hora de emissão: 17:29.

**ORVINO COELHO DE AVILA**  
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO  
ORDENADOR DA DESPESA

**WILMAR HINCKEL**  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE  
CRC/SC-10613

**ROBERVAL ROGERIO WAN-DALL**  
DIRETOR FINANCEIRO

## COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA DO MÊS DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1429380

Câmara de Vereadores de São José				Usuário:Éder Filipe da Silva	Página
Praça Arróido de Souza, 38, CEP: 88.103-005 - Centro - São José/ SC				Chave de autenticação:1258-8157-840	1 / 1
CNPJ: 83.708.248/0001-39 Fone: (48) 3029-1321 http://www.cmsl.sc.gov.br					
Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada					
Valores em R\$ - Período: 01/01/2017 até 31/10/2017					
Despesa Realizada: Empenhada					
TÍTULOS	Autorizada R\$		Total	Despesa Realizada	Diferença
	Cred. Orçamentário e Suplementares	Créd. Especial e Extraordinários			
Unidade Gestora: Câmara de Vereadores de São José					
1001		20.379.876,64	20.379.876,64	11.182.079,73	9.197.796,91
1001.1	Câmara de Vereadores de São José Legislativa	20.379.876,64	20.379.876,64	11.182.079,73	9.197.796,91
1001.1.31	Ação Legislativa	20.379.876,64	20.379.876,64	11.182.079,73	9.197.796,91
1001.1.31.101	Processo Legislativo	20.379.876,64	20.379.876,64	11.182.079,73	9.197.796,91
1001.1.31.101.1.556	Construção da Nova Sede da Câmara Municipal de São José	4.500.000,00	4.500.000,00		4.500.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	4.500.000,00	4.500.000,00		4.500.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações	4.500.000,00	4.500.000,00		4.500.000,00
1001.1.31.101.2.1	Manutenção da Câmara Municipal	15.879.876,64	15.879.876,64	11.182.079,73	4.697.796,91
3.1.90.00	Aplicações Diretas	11.315.000,00	11.315.000,00	8.361.101,67	2.953.898,33
3.1.90.01	Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	220.000,00	220.000,00	157.665,03	62.335,97
3.1.90.05	Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar	11.000,00	11.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	9.500.000,00	9.500.000,00	7.157.873,40	2.342.126,60
3.1.90.13	Obrigações Patronais	1.529.000,00	1.529.000,00	1.046.565,24	483.434,76
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	22.000,00	22.000,00		22.000,00
3.1.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	22.000,00	22.000,00		22.000,00
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	11.000,00	11.000,00		11.000,00
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	550.000,00	550.000,00	369.395,56	180.604,44
3.1.91.13	Obrigações Patronais	550.000,00	550.000,00	369.395,56	180.604,44
3.3.90.00	Aplicações Diretas	3.360.876,64	3.360.876,64	2.241.064,50	1.119.812,14
3.3.90.14	Diárias – Civil	35.000,00	35.000,00	13.900,00	21.100,00
3.3.90.30	Material de Consumo	400.000,00	400.000,00	290.681,25	109.318,75
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	12.000,00	12.000,00		12.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	30.000,00	30.000,00	26.881,56	3.118,44
3.3.90.34	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	650.000,00	650.000,00	573.489,72	76.510,28
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	80.000,00	80.000,00	30.606,27	49.393,73
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.127.116,64	1.127.116,64	588.198,50	538.958,14
3.3.90.46	Auxílio-Alimentação	1.000.000,00	1.000.000,00	732.217,20	267.782,80
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	21.600,00	21.600,00		21.600,00
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	5.160,00	5.160,00	5.130,00	30,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	654.000,00	654.000,00	210.518,00	443.482,00
4.4.90.51	Obras e Instalações	54.000,00	54.000,00		54.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	600.000,00	600.000,00	210.518,00	389.482,00
Total da Unidade Gestora			20.379.876,64	11.182.079,73	9.197.796,91
Transferências Financeiras				3.323.938,50	-3.323.938,50
TOTAL GERAL			20.379.876,64	14.506.018,23	5.873.858,41

**ORVINO COELHO DE AVILA**  
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO  
ORDENADOR DA DESPESA

**WILMAR HINCKEL**  
TECNICO EM CONTABILIDADE  
CRC/SC-10613

**ROBERVAL ROGERIO WAN-DALL**  
DIRETOR FINANCEIRO

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº6132/2017

Publicação Nº 1428401

DECRETO Nº. 6.132, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 32, Inciso X, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADO, por motivo de falecimento, a partir de 10 de novembro de 2017, o servidor público municipal NEUDI TOIGO, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 1697, vagando o cargo que ocupava.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 16 de novembro de 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

### PORTARIA Nº 627/2017

Publicação Nº 1428325

PORTARIA Nº 627/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias à Servidora Pública Municipal Ana Carolina Alberti, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Dentista, Grupo SAU, Matrícula 3175, referente ao período aquisitivo de 09/03/2016 a 08/03/2017, para serem gozadas no período de 16 de novembro a 05 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de novembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 182/2017 - SRP - PR Nº 136/2017**

Publicação Nº 1429207

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/11/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 182/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS, TAMBOR DE GRAXA, BEM COMO MÃO DE OBRA, PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, E A SECRETARIA DE AGRICULTURA, AMBAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 16 de novembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 183/2017 - SRP - PR Nº 137/2017**

Publicação Nº 1429208

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/11/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 183/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA ESMERALDA (ZOYSIA JAPONICA) EM LEIVA, COM PLANTIO E PREPARAÇÃO DE SOLO COM COMPOSTO ORGÂNICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 16 de novembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/2017 - CC Nº 004/2017**

Publicação Nº 1429212

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 18/12/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/2017. MODALIDADE CONCORRÊNCIA P/ ALIENAÇÃO Nº 004/2017. OBJETO: DOAÇÃO COM ENCARGOS E CLÁUSULA DE REVERSÃO DOS IMÓVEIS: LOTE INDUSTRIAL Nº 04 (QUATRO), COM ÁREA DE 2.730,46M², SITUADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO; LOTE INDUSTRIAL Nº 09 (NOVE), COM ÁREA DE 10.446,59M², SITUADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO; LOTE INDUSTRIAL Nº 08 (OITO), COM ÁREA DE 1.854,24M², SITUADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO; LOTE INDUSTRIAL Nº 07 (SETE), COM ÁREA DE 3.088,92M², SITUADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO; LOTE URBANO Nº 04 (QUATRO), QUADRA "A", COM ÁREA DE 1.134,69M², SITUADO NO CONDOMÍNIO INDUSTRIAL EFAISLO; PARTE DO LOTE INDUSTRIAL Nº 02 (DOIS), COM ÁREA DE 5.225,34M², SITUADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO, TODOS A TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO. Informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 16 de Novembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2017 - TP Nº 015/2017**

Publicação Nº 1429219

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, através do SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR os itens 4.4.3, 4.4.4.1 e 4.4.4.2 do Edital de abertura do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2017. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. ENG. Nº 015/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA OBRA DE REESTRUTURAÇÃO DA PRAÇA DA BANDEIRA 2ª ETAPA, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS. (Publicado no DOM/SC em 07/11/2017, ed. 2378, pg.878). Designando-se nova data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 04/12/2017, às 08h15min e 08h30min respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)

São Lourenço do Oeste – SC, 16 de Novembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004.2/2017 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Publicação Nº 1429214

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004.2/2017.**

Divulga as inscrições deferidas no Processo Seletivo nº 004/2017, de 06 de novembro de 2017, destinado à seleção de enfermeiro e fisioterapeuta, em caráter temporário e excepcional, para atuação na Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL e GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 219, inciso V, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); RESOLVE TORNAR PÚBLICO O (IN)DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES realizadas no Processo Seletivo nº 004/2017, de 06 de novembro de 2017, referente ao Processo Seletivo Público de Títulos, para admissão de Enfermeiro e Fisioterapeuta, em caráter temporário e excepcional, para atuação na Secretaria Municipal de Saúde, conforme os quadros constantes a seguir:

1. Ficam deferidas/indeferidas as seguintes inscrições de candidatos, realizadas no Processo Seletivo nº 004/2017, para os cargos de Enfermeiro e Fisioterapeuta, conforme segue:

CARGO: FISIOTERAPEUTA		
Nº INSCR.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
09	Andreia Martins Ribeiro	Deferido
11	Clair Fiorini	Deferido
07	Daiane da Silva Kleimpaul	Deferido
01	Daiane de Fátima Marques	Deferido
10	Daiane Steffens	Deferido
02	Jaqueline Cittadim Bamberg	Deferido
25	Keli Cristina Bernardi	Deferido
12	Leda Carla Segalin	Deferido
08	Livia Eveline Martinello	Deferido
03	Luciana Aline Spaniol	Deferido
06	Luciane Catani	Deferido
22	Sonia Maria Nezzi	Deferido

CARGO: ENFERMEIRO			
Nº INSCR.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO	MOTIVO DE INDEFERIMENTO
17	Andressa Regina Verlang Milan	Deferido	
20	Aparecido Gois	Deferido	
15	Carla Cristina Destri	Deferido	
23	Debora Rossari	Deferido	
18	Edilaura Gaspar da Silva	Deferido	
24	Fabio Boita Lovisetto	Indeferido	Ausência de Quitação Eleitoral
16	Fernanda Melere	Deferido	
14	Jaqueline Glovacki	Deferido	
04	Kemoly Aparecida Schuster	Deferido	
05	Lais Terezinha Teixeira	Deferido	

19	Marcia Andreia Antonioli de Anhaia	Deferido	
13	Sergio Ricardo Severo Posser	Deferido	
21	Wanessa Kohaut Girardi	Deferido	

2. O candidato que teve sua inscrição indeferida poderá interpor recurso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da publicação, cuja resposta será fornecida via comunicação pessoal.

3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora, responsável pelo Processo Seletivo, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas no Edital de abertura.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal e

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### **EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002, DE 25 DE ABRIL DE 2017.**

Publicação Nº 1429244

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 002, de 25 abril de 2017, do bem CONTRABAIXO DOLPHIN, com registro no patrimônio do Município sob o nº 13198, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 16/11/2017.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural São Lourenço - pelo cedente.

montante de R\$ 1.400,00 (um mil e quatro centos reais) no período de 17/11/2017 a 17/01/2018.

Pagamento: O pagamento será realizado mediante depósito bancário na conta corrente de titularidade da Locadora, mediante a apresentação de recibo, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Dotação Orçamentária: D - 002/2017 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 16/11/2017.

Vigência: de 17/11/2017 a 17/01/2018.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo (Presidente da Autarquia) - pelo Locatário e Janieli Pereira - pela Locadora.

### **EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 004, DE 25 DE ABRIL DE 2017.**

Publicação Nº 1429247

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 004, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 004, de 25 de abril de 2017, do bem VIOLINO e Capa para proteção (case), com registro no patrimônio do Município sob o nº 16309, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 16/11/2017.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural São Lourenço - pelo cedente.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017 - ICSL.**

Publicação Nº 1428748

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017 - ICSL.

Origem: Inciso II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Leandro Chamrek de Oliveira - ME, CNPJ nº 14.922.619/0001-68.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERVENÇÃO ARTÍSTICA EM PALCO E PRAÇA COM 04 (QUATRO) ARTISTAS (PALHAÇO, MALABARISTA, MÁGICO, TRAPEZISTA) E 01 (UM) ESCULTOR DE BALÕES, A SER REALIZADO NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2017, EM SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Pagamento: O pagamento será realizado mediante depósito bancário na conta corrente de titularidade da Contratada, na forma abaixo descrita, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) em até 2 (dois) dias úteis após a assinatura do Contrato e da apresentação da nota fiscal; e R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), em até 2 (dois) dias úteis após a prestação dos serviços e da apresentação da nota fiscal.

Recursos Financeiros: As despesas, decorrentes da execução do Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do exercício financeiro de 2017.

Dotação Orçamentária: D - 2/2017 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017 - ICSL.**

Publicação Nº 1428747

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017 - ICSL.

Origem: Inciso II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Locatário: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Locadora: Janieli Pereira, CPF nº 006.401.049-08.

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA CORONEL BERTASO, EDIFÍCIO SUNSHINE, TÉRREO, SALA 01, EM SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, PARA O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES TEMPORÁRIAS DA ALA - ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS.

Valor: R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais, totalizando o

Data de Assinatura: 16/11/2017.

Vigência: de 16/11/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Leandro Chamrek de Oliveira - pela Contratada.

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 228/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1426602

EXTRATO DO CONTRATO Nº 228/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 066/2017, Modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 003/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Jonatas Pertile de Faveri - ME, CNPJ nº 08.871.432/0001-80.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: Pela prestação dos serviços autorizados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA até o valor estimado global de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, que poderá ocorrer em até trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações, e deverá ser entregue no Centro Municipal Administrativo da CONTRATANTE, na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, cidade de São Lourenço do Oeste/SC, de acordo com a demanda efetivamente executada, após atestadas pela CONTRATANTE.

Rubricas Orçamentárias: D - 002/2017 - 02.01.04.122.4502.2.002.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal. D - 096/2017 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Aquicultura; D - 106/2017 - 11.01.08.24.4.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social - Secretaria de Assistência Social; D - 085/2017 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano; D - 015/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda - Secretaria de Administração e Fazenda; D - 047/2017 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação; D - 006/2017 - 13.01.10.301

.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0002 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública - Secretaria de Saúde; D - 002/2017 - 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Comitê Desportivo Municipal - Comitê Desportivo Municipal; D - 002/2017 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço - Instituto Cultural de São Lourenço.

Data de Assinatura: 13/11/2017.

Vigência: de 13/11/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Jonatas Pertile de Faveri - pela Contratada.

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 229/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1427116

EXTRATO DO CONTRATO Nº 229/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 144/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 112/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Dieckson Leonir Teske 05620670945, CNPJ nº 14.933.678/0001-27.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM, MONITORAMENTO E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFLÁVEIS, MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE E PIPOQUEIRA PARA EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMEMORATIVOS AO "DIA DA CRIANÇA" NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 5.379,80 (cinco mil, trezentos e setenta e nove reais e oitenta centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 150/2017 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0035 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 14/11/2017.

Vigência: de 14/11/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Dieckson Leonir Teske - pela Contratada.

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 205, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1428778

LEI COMPLEMENTAR Nº 205, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 80 de 16 de março de 2007; da Lei Complementar nº 154 de 09 de setembro de 2013; da Lei Complementar nº 194 de 06 de abril de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º .....

XII - cooperar e auxiliar materialmente as associações ou entidades locais, regularmente constituídas, com a finalidade de participação em competições oficiais ligadas ao desporto de participação ou ao desporto de rendimento, de modo não profissional, devendo observar previamente os procedimentos previstos em lei.” (NR)

"Art. 12. É vedado ao Comitê efetivar patrocínios financeiros a outras entidades, bem como a pessoas físicas ou jurídicas."

"Art. 17. ....

X - deliberar sobre as propostas de trabalho e a celebração de termos de fomento com associações ou entidades locais, regularmente constituídas, com a finalidade de participação em competições oficiais ligadas ao desporto de participação ou ao desporto de rendimento." (NR).

"Art.19 .....

IX - a celebração e assinatura de contratos, convênios e termos;

Art. 2º A Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos legais:

"Art. 12-A. O Comitê poderá celebrar termo de fomento com associações ou entidades locais, regularmente constituídas, com a finalidade de participação em competições oficiais ligadas ao desporto de participação ou ao desporto de rendimento, de modo não profissional, devendo observar previamente os procedimentos previstos em lei.

Parágrafo único. Os recursos a serem transferidos por meio do termo de que trata o caput poderão ser destinados a despesas de manutenção e custeio da associação ou entidade, dentre elas, transporte, combustível, alimentação, alojamento, material de trabalho, uniformes e taxas de inscrição em competições." (NR).

"Art. 12-B. O Comitê poderá realizar investimentos nas estruturas físicas, devidamente registradas no patrimônio municipal, que venham a abrigar competições ligadas ao desporto educacional, ao desporto de participação e ao desporto de rendimento, tais como pinturas, alocação de placas publicitárias, anúncios e sonorização." (NR)

"Art. 21-A. Ficam criados Adicionais de Responsabilidade de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, a serem atribuídos exclusivamente a servidores de que trata o artigo vinte e um, designados para o exercício de funções técnicas, de chefia ou comando de equipes, ou, para atividades que exijam qualificação diferenciada daquela prevista para o cargo de que o servidor é titular, conforme nível, quantidade e valor definidos nos Anexos III e IV desta lei, cujos valores serão reajustados sempre na mesma época e nos mesmos índices dos vencimentos dos servidores públicos municipais efetivos.

§ 1º O ato relativo à atribuição do adicional a que se refere o presente artigo é de competência do Prefeito Municipal.

§ 2º Os servidores designados para exercer as funções previstas no caput deste artigo e que estejam recebendo Adicional de Responsabilidade (A.R.), não receberão adicional por serviços extraordinários, devendo representar e se dedicarem ao Município quando necessário. (NR)

§ 3º As funções especiais ou de confiança passíveis de concessão do Adicional de Responsabilidade de que trata o caput deste artigo serão nominadas e regulamentadas por Decreto, observando-se o número de vagas e correspondente lotação constante nos Anexos III e IV desta Lei Complementar." (NR)

Art. 3º O Anexo I da Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007, passa a vigorar com a redação do Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 4º A Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007, passa a vigorar acrescida dos Anexos III e IV conforme redação dos Anexos II e III desta Lei Complementar.

Art. 5º Os Anexos III e IV da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013, passam a vigorar com a redação dos Anexos IV e V desta Lei Complementar.

Art. 6º O caput do artigo dez da Lei Complementar Municipal nº 194, de 06 de abril de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. A fiscalização do Procon será exercida por servidores públicos municipais designados para o órgão, ocupantes do cargo de Analista Administrativo, com formação superior nas áreas de Direito, Ciências Contábeis, Administração ou Economia, mediante a percepção do Adicional de Responsabilidade - Nível 5 (AR-5), previsto no Anexo III, da Lei Complementar 154 de 09 de setembro de 2013.

Parágrafo único. ....

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta das dotações previstas no orçamento em vigor.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Lei Complementar nº 205, de 16 de novembro de 2017)

ANEXO I

Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007.

QUADRO DE CARGOS E VAGAS

CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO

## NOME DO CARGO: Presidente da Autarquia

Código/ Nível	Vagas	Vencimento	% de Representação	Adicional de Representação	Remuneração Total
AGS-3	1	R\$ 3.706,11	70%	R\$ 2.594,27	R\$ 6.300,38

## CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CARGO	VAGAS	VENCIMENTO	NÍVEL
Articulador de Atividades Desportivas e Recreativas - 40h	3	R\$ 3.112,16	II
Articulador de Atividades Desportivas e Recreativas - 20h	4	R\$ 1.556,08	I

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO II

(Lei Complementar nº 205, de 16 de novembro de 2017)

ANEXO III

Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007.

## VALOR E QUANTIDADE DO ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE - AR

CÓDIGO/ NÍVEL	ADICIONAL VALOR	QUANTIDADE
AR-1		
AR-2		
AR-3		
AR-4	R\$ 834,62	3
AR-5		

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO III

(Lei Complementar nº 205, de 16 de novembro de 2017)

ANEXO IV

Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007.

## DISTRIBUIÇÃO DO ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE - AR

Órgão	Denominação do Cargo	AR-1	AR-2	AR-3	AR-4	AR-5
Comitê Desportivo Municipal	Presidente da Autarquia					
	Articulador de Atividades Desportivas e Recreativas - 40h				3	
	Articulador de Atividades Desportivas e Recreativas - 20h					

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO IV

(Lei Complementar nº 205, de 16 de novembro de 2017)

ANEXO III

Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

## VALORES E QUANTIDADES DE ADICIONAIS DE RESPONSABILIDADE - AR

CÓDIGO/ NÍVEL	ADICIONAL ATUALIZADO - LC	QUANTIDADE
AR-1	R\$ 2.921,65	3
AR-2	R\$ 1.669,24	10
AR-3	R\$ 1.251,93	44
AR-4	R\$ 834,62	4
AR-5	R\$ 500,77	26

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO V

(Lei Complementar nº 205, de 16 de novembro de 2017)

ANEXO IV

Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

#### DISTRIBUIÇÃO DOS ADICIONAIS DE RESPONSABILIDADE - AR

Órgão	Denominação do Cargo	AR-1	AR-2	AR-3	AR-4	AR-5
Gabinete do Prefeito	Assessoria de Gabinete			1	1	
	Assessoria de Comunicação			1		
	Chefia de Gabinete			1		
	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon			1		1
Procuradoria Geral do Município	Procuradoria Geral do Município	1				
Controladoria Geral do Município	Controladoria Geral do Município	1				
Contadoria Geral do Município	Contadoria Geral do Município	1				2
	Gerência de Administração Financeira			1		
	Gerência de Controle Patrimonial			1		
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda					
	Diretoria de Orçamento Participativo		1			
	Diretoria de Recursos Humanos		1			1
	Diretoria de Fazenda		1			
	Gerência de Licitações e Compras			1	2	2
	Gerência de Manutenção de Equipamentos e Veículos			1		3
	Gerência de Tecnologia da Informação			1		1
Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Educação					
	Diretoria Geral de Educação		1	12	1	5
	Gerência de Apoio Administrativo e Operacional			1		
	Gerência de Educação Infantil			1		
	Gerência de Ensino Infantil			1		
Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde					
	Diretoria de Administração		1			3
	Diretoria de Relacionamento e Humanização da Saúde		1			
	Gerência de Apoio Operacional			1		
	Gerência de Vigilância Sanitária			1		
	Gerência de Controle Epidemiológico e Serviços Conveniados			1		
	Gerência de Controle Ambulatorial e Farmacológico			1		
	Gerência de Acolhimento ao Cidadão			1		

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano					
	Diretoria de Planejamento Urbano		1			
	Diretoria de Serviços Urbanos		1			
	Diretoria de Trânsito		1			
	Gerência de Planejamento Urbano e Obras Públicas			1		
	Gerência de Apoio Técnico e Fiscalização			2		
	Gerência de Infraestrutura Urbana			1		2
	Gerência de Serviços Urbanos e Meio Ambiente			1		2
	Coordenadoria de Defesa Civil			1		
Secretaria Municipal de Agricultura	Secretaria Municipal de Agricultura					
	Diretoria de Estímulo às Atividades Econômicas Rurais		1			1
	Gerência de Inspeção Animal e Vegetal			1		1
	Gerência de Infraestrutura do Distrito de Frederico Wastner			1		
	Gerência de Infraestrutura do Distrito de Presidente Juscelino			1		
	Gerência de Infraestrutura do Distrito de São Roque			1		
Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social					1
	Gerência de Proteção Social			1		1
	Gerência de Habitação			1		
	Gerência de Apoio a Programas Sociais			1		
	Gerência de Apoio e Proteção às Mulheres e Idosos			1		
Secretaria Municipal do Trabalho, Renda, Desenvolvimento Econômico e Turismo	Secretaria Municipal do Trabalho, Renda, Desenvolvimento Econômico e Turismo					
	Gerência do Desenvolvimento Econômico e Turismo			1		

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº 206, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1428899

LEI COMPLEMENTAR Nº 206, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Altera e introduz dispositivos na Lei Complementar nº 130, de 18 de julho de 2011, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Lei Complementar nº 130, de 18 de julho de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações e inserções:

Art. 2º .....

Parágrafo único. Os Adicionais de Responsabilidade (AR) serão concedidos a servidores estáveis para desempenhar funções não elencadas no rol de suas atribuições, e que demandem encargos em suas realizações. (NR)

.....

Art. 33. Os vencimentos percebidos pelos servidores da Câmara Municipal, bem como gratificações, adicionais e demais vantagens, serão revistos anualmente, no mês de janeiro, segundo a variação acumulada do IPCA do IBGE nos últimos 12 meses.

.....

Art. 2º Fica criado o Anexo X, conforme Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de novembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO  
(Lei Complementar nº 206, de 16 de novembro de 2017)

ANEXO X

## VALOR E QUANTIDADE DO ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE - AR

CÓDIGO/ NÍVEL	ADICIONAL VALOR	QUANTIDADE
AR-1	R\$ 400,00	2

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.352, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1428396

LEI Nº 2.352, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a comercialização de comida e de bebidas por veículos denominados "Food Trucks", em áreas públicas e particulares, no município de São Lourenço do Oeste/SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A presente Lei disciplina a comercialização de alimentos sobre rodas, em veículos automotores adaptados, denominados "Food Trucks", tanto por meio de equipamentos montados sobre veículos a motor, quanto por meio de estruturas rebocadas.

§ 1º Consideram-se Food Trucks os veículos automotores tais como caminhões, vans, kombis, trailers ou reboques adaptados para comercialização de comida e de bebidas diretas ao consumidor, com balcão de atendimento lateral, com dimensões máximas de nove metros de comprimento, considerada a soma do comprimento do veículo e do reboque, de dois metros e trinta centímetros de largura, e, três metros de altura.

§ 2º Não é considerado Food Truck o veículo automotor cuja comercialização de comida e de bebidas tenha que ser realizada pela porta traseira ou porta malas.

§ 3º Os reboques deverão ser registrados e licenciados pelo Detran, e, respeitando as dimensões máximas previstas no caput, obedecer às dimensões mínimas de um metro e noventa centímetros de largura, dois metros e cinquenta centímetros de altura e de comprimento.

Art. 2º O comércio de que trata o artigo primeiro poderá ser realizado de modo estacionário ou de modo itinerante, em áreas públicas e privadas, tendo como objetivo o uso democrático e inclusivo dos espaços.

§ 1º Em áreas públicas somente é permitida a comercialização por meio de veículo itinerante e nos denominados "Espaços Food Trucks".

§ 2º Os Espaços Food Trucks e a respectiva quantidade de veículos neles permitida serão fixados por decreto.

§ 3º O "Food Truck" que atuar em local privado de modo estacionário deverá obter a autorização e as licenças dos órgãos competentes, equiparando-se ao comércio de alimentos regular.

Art. 3º Somente é permitido o comércio de alimentos através de Food Trucks quando atendidas as seguintes condições:

I - autorização pelos órgãos competentes para o exercício da atividade;

II - alvará de funcionamento emitido pela administração municipal;

III - alvará e/ou licença emitida pela Vigilância Sanitária, quando a atividade envolver a manipulação de alimentos;

IV - nos locais públicos, prévia permissão de uso mediante o devido processo licitatório a ser realizado nos termos das leis em vigor;

V - nos locais públicos e privados, licença de Food Truck e alvará de funcionamento, que serão concedidos por evento ou anualmente, conforme o caso.

§ 1º A concessão do alvará para exploração da atividade somente será expedida a pessoa jurídica com sede no Município que esteja regularmente constituída.

§ 2º É proibido o exercício da atividade de Food Truck fora dos espaços públicos definidos como Zonas Food Trucks.

§ 3º O exercício da atividade de Food Truck em áreas particulares obedecerá ao previsto na legislação municipal para o comércio de alimentos regular.

§ 4º Em eventos a serem realizados no município será concedida permissão especial de uso mediante apresentação de projeto específico pelo organizador do evento e conforme a disponibilidade de espaço físico, a qual contemplará a quantidade de veículos permitidos.

Art. 4º Os espaços a serem definidos por decreto nos termos do parágrafo primeiro do artigo segundo desta lei, terão dimensão mínima de vinte e cinco metros quadrados, preferencialmente com cinco metros de frente ao fundo e cinco metros entre as laterais.

§ 1º O permissionário deverá disponibilizar no referido espaço pelo menos seis mesas com quatro cadeiras cada uma.

§ 2º A instalação de equipamentos em passeios públicos não poderá obstruir as vias de livre circulação de pedestre.

Art. 5º A administração municipal disponibilizará um ou mais padrões de energia elétrica nos locais denominados Zonas Food Trucks, conforme a necessidade, cabendo aos permissionários fazer o uso individual ou compartilhado dos mesmos e habilitar a ligação de energia elétrica junto à CELESC em seus nomes.

Parágrafo único. Em caso de inadimplência das faturas de energia elétrica será imediatamente cancelada a permissão de uso concedida nos termos desta Lei.

Art. 6º Nos locais públicos em que não houver ponto de esgoto destinado aos Food Trucks, caberá aos permissionários dar a destinação final dos dejetos resultantes da sua atividade conforme as normas em vigor.

Art. 7º Nos locais públicos definidos como Zonas Food Trucks não é permitida a venda e consumo de produtos derivados do tabaco, nos termos da lei.

§ 1º Nas Zonas Food Trucks somente é permitida a venda de bebidas alcoólicas para consumo no local, durante e em quantidade compatível com a refeição.

§ 2º No caso dos eventos de que trata o parágrafo quarto do artigo terceiro desta lei, por ato discricionário da administração municipal, poderá ser permitida a venda e o consumo de bebidas alcoólicas.

Art. 8º A comercialização nas áreas públicas denominadas Espaços Food Trucks somente será autorizada através de Permissão de Uso, expedida mediante regular processo licitatório, e correspondente pagamento de preço público, de acordo com os locais e quantidades definidos nos termos do parágrafo segundo do artigo segundo desta Lei.

Parágrafo único. A permissão de uso de que trata esta Lei, será concedida por prazo não inferior a cinco anos, a título precário, pessoal e intransferível, podendo ser revogada no caso de descumprimento das normas e demais obrigações assumidas por parte do permissionário.

Art. 9º Para fins do artigo anterior, o preço público devido pelo permissionário será aquele objeto da melhor proposta no respectivo processo licitatório, devendo observar o valor mínimo constante do Anexo Único da presente Lei.

§ 1º O pagamento ocorrerá de modo antecipado, mensalmente,

podendo o permissionário optar pelo pagamento anual em parcela única.

§ 2º No caso dos eventos de que trata o parágrafo quarto do artigo terceiro desta Lei, será devido o pagamento de preço público por unidade de Food Truck, a ser recolhido previamente pelo organizador ou pelo próprio permissionário, segundo o valor mínimo constante do Anexo Único.

§ 3º No caso de eventos de grande proporção e de duração prolongada, o preço mínimo de que trata o parágrafo anterior poderá ser majorado até o dobro, mediante decreto.

§ 4º Para fins do parágrafo segundo, os permissionários de que trata o artigo oitavo desta lei estarão dispensados do pagamento de preço público.

§ 5º Os valores constantes do Anexo Único serão reajustados anualmente segundo a variação positiva acumulada do IPCA no período.

Art. 10. São obrigações do permissionário:

I - cumprir as normas de postura, higiene, limpeza, saúde pública, segurança pública, trânsito, meio ambiente e outras estipuladas para o exercício da atividade, nos termos da legislação vigente;

II - recolher o Food Truck, cadeiras, mesas e tenda após encerramento das atividades;

III - respeitar o limite estabelecido na legislação de poluição sonora;

IV - exercer exclusivamente as atividades previstas no termo de permissão de uso da área;

V - manter, em local visível, extrato do termo de permissão de uso do local e o licenciamento da atividade relativa ao Food Truck;

VI - manter conservada e limpa a área permitida e a área adjacente, conforme respectiva regulamentação, durante a atividade e imediatamente após seu encerramento;

VII - manter acondicionado o lixo, de forma adequada, para os fins de coleta, nos termos da legislação vigente, disposto em vasilhames com separação de resíduos, sendo vedado deixá-lo no ponto de estacionamento após o encerramento das atividades;

VIII - possuir depósito de captação dos resíduos líquidos gerados para posterior descarte, de acordo com a legislação vigente, sendo proibido o descarte na rede pluvial;

IX - implantar e programar as boas práticas de fabricação, conforme o manual de Boas Práticas e os Procedimentos Operacionais Padronizados específicos para a atividade prevista nas normas sanitárias.

Art. 11. A concessão do termo de permissão de uso deverá levar em consideração:

I - a existência de espaço físico adequado para receber o equipamento e os consumidores;

II - a adequação do equipamento quanto às normas sanitárias e de segurança do alimento em face dos alimentos que serão comercializados;

III - a adequação do equipamento quanto às dimensões e medidas previstas nesta lei;

IV - a qualidade técnica da proposta;

V - a compatibilidade entre o equipamento e o local pretendido, levando em consideração as normas de trânsito, o fluxo seguro de pedestres e automóveis, as regras de uso e ocupação do solo;

VI - as eventuais incomodidades geradas pela atividade pretendida.

Art. 12. Fica proibido ao permissionário:

I - alterar o equipamento, sem prévia autorização da administração municipal;

II - ceder equipamentos ou mercadorias para terceiros;

III - causar dano aos bens públicos ou particulares no exercício de sua atividade;

IV - montar ou estacionar seu equipamento fora do local e dos limites estabelecidos;

V - utilizar postes, árvores, muros, bancos, canteiros e edificações para a montagem do equipamento e exposição das mercadorias;

VI - fazer uso de muros, passeios, árvores, postes, banco, caixotes, tábuas, encerados ou toldos, com o propósito de ampliar os limites do equipamento ou de alterar os termos de sua permissão;

VII - perfurar ou de qualquer forma danificar calçadas, áreas e bens públicos com a finalidade de fixar seu equipamento;

VIII - apregoar suas atividades através de quaisquer meios de divulgação sonora local;

IX - utilizar a via ou área pública para colocação de quaisquer elementos do tipo cerca, parede, divisória, grade, tapume, barreira, caixas, vasos, vegetação ou outros que caracterizem o isolamento do local de manipulação e comercialização;

X - transferir ou ceder, a qualquer título e ainda que provisoriamente, a permissão de uso.

Art. 13. O permissionário que descumprir o disposto nesta Lei ou deixar de cumprir as obrigações do termo de permissão de uso de área pública, total ou parcialmente, está sujeito às seguintes sanções, aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis previstas na legislação:

I - advertência;

II - multa de 10 (dez) UFRM's até 100 (cem) UFRM's;

III - interdição;

IV - apreensão de mercadorias, equipamentos e Food Truck;

V - rescisão unilateral do termo de permissão de uso;

VI - cancelamento das certificações expedidas;

VII - determinação de retirada do Food Truck da área utilizada.

Parágrafo único. As penalidades descritas neste artigo são aplicadas aos estabelecimentos Food Truck e permanecem válidas mesmo que, após o recebimento do auto, a infração seja sanada.

Art. 14. Em caso de alteração do equipamento de produção e preparo dos alimentos o permissionário deverá informar à administração municipal para que seja efetuada nova vistoria.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor em 120 (cento e vinte) dias após sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Lei nº 2.352, de 16 de novembro de 2017)

VALOR MÍNIMO DO PREÇO PÚBLICO

ESPÉCIE	VALOR	PERIODICIDADE
Regular	R\$ 90,00	Mensal
Eventos	R\$ 285,00	Fixo Por Evento

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.353, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1428413

LEI Nº 2.353, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Aprova o projeto do Loteamento Vila Nova, com área total de 68.855,99 m², e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto do "Loteamento Vila Nova", de propriedade da empresa Loteamento Vila Nova Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.672.390/0001-49, representada por seus sócios Eduardo Pedro Allievi, Rogério Fernando Cominetti e Isiderio Luiz Moretto, com área de 68.855,99 m² (sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco vírgula noventa e nove metros quadrados), consistente no quinhão número sete (07), composto de partes de chácaras, de matrícula de nº 6.590 do Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, possuindo as seguintes características:

I - Número de lotes: 103 unidades;

II - Número de quadras: 06 unidades;

III - Área de Quadras: 41.541,22 m² (corresponde a 60,33% da área total);

IV - Área de Circulação: 17.298,60 m² (corresponde a 25,12% da área total);

V - Área Verde: 4.333,44 m² (corresponde a 6,29% da área total);

VI - Área Pública: 1.476,67 m² (corresponde a 2,15% da área total); e

VII - Área de Preservação Permanente (APP): 4.206,06 m² (correspondente a 6,11% da área total);

VIII - Área total da matrícula: 68.855,99 m².

Art. 2º Fica o Loteador obrigado a conceder, em forma de hipoteca, os seguintes lotes, correspondentes ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) dos terrenos pertencentes ao Loteamento, com fundamento nos artigos 16 da Lei nº 1.157/1998 e conforme termo de compromisso firmado com o Município, perfazendo um total de 26 (vinte e seis) lotes:

I - Quadra 33 "Q": Lotes urbanos 01, 04, 10, 11, 20, 21, 27 e 30;

II - Quadra 33 "R": Lotes urbanos 13, 14, 17, 21 e 24;

III - Quadra 34 "Q": Lotes urbanos 01, 03, 06, 07, 09, 10, 12, 13, 16 e 18; e

IV - Quadra 34 "R": Lotes urbanos 04, 05 e 08.

Art. 3º O Loteador responsabiliza-se em transferir as seguintes áreas públicas ao Município, sem qualquer ônus ao Poder Público Municipal, conforme o art. 2º, da Lei 1.410 de 10/06/2003:

I - Área de Circulação: 17.298,60 m² (corresponde a 25,12% da área total);

II - Área Verde: 4.333,44 m² (corresponde a 6,29% da área total);

III - Área Pública: 1.476,67 m² (corresponde a 2,15% da área total); e

IV - Área Pública Total: 23.108,71 m² (correspondente a 33,56% da área a ser loteada).

Art. 4º O Loteamento deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste, em consonância com o disposto na legislação em vigor.

Art. 5º Fazem parte desta Lei, para todos os fins e efeitos, Parecer Técnico nº 001/2017, resumo de dados nº 01/2017, termos de compromissos, licença ambiental, certidões, projetos, memorial descritivo, anotação de responsabilidade técnica dos profissionais, cujos documentos constam do Anexo Único desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**

(Lei nº 2.353, de 16 de novembro de 2017)

**PROJETO TÉCNICO DO LOTEAMENTO VILA NOVA**

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.354, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1428480

LEI Nº 2.354, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoriza a baixa e doação de bens inservíveis do Patrimônio Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa dos bens especificados nos Anexos I e II desta Lei, do Patrimônio Municipal.

§ 1º A baixa de que trata o caput deste artigo tem como objetivo:

I - proceder à doação de bens em desuso, relacionados no Anexo I, à entidade sem fins lucrativos de que trata o art. 2º desta Lei;

II - eliminar os bens inservíveis do Patrimônio Municipal, relacionados no Anexo II desta Lei.

§ 2º Considera-se inservível, para efeito desta Lei, o bem que não puder ser utilizado pelo Poder Executivo Municipal ou por outro órgão ou entidade sem fins lucrativos, para o fim a que se destina, devido à perda de suas características e cuja recuperação seja considerada antieconômica.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à doação dos bens relacionados no Anexo I desta Lei, para a ONG Entre Amigos e Crianças, inscrita no CNPJ sob o nº 09.561.164/0001-62, sediada neste Município de São Lourenço do Oeste/SC.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

(Lei nº 2.354, de 16 de novembro de 2017)

RELAÇÃO DE BENS MÓVEIS QUE SERÃO DOADOS PARA A ONG ENTRE AMIGOS E CRIANÇAS, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 09.561.164/0001-62:

Código	Descrição	Valor Patrimonial
3358	VIOLÃO DE 6 CORDAS MARCA ROOS.	R\$ 28,62
3359	VIOLÃO DE 6 CORDAS MARCA ROOS.	R\$ 28,62
3360	VIOLÃO DE 6 CORDAS MARCA ROOS.	R\$ 28,62
3362	VIOLÃO DE 6 CORDAS MARCA WÁLAGA.	R\$ 32,87

3363	VIOLÃO DE 6 CORDAS MARCA WÁLAGA.	R\$ 32,87
3364	VIOLÃO DE 6 CORDAS MARCA WÁLAGA.	R\$ 32,87
VALOR TOTAL		R\$ 184,47

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## ANEXO II

(Lei nº 2.354, de 16 de novembro de 2017)

### RELAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA SUCATA

Código	Descrição	Valor Patrimonial
2160	APARELHO DE SOM, MARCA AIWA, 90W.	R\$ 11,94
14426	IMPRESSORA HP DESKJET F 380 ALL-IN-ONE.	R\$ 197,00
2126	APARELHO DE SATÉLITE, MARCA JOSSIL, MODELO 3000-S.	R\$ 18,48
14512	VENTILADOR DE PAREDE VENTISOL, PRETO.	R\$ 87,50
14399	AQUECEDOR MURANA, GRANDE.	R\$ 70,00
14434	IMPRESSORA MATRICIAL EPSON FX 890.	R\$ 788,00
14406	IMPRESSORA SAMSUNG, ML 2851.	R\$ 295,50
1178	FREEZER, NA COR BRANCA, COM PORTA NA LATERAL, ESTILO FRIGOBAR.	R\$ 9,08
8255	BEBEDOURO CONJUGADO (LOCAL PARA BEBER AGUA ALTO E BAIXO) COR CINZA, BEGEL.	R\$ 1.130,00
7022	MESA REFEITÓRIO EM MDF, REVESTIDA EM FÓRMICA BRANCA BRILHANTE COM BORDAS E PÉS DE MADEIRA.	R\$ 379,27
1787	FOGÃO INDUSTRIAL COM 6 BOCAS, MARCA GERAL.	R\$ 20,20
2465	CADEIRA GIRATÓRIA, SEM APOIO PARA BRAÇOS, NA COR AZUL.	R\$ 8,10
13475	BALCÃO EM MDF BRANCO, 1 PORTA, 4 RODÍGIOS, COM ROLDANA DE SILICONE.	R\$ 200,00
6298	THIN CLIENT, COR AZUL, MARCA CONNEC, 128 RAM BY EZ300.	R\$ 511,33
1010	THIN CLINT, GENESIS RS 2LG, NA COR AZUL.	R\$ 61,20
6256	THIN CLIENT, MARCA CONNEC, COR AZUL, 600 EZ.	R\$ 511,33
1051	MONITOR MARCA SAMSUNG DE 14 POLEGADAS, MODELO SYNC MASTER 591 V.	R\$ 39,00
3510	MICRO COMPUTADOR, GABINETE MODELO ATX, 4 BAIAS, BRANCO, COM PROCESSADOR, PLACA MÃE, MEMÓRIA, DRIVE DISKETE E DRIVE DE CD, COMPLETO.	R\$ 955,45
1287	THIN CLINT, GENESIS RS 2LG, NA COR AZUL.	R\$ 0,00
4812	SCANNER, MARCA HP, SCANJET 3800, SERIE MMT41713140K, COR BRANCA.	R\$ 540,83
13519	VOIP LINK SATI TELECON AP 1120.	R\$ 142,82
14323	IMPRESSORA BEMATECH, NÃO FISCAL, PARA IMPRESSÃO DE RECEITAS MÉDICAS, MODELO MP4000TH.	R\$ 788,00
2714	THIN CLINT, SÉRIE N. MTCTA 30100257.	R\$ 0,00
4864	THIN CLEINT, COR PRETO, SERIE MTCTA.	R\$ 0,00
1328	MONITOR MARCA SAMSUNG, MODELO SYN-MASTER.	R\$ 39,00
6222	LONGARINA, COM ESTRUTURA DE FERRO NA COR PRETA, COM 4 CADEIRAS FIXAS, COM ASSENTO E ENCOSTO EM CURVIN CINZA.	R\$ 150,00
2395	MOCHO (CADEIRA DO DENTISTA) NA COR CINZA ESCURO.	R\$ 18,53

5584	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL, COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTI-LAMINADO REVESTIDO EM FORMICA, BRANCA E ESTRUTURA METALICA.	R\$ 28,24
6226	LONGARINA, COM ESTRUTURA DE FERRO NA COR PRETA, COM 4 CADEIRAS FIXAS, COM ASSENTO E ENCOSTO EM CURVIN CINZA.	R\$ 150,00
1340	MONITOR MARCA SAMSUNG, MODELO SYN-MASTER 591V.	R\$ 0,00
13655	APARELHO DE INALAÇÃO COM 4 VÁLVULAS.	R\$ 300,00
13861	CADEIRA GIRATÓRIA EXECUTIVA, NA COR CINZA CLARO, REGULAGEM DE ALTURA, ESPUMA INJETADA, REVESTIMENTO EM VINIL.	R\$ 227,00
2852	MESA GRADIL, EM FÓRMICA COM ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 8,15
13799	AQUECEDOR BRITANIA PEQUENO.	R\$ 50,00
13496	CADEIRA GIRATORIA SEM APOIO DE BRAÇO EM CORVIN CINZA.	R\$ 100,00
912	AQUECEDOR MARCA BRITÂNIA MODELO AB1000 COM 1000 W.	R\$ 6,18
5575	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL, COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTI-LAMINADO REVESTIDO EM FORMICA, BRANCA E ESTRUTURA METALICA.	R\$ 28,24
3211	CADEIRA DE FÓRMICA COM ESTRUTURA METÁLICA.	R\$ 9,63
3132	CADEIRA DE FÓRMICA COM ESTRUTURA METÁLICA ALTA E ENCOSTO.	R\$ 9,63
7341	CADEIRA ESCOLAR COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO REVESTIDO EM FÓRMICA.	R\$ 65,00
2936	CADEIRA COM ASSENTO DE ALTURA DO ENCOSTO, BRANCA COM ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 8,15
5877	CADEIRA FIXA, ASSENTO E ENCOSTO, COM ESPUMA INJETADA, REVESTIDO EM TECIDO, COM PERFIL PVC PRETO, ESTRUTURA METALICA.	R\$ 46,00
2943	CADEIRA COM ASSENTO DE ALTURA DO ENCOSTO, BRANCA COM ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 8,15
7342	CADEIRA ESCOLAR COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO REVESTIDO, FIXADOS EM ESTRUTURA METÁLICA.	R\$ 65,00
2934	CADEIRA COM ASSENTO DE ALTURA DO ENCOSTO, BRANCA COM ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 8,15
3129	CADEIRA DE FÓRMICA COM ESTRUTURA METÁLICA (ADULTO).	R\$ 9,63
4119	CADEIRA FIXA ESCOLAR, COM ASSENTO E ENCOSTO, COR BRANCA EM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 15,00
3135	CADEIRA FIXA ESCOLAR, COM ASSENTO E ENCOSTO, COR BRANCA EM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 15,00
5880	CADEIRA FIXA, ASSENTO E ENCOSTO, COM ESPUMA INJETADA, REVESTIDO EM TECIDO, COM PERFIL PVC PRETO, ESTRUTURA METALICA.	R\$ 46,00
0463	CADEIRA ESCOLAR.	R\$ 3,95
5479	CARTEIRA/CONJUNTO ESCOLAR INTERMEDIÁRIO COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTI-LAMINADO REVESTIDO EM FORMICA NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA.	R\$ 45,00
4000	CONJUNTO/ESCOLAR PEQUENO, CONTENDO UMA CARTEIRA E UMA CADEIRA EM FORMICA NA COR BRANCA.	R\$ 45,00

5479	CONJUNTO ESCOLAR INTERMEDIARIO COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTI-LAMINADO REVESTIDO EM FORMICA NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA.	R\$ 45,00
5468	CONJUNTO ESCOLAR INTERMEDIARIO COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTI-LAMINADO REVESTIDO EM FORMICA NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA.	R\$ 45,00
2990	MESA COM GRADIL (ADULTO), EM FÓRMICA BRANCA, ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63
5466	CONJUNTO ESCOLAR INTERMEDIARIO COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTI-LAMINADO REVESTIDO EM FORMICA NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA.	R\$ 45,00
5467	CONJUNTO ESCOLAR INTERMEDIARIO COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTI-LAMINADO REVESTIDO EM FORMICA NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA.	R\$ 45,00
5459	CONJUNTO ESCOLAR INTERMEDIARIO COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTI-LAMINADO REVESTIDO EM FORMICA NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA.	R\$ 45,00
5477	CONJUNTO ESCOLAR INTERMEDIARIO COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTI-LAMINADO REVESTIDO EM FORMICA NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA.	R\$ 45,00
2982	MESA COM GRADIL (ADULTO) MEDINDO EM FÓRMICA BRANCA, ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63
5476	CONJUNTO ESCOLAR INTERMEDIARIO COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTI-LAMINADO REVESTIDO EM FORMICA NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA.	R\$ 45,00
5471	CONJUNTO ESCOLAR INTERMEDIARIO COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTI-LAMINADO REVESTIDO EM FORMICA NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA.	R\$ 45,00
2996	MESA COM GRADIL (ADULTO) EM FÓRMICA BRANCA, ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63
2995	MESA COM GRADIL (ADULTO) EM FÓRMICA BRANCA, ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63
9475	ARMÁRIO EM MDF, 2 PORTAS COM CHAVE, 3 PRATELEIRAS, BRANCO.	R\$ 555,00
8078	ESTANTE BIBLIOTECA COR CINZA DUPLA COM 5 PRATELEIRAS DE CADA LADO.	R\$ 739,00
7034	BANCO REFEITÓRIO MDF REVESTIDO EM FÓRMICA BRANCA COM BORDAS E PÉS DE MADEIRA.	R\$ 312,34
9418	CADEIRA FIXA COM ESPUMA INJETADA EM TECIDO AZUL.	R\$ 168,00
9431	CADEIRA FIXA COM ESPUMA INJETADA EM TECIDO AZUL.	R\$ 168,00
14455	ESTABILIZADOR TS SHARA VERTI.	R\$ 50,00
1720	FOGÃO A GAS MARCA ALTAS, MODELO TROPICAL, COM 4 BOCAS NA COR PRETA.	R\$ 17,11
14503	VENTILADOR DE PAREDE VENTISOL, PRETO.	R\$ 72,00
14271	CAMERA FOTOGRAFICA DIGITAL MARCA NIKON COOLPIC S3100, PRETA.	R\$ 250,00
2455	CADEIRA GIRATÓRIA, COM APOIO PARA BRAÇOS, COR AZUL.	R\$ 8,98
810	MESA DE FORMICA COM 3 GAVETAS.	R\$ 14,28
4879	THIN CLIENT, COR PRETO SERIE MTCTA.	R\$ 0,00
3132	CADEIRA DE FÓRMICA COM ESTRUTURA METÁLICA.	R\$ 9,63
7341	CADEIRA ESCOLAR COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO REVESTIDO EM FÓRMICA.	R\$ 65,00

2936	CADEIRA, NA COR BRANCA COM ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 8,15
5877	CADEIRA FIXA, COM ESPUMA INJETADA REVESTIDO EM TECIDO PRETO, ESTRUTURA METALICA.	R\$ 46,00
2943	CADEIRA NA COR BRANCA COM ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 8,15
7342	CADEIRA EM FORMICA FIXADAS EM ESTRUTURA METÁLICA.	R\$ 65,00
2934	CADEIRA NA COR BRANCA COM ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 8,15
3129	CADEIRA DE FÓRMICA COM ESTRUTURA METÁLICA.	R\$ 9,63
4119	CADEIRA FIXA ESCOLAR, COM ASSENTO E ENCOSTO, COR BRANCA EM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 15,00
3135	CADEIRA DE FÓRMICA COM ESTRUTURA METÁLICA.	R\$ 9,63
5880	CADEIRA FIXA, ASSENTO E ENCOSTO, COM ESPUMA INJETADA, REVESTIDO EM TECIDO PRETO, ESTRUTURA METALICA.	R\$ 46,00
463	CADEIRA ESCOLAR.	R\$ 3,95
5479	CONJUNTO ESCOLAR INTERMEDIARIO COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO, FORMICA NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA, PINTURA COR PRETA.	R\$ 45,00
4000	CONJUNTO PEQUENO, CONTENDO UMA CARTEIRA E UMA CADEIRA NA COR BRANCA.	R\$ 45,00
5473	CONJUNTO ESCOLAR ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO REVESTIDO EM FORMICA NA COR BRANCA ESTRUTURA METALICA.	R\$ 45,00
5468	CONJUNTO ESCOLAR ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO REVESTIDO EM FORMICA NA COR BRANCA ESTRUTURA METALICA.	R\$ 45,00
2990	MESA COM GRADIL EM FÓRMICA BRANCA, ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63
5466	CONJUNTO ESCOLAR COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA PRETA.	R\$ 45,00
5467	CARTEIRA/CONJUNTO ESCOLAR COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA PRETA.	R\$ 45,00
5459	CARTEIRA/CONJUNTO ESCOLAR COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA COR PRETA.	R\$ 45,00
5477	CARTEIRA/CONJUNTO ESCOLAR COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA PINTURA PRETA.	R\$ 45,00
2982	MESA COM GRADIL, EM FÓRMICA BRANCA, ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63
5476	CARTEIRA/CONJUNTO ESCOLAR EM FORMICA NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA PINTURA COR PRETA.	R\$ 45,00
5471	CONJUNTO ESCOLAR COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO REVESTIDO EM FORMICA NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA PINTURA COR PRETA.	R\$ 45,00
2996	MESA COM GRADIL, EM FÓRMICA BRANCA, ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63
2995	MESA COM GRADIL, EM FÓRMICA BRANCA, ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63
3061	MESA COM GRADIL EM FÓRMICA BRANCA, ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63
3076	MESA COM GRADIL, EM FÓRMICA BRANCA, ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63

4259	CARTEIRA ESCOLAR, EM FORMICA DE COR BRANCA, COM ESTRUTURA METALICA.	R\$ 25,00
3075	MESA COM GRADIL ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63
4139	CARTEIRA ESCOLAR, EM FORMICA DE COR BRANCA COM ESTRUTURA METALICA.	R\$ 25,00
3070	MESA COM GRADIL ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63
3073	MESA COM GRADIL ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63
3072	MESA COM GRADIL ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63
3074	MESA COM GRADIL ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63
3069	MESA COM GRADIL ESTRUTURA METÁLICA PRETA.	R\$ 9,63
1979	VIDEOCASSETE MARCA SEMP, MOELO X693.	R\$ 38,63
1767	CADEIRA LAVATÓRIO DE CABELOS NA COR BRANCA E PRETA.	R\$ 33,84
1932	ARMÁRIO EM AGLOMERADO, COM 6 PORTAS E 3 GAVETAS, NA COR MARFIM.	R\$ 62,75
1938	ARMÁRIO EM MADEIRA, NA COR MARRON.	R\$ 6,62
1970	MESA EM MADEIRA COM 4 GAVETAS, LUGAR PARA CPU E TECLADO, NA COR MOGNO.	R\$ 13,59
2441	VENTILADOR DE COLUNA MARCA BRITÂNIA, MODELO FORTIS VENTUS.	R\$ 5,26
17127	FOCO CLÍNICO ESMALTADO, COM LÂMPADA DE LED BIVOLT, COR: BRANCO.	R\$ 340,00
15893	IMPRESSORA LASER COLOR HP M551DN.	R\$ 2.009,40
3943	CADEIRA FIXA ESCOLAR, COM ASSENTO E ENCOSTO, COR BRANCA EM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 15,00
4190	CADEIRA FIXA ESCOLAR, COM ASSENTO E ENCOSTO, COR BRANCA EM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 15,00
4139	CARTEIRA ESCOLAR, EM FORMICA DE COR BRANCA COM ESTRUTURA METALICA.	R\$ 25,00
15554	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO NA COR BEGE.	R\$ 160,00
4123	CADEIRA FIXA ESCOLAR, COM ASSENTO E ENCOSTO, COR BRANCA EM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 15,00
3915	CADEIRA FIXA, COM ASSENTO E ENCOSTO, EM TECIDO AZUL, ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 25,00
2241	CADEIRA ESCOLAR.	R\$ 1,88
14355	CPU POSITIVO INTEL COLERON INSIDE, RECEBIDO DO FNDE PREGÃO 2007.	R\$ 394,00
4169	CADEIRA FIXA ESCOLAR, COM ASSENTO E ENCOSTO, COR BRANCA EM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 15,00
4046	CADEIRA FIXA ESCOLAR, COM ASSENTO E ENCOSTO, COR BRANCA EM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 15,00
15263	CADEIRA INFANTIL EMPILHABEL EM FORMICA COR BEGE E COM ESTRUTUTA METALICA.	R\$ 90,00
2261	ARMÁRIO EM MADEIRA, COM 2 PORTAS, NA COR MOGNO.	R\$ 7,69
2194	CADEIRA ESCOLAR	R\$ 1,88
15258	CADEIRA INFANTIL EMPILHABEL EM FORMICA COR BEGE E COM ESTRUTUTA METALICA.	R\$ 90,00
6549	CADEIRA FIXA, COM ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADO NA COR AZUL, ESTRUTURA DE FERRO NA COR PRETO.	R\$ 35,00

5863	CADEIRA FIXA, ASSENTO E ENCOSTO, COM ESPUMA INJETADA 35 MM, REVESTIDO EM TECIDO POLIPROPILENO, COM PERFIL PVC PRETO, ESTRUTURA METALICA.	R\$ 46,00
5864	CADEIRA FIXA, ASSENTO E ENCOSTO, COM ESPUMA INJETADA 35 MM, REVESTIDO EM TECIDO POLIPROPILENO COR CINZA, COM PERFIL PVC PRETO, ESTRUTURA METALICA.	R\$ 46,00
1171	MONITOR MARCA SAMSUNG, MODELO SYNC MASTER 795 MB, SÉRIE LE17HXAY500013J.	R\$ 357,50
4215	CARTEIRA ESCOLAR, EM FORMICA DE COR BRANCA, COM ESTRUTURA METALICA.	R\$ 25,00
12285	CADEIRA GIRATÓRIA.	R\$ 170,00
3890	CADEIRA FIXA, COM ASSENTO E ENCOSTO.	R\$ 50,00
5638	CADEIRA FIXA, COM ASSENTO E ENCOSTO.	R\$ 41,00
5698	MESA PARA BIBLIOTECA.	R\$ 119,00
994	ARMÁRIO DE AQUIVO EM MDF.	R\$ 390,76
2579	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS.	R\$ 7,28
5676	CADEIRA FIXA, COM ASSENTO E ENCOSTO.	R\$ 41,00
14570	PRATELEIRA EM MDF BRANCA COM.	R\$ 493,34
0614	CADEIRA DE MADEIRA INFANTIL.	R\$ 2,39
2950	MESA COM GRADIL.	R\$ 9,27
20481	CADEIRA.	R\$ 20,00
20482	CADEIRA.	R\$ 20,00
20483	CADEIRA.	R\$ 20,00
20484	CADEIRA.	R\$ 20,00
20485	CADEIRA.	R\$ 20,00
20486	CADEIRA.	R\$ 20,00
14208	BERÇO DE MADEIRA.	R\$ 578,00
18705	CADEIRA ESCOLAR.	R\$ 52,00
18691	CADEIRA ESCOLAR.	R\$ 52,00
18697	CADEIRA ESCOLAR.	R\$ 52,00
8768	NOBREAK 1.2 KVA BIVOLT ST2.	R\$ 1.400,00
14932	ESTABILIZADOR TS SHARA 500 VA.	R\$ 50,00
13173	CAMERA MINIDOME IR ALIVEAL - MDIR - PARA USO NA VIGILANCIA E MONITORAMENTO.	R\$ 261,44
18997	ESTABILIZADOR EXS II POWER T 500VA.	R\$ 159,00
9344	ESTABILIZADOR NHS ACTIVE II BR 500VA BIV.	R\$ 129,90
5981	CADEIRA.	R\$ 115,00
780	BALCÃO EM MADEIRA.	R\$ 18,90
1002	MESINHA ESCOLAR.	R\$ 4,75
3648	MACA DE METAL.	R\$ 58,50
3776	CADEIRA EM MADEIRA.	R\$ 349,00
3778	CADEIRA EM MADEIRA.	R\$ 25,00
2154	MESA DE MADEIRA.	R\$ 5,91
3652	CADEIRA.	R\$ 159,30
2479	MACA DE METAL.	R\$ 13,57
910	ARMÁRIO DE MADEIRA.	R\$ 28,36
4783	PRATELEIRA DE METAL.	R\$ 280,00
6414	MESA DE MADEIRA.	R\$ 178,00
0673	CADEIRA ESCOLAR.	R\$ 2,39
1161	MESA EM FÓRMICA.	R\$ 23,63
19652	BANCO DE JARDIM.	R\$ 191,97
3251	MESA.	R\$ 29,62
5125	MESA EM FÓRMICA.	R\$ 40,00
1689	MESA PARA COMPUTADOR.	R\$ 10,57
1461	MESA PARA COMPUTADOR.	R\$ 5,09
5955	MESA PARA COMPUTADOR.	R\$ 174,00
4516	MESA PARA COMPUTADOR.	R\$ 140,00
1402	MESA PARA COMPUTADOR.	R\$ 5,64
1972	ARMÁRIO ARQUIVO.	R\$ 11,66
5877	CADEIRA ESTOFADA.	R\$ 46,00
5897	CADEIRA ESTOFADA.	R\$ 46,00

5642	CADEIRA ESTOFADA.	R\$ 41,00
5878	CADEIRA ESTOFADA.	R\$ 46,00
5885	CADEIRA ESTOFADA.	R\$ 46,00
5880	CADEIRA ESTOFADA.	R\$ 46,00
5906	CADEIRA ESTOFADA.	R\$ 46,00
5903	CADEIRA ESTOFADA.	R\$ 46,00
8537	VENTILADOR DE PAREDE.	R\$ 250,00
8536	VENTILADOR DE PAREDE.	R\$ 250,00
19223	VENTILADOR DE PAREDE.	R\$ 114,28
8547	BEBEDOURO BEGEL.	R\$ 820,00
8256	BEBEDOURO BEGEL.	R\$ 1.130,00
4820	MESA EM MADEIRA.	R\$ 20,00
4874	MESA EM FÓRMICA.	R\$ 1,22
1988	MIMIÓGRAFO MARCA FACIT.	R\$ 11,83
1410	MESA PARA COMPUTADOR COM 4 GAVETAS.	R\$ 109,89
13729	IMPRESSORA BEMATECH MP-4000 TH.	R\$ 985,00
7394	IMPRESSORA BEMATECH MP-4000 TH.	R\$ 834,85
13346	ESTABILIZADOR SMS.	R\$ 50,00
13317	MONITOR AOC.	R\$ 49,25
13724	MONITOR SAMSUNG.	R\$ 98,33
14842	MONITOR SAMSUNG.	R\$ 147,75
6136	COMPUTADOR DIGITAL.	R\$ 1.195,79
6138	COMPUTADOR DIGITAL.	R\$ 472,80
14041	CADEIRA FICA ESTOFADA.	R\$ 168,00
14045	CADEIRA FIXA ESTOFADA.	R\$ 168,00
3773	CADEIRA GIRATÓRIA.	R\$ 178,00
6325	LONGARINA COM 4 CADEIRAS.	R\$ 55,00
12321	LONGARINA COM 4 CADEIRAS.	R\$ 399,00
3096	CARTEIRA ESCOLAR.	R\$ 9,27
0521	CARTEIRA ESCOLAR.	R\$ 5,78
5427	CARTEIRA ESCOLAR.	R\$ 45,00
15539	CARTEIRA ESCOLAR.	R\$ 160,00
15550	CARTEIRA ESCOLAR.	R\$ 160,00
1277	MESA ESCOLAR.	R\$ 35,69
19629	BANCO PARA JÁRDIM, COM ENCOSTO E ASSENTO.	R\$ 168,24
5522	BANCO PARA JARDIMCOM ENCOSTO E ASSENTO.	R\$ 28,24
2189	TELEVISOR MARCA CCE, 20 POLEGADAS.	R\$ 35,16
14825	CADEIRA DE PLÁSTICA ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 50,00
14734	CADEIRA DE PLÁSTICA ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 50,00
14732	CADEIRA DE PLÁSTICA ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 50,00
3287	CADEIRA SECRETARIA EM TECIDO.	R\$ 8,99
2353	APARELHO DE SOM MARCA LINUX SOUND.	R\$ 4,82
5129	MESA EM FORMICA, PARA COMPUTADOR.	R\$ 70,00
7304	CADEIRA ESCOLAR COM TRAVESSA "U".	R\$ 83,00
7282	CADEIRA ESCOLAR COM ASSENTO E ENCOSTO.	R\$ 65,00
740	CADEIRA ESCOLAR.	R\$ 2,37
774	TELEVISOR EM CORES, CCE 20 POLEGADAS.	R\$ 61,53
1610	CADEIRA ESCOLAR.	R\$ 1,68
1613	CADEIRA ESCOLAR.	R\$ 1,68
2159	VIDEOCASSETTE MARCA SEMP.	R\$ 24,52
2251	LOUSA, NA COR BRANCA.	R\$ 7,90
2260	CADEIRA ESCOLAR.	R\$ 1,68
2262	CARTEIRA ESCOLAR.	R\$ 1,68
2263	CARTEIRA ESCOLAR.	R\$ 1,68
2279	LOUSA, NA COR BRANCA.	R\$ 7,90
2343	MESA ESCOLAR.	R\$ 4,84
2345	MESA ESCOLAR.	R\$ 4,84
4160	CADEIRA FIXA ESCOLAR.	R\$ 15,00
4452	CADEIRA FIXA ESCOLAR.	R\$ 15,00
4453	CADEIRA FIXA ESCOLAR.	R\$ 15,00

4454	CADEIRA FIXA ESCOLAR.	R\$ 15,00
5520	CADEIRA ESCOLAR COM ASSENTO E ENCOSTO.	R\$ 28,24
VALOR TOTAL		R\$ 30.983,74

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.355, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1428528

LEI Nº 2.355, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município para o exercício financeiro de 2018, de acordo com os princípios estabelecidos no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Municipal extraídas do Plano Plurianual para 2018/2021;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as metas fiscais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária, e das disposições gerais.

### CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º São anexos desta Lei de Diretrizes Orçamentárias:

I - Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais;

II - Anexo de Metas Fiscais - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;

III - Metas Fiscais para os exercícios de 2018, 2019 e 2020;

IV - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

V - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VI - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

VII - Montante da Dívida;

VIII - Meta Fiscal de Resultado Nominal;

IX - Meta Fiscal de Resultado Primário;

X - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;

XI - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

XII - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;

XIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previsitos para 2018;

XIV - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

### CAPÍTULO III DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

### CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considerar-se-á:

I - Programa: o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Receita Ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na partilha dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - Execução Física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - Execução Orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - Execução Financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN e MOG.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O Orçamento abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e suas Autarquias, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, em conformidade com as Portarias do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão - MOG e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na forma dos seguintes

Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei nº 4.320/1964 e Adendo II da Portaria SOF nº 08/1985);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei nº 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/1985);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei nº 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/1985);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei nº 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/1985);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF nº 08/1985);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei nº 4.320/1964 e Adendo V da Portaria SOF nº 08/1985);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII, da Lei nº 4.320/1964 e Adendo VI da Portaria SOF nº 08/1985);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo VIII, da Lei nº 4.320/1964 e Adendo VII da Portaria SOF nº 08/1985);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo IX, da Lei nº 4.320/1964 e Adendo VIII da Portaria SOF nº 08/1985);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Indicação das Fontes de Financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº 101/2000;

XII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (art. 5º, II, da LRF);

XIII - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica, conforme disposto no art. 22, da Lei nº 4.320/1964;

XIV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (art. 165, § 5º, da CF);

XV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 5º, I, da LRF);

XVI - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados (art. 5º, III, da LRF);

XVII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal (art. 4º, §§ 1º e 9º da LRF);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos (arts. 8º e 50, I, da LRF).

§ 1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e demais legislações que versem sobre a receita e despesa pública.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN.

Art. 8º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Fundos e das Autarquias Municipais.

Art. 9º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa;

III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa.

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### CAPÍTULO V

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. O Orçamento Fiscal do Município e as suas execuções obedecerão, entre outros, o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo, Fundos e Autarquias Municipais.

Art. 12. Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central ou na Entidade específica, dependendo de sua origem, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 6º, inciso X, desta Lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal ou secretário.

§ 2º As Autarquias Municipais - Comitê Desportivo Municipal e Instituto Cultural de São Lourenço - serão gerenciadas pelos respectivos Presidentes de Autarquia.

Art. 13. Os estudos para a definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2018, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos 03 (três) exercícios imediatamente anteriores.

Art. 14. Se a receita estimada para o exercício de 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, bem como as Autarquias, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observada a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

VI - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação, ou não, do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda, o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nesta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18. O Orçamento de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2018, poderão, excepcionalmente, ser utilizados mediante autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20. O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda, o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei nº 4.320/1964 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único e art. 50, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22. Os descontos previstos em Lei, para pagamento de tributos municipais, bem como a isenção da Taxa de Licença e Localização, não serão considerados como renúncia de receita por já haverem sido impactados na estimativa a menor da receita e consequentemente já impactada na despesa também.

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada

para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto deste artigo, às contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24. As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 25. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixada no inciso II, combinado com o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado.

Art. 26. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 29. O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da receita estimada para o exercício de 2018 do orçamento de cada Unidade Gestora, utilizando como fontes de recursos:

a) o excesso de arrecadação verificado na forma do §§ 3º e 4º, do art. 43, da Lei nº 4.320/1964, apurado em cada fonte de recurso;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias, desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;

c) o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º, do art. 43, da Lei nº 4.320/1964.

Parágrafo único. A transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal, não sendo computados esses valores para fins de aplicação do percentual definido no inciso III deste artigo.

Art. 30. Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31. A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento nos termos da legislação aplicável.

Art. 32. A contratação de operações de crédito dependerá de

autorização em Lei específica.

Art. 33. Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 31 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 15, desta Lei.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão, em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 35. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 37. O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente a substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades, ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de São Lourenço do Oeste, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que não constitua atividade meio, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas e

conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40. O ato que conceder, ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 30 de dezembro de 2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de lei específica, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do exercício de 2017, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município, ou não, durante o exercício de 2018.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.356, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1428568

LEI Nº 2.356, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Legislativo a conceder vale-alimentação aos servidores da Câmara Municipal de Vereadores e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo autorizado a conceder

vale-alimentação aos servidores da Câmara Municipal de Vereadores.

Parágrafo único. O vale-alimentação de que trata a presente Lei constitui-se em verba indenizatória destinada a subsidiar custos de alimentação a servidores que se encontram no exercício de suas funções.

Art. 2º O valor mensal do benefício previsto nesta Lei será de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo único. O valor fixado no caput deste artigo será corrigido na mesma data e percentual da revisão geral e aumento dos vencimentos dos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º O benefício será concedido uma única vez em caso de acúmulo regular de cargos, empregos ou funções.

Art. 4º O crédito do vale-alimentação será disponibilizado juntamente com o vencimento do mês subsequente ao trabalhado.

Art. 5º O vale-alimentação de que se trata a presente Lei:

I - não integrará o vencimento, remuneração ou salário, nem se incorporará a este para quaisquer efeitos;

II - não será computado para efeitos de quaisquer vantagens que o servidor perceba ou venha a perceber;

III - não configura como rendimento tributável e nem sofrerá incidências de contribuição para o plano de Seguridade Social do servidor público.

Art. 6º Fica o Poder Legislativo autorizado a regulamentar as disposições desta Lei, por Resolução da Mesa, no que couber.

Art. 7º Aos Servidores do Poder Legislativo Municipal não se aplicam as disposições insertas a Lei nº 2.315, de 27 de março de 2017.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 030, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1428441

PORTARIA Nº 030, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA - INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, Inciso XXI, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, de acordo o Decreto nº 5.747 de 03 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público EVERTON LUIZ LOVEIRA, ocupante efetivo de AGENTE CULTURAL II, matrícula nº 12/03, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de, 03 a 17 janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de novembro de 2017.  
RENNÂ HIGOR FEDRIGO  
Presidente da Autarquia

**PORTARIA Nº 1.152, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428221

PORTARIA Nº 1.152, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal NIVO EDE MALLMANN ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, matrícula nº 1921/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20 de novembro a 19 de dezembro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.153, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428226

PORTARIA Nº 1.153, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública Municipal KATIA COMIN BEGNINI, ocupante do cargo de Educador Social I, matrícula nº 3278/04, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 09 de novembro de 2017, por tempo indeterminado.

**PORTARIA Nº 1.155, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428232

PORTARIA Nº 1.155, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 75, §1º da Lei Complementar nº 118/2010 e com o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder, pelo período de 1º de novembro de 2017, por tempo indeterminado, Adicional de Insalubridade, índice 40%, ao servidor público municipal SILVIO TURANI, ocupante do cargo efetivo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 3439/01, por exercer atividades insalubres junto ao caminhão pipa.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de novembro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.154, 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428227

PORTARIA Nº 1.154, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal DANIELLA FRANCOZI ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde e Combate a Endemias, matrícula nº 1256/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

## PORTARIA Nº 1.156, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1428260

PORTARIA Nº 1.156, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, aos servidores públicos municipais, ocupantes do cargo de AGENTE DE OPERAÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, relacionadas no quadro abaixo, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura, no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018.

MATR.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO
3297/01	CARLOS JOSE FRACASSO	2016/2017
3232/02	DIEGO CASAGRANDE	2016/2017
1705/01	ELIAS GILVAN THIBES	2015/2016
1737/01	IRINEU KORT	2016/2017
3235/01	ISAIAS MACHADO	2016/2017
160/02	LUCIANO TIAGO ROTA	2016/2017
172902	LUIZ ALBERTO LAZZAROTTO	2016/2017
172601	VALDECIR TAPPARO	2016/2017

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

## PORTARIA Nº 1.157, 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1428263

PORTARIA Nº 1.157, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal JOÃO MARCELO INOCENTE DA SILVA ocupante do cargo efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO, matrícula nº 1859/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017, e de 10 a 24 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.158, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1428264

PORTARIA Nº 1.158, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ADIRLEI CARLOS SANTIAN, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM AGROPECUARIA, matrícula nº 142/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 a 16 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2012/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.159, 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428267

PORTARIA Nº 1.159, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ROGERIO TEODORO CABERLON, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS, matrícula nº 1462/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016, e de 10 a 24 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.160, 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428268

PORTARIA Nº 1.160, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ANILSON SPRICIGO, ocupante do cargo efetivo de ANALISTA ADMINISTRATIVO, matrícula nº 871/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016, e de 10 a 24 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.161, 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428271

PORTARIA Nº 1.161, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ANDREIA CRISTINA DA CRUZ, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE APOIO OPERACIONAL, matrícula nº 375/05, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2017/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.162, 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428274

PORTARIA Nº 1.162, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal LUIZ ANTUNES RODRIGUES, OPERADOR DE MÁQUINAS II, matrícula nº 16/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

**PORTARIA Nº 1.163, 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428287

PORTARIA Nº 1.163, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ADENIR ANTONIO CUNICO, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, matrícula nº 1346/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

**PORTARIA Nº 1.164, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428290

PORTARIA Nº 1.164, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto nos art. 50 e 91-A da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

Considerando o pedido de exoneração e de indenização por desligamento voluntário endereçado pela servidora GESMARI SOLETTI MAFEOLLETT, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE APOIO OPERACIONAL;

Considerando que o tempo de serviço efetivo da Servidora até 30 de novembro de 2017, totaliza 11 (onze) anos, 04 (quatro) meses e 09 (nove) dias, e seu vencimento mensal é de R\$ 521,04 (quinhentos e vinte e um reais com quatro centavos),

**RESOLVE:**

Art.1º Exonerar a pedido, a partir de 30 de novembro de 2017, a servidora pública municipal GESMARI SOLETTI MAFEOLLETT, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE APOIO OPERACIONAL carga horária de 20 (vinte) horas semanais, matrícula nº 1651/02.

Art. 2º Indenizar, a Servidora de que trata o art. 1º, por desligamento voluntário, no valor de um vencimento por ano e fração de serviço efetivo prestado ao Município de São Lourenço do Oeste.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

**PORTARIA Nº 1.165, 14 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428300

PORTARIA Nº 1.165, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ADERBAL MOLON, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, matrícula nº 3000/07, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

**PORTARIA Nº 1.166, 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428322

PORTARIA Nº 1.166, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal JONAS MACIEL, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE OPERAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, matrícula nº 3298/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 11 a 25 de dezembro de 2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

**PORTARIA Nº 1.167, 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428324

PORTARIA Nº 1.167, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal JULIANA AURORA TUMELERO, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, matrícula nº 3000/18, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

**PORTARIA Nº 1.168, 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1428328

PORTARIA Nº 1.168, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal FLAVIA KRISTINE KNAKIEWICZ, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO ESPECIALISTA, matrícula nº 3365/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 10/2017 - SAÚDE

Publicação Nº 1429044

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 10/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LAVAGENS COMPLETAS DOS VEÍCULOS VINCULADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NAS A.F Nº 228, 229, 230, 231, 232, 233/2017  
CONTRATADO: LUIZ A. MOLIN - ME  
VALOR: Aditado R\$ 7.722,50  
PRAZO: Prorrogado até 31/01/2018  
ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON  
ASSINA pela CONTRATADA: LUIZ A. MOLIN  
São Miguel do Oeste, SC., 16 de novembro de 2017.

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 11/2017 - CULTURA

Publicação Nº 1428918

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 11/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
CONTRADADO: MARCELO ROVEDA MEI  
VIGENCIA: Prorrogado até 28/02/2018  
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES  
ASSINA pela CONTRATADA: MARCELO ROVEDA  
São Miguel do Oeste, SC., 14 de novembro 2017.

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 15/2017 - CULTURA

Publicação Nº 1428916

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 15/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
CONTRADADO: PRISCILA LORENZETTI MEI  
VIGENCIA: Prorrogado até 28/02/2018  
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: PRISCILA LORENZETTI  
São Miguel do Oeste, SC., 14 de novembro 2017.

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2017 - CULTURA

Publicação Nº 1428911

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
CONTRADADO: MAURICIO CAMARA BONAMIGO MEI  
VIGENCIA: Prorrogado até 28/02/2018  
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES  
ASSINA pela CONTRATADA: MAURICIO CAMARA BONAMIGO  
São Miguel do Oeste, SC., 14 de novembro 2017.

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2017 - CULTURA

Publicação Nº 1428904

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
CONTRADADO: PASCALE NUNES DE OLIVEIRA SILVA BARBOSA MEI  
VIGENCIA: Prorrogado até 28/02/2018  
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES  
ASSINA pela CONTRATADA: PASCALE NUNES DE OLIVEIRA SILVA BARBOSA  
São Miguel do Oeste, SC., 14 de novembro 2017

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 18/2017 - CULTURA

Publicação Nº 1428891

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 18/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL

DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
CONTRADADO: REINALDO NUNES SIQUEIRA MEI  
VIGÊNCIA: Prorrogado até 28/02/2018  
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES  
ASSINA pela CONTRATADA: REINALDO NUNES SIQUEIRA  
São Miguel do Oeste, SC., 14 de novembro 2017

### **1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19/2017 - CULTURA**

Publicação Nº 1428898

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
CONTRADADO: ROBERTO SILVA BARBOSA MEI  
VIGÊNCIA: Prorrogado até 28/02/2018  
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES  
ASSINA pela CONTRATADA: ROBERTO SILVA BARBOSA MEI  
São Miguel do Oeste, SC., 14 de novembro 2017

### **1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 44/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1428887

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 44/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, HOSPEDAGEM E SUPORTE TÉCNICO DOS PORTAIS INSTITUCIONAL E TRANSPARÊNCIA, COM TECNOLOGIA DE DESIGN RESPONSIVO (CELULAR, TABLET E DESKTOP), SEGUNDO O LAYOUT ATUAL, ALÉM DO GERENCIAMENTO DE E-MAILS INSTITUCIONAIS DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.  
CONTRATADO: DBLINKS SISTEMAS LTDA - ME  
VIGÊNCIA: PRORROGADO ATÉ 31/12/2018  
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER  
ASSINA pela CONTRATADA: DIEGO BALEN  
São Miguel do Oeste, SC., 14 de novembro de 2017

### **1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 55/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1428880

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 55/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 5/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.  
CONTRATADO: VOLPI MANUTENÇÃO E MONTAGENS LTDA - ME

PRAZO: Prorrogado até 28/02/2018  
ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON  
ASSINA pela CONTRATADA: FABIANO VOLPI  
São Miguel do Oeste, SC., 18 setembro de 2017.

### **1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 59/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1428877

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 59/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM ATENÇÃO BÁSICA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2017.  
CONTRATADO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – FUNOESC  
PRAZO: Prorrogado até 31/12/2018  
ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON  
ASSINA pela CONTRATADA: Vitor Carlos D'Agostini  
São Miguel do Oeste, SC., 14 de novembro de 2017.

### **1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 70/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1428865

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 70/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE COLETA DE SANGUE DESTINADOS A PACIENTES IST/AIDS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
CONTRATADO: LABORATORIO PREVENT LTDA  
VALOR: Aditado R\$ 1.140,00  
PRAZO: Prorrogado até 31/12/2018  
ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON  
ASSINA pela CONTRATADA: CRHISTIAN DANNEBROCK  
São Miguel do Oeste, SC., 16 de novembro de 2017.

### **2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 72/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1429101

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 72/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2017  
TOMADA DE PREÇO Nº 10/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DAS RUAS JOHN KENNEDY, DR. GUILHERME JOSÉ MISSEN E LA SALLE, CONFORME PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA Nº 0000018693 CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SC, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTA PROCESSO LICITATÓRIO

CONTRATADO: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA  
 VALOR: Aditado R\$ 17.806,00  
 ASSINA pela CONTRANTANTE: ALFREDO SPIER  
 ASSINA pela CONTRATADA: EVERTON JOSÉ FRIGERI  
 São Miguel do Oeste, SC., 16 de novembro de 2017

ASSINA pela CONTRANTANTE: MARTA REGINA SOTILLI  
 ASSINA pela CONTRATADA: LUIZ JUSTINO DE ROCCO  
 São Miguel do Oeste, SC, 14º de novembro de 2017.

### 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 38/2016 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1428856

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 38/2016  
 Processo Licitatório nº 22/2016  
 Pregão Presencial nº 15/2016  
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO, COM MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 25 LUGARES, CUJO ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SEJA INFERIOR A 2009, EQUIPADO COM ELEVADOR E QUE CUMPRAM AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE, PARA ATENDER AOS PROGRAMAS SOCIOASSISTÊNCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
 VIGENCIA: Prorrogado até 31/03/2018  
 CONTRATADA: EXTREMOESTE AGENCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA

### 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 54/2014 - SAÚDE

Publicação Nº 1428872

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 EXT. 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 54/2014  
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2014  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014  
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS MEDICAMENTOS VENCIDOS A SEREM RECOLHIDOS NO ALMOXARIFADO CENTRAL E RECOLHIDOS PELA VIGILÂNCIA SANITARIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE NO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE –SC  
 CONTRATADO: T. O. S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA  
 PRAZO: Prorrogado até 31/12/2018  
 ASSINA pela CONTRANTANTE: LEONIR CARON  
 ASSINA pela CONTRATADA: JULEIDE INÊS D'AGOSTINI  
 São Miguel do Oeste, SC., 16 de novembro de 2017.

### EDITAL 0221-NOTIFICAÇÃO LIMPEZA DE LOTES

Publicação Nº 1428536

EDITAL Nº 221/2017/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
 NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE NOTIFICAÇÃO

A secretária de Desenvolvimento Urbano e Planejamento do Município de São Miguel do Oeste, no uso das atribuições do art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, do Código de Postura Municipal (Lei Complementar nº005/2012) e suas alterações. Considerando que os contribuintes abaixo relacionados se encontram em local incerto e não sabido, não tendo sido localizado por ocasião da emissão de Notificação anterior.

#### RESOLVE

Art. 1º NOTIFICAR os contribuintes abaixo relacionados, referente à Notificação Preliminar, para providenciar a limpeza de lotes urbanos, assim como, mantê-los sempre em bom estado de conservação.

Art. 2º Ficam os notificados abaixo relacionados, para que, no prazo de até 28 DE NOVEMBRO DE 2017, executem a limpeza de seus lotes urbanos, ficando sujeitos à execução dos serviços de limpeza efetuados e cobrados pela municipalidade e imposição de multa conforme prevê a Legislação Municipal.

CONTRIBUINTE	NOTIFICAÇÃO	Lote Urbano/Rua
DAILOR MOACIR SIRTOLLI CPF 064.215.029-03	527/2017	Nº22, rua Eduardo João Agostini, loteamento Mascarello.
LUCIA DE FREITAS CPF 835.923.269-53	517/2017	Nº 04 E 05, rua Eduardo João Agostini, loteamento Mascarello.
NELIZE MASCARELLO CPF 758.756.599-04	524/2017	Nº 18, rua Waldemar Vitorio Echer, loteamento Mascarello.
GRASIANE BITTENCOURT VIÊRA CPF 006.257.259-80	526/2017	Nº29, rua Eduardo João Agostini, loteamento Mascarello.
ROGERIO MANEGATTI CPF 030.220.169-64	525/2017	Nº30, rua Eduardo João Agostini, loteamento Mascarello.
BERENICE INES MULLER CPF 942.105.609-44	523/2017	Nº01, rua Eduardo João Agostini, loteamento Mascarello.
BARBARA CAMILA DA SILVA CPF 068.724.489-70	522/2017	Nº02, rua Eduardo João Agostini, loteamento Mascarello.
EDERSON FRANCIEL STAUDT CPF 375.522.978-16	521/2017	Nº 06, rua Eduardo João Agostini, loteamento Mascarello.
JUREMA EVA HERBER CPF 038.982469-06	520/2017	Nº 08, rua Eduardo João Agostini, loteamento Mascarello.

JOSUE DE TOLEDO	519/2017	Nº 08, rua Eduardo João Agostini, loteamento Mascarello.
E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA	518/2017	Nº 10, rua Eduardo João Agostini, loteamento Mascarello.

Art. 3º Este edital será disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), além de ser afixado no mural principal da prefeitura, no endereço eletrônico [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

Em, 10 de novembro de 2017.

MARLI DA ROSA

Secretária De Desenvolvimento Urbano e Planejamento

## PROCESSO Nº 265/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1428251

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 265/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 178/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Maior Desconto sobre Tabela.

OBJETO: Contratação de empresa para futuro e eventual prestação dos serviços com fornecimento de insumos previstos e descritos na SINAPI para a manutenção e reformas das Unidades do Município de São Miguel do Oeste – SC.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 30 de novembro de 2017.

Abertura: às 14hs. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 16 de novembro de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Maiores informações poderão

ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 16 de novembro de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

## PROCESSO Nº 94/2017 - SAÚDE

Publicação Nº 1429153

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2017

O Fundo Municipal de Saúde do São Miguel do Oeste – SC, a partir do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a reforma da antiga Casa da Cidadania, para futuras instalações da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 06 de dezembro de 2017.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 16 de novembro de 2017.

LEONIR CARON

Gestor do Fundo

## PROCESSO Nº 266/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1429255

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 266/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 35/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para pavimentação asfáltica em CBUQ na Rua Firmino Dal Bosco entre Ruas Marcilio Dias e Waldemar Rangrab, Bairro Jardim Peperi, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 06 de dezembro de 2017.

Abertura: às 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 113/2017**

Publicação Nº 1428658

PORTARIA 113/2017

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA DA SEDE DO PODER LEGISLATIVO

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal de 5 de abril de 1990 e o Regimento Interno da Casa - Resolução nº 004, de 1º de dezembro de 1992:

CONSIDERANDO os apontamentos revelados pela equipe técnica responsável pela obra da sede deste Poder;

CONSIDERANDO que o recebimento da obra da sede deste Poder tem caráter provisório;

CONSIDERANDO a necessidade de recebimento definitivo da obra;

CONSIDERANDO as sugestões da fiscalização desta Casa (Fiscal de Contrato, Controle Interno e Engenharia) que apontam a necessidade de um minucioso levantamento acerca das condições da obra recebida provisoriamente.

RESOLVE :

Art. 1º Ficam nomeados para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA da sede do Poder Legislativo de São Miguel do Oeste os senhores LUIZ ALCEBIANES PICHETTI (Fiscal de Contrato), AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO (Secretário Executivo) e a Senhora Flávia Piaceski (Engenheira Fiscal Responsável).

Art. 2º Fica fixado o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por iguais períodos, a critério da Comissão, sempre que necessário, expedindo-se relatório final com sugestões e providências a serem tomadas.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária, podendo agir discricionariamente ante os objetivos traçados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,

Em 14 de novembro de 2017.

Vereador Cláudio José Barp

Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,  
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Airton José Macarini Segundo

Secretário Executivo

# Saudades

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017

Publicação Nº 1428546

MUNICÍPIO DE SAUDADES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1887/2017

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2017

OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições de combustíveis, lubrificantes e graxas, para a frota de veículos do Município de Saudades.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 17 de novembro de 2017, no site: [www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Saudades, sito à Rua Castro Alves, 279, Saudades - SC. Informações fone: (49) 3334-0127.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de proposta de preço e documentos de habilitação até dia 30 de novembro de 2017, das 07:30 às 09:00 horas para credenciamento e à partir das 09:00 horas, para abertura das propostas, na sala do Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Castro Alves, 279, centro de Saudades - SC.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93.

Saudades, SC, 17 de novembro de 2017.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal de Saudades

# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 129/2017-PMS

Publicação Nº 1428756

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 129/2017-PMS

PROCESSO Nº. 243/2017-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, nobreaks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses,

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de novembro de 2017 às 08h45min.

Abertura do Processo: 30 de novembro de 2017 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 17 de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.313/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1429456

DECRETO Nº 4.313/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.316/2017 de 13 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 80.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

06.02.15.451.3003.1.305 - Aquisição de Veículos Equipamentos e Máquinas

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 40.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01.20.606.3004.2.313 - Manutenção da Patrulha Rural

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 20.000,00

07.02 - SETOR DE AGRICULTURA

07.02.22.661.3008.2.355 - Apoio as Atividades de Industria e Comércio

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 16 de Novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº 4.314/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1429458

DECRETO Nº 4.314/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

DOTAÇÃO TRANSFERIDA - ENTRE ENTIDADES NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.317/2017 de 13 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

06.02.15.451.3003.1.306 - Pavimentação Urbana

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 100.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 16 de Novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº 4.315/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1429471

DECRETO Nº 4.315/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.317/2017 de 13 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 593.760,42 (quinhentos e noventa e três mil setecentos e sessenta reais e quarenta e dois centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil - "Creches"

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 212.359,58

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigacoes Patronais R\$ 64.246,66

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxilio-Alimentacao R\$ 5.848,71

05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção dos Jardins de Infância.

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 101.576,19  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigacoes Patronais R\$ 7.386,50

**05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

05.04.12.365.3009.2.365 - Manutenção Educ Infantil FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 30.523,51

05.04.12.365.3009.2.366 - Manutenção do Pré-Escolar Municipal FUNDEB

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxilio-Alimentacao R\$ 4.591,29

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Obrigacoes Patronais R\$ 12.670,85

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 27.557,13

**06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 30.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 30.000,00

06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

06.02.15.451.3003.1.306 - Pavimentação Urbana

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 37.000,00

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.3001.2.302 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 4.000,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao R\$ 18.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

**03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS**

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 50.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 50.000,00

**05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER**

05.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

05.01.27.812.3010.1.324 - Manutencao, Ampliação e Construção de Praças Poliesportivas

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 5.000,00

05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxilio-Alimentacao R\$ 14.037,22

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigacoes Patronais R\$ 13.650,27

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 206.677,19

05.02.12.364.3009.2.328 - Contribuição Bolsa a Estudantes Universitários

3.3.90.18.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio Financeiro a Estudantes R\$ 30.030,08

05.03 - SETOR DE CULTURA

05.03.13.392.3011.1.327 - Aquisição de Acervo Literário

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 10.000,00

05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 35.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 12.052,96

**05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

05.04.12.361.3009.2.364 - Manutenção Ensino Fundamental FUNDEB

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxilio-Alimentacao R\$ 4.913,75

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Obrigacoes Patronais R\$ 37.783,93

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 32.645,10

**06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS****06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO**

06.01.15.451.3003.1.302 - Construção de Pontes

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 5.000,00

06.01.15.451.3003.1.303 - Construção de Abrigos para Passageiros

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 5.000,00

**07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO****07.01 - DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**

07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 43.500,00

07.01.20.606.3004.2.313 - Manutenção da Patrulha Rural

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 6.969,92

**07.05 - UNID DE MEIO AMBIENTE**

07.05.18.541.3005.1.308 - Implantação do Mirante do Morro Pelado

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 5.000,00

**07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO****07.05 - UNID DE MEIO AMBIENTE**

07.05.23.695.3006.1.309 - Implantação do Horto Municipal

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 1.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 16 de Novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.265/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1429450

PORTARIA Nº. 7.265/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Ana Paula Stoeberl, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 16 de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

HARILDO KONELL

Prefeito Municipal

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.266/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1429451

PORTARIA Nº7.266/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017  
AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº005/2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Autorizar a prorrogação em até 90 (noventa) dias, com efeitos retroativos a 17 de setembro de 2017, em função da complexidade dos autos, para o prazo de conclusão dos trabalhos concernentes ao Processo Administrativo nº005/2017, instaurado através da Portaria nº7.149/2017, de 18 de julho de 2017, de acordo com o Ofício nº005/2017-PA 005/2017, de 16 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 16 de novembro de 2017.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal  
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

Art. 2º A Comissão de Processo Seletivo ora constituída baixará instruções especiais sobre o processo, e atentarà às disposições legais em vigor, bem como tomará as providências necessárias à sua fiel execução.

Art. 3º A Comissão, poderá contratar pessoa ou órgão estranho ao Município de Schroeder, para elaboração e execução do Processo Seletivo, correndo as despesas por conta de dotações específicas do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 16 de novembro de 2017.  
OSVALDO JURCK                      ORLANDO TECILLA  
Prefeito Municipal                      Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.267/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1429452

PORTARIA Nº7.267/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DOS PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS Nº01/2017 E 02/2017, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Processos Seletivos Simplificados nº01/2017 e 02/2017, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Schroeder para contratação de pessoal em caráter temporário (ACT), que será integrada pelos seguintes membros: Nádia Cristiane Hefter Tambosi – Diretora de Saúde - CPF nº022.876.719-94, Jeise Cristina Capelari Demathé – Coordenadora Geral da Atenção Básica - CPF nº039.180.639-41, Camila Sartori Martins - Médica Plantonista - CPF nº064.326.519-80, Maria Aparecida Schmidt Miodutzki – Assessora de Saúde - CPF nº791.413.909-20, Giancarlo Canei – Odontólogo - CPF nº741.679.799-34, Janice Beatriz Sturmer Veit – Nutricionista/NASF - CPF nº969.439.120-20, Diane Dereti Pietronski - Assistente Social, CPF nº058.971.699-93, para sob a Presidência da primeira, coordenação da segunda e sendo secretariada pela terceira, preparar, executar e julgar o Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário de cargos existentes no Quadro de Pessoal da Estratégia de Saúde da Família do Município de Schroeder.

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 119/2017-PMS (SEQUÊNCIA 02)**

Publicação Nº 1428310

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 119/2017 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 83.102.491/0001-09 <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.:</b> 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 226/2017 <b>Data do Processo:</b> 19/10/2017
	<b>Folha:</b> 1/20

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder, ao longo de 12 meses

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 205/2017 (Sequência: 2)**

Ao(s) 16 de Novembro de 2017, às 08:00 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7120/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 226/2017, Licitação nº 119/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para continuação do certame na etapa de lances conforme consta na I Errata do edital no item 1.2 "e". As documentações serão analisadas com a data de 24/11/2016 data do Credenciamento e entrega dos envelopes. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Serão negociados primeiramente os itens 29, 30, 62 ao 67, 74, 95, 103 e 104. A representante da empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. pede desclassificação no item 105. O representante da empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP pede desclassificação no item 21. Constatando vencedora a empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP para o item 29, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa L & E COMERCIO ATACADISTA LTDA. - EPP para o item 30, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa L & E COMERCIO ATACADISTA LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE S/A para o item 62, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE S/A apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. para o item 63, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O representante da empresa ANDRÉ FELIX MAES CORDEIRO 04132993922 retirou-se da sessão. A representante da empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. retirou-se da sessão. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão. Diante do exposto será paralisado o processo para análise das amostras conforme consta no edital no item 20.1.25, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes.

**Participante:** 12277 - MERCOSOLUCOES EM SAUDE S/A

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
28	CEREAL DE MILHO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 230 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	120,00	MUCILON MILHO 230G	0,0000	3,93	471,60
62	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA EM PÓ, ADICIONADA DE PRÉBIÓTICOS, DHA, ARA E NUCLEOTÍDEOS, PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES DE VIDA - LATA COM 400 G. Dentre os ingredientes: leite em pó semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro e zinco, vitamina A, niacina, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1 e B6, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	100,00	NAN COMFOR 1 400G	0,0000	9,04	904,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 226/2017  
 Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 2/20

**Participante: 12277 - MERCOSOLUCOES EM SAUDE S/A**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
64	FÓRMULA INFANTIL ANTI-REGURGITACÃO PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Ingredientes: leite de vaca desnatado, lactose, amido, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro, sulfato de zinco, vitamina A, vitamina E, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1, B2, B6 e B12, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	40,00	NAN AR 400G	0,0000	9,68	387,20
103	COMPOSTO LÁCTEO, INDICADO PARA CRIANÇAS ATÉ OS 5 ANOS DE IDADE - LATA COM 800 G. COM ÓLEOS VEGETAIS E FIBRAS. Fonte de vitaminas e minerais. Contém soro de leite. Não contém glúten. Sem adição de açúcar. Não é leite em pó. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	200,00	NINHO FASES 1	0,0000	16,42	3.284,00

**Total do Participante ———> 5.046,80**
**Participante: 12740 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
63	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO EM PÓ, ADICIONADA DE PRÉBIÓTICOS, DHA, ARA E NUCLEOTÍDEOS, PARA LACTENTES A PARTIR DOS 6 MESES DE VIDA - LATA COM 400 G. Dentre os ingredientes: leite em pó semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro e zinco, vitamina A, niacina, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1 e B6, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	80,00	APTAMIL PREMIUM 2	0,0000	25,00	2.000,00
65	FÓRMULA INFANTIL SEM LACTOSE PARA LACTENTES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose. Deve conter entre os ingredientes: óleos vegetais, lecitina de soja, sais minerais (dentre eles cloreto de magnésio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, ácido fólico iodeto de potássio) e vitaminas (dentre elas vitaminas A, D, E, K, B1, B2, B6, B12). NÃO CONTÉM GLÚTEN E LACTOSE. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	60,00	APTAMIL SL PROEXPERT	0,0000	19,70	1.182,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 226/2017  
 Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 3/20

**Participante: 12740 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
66	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, xarope de glicose, sais minerais e vitaminas. NÃO CONTÉM GLUTEN. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEÍNAS LÁCTEAS. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	15,00	APTAMIL SOJA 1	0,0000	35,00	525,00
67	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, xarope de glicose, sais minerais e vitaminas. NÃO CONTÉM GLUTEN. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEÍNAS LÁCTEAS. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	15,00	APTAMIL SOJA 2	0,0000	35,00	525,00
104	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO, QUE APRESENTAM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA (APLV) E/OU SOJA - LATA COM 400G. Destinada a necessidades dietoterápicas específicas. Com DHA, ARA e Prebióticos. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	40,00	APTAMIL PEPTI	0,0000	65,00	2.600,00

**Total do Participante —————→ 6.832,00**
**Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	420,00	SABOR DOCE	0,0000	9,84	4.132,80
5	AMIDO DE MILHO - EMBALAGEM COM 200 G. Próprio para alimentos. Produto amiláceo extraído do milho. Sob a forma de pó apresenta a coloração branca. Embalagem limpa e não violada, plástica ou caixa de papel espesso envolvendo uma embalagem plástica interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	350,00	MAIS CERTA	0,0000	2,78	973,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 226/2017  
 Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 4/20

**Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	ARROZ BRANCO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, subgrupo polido, classe longo, fino. Deve apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	200,00	KIKA	0,0000	13,04	2.608,00
7	ARROZ INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, integral. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	350,00	KIKA	0,0000	4,74	1.659,00
9	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	600,00	KIKA	0,0000	12,74	7.644,00
14	BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	800,00	ORQUIDEA	0,0000	5,03	4.024,00
18	BISCOITO SALGADO CRACKER COM GERGELIM, EMBALAGEM COM 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, gergelim, açúcar invertido, sal, extrato de malte, emulsificante lecitina de soja, fermento químico bicarbonato de sódio, melhoradores de farinha. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	900,00	ORQUIDEA	0,0000	6,20	5.580,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 226/2017  
Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 5/20

**Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
19	BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de acidulante ácido láctico e emulsificante esteroil-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	650,00	LIANE	0,0000	5,60	3.640,00
20	CACAU EM PÓ - EMBALAGEM COM 200 G. Produto alimentício contendo APENAS CACAU EM PÓ SOLÚVEL. Sem adição de açúcar, amido, leite e derivados de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	250,00	APTI	0,0000	19,19	4.797,50
21	CAFÉ TRADICIONAL TORRADO E MOÍDO - EMBALAGEM COM 500 G. Produto de 1ª qualidade, grãos torrados e moídos. Embalagem aluminizada à vácuo, com caixa de papelão protetora. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	280,00	TROPEIRO	0,0000	12,10	3.388,00
22	AÇAFRÃO EM PÓ, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 20 G. Deve apresentar coloração e odor característicos. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	JP	0,0000	2,80	840,00
23	ALECRIM DESIDRATADO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 7 G. Deve apresentar coloração e odor característicos. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	400,00	JP	0,0000	2,80	1.120,00
30	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) SEM COBERTURA DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	350,00	GOLD FLOKS	0,0000	10,99	3.846,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 226/2017  
 Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 6/20

**Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
33	CHÁ DE ERVA DOCE - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	350,00	NEILAR	0,0000	3,74	1.309,00
34	CHÁ DE HORTELÃ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	NEILAR	0,0000	3,80	1.140,00
36	CHÁ DE MELISSA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	220,00	NEILAR	0,0000	5,60	1.232,00
38	CHÁ DE PÊSSEGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	200,00	NEILAR	0,0000	6,00	1.200,00
43	CREME VEGETAL SEM LEITE E SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. NÃO DEVE APRESENTAR LEITE E DERIVADOS (Leitelho, soro de leite) entre os ingredientes. NÃO DEVE APRESENTAR A INDICAÇÃO: NÃO RECOMENDADA PARA USO CULINÁRIO. Ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, acidulante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hidrogenados. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	220,00	BECAL	0,0000	9,20	2.024,00
46	CRAVO DA ÍNDIA, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 35 G. Deve apresentar coloração e odor característicos. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	200,00	JP	0,0000	9,49	1.898,00
48	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Grupo seca, tipo 1, classe fina, 1ª qualidade. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	400,00	FARIFORTE	0,0000	6,87	2.748,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 226/2017  
Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 7/20

**Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
49	FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	1.700,00	SINHA	0,0000	1,89	3.213,00
50	FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurecida. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	250,00	AURIVERDE	0,0000	2,99	747,50
51	FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurecida. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	180,00	AURIVERDE	0,0000	10,79	1.942,20
55	FEIJÃO CARIOCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	550,00	REI DA MESA	0,0000	6,95	3.822,50
56	FEIJÃO PRETO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe preto, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	1.000,00	REI DA MESA	0,0000	5,03	5.030,00
57	FEIJÃO VERMELHO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	500,00	REI DA MESA	0,0000	8,09	4.045,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 226/2017  
 Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 8/20

Participante: 12756 - L &amp; E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
69	GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	120,00	APTI	0,0000	11,99	1.438,80
74	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO - EMBALAGEM COM 400 G. Devem constar dentre os ingredientes: leite integral, vitaminas A e D e emulsificante lícitina de soja. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	2.220,00	FRIMESA	0,0000	9,79	21.733,80
76	LEITE ZERO LACTOSE, PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, SEMIDESNATADO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve conter entre os ingredientes: leite semidesnatado, enzima lactase e estabilizante. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	UN	1.000,00	TIROL	0,0000	4,70	4.700,00
84	MANTEIGA SEM SAL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 200 G. Ingredientes: Gordura láctea e fermentos lácteos. Isenta de sinais de ranço. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	1.350,00	TIROL	0,0000	7,60	10.260,00
86	MILHO EM CONSERVA - EMBALAGEM COM PESO DRENADO DE 200 G. Ingredientes: milho, água, sal e/ou açúcar. Embalagem tipo LATA, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enferrujados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	600,00	LUIS ALVENSE	0,0000	1,90	1.140,00
87	ÓLEO DE GIRASSOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Óleo de girassol refinado, tipo 1, aspecto oleoso, transparente e cor própria. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	1.100,00	SINHA	0,0000	9,20	10.120,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 226/2017  
Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 9/20

**Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
91	PÓ PARA PUDIM SABOR CHOCOLATE - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	NEILAR	0,0000	12,00	1.800,00
98	VINAGRE DE ALCÓOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Vinagre de simples fermentação acética natural de álcool hidratado, água potável, acidez de 4 a 4,2%, conservante. Líquido transparente. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	450,00	CHEMIM	0,0000	1,45	652,50
105	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO EM PÓ, ADICIONADA DE PRÉBIÓTICOS, DHA, ARA E NUCLEOTÍDEOS, PARA LACTENTES A PARTIR DOS 10 MESES DE VIDA - LATA COM 400 G. Dentre os ingredientes: leite em pó semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitaminas, minerais, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, ácido fólico, iodeto de potássio. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	80,00	APTAMIL	0,0000	39,90	3.192,00
111	PIMENTA-DO-REINO PRETA MOÍDA, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30 G. Deve apresentar coloração e odor característicos. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	200,00	JP	0,0000	6,65	1.330,00
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>130.971,10</b>

**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	AÇÚCAR MASCADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: caldo de cana-de-açúcar. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	800,00	PUXA DA BOA	0,0000	14,35	11.480,00
2	AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	ALTO ALEGRE	0,0000	3,08	462,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 226/2017  
Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 10/20

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	ADOÇANTE DIETÉTICO NATURAL EM SACHÊ - EMBALAGEM COM 50 G (CONTENDO 50 SACHÊS COM 1 G CADA). Ingredientes: lactose, edulcorante natural, glicosídeos de esteroide e antiemético. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: EDULCORANTES ARTIFICIAIS (CICLAMATO DE SÓDIO, SACARINA, ASPARTAME E ACESSULFAME-K). Embalagem limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	20,00	ZERO CAL	0,0000	16,35	327,00
8	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	200,00	ITAJARA	0,0000	3,29	658,00
10	AVEIA EM FLOCOS FINOS - EMBALAGEM COM 200 a 250 G. Feito com cereal integral. Deve apresentar coloração clara e sem sinais de umidade. Embalagem resistente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	320,00	APTI	0,0000	3,18	1.017,60
11	BEBIDA DE SOJA SEM SABOR - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTÉM LACTOSE E NÃO CONTÉM GLÚTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	30,00	PURITY	0,0000	6,69	200,70
12	BEBIDA DE SOJA SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: suco concentrado de fruta, extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, acidulante ácido cítrico, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTÉM LACTOSE E NÃO CONTÉM GLÚTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	PURITY	0,0000	6,69	1.003,50
13	BISCOITO DE ARARUTA, SEM GLÚTEN EM SUA COMPOSIÇÃO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 G. Biscoito produzido com matérias-primas naturalmente isentas de glúten. Embalagem resistente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	400,00	TATI	0,0000	6,98	2.792,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 119/2017 - PR

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 226/2017  
Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 11/20

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
15	BISCOITO DOCE SABOR MAISENA, SEM LACTOSE - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maisena. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	450,00	NINFA	0,0000	5,55	2.497,50
16	BISCOITO DOCE, TIPO COOKIES, SEM GLÚTEN, SEM LEITE E DERIVADOS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 90 G. Ingredientes: farinha de arroz e/ou amido de milho, açúcar mascavo ou cristal, fécula de mandioca, sal marinho, gordura vegetal de palma, polidextrose, frutas, sementes (chia, linhaça), fibra de beterraba, canela em pó, emulsificante natural lecitina de girassol, agente de crescimento bicarbonato de sódio, aroma, espessante goma xantana. NÃO CONTÉM CORANTES E CONSERVANTES. Deve apresentar consistência crocante e sabor moderadamente doce. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	200,00	JASMINE	0,0000	9,55	1.910,00
17	BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	1.200,00	DIANA	0,0000	5,00	6.000,00
24	COMINHO MOÍDO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 25 G. Deve apresentar coloração e odor característicos. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	TROPICAL	0,0000	3,39	1.017,00
25	CANELA EM PÓ - EMBALAGEM COM 30G. Produto alimentício em pó. Deve apresentar coloração marrom e odor característico de canela. Frasco plástico íntegro, limpo e não violado. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	MAKRI	0,0000	2,65	397,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 226/2017  
Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 12/20

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
26	CANELA EM RAMA - EMBALAGEM COM 10 A 20 G. Produto alimentício em rama. Deve apresentar coloração marrom e odor característico de canela. Frasco plástico íntegro, limpo e não violado. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	MAKRI	0,0000	3,78	567,00
27	CEREAL DE ARROZ E AVEIA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 230 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	80,00	MUCILON	0,0000	3,35	268,00
29	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) AÇUCARADO - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	350,00	GRANOMEL	0,0000	10,95	3.832,50
31	CHÁ DE CAMOMILA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	LEÃO	0,0000	3,80	1.140,00
32	CHÁ DE CAPIM CIDREIRA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	250,00	LEÃO	0,0000	3,75	937,50
35	CHÁ DE MAÇA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	250,00	LEÃO	0,0000	5,69	1.422,50
37	CHÁ DE MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	250,00	LEÃO	0,0000	6,01	1.502,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 226/2017  
 Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 13/20

**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Prego Unitário	Prego Total
39	CHOCOLATE EM PÓ - EMBALAGEM COM 500 G. Produto alimentício COM NO MÍNIMO 30% DE CACAU, contendo os ingredientes: cacau em pó solúvel e açúcar. Deve apresentar coloração marrom escura e sabor intenso de chocolate (não deve ser exageradamente adocicado). NÃO DEVE CONTER LEITE OU DERIVADOS DE LEITE ENTRE OS INGREDIENTES. Produto SEM LACTOSE E SEM GLÚTEN. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	400,00	BRETZKE	0,0000	15,39	6.156,00
40	COCO RALADO DESIDRATADO, NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 100 G. Contendo entre os ingredientes: polpa de coco e conservador. Deve apresentar coloração branca e consistência firme. Sem sinais de ranço ou amargor. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	200,00	APTI	0,0000	4,60	920,00
41	COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	SINHA	0,0000	6,60	1.980,00
42	CREME DE ARROZ - EMBALAGEM COM 200 G. Ingredientes: amido de arroz, vitaminas e minerais. Não contém glúten. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	YOKI	0,0000	4,07	610,50
44	DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada, com tampa e lacre de proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	NECTAR	0,0000	4,75	1.425,00
45	DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada, com tampa e lacre de proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	NECTAR	0,0000	4,75	1.425,00
47	FARINHA DE ARROZ - EMBALAGEM COM 1 KG. Resultado da trituração dos grãos de arroz. Farinha fina indicada para o preparo de bolos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	100,00	URBANO	0,0000	4,75	475,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 226/2017  
 Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 14/20

**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
52	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Obtida pela moagem dos grãos inteiros do trigo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	NORDESTE	0,0000	4,07	610,50
53	FARINHA DE TRIGO PARA QUIBE - EMBALAGEM COM 500 G. Própria para alimentos. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	100,00	Zaeli	0,0000	5,05	505,00
54	FARINHA LÁCTEA - EMBALAGEM COM 210 A 230 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante. Contém glúten. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	NUTRIMENTAL	0,0000	8,24	1.236,00
58	FERMENTO BIOLÓGICO SECO PARA PÃO - EMBALAGEM COM 125 G. Instantâneo. Embalagem à vácuo, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Com registro no órgão competente.	UN	60,00	APTI	0,0000	6,69	401,40
59	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO PARA BOLO - EMBALAGEM COM 100 G. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Não deve conter entre os ingredientes ácido fumárico em substituição ao fosfato monocalcico. Embalagem plástica ou em lata, resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Com registro no órgão competente.	UN	500,00	APTI	0,0000	4,70	2.350,00
60	FIBRA DE TRIGO - EMBALAGEM COM 500 G. Fibra de trigo moída. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	50,00	GRANOMEL	0,0000	6,69	334,50
61	FLOCOS DE CEREAIS - EMBALAGEM COM 210 A 240 G. Produto alimentício infantil contendo entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, cevada, aveia, açúcar, sais minerais, vitaminas e sal. Pode ser composto por 3 cereais (aveia, cevada e farinha de trigo) ou por 5 cereais (aveia, cevada, farinha de trigo, arroz e milho). Pode conter farinha de trigo integral. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	80,00	NUTRIMENTAL	0,0000	7,66	612,80

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 226/2017  
Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 15/20

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Prego Unitário	Prego Total
68	GELATINA EM PÓ SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30 G. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	50,00	BRETZKE	0,0000	1,05	52,50
70	GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	120,00	APTI	0,0000	12,12	1.454,40
71	GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	120,00	APTI	0,0000	12,05	1.446,00
72	GELATINA EM PÓ SABOR UVA - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	APTI	0,0000	12,08	1.812,00
73	GELATINA EM PÓ DIET SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 12 G. Devem constar entre os ingredientes: gelatina em pó, regulador de acidez, edulcorantes artificiais, aromatizantes e corantes. NÃO DEVE CONTER AÇÚCAR entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	50,00	BRETZKE	0,0000	2,29	114,50
75	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	UN	3.900,00	TIROL	0,0000	3,39	13.221,00
77	LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos.	UN	700,00	JARAGUA	0,0000	7,66	5.362,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 226/2017  
 Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 16/20

**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
78	MACARRÃO DE ARROZ SEM OVOS TIPO PARAFUSO - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de arroz, corantes naturais (cúrcuma e urucum) e emulsificante. SEM GLUTEN. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	URBANO	0,0000	3,39	1.017,00
79	MACARRÃO TIPO ALETRIA COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	450,00	ORQUIDEA	0,0000	4,07	1.831,50
80	MACARRÃO TIPO CARACOL COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	650,00	ORQUIDEA	0,0000	3,94	2.561,00
81	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	400,00	ORQUIDEA	0,0000	3,72	1.488,00
82	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE INTEGRAL - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo durum (grano duro integral) e farelo de trigo. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	1.100,00	ORQUIDEA	0,0000	4,29	4.719,00
83	MACARRÃO TIPO PARAFUSO COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	500,00	ORQUIDEA	0,0000	3,74	1.870,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 226/2017  
Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 17/2C

**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
85	MELADO DE CANA-DE-AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 250 G. Sem adição de corantes artificiais. Embalagem plástica tipo bisnaga, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	350,00	KLABUNDE	0,0000	5,04	1.764,00
88	PÃO DE MEL - EMBALAGEM COM 400 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho e aroma de mel. SEM COBERTURA DE CHOCOLATE. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	500,00	KRONE	0,0000	5,04	2.520,00
89	PÓ PARA PUDIM SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 85 GRAMAS. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Sabores: BAUNILHA, CHOCOLATE e MORANGO. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	350,00	BRETZKE	0,0000	2,00	700,00
90	PÓ PARA PUDIM SABOR BAUNILHA - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	APTI	0,0000	12,02	1.803,00
92	PÓ PARA PUDIM SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	100,00	APTI	0,0000	12,02	1.202,00
93	POLVILHO AZEDO - EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500 G. Extraída da mandioca. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	CORUJA	0,0000	6,01	1.803,00
94	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA NATURAL MÉDIA - EMBALAGEM COM 500 G. Granulada, contendo grãos de soja texturizada natural, SEM ADIÇÃO DE SABOR. Própria para alimentos. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	80,00	GRANOMEL	0,0000	9,89	791,20

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 226/2017  
Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 18/20

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
95	ROSQUINHA DE POLVILHO - EMBALAGEM COM 80 A 200 G. Devem constar entre os ingredientes: polvilho de mandioca, ovos, sal, óleo vegetal ou gordura vegetal. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	950,00	BISSONI	0,0000	4,75	4.512,50
96	SAGU (SEM SABOR) - EMBALAGEM COM 500 G. Sagu tipo 1, classe pérola, derivado de raízes de mandioca. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	200,00	NEVE	0,0000	4,75	950,00
97	SAL REFINADO IODADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: sal refinado (cloreto de sódio), iodato de potássio e anti-umectante. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	600,00	CRUZEIRO	0,0000	1,49	894,00
99	BISCOITO DOCE, TIPO COOKIES, DIET, DE AMEIXA E COCO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150 G. Ingredientes: Farinha de trigo integral, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, óleos vegetais (palma, milho ou soja), milho integral em pó, maltodextrina, fibra solúvel, amido, ameixa desidratada, fibra solúvel, coco desidratado, sal, edulcorantes naturais maltitol e glicosídeo de esteviol, agentes de crescimento (fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio), estabilizante natural lecitina de soja, aromas e corante natural caramelo. SEM AROMATIZANTES ARTIFICIAIS E SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. Contém glúten. Deve apresentar consistência crocante. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	100,00	JASMINE	0,0000	9,21	921,00
100	BISCOITO DOCE, TIPO COOKIES, SEM GLÚTEN, SABOR LARANJA E MEL - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150 G. NÃO CONTEM GLÚTEN. Ingredientes: farinha de arroz integral, melado de cana, amido, milho integral em pó, açúcar mascavo, extrato de soja, óleos vegetais (algodão e/ou girassol e/ou milho), mel, maltodextrina, flocos de laranja, canela em pó, estabilizante natural lecitina de soja, agentes de crescimento (bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio e fosfato monocalcico) e aromas. SEM GLÚTEN E SEM ADIÇÃO DE LEITE E DERIVADOS. Deve apresentar consistência crocante. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	30,00	JASMINE	0,0000	9,21	276,30

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 226/2017  
 Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 19/20

**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
101	CEREAL MULTICEREAIS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 180 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de trigo, açúcar, farinhas de arroz, milho, aveia e cevada, extrato de malte, sais minerais e vitaminas. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	100,00	NUTRIMENTAI	0,0000	7,95	795,00
102	FARINHA DE MILHO (FUBA) FINA - EMBALAGEM COM 1 KG. Farinha fina de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	180,00	SINHA	0,0000	3,78	680,40
106	FOLHAS DE LOURO DESIDRATADAS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 4 G. Deve apresentar coloração e odor característicos. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	200,00	TROPICAL	0,0000	2,28	456,00
107	HORTELÃ DESIDRATADO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 4 G. Deve apresentar coloração e odor característicos. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	250,00	TROPICAL	0,0000	3,49	872,50
108	MANJERICÃO DESIDRATADO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 7 G. Deve apresentar coloração e odor característicos. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	250,00	MAKRI	0,0000	2,75	687,50
109	ORÉGANO DESIDRATADO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 100 G. Deve apresentar coloração e odor característicos. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	200,00	MAKRI	0,0000	9,60	1.920,00
110	PÁPRICA DOCE EM PÓ, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 20 G. Deve apresentar coloração e odor característicos. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	TROPICAL	0,0000	3,29	987,00
112	SÁLVIA DESIDRATADA, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 5 G. Deve apresentar coloração e odor característicos. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	250,00	TROPICAL	0,0000	3,29	822,50

**Total do Participante** —————→ 120.781,30

**Total Geral** —————→ 263.631,20

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 119/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 226/2017  
Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 20/20

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 16 de Novembro de 2017

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Ana Paula Kreis	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Equipe de Apoio
Eloir José Wendt	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

RAFAELA DE OLIVEIRA ANTONIO	- ..... - Representante
RENATA CASAGRANDE GALIOTTO	- ..... - Representante
GABRIELA SARETTO	- ..... - Representante
ARILSON JOSÉ ALVES	- ..... - Representante
VENESIO HORNBURG	- ..... - Representante
ANDRÉ FELIX MAES CORDEIRO	- ..... - Representante
CHEILA ADRIANE KLITZKE	- ..... - Setor Representante

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 25/2017-PMS REAJUSTE DE ITEM (16/11/2017)

Publicação Nº 1428681

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017

Número do Registro de Preços: 21/2017 Data do Registro: 25/05/2017 Válido até: 25/05/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10 e S500 para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo Diesel - S500 - Manter em regime de comodato o tanque e/ capacidade de no mínimo 13.000 litros. BIPARTIDO com duas bombas de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entregas em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.	LT	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA (10452)	Petrobras	0	2,9590	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017

Número do Registro de Preços: 21/2017		Data do Registro: 25/05/2017		Válido até: 25/05/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10 e S500 para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educa					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Óleo Diesel - S10 - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 13.000 litros. BIPARTIDO com duas bombas de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entregas em caminhões tanque lacrados e atendidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.	LT	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA (10452)		0	3,0650	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017

Número do Registro de Preços: 21/2017		Data do Registro: 25/05/2017		Válido até: 25/05/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10 e S500 para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educa							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017  
PROCESSO Nº 70/2017

(10452) - RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Schroeder, 25 de Maio de 2017.

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 51/2017-PMS

Publicação Nº 1428726

Página: 1/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2017**

**Número do Registro de Preços: 96/2017      Data do Registro: 16/11/2017      Válido até: 16/11/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de baterias, peças e mão de obra para conserto de nobreaks e estabilizadores e aquisição de banco de baterias, módulo de rack e carregador para banco de baterias para suprir as necessidades das

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bateria 45Ah 12V Estacionária	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	Freedorn	0	336,0000	1
2	Bateria 7Ah 12V Selada	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	CSB	0	100,0000	1
3	Bateria 5Ah 12V Selada	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	CSB	0	95,0000	1
4	Varistor	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	Genérico	0	1,5000	1
5	Fusível	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	Genérico	0	1,5000	1
6	Terminais	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	NHS	0	1,0000	1
7	Luva para terminais	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	NHS	0	1,0000	1
8	Chave Tact	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	NHS	0	5,0000	1
9	Relé	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	NHS	0	4,0000	1
10	Transistor	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	Genérico	0	15,0000	1
11	Led	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	Genérico	0	1,5000	1

Página: 2/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2017**

**Número do Registro de Preços: 96/2017      Data do Registro: 16/11/2017      Válido até: 16/11/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de baterias, peças e mão de obra para conserto de nobreaks e estabilizadores e aquisição de banco de baterias, módulo de rack e carregador para banco de baterias para suprir as necessidades das

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Módulo de Baterias Rack Fechado 144V (12Vx58Ah Estacionária), ventilado, de material aço reforçado, sapatas niveladoras, com cabos de interligação entre baterias e cabos para ligação em Nobreak NHS 4200VA.	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	NHS	0	2.869,0000	1
13	Montagem, Instalação, Configuração e Testes do Módulo Bateria Rack Fechado	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	Servicos	0	120,0000	1
14	Baterias 58Ah 12V Estacionária de marca/modelo recomendada pela fabricante do Nobreak NHS 4200VA	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	Freedom	0	422,0000	1
15	Carregador de bateria, 5A 144V, Bivolt automático, 90-265v, para 12 Baterias 12V 58Ah, com carregamento inteligente, correção de fator de potência, controlador digital DSP, Isolação entre Entrada e Saída, Proteções contra bateria desconectada ou ruim, falta no circuito do carregador, saída em curto circuito, sobre corrente.	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	NHS	0	2.018,2000	1
16	Montagem, Instalação, Configuração e Testes do Carregador de bateria 5A 144V	UN	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)	Servicos	0	120,0000	1

Página: 3/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2017**

**Número do Registro de Preços: 96/2017      Data do Registro: 16/11/2017      Válido até: 16/11/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de baterias, peças e mão de obra para conserto de nobreaks e estabilizadores e aquisição de banco de baterias, módulo de rack e carregador para banco de baterias para suprir as necessidades das

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Mão de Obra,	H	ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (10766)		0	70,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2017

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 96/2017		Data do Registro: 16/11/2017		Válido até: 16/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de baterias, peças e mão de obra para conserto de nobreaks e estabilizadores e aquisição de banco de baterias, módulo de rack e carregador para banco de baterias para suprir as necessidades das							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2017  
PROCESSO Nº 110/2017

(10766) - ZEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA

Schroeder, 16 de Novembro de 2017.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N. 051/2017**

Publicação Nº 1428269

PORTARIA N. 051/2017  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO QUE MENCIONA

O Presidente da Câmara Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sra. Haide Hertel, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora Legislativa da Câmara de Vereadores de Schroeder, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Schroeder, 16 de novembro de 2017.  
Ver. Aurino Wudke  
Presidente

Miriã de Freitas Souza Gonçalves - Diretora Geral

Registrada e publicada nesta data.

# Sombrio

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1428611

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2017  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de tintas, tachões, placas de sinalização e outros materiais de uso comum para demarcação e sinalização viária e informativa do Município de Sombrio/SC.

Base Legal: Lei Federal 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei 8078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8666 de 21 de junho de 1993.

Os envelopes deverão ser entregues até as 10h15min do dia 30 de novembro de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 10h30min do dia 30 de novembro de 2017.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h00min às 13h00min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-5225.

Sombrio-SC, 16 de novembro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 241/17

Publicação Nº 1428342

DECRETO Nº 241, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2293 de 06 de Dezembro de 2016, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) , na seguinte dotação orçamentária:

06.02 - FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE SOMBRIO  
2.012 - Gestão da Política de Assistência Social  
3.1.90..00.00.00.00.00.0080 (95) Aplicações Diretas .....  
R\$ 120.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º correrá a conta do provável excesso dos recursos da fonte 80.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 18 de outubro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

### DECRETO Nº. 242/17

Publicação Nº 1428343

DECRETO Nº 242, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2293 de 06 de Dezembro de 2016, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais). nas seguintes dotações orçamentárias:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - Atendimento de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0030(7) - Aplicações Diretas ..... R\$ 120.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0073(38) Aplicações Diretas ..... R\$ 23.000,00

2.022 - Serviço de combate a Epidemiologia

3.1.90.00.00.00.00.00.0036(24) - Aplicações Diretas ..... R\$ 6.000,00

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 30, 73 e 36.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 18 de outubro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

### DECRETO Nº. 254/17

Publicação Nº 1428344

DECRETO Nº 254, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2293 de 06 de Dezembro de 2016, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) , nas seguintes dotações orçamentárias:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TÉC. E ADMINISTRATIVA  
2.024 - Gestão da Secretaria de Educação  
3.3.90..00.00.00.00.00.0086 (62) Aplicações Diretas .....  
R\$ 20.000,00

11.02 - DIRETORIA DE ESPORTES  
2.047 - Manut. do Esporte Amador e Estudantil  
3.3.90..00.00.00.00.00.0080 (153) Aplicações Diretas .....  
R\$ 100.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá à conta do provável excesso de arrecadação das fontes 80 e 86.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de novembro de 2017.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças e Administração

## DECRETO Nº. 255/17

Publicação Nº 1428345

DECRETO Nº 255, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2293 de 06 de Dezembro de 2016, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária::

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TEC. E ADMINISTRATIVA  
2.030 - Pagamento de Estagiários  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(87) - Aplicações Diretas ..... R\$  
200.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de novembro de 2017.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças e Administração

## DECRETO Nº. 259/17

Publicação Nº 1428432

DECRETO Nº 259, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

INCLUI MEMBRO QUE ESPECIFICA NA EQUIPE DE APOIO PARA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO PREGÃO, DECRETO Nº 251, DE 01/11/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS..

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições privativas que lhe confere os termos da Lei Orgânica do Município Sombrio - SC, de 06 de Abril de 1990.

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluído membro na equipe de apoio para a modalidade de Licitação Pregão, Decreto nº 251, de 01 de novembro de 2017, como segue:

- Marielis Mateus Tavares, CPF nº 003.405.079-50.

Art. 2º. A nominata dos demais membros que compõe a Equipe de apoio, permanece inalterada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 13 de novembro de 2017.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças e Administração

## JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO PP 26-2017\_01

Publicação Nº 1428532

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

A Presidente do Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei 10.520/02, torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentos (leites) para fins medicinais específicos e para suplementação de nutrição para distribuição gratuita por via judicial aos pacientes cadastrados junto a secretaria municipal de saúde de Sombrio/SC. A empresa MAYCON WILL EIRELI EPP impugnou a empresa J.C. DA ROSA ME, alegando que a impugnada não possui atividade para comercialização de gêneros alimentícios, o que foi acatado pelo Pregoeiro, decretando a inabilitação da empresa J.C. DA ROSA ME. Fica aberto o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Sombrio/SC, 16 de novembro de 2017.  
Gislane Dias da Cunha  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**PROCESSO 25-2017\_MANUTEÇÃO EQUIP. SAÚDE -  
REPUBLICAÇÃO**

Publicação Nº 1428379

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SOMBRIO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017 - REPUBLICAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017 - REPUBLICAÇÃO  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços para manutenção corretiva e preventiva, com calibração e teste de segurança elétrica nos equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, das unidades básicas e unidade central de saúde de Sombrio/SC, incluindo o fornecimento de peças, conforme as especificações e condições de execução constantes no Anexo I - Termo de Referência.

Base Legal: Lei Federal 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei 8078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8666 de 21 de junho de 1993.

Os envelopes deverão ser entregues até as 08h45min do dia 01 de dezembro de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 01 de dezembro de 2017.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 186, Centro de Sombrio/SC. No Horário das 08h00min às 13h00min ou pelo tel. (48) 3533-5200.

Sombrio/SC, 16 de novembro de 2017.

Gislane Dias da Cunha

Presidente Fundo Municipal de Saúde

**EDITAL 003/2017 - PROCESSO SELETIVO EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1429338

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO/SC  
PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017**

A empresa **AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA** (Através de seu departamento de pesquisas: **PS Concursos**), e o **MUNICÍPIO DE SOMBRIO**, junto à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, através da Comissão de Processo Seletivo, nomeada através do **Decreto nº 256, de 01 de Novembro de 2017**, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 1853, de 22 de dezembro de 2009, e Lei nº 1905, de 27 de setembro de 2010, **TORNA PÚBLICO** o Edital de abertura para realização de Processo Seletivo destinado a admissão em caráter temporário de profissionais nas áreas de: Educação Infantil ao 5º ano, licenciaturas do 6º ao 9º ano, Ensino Religioso do 6º ao 9º ano (Português, História, Geografia, Filosofia, Religião, Matemática e/ou Ciências), Educação Física do Infantil III ao 9º ano, Arte do Infantil IV ao 9º ano, Inglês do Infantil IV ao 9º ano, auxiliar de ensino da educação infantil, auxiliar de ensino para educação inclusiva, monitor de oficinas (Capoeira, Esporte, Dança, Música e/ou Informática), **secretário de escola e Gestor Pedagógico**.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO se reserva o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Processo Seletivo.
- 1.2. Para se inscrever, o candidato deverá acessar o [site www.processosseletivos.com.br/sombrio](http://www.processosseletivos.com.br/sombrio), efetuar seu cadastro e sua inscrição, e antes de validar a inscrição, conferir todos os dados inclusive à denominação do cargo e seu respectivo código.
- 1.3. O cronograma com as datas de cada fase do Processo Seletivo e os conteúdos programáticos de cada cargo estarão disponibilizadas nos **Anexos I e II**, partes integrantes do presente Edital.

**2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS.**

Poderão participar do Processo Seletivo, os profissionais interessados em prestar serviço que atendam os requisitos deste Edital da legislação vigente e alterações supervenientes, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

**ÁREA 01 – EDUCAÇÃO INFANTIL III AO 5º ANO**

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	<b>Professor Educação Infantil III ao 5º Ano</b>	CR*	Até 40h	<b>Habilitado</b> – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia.  <b>Não Habilitado</b> – Certificado de conclusão do Magistério ou Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia.

**ÁREA 02 – ENSINO FUNDAMENTAL (6º AO 9º ANO)**

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
----	-------	----------------	-----------------------	---------------------------------

2	<b>Professor Língua Portuguesa</b> (6º ao 9º ano)	CR*	Até 40h	<p><b>Habilitado</b> – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – Português ou Letras (Português/ Inglês).</p> <p><b>Não Habilitado</b> – Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área – Português.</p>
3	<b>Professor Ciências</b> (6º ao 9º ano)	CR*	Até 40h	<p><b>Habilitado</b> – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – Ciências.</p> <p><b>Não Habilitado</b> – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área – Ciências.</p>
4	<b>Professor Matemática</b> (6º ao 9º ano)	CR*	Até 40h	<p><b>Habilitado</b> – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – Matemática.</p> <p><b>Não Habilitado</b> – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área – Matemática.</p>
5	<b>Professor História</b> (6º ao 9º ano)	CR*	Até 40h	<p><b>Habilitado</b> – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – História.</p> <p><b>Não Habilitado</b> – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área – História.</p>
6	<b>Professor Geografia</b> (6º ao 9º ano)	CR*	Até 40h	<p><b>Habilitado</b> – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – Geografia.</p> <p><b>Não Habilitado</b> – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área – Geografia.</p>
7	<b>Professor Filosofia</b> (6º ao 9º ano)	CR*	Até 40h	<p><b>Habilitado</b> – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – Filosofia ou Pedagogia ou História.</p> <p><b>Não Habilitado</b> – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área – (Filosofia ou Pedagogia ou História)</p>
8	<b>Professor Religião</b> (6º ao 9º ano)	CR*	Até 40h	<p><b>Habilitado</b> – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área de Teologia, Sociologia, Pedagogia, História e Filosofia.</p> <p><b>Não Habilitado</b> – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Teologia, Sociologia, Pedagogia, História e Filosofia.</p>

**ÁREA 03 – INGLÊS (DO INFANTIL IV AO 9º ANO)**

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
9	<b>Professor Inglês</b> (Infantil IV ao 9º Ano)	CR*	Até 40h	<b>Habilitado</b> – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – Inglês ou Letras (Português/Inglês). <b>Não Habilitado</b> – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área – Inglês ou Letras (Português/Inglês).

**ÁREA 04 – ARTE (DO INFANTIL IV AO 9º ANO).**

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
10	<b>Professor Artes</b> (Infantil IV ao 9º Ano)	CR*	Até 40h	<b>Habilitado</b> – Diploma de conclusão de curso superior com licenciatura em Artes, licenciatura em Artes Visuais ou Educação Artística. <b>Não habilitado</b> – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Artes ou Artes Visuais.

**ÁREA 05 – EDUCAÇÃO FÍSICA (DO INFANTIL III AO 9º ANO).**

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
11	<b>Professor Educação Física</b> (Infantil III ao 9º Ano)	CR*	Até 40h	<b>Habilitado</b> – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – Educação Física. <b>Não Habilitado</b> – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área – Educ. Física.

**ÁREA 06 – AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO**

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
12	<b>Auxiliar de Ensino de Educação Infantil/ Inclusiva</b>	CR*	Até 40h	Certificado de conclusão de Magistério ou cursando Nível Superior de Pedagogia a partir da 4ª Fase.

**ÁREA 07 – MONITOR DE OFICINAS**

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
13	<b>Monitor de Oficinas (Informática)</b>	CR*	Até 40h	Certificado de conclusão do Ensino médio completo e/ou Experiência comprovada na Área de Atuação.
14	<b>Monitor de Oficinas (Dança)</b>	CR*	Até 40h	Certificado de conclusão do Ensino médio completo e/ou Experiência comprovada na Área de Atuação.
15	<b>Monitor de Oficinas (Esporte)</b>	CR*	Até 40h	Certificado de conclusão do Ensino médio completo e/ou Experiência comprovada na Área de Atuação.
16	<b>Monitor de Oficinas (Capoeira)</b>	CR*	Até 40h	Certificado de conclusão do Ensino médio completo e/ou Experiência comprovada na Área de Atuação
17	<b>Monitor de Oficinas (Música)</b>	CR*	Até 40h	Certificado de conclusão do Ensino médio completo e/ou Experiência comprovada na Área de Atuação.

**ÁREA 08 – OUTROS CARGOS**

18	<b>Fonoaudiólogo</b>	CR*	Até 40h	Certificado de conclusão de Curso Superior na área e Registro no Órgão Fiscalizador.
19	<b>Psicólogo</b>	CR*	Até 40h	Certificado de conclusão de Curso Superior na área e Registro no Órgão Fiscalizador.
20	<b>Secretário de Escola</b>	CR*	Até 40h	Certificado de conclusão do ensino médio
21	<b>Gestor Pedagógico</b>	CR*	Até 40h	Diploma de Graduação na área da educação + Pós graduação na área da educação

\* CR = Cadastro de Reserva

**NOTA 01:** As atribuições dos cargos são as constantes na **Lei nº 1853, de 22 de dezembro de 2009**, e **Lei nº 1905, de 27 de setembro de 2010**.

**3. DAS INSCRIÇÕES**

O candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) cargo. Salvo nos casos descritos a seguir:

- Caso o candidato opte por se inscrever para o cargo de **Professor de Educação Infantil III ao 5º ano** na **ÁREA 01**, ele poderá também se inscrever, como segunda opção, para o cargo de **Auxiliar de Ensino de Educação Infantil/Inclusiva** na **ÁREA 06**.
- Caso o candidato opte por se inscrever para o cargo de **Auxiliar de Ensino de Educação Infantil/Inclusiva** na **ÁREA 06**, ele poderá também se inscrever, como segunda opção, para o cargo de **Professor de Educação Infantil III ao 5º ano** na **ÁREA 01**.
- Caso o candidato opte por se inscrever para o cargo de **Professor de Língua Portuguesa (6º ao 9º ano)** na **ÁREA 02**, ele poderá também se inscrever, como segunda opção, para o cargo de **Professor de Inglês (Infantil IV ao 9º ano)** na **ÁREA 03**.

- d) Caso o candidato opte por se inscrever para o cargo de **Professor de Inglês (Infantil IV ao 9º ano)** na **ÁREA 03**, ele poderá também se inscrever, como segunda opção, para o cargo de **Professor de Língua Portuguesa (6º ao 9º ano)** na **ÁREA 02**
- e) Caso o candidato opte por se inscrever para um cargo da **ÁREA 07 (Monitor de Oficinas)**, ele poderá também se inscrever, como segunda opção, para outro cargo também da **ÁREA 07**.
- f) O candidato poderá se inscrever simultaneamente em duas opções, citado nos itens: **3.a, 3.b, 3.c, 3d e 3.e**, entretanto, **escolherá apenas uma vaga e será automaticamente excluído da segunda classificação, não podendo reclamar a vaga da qual desistiu.**

## 1. PRÉ-INScrição ONLINE

- 1.1. A pré-inscrição on-line do candidato somente será efetuada via internet, no período de **20/11/2017 a 04/12/2017**.
- 1.2. Para realizar a sua pré-inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:
  - a) Acessar o endereço eletrônico: [www.processosseletivos.com.br/sombrio](http://www.processosseletivos.com.br/sombrio);
  - b) Ler atentamente o edital, preencher o Formulário de Pré-inscrição on-line, imprimir o comprovante gerado, e o documento contendo o valor de inscrição e a conta para **DEPÓSITO IDENTIFICADO** também gerado após a pré-inscrição eletronicamente, e seguir os passos constantes no **ÍTEM 3.2** deste edital.
  - c) Efetuar o **DEPÓSITO IDENTIFICADO** ou **TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA**, até o dia **05/12/2017**, referente à taxa de inscrição (**ÍTEM 3.3**) atribuída ao nível do cargo para o qual pretende concorrer, na seguinte conta corrente: **C/C: 72-3, AG: 2892, Operação: 006, Banco nº104 (Caixa Econômica Federal), Titular: Prefeitura Municipal de Sombrio**.
- 1.3. O candidato inscrito que possuir deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de Pré-inscrição on-line.
- 1.4. O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de pré-inscrição, através do e-mail: [suporte@processosseletivos.com.br](mailto:suporte@processosseletivos.com.br).
- 1.5. As informações prestadas no Formulário de Pré-inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do processo seletivo, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornece dados inverídicos ou falsos.

## 2. VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

- 2.1. O candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer de **04 a 05/12/2017**, das **8:00h as 13:00h**, no auditório da Prefeitura Municipal de SOMBRIO, munido dos seguintes documentos:
  - a) Formulário de Pré-inscrição impresso;
  - b) Comprovante de pagamento (**DEPÓSITO IDENTIFICADO** ou **TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA**) referente ao valor da inscrição; (**original**)
  - c) CPF e Carteira de Identidade ou CNH ou Carteira de Trabalho (**original e cópia**);
  - d) Documentos para comprovação de cursos de aperfeiçoamento (**original e cópia**);
  - e) Documentos para comprovação de tempo de serviço (**original e cópia**);
  - f) Documentos para Comprovação dos títulos para prova de títulos (**original e cópia**);
  - g) Laudo médico, para os candidatos que possuem deficiência. (**Original**)
- 2.2. Não haverá validação de inscrição condicional ou extemporânea nem validação da inscrição por correspondência.
- 2.3. A validação poderá ser feita por procurador, por representante legal munido de procuração e os documentos legais exigidos

- 2.4. O Candidato, deverá no momento da contratação apresentar todos os diplomas e certificados de habilitação e escolaridade mínima exigidos para o cargo a que concorre. Caso não o fizer, será imediatamente eliminado do processo seletivo, não podendo requerer, em hipótese alguma, reclassificação ou reconsideração de sua situação devido ao não atendimento as exigências do edital e cargo.
- 2.5. Caso o candidato, inscrito como professor habilitado, no momento da contratação, não apresentar o diploma ou certificado de conclusão da graduação/escolaridade mínima exigida para sua admissão, será imediatamente eliminado do processo seletivo, não podendo, em hipótese alguma, solicitar reclassificação em listas de não habilitados
- 2.6. O candidato inscrito que possuir deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de inscrição. O mesmo deverá informar no ato da inscrição, o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.
- 2.7. O candidato, que possuir deficiência ou não, que precisar de condições ou necessidades especiais para a prestação da prova escrita deverá selecionar a opção para este fim e mencionar os cuidados ou recursos especiais, para o dia da prova escrita, no formulário de inscrição on-line.
- 2.8. O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de inscrição online, através do e-mail: [suporte@processosseletivos.com.br](mailto:suporte@processosseletivos.com.br).
- 2.9. As informações prestadas no Formulário de Inscrição online serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do processo seletivo, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como, fornecer dados inverídicos ou falsos.

### 3. VALORES DE INSCRIÇÃO

CARGO / ESCOLARIDADE	VALOR
Cargos de Nível Médio	R\$ 30,00
Cargos de Nível Superior	R\$ 40,00

**NOTA 01:** O Candidato que se inscrever para dois cargos, condição prevista no item 3 deste edital, pagará o valor referente ao cargo de maior nível de escolaridade

### 4. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

- 4.1. É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário de inscrição on-line, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes da confirmação, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das validações das inscrições.
- 4.2. As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site [www.processosseletivos.com.br/sombrio](http://www.processosseletivos.com.br/sombrio) nos últimos dias de pré-inscrição on-line.
- 4.3. A empresa organizadora do certame e a Prefeitura Municipal de SOMBRIO/SC não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

### 5. PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 5.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão publicados e deferidas no dia **05/12/2017**, e caso houver alteração, após prazo de recursos, será divulgada a lista retificada no dia **08/12/2017** pela autoridade competente, ambas até as **23h:59min**. O ato de publicação será divulgado no site [www.processosseletivos.com.br/sombrio](http://www.processosseletivos.com.br/sombrio), onde estarão indicados o nome do candidato, o cargo pretendido e o número de sua inscrição.
- 5.2. No mesmo local será publicada a relação das inscrições indeferidas.

**4. REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO CARGO**

- 4.1. Ter nacionalidade brasileira ou equivalente
- 4.2. Estar no gozo de direitos políticos e cíveis;
- 4.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- 4.4. Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino (xerox).
- 4.5. Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no **ITEM II** do presente Edital, na data da contratação.
- 4.6. Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão de caráter temporário por contrato.
- 4.7. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.
- 4.8. Não possuir antecedentes criminais
- 4.9. Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão, por meio da assinatura de regular termo de declaração.
- 4.10. Firmar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstas em Lei.
- 4.11. Caso o candidato possua filhos (menores/dependentes) apresentar certidão de nascimento e CPF dos mesmos.

**5. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO**

O Processo Seletivo constará de 02 (duas) etapas consistentes de:

- a. **Prova Escrita**, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório (ressalvada a ausência do candidato à prova ou zerá-la, casos em que será eliminado do processo seletivo);
- b. **Prova de Títulos** (escolaridade, cursos de aperfeiçoamento ou atualização e tempo de serviço), de caráter classificatório.

**5.1. PROVA ESCRITA**

5.1.1. A prova escrita será de caráter classificatório e eliminatório, que avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do cargo pretendido.

5.1.2. As provas escritas serão organizadas conforme exigências do cargo pretendido:

**5.1.2.1. Provas para todos os cargos de Nível Superior, Auxiliar de Educação e Secretário de Escola**

- a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas para o cargo de interesse do candidato, sendo 05 (cinco) questões gerais de língua portuguesa, 10 (dez) questões de conhecimentos Gerais da Educação e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos do cargo pretendido. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.
- b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;
- c) O caderno de avaliações será único e composto pelas questões gerais e específicas de todos os cargos;
- d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

**5.1.2.2. Provas para os cargos de Monitor de Oficinas**

- e) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas para o cargo de interesse do candidato, sendo 05 (cinco) questões de língua portuguesa e interpretação de texto, 10 (dez)

questões de conhecimentos Gerais da Educação e 05 (cinco) questões de Atualidades e conhecimentos históricos. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

- f) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;
- g) O caderno de avaliações será único e composto pelas questões gerais e específicas de todos os cargos;
- h) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

**5.1.2.3.** As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.

**5.1.2.4.** O peso de cada questão é de **0,5 pontos**.

**5.1.2.5.** A nota da prova escrita (NPE) será calculada com o emprego da seguinte fórmula:  **$NPE = (NA \times 0,5)$  onde (NPE= Nota da Prova Escrita, e NA= Número de Acertos).**

**5.1.2.6.** Cada Candidato inscrito no certame terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.

**5.1.2.7.** O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade.

**5.1.2.8.** Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.

**5.1.2.9.** Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.

## 5.2.PROVA DE TÍTULOS

### 5.2.1. Da avaliação do nível de escolaridade

A avaliação do nível de escolaridade será feita através de certificados ou diplomas de licenciatura na área a que concorre, curso de pós-graduação, mestrado e doutorado na área da educação, de acordo com a tabela de pontos abaixo:

#### Cargo: Professor

Título	Comprovantes Exigidos	Valor unitário	Quantidade e Máxima	Pontuação Máxima
Doutorado	Diploma devidamente registrado.	3,00	1	3,00
Mestrado	Diploma devidamente registrado.	2,00	1	2,00
Especialização	Diploma devidamente registrado.	1,00	1	1,00

#### Cargos: Auxiliar de Ensino

Título	Comprovantes Exigidos	Valor unitário	Quantidade Máxima	Pontuação Máxima
Licenciatura na Área	Diploma de curso superior na área da pedagogia	1,00	1	1,00

**NOTA 01:** Não haverá pontuação de títulos para os cargos das Áreas 07 e 08 constantes no ITEM 2 deste edital.

**NOTA 02:** Na avaliação da prova de títulos, será considerada apenas a pontuação do maior título, ou seja, não será somatória.

### 5.2.2.Da avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização.

A avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação será feita através de cursos de aperfeiçoamento ou atualização frequentados, ministrados e concluídos no período de **30/11/2015 a 30/10/2017**, obedecida a tabela de pontos abaixo:

Número de Horas	Pontuação	Comprovantes Exigidos
160 horas	1,0 ponto	Diplomas, certificados ou declarações devidamente expedido por instituição credenciada pelo MEC, CEE ou CME, contendo a assinatura do responsável, carga horária, conteúdo programático, período de realização.

### 5.2.3.Da avaliação do tempo de serviço.

5.2.3.1.A avaliação do tempo de serviço será feita através de atestado de tempo de serviço no magistério da rede pública ou particular de Santa Catarina e de outros estados, e obterá a pontuação de **0,01 (zero vírgula zero um)** pontos para cada mês completo de tempo de serviço, limitando-se a **25 (vinte e cinco)** anos, totalizando o máximo de **3,0 (três)** pontos.

5.2.3.2.No cálculo de pontos por tempo de serviço comportar-se-á como um mês a fração igual ou superior a 15 dias.

5.2.3.3.Para receber a pontuação relativa ao tempo de serviço no magistério, o candidato deverá comprovar através de:

- I. Para exercício de atividade em instituição privada ou instituição pública que adote o Regime Celetista para o quadro funcional será necessária a comprovação através de: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa;
- II. Para exercício de atividade em instituição pública que adote o regime estatutário será necessária a comprovação do tempo de serviço que informe o período, com início e fim, emitida pelos seguintes órgãos:
  - a. Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público estadual;
  - b. Secretaria de Educação do Município, quando se tratar de tempo de serviço municipal (Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal);
  - c. Secretaria da Educação do Estado de origem, quando se tratar de magistério público de outros Estados;
  - d. Setor de Recursos Humanos do Órgão Federal ou de Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público federal e particular, respectivamente;

5.2.3.4.Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério o atestado/certidão emitido deverá conter o nome do órgão por extenso, não se aceitando abreviaturas.

5.2.3.5.Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério não será considerada sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes.

5.2.3.6.Não será computado para efeito de pontuação ao título de tempo de serviço no magistério, o tempo de serviço que excede a 25 anos de trabalho.

5.2.3.7.Não será computado também, o tempo de estágio, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.

5.2.3.8.O tempo de serviço será considerado até a data de **30/11/2017**.

## 6. DA REALIZAÇÃO DA PROVA

6.1. A prova escrita será realizada no dia **17/12/2017**, na **E.E.B.M. PROF. ALDA SANTOS DE VARGAS**, sito a rua Francisco Caetano Lummerz, 873, Bairro Januária em Sombrio/SC. (Acesso de Entrada da escola no portão ao lado do Ginásio.

- 6.2. Os horários das provas serão divulgados até as 23h:59min do dia **11/12/2017**, no portal [www.processosseletivos.com.br/sombrio](http://www.processosseletivos.com.br/sombrio), no site [www.sombrio.sc.gov.br](http://www.sombrio.sc.gov.br) e no mural da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC.
- 6.3. Para os candidatos inscritos em **01 (um) cargo**, a prova terá duração máxima de **01 hora e 30 minutos**.
- 6.4. Para os candidatos inscritos em **02 (dois) cargos**, a prova terá duração máxima de **01 hora e 50 minutos**.
- 6.5. Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o **Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente)** e o **Comprovante de inscrição (Facultativamente)**.
- 6.6. Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.
- 6.7. As provas terão um prazo mínimo de realização de **30 (trinta) minutos**.
- 6.8. O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado e confirmado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, Pager, beep, calculadora ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.
- 6.9. Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.
- 6.10. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial, há no máximo 15 (quinze) anteriores em relação ao dia da realização da Prova.
- 6.11. A apresentação do comprovante de inscrição no dia da realização da prova escrita servirá também ao candidato como único documento que possibilitará a garantia de poder realizar a prova em caso sua inscrição deferida e não constatação de seu nome nas listas de distribuições de locais de prova.
- 6.12. Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.
- 6.13. Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis ou caneta de cor diferente da preta ou azul, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.
- 6.14. Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.
- 6.15. Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para cargos diversos), estes serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/cargo pretendido.
- 6.16. Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Processo Seletivo.
- 6.17. Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).
- 6.18. Por razões de ordem técnica e de segurança, a entidade responsável pela elaboração das provas, se reserva ao direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do certame, estando à disposição dos candidatos uma cópia para download no mesmo endereço das inscrições em até **24 horas úteis** após aplicação da prova.
- 6.19. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.
- 6.20. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
- 6.21. A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.
- 6.22. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

- 6.23. Não será disponibilizado pela equipe técnica do Processo Seletivo, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.
- 6.24. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.
- 6.25. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham guarda parentesco ou de amizade com a candidata.
- 6.26. Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.
- 6.27. Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.
- 6.28. Após a entrada na escola onde será realizada a prova, o candidato deverá se dirigir imediatamente para sua sala de realização de prova, ficando vedada a permanência do mesmo nas dependências, em caso de descumprimento de tal condição.
- 6.29. A Comissão do Processo Seletivo e a empresa organizadora do certame poderão, justificadamente, alterar as normas previstas no **ITEM 6** e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar a realização e o bom andamento do Certame.

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO

- 7.1. Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/cargo e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{PONTUAÇÃO FINAL} = (\text{NOTA DA PROVA ESCRITA}) \times 6 + (\text{PONTOS DA PROVA DE TÍTULOS} + \text{TEMPO DE SERVIÇO} + \text{HORAS DE CURSO}) \times 4$$

- 7.2. No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:
- a) Obter maior pontuação na prova escrita;
  - b) Obter a maior pontuação na soma da prova de Títulos, Horas de Curso e Tempo de Serviço;
  - c) Obter o maior Título;
  - d) Obter a maior idade;
- 7.3. As provas obedecerão aos critérios especificados pelo Anexo I e conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital.
- 7.4. A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.
- 7.5. A publicação da classificação parcial será divulgada exclusivamente no portal [www.processosseletivos.com.br/sombrio](http://www.processosseletivos.com.br/sombrio), no dia **08/01/2018**.
- 7.6. A publicação da classificação final e definitiva, após apuração de recursos, será divulgada nos sites: [www.processosseletivos.com.br/sombrio](http://www.processosseletivos.com.br/sombrio) e no site oficial do município de Sombrio/SC, no dia **12/01/2018**.

## 8. DOS RECURSOS

- 8.1. O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:
- a) Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital de homologação das inscrições;
  - b) Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à realização da prova.
  - c) Com relação à classificação parcial no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos resultados.

- 8.2. O recurso deverá ser interposto de forma individual referente a quaisquer das situações descritas no item 8.1 deste Edital com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, sendo, portanto, necessária à devida fundamentação das razões de inconformidade com a sua comprovação por meio de citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando-se em anexo ao respectivo recurso cópia destes comprovantes.
- 8.3. Para recorrer o candidato(a) deverá imprimir, preencher, assinar e digitalizar o formulário próprio para recursos constante no Anexo III.
- 8.4. Após o preenchimento correto e completo do formulário de recursos, nos moldes do que prescreve, o candidato(a) deverá enviar seu recurso pela forma digitalizada por meio de correio eletrônico para o e-mail [recursos@processosseletivos.com.br](mailto:recursos@processosseletivos.com.br) desde que respeitado os prazos fixados no anexo I deste Edital.
- 8.5. Os Recursos enviados pelo sistema de correio eletrônico somente serão aceitos como válidos se a data de postagem e envio do e-mail do candidato com suas razões recursais e recebimento da mensagem automatizada do recebimento do e-mail, estiverem dentro dos prazos fixados por este Edital para tal desiderato. E-mails enviados fora dos prazos recursais, não serão considerados
- 8.6. O endereço eletrônico para recebimento de recursos, mostrado no item 8.4 deste edital, só estará disponível e operante durante os prazos recursais e será utilizado apenas para este fim. Para outros assuntos e dúvidas, o candidato deverá se dirigir pelo e-mail informado no item 3.1.4 deste edital
- 8.7. Não será aceito recurso via fax, fora do prazo ou ainda em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital.
- 8.8. Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.
- 8.9. Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, em até 02 (dois) dias úteis a contar a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação dos classificados no Processo Seletivo, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.
- 8.10. No pedido de Revisão de correção de provas, será apresentado apenas uma vez ao candidato, caso necessário, o Cartão Resposta Digitalizado, ficando impedido de fazer qualquer alteração ou cópia.
- 8.11. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
- 8.12. Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico [www.processosseletivos.com.br/sombrio](http://www.processosseletivos.com.br/sombrio), conforme cronograma do Anexo I. Respostas individuais não serão encaminhadas aos candidatos.
- 8.13. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso e em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

## 9. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 9.1. Às pessoas com deficiência são asseguradas o direito de inscrição no Processo Seletivo, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99.
- 9.2. São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada cargo, às pessoas com deficiência de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº. 3.298/99, e suas alterações, Decreto Federal nº. 5.296/2004 e suas alterações e na Lei Federal nº. 7.853/1989, caso não houver candidato inscrito ou aprovado as vagas reservadas serão disponibilizadas para os demais candidatos aprovados.
- 9.3. Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao

conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

- 9.4. Caso o candidato inscrito como pessoa com deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para pessoas com deficiência.
- 9.5. Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.
- 9.6. O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo no formulário de inscrição, e complementado pelo preenchimento do ANEXO III desde edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.
- 9.7. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.
- 9.8. O candidato com deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição ou não atender as condições de deficiência, determinadas neste Processo Seletivo passará a concorrer unicamente como candidato sem deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.
- 9.9. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.
- 9.10. As pessoas com deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

#### 10. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

10.1. Fica delegada competência à empresa organizadora do certame para:

- a) Organizar programas e inscrições no portal da internet;
- b) Deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos previstos neste Edital;
- c) Disponibilizar a Emissão Eletrônica dos documentos de pré-inscrições e inscrição através de sistemas automatizados e on-line;
- d) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita;
- e) Apurar e responder os recursos das inscrições, da prova escrita e resultados publicados, com auxílio e suporte da Comissão do Processo Seletivo.

10.2. Fica atribuído à Comissão do Processo Seletivo, nomeada através de Decreto, exclusivamente para acompanhar o certame, as seguintes responsabilidades:

- a) Elaborar e responder pelo edital;
- b) Conferir, aprovar e publicar o edital;
- c) Prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- d) Acompanhar e fiscalizar a realização das provas;
- e) Validar as informações prestadas pelo candidato, relativamente às pré-inscrições;
- f) Entregar toda a documentação referente as validações de inscrições e recursos a empresa organizadora do certame após o término de cada fase.

#### 11. CONVOCAÇÃO PARA EXAMES MÉDICOS E ENTREGA DE DOCUMENTOS

- 11.1. Os candidatos aprovados e convocados deverão apresentar exames médicos admissionais e a critério do médico avaliador responsável poderão requisitar exames complementares e emitir parecer de **APTO** ou **NÃO APTO** para o exercício do cargo, sendo este de caráter eliminatório.

11.2. O candidato convocado deverá apresentar ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de SOMBRIO/SC, situada a rua Telegrafista Adolfo Coelho, Bairro São Luís como documentação necessária à sua admissão, composta por:

- a) Comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) Prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) Prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) Comprovação da escolaridade exigida neste edital;
- e) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- f) Atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo público;
- g) Nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos decretos Nº. 70.391/1972 e Nº. 70.436/1972.
- h) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.
- i) Carteira de Identidade;
- j) CPF;
- k) PIS/PASEP;
- l) Certidão de Casamento;
- m) Certidão de Nascimento dos filhos e CPF dos dependentes;
- n) (Uma) foto 3x 4 recente;
- o) Carteira Profissional Original;
- p) Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;

## 12. DA ESCOLHA DE VAGAS

- 12.1. A escolha de vagas obedecerá rigorosamente à classificação, de acordo com o horário, data e local a serem divulgados.
- 12.2. A escolha de vaga deve ser feita pelo titular da inscrição, não podendo ser por procuração.
- 12.3. O candidato deverá escolher a vaga existente de 10, 20, 30 e 40 horas na unidade escolar, na sua totalidade de carga horária.
- 12.4. O candidato que assumir o cargo e vier a desistir será eliminado do processo seletivo, salvo por necessidade da Secretaria de Educação.
- 12.5. O candidato após assumir a vaga não poderá trocá-la, sob pena de exclusão do processo seletivo, nem poderá reduzir sua carga horária exceto em casos de necessidade da Secretaria Municipal de Educação.
- 12.6. O candidato que escolher a vaga e não assumir no tempo previsto, será considerado desistência, sendo eliminado do processo seletivo.
- 12.7. O prazo de se apresentar na unidade de trabalho será o seguinte.
  - a) Para a 1ª chamada – o dia estabelecido na escolha de vaga;
  - b) Para a 2ª chamada e demais – 24 (vinte e quatro) horas a partir do momento em que for chamado.
- 12.8. O profissional contratado ficará vinculado a Secretaria Municipal da Educação, onde poderá ocorrer mudança de local de trabalho e alteração da jornada de trabalho, sempre que necessário.
- 12.9. O candidato contratado ficará em permanente avaliação, caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será rescindido seu contrato;
- 12.10. A avaliação de desempenho neste caso será comprovada através de relatórios, onde no mínimo 02 (duas) pessoas da referida escola e 01 (uma) representante da Secretaria Municipal de Educação assinem cada um deles;
- 12.11. O candidato que tiver seu contrato rescindido em função do ocorrido no subitem 12.7 não poderá optar por outra vaga durante o ano letivo de 2018.

- 12.12.** Para a escolha de vagas, o candidato será chamado conforme as necessidades surgidas no início e no decorrer do ano letivo de 2018, em ordem classificatória. A primeira chamada de todos os cargos, será feita por chamada pública com data ainda a ser divulgada no site do processo seletivo e as demais todas as terças-feiras às 14:00 horas na Secretaria de educação.
- 12.13.** O candidato terá dois dias úteis para se apresentar no Setor Pessoal munido das documentações exigidas para o contrato e assim assumir as aulas/ ou vaga escolhida. Caso o candidato não se apresentar no prazo determinado, será excluído do processo seletivo.
- 12.14.** Após contratação temporária, a desistência da vaga não dará direito a nova escolha no ano letivo, ou seja, o mesmo será excluído do processo seletivo.
- 12.15.** O candidato que tiver 3 (três) faltas injustificadas consecutivas ou alternadas terá seu contrato rescindido.
- 12.16.** A primeira chamada pública é obrigatória a presença do candidato, sob pena de exclusão do processo seletivo, caso seja chamado e não estiver presente.

**\*verificar as vagas disponíveis que serão oferecidas no mural da secretaria até o horário da escolha.**

### **13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 13.1.** A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 13.2.** Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.
- 13.3.** Será excluído do certame o candidato que:
- Faltar a qualquer uma das fases do certame;
  - Não pontuar na prova objetiva;
  - Portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Processo Seletivo;
  - For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
  - For apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
  - Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.
- 13.4.** O presente edital objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime estatutário do servidor público municipal do município de Sombrio/SC.
- 13.5.** Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequentemente não contratação.
- 13.6.** A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Secretaria Municipal de Educação, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da mesma.
- 13.7.** O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.
- 13.8.** É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.
- 13.9.** O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, no portal das inscrições, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo, e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de SOMBRIO/SC, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.
- 13.10.** Os casos omissos serão resolvidos pela organizadora do certame e pela Comissão do Processo Seletivo.
- 13.11.** A validade do Processo Seletivo será de um ano, podendo ser prorrogado por mais um ano.

- 13.12.O presente Edital estará disponibilizado no site [www.processosseletivos.com.br/sombrio](http://www.processosseletivos.com.br/sombrio), no site [www.sombrio.sc.gov.br](http://www.sombrio.sc.gov.br) e no mural da Prefeitura Municipal de SOMBRIO.
- 13.13.Faz parte deste edital o **Anexo I** – Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.
- 13.14.Faz parte deste edital o **Anexo II** – Dos Conteúdos Programáticos.
- 13.15.Faz parte deste edital o **Anexo III** – Do formulário para recurso.
- 13.16.Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
- 13.17.Revogam-se as disposições em contrário.

**SOMBRIO/SC, em 17 de NOVEMBRO de 2017.**

**GRAZIELA CAETANO DA ROSA SCHWARTZHAUPT**  
Gerente de Educação

Fica homologado o presente **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. ° 003/2017**, a data, o local e o horário da prova.

**ZÊNIO CARDOSO**  
Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO/SC  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2017**

**ANEXO I  
CRONOGRAMA DO PROCESSO**

<b>Cronograma</b>	<b>Data</b>
Publicação do Edital de Abertura	<b>17/11/2017</b>
Período de pré-Inscrições Online	<b>20/11/2017 a 04/12/2017</b>
Período de validação das inscrições (junto ao paço municipal)	<b>04 a 05/12/2017</b> <i>Das 08:00 as 13:00h</i>
Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas	<b>05/12/2017</b> <i>(até as 23h:59min)</i>
Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições	<b>06 a 07/12/2017</b>
Homologação das Inscrições	<b>08/12/2017</b> <i>(até as 23h:59min)</i>
Divulgação dos Horários de aplicação da Prova Escrita	<b>Até 11/12/2017</b> <i>(as 23h:59min)</i>
Realização das Provas Escritas e Divulgação do Gabarito Oficial	<b>17/12/2017</b>
Prazo para Recursos referentes à Prova Escrita	<b>18 a 19/12/2017</b>
Divulgação do resultado preliminar e notas das provas (Classificação Parcial)	<b>08/01/2018</b> <i>(até as 23h:59min)</i>
Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas	<b>09 a 10/01/2018</b>
Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo	<b>12/01/2018</b> <i>(até as 23h:59min)</i>

**REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO**

Os **horários das provas** serão divulgados até o dia **11/12/2017**, no portal [www.processosseletivos.com.br/sombrio](http://www.processosseletivos.com.br/sombrio), no site [www.sombrio.sc.gov.br](http://www.sombrio.sc.gov.br) e no mural da Prefeitura Sombrio/SC.

Para os candidatos inscritos em **01 (um) cargo**, a prova terá duração máxima de **01 hora e 30 minutos**.

Para os candidatos inscritos em **02 (dois) cargos**, a prova terá duração máxima de **01 hora e 50 minutos**.

Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do **Documento Original com Foto**.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação **do comprovante de validação de inscrição** em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas.

Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal de sala e 01 (um) fiscal coordenador, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena da eliminação do Processo Seletivo do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

As provas terão um prazo mínimo de realização de **30 (trinta) minutos**.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta.

Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores e dependências do local da aplicação das provas.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação do Processo Seletivo, acompanhados dos três últimos candidatos.

**SOMBRIO/SC, em 17 de NOVEMBRO de 2017.**

**GRAZIELA CAETANO DA ROSA SCHWARTZHAUPT**  
Gerente de Educação

Fica homologado o **ANEXO I** do presente **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017**, Do Cronograma e do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

**ZÊNIO CARDOSO**  
Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

18

**PREFEITURA MUNICIPAL DESOMBRIOS/SC**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2017**

**ANEXO II**

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA**

**1. CONHECIMENTOS GERAIS DA EDUCAÇÃO**

**Para todos os cargos (exceto monitor de oficinas)**

1. Função social da escola; 2. Currículo e Cultura; 3. Projeto Político Pedagógico; 4. Concepções de Ensino Aprendizagem; 5. Concepção histórico cultural (Vygotsky e Wallon); 6. Inclusão digital; 7. Teorias do conhecimento (Paulo Freire); 8. Educação Inclusiva; 9. Planejamento e avaliação; 10. O lúdico nas atividades de aprendizagem e o cotidiano escolar; 11. Pluralidade cultural e inclusão escolar; 12. Legislação da educação básica; 13. Estatuto da Criança e do Adolescente; 14. Diversidade; 15. Avaliação da aprendizagem; 16. História da Educação. 17. Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; 18. Lei nº 8.069/90 que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências.

**2. CONHECIMENTOS GERAIS LINGUA PORTUGUESA**

**Para todos os cargos**

1. Leitura, Compreensão e interpretação de textos; 2. Características dos diversos gêneros textuais; 3. Tipologia textual, (sequências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialógica); 4. Elementos de coesão e coerência textual; 5. Léxico/Semântica; 6. Funções da linguagem; 7. Concordância nominal e verbal; 8. Ortografia oficial; 9. Acentuação gráfica; 10. Emprego do sinal indicativo de crase; 11. Pontuação; Emprego e descrição das classes de palavras; 12. Sintaxe da oração e do período (ênfase em concordância e regência); 13. Significação das palavras e inferência lexical através do contexto; 14. Fonética e Fonologia; 15. Fonema e Letra; 16. Ortografia; 17. Recursos sonoros; 18. Vícios de linguagem; 19. Lexicologia; 20. Polissemia; 21. Sinônimos e antônimos; 22. Homônimos e parônimos; 23. Morfologia; 24. Estrutura das palavras; 25. Formação das palavras; 26. Neologismos e Estrangeirismos; 27. Figuras de Linguagem e linguagem figurada; 28. Vozes verbais e sua conversação; 29. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos.

**3. CONHECIMENTOS GERAIS – ATUALIDADES E DADOS HISTÓRICOS**

**Apenas para os cargos de Monitor de Oficina:**

Aspectos atuais e históricos a nível mundial, nacional, estadual, regional e municipal, noticiados através de meios de comunicação e publicações oficiais

**4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**4.1.1 - Professor de Educação Infantil III ao 5º ANO**

1. Concepção de Infância; concepções de atendimento à infância; 2. Função Social da Educação Infantil; 3. Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; 4. Eixos Norteadores da Educação Infantil e o Papel do Professor; 5. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil; 6. Parâmetro Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil; 7. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil; 8. Projeto Político Pedagógico; 9. Desenvolvimento psicológico e aprendizagem; 10. Espaços qualificados e temáticos para o desenvolvimento da infância; 11. A aprendizagem e desenvolvimento Infantil; 12. Atividade Lúdica no Contexto da Educação Infantil; 13. Musicalidade na Infância; 14. Jogo e a Aprendizagem; 15. O planejamento pedagógico e o ambiente de aprendizagem; 16. A proposta pedagógica realizada com o coletivo da escola; 17. Currículo: como organizar e o que ensinar; 18. A avaliação da aprendizagem; 19. Interação professor/aluno; 20. Alfabetização na perspectiva do letramento; 21. Alfabetização como processo de apropriação das diferentes linguagens: apropriação inicial da leitura e da escrita; 22. Oralidade e escrita; 23. Perfil do Professor Alfabetizador; 24. Letramento e a diversidade de Gêneros discursivos; 25. Texto: unidade da língua, tipologia textual, produção e reestruturação de textos; 26. Direitos de aprendizagem da Língua Portuguesa, Matemática,

19

História, Geografia, Ciências Naturais; 27. Sequência didática (Schneuwly, Dolz e colaboradores). 28. Elaboração de conceitos matemáticos: Campos Numéricos - Números Naturais, Números Racionais, 29. Análise Combinatória; 30. Campos Geométricos - Geometria Espacial, Geometria Plana, 31. Sistema de Medidas; 32. Estatística - Gráficos estatísticos; 33. Elaboração de conceitos das Ciências Naturais: meio biótico e abiótico, recursos tecnológicos, interdependências, saúde; 34. Elaboração de conceitos das Ciências humanas e sociais: tempo, tempo cronológico e histórico, temporalidade, espaço, relações e interações, cotidiano, memória e identidade/grupo, paisagem, localização, orientação, representação; 35. Parâmetros Curriculares Nacionais das Séries Iniciais.

#### **4.1.2 - Auxiliar de Ensino Educação Infantil/Inclusiva.**

Recepção às crianças, banho e higiene, fornecimento de alimentação, vigilância a saúde e alimentação, zelo pela higiene da sala e outros materiais, organização e planejamento de atividades educativas e materiais pedagógicos, auxílio em atividades escolares que promovam o desenvolvimento físico, mental, emocional e social, auxílio ao docente em todas as atividades de atendimento às crianças.

#### **4.1.3 – Professor de Educação Física**

1. Origem e evolução da Educação Física, Educação Física na Concepção Histórico Cultural, 2. Educação Física Crítico Superadora; 3. Educação do corpo e do movimento humano; 4. O desenvolvimento motor na infância e adolescência; 5. Atividade física e saúde; 6. Inclusão dos alunos com deficiência na Educação Física: principais características, implicações e considerações sobre a prática de atividades físicas; 7. Conceitos essenciais da Educação Física Escolar; 8. Corporeidade/ Movimento: dança; jogos; ginástica, 9. Esporte e Lutas e Qualidade de vida; 10. Órgãos regulamentadores da profissão. 11. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física. 12. Planejamento e Avaliação em Educação Física Escolar. 13. Educação Física como componente curricular na Educação Básica; 14. Educação Física e suas Abordagens: intenção, fundamentos, objetos de estudo e função na educação física escolar; 15. Planejamento e Avaliação em Educação Física Escolar. 16. Esporte Escolar: O processo de Ensino-Aprendizagem; 17. Treinamento Esportivo no contexto escolar.

#### **4.1.4 – Professor de Artes**

1. As implicações pedagógicas do processo de estruturação da prática de ensino em artes visuais. 2. Relação entre teoria e prática nas aulas de arte. 3. Características, funções, limites e procedimentos no cotidiano escolar; 4. Conhecimentos artísticos, estéticos e culturais produzidos historicamente e em produção pela humanidade; 5. História da Arte; 6. Conceitos de som, forma, cor, gesto, movimento, espaço e tempo nas linguagens artísticas: musical, visual, cênica, articulados aos processos de contextualização, produção artística e leitura de imagens e de obras de arte; 7. Arte em contextos não formais de ensino: ação educativa em museus, galerias, etc; 8. Processos de criação Artística: Desenvolvimento do aparelho motor e da expressão criativa. 9. Introdução dos elementos formais e sintáticos do desenho: ponto; linha, massa, textura, volume, composição, valor tonal, cor, luz e sombra; 10. Fundamentos da Arte na Educação; 11. Desenvolvimento da competência estética e artística nas diversas formas de arte visuais (dança, música, teatro e cinema), na produção de trabalhos individuais e em grupo, e progressivamente apreciar; desfrutar; valorizar e julgar os bens artísticos de tempos e culturas distintas; 12. Parâmetros curriculares nacionais: Arte; 13. Tendências Pedagógicas da Arte na Educação; 14. Metodologias e concepções do ensino de Arte. 15. Tendências Pedagógicas da Arte na Educação. 16. Avaliação em Arte.

#### **4.1.5 – Professor de Língua Portuguesa.**

1. Leitura e compreensão de textos; 2. Estruturação do texto; 3. Ideias principais e secundárias; 4. Relação entre ideias; 5. Ideia central e intenção comunicativa; 6. Identificação das características de composição e de função social de diferentes gêneros de texto; 7. Tipologia Textual; 8. Gêneros Textuais; 9. Efeitos de sentido; 10. Figuras de Linguagem; 11. Concordância nominal e verbal; 12. Léxico; 13. Conceito de fonemas; 14. Relações entre fonemas e grafias; 15. O sistema ortográfico do português; 16. Acentuação gráfica de acordo com o atual Acordo Ortográfico; 17. Sintaxe de concordância e de regência nominal e verbal; 18. Crase; 19. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos; 20. Reconhecimento do uso

20

significativo dos diferentes recursos gramaticais no texto escrito (níveis: morfológico, sintático, semântico e textual/discursivo); 20. Formação de palavras – significado e sentido de morfemas; 21. Emprego das diferentes classes gramaticais; 22. Flexão verbal – valor semântico de tempos, modos e vozes verbais, locuções verbais, tempos compostos e formas nominais do verbo; 23. Elipse; Colocação de termos na oração; 24. Relações de sentido entre orações e segmentos de texto – elementos de coesão e coerência textuais; 25. Emprego dos sinais de pontuação; 26. Conotação e denotação; 27. Literatura: conceitos básicos; gêneros literários; movimentos literários; 28. Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Portuguesa

#### **4.1.6 – Professor de Inglês**

1. Métodos e abordagens de ensino da língua inglesa e sua relação com os Parâmetros Curriculares Nacionais – língua estrangeira. 2. Compreensão de textos: estratégias de leitura; conceito de gênero textual e de tipo de texto; leitura e gêneros textuais; identificação dos mecanismos que conferem coesão e coerência ao texto; relação texto-contexto. 3. Léxico gramática: verbos: tempo, modo e voz; auxiliares modais; 'phrasalverbs'; substantivos, pronomes, artigos, adjetivos possessivos e numerais. Advérbios e preposições expressando tempo, modo e lugar; subordinação e coordenação. 4. Discurso: discurso direto, relatado, direto livre e relatado livre e sua função comunicativa no texto. 5. Inglês escrito e falado, inclusive nas novas tecnologias de comunicação. 6. Prática pedagógica do ensino da língua inglesa; 7. Competências para ensinar e aprender língua inglesa; 7. Competências para ensinar e aprender língua inglesa. 08. Interação em sala de aula e valorização do conhecimento prévio e de mundo do aluno.

#### **4.1.7 – Professor de Matemática**

1. Conjuntos e Subconjuntos: operações e problemas com conjuntos; 2. Conjuntos Numéricos: Conjunto dos números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais; 3. Operações com números reais: Resolução de problemas envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação; 4. Múltiplos e Divisores; 5. Número, álgebra, geometria, medidas e estatística; 6. Número e suas operações; 7. Sistemas de Medidas: comprimento, área, perímetro, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; 8. Regra de Três simples e composta; 9. Divisão proporcional; 10. Proporcionalidade: Razão e proporção; 11. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus; 12. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; 13. Geometria Plana e espacial; 14. Sequências e progressões; 15. Matrizes e Determinantes; 16. Sistemas Lineares; 17. Análise Combinatória; 18. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; 19. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. 20. Teorema de Pitágoras e suas aplicações; 21. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; 22. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; 23. Noções de limites, derivadas e integrais; 24. Porcentagem; 25. Volumes dos principais sólidos geométricos 26. Princípio Multiplicativo; 27. Conservação, redução e ampliação de perímetros e áreas das principais figuras planas usando malhas quadriculadas; 28. Arestas, vértices e faces de um sólido geométrico; 29. Parâmetros curriculares nacionais: Matemática.; 30. Os objetivos da Matemática na Educação Básica. 31. Seleção e organização dos conteúdos para o Ensino Fundamental e Médio.

#### **4.1.8 – Professor de Geografia**

1. A Geografia como conhecimento científico. O objeto de estudo da Geografia: o espaço geográfico. As diversas áreas da Geografia. Aplicações da Geografia. 2. Cartografia: Meios de orientação e de representação cartográfica; coordenadas geográficas; Sistemas de projeções; fusos horários e escalas. 3. O planeta Terra: origem, formação e movimentos. Forma, estrutura e composição interna da Terra. Fenômenos na crosta terrestre e a formação do solo. 4. A atmosfera terrestre. As camadas da atmosfera. Os elementos e fatores responsáveis pela diversificação climática. O clima na vida do homem. Os fenômenos climáticos. 5. Os biomas terrestres e as formações vegetais. A questão ambiental e as relações entre a natureza e a sociedade; As perspectivas e desafios da sociedade atual com relação ao meio ambiente; Mudanças climáticas globais. A desertificação do mundo. 6. Energia e meio ambiente. A produção mundial de energia e a produção de energia no Brasil. 7. O relevo terrestre: fatores endógenos e exógenos. Os diversos tipos de relevo. As rochas e os solos. Problemas ambientais geomorfológicos. 8. O relevo submarino e a morfologia litorânea. 9. Os recursos hídricos e

21

sua utilização pelo homem. Oceanos, mares, lagos e rios: principais características. 10.A população mundial e brasileira: aspectos demográficos, estrutura, dinâmica, migrações e distribuição da população. 11. As desigualdades de desenvolvimento econômico-social no mundo. O modo de produção capitalista. As experiências socialistas no mundo. A globalização e seus efeitos sobre o espaço geográfico. A ordem geopolítica e econômica: do pós-segunda guerra aos dias atuais. 12.Mundo contemporâneo: economia, geopolítica e sociedade. 13.Os conflitos armados no mundo atual. 14.Processo de urbanização e a industrialização no mundo e no Brasil. 15.O espaço brasileiro. Os principais aspectos do quadro natural. Características do processo de urbanização. O espaço agrário e os problemas agrários brasileiros. As atividades industriais. As fontes de energia. O comércio e os serviços. Os transportes e as comunicações. 16.A organização regional no Brasil. As principais características naturais e socioeconômicas das grandes regiões brasileiras. A população brasileira: aspectos demográficos, estrutura, dinâmica, migrações e distribuição da população. 17.Ensino de Geografia: Práticas de ensino de Geografia; Estrutura dos PCN e o ensino de Geografia. 18.Parâmetros Curriculares Nacionais. 19. A Educação Geográfica e o Ensino Fundamental. 20. Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio: Geografia.

#### **4.1.9 – Professor de História**

1. Transformações e permanências: Tempo do indivíduo e o tempo social; tempo cronológico e tempo histórico, características dos sistemas sociais e culturais, registro de tempo ao longo da história; 2. Diferenças socioculturais que caracterizam os espaços sociais (escola, a localidade, a cidade, o país e o mundo), reconhecimento, valorização e respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural como fundamentos da vida social; 3. HISTÓRIA ANTIGA: o surgimento das grandes civilizações; 4. HISTÓRIA MEDIEVAL: O Império Bizantino. Alta Idade Média. Baixa Idade Média. As Cruzadas. A Cultura Medieval; 5. HISTÓRIA MODERNA: A Expansão Marítima Europeia; Revolução Comercial, Formação das Monarquias Nacionais. Mercantilismo. Conquista e Colonização da América; O Renascimento Cultural, Reforma Religiosa; Contra-Reforma; 6. HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA: A Revolução Francesa; Era Napoleônica; Revolução Industrial; Doutrinas Sociais do século XIX. O imperialismo e Neocolonialismo do século XIX; Revolução Russa; Primeira e Segunda Guerra Mundial; Período Entre-Guerras; Guerra Fria; 7. Desintegração do Socialismo; 8. Formação histórica brasileira: o estudo e a análise de situações históricas – o período da colonização, processo de independência, período monárquico, a República, desenvolvimento e consolidação da democracia, inserção no mundo globalizado – reconhecimento e valorização da diversidade, responsáveis pela construção das identidades individual e coletiva. 9. Influências da História nas formas de convivência e organização social do tempo presente e do passado. 10. As relações sociais de trabalho ao longo da história: impactos da tecnologia nas transformações dos processos de trabalho, relações entre trabalho e cidadania, trabalho urbano e trabalho rural; 11. OS MULTIPLOS CAMINHOS PARA ESTUDAR, ENSINAR E COMPREENDER A HISTÓRIA. 12. Conceitos de Práticas e propostas pedagógicas, relacionadas ao conteúdo de história; 13. Parâmetros Curriculares Nacionais de História. 14. Didática e prática dos procedimentos de produção do conhecimento histórico; 15. Linguagem e ensino de História; 16. Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio: História

#### **4.1.10 – Professor de Ciências**

1. Educação em ciências: conteúdo e metodologia. Questões sócio-científicas e as implicações éticas. Alfabetização científica. 2. Origem da vida. Principais teorias do processo evolutivo. 3.Seres vivos. Origem das espécies. Biodiversidade. Caracterização geral dos filos. Funções vitais. Sistemas de classificação. 4. Biologia celular. Principais diferenças entre procariotas e eucariotas. Processos bioenergéticos: fundamentos, respiração e fotossíntese, biossíntese de proteínas. Reprodução celular: mitose e meiose. Desenvolvimento embrionário. Reprodução humana. 5.Genética. Fundamentos de citogenética. Código genético. Caracterização geral das biotecnologias e seus impactos sociais. Organismos geneticamente modificados. 6. Ecologia. Conceitos fundamentais. Relações tróficas entre os seres vivos. O ecossistema e seus componentes. Os principais biomas. Educação ambiental: princípios gerais. Ocupação histórica do meio ambiente pelo homem. Poluição e desequilíbrios ecológicos. 7. Ser humano e Saúde. Educação para a promoção da saúde. Conceitos de saúde. Sistemas do corpo humano. Sexualidade. Doenças transmissíveis, meio ambiente e qualidade de vida. Implicações no contexto atual. 8. Universo, Sistema Solar e Planeta Terra. Teoria do Big Bang. Energia e suas transformações. Sol como fonte básica de energia. Elementos da natureza: ar, água e solo. Ciclos biogeoquímicos e a vida na Terra. Importância e propriedades da água. 9. Matéria. Teoria

atômica-molecular: evolução do conceito de átomo. Estados físicos da matéria. Mudanças de estado. Aspectos macroscópicos: substâncias simples e compostas; misturas homogêneas e heterogêneas. Processos físicos de fracionamento das misturas. Soluções. Funções químicas inorgânicas: conceitos, classificações e nomenclaturas de óxidos, ácidos, hidróxidos e sais. 10. Vida: Movimentos e Fenômenos. Transformações mecânicas, térmicas e eletromagnéticas. Fenômenos ondulatórios: acústicos e ópticos. 11. Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências.; 12. Ensino de ciências – objetivos, especificidades, tendências, pressupostos teórico-metodológicos, estratégias e conteúdos.

#### **4.1.11 – Professor de Ensino Religioso**

1. Ensino Religioso nos ciclos; 2. O Ensino Religioso nas leis de ensino a partir da concepção religiosa; 3. Currículo: pressupostos; objetivos; interdisciplinaridade; concepção; correlação da disciplina na área de conhecimento da educação religiosa; metodologia e didática; avaliação, 4. História e fundamentos éticos das crenças; 5. Movimentos religiosos de matriz africana; indígena; ocidental e oriental; 6. Diversidade cultural religiosa do Brasil; 7. O fenômeno religioso: história, sociologia, antropologia, secularização, filosofia e psicologia das religiões; 8. Ética; Respeito mútuo; Justiça; Solidariedade; Diálogo; Desenvolvimento moral; 9. Caracterização histórica das tradições das grandes religiões (hinduísmo, budismo, judaísmo, cristianismo e islamismo) nos seguintes registros: crenças, livros sagrados, lugares sagrados e de oração, gestos e ritos, festas religiosas, fundadores, organização institucional, valores éticos, símbolos sagrados; 10. Escrituras: história e contexto cultural dos textos sagrados. 11. O campo religioso no Brasil; 12. Bíblia Sagrada; 13. Formação docente e direito à aprendizagem sobre a diversidade cultural religiosa. 14. Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso; 15. O Ensino Religioso visto pelas leis brasileiras; 16. Ensino Religioso nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental; 17. Trajetória do Ensino Religioso no Brasil; 18. Metodologia e didática a serem aplicados para o Ensino Religioso; 19 Recursos didáticos que devem ser explorados no Ensino Religioso; 20. Trabalho em grupos na sala de aula.

#### **4.1.12 – Professor de Filosofia.**

1. Acepções do termo filosofia. 2. O surgimento da filosofia na Grécia antiga. 3. Mito e razão. 4. Relação e diferenciação do pensamento empírico do filosófico. 5. Escolas filosóficas e principais representantes. 6. Conceção de mundo ou problema ontológico; 7. Conceção de homem ou problema antropológico; 8. Conceção de beleza e de ludicidade ou problema estético; 9. Conceção de sociedade ou problema ético político: ética, política, moral, valores, poder e estado, legalidade e legitimidade, liberdade, igualdade, justiça, direitos humanos, meios de comunicação de massa. 10. Parâmetros Curriculares Nacionais de Filosofia. 11. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Filosofia. 12. O ensino de Filosofia e suas indagações na atualidade: a tradução do saber filosófico para o aluno; as estratégias didáticas; a seleção de conteúdos. 13. O Ensino de Filosofia: avanços, limites e perspectivas no contexto histórico atual. 14. A Filosofia como componente da área de Ciências Humanas no currículo.

#### **4.1.13 – Fonoaudiólogo**

1. Audiologia adulto e infantil; 2. Avaliação audiológica de bebês: métodos eletrofisiológicos, triagem neonatal; 3. Conhecimento teórico sobre Deficiência e reabilitação auditivas: próteses auditivas e implante coclear; 4. Desenvolvimento auditivo em crianças normais e de risco; 5. Prática de audiologia clínica; 6. Disfagia: Fisiologia da deglutição; Disfagia mecânica e neurogênica no neonato, criança, adulto e idoso. 7. Linguagem: Linguagem infantil (oral e escrita); Reabilitação de linguagem ligada a patologias neurológicas. 8. Voz: Produção vocal; Prevenção e tratamento na infância e idade adulta. 9. Motricidade Orofacial: Fissuras labiopalatinas, doenças neuromusculares, neoplasias e síndromes com repercussões fonoaudiológicas; 10. Alterações de respiração, mastigação e deglutição: diagnóstico e tratamento. 11. Saúde Coletiva: Atuação em saúde materno-infantil, aleitamento materno, saúde do escolar, saúde do trabalhador, saúde do idoso. 12. Portaria Nº 2.281, de 1º de outubro de 2009 cria os NASFs

#### **4.1.14 – Psicólogo**

1. Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e alterações; 2. Código de ética profissional; 3. Família, Rede, Laços e Políticas Públicas; 4. Violência Doméstica; 5. Proteção Social Básica; 6. Proteção social específica; 7. Programas Governamentais de Transferência de Renda; 8. Educação

Especial; 9. Inclusão; 10. Infância, adolescência; 11. As inter-relações familiares: casamento, conflito conjugal, separação, guarda dos filhos. 12. A criança e a separação dos pais. 13. A criança e o adolescente vitimizados. 14. Natureza e origens da tendência antissocial; 15. Os direitos fundamentais da criança e o do adolescente. 16. O trabalho do psicólogo em equipe multiprofissional. 17. Psicodiagnóstico – técnicas utilizadas. 18. A entrevista psicológica. 19. Apoio ao Programa de Saúde da Família. 20. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; 21. Testes psicométricos e projetivos, Psicologia organizacional e do trabalho.

#### **4.1.15 – Secretário de Escola**

1. Comunicação e redação oficial: Correspondência Oficial, Digitação Qualitativa, Formas de Tratamento 2. Conhecimentos sobre administração: organização, sistemas e métodos; 3. Recepção e Emissão de Correspondência. 4. Atendimento telefônico. 5. Atendimento ao Público. 6. Gestão de documentos físicos e digitais. 7. Planejamento, organização, direção e controle como parte integrante do processo administrativo; 8. Gestão de arquivos: Pesquisa, Documentação, Arquivo, Sistema e métodos de arquivamento; 9. Documentação: tipos de correspondências e documentos. 9. Gestão administrativa e pedagógica. 10. Legislação educacional básica: Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 11. Administração escolar. 12. Organização do trabalho pedagógico na escola; 13. Relações interpessoais e as implicações no trabalho pedagógico; 14. Uso, em nível de usuário dos programas: Microsoft Word, Microsoft Excel, Microsoft Access, Microsoft Power Point. 15. Comunicação e Correio eletrônico; 16. Sistemas web para controle de reuniões, agendas e e-mails. 17. Segurança das informações na Internet; 18. Editores de Texto; 19. Editores de Planilhas eletrônicas; 20. Softwares de Correio Eletrônico. 21. Internet e transmissão de dados. 22. Atividades inerentes às atribuições do cargo. 23. Normas de higiene. 24. Organização do ambiente de trabalho. 25. Relações humanas, comportamento organizacional e trabalho em equipe.

#### **4.1.16 – Gestor Pedagógico**

1. A educação pública como instrumento de inclusão social. 2. O Projeto Político Pedagógico da escola – conceito, caracterização, elaboração e execução. 3. O trabalho escolar e o processo educacional. 4. O desenvolvimento da aprendizagem enquanto instrumento de inclusão. 5. A organização curricular compromissada com a aquisição de competências e habilidades. 6. A interdisciplinaridade e a contextualização dos currículos. 7. Os processos de avaliação da aprendizagem. 8. A organização dos tempos e dos espaços escolares. 9. A articulação escola/família no processo educativo. 10. As políticas públicas e a reforma das estratégias educacionais; 11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96 e suas alterações; 12. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90;

SOMBRIOS/SC, em 17 de NOVEMBRO de 2017.

**GRAZIELA CAETANO DA ROSA SCHWARTZHAUPT**  
Gerente de Educação

Fica homologado o **ANEXO II** do presente **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017**, conteúdos programáticos.

**ZÊNIO CARDOSO**  
Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIOS/SC**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017**

#### **ANEXO III**

#### **FORMULÁRIO PARA RECURSO**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº. Inscrição: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Questionamento: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

---

Embasamento: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

---

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Requerente

# Tangará

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº. 568, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2.017. CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA, PARA AUXÍLIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1429077

PORTARIA Nº. 568, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2.017.

CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA, PARA AUXÍLIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal, de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, que o servidor necessita de afastamento para tratamento de saúde através do Instituto da Previdência Social;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento por auxílio doença ao servidor RICARDO DA COSTA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS – NÍVEL 09 – CLASSE A, a partir de 16/11/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2017**

Publicação Nº 1428762

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº101/2017

Aos dezesseis dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 101/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA OS EVENTOS DE NOITE CULTURAL, AMOSTRA DE DANÇA, SEMANA NATALINA ALUSIVA AO NATAL ENCANTADO 2017, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Participam deste certame as seguintes empresas:

1) MARCELO ZANON ME, não representada neste ato por Marcelo Zanon ;

2) MR COMÉRCIO E SERVIÇO DE SOM LTDA ME, representada neste ato por Maikel Eduardo Redante.

Iniciado o certame, consta-se em ata que houve um equívoco referente ao item 3 sobre a exigência de 01 tapete linóleo cor preta medindo 10mx10m o mesmo fica desconsiderado. Passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após

passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor a empresa MARCELO ZANON ME com o valor total do lote de R\$ 11.995,00(onze mil novecentos e noventa e cinco reais). Após abertos os envelopes das documentações que estavam de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 16/11/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 16 de Novembro de 2017.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns

Membro da Comissão de Licitações

MARCELO ZANON ME

MR COMÉRCIO E SERVIÇO DE SOM LTDA ME

### **PORTARIA Nº. 569, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2.017. CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1429079

PORTARIA Nº. 569, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2.017.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto no Artigo. 103, § 1º da Lei Complementar n. 057, de 02 de Janeiro de 2012.

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n. 057, de 02 de Janeiro de 2012, assegurou ao servidor o direito à Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, ao servidor VITOR MIGUEL KUNZLER, brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS – NÍVEL 03 - CLASSE A pelo período de (30) trinta dias, a partir de 09/11/2017 a 08/12/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 09/11/2017, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PR 104/2017**

Publicação Nº 1428590

MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2017

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 104/2017, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PRA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS, DECORRENTES DA 5º FECAUVA - TANGARÁ 70 ANOS, A SER RELIZADA ENTRE OS DIAS 16 A 18 DE FEVEREIRO DE 2018.

Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até às 10h00min do dia 29/11/2017, com abertura às 10h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 16 de Novembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 056 /17

Publicação Nº 1428381

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 056/17, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a autorização para celebração do termo de contrato com a Cooperativa CERAÇA visando o recebimento dos ativos da iluminação pública;

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar contrato de transferência dos ativos da iluminação pública da zona urbana de Tigrinhos com a Cooperativa CERAÇA, inscrita no CNPJ nº 83.086.603/00050-9.

§1º - O ajuste de que trata o caput deste artigo visará atender ao que determina o art. 218, da Resolução ANEEL nº 414/2010, com redação alterada pela Resolução ANEEL nº 479/2012.

§2º - A transferência dos ativos da iluminação pública de que trata esta Lei Complementar será sem ônus para o Município de Tigrinhos, observados os procedimentos técnicos e contábeis previstos nas Resoluções ANEEL nºs 414/2010 e 479/2012.

§3º - A transferência dos ativos deverá ser efetivada até 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Fica autorizada a terceirização dos serviços de iluminação pública, condicionada a realização prévia de licitação, nos termos da legislação específica.

Art. 3º A instalação, manutenção, modernização, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, bem como o consumo de energia destinada à iluminação pública, de vias, logradouros e bens públicos, na zona urbana, de expansão urbana e/ou urbanizáveis do Município de Tigrinhos será custeada pela arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP -, instituída pela Lei Municipal nº 417/2006, de 14/12/2006.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia a publicação no DOM/SC.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito

Tigrinhos/SC, 16 de novembro de 2017.

### LEI MUNICIPAL Nº 893/17

Publicação Nº 1428362

LEI MUNICIPAL Nº 893/17, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Fica revogada, em todos os seus termos, os seguintes dispositivos: incisos IV, V, VII e VIII - alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" - do §1º do artigo 1º, das alíneas "a", "b", "c" e "d" do §2º do artigo 1º, da alínea "b" do parágrafo único do artigo 2º, todos da Lei Municipal n. 858, de 19 de dezembro de 2016.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica revogada, em todos os seus termos, os seguintes dispositivos: incisos IV, V, VII e VIII - alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" do §1º do artigo 1º, das alíneas "a", "b", "c" e "d" do §2º do artigo 1º, da alínea "b" do parágrafo único do artigo 2º, todos da Lei n. 858, de 19 de dezembro de 2016, do Município de Tigrinhos, por violação ao artigo 21, inciso I e §2º, e ao artigo 16, caput, todos da Constituição do Estado de Santa Catarina, que guardam consonância com o artigo 37, caput e incisos II e IX, da Constituição da República.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia a publicação no DOM/SC.

Art. 3º – Revoga se as disposições em contrário.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito

Tigrinhos/SC, 16 de novembro de 2017.

## ATA Nº. 026-2017

Publicação Nº 1428617

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS</b>  CNPJ: 01.566.620/0001-55 RUA FELIPE BACZINSKI, 479 C.E.P.: 89875-000 - Tigrinhos - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 3/2017 - TP</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> 52/2017
	<b>Processo de Licitação:</b> 50/2017
	<b>Data do Processo:</b> 19/10/2017
Folha: 1/1	

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 26/2017 (Sequência: 4)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS DE CONCURSO PÚBLICO E TESTE SELETIVO, OBJETIVANDO O PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARATER EFETIVO E TEMPORÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL.

Tendo em vista decurso do prazo para interposição de recurso da fase de propostas e só havendo interposição de recurso no prazo legal por parte da Empresa ALTERNATIVE CONCURSOS, intime-se a licitante impugnada SCHEILA APARECIDA WEISS ME, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal (05 dias úteis).

Tigrinhos, 17 de Novembro de 2017

**COMISSÃO:**

MAICON BRUXEL  
CLEITON SOETHE  
BERNARDETE DAS GRAÇAS A.T.HONNEF

- ..... - Presidente da Comissão de Licitação  
- ..... - MEMBRO  
- ..... - MEMBRO

# Tijucas

## PREFEITURA

### AVISO DE DESERTA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/PMT/2017 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 149/PMT/2017

Publicação Nº 1428383

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE DESERTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/PMT/2017  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 112/PMT/2017

Objeto: Aquisição de decoração para formaturas e eventos da rede municipal de ensino, da Secretaria Municipal de Educação, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Data de Abertura: 14 de novembro de 2017, às 08h00.

Ponderaram que:

a) Aberto o presente processo licitatório de Processo Licitatório nº 149/PMT/2017 do Pregão Presencial n. 112/PMT/17, denota-se que não acudiram interessados na licitação;

b) Que observou-se as formalidades legais, revestida de ampla Publicidade, sendo que no momento da sessão o edital encontra-se no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br), conforme acostado nos autos; Observando a uniformidade procedimental e o Bem Comum; considerando os Princípios Legais; DECIDE, a Pregoeira e a Equipe de Apoio ad cautelam, JULGAR DESERTO o presente processo licitatório. Publique-se

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).  
ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL COLONIA DE FÉRIAS RETIFICADO

Publicação Nº 1428361

EDITAL Nº 001/SME/2017 - Dispõe sobre as diretrizes de matrículas para a Colônia de Férias de 2018 da rede Municipal de Educação Infantil, na modalidade de creche.

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 14-A c/c art. 93, ambos da Lei Orgânica Municipal, torna público pelo presente edital às diretrizes de matrículas para Colônia de Férias do ano 2018, da Rede Municipal de Educação Infantil, na modalidade Creche.

#### 1. DO PROJETO DE COLONIA DE FÉRIAS

1.1. O Projeto Colônia de Férias, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação, tem por objetivo atender às crianças da Rede Municipal de Educação Infantil da Creche, em caráter excepcional, a ser desenvolvido no período de 09 de janeiro de 2018 à 09 de fevereiro de 2018, nas condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O atendimento no Projeto Colônia de Férias, será para as crianças de 4 (quatro) meses a 3 (três) anos (completos até 31/03/2018) de idade, que fazem parte da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino, no ano de 2017.

#### 2. DO LOCAL, DO PERÍODO E DAS VAGAS POR TURMA.

2.1. O atendimento do Projeto Colônia de Férias será ofertado a 189 (cento e oitenta e nove) crianças, tendo como local de atendimento o Centro de Educação Infantil Zilda Maria Peixer.

2.2. As vagas serão distribuídas da seguinte forma:

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ZILDA MARIA PEIXER		
TURMA	PERÍODO	Nº DE CRIANÇAS
BERÇÁRIO I	INTEGRAL	12
BERÇÁRIO I	MATUTINO	12
BERÇÁRIO I	VESPERTINO	12
BERÇÁRIO II	INTEGRAL	15
BERÇÁRIO II	MATUTINO	15
BERÇÁRIO II	VESPERTINO	15
MATERNAL	INTEGRAL	16
MATERNAL	MATUTINO	16
MATERNAL	VESPERTINO	16
JARDIM	INTEGRAL	20
JARDIM	MATUTINO	20
JARDIM	VESPERTINO	20
TOTAL		189

#### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão realizadas por ordem de chegada, com distribuição de senha, no período de 27.11.2017 a 01.12.2017, no horário das 08:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Educação, sito à Rua Coronel Buchelle, nº 121, Centro, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

3.2. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

3.3. No ato da inscrição os pais e ou responsáveis deverão apresentar os seguintes documentos:

3.3.1. Cédula de identidade (RG) do pai, da mãe e ou responsável legal;

3.3.2. Declaração de guarda emitida pelo juizado da infância e juventude, quando for o caso;

3.3.3. Comprovante de trabalho dos pais e ou responsáveis legais, onde deverá constar horário de trabalho a ser cumprido, CNPJ/MF da empresa e declaração que um dos cônjuges ou responsáveis não se encontra em período de férias na data da Colônia de Férias. Em caso de trabalhadores autônomos, deverá ser feita uma declaração com firma reconhecida.

3.3.4. Comprovante de residência em nome dos pais ou responsável ou declaração com firma reconhecida comprovando residência.

3.3.5. Cartão de vacinação em dia.

3.3.6 Comprovante de renda dos pais ou responsáveis.

3.4. Em caso de omissão de informações ou incorretas ou denúncias comprovando inverdades por conta dos pais ou responsáveis, a Secretaria Municipal de Educação cancelará a matrícula e chamará a próxima criança classificada.

#### 4. DO PREENCIMENTO DAS VAGAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

4.1. As vagas serão preenchidas de acordo com a disponibilidade descrita no item 2.2. deste edital.

4.2. Havendo número de inscritos superiores ao número de vagas, o critério de desempate segue a seguinte ordem:

4.2.1. Menor renda familiar;

4.2.2. Pais com mais número de filhos;

4.2.3. Ordem de inscrição, desde que cumprida a documentação exigida.

4.3. A seleção das crianças será feita pela equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação com acompanhamento do Conselho Municipal de Educação. No período de 04 a 08 de dezembro de 2017.

## 5. DO RESULTADO DA SELEÇÃO E DA EXCLUSÃO

5.1 O Resultado da seleção das inscrições e o preenchimento das vagas serão divulgados pela Secretaria Municipal de Educação, através do site do Município de Tijucas, [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br), no dia 12 de dezembro de 2017.

5.2. A criança que não comparecer no Centro de Educação Infantil Zilda Maria Peixer até o dia 11 de janeiro de 2018, bem como, aquela que apresentar 02 (dois) dias consecutivos de faltas sem apresentação de uma justificativa por escrito ou atestado médico ao Coordenador, perderá o direito à vaga, sendo substituída por outra criança, observando-se a classificação da lista de espera.

## 6. DA COORDENAÇÃO E HORÁRIO DE ATENDIMENTO DA COLÔNIA DE FÉRIAS

6.1. O Centro de Educação Infantil Zilda Maria Peixer ficará sob a responsabilidade de um(a) profissional, que coordenará todas as atividades.

6.2. As atividades de Férias serão desenvolvidas por profissionais contratados no ano de 2017 e serão selecionados por critérios, assim como os monitores, as merendeiras e os auxiliares de serviços gerais.

6.3. O horário de atendimento das crianças inscritas no Projeto Colônia de Férias será:

6.3.1. No período integral: das 07:30 às 18:00 horas;

6.3.2. No período matutino: das 07:30 às 12:30 horas;

6.3.3. No período vespertino: das 13: 00 às 18:00 horas.

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Serão admitidos recursos das seguintes fases:

7.1.1. Do não deferimento do pedido de inscrição;

7.1.2. Da classificação.

7.2. Os recursos deverão conter nome dos pais ou responsável da criança inscrita, o nome da criança, número de inscrição, endereço completo, assinatura do mesmo, sua fundamentação e será dirigido à Secretária Municipal de Educação. O protocolo do requerimento deverá ser efetuado na Secretaria Municipal de Educação e o prazo para tanto será de 02 (dois) dias úteis, excluído o dia da publicação:

7.2.1. Da listagem dos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;

7.2.2. Da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação,

7.3. Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente.

7.4. Findo o prazo para recurso, o processo será homologado por ato da Secretária Municipal de Educação.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O atendimento decorrente do projeto de Colônia de Férias não garantirá a matrícula para o ano de 2018.

8.2. A inscrição implicará no conhecimento destas instruções e compromisso e de aceitar as condições expressas neste edital.

8.3. A guarda dos documentos de inscrição para a matrícula de Colônia de Férias do ano 2018, da rede municipal de educação infantil, na modalidade creche ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, por um período de 06 (seis) meses, após a homologação do resultado, quando serão incineradas.

8.4. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares, quando se fizer necessário.

8.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária Municipal de Educação, ouvida a Procuradoria Geral do Município.

8.6. Este Edital deverá ser publicado no Mural da Prefeitura Municipal, no Mural da Secretaria Municipal de Educação, no site do Município de Tijucas [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br), no DOM – Diário Oficial dos Municípios, devendo ser remetido cópia para ser fixado no quadro de avisos dos estabelecimentos de ensino envolvidos e divulgado através da Diretoria de Integração e Comunicação do Município de Tijucas.

Tijucas, em 13 de novembro de 2017.

NEIDE MARIA REIS

Secretária Municipal de Educação

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/PMT/2017 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 116/ PMT/2017

Publicação Nº 1428507

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/PMT/2017  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO  
Nº 116/PMT/2017

Objeto: Aquisição de decoração para formaturas e eventos da rede municipal de ensino, da Secretaria Municipal de Educação, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço por item.

Data de Abertura: 29 de Novembro de 2017, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).  
ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/PMT/2017  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 117/  
PMT/2017**

Publicação Nº 1428540

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCASAVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/PMT/2017  
PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO Nº 117/PMT/2017

Objeto: Aquisição de materiais para serviço de drenagem pluvial na Rua Rudi Bayer (trecho Adhemar Carvalho até Hotel Cansian), da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Data de Abertura: 29 de novembro de 2017, às 09h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/PMT/2017  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 118/  
PMT/2017**

Publicação Nº 1428585

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCASAVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/PMT/2017  
PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO Nº 118/PMT/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de caminhão hidrojato, com bomba de hidro, com no mínimo 3556PSI e 250bar para desobstrução da rede pluvial no município de Tijucas/SC, incluindo materiais, equipamentos e mão de obra devidamente habilitados, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Data de Abertura: 30 de novembro de 2017, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO 61/2017 TP

Publicação Nº 1428665

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Processo Licitatório nº 61/2017 – Tomada de Preços – menor preço global

Objeto: Execução das obras de pavimentação com lajotas da Rua Carlos Savi (150,42m), Rua Pio Damiani (127,61m) e Rua Antonio Savi (220,00m), no município de Timbé do Sul/SC.

Data da entrega dos envelopes: até as 08h15min do dia 04 de dezembro de 2017.

Abertura da Sessão: a partir das 08h30min do dia 04 de dezembro de 2017.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07h as 13h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@timbedosul.sc.gov.br](mailto:licita@timbedosul.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3536-1133.

Roberto Biava  
Prefeito Municipal

### DECRETO 257/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1429084

DECRETO Nº 257, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1816/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 299.928,43 (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos), na seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes

1.016- Pavimentação de Vias Urbanas

211-4.4.90.00.00.00.00.0067 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 299.928,43

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes do excesso de arrecadação por conta de Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da 22ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Araranguá sob nº 2017/TR1687 no valor de R\$ 299.928,43(duzentos e noventa e nove mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos), objetivando pavimentação com lajotas em 03 ruas do município.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 16 de novembro de 2017.

Roberto Biava  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data

supra.

Marlon Arcaro Panatta  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 100/2017 NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Publicação Nº 1428291

PORTARIA Nº. 100, de 14 de Novembro de 2017.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Senhores Luiz Manoel Aguiar e Rinaldo Ghelere representantes da Câmara de Vereadores, Antonio Carminatti e Fernando Favarin representantes da Administração Municipal e Charles de Carvalho dos Passos e Gilson da Silva Borges representantes da Sociedade Civil, para constituírem a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, para procederem a avaliação de preço de mercado de bens que venham a ser adquiridos ou alienados pelo município.

Art. 2º - A Comissão Permanente é válida até 31/12/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 14 de Novembro de 2017.

ROBERTO BIAVA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 101/2017 NOMEIA LEILOEIRO OFICIAL

Publicação Nº 1428292

PORTARIA Nº. 101, de 14 de Novembro de 2017.

NOMEIA LEILOEIRO OFICIAL PARA A VENDA DE BENS MÓVEIS DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL/SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de TIMBÉ DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, bem como do Decreto Federal nº 21.981/1932, Instrução Normativa nº. 113/2010, do Departamento Nacional de Registro do Comércio,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor MAGNUN LUIZ SERPA, Leiloeiro Oficial, devidamente registrado na Junta Comercial de Santa Catarina sob a matrícula AARC/356, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. 005.915.389-03, para desempenhar a função de Leiloeiro Oficial para venda de bens móveis inservíveis e

de propriedade do Município de TIMBÉ DO SUL, Estado de Santa Catarina, durante o exercício de 2017, nos termos do Art. 10, § 2º da IN nº. 113/2010 do Departamento Nacional de Registro do Comércio e do Decreto Federal nº. 21.981/1932.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

TIMBÉ DO SUL (SC), 14 de Novembro de 2017.

ROBERTO BIAVA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA

Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 22 2017 SAMAE - AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS

Publicação Nº 1429410

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017 SAMAE

OBJETO: aquisição de hidrômetros novos destinados a substituição dos hidrômetros antigos e instalação de novas ligações. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h10min do dia 30 de novembro de 2017. ABERTURA: dia 30 de novembro de 2017 às 08h15min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 16/11/2017  
JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente do SAMAE

### CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 135 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1428332

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 135  
DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

O Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "4T INCORPORADORA LTDA", situado do lado par da Rua Massaranduba, esquina formada com o lado par da Rua Biguaçu, nesta cidade de Timbó e Comarca, contendo a área de 69.661,76m², (Sessenta e nove mil, seiscentos e sessenta e um metros e setenta e seis décimos quadrados), edificado com a casa nº 300 e dois ranchos, processo D-018/2017 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente 4T INCORPORADORA LTDA, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 6.344, datado de 30 de agosto de 2017 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional Sormani Luiz Sdrigotti, Arquiteto e Urbanista, CAU-BR: A33739-0, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 27.254, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob inscrição atual nº 01.07.006.0704, constituído de 07 (sete) lotes e mais uma área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 14 de novembro de 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário de Planejamento, Trânsito,  
Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços.  
Município de Timbó

Luana Paula Furtado  
Arquiteta e Urbanista  
CAU/SC A94462-9

### CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 136 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1428335

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 136  
DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

O Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "WILMAR VAILATTI", situado do lado ímpar da Rua Ibirama, esquina formada com o lado ímpar da Rua São Bento, nesta cidade de Timbó e Comarca, contendo a área de 1.292,26m², (Um mil, duzentos e noventa e dois metros e vinte e seis décimos quadrados), com uma casa residencial de alvenaria, um pavimento, contendo 151,10m² de área construída, sob o nº 409, processo D-009/2017 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente WILMAR VAILATTI, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 4437, datado de 14 de junho de 2017 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional Klaus Roeder, Engenheiro Agrônomo, CREA/SC: 47.481-2, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 24.972, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob inscrição atual nº 01.07.019.0447.001, constituído de 01 (uma) área e mais uma área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 14 de novembro de 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário de Planejamento, Trânsito,  
Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços.  
Município de Timbó

Luana Paula Furtado  
Arquiteta e Urbanista  
CAU/SC A94462-9

### **CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 137 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1429447

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 137  
DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

O Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Comércio e Serviços no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "ALBERTO NEITZKE", situado do lado par da Rua Angola, distando pelo lado esquerdo (ponto PP) 28,78 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Oscar Piske, nesta cidade de Timbó e Comarca, contendo a área de 14.201,35m<sup>2</sup> (Quatorze mil duzentos e um metros e trinta e cinco décimos quadrados), processo D-002/2016 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente ALBERTO NEITZKE, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 7.529, datado de 24 de novembro de 2016 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional Thiago Gustavo Butzke, Técnico em Agrimensura, CREA/SC 113.113-9, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 26.796, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.04.036.0431.001, constituído de 01 (um) lote e mais uma área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas as exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 16 de novembro de 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário de Planejamento, Trânsito,  
Meio Ambiente, Comércio e Serviços.  
Município de Timbó

Luana Paula Furtado  
Arquiteta e Urbanista  
CAU/SC A94462-9

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 149.2017 FCT**

Publicação Nº 1429411

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2017 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, ARNOLDO SCHULTZ ME, CNPJ nº. 28.381.437/0001-31, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 22/11/2017.

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 16 de novembro de 2017.

DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98.2016 PMT - AUTO POSTO DAS NAÇÕES LTDA**

Publicação Nº 1429412

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO  
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2016 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, AUTO POSTO DAS NAÇÕES LTDA, CNPJ Nº 05.088.335/0002-08 a comparecer para assinatura do Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 98/2016, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 24/11/2017

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 16 de novembro de 2017.

DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98.2016 PMT - POSTO FRATELLI LTDA**

Publicação Nº 1429413

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO  
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2016 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, POSTO FRATELLI LTDA, CNPJ Nº 02.594.135/0001-58 a comparecer para assinatura do Terceiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 98/2016, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 24/11/2017

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 16 de novembro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

**EXTRATO CONTRATO 148.2017 FCT**

Publicação Nº 1429414

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 148/2017

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Prinz Festas Locação e Venda de Brinquedos Ltda Me.

OBJETO: Concessão de uso, de espaço público para a exploração do serviço público de divertimento denominado – Trenzinho do Noel – configurando um atrativo junto ao evento – Natal Mais Encantado - que acontecerá no período de 18 de novembro de 2017 a 07 de janeiro de 2018, disponibilizando toda estrutura, combustível, equipamentos, utensílios e demais objetos necessários, mão de obra (inclusive para venda de tíquetes) e limpeza do local, tudo de conformidade com o Edital de Pregão para Concessão nº 37/2017. VALOR: A contratada pagará à Fundação Cultural o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/11/2017.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

**PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 04 2017 FUMTRAN**

Publicação Nº 1421677

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2017 - FUMTRAN

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Trânsito.

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviços de sinalização horizontal e vertical (com fornecimento de material) para implantação e manutenção das principais vias do Município de Timbó/SC.

EMPRESA FORNECEDORA: MORE SINALIZACAO E CONTRUCAO LTDA

TOTAL ESTIMADO: R\$ 367.086,60 (trezentos e sessenta e sete mil, oitenta e seis reais e sessenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 16/08/2018

Timbó, 16/08/2017

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

# Três Barras

## PREFEITURA

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 89/2017.

Publicação Nº 1429086

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 89/2017 - Edital Pregão nº. 75/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 30 de novembro de 2017, Propostas para Aquisição de: item 01: 01 (UM) micro-ônibus escolar, com capacidade mínima para 42 passageiros sentados, e item 02: 01 (UM) micro-ônibus escolar, com capacidade mínima para 34 passageiros sentados, em conformidade com o edital, destinados ao transporte escolar do município.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 30 de novembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 13 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 90/2017.

Publicação Nº 1429088

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Procedimento Licitatório nº. 90/2017 - Edital Pregão nº. 76/2017.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera até as 14 h e 00 min. do dia 30 de novembro de 2017, Propostas para "Contratação de Serviços de Oficineiro para ministrar aulas de CAPOTERAPIA, por vinte horas semanais, para desenvolver terapias alternativas aos pacientes do CAPS Viva Bem, em conformidade com as disposições contidas no edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 30 de novembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 13 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 107/2017

Publicação Nº 1429469

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 106/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para impressão de forma parcelada de Calendário 2018, Conforme descritivo constante no anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 29/11/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 108/2017

Publicação Nº 1428618

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 108/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: 1Contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição e instalação de forma parcelada de poltronas para auditório, para uso no Centro de Eventos Maria Thaler Moser, no Município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I, integrante do presente Edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 01/12/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

## RREO 5º BIMESTRE 2017 - ANEXO 1

Publicação Nº 1428622

Município de TREZE TIJAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>							
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>28.500.000,00</b>	<b>28.500.000,00</b>	<b>5.234.269,21</b>	<b>18,37</b>	<b>27.115.728,74</b>	<b>95,14</b>	<b>1.384.271,26</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	28.500.000,00	28.500.000,00	5.228.758,21	18,35	26.741.432,58	93,83	1.758.567,42
IMPOSTOS	2.422.000,00	2.422.000,00	517.244,56	21,36	3.091.646,37	127,65	-669.646,37
TAXAS	2.055.000,00	2.055.000,00	470.261,80	22,88	2.657.234,88	129,31	-602.234,88
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	337.000,00	337.000,00	46.211,22	13,71	428.169,44	127,05	-91.169,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	30.000,00	30.000,00	771,54	2,57	6.242,05	20,81	23.757,95
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	820.000,00	820.000,00	157.213,97	19,17	661.628,40	80,69	158.371,60
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	330.000,00	330.000,00	80.276,91	24,33	288.929,53	87,55	41.070,47
RECEITA PATRIMONIAL	490.000,00	490.000,00	76.937,06	15,70	372.698,87	76,06	117.301,13
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	129.600,00	129.600,00	48.766,05	37,63	290.731,28	224,33	-161.131,28
RECEITA DE SERVIÇOS	129.600,00	129.600,00	48.766,05	37,63	290.731,28	224,33	-161.131,28
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	24.510.120,00	24.510.120,00	4.088.561,22	16,68	21.023.185,45	85,77	3.486.934,55
TRANSF. DE CONV.	24.440.120,00	24.440.120,00	4.071.384,76	16,66	20.904.189,23	85,53	3.535.930,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.000,00	70.000,00	17.176,46	24,54	118.996,22	169,99	-48.996,22
MULTAS E JUROS DE MORA	616.280,00	616.280,00	416.972,41	67,66	1.674.241,08	271,67	-1.057.961,08
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	549.000,00	549.000,00	142.644,71	25,98	653.868,58	119,10	-104.868,58
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.000,00	1.000,00	68.841,05	6.884,11	92.709,70	9.270,97	-91.709,70
RECEITAS DIVERSAS	54.000,00	54.000,00	16.778,20	31,07	97.736,78	180,99	-43.736,78
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>12.280,00</b>	<b>12.280,00</b>	<b>188.708,45</b>	<b>1.536,71</b>	<b>829.926,02</b>	<b>6.758,36</b>	<b>-817.646,02</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	5.511,00	0,00	374.296,16	0,00	-374.296,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	59.110,16	0,00	-59.110,16
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	59.110,16	0,00	-59.110,16
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	5.511,00	0,00	99.511,00	0,00	-99.511,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	5.511,00	0,00	99.511,00	0,00	-99.511,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	215.675,00	0,00	-215.675,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>28.500.000,00</b>	<b>28.500.000,00</b>	<b>5.234.269,21</b>	<b>18,37</b>	<b>27.115.728,74</b>	<b>95,14</b>	<b>1.384.271,26</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de TREZE TIHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>							
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>28.500.000,00</b>	<b>28.500.000,00</b>	<b>5.234.269,21</b>	<b>18,37</b>	<b>27.115.728,74</b>	<b>95,14</b>	<b>1.384.271,26</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	28.500.000,00	28.500.000,00	5.234.269,21	18,37	27.115.728,74	95,14	1.384.271,26
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>							
Superávit Financeiro	—	1.330.088,33	—	—	1.063.335,94	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	1.330.088,33	—	—	1.063.335,94	—	—
		0,00	—	—	0,00	—	—
<b>DESPESAS</b>							
	<b>DOTAÇÃO INICIAL (d)</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)</b>	<b>SALDO (g) = (e-f)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (f)</b>		<b>SALDO (i) = (e-h)</b>	<b>DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)</b>
				No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>							
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	28.500.000,00	32.837.597,41	5.321.779,23	5.700.475,15	26.176.351,15	6.661.246,26	25.517.286,29
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.321.899,00	30.278.690,55	4.914.110,94	5.010.136,33	24.283.615,75	5.995.074,80	23.652.268,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.018.662,00	16.184.518,28	3.567.768,80	2.888.483,41	12.616.749,48	3.567.768,80	12.356.361,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	61.000,00	41.000,00	8.671,77	6.028,74	32.328,23	8.671,77	32.297,34
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	12.242.237,00	14.053.172,27	1.337.670,37	2.315.624,18	11.634.538,04	2.418.634,23	11.263.620,13
INVESTIMENTOS	1.178.101,00	2.558.906,86	442.801,41	690.338,82	1.892.735,40	666.171,46	1.865.017,34
INVERSOES FINANCEIRAS	728.101,00	2.006.906,86	350.729,48	598.266,89	1.433.463,37	573.443,49	1.406.038,07
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	440.000,00	552.000,00	92.071,93	92.071,93	459.272,03	92.727,97	458.979,27
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>28.500.000,00</b>	<b>32.837.597,41</b>	<b>5.321.779,23</b>	<b>5.700.475,15</b>	<b>26.176.351,15</b>	<b>6.661.246,26</b>	<b>25.517.286,29</b>

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de TREZE TIJAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>28.500.000,00</b>	<b>32.837.597,41</b>	<b>5.040.212,73</b>	<b>27.515.818,18</b>	<b>5.321.779,23</b>	<b>5.700.475,15</b>	<b>26.176.351,15</b>	<b>6.661.246,26</b>	<b>25.517.286,29</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>939.377,59</b>	<b>—</b>	<b>1.598.442,45</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>28.500.000,00</b>	<b>32.837.597,41</b>	<b>5.040.212,73</b>	<b>27.515.818,18</b>	<b>—</b>	<b>5.700.475,15</b>	<b>27.115.728,74</b>	<b>—</b>	<b>27.115.728,74</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

FONTE:

**RREO 5º BIMESTRE 2017 - ANEXO 10**

Publicação Nº 1428636

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

**Município de TREZE TILIAS - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2016 a 2090**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2017 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

**RREO 5º BIMESTRE 2017 - ANEXO 11**

Publicação Nº 1428637

Município de TREZE TIHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS							R\$ 1,00
<b>RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)</b>							
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				99.511,00	-99.511,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00
		0,00				99.511,00	-99.511,00
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO (h)=(d-e)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)</b>							
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>		Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (fb - (lff + llg))				SALDO ATUAL (k) = (llli + llj)
<b>Valor(III)</b>		0,00					99.511,00
FONTE:							

RREO 5º BIMESTRE 2017 - ANEXO 13

Publicação Nº 1428638

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

TREZE TILIAS, 16/11/2017

**RREO 5º BIMESTRE 2017 - ANEXO 14**

Publicação Nº 1428639

Município de TREZE TIHAS - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		28.500.000,00		
Previsão Atualizada		28.500.000,00		
Receitas Realizadas		27.115.728,74		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.063.335,94		
DESPESAS				
Dotação Inicial		28.500.000,00		
Créditos Adicionais		4.337.597,41		
Dotação Atualizada		32.837.597,41		
Despesas Empenhadas		27.515.818,18		
Despesas Liquidadas		26.176.351,15		
Despesas pagas		25.517.286,29		
Superavit Orçamentário		939.377,59		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		27.515.818,18		
Despesas Liquidadas		26.176.351,15		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		32.718.210,83		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-475.000,00	0,00	0,00
Resultado Primário		371.400,00	981.625,41	264,30
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	394.860,93	7.354,65	359.585,93	27.920,35
EXECUTIVO	394.280,93	7.354,65	359.005,93	27.920,35
LEGISLATIVO	580,00	0,00	580,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	145.398,51	10.109,52	134.632,03	656,96
EXECUTIVO	145.398,51	10.109,52	134.632,03	656,96
TOTAL:	540.259,44	17.464,17	494.217,96	28.577,31
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.672.017,55	25%	22,69
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.779.449,21	60%	66,48

Continua 1/2

Município de TREZE TILIAS - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito				59.110,16	-59.110,16	
Despesa de Capital Líquida				1.892.735,40	666.171,46	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS						
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos						
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos						
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			3.681.154,32	15,00	18,13	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)			0,00			

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

## RREO 5º BIMESTRE 2017 - ANEXO 2

Publicação Nº 1428624

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)									R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	28.500.000,00	32.837.597,41	5.040.212,73	27.515.818,18	100,00	5.321.779,23	26.176.351,15	100,00	
	Legislativa	811.284,00	101.968,34	575.591,28	2,09	235.692,72	111.578,20	2,00	
Ação Legislativa	811.284,00	811.284,00	101.968,34	575.591,28	2,09	235.692,72	524.375,70	2,00	
Administração	4.039.559,00	4.198.261,91	579.001,85	3.328.535,84	12,10	869.726,07	3.155.116,52	12,05	
Administração Geral	4.039.559,00	4.198.261,91	579.001,85	3.328.535,84	12,10	869.726,07	662.075,18	12,05	
Segurança Pública	528.200,00	709.718,74	185.524,12	648.991,78	2,36	60.726,96	609.058,55	2,33	
Defesa da Ordem Jurídica	528.200,00	709.718,74	185.524,12	648.991,78	2,36	60.726,96	609.058,55	2,33	
Assistência Social	1.586.500,00	2.030.465,88	326.177,62	1.651.541,79	6,00	378.924,09	1.594.758,18	6,09	
Assistência ao Idoso	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	246.000,00	210.750,00	24.133,15	131.924,77	0,48	78.825,23	128.863,27	0,49	
Assistência Comunitária	915.500,00	1.036.508,50	128.538,96	791.510,09	2,88	244.988,41	746.096,74	2,85	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	400.000,00	783.207,38	173.505,51	728.106,93	2,65	55.100,45	719.798,17	2,75	
Saúde	5.166.900,00	5.649.498,07	830.258,82	5.013.044,67	18,22	636.453,40	4.792.971,45	18,31	
Atenção Básica	5.130.900,00	5.613.498,07	830.199,87	4.983.726,37	18,11	629.771,70	4.767.604,28	18,21	
Vigilância Sanitária	36.000,00	36.000,00	58,95	29.318,30	0,11	6.681,70	25.367,17	0,10	
Educação	8.046.700,00	9.012.141,86	1.453.594,45	7.196.905,17	26,16	1.815.236,69	6.823.453,38	26,07	
Ensino Fundamental	4.803.415,00	5.173.309,23	866.964,19	3.671.010,33	13,34	1.502.298,90	3.485.584,19	13,32	
Ensino Superior	577.000,00	714.000,00	147.903,44	670.796,27	2,44	43.203,73	562.146,51	2,15	
Educação Infantil	2.609.785,00	3.003.877,63	428.431,98	2.753.429,06	10,01	250.449,57	2.689.953,17	10,28	
Educação Especial	56.500,00	120.955,00	12.294,84	101.669,51	0,37	19.285,49	85.769,51	0,33	
Cultura	485.200,00	755.012,20	74.061,45	553.357,92	2,01	201.654,28	540.795,62	2,07	
Diffusão Cultural	485.200,00	755.012,20	74.061,45	553.357,92	2,01	201.654,28	540.795,62	2,07	
Urbanismo	1.431.140,00	2.122.156,93	358.308,23	1.924.125,70	6,99	198.031,23	549.360,39	6,21	
Serviços Urbanos	1.431.140,00	2.122.156,93	358.308,23	1.924.125,70	6,99	198.031,23	1.625.245,89	6,21	
Habituação	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habituação Urbana	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	2.000,00	4,19	0,00	4,19	0,00	0,00	4,19	0,00	
Preservação e Conservação Ambiental	2.000,00	4,19	0,00	4,19	0,00	0,00	4,19	0,00	
Agricultura	1.590.007,00	1.847.651,22	142.131,91	1.709.440,32	6,21	138.210,90	1.678.545,73	6,41	
Defesa Civil	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	
Extensão Rural	1.585.007,00	1.842.651,22	142.131,91	1.709.440,32	6,21	133.210,90	1.678.545,73	6,41	
Indústria	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promocão Industrial	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	28.500.000,00	32.837.597,41	5.040.212,73	27.515.818,18	100,00	5.700.475,15	26.176.351,15	6.661.246,26
Comércio e Serviços	737.100,00	868.090,10	307.170,48	680.720,69	2,47	401.357,38	666.251,71	201.838,39
Turismo	737.100,00	868.090,10	307.170,48	680.720,69	2,47	401.357,38	666.251,71	201.838,39
Transporte	3.498.210,00	4.203.112,31	573.602,59	3.674.023,27	13,35	612.091,27	3.618.120,10	584.992,21
Transportes Coletivos Urbanos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	3.488.210,00	4.203.112,31	573.602,59	3.674.023,27	13,35	612.091,27	3.618.120,10	584.992,21
Desporto e Lazer	495.200,00	590.200,00	108.060,31	550.875,50	2,00	158.663,91	538.994,07	41.205,93
Desporto Comunitário	495.200,00	590.200,00	108.060,31	550.875,50	2,00	158.663,91	538.994,07	41.205,93
Encargos Especiais	50.000,00	50.000,00	352,56	8.660,06	0,03	352,56	8.660,06	41.339,94
Outros Encargos Especiais	50.000,00	50.000,00	352,56	8.660,06	0,03	352,56	8.660,06	41.339,94
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	28.500.000,00	32.837.597,41	5.040.212,73	27.515.818,18	100,00	5.700.475,15	26.176.351,15	6.661.246,26

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## RREO 5º BIMESTRE 2017 - ANEXO 3

Publicação Nº 1428628

Município de TREZE TIJAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAIS DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
		Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Maio/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	3.238.859,22	3.727.030,30	2.646.498,55	2.655.188,41	3.592.161,78	3.132.915,17	2.970.519,75	3.132.033,10	2.903.774,25	2.940.019,58	2.871.264,12	3.099.751,03	37.070.945,26
	IPTU	225.696,84	220.953,39	123.055,13	188.996,93	973.893,74	243.974,44	279.054,78	335.530,69	246.094,15	183.697,90	236.342,76	290.308,31	3.548.337,06
	I.R.F.	4.111,04	5.957,40	0,00	56.751,92	760.705,34	64.287,05	57.051,74	20.847,37	8.591,44	5.946,09	7.761,71	18.024,94	1.010.017,04
	I.S.S.	129.739,52	117.138,90	16.106,69	23.353,87	69.211,54	34.728,85	33.717,00	33.702,13	34.523,77	34.042,05	115.785,20	146.236,40	788.265,92
	I.T.B.I.	48.257,60	45.246,16	69.900,11	55.878,48	74.012,94	89.066,49	94.261,73	113.585,95	100.473,67	81.333,10	69.632,50	68.123,01	908.773,64
	Outras Receitas Tributárias	12.890,91	33.130,77	26.202,08	36.002,16	21.140,39	27.877,11	50.277,41	40.831,82	22.190,34	30.294,00	13.172,05	16.391,46	345.532,54
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	30.697,57	29.478,16	10.846,25	16.991,50	48.792,83	28.034,94	43.932,42	126.593,42	80.304,73	32.112,66	30.591,30	16.391,46	494.727,72
	RECEITA PATRIMONIAL	59.678,03	92.850,62	41.577,91	79.294,21	49.620,76	73.698,86	84.500,79	67.550,02	59.036,74	49.135,14	91.599,32	65.344,65	814.157,05
	RECEITA AGROPECUÁRIA	37.146,27	34.720,68	34.436,65	30.711,40	41.225,15	29.947,79	34.697,08	31.120,31	23.742,16	16.082,89	35.242,41	13.523,64	362.600,23
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.845.413,48	3.307.545,57	2.367.240,46	2.502.540,41	2.259.976,81	2.336.121,37	2.427.225,91	2.694.856,18	2.483.122,95	2.611.947,10	2.387.724,55	2.403.064,63	30.539.690,52
	Código-Parte do FPM	838.388,98	1.014.357,82	557.725,59	714.966,63	447.882,93	539.743,28	612.245,57	554.216,40	728.616,34	494.289,46	415.006,66	470.355,00	7.740.000,00
	Código-Parte do ICMS	1.029.624,14	1.133.181,68	1.158.699,38	1.030.956,70	1.080.233,94	1.120.926,07	1.025.590,94	1.077.136,16	1.076.239,57	1.066.487,51	1.202.306,94	1.134.345,32	13.166.791,35
	Código-Parte do IPVA	90.094,60	45.991,26	71.249,78	90.069,25	112.961,90	98.910,87	143.205,25	132.455,56	107.163,92	114.425,05	114.165,03	120.531,72	1.241.225,19
	Código-Parte do ITR	174,97	47,21	74,60	47,23	36,52	145,51	9,86	0,00	193,57	194,55	418,10	7.595,18	13.090,30
DEDUÇÕES (II)	Outras Transferências Correntes	447.634,26	622.610,74	141.341,48	246.678,60	188.307,38	136.600,74	219.003,86	386.717,83	192.335,11	475.440,64	197.267,27	222.916,90	3.435.693,81
	Transferências da LC 61/1999	15.855,20	16.683,41	14.720,00	16.186,11	12.719,44	15.338,76	14.410,81	14.489,15	16.276,78	15.231,26	16.268,77	20.531,58	188.916,27
	Transferências da LC 87/1996	4.011,53	4.011,53	3.947,34	3.947,34	3.947,34	3.947,34	3.947,34	3.947,34	3.947,34	3.947,34	3.947,34	3.947,34	47.466,46
	Transferências do FUNDEC	419.029,80	470.475,92	419.514,29	401.588,55	413.787,36	422.484,80	408.851,28	425.792,74	398.373,42	409.861,29	434.114,44	422.841,59	5.047.696,48
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.932,60	60.990,04	82.146,40	53.623,46	257.475,32	446.172,71	144.855,19	92.973,90	91.789,15	88.235,75	119.465,08	237.599,90	1.903.170,40
	DEDUÇÕES (II)	395.749,68	442.947,31	361.276,77	371.058,40	331.576,17	355.806,16	359.873,92	358.469,32	327.925,71	345.321,61	351.268,35	351.461,03	4.352.734,43
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	395.749,68	442.947,31	361.276,77	371.058,40	331.576,17	355.806,16	359.873,92	358.469,32	327.925,71	345.321,61	351.268,35	351.461,03	4.352.734,43
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)	2.843.109,54	3.284.072,99	2.285.181,78	2.484.110,01	3.250.585,61	2.777.109,01	2.610.645,83	2.773.563,78	2.575.846,54	2.605.697,97	2.519.995,77	2.708.290,00	32.716.210,83
	FONTE													28.590.000,00

## RREO 5º BIMESTRE 2017 - ANEXO 4

Publicação N° 1428629

Município de TREZE TIJAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatã de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatã de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatã Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatãs Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatãs de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recatãs Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatã de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatã de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recatãs Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recatãs Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recatãs de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de TREZE TIHAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor			0,00			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS			
Outros Aportes para o RPPS			0,00			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			0,00			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017	2016		
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de TREZE TILIAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FONTE:

**RREO 5º BIMESTRE 2017 - ANEXO 5**

Publicação Nº 1428631

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)		R\$ 1,00	
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.345.967,42	1.037.877,48	946.129,20
DEDUÇÕES (II)	4.131.197,36	5.434.872,04	4.856.814,85
Disponibilidade de Caixa	4.131.197,36	5.434.872,04	4.856.814,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.276.595,87	6.048.714,84	5.516.536,67
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	145.398,51	613.842,80	659.721,82
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2017 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>		VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		-475.000,00

FONTE:

**RREO 5º BIMESTRE 2017 - ANEXO 6**

Publicação Nº 1428633

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>28.370.400,00</b>	<b>26.450.701,30</b>	<b>23.442.155,73</b>
Receita Tributária	2.422.000,00	3.091.646,37	2.680.243,95
I.P.T.U.	950.000,00	999.916,69	910.584,08
I.S.S.	620.000,00	816.257,63	512.628,69
I.T.B.I.	220.000,00	299.506,92	326.330,47
I.R.R.F.	265.000,00	541.553,64	353.953,06
Outras Receitas Tributárias	367.000,00	434.411,49	576.747,65
Receita de Contribuição	820.000,00	661.628,40	655.159,07
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	820.000,00	661.628,40	655.159,07
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	129.600,00	290.731,28	341.657,77
(-) Aplicações Financeiras	129.600,00	290.731,28	341.657,77
Transferências Correntes	24.510.120,00	21.023.185,45	18.797.571,11
F.P.M.	6.290.000,00	4.494.796,15	4.093.723,84
I.P.V.A	960.000,00	884.099,50	861.768,33
I.C.M.S.	10.160.000,00	8.803.165,32	7.923.539,92
Convênios	70.000,00	118.996,22	364.773,25
Outras Transferências Correntes	7.030.120,00	6.722.128,26	5.553.765,77
Demais Receitas Correntes	618.280,00	1.674.241,08	1.309.181,60
Dívida Ativa	54.000,00	97.736,78	58.916,62
Diversas Receitas Correntes	564.280,00	1.576.504,30	1.250.264,98
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>374.296,16</b>	<b>2.129.198,82</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	59.110,16	1.375.696,42
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	99.511,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	215.675,00	753.502,40
Convênios	0,00	215.675,00	753.502,40
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>215.675,00</b>	<b>753.502,40</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>28.370.400,00</b>	<b>26.666.376,30</b>	<b>24.195.658,13</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>30.278.690,55</b>	<b>25.364.579,61</b>	<b>22.620.664,19</b>	<b>24.283.615,75</b>	<b>21.747.434,07</b>
Pessoal e Encargos Sociais	16.184.518,28	12.616.749,48	11.113.173,95	12.616.749,48	11.110.420,75
Juros e Encargos da Dívida (IX)	41.000,00	32.328,23	19.495,67	32.328,23	19.495,67
Outras Despesas Correntes	14.053.172,27	12.715.501,90	11.487.994,57	11.634.538,04	10.617.517,65
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>30.237.690,55</b>	<b>25.332.251,38</b>	<b>22.601.168,52</b>	<b>24.251.287,52</b>	<b>21.727.938,40</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>2.558.906,86</b>	<b>2.151.238,57</b>	<b>3.648.236,72</b>	<b>1.892.735,40</b>	<b>3.276.257,79</b>
Investimentos	2.006.906,86	1.691.966,54	3.420.521,12	1.433.463,37	3.048.542,19
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	552.000,00	459.272,03	227.715,60	459.272,03	227.715,60
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>2.006.906,86</b>	<b>1.691.966,54</b>	<b>3.420.521,12</b>	<b>1.433.463,37</b>	<b>3.048.542,19</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>32.244.597,41</b>	<b>27.024.217,92</b>	<b>26.021.689,64</b>	<b>25.684.750,89</b>	<b>24.776.480,59</b>

Município de TREZE TILIAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.874.197,41	-357.841,62	-1.826.031,51	981.625,41	-580.822,46
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.074.021,63	-	1.063.335,94	0,00
Superávit Financeiro	-	1.074.021,63	-	1.063.335,94	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					371.400,00

## Publicação Nº 1428634

PREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

[illegible]

**RREO 5º BIMESTRE 2017 - ANEXO 9**

Publicação Nº 1428635

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)</b>			
	<b>0,00</b>	<b>59.110,16</b>	<b>-59.110,16</b>
<b>DESPESAS</b>			
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	2.558.906,86	2.151.238,57	1.892.735,40
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>2.558.906,86</b>	<b>2.151.238,57</b>	<b>1.892.735,40</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-2.558.906,86</b>	<b>-</b>	<b>-466.778,45</b>

FONTE:

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### DECRETO 139/17

Publicação Nº 1429317

DECRETO 139/17 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a Lei 644 de 29 de Dezembro de 1986 (Código Tributário Municipal);

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogar o prazo de vencimento para pagamento da competência referente ao mês de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a indisponibilidade do sistema da CAIXA Econômica Federal e, a impossibilidade de diversos contribuintes em emitirem em tempo hábil os Documentos de Arrecadação Municipal – DAM.

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o vencimento do ISSQN para o dia 20 de novembro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de novembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

### LEI 1988

Publicação Nº 1429347

LEI 1988 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

PROMOVE ALTERAÇÕES NA LDO E NA LOA 2017

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a inclusão, junto a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, a seguinte Ação de Governo:

Entidade 1 – Município de Trombudo Central.

Órgão 06.00 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 06.01 – Departamento de Fomento à Agricultura

Func.Progr. - 20.601.0007 – Agricultor Assistido

Meta Física: 02 meses

Elemento	Projeto/Atividade	Meta Financeira	Fonte de Recurso
3.3.90.00.00.00.00.00..0177	2.034 – Manuten. Serv. Propr. Agrícolas	144.000,00	00.01.4000

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a inclusão, junto À Lei Orçamentária Anual de 2017 do Município, da seguinte dotação orçamentária:

Entidade 1 – Município de Trombudo Central.

Órgão 06.00 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 06.01 – Departamento de Fomento à Agricultura

Func.Progr. - 20.601.0007 – Agricultor Assistido

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.3.90.00.00.00.00.00..0177	2.034 – Manuten. Serv. Propr. Agrícolas	144.000,00	00.01.4000

Art. 3º - Por conta das alterações promovidas no Orçamento do ano de 2017, fica o poder executivo autorizado a promover o reequilíbrio orçamentário da seguinte forma:

Fonte de Recurso	Valor do Convênio
00.01.4000 – Convênios Estado – Internet Rural – Repasse Financeiro	144.000,00

Art. 4º - Por conta do Caráter continuado da ação prevista no Objeto do Convênio pelo período de 02 (dois) anos, objetivando garantir o Link de Internet para o programa de Internet Rural, fica o poder executivo autorizado a reabrir o crédito orçamentário junto ao Orçamento Anual de 2018 e 2019, até o limite do alcance da vigência do Convênio.

§ único. A reabertura do Crédito Orçamentária fica condicionado ao Repasse do recursos do convênio pelo Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de novembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

# Turvo

## PREFEITURA

### PORTARIA 264/2017

Publicação Nº 1429468

PORTARIA No 264/17, de 13 de Novembro de 2017.  
CONCEDE POSSE DE MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO TUTELAR  
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Prefeito Municipal de Turvo (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1.267/97, de 28 de novembro de 1997, e suas alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º. Conceder Posse de membro efetivo do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Turvo, conforme segue:

NOME CPF  
Glória Vieira 066.863.529-00

Art. 2º. A duração do mandato será pelo prazo de vigência deste conselho, eleito para o exercício 2016 a 2019, haja vista que se trata de vaga suplementar.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário

Turvo (SC), 13 de novembro de 2017.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 265/2017

Publicação Nº 1429470

PORTARIA Nº 265/17, de 13 de Novembro de 2017.  
EXONERA A PEDIDO AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

#### RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Agente Administrativo Escolar, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 004/16 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME CPF MATRICULA  
Gislaine da Silva Comicioli Rosso 082.279.999-56 3887

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de novembro de 2017.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 266/2017

Publicação Nº 1429472

PORTARIA Nº 266/17, de 13 de Novembro de 2017.

DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER JUNTO A SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS - SDH.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE

Art. 1º - Designar a Servidora ADRIANA SEVERINO DE MELO, CPF nº 991.146.319-20, matrícula nº 3770, para representar o município junto à Secretaria dos Direitos Humanos – SDH do Governo Federal.

Parágrafo Único. A Servidora designada no caput deste artigo, não receberá subsídios para exercer as funções do cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de novembro de 2017.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 267/2017

Publicação Nº 1429473

PORTARIA Nº 267/17, de 13 de Novembro de 2017.  
NOMEIA COMISSÃO PARA SUPERVISIONAR O PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017 - SME, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Legislação vigente,

#### RESOLVE

Art. 1º - Nomear ROBERTO CARLOS PATEL, CPF nº 652.650.099-49, MARIETI MONTEIRO RODRIGUES, CPF nº 742.220.669-15 e ROSANGELA TEIXEIRA, CPF nº 967.181.299-68, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão para supervisionar o Processo Seletivo nº 003/2017 - SME, para contratação em caráter temporário de profissionais na área da Educação, para o Ano Letivo

de 2018, sem remuneração para o desempenho das atividades.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de novembro de 2017.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

## **PORTARIA 268/2017**

Publicação Nº 1429474

PORTARIA Nº 268/17, de 13 de Novembro de 2017.

NOMEIA COMISSÃO PARA SUPERVISIONAR O PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017 - PMT, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E AGRICULTURA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Legislação vigente,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear ROBERTO CARLOS PATEL, CPF nº 652.650.099-49, NESTOR RECO, CPF nº 477.669.809-91 e JUIR ANTONIO ROVARIS, CPF nº 341.644.219-91, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão para supervisionar o Processo Seletivo nº 004/2017 - PMT, para contratação em caráter temporário de profissionais nas áreas da Administração e Agricultura, sem remuneração para o desempenho das atividades.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de novembro de 2017.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

## **PORTARIA 269/2017**

Publicação Nº 1429475

PORTARIA Nº 269/17, de 13 de Novembro de 2017.

NOMEIA COMISSÃO PARA SUPERVISIONAR O PROCESSO SELETIVO Nº 005/2017 - PMT, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS NAS SECRETARIAS DE OBRAS E AGRICULTURA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Legislação vigente,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear ROBERTO CARLOS PATEL, CPF nº 652.650.099-49, NESTOR RECO, CPF nº 477.669.809-91 e JUIR ANTONIO ROVARIS, CPF nº 341.644.219-91, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão para supervisionar o Processo Seletivo nº 005/2017 - PMT, para contratação em caráter temporário de profissionais nas áreas de Obras e Agricultura, sem remuneração para o desempenho das atividades.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de novembro de 2017.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

## **PORTARIA 270/2017**

Publicação Nº 1429477

PORTARIA Nº 270/17, de 13 de Novembro de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Dezembro de 2017 a contratação do servidor abaixo relacionado, nomeado através do Processo Seletivo nº 004/2016-SME, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil nas Escolas de Período Integral, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a Servidora EDICEIA JANUÁRIO PEREIRA por ter encerrado seu contrato.  
MATRÍCULA NOME CPF  
3954 Mayara Possamai Pagnan 071.771.899-98

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de novembro de 2017.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

## **PORTARIA 271/2017**

Publicação Nº 1429479

PORTARIA Nº 271/17, de 13 de Novembro de 2017.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE SINDICANCIA INSTAURADA ATRAVÉ DA PORTARIA Nº 217/17.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 126, III, 128 e 129 e seguintes da Lei Municipal no 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo).

RESOLVE

Art. 1º. Fica prorrogado em mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada por meio da Portaria nº 217/17, restando prorrogadas na integralidade

as disposições do art. 3º do citado ato, nos termos do §º do art. 128 da Lei Municipal n 1.154/1.995.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de novembro de 2017.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

# União do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO N. 76/2017

Publicação Nº 1428669

Estado de Santa Catarina

MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 76/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2017

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA CONserto DO MOTOR, BOMBA E BICOS INJETORES E SISTEMA DE EMBREAGEM DO TRATOR DE PNEUS NEW HOLLAND 7630, MODELO S100, ANO DE FABRICAÇÃO 2006.

Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 30 de novembro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 30 de novembro de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: [www.uniaodoeste.sc.gov.br](http://www.uniaodoeste.sc.gov.br), ou através do e-mail: [compras@uniaodoeste.sc.gov.br](mailto:compras@uniaodoeste.sc.gov.br).

União do Oeste - SC, 16 de novembro de 2017.

CELso MATIELLO

PREFEITO MUNICIPAL

# Urubici

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2155/2017

Publicação Nº 1429293

DECRETO Nº 2155/2017

#### SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 1911/2016, resolve:

#### DECRETAR:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto

2048 – SALÁRIO EDUCAÇÃO - FNDE

3390.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 3.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto

2048 – SALÁRIO EDUCAÇÃO - FNDE

4490.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ..... R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 14 de Novembro de 2017.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

# Urussanga

## PREFEITURA

### EDITAL PL 67 2017 PMU PR 52 2017

Publicação Nº 1428229

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
Comissão de Licitação

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA DATA DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES REF PL 67/2017/PMU PR 52/2017

Objeto: prestação de serviços de planejamento, organização, realização, processamento e resultado final para homologação de Concurso Público e Processo Seletivo para seleção de candidatos para provimento de vagas na Prefeitura de Urussanga/SC. Nova data de entrega dos envelopes: até às 14h30 do dia 21/11/2017. Nova data de abertura dos envelopes: as 14h30 do dia 21/11/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Centro - Setor de Licitações. O aviso edital com a referida alteração poderá ser acessado no site desta municipalidade, na página principal, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188.

Rosane Zatta. Pregoeira Urussanga 16/11/2017

### LEI Nº 2.829, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017 - DENOMINA ANTONIO GONZAGA NUNES, A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE LOCALIZADA NO BAIRRO DA ESTAÇÃO

Publicação Nº 1429069

LEI Nº 2.829, de 09 de novembro de 2017.

DENOMINA ANTONIO GONZAGA NUNES, A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, LOCALIZADA NO BAIRRO ESTAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Passa a denominar-se "Antonio Gonzaga Nunes", a Unidade Básica de Saúde, localizada na Rua Laerte Roberto Caruso, no bairro Estação, neste Município.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a dar cumprimento à Lei nº 2.567, de 26 de dezembro de 2012.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 09 de novembro de 2017.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos nove dias do mês de novembro de 2017.

MARIANA BONETTI  
Assistente Administrativo

### LEI Nº 2.830, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017 - ALTERA A LEI Nº 2.641/2013 NO QUE MENCIONA

Publicação Nº 1429072

LEI Nº 2.830, de 09 de novembro de 2017.

ALTERA A LEI Nº 2.641/2013 NO QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Ficam inseridos o §4º e o §5º no artigo 6º da Lei nº 2.641, de 23 de dezembro de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"§4º Ficam isentas do pagamento descrito no caput deste artigo eventos sem fins lucrativos promovido por instituições religiosas sediadas no Município de Urussanga".

§ 5º Os eventos isentos de pagamento previstos no parágrafo 4º serão limitados dois eventos anuais por instituição religiosa, podendo ocorrer apenas um evento isento por bimestre, obedecendo-se a agenda do Parque Municipal".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contrárias.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 09 de novembro de 2017.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos nove dias do mês de novembro de 2017.

MARIANA BONETTI  
Assistente Administrativo

# Videira

## PREFEITURA

### ATA 260/2017-CMDCA

Publicação Nº 1429025

ATA 260/2017-CMDCA – Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às 08h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a seguinte pauta: 1. Aprovação do Registro/Inscrição de Entidades Governamentais e Não Governamentais; 2. Ofício nº 228/2017-CT; 3. Ofício nº 205/2017-CT; 4. Ofício nº 69/2017-CREAS; 5. Assuntos gerais. Iniciada a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Registre-se a presença dos Conselheiros Tutelares Luiz Carlos Spanholi, Juliana Weber, Silvana Toccolini e da Diretora do Departamento de Ação Social Rosemari Pinto da Silva Neto. Dando início, a Presidente informou que os grupos que ficaram responsáveis para estarem realizando as visitas as Entidades que solicitaram o registro/inscrição no Conselho já protocolaram o relatório de cada entidade visitada. Após, foi apresentada a conclusão das seguintes entidades: ABRIGO INSTITUCIONAL LAR MENINO JESUS I, ABRIGO INSTITUCIONAL LAR MENINO JESUS II, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS, ASSOCIAÇÃO SORRIA CRIANÇA, CENTRO DE CUIDADO INFANTIL ANJO DA GUARDA, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PERTUTTI BAMBINI, CENTRO EDUCACIONAL PASSOS FIRMES, CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESCOLA DE PAIS DO BRASIL, LIONS CLUBE VIDEIRA CENTRO, PASTORAL DA CRIANÇA, POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, GENNIUS - ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL LTDA. Quanto a Comunidade Terapêutica São Francisco, foi apreciado pela plenária e deliberado para incluir na orientação e apoio sócio familiar. Quanto ao CREAS, ficou definido para estar realizando visita para incluir o programa PAEFI. Após análise, houve a aprovação em unanimidade pela plenária, devendo emitir comprovante de registro/inscrição nos moldes da Resolução 006/2017-CMDCA. Em sequência, foi apresentado à plenária o ofício nº 228/2017 do Conselho Tutelar tratando-se da escala de sobreaviso/plantão do mês de novembro/2017. Após, foi apresentado o ofício nº 205/2017 do Conselho Tutelar tratando-se de resposta do Regimento Interno do Conselho Tutelar. Deliberado para estar encaminhando à Comissão de Normas e Regulamentação para análise e posterior apreciação ao Conselho. Dando sequência, foi apresentado o ofício nº 69/2017 do CREAS, o qual solicita a indicação de Conselheiro para substituir o Sr. Alvaír Lírio Barzotto, para compor a Comissão Intersetorial de Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. Deliberado para o Conselheiro Rodolfo Pires Filho compor a referida comissão. No tocante aos assuntos gerais, a Presidente informou que há necessidade em efetuar o pagamento de despesas de passagens aéreas do palestrante Luciano Betiate do trajeto de Londrina/Chapecó e Chapecó/Porto Alegre para a realização do I Seminário Municipal de Formação: Fortalecendo a Rede de Atendimento à Crianças e Adolescentes, pois houve a contratação do palestrante. Após discussões, houve a aprovação em unanimidade para efetuação do pagamento da referida passagem aérea pela plenária. Em sequência, a Presidente apresentou o folder para o I Seminário Municipal de Formação: Fortalecendo a Rede de Atendimento à Crianças e Adolescentes, o qual está previsto para ocorrer nos dias 04/12/2017 à 06/12/2017. Definido pela plenária que havendo vagas poderá ser liberado este Seminário aos Conselheiros Tutelares de municípios vizinhos. Quanto ao horário da capacitação, ficou definido para ocorrer no período vespertino e noturno. Quanto aos

certificados, ficou definido para a sua liberação via online. Após, ficou definido para o Conselho estar realizando convite às seguintes autoridades: Promotora de Justiça, Juiz da Vara da Infância e Juventude, Prefeito Municipal, Diretora do Departamento de Ação Social, Presidente do Conselho Tutelar, para realizarem uma fala de abertura para cada dia da capacitação. Em sequência, a Presidente passou a palavra ao Presidente do Conselho Tutelar Luiz Carlos Spanholi, o qual comunicou que o Conselho Tutelar em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Gerência de Educação, fará uma capacitação na data de 16/11/2017 com o tema de evasão escolar, uso e tráfico de substâncias psicoativas. Após, a Conselheira Luana expôs que deveria ser debatido no Conselho o fato do CMDCA estar como apoiador no convite, para o cronograma ser estendido à outras áreas. Após discussões, ficou definido manter o apoio ao evento, porém para os próximos apoios deverá ser debatido previamente em reunião. Após, o Conselheiro Rodolfo expôs sobre o art.16 do Regimento Interno do Conselho Tutelar, pois não ficou esclarecido o argumento para manter tal artigo. Neste momento, os Conselheiros Tutelares presentes expuseram que foi devido à exigência do Ministério Público. Em sequência, a Presidente explanou sobre o café da manhã para captação de recursos do FIA que acontecerá no dia 20/11/2017 às 08h30 no CEVI, solicitando o apoio dos demais Conselheiros. Após, a Presidente expôs que tomou conhecimento de alguns problemas de relacionamento entre os Conselheiros Tutelares, bem como quanto aos atendimentos aos usuários. Deliberado para estar realizando uma reunião com 02 (dois) representantes da Comissão de Normas e de Atendimento com os Conselheiros Tutelares para esclarecimentos. Reiterou-se que a próxima reunião do Conselho, está designada para a data de 12/12/2017. Encerradas as discussões, às 11h05min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do CMDCA agradeceu a presença de todos. Eu, Viviane de Fátima e Silva Spörr \_\_\_\_\_, Presidente do CMDCA, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0099/17

Publicação Nº 1428991

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0099/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: EDIMARINA REOLON  
CPF: 006.760.259-27  
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0101/17

Publicação Nº 1428780

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0101/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TAINÊ VENSON  
CPF: 083.212.149-59  
VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0151/17**

Publicação Nº 1428785

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0151/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: JULIO CESAR BARBOSA DE BRITO  
CPF: 074.612.049-47  
VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2017 até 17 de outubro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0251/17**

Publicação Nº 1428955

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0251/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: ROSALINO LUIZ MANENTI  
CPF: 613.137.859-20  
VIGÊNCIA: de 15 de março de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0252/17**

Publicação Nº 1428973

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0252/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: ROQUE PANIGAZ  
CPF: 916.073.709-30  
VIGÊNCIA: de 15 de março de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0253/17**

Publicação Nº 1428921

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0253/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: JOSE ELVIS DE MORAES  
CPF: 079.374.529-27  
VIGÊNCIA: de 16 de março de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0254/17**

Publicação Nº 1428888

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0254/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: LEANDRO MARCELO SCHENEIDER  
CPF: 812.096.909-00  
VIGÊNCIA: de 15 de março de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0256/17**

Publicação Nº 1428915

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0256/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: LUCAS PADILHA  
CPF: 094.908.729-70  
VIGÊNCIA: de 15 de março de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0257/17**

Publicação Nº 1428989

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0257/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TALITA PAULA MARTINS  
CPF: 079.228.759-24  
VIGÊNCIA: de 15 de março de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0260/17**

Publicação Nº 1428962

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0260/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TATIANE ETCHEVERRY VIEIRA DE ALMEIDA  
CPF: 008.177.700-03  
VIGÊNCIA: de 18 de março de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0266/16**

Publicação Nº 1428772

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0266/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARILUCE DA SILVA ALVES DOS SANTOS  
CPF: 048.000.139-17  
VIGÊNCIA: de 02 de junho de 2016 até 06 de fevereiro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0277/17**

Publicação Nº 1428832

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0277/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: DIEGO RODRIGO DAMBROS  
CPF: 089.619.749-20  
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0307/17**

Publicação Nº 1428807

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0307/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: ANTONIO CARLOS ROSSETTE  
CPF: 933.502.799-53  
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0308/17**

Publicação Nº 1428811

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0308/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: MAYCON RODRIGO DA SILVA  
CPF: 065.118.789-37  
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0309/17**

Publicação Nº 1428835

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0309/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: ODAIR JOSE LAGOS  
CPF: 892.166.369-04  
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0310/17**

Publicação Nº 1428988

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0310/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: CRISTIANO RIBEIRO  
CPF: 079.555.129-01  
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0311/17**

Publicação Nº 1428882

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0311/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: JEFERSON PADILHA  
CPF: 091.342.829-98  
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0312/17**

Publicação Nº 1428978

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0312/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: CLEMENTE FURLAN  
CPF: 489.097.009-63  
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0313/17**

Publicação Nº 1428842

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0313/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: DORCELINO ADELAR DE OLIVEIRA  
CPF: 304.859.919-34  
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0314/17**

Publicação Nº 1428950

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0314/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: GLAUDECIR JOÃO PIRES CURUCA  
CPF: 601.280.899-20  
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0315/17**

Publicação Nº 1428958

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0315/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: GILMAR FRANCISCO RAMOS  
CPF: 848.948.149-00

VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0317/17**

Publicação Nº 1428855

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0317/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FLAVIA MARIANA RUBINI PIRES  
CPF: 085.764.059-38  
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0343/17**

Publicação Nº 1428775

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0343/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: KELLY REGINA RISSARDI DEON  
CPF: 104.690.309-84  
VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2017 até 02 de maio de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0361/17**

Publicação Nº 1428797

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0361/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CASSIANI GUEDES DE FREITAS PEREIRA  
CPF: 092.648.579-23  
VIGÊNCIA: de 15 de maio de 2017 até 05 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0378/17**

Publicação Nº 1428843

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0378/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TEREZINHA SALETE DE LIMA MORAES  
CPF: 005.087.929-40  
VIGÊNCIA: de 05 de junho de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0379/17**

Publicação Nº 1428971

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0379/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CENIRA PIRES  
CPF: 006.956.419-13  
VIGÊNCIA: de 05 de junho de 2017 até 31 de março de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0408/17**

Publicação Nº 1428803

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0408/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ELISANGELA SILVEIRA  
CPF: 068.042.039-84  
OBJETO: Alterando-se a carga horária, o vencimento e a justificativa de: "20 (vinte) horas semanais, percebendo para tanto o vencimento de R\$ 1.316,94 (um mil, trezentos e dezesseis reais e noventa e quatro centavos), para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender criança

com necessidades especiais (ANDREY KADU DA SILVA CORREIA e NATALI ALVES SILVEIRA), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira” para: “40 (quarenta) horas semanais, percebendo para tanto o vencimento de R\$ 2.633,89 (dois mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos); sendo 20 (vinte) horas para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender criança com necessidades especiais (ANDREY KADU DA SILVA CORREIA e NATALI ALVES SILVEIRA), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira e 20 (vinte) horas para atender à necessidade imediata das escolas para atuar como Professor no Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, que induz a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral”

VIGÊNCIA: de 03 de julho de 2017 até 21 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2017 - PMV**

Publicação Nº 1428764

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2017

PROCESSO Nº 219/2017

HOMOLOGAÇÃO: 16/11/2017.

OBJETO CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO INTITULADO “2º SEMINÁRIO CATARINENSE DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA” A SER MINISTRADO PELO EGM - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, NOS DIAS 22, 23 E 24 DE NOVEMBRO DE 2017, EM FLORIANÓPOLIS - SC, PARA A SERVIDORA NÚBIA JANAINA GARCIA. CONTRATADO:EGM - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. VALOR DA DESPESA: R\$ 200,00 (duzentos reais) FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II c/c art. 13, e atentando também com o Art. 26 todos da Lei 8.666/93.

Videira – SC, 16 de Novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1137/17**

Publicação Nº 1428283

PORTARIA nº 1137/17

Autoriza o Uso de Praça Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 32109/17,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço da Praça Nereu Ramos, localizada na Avenida Dom Pedro II, pelo Centro de Ensino Superior de Maringá LTDA - CESUMAR, no dia 20 de novembro de 2017, das 13h30min às 17h30min para realização de divulgação dos Cursos de graduação e pós-graduação.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem

a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017 - FMS - RETIFICAÇÃO**

Publicação Nº 1428879

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017 – FMS

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o dia e o horário da sessão do Pregão Presencial nº 22/2017 - FMS, o qual tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MOVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA INCLUINDO ENTREGA E INSTALAÇÃO QUE SERÃO MONTADOS NO ESF DO BAIRRO DE CARLI, PELA SECRETARIA DE SAUDE. A data de abertura do presente certame ocorreria no dia 24 de novembro do corrente ano às 09:00:00h e, passará para o dia 04 de dezembro de 2017 às 09:00:00h, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações por meio do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 16 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 188/2017 - PMV**

Publicação N° 1428982

Termo Aditivo nº 188/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 85/2017/2016

Processo: PR nº 76/2017-PMV

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A

Objeto: incluir os veículos adquiridos no pregão presencial nº 100/2017 na apólice de seguro mantida com a contratada através do contrato nº 85/2017.

Valor R\$ 10.856,54 (dez mil oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

Data: 16/11/2017.

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 078/2017

Publicação Nº 1428286

DECRETO DE N.º 078/2017

ATUALIZA A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pelo Inciso VI, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 401, da Lei Complementar nº 032, de 28 de dezembro de 2007 que Institui o Código Tributário Municipal, que tem por limite a atualização da Unidade Fiscal Municipal – UFM, usando como referencia o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, índice publicado pelo IBGE, tendo como parâmetro 1º de Novembro do exercício anterior a 31 de Outubro do exercício corrente ao da expedição do Decreto de atualização da UFM (Redação dada pela Lei Complementar nº 88/2015), fica reajustado em 2,70% (dois vírgula setenta por cento) o valor da UFM, passando de R\$ 3,48 (três reais e quarenta e oito centavos) para R\$ 3,57 (três reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 01 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, em 14 de Novembro de 2017.

	BENTO FRANCISCO SILVY Prefeito Municipal
--	---

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

substituição à servidora TATIANA PENZ FELICIANO, afastada para tratamento de saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 13 de novembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE NO-  
VEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

### PORTARIA Nº 237/2017

Publicação Nº 1428285

PORTARIANº 237/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ALINE MARIA VENDRAMI

Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, caráter emergencial, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas no Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com o maternal 2, no período matutino, 15 (quinze) horas na EM Vitor Meireles e 5 (cinco) horas na EM Serra da Abelha, no período vespertino, a partir do dia 13 de novembro de 2017, em

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 0015/2017

Publicação Nº 1428454

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0015/2017, tendo como objeto a Aquisição de Materiais de Laboratório e materiais odontológicos destinados ao atendimento dos pacientes que fazem uso da rede de Atenção Básica do município de Xanxerê - SC, MENOR PREÇO POR ITEM, O recebimento das propostas será das 09h00min do dia 20 de novembro de 2017 às 07h30min do dia 11 de dezembro de 2017, e o início da disputa às 08h31min do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br).

Xanxerê-SC, 16 de novembro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP Nº 0100/2017

Publicação Nº 1428615

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0100/2017, tendo como objeto Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de expediente, limpeza, impressos, de ferragens, móveis e equipamentos para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias, nas quantidades estimadas constantes no ANEXO I. O recebimento das propostas será até as 08h45min, do dia 05/12/2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 14 de novembro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 0146/2017

Publicação Nº 1428616

Extrato 1º Termo Aditivo ao Processo nº 0146/2017 - Inexigibilidade nº 0007/2017

Objeto: Credenciamento de Prestadores Serviços de Saúde, para realização de Cirurgias de Média Complexidade na especialidade de Cirurgia Geral, Vascular, Ortopedia, Ginecologia, Otorrinolaringologia e Urologia.

Fica Acrescido no Item 2.1 do Edital, o Valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta) reais correspondente a utilização dos Materiais (Lâmina de Shaver e Equipo quatro vias) por procedimentos na especialidade de Ortopedia, de acordo com o ofício da Secretaria Municipal de Saúde. O pagamento somente será efetuado após a comprovação da utilização dos Materiais, através de Notas Fiscais e etiqueta de identificação para conferência. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Edital originário.

Xanxerê, SC, 16 de novembro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

### EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0081/2013

Publicação Nº 1428504

Extrato 4º Aditivo ao contrato nº 0081/2013

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: PRO3 COMUNICAÇÃO LTDA

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Publicidade e Propaganda.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Originário, por igual período (12 meses), contados a partir de 18 de novembro de 2017 vigorando até 17 de novembro de 2018, conforme ofício, parecer do controle interno e parecer do jurídico em anexo.

Xanxerê-SC, em 16 de novembro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

### LEI Nº AM 3974/2017

Publicação Nº 1428351

LEI Nº AM 3974/2017

(Origem Projeto de Lei Nº AM 043/2017)

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ, PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

#### LEI

Art. 1º O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Xanxerê para o quadriênio 2018/2021, em cumprimento ao disposto no Art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, as relativas aos Programas de duração continuada e demais ações de governo, estando expressas nos Anexos desta Lei.

Art. 2º As Planilhas que compõem o Plano Plurianual representados nos Anexos referido no Art. 1º desta Lei, serão estruturadas em Função, Sub-função, Programas, Diagnósticos, Diretrizes, Objetivos, Ações, Tipo de ações (Projeto, Atividade, Operações Especiais), Produto, Unidade de Medida, Meta e indicação da Fonte de Recursos e seus detalhamentos.

Parágrafo Único - Para fins desta Lei considera-se:

I - Função - como função deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao Setor Público;

II - Sub-função - a sub-função representa uma partição da função, visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - Programa - o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

IV - Diagnóstico - a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

V - Diretrizes - conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;  
VI - Objetivos - os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;  
VII - Ações - o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;  
VIII - Tipo - projeto, atividade e operações especiais;  
IX - Produto - os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;  
X - Unidade de Medida - identificação da unidade de medida a ser quantificadas nas metas;  
XI - Metas - os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;  
XII - Fonte - identificação da origem dos recursos para financiar as ações de cada programa;  
XIII - Detalhamento de Fonte - ultimo nível, sendo opcional, detalhando a fonte de recurso.

Art. 3º Integrarão a presente Lei, Anexos, com a especificação dos programas, demonstrativo com as tabelas de identificação de Idusos, fontes de recursos, receitas primárias, receitas não primárias e detalhamento das fontes de recursos, e anexos com especificações das receitas e respectivas fontes com seus detalhamentos.

Art. 4º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas, serão propostos pelo Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual ou Projeto de Lei específica.

Art. 5º O Poder Executivo poderá executar total ou parcial as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programas.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º As ações serão identificadas em Tipo "0" (Zero) - Operações Especiais ,Tipo "01" (Um)- Projeto e Tipo "02" (Dois) – Atividades

Art. 8º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei, com as respectivas indicações das fontes de recursos e seus detalhamentos.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 10 Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir fontes de recursos dentro de cada programa do Plano Plurianual desde que estas modificações contribuam para a concretização da ação governamental.

Art. 11 As receitas de Transferências de Capital da União e Estado, serão orçadas em cada Projeto com valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cada fonte e poderão ser suplementadas por ato próprio, utilizando o excesso de arrecadação quando no ingresso de recursos de convênios, ou provável excesso quando na assinatura do convênio, em função das incertezas e falta de planejamento dos órgãos repassadores e para não influenciar diretamente nas metas

bimestrais de arrecadação.

Parágrafo Único - As metas fiscais de cada projeto e a indicação dos recursos próprios serão previstos pelo valor real e meta real.

Art. 12 Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 13 Fica revogada as disposições em contrário.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
13 de Novembro de 2017  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## LEI Nº AM 3975/2017

Publicação Nº 1428354

LEI Nº AM 3975/2017  
(Origem Projeto de Lei Nº AM 046/2017)

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

### LEI

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2018, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração municipal;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - das metas fiscais; e
- VII - das disposições gerais.

### CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio

das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral

do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Poder Executivo com fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);
- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);
- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (centralizado);
- Fundo Municipal de Habitação (descentralizado);
- Fundo de Desenvolvimento agropecuário (descentralizado).

Art. 6º - A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2014 a 2016, fixada para 2017 e projetada para 2018 a 2020;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2016 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2018 a 2020;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2014 a 2016;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2018;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2014 a 2017, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

## CAPÍTULO III

### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2018 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2018, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento

da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - redução dos investimentos programados;
- V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;
- VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2018 a 10% (Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2018.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2018, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

- I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;
- II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;
- III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada quadri-mestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações

de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2018, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em de 02 exercícios (2016/2017) e funcionamento regular no exercício de 2018, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2018, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

- I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
- II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;
- IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de

crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2018, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

§ 1º - O Executivo Municipal, mediante celebração de convênio, poderá ceder servidor efetivo para ter exercício em outro órgão ou entidade dos poderes da União, dos Estados, do Município, em organizações sociais e pessoas jurídicas de direito privado, se tiver interesse público.

§ 2º - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar

até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2018, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2017, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2018.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2017, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

13 de Novembro de 2017

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## LEI Nº AM 3976/2017

Publicação Nº 1428355

LEI Nº AM 3976/2017

(Origem Projeto de Lei Nº AM 050/2017)

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Xanxerê SC, para exercício de 2018, estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 115.190.000,00 (Cento e quinze milhões, cento e noventa mil reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 107.550.000,00 (Cento e sete milhões, quinhentos e cinquenta mil reais) e a Despesas Orçamentária em R\$ 69.671.000,00 (Sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e um mil reais), e Despesa Financeira de R\$ 37.879.000,00 (Trinta e sete milhões, oitocentos e setenta e nove mil reais).

§1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	107.524.000,00
1.1- Receita Tributária	27.060.000,00
1.2- Receitas de Contribuições	2.400.000,00
1.3- Receita Patrimonial	726.000,00
1.4- Receita Agropecuária	74.000,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	79.000,00
17-Transferências Correntes	74.213.000,00
1.9- Outras Receitas Correntes	2.972.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	26.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	26.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,0
TOTAL	107.550.000,00

§2º A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	Valor R\$
3– DESPESAS CORRENTES	64.913.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	37.151.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	800.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	26.962.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	4.738.000,00
4.4- Investimentos	3.128.000,00
4.5- Inversões Financeiras	10.000,00

4.6- Amortização da Dívida	1.600.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00
9.9- Reserva de Contingência	20.000,00
– TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICI-PAIS	37.879.000,00
- Fundo Municipal da Saúde	22.504.000,00
- Fundo Municipal de Assistência Social	6.600.000,00
- Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário	2.750.000,00
- Fundo Municipal de Habitação	725.000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	5.300.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	107.550.000,00

Art. 3º O orçamento dos Fundos Municipais e Poder Legislativo para o exercício de 2018 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

#### I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	6.926.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	84.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	6.842.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	4.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	22.504.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	22.504.000,00
TOTAL	29.434.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	29.070.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	18.719.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	10.351.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	364.000,00
4.4- Investimentos	364.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	29.434.000,00

#### II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	666.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	17.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	649.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00

2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	6.600.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	6.600.000,00
TOTAL	7.266.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	7.195.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	4.200.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	2.995.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	71.000,00
4.4- Investimentos	71.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	7.266.000,00

#### III – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	27.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	12.000,00
1.4- Receita Agropecuária	5.000,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	5.000,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	5.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.750.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.750.000,00
TOTAL	2.779.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	2.692.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.380.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.312.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	87.000,00
4.4- Investimentos	87.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	2.779.000,00

#### IV – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	13.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	13.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00

1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	725.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	725.000,00
TOTAL	740.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	530.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	240.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	290.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	210.000,00
4.4- Investimentos	200.000,00
4.5- Inversões Financeiras	10.000,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	740.000,00

#### V – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	5.300.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	5.300.000,00
TOTAL	5.300.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	4.683.500,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	3.700.500,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	983.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	616.500,00
4.4- Investimentos	596.500,00
4.5- Inversões Financeiras	20.000,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	5.300.000,00

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza conforme anexo da LDO.

#### UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	20.000,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	20.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de 2018, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 10 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

#### GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

13 de Novembro de 2017

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº RH-AM 502/2017

Publicação Nº 1428501

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 502/2017

RETIFICAR PORTARIA RH-AM 491/2017 QUE CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

RETIFICAR PORTARIA RH-AM 491/2017 que CONCEDE férias no período de 01.11.2017 a 30.11.2017 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

CACILDA IRENE CAVALHEIRO, CIRLENE FILISBINO DOS ANJOS, DAYANE DALLA GASPERINA BERLATO, DIEGO DAVI CORSO,

IVANIA MARIA SCHIRMER, KARLA HACK DOS SANTOS, KELIN REGINA BIANCHI, LEONICE TIECHER RAMME, MARICLAUDIA RAMPAZZO, MARINEZ MARIA ZANCANARO, NEIDE DOS SANTOS DA SILVA, REJANE NAIR KUCZMAINSKI, RENAN WITTES DA SILVA, SABRINA DE BORBA, SALETE F. KOSLOSKI LAZZARI, SERGIO FONTANA, SUELLEN CRISTIANE KUFNER.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar as férias a partir de 01.11.2017 Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 13 de Novembro de 2017.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº RH-AM 503/2017**

Publicação Nº 1428569

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 503/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC  
No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78..

### **RESOLVE**

CONCEDE férias aos Servidores Públicos Municipais nos seguintes termos:

A Sra. DOROTI SALETE PALUDO FERRAZ pelo período de 18.12.2017 a 16.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 12.07.2013 a 11.08.2014.

A Sra. HELIETE FIORENTINI pelo período de 26.12.2017 a 09.01.2018, totalizando 15 (quinze) dias, referente ao período de: 02.07.2016 a 01.07.2017.

A Sra. JOSEANDRA PUTRICH pelo período de 07.12.2017 a 05.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 03.11.2016 a 02.11.2017.

Ao Sr. JULSI JOSE INVITTI pelo período de 16.11.2017 a 15.12.2017, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 16.04.2015 a 15.04.2016.

Ao Sr. PAULO FRANCISCO RUAS pelo período de 20.12.2017 a 18.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 20.07.2016 a 19.07.2017.

A Sra. VIVIANE CLAUSSEN pelo período de 26.12.2017 a 09.01.2018, totalizando 15(quinze) dias, referente ao período de: 02.05.2016 a 01.05.2017.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 13 de Novembro de 2017.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL 11/2017.1

Publicação Nº 1429327

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT 072/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: IVAR PELIZARI CARA ME - CASA DAS TINTAS

Valor ..... : 648,00 (seiscentos e quarenta e oito reais)

Vigência ..... : Início: 14/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)

Objeto ..... : A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE ESTRUTURA PARA O "I FESTIVAL DA CANÇÃO" A SER REALIZADO NO DIA 17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2017, CONFORME CONVÊNIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CONTRATO 2017TR1285.

Xavantina, 16 de Novembro de 2017

Contrato Nº.: CT 073/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: M.J. DA SILVA-SOM - ME

Valor ..... : 15.100,00 (quinze mil cem reais)

Vigência ..... : Início: 14/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)

Objeto ..... : A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE ESTRUTURA PARA O "I FESTIVAL DA CANÇÃO" A SER REALIZADO NO DIA 17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2017, CONFORME CONVÊNIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CONTRATO 2017TR1285.

Xavantina, 16 de Novembro de 2017

Contrato Nº.: CT 074/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: M.J. DA SILVA-SOM - ME

Valor ..... : 17.000,00 (dezesete mil reais)

Vigência ..... : Início: 14/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (41),  
2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)

Objeto ..... : O PRESENTE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE BANDA MUSICAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSAIO E ACOMPANHAMENTO DAS APRESENTAÇÕES DOS CANDIDATOS DURANTE O I FESTIVAL DA CANÇÃO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA -SC, A SER REALIZADO NO CENTRO COMUNITÁRIO DE XAVANTINA - SEDE, NAS DATAS 17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2017. CONFORME CONVÊNIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CONTRATO 2017TR1285.

Xavantina, 16 de Novembro de 2017

Contrato Nº.: CT 075/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: SOFEC SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME

Valor ..... : 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Vigência ..... : Início: 14/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (41)

Objeto ..... : PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA, PARA O "I FESTIVAL DA CANÇÃO" A SER REALIZADO NOS DIA 17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2017. CONFORME CONVÊNIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CONTRATO 2017TR1285.

Xavantina, 16 de Novembro de 2017

# Xaxim

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. N° 113/2017 PREGÃO PRESENCIAL N° 065/201**

Publicação N° 1429230

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. N°. 113/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 065/2017

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: Registro de Preços para a AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS PARA REPOSIÇÃO EM PARQUES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 29 de Novembro de 2017

Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 29 de Novembro de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Rui Barbosa, n° 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0\*\*49) 3353.8201 ou na pagina eletrônica do município [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br).

Xaxim/SC, 17 de Novembro de 2017. Lirio Dagort. Prefeito Municipal.

# Zortéa

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 029/2017 - ELETRODOMESTICOS

Publicação Nº 1428623

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0065/2017  
Pregão Presencial Nº 0029/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO, pelo menor preço por item, para eventual e futura aquisição (sob demanda) de eletrodomésticos para uso da 3ª Companhia do 11º Batalhão de Bombeiros Militar de Santa Catarina, com sede no Município de Capinzal-SC, cujas especificações encontram-se detalhadas no termo de referência anexo ao Edital.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão ser obrigatoriamente protocolados no Setor de Protocolo até às 09h00min, para abertura da Sessão às 09h05min do dia 29/11/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da sessão.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Sala de Licitações, junto à Prefeitura, com endereço na Rua Otaviano Oleoni Franceschi, nº 53, Centro, Município de Zortéa/SC.

Horário: Das 7:00 às 13:00 horas

Telefone: (049) 3557-2019

No sítio: [www.zortea.sc.gov.br](http://www.zortea.sc.gov.br)

Zortéa-SC, 17 de agosto de 2017.

Alcides Mantovani

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE CONVITE Nº 006/2017 - REFORMA DO IMOVEL DA ASSOMAZ

Publicação Nº 1428534

#### AVISO DE LICITAÇÃO

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CONSTRUÇÃO E REFORMA

Processo Licitatório Nº 0064/2017

Convite Nº 006/2017

#### LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de Zortéa, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público, para conhecimento de todos os interessados em apresentar proposta para a tomada de preços para obras e serviços de engenharia com o objeto:

Contratação de empresa especializada para realização de reforma da edificação que abriga as atividades da Associação Municipal de Mulheres Agricultoras de Zortéa-Assomaz, contemplando a construção de base e cobertura para câmara fria e reformas na Agroindústria, com área de 60,50 m², localizada na Rua Alceu Bortoli, no município de Zortéa, Santa Catarina, as demais informações constam no TERMO DE REFERÊNCIA.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas

e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09:00 horas do dia 28/11/2017 para abertura da Sessão às 09:05 horas do mesmo dia.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

Sala de Licitações, Rua Otaviano Francheschi, nº 53, Centro, Zortéa/SC

Horário: Das 7:00 às 13:00 horas .

Telefone: (049) 3557-2019

No sítio: [www.zortea.sc.gov.br](http://www.zortea.sc.gov.br)

Zortéa, SC, 17 de Novembro de 2017

Alcides Mantovani

Prefeito Municipal

## Associações

### AMERIOS

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 08-2017 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AMERIOS

Publicação Nº 1428378

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 08/2017

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS - AMERIOS PARA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA.

Art. 1º - O Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, Sr. Jairo Rivelino Ebeling, Prefeito de Cunha Porã, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Estatuto Social, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participarem da 178ª Assembleia Geral Ordinária que se realizará no próximo dia 4 de dezembro de 2017, segunda-feira, com início às 17h, no auditório da AMERIOS, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, para deliberar os seguintes assuntos:

- I- 17h - Abertura da Assembleia e aprovação da Ata da Assembleia anterior;
- II- 17h10min - Questões Administrativas - Presidente Jairo;
- III- 17h20min - Relatório de atividades;

IV- 17h30min - Orçamento para 2018;

V- 17h35min - Prestação de contas referente os meses de setembro, outubro e novembro de 2017;

I- 17h40min - Eleição da nova Diretoria Executiva para o exercício de 2018, o qual assume automaticamente a partir de 01/01/2018;

VI- 18h - Assuntos diversos: Participação dos Secretários de Administração e Fazenda da AMERIOS; e Saneamento Básico;

II- 18h25min - Palavra livre;

VII- 18h30min- Encerramento.

Obs: Haverá amigo secreto entre os casais no valor de R\$ 100,00 (Cem reais).

Convite extensivo aos cônjuges.

Após a Assembleia haverá Jantar de confraternização.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha/SC, 14 de novembro de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Cunha Porã

### AMFRI

#### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO INOVAMFRI PS-INOVAMFRI-CONVÊNIO SDR Nº 06-2016.

Publicação Nº 1428366

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO PS/INOVAMFRI/CONVÊNIO SDR nº 06/2016.

CONTRATADA: PRISMA CONSULTORIA EM COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA., sociedade empresária, inscrita no CNPJ sob o nº 06.783.503/0001-67, sediada Rua São Manoel, no 2022, Apto 502, Bairro Rio Branco, em Porto Alegre/RS, CEP 90.620-110.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogado o contrato em 30 (trinta) dias, tendo como data final 24 de dezembro de 2017.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí /SC, 16 de novembro de 2017.

Célio José Bernardino

Secretário-Executivo da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI

### FECAM

#### RESOLUÇÃO Nº 012/2017 - CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE AUDITORIA DE SISTEMA

Publicação Nº 1428331

RESOLUÇÃO Nº 012/2017

A Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, ADELIANA DAL PONT, Prefeita de São José, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

1 - Considerando as Resoluções nº 10 e 11 acerca da instauração de Comissão de Auditoria e Avaliação e a reunião do Conselho Executivo realizado no dia 14/11/2017, determino a instauração de nova Comissão de Auditoria e Avaliação, tendo como objeto o(s) contrato (s) relacionado(s) ao Sistema de Acompanhamento de Programas e Editais – SAPE, inclusive com acareação de depoimentos dos responsáveis pelo projeto, caso seja necessário.

2 - Esta resolução entrará em vigor a partir de sua assinatura.

Florianópolis, SC, 14 de novembro de 2017.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita de São José  
Presidente da FECAM

## **RESOLUÇÃO Nº 013/2017 - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA DE SISTEMA**

Publicação Nº 1428333

### **RESOLUÇÃO Nº 013/2017**

A Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, ADELIANA DAL PONT, Prefeita de São José, no uso de suas atribuições estatutárias,

#### **RESOLVE:**

1 - Compõem a Comissão de Auditoria e Avaliação prevista na Resolução FECAM nº 012, de 2017:

- I – Diogo Gustavo Beppler, na qualidade de Presidente;
- II – Juliana Plácido, membro;
- III – Luiz Paulo Schlischtig, membro.

2 - Esta resolução entrará em vigor a partir de sua assinatura.

Florianópolis, SC, 14 de novembro de 2017.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita de São José  
Presidente da FECAM

## **AMEOSC**

## **ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01/2017 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER**

Publicação Nº 1428215

### **CONTRATODECONSÓRCIOPÚBLICO**

#### **1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

OS ENTES CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER DELIBERAM, POR UNANIMIDADE, DAR NOVA REDAÇÃO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, QUE PASSARÁ A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

#### **TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

#### **CAPÍTULO I DOS ENTES CONSORCIADOS**

##### **CLÁUSULA PRIMEIRA-**

Diante da assinatura do Protocolo de Intenções, constituíram e integram, atualmente, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, os seguintes Entes:

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.528/0001-84, com sede na Av. Santo Antônio, s/n, Bandeirante, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal CELSO BIEGELMEIER;

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.527/0001-30, com sede na Av. Buenos Aires, 415, Barra Bonita, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal MOACIR PIROCA;

MUNICÍPIO DE BELMONTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 80.912.108/0001-90, com sede na Rua Eng. Francisco Passos, s/n, Belmonte, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal GENÉSIO BRESSIANI;

MUNICÍPIO DE DESCANSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.026.138/0001-97, com sede na Rua Marechal Deodoro, 146, Descanso, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal SADI INÁCIO BONAMIGO;

MUNICÍPIO DE GUARACIABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.821.216/0001-82, com sede na Rua Ademar

de Barros, 85, Guaraciaba, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ROQUE LUIZ MENECHINI;

MUNICÍPIO DE PARAÍSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 80.912.009/0001-08, com sede na Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE;

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.821.174/0001-80, com sede na Rua Márcilio Dias, 1199, São Miguel do Oeste, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal WILSON TREVISAN;

## CAPÍTULO II DO CONSORCIAMENTO

### CLÁUSULA SEGUNDA-

Por deliberação da Assembleia Geral, com consequente aprovação de Lei de Ratificação no Poder Legislativo de cada Ente, passam a integrar o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER:

MUNICÍPIO DE ANCHIETA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.024.687/0001-22, com sede na Av. Anchieta, 838, Anchieta, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IVAN JOSÉ CANCI;

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.026.773/0001-74, com sede na Rua Santos Dumont, 413, Dionísio Cerqueira, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES;

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.027.045/0001-87, com sede na Rua Paraná, 338, Guarujá do Sul, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER;

MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, com sede na Rua Santo Antônio, 100, Iporã do Oeste, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal LÚCIO MALLMANN;

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, 200, Itapiranga, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal JORGE WELTER;

MUNICÍPIO DE MONDAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.028.415/0001-09, com sede na Av. Laju, 420, Mondai, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal VALDIR RUBERT;

MUNICÍPIO DE PALMA SOLA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.028.639/0001-02, com sede na Rua Francisco Zanotto, 600, Palma Sola, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal CLEOMAR JOSÉ MANTELLI;

MUNICÍPIO DE PRINCESA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.836/0001-00, com sede na Rua Rio Grande do Sul, 494, Princesa, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal EDILSON MIGUEL VOLKWEIS;

MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 80.912.140/0001-75, com sede na Rua Dom Feliciano, s/n, Santa Helena, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal LUIZ GLUITZ;

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, com sede na Rua Encantado, 66, São João do Oeste, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal FERNANDO BISIGO;

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.026.781/0001-10, com sede na Rua Jorge Lacerda, 1049, São José do Cedro, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA;

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, 111, Tunápolis, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal RENATO PAULATA.

## CAPÍTULO III BASE LEGAL, FINALIDADE E NATUREZA JURÍDICA

### CLÁUSULA TERCEIRA-

O presente instrumento se ampara nas determinações do art. 241, da Constituição Federal, na Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e no Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e será ratificado por lei específica de cada Ente integrante, tendo como finalidade, disciplinar os termos e condições para a manutenção do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, destinado à gestão associada de serviços públicos, captação de recursos, bem como transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade das atividades transferidas pelos consorciados.

### CLÁUSULA QUARTA-

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER tem personalidade jurídica de direito público interno e compõe a Administração Pública Indireta de cada Ente consorciado, sendo formatado como Associação Pública, nos termos da legislação em vigor.

### CLÁUSULA QUINTA-

Ficam preservadas todas as situações jurídicas até o momento consolidadas acerca da competência e atuação do CONSÓRCIO

## INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER.

CAPÍTULO IV  
DA SEDE, DURAÇÃO E FORO

## CLÁUSULA SEXTA-

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER tem sede na Rua Padre Aurélio Canzi, 1628, Centro, São Miguel do Oeste, SC, no edifício da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC.

## CLÁUSULA SÉTIMA-

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER tem prazo de vigência indeterminado.

## CLÁUSULA OITAVA-

O Foro competente para dirimir qualquer questão relativa ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER é o de sua cidade sede.

CAPÍTULO V  
DA ÁREA DE ATUAÇÃO

## CLÁUSULA NONA-

A atuação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER será abrangida pelas áreas territoriais dos Entes consorciados, respeitadas as suas autonomias administrativa, financeira e legal, constituindo-se, para os fins a que se destina, em uma única unidade territorial, inexistindo, para o exercício de suas atividades, limites intermunicipais.

## CLÁUSULA DÉCIMA-

Outros Municípios poderão se consorciar ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, por decisão de 2/3 (dois terços) dos votos da Assembleia Geral, e após a ratificação do presente instrumento, por lei aprovada na Casa Legislativa do Município consorciando, no prazo e pela mesma decisão da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI  
DOS OBJETIVOS E CONDIÇÕES GERAIS

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-

São objetivos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER:

- I- O planejamento, a regulação, a fiscalização e, nos termos de cada contrato de programa, a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais, na área de atuação da Administração Pública dos Entes identificados nas cláusulas primeira e segunda do presente instrumento;
- II- A implementação de melhorias nas condições de vida dos munícipes, desenvolvendo alternativas para programas de educação, saúde, infraestrutura e gestão ambiental, sem prejuízo de ações e programas desenvolvidos individualmente por cada Ente consorciado;
- III- A capacitação técnica de forma continuada do pessoal prestador de serviços e servidores do Consórcio;
- IV- A realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entidades de sua Administração Indireta;
- V- A aquisição ou a administração dos bens para uso compartilhado do Consórcio ou de seus Municípios integrantes;
- VI- A promoção de toda e qualquer comercialização de matéria prima e/ou produtos derivados do funcionamento de empreendimentos criados, revertendo para o Consórcio os valores arrecadados;
- VII- A busca de alternativas e tecnologias para o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental, voltados para a melhoria do reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluindo a recuperação e o reaproveitamento energético, com base em experiências comprovadas e economicamente viáveis, que permitam soluções efetivas de combate à poluição e degradação ambiental, preservando os recursos naturais e promovendo o tratamento e a consequente eliminação de gases nocivos à vida;
- VIII- O zelo pela proteção da saúde pública e da qualidade ambiental no desempenho de suas funções;
- IX- O incentivo à não geração, à redução, à reutilização, à reciclagem e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como promover a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- X- A promoção e a articulação entre as diferentes esferas do Poder Público e, destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para gestão associada de objetivos do consórcio;
- XI- A adoção, o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- XII- A segurança, a regularidade, a continuidade, a funcionalidade e a universalização da prestação dos serviços públicos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira;
- XIII- O reconhecimento do resíduo sólido, reutilizado e reciclado como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA-

Mediante requerimento do interessado, é facultado à Assembleia Geral devolver qualquer dos poderes mencionados no inciso I da cláusula anterior à Administração Direta do Município consorciado solicitante.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA-

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER somente poderá prestar serviços públicos nos termos e de acordo com cada contrato de programa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA-**

Os bens adquiridos ou administrados na forma do inciso V da cláusula décima serão de uso exclusivo dos Entes que contribuíram para sua aquisição, ou administração, conforme regulamento estabelecido pela Assembleia Geral.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA-**

Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até autorização para que seja extinto mediante ajuste entre os interessados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA-**

O Consórcio priorizará, nas aquisições e contratações, quando for o caso, produtos reciclados e/ou recicláveis, bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis, com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

**CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA-**

Fica o Consórcio autorizado, em havendo declaração de utilidade pública, necessidade pública, ou interesse social emitida pelo Município em que o bem ou direito esteja situado, a promover desapropriações e requisições, instituir servidões necessárias à consecução de seus objetivos, bem como ocupações e limitações na forma da lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA-**

Fica o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, no cumprimento de seus objetivos, autorizado a:

I- Representar os consorciados perante qualquer entidade, nacional ou internacional, de direito público ou privado, em matéria pertinente as suas finalidades;

II- Respeitada a legislação em vigor e desde que compatíveis com as finalidades e objetivos do Consórcio, celebrar contratos, convênios, acordos e ajustes, concessões, permissões, ou parcerias com:

a) Entidades da Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo;

b) A iniciativa privada;

c) Organismos internacionais.

III- Promover desapropriações e requisições, ou instituir servidões necessárias à consecução de seus objetivos, em havendo declaração de utilidade ou necessidade pública emitida pelo Município em que o bem ou direito esteja situado;

IV- Estabelecer critérios e normas de rateio dos custos operacionais de conformidade com a quantidade de resíduos sólidos urbanos gerados por cada consorciado;

V- Definir tarifas e outros preços públicos pela prestação ou oferta de serviços públicos, de conformidade com a legislação vigente e, quando necessário à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro, seu reajuste e revisão, considerando os custos operacionais e os critérios definidos conforme a legislação de cada Ente consorciado;

VI- Celebrar parcerias e ou instrumentos congêneres, com entidades públicas ou privadas de pesquisa, administração e operacionalização de sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços prestados, sua expansão e modicidade.

**CAPÍTULO VII****DA GESTÃO ASSOCIADA****CLÁUSULA DÉCIMA NONA-**

Os consorciados autorizam o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER a promover a gestão associada de serviços públicos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-**

A gestão associada de que trata a cláusula anterior estender-se-á à prestação de serviços, nos termos de contrato de programa, através do qual o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER será autorizado a emitir documentos de cobrança e a exercer qualquer atividade de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pelos serviços prestados.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA-**

Para a gestão associada, os consorciados transferem ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, o exercício das competências de planejamento, regulação, operacionalização e fiscalização, bem como:

I- O exercício do poder de polícia relativo às atividades que sejam objeto do Consórcio, em especial à aplicação de penalidades por descumprimento de preceitos legais, administrativos e/ou contratuais;

II- Elaboração de plano de investimentos para a expansão, reposição e modernização do sistema de tratamento e destinação final de resíduos sólidos;

III- Elaboração de planos de recuperação dos custos dos serviços;

IV- Acompanhamento e avaliação das condições da prestação dos serviços;

V- Apoio à prestação dos serviços para aquisição, guarda e distribuição de material para a manutenção, reposição, expansão e operação do sistema.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA-**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, em nome próprio ou dos consorciados, poderá conceder, permitir, ou autorizar, estabelecer parceria ou contrato de gestão, que tenha por objeto, qualquer das atividades sob o regime de gestão associada.

**CAPÍTULO VIII****DA ELABORAÇÃO DE PLANOS E PROGRAMAS**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA-**

Serão observados os procedimentos abaixo quando da elaboração e revisão das propostas e regulamentos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER:

- I- Prévia divulgação e disponibilização aos interessados da proposta de plano ou regulamento e dos estudos em que se fundamentam, por meio de extrato publicado na Imprensa Oficial, com indicação do sítio na internet em que se possa ter acesso à íntegra dos documentos, ou através de cópia integral dos documentos na sede dos consorciados para livre acesso às respostas;
- II- Posterior debate da proposta de plano ou regulamento, através de consulta pública, após o prazo de 30 (trinta) dias da sua divulgação, para recebimento de críticas e sugestões, sendo facultado a qualquer cidadão o acesso às respostas;
- III- Homologação pela Assembleia Geral.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA-**

Havendo alteração no plano original da proposta ou regulamento, a nova versão será submetida à divulgação e debate no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sendo condição para sua validade, a explícita justificativa, em estudos submetidos à divulgação e ao debate, e à adequada fundamentação das respostas e críticas e sugestões apresentadas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA-**

Serão objetos do Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, normas complementares de procedimentos administrativos para elaboração de planos e regulamentos de serviços públicos, assim como, fiscalização e o exercício dos poderes disciplinar, hierárquico, ou de polícia.

**CAPÍTULO IX****DOS CONTRATOS DE PROGRAMA****CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA-**

Sem prejuízo das cláusulas que, nos contratos de programa, estabeleçam deslocamento, total ou parcial, de encargos, serviço, pessoal, ou bens necessários à continuidade dos serviços transferidos, poderá o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER celebrar contrato de programa, que tenham por objetivo, a prestação de serviços por meios próprios, ou sob sua gestão administrativa ou contratual.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA-**

Os contratos de programa celebrados pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER deverão ter necessariamente cláusulas que estabeleçam claramente:

- I- O objeto, a área, o prazo de gestão associada, o modo, a forma e as condições de prestação dos serviços públicos, podendo este objeto, ser de gestão associada de serviços públicos, bem como transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos pelos consorciados;
- II- A transferência, total ou parcial, de encargos, serviços, pessoal e bens associados à continuidade da execução de serviços públicos;
- III- Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;
- IV- O cálculo de tarifas e outros preços públicos, de conformidade com a regulação dos serviços a serem prestados;
- V- Os procedimentos garantidores de transparência de gestão econômica e financeira de cada serviço, em relação a cada um de seus titulares, em especial no que diz respeito aos subsídios cruzados;
- VI- Os direitos, garantias e obrigações do titular e do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, incluindo aqueles relacionados às previsíveis necessidades de alteração futura e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação das instalações e equipamentos;
- VII- Os direitos e obrigações dos usuários para a obtenção e utilização dos serviços;
- VIII- A forma de fiscalização de instalações, equipamentos, métodos e práticas de execução, com a indicação dos órgãos com competência para fazê-lo;
- IX- Penalidades e forma de aplicação;
- X- Os casos de extinção e reversibilidade de bens;
- XI- Os critérios para cálculo e forma de pagamento de indenização do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, dos investimentos não amortizados pelas tarifas, ou outras receitas emergentes da prestação de serviços;
- XII- A obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas, pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, ao titular dos serviços, assim como, da publicação dos demonstrativos financeiros da execução do contrato;
- XIII- O foro e o modo amigável para solução das controvérsias contratuais;
- XIV- A periodicidade, conforme a qual, os serviços serão fiscalizados por comissão composta por representantes do titular do serviço, do contratado e dos usuários, de forma a cumprir o disposto no art. 30, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- XV- A exigência de publicação periódica das demonstrações financeiras relativas à gestão associada operacionalizada pelos contratos de programa, a qual deverá ser específica e segregada das demais demonstrações do Consórcio ou do prestador de serviços.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA-**

O contrato de programa permanecerá em vigor, ainda que:

- I- O titular se retire do consórcio;
- II- O consórcio seja extinto.

**TÍTULO II****DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO****CAPÍTULO I****DO ESTATUTO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA-**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER será organizado por estatuto cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Protocolo de Intenções, ratificadas através do presente instrumento.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA-**

O estatuto será elaborado, aprovado e, quando necessário, modificado em Assembleia Geral devidamente convocada para este fim, em consonância com o este instrumento.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA-**

O estatuto poderá dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento e organização do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER.

**CAPÍTULO ii****Dos órgãos E COLABORADORES****CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA-**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER é composto dos seguintes órgãos:

- I- Assembleia Geral;
- II- Presidência e Vice-Presidência;
- III- Secretário e Vice-Secretário;
- IV- Conselho Fiscal.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA-**

Além dos órgãos referidos na cláusula anterior, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER terá uma Secretaria Executiva, representada por cargo de provimento comissionado, indicado pelo Presidente e homologado pela Assembleia Geral, que exercerá a função de administrador do Consórcio.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA-**

Os serviços de consultoria contábil e de consultoria jurídica poderão ser terceirizados, mediante a contratação de pessoas físicas ou jurídicas, sem vínculo empregatício, que comprovem ampla experiência na área de Contabilidade Pública ou de Direito Administrativo, conforme o caso.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA-**

O preenchimento do cargo de Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER dar-se-á mediante a observância das seguintes condições:

- I- O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER será presidido pelo Chefe do Poder Executivo de um dos Municípios consorciados, o qual será seu representante legal e será eleito por maioria absoluta dos votos dos consorciados, para um mandato de 02 (dois) anos, sem limite de reeleições;
- II- Não havendo maioria absoluta de votos, proceder-se-á a um segundo escrutínio, por maioria simples, ao qual concorrerão os dois candidatos mais votados na primeira votação;
- III- Na mesma ocasião e condições dos itens anteriores será escolhido um Vice-Presidente, também Chefe do Poder Executivo de um dos Municípios consorciados, que substituirá o Presidente na sua ausência ou impedimento.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA-**

Nas atas da Assembleia Geral serão registrados:

- I- Todos os assuntos abordados e decididos;
- II- De forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, se for o caso, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;
- III- A íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal do voto de cada representante, bem como a proclamação de resultados;
- IV- No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação deverão ser registrados em ata.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA-**

Somente se reconhecerá o sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indique expressamente o motivo do sigilo, sendo que a decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá conter a indicação expressa dos representantes que votaram a favor ou contra o sigilo.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA-**

A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive os anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu os trabalhos da Assembleia Geral.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA-**

Sob pena de ineficácia das decisões nela incluídas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente aquele em que foi redigida, publicada na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, ou no sítio eletrônico que o mesmo venha a manter na rede mundial de computadores.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-**

Mediante o pagamento das despesas de reprodução, será fornecida para qualquer cidadão, cópia da ata.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA-**

O substituto ou sucessor do representante legal, o substituirá na Presidência, na Vice-Presidência ou nos demais cargos da Diretoria.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA-**

Sem prejuízo do que prevê o estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, incumbe ao Presidente:

I- Presidir as reuniões da Assembleia Geral e dar o voto de qualidade;

II- Representar o Consórcio judicial e extrajudicialmente;

III- Ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

IV- Convocar as reuniões da Diretoria Executiva;

V- Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo Estatuto a outro órgão do Consórcio.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA-**

Com exceção da competência prevista no inciso II, da cláusula anterior, todas as demais poderão ser delegadas ao Vice-Presidente.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA-**

Por razões de urgência, ou para permitir a celeridade na condução administrativa do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, o Vice-Presidente poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA-**

O Conselho Fiscal do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER será constituído de 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes escolhidos dentre os consorciados.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA-**

O Conselho Fiscal reunir-se-á de ofício ou por convocação do Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA-**

Compete ao Conselho Fiscal:

I- Exercer o controle interno do Consórcio, na forma prevista no art. 70, parte final, da Constituição Federal;

II- Fiscalizar permanentemente a contabilidade do Consórcio;

III- Acompanhar e fiscalizar quaisquer operações econômicas ou financeiras do Consórcio;

IV- Exercer o controle de gestão e de finalidade do Consórcio;

V- Emitir pareceres sobre prestação de contas, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidos à Assembleia Geral;

VI- Elaborar estudos e pareceres relativos aos assuntos de sua competência;

VII- Solicitar ao Presidente, a convocação de Assembleia, bem como, a inclusão de assuntos na pauta.

**CAPÍTULO III****DO DIREITO AOS SERVIÇOS PLANEJADOS****CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA-**

É direito do cidadão, receber dos Municípios consorciados ou do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, serviços públicos que tenham sido adequadamente planejados.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA-**

É direito do usuário, cabendo-lhe o ônus da prova, não ser onerado por investimento que não tenha sido previamente planejado, salvo quando:

I- Decorrente de fato imprevisível justificado nos termos da regulação;

II- Não ter decorrido o prazo para a elaboração de planejamento nos termos da legislação federal, estadual, municipal, ou de regulamento adotado pelo Consórcio.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA-**

Resolução da Assembleia Geral do Consórcio estabelecerá as normas para as audiências e consultas públicas, que serão observadas pelos Municípios consorciados no que não contrariarem norma local.

**CAPÍTULO IV****DO DEVER DE ELABORAR UM PLANEJAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA-**

É dever do Consórcio e dos Entes consorciados, elaborar e implementar o planejamento das viabilidades socioeconômicas dos serviços a serem prestados.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA-**

O planejamento deverá ser elaborado tendo horizonte mínimo de 04 (quatro) anos.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA-**

O planejamento deverá ser compatível com:

- I- Orçamento de cada Ente consorciado;
- II- A legislação da Administração Pública;
- III- A legislação da Política Nacional e Estadual de Saneamento Básico, bem como da Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos;
- IV- Demais legislações aplicáveis.

#### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA-

As metas fixadas pelo planejamento possuem caráter indicativo para os planos plurianuais e de gerenciamento, os orçamentos anuais e a realização de operações de crédito pelo Consórcio ou por Município consorciado.

#### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA-

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER elaborará o planejamento regional e os Municípios consorciados, seus respectivos planejamentos municipais, sendo vedado o investimento em outros serviços públicos que não estejam integrados e não previstos no planejamento do Consórcio.

### CAPÍTULO V

#### DA NATUREZA JURÍDICA DAS DISPOSIÇÕES PLANEJADAS

#### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA-

As disposições contidas no planejamento são vinculantes para:

- I- A regulação, a prestação direta, a fiscalização, a avaliação dos serviços públicos básicos e essenciais em relação ao Consórcio ou ao Município que o elaborou;
- II- As ações públicas e privadas que, disciplinadas ou vinculadas às demais políticas públicas, implementadas pelo Consórcio ou pelo Município que elaborou o planejamento, venham a interferir nas necessidades básicas e essenciais.

#### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA-

As disposições contidas no planejamento vinculam, ainda, os demais projetos básicos e as contratações de obras e serviços relativos às ações, serviços e contratos de programas relacionados ao Consórcio.

### CAPÍTULO VI

#### DO DEVER DE REGULAR E FISCALIZAR

#### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA-

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER exercerá regulação e fiscalização permanente sobre a prestação dos serviços públicos, inclusive quando prestados, direta ou indiretamente, por Município consorciado.

#### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA-

Fica facultado ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, por meio de convênio ou termo de cooperação celebrado com entidade pública, receber apoio técnico para suas atividades de regulação.

#### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA-

As informações produzidas por terceiros contratados poderão ser utilizadas pela regulação e fiscalização dos serviços.

#### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA-

É garantido ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, o acesso a todas as instalações e documentos relacionados direta ou indiretamente à prestação do serviço que seja de execução por parte dos entes consorciados, sendo que a não obediência à requisição de informações e documentos emitida pelo Consórcio implicará em sanção administrativa ao infrator.

#### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA-

Incluem-se na regulação do serviço, as atividades de interpretar e fixar critérios para a fiel execução dos instrumentos de execução do serviço, bem como para a correta administração de subsídios.

#### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA-

Atendidas as diretrizes fixadas neste instrumento, resolução aprovada pela Assembleia Geral do Consórcio estabelecerá as normas de regulação e fiscalização, que deverão compreender pelo menos:

- I- Os indicadores de qualidade do serviço e de sua adequada e eficiente prestação;
- II- As metas de expansão e qualidade do serviço e os respectivos prazos, quando adotadas metas parciais ou graduais;
- III- Sistemas de faturamento e cobrança do serviço;
- IV- O método de monitoramento dos custos e de reajustamento e revisão das tarifas ou preços públicos;
- V- Os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos serviços e procedimentos para recepção, apuração e solução de queixas e reclamações dos cidadãos e dos demais usuários;
- VI- Os planos de contingência e de segurança;
- VII- As penalidades a que estarão sujeitos os usuários, consumidores, geradores e prestadores.

### CAPÍTULO VII

#### DOS PLANOS INTERMUNICIPAIS DE GESTÃO INTEGRADA

#### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA-

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER deverá elaborar seu Plano Intermunicipal de Gestão

Associada de Serviços Públicos.

## CAPÍTULO VIII DA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA-

Os serviços públicos prestados pelo Consórcio receberão avaliações periódicas de qualidade interna e externa, sem prejuízo de outras que sejam previstas na respectiva regulação.

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA-

A avaliação interna será efetuada pelo próprio Consórcio, por meio de Relatório Anual de Prestação dos Serviços – RAPS, que caracterizará a situação da prestação do serviço e da infraestrutura, relacionando-as com as condições socioeconômicas em áreas homogêneas, de forma a verificar a efetividade das ações executadas, para garantir uma melhor qualidade de vida à população abrangida.

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA-

O RAPS será elaborado na conformidade dos critérios, índices, parâmetros e prazos fixados em resolução da Assembleia Geral do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER.

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA-

A avaliação externa do serviço será a cargo dos Municípios consorciados, por Conselho da Cidade ou órgão equivalente e, na falta destes, por qualquer Conselho Municipal e, na falta ainda deste, pelo Conselho de Regulação do Consórcio.

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA-

As atividades de avaliação externa, além das previstas em resolução da Assembleia Geral do Consórcio, compreendem as de apreciar e aprovar o RAPS.

### CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA-

O RAPS, uma vez aprovado, bem como os resultados da avaliação externa da qualidade do serviço, deverão ser encaminhados para os órgãos da Administração Municipal responsáveis pelo meio ambiente e saúde para sua possível integração nas informações individuais de cada Ente consorciado.

## CAPÍTULO IX DAS TARIFAS

### CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA-

Os valores das tarifas e de outros preços públicos, bem como seu reajuste e revisão, observarão os seguintes critérios:

- I- A tarifa se comporá de duas partes, uma referente aos custos do serviço local, a cargo dos entes consorciados, e outra referente aos custos do Consórcio, que engloba os custos de prestação dos serviços públicos a seu cargo, dos serviços vinculados e os relativos à reposição e à expansão futuras;
- II- Ambas as partes da estrutura de custos serão referenciadas em relatórios periódicos de acompanhamento;
- III- As tarifas serão progressivas e diferenciadas de acordo com a natureza do material coletado;
- IV- As tarifas poderão ser reajustadas ou revistas, mediante resolução devidamente homologada pela Assembleia Geral, para atender à necessidade de execução de programas de melhoria e ampliação do serviço prestado.

título iii

## DA RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO, DOS GERADORES E COMPARTILHADA

## CAPÍTULO I DA RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO

### CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA-

o Consórcio, como titular dos serviços públicos que realizar, será responsável pela organização e prestação direta ou indireta destes serviços.

### CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA-

Sem prejuízo de outros direitos previstos na legislação Federal, Estadual, Municipal e demais normas aplicáveis, asseguram-se aos usuários:

- I- Receber instruções e informações sobre a prestação de serviços;
- II- Ter amplo acesso, inclusive por meio da rede mundial de computadores, às informações sobre a prestação dos serviços na forma e com a periodicidade definidas pela regulação dos mesmos, especialmente as relativas à qualidade, receitas, custos, ocorrências operacionais relevantes e investimentos realizados;
- III- Ter prévio conhecimento:
  - a) Das penalidades a que estão sujeitos os cidadãos e demais usuários pela violação aos preceitos que regem os ideais de uma vida saudável e de preservação do meio ambiente;
  - b) Das interrupções programadas ou não referentes às rotinas de coleta e recolhimento do lixo.

### CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA QUARTA-

É direito do cidadão e dos demais usuários dos serviços públicos prestados pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, fiscalizar a atuação deste, bem como, se for o caso, apresentar reclamações.

**CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA QUINTA-**

O Consórcio deverá receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos cidadãos e dos demais usuários, que deverão ser notificados das providências adotadas em até 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEXTA-**

O Conselho de Regulação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER deverá receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelo Consórcio.

**TÍTULO IV****DA MOTIVAÇÃO E DA PUBLICIDADE DA ATIVIDADE  
REGULATÓRIA E DE FISCALIZAÇÃO****CAPÍTULO I****DA MOTIVAÇÃO****CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA-**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER é obrigado a motivar todas as decisões que interfiram nos direitos ou deveres referentes aos serviços ou à sua prestação, bem como, quando solicitado pelo usuário, a prestar esclarecimentos complementares em 30 (trinta) dias.

**CAPÍTULO II****DA PUBLICIDADE DA ATIVIDADE REGULATÓRIA  
E DE FISCALIZAÇÃO****CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA OITAVA-**

Aos planos, relatórios, estudos, decisões e instrumentos atinentes à regulação ou à fiscalização dos serviços deverá ser dada publicidade, deles podendo ter acesso qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, salvo os de prazo certo e declarado como sigiloso por decisão fundamentada em interesse público relevante.

**CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA NONA-**

A publicidade, preferencialmente, deverá se efetivar, por meio de sítio eletrônico mantido na rede mundial de computadores, pelo Consórcio.

**TÍTULO V****Do contrato de programa****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS****CLÁUSULA OCTOGÉSIMA-**

Ao Consórcio é permitido firmar contratos de programa para prestação de um serviço por meios próprios, sendo-lhe vedado:

- I- Sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações referentes às atividades de planejamento, regulação e fiscalização;
- II Celebrar, em nome próprio ou de Ente consorciado, contrato de programa para que terceiros venham a prestar serviços ou projetos associados às atividades de planejamento, regulação e fiscalização.

**CLÁUSULA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA-**

O disposto no caput da cláusula anterior não prejudica quem, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, pessoal ou de bens necessários à continuidade do serviço transferido.

**CAPÍTULO II****DAS CLÁUSULAS NECESSÁRIAS****CLÁUSULA OCTOGÉSIMA SEGUNDA-**

São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consórcio, as que estabeleçam:

- I- o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviço público, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, pessoal e bens essenciais à continuidade do serviço;
- II- O modo, forma e condições de prestação do serviço;
- III- Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- IV- O cálculo de tarifas e de outros preços públicos na conformidade da regulação do serviço a ser prestado;
- V- Procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;
- VI- Os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;
- VII- Os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;
- VIII- A forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;
- IX- As penalidades e sua forma de aplicação;
- X- Os casos de extinção;
- XI- Os bens reversíveis;
- XII- Os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram

amortizados por tarifas ou outras receitas emergentes da prestação do serviço;  
XIII- A obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular do serviço;  
XIV- A periodicidade em que o Consórcio deverá publicar as demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;  
XV – O foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

#### CLÁUSULA OCTOGÉSIMA TERCEIRA-

No caso de a prestação de serviço ser operada por transferência total ou parcial de encargos, pessoal e bens essenciais à continuidade do serviço, também são necessárias, cláusulas que estabeleçam:

- I- Os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da pessoa que os transferiu;
- II- As penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;
- III- O momento de transferência e os deveres relativos à sua continuidade;
- IV- A indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;
- V- A identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferida e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado; e
- VI- O procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes pela prestação do serviço.

#### CLÁUSULA OCTOGÉSIMA QUARTA-

Os bens vinculados ao serviço público serão de propriedade da Administração Direta do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período vigente ao contrato de programa.

#### CLÁUSULA OCTOGÉSIMA QUINTA-

Nas operações de crédito contratadas pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, para investimentos na realização do serviço público, objeto do Consórcio ou de Contrato de Programa, deverá ser indicado o quanto corresponde ao serviço de cada titular, para fins de contabilização e controle.

#### CLÁUSULA OCTOGÉSIMA SEXTA-

Receitas futuras da prestação de serviço poderão ser entregues como pagamentos ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

#### CLÁUSULA OCTOGÉSIMA SÉTIMA-

A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

#### CLÁUSULA OCTOGÉSIMA OITAVA-

O contrato de programa continuará vigente no caso de:  
I- O titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada;  
II- Extinção do Consórcio.

#### CLÁUSULA OCTOGÉSIMA NONA-

Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos na legislação.

### TÍTULO VI

#### DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

#### CAPÍTULO I

##### DOS AGENTES PÚBLICOS

#### SEÇÃO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CLÁUSULA NONAGÉSIMA -

Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio, os investidos para ocupar os empregos públicos previstos neste instrumento.

#### CLÁUSULA NONAGÉSIMA PRIMEIRA-

A atividade da Presidência, Vice-Presidência e demais membros da Diretoria do Consórcio, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não serão remuneradas, sendo considerado, inclusive, trabalho público relevante.

#### SEÇÃO II

##### DOS EMPREGOS PÚBLICOS

#### CLÁUSULA NONAGÉSIMA SEGUNDA-

Os colaboradores do Consórcio não cedidos pelos Entes consorciados serão considerados empregados públicos e, portanto, serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

#### CLÁUSULA NONAGÉSIMA TERCEIRA-

O Regimento Interno do Consórcio deliberará sobre a estrutura administrativa do Consórcio, obedecido ao disposto neste instrumento,

especialmente a descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos.

**CLÁUSULA NONAGÉSIMA QUARTA-**

A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização da Diretoria.

**CLÁUSULA NONAGÉSIMA QUINTA-**

Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os Entes consorciados.

**CLÁUSULA NONAGÉSIMA SEXTA-**

O quadro de pessoal do Consórcio será composto por empregados públicos, de acordo com a necessidade e disponibilidade de contratação do Consórcio, podendo haver servidores cedidos pelos Entes consorciados e a contratação de profissionais específicos para áreas de assessoramento, bem como concurso público.

**CLÁUSULA NONAGÉSIMA SÉTIMA-**

Com exceção dos servidores públicos cedidos para o consórcio, que deverão ser obrigatoriamente servidores efetivos dos Entes consorciados, os demais empregados do Consórcio serão providos de acordo com a necessidade e conveniência do Consórcio, bem como por concurso público, se for o caso.

**CLÁUSULA NONAGÉSIMA OITAVA-**

A remuneração dos empregos públicos será definida em Assembleia Geral e sofrerá, anualmente, o reajuste pelo IGP-M.

**SEÇÃO III**

**DO CONCURSO PÚBLICO**

**CLÁUSULA NONAGÉSIMA NONA-**

Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA-**

Cópia do edital será entregue a todos os Entes consorciados.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA PRIMEIRA-**

O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio eletrônico que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores, bem como, na forma de extrato, na Imprensa Oficial.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA SEGUNDA-**

Nos 30 (trinta) primeiros dias após a publicação do extrato mencionado na cláusula anterior, poderão ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas nos prazos previstos no art. 41, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**SEÇÃO IV**

**DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS**

**CLÁUSULA CENTÉSIMA TERCEIRA-**

Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA QUARTA-**

Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista.

**CAPÍTULO II**

**DOS CONTRATOS**

**SEÇÃO I**

**DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA CENTÉSIMA QUINTA-**

Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações diretas fundamentadas nas disposições dos incisos I e II, do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observarão o disposto na legislação federal respectiva, e serão instauradas por decisão do Secretário Executivo e/ou do Presidente.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA SEXTA-**

Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal de regência, bem como no que estabelece este instrumento.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA SÉTIMA-**

Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação geral em vigor, podendo ser instauradas pelo Secretário Executivo e/ou Presidente, podendo haver, ainda, delegação ao Presidente da Comissão de Licitação, sendo que o Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos que considere relevantes.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA OITAVA-**

Todos os contratos serão publicados conforme a legislação de regência.

**título vii****DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA****Capítulo I****disposições gerais****CLÁUSULA CENTÉSIMA NONA-**

A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA DÉCIMA-**

Os Entes consorciados somente repassarão recursos ao Consórcio quando:

I- Tenha contratado o Consórcio para a prestação de um serviço, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado;

II- Houver contrato de rateio.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA-**

Os Entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA-**

Não se exigirá contrato de rateio no caso dos recursos recebidos pelo Consórcio serem oriundos de transferência voluntária da União ou do Estado, formalizada por meio de convênio ou outro instrumento congênere.

**CAPÍTULO II****DA FISCALIZAÇÃO****CLÁUSULA CENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA-**

42.1 Fica o Consórcio sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo, representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo, a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os Entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

**CAPÍTULO III****DA CONTABILIDADE****CLÁUSULA CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA-**

No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA-**

Semestralmente, deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I- O investido e o arrecadado pela prestação do serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II- A situação patrimonial do Consórcio.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA-**

Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio eletrônico que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores, bem ainda, em via impressa na sua sede.

**CAPÍTULO IV****DOS CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES****CLÁUSULA CENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA-**

Com o objetivo de receber transferência de recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios, ou outros instrumentos congêneres, com entidades governamentais, do terceiro setor ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA DÉCIMA OITAVA-**

Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios, ou outros instrumentos congêneres, celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

**TÍTULO VIII****DA SAÍDA DO CONSÓRCIO****CAPÍTULO I****DO RECESSO****CLÁUSULA CENTÉSIMA DÉCIMA NONA-**

A saída de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA VIGÉSIMA -**

Os bens destinados ao Consórcio, pelo consorciado que se retirar, não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I- Decisão de metade mais um dos Entes Federativos consorciados, manifestada em Assembleia Geral;

II- Expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III- Reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

**CAPÍTULO II  
DA EXCLUSÃO****CLÁUSULA CENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA-**

São hipóteses de exclusão de Ente consorciado:

I- A não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II- A subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III- A existência de motivos graves, reconhecidos em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA-**

A exclusão prevista na cláusula anterior somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o Ente consorciado poderá se reabilitar.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA-**

O estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão.

**CAPÍTULO III  
DO PROCEDIMENTO DE EXCLUSÃO****CLÁUSULA CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA-**

O estatuto estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA-**

A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigindo-se neste caso, o mínimo de metade mais um dos votos.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEXTA-**

Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº. 11.107 de 06 de abril de 2005, pelo seu Decreto Regulamentar nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007 e demais legislações aplicáveis à matéria.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA-**

Da decisão do órgão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo.

**TÍTULO IX  
DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO  
DE CONSÓRCIO PÚBLICO****CAPÍTULO I  
DA ALTERAÇÃO****CLÁUSULA CENTÉSIMA VIGÉSIMA OITAVA-**

A alteração do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os Entes consorciados.

**CAPÍTULO II  
DA EXTINÇÃO****CLÁUSULA CENTÉSIMA VIGÉSIMA NONA-**

A extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA-**

Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

**CLÁUSULA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA PRIMEIRA-**

Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações

remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos Entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

#### CLÁUSULA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEGUNDA-

Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

### TÍTULO X

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CAPÍTULO I

##### DA INTERPRETAÇÃO

#### CLÁUSULA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA-

A interpretação do disposto neste instrumento deverá seguir os seguintes princípios:

I- Respeito à autonomia dos Entes consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada Ente, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II- Solidariedade, em razão da qual os Entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III- Eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio;

IV- Transparência, pelo que não negará ao Poder Executivo ou ao Legislativo de cada Ente federativo consorciado o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio;

V- Eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstre sua viabilidade e economicidade.

#### CAPÍTULO II

##### DA EXIGIBILIDADE

#### CLÁUSULA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUARTA-

Quando adimplente com suas obrigações, qualquer Ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste instrumento.

São Miguel do Oeste – SC, 24 de março de 2017.

APROVADO E SUBSCRITO PELOS ENTES CONSORCIADOS E CONSORCIANDOS EM ASSEMBLEIA GERAL DO CONDER.

MUN. DE BANDEIRANTE	MUN. DE BARRA BONITA
MUN. DE BELMONTE	MUN. DE DESCANSO
MUN. DE GUARACIABA	MUN. DE PARAÍSO
MUN. DE SÃO MIGUEL DO OESTE	MUN. DE ANCHIETA
MUN. DE DIONÍSIO CERQUEIRA	MUN. DE GUARUJÁ DO SUL
MUN. DE IPORÃ DO OESTE	MUN. DE ITAPIRANGA
MUN. DE MONDAÍ	MUN. DE PALMA SOLA
MUN. DE PRINCESA	MUN. DE SANTA HELENA
MUN. DE SÃO JOÃO DO OESTE	MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS	

## ESTATUTO 01/2017 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER

Publicação Nº 1428210

### ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER

Os municípios de Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba, Paraíso e São Miguel do Oeste, por meio de seus Prefeitos, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 14 de agosto de 2015, aprovam o presente Estatuto Social, que passa a reger e regular a organização e funcionamento de cada órgão do Conder.

### TÍTULO I

#### DO CONSÓRCIO E DOS CONSORCIADOS

#### CAPÍTULO I

##### DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER

Art. 1º O Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Regional – CONDER, Associação Pública com Personalidade Jurídica de Direito Público integra a administração indireta dos municípios abaixo arrolados:

I – Bandeirante, inscrito no CNPJ sob o n. 01.612.528/0001-84;

II – Barra Bonita, inscrito no CNPJ sob o n. 01.612.527/0001-30;

III – Belmonte, inscrito no CNPJ sob o nº 80.912.108/0001-90;

IV – Descanso, inscrito no CNPJ sob o n. 83.026.138/0001-97;

V – Guaraciaba, inscrito no CNPJ sob o nº 82.821.216/0001-82;

VI – Paraíso, inscrito no CNPJ sob o n. 80.912.009/0001-08;

VII – São Miguel Do Oeste, inscrito no CNPJ sob o n. 82.821.174/0001-80.

§ 1º. A sede do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional será na sede da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste, sito à Rua Osvaldo Cruz, nº 167, Prédio da CASAN, centro, Município de São Miguel do Oeste/SC, podendo ser deslocada para qualquer dos Municípios CONSORCIADOS, mediante aprovação, por decisão unânime da Assembleia Geral.

§ 2º. O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional terá duração por prazo indeterminado.

§ 3º. O Foro competente para dirimir qualquer questão relativa ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional é o da cidade sede do Consórcio.

## CAPÍTULO II

### DO OBJETO DO ESTATUTO

Art. 2º O presente estatuto disciplina o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, doravante referido simplesmente como CONDER, de forma a complementar e regulamentar o estabelecido no Contrato de Consórcio Público, resultado da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções firmado pelos Chefes dos Executivos Municipais em 08 de maio de 2014.

### SEÇÃO I

#### DA ÁREA DE ATUAÇÃO

Art. 3º A atuação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional será abrangida pelas áreas territoriais dos Municípios CONSORCIADOS, respeitadas as suas autonomias administrativa, financeira e legal, constituindo-se, para os fins a que se destina o consórcio, em uma única unidade territorial, inexistindo entre elas limites intermunicipais.

Art. 4º Outros Municípios poderão se consorciar com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional, por decisão de 2/3 (dois terços) dos votos da Assembleia Geral, e após a ratificação do Protocolo de Intenções, por lei aprovada na Casa Legislativa do Município do convidado, no prazo pela mesma decisão da Assembleia Geral.

### SEÇÃO II

#### DAS FINALIDADES

Art. 5º São finalidades do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional:

I – o planejamento, a regulação, a fiscalização e, nos termos de contrato de programa a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais, na área de atuação da Administração Pública dos municípios identificados na Cláusula Primeira do presente Protocolo;

II – a implementação de melhorias nas condições de vida dos munícipes, desenvolvendo alternativas para programas de educação, saúde, obras e gestão ambiental, sem prejuízo das ações e programas desenvolvidas individualmente pelos entes consorciados;

III – a capacitação técnica de forma continuada do pessoal prestador de serviços e servidores do Consórcio;

IV – a realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entes de sua Administração Indireta;

V – a aquisição ou a administração dos bens para uso compartilhado do Consórcio ou de seus Municípios integrantes;

VI – a promoção de toda e qualquer comercialização de matéria prima e/ou produtos derivados do funcionamento de empreendimentos criados, revertendo para o Consórcio os valores arrecadados desta operação;

VII – a busca de alternativas e tecnologias para o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental, voltados para a melhoria do reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluindo a recuperação e o reaproveitamento energético, com base em experiências comprovadas e economicamente viáveis, que permitam soluções efetivas de combate à poluição e degradação ambiental, preservando os recursos naturais e promovendo o tratamento e a consequente eliminação de gases nocivos a vida;

VIII – o zelo pela proteção da saúde pública e da qualidade ambiental no desempenho de suas funções;

IX – o incentivo a não geração, à redução, à reutilização, à reciclagem e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como promover a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

X – a promoção e a articulação entre as diferentes esferas do poder público e, destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para gestão associada objetivos do consórcio;

XI – a adoção, o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

XII – a segurança, a regularidade, a continuidade, a funcionalidade e a universalização da prestação dos serviços públicos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira;

XIII – o reconhecimento do resíduo sólido, reutilizado e reciclado como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

§ 1º. Mediante requerimento do interessado, é facultado à Assembleia Geral devolver qualquer dos poderes mencionados no inciso I do caput à Administração Direta do Município consorciado.

§ 2º. O CONDER somente poderá prestar serviço público nos termos de contrato de programa que celebrar com o ente consorciado.

§ 3º. Os bens adquiridos ou administrados na forma do inciso V do caput serão de uso exclusivo dos entes que contribuíram para a sua aquisição, ou, administração, na forma de regulamento da Assembleia Geral.

§ 4º. Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até autorização para que seja extinto mediante ajuste entre os interessados.

§ 5º. Priorizar nas aquisições e contratações do Consórcio produtos reciclados e recicláveis, bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis, com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

§ 6. Havendo declaração de utilidade, necessidade pública ou interesse social emitida pelo Município em que o bem ou direito se situe, fica o Consórcio autorizado a promover as desapropriações, proceder a aquisições ou instituir as servidões necessárias à consecução de seus objetivos.

Art. 6º Fica autorizado ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional no cumprimento de seus objetivos a:

- I - representar os CONSORCIADOS perante qualquer entidade, nacional ou internacional, de direito público ou privado, em matéria pertinente às suas finalidades;
- II - respeitada a legislação em vigor, celebrar contratos, convênios, acordos e ajustes, concessões ou parcerias com entidades da administração pública ou privada e organismos internacionais, compatíveis ou inerentes com suas finalidades e objetivos;
- III - promover as desapropriações e requisições, ou instituir as servidões necessárias à consecução de seus objetivos, em havendo declaração de utilidade ou necessidade pública emitida pelo município em que o bem se situe;
- IV - estabelecer critérios e normas de rateio dos custos operacionais de conformidade com a quantidade de resíduos sólidos urbanos gerados por cada CONSORCIADO;
- V - definir tarifas e outros preços públicos pela prestação ou oferta de serviços públicos, de conformidade com a legislação vigente e, quando necessário à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro, seu reajuste e revisão, considerando os custos operacionais e critérios definidos conforme a legislação de cada município signatário;
- VI - celebrar parcerias e/ou instrumento congênere, com entidades públicas ou privadas de pesquisa, administração e operacionalização de sistema de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços prestados, sua expansão e modicidade.

## TÍTULO II

### DA RETIRADA E DA EXCLUSÃO

#### Seção I

##### Da Retirada

Art. 7º A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

- I - decisão de metade mais um dos entes federativos consorciados, manifestada em Assembleia Geral;
- II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;
- III - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

#### Seção II

##### Da Exclusão

#### Subseção I

##### Das Hipóteses de Exclusão

Art. 8º São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

- I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;
- II - a subscrição do Protocolo de Intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;
- III - a existência de motivos graves, reconhecidos em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim.

§ 1º. A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º. O estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão.

#### Subseção II

##### Do procedimento de Exclusão

Art. 9º Após o período de suspensão que trata o § 1º da Cláusula quadragésima sexta do Contrato do Consórcio Público, sem que o ente consorciado tenha se reabilitado, será instaurado o procedimento de exclusão, mediante portaria do Presidente do Consórcio, da qual deve constar:

- I - a descrição dos fatos;
- II - as penas a que está sujeito o Consorciado;
- III - os documentos e outros meios de provas.

§ 1º. A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

§ 2º. Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº. 11.107 de 06 de abril de 2005, pelo seu Decreto Regulamentar nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007 e demais legislações aplicáveis à matéria.

§ 3º. Da decisão do órgão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo.

#### Seção III

##### Da Admissão

Art. 10 O ente da Federação que pretenda integrar o CONSÓRCIO, e cujo nome não tenha constado do Protocolo de Intenções, somente poderá fazê-lo mediante alteração no Contrato de Consórcio Público, aprovado pela Assembleia Geral e ratificada mediante lei, por cada um dos Consorciados.

## TÍTULO III

### DA ASSEMBLEIA GERAL

#### CAPÍTULO I

**DA CONVOCAÇÃO**

Art. 11 A Assembleia Geral, instância deliberativa máxima, constituída pelos Chefes do Poder Executivo dos entes Consorciados reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, havendo a possibilidade de convocações extraordinárias.

§1º Os respectivos suplentes dos Chefes do Poder Executivo dos Consorciados serão, obrigatoriamente, seus substitutos legais, nos termos das respectivas Leis Orgânicas.

§2º A Assembleia Geral poderá se reunir em caráter extraordinário mediante convocação de seu Presidente ou por maioria absoluta de seus membros, em ambos os casos com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 12 As Assembleias Ordinárias serão convocadas mediante edital publicado no sítio que o Consórcio manterá na internet.

§ 1º O aviso mencionado no caput deste artigo deverá estar publicado pelo menos 72 (setenta e duas) horas antes da realização da Assembleia Extraordinária.

§ 2º A Assembleia Extraordinária será tida por regularmente convocada mediante a comprovação de que, em até 72 (setenta e duas) horas de sua realização foram notificados os representantes legais de, pelo menos, a metade mais um dos Consorciados.

**CAPÍTULO II****DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO**

Art. 13 O quórum exigido para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação é da maioria absoluta dos Consorciados.

§ 1º Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, considera-se automaticamente convocada e, em segunda convocação, se realizará 1 (uma) hora depois, no mesmo local, com qualquer número de Consorciados.

§ 2º Em havendo quórum, a presença dos entes Consorciados supre a notificação de que trata o artigo 13 deste Regimento.

**CAPÍTULO III****DAS ATAS E REGISTROS**

Art. 14 Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I – por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal do voto de cada representante, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º. No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação deverão ser registrados em Ata;

§ 2º. Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indique expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá conter a indicação expressa e nominal os representantes que votaram a favor e contra o sigilo;

§ 3º. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive os anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu os trabalhos da Assembleia Geral.

**CAPÍTULO IV****DA PUBLICAÇÃO**

Art. 15 Sob pena de ineficácia das decisões nela incluída, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até 10 (dez) dias, publicada na sede do CONDER, ou no "sítio" que o Consórcio criar e mantiver na rede mundial de computadores – Internet.

Parágrafo único. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, será fornecida para qualquer cidadão, cópia da ata.

**CAPÍTULO V****DAS DELIBERAÇÕES**

Art. 16 As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, ressalvadas as deliberações que o Contrato de Consórcio e o Estatuto fixarem.

§ 1º A decisão final nos processos de exclusão de ente consorciado se dará por voto da maioria absoluta dos membros Consorciados.

§ 2º A aprovação da cessão de servidores com ônus para o CONSÓRCIO se dará mediante decisão unânime, presentes a maioria absoluta dos Consorciados. § 3º A aprovação da cessão de servidores, sem ônus para o CONSÓRCIO, se dará mediante os votos da maioria simples.

§ 4º As abstenções serão tidas como votos brancos.

**CAPÍTULO VI****DO REGIMENTO INTERNO**

Art. 17 Para a alteração de dispositivos do Regimento exigir-se-á a apresentação de proposta subscrita, a qual deverá ser submetida à Assembleia Geral para deliberação.

§ 1º A proposta de alteração dos dispositivos do Regimento deverá ser endereçada ao Presidente do Consórcio.

Art. 18 Antes da deliberação da Assembleia Geral, o Presidente do Consórcio deverá encaminhar a proposta de alteração do Regimento à apreciação da Diretoria Jurídica do Consórcio, para análise quanto à legalidade e juridicidade da mesma.

Art. 19 A Diretoria Jurídica terá o prazo de 15 (quinze) dias para analisar os aspectos de legalidade e juridicidade da proposta, cabendo ratificar ou retificar a proposta no todo ou em parte, apresentando, quando for o caso, proposta substitutiva, nos termos da lei, no todo ou em parte.

Art. 20 O quórum para deliberação de alteração do Regimento Interno pela Assembleia Geral, será da maioria simples dos Consorciados.

**CAPÍTULO VII****DAS DELIBERAÇÕES DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO**

Art. 21 Para a alteração de dispositivo do Estatuto exigir-se-á a apresentação de proposta subscrita pela maioria simples dos Consorciados, a qual deverá ser submetida à Assembleia Geral para deliberação.

Art. 22 Antes da deliberação da Assembleia Geral, a proposta de alteração do Estatuto deverá ser submetida ao Grupo Técnico Jurídico para análise quanto à legalidade e juridicidade da mesma.

Art. 23 O quórum para a deliberação de alteração deste Estatuto pela Assembleia Geral, será de maioria absoluta dos Consorciados.

#### TÍTULO IV

##### DO MANDATO, DA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE

#### CAPÍTULO I

##### MANDATO

Art. 24 O mandato do Presidente e do Vice – Presidente é de 2 (dois) anos, com limite de 01 (uma) reeleições.

Art. 25 O mandato do Presidente cessará automaticamente no caso do eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo Municipal representado, hipótese em que será sucedido pelo Vice – Presidente do Consórcio.

Art. 26 Se o termino do mandato do Prefeito que ocupar a Presidência da Assembleia Geral ocorrer antes da eleição para a Presidência do Consórcio, seu sucessor na Chefia do Poder Executivo assumirá interinamente o cargo de Presidente ate a realização de nova eleição.

#### CAPÍTULO II

##### DA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE

Art. 27 Da Eleição do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional dar-se-á da seguinte forma:

I - o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional será presidido pelo Chefe do Poder Executivo de um dos Municípios Consorciados, o qual será o seu representante legal, eleito por maioria absoluta dos votos dos CONSORCIADOS.

II – não havendo maioria absoluta de votos, proceder-se-á a um segundo escrutínio, por maioria simples, ao qual concorrerão os dois candidatos mais votados na primeira votação.

Art. 28 Na mesma ocasião e condições dos itens anteriores será escolhido um Vice-Presidente, também Chefe do Poder Executivo de um dos Municípios consorciados, que substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

#### CAPÍTULO III

##### DA SUBSTITUIÇÃO E SUCESSÃO

Art. 29 O substituto ou sucessor do Represente Legal, o substituirá na Presidência, na Vice-Presidência ou nos demais cargos da Diretoria Executiva.

#### TÍTULO V

##### DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

#### CAPÍTULO I

##### DOS ÓRGÃOS

Art. 30 O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Presidência;

III – Vice-Presidência;

IV – Secretário e Vice-Secretário;

V - Conselho Fiscal;

Parágrafo Único. Por deliberação máxima da Assembleia Geral poderá criar outros órgãos, vedada à criação de cargos, empregos e funções remuneradas.

#### CAPÍTULO II

##### DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 31 A Assembleia Geral, instância deliberativa máxima, é constituída pelos Chefes do Poder Executivo dos Consorciados, sendo que os respectivos suplentes serão, obrigatoriamente, seus substitutos legais, nos termos das respectivas Leis Orgânicas.

§ 1º Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral como ouvintes.

§ 2º O voto é único para cada um dos Consorciados, votando os suplentes apenas na ausência do respectivo titular.

§ 3º O voto será público, aberto e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a ente consorciado.

§ 4º O Presidente do CONSÓRCIO, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará apenas para desempatar.

#### CAPÍTULO III

##### DA COMPETÊNCIA DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 32 Compete à Assembleia Geral:

I - homologar o ingresso no CONSÓRCIO de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções, após 2 (dois) anos de sua subscrição;

II - aplicar ao Consorciado as penas de suspensão e exclusão do CONSÓRCIO;

III - aprovar os estatutos do CONSÓRCIO e as suas alterações;

IV - eleger ou destituir o Presidente do CONSÓRCIO;

V - aprovar:

a) o orçamento plurianual de investimentos;

b) o programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do CONSÓRCIO, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas, taxas e outros preços públicos;

f) a alienação e a oneração de bens, materiais ou equipamentos permanentes do CONSÓRCIO ou daqueles que, nos termos de contrato de

programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VI - aprovar a cessão de servidores por Consorciado ou conveniado ao CONSÓRCIO;

VII - aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos prestados pelo CONSÓRCIO;

VIII - aprovar a celebração de contratos de programa;

IX - apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo CONSÓRCIO;

b) o aperfeiçoamento das relações do CONSÓRCIO com órgãos públicos, entidades ou empresas privadas.

X - aprovar o ajuizamento de ação judicial;

XI - deliberar sobre a necessidade de contratação e ampliação do quadro de pessoal, e preenchimento das vagas existentes;

XII - deliberar sobre alteração ou extinção do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO;

XIII - adotar as medidas pertinentes em caso de retirada de Consorciado;

XIV - deliberar sobre a participação do CONSÓRCIO em instituições e órgãos relacionados às suas finalidades institucionais;

XV - nomear o Diretor Administrativo-Financeiro;

XVI - nomear o Diretor de Projetos;

XVII - nomear o Diretor Jurídico;

XVIII - nomear o Assessor de Comunicação.

§1º A Assembleia Geral poderá delegar a aprovação de suplementação de créditos orçamentários ao Presidente.

§2º A delegação mencionada no parágrafo primeiro deverá ser registrada em ata de reunião da Assembleia Geral e terá efeito até o término do mandato do presidente.

§3º A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, revogar a delegação mencionada no parágrafo primeiro, devendo esta decisão ser lavrada em ata de reunião da Assembleia Geral.

#### CAPÍTULO IV

##### DO PRESIDENTE E DO VICE – PRESIDENTE

Art. 33 Além do previsto no Contrato de Consórcio Público e nos dispositivos deste estatuto incumbe ao Presidente:

I – presidir as reuniões da Assembleia Geral e dar o voto de qualidade;

II – representar o consórcio judicial e extrajudicialmente;

III – ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

IV – convocar as reuniões da Diretoria Executiva;

V – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo Estatuto a outro órgão do Consórcio.

§ 1º. Com exceção da competência prevista no inciso II, todas as demais poderão ser delegadas ao Vice-Presidente.

§ 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Vice-Presidente poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

#### CAPÍTULO V

##### DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 34 A Secretaria Executiva do Consórcio é composta pelos seguintes órgãos:

I - Diretoria Administrativa/Financeira;

II - Diretoria de Projetos;

III - Diretoria Jurídica; e

IV - Assessor de Comunicação.

#### CAPÍTULO VI

##### DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

Art. 35 Ao Secretário, além do previsto no Contrato de Consórcio Público e nos dispositivos deste Estatuto, compete:

I – programar e gerir as diretrizes políticas e plano de trabalho definido pela Assembleia Geral, praticando todos os atos que não tenham sido atribuídos expressamente pelo Estatuto ao Presidente do Consórcio;

II – auxiliar o Presidente em suas funções, cumprindo as suas determinações, bem como o mantendo informado, prestando-lhe contas da situação administrativa e financeira do CONSÓRCIO;

III – movimentar as contas bancárias do Consórcio, de acordo com as deliberações do Presidente;

IV – exercer a gestão patrimonial;

V – praticar atos relativos aos recursos humanos, cumprindo e se responsabilizando pelo cumprimento dos preceitos da legislação trabalhista;

VI – coordenar o trabalho das diretorias;

VII – instaurar sindicâncias e processos disciplinares;

VIII – constituir a Comissão de Licitações do Consórcio;

IX – autorizar a instauração de procedimentos licitatórios, desde que delegado pelo Presidente, para valores autorizados pela Assembleia Geral;

X – homologar e adjudicar objeto de licitação, desde que delegado pelo Presidente, para valores autorizados pela Assembleia Geral;

XI – autorizar a instauração de procedimentos para contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação;

XII – secretariar a Assembleia Geral, lavrando a competente ata;

XIII – poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente;

XIV – coordenar e orientar os trabalhos do Vice – Secretário;

XV – coordenar e orientar os trabalhos da recepção e dos auxiliares administrativos da Secretaria Geral.

§ 1º O exercício delegado de atribuições do Presidente se dará por meio de expedição de portaria específica e deverá ser publicada na imprensa oficial do órgão e disponibilizada no sítio que o Consórcio manterá na internet.

§ 2º A delegação das atribuições mencionadas no parágrafo anterior cessará automaticamente com o desligamento do Secretário dos quadros funcionais do Consórcio, ou a qualquer tempo, a critério do Presidente.

§ 3º O Secretário exercerá suas funções em regime de dedicação integral.

## CAPÍTULO VII

### DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA

Art. 36 À Diretoria Administrativa/Financeira, além do previsto no Contrato de Consórcio Público e nos dispositivos do Estatuto, compete:

- I - responder pela execução das atividades administrativas do CONSÓRCIO;
- II - responder pelas diretrizes das atividades contábil-financeiras do CONSÓRCIO;
- III - elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidos e/ou recebidos pelo CONSÓRCIO;
- IV - responder pelas diretrizes do balanço patrimonial/fiscal do CONSÓRCIO;
- V - providenciar a publicação do balanço anual do CONSÓRCIO na imprensa oficial;
- VI - movimentar as contas bancárias, em conjunto com o Secretário Executivo e/ou Presidente, mediante delegação;
- VII - responder pela execução das compras e de fornecimentos, dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral;
- VIII - autenticar livros de atas e de registros próprios do CONSÓRCIO;
- IX - elaborar, em conjunto com o Assessor Contábil, a peça orçamentária anual e plurianual;
- X - programar e efetuar a execução do orçamento anual;
- XI - ordenar despesas;
- XII - controlar o fluxo de caixa, elaborando boletins diários de caixa e de bancos;
- XIII - prestar contas de projetos, convênios, contratos e congêneres.

## CAPÍTULO VIII

### DA DIRETORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS

Art. 37 À Diretoria de Programas e Projetos, além do previsto no Contrato de Consórcio Público e nos dispositivos do Estatuto, compete:

- I - elaborar e analisar projetos sob a ótica da viabilidade econômica, financeira e dos impactos, a fim de subsidiar o processo decisório;
- II - acompanhar e avaliar projetos;
- III - avaliar a execução e os resultados alcançados pelos programas implementados;
- IV - elaborar relatórios de acompanhamento dos projetos/convênios para as instâncias superiores;
- V - estruturar, em banco de dados, todas as informações relevantes para análise e execução dos projetos em execução;
- VI - levantar informações do cenário econômico e financeiro externo;

## CAPÍTULO IX

### DA DIRETORIA JURÍDICA

Art. 38 À Diretoria Jurídica, além do previsto no Contrato de Consórcio Público e nos dispositivos do Estatuto, compete:

- I - exercer toda a atividade jurídica, consultiva e contenciosa do CONSÓRCIO, inclusive representando-o judicial e extrajudicialmente, em todas as causas propostas em face da instituição ou pela própria, inclusive perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e perante o Tribunal de Contas da União;
- II - exarar parecer jurídico em geral;
- III - aprovar edital de licitação.

## CAPÍTULO X

### DO ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

Art. 39 Ao Assessor de Comunicação, além do previsto no Contrato de Consórcio Público e nos dispositivos do Estatuto, compete:

- I - estabelecer estratégia de inserção das atividades do CONSÓRCIO na mídia;
- II - divulgar as atividades do CONSÓRCIO;
- III - responder a eventuais demandas de informações por parte dos órgãos de imprensa

## CAPÍTULO XI

### DO CONSELHO FISCAL

#### DA COMPOSIÇÃO

Art. 40 O Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional será constituído de 1 (um) representante e 1 (um) suplente, de cada CONSORCIADO, indicados pelos Chefes do Poder Executivo.

Art. 41 O Conselho Fiscal elegerá seu presidente, dentre seus membros, em escrutínio secreto, para um mandato de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. Na mesma ocasião e condições do parágrafo anterior serão escolhidos o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho.

Art. 42 O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semestre ou quando convocado pelo Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional, por seu presidente ou qualquer de seus membros.

Art. 43 O Presidente do Conselho Fiscal terá o voto de qualidade em caso de empate nas votações realizadas.

Art. 44 Compete ao Conselho Fiscal:

- I - exercer o controle interno do CONDER, na forma prevista no art. 70, parte final, da Constituição Federal;
- II - fiscalizar permanentemente a contabilidade do consórcio;
- III - acompanhar e fiscalizar quaisquer operações econômicas ou financeiras do CONDER;
- IV - exercer o controle de gestão e de finalidade do consórcio;
- V - emitir parecer sobre prestação de contas, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidos à Assembleia Geral;
- VI - eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário;
- VII - elaborar estudos e pareceres relativos aos assuntos de sua competência;
- VIII - solicitar ao Presidente do CONDER a convocação de Assembleia, bem como, a inclusão de assuntos na pauta.

## TÍTULO VI

### DOS RECURSOS HUMANOS

**CAPÍTULO I****DOS AGENTES PÚBLICOS E DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES REMUNERADAS**

Art. 45 Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos em cláusula do presente documento.

§ 1º. A atividade da Presidência, Vice-Presidência, dos demais membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Regulação e de outros órgãos diretivos do Consórcio que venham a ser criados pelo estatuto, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º. O Presidente, o Vice e demais Diretores, os membros do Conselho Fiscal e de Regulação, bem como os que integram os outros órgãos do Consórcio não poderão receber qualquer quantia do Consórcio, inclusive a título indenizatório ou de compensação.

**CAPÍTULO II****DOS EMPREGOS PÚBLICOS E DO REGIME JURÍDICO**

Art. 46 Os servidores do Consórcio não cedidos pelos entes consorciados serão considerados empregados públicos e regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 1º. O Regimento Interno do Consórcio deliberará sobre a estrutura administrativa do Consórcio, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, especialmente a descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos.

§ 2º. A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização da Diretoria Executiva.

§ 3º. Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

**CAPÍTULO III****DO QUADRO DE PESSOAL**

Art. 47 O quadro de pessoal do Consórcio será composto por empregados públicos, de acordo com a necessidade e disponibilidade de contratação do Consórcio, podendo haver servidores cedidos pelos entes consorciados e a contratação de profissionais específicos para áreas de assessoramento, bem como concurso público.

§ 1º. Com exceção dos servidores públicos cedidos para o consórcio, que deverão ser obrigatoriamente servidores efetivos dos entes consorciados, os demais empregos do Consórcio serão providos de acordo com a necessidade e conveniência do Consórcio, bem como por concurso público.

§ 2º. A remuneração dos empregos públicos será definida em Assembleia Geral.

**CAPÍTULO IV****DO CONCURSO PÚBLICO**

Art. 48 Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e por 02 (dois) Diretores.

§ 1º. Por meio de ofício, cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados.

§ 2º. O edital, em sua íntegra, será publicado em "sítio", que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – Internet, bem como, na forma de extrato, na Imprensa Oficial do Estado.

§ 3º. Nos 30 (trinta) primeiros dias após a publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderão ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas nos prazos previstos no art. 41 § 1º da Lei nº 8.666/93. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no "sítio" que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – Internet.

**CAPÍTULO V****DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

Art. 49 Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público.

Parágrafo único. Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista.

**TÍTULO VII****DOS DIREITOS E PLANEJAMENTO****CAPÍTULO I****DO DIREITO AO SERVIÇOS PLANEJADOS**

Art. 50 É direito do cidadão, receber dos Municípios consorciados ou do Consórcio serviços públicos que tenham sido adequadamente planejados.

§ 1º. É direito do usuário, cabendo-lhe o ônus da prova, não ser onerado por investimento que não tenha sido previamente planejado, salvo quando:

I - decorrente de fato imprevisível justificado nos termos da regulação;

II – não ter decorrido o prazo para a elaboração de planejamento nos termos da legislação federal, estadual, municipal ou de regulamento adotado pelo Consórcio.

§ 2º. O planejamento do serviço público a ser prestado deve ser elaborado e revisado com a participação da comunidade, sendo obrigatória a realização de audiência e consulta pública.

§ 3º. Resolução da Assembleia Geral do Consórcio estabelecerá as normas para as audiências e consultas públicas, que serão observadas pelos Municípios consorciados no que não contrariarem norma local.

**CAPÍTULO II****DO DEVER DE ELABORAR UM PLANEJAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Art. 51 Em relação ao seu respectivo serviço é dever do Consórcio e dos entes consorciados, elaborar e programar o planejamento das viabilidades socioeconômicas do serviço a ser prestado.

§ 1º. O planejamento deverá ser elaborado tendo horizonte mínimo de 04 (quatro) anos.

§ 2º. O planejamento deverá ser compatível com:

I – o planejamento orçamentário municipal dos entes consorciados;

II – a legislação da Administração Pública;

III – a legislação da Política Nacional e Estadual de Saneamento Básico, bem como da Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos;

IV - a legislação em geral;

§ 3º. As metas fixadas pelo planejamento possuem caráter indicativo para os planos plurianuais e de gerenciamento, os orçamentos anuais e a realização de operação de crédito pelo Consórcio ou por Município consorciado.

§ 4º. O Consórcio elaborará o planejamento regional e os Municípios consorciados os seus respectivos planejamentos municipais.

§ 5º. É vedado o investimento em outros serviços públicos que não estejam integrados e não previstos no planejamento do Consórcio.

### CAPÍTULO III

#### DOS PLANOS INTERMUNICIPAIS DE GESTÃO INTEGRADA

Art. 52 O Consórcio deverá elaborar seu Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Serviços Públicos, dos entes consorciados.

### CAPÍTULO VI

#### DA NATUREZA JURÍDICA DAS DISPOSIÇÕES PLANEJADAS

Art. 53 As disposições contidas no planejamento são vinculantes para:

I - a regulação, a prestação direta, a fiscalização, a avaliação dos serviços públicos básicos e essenciais em relação ao Consórcio ou ao Município que o elaborou, e;

II - as ações públicas e privadas que, disciplinadas ou vinculadas às demais políticas públicas, implementadas pelo Consórcio ou pelo Município que elaborou o planejamento, venham a interferir nas necessidades básicas e essenciais.

Parágrafo único. As disposições contidas no planejamento vinculam ainda aos demais projetos básicos e as contratações de obras e serviços relativos às ações, serviços e contratos de programas relacionados ao Consórcio.

### TÍTULO VIII

#### DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

#### CAPÍTULO I

##### DO DEVER DE REGULAR E FISCALIZAR

Art. 54 O Consórcio exercerá regulação e fiscalização permanente sobre a prestação do serviço público, inclusive quando prestado, direta ou indiretamente, por Município consorciado.

§ 1º. Faculta-se ao Consórcio, por meio de convênio de cooperação com entidade pública, receber apoio técnico para as suas atividades de regulação.

§ 2º. As informações produzidas por terceiros contratados poderão ser utilizadas pela regulação e fiscalização dos serviços.

§ 3º. É garantido ao Consórcio o acesso a todas as instalações e documentos relacionados direta ou indiretamente à prestação do serviço que seja de execução por parte dos entes consorciados. A não obediência à requisição de informações e documentos emitida pelo Consórcio implicará sanção administrativa ao infrator.

§ 4º. Incluem-se na regulação do serviço as atividades de interpretar e fixar critérios para a fiel execução dos instrumentos de execução do serviço, bem como para a correta administração de subsídios.

#### CAPÍTULO II

##### DOS REGULAMENTOS

Art. 55 Atendidas às diretrizes fixadas no Protocolo de Intenções, neste Estatuto e resolução aprovada pela Assembleia Geral do Consórcio estabelecerá as normas de regulação e fiscalização, que deverão compreender pelo menos:

I – os indicadores de qualidade do serviço e de sua adequada e eficiente prestação;

II – as metas de expansão e qualidade do serviço e os respectivos prazos, quando adotadas metas parciais ou graduais;

III - sistemas de faturamento e cobrança do serviço;

IV – o método de monitoramento dos custos e de reajustamento e revisão das tarifas ou preços públicos;

V – os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos serviços e procedimentos para recepção, apuração e solução de queixas e de reclamações dos cidadãos e dos demais usuários;

VI – os planos de contingência e de segurança;

VII – as penalidades a que estarão sujeitos os usuários, consumidores, geradores e os prestadores.

#### CAPÍTULO III

##### DA MOTIVAÇÃO E DA PUBLICIDADE DA ATIVIDADE REGULATÓRIA E DE FISCALIZAÇÃO

Art. 56 O Consórcio é obrigado a motivar todas as decisões que interfiram nos direitos ou deveres referentes aos serviços ou à sua prestação, bem como, quando solicitado pelo usuário, a prestar esclarecimentos complementares em 30 (trinta) dias.

§ 1º. Aos planos, relatórios, estudos, decisões e instrumentos atinentes à regulação ou à fiscalização do serviço deverão ser dados publicidade, deles podendo ter acesso qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, salvo os de prazo certo declarado como sigilosos por decisão fundamentada em interesse público relevante.

§ 2º. A publicidade a que se refere o § 1º desta cláusula, preferencialmente, deverá se efetivar por meio de "sítio" mantido na rede mundial de computadores - Internet.

#### CAPÍTULO IV

##### DA OBRIGATORIEDADE DA AVALIAÇÃO ANUAL

Art. 57 O serviço público prestado receberá avaliação de qualidade interna e externa anual, sem prejuízo de outras que sejam previstas na regulação do serviço.

#### CAPÍTULO V

**DA AVALIAÇÃO INTERNA**

Art. 58 A avaliação interna será efetuada pelo próprio Consórcio, por meio de Relatório Anual de Prestação dos Serviços - RAPS, que caracterizará a situação da prestação do serviço e da infraestrutura, relacionando-as com as condições socioeconômicas em áreas homogêneas, de forma a verificar a efetividade das ações executadas de modo a garantir uma melhor qualidade de vida à população abrangida.

Parágrafo único. O RAPS será elaborado na conformidade dos critérios, índices, parâmetros e prazos fixados em resolução da Assembleia Geral do Consórcio.

**CAPÍTULO VI****DA AVALIAÇÃO EXTERNA**

Art. 59 A avaliação externa do serviço será a cargo dos Municípios consorciados, por Conselho da Cidade ou órgão equivalente e, na falta destes, por qualquer Conselho Municipal e, na falta ainda deste, pelo Conselho de Regulação do Consórcio.

§ 1º. As atividades de avaliação externa, além das previstas em resolução da Assembleia Geral do Consórcio, compreendem as de apreciar e aprovar o RAPS.

§ 2º. O RAPS, uma vez aprovado, e os resultados da avaliação externa da qualidade do serviço, devem ser encaminhados para os órgãos da Administração Municipal, responsável pelo meio ambiente e saúde para sua possível integração nas informações individuais de cada ente Consorciado.

**TÍTULO IX****DA RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO E TARIFAS****CAPÍTULO I****DA RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO**

Art. 60 O Consórcio como titular dos serviços públicos que realizar, será responsável pela organização e prestação direta ou indireta destes serviços.

**CAPÍTULO II****DAS TARIFAS**

Art. 61 Os valores das tarifas e de outros preços públicos, bem como seu reajuste e revisão, observarão os seguintes critérios:

I - a tarifa se comporá de duas partes, uma referida aos custos do serviço local, a cargo dos entes consorciados, e outra referida aos custos do Consórcio, que engloba os custos de prestação dos serviços públicos a seu cargo, dos serviços vinculados e os relativos à reposição e à expansão futuras;

II - ambas as partes da estrutura de custos serão referenciadas em relatórios mensais de acompanhamento;

III - as tarifas serão progressivas e diferenciadas de acordo com a natureza do material coletado;

IV - as tarifas poderão ser reajustadas ou revistas para atender à necessidade de execução de programas de melhoria e ampliação do serviço prestado

**TÍTULO X****DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS**

Art. 62 Sem prejuízo de outros direitos previstos na legislação Federal, Estadual, Municipal, neste Protocolo de Intenções e nos regulamentos adotados pelo Consórcio, asseguram-se aos usuários:

I – receber instruções e informações sobre a prestação do serviço;

II – ter amplo acesso, inclusive por meio da rede mundial de computadores - internet, às informações sobre a prestação do serviço na forma e com a periodicidade definidas pela regulação do serviço, especialmente as relativas à qualidade, receitas, custos, ocorrências operacionais relevantes e investimentos realizados;

III – ter prévio conhecimento:

a) das penalidades a que estão sujeitos os cidadãos e demais usuários pela violação aos preceitos que regem os ideais de uma vida saudável e de preservação do meio ambiente;

b) das interrupções programadas ou não das rotinas de coleta e recolhimento do lixo.

**CAPÍTULO I****DO DIREITO DE RECLAMAR**

Art. 63 É direito do cidadão e dos demais usuários do serviço público fiscalizar a atuação do Consórcio e apresentar reclamações.

§ 1º. O Consórcio deverá receber apurar e solucionar queixas e reclamações dos cidadãos e dos demais usuários, que deverão ser notificados das providências adotadas em até 30 (trinta) dias.

§ 2º. O Conselho de Regulação do Consórcio deverá receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelo Consórcio.

**TÍTULO XI****DO CONTRATO DE PROGRAMA E GESTÃO ASSOCIADA****CAPÍTULO I****DO CONTRATO DE PROGRAMA**

Art. 64 Ao Consórcio é permitido firmar contrato de programa para prestação de um serviço por meios próprios, sendo-lhe vedado:

I – sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações referentes às atividades de planejamento, regulação e fiscalização;

II – celebrar, em nome próprio ou de ente consorciado, contrato de programa para que terceiros venham a prestar serviços ou projetos associados às atividades de planejamento, regulação e fiscalização.

Parágrafo único. O disposto no caput desta Cláusula não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, pessoal ou de bens necessários à continuidade do serviço transferido.

**CAPÍTULO II****DAS CLÁUSULAS NECESSÁRIAS**

Art. 65 São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consórcio Público as que estabeleçam:

- I – o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviço público, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, pessoal e bens essenciais à continuidade do serviço;
- II – o modo, forma e condições de prestação do serviço;
- III – os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- IV – o cálculo de tarifas e de outros preços públicos na conformidade da regulação do serviço a ser prestado;
- V – procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;
- VI – os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;
- VII – os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;
- VIII – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;
- IX – as penalidades e sua forma de aplicação;
- X – os casos de extinção;
- XI – os bens reversíveis;
- XII – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por tarifas ou outras receitas emergentes da prestação do serviço;
- XIII – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular do serviço;
- XIV – a periodicidade em que o Consórcio deverá publicar as demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;
- XV – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

§ 1º. No caso de a prestação de serviço for operada por transferência total ou parcial de encargos, pessoal e bens essenciais à continuidade do serviço, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

- I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;
  - II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;
  - III - o momento de transferência e os deveres relativos à sua continuidade;
  - IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;
  - V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferida e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;
  - VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes pela prestação do serviço.
- § 2º. Os bens vinculados ao serviço público serão de propriedade da administração direta do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período vigente ao contrato de programa.
- § 3º. Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos na realização do serviço público, objeto do Consórcio ou de Contrato de Programa, deverá ser indicado o quanto corresponde ao serviço de cada titular, para fins de contabilização e controle.
- § 4º. Receitas futuras da prestação de serviço poderão ser entregues como pagamentos ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.
- § 5º. A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.
- § 6º. O contrato de programa continuará vigente nos casos de:
- I – o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada;
  - II – extinção do consórcio.
- § 7º. Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos na legislação.

**TÍTULO XII****DA GESTÃO, DOS PLANOS E PROGRAMAS****CAPÍTULO I****DA GESTÃO ASSOCIADA**

Art. 66 Os CONSORCIADOS autorizam o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional a promover a gestão associada de serviços públicos.

Parágrafo único. A gestão associada de que trata o caput, estender-se-á à prestação de serviços, nos termos de contrato de programa, através do qual o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional será autorizado a emitir documento de cobrança e a exercer qualquer atividade de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pelos serviços prestados pelos Municípios Signatários.

Art. 67 Para gestão associada, os CONSORCIADOS transferem ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional o exercício das competências de planejamento, regulação, operacionalização e fiscalização, transferindo, ainda:

- I - o exercício do Poder de Polícia relativo aos serviços públicos objeto do consórcio, em especial a aplicação de penalidades por descumprimento de preceitos legais, administrativas e contratuais;
- II - elaboração de plano de investimentos para a expansão, reposição e modernização do sistema de tratamento e destinação final de resíduos sólidos;
- III - elaboração de planos de recuperação dos custos dos serviços;
- IV - acompanhamento e avaliação das condições da prestação dos serviços;
- V - apoio à prestação dos serviços para aquisição guarda e distribuição de material para a manutenção, reposição, expansão e operação do sistema.

Parágrafo Único – O CONDER em nome próprio ou dos CONSORCIADOS poderá conceder, permitir ou autorizar, estabelecer parceria ou contrato de gestão, que tenha por objeto qualquer dos serviços sob o regime de gestão associada.

**CAPÍTULO II****DA ELABORAÇÃO DE PLANOS E DE PROGRAMAS**

Art. 68 Serão observados os procedimentos abaixo quando da elaboração e revisão das propostas e regulamentos do CONDER:

I - prévia divulgação e disponibilização aos interessados da proposta de plano ou regulamento e dos estudos em que se fundamentam por meio de extrato publicado na Imprensa Oficial com a indicação do sítio na internet em que se possa ter acesso a íntegra dos documentos, bem como disponibilizando cópia integral dos documentos na sede dos CONSORCIADOS para livre acesso;

II – posterior debate da proposta de plano ou regulamento, através de consulta pública, após o prazo de trinta dias da sua divulgação para recebimento de críticas e sugestões, sendo facultado a qualquer cidadão o acesso às respostas;

III - homologação pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único – Havendo alteração no plano original da proposta ou regulamento, a nova versão será submetida à nova divulgação e debate no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sendo condição para sua validade a explícita justificativa, em estudos submetidos à divulgação e ao debate, e a adequada fundamentação das respostas e críticas e sugestões apresentadas.

Art. 69 Serão objeto dos Estatutos do CONDER normas complementares de procedimento administrativo para elaboração de planos e regulamentos de serviços públicos, assim como de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico de polícia.

**CAPÍTULO III****DOS CONTRATOS DE PROGRAMA E RATEIO**

Art. 70 Sem prejuízo das cláusulas que, nos contratos de programa estabeleçam deslocamento, total ou parcial, de encargos, serviço, pessoal, ou bens necessários à continuidade dos serviços transferidos, poderá o CONDER celebrar contrato de programa, que tenham como objetivo a prestação de serviços por meios próprios, ou sob sua gestão administrativa ou contratual.

Art. 71 Os contratos de programa celebrados pelo CONDER deverão ter necessariamente cláusulas que estabeleçam claramente:

I - o objeto, a área, o prazo de gestão associada, o modo, a forma e as condições de prestação dos serviços públicos, podendo ser objeto: a) a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos pelos CONSORCIADOS;

II - a transferência, total ou parcial, de encargos, serviços, pessoais e bens associados à continuidade da execução de serviços públicos;

III - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV – o cálculo de tarifas e de outros preços públicos, de conformidade com a regulação dos serviços a serem prestados;

V – os procedimentos garantidores de transparência de gestão econômica e financeira de cada serviço, em relação a cada um de seus titulares, em especial no que diz respeito aos subsídios cruzados;

VI - os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional, incluindo aqueles relacionados às previsíveis necessidades de alteração futura e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação das instalações e equipamentos;

VII - os direitos e obrigações dos usuários para a obtenção e utilização dos serviços;

VIII - a forma de fiscalização de instalações, equipamentos, métodos e práticas de execução com a indicação dos órgãos com competência para fazê-lo;

IX - penalidades e forma de aplicação;

X - os casos de extinção e bens reversíveis;

XI – os critérios para cálculo e forma de pagamento de indenização do consórcio, dos investimentos não amortizados pelas tarifas, ou outras receitas emergentes da prestação dos serviços;

XII – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas, pelo consórcio, ao titular dos serviços, assim como, da publicação dos demonstrativos financeiros da execução do contrato;

XIII - o foro e o modo amigável para solução das controvérsias contratuais;

XIII - a periodicidade conforme a qual os serviços serão fiscalizados por comissão composta por representantes do titular do serviço, do contratado e dos usuários, de forma a cumprir o disposto no art. 30, parágrafo único, da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

XIV - a exigência de publicação periódica das demonstrações financeiras relativas à gestão associada operacionalizada pelo contrato de programa, a qual deverá ser específica e segregada das demais demonstrações do consórcio público ou do prestador de serviços.

Art. 72 O controle de programa permanecerá em vigor, ainda que:

I - o titular se retire do consórcio;

II - o consórcio seja extinto.

Art. 73 Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

§1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.

§2º É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CONDER, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§4º Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**TÍTULO XIII****DOS CONVÊNIOS**

Art. 74 Com o objetivo de receber transferência de recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais, de terceiro setor ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 75 Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

**TÍTULO XIII**

**DOS CONTRATOS****CAPÍTULO I****DOPROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO**

Art. 76 Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe der causa, todas as contratações diretas fundamentadas nas disposições dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e que não excedam ao valor de 20% (vinte por cento), sem prejuízo do disposto na legislação federal, observarão o seguinte procedimento:

I – serão realizadas diretamente as contratações de obras e serviços de engenharia, caso a estimativa de custo não ultrapasse o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para aquisições e outros serviços, por decisão da Diretoria;

II – elementos essenciais do procedimento de compra serão publicados no “sítio” mantido pelo Consórcio na rede mundial de computadores – Internet para que, em três dias úteis, interessados venham a apresentar proposta;

III – somente ocorrerá à contratação se houver a proposta de preço de pelo menos 03 (três) fornecedores;

IV – nas contratações e aquisições de preços superiores aos previstos no Inciso I desta Cláusula, deverão ser observados os valores triplificados aos estabelecidos nos incisos I e II do artigo 23 da Lei nº 8.666/93, mediante procedimentos licitatórios, todas devidamente homologados pelo Presidente do Consórcio.

Parágrafo único. Por meio de decisão fundamentada, publicada na imprensa oficial em até 05 (cinco) dias, poderá ser dispensada a exigência prevista no inciso III do caput. Por meio do mesmo procedimento poderá a contratação ser realizada sem a abertura do prazo fixado no inciso II do caput.

**CAPÍTULO II****DA PUBLICIDADE DAS LICITAÇÕES**

Art. 77 Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem der causa à contratação, todas as licitações terão a íntegra de seu ato convocatório, decisões de habilitação, julgamento das propostas e decisões de recursos publicadas no “sítio” que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – Internet.

**TÍTULO XIV****DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA****CAPÍTULO I****DO REGIME DA ATIVIDADE FINANCEIRA**

Art. 78 A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

**CAPÍTULO II****DAS RELAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE CONSORCIADOS E O CONSÓRCIO**

Art. 79 Os entes consorciados somente repassarão recursos ao Consórcio quando:

I – tenha contratado o Consórcio para a prestação de um serviço, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado;

II – houver contrato de rateio.

§ 1º. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

§ 2º. Não se exigirá contrato de rateio no caso dos recursos recebidos pelo Consórcio serem oriundos de transferência voluntária da União ou do Estado, formalizada por meio de convênio com ente consorciado, desde que o Consórcio compareça ao ato como interveniente.

**CAPÍTULO III****DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 80 Fica o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo, representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

**TÍTULO XV****DA CONTABILIDADE****CAPÍTULO I****DA SEGREGAÇÃO CONTÁBIL**

Art. 81 No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 1º. Semestralmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e o arrecadado pela prestação do serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação do serviço de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviço.

§ 2º. Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no “sítio” que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – Internet.

**TÍTULO XVI****DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO**

Art. 82 A extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

§ 2º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas

obrigações remanescentes, garantidos o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º. A alteração do contrato de consórcio público observará o mesmo procedimento previsto no caput.

§ 5º. Dissolvido o Consórcio, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais, será destinado à entidade de fins não econômicos designada, por deliberação dos associados, a instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

## TÍTULO XVII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CAPÍTULO I

##### DA INTERPRETAÇÃO

Art. 83 A interpretação do disposto neste Estatuto deverá ser compatível com o exposto em seu Protocolo de Intenções, bem como aos seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio;

IV – transparência, pelo que não negará ao Poder Executivo ou ao Legislativo de cada ente federativo consorciado o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio;

V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

#### CAPÍTULO II

##### DA EXIGIBILIDADE

Art. 84 Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Estatuto.

#### CAPÍTULO III

##### DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Art. 85 O presente estatuto e suas respectivas alterações passarão a vigor após a sua publicidade, por extrato na imprensa oficial ou no veículo de imprensa que vier a ser adotado como tal.

Parágrafo único. A publicação acima referida poderá ser resumida, desde que indique o local e sítio da internet em que possa ser obtida a versão integral dos referidos documentos.

Art. 86 Os casos omissos no Contrato de Consórcio Público serão dirimidos por deliberação da Assembleia Geral, assim ainda pela legislação aplicável à espécie.

São Miguel do Oeste, 17 de setembro de 2015.

## PROTOCOLO DE INTENÇÕES PARA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER

Publicação Nº 1428208

### Protocolo de Intenções

Protocolo de intenções para constituição do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional

Pelo presente instrumento os municípios de:

I – BANDEIRANTE, inscrito no CNPJ sob o n. 01.612.528/0001-84, com sede na Av. Santo Antonio, s/n, Bandeirante, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal JOSÉ CARLOS BERTI, brasileiro, inscrito no CPF n. 477.176.969-91;

II – BARRA BONITA, inscrito no CNPJ sob o n. 01.612.527/0001-30, com sede na Av. Buenos Aires, 415, Barra Bonita, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal DARCI JOÃO FRIZON, brasileiro, inscrito no CPF n. 296.097.639-87;

III – BELMONTE, inscrito no CNPJ sob o nº 80.912.108/0001-90, com sede na Rua Engº. Francisco Passos, 133, Belmonte, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal GENÉSIO BRESSIANI, brasileiro, inscrito no CPF nº 707.799.379-53;

IV – DESCANSO, inscrito no CNPJ sob o n. 83.026.138/0001-97, com sede na Rua Marechal Deodoro, 146, Descanso, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal HÉLIO JOSÉ DALTOÉ, brasileiro, inscrito no CPF n 220.513.259-87;

V – GUARACIABA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.821.216/0001-82, com sede na Rua Ademar de Barros, 85, Guaraciaba, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ROQUE LUIZ MENEHINI, brasileiro, inscrito no CPF nº 626.965.139-53, RG Nº 1.943.349/SSP-SC, Matrícula nº 1.573, residente e domiciliado na Cidade de Guaraciaba (SC);

VI – PARAÍSO, inscrito no CNPJ sob o n. 80.912.009/0001-08, com sede na Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ERNI GIACOMINI, brasileiro, inscrito no CPF n. 605.230.269-00; e

VII – SÃO MIGUEL DO OESTE, inscrito no CNPJ sob o n. 82.821.174/0001-80, com sede na Rua Marcílio Dias, n.1199, centro, São Miguel do Oeste, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal JOÃO CARLOS VALAR, brasileiro, inscrito no CPF nº 196.059.609-82;

Celebram o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, doravante denominado apenas "INSTRUMENTO", que, após sua ratificação por todos os seus subscritores, converter-se-á em Contrato constitutivo do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional, doravante

denominado apenas "CONDER", conforme termos e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA BASE LEGAL

1.1 - O presente INSTRUMENTO, com amparo nas determinações do art. 241 da Constituição Federal, segue as normas da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, regulamentada pelo Decreto federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que será ratificado por lei especificada a ser editada pelos CONSORCIADOS, tem como finalidade disciplinar os termos e condições para a criação de um Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional, destinado à gestão associada de serviços públicos, captação de recursos, bem como à transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos pelos CONSORCIADOS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA PERSONALIDADE JURÍDICA E DENOMINAÇÃO

2.1 – Constituído nos termos deste INSTRUMENTO, sob a denominação de "Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER", na forma da Lei federal nº 11.107/2005, regulamentada pelo Decreto federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, integrará a Administração Indireta de todos os Municípios que o ratificarem por meio de Lei específica, no prazo de 60 (sessenta) dias.

2.2 - O CONDER será constituído na forma de Associação Pública com Personalidade Jurídica de Direito Público e natureza Autárquica e reger-se-á pelo Contrato de sua constituição, pelas leis e normas de direito civil aplicáveis.

2.3 - O INSTRUMENTO, após sua ratificação mediante lei aprovada pelas Câmaras Municipais dos Municípios subscritores, converter-se-á em Contrato de consórcio público, ato constitutivo do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DA SEDE, DURAÇÃO E FORO

3.1 – A sede do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional será no Município de São Miguel do Oeste/SC, podendo ser deslocada para qualquer dos Municípios CONSORCIADOS, mediante aprovação, por decisão unânime da Assembleia Geral.

3.2 – O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional terá duração por prazo indeterminado.

3.3 – O Foro competente para dirimir qualquer questão relativa ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional é o da cidade sede do Consórcio.

#### CLÁUSULA QUARTA DA ÁREA DE ATUAÇÃO

4.1 – A atuação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional será abrangida pelas áreas territoriais dos Municípios CONSORCIADOS, respeitadas as suas autonomias administrativa, financeira e legal, constituindo-se, para os fins a que se destina o consórcio, em uma única unidade territorial, inexistindo entre elas limites intermunicipais.

4.2 – Outros Municípios poderão se consorciar com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional, por decisão de 2/3 (dois terços) dos votos da Assembleia Geral, e após a ratificação do presente INSTRUMENTO, por lei aprovada na Casa Legislativa do Município do convidado, no prazo pela mesma decisão da Assembleia Geral.

#### CLÁUSULA QUINTA DOS OBJETIVOS

5.1 São objetivos do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional:

I – o planejamento, a regulação, a fiscalização e, nos termos de contrato de programa a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais, na área de atuação da Administração Pública dos municípios identificados na Cláusula Primeira do presente Protocolo;

II – a implementação de melhorias nas condições de vida dos munícipes, desenvolvendo alternativas para programas de educação, saúde, obras e gestão ambiental, sem prejuízo das ações e programas desenvolvidas individualmente pelos entes consorciados;

III – a capacitação técnica de forma continuada do pessoal prestador de serviços e servidores do Consórcio;

IV – a realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entes de sua Administração Indireta;

V – a aquisição ou a administração dos bens para uso compartilhado do Consórcio ou de seus Municípios integrantes;

VI – a promoção de toda e qualquer comercialização de matéria prima e/ou produtos derivados do funcionamento de empreendimentos criados, revertendo para o Consórcio os valores arrecadados desta operação;

VII – a busca de alternativas e tecnologias para o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental, voltados para a melhoria do reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluindo a recuperação e o reaproveitamento energético, com base em experiências comprovadas e economicamente viáveis, que permitam soluções efetivas de combate à poluição e degradação ambiental, preservando os recursos naturais e promovendo o tratamento e a consequente eliminação de gases nocivos a vida;

VIII – o zelo pela proteção da saúde pública e da qualidade ambiental no desempenho de suas funções;

IX – o incentivo a não geração, à redução, à reutilização, à reciclagem e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como promover a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

X – a promoção e a articulação entre as diferentes esferas do poder público e, destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para gestão associada objetivos do consórcio;

XI - a adoção, o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

XII – a segurança, a regularidade, a continuidade, a funcionalidade e a universalização da prestação dos serviços públicos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira;

XIII - o reconhecimento do resíduo sólido, reutilizado e reciclado como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

§ 1º. Mediante requerimento do interessado, é facultado à Assembleia Geral devolver qualquer dos poderes mencionados no inciso I do caput à Administração Direta do Município consorciado.

§ 2º. O CONDER somente poderá prestar serviço público nos termos de contrato de programa que celebrar com o ente consorciado.

§ 3º. Os bens adquiridos ou administrados na forma do inciso V do caput serão de uso exclusivo dos entes que contribuíram para a sua aquisição, ou, administração, na forma de regulamento da Assembleia Geral.

§ 4º. Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até autorização para que seja extinto mediante ajuste entre os interessados.

§ 5º. Priorizar nas aquisições e contratações do Consórcio produtos reciclados e recicláveis, bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis, com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

§ 6. Havendo declaração de utilidade, necessidade pública ou interesse social emitida pelo Município em que o bem ou direito se situe, fica o Consórcio autorizado a promover as desapropriações, proceder a aquisições ou instituir as servidões necessárias à consecução de seus objetivos.

5.2 – Fica autorizado ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional no cumprimento de seus objetivos a:

I - representar os CONSORCIADOS perante qualquer entidade, nacional ou internacional, de direito público ou privado, em matéria pertinente às suas finalidades;

II - respeitada a legislação em vigor, celebrar contratos, convênios, acordos e ajustes, concessões ou parcerias com entidades da administração pública ou privada e organismos internacionais, compatíveis ou inerentes com suas finalidades e objetivos;

III – promover as desapropriações e aquisições, ou instituir as servidões necessárias à consecução de seus objetivos, em havendo declaração de utilidade ou necessidade pública emitida pelo município em que o bem se situe;

IV - estabelecer critérios e normas de rateio dos custos operacionais de conformidade com a quantidade de resíduos sólidos urbanos gerados por cada CONSORCIADO;

V - definir tarifas e outros preços públicos pela prestação ou oferta de serviços públicos, de conformidade com a legislação vigente e, quando necessário à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro, seu reajuste e revisão, considerando os custos operacionais e critérios definidos conforme a legislação de cada município signatário; e

VI - celebrar parcerias e/ou instrumento congênere, com entidades públicas ou privadas de pesquisa, administração e operacionalização de sistema de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços prestados, sua expansão e modicidade.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DA GESTÃO ASSOCIADA

6.1 – Os CONSORCIADOS autorizam o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional a promover a gestão associada de serviços públicos.

Parágrafo único. A gestão associada de que trata o caput, estender-se-á à prestação de serviços, nos termos de contrato de programa, através do qual o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional será autorizado a emitir documento de cobrança e a exercer qualquer atividade de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pelos serviços prestados pelos Municípios Signatários.

6.2 – Para gestão associada, os CONSORCIADOS transferem ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional o exercício das competências de planejamento, regulação, operacionalização e fiscalização, transferindo, ainda:

I - o exercício do Poder de Polícia relativo aos serviços públicos objeto do consórcio, em especial a aplicação de penalidades por descumprimento de preceitos legais, administrativas e contratuais;

II - elaboração de plano de investimentos para a expansão, reposição e modernização do sistema de tratamento e destinação final de resíduos sólidos;

III - elaboração de planos de recuperação dos custos dos serviços;

IV - acompanhamento e avaliação das condições da prestação dos serviços;

V - apoio à prestação dos serviços para aquisição, guarda e distribuição de material para a manutenção, reposição, expansão e operação do sistema.

Parágrafo Único – O CONDER em nome próprio ou dos CONSORCIADOS poderá conceder, permitir ou autorizar, estabelecer parceria ou contrato de gestão, que tenha por objeto qualquer dos serviços sob o regime de gestão associada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DA ELABORAÇÃO DE PLANOS E DE PROGRAMAS

7.1 – Serão observados os procedimentos abaixo quando da elaboração e revisão das propostas e regulamentos do CONDER:

I - prévia divulgação e disponibilização aos interessados da proposta de plano ou regulamento e dos estudos em que se fundamentam, por meio de extrato publicado na Imprensa Oficial com a indicação do sítio na internet em que se possa ter acesso a íntegra dos documentos, bem como disponibilizando cópia integral dos documentos na sede dos

CONSORCIADOS para livre acesso;

II – posterior debate da proposta de plano ou regulamento, através de consulta pública, após o prazo de trinta dias da sua divulgação para recebimento de críticas e sugestões, sendo facultado a qualquer cidadão o acesso às respostas;

III - homologação pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único – Havendo alteração no plano original da proposta ou regulamento, a nova versão será submetida à nova divulgação e debate no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sendo condição para sua validade a explícita justificativa, em estudos submetidos à

divulgação e ao debate, e a adequada fundamentação das respostas e críticas e sugestões apresentadas.

7.2 – Serão objeto dos Estatutos do CONDER normas complementares de procedimento administrativo para elaboração de planos e regulamentos de serviços públicos, assim como de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico de polícia.

#### CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO DE PROGRAMA

8.1 – Sem prejuízo das cláusulas que, nos contratos de programa estabeleçam deslocamento, total ou parcial, de encargos, serviço, pessoal, ou bens necessários à continuidade dos serviços transferidos, poderá o CONDER celebrar contrato de programa, que tenham como objetivo a prestação de serviços por meios próprios, ou sob sua gestão administrativa ou contratual.

8.2 – Os contratos de programa celebrados pelo CONDER deverão ter necessariamente cláusulas que estabeleçam claramente:

I - o objeto, a área, o prazo de gestão associada, o modo, a forma e as condições de prestação dos serviços públicos, podendo ser objeto:

a) a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos pelos CONSORCIADOS;

II - a transferência, total ou parcial, de encargos, serviços, pessoal e bens associados à continuidade da execução de serviços públicos;

III - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV – o cálculo de tarifas e de outros preços públicos, de conformidade com a regulação dos serviços a serem prestados;

V – os procedimentos garantidores de transparência de gestão econômica e financeira de cada serviço, em relação a cada um de seus titulares, em especial no que diz respeito aos subsídios cruzados;

VI - os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional, incluindo aqueles relacionados às previsíveis necessidades de alteração futura e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação das instalações e equipamentos;

VII - os direitos e obrigações dos usuários para a obtenção e utilização dos serviços;

VIII - a forma de fiscalização de instalações, equipamentos, métodos e práticas de execução com a indicação dos órgãos com competência para fazê-lo;

IX - penalidades e forma de aplicação;

X - os casos de extinção e bens reversíveis;

XI – os critérios para cálculo e forma de pagamento de indenização do consórcio, dos investimentos não amortizados pelas tarifas, ou outras receitas emergentes da prestação dos serviços;

XII – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas, pelo consórcio, ao titular dos serviços, assim como, da publicação dos demonstrativos financeiros da execução do contrato;

XIII - o foro e o modo amigável para solução das controvérsias contratuais;

XIII - a periodicidade conforme a qual os serviços serão fiscalizados por comissão composta por representantes do titular do serviço, do contratado e dos usuários, de forma a cumprir o disposto no art. 30, parágrafo único, da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e

XIV - a exigência de publicação periódica das demonstrações financeiras relativas à gestão associada operacionalizada pelo contrato de programa, a qual deverá ser específica e segregada das demais demonstrações do consórcio público ou do prestador de serviços.

8.3 – O controle de programa permanecerá em vigor, ainda que:

I - o titular se retire do consórcio; e

II - o consórcio seja extinto.

#### DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CLÁUSULA NONA DO ESTATUTO

9.1 O Consórcio será organizado por estatuto cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Protocolo de Intenções.

§ 1º. O estatuto será elaborado, aprovado e quando necessário modificado em Assembleia Geral devidamente convocada para este fim, em consonância com o Protocolo de Intenções;

§ 2º. O estatuto poderá dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento e organização do Consórcio.

#### CAPÍTULO ii Dos órgãos

#### CLÁUSULA DÉCIMA DOS ÓRGÃOS

10.1 O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Presidência;

III – Vice-Presidência;

IV – Secretário e Vice-Secretário;  
V - Conselho Fiscal;

PARÁGRAFO ÚNICO. O estatuto do Consórcio poderá criar outros órgãos, vedada a criação de cargos, empregos e funções remuneradas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA NOMEAÇÃO DO PRESIDENTE E VICE

11.1 A nomeação do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional dar-se-á da seguinte forma:

I - o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional será presidido pelo Chefe do Poder Executivo de um dos Municípios Consorciados, o qual será o seu representante legal, eleito por maioria absoluta dos votos dos CONSORCIADOS, para um mandato de 02 (dois) anos, sem limite de reeleições;

II – não havendo maioria absoluta de votos, proceder-se-á a um segundo escrutínio, por maioria simples, ao qual concorrerão os dois candidatos mais votados na primeira votação.

11.2. Na mesma ocasião e condições dos itens anteriores será escolhido um Vice-Presidente, também Chefe do Poder Executivo de um dos Municípios consorciados, que substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

#### DAS ATAS CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO REGISTRO

12.1 Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I – por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal do voto de cada representante, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º. No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação deverão ser registrados em Ata;

§ 2º. Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indique expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá conter a indicação expressa e nominal os representantes que votaram a favor e contra o sigilo; e

§ 3º. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive os anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu os trabalhos da Assembleia Geral.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA PUBLICAÇÃO

13.1 Sob pena de ineficácia das decisões nela incluída, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até 10 (dez) dias, publicada na sede do CONDER, ou no "sítio" que o Consórcio criar e mantiver na rede mundial de computadores – Internet.

Parágrafo único. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, será fornecida para qualquer cidadão, cópia da ata.

#### CLÁUSULA QUATORZE DA SUBSTITUIÇÃO E SUCESSÃO

14.1 O substituto ou sucessor do Represente Legal, o substituirá na Presidência, na Vice-Presidência ou nos demais cargos da Diretoria Executiva.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

15.1 Sem prejuízo do que prevê o estatuto do Consórcio, incumbe ao Presidente:

I – presidir as reuniões da Assembleia Geral e dar o voto de qualidade;

II – representar o consórcio judicial e extrajudicialmente;

III – ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

IV – convocar as reuniões da Diretoria Executiva; e

V – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo Estatuto a outro órgão do Consórcio.

§ 1º. Com exceção da competência prevista no inciso II, todas as demais poderão ser delegadas ao Vice-Presidente.

§ 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Vice-Presidente poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO CONSELHO FISCAL DA COMPOSIÇÃO

16.1 O Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional será constituído de 1 (um) representante e 1 (um) suplente, de cada CONSORCIADO, indicados pelos Chefes do Poder Executivo.

16.2. O Conselho Fiscal elegerá seu presidente, dentre seus membros, em escrutínio secreto, para um mandato de 2 (dois) anos. Parágrafo único. Na mesma ocasião e condições do parágrafo anterior serão escolhidos o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho.

16.3. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semestre ou quando convocado pelo Presidente do "Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional, por seu presidente ou qualquer de seus membros.

16.4. O Presidente do Conselho Fiscal terá o voto de qualidade em caso de empate nas votações realizadas.

16.5 Compete ao Conselho Fiscal:

I - exercer o controle interno do CONDER, na forma prevista no art. 70, parte final, da Constituição Federal;

II - fiscalizar permanentemente a contabilidade do consórcio;

III - acompanhar e fiscalizar quaisquer operações econômicas ou financeiras do CONDER;

IV - exercer o controle de gestão e de finalidade do consórcio;

V - emitir parecer sobre prestação de contas, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidos à Assembleia Geral;

VI - eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário;

VII - elaborar estudos e pareceres relativos aos assuntos de sua competência;

VIII - solicitar ao Presidente do CONDER a convocação de Assembleia, bem como, a inclusão de assuntos na pauta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

##### DO DIREITO AOS SERVIÇOS PLANEJADOS

17.1 É direito do cidadão, receber dos Municípios consorciados ou do Consórcio serviços públicos que tenham sido adequadamente planejados.

§ 1º. É direito do usuário, cabendo-lhe o ônus da prova, não ser onerado por investimento que não tenha sido previamente planejado, salvo quando:

I - decorrente de fato imprevisível justificado nos termos da regulação; e

II - não ter decorrido o prazo para a elaboração de planejamento nos termos da legislação federal, estadual, municipal ou de regulamento adotado pelo Consórcio.

§ 2º. O planejamento do serviço público a ser prestado deve ser elaborado e revisado com a participação da comunidade, sendo obrigatória a realização de audiência e consulta pública. § 3º. Resolução da Assembleia Geral do Consórcio estabelecerá as normas para as audiências e consultas públicas, que serão observadas pelos Municípios consorciados no que não contrariarem norma local.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

##### DO DEVER DE ELABORAR UM PLANEJAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

18.1 Em relação ao seu respectivo serviço, é dever do Consórcio e dos entes consorciados, elaborar e implementar o planejamento das viabilidades sócio-econômicas do serviço a ser prestado.

§ 1º. O planejamento deverá ser elaborado tendo horizonte mínimo de 04 (quatro) anos.

§ 2º. O planejamento deverá ser compatível com:

I - o planejamento orçamentário municipal dos entes consorciados;

II - a legislação da Administração Pública;

III - a legislação da Política Nacional e Estadual de Saneamento Básico, bem como da Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos; e

IV - a legislação em geral;

§ 3º. As metas fixadas pelo planejamento possuem caráter indicativo para os planos plurianuais e de gerenciamento, os orçamentos anuais e a realização de operação de crédito pelo Consórcio ou por Município consorciado.

§ 4º. O Consórcio elaborará o planejamento regional e os Municípios consorciados os seus respectivos planejamentos municipais.

§ 5º. É vedado o investimento em outros serviços públicos que não estejam integrados e não previstos no planejamento do Consórcio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA

##### DA NATUREZA JURÍDICA DAS DISPOSIÇÕES PLANEJADAS

19.1 As disposições contidas no planejamento são vinculantes para:

I - a regulação, a prestação direta, a fiscalização, a avaliação dos serviços públicos básicos e essenciais em relação ao Consórcio ou ao Município que o elaborou, e;

II - as ações públicas e privadas que, disciplinadas ou vinculadas às demais políticas públicas, implementadas pelo Consórcio ou pelo Município que elaborou o planejamento, venham a interferir nas necessidades básicas e essenciais.

PARÁGRAFO ÚNICO. As disposições contidas no planejamento vinculam ainda aos demais projetos básicos e as contratações de obras e serviços relativos às ações, serviços e contratos de programas relacionados ao Consórcio.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA

##### DO DEVER DE REGULAR E FISCALIZAR

20.1 O Consórcio exercerá regulação e fiscalização permanente sobre a prestação do serviço público, inclusive quando prestado, direta ou indiretamente, por Município consorciado.

§ 1º. Faculta-se ao Consórcio, por meio de convênio de cooperação com entidade pública, receber apoio técnico para as suas atividades de regulação.

§ 2º. As informações produzidas por terceiros contratados poderão ser utilizadas pela regulação e fiscalização dos serviços.

§ 3º. É garantido ao Consórcio o acesso a todas as instalações e documentos relacionados direta ou indiretamente à prestação do serviço

que seja de execução por parte dos entes consorciados. A não obediência à requisição de informações e documentos emitida pelo Consórcio implicará sanção administrativa ao infrator.

§ 4º. Incluem-se na regulação do serviço as atividades de interpretar e fixar critérios para a fiel execução dos instrumentos de execução do serviço, bem como para a correta administração de subsídios.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA DOS REGULAMENTOS

21.1 Atendidas as diretrizes fixadas neste Protocolo de Intenções, resolução aprovada pela Assembleia Geral do Consórcio estabelecerá as normas de regulação e fiscalização, que deverão compreender pelo menos:

I – os indicadores de qualidade do serviço e de sua adequada e eficiente prestação;

II – as metas de expansão e qualidade do serviço e os respectivos prazos, quando adotadas metas parciais ou graduais;

III - sistemas de faturamento e cobrança do serviço;

IV – o método de monitoramento dos custos e de reajustamento e revisão das tarifas ou preços públicos;

V – os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos serviços e procedimentos para recepção, apuração e solução de queixas e de reclamações dos cidadãos e dos demais usuários;

VI – os planos de contingência e de segurança; e

VII – as penalidades a que estarão sujeitos os usuários, consumidores, geradores e os prestadores.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA DOS PLANOS INTERMUNICIPAIS DE GESTÃO INTEGRADA

22.1 O Consórcio deverá elaborar seu Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Serviços Públicos, dos entes consorciados.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA DA OBRIGATORIEDADE DA AVALIAÇÃO ANUAL

23.1 O serviço público prestado receberá avaliação de qualidade interna e externa anual, sem prejuízo de outras que sejam previstas na regulação do serviço.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA DA AVALIAÇÃO INTERNA

24.1 A avaliação interna será efetuada pelo próprio Consórcio, por meio de Relatório Anual de Prestação dos Serviços - RAPS, que caracterizará a situação da prestação do serviço e da infraestrutura, relacionando-as com as condições socioeconômicas em áreas homogêneas, de forma a verificar a efetividade das ações executadas de modo a garantir uma melhor qualidade de vida à população abrangida.

Parágrafo único. O RAPS será elaborado na conformidade dos critérios, índices, parâmetros e prazos fixados em resolução da Assembleia Geral do Consórcio.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA DA AVALIAÇÃO EXTERNA

25.1 A avaliação externa do serviço será a cargo dos Municípios consorciados, por Conselho da Cidade ou órgão equivalente e, na falta destes, por qualquer Conselho Municipal e, na falta ainda deste, pelo Conselho de Regulação do Consórcio.

§ 1º. As atividades de avaliação externa, além das previstas em resolução da Assembleia Geral do Consórcio, compreendem as de apreciar e aprovar o RAPS.

§ 2º. O RAPS, uma vez aprovado, e os resultados da avaliação externa da qualidade do serviço, devem ser encaminhados para os órgãos da Administração Municipal, responsáveis pelo meio ambiente e saúde para sua possível integração nas informações individuais de cada ente Consorciado.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA DAS TARIFAS

26.1 Os valores das tarifas e de outros preços públicos, bem como seu reajuste e revisão, observarão os seguintes critérios:

I - a tarifa se comporá de duas partes, uma referida aos custos do serviço local, a cargo dos entes consorciados, e outra referida aos custos do Consórcio, que engloba os custos de prestação dos serviços públicos a seu cargo, dos serviços vinculados e os relativos à reposição e à expansão futuras;

II - ambas as partes da estrutura de custos serão referenciadas em relatórios mensais de acompanhamento;

III - as tarifas serão progressivas e diferenciadas de acordo com a natureza do material coletado; e

IV - as tarifas poderão ser reajustadas ou revistas para atender à necessidade de execução de programas de melhoria e ampliação do serviço prestado.

#### CAPÍTULO IV DA RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO, DOS GERADORES E COMPARTILHADA

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA DA RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO

27.1 o Consórcio como titular dos serviços públicos que realizar, será responsável pela organização e prestação direta ou indireta destes

serviços.

## CAPÍTULO v DOS DIREITOS DO USUÁRIO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

28.1 Sem prejuízo de outros direitos previstos na legislação Federal, Estadual, Municipal, neste Protocolo de Intenções e nos regulamentos adotados pelo Consórcio, asseguram-se aos usuários:

I – receber instruções e informações sobre a prestação do serviço;

II – ter amplo acesso, inclusive por meio da rede mundial de computadores - internet, às informações sobre a prestação do serviço na forma e com a periodicidade definidas pela regulação do serviço, especialmente as relativas à qualidade, receitas, custos, ocorrências operacionais relevantes e investimentos realizados; e

III – ter prévio conhecimento:

a) das penalidades a que estão sujeitos os cidadãos e demais usuários pela violação aos preceitos que regem os ideais de uma vida saudável e de preservação do meio ambiente; e

b) das interrupções programadas ou não das rotinas de coleta e recolhimento do lixo.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA DO DIREITO DE RECLAMAR

29.1 É direito do cidadão e dos demais usuários do serviço público fiscalizar a atuação do Consórcio e apresentar reclamações.

§ 1º. O Consórcio deverá receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos cidadãos e dos demais usuários, que deverão ser notificados das providências adotadas em até 30 (trinta) dias.

§ 2º. O Conselho de Regulação do Consórcio deverá receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelo Consórcio.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA DA MOTIVAÇÃO E DA PUBLICIDADE DA ATIVIDADE REGULATÓRIA E DE FISCALIZAÇÃO

30.1 O Consórcio é obrigado a motivar todas as decisões que interfiram nos direitos ou deveres referentes aos serviços ou à sua prestação, bem como, quando solicitado pelo usuário, a prestar esclarecimentos complementares em 30 (trinta) dias.

§ 1º. Aos planos, relatórios, estudos, decisões e instrumentos atinentes à regulação ou à fiscalização do serviço deverá ser dada publicidade, deles podendo ter acesso qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, salvo os de prazo certo declarado como sigilosos por decisão fundamentada em interesse público relevante.

§ 2º. A publicidade a que se refere o § 1º desta cláusula, preferencialmente, deverá se efetivar por meio de "sítio" mantido na rede mundial de computadores - Internet.

## CAPÍTULO vi Do contrato de programa

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA DO CONTRATO DE PROGRAMA

31.1 Ao Consórcio é permitido firmar contrato de programa para prestação de um serviço por meios próprios, sendo-lhe vedado:

I – sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações referentes às atividades de planejamento, regulação e fiscalização;

II – celebrar, em nome próprio ou de ente consorciado, contrato de programa para que terceiros venham a prestar serviços ou projetos associados às atividades de planejamento, regulação e fiscalização.

Parágrafo único. O disposto no caput desta Cláusula não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, pessoal ou de bens necessários à continuidade do serviço transferido.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA DAS CLÁUSULAS NECESSÁRIAS

42.1 São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consórcio Público as que estabeleçam:

I – o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviço público, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, pessoal e bens essenciais à continuidade do serviço;

II – o modo, forma e condições de prestação do serviço;

III – os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

IV – o cálculo de tarifas e de outros preços públicos na conformidade da regulação do serviço a ser prestado;

V – procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;

VI – os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VII – os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;

VIII – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

IX – as penalidades e sua forma de aplicação;

X – os casos de extinção;

XI – os bens reversíveis;

XII – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por tarifas ou outras receitas emergentes da prestação do serviço;

XIII – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular do serviço;

XIV – a periodicidade em que o Consórcio deverá publicar as demonstrações financeiras sobre a execução do contrato; e

XV – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

§ 1º. No caso de a prestação de serviço for operada por transferência total ou parcial de encargos, pessoal e bens essenciais à continuidade do serviço, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferida e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado; e

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes pela prestação do serviço.

§ 2º. Os bens vinculados ao serviço público serão de propriedade da administração direta do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período vigente ao contrato de programa.

§ 3º. Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos na realização do serviço público, objeto do Consórcio ou de Contrato de Programa, deverá ser indicado o quanto corresponde ao serviço de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 4º. Receitas futuras da prestação de serviço poderão ser entregues como pagamentos ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 5º. A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

§ 6º. O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I – o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada; e

II – extinção do consórcio.

§ 7º. Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos na legislação.

## DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

### CAPÍTULO I

#### DOS AGENTES PÚBLICOS

#### SEÇÃO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA

##### DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES REMUNERADAS

33.1 Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos em cláusula do presente documento.

§ 1º. A atividade da Presidência, Vice-Presidência, dos demais membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Regulação e de outros órgãos diretivos do Consórcio que venham a ser criados pelo estatuto, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º. O Presidente, o Vice e demais Diretores, os membros do Conselho Fiscal e de Regulação, bem como os que integram os outros órgãos do Consórcio não poderão receber qualquer quantia do Consórcio, inclusive a título indenizatório ou de compensação.

#### SEÇÃO II

##### DOS EMPREGOS PÚBLICOS

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA

##### DO REGIME JURÍDICO

34.1 Os servidores do Consórcio não cedidos pelos entes consorciados serão considerados empregados públicos e regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 1º. O Regimento Interno do Consórcio deliberará sobre a estrutura administrativa do Consórcio, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, especialmente a descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos.

§ 2º. A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização da Diretoria Executiva.

§ 3º. Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA

##### DO QUADRO DE PESSOAL

35.1 O quadro de pessoal do Consórcio será composto por empregados públicos, de acordo com a necessidade e disponibilidade de contratação do Consórcio, podendo haver servidores cedidos pelos entes consorciados e a contratação de profissionais específicos para áreas de assessoramento, bem como concurso público.

§ 1º. Com exceção dos servidores públicos cedidos para o consórcio, que deverão ser obrigatoriamente servidores efetivos dos entes consorciados, os demais empregos do Consórcio serão providos de acordo com a necessidade e conveniência do Consórcio, bem como por concurso público.

§ 2º. A remuneração dos empregos públicos será definida em Assembleia Geral.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA DO CONCURSO PÚBLICO

36.1 Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e por 02 (dois) Diretores.

§ 1º. Por meio de ofício, cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados.

§ 2º. O edital, em sua íntegra, será publicado em "sítio", que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – Internet, bem como, na forma de extrato, na Imprensa Oficial do Estado.

§ 3º. Nos 30 (trinta) primeiros dias após a publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderão ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas nos prazos previstos no art. 41 § 1º da Lei nº 8.666/93. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no "sítio" que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – Internet.

#### SEÇÃO III DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS

##### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

37.1 Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público.

Parágrafo único. Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista.

#### CAPÍTULO II DOS CONTRATOS

##### SEÇÃO I DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO

##### CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS POR ÍNFIMO VALOR

38.1 Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe der causa, todas as contratações diretas fundamentadas nas disposições dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e que não excedam ao valor de 20% (vinte por cento), sem prejuízo do disposto na legislação federal, observarão o seguinte procedimento:

I – serão realizadas diretamente as contratações de obras e serviços de engenharia, caso a estimativa de custo não ultrapasse o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para aquisições e outros serviços, por decisão da Diretoria;

II – elementos essenciais do procedimento de compra serão publicados no "sítio" mantido pelo Consórcio na rede mundial de computadores – Internet para que, em três dias úteis, interessados venham a apresentar proposta;

III – somente ocorrerá à contratação se houver a proposta de preço de pelo menos 03 (três) fornecedores;

IV – nas contratações e aquisições de preços superiores aos previstos no Inciso I desta Cláusula, deverão ser observados os valores triplicados aos estabelecidos nos incisos I e II do artigo 23 da Lei nº 8.666/93, mediante procedimentos licitatórios, todas devidamente homologados pelo Presidente do Consórcio.

Parágrafo único. Por meio de decisão fundamentada, publicada na imprensa oficial em até 05 (cinco) dias, poderá ser dispensada a exigência prevista no inciso III do caput. Por meio do mesmo procedimento poderá a contratação ser realizada sem a abertura do prazo fixado no inciso II do caput.

##### CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA DA PUBLICIDADE DAS LICITAÇÕES

39.1 Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem der causa à contratação, todas as licitações terão a íntegra de seu ato convocatório, decisões de habilitação, julgamento das propostas e decisões de recursos publicadas no "sítio" que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – Internet.

#### DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA Capítulo I disposições gerais

##### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA DO REGIME DA ATIVIDADE FINANCEIRA

40.1 A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

##### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA DAS RELAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE CONSORCIADOS E O CONSÓRCIO

41.1 Os entes consorciados somente repassarão recursos ao Consórcio quando:

I – tenha contratado o Consórcio para a prestação de um serviço, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado;

II – houver contrato de rateio.

§ 1º. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

§ 2º. Não se exigirá contrato de rateio no caso dos recursos recebidos pelo Consórcio serem oriundos de transferência voluntária da União ou do Estado, formalizada por meio de convênio com ente consorciado, desde que o Consórcio compareça ao ato como interveniente.

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA DA FISCALIZAÇÃO

42.1 Fica o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo, representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

#### CAPÍTULO II DA CONTABILIDADE

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA DA SEGREGAÇÃO CONTÁBIL

43.1 No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 1º. Semestralmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e o arrecadado pela prestação do serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação do serviço de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviço.

§ 2º. Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no "sítio" que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – Internet.

#### CAPÍTULO III DOS CONVÊNIOS

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA DOS CONVÊNIOS

44.1 Com o objetivo de receber transferência de recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais, de terceiro setor ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

44.2 Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

#### DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

#### CAPÍTULO I DO RECESSO

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA DO RECESSO

45.1 A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de metade mais um dos entes federativos consorciados, manifestada em Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação; e

III – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

#### CAPÍTULO II DA EXCLUSÃO

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA DA HIPÓTESE DE EXCLUSÃO

46.1 São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II – a subscrição do Protocolo de Intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis; e

III - a existência de motivos graves, reconhecidos em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim.

§ 1º. A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º. O estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão.

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA DO PROCEDIMENTO

47.1 O estatuto estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 1º. A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

§ 2º. Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº. 11.107 de 06 de abril de 2005, pelo seu Decreto Regulamentar nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007 e demais legislações aplicáveis à matéria.

§ 3º. Da decisão do órgão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo.

#### TÍTULO IX DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA DA EXTINÇÃO

48.1 A extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

§ 2º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º. A alteração do contrato de consórcio público observará o mesmo procedimento previsto no caput.

#### TÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CLÁUSULA QUIQUAGÉSIMA DA INTERPRETAÇÃO

50.1 A interpretação do disposto neste Protocolo deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo, bem como aos seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio;

IV – transparência, pelo que não negará ao Poder Executivo ou ao Legislativo de cada ente federativo consorciado o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio; e

V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

#### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA DA EXIGIBILIDADE

51.1 Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo.

#### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA DO FORO

52.1 Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste, sede do Consórcio.

São Miguel do Oeste – SC, 08 de maio de 2014.

município de BANDEIRANTES

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA

MUNICÍPIO DE BELMONTE

Município de DESCANSO

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

MUNICÍPIO DE PARAÍSO

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

# Consórcios

## AGIR

### DECRETO Nº 36-2017 - AGIR

Publicação Nº 1428584

DECRETO Nº 036/2017

ALTERA GRATIFICAÇÃO COMPLEMENTAR CONCEDIDA AO SERVIDOR CEDIDO SR. ANDRÉ DOMINGOS GOETZINGER, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DA AGIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017 e pelo Inciso I da Cláusula 45 do Novo Protocolo de Intenções, devidamente ratificado pelos municípios consorciados à AGIR, e:

CONSIDERANDO o disposto no §3º da Cláusula 74 do Novo Protocolo de Intenções da AGIR, que prevê a possibilidade de concessão de gratificação complementar aos agentes públicos recebidos em cessão, em razão da função que venham a desempenhar na AGIR, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento previsto para os cargos de Analista de Regulação e Fiscalização da AGIR;

CONSIDERANDO a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da AGIR, realizada em 14 de setembro de 2017, na qual os representantes legais decidiram que a aprovação da indicação feita pelo Diretor Geral - Sr. Heinrich Luiz Pasold, referente a alteração do percentual da gratificação complementar concedida ao servidor cedido pelo Samae de Blumenau/SC – Sr. André Domingos Goetzinger, em razão do exercício da função cumulativa de Gerente de Estudos Econômico-Financeiros da AGIR, além daqueles inerentes ao seu cargo de Agente Administrativo, ficaria a cargo da Diretoria Executiva da AGIR, após a análise orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º - Altera-se o percentual de 30% (trinta por cento) concedido ao agente administrativo da AGIR - Sr. André Domingos Goetzinger, a título de gratificação complementar, para o percentual equivalente a 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento previsto para os cargos de Analista de Regulação e Fiscalização da AGIR, nos termos da Cláusula 74 do Novo Protocolo de Intenções da AGIR, em razão do desempenho da função cumulativa de Gerente de Estudos Econômico-Financeiros da AGIR, além daquelas inerentes ao seu cargo de Agente Administrativo, tais como: I - Presidente e Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e Equipe de Pregão; II - Membro da Comissão de Avaliação de Estágio Remunerado de Estudantes.

Art. 2º - O pagamento desta gratificação complementar no percentual estabelecido no Artigo 1º caput, em benefício do agente administrativo - Sr. André Domingos Goetzinger -, será de responsabilidade do Consórcio Público da AGIR e sobre a qual incidirá contribuição para a previdência social nos termos da legislação previdenciária aplicável aos servidores da AGIR, sem prejuízo da manutenção do servidor efetivo recebido em cessão pelo Samae de Blumenau/SC, em seu regime jurídico e previdenciário originário quanto à percepção de seus rendimentos.

Art. 3º- O pagamento desta gratificação complementar será imediata e automaticamente suspensa quando cessadas as condições determinantes de sua concessão, mediante manifestação da Diretoria Geral e homologação pela Diretoria Executiva da AGIR.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 2017.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 006/2014.

Blumenau (SC), em 31 de outubro de 2017.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR.

### DECRETO Nº 38-2017 - AGIR

Publicação Nº 1428586

DECRETO Nº 038/2017

NOMEIA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ESTUDOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA AGIR O SENHOR ANDRÉ DOMINGOS GOETZINGER.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017 e pelo Inciso I da Cláusula 45 do Novo Protocolo de Intenções, devidamente ratificado pelos municípios consorciados à AGIR, e de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis, e:

CONSIDERANDO a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Público denominado Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, realizada em 14 de setembro de 2017, para responder pela Gerência de Estudos Econômico-Financeiros da AGIR, ad referendum do Comitê de Regulação da AGIR, nos termos do inciso IV da Cláusula 36, do Novo Protocolo de Intenções;

CONSIDERANDO que o indicado possui a habilitação necessária para o cargo e que já detém conhecimento de parte das atividades desenvolvidas em razão de atuar nesta Agência de Regulação, por força do Termo de Convênio nº 01/2012, firmado com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE, para cessão de pessoal, bem como, vem desenvolvendo, além daquelas inerentes ao seu cargo de Agente Administrativo, a atribuição das responsabilidades inerentes à implantação, controle e acompanhamento do Programa de Contabilidade Regulatória para o Saneamento Básico aos municípios consorciados e prestadores de serviços da AGIR e ainda, assessorando a Diretoria Administrativa e Institucional em suas funções institucionalmente previstas, por força do Decreto nº 006/2014;

CONSIDERANDO que devido a necessidade de maiores entendimentos sobre a forma de retenção da contribuição ao INSS (RGPS), com o devido aceite do servidor cedido, em virtude de o mesmo estar vinculado ao ISSBLU (RPPS), na citada AGE de 14 de setembro de 2017, ficou convencionado que a remuneração referente a nomeação para o cargo de GERENTE DE ESTUDOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, se dará nos termos do §3º da Cláusula 74, do Novo Protocolo de Intenções, com a alteração da função concedida através do Decreto 006/2014 no percentual de 30% (trinta por cento), para 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento previsto para os cargos de Analista de Regulação e Fiscalização da AGIR, nos termos do Decreto nº 036/2017, de 31 de outubro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado a partir de 31 de outubro de 2017 para o cargo em comissão de Gerente de Estudos Econômico-Financeiros da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, o Sr. André Domingos Goetzinger, portador do RG nº 3R 2.171.226 SSPSC e inscrito no CPF nº 891164299-15;

Art. 2º – O Gerente de Estudos Econômico-Financeiros da AGIR exercerá as funções inerentes ao cargo, com lotação na sede da AGIR em Blumenau, optando pelos vencimentos previstos do cargo de origem, mais o valor correspondente ao percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento previsto para os cargos de Analista de Regulação e Fiscalização da AGIR, nos termos do Decreto nº 036/2017, de 31 de outubro de 2017.

§ 1º A carga horária prevista é de 40 (quarenta) horas semanais, conforme o Novo Protocolo de Intenções da AGIR.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ad referendum do Comitê de Regulação da AGIR, com efeitos jurídicos, administrativos e financeiros a partir de 1º de novembro de 2017.

Blumenau (SC), em 13 de novembro de 2017.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR.

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017 - COMITE DE REGULAÇÃO AGIR**

Publicação Nº 1429014

COMITÊ DE REGULAÇÃO  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

O Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí (AGIR) - HEINRICH LUIZ PASOLD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017, e observadas as disposições da Cláusula 31 e seguintes do Novo Protocolo de Intenções da AGIR e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis, e CONSIDERANDO enfim que não foram indicados os interessados em participar da eleição para ocupar as vagas de Conselheiros do Comitê de Regulação da AGIR, nos termos e em número suficiente para atender o artigo 1º do Edital de Convocação nº 001/2017, inclusive com a prorrogação do seu prazo, nos termos da Resolução nº 059/2017 (AGIR), CONVOCA todos os interessados em participar da eleição para ocupar as vagas de Conselheiro do Comitê de Regulação da AGIR, observado o seguinte:

Art. 1º. Os Candidatos que comporão o Comitê de Regulação devem ser indicados em número de 03 (três) Conselheiros, nos seguintes termos: 01 (um) Conselheiro indicado pela sociedade civil organizada na área do transporte coletivo de passageiros, e 02 (dois) Conselheiros indicados pelos prestadores de serviços de transporte coletivo de passageiros.

Parágrafo único: Para todos os efeitos, ficam convalidadas/ratificadas as indicações dos candidatos feitas por ocasião do lançamento do Edital de Convocação nº 001/2017 (Comitê de Regulação da AGIR), os quais, portanto, têm suas indicações convalidadas e passam a concorrer com os demais candidatos a serem indicados com a publicação deste Edital nº 002/2017;

Art. 2º. As organizações e instituições que representam a sociedade civil organizada na área do transporte coletivo de passageiros, e os prestadores de serviços de transporte coletivo de passageiros, poderão apresentar nomes de forma isolada ou através de consenso, encaminhando a documentação à Diretoria Executiva da AGIR dentro dos prazos e formas previstas neste Edital;

Parágrafo único: Cada candidato ao Comitê de Regulação poderá fazer parte de uma só indicação.

Art. 3º. Os prazos, forma e local a serem observados pelos interessados são os seguintes:

Prazos:

I – Início do prazo de indicação: Dia 20 de Novembro de 2017.

II – Término do prazo para as indicações: Dia 04 de Dezembro de 2017.

Local e forma de entrega dos documentos:

III – Local: A entrega física deverá ser realizada diretamente na sede da AGIR, sito à Rua: Alberto Stein, nº. 466 – Bairro Velha, Blumenau/SC, em horário de expediente, ou seja: de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h. Ou ainda poderão ser encaminhados de forma digitalizada através do e-mail: secretaria@agir.sc.gov.br.

IV – Forma: Os documentos dos candidatos devem ser entregues pelas organizações e instituições que representam a sociedade civil organizada na área do transporte coletivo de passageiros, e pelos prestadores de serviços de transporte coletivo de passageiros, através de ofício/documento apresentando o(s) candidato(s) à Conselheiro(s), de forma isolada ou através de consenso.

Art. 4º. São requisitos obrigatórios para o cargo de membro do Comitê de Regulação:

I – Ser brasileiro(a) (comprovar com cópia da identidade civil, CNH ou identidade profissional);

II – Reputação ilibada;

III – Notória especialização e conhecimento técnico (mediante apresentação de documentos para comprovação deste requisito);

IV – Ser maior de idade;

V – Não ter contas públicas rejeitadas (declaração de próprio punho sob as penas da lei - Anexo I);

VI – Não ter sido condenado criminalmente ou por ato de improbidade (declaração de próprio punho sob as penas da Lei - Anexo I);

VII – Caso faça parte de uma entidade de categoria profissional regulamentada, apresentar comprovante de regularidade profissional;

VIII – Curriculum vitae com foto 3x4 (digitalizada ou original).

Parágrafo único: A teor do que dispõe o artigo 3º, incisos III e IV deste Edital, os documentos constantes do artigo 4º supra, poderão ser enviados sob a forma física ou digitalizada.

Art. 5º. É proibida a indicação como Conselheiro de pessoas que estejam impedidas; cujas vedações constam da redação da Cláusula 36 do Novo Protocolo de Intenções da AGIR, incisos I a VI, que assim dispõe:

CLÁUSULA 36. É ainda vedada a participação, no Comitê de Regulação, daqueles que possuam as seguintes vinculações com qualquer pessoa jurídica regulada ou fiscalizada pela AGIR:

I - acionista ou sócio com qualquer participação no capital social;

II - ocupante de cargo, emprego ou função de controlador, dirigente, preposto, mandatário ou consultor;

III - empregado de empresa fiscalizada ou regulada pela AGIR, mesmo com o contrato de trabalho suspenso, inclusive das empresas controladoras ou das fundações de previdência de que sejam patrocinadoras;

IV - relação de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, com dirigente, sócio ou administrador;

V - dirigente de entidade sindical ou associativa que tenha como objetivo a defesa de interesses de pessoas jurídicas sujeitas à regulação e fiscalização da AGIR;

VI - qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do poder público municipal, estadual ou federal, salvo se exercer, cumulativamente ou não, as funções de professor na rede de ensino pública ou privada e seja indicado sob esta qualidade.

Art. 6º. O Diretor Geral apresentará à Assembleia Geral da AGIR a lista com o nome dos candidatos selecionados, a qual fará votação pública e específica para cada uma das vagas existentes, sendo então considerados eleitos como Conselheiros do Comitê de Regulação da AGIR, com mandato de 04 (quatro) anos, os 03 (três) Conselheiros mais votados, sendo 01 (um) Conselheiro indicado pela sociedade civil organizada na área do transporte coletivo de passageiros, e 02 (dois) indicados pelos prestadores de serviços de transporte coletivo de passageiros; que serão nomeados e empossados pelo Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

Art. 7º. A posse dos membros eleitos para Conselheiro ocorrerá na primeira reunião do Comitê de Regulação da AGIR ou em data especialmente designada, em sendo necessário, pelo Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

Art. 8º. Os casos omissos serão dirimidos pela Diretoria Executiva e estes atos e/ou decisões serão divulgados através do DOM/SC e ainda com a intimação pessoal do interessado.

Blumenau (SC), em 16 de Novembro de 2017.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR  
DOCUMENTO PARA INSCRIÇÃO DE MEMBRO NO  
COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR

#### ANEXO I

#### D E C L A R A Ç Ã O (modelo)

EU, .....(nome completo), brasileiro(a), profissão, Célula de Identidade nº. ...., CPF nº. ...., residente e domiciliado na ..... (Rua, Avenida, etc.) nº. ...., Apartamento nº. .... no bairro ....., no município de ....., Estado de .....  
DECLARO SOB AS PENAS DA LEI que não tenho e nem tive nenhuma conta pública rejeitada e que até a presente data não fui condenado criminalmente ou por ato de improbidade quando do exercício de cargo e ou função pública e, que também não possui nenhum dos impedimentos previstos na Cláusula 36 do Novo Protocolo de Intenções da AGIR para o exercício do cargo de Conselheiro do Comitê de Regulação da AGIR.  
Por ser verdade, firmo o presente para todos os seus efeitos legais, ciente que tais informações podem ser confrontadas, em assim sendo necessário.

Blumenau (SC), em ....., de ..... de 2017.

Assinatura

### RESOLUÇÃO Nº 063/2017 - REGULAMENTA EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002-2017

Publicação Nº 1429029

#### RESOLUÇÃO Nº 063/2017

Regulamenta a convocação e inscrição dos interessados/indicados para a composição de Membros do Comitê de Regulação da AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017, e observadas as disposições da Cláusula 31 e seguintes do Novo Protocolo de Intenções da AGIR e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Expedir com fundamento na Cláusula 31 e seguintes do Novo Protocolo de Intenções da AGIR, o Edital nº 002/2017 de Convocação dos interessados para concorrerem à indicação de Conselheiro do Comitê de Regulação da AGIR.

Art. 2º. Os Candidatos-Conselheiros que comporão o Comitê de Regulação devem ser indicados em número de 03 (três), nos seguintes termos: 01 (um) Conselheiro indicado pela sociedade civil organizada na área do transporte coletivo de passageiros, e 02 (dois) Conselheiros indicados pelos prestadores de serviços de transporte coletivo de passageiros.

Art. 3º. Cabe a equipe técnica da AGIR encaminhar cópia do Edital de Convocação para todas as organizações e instituições que representam a sociedade civil organizada na área do transporte coletivo de passageiros, e aos prestadores de serviços de transporte coletivo de passageiros, para que estes façam o encaminhamento dos nomes nos termos do edital, respeitados os limites do Novo Protocolo de Intenções da AGIR.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 16 de Novembro de 2017.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR

## CIGA

### TERMO ADITIVO N.º 01 AO CONTRATO N.º 260/2017-ADSERVI

Publicação Nº 1428737

#### TERMO ADITIVO N.º 01/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 260/2017, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA., para a prestação de serviços continuados, relativos aos postos de trabalho de servente, office-boy/girl e secretário executivo.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12,

neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Adservi Administradora de Serviços Ltda., com sede à Rua Gerônimo Thives, n.º 196, Sala n.º 01, Bairro Barreiros, São José/SC, CEP 88.117-290, e CNPJ 02.531.343/0001-08, neste ato representado pelo Senhor Israel Fontanella Da Silva, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o n.º 006.663.769-48, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 260/2017, celebrado em 03 de julho de 2017, originário do Processo Administrativo n.º 08/2017, de acordo com o Pregão Presencial n.º 02/2017, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Primeira (DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO VIGENTE), Quarta (DO VALOR), Sexta (DO

prazo de execução DO OBJETO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO), Décima Quinta (DAS ALTERAÇÕES), Décima Sexta (DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO) e Vigésima Quinta (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### DO OBJETO

Cláusula Primeira. O presente Termo Aditivo tem como objeto a REPACTUAÇÃO dos preços do Contrato Administrativo n.º 260/2017, firmado entre as partes em 03 de julho de 2017, haja vista a revisão do salário do cargo de Secretária Executiva, resultante da nova Convenção Coletiva de Trabalho nº SC001159/2017 aplicada à Categoria, conforme valor estabelecido na Cláusula Terceira da referida Convenção.

#### DA REPACTUAÇÃO

Cláusula Segunda. O valor mensal do Contrato Administrativo n.º 260/2017, depois de repactuação, é R\$ 8.935,54 (oito mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

§1.º. A importância ora estabelecida corresponde ao valor mensal do contrato vigente com acréscimo de 1,763% (um inteiro e setecentos e sessenta e três milésimos por cento), conforme demonstração analítica da alteração dos custos decorrente da nova Convenção Coletiva de Trabalho aplicada à categoria, acompanhada das planilhas de composição de custos e formação de preços.

§2.º. Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir de 03 de julho de 2017, data de assinatura do Contrato n.º 260/2017, pois a data de início da vigência da Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018 do Sindicato dos Profissionais de Secretariado no Estado de SC - SINSESC é 1º de maio de 2017, a qual foi registrada no Ministério de Trabalho e Emprego sob o n.º nº SC001159/2017 em 20 de junho de 2017.

#### DO VALOR DO CONTRATO

Cláusula Terceira. A partir de 03 de julho de 2017, o valor mensal do contrato é de 8.935,54 (oito mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), totalizando o valor de R\$ 53.613,24 (cinquenta e três mil, seiscentos e treze reais e vinte e quatro centavos), correspondente ao período de 03 de julho a 31 de dezembro 2017.

#### Da Dotação Orçamentária

Cláusula Quarta. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos do orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, Atividade 2001 – Administração e Manutenção do Consórcio; Elemento de Despesa n.º 3.3.90.37.00 (locação de mão de obra).

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula Quinta. O presente Termo Aditivo passa a vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros retroativos a 03 de julho de 2017.

#### DA RATIFICAÇÃO

Cláusula Sexta. Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 260/2017.

#### DA PUBLICAÇÃO

Cláusula Sétima. O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do CONTRATANTE, veiculado no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 09 de novembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA  
CONTRATANTE

ISRAEL FONTANELLA DA SILVA  
Adservi Administradora de Serviços Ltda.  
CONTRATADA

#### Testemunhas:

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI  
Gerente Administrativa do CIGA

EDUARDO GOMES CURCIO  
Gestor de Contratos ADSERVI

## CIMCATARINA

### DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0004\_2017 - 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

Publicação Nº 1429176

#### DECISÃO

#### PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Padre Biagio Simonetti, Nº 184, Bairro centro, na cidade de Fraiburgo – SC, CEP: 89580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 85.217.776/0001-10, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0004/2017-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0013/2017, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

#### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS



Item	Código de Uso Interno	Especificações básicas e Requisitos Mínimos	Marca/Modelo	Código Aprovação Atualização
24	1000-3157	LÁPIS DE COR SEXTAVADO 12 CORES GRANDE (CIM3157)	LABRA/SEXTA-VADO	3157-4

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, amostras físicas e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

#### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

Item	Código de Uso Interno	Especificações básicas e Requisitos Mínimos	Marca/Modelo
26	1000-2349	LÁPIS DE COR SEXTAVADO 36 CORES. (CIM2349)	LABRA/REDONDO

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, ficha técnica e demais documentos, porém, não atendeu todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

Item	Motivo da Reprovação
26	A amostra apresentada não é do modelo sextavado, como solicita o edital.

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Quanto aos bens submetidos à avaliação e que foram reprovados em conformidade com o item 3.7 do Edital de Chamada Pública, poderão ser submetidos à nova análise e avaliação.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações do 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

Não serão conhecidos os recursos apresentado por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,  
Fraiburgo, 16 de novembro de 2017.  
Claudinei Marcio Morsoleto  
Presidente Comissão Especial  
Resolução Nº 0010/2017

### CIS NORDESTE

#### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC - REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2017**

Publicação Nº 1429209

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2017

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Clezio José Fortunato, Prefeito do Município de São João do Itaperiú, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO" visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras do objeto abaixo indicado, de forma parcelada pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Campo Alegre, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São João do Itaperiú, São Francisco do Sul, Schroeder e Hospital Municipal São José (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville).

TIPO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 9h00m do dia 20/11/2017 até às 17h00m do dia 28/11/2017.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 08h01m às 09h00m do dia 29/11/2017

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01m do dia 29/11/2017

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: [www.blcompras.org.br](http://www.blcompras.org.br) "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: [pregoeiro@cisnordeste.sc.gov.br](mailto:pregoeiro@cisnordeste.sc.gov.br)

Site: [www.amunesc.org.br/estruturaorganizacional/index/index/codMapaItem/57744](http://www.amunesc.org.br/estruturaorganizacional/index/index/codMapaItem/57744)

Telefone: (47) 3422-9838 Fax: (47) 3422-9838

O certame será regido pelas condições estatuídas neste Edital, bem como pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução CIS-NORDESTE/SC nº 02, de 10 de janeiro de 2014 e nº 17, de 02 de outubro de 2015, Decreto Federal nº 7.892/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que for aplicável.

## 1 DO OBJETO

1.1 O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC: MUNICÍPIOS DE ARAQUARI, BALNEÁRIO BARRA DO SUL, BARRA VELHA, CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, GARUVA, GUARAMIRIM, ITAPOÁ, JARAGUÁ DO SUL, JOINVILLE, MASSARANDUBA, RIO NEGRINHO, SÃO BENTO DO SUL, SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ, SÃO FRANCISCO DO SUL, SCHROEDER e HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ, (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville) durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

### 1.1.1 Elenco padronizado de medicamentos da Farmácia Básica e Pronto Atendimento:

Nº Item	Descrição	Unidade
1	ACEBROFILINA , 10MG/ML,XAROPE ADULTO - FRASCO 120ML	Frasco
2	ACEBROFILINA , 5MG/ML,XAROPE INFANTIL - FRASCO 120ML	Frasco
3	ACICLOVIR, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
4	ACICLOVIR, 50MG/G, CREME , BISNAGA 10G	Bisnagas
5	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
7	ACIDO TRANEXAMICO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
8	ACIDO VALPROICO, 250MG, CAPSULA	Capsulas
9	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
10	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
11	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
12	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
16	ALOPURINOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
17	ALOPURINOL, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
18	AMINOFILINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
19	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
20	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
21	AMIODARONA, 50 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
22	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
24	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 150ML	Frasco
25	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 60ML	Frasco
26	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
27	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUSPENSAO, FRASCO 75ML	Frasco
28	ANLIDIPINO BESILATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
29	ANLIDIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
30	ATENOLOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
31	ATENOLOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
33	ATROPINA SULFATO, 0,50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
34	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
36	BACLOFENO, 10 MG COMPRIMIDO	Comprimido
37	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, 50MCG/DOSE, AEROSOL BUCAL, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
38	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM AEROGADOR NASAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco

Nº Item	Descrição	Unidade
39	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
40	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
41	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
42	BENZILPENICILINA, POTASSICA, 5.000.000 UI, INJETAVEL + DILUENTE, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
43	BENZILPENICILINA, POTASSICA, ASSOCIADA A PENICILINA PROCAINADA, 100.000UI + 300.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
44	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA, FOSFATO, 5 MG + 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
45	BICARBONATO DE SODIO, 8,4%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
46	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
47	BIPERIDENO, LACTATO 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
48	BISACODIL, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
49	BROMOPRIDA, 4 MG/ML, GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
50	BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
51	BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 32MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	Frasco
52	BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	Frasco
53	BUPROPIONA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
54	CAPTAPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
56	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
57	CARBAMAZEPINA, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
58	CARBONATO DE CALCIO, 500MG DE CALCIO, COMPRIMIDO	Comprimido
59	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 500MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
60	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 600MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
62	CARVEDILOL, 12,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
63	CARVEDILOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
64	CARVEDILOL, 3,125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
65	CARVEDILOL, 6,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
68	CEFAZOLINA SODICA, 1 G, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
69	CEFTRIAXONA SODICA, 1 G, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
70	CETOCONAZOL, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
71	CETOCONAZOL, 20MG/G, CREME TOPICO, BISNAGA 30G	Bisnagas
72	CETOCONAZOL, 2%, SHAMPOO, FRASCO 100ML	Frasco
73	CETOPROFENO, 100 MG/ML, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
74	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, INTRAMUSCULAR -AMPOLA 2 ML	Ampola
75	CICLOPENTOLATO, 1%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
76	CILOSTAZOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
77	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	CIPROFLOXACINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
79	CLARITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
80	CLINDAMICINA, 300MG, CAPSULA	Capsulas
81	CLOMIPRAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
82	CLONAZEPAM, 0,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
83	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
84	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
85	CLONIDINA CLORIDRATO, 0,15 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
86	CLONIDINA CLORIDRATO, 0,1 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
87	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
88	CLORANFENICOL, ASSOCIADO A ACETATO DE RETINOL + AMINOACIDOS + METIONINA, 5 MG + 10.000UI + 25 MG + 5 MG, POMADA OFTALMICA - BISNAGA 3,5 G	Bisnagas
89	CLORETO DE POTASSIO, 19,1%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
90	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
91	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 100 ML	Bolsa
92	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
93	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
94	CLORETO DE SODIO 0,9%, SOLUCAO NASAL, FRASCO 30ML	Frasco
95	CLORETO DE SODIO, 20%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola

Nº Item	Descrição	Unidade
96	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
98	CLORPROMAZINA, 5 MG, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
99	CODEINA, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
100	COLAGENASE, 0,6 UI/G, POMADA - BISNAGA 30 G	Bisnagas
101	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI+1%, POMADA, BISNAGA 30G	Bisnagas
102	COLCHICINA, 0,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
103	DELTAMETRINA, 0,2MG/ML, LOCAO, FRASCO 100ML	Frasco
104	DESLANOSÍDEO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
105	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
106	DEXAMETASONA, 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
107	DEXAMETASONA, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
108	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
109	DEXAMETASONA, ASSOCIADA A NEOMICINA + POLIMIXINA B, 1 MG/ML + 3,5 MG/ML, SUSPENSAO OF-TALMICA - FRASCO 5ML	Frasco
110	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
111	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
112	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
113	DIAZEPAM, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
115	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
116	DICLOFENACO, SAL SODICO, 50MG, DRAGEAS	Drageas
117	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
118	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
119	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO, 50 MG + 50 MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
120	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
121	DIOSMINA, ASSOCIADA COM HESPERIDINA, 450MG+50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
122	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
125	DOBUTAMINA CLORIDRATO, 12,5 MG/ML, INJETAVEL -FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frasco/Amp.
126	DOPAMINA, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
127	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
128	DOXAZOSINA MESILATO, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
129	DOXICICLINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
130	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
131	ENALAPRIL MALEATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
132	ENALAPRIL MALEATO, 5MG COMPRIMIDO	Comprimido
133	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
134	ERITROMICINA ESTOLATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
135	ERITROMICINA ESTOLATO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
136	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
138	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
139	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 6,67 MG + 333,4 MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
140	ESPIRAMICINA, 1.500.000UI, COMPRIMIDO	Comprimido
141	ESPIRONOLACTONA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
142	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
143	ESTRADIOL VALERATO, ASSOCIADO COM NORESTISTERONA ENANTATO, 5MG+50MG/1ML, INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
144	ESTRIOL, 1MG/G, CREME VAGNAL, BISNAGA 50G	Bisnagas
145	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625MG, DRAGEAS, CARTELA COM 28 DRAGEAS	Cartela
146	ETILEFRINA CLORIDRATO, 10 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
147	ETOMIDATO, 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10ML	Ampola
148	EXTRATO DE PLANTAS, ESPINHEIRA SANTA, MAYTENOS ILICIFOLIA , 380 MG, CAPSULA	Capsulas
149	EXTRATO DE PLANTAS, GARRA DO DIABO, HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS DC, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
150	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO, MIKANIA GLOMERATA SPRENG, EXTRATO FLUIDO, FRASCO 100ML	Frasco
151	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONAS, TRIFOLIUM PRATENSE, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Descrição	Unidade
152	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO COM TETRACAINA CLORIDRATO E ACIDO BORICO, SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 10 ML	Frasco
153	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
154	FENITOINA SODICA, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
155	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
156	FENOBARBITAL SODICO, 200 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
157	FENOBARBITAL SODICO, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
158	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
159	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
160	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2 ML	Frasc/Amp.
161	FINASTERIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
162	FITOMENADIONA,10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
163	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
164	FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
165	FLUORESCEINA, 10 MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 3 ML	Frasco
166	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
167	FOLINATO DE CALCIO, 15MG, COMPRIMIDO	Comprimido
168	FOSFATO DE SODIO, ENEMA, FOSFATO MONOBASICO 16 %+ FOSFATO DIBASICO 6% - FRASCO 130 ML	Frasco
169	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
171	GENTAMICINA, 40 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
172	GENTAMICINA, 5MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
173	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
174	GLICLAZIDA, 30MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
175	GLICLAZIDA, 60MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
176	GLICONATO DE CALCIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
177	GLICOSE, 25%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
178	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
179	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
180	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
181	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
182	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
183	HALOPERIDOL, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
184	HALOPERIDOL, 2MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
185	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
187	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
188	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25ML, INJETAVEL - AMPOLA 0,25 ML	Ampola
189	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/ML, INJETAVEL - FRASCO 5 ML	Frasco
190	HIDRALAZINA, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
191	HIDRALAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
192	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
193	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G, CREME, BISNAGA 30 G	Bisnagas
194	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
195	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
196	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
197	HIPROMELOSE ASSOCIADA A DEXTRANO 3 MG + 1MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 15 ML	Frasco
198	IBUPROFENO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
199	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30ML	Frasco
200	IBUPROFENO, 600MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
202	INSULINA, HUMANA, NPH, 100 U/ML, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
203	INSULINA, HUMANA, REGULAR, 100 U/ML, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
204	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
205	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
206	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
207	ISOSSORBIDA, SAL MONITRATO, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
208	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
209	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
210	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
211	ITRACONAZOL, 100MG, CAPSULA	Capsulas

Nº Item	Descrição	Unidade
212	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
213	LACTULOSE, 667MG/ML, XAROPE, FRASCO 120ML (MEDICAMENTO)	Frasco
214	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSETAZIDA, 100MG + 25MG, CAPSULAS	Capsulas
215	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSETAZIDA, 100MG + 25MG, COMPRIMIDOS BIRRANHURADOS	Comprimido
216	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSETAZIDA, 100MG+25MG, COMPRIMIDOS DISPERSIVEIS	Comprimido
217	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSETAZIDA, 200MG+50MG, COMPRIMIDOS	Comprimido
218	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG+25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
219	LEVOFLOXACINO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
220	LEVOFLOXACINO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 100ML	Frasco/Amp.
221	LEVOMEPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
222	LEVOMEPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
223	LEVOMEPROMAZINA, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 20ML	Frasco
224	LEVONORGESTREL, ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL, 0,15MG+0,03MG, BLISTER CALENDARIO COM 21 COMPRIMIDOS	Comprimido
225	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
227	LEVOTIROXINA SODICA, 75MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	LEVOTIROXINA SODICA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
229	LIDOCAINA CLORIDRATO, 10%, SPRAY, FRASCO 50 ML	Frasco
230	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
231	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL - FRASCO 20 ML	Frasco
232	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frasco/Amp.
233	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - TUBETE 1,8 ML	Tubete
234	LORATADINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
235	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
236	LOSARTANA POTASSICA, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
237	MANITOL, 20%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
238	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
239	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
240	METADONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
241	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
243	METILDOPA, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
244	METILERGOMETRINA MALEATO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
245	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
248	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 100MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
249	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
250	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
251	METOPROLOL TARTARATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
252	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
254	METRONIDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
255	METRONIDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 80ML	Frasco
256	MICONAZOL, 20MG/G, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
257	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas
258	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
259	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
260	MORFINA, SULFATO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
261	MORFINA, SULFATO, 10 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
262	MORFINA, SULFATO 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1 ML	Ampola
263	MORFINA, SULFATO, 10 MG/ML, SOLUCAO ORAL - FRASCO 60 ML	Frasco
264	MORFINA, SULFATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 2 ML	Ampola
265	MORFINA SULFATO, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
266	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
267	NIFEDIPINO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
268	NIFEDIPINO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
269	NIFEDIPINO, 20MG, RETARD, COMPRIMIDO	Comprimido
270	NIMESULIDA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
271	NIMESULIDA, 50MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
272	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco

Nº Item	Descrição	Unidade
273	NISTATINA, 25.000UI/G, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 60G	Bisnagas
274	NISTATINA, ASSOCIADA COM OXIDO DE ZINCO, 100.000 UI + 200 MG/G, CREME, BISNAGA 60 G	Bisnagas
275	NITROFURANTOINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
276	NITROGLICERINA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
277	NITROPRUSSATO DE SODIO, 50 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2ML	Frasco/Amp.
278	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 4 ML	Ampola
279	NORESTISTERONA, 0,35MG, BLISTER CALENDARIO COM 35 UNIDADES, COMPRIMIDO	Comprimido
280	NORFLOXACINO 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
281	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 10MG, CAPSULA	Capsulas
282	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, CAPSULA	Capsulas
283	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 50MG CAPSULA	Capsulas
284	OCITOCINA, 5 UI/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
285	OLEO MINERAL, FRASCO 100ML	Frasco
286	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
287	OMEPRAZOL, 40MG, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA	Ampola
288	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
289	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
290	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 8MG, COMPRIMIDO	Comprimido
291	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 8 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 4 ML	Ampola
292	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
295	PERMETRINA, 50MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
296	PEROXIDO DE BENZOILA, 5%, GEL TOPICO, BISNAGA 45 G	Bisnagas
297	PETIDINA CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
298	PILOCARPINA CLORIDRATO, 2%, SOLUCAO OFTALMICA -FRASCO 10 ML	Frasco
299	PIRIMETAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
300	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
303	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
305	PROPATILNITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
306	PROPILOTIOURACIL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
307	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
308	RANITIDINA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
310	RETINOL ACETATO, ASSOCIADO A COLECALCIFEROL, 50.000UI + 10.000UI SOLUCAO ORAL, FRASCO 10 ML (USO RECEM NASCIDO A ADULTO)	Frasco
311	RIFAMICINA, 10 MG/ML, SPRAY -FRASCO 20 ML	Frasco
312	RINGER, ASSOCIADO COM LACTATO DE SODIO, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
313	RISPERIDONA, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
314	RISPERIDONA, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
315	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SODIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CI-TRATO DE SODIO 2,9G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUCAO PRONTA, SEGUNDO PADRAO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
316	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
317	SECNIDAZOL, 1000MG, COMPRIMIDO	Comprimido
318	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
319	SIMETICONA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
320	SINVASTATINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
321	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
322	SINVASTATINA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
323	SULFADIAZINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
324	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
325	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
327	SULFATO DE MAGNESIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
328	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
330	SUXAMETONIO CLORETO, 500 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 10 ML	Frasco/Amp.
331	TENOXICAM, 20 MG, INJETAVEL, AMPOLA	Ampola

Nº Item	Descrição	Unidade
332	TEOFILINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
333	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
334	TIAMINA, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
335	TIMOLOL, 0,5%, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
336	TOBRAMICINA, 0,3%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
337	TRAMADOL CLORIDRATO, 50MG, CAPSULA	Capsulas
338	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
339	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
340	TROPICAMIDA, 1%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
341	VARFARINA SODICA, 2,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
342	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
343	VERAPAMIL CLORDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
344	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B3, B5, B6, DRAGEAS	Drageas
345	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
346	VITAMINAS + SAIS MINERAIS, CONTENDO NO MINIMO, ACIDO FOLICOO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MGG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG COM REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO, COMPRIMIDO	Comprimido

1.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de março de 2018 a 31 de agosto de 2018.

1.3 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, não podendo superar a 1 (um) ano, conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

## 2 DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade de cada Órgão Participante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

2.1.1 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante, por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato.

2.1.2 Será atribuído um login e senha aos fornecedores registrados para acesso a sistema informatizado de controle de processos administrativos, disponível online, sendo as Autorizações de Fornecimento/Pedidos de Medicamentos lançadas pelos Órgãos Participantes diretamente neste sistema.

2.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato, que serão emitidas através do sistema informatizado e enviadas por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor, conforme dados informados de acordo com o Anexo IX.

2.1.4 O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

2.1.4.1 Caso o Fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo Fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.

2.1.4.2 Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema, na forma do item 2.1.4.1, caso haja alteração de dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo IX, compete exclusivamente ao Fornecedor requerer a atualização dos seus dados de acesso ao sistema de Controle de Processos Administrativos Licitatórios.

2.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), o Fornecedor, desde que inequivocamente noticie ao requisitante e este expressamente concorde, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-se-lhe qualquer sanção;

2.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizada através do sistema informatizado, sendo liberado acesso ao fornecedor, através de senha, fornecida por ocasião da celebração da Ata de Registro de Preços, conforme item 2.1.2.

2.1.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá registrar o evento no sistema informatizado, por meio de acesso com seu login e senha, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato "pdf", bem como o arquivo XML correspondente.

2.1.8 O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da Autorização de Fornecimento, conforme dados de faturamento e locais indicado pelo Órgão Participante (Anexo IX), com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

2.2 Os medicamentos deverão ter mínimo de 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade total, contando a partir de sua fabricação, quando de sua entrega nos locais indicados na Autorização de Fornecimento emitida pelo executor da compra.

2.3 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante correrão por conta do fornecedor.

2.4 Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

2.5 A proponente vencedora deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

2.6 O Fornecedor deverá apresentar também, no ato da entrega dos medicamentos, o Certificado de Registro de Produto de cada medicamento, que poderá ser emitido via internet, no site da ANVISA, dentro do prazo de validade.

2.7 Apenas serão aceitas propostas de medicamentos nas formas farmacêuticas comprimidos, cápsulas ou drágeas, cuja embalagem primária permita o fracionamento, exceto quando acondicionado em frasco, condição que impossibilita o fracionamento.

2.7.1 A fracionabilidade será regulada pelas disposições contidas no Decreto nº 5.775/2006, Lei nº 6.360/76, Lei nº 6.437/77 e RDC nº 80/2006.

2.7.2 No caso de inexistência de registro na ANVISA de determinado medicamento sob a forma farmacêutica sólida, administrada por via oral, na apresentação acima descrita, poderão ser acatadas propostas que não atendam o supracitado, de acordo como o item 2.7.1.

2.8 O fornecedor deverá observar as diretrizes estabelecidas pela RDC nº 54/2013, referente à implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos.

2.9 Em caso de necessidade de recolhimento do medicamento, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado às expensas do fornecedor, e imediatamente substituído por medicamento equivalente, sob pena de aplicação desanção.

### 3 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

3.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo para cada Órgão Participante é constante nos quadros abaixo:

#### 3.1.1 Elenco de medicamentos da Farmácia Básica e Pronto Atendimento:

3.1.1.1 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE ARAQUARI, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 08.345.495/0001-00, com sede na Av. Coronel Almeida, nº 60, Centro, CEP 89.245-000, na cidade de Araquari, SC, representado por seu Secretário Municipal de Saúde, Sra Maclovio Fontoura.:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
3	20.000	ACICLOVIR, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
4	1.000	ACICLOVIR, 50MG/G, CREME , BISNAGA 10G	Bisnagas
5	150.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	100.000	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
7	100	ACIDO TRANEXAMICO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
8	50.000	ACIDO VALPROICO, 250MG, CAPSULA	Capsulas
9	80.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
10	500	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
11	100	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
12	1.600	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	1.500	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	1.200	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	5.000	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
16	7.000	ALOPURINOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
17	7.000	ALOPURINOL, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
19	200	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
20	30.000	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
21	100	AMIODARONA, 50 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
22	100.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	70.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
25	3.000	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 60ML	Frasco
26	25.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
27	1.200	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUSPENSAO, FRASCO 75ML	Frasco
29	120.000	ANLODIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	90.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
33	100	ATROPINA SULFATO, 0,50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
34	12.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	1.200	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
38	500	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM AEROGADOR NASAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
39	400	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
40	700	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
41	200	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
46	60.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
50	500	BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
51	700	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 32MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	Frasco
52	700	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	Frasco
54	400.000	CAPTOPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	85.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
56	200	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
58	30.000	CARBONATO DE CALCIO, 500MG DE CALCIO, COMPRIMIDO	Comprimido
59	30.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 500MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	40.000	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
62	60.000	CARVEDILOL, 12,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
63	30.000	CARVEDILOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
64	75.000	CARVEDILOL, 3,125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	70.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	2.000	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
69	200	CEFTRIAXONA SODICA, 1 G, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
73	1.300	CETOPROFENO, 100 MG/ML, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
74	1.500	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, INTRAMUSCULAR -AMPOLA 2 ML	Ampola
76	360	CILOSTAZOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	40.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
81	15.000	CLOMIPRAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
83	1.400	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
87	5.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
88	20	CLORANFENICOL, ASSOCIADO A ACETATO DE RETINOL + AMINOACIDOS + METIONINA, 5 MG + 10.000UI + 25 MG + 5 MG, POMADA OFTALMICA - BISNAGA 3,5 G	Bisnagas
89	200	CLORETO DE POTASSIO, 19,1%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
90	200	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
94	800	CLORETO DE SODIO 0,9%, SOLUCAO NASAL, FRASCO 30ML	Frasco
96	40.000	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	30.000	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
98	50	CLORPROMAZINA, 5 MG, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
99	80.000	CODEINA, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
101	20	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI+1%, POMADA, BISNAGA 30G	Bisnagas
104	50	DESLANOSIDEO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
105	1.500	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
108	1.200	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
109	300	DEXAMETASONA, ASSOCIADA A NEOMICINA + POLIMIXINA B, 1 MG/ML + 3,5 MG/ML, SUSPENSAO OFTALMICA - FRASCO 5ML	Frasco
110	1.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
111	20.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
112	40.000	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
113	40.000	DIAZEPAM, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	400	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
115	1.500	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
117	20.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
119	600	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO, 50 MG + 50 MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
120	800	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
121	360	DIOSMINA, ASSOCIADA COM HESPERIDINA, 450MG+50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
122	60.000	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	2.200	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	1.500	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
126	100	DOPAMINA, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
127	20.000	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
128	20.000	DOXAZOSINA MESILATO, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
129	500	DOXICICLINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
130	180.000	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
131	150.000	ENALAPRIL MALEATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
132	120.000	ENALAPRIL MALEATO, 5MG COMPRIMIDO	Comprimido
133	500	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
134	7.000	ERITROMICINA ESTOLATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
135	300	ERITROMICINA ESTOLATO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
136	10.000	ESCOLPOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	1.000	ESCOLPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
138	1.000	ESCOLPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
139	300	ESCOLPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 6,67 MG + 333,4 MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
140	5.000	ESPIRAMICINA, 1.500.000UI, COMPRIMIDO	Comprimido
142	70.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
145	5.000	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625MG, DRAGEAS, CARTELA COM 28 DRAGEAS	Cartela
146	100	ETILEFRINA CLORIDRATO, 10 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
150	1.200	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO, MIKANIA GLOMERATA SPRENG, EXTRATO FLUIDO, FRASCO 100ML	Frasco

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
152	12	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO COM TETRACAINA CLORIDRATO E ACIDO BORICO, SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 10 ML	Frasco
153	40.000	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
154	100	FENITOINA SODICA, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
155	40.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
156	50	FENOBARBITAL SODICO, 200 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
157	200	FENOBARBITAL SODICO, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
158	120	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
159	50	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
161	15.000	FINASTERIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
162	100	FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
163	7.000	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
164	50	FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
166	160.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
167	360	FOLINATO DE CALCIO, 15MG, COMPRIMIDO	Comprimido
168	20	FOSFATO DE SODIO, ENEMA, FOSFATO MONOBASICO 16 %+ FOSFATO DIBASICO 6% - FRASCO 130 ML	Frasco
169	1.300	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	100.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
172	400	GENTAMICINA, 5MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
173	100.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
174	70.000	GLICLAZIDA, 30MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
175	60.000	GLICLAZIDA, 60MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
176	200	GLICONATO DE CALCIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
177	200	GLICOSE, 25%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
178	200	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
184	50	HALOPERIDOL, 2MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
185	35.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	50	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
187	500	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
188	100	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25ML, INJETAVEL - AMPOLA 0,25 ML	Ampola
190	300	HIDRALAZINA, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
191	20.000	HIDRALAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
192	300.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
194	500	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
195	800	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
196	1.000	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
199	2.500	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30ML	Frasco
200	100.000	IBUPROFENO, 600MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	25.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
204	120	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
206	5.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
208	15.000	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
209	10.000	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
212	2.000	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
213	500	LACTULOSE, 667MG/ML, XAROPE, FRASCO 120ML (MEDICAMENTO)	Frasco
218	1.600	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG+25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
221	20.000	LEVOMEPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
222	15.000	LEVOMEPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
223	300	LEVOMEPROMAZINA, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 20ML	Frasco
225	100.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	100.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	70.000	LEVOTIROXINA SODICA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
229	20	LIDOCAINA CLORIDRATO, 10%, SPRAY, FRASCO 50 ML	Frasco
230	500	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
231	200	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL - FRASCO 20 ML	Frasco
232	150	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frasc/Amp.
234	20.000	LORATADINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
235	600	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
236	300.000	LOSARTANA POTASSICA, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
240	5.000	METADONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
241	300.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
242	300.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
243	30.000	METILDOPA, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
245	20.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	500	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	2.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
249	10.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
250	12.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
252	700	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	20.000	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
254	5.000	METRONIDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
255	200	METRONIDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 80ML	Frasco
256	500	MICONAZOL, 20MG/G, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
257	700	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas
259	50	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
261	500	MORFINA, SULFATO, 10 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
264	200	MORFINA, SULFATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 2 ML	Ampola
265	500	MORFINA SULFATO, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
266	1.000	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
272	300	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
276	50	NITROGLICERINA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
286	150.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
288	50	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
292	1.500	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	150.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	400	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
299	360	PIRIMETAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
300	700	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	30.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	30.000	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	500	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
306	1.000	PROPILOTIURACIL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
307	100.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
308	30.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	600	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
314	2.000	RISPERIDONA, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
315	1.000	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
316	1.200	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
320	50.000	SINVASTATINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
321	100.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
322	80.000	SINVASTATINA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
323	2.000	SULFADIAZINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
324	300	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
325	15.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	400	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
328	600	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	50.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
330	50	SUXAMETONIO CLORETO, 500 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 10 ML	Frasco/Amp.
333	100	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
335	300	TIMOLOL, 0,5%, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
338	1.200	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
342	20.000	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
343	15.000	VERAPAMIL CLORDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
345	600	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola

3.1.1.2 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 95.945.509/0001-80, com sede na Av. Amandio Cabral, nº 457, Centro, CEP 89.247-000, na cidade de Balneário Barra do Sul, SC, representado por sua Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Edna Andrae de Souza:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
1	400	ACEBROFILINA , 10MG/ML,XAROPE ADULTO - FRASCO 120ML	Frasco

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
2	300	ACEBROFILINA , 5MG/ML,XAROPE INFANTIL - FRASCO 120ML	Frasco
3	1.500	ACICLOVIR, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
4	150	ACICLOVIR, 50MG/G, CREME , BISNAGA 10G	Bisnagas
5	120.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	10.000	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
7	100	ACIDO TRANEXAMICO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
8	2.000	ACIDO VALPROICO, 250MG, CAPSULA	Capsulas
9	7.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
10	50	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
11	100	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
12	1.800	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	600	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	800	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	2.000	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
16	3.000	ALOPURINOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
17	1.200	ALOPURINOL, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
18	3.000	AMINOFILINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
19	200	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
20	3.000	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
21	200	AMIODARONA, 50 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
22	25.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	10.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
24	300	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 150ML	Frasco
25	400	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 60ML	Frasco
26	3.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
27	300	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUSPENSAO, FRASCO 75ML	Frasco
28	7.000	ANLÓDIPINO BESILATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
29	30.000	ANLÓDIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
31	20.000	ATENOLOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	30.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
33	100	ATROPINA SULFATO, 0,50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
34	2.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	600	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
40	300	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
41	300	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
43	300	BENZILPENICILINA, POTASSICA, ASSOCIADA A PENICILINA PROCAINADA, 100.000UI + 300.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
45	50	BICARBONATO DE SODIO, 8,4%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
46	6.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
47	30	BIPERIDENO, LACTATO 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
50	500	BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
54	50.000	CAPTÓPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	35.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
56	50	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
60	30.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 600MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	3.000	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
62	15.000	CARVEDILOL, 12,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
63	8.000	CARVEDILOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
64	12.000	CARVEDILOL, 3,125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
65	12.000	CARVEDILOL, 6,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	15.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	300	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
68	300	CEFAZOLINA SODICA, 1 G, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
69	300	CEFTRIAXONA SODICA, 1 G, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
70	1.000	CETOCONAZOL, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
71	300	CETOCONAZOL, 20MG/G, CREME TOPICO, BISNAGA 30G	Bisnagas
72	100	CETOCONAZOL, 2%, SHAMPOO, FRASCO 100ML	Frasco
73	700	CETOPROFENO, 100 MG/ML, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
74	2.000	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, INTRAMUSCULAR -AMPOLA 2 ML	Ampola
77	15.000	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	9.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
83	50	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
87	500	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
88	20	CLORANFENICOL, ASSOCIADO A ACETATO DE RETINOL + AMINOACIDOS + METIONINA, 5 MG + 10.000UI + 25 MG + 5 MG, POMADA OFTALMICA - BISNAGA 3,5 G	Bisnagas
89	30	CLORETO DE POTASSIO, 19,1%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
94	700	CLORETO DE SODIO 0,9%, SOLUCAO NASAL, FRASCO 30ML	Frasco
96	10.000	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	5.000	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
98	100	CLORPROMAZINA, 5 MG, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
99	15.000	CODEINA, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
100	50	COLAGENASE, 0,6 UI/G, POMADA - BISNAGA 30 G	Bisnagas
101	120	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI+1%, POMADA, BISNAGA 30G	Bisnagas
102	2.000	COLCHICINA, 0,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
103	500	DELTAMETRINA, 0,2MG/ML, LOCAO, FRASCO 100ML	Frasco
104	100	DESLANOSIDEO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
105	1.500	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
108	6.000	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
110	500	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
111	4.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
112	25.000	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
113	7.000	DIAZEPAM, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	400	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
115	3.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
116	25.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 50MG, DRAGEAS	Drageas
117	3.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
118	6.000	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
119	700	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO, 50 MG + 50 MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
120	600	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
121	500	DIOSMINA, ASSOCIADA COM HESPERIDINA, 450MG+50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
122	15.000	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	3.000	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	1.500	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
126	200	DOPAMINA, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
127	7.000	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
128	4.000	DOXAZOSINA MESILATO, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
130	20.000	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
131	30.000	ENALAPRIL MALEATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
133	700	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
136	7.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	600	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
138	2.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
139	500	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 6,67 MG + 333,4 MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
141	3.000	ESPIRONOLACTONA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
142	15.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
143	50	ESTRADIOL VALERATO, ASSOCIADO COM NORESTISTERONA ENANTATO, 5MG+50MG/1ML, INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
145	4.000	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625MG, DRAGEAS, CARTELA COM 28 DRAGEAS	Cartela
148	50.000	EXTRATO DE PLANTAS, ESPINHEIRA SANTA, MAYTENOS ILICIFOLIA , 380 MG, CAPSULA	Capsulas
150	100	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO, MIKANIA GLOMERATA SPRENG, EXTRATO FLUIDO, FRASCO 100ML	Frasco
152	40	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO COM TETRACAINA CLORIDRATO E ACIDO BORICO, SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 10 ML	Frasco
153	7.000	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
154	100	FENITOINA SODICA, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
155	30.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
156	100	FENOBARBITAL SODICO, 200 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
158	100	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
159	100	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
160	100	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2 ML	Frasco/Amp.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
162	50	FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
163	1.500	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
164	100	FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
166	50.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
168	20	FOSFATO DE SODIO, ENEMA, FOSFATO MONOBASICO 16 % + FOSFATO DIBASICO 6% - FRASCO 130 ML	Frasco
169	700	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	30.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
171	200	GENTAMICINA, 40 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
173	30.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
174	7.000	GLICLAZIDA, 30MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
175	7.000	GLICLAZIDA, 60MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
176	50	GLICONATO DE CALCIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
177	600	GLICOSE, 25%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
178	600	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
185	7.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	100	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
187	300	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
188	100	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25ML, INJETAVEL - AMPOLA 0,25 ML	Ampola
189	100	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/ML, INJETAVEL - FRASCO 5 ML	Frasco
190	100	HIDRALAZINA, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
192	30.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
194	1.000	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
195	3.000	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
196	200	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
198	9.000	IBUPROFENO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
199	1.000	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30ML	Frasco
200	20.000	IBUPROFENO, 600MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	3.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
204	100	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
205	15.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
206	5.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
207	100	ISOSSORBIDA, SAL MONITRATO, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
208	10.000	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
212	200	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
213	200	LACTULOSE, 667MG/ML, XAROPE, FRASCO 120ML (MEDICAMENTO)	Frasco
214	1.500	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, CAPSULAS	Capsulas
215	700	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, COMPRIMIDOS BIRRANHURADOS	Comprimido
218	800	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG+25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
220	100	LEVOFLOXACINO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 100ML	Frasco/Amp.
221	10.000	LEVOMEPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
222	6.000	LEVOMEPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
223	10	LEVOMEPROMAZINA, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 20ML	Frasco
224	1.000	LEVONORGESTREL, ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL, 0,15MG+0,03MG, BLISTER CALENDARIO COM 21 COMPRIMIDOS	Comprimido
225	15.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	15.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
227	8.000	LEVOTIROXINA SODICA, 75MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	12.000	LEVOTIROXINA SODICA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
230	400	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
231	200	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL - FRASCO 20 ML	Frasco
232	50	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frasco/Amp.
234	3.000	LORATADINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
235	400	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
236	100.000	LOSARTANA POTASSICA, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
239	50	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
241	40.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	60.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
243	15.000	METILDOPA, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
245	7.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	400	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	2.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
250	300	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
252	150	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	2.500	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
254	1.500	METRONIDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
255	50	METRONIDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 80ML	Frasco
256	400	MICONAZOL, 20MG/G, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
257	400	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas
259	200	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
261	300	MORFINA, SULFATO, 10 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
262	100	MORFINA, SULFATO 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1 ML	Ampola
264	300	MORFINA, SULFATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 2 ML	Ampola
265	100	MORFINA SULFATO, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
266	1.500	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
269	25.000	NIFEDIPINO, 20MG, RETARD, COMPRIMIDO	Comprimido
270	15.000	NIMESULIDA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
271	200	NIMESULIDA, 50MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
272	150	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
273	250	NISTATINA, 25.000UI/G, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 60G	Bisnagas
274	150	NISTATINA, ASSOCIADA COM OXIDO DE ZINCO, 100.000 UI + 200 MG/G, CREME, BISNAGA 60 G	Bisnagas
277	15	NITROPRUSSIATO DE SODIO, 50 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2ML	Frasco/Amp.
279	150	NORETISTERONA, 0,35MG, BLISTER CALENDARIO COM 35 UNIDADES, COMPRIMIDO	Comprimido
280	5.000	NORFLOXACINO 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
285	100	OLEO MINERAL, FRASCO 100ML	Frasco
286	150.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
287	80	OMEPRAZOL, 40MG, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA	Ampola
291	200	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 8 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 4 ML	Ampola
292	1.500	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	40.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	150	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
295	50	PERMETRINA, 50MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
297	100	PETIDINA CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
300	500	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	25.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	15.000	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	400	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
307	20.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
308	7.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	1.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
310	200	RETINOL ACETATO, ASSOCIADO A COLECALCIFEROL, 50.000UI + 10.000UI SOLUCAO ORAL, FRASCO 10 ML (USO RECEM NASCIDO A ADULTO)	Frasco
315	1.500	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SODIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SODIO 2,9G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUCAO PRONTA, SEGUNDO PADRAO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
316	700	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
317	200	SECNIDAZOL, 1000MG, COMPRIMIDO	Comprimido
318	15.000	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
321	60.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
322	20.000	SINVASTATINA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
324	300	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
325	5.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	500	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
327	50	SULFATO DE MAGNESIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
328	100	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	15.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
330	30	SUXAMETONIO CLORETO, 500 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 10 ML	Frasco/Amp.
333	200	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
335	150	TIMOLOL, 0,5%, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
337	15.000	TRAMADOL CLORIDRATO, 50MG, CAPSULA	Capsulas
338	1.500	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
341	3.000	VARFARINA SODICA, 2,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
342	10.000	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
343	7.000	VERAPAMIL CLORDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
344	10.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B3, B5, B6, DRAGEAS	Drageas
345	500	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
346	7.000	VITAMINAS + SAIS MINERAIS, CONTENDO NO MINIMO, ACIDO FOLICOO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MGG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG COM REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO, COMPRIMIDO	Comprimido

3.1.1.3 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.830/0001-57, com sede na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, CEP 88.390-000, na cidade de Barra Velha, SC, representado por seu Secretário Municipal de Saúde, Sr. Rovani Delmonego.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
1	2.000	ACEBROFILINA , 10MG/ML,XAROPE ADULTO - FRASCO 120ML	Frasco
2	2.000	ACEBROFILINA , 5MG/ML,XAROPE INFANTIL - FRASCO 120ML	Frasco
3	5.000	ACICLOVIR, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
4	1.000	ACICLOVIR, 50MG/G, CREME , BISNAGA 10G	Bisnagas
5	200.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	100.000	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
7	100	ACIDO TRANEXAMICO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
8	20.000	ACIDO VALPROICO, 250MG, CAPSULA	Capsulas
9	60.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
10	400	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
11	200	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
12	6.000	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	2.500	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	2.000	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	15.000	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
18	15.000	AMINOFILINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
19	600	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
20	20.000	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
21	600	AMIODARONA, 50 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
22	150.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	80.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
24	3.000	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 150ML	Frasco
25	2.000	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 60ML	Frasco
26	15.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
27	3.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUSPENSAO, FRASCO 75ML	Frasco
29	60.000	ANLODIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
31	50.000	ATENOLOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	80.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
33	1.000	ATROPINA SULFATO, 0,50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
34	20.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	5.000	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
40	3.000	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
41	3.000	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
43	300	BENZILPENICILINA, POTASSICA, ASSOCIADA A PENICILINA PROCAINADA, 100.000UI + 300.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
44	3.000	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA, FOSFATO, 5 MG + 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
45	200	BICARBONATO DE SODIO, 8,4%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
46	20.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
50	3.000	BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
54	100.000	CAPTOPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	100.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
56	400	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
60	80.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 600MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	35.000	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
62	30.000	CARVEDILOL, 12,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
63	30.000	CARVEDILOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
64	30.000	CARVEDILOL, 3,125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
65	60.000	CARVEDILOL, 6,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
66	80.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	2.000	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
69	3.000	CEFTRIAXONA SODICA, 1 G, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
71	1.000	CETOCONAZOL, 20MG/G, CREME TOPICO, BISNAGA 30G	Bisnagas
72	500	CETOCONAZOL, 2%, SHAMPOO, FRASCO 100ML	Frasco
73	4.000	CETOPROFENO, 100 MG/ML, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
74	4.000	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, INTRAMUSCULAR -AMPOLA 2 ML	Ampola
77	40.000	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	30.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
80	3.000	CLINDAMICINA, 300MG, CAPSULA	Capsulas
81	2.000	CLOMIPRAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
83	400	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
84	90.000	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
87	25.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
88	80	CLORANFENICOL, ASSOCIADO A ACETATO DE RETINOL + AMINOACIDOS + METIONINA, 5 MG + 10.000UI + 25 MG + 5 MG, POMADA OFTALMICA - BISNAGA 3,5 G	Bisnagas
89	200	CLORETO DE POTASSIO, 19,1%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
90	600	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
95	200	CLORETO DE SODIO, 20%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
96	25.000	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	30.000	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
98	300	CLORPROMAZINA, 5 MG, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
101	500	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI+1%, POMADA, BISNAGA 30G	Bisnagas
104	250	DESLANOSIDEO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
105	4.000	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
106	5.000	DEXAMETASONA, 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
108	4.000	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
110	3.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
111	20.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
112	80.000	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	1.600	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
115	3.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
117	20.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
119	2.000	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO, 50 MG + 50 MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
120	1.000	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
122	50.000	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	10.000	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	4.000	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
126	200	DOPAMINA, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
127	20.000	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
130	50.000	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
131	60.000	ENALAPRIL MALEATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
133	1.000	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
134	500	ERITROMICINA ESTOLATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
135	100	ERITROMICINA ESTOLATO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
136	20.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	3.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
138	4.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
140	10.000	ESPIRAMICINA, 1.500.000UI, COMPRIMIDO	Comprimido
142	80.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
144	500	ESTRIOL, 1MG/G, CREME VAGNAL, BISNAGA 50G	Bisnagas
146	300	ETILEFRINA CLORIDRATO, 10 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
147	150	ETOMIDATO, 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10ML	Ampola
152	80	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO COM TETRACAINA CLORIDRATO E ACIDO BORICO, SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 10 ML	Frasco
153	20.000	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
154	300	FENITOINA SODICA, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
155	30.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
156	300	FENOBARBITAL SODICO, 200 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
157	100	FENOBARBITAL SODICO, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
158	600	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
159	300	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
161	15.000	FINASTERIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
162	600	FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
163	8.000	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
164	100	FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
166	150.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
167	3.000	FOLINATO DE CALCIO, 15MG, COMPRIMIDO	Comprimido
168	200	FOSFATO DE SODIO, ENEMA, FOSFATO MONOBASICO 16 %+ FOSFATO DIBASICO 6% - FRASCO 130 ML	Frasco
169	3.000	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	100.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
173	40.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
174	100.000	GLICLAZIDA, 30MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
176	200	GLICONATO DE CALCIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
177	800	GLICOSE, 25%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
178	1.000	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
184	100	HALOPERIDOL, 2MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
185	30.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	300	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
187	800	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
188	100	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25ML, INJETAVEL - AMPOLA 0,25 ML	Ampola
189	100	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/ML, INJETAVEL - FRASCO 5 ML	Frasco
190	300	HIDRALAZINA, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
192	100.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
194	2.000	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
195	3.000	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
196	1.500	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
199	3.000	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30ML	Frasco
200	100.000	IBUPROFENO, 600MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	30.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
204	800	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
206	8.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
207	400	ISOSSORBIDA, SAL MONITRATO, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
208	20.000	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
212	3.000	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
217	4.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 200MG+50MG, COMPRIMIDOS	Comprimido
218	15.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG+25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
221	15.000	LEVOMEPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
222	20.000	LEVOMEPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
225	80.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	80.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	50.000	LEVOTIROXINA SODICA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
229	250	LIDOCAINA CLORIDRATO, 10%, SPRAY, FRASCO 50 ML	Frasco
230	400	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
231	1.000	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL - FRASCO 20 ML	Frasco
236	50.000	LOSARTANA POTASSICA, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
241	25.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	60.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
243	30.000	METILDOPA, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
244	150	METILLERGOMETRINA MALEATO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
245	20.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	1.500	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	8.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
249	40.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
250	30.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
251	60	METOPROLOL TARTARATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
252	800	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
254	30.000	METRONIDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
255	400	METRONIDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 80ML	Frasco
257	1.000	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas
258	300	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
262	1.000	MORFINA, SULFATO 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1 ML	Ampola
266	2.000	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
267	50.000	NIFEDIPINO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
270	80.000	NIMESULIDA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
271	2.000	NIMESULIDA, 50MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
273	2.000	NISTATINA, 25.000UI/G, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 60G	Bisnagas
274	3.000	NISTATINA, ASSOCIADA COM OXIDO DE ZINCO, 100.000 UI + 200 MG/G, CREME, BISNAGA 60 G	Bisnagas
275	6.000	NITROFURANTOINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
277	20	NITROPRUSSIATO DE SODIO, 50 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2ML	Frasco/Amp.
278	300	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 4 ML	Ampola
283	30.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 50MG CAPSULA	Capsulas
284	100	OCITOCINA, 5 UI/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
286	500.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
292	4.000	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	100.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	800	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
297	250	PETIDINA CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
299	3.000	PIRIMETAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
300	1.500	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	30.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	20.000	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	2.500	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
307	30.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	3.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
313	80.000	RISPERIDONA, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
315	2.000	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SODIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SODIO 2,9G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUCAO PRONTA, SEGUNDO PADRAO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
318	120.000	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
321	250.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
323	6.000	SULFADIAZINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
324	1.000	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
325	15.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	1.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
327	200	SULFATO DE MAGNESIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
328	1.500	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	120.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
330	200	SUXAMETONIO CLORETO, 500 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 10 ML	Frasco/Amp.
333	700	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
337	50.000	TRAMADOL CLORIDRATO, 50MG, CAPSULA	Capsulas
339	8.000	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
344	60.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B3, B5, B6, DRAGEAS	Drageas
345	3.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola

3.1.1.4 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.749/0001-77, com sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, na cidade de Campo Alegre, SC, representado por sua Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Carolina da Costa Telma.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
5	150.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	40.000	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
8	10.000	ACIDO VALPROICO, 250MG, CAPSULA	Capsulas
9	10.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
13	1.500	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	1.000	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	6.000	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
18	10.000	AMINOFILINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
19	500	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
20	10.000	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
22	20.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	30.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
25	4.000	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 60ML	Frasco
29	30.000	ANLODIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	150.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
33	100	ATROPINA SULFATO, 0,50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
34	20.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	800	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
40	800	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
41	500	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
44	1.500	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA, FOSFATO, 5 MG + 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
46	8.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
54	80.000	CAPTOPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	20.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
56	600	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
58	8.000	CARBONATO DE CALCIO, 500MG DE CALCIO, COMPRIMIDO	Comprimido
59	30.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 500MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	5.000	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	20.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	100	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
70	8.000	CETOCONAZOL, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
71	1.000	CETOCONAZOL, 20MG/G, CREME TOPICO, BISNAGA 30G	Bisnagas
73	1.000	CETOPROFENO, 100 MG/ML, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
74	1.500	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, INTRAMUSCULAR -AMPOLA 2 ML	Ampola
77	8.000	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	15.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
84	20.000	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
87	15.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
91	1.500	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 100 ML	Bolsa
92	1.500	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
93	800	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
94	1.500	CLORETO DE SODIO 0,9%, SOLUCAO NASAL, FRASCO 30ML	Frasco
103	600	DELTAMETRINA, 0,2MG/ML, LOCAO, FRASCO 100ML	Frasco
105	2.000	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
106	500	DEXAMETASONA, 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
107	10.000	DEXAMETASONA, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
108	500	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
110	5.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
112	20.000	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
115	1.500	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
116	50.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 50MG, DRAGEAS	Drageas
117	20.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
121	100.000	DIOSMINA, ASSOCIADA COM HESPERIDINA, 450MG+50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	1.500	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	2.000	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
127	12.000	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
130	120.000	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
133	100	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
135	300	ERITROMICINA ESTOLATO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
136	10.000	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	800	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
138	1.000	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
139	1.200	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 6,67 MG + 333,4 MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
141	6.000	ESPIRONOLACTONA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
142	20.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
153	20.000	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
155	20.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
158	100	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
163	5.000	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
166	20.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
169	500	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
170	60.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
171	300	GENTAMICINA, 40 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
172	300	GENTAMICINA, 5MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
173	50.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
178	100	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
179	100	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
181	200	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
182	200	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
185	15.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	200	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
187	200	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
192	100.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
194	500	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
195	800	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
196	2.000	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
198	60.000	IBUPROFENO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
199	4.000	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30ML	Frasco
201	8.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
204	100	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
205	8.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
206	3.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
212	4.000	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	60.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	40.000	LEVOTIROXINA SODIDA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
230	100	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
231	200	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL - FRASCO 20 ML	Frasco
233	200	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - TUBETE 1,8 ML	Tubete
241	50.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	80.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
243	15.000	METILDOPA, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
245	20.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	1.200	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	1.400	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
252	600	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	10.000	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
266	3.000	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
267	12.000	NIFEDIPINO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
268	8.000	NIFEDIPINO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
270	10.000	NIMESULIDA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
272	300	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
273	300	NISTATINA, 25.000UI/G, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 60G	Bisnagas
274	2.000	NISTATINA, ASSOCIADA COM OXIDO DE ZINCO, 100.000 UI + 200 MG/G, CREME, BISNAGA 60 G	Bisnagas
286	120.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
292	1.500	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	80.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	300	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
300	500	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	30.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	30.000	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
303	10.000	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	400	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
307	30.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
308	30.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	500	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
313	10.000	RISPERIDONA, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
314	10.000	RISPERIDONA, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
315	1.000	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SODIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SODIO 2,9G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUCAO PRONTA, SEGUNDO PADRAO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
318	20.000	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
321	80.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
325	5.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	400	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
328	300	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	40.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
333	100	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
342	10.000	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
343	8.000	VERAPAMIL CLORDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
344	40.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B3, B5, B6, DRAGEAS	Drageas
345	500	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola

3.1.1.5 Órgão Participante: MUNICIPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.467/0001-70, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 443 na cidade de Corupá, SC., representado por seu Secretario Municipal de Saúde, Sr. Irineu Pasold.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
1	200	ACEBROFILINA , 10MG/ML,XAROPE ADULTO - FRASCO 120ML	Frasco
2	200	ACEBROFILINA , 5MG/ML,XAROPE INFANTIL - FRASCO 120ML	Frasco
3	3.000	ACICLOVIR, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
4	200	ACICLOVIR, 50MG/G, CREME , BISNAGA 10G	Bisnagas
5	100.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	15.000	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
8	5.000	ACIDO VALPROICO, 250MG, CAPSULA	Capsulas
9	10.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
10	300	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
12	1.000	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	1.200	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	500	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	3.000	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
16	10.000	ALOPURINOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
17	10.000	ALOPURINOL, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
18	10.000	AMINOFILINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
20	15.000	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
22	50.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	15.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
24	500	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 150ML	Frasco
25	500	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 60ML	Frasco
26	10.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
27	400	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUSPENSAO, FRASCO 75ML	Frasco
28	10.000	ANLIDIPINO BESILATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
29	20.000	ANLIDIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
30	10.000	ATENOLOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
31	10.000	ATENOLOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	30.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
34	3.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	300	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
37	100	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, 50MCG/DOSE, AEROSOL BUCAL, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
38	100	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM AEROGADOR NASAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
39	100	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
40	300	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
41	200	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
43	100	BENZILPENICILINA, POTASSICA, ASSOCIADA A PENICILINA PROCAINADA, 100.000UI + 300.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
46	10.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
48	1.000	BISACODIL, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
49	200	BROMOPRIDA, 4 MG/ML, GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
51	100	BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 32MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	Frasco

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
52	100	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	Frasco
53	3.000	BUPROPIONA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
54	100.000	CAPTOPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	30.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
56	200	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
57	10.000	CARBAMAZEPINA, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
58	15.000	CARBONATO DE CALCIO, 500MG DE CALCIO, COMPRIMIDO	Comprimido
60	5.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 600MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	10.000	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
62	10.000	CARVEDILOL, 12,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
63	15.000	CARVEDILOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
64	10.000	CARVEDILOL, 3,125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
65	10.000	CARVEDILOL, 6,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	15.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	400	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
70	3.000	CETOCONAZOL, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
71	150	CETOCONAZOL, 20MG/G, CREME TOPICO, BISNAGA 30G	Bisnagas
72	100	CETOCONAZOL, 2%, SHAMPOO, FRASCO 100ML	Frasco
77	10.000	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	10.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
79	3.000	CLARITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
80	3.000	CLINDAMICINA, 300MG, CAPSULA	Capsulas
81	3.000	CLOMIPRAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
82	10.000	CLONAZEPAM, 0,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
83	500	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
84	15.000	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
87	14.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
91	700	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 100 ML	Bolsa
92	1.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
93	1.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
94	100	CLORETO DE SODIO 0,9%, SOLUCAO NASAL, FRASCO 30ML	Frasco
96	5.000	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	5.000	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
99	3.000	CODEINA, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
101	100	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI+1%, POMADA, BISNAGA 30G	Bisnagas
102	5.000	COLCHICINA, 0,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
105	800	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
107	600	DEXAMETASONA, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
110	400	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
111	5.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
112	20.000	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
113	10.000	DIAZEPAM, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
115	500	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
116	30.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 50MG, DRAGEAS	Drageas
117	20.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
122	30.000	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	500	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	600	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
127	12.000	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
128	6.000	DOXAZOSINA MESILATO, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
129	2.000	DOXICICLINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
130	100.000	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
131	100.000	ENALAPRIL MALEATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
132	30.000	ENALAPRIL MALEATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
134	3.000	ERITROMICINA ESTOLATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
135	100	ERITROMICINA ESTOLATO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
136	5.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	200	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
138	300	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
139	600	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 6,67 MG + 333,4 MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
140	1.500	ESPIRAMICINA, 1.500.000UI, COMPRIMIDO	Comprimido
141	3.000	ESPIRONOLACTONA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
142	30.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
143	100	ESTRADIOL VALERATO, ASSOCIADO COM NORESTISTERONA ENANTATO, 5MG+50MG/1ML, INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
144	50	ESTRIOL, 1MG/G, CREME VAGINAL, BISNAGA 50G	Bisnagas
145	1.000	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625MG, DRAGEAS, CARTELA COM 28 DRAGEAS	Cartela
148	1.000	EXTRATO DE PLANTAS, ESPINHEIRA SANTA, MAYTENOS ILICIFOLIA , 380 MG, CAPSULA	Capsulas
149	1.000	EXTRATO DE PLANTAS, GARRA DO DIABO, HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS DC, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
150	300	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO, MIKANIA GLOMERATA SPRENG, EXTRATO FLUIDO, FRASCO 100ML	Frasco
151	1.000	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONAS, TRIFOLIUM PRATENSE, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
153	10.000	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
155	10.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
156	100	FENOBARBITAL SODICO, 200 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
157	100	FENOBARBITAL SODICO, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
158	100	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
161	10.000	FINASTERIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
163	3.000	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
166	60.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
169	200	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	30.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
173	60.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
174	15.000	GLICLAZIDA, 30MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
175	9.000	GLICLAZIDA, 60MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
184	100	HALOPERIDOL, 2MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
185	15.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
187	100	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
188	2.000	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25ML, INJETAVEL - AMPOLA 0,25 ML	Ampola
191	1.500	HIDRALAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
192	180.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
194	100	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
195	100	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
196	400	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
198	10.000	IBUPROFENO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
199	1.000	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30ML	Frasco
200	30.000	IBUPROFENO, 600MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	10.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
204	100	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
206	3.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
208	20.000	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
210	3.000	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
211	3.000	ITRACONAZOL, 100MG, CAPSULA	Capsulas
212	1.000	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
213	100	LACTULOSE, 667MG/ML, XAROPE, FRASCO 120ML (MEDICAMENTO)	Frasco
215	5.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, COMPRIMIDOS BIRRANHURADOS	Comprimido
217	5.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 200MG+50MG, COMPRIMIDOS	Comprimido
218	3.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG+25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
221	5.000	LEVOMEPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
222	5.000	LEVOMEPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
223	50	LEVOMEPROMAZINA, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 20ML	Frasco
224	42.000	LEVONORGESTREL, ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL, 0,15MG+0,03MG, BLISTER CALENDARIO COM 21 COMPRIMIDOS	Comprimido
225	15.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	15.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
227	15.000	LEVOTIROXINA SODICA, 75MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	15.000	LEVOTIROXINA SODICA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
230	100	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
231	100	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL - FRASCO 20 ML	Frasco
234	20.000	LORATADINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
235	500	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
236	150.000	LOSARTANA POTASSICA, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
238	100	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
239	100	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
241	80.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	100.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
243	50.000	METILDOPA, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
245	5.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	400	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	400	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
248	1.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 100MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
249	1.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
250	1.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
252	200	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	5.000	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
254	1.000	METRONIDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
255	200	METRONIDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 80ML	Frasco
256	200	MICONAZOL, 20MG/G, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
257	200	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas
261	1.000	MORFINA, SULFATO, 10 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
263	50	MORFINA, SULFATO, 10 MG/ML, SOLUCAO ORAL - FRASCO 60 ML	Frasco
265	1.000	MORFINA SULFATO, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
266	600	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
267	3.000	NIFEDIPINO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
268	6.000	NIFEDIPINO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
270	36.000	NIMESULIDA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
272	200	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
273	200	NISTATINA, 25.000UI/G, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 60G	Bisnagas
274	200	NISTATINA, ASSOCIADA COM OXIDO DE ZINCO, 100.000 UI + 200 MG/G, CREME, BISNAGA 60 G	Bisnagas
275	5.000	NITROFURANTOINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
279	1.000	NORETISTERONA, 0,35MG, BLISTER CALENDARIO COM 35 UNIDADES, COMPRIMIDO	Comprimido
280	5.000	NORFLOXACINO 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
281	1.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 10MG, CAPSULA	Capsulas
282	3.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, CAPSULA	Capsulas
285	200	OLEO MINERAL, FRASCO 100ML	Frasco
286	150.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
289	1.000	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
290	1.000	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 8MG, COMPRIMIDO	Comprimido
292	600	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	50.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	200	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
295	200	PERMETRINA, 50MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
296	100	PEROXIDO DE BENZOILA, 5%, GEL TOPICO, BISNAGA 45 G	Bisnagas
299	1.500	PIRIMETAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
300	500	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	20.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	10.000	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
303	3.000	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	200	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
305	20.000	PROPATILNITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
307	80.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
308	30.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
310	200	RETINOL ACETATO, ASSOCIADO A COLECALCIFEROL, 50.000UI + 10.000UI SOLUCAO ORAL, FRASCO 10 ML (USO RECEM NASCIDO A ADULTO)	Frasco
313	8.000	RISPERIDONA, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
315	500	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
316	100	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
317	600	SECNIDAZOL, 1000MG, COMPRIMIDO	Comprimido
318	2.000	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
320	30.000	SINVASTATINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
321	100.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
322	40.000	SINVASTATINA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
323	2.000	SULFADIAZINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
324	200	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
325	8.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	200	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
328	200	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	30.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
332	1.200	TEOFILINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
334	6.000	TIAMINA, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
335	50	TIMOLOL, 0,5%, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
337	10.000	TRAMADOL CLORIDRATO, 50MG, CAPSULA	Capsulas
342	5.000	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
343	10.000	VERAPAMIL CLORDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
344	15.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B3, B5, B6, DRAGEAS	Drageas
345	200	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
346	1.000	VITAMINAS + SAIS MINERAIS, CONTENDO NO MINIMO, ACIDO FOLICOO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MGG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG COM REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO, COMPRIMIDO	Comprimido

3.1.1.6 Órgão Participante: MUNICIPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.848/0001-59, com sede na Avenida Celso Ramos, nº 1.614, Centro, CEP 89.248-000, na cidade de Garuva, SC, representado por sua Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Isabela Aragão Pereira.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
3	2.600	ACICLOVIR, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
4	150	ACICLOVIR, 50MG/G, CREME , BISNAGA 10G	Bisnagas
5	120.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	30.000	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
7	300	ACIDO TRANEXAMICO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
8	6.000	ACIDO VALPROICO, 250MG, CAPSULA	Capsulas
9	15.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
10	300	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
11	100	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
12	4.000	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	400	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	2.000	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	6.000	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
16	10.000	ALOPURINOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
17	8.000	ALOPURINOL, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
18	15.000	AMINOFILINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
19	300	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
20	8.000	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
22	70.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	30.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
24	2.500	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 150ML	Frasco
25	2.500	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 60ML	Frasco
26	10.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
27	2.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUSPENSAO, FRASCO 75ML	Frasco
28	25.000	ANLIDIPINO BESILATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
29	30.000	ANLIDIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
31	100.000	ATENOLOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	50.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
33	200	ATROPINA SULFATO, 0,50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
34	10.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	2.000	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
37	50	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, 50MCG/DOSE, AEROSOL BUCAL, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
39	100	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
40	1.500	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
41	1.000	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
43	100	BENZILPENICILINA, POTASSICA, ASSOCIADA A PENICILINA PROCAINADA, 100.000UI + 300.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
44	300	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA, FOSFATO, 5 MG + 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
45	100	BICARBONATO DE SODIO, 8,4%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
46	20.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
47	50	BIPERIDENO, LACTATO 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
49	3.000	BROMOPRIDA, 4 MG/ML, GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
50	600	BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
51	250	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 32MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	Frasco
52	350	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	Frasco
53	30.000	BUPROPIONA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
54	200.000	CAPTOPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	40.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
56	100	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
60	60.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 600MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	12.000	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
62	18.000	CARVEDILOL, 12,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
63	18.000	CARVEDILOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
64	18.000	CARVEDILOL, 3,125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
65	18.000	CARVEDILOL, 6,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	35.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	1.200	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
69	1.000	CEFTRIAXONA SODICA, 1 G, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
70	8.000	CETOCONAZOL, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
72	300	CETOCONAZOL, 2%, SHAMPOO, FRASCO 100ML	Frasco
73	2.000	CETOPROFENO, 100 MG/ML, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
74	2.800	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, INTRAMUSCULAR -AMPOLA 2 ML	Ampola
76	16.000	CILOSTAZOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
77	35.000	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	18.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
79	10.000	CLARITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
81	2.800	CLOMIPRAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
83	600	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
87	15.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
88	200	CLORANFENICOL, ASSOCIADO A ACETATO DE RETINOL + AMINOACIDOS + METIONINA, 5 MG + 10.000UI + 25 MG + 5 MG, POMADA OFTALMICA - BISNAGA 3,5 G	Bisnagas
89	200	CLORETO DE POTASSIO, 19,1%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
90	5.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
91	3.600	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 100 ML	Bolsa
92	4.600	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
93	3.200	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
95	300	CLORETO DE SODIO, 20%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
96	10.000	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	3.000	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
98	100	CLORPROMAZINA, 5 MG, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
99	30.000	CODEINA, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
101	300	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI+1%, POMADA, BISNAGA 30G	Bisnagas
104	100	DESLANOSIDEO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
105	2.000	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
108	1.200	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
110	1.400	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
111	12.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
112	24.000	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
113	8.000	DIAZEPAM, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	400	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
115	2.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
116	40.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 50MG, DRAGEAS	Drageas
117	15.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
120	800	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
121	100.000	DIOSMINA, ASSOCIADA COM HESPERIDINA, 450MG+50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
122	55.000	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	3.500	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	2.000	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
125	100	DOBUTAMINA CLORIDRATO, 12,5 MG/ML, INJETAVEL -FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frasc/Amp.
126	200	DOPAMINA, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
127	10.000	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
128	5.000	DOXAZOSINA MESILATO, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
130	100.000	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
131	50.000	ENALAPRIL MALEATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
137	1.200	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
138	2.000	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
140	2.880	ESPIRAMICINA, 1.500.000UI, COMPRIMIDO	Comprimido
142	20.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
143	600	ESTRADIOL VALERATO, ASSOCIADO COM NORESTISTERONA ENANTATO, 5MG+50MG/1ML, INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
144	50	ESTRIOL, 1MG/G, CREME VAGINAL, BISNAGA 50G	Bisnagas
149	15.000	EXTRATO DE PLANTAS, GARRA DO DIABO, HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS DC, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
151	15.000	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONAS, TRIFOLIUM PRATENSE, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
153	12.000	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
154	100	FENITOINA SODICA, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
155	16.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
156	100	FENOBARBITAL SODICO, 200 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
157	300	FENOBARBITAL SODICO, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
158	200	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
159	50	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
160	100	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2 ML	Frasc/Amp.
161	5.000	FINASTERIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
162	100	FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
164	50	FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
166	55.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
167	1.000	FOLINATO DE CALCIO, 15MG, COMPRIMIDO	Comprimido
168	100	FOSFATO DE SODIO, ENEMA, FOSFATO MONOBASICO 16 %+ FOSFATO DIBASICO 6% - FRASCO 130 ML	Frasco
169	800	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	60.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
171	300	GENTAMICINA, 40 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
173	100.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
174	30.000	GLICLAZIDA, 30MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
175	10.000	GLICLAZIDA, 60MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
177	500	GLICOSE, 25%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
178	500	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
179	400	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
180	400	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
181	400	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
182	400	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
183	3.000	HALOPERIDOL, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
184	30	HALOPERIDOL, 2MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
185	16.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	200	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
187	40	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
188	200	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25ML, INJETAVEL - AMPOLA 0,25 ML	Ampola
190	100	HIDRALAZINA, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
192	150.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
194	600	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
195	600	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
197	50	HIPROMELOSE ASSOCIADA A DEXTRANO 3 MG + 1MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 15 ML	Frasco
199	3.000	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30ML	Frasco

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
200	50.000	IBUPROFENO, 600MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	8.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
205	10.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
206	2.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
208	6.000	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
209	3.000	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
211	2.000	ITRACONAZOL, 100MG, CAPSULA	Capsulas
212	1.500	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
213	600	LACTULOSE, 667MG/ML, XAROPE, FRASCO 120ML (MEDICAMENTO)	Frasco
215	4.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, COMPRIMIDOS BIRRHANURADOS	Comprimido
217	6.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 200MG+50MG, COMPRIMIDOS	Comprimido
218	4.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG+25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
221	4.000	LEVOMEPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
222	10.000	LEVOMEPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
223	50	LEVOMEPROMAZINA, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 20ML	Frasco
224	21.000	LEVONORGESTREL, ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL, 0,15MG+0,03MG, BLISTER CALENDARIO COM 21 COMPRIMIDOS	Comprimido
225	28.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	28.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
227	25.000	LEVOTIROXINA SODICA, 75MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	25.000	LEVOTIROXINA SODICA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
229	10	LIDOCAINA CLORIDRATO, 10%, SPRAY, FRASCO 50 ML	Frasco
230	300	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
231	300	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL - FRASCO 20 ML	Frasco
232	40	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frac/Amp.
234	10.000	LORATADINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
235	1.200	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
236	100.000	LOSARTANA POTASSICA, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
237	100	MANITOL, 20%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
238	1.000	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
239	600	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
241	90.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	90.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
243	24.000	METILDOPA, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
244	50	METILLERGOMETRINA MALEATO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
245	15.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	1.200	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	3.500	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
249	6.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
250	10.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
251	50	METOPROLOL TARTARATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
252	400	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	6.500	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
254	5.000	METRONIDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
256	600	MICONAZOL, 20MG/G, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
257	600	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas
258	80	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
259	100	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
261	4.800	MORFINA, SULFATO, 10 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
264	400	MORFINA, SULFATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 2 ML	Ampola
266	2.800	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
268	35.000	NIFEDIPINO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
270	15.000	NIMESULIDA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
271	800	NIMESULIDA, 50MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
272	300	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
273	1.000	NISTATINA, 25.000UI/G, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 60G	Bisnagas
274	500	NISTATINA, ASSOCIADA COM OXIDO DE ZINCO, 100.000 UI + 200 MG/G, CREME, BISNAGA 60 G	Bisnagas
276	50	NITROGLICERINA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
277	20	NITROPRUSSIATO DE SODIO, 50 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2ML	Frac/Amp.
278	200	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 4 ML	Ampola
279	4.000	NORETISTERONA, 0,35MG, BLISTER CALENDARIO COM 35 UNIDADES, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
280	8.000	NORFLOXACINO 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
282	20.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, CAPSULA	Capsulas
285	400	OLEO MINERAL, FRASCO 100ML	Frasco
286	200.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
287	100	OMEPRAZOL, 40MG, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA	Ampola
288	300	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
289	600	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
290	1.000	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 8MG, COMPRIMIDO	Comprimido
292	4.000	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	100.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	350	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
295	100	PERMETRINA, 50MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
300	1.000	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	15.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	10.000	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
303	3.500	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	500	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
307	60.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
308	25.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	1.200	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
311	50	RIFAMICINA, 10 MG/ML, SPRAY -FRASCO 20 ML	Frasco
312	100	RINGER, ASSOCIADO COM LACTATO DE SODIO, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
313	10.000	RISPERIDONA, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
314	3.500	RISPERIDONA, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
315	4.000	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SODIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SODIO 2,9G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUCAO PRONTA, SEGUNDO PADRAO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
316	1.000	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
318	50.000	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
319	10.000	SIMETICONA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
321	150.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
323	1.000	SULFADIAZINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
324	800	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
325	15.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	500	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
327	200	SULFATO DE MAGNESIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
328	600	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	60.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
333	200	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
334	3.000	TIAMINA, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
335	50	TIMOLOL, 0,5%, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
336	150	TOBRAMICINA, 0,3%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
338	700	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
342	4.000	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
343	8.000	VERAPAMIL CLORDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
344	15.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B3, B5, B6, DRAGEAS	Drageas

3.1.1.7 Órgão Participante: MUNICIPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Vinte e Oito de Agosto, nº 2.043, Centro, CEP 89.270-000, na cidade de Guaramirim, SC, representado por sua Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Ivone Ursula Kinas Gonçalves da Luz.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
3	10.000	ACICLOVIR, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
4	700	ACICLOVIR, 50MG/G, CREME , BISNAGA 10G	Bisnagas
5	350.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	60.000	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
8	70.000	ACIDO VALPROICO, 250MG, CAPSULA	Capsulas
9	70.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
10	800	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
12	5.000	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	6.500	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
14	10.000	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	25.000	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
16	50.000	ALOPURINOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
18	30.000	AMINOFILINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
20	22.000	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
22	220.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	65.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
25	7.500	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 60ML	Frasco
26	35.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
27	2.750	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUSPENSAO, FRASCO 75ML	Frasco
28	36.000	ANLIDIPINO BESILATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
29	140.000	ANLIDIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
30	28.000	ATENOLOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	185.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
34	15.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	5.000	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
36	3.000	BACLOFENO, 10 MG COMPRIMIDO	Comprimido
37	350	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, 50MCG/DOSE, AEROSOL BUCAL, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
39	800	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
40	5.000	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
41	300	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
43	300	BENZILPENICILINA, POTASSICA, ASSOCIADA A PENICILINA PROCAINADA, 100.000UI + 300.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
44	200	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA, FOSFATO, 5 MG + 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
46	36.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
49	1.000	BROMOPRIDA, 4 MG/ML, GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
51	700	BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 32MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	Frasco
52	1.600	BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	Frasco
53	100.000	BUPROPIONA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
54	200.000	CAPTOPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	130.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
56	500	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
57	6.000	CARBAMAZEPINA, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
59	100.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 500MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
60	350.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 600MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	30.000	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
62	60.000	CARVEDILOL, 12,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
63	22.000	CARVEDILOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
64	30.000	CARVEDILOL, 3,125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
65	60.000	CARVEDILOL, 6,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	60.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	2.650	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
69	300	CEFTRIAXONA SODICA, 1 G, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
70	7.000	CETOCONAZOL, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
71	1.300	CETOCONAZOL, 20MG/G, CREME TOPICO, BISNAGA 30G	Bisnagas
72	600	CETOCONAZOL, 2%, SHAMPOO, FRASCO 100ML	Frasco
77	44.000	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	35.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
79	3.000	CLARITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
81	22.000	CLOMIPRAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
82	25.000	CLONAZEPAM, 0,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
83	1.500	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
84	80.000	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
87	60.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
91	500	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 100 ML	Bolsa
92	300	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
93	300	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
94	1.500	CLORETO DE SODIO 0,9%, SOLUCAO NASAL, FRASCO 30ML	Frasco
96	16.000	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	12.000	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
99	65.000	CODEINA, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
101	3.000	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI+1%, POMADA, BISNAGA 30G	Bisnagas
105	7.000	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
107	7.000	DEXAMETASONA, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
110	4.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
111	32.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
112	50.000	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
113	20.000	DIAZEPAM, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	500	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
117	22.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
119	500	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO, 50 MG + 50 MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
120	500	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
122	200.000	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	500	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	7.000	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
127	72.000	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
129	20.000	DOXICICLINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
130	400.000	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
131	400.000	ENALAPRIL MALEATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
132	60.000	ENALAPRIL MALEATO, 5MG COMPRIMIDO	Comprimido
133	600	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
134	4.000	ERITROMICINA ESTOLATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
135	650	ERITROMICINA ESTOLATO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
136	42.000	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	500	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
138	500	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
140	20.000	ESPIRAMICINA, 1.500.000UI, COMPRIMIDO	Comprimido
142	170.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
143	1.500	ESTRADIOL VALERATO, ASSOCIADO COM NORESTISTERONA ENANTATO, 5MG+50MG/1ML, INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
145	20.020	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625MG, DRAGEAS, CARTELA COM 28 DRAGEAS	Cartela
149	6.000	EXTRATO DE PLANTAS, GARRA DO DIABO, HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS DC, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
150	2.000	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO, MIKANIA GLOMERATA SPRENG, EXTRATO FLUIDO, FRASCO 100ML	Frasco
151	25.000	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONAS, TRIFOLIUM PRATENSE, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
152	50	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO COM TETRACAINA CLORIDRATO E ACIDO BORICO, SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 10 ML	Frasco
153	30.000	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
155	35.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
157	700	FENOBARBITAL SODICO, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
158	500	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
161	40.000	FINASTERIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
163	15.000	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
166	450.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
167	20.000	FOLINATO DE CALCIO, 15MG, COMPRIMIDO	Comprimido
169	500	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	100.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
172	150	GENTAMICINA, 5MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
173	220.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
174	53.000	GLICLAZIDA, 30MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
175	54.000	GLICLAZIDA, 60MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
178	1.000	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
179	300	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
183	7.000	HALOPERIDOL, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
184	300	HALOPERIDOL, 2MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
185	33.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
186	500	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
187	500	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
188	300	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25ML, INJETAVEL - AMPOLA 0,25 ML	Ampola
192	600.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
193	500	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G, CREME, BISNAGA 30 G	Bisnagas
194	500	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
195	500	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
196	1.500	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
197	300	HIPROMELOSE ASSOCIADA A DEXTRANO 3 MG + 1MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 15 ML	Frasco
198	66.000	IBUPROFENO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
199	6.700	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30ML	Frasco
200	250.000	IBUPROFENO, 600MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	40.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
202	500	INSULINA, HUMANA, NPH, 100 U/ML, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
203	150	INSULINA, HUMANA, REGULAR, 100 U/ML, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
204	500	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
206	8.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
208	23.000	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
209	6.650	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
210	8.000	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
211	6.650	ITRACONAZOL, 100MG, CAPSULA	Capsulas
212	2.000	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
213	1.000	LACTULOSE, 667MG/ML, XAROPE, FRASCO 120ML (MEDICAMENTO)	Frasco
214	10.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, CAPSULAS	Capsulas
215	23.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, COMPRIMIDOS BIRRANHURADOS	Comprimido
216	10.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG+25MG, COMPRIMIDOS DISPERSIVEIS	Comprimido
217	15.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 200MG+50MG, COMPRIMIDOS	Comprimido
218	14.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG+25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
221	15.000	LEVOMEPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
223	700	LEVOMEPROMAZINA, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 20ML	Frasco
224	107.100	LEVONORGESTREL, ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL, 0,15MG+0,03MG, BLISTER CALENDARIO COM 21 COMPRIMIDOS	Comprimido
225	140.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	140.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	102.000	LEVOTIROXINA SODICA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
230	5.000	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
231	300	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL - FRASCO 20 ML	Frasco
232	300	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frasco/Amp.
234	52.000	LORATADINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
235	1.500	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
236	660.000	LOSARTANA POTASSICA, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
238	1.000	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
239	3.000	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
241	200.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	430.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
243	115.000	METILDOPA, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
245	35.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	800	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	500	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
248	15.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 100MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
249	20.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
250	30.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
252	1.400	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	11.000	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
254	6.000	METRONIDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
255	500	METRONIDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 80ML	Frasco
256	900	MICONAZOL, 20MG/G, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
257	900	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas
262	500	MORFINA, SULFATO 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1 ML	Ampola
264	1.000	MORFINA, SULFATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 2 ML	Ampola
266	4.000	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
270	180.000	NIMESULIDA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
272	500	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
273	1.500	NISTATINA, 25.000UI/G, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 60G	Bisnagas
274	1.000	NISTATINA, ASSOCIADA COM OXIDO DE ZINCO, 100.000 UI + 200 MG/G, CREME, BISNAGA 60 G	Bisnagas
275	30.000	NITROFURANTOINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
279	17.360	NORETISTERONA, 0,35MG, BLISTER CALENDARIO COM 35 UNIDADES, COMPRIMIDO	Comprimido
281	5.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 10MG, CAPSULA	Capsulas
282	10.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, CAPSULA	Capsulas
283	6.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 50MG CAPSULA	Capsulas
285	3.000	OLEO MINERAL, FRASCO 100ML	Frasco
286	850.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
289	12.000	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
292	3.500	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	450.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	3.000	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
296	100	PEROXIDO DE BENZOILA, 5%, GEL TOPICO, BISNAGA 45 G	Bisnagas
299	20.000	PIRIMETAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
300	5.000	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	35.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	32.000	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
303	10.000	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	500	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
305	40.000	PROPATILNITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
307	115.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
308	30.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	500	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
310	400	RETINOL ACETATO, ASSOCIADO A COLECALCIFEROL, 50.000UI + 10.000UI SOLUCAO ORAL, FRASCO 10 ML (USO RECEM NASCIDO A ADULTO)	Frasco
311	100	RIFAMICINA, 10 MG/ML, SPRAY -FRASCO 20 ML	Frasco
312	300	RINGER, ASSOCIADO COM LACTATO DE SODIO, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
313	15.000	RISPERIDONA, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
314	30.000	RISPERIDONA, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
315	3.500	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SODIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SODIO 2,9G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUCAO PRONTA, SEGUNDO PADRAO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
316	4.000	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
317	3.000	SECNIDAZOL, 1000MG, COMPRIMIDO	Comprimido
321	610.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
322	120.000	SINVASTATINA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
323	25.000	SULFADIAZINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
324	3.000	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
325	20.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	1.500	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
328	1.200	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	180.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
331	1.000	TENOXICAM, 20 MG, INJETAVEL, AMPOLA	Ampola
333	500	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
335	300	TIMOLOL, 0,5%, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
337	35.000	TRAMADOL CLORIDRATO, 50MG, CAPSULA	Capsulas
338	1.000	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
339	500	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
341	3.000	VARFARINA SODICA, 2,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
342	25.000	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
343	5.000	VERAPAMIL CLORDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
346	30.000	VITAMINAS + SAIS MINERAIS, CONTENDO NO MINIMO, ACIDO FOLICOO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MGG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG COM REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO, COMPRIMIDO	Comprimido

3.1.1.8 Órgão Participante: MUNICIPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 81.140.303/0001-00, com sede na Rua Mariana Michel Borges, nº 201, Bairro Itapema do Norte, CEP 89.249-000, na cidade de Itapoá, SC, representado por sua Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Sandra Regina Medeiros da Silva.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
5	250.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	40.000	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
8	20.000	ACIDO VALPROICO, 250MG, CAPSULA	Capsulas
9	20.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
10	600	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
11	500	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
12	5.000	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	3.000	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	1.000	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	7.000	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
19	500	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
20	10.000	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
21	500	AMIODARONA, 50 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
22	200.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	60.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
25	3.000	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 60ML	Frasco
26	8.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
27	800	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUSPENSAO, FRASCO 75ML	Frasco
29	300.000	ANLÓDIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
31	5.000	ATENOLOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
33	500	ATROPINA SULFATO, 0,50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
34	9.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	800	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
38	100	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM AEROGADOR NASAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
39	100	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
40	3.000	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
41	1.000	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
42	200	BENZILPENICILINA, POTASSICA, 5.000.000 UI, INJETAVEL + DILUENTE, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
43	800	BENZILPENICILINA, POTASSICA, ASSOCIADA A PENICILINA PROCAINADA, 100.000UI + 300.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
45	200	BICARBONATO DE SODIO, 8,4%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
46	30.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
54	300.000	CAPTÓPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	200.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
56	100	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
58	10.000	CARBONATO DE CALCIO, 500MG DE CALCIO, COMPRIMIDO	Comprimido
59	60.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 500MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	20.000	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
63	60.000	CARVEDILOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
64	60.000	CARVEDILOL, 3,125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
65	60.000	CARVEDILOL, 6,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	90.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	1.000	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
68	500	CEFAZOLINA SODICA, 1 G, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
69	3.000	CEFTRIAXONA SODICA, 1 G, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
70	6.000	CETOCONAZOL, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
71	1.000	CETOCONAZOL, 20MG/G, CREME TOPICO, BISNAGA 30G	Bisnagas
73	3.000	CETÓPROFENO, 100 MG/ML, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
74	4.000	CETÓPROFENO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, INTRAMUSCULAR -AMPOLA 2 ML	Ampola
77	40.000	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	20.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
83	3.000	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
84	90.000	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
86	1.500	CLONIDINA CLORIDRATO, 0,1 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
87	60.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
88	100	CLORANFENICOL, ASSOCIADO A ACETATO DE RETINOL + AMINOACIDOS + METIONINA, 5 MG + 10.000UI + 25 MG + 5 MG, POMADA OFTALMICA - BISNAGA 3,5 G	Bisnagas
89	400	CLORETO DE POTASSIO, 19,1%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
90	1.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
91	6.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 100 ML	Bolsa
92	6.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
93	6.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
95	400	CLORETO DE SODIO, 20%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
96	20.000	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	10.000	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
98	300	CLORPROMAZINA, 5 MG, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
99	90.000	CODEINA, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
100	2.000	COLAGENASE, 0,6 UI/G, POMADA - BISNAGA 30 G	Bisnagas
104	500	DESLANOSIDEO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
105	3.000	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
106	2.000	DEXAMETASONA, 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
108	4.000	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
110	3.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
112	30.000	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
113	30.000	DIAZEPAM, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	600	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
115	4.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
116	150.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 50MG, DRAGEAS	Drageas
117	20.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
119	2.000	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO, 50 MG + 50 MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
120	2.000	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
121	300.000	DIOSMINA, ASSOCIADA COM HESPERIDINA, 450MG+50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
122	60.000	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	4.000	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	2.000	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
125	1.000	DOBUTAMINA CLORIDRATO, 12,5 MG/ML, INJETAVEL -FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frasco/Amp.
126	1.000	DOPAMINA, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
127	30.000	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
128	30.000	DOXAZOSINA MESILATO, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
130	300.000	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
133	1.000	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
134	6.000	ERITROMICINA ESTOLATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
135	200	ERITROMICINA ESTOLATO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
136	8.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	1.500	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
138	4.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
139	1.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 6,67 MG + 333,4 MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
140	6.000	ESPIRAMICINA, 1.500.000UI, COMPRIMIDO	Comprimido
142	45.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
143	800	ESTRADIOL VALERATO, ASSOCIADO COM NORESTISTERONA ENANTATO, 5MG+50MG/1ML, INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
144	500	ESTRIOL, 1MG/G, CREME VAGNAL, BISNAGA 50G	Bisnagas
145	3.500	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625MG, DRAGEAS, CARTELA COM 28 DRAGEAS	Cartela
146	180	ETILEFRINA CLORIDRATO, 10 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
147	200	ETOMIDATO, 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10ML	Ampola
152	150	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO COM TETRACAINA CLORIDRATO E ACIDO BORICO, SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 10 ML	Frasco
153	20.000	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
154	200	FENITOINA SODICA, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
155	20.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
156	200	FENOBARBITAL SODICO, 200 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
157	200	FENOBARBITAL SODICO, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
158	200	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
159	300	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
160	500	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2 ML	Frasco/Amp.
162	400	FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
163	6.000	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
164	600	FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
166	260.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
167	3.500	FOLINATO DE CALCIO, 15MG, COMPRIMIDO	Comprimido
168	200	FOSFATO DE SODIO, ENEMA, FOSFATO MONOBASICO 16 % + FOSFATO DIBASICO 6% - FRASCO 130 ML	Frasco
169	1.500	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	80.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
171	1.000	GENTAMICINA, 40 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
173	100.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
174	90.000	GLICLAZIDA, 30MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
176	400	GLICONATO DE CALCIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
177	800	GLICOSE, 25%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
178	800	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
179	900	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
180	900	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
181	900	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
182	900	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
184	10	HALOPERIDOL, 2MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
185	30.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	400	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
187	300	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
188	400	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25ML, INJETAVEL - AMPOLA 0,25 ML	Ampola
190	600	HIDRALAZINA, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
192	300.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
193	2.000	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G, CREME, BISNAGA 30 G	Bisnagas
194	2.000	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
195	4.000	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
196	800	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
200	100.000	IBUPROFENO, 600MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	30.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
204	400	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
205	6.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
206	6.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
212	3.000	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
213	1.000	LACTULOSE, 667MG/ML, XAROPE, FRASCO 120ML (MEDICAMENTO)	Frasco
215	31.020	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, COMPRIMIDOS BIRRANHURADOS	Comprimido
217	31.020	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 200MG+50MG, COMPRIMIDOS	Comprimido
218	9.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG+25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
221	10.000	LEVOMEPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
222	20.000	LEVOMEPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
224	75.000	LEVONORGESTREL, ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL, 0,15MG+0,03MG, BLISTER CALENDARIO COM 21 COMPRIMIDOS	Comprimido
225	60.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	60.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
227	60.000	LEVOTIROXINA SODICA, 75MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	60.000	LEVOTIROXINA SODICA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
229	20	LIDOCAINA CLORIDRATO, 10%, SPRAY, FRASCO 50 ML	Frasco
230	400	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
231	1.500	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL - FRASCO 20 ML	Frasco
232	100	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frasco/Amp.
233	1.000	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - TUBETE 1,8 ML	Tubete
234	90.000	LORATADINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
237	100	MANITOL, 20%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
239	400	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
241	300.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	300.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
244	500	METILLERGOMETRINA MALEATO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
245	60.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	1.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	4.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
251	500	METOPROLOL TARTARATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
252	1.000	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
254	20.000	METRONIDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
255	500	METRONIDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 80ML	Frasco
257	1.000	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas
258	500	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
259	1.000	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
262	600	MORFINA, SULFATO 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1 ML	Ampola
265	2.000	MORFINA SULFATO, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
266	5.000	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
268	50.000	NIFEDIPINO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
270	100.000	NIMESULIDA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
272	600	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
273	1.000	NISTATINA, 25.000UI/G, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 60G	Bisnagas
276	200	NITROGLICERINA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
278	800	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 4 ML	Ampola
279	21.000	NORESTISTERONA, 0,35MG, BLISTER CALENDARIO COM 35 UNIDADES, COMPRIMIDO	Comprimido
280	7.000	NORFLOXACINO 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
282	160.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, CAPSULA	Capsulas
283	160.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 50MG CAPSULA	Capsulas
284	500	OCITOCINA, 5 UI/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
285	600	OLEO MINERAL, FRASCO 100ML	Frasco
286	400.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
287	2.000	OMEPRAZOL, 40MG, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA	Ampola
288	4.000	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
292	3.000	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	160.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	3.000	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
297	500	PETIDINA CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
299	600	PIRIMETAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
300	1.000	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	20.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	20.000	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	2.000	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
307	150.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
308	60.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	4.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
311	600	RIFAMICINA, 10 MG/ML, SPRAY -FRASCO 20 ML	Frasco
312	300	RINGER, ASSOCIADO COM LACTATO DE SODIO, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
314	30.000	RISPERIDONA, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
315	3.000	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SODIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SODIO 2,9G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUCAO PRONTA, SEGUNDO PADRAO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
316	200	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
321	300.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
323	1.000	SULFADIAZINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
324	3.000	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
325	15.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	600	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
327	2.000	SULFATO DE MAGNESIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
328	600	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	160.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
332	30.000	TEOFILINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
333	1.000	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
335	200	TIMOLOL, 0,5%, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
336	400	TOBRAMICINA, 0,3%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
338	4.000	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
342	50.000	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
344	30.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B3, B5, B6, DRAGEAS	Drageas
345	4.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
346	60.000	VITAMINAS + SAIS MINERAIS, CONTENDO NO MINIMO, ACIDO FOLICOO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MGG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG COM REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO, COMPRIMIDO	Comprimido

3.1.1.9 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJnº 83.102.459/0001-23, com sede na Rua Walter Marquardt, nº 1.111, na cidade de Jaraguá do Sul, SC, representado por seu Secretário Municipal de Saúde, Sr. Jonas Germano Schmidt.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
1	1.000	ACEBROFILINA , 10MG/ML,XAROPE ADULTO - FRASCO 120ML	Frasco
2	1.000	ACEBROFILINA , 5MG/ML,XAROPE INFANTIL - FRASCO 120ML	Frasco
3	50.000	ACICLOVIR, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
4	1.200	ACICLOVIR, 50MG/G, CREME , BISNAGA 10G	Bisnagas
5	900.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	200.000	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
8	60.000	ACIDO VALPROICO, 250MG, CAPSULA	Capsulas
9	120.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
10	1.500	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
11	300	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
12	3.000	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	5.000	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	8.000	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	50.000	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
16	90.000	ALOPURINOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
17	90.000	ALOPURINOL, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
18	80.000	AMINOFILINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
19	600	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
20	100.000	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
21	400	AMIODARONA, 50 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
22	600.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	150.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
24	5.000	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 150ML	Frasco
26	80.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
27	3.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUSPENSAO, FRASCO 75ML	Frasco
28	90.000	ANLÓDIPINO BESILATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
29	400.000	ANLÓDIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
30	100.000	ATENOLOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
31	80.000	ATENOLOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	500.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
33	500	ATROPINA SULFATO, 0,50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
34	30.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	4.000	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
37	200	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, 50MCG/DOSE, AEROSOL BUCAL, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
38	200	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM AEROGADOR NASAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
39	2.000	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
40	6.000	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
46	90.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
51	2.000	BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 32MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	Frasco
52	2.000	BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	Frasco
54	400.000	CAPTÓPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	500.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
56	1.000	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
58	90.000	CARBONATO DE CALCIO, 500MG DE CALCIO, COMPRIMIDO	Comprimido
59	500.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 500MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	200.000	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
62	120.000	CARVEDILOL, 12,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
63	80.000	CARVEDILOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
64	90.000	CARVEDILOL, 3,125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
65	130.000	CARVEDILOL, 6,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	120.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	2.000	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
69	600	CEFTRIAXONA SODICA, 1 G, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
72	600	CETOCONAZOL, 2%, SHAMPOO, FRASCO 100ML	Frasco
77	200.000	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	100.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
79	20.000	CLARITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
80	20.000	CLINDAMICINA, 300MG, CAPSULA	Capsulas
81	200.000	CLOMIPRAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
82	50.000	CLONAZEPAM, 0,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
83	3.000	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
84	200.000	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
87	200.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
92	8.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
93	2.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
94	2.000	CLORETO DE SODIO 0,9%, SOLUCAO NASAL, FRASCO 30ML	Frasco
95	2.000	CLORETO DE SODIO, 20%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
96	50.000	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	50.000	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
99	200.000	CODEINA, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
101	3.000	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI+1%, POMADA, BISNAGA 30G	Bisnagas
102	40.000	COLCHICINA, 0,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
105	5.000	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
106	600	DEXAMETASONA, 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
107	5.000	DEXAMETASONA, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
108	600	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
110	4.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
111	20.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
112	80.000	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
113	40.000	DIAZEPAM, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	2.000	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
115	3.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
116	100.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 50MG, DRAGEAS	Drageas
117	60.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
122	500.000	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	2.000	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	4.000	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
127	140.000	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
128	80.000	DOXAZOSINA MESILATO, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
129	10.000	DOXICICLINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
130	1.000.000	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
131	80.000	ENALAPRIL MALEATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
132	100.000	ENALAPRIL MALEATO, 5MG COMPRIMIDO	Comprimido
133	500	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
134	5.000	ERITROMICINA ESTOLATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
135	200	ERITROMICINA ESTOLATO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
136	100.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	1.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
138	1.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
140	14.400	ESPIRAMICINA, 1.500.000UI, COMPRIMIDO	Comprimido
142	400.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
144	200	ESTRIOL, 1MG/G, CREME VAGNAL, BISNAGA 50G	Bisnagas
145	40.000	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625MG, DRAGEAS, CARTELA COM 28 DRAGEAS	Cartela
146	300	ETILEFRINA CLORIDRATO, 10 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
153	100.000	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
154	500	FENITOINA SODICA, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
155	100.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
156	500	FENOBARBITAL SODICO, 200 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
157	2.000	FENOBARBITAL SODICO, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
161	100.000	FINASTERIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
163	20.000	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
166	1.000.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
169	600	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	300.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
173	300.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
174	400.000	GLICLAZIDA, 30MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
175	400.000	GLICLAZIDA, 60MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
177	2.000	GLICOSE, 25%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
178	2.000	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
179	1.000	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
180	1.000	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
181	1.000	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
182	1.000	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
183	3.000	HALOPERIDOL, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
184	400	HALOPERIDOL, 2MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
185	40.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	500	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
187	3.000	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
188	3.000	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25ML, INJETAVEL - AMPOLA 0,25 ML	Ampola
191	5.000	HIDRALAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
192	1.500.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
194	400	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
195	400	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
196	2.000	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
198	100.000	IBUPROFENO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
199	4.000	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30ML	Frasco
200	700.000	IBUPROFENO, 600MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	100.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
205	30.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
206	5.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
207	200	ISOSSORBIDA, SAL MONITRATO, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
208	60.000	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
211	20.000	ITRACONAZOL, 100MG, CAPSULA	Capsulas
212	5.000	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
213	4.000	LACTULOSE, 667MG/ML, XAROPE, FRASCO 120ML (MEDICAMENTO)	Frasco
214	40.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, CAPSULAS	Capsulas
215	10.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, COMPRIMIDOS BIRRANHURADOS	Comprimido
216	5.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG+25MG, COMPRIMIDOS DISPERSIVEIS	Comprimido
217	60.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 200MG+50MG, COMPRIMIDOS	Comprimido
218	20.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG+25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
221	30.000	LEVOMEPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
222	30.000	LEVOMEPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
225	250.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	250.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	200.000	LEVOTIROXINA SODIDA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
234	60.000	LORATADINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
235	4.000	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
236	1.500.000	LOSARTANA POTASSICA, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
237	100	MANITOL, 20%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
238	10.000	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
241	500.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	1.200.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
243	400.000	METILDOPA, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
245	30.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	1.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	3.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
248	30.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 100MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
249	90.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
250	60.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
252	1.500	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	40.000	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
255	800	METRONIDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 80ML	Frasco
256	3.000	MICONAZOL, 20MG/G, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
257	1.000	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas
259	400	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
262	100	MORFINA, SULFATO 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1 ML	Ampola
265	5.000	MORFINA SULFATO, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
266	5.000	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
267	50.000	NIFEDIPINO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
268	20.000	NIFEDIPINO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
269	10.000	NIFEDIPINO, 20MG, RETARD, COMPRIMIDO	Comprimido
270	600.000	NIMESULIDA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
271	1.000	NIMESULIDA, 50MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
272	800	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
275	30.000	NITROFURANTOINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
278	400	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 4 ML	Ampola
281	10.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 10MG, CAPSULA	Capsulas
282	50.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, CAPSULA	Capsulas
283	10.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 50MG CAPSULA	Capsulas
285	2.000	OLEO MINERAL, FRASCO 100ML	Frasco
286	1.500.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
290	2.000	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 8MG, COMPRIMIDO	Comprimido
292	5.000	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	1.000.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	800	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
295	800	PERMETRINA, 50MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
298	100	PILOCARPINA CLORIDRATO, 2%, SOLUCAO OFTALMICA -FRASCO 10 ML	Frasco
299	2.000	PIRIMETAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
300	3.000	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	40.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	80.000	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
303	40.000	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	1.000	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
305	120.000	PROPATILNITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
307	200.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
308	70.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	500	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
310	2.000	RETINOL ACETATO, ASSOCIADO A COLECALCIFEROL, 50.000UI + 10.000UI SOLUCAO ORAL, FRASCO 10 ML (USO RECEM NASCIDO A ADULTO)	Frasco
313	100.000	RISPERIDONA, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
314	80.000	RISPERIDONA, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
316	5.000	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
319	20.000	SIMETICONA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
320	100.000	SINVASTATINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
321	1.000.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
322	500.000	SINVASTATINA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
323	5.000	SULFADIAZINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
324	5.000	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
325	30.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	1.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
328	2.000	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	300.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
332	50.000	TEOFILINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
334	20.000	TIAMINA, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
335	400	TIMOLOL, 0,5%, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
337	120.000	TRAMADOL CLORIDRATO, 50MG, CAPSULA	Capsulas
338	2.000	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
341	10.000	VARFARINA SODICA, 2,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
342	50.000	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
343	20.000	VERAPAMIL CLORDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
344	80.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B3, B5, B6, DRAGEAS	Drageas
346	50.000	VITAMINAS + SAIS MINERAIS, CONTENDO NO MINIMO, ACIDO FOLICOO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MGG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG COM REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO, COMPRIMIDO	Comprimido

3.1.1.10 Órgão Participante: MUNICIPIO DE JOINVILLE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.169.623/0001-10, com sede na Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Centro, CEP 89.201-910, na cidade de Joinville, SC, representado por sua Secretario Municipal de Saúde Sra. Francieli Cristini Shultz.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
3	50.000	ACICLOVIR, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
5	3.600.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	300.000	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
8	75.000	ACIDO VALPROICO, 250MG, CAPSULA	Capsulas
9	600.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
10	6.000	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
11	1.800	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
12	26.000	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	22.500	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	22.500	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	100.000	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
16	180.000	ALOPURINOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
17	125.000	ALOPURINOL, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
19	1.750	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
20	125.000	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
21	1.800	AMIODARONA, 50 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
22	2.160.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	504.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
24	15.000	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 150ML	Frasco
26	500.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
27	18.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUSPENSAO, FRASCO 75ML	Frasco
29	3.200.000	ANLIDIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	2.500.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
34	150.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	10.000	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
37	1.600	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, 50MCG/DOSE, AEROSOL BUCAL, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
39	4.500	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
40	20.000	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
41	10.000	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
42	600	BENZILPENICILINA, POTASSICA, 5.000.000 UI, INJETAVEL + DILUENTE, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
43	2.300	BENZILPENICILINA, POTASSICA, ASSOCIADA A PENICILINA PROCAINADA, 100.000UI + 300.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
44	12.500	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA, FOSFATO, 5 MG + 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
45	750	BICARBONATO DE SODIO, 8,4%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
46	450.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
47	750	BIPERIDENO, LACTATO 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
53	50.000	BUPROPIONA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
54	4.000.000	CAPTOPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	1.750.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
56	1.200	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
59	1.800.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 500MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	300.000	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
63	1.000.000	CARVEDILOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
65	1.600.000	CARVEDILOL, 6,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	450.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	16.000	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
69	12.500	CEFTRIAXONA SODICA, 1 G, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
70	100.000	CETOCONAZOL, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
73	60.000	CETOPROFENO, 100 MG/ML, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
75	100	CICLOPENTOLATO, 1%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
76	240.000	CILOSTAZOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
77	150.000	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	120.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
80	2.500	CLINDAMICINA, 300MG, CAPSULA	Capsulas
87	144.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
89	1.250	CLORETO DE POTASSIO, 19,1%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
94	11.000	CLORETO DE SODIO 0,9%, SOLUCAO NASAL, FRASCO 30ML	Frasco
95	1.500	CLORETO DE SODIO, 20%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
96	360.000	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	30.000	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
98	350	CLORPROMAZINA, 5 MG, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
99	800.000	CODEINA, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
104	1.100	DESLANOSIDEO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
105	26.000	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
106	12.000	DEXAMETASONA, 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
108	15.000	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
110	28.800	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
112	90.000	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	3.000	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
115	30.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
117	150.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
119	3.000	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO, 50 MG + 50 MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
120	15.000	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
121	1.500.000	DIOSMINA, ASSOCIADA COM HESPERIDINA, 450MG+50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	65.000	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	45.000	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
125	650	DOBUTAMINA CLORIDRATO, 12,5 MG/ML, INJETAVEL -FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frasc/Amp.
126	2.300	DOPAMINA, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
128	90.000	DOXAZOSINA MESILATO, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
129	21.000	DOXICICLINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
131	3.600.000	ENALAPRIL MALEATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
133	4.500	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
134	26.000	ERITROMICINA ESTOLATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
135	1.750	ERITROMICINA ESTOLATO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
137	14.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
138	36.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
139	250	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 6,67 MG + 333,4 MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
140	15.000	ESPIRAMICINA, 1.500.000UI, COMPRIMIDO	Comprimido
142	576.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
144	2.900	ESTRIOL, 1MG/G, CREME VAGNAL, BISNAGA 50G	Bisnagas
145	5.800	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625MG, DRAGEAS, CARTELA COM 28 DRAGEAS	Cartela
148	50.000	EXTRATO DE PLANTAS, ESPINHEIRA SANTA, MAYTENOS ILICIFOLIA , 380 MG, CAPSULA	Capsulas
150	3.600	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO, MIKANIA GLOMERATA SPRENG, EXTRATO FLUIDO, FRASCO 100ML	Frasco
152	600	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO COM TETRACAINA CLORIDRATO E ACIDO BORICO, SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 10 ML	Frasco
153	302.400	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
154	1.100	FENITOINA SODICA, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
155	288.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
156	600	FENOBARBITAL SODICO, 200 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
157	1.100	FENOBARBITAL SODICO, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
158	2.200	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
159	1.000	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
160	1.100	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2 ML	Frasc/Amp.
161	19.000	FINASTERIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
162	750	FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
163	72.000	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
165	180	FLUORESCEINA, 10 MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 3 ML	Frasco
166	2.304.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
167	7.500	FOLINATO DE CALCIO, 15MG, COMPRIMIDO	Comprimido
168	1.100	FOSFATO DE SODIO, ENEMA, FOSFATO MONOBASICO 16 % + FOSFATO DIBASICO 6% - FRASCO 130 ML	Frasco
169	10.800	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	90.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
171	360	GENTAMICINA, 40 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
172	1.500	GENTAMICINA, 5MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
173	1.080.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
174	1.600.000	GLICLAZIDA, 30MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
176	1.100	GLICONATO DE CALCIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
178	7.200	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
184	180	HALOPERIDOL, 2MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
185	396.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	1.350	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
187	4.800	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
188	750	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25ML, INJETAVEL - AMPOLA 0,25 ML	Ampola
189	750	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/ML, INJETAVEL - FRASCO 5 ML	Frasco
192	6.000.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
194	10.800	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
195	14.400	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
196	10.800	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
199	14.400	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30ML	Frasco
200	3.000.000	IBUPROFENO, 600MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	504.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
202	60.000	INSULINA, HUMANA, NPH, 100 U/ML, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
203	15.000	INSULINA, HUMANA, REGULAR, 100 U/ML, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
204	2.500	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
205	150.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
206	100.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
212	25.000	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
214	50.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, CAPSULAS	Capsulas
215	300.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, COMPRIMIDOS BIRRANHURADOS	Comprimido
216	5.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG+25MG, COMPRIMIDOS DISPERSIVEIS	Comprimido
218	90.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG+25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
220	18.000	LEVOFLOXACINO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 100ML	Frasco/Amp.
221	60.000	LEVOMEPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
222	475.000	LEVOMEPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
225	1.152.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	1.224.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	936.000	LEVOTIROXINA SODICA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
229	80	LIDOCAINA CLORIDRATO, 10%, SPRAY, FRASCO 50 ML	Frasco
230	7.500	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
231	3.600	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL - FRASCO 20 ML	Frasco
233	26.000	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - TUBETE 1,8 ML	Tubete
234	255.000	LORATADINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
235	10.000	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
236	504.000	LOSARTANA POTASSICA, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
238	7.200	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
240	125.000	METADONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
241	2.520.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	3.240.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
243	432.000	METILDOPA, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	15.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	22.500	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
251	750	METOPROLOL TARTARATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
252	7.500	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	180.000	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
255	1.500	METRONIDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 80ML	Frasco
257	22.500	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
259	4.000	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
262	100	MORFINA, SULFATO 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1 ML	Ampola
263	700	MORFINA, SULFATO, 10 MG/ML, SOLUCAO ORAL - FRASCO 60 ML	Frasco
264	8.000	MORFINA, SULFATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
266	18.000	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
272	3.000	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
275	25.200	NITROFURANTOINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
276	250	NITROGLICERINA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
277	250	NITROPRUSSATO DE SODIO, 50 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2ML	Frasco/Amp.
278	5.000	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 4 ML	Ampola
285	250	OLEO MINERAL, FRASCO 100ML	Frasco
286	4.320.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
292	36.000	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	2.900.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	8.000	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
298	150	PILOCARPINA CLORIDRATO, 2%, SOLUCAO OFTALMICA -FRASCO 10 ML	Frasco
299	17.500	PIRIMETAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
300	17.500	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	325.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	225.000	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
303	90.000	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	10.000	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
305	360.000	PROPATILNITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
306	90.000	PROPILOTIURACIL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
307	1.800.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	36.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
310	11.000	RETINOL ACETATO, ASSOCIADO A COLECALCIFEROL, 50.000UI + 10.000UI SOLUCAO ORAL, FRASCO 10 ML (USO RECEM NASCIDO A ADULTO)	Frasco
315	22.500	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SODIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SODIO 2,9G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUCAO PRONTA, SEGUNDO PADRAO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
316	21.600	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
320	40.000	SINVASTATINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
321	6.000.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
322	1.440.000	SINVASTATINA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
323	15.000	SULFADIAZINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
324	10.000	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
325	200.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	8.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
327	1.100	SULFATO DE MAGNESIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
328	7.500	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	900.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
330	400	SUXAMETONIO CLORETO, 500 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 10 ML	Frasco/Amp.
331	150	TENOICAM, 20 MG, INJETAVEL, AMPOLA	Ampola
333	3.600	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
335	2.600	TIMOLOL, 0,5%, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
338	24.000	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
340	1.300	TROPICAMIDA, 1%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
341	255.000	VARFARINA SODICA, 2,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
343	125.000	VERAPAMIL CLORIDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
345	12.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
346	300.000	VITAMINAS + SAIS MINERAIS, CONTENDO NO MINIMO, ACIDO FOLICO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MGG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG COM REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO, COMPRIMIDO	Comprimido

3.1.1.11 Órgão Participante: MUNICIPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua Onze de Novembro, nº 2.765, Centro, CEP 89.108-000, na cidade de Massaranduba, SC, representado por sua Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Suzane Elisa Froehlich Reinke.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
5	165.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
6	16.500	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
9	10.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
11	200	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
12	10.000	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	4.000	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	2.500	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	5.500	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
16	33.000	ALOPURINOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
17	20.000	ALOPURINOL, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
18	7.000	AMINOFILINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
19	200	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
20	22.000	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
21	200	AMIODARONA, 50 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
22	66.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	14.500	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
25	1.500	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 60ML	Frasco
26	6.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
27	500	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUSPENSAO, FRASCO 75ML	Frasco
29	50.000	ANLODIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
31	100.000	ATENOLOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	90.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
33	700	ATROPINA SULFATO, 0,50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
34	5.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	700	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
40	500	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
45	100	BICARBONATO DE SODIO, 8,4%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
46	8.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
47	100	BIPERIDENO, LACTATO 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
50	1.500	BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
54	84.500	CAPTOPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	60.500	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
60	13.500	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 600MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	8.000	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
63	22.000	CARVEDILOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
65	4.500	CARVEDILOL, 6,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	30.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	700	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
68	2.000	CEFAZOLINA SODICA, 1 G, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
69	1.500	CEFTRIAXONA SODICA, 1 G, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
70	2.500	CETOCONAZOL, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
73	3.500	CETOPROFENO, 100 MG/ML, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
74	3.000	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, INTRAMUSCULAR -AMPOLA 2 ML	Ampola
75	50	CICLOPENTOLATO, 1%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
77	300	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	15.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
79	17.000	CLARITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
80	11.000	CLINDAMICINA, 300MG, CAPSULA	Capsulas
82	40.000	CLONAZEPAM, 0,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
83	350	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
84	100.000	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
85	200	CLONIDINA CLORIDRATO, 0,15 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
86	2.000	CLONIDINA CLORIDRATO, 0,1 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
87	47.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
89	500	CLORETO DE POTASSIO, 19,1%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
90	500	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
91	12.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 100 ML	Bolsa
92	15.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
93	15.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
95	500	CLORETO DE SODIO, 20%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
96	5.500	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	5.500	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
98	200	CLORPROMAZINA, 5 MG, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
99	11.000	CODEINA, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
104	100	DESLANOSIDEO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
105	800	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
108	2.000	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
110	400	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
111	17.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
112	5.500	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
113	1.500	DIAZEPAM, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	1.500	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
115	1.500	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
117	17.500	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
119	1.200	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO, 50 MG + 50 MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
120	1.500	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
122	121.500	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	5.000	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	1.100	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
126	50	DOPAMINA, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
127	5.000	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
129	450	DOXICICLINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
130	300	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
131	90.000	ENALAPRIL MALEATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
132	28.000	ENALAPRIL MALEATO, 5MG COMPRIMIDO	Comprimido
133	1.000	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
134	2.500	ERITROMICINA ESTOLATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
136	22.000	ESCOLPOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	500	ESCOLPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
138	4.000	ESCOLPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
139	100	ESCOLPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 6,67 MG + 333,4 MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
140	5.000	ESPIRAMICINA, 1.500.000UI, COMPRIMIDO	Comprimido
141	3.500	ESPIRONOLACTONA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
142	35.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
145	7.000	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625MG, DRAGEAS, CARTELA COM 28 DRAGEAS	Cartela
146	100	ETILEFRINA CLORIDRATO, 10 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
152	50	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO COM TETRACAINA CLORIDRATO E ACIDO BORICO, SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 10 ML	Frasco
154	200	FENITOINA SODICA, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
155	25.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
156	150	FENOBARBITAL SODICO, 200 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
157	80	FENOBARBITAL SODICO, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
158	100	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
159	150	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
160	700	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2 ML	Frasco/Amp.
161	20.000	FINASTERIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
162	150	FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
163	4.500	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
164	150	FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
166	135.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
168	50	FOSFATO DE SODIO, ENEMA, FOSFATO MONOBASICO 16 %+ FOSFATO DIBASICO 6% - FRASCO 130 ML	Frasco
169	600	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	33.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
171	500	GENTAMICINA, 40 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
173	50.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
176	200	GLICONATO DE CALCIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
177	300	GLICOSE, 25%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
178	500	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
179	1.000	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
180	1.000	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
181	1.000	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
182	1.000	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
185	5.500	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	200	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
188	1.000	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25ML, INJETAVEL - AMPOLA 0,25 ML	Ampola
190	150	HIDRALAZINA, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
192	200.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
194	700	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
195	1.000	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
196	300	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
199	1.200	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30ML	Frasco
200	87.000	IBUPROFENO, 600MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	9.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
202	10	INSULINA, HUMANA, NPH, 100 U/ML, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
203	10	INSULINA, HUMANA, REGULAR, 100 U/ML, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
204	100	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
205	15.600	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
207	150	ISOSSORBIDA, SAL MONITRATO, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
210	900	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
211	1.000	ITRACONAZOL, 100MG, CAPSULA	Capsulas
212	600	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
217	12.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 200MG+50MG, COMPRIMIDOS	Comprimido
218	7.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG+25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
225	40.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	40.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
227	40.000	LEVOTIROXINA SODICA, 75MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	40.000	LEVOTIROXINA SODICA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
229	15	LIDOCAINA CLORIDRATO, 10%, SPRAY, FRASCO 50 ML	Frasco
230	150	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
231	300	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL - FRASCO 20 ML	Frasco
232	300	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frasco/Amp.
233	100	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - TUBETE 1,8 ML	Tubete
234	4.500	LORATADINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
235	300	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
237	50	MANITOL, 20%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
241	90.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	100.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
243	60.000	METILDOPA, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
244	150	METILLERGOMETRINA MALEATO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
245	19.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	1.150	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	5.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
248	7.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 100MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
250	10.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
251	100	METOPROLOL TARTARATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
252	150	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	4.000	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
254	1.200	METRONIDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
255	60	METRONIDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 80ML	Frasco
256	350	MICONAZOL, 20MG/G, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
257	180	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas
259	600	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
260	200	MORFINA, SULFATO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
264	800	MORFINA, SULFATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 2 ML	Ampola
266	200	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
267	300	NIFEDIPINO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
268	11.000	NIFEDIPINO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
270	84.000	NIMESULIDA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
271	250	NIMESULIDA, 50MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
272	100	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
273	150	NISTATINA, 25.000UI/G, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 60G	Bisnagas
275	3.500	NITROFURANTOINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
276	50	NITROGLICERINA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
277	50	NITROPRUSSATO DE SODIO, 50 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2ML	Frasco/Amp.
278	100	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 4 ML	Ampola
284	100	OCITOCINA, 5 UI/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
286	385.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
287	800	OMEPRAZOL, 40MG, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA	Ampola
288	1.000	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
290	1.000	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 8MG, COMPRIMIDO	Comprimido
292	1.300	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	386.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	150	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
295	150	PERMETRINA, 50MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
297	50	PETIDINA CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
299	1.000	PIRIMETAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
300	700	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	12.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	17.500	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
303	6.500	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	1.500	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
305	500	PROPATILNITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
307	45.600	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
308	18.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	3.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
310	180	RETINOL ACETATO, ASSOCIADO A COLECALCIFEROL, 50.000UI + 10.000UI SOLUCAO ORAL, FRASCO 10 ML (USO RECEM NASCIDO A ADULTO)	Frasco
312	500	RINGER, ASSOCIADO COM LACTATO DE SODIO, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
313	9.000	RISPERIDONA, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
314	12.000	RISPERIDONA, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
315	600	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SODIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SODIO 2,9G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUCAO PRONTA, SEGUNDO PADRAO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
317	600	SECNIDAZOL, 1000MG, COMPRIMIDO	Comprimido
318	8.000	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
320	55.000	SINVASTATINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
321	200.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
322	170.000	SINVASTATINA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
324	200	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
325	5.500	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	350	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
327	100	SULFATO DE MAGNESIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
328	100	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	20.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
330	200	SUXAMETONIO CLORETO, 500 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 10 ML	Frasco/Amp.
331	1.500	TENOXICAM, 20 MG, INJETAVEL, AMPOLA	Ampola
332	50.000	TEOFILINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
333	200	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
337	2.500	TRAMADOL CLORIDRATO, 50MG, CAPSULA	Capsulas
338	1.000	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
340	50	TROPICAMIDA, 1%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
342	2.500	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
344	35.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B3, B5, B6, DRAGEAS	Drageas
345	1.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola

3.1.1.12 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.756/0001-79, com sede na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, Centro, CEP 89.295-000, na cidade de Rio Negrinho, SC, representado por sua Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Maria de Fátima Mendes Afonso.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
2	5.000	ACEBROFILINA , 5MG/ML,XAROPE INFANTIL - FRASCO 120ML	Frasco
5	300.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	25.000	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
9	30.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
10	700	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
12	1.000	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	3.000	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	5.000	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	11.000	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
17	30.000	ALOPURINOL, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
20	5.000	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
22	175.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	50.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
24	2.500	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 150ML	Frasco
26	40.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
27	1.500	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUSPENSAO, FRASCO 75ML	Frasco
31	25.000	ATENOLOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
34	18.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	4.000	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
40	2.000	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
41	500	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
44	3.500	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA, FOSFATO, 5 MG + 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
46	25.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
50	500	BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
54	21.000	CAPTOPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	110.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
56	200	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
58	20.000	CARBONATO DE CALCIO, 500MG DE CALCIO, COMPRIMIDO	Comprimido
59	100.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 500MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	70.000	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
62	100.000	CARVEDILOL, 12,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	35.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	1.000	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
78	30.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
83	5.000	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
84	200.000	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
87	35.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
96	25.000	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
99	60.000	CODEINA, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
105	3.000	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
110	6.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
112	60.000	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	500	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
115	3.500	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
117	25.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
122	200.000	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	2.500	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	3.000	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
127	30.000	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
130	15.000	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
131	150.000	ENALAPRIL MALEATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
133	100	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
136	50.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	1.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
142	70.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
143	500	ESTRADIOL VALERATO, ASSOCIADO COM NORESTISTERONA ENANTATO, 5MG+50MG/1ML, INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
145	8.400	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625MG, DRAGEAS, CARTELA COM 28 DRAGEAS	Cartela
153	25.000	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
155	50.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
157	100	FENOBARBITAL SODICO, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
163	5.000	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
166	350.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
169	100	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	140.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
174	320.000	GLICLAZIDA, 30MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
177	100	GLICOSE, 25%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
178	100	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
185	25.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
187	1.400	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
192	45.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
194	100	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
195	100	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
201	32.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
205	12.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
212	500	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
218	15.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG+25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
221	15.000	LEVOMEPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
223	700	LEVOMEPROMAZINA, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 20ML	Frasco
224	49.980	LEVONORGESTREL, ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL, 0,15MG+0,03MG, BLISTER CALENDARIO COM 21 COMPRIMIDOS	Comprimido
225	70.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	150.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
227	35.000	LEVOTIROXINA SODICA, 75MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	50.000	LEVOTIROXINA SODICA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
236	10.000	LOSARTANA POTASSICA, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
239	300	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
242	35.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
245	15.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	1.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	1.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
252	700	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
254	10.000	METRONIDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
255	700	METRONIDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 80ML	Frasco
256	1.500	MICONAZOL, 20MG/G, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
257	1.500	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas
263	200	MORFINA, SULFATO, 10 MG/ML, SOLUCAO ORAL - FRASCO 60 ML	Frasco
266	2.500	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
269	150.000	NIFEDIPINO, 20MG, RETARD, COMPRIMIDO	Comprimido
270	210.000	NIMESULIDA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
272	700	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
273	1.500	NISTATINA, 25.000UI/G, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 60G	Bisnagas
275	10.000	NITROFURANTOINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
279	10.000	NORETISTERONA, 0,35MG, BLISTER CALENDARIO COM 35 UNIDADES, COMPRIMIDO	Comprimido
282	30.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, CAPSULA	Capsulas
286	450.000	OMEPAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
287	500	OMEPAZOL, 40MG, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA	Ampola
292	5.000	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	25.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	300	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
295	300	PERMETRINA, 50MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
300	2.000	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	20.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	20.000	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	100	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
305	30.000	PROPATILNITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
307	7.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	500	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
310	1.000	RETINOL ACETATO, ASSOCIADO A COLECALCIFEROL, 50.000UI + 10.000UI SOLUCAO ORAL, FRASCO 10 ML (USO RECEM NASCIDO A ADULTO)	Frasco

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
315	4.000	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
321	500.000	SINAVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
325	15.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	3.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
328	1.000	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	60.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
343	45.000	VERAPAMIL CLORIDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	Comprimido

3.1.1.13 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 08.281.643/0001-62, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, CEP 89.280-902, na cidade de São Bento do Sul, SC, representado por seu Secretário Municipal de Saúde Sr. Manuel Rodriguez Del Olmo.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
3	18.000	ACICLOVIR, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
5	420.000	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	60.000	ÁCIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
9	50.000	ÁCIDO VALPROÍCO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
10	1.800	ÁCIDO VALPROÍCO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
12	3.000	ÁGUA DESTILADA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	3.000	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	3.000	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	15.000	ALENDRONATO SÓDICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
17	30.000	ALOPURINOL, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
20	30.000	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
22	300.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	80.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
24	6.000	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSÃO, FRASCO 150ML	Frasco
26	12.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
27	300	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUSPENSÃO, FRASCO 75ML	Frasco
29	180.000	ANLÓDIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	300.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
34	12.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	3.000	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
40	2.000	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETÁVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
46	60.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
54	450.000	CAPTÓPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	120.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
56	400	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
57	50.000	CARBAMAZEPINA, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
59	200.000	CARBONATO DE CÁLCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 500MG DE CÁLCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	100.000	CARBONATO DE LÍTIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
62	120.000	CARVEDILOL, 12,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
65	120.000	CARVEDILOL, 6,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	80.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	2.000	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
71	2.000	CETOCONAZOL, 20MG/G, CREME TÓPICO, BISNAGA 30G	Bisnagas
74	100	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, INTRAMUSCULAR -AMPOLA 2 ML	Ampola
78	40.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
81	30.000	CLOMIPRAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
83	4.000	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
84	180.000	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
87	100.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
94	2.000	CLORETO DE SÓDIO 0,9%, SOLUÇÃO NASAL, FRASCO 30ML	Frasco
96	40.000	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	15.000	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
98	100	CLORPROMAZINA, 5 MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
99	80.000	CODEINA, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
101	250	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI+1%, POMADA, BISNAGA 30G	Bisnagas

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
105	5.000	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
108	500	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
110	6.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
111	80.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
113	100.000	DIAZEPAM, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	100	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
115	6.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
117	50.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
118	30.000	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
120	500	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
122	300.000	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	2.000	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	5.000	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
127	150.000	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
130	500.000	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
131	400.000	ENALAPRIL MALEATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
133	100	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
136	80.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	200	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
138	200	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
140	1.000	ESPIRAMICINA, 1.500.000UI, COMPRIMIDO	Comprimido
142	100.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
153	50.000	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
154	100	FENITOINA SODICA, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
155	50.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
157	300	FENOBARBITAL SODICO, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
158	200	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
162	100	FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
163	12.000	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
166	380.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
169	200	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	200.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
172	600	GENTAMICINA, 5MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
173	60.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
174	360.000	GLICLAZIDA, 30MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
177	100	GLICOSE, 25%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
178	100	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
183	12.000	HALOPERIDOL, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
184	300	HALOPERIDOL, 2MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
185	30.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	100	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
187	600	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
188	100	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25ML, INJETAVEL - AMPOLA 0,25 ML	Ampola
192	550.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
193	2.000	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G, CREME, BISNAGA 30 G	Bisnagas
194	200	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
195	200	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
196	5.000	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
199	6.000	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30ML	Frasco
200	350.000	IBUPROFENO, 600MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	60.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
204	200	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
205	30.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
206	1.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
207	100	ISOSSORBIDA, SAL MONITRATO, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
215	100.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, COMPRIMIDOS BIRRANHURADOS	Comprimido
221	6.000	LEVOMEPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
225	250.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	250.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	200.000	LEVOTIROXINA SODICA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
236	600.000	LOSARTANA POTASSICA, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
237	500	MANITOL, 20%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
241	300.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	400.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
243	150.000	METILDOPA, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
245	50.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	1.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	500	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
252	2.000	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	30.000	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
257	2.000	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas
259	100	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
262	100	MORFINA, SULFATO 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1 ML	Ampola
263	60	MORFINA, SULFATO, 10 MG/ML, SOLUCAO ORAL - FRASCO 60 ML	Frasco
265	3.000	MORFINA SULFATO, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
266	4.000	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
269	150.000	NIFEDIPINO, 20MG, RETARD, COMPRIMIDO	Comprimido
270	400.000	NIMESULIDA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
272	1.000	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
280	12.000	NORFLOXACINO 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
286	800.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
292	5.000	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	300.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
295	1.000	PERMETRINA, 50MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
300	2.000	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	80.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	60.000	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	100	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
307	150.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
308	80.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	200	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
313	100.000	RISPERIDONA, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
315	5.000	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
318	250.000	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
321	800.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
325	15.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	1.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
328	1.000	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	120.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
331	100	TENOXICAM, 20 MG, INJETAVEL, AMPOLA	Ampola
333	100	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
338	100	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
342	30.000	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
343	60.000	VERAPAMIL CLORDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
344	40.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B3, B5, B6, DRAGEAS	Drageas
345	2.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola

3.1.1.14 Órgão Participante: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.269/0001-06, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, CEP 89.240-000, na cidade de São Francisco do Sul, SC, representado por sua Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Nádia Moreira Raposo.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
4	90	ACICLOVIR, 50MG/G, CREME , BISNAGA 10G	Bisnagas
5	312.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	39.000	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
9	18.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
12	8.000	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	3.900	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	2.340	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
15	1.000	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
18	31.000	AMINOFILINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
22	35.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	130.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
25	4.200	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 60ML	Frasco
28	156.000	ANLODIPINO BESILATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	312.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
34	11.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
40	1.000	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
41	400	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
43	500	BENZILPENICILINA, POTASSICA, ASSOCIADA A PENICILINA PROCAINADA, 100.000UI + 300.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
46	17.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
54	312.000	CAPTOPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	42.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
61	38.000	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	78.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	2.500	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
71	2.000	CETOCONAZOL, 20MG/G, CREME TOPICO, BISNAGA 30G	Bisnagas
73	500	CETOPROFENO, 100 MG/ML, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
74	600	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, INTRAMUSCULAR -AMPOLA 2 ML	Ampola
77	120.000	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
84	35.000	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
85	100	CLONIDINA CLORIDRATO, 0,15 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
87	12.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
88	20	CLORANFENICOL, ASSOCIADO A ACETATO DE RETINOL + AMINOACIDOS + METIONINA, 5 MG + 10.000UI + 25 MG + 5 MG, POMADA OFTALMICA - BISNAGA 3,5 G	Bisnagas
96	14.000	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	12.000	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
101	2.730	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI+1%, POMADA, BISNAGA 30G	Bisnagas
105	4.000	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
108	400	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
110	2.640	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
111	30.600	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
112	9.000	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	150	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
116	120.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 50MG, DRAGEAS	Drageas
117	31.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
119	200	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO, 50 MG + 50 MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
121	140.000	DIOSMINA, ASSOCIADA COM HESPERIDINA, 450MG+50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
122	300	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	160.000	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	3.900	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
130	114.000	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
133	100	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
134	500	ERITROMICINA ESTOLATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
135	2.000	ERITROMICINA ESTOLATO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
136	17.000	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	100	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
138	200	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
139	800	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 6,67 MG + 333,4 MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
142	75.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
145	25.000	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625MG, DRAGEAS, CARTELA COM 28 DRAGEAS	Cartela
152	12	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO COM TETRACAINA CLORIDRATO E ACIDO BORICO, SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 10 ML	Frasco
153	16.000	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
154	100	FENITOINA SODICA, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
155	12.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
156	150	FENOBARBITAL SODICO, 200 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
157	150	FENOBARBITAL SODICO, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
158	150	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
163	6.000	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
164	100	FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
165	12	FLUORESCEINA, 10 MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 3 ML	Frasco
166	60.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
168	72	FOSFATO DE SODIO, ENEMA, FOSFATO MONOBASICO 16 %+ FOSFATO DIBASICO 6% - FRASCO 130 ML	Frasco
169	200	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	93.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
173	228.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
178	200	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
185	18.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	200	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
187	600	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
191	23.400	HIDRALAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
192	320.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
194	200	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
195	200	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
196	2.400	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
197	12	HIPROMELOSE ASSOCIADA A DEXTRANO 3 MG + 1MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 15 ML	Frasco
198	160.000	IBUPROFENO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	9.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
204	150	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
205	34.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
206	10.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
212	6.000	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
215	2.400	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, COMPRIMIDOS BIRRANHURADOS	Comprimido
217	1.200	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 200MG+50MG, COMPRIMIDOS	Comprimido
218	3.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG+25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
219	500	LEVOFLOXACINO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
221	6.000	LEVOMEPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
222	4.500	LEVOMEPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
223	200	LEVOMEPROMAZINA, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 20ML	Frasco
225	30.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	30.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	30.000	LEVOTIROXINA SODIDA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
230	600	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
231	200	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL - FRASCO 20 ML	Frasco
241	320.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	320.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
245	30.600	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	1.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
252	1.560	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	23.400	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
255	150	METRONIDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 80ML	Frasco
257	1.560	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas
259	200	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
266	3.900	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
268	35.000	NIFEDIPINO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
272	1.140	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
278	100	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 4 ML	Ampola
280	27.000	NORFLOXACINO 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
286	350.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
291	100	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 8 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 4 ML	Ampola
292	3.000	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	170.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	1.920	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
300	1.140	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	35.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	19.200	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
303	200	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	15.600	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
307	160.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	200	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
315	2.520	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUCAO PRONTA, SEGUNDO PADRAO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
318	60.000	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
321	315.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
323	2.000	SULFADIAZINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
324	780	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
325	33.600	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	780	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
329	39.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
330	50	SUXAMETONIO CLORETO, 500 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 10 ML	Frasco/Amp.
331	200	TENOXCAM, 20 MG, INJETAVEL, AMPOLA	Ampola
333	200	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
335	240	TIMOLOL, 0,5%, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
339	300	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
340	20	TROPICAMIDA, 1%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
342	3.000	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
343	30.600	VERAPAMIL CLORDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	Comprimido

3.1.1.15 Órgão Participante: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 95.954.442/0001-83, com sede na Rua José Bonifácio Pires, nº 45, bairro Centro, CEP 88.395-000, na cidade de São João do Itaperiú, SC, representado por sua Secretario Municipal de Saúde, Sra. Angelita Lourenço Bonkowski.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
1	500	ACEBROFILINA , 10MG/ML,XAROPE ADULTO - FRASCO 120ML	Frasco
2	500	ACEBROFILINA , 5MG/ML,XAROPE INFANTIL - FRASCO 120ML	Frasco
3	5.000	ACICLOVIR, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
4	400	ACICLOVIR, 50MG/G, CREME , BISNAGA 10G	Bisnagas
5	30.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	10.000	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
9	25.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
10	300	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
12	400	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	10.000	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	2.000	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	3.000	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
16	10.000	ALOPURINOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
17	10.000	ALOPURINOL, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
18	20.000	AMINOFILINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
19	50	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
20	10.000	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
21	50	AMIODARONA, 50 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
22	100.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	40.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
25	1.000	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSÃO, FRASCO 60ML	Frasco
26	3.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
27	300	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUSPENSÃO, FRASCO 75ML	Frasco
28	25.000	ANLÓDIPINO BESILATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
29	20.000	ANLÓDIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
30	3.000	ATENOLOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
31	2.000	ATENOLOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	30.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
33	50	ATROPINA SULFATO, 0,50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
34	30.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	1.000	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
36	2.000	BACLOFENO, 10 MG COMPRIMIDO	Comprimido
37	50	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, 50MCG/DOSE, AEROSOL BUCAL, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
39	50	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
40	500	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
41	300	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
42	300	BENZILPENICILINA, POTASSICA, 5.000.000 UI, INJETAVEL + DILUENTE, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
43	200	BENZILPENICILINA, POTASSICA, ASSOCIADA A PENICILINA PROCAINADA, 100.000UI + 300.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
44	400	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA, FOSFATO, 5 MG + 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
46	20.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
47	20	BIPERIDENO, LACTATO 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
48	2.000	BISACODIL, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
50	300	BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
54	2.000	CAPTOPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	30.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
61	30.000	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
62	20.000	CARVEDILOL, 12,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
63	20.000	CARVEDILOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
64	20.000	CARVEDILOL, 3,125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
65	20.000	CARVEDILOL, 6,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	25.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	600	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
69	100	CEFTRIAXONA SODICA, 1 G, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
70	5.000	CETOCONAZOL, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
71	300	CETOCONAZOL, 20MG/G, CREME TOPICO, BISNAGA 30G	Bisnagas
73	100	CETOPROFENO, 100 MG/ML, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
74	300	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, INTRAMUSCULAR -AMPOLA 2 ML	Ampola
76	3.000	CILOSTAZOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
77	10.000	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	20.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
83	200	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
84	60.000	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
87	15.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
88	100	CLORANFENICOL, ASSOCIADO A ACETATO DE RETINOL + AMINOACIDOS + METIONINA, 5 MG + 10.000UI + 25 MG + 5 MG, POMADA OFTALMICA - BISNAGA 3,5 G	Bisnagas
89	50	CLORETO DE POTASSIO, 19,1%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
90	50	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
91	3.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 100 ML	Bolsa
92	3.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
93	5.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
95	50	CLORETO DE SODIO, 20%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
96	15.000	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	15.000	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
98	50	CLORPROMAZINA, 5 MG, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
99	30.000	CODEINA, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
100	200	COLAGENASE, 0,6 UI/G, POMADA - BISNAGA 30 G	Bisnagas
101	200	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI+1%, POMADA, BISNAGA 30G	Bisnagas
103	500	DELTAMETRINA, 0,2MG/ML, LOCAO, FRASCO 100ML	Frasco
105	1.000	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
106	300	DEXAMETASONA, 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
108	300	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
109	300	DEXAMETASONA, ASSOCIADA A NEOMICINA + POLIMIXINA B, 1 MG/ML + 3,5 MG/ML, SUSPENSAO OFTALMICA - FRASCO 5ML	Frasco
110	500	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
111	20.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
112	40.000	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
113	20.000	DIAZEPAM, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	150	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
115	500	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
116	100.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 50MG, DRAGEAS	Drageas
117	5.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
118	10.000	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
119	300	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO, 50 MG + 50 MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
120	300	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
121	10.000	DIOSMINA, ASSOCIADA COM HESPERIDINA, 450MG+50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
122	120.000	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	400	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	2.000	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
130	2.000	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
131	20.000	ENALAPRIL MALEATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
132	5.000	ENALAPRIL MALEATO, 5MG COMPRIMIDO	Comprimido
133	200	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
136	20.000	ESCOLPOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	300	ESCOLPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
138	500	ESCOLPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
139	500	ESCOLPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 6,67 MG + 333,4 MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
142	10.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
143	5.000	ESTRADIOL VALERATO, ASSOCIADO COM NORESTISTERONA ENANTATO, 5MG+50MG/1ML, INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
145	1.000	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625MG, DRAGEAS, CARTELA COM 28 DRAGEAS	Cartela
146	50	ETILEFRINA CLORIDRATO, 10 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
153	5.000	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
154	50	FENITOINA SODICA, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
155	5.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
156	50	FENOBARBITAL SODICO, 200 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
158	500	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
160	20	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2 ML	Frasc/Amp.
162	50	FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
163	7.000	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
166	100.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
169	500	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	40.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
173	5.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
174	20.000	GLICLAZIDA, 30MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
175	20.000	GLICLAZIDA, 60MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
178	100	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
179	2.000	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
180	1.000	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
181	500	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
182	1.000	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
185	10.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	50	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
187	50	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
189	100	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/ML, INJETAVEL - FRASCO 5 ML	Frasco
192	5.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
193	500	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G, CREME, BISNAGA 30 G	Bisnagas
194	300	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
195	300	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
196	2.000	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
198	100.000	IBUPROFENO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
199	3.000	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30ML	Frasco
200	100.000	IBUPROFENO, 600MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	5.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
204	500	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
208	10.000	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
210	500	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
212	500	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
219	20.000	LEVOFLOXACINO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
221	15.000	LEVOMEPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
222	15.000	LEVOMEPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
223	100	LEVOMEPROMAZINA, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 20ML	Frasco
224	5.000	LEVONORGESTREL, ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL, 0,15MG+0,03MG, BLISTER CALENDARIO COM 21 COMPRIMIDOS	Comprimido
225	50.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	50.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	50.000	LEVOTIROXINA SODICA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
229	50	LIDOCAINA CLORIDRATO, 10%, SPRAY, FRASCO 50 ML	Frasco
230	200	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
231	300	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL - FRASCO 20 ML	Frasco
232	100	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frac/Amp.
233	2.000	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - TUBETE 1,8 ML	Tubete
237	1.000	MANITOL, 20%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
239	500	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
241	5.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	5.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
243	30.000	METILDOPA, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
245	40.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	1.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	1.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
250	15.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
252	1.000	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	15.000	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
255	200	METRONIDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 80ML	Frasco
256	2.000	MICONAZOL, 20MG/G, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
257	500	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas
260	50	MORFINA, SULFATO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
266	2.000	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
267	10.000	NIFEDIPINO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
268	10.000	NIFEDIPINO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
270	80.000	NIMESULIDA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
271	3.000	NIMESULIDA, 50MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
272	500	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
273	1.500	NISTATINA, 25.000UI/G, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 60G	Bisnagas
275	3.000	NITROFURANTOINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
280	15.000	NORFLOXACINO 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
282	15.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, CAPSULA	Capsulas
285	500	OLEO MINERAL, FRASCO 100ML	Frasco
286	130.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
292	2.000	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	200.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	300	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
295	300	PERMETRINA, 50MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
296	300	PEROXIDO DE BENZOILA, 5%, GEL TOPICO, BISNAGA 45 G	Bisnagas
297	50	PETIDINA CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
300	500	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	10.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	10.000	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	200	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
305	20.000	PROPATILNITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
307	2.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
308	20.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	500	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
312	500	RINGER, ASSOCIADO COM LACTATO DE SODIO, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
313	15.000	RISPERIDONA, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
315	1.000	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SODIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SODIO 2,9G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUCAO PRONTA, SEGUNDO PADRAO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
317	500	SECNIDAZOL, 1000MG, COMPRIMIDO	Comprimido
318	100.000	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
319	20.000	SIMETICONA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
321	120.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
324	300	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
325	8.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	300	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
327	100	SULFATO DE MAGNESIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
328	500	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	20.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
336	200	TOBRAMICINA, 0,3%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
337	50.000	TRAMADOL CLORIDRATO, 50MG, CAPSULA	Capsulas
338	200	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
342	10.000	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
343	3.000	VERAPAMIL CLORDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
344	10.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B3, B5, B6, DRAGEAS	Drageas
345	300	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
346	20.000	VITAMINAS + SAIS MINERAIS, CONTENDO NO MINIMO, ACIDO FOLICOO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MGG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG COM REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO, COMPRIMIDO	Comprimido

3.1.1.16 Órgão Participante: MUNICIPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.491/0001-09, com sede na Rua Mal. Castelo Branco, nº 3.201, Centro, CEP 89.275-000, na cidade de Schroeder, SC, representado por seu Prefeito Municipal Osvaldo Jurck

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
3	4.000	ACICLOVIR, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
4	200	ACICLOVIR, 50MG/G, CREME , BISNAGA 10G	Bisnagas
5	100.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	12.000	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
8	8.000	ACIDO VALPROICO, 250MG, CAPSULA	Capsulas
9	15.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
10	200	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
11	150	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
12	100	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	2.000	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	1.500	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	7.000	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
16	15.000	ALOPURINOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
17	10.000	ALOPURINOL, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
19	100	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
20	16.000	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
21	150	AMIODARONA, 50 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
22	80.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	30.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
24	600	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 150ML	Frasco
25	500	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 60ML	Frasco
26	6.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
27	400	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUSPENSAO, FRASCO 75ML	Frasco
29	70.000	ANLIDIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	55.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
33	150	ATROPINA SULFATO, 0,50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
34	5.000	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	300	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
38	100	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM AEROGADOR NASAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
39	100	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
40	2.000	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
45	150	BICARBONATO DE SODIO, 8,4%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
46	5.000	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
47	150	BIPERIDENO, LACTATO 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
51	400	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 32MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	Frasco
54	15.000	CAPTOPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	32.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
56	100	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
59	80.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 500MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	7.500	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
62	40.000	CARVEDILOL, 12,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
65	25.000	CARVEDILOL, 6,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	15.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	400	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
69	50	CEFTRIAXONA SODICA, 1 G, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
77	1.000	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	8.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
79	1.000	CLARITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
83	500	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
84	25.000	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
87	22.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
89	150	CLORETO DE POTASSIO, 19,1%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
94	150	CLORETO DE SODIO 0,9%, SOLUCAO NASAL, FRASCO 30ML	Frasco
96	8.000	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	1.000	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
101	100	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI+1%, POMADA, BISNAGA 30G	Bisnagas
105	1.000	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
108	150	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
110	1.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
111	10.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
113	20.000	DIAZEPAM, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	150	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
115	2.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
116	5.000	DICLOFENACO, SAL SODICO, 50MG, DRAGEAS	Drageas
117	15.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
120	500	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
122	50.000	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	2.000	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	600	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
127	21.000	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
129	1.000	DOXICICLINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
131	100.000	ENALAPRIL MALEATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
132	30.000	ENALAPRIL MALEATO, 5MG COMPRIMIDO	Comprimido
133	150	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
136	20.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	1.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
140	200	ESPIRAMICINA, 1.500.000UI, COMPRIMIDO	Comprimido
142	40.000	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
145	500	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625MG, DRAGEAS, CARTELA COM 28 DRAGEAS	Cartela
150	500	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO, MIKANIA GLOMERATA SPRENG, EXTRATO FLUIDO, FRASCO 100ML	Frasco
151	1.000	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONAS, TRIFOLIUM PRATENSE, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
153	12.000	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
155	15.000	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
157	150	FENOBARBITAL SODICO, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
158	50	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
160	150	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2 ML	Frasco/Amp.
161	10.000	FINASTERIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
163	3.000	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
164	150	FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
166	80.000	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
169	300	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	30.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
173	5.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
174	40.000	GLICLAZIDA, 30MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
178	150	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
184	200	HALOPERIDOL, 2MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
185	3.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	150	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
187	150	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
188	150	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25ML, INJETAVEL - AMPOLA 0,25 ML	Ampola
192	30.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
194	200	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
195	300	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
196	1.000	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
199	1.000	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30ML	Frasco
200	40.000	IBUPROFENO, 600MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	10.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
204	100	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
206	1.000	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
208	5.000	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
211	2.000	ITRACONAZOL, 100MG, CAPSULA	Capsulas
212	600	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
216	5.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG+25MG, COMPRIMIDOS DISPERSIVEIS	Comprimido
217	5.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 200MG+50MG, COMPRIMIDOS	Comprimido
218	2.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG+25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
221	1.000	LEVOMEPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
223	100	LEVOMEPROMAZINA, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 20ML	Frasco
224	21.600	LEVONORGESTREL, ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL, 0,15MG+0,03MG, BLISTER CALENDARIO COM 21 COMPRIMIDOS	Comprimido
225	53.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	50.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	40.000	LEVOTIROXINA SODICA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
230	100	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
231	150	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL - FRASCO 20 ML	Frasco
234	16.000	LORATADINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
235	300	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
236	35.000	LOSARTANA POTASSICA, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
239	500	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
241	10.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	20.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
243	30.000	METILDOPA, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
245	20.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	500	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	1.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
250	20.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
252	500	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	5.000	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
256	500	MICONAZOL, 20MG/G, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
266	500	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
270	40.000	NIMESULIDA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
271	500	NIMESULIDA, 50MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
272	300	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
275	12.000	NITROFURANTOINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
279	10.000	NORETISTERONA, 0,35MG, BLISTER CALENDARIO COM 35 UNIDADES, COMPRIMIDO	Comprimido
281	5.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 10MG, CAPSULA	Capsulas
282	6.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, CAPSULA	Capsulas
286	90.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
292	1.500	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	80.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	500	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
300	1.000	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	10.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	15.000	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
303	4.000	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	300	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
305	20.000	PROPATILNITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
307	5.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
308	20.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	300	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
310	200	RETINOL ACETATO, ASSOCIADO A COLECALCIFEROL, 50.000UI + 10.000UI SOLUCAO ORAL, FRASCO 10 ML (USO RECEM NASCIDO A ADULTO)	Frasco
315	2.000	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUCAO PRONTA, SEGUNDO PADRAO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
316	300	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
318	62.000	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
320	30.000	SINVASTATINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
321	120.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
322	90.000	SINVASTATINA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
324	100	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
325	2.500	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	100	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
328	500	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	50.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
333	150	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
334	3.000	TIAMINA, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
336	100	TOBRAMICINA, 0,3%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
338	500	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
342	15.000	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
343	6.000	VERAPAMIL CLORDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
345	500	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola

3.1.1.17 Órgão Participante: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, integrante da administração indireta do Município de Joinville, CNPJ nº 84.703.248/0001-09, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 238, Centro, CEP 89.202-000, na cidade de Joinville, SC, representado por sua Diretora Presidente, Sra. Francieli Cristini Shultz:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
3	4.000	ACICLOVIR, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
4	150	ACICLOVIR, 50MG/G, CREME , BISNAGA 10G	Bisnagas
5	25.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	5.000	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
7	4.000	ACIDO TRANEXAMICO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
10	500	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
11	250	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
12	75.000	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	2.500	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
17	2.500	ALOPURINOL, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
19	500	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
20	2.500	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
21	2.500	AMIODARONA, 50 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
22	12.500	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	1.800	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
26	1.500	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
29	30.000	ANLODIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	15.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
34	2.700	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
36	2.500	BACLOFENO, 10 MG COMPRIMIDO	Comprimido
40	600	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
42	2.250	BENZILPENICILINA, POTASSICA, 5.000.000 UI, INJETAVEL + DILUENTE, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
44	300	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA, FOSFATO, 5 MG + 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
45	1.000	BICARBONATO DE SODIO, 8,4%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
46	500	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
47	150	BIPERIDENO, LACTATO 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
48	7.500	BISACODIL, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
49	500	BROMOPRIDA, 4 MG/ML, GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
50	12.500	BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
54	25.000	CAPTOPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	6.000	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
58	5.000	CARBONATO DE CALCIO, 500MG DE CALCIO, COMPRIMIDO	Comprimido
61	1.000	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
65	25.000	CARVEDILOL, 6,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	200	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
68	60.000	CEFAZOLINA SODICA, 1 G, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
69	8.000	CEFTRIAXONA SODICA, 1 G, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
70	200	CETOCONAZOL, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
71	400	CETOCONAZOL, 20MG/G, CREME TOPICO, BISNAGA 30G	Bisnagas
73	80.000	CETOPROFENO, 100 MG/ML, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
74	3.500	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, INTRAMUSCULAR -AMPOLA 2 ML	Ampola
75	30	CICLOPENTOLATO, 1%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
77	150	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	6.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
80	3.000	CLINDAMICINA, 300MG, CAPSULA	Capsulas
82	7.500	CLONAZEPAM, 0,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
83	250	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
84	6.000	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
85	25.000	CLONIDINA CLORIDRATO, 0,15 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
86	10.000	CLONIDINA CLORIDRATO, 0,1 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
87	15.000	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
89	10.000	CLORETO DE POTASSIO, 19,1%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
90	50.000	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
95	10.000	CLORETO DE SODIO, 20%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
97	1.500	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
98	500	CLORPROMAZINA, 5 MG, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
99	50.000	CODEINA, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
100	2.500	COLAGENASE, 0,6 UI/G, POMADA - BISNAGA 30 G	Bisnagas
102	600	COLCHICINA, 0,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
104	750	DESLANOSIDEO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
106	25.000	DEXAMETASONA, 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
107	7.500	DEXAMETASONA, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
108	27.500	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
109	150	DEXAMETASONA, ASSOCIADA A NEOMICINA + POLIMIXINA B, 1 MG/ML + 3,5 MG/ML, SUSPENSAO OFTALMICA - FRASCO 5ML	Frasco
110	150	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
111	10.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
112	10.000	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
113	7.500	DIAZEPAM, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	3.000	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
115	2.500	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
116	750	DICLOFENACO, SAL SODICO, 50MG, DRAGEAS	Drageas
117	1.000	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
118	500	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
120	10.000	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
123	150.000	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	2.500	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
125	500	DOBUTAMINA CLORIDRATO, 12,5 MG/ML, INJETAVEL -FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frasc/Amp.
126	1.000	DOPAMINA, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
127	2.500	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
129	450	DOXICICLINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
130	30.000	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
133	5.000	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
134	450	ERITROMICINA ESTOLATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
137	12.500	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
142	7.500	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
147	1.000	ETOMIDATO, 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10ML	Ampola
152	100	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO COM TETRACAINA CLORIDRATO E ACIDO BORICO, SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 10 ML	Frasco
153	12.500	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
154	12.500	FENITOINA SODICA, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
155	2.500	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
156	500	FENOBARBITAL SODICO, 200 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
158	500	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
159	75.000	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
160	12.500	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2 ML	Frasco/Amp.
161	250	FINASTERIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
162	1.500	FITOMENADIONA,10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
164	250	FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
165	50	FLUORESCEINA, 10 MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 3 ML	Frasco
166	7.500	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
167	1.000	FOLINATO DE CALCIO, 15MG, COMPRIMIDO	Comprimido
168	2.500	FOSFATO DE SODIO, ENEMA, FOSFATO MONOBASICO 16 %+ FOSFATO DIBASICO 6% - FRASCO 130 ML	Frasco
169	15.000	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	10.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
171	12.000	GENTAMICINA, 40 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
172	50	GENTAMICINA, 5MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
173	1.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
176	5.000	GLICONATO DE CALCIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
178	15.000	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
183	750	HALOPERIDOL, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
185	1.000	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	2.500	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
188	100.000	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25ML, INJETAVEL - AMPOLA 0,25 ML	Ampola
189	5.000	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/ML, INJETAVEL - FRASCO 5 ML	Frasco
190	2.500	HIDRALAZINA, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
191	12.500	HIDRALAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
192	15.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
194	17.500	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
195	2.500	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
196	250	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
201	600	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
202	500	INSULINA, HUMANA, NPH, 100 U/ML, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
203	1.000	INSULINA, HUMANA, REGULAR, 100 U/ML, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
204	750	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
205	2.500	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
206	500	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
207	150	ISOSSORBIDA, SAL MONITRATO, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
212	1.500	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
213	5.000	LACTULOSE, 667MG/ML, XAROPÉ, FRASCO 120ML (MEDICAMENTO)	Frasco
219	1.800	LEVOFLOXACINO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
220	3.800	LEVOFLOXACINO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 100ML	Frasco/Amp.
222	500	LEVOMEPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
223	80	LEVOMEPROMAZINA, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 20ML	Frasco
228	7.500	LEVOTIROXINA SODIDA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
229	500	LIDOCAINA CLORIDRATO, 10%, SPRAY, FRASCO 50 ML	Frasco
230	5.000	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
232	7.500	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frasco/Amp.
236	12.500	LOSARTANA POTASSICA, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
240	7.500	METADONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	10.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
245	2.500	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	250	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	60.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
249	1.500	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
250	750	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
251	1.100	METOPROLOL TARTARATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
252	450	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	7.500	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
255	150	METRONIDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 80ML	Frasco
258	12.500	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
259	20.000	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
260	3.500	MORFINA, SULFATO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
261	50.000	MORFINA, SULFATO, 10 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
263	250	MORFINA, SULFATO, 10 MG/ML, SOLUCAO ORAL - FRASCO 60 ML	Frasco
264	30.000	MORFINA, SULFATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 2 ML	Ampola
265	5.000	MORFINA SULFATO, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
268	1.000	NIFEDIPINO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
272	1.000	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
273	500	NISTATINA, 25.000UI/G, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 60G	Bisnagas
274	1.500	NISTATINA, ASSOCIADA COM OXIDO DE ZINCO, 100.000 UI + 200 MG/G, CREME, BISNAGA 60 G	Bisnagas
275	750	NITROFURANTOINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
276	750	NITROGLICERINA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
277	1.000	NITROPRUSSIATO DE SODIO, 50 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2ML	Frasco/Amp.
278	30.000	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 4 ML	Ampola
280	1.400	NORFLOXACINO 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
285	2.500	OLEO MINERAL, FRASCO 100ML	Frasco
286	60.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
287	20.000	OMEPRAZOL, 40MG, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA	Ampola
288	15.000	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
291	30.000	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 8 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 4 ML	Ampola
292	1.300	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	15.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
297	50	PETIDINA CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
298	80	PILOCARPINA CLORIDRATO, 2%, SOLUCAO OFTALMICA -FRASCO 10 ML	Frasco
299	2.500	PIRIMETAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
301	10.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
302	25.000	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
303	2.500	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	1.000	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
305	500	PROPATILNITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
306	150	PROPILOTIURACIL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
307	5.000	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	45.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
311	500	RIFAMICINA, 10 MG/ML, SPRAY -FRASCO 20 ML	Frasco
313	10.000	RISPERIDONA, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
316	50	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
318	1.500	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
336	50	TOBRAMICINA, 0,3%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
339	42.500	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola

### 3.2 Total estimado para consumo em todos os Órgãos Participantes:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
1	4.100	ACEBROFILINA , 10MG/ML,XAROPE ADULTO - FRASCO 120ML	Frasco
2	9.000	ACEBROFILINA , 5MG/ML,XAROPE INFANTIL - FRASCO 120ML	Frasco
3	173.100	ACICLOVIR, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
4	5.240	ACICLOVIR, 50MG/G, CREME , BISNAGA 10G	Bisnagas
5	7.292.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
6	1.062.500	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
7	4.600	ACIDO TRANEXAMICO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
8	326.000	ACIDO VALPROICO, 250MG, CAPSULA	Capsulas
9	1.140.000	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
10	13.950	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
11	3.700	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
12	150.900	AGUA DESTILADA, ESTERIL E APIROGENICA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola
13	73.100	ALBENDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
14	65.340	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
15	261.500	ALENDRONATO SODICO, 70MG, COMPRIMIDO	Comprimido
16	408.000	ALOPURINOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
17	343.700	ALOPURINOL, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
18	221.000	AMINOFILINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
19	5.500	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
20	428.500	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
21	6.500	AMIODARONA, 50 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
22	4.363.500	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
23	1.360.300	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	Capsulas
24	35.400	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 150ML	Frasco
25	30.100	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO, FRASCO 60ML	Frasco
26	754.500	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG +125MG, COMPRI-MIDO	Comprimido
27	34.450	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG +12,5MG/ML, SUS-PENSAO, FRASCO 75ML	Frasco
28	349.000	ANLIDIPINO BESILATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
29	4.680.000	ANLIDIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
30	141.000	ATENOLOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
31	392.000	ATENOLOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
32	4.417.000	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
33	3.400	ATROPINA SULFATO, 0,50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
34	354.700	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
35	38.700	AZITROMICINA, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO 600MG	Frasco
36	7.500	BACLOFENO, 10 MG COMPRIMIDO	Comprimido
37	2.350	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, 50MCG/DOSE, AEROSOL BUCAL, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
38	1.000	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM AEROGADOR NASAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
39	8.150	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200 DOSES	Frasco
40	49.200	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
41	17.700	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
42	3.350	BENZILPENICILINA, POTASSICA, 5.000.000 UI, INJETAVEL + DILUENTE, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
43	4.900	BENZILPENICILINA, POTASSICA, ASSOCIADA A PENICILINA PROCAINADA, 100.000UI + 300.000UI, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
44	21.700	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA, FOSFATO, 5 MG + 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
45	2.550	BICARBONATO DE SODIO, 8,4%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
46	865.500	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
47	1.250	BIPERIDENO, LACTATO 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
48	10.500	BISACODIL, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
49	4.700	BROMOPRIDA, 4 MG/ML, GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
50	19.400	BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
51	4.150	BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 32MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	Frasco
52	4.750	BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	Frasco
53	183.000	BUPROPIONA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
54	6.739.500	CAPTAPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
55	3.290.500	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
56	5.050	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
57	66.000	CARBAMAZEPINA, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
58	178.000	CARBONATO DE CALCIO, 500MG DE CALCIO, COMPRIMIDO	Comprimido
59	2.900.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 500MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
60	538.500	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 600MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	Comprimido
61	909.500	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
62	593.000	CARVEDILOL, 12,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
63	1.305.000	CARVEDILOL, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
64	345.000	CARVEDILOL, 3,125MG, COMPRIMIDO	Comprimido
65	2.144.500	CARVEDILOL, 6,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
66	1.218.000	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
67	35.050	CEFALEXINA, 50MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
68	62.800	CEFAZOLINA SODICA, 1 G, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
69	30.550	CEFTRIAXONA SODICA, 1 G, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
70	140.700	CETOCONAZOL, 200MG, COMPRIMIDO	Comprimido
71	9.450	CETOCONAZOL, 20MG/G, CREME TOPICO, BISNAGA 30G	Bisnagas

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
72	2.200	CETOCONAZOL, 2%, SHAMPOO, FRASCO 100ML	Frasco
73	156.100	CETOPROFENO, 100 MG/ML, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, ENDOVENOSO, FRASCO/AMPOLA	Frasco/Amp.
74	23.300	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, INTRAMUSCULAR -AMPOLA 2 ML	Ampola
75	180	CICLOPENTOLATO, 1%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
76	259.360	CILOSTAZOL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
77	673.450	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
78	516.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
79	54.000	CLARITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
80	42.500	CLINDAMICINA, 300MG, CAPSULA	Capsulas
81	274.800	CLOMIPRAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
82	132.500	CLONAZEPAM, 0,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
83	20.750	CLONAZEPAM, 2,5MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
84	1.101.000	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
85	25.300	CLONIDINA CLORIDRATO, 0,15 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
86	13.500	CLONIDINA CLORIDRATO, 0,1 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
87	784.500	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	Comprimido
88	540	CLORANFENICOL, ASSOCIADO A ACETATO DE RETINOL + AMINOACIDOS + METIONINA, 5 MG + 10.000UI + 25 MG + 5 MG, POMADA OFTALMICA - BISNAGA 3,5 G	Bisnagas
89	12.980	CLORETO DE POTASSIO, 19,1%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
90	57.350	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
91	27.300	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 100 ML	Bolsa
92	39.400	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
93	33.300	CLORETO DE SODIO, 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
94	19.750	CLORETO DE SODIO 0,9%, SOLUCAO NASAL, FRASCO 30ML	Frasco
95	14.950	CLORETO DE SODIO, 20%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
96	643.500	CLORPROMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
97	225.000	CLORPROMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
98	2.050	CLORPROMAZINA, 5 MG, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
99	1.514.000	CODEINA, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
100	4.750	COLAGENASE, 0,6 UI/G, POMADA - BISNAGA 30 G	Bisnagas
101	10.320	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI+1%, POMADA, BISNAGA 30G	Bisnagas
102	47.600	COLCHICINA, 0,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
103	1.600	DELTAMETRINA, 0,2MG/ML, LOCAO, FRASCO 100ML	Frasco
104	2.950	DESLANOSIDEO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
105	67.600	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	Bisnagas
106	45.400	DEXAMETASONA, 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
107	30.100	DEXAMETASONA, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
108	63.350	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2,5 ML	Ampola
109	750	DEXAMETASONA, ASSOCIADA A NEOMICINA + POLIMIXINA B, 1 MG/ML + 3,5 MG/ML, SUSPENSAO OFTALMICA - FRASCO 5ML	Frasco
110	67.790	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
111	280.600	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
112	583.500	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
113	304.000	DIAZEPAM, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
114	14.450	DIAZEPAN, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
115	64.500	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
116	620.750	DICLOFENACO, SAL SODICO, 50MG, DRAGEAS	Drageas
117	494.500	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
118	46.500	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
119	10.500	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO, 50 MG + 50 MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
120	33.500	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
121	2.150.860	DIOSMINA, ASSOCIADA COM HESPERIDINA, 450MG+50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
122	1.761.800	DIPIRONA SODICA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
123	414.100	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
124	87.700	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
125	2.250	DOBUTAMINA CLORIDRATO, 12,5 MG/ML, INJETAVEL -FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frasco/Amp.
126	5.050	DOPAMINA, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
127	531.500	DOXAZOSINA MESILATO, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
128	235.000	DOXAZOSINA MESILATO, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
129	55.400	DOXICICLINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
130	2.931.300	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
131	5.230.000	ENALAPRIL MALEATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
132	373.000	ENALAPRIL MALEATO, 5MG COMPRIMIDO	Comprimido
133	15.550	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
134	54.950	ERITROMICINA ESTOLATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
135	5.600	ERITROMICINA ESTOLATO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
136	411.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEAS	Drageas
137	39.400	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
138	56.700	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
139	5.250	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA, 6,67 MG + 333,4 MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS - FRASCO 20 ML	Frasco
140	80.980	ESPIRAMICINA, 1.500.000UI, COMPRIMIDO	Comprimido
141	15.500	ESPIRONOLACTONA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
142	1.763.500	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
143	8.550	ESTRADIOL VALERATO, ASSOCIADO COM NORESTISTERONA ENANTATO, 5MG+50MG/1ML, INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
144	4.200	ESTRIOL, 1MG/G, CREME VAGNAL, BISNAGA 50G	Bisnagas
145	121.220	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625MG, DRAGEAS, CARTELA COM 28 DRAGEAS	Cartela
146	1.030	ETILEFRINA CLORIDRATO, 10 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
147	1.350	ETOMIDATO, 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10ML	Ampola
148	101.000	EXTRATO DE PLANTAS, ESPINHEIRA SANTA, MAYTENOS ILICIFOLIA , 380 MG, CAPSULA	Capsulas
149	22.000	EXTRATO DE PLANTAS, GARRA DO DIABO, HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS DC, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
150	7.700	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO, MIKANIA GLOMERATA SPRENG, EXTRATO FLUIDO, FRASCO 100ML	Frasco
151	42.000	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONAS, TRIFOLIUM PRATENSE, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
152	1.094	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO COM TETRACAINA CLORIDRATO E ACIDO BORICO, SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 10 ML	Frasco
153	681.900	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
154	15.350	FENITOINA SODICA, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
155	748.500	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
156	2.800	FENOBARBITAL SODICO, 200 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
157	5.480	FENOBARBITAL SODICO, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
158	5.620	FENOTEROL BROMIDRATO, 5,0MG/ML, SOLUCAO PARA NEBULIZACAO GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
159	76.950	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
160	15.170	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2 ML	Frasc/Amp.
161	234.250	FINASTERIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
162	3.800	FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
163	175.000	FLUCONAZOL, 150MG, CAPSULA	Cápsula
164	1.550	FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
165	242	FLUORESCINA, 10 MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 3 ML	Frasco
166	5.621.500	FLUOXETINA, 20MG, CAPSULA	Capsulas
167	36.360	FOLINATO DE CALCIO, 15MG, COMPRIMIDO	Comprimido
168	4.262	FOSFATO DE SODIO, ENEMA, FOSFATO MONOBASICO 16 %+ FOSFATO DIBASICO 6% - FRASCO 130 ML	Frasco
169	36.800	FUROSEMIDA, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
170	1.496.000	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
171	14.660	GENTAMICINA, 40 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
172	3.000	GENTAMICINA, 5MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
173	2.429.000	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
174	3.105.000	GLICLAZIDA, 30MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
175	560.000	GLICLAZIDA, 60MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
176	7.150	GLICONATO DE CALCIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
177	5.400	GLICOSE, 25%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
178	29.550	GLICOSE, 50% , SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 10 ML	Ampola
179	5.700	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
180	4.300	GLICOSE, 5%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
181	4.000	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
182	4.500	GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SODIO, 5% + 0,9%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
183	25.750	HALOPERIDOL, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
184	1.670	HALOPERIDOL, 2MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML	Frasco
185	709.500	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
186	6.800	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
187	13.340	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola
188	108.200	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25ML, INJETAVEL - AMPOLA 0,25 ML	Ampola
189	6.050	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/ML, INJETAVEL - FRASCO 5 ML	Frasco
190	4.050	HIDRALAZINA, 20 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
191	62.400	HIDRALAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
192	10.425.000	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
193	5.000	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G, CREME, BISNAGA 30 G	Bisnagas
194	37.600	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
195	32.200	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
196	31.150	HIDROXIDO DE ALUMINIO, 61,5MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100ML	Frasco
197	362	HIPROMELOSE ASSOCIADA A DEXTRANO 3 MG + 1MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 15 ML	Frasco
198	505.000	IBUPROFENO, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
199	50.800	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30ML	Frasco
200	4.927.000	IBUPROFENO, 600MG, COMPRIMIDO	Comprimido
201	883.600	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
202	61.010	INSULINA, HUMANA, NPH, 100 U/ML, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
203	16.160	INSULINA, HUMANA, REGULAR, 100 U/ML, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA	Frasc/Amp.
204	6.420	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20ML	Frasco
205	313.100	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
206	157.500	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
207	1.100	ISOSSORBIDA, SAL MONITRATO, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
208	169.000	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
209	19.650	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
210	12.400	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 5MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	Comprimido
211	34.650	ITRACONAZOL, 100MG, CAPSULA	Capsulas
212	56.400	IVERMECTINA, 6MG, COMPRIMIDO	Comprimido
213	12.400	LACTULOSE, 667MG/ML, XAROPE, FRASCO 120ML (MEDICAMENTO)	Frasco
214	101.500	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, CAPSULAS	Capsulas
215	476.120	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, COMPRIMIDOS BIRRANHURADOS	Comprimido
216	25.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG+25MG, COMPRIMIDOS DISPERSIVEIS	Comprimido
217	139.220	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 200MG+50MG, COMPRIMIDOS	Comprimido
218	184.400	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG+25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
219	22.300	LEVOFLOXACINO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
220	21.900	LEVOFLOXACINO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 100ML	Frasc/Amp.
221	212.000	LEVOMEPRIMAZINA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
222	601.000	LEVOMEPRIMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
223	2.290	LEVOMEPRIMAZINA, 40MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 20ML	Frasco
224	322.680	LEVONORGESTREL, ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL, 0,15MG+0,03MG, BLISTER CALENDARIO COM 21 COMPRIMIDOS	Comprimido
225	2.333.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
226	2.542.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
227	183.000	LEVOTIROXINA SODICA, 75MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
228	1.927.500	LEVOTIROXINA SODICA, 100MCG, COMPRIMIDO	Comprimido
229	945	LIDOCAINA CLORIDRATO, 10%, SPRAY, FRASCO 50 ML	Frasco
230	20.750	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	Bisnagas
231	8.350	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL - FRASCO 20 ML	Frasco
232	8.540	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 20 ML	Frasc/Amp.
233	29.300	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2% + 1:100.000, INJETAVEL - TUBETE 1,8 ML	Tubete
234	530.500	LORATADINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
235	18.800	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	Frasco
236	4.021.500	LOSARTANA POTASSICA, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
237	1.850	MANITOL, 20%, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 250 ML	Bolsa
238	19.300	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
239	5.450	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	Ampola

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
240	137.500	METADONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
241	4.830.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
242	6.750.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	Comprimido
243	1.381.000	METILDOPA, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
244	850	METILLERGOMETRINA MALEATO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
245	389.100	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
246	28.900	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10ML	Frasco
247	115.800	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
248	53.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 100MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
249	168.500	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
250	189.050	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO	Comprimido
251	2.560	METOPROLOL TARTARATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	Ampola
252	20.610	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	Bisnagas
253	359.900	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	Comprimido
254	79.700	METRONIDAZOL, 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
255	5.410	METRONIDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 80ML	Frasco
256	9.950	MICONAZOL, 20MG/G, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
257	34.040	MICONAZOL, 2%, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 80G	Bisnagas
258	13.380	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
259	26.650	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 3 ML	Ampola
260	3.750	MORFINA, SULFATO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola
261	56.600	MORFINA, SULFATO, 10 MG, COMPRIMIDO	Comprimido
262	2.500	MORFINA, SULFATO 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1 ML	Ampola
263	1.260	MORFINA, SULFATO, 10 MG/ML, SOLUCAO ORAL - FRASCO 60 ML	Frasco
264	40.700	MORFINA, SULFATO, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 2 ML	Ampola
265	16.600	MORFINA SULFATO, 30MG, COMPRIMIDO	Comprimido
266	56.000	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	Bisnagas
267	125.300	NIFEDIPINO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
268	176.000	NIFEDIPINO, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
269	335.000	NIFEDIPINO, 20MG, RETARD, COMPRIMIDO	Comprimido
270	1.850.000	NIMESULIDA, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
271	7.750	NIMESULIDA, 50MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
272	10.890	NISTATINA, 100.000UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
273	9.900	NISTATINA, 25.000UI/G, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 60G	Bisnagas
274	8.350	NISTATINA, ASSOCIADA COM OXIDO DE ZINCO, 100.000 UI + 200 MG/G, CREME, BISNAGA 60 G	Bisnagas
275	125.450	NITROFURANTOINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
276	1.350	NITROGLICERINA, 5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
277	1.355	NITROPRUSSATO DE SODIO, 50 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 2ML	Frasco/Amp.
278	36.900	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 4 ML	Ampola
279	63.510	NORESTISTERONA, 0,35MG, BLISTER CALENDARIO COM 35 UNIDADES, COMPRIMIDO	Comprimido
280	80.400	NORFLOXACINO 400MG, COMPRIMIDO	Comprimido
281	21.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 10MG, CAPSULA	Capsulas
282	294.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, CAPSULA	Capsulas
283	206.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 50MG CAPSULA	Capsulas
284	700	OCITOCINA, 5 UI/ML, SOLUCAO INJETAVEL -AMPOLA 1 ML	Ampola
285	9.550	OLEO MINERAL, FRASCO 100ML	Frasco
286	10.605.000	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA	Capsulas
287	23.480	OMEPRAZOL, 40MG, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA	Ampola
288	20.350	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 2 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
289	13.600	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 4MG, COMPRIMIDO	Comprimido
290	5.000	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 8MG, COMPRIMIDO	Comprimido
291	30.300	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 8 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 4 ML	Ampola
292	79.700	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML	Frasco
293	6.206.000	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
294	20.170	PERMETRINA, 10MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
295	2.900	PERMETRINA, 50MG/ML, LOCAO, FRASCO 60ML	Frasco
296	500	PEROXIDO DE BENZOILA, 5%, GEL TOPICO, BISNAGA 45 G	Bisnagas
297	1.000	PETIDINA CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
298	330	PILOCARPINA CLORIDRATO, 2%, SOLUCAO OFTALMICA -FRASCO 10 ML	Frasco
299	48.460	PIRIMETAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
300	38.540	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 60ML	Frasco
301	747.000	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
302	638.700	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
303	169.700	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	Comprimido
304	36.800	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
305	611.000	PROPATILNITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
306	91.150	PROPILOTIURACIL, 100MG, COMPRIMIDO	Comprimido
307	2.959.600	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
308	420.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	Comprimido
309	97.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
310	15.180	RETINOL ACETATO, ASSOCIADO A COLECALCIFEROL, 50.000UI + 10.000UI SOLUCAO ORAL, FRASCO 10 ML (USO RECEM NASCIDO A ADULTO)	Frasco
311	1.250	RIFAMICINA, 10 MG/ML, SPRAY -FRASCO 20 ML	Frasco
312	1.700	RINGER, ASSOCIADO COM LACTATO DE SODIO, SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA 500 ML	Bolsa
313	357.000	RISPERIDONA, 1MG, COMPRIMIDO	Comprimido
314	167.500	RISPERIDONA, 2MG, COMPRIMIDO	Comprimido
315	54.120	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SODIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SODIO 2,9G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUCAO PRONTA, SEGUNDO PADRAO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	Envelope
316	34.150	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO 200 DOSES	Frasco
317	4.900	SECNIDAZOL, 1000MG, COMPRIMIDO	Comprimido
318	688.500	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG, COMPRIMIDO	Comprimido
319	50.000	SIMETICONA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
320	305.000	SINVASTATINA, 10MG, COMPRIMIDO	Comprimido
321	10.705.000	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	Comprimido
322	2.460.000	SINVASTATINA, 40MG, COMPRIMIDO	Comprimido
323	59.000	SULFADIAZINA, 500MG, COMPRIMIDO	Comprimido
324	24.980	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA 30G	Bisnagas
325	407.600	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
326	19.630	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 50ML	Frasco
327	3.750	SULFATO DE MAGNESIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	Ampola
328	17.700	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 30ML	Frasco
329	2.164.000	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEAS	Drageas
330	930	SUXAMETONIO CLORETO, 500 MG/ML, INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA 10 ML	Frasco/Amp.
331	2.950	TENOXICAM, 20 MG, INJETAVEL, AMPOLA	Ampola
332	131.200	TEOFILINA, 100MG, CAPSULA	Capsulas
333	7.050	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
334	32.000	TIAMINA, 300MG, COMPRIMIDO	Comprimido
335	4.290	TIMOLOL, 0,5%, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5ML	Frasco
336	900	TOBRAMICINA, 0,3%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
337	282.500	TRAMADOL CLORIDRATO, 50MG, CAPSULA	Capsulas
338	36.200	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola
339	51.300	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
340	1.370	TROPICAMIDA, 1%, SOLUCAO OFTALMICA - FRASCO 5 ML	Frasco
341	271.000	VARFARINA SODICA, 2,5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
342	234.500	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	Comprimido
343	342.600	VERAPAMIL CLORIDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	Comprimido
344	335.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B3, B5, B6, DRAGEAS	Drageas
345	24.600	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	Ampola
346	468.000	VITAMINAS + SAIS MINERAIS, CONTENDO NO MINIMO, ACIDO FOLICO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MGG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG COM REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO, COMPRIMIDO	Comprimido

3.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados pelos Órgãos Participantes e fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

3.3.1 Fica ressalvada a possibilidade de remanejamento de quantidades entre os Órgãos Participantes, nos termos da Resolução CISNOR-DESTE/SC nº 17/2015.

#### 4 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões.

4.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, denominado Órgão Gerenciador, através de seu Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões ([www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br)).

## 5 RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1 O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a recebimento e abertura da proposta, conforme consta no preâmbulo, atentando também para a data e horário para início da disputa.

5.2 As propostas dos licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas para a recebimento das propostas.

5.3 O preço de cada item terá como teto a tabela CMED, em sua versão mais atualizada ao tempo da realização das propostas do pregão, a qual se encontra disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/listas-de-precos>, sendo invalidados os lances a maior.

5.4 Após o prazo previsto para recebimento das propostas, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração das mesmas.

5.5 A proposta deverá conter FABRICANTE, MARCA E/OU NOME COMERCIAL (neste mesmo campo, incluir o NÚMERO DO REGISTRO DA ANVISA COM 13 DÍGITOS) do produto cotado, embalagem primária, sendo permitida a apresentação de apenas uma marca por item cotado.

Anexo I

5.6 A proposta deverá conter ainda, referente ao produto, o número do registro na ANVISA, que contenha 13 dígitos.

5.7 Só serão aceitas propostas de medicamentos nas formas farmacêuticas comprimidos, cápsulas ou drágeas, cuja embalagem primária permita o fracionamento, exceto quando acondicionado em frasco, condição que impossibilita o fracionamento.

5.8 Fica vedada a identificação da licitante em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresa), carimbos, telefones, nomes, etc. O descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da licitante.

5.9 A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto, o seu enquadramento nesta condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, para fazer valer o direito de prioridade no desempate previsto nos arts. 44 e 45 da mesma lei.

## 6 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos, bem como legislação aplicável.

6.1.1 Empresas em consórcio poderão participar da presente licitação, observados os critérios, requisitos, restrições e impedimentos estabelecidos pelo art. 33 da Lei nº 8.666/93.

6.2 Para participar desta licitação, o interessado deverá realizar previamente seu cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

6.3 Estarão impedidos de participar do processo licitatório aqueles que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pelo Órgão Gerenciador ou qualquer dos Órgãos Participantes;
  - b) sejam declaradas inidôneas pela Administração Pública, em qualquer esfera;
  - c) estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
  - d) enquadrem-se às hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
  - e) apresentem irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária, ressalvado o disposto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e item 11.2, alínea c.1 deste Edital.
  - f) encontrem-se inadimplentes em relação às penalidades pecuniárias que lhes tenham sido impostas pelo Órgão Gerenciador ou Órgãos Participantes em Processo Administrativo do qual não caiba mais recurso.
- 6.4 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário limite fixado neste Edital para o recebimento das propostas.

## 7 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder às questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas, indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos relativos ao certame;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar o registro dos preços;
- l) instaurar processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

## CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.2 A participação do interessado na licitação se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, devendo manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3 Os participantes que desejem operar por meio de empresa associada à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, conforme modelo do Anexo VII, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br).

7.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.

7.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por

seu representante, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

#### PARTICIPAÇÃO

7.8 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

7.9 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.10 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e FAX 3091-9654, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

#### 8 ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

8.2 Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão imediatamente informados de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.4 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.

8.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.6 Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.

8.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

8.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail ou chat), divulgando data e hora da reabertura da sessão.

8.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra aleatório. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo entre 01 (um) segundo e 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

8.10 Face à imprevisão do tempo extra, os participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

8.11 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

8.12 Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

8.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.14 Quando for constatado empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema aplicará os critérios para desempate em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda tentar negociar um melhor preço.

8.15 POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS CORRIGIDA CONFORME SEU ÚLTIMO LANCE, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: pregoeiro@cisnordeste.sc.gov.br

Telefone/fax: (47) 34229838

8.16 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 8.15.

8.17 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 17.8, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

8.18 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

8.19 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

8.20 A proposta de preços deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, permanecendo este prazo em caso de omissão.

8.21 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos ou estando eles já decididos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço por item.

#### 9 PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

9.1 A licitante vencedora, deverá enviar Órgão Gerenciador, no prazo estipulado no item 8.15, a Proposta de Preços escrita, com o(s)

valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação. Os documentos não deverão conter emendas, rasuras ou entrelinhas.

#### 9.2 A proposta escrita deverá conter:

- a) o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;
- b) folhas datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- c) declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- d) o prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura das propostas virtuais;
- e) discriminados, em moeda corrente nacional, os preços dos itens limitados a 04 (quatro) casas decimais para os centavos;
- f) discriminado, o prazo de validade da Ata de 01 de março de 2018 a 31 de agosto de 2018;
- g) o prazo de entrega dos itens de até 10 (dez) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento exclusivamente emitida pelo Órgão Participante;
- h) as especificação, marca completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica, com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito no item 1.1, deste Edital;
- i) o valor unitário e valor total com a quantidade estimada;
- j) os dados Bancários conforme ANEXO II;
- k) a descrição da Embalagem Primária para o lote, sendo o caso, conforme item 2.7.2.

9.3 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM.

9.4 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

#### 10 GARANTIA

10.1 As licitantes vencedoras deverão, respeitadas as particularidades e exigências de cada item, fornecer o objeto com validade/garantia igual ou superior a 70% (setenta por cento) de seu prazo de validade total, contando a partir de sua fabricação, quando de sua entrega nos locais indicados na Autorização de Fornecimento emitida pelo executor da compra.

#### 11 DA HABILITAÇÃO

11.1 TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 8.15, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017-CISONORDESTE/SC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 005  
/2017-CISONORDESTE/SC  
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

11.2 Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores; No caso de consórcio de empresas, além do ato constitutivo das empresas consorciadas, documentos referidos no art. 33 da Lei nº 8.666/93.
- b) caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgado.
- c) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO III).
- c.1) Sendo a licitante a ser habilitada Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando a regularização da restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.
- d) a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar a seguinte documentação:
  - d.1) comprovante de opção pelo Simples Nacional, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal - <http://www.receita.fazenda.gov.br/>;
  - d.2) declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO V).
  - d.3) os documentos relacionados nos subitens d.1 e d.2 poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O.U. do dia 22/05/2007.
- e) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União
- g) prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- h) prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- i) prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.
- k) cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento, distribuição ou comercialização de medicamentos (art. 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998).
- l) cópia da Autorização de Funcionamento da empresa ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União, no caso de cotação de medicamentos sujeitos ao controle especial (art. 2º da Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária, do Ministério

da Saúde).

m) as distribuidoras de medicamentos deverão atender ao contido no art. 23, §§ 7º e 8º da Lei nº 9.782/99. Caso a renovação da autorização de funcionamento e/ou autorização de funcionamento especial ainda não tenha sido publicada pela ANVISA, será aceita cópia do protocolo de renovação, juntamente com autorização do funcionamento publicada no Diário Oficial da União do ano anterior.

n) o Certificado de Registro de Produto de cada medicamento, que poderá ser emitido via internet, no site da ANVISA, dentro do prazo de validade

o) No caso da empresa detentora da marca terceirizar a produção do produto cotado para outra empresa, a licitante deverá apresentar o contrato de terceirização, contendo os produtos a serem terceirizados.

p) cópia do Certificado de Registro do Produto ou de sua publicação no Diário Oficial da União (art. 5º da Portaria Ministerial nº 2.814, de 29 de maio de 1998 alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998), devendo este ser identificado com o número do item a que se refere.

q) Dados cadastrais do fornecedor, conforme modelo do Anexo IX.

r) Certificado de Boas Práticas de Fabricação, nos termos da Portaria de nº 3.716/98, art. 5º, inciso III de 8 de outubro de 1998, do Ministério da Saúde, ou se este estiver vencido, apresentar juntamente com este, relatório de inspeção realizado pela VISA, com a respectiva recomendação e conclusão liberando para fabricação e/ou comercialização dos produtos nas respectivas linhas de produção, além da petição de renovação do certificado, no prazo de validade do mesmo

s) Para produtos fabricados no exterior, deverá ser apresentado, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação, expedido pela autoridade sanitária do país de origem do produto e/ou da ANVISA, inclusive em caso de terceirização do processo produtivo. O citado documento, no caso de ser emitido pela Autoridade Sanitária do país de origem deverá estar, também, consularizado e devidamente traduzido por tradutor juramentado

11.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada eventual restrição, esta poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, na forma do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

11.3.1 A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, facultando ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.4 Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais na sede do Órgão Gerenciador, para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX), tampouco documentos ilegíveis.

11.4.1 Os documentos cuja autenticidade possa ser atestada através da internet, mediante livre e gratuito acesso, não precisarão ser autenticados.

11.5 Em hipótese alguma serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

11.5.1 Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 4 (quatro) meses após a sua expedição.

## 12 DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

12.1 Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO";

b) apresentação do Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

c) apresentação de Registro e/ou Notificação do produto na ANVISA/MS;

d) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

e) fornecer os medicamentos dentro do prazo de validade exigido no item 10.1;

f) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos medicamentos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

g) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante e Órgão Gerenciador indicados na autorização de fornecimento;

h) lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal em pdf e em XML, no sistema informatizado de controle de execução das Atas de Registro de Preços, online, disponibilizado pelo Órgão Gerenciador, conforme item 2.1.2;

i) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

j) havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar ao Órgão Gerenciador, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento/Pedido de Medicamentos ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto.

## 13 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.2 A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

## 14 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

14.1.1 Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada, instruída com documentos, junto ao CISNORDESTE/SC.

14.2 Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

14.3 Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## 15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

15.1 As obrigações decorrentes das futuras aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados e suas autarquias), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 01 de março de 2018 a 31 de agosto de 2018.

15.1.1 Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão Participante(1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(3) e Fornecedor, e, assim, sucessivamente, até o total de Órgãos Participantes que tenham previsão de consumo para cada lote.

15.2 O fornecedor classificado em primeiro lugar nos lances realizados no certame será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no item 3 deste Edital) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a homologação, podendo ser o prazo prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal e trabalhista.

15.2.1 Havendo viabilidade técnica, poderá ser utilizada a assinatura digital de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.

15.3 O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, aplicando-se-lhe a sanção prevista no item 17.8 deste Edital.

15.4 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

15.5 Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, os Órgãos Participantes poderão firmar Atas de Registro de Preços ou Aditivos com mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

15.6 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 16 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1 Os preços não serão reajustados durante a validade das Atas de Registro de Preços.

## 17 DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

17.1 Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que manifeste sua intenção, imediatamente, através do sistema eletrônico, dentro dos 15 (quinze) minutos subsequentes ao término da fase de habilitação, no período aberto a recursos. O licitante recorrente deverá fazer, via sistema, o registro da síntese das suas razões, devendo juntar memoriais com as razões detalhadas, no prazo de 3 (três) dias, na sede do CISNORDESTE/SC. Os licitantes interessados ficam, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Dentro do prazo para apresentação de contrarrazões, será facultada vistas dos autos aos interessados.

17.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada importará na preclusão do direito de recurso, bem como a falta de apresentação das razões de recurso, por memoriais, na forma do item 17.1 acarretará na mesma consequência.

17.1.2 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante no momento oportuno, definido no item 17.1.

17.1.3 Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, tampouco serão recebidas as razões ou contrarrazões apresentadas fora do prazo e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC.

17.1.3.1 Os memoriais de recurso deverão ter todas as páginas rubricadas, sendo assinado, com firma reconhecida, na última página, pelo representante legal da Recorrente. Deverá, ainda, ser apresentada cópia autenticada do documento de identidade do signatário, acompanhado de cópia autenticada do ato constitutivo da pessoa jurídica recorrente, sob pena de não ser conhecido.

17.1.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.2 Não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item/lote, sendo submetido este resultado ao Presidente do CISNORDESTE/SC para homologação.

17.3 O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do CISNORDESTE/SC, devidamente instruído(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

17.3.1 O(s) recurso(s) não conhecido(s) não serão submetidos à apreciação pelo Presidente do CISNORDESTE/SC.

17.4 Decidido(s) o(s) recurso(s) eventualmente interposto(s), será o resultado da licitação submetido ao Presidente do CISNORDESTE/SC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

17.5 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do email cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

17.6 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

17.6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;

- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

17.7 A multa moratória prevista na alínea c do item 17.6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

17.7.2 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea e do item 17.6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após ter sido esgotado o prazo para fornecimento do objeto requerido na Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos.

17.7.3 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos, ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea d do item 17.6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea e do item 17.6.1, caso o mesmo não seja aceito.

17.7.4 O fornecedor ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 17.6.1 alínea d por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo Órgão Gerenciador.

17.8 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos Órgãos Participantes, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.9 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (email) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

17.9.1 Os processos administrativos decorrentes da inadimplências para com o Município de Joinville/SC, serão conduzidos diretamente pelo Órgão Participante.

17.10 Das decisões que cominarem penalidades, ressalvado o procedimento adotado pelo Órgão Participante, no caso do item 17.9.1, caberá recurso à Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no prazo de 10 (dez) dias.

17.11 Ficará suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

17.12 No caso do item 17.11, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.

17.13 As multas eventualmente aplicadas, exceto as aplicadas pelo Órgão Participante, conforme item 17.9.1 deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

## 18 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, ressalvado o item 3.3 deste Edital e obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I. convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

18.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

II. obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

III. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e

IV. poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.

18.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este ou o próprio Órgão Participante, as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.1.5 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do Fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

## 19 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

19.1 O fornecedor terá seu registro de preço cancelado quando:

- I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços da presente licitação ou de licitações realizadas nos últimos 5 (cinco) anos;
- II. recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado e da tabela CMED;
- IV. tiver presentes razões de interesse público;
- V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- VI. for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Órgão Gerenciador na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.
- VIII. antes ou durante a vigência da Ata de Registro de Preços, tiver sido penalizado com a sanção de suspensão de licitar e/ou impedimento de contratar com o CISNORDESTE e/ou seus municípios consorciados, em razão de infração(ões) praticada(s) em licitação(ões) pretérita(s) e/ou em vigência, nos termos do artigo 28 do Decreto Federal 5.450/05, e artigo 87 da Lei 8.666.

19.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Diretora Executiva do Órgão Gerenciador, ou por comissão delegada.

19.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se-lhe quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos ou antes de esgotado o prazo de fornecimento da Autorização de Fornecimento.

## 20 DA DOTAÇÃO

20.1 As despesas decorrentes das aquisições dos medicamentos, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante.

20.1.1 O Órgão Participante, quando da contratação/empenhamento, especificará a classificação orçamentária pertinente.

## 21 DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito diretamente pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

21.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

21.1.2 Fica ressalvado ao Órgão Participante o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.

21.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

21.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

21.4 Por ocasião do pagamento, o Órgão Participante poderá consultar a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.

## 22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Caberá ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

22.2 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

22.3 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

22.3.1 Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3.2 Caberá ao Fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

22.3.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, considerando o somatório de todos os Órgãos Participantes.

22.3.4 Os quantitativos decorrentes das adesões, não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para os Órgãos Participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

22.4 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

22.5 O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, logo após sua homologação.

22.6 Detalhes não citados referentes à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

22.7 O Presidente do CISNORDESTE/SC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.8 O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como responderão às dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, através do telefone (47) 3422 9838, ou pessoalmente (Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville/SC).

22.9 Não cabe à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo Fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da

negociação realizada.

22.10 A Pregoeira e Equipe de Apoio foram nomeadas através da Resolução nº 22, de 22 de novembro de 2016.

22.11 São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
- b) ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- e) ANEXO V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- f) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- g) ANEXO VII – Termo de Adesão Bolsa de Licitações e Leilões;
- h) ANEXO VIII – Endereços para entrega dos medicamentos e Dados para Faturamento
- i) ANEXO IX – Dados Cadastrais do Fornecedor

Joinville (SC), 16 de novembro de 2017

CLÉZIO JOSÉ FORTUNATO

Presidente do CISONORDESTE/SC

ANEXO I

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017-CISONORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017-CISONORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2017-CISONORDESTE/SC

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 005/2017 – CISONORDESTE/SC, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA (conforme ANEXO II)

2 – PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, limitados a 04 (quatro) casas decimais.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser conforme descrito no item 10.1, deste Edital.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Item 2.1.3 e 2.1.8, deste Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com item 1.2 do Edital: de xxxxxxxxxxxx a xxxxxxxxxxxx.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

4 - OBJETO DA PROPOSTA (MODELO):

ITEM	QTDE	MEDICAMENTO + REGISTRO ANVISA (13 DÍGITOS)	FABRICANTE MARCA	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
------	------	--	---------------------	---------	-----------------------	-------------------------	-------------------------

2	9.000	Acebrofilina 5mg/ml, xarope pediátrico -1258015900128		Frasco	Frasco com 120ml		
153	748.500	Fenitoina sódica100mg - 1037004730059		Comprimido	Blister com xx comp		
		CONTINUA ...					

Local e Data

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do Representante

## ANEXO II

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2017-CISNORDESTE/SC

## 1. DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

## 2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº:

## ANEXO III

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2017-CISNORDESTE/SC

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

\_\_\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em  
\_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMERCIAL) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os  
requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório (Pregão Eletrônico nº 005/2017- CISNORDESTE/SC).

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

\_\_\_\_ <CIDADE> \_\_\_\_\_ ( UF ), \_\_\_\_ < DATA> \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

## ANEXO IV

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

## REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2017-CISNORDESTE/SC

## RELAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR

ORGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	PRESIDENTE
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC – CISNORDESTE/SC	Rua Max Colin, no 1843, América	03.222.337/0001-31	Clézio José Fortunato

## RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO PARTICIPANTE	ENDEREÇO	CNPJ
Município de Araquari	Rua Coronel Almeida, nº 60, Centro, CEP 89.245-000	83.102.2281/0001-10
Município de Balneário Barra do Sul	Av. Amandio Cabral, nº 457, Centro, CEP 89.247-000	95.945.509/0001-80
Município de Barra Velha	Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, CEP 88.390-000	83.102.830/0001-57
Município de Campo Alegre	Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, CEP 89.294-000	83.102.749/0001-77
Município de Corupá	Av. Getúlio Vargas, nº 443, Centro, CEP 89.278-000	83.102.467/0001-70
Município de Garuva	Av. Celso Ramos, nº 1.614, Centro, CEP 89.248-000	83.102.848/0001-59
Município de Guaramirim	Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Centro, CEP 89.270-000	83.102.475/0001-16
Município de Itapoá	Rua Mariana Michel Borges, nº 201, Bairro Itapema do Norte, CEP 89.249-000	81.140.303/0001-00
Município de Jaraguá do Sul	Rua Walter Marquardt, nº 1.111, Bairro Barra do Rio Molha, CEP 89.259-700	83.102.459/0001-23
Município de Joinville	Av. Hermann August Lepper, nº 10, Centro, CEP 89.201-910	83.169.623/0001-10
Município de Massaranduba	Rua 11 de Novembro, nº 2.765, Centro, CEP 89.108-000	83.102.483/0001-62
Município de Rio Negrinho	Av. Richard S. de Albuquerque, nº 200, Centro, CEP 89.295-000	83.102.756/0001-79
Município de São Bento do Sul	Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, CEP 89.280-902	86.051.398/0001-00
Município de São João do Itaperiú	Rua José Bonifácio Pires, nº 45, bairro Centro, CEP 88.395-000	95.954.442/0001-83
Município de São Francisco do Sul	Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, CEP 89.240-000	83.102.269/0001-06
Município de Schroeder	Rua Mal. Castelo Branco, nº 3.201, Centro, CEP 89.275-000	83.102.491/0001-09
Hospital Municipal São José de Joinville	Avenida Getúlio Vargas, nº 238, Centro, CEP: 89202-000	84.703.248/0001-09

## ANEXO V

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

## REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2017-CISNORDESTE/SC

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS  
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma \_\_\_\_\_ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Assinatura e carimbo  
Representante da empresa

Carimbo do CNPJ:

#### ANEXO VI

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2017-CISNORDESTE/SC

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ..... /2018

Aos ... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA –CISNORDESTE/SC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, compersonalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, América, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Diretora Executiva, Ana Maria Groff Jansen, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o MUNICÍPIO DE ....., pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ....., ....., inscrito no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, doravante denominado ORGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo ....., Sr. ...., doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resoluções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina –CISNORDESTE/SC nº 02, de 10 de janeiro de 2014 e nº 17, de 02 de outubro de 2015 e no Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2017-CISNORDESTE/SC, e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, de medicamentos, para uso do Órgão Participante: ....., durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços: xxxxxxxx a xxxxxxxxxxxxxxxx, conforme Tabela da Cláusula Décima Quarta.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.2 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a Tabela da Cláusula Décima Quarta.

2.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados pelo Órgão Participante e fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

2.3.1 Fica ressalvada a possibilidade de remanejamento de quantidades entre os Órgãos Participantes, nos termos da Resolução CISNORDESTE/SC nº 17/2015.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS

3.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade de cada Órgão Participante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

3.1.1 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante, por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato.

3.1.2 Neste ato, é atribuído um login e senha ao FORNECEDOR para acesso online ao sistema de controle de Processos Administrativos Licitatórios ....., disponível em [http:// .....](http://...../) /, sendo as Autorizações de Fornecimento/Pedido de Medicamentos lançadas pelos Órgãos Participantes diretamente neste sistema.

3.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato, que serão geradas através do sistema e enviada por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor.

3.1.4 O FORNECEDOR deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

3.1.4.1 Caso o FORNECEDOR não confirme o recebimento no prazo mencionado no item 3.1.4, o próprio sistema fará a confirmação, sendo considerada válida para todos os efeitos.

3.1.4.2 Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema, na forma do item 3.1.4.1, caso haja alteração dos dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo IX do Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2017-CISNORDESTE/SC, compete exclusivamente ao FORNECEDOR requerer a atualização dos seus dados de acesso.

3.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta Reais), o FORNECEDOR, desde que inequivocamente noticie ao requisitante e este expressamente concorde, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-se-lhe qualquer sanção.

3.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizada através do sistema informatizado de Controle de Processos Administrativos Licitatórios, conforme item 3.1.2.

3.1.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o FORNECEDOR deverá registrar o evento no sistema informatizado, anexando os arquivos referentes à Nota Fiscal Eletrônica respectiva.

3.1.8 O FORNECEDOR deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão Participante (Anexo IX), com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

3.2 O Prazo de validade/garantia de cada medicamento, no momento da entrega do mesmo ao executor da compra, não poderá ser inferior a 70% (setenta por cento) de seu prazo de validade total, contando a partir de sua fabricação.

3.3 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante correrão por conta do FORNECEDOR.

3.3.1 Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.4 O FORNECEDOR deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos:

3.4.1 o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/produto emitida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, dentro do prazo de validade, ou o protocolo do pedido de renovação, caso este esteja vencido;

3.4.2 o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

3.4.3 o Certificado de Registro de Produto de cada medicamento, que poderá ser emitido via internet, no site da ANVISA, dentro do prazo de validade.

3.5 Os Órgãos Participantes observarão, para efeito de quantificação do pedido, a quantidade mínima da embalagem primária, nos casos de impossibilidade de fracionamento. Caso o FORNECEDOR receba Autorização de Fornecimento com quantidade incompatível com a possibilidade de fracionamento, deverá imediatamente informar ao Órgão Participante a situação, requerendo a revisão do empenho e, ainda, o cancelamento da quantidade remanescente no sistema informatizado.

3.6 A fracionabilidade será regulada pelas disposições contidas no Decreto nº 5.775/2006, Lei nº 6.360/76, Lei nº 6.437/77 e RDC nº 80/2006.

3.7 O FORNECEDOR deverá observar as diretrizes estabelecidas pela RDC nº 54/2013, referente à implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos

3.8 Para fins desta Ata de Registro de Preços, são considerados sinônimos os termos Autorização de Fornecimento e Pedido de Medicamentos.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente Ata de Registro de Preços, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

4.1.2 Fica ressalvado ao Órgão Participante o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida.

4.1.3 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

4.2 Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.3 Por ocasião do pagamento, o Órgão Participante consultará a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.

4.4 Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2017–CISNORDESTE/SC, com a observação “PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO”, impressa na embalagem;

b) apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle da produção/produto, ou o protocolo do pedido de renovação, se vencido;

c) apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

d) apresentar o Registro e/ou Notificação do produto na ANVISA/MS;

e) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

f) fornecer os medicamentos dentro do prazo de validade exigido no item 3.2;

g) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos medicamentos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

h) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante e Órgão Gerenciador indicados na Autorização de Fornecimento;

i) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

j) lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal no sistema informatizado, online, disponibilizado pelo Órgão Gerenciador;

k) Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá registrar o evento no sistema informatizado, por meio de acesso com seu login e senha, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato “pdf”, bem como o arquivo XML correspondente

l) havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar ao Órgão Gerenciador, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento ou, no máximo, dentro do prazo estipulado para fornecimento, sem tolerância.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia

de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

g) o FORNECEDOR ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 17.6.1 alínea d por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo Órgão Gerenciador.

6.2 A multa moratória prevista na alínea c do item 6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

6.3 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea e do item 6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após ter sido emitida a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos pelo Órgão Participante.

6.4 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos enviado pelo Órgão Participante ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea d do item 6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea e do item 6.1, caso o mesmo não seja aceito.

6.5 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o FORNECEDOR que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, que ensejarem o retardamento da execução do contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.6 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (email) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

6.6.1 Os processos administrativos decorrentes da inadimplências para com o Município de Joinville/SC, poderão ser conduzidos diretamente pelo Órgão Participante.

6.7 Das decisões que cominarem penalidades, exceto no caso do item 6.6.1, caberá recurso à Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no prazo de 10 (dez) dias.

6.8 Ficará suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração torná-las exigíveis no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite. Entretanto, sendo o fato punível com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.

6.9 As multas eventualmente aplicadas, ressalvado os processos administrativos mencionados no item 6.6.1, deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 Os contratos decorrentes da presente Ata poderão ser rescindidos, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados nos artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, ressalvado o caso definido no item 2.2 e obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR.

8.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I. convocar o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II. frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo FORNECEDOR ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

II. obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

III. frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e

IV. poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.

8.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as

medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.5 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do FORNECEDOR, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços da presente licitação ou de licitação(ões) realizada(s) nos últimos 5 (cinco) anos;
- II. recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado e a tabela CMED;
- IV. tiver presentes razões de interesse público;
- V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- VI. for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.
- VIII. antes ou durante a vigência da Ata de Registro de Preços, tiver sido penalizado com a sanção de suspensão de licitar e/ou impedimento de contratar com o CISNORDESTE e/ou seus municípios consorciados, em razão de infração(ões) praticada(s) em licitação(ões) pretérita(s) e/ou em vigência, nos termos do artigo 28 do Decreto Federal 5.450/05, e artigo 87 da Lei 8.666.

9.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se-lhe quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2018.

10.1.1 O Órgão Participante quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 27/2017-CISNORDESTE/SC, Pregão Eletrônico nº 005/2017-CISNORDESTE/SC, REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2017-CISNORDESTE/SC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, Órgão Gerenciador.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de março de 2018 a 31 de agosto de 2018.

12.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, observado o máximo de 1 (um) ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador ou para os Órgãos Participantes, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da estimativa de consumo indicada na Cláusula Segunda e Décima Quarta, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.2 Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2017– CISNORDESTE/SC e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 O FORNECEDOR signatário, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.4 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e conforme condições estabelecidas no item 22.3 do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS E ESTIMATIVA DE CONSUMO

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO	MARCA/ MODELO	EMBALAGEM PRIMÁRIA	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
...	...	...	...				
			CONTINUA ...				

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 É competente o foro da Comarca de Joinville, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Joinville (SC), ... de ..... de 2018.  
ANA MARIA GROFF JANSEN Fornecedor Registrado  
DIRETORA EXECUTIVA CISNORDESTE/SC  
Órgão Gerenciador

Órgão Participante

Testemunha:

## ANEXO VII

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2017-CISNORDESTE/SC

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIACÃO DE OPERAÇÕES

1 – Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2 – São responsabilidades do Licitante:

2.1 – tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

2.2 – observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

2.2.1 - observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declarar pleno conhecimento;

2.2.2 - designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme ANEXO I;

2.2.3 - pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3 – O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4 – O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5 – (cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

5.1 – declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;

5.2 – apresentar lance de preço;

5.3 – apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;

5.4 – solicitar informações via sistema eletrônico;

5.5 – interpor recursos contra atos do pregoeiro;

5.6 – apresentar e retirar documentos;

5.7 – solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;

5.8 – assinar documentos relativos às propostas;

5.9 – emitir e firmar o fechamento da operação;

5.10 – praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

6 – O presente Termo de Adesão é válido até \_\_/\_\_/\_\_\_\_, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
(reconhecer firma em cartório)

Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações  
da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto)

## Indicação de Usuário do Sistema

O Licitante reconhece que:

- a) a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo desse titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- b) o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- c) a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;
- d) o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros;
- e) o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

Responsável: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(reconhecer firma em cartório)

ANEXO VIII

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2017-CISNORDESTE/SC

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA ENTREGA DOS MEDICAMENTOS E DADOS PARA FATURAMENTO

ÓRGÃO PARTICIPANTE	DADOS PARA FATURAMENTO	ENDEREÇO DE ENTREGA
Araquari	Fundo Municipal de Saúde de Araquari CNPJ 08.345.495/0001-00 Rua Coronel Almeida, nº 60, Centro Araquari/SC – Telefone: (47) 3447-7777 Contato: gabinetesauade@bol.com.br comprasarq@hotmail.com	Unidade Sanitária Central Rua Padre Horacio Rebelo, nº 100, Centro - Araquari/SC CEP 89.245-000
Balneário Barra do Sul	Fundo Municipal de Saúde de Baln. Barra do Sul CNPJ: 11.228.769/0001-88 Rua Amâncio Cabral, nº 457, Centro Balneário Barra do Sul/SC Telefone: (47) 3448-1043 Contato: saude@balneariobarradosul.sc.gov.br	Complexo de Saúde - Farmácia Rua Francisco José Peixer, nº 329, Centro – Balneário Barra do Sul/SC. CEP: 88247-000
Barra Velha	Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha CNPJ: 01.877.528/0001-06 Av. Gov. Celso Ramos, nº 200, Centro – Barra Velha/SC - CEP: 88390-00 - Telefone (47) 3456-1067 – Contato: farmaciabarravelha@hotmail.com	Rua Miranda Coutinho, nº 49, Centro – Barra Velha/SC CEP: 88390-00
Campo Alegre	Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre CNPJ 01.941.360/0001-50 Av. Getúlio Vargas, nº 467, Centro Campo Alegre/SC - Telefone: (47) 3632-1621 Contato: saude@campoalegre.sc.gov.br	Rua Irmã Amalia Gheller, nº 22 Centro - Campo Alegre/SC
Corupá	Fundo Municipal de Saúde de Corupá CNPJ 11.269.752/0001-79 Av. Getúlio Vargas, nº 443, Centro CEP 89.278-000 Corupá/SC Telefone: (47) 3375-1234 Contato: saude@corupa.sc.gov.br farmacia@corupa.sc.gov.br	Rua Nereu Ramos, nº 312 Centro – Corupá/SC
Garuva	Fundo Municipal de Saúde de Garuva CNPJ 11.303.923/0001-39 Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro Garuva/SC Telefone: (47) 3445-4018 Contato: thiagobackes@hotmail.com	Rua Juarez Távora, nº 106 Centro – Garuva/SC

Guaramirim	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim CNPJ 11.293.409/0001-60 Rua Henrique Friedmann, nº 415, Centro CEP 89.270-000 Guaramirim/SC Telefone: (47) 3373-6255 Contato: almoxarifadomed@guaramirim.sc.gov.br	Rua Henrique Friedmann, nº 415 Centro - Guaramirim/SC
Itapoá	Fundo municipal de Saúde de Itapoá Rua: Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte – Itapoá/SC. CNPJ: 11.485.410/0001-96 Telefone: (47) 3443-0617 Contato: saudecompras@itapoa.sc.gov.br farmacia@itapoa.sc.gov.br	Av: Zilda Arns Neumann, nº 557 - Itapema do Norte – Itapoá/SC de segunda a sexta-feira das 8:00hs as 14:00hs, sem fechar para o almoço.
Jaraguá do Sul	Fundo Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul CNPJ 14.007.211/0001-60 Rua Isidoro Pedri, nº 120, Jaraguá do Sul/SC Telefone: (47) 2106-8400 Contato: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br	Rua Isidoro Pedri, nº 120 Bairro Barra do Rio Molha Jaraguá do Sul/SC
Joinville	Fundo Municipal de Saúde de Joinville CNPJ 08.184.821/0001-37 Rua Araranguá, nº 397, Bairro América Joinville/SC Telefone: (47) 3481-5105 Contato: cafjoinville@googlegroups.com	Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF Rua Monsenhor Gercino, nº 1055 Bairro Itaum – Joinville/SC CEP 89.210-146
Massaranduba	Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba CNPJ 11.231.203/0001-05 Rua 11 de Novembro, nº 3.025, Centro CEP 89.108-000 – Massaranduba/SC Telefone: 47 3379-1568 Contato: adrianavasel@hotmail.com	Unidade Sanitária Centro Rua 11 de novembro,S/N - Centro CEP 89108-000- Massaranduba/SC
Rio Negrinho	Fundo Municipal de Saúde de Rio Negrinho CNPJ 10.377.912/0001-30 Av. Richard S. Albuquerque, nº 40, Centro Cívico, Rio Negrinho/SC Telefone: (47) 3644-2122 Contato: farmacia.saude@rionegrinho.sc.gov.br	Av. Richard S. Albuquerque, nº 40, Centro Cívico, Rio Negrinho/SC
São Bento do Sul	Fundo Municipal de São Bento do Sul CNPJ 08.281.643/0001-62 Rua Largo Hugo Fischer, nº 25 São Bento do Sul/SC Telefone: (47) 3631-0400 Contato: comprassau@saobentodosul.sc.gov.br	Central de Medicamentos Rua Henrique Schwartz, nº 61 – sala 11B – São Bento do Sul/SC Telefone: (47) 3635-1602
São João do Itaperiú	Fundo Municipal de São João do Itaperiú CNPJ 10.422.587/0001-80 Rua José Romão de Souza, 470 Centro CEP 88395-000 São João do Itaperiú Telefone (47) 3458-0010 – (47) 3458-0474 Contato: shibruns@yahoo.com.br farmacia@pmsji.sc.gov.br gerencia.compras@pmsji.sc.gov.br	Rua José Romão de Souza, 470 Centro CEP 88395-000 São João do Itaperiú Telefone (47) 3458-0010 – (47) 3458-0474
São Francisco do Sul	Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul Rua Manoel Bueno, nº 387, Rocio Grande, São Francisco do Sul/SC – CEP: 89240-000 Telefone: (47) 3444-6190 – 3444-2458 – 3444-2033 – financeiro-saude@saofranciscodosul.sc.gov.br	Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde Rua: Aldo Possamai, s/nº (subida Hospital da Caridade) - Centro – São Francisco do Sul/SC Telefone: (47) 3444-5202
Schroeder	Município de Schroeder CNPJ 83.102.491/0001-09 Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201 – Centro CEP 89.275-000 - Schroeder/SC Telefone: (47) 3374-6500 Contato: saude.farmacia@schroeder.sc.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde Rua Paulo Jahn, nº 147 – Sala 26 Centro - Schroeder/SC A/C Roseane Finta Telefone: (47) 3374-6405
Hospital Municipal São José	Hospital Municipal São José CNPJ 84.703.248/0001-09 Av. Getúlio Vargas, nº 238 – Centro Joinville/SC Telefone: (47) 3441-6634 Contato: ana.leopold@joinville.sc.gov.br joaopaulo.hmsj@gmail.com	Hospital Municipal São José Serviço de Farmácia Av. Getúlio Vargas, nº 238 – Centro Joinville/SC Acesso pela Rua São José Segunda a Sexta, das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 16h00.

## ANEXO IX



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2017-CISNORDESTE/SC

DADOS CADASTRAIS DO FORNECEDOR

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ: INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO (rua, nº, Complemento, CEP, Cidade, Estado):

DADOS BANCÁRIOS:

CONTATO(S):

SETOR	RESPONSÁVEL	TELEFONE(S)	EMAIL(S)
Licitação (Documentação)			
Autorizações de Fornecimento			
Faturamento/entregas			
Notificações			

**EXTRATO DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017 – CISNORDESTE/SC - REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017 – CISNORDESTE/SC - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2017**

Publicação Nº 1429223

**EXTRATO DE EDITAL**

## Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico nº 005/2017 – CISNORDESTE/SC

Registro de Preços nº 005/2017 – CISNORDESTE/SC

Processo Administrativo nº 027/2017

OBJETO: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso dos órgãos participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC, MUNICÍPIOS DE ARAQUARI, BALNEÁRIO BARRA DO SUL, BARRA VELHA, CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, GARUVA, GUARAMIRIM, ITAPOÁ, JARAGUÁ DO SUL, JOINVILLE, MASSARANDUBA, RIO NEGRINHO, SÃO BENTO DO SUL, SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ, SÃO FRANCISCO DO SUL, SCHROEDER, Schroeder e Hospital Municipal São José (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville).de medicamentos da Farmácia Básica e Pronto Atendimento, durante o período de 01 de março de 2018 à 31 de agosto de 2018.

TIPO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 9h00m do dia 20/11/2017 até às 17h00m do dia 28/11/2017.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 08h01m às 09h00m do dia 29/11/2017

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01m do dia 29/11/2017

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br) "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: [pregoeiro@cisnordeste.sc.gov.br](mailto:pregoeiro@cisnordeste.sc.gov.br)Site: [www.amunesc.org.br/estruturaorganizational/index/index/codMapaItem/57744](http://www.amunesc.org.br/estruturaorganizational/index/index/codMapaItem/57744)

Telefone: (47) 3422-9838 - Fax: (47) 3422-9838

Joinville (SC), 16 de novembro de 2017.

CLÉZIO JOSE FORTUNATO

Presidente do CISNORDESTE/SC

**CIS/AMARP****ADITIVO 11 2017 MARIA LUCIA**

Publicação Nº 1428773

**1º TERMO ADITIVO 2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 11/2017 – MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI**

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Luciano Paganini e de outro lado a MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI, CPF 728.182.809-82, situada na Avenida Barão do Rio Branco, Nº 1100 - 2º andar - sala 101, Caçador/SC, neste ato representada pelo seu representante legal Maria Lucia Macedo Bertolini, RG 882.931, CPF 728.182.809-82, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 11/2017, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Consulta Pré-cirúrgica	00.00.09.033-6	60,00
Consulta Pós-cirúrgica	00.00.09.014-0	60,00
Consulta Pré-anestésica	00.00.09.036-0	60,00
Tonometria	02.11.06.025-9	17,74
Mapeamento de Retina (Monocular)	02.11.06.012-7	24,24
Microscopia Especular de Cornea (Monocular)	02.11.06.014-3	24,24
Paquimetria Ultrassônica (Monocular)	02.05.02.002-0	14,81
Biometria Ultrassônica (monocular)	02.11.06.001-1	24,24
Campimetria Computadorizada ou manual com gráfico (Monocular)	02.11.06.003-8	40,00
Ceratometria (Monocular)	02.11.06.005-4	3,37
Topografia Computadorizada de cornea (Binocular)	02.11.06.026-7	24,24

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 11/2017, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 14 de Novembro de 2017.

Luciano Paganini                      Maria Lucia M. Bertolini  
Presidente CISAMARP              Representante Legal

**TESTEMUNHAS:**

Marcélio José Borsatti              Vera Matheus de Castro  
425.790.239-68                      033.681.689-83

**VISTO:**

Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588

**RESOLUÇÃO 44/2017**

Publicação Nº 1429350

	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC. <a href="http://www.amarp.org.br">http://www.amarp.org.br</a> <a href="mailto:cis@amarp.org.br">cis@amarp.org.br</a>
--	---

**Resolução nº 44/2017**

Luciano Paganini, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Prefeito Municipal de Iomerê, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP.

Considerando a aprovação pelos Secretários de Saúde;

**RESOLVE:**

Art.1º Incluir na tabela de procedimentos CISAMARP anexo I ao edital de credenciamento nº 02/2017, para uso em conformidade com a necessidade dos municípios consorciados, o(s) procedimento(s) a seguir:

PROCEDIMENTO	CÓD.	VALOR CIS
Cintilografia de miocárdio para avaliação da perfusão em situação de Repouso	02.08.01.002-5	R\$ 430,00
Cintilografia de miocárdio para avaliação de perfusão em situação de estresse	02.08.01.003-3	R\$ 450,00
Cintilografia de corpo inteiro c/ Galio-67 p/ pesquisa de neoplasias	02.08.09.001-0	R\$ 979,34
Cintilografia óssea com ou sem fluxo sanguíneo (corpo inteiro)	02.08.05.003-5	R\$ 229,19
Cintilografia de articulações e/ou extremidades e/ou osso	02.08.05.001-9	R\$ 180,32
Cintilografia de Fígado e baço (mínimo 5 imagens)	02.08.02.001-2	R\$ 143,92
Cintilografia de pulmão para pesquisa de aspiração	02.08.07.002-8	R\$ 138,37
Cintilografia de pulmão por inalação	02.08.07.003-6	R\$ 138,37
Cintilografia pulmonar de perfusão	02.08.07.004-4	R\$ 130,50
Dacriocintilografia (cintilografia da glândula lacrimal)	02.08.09.002-9	R\$ 378,00
Cintilografia de tireóide e/ou sem captação	02.08.03.002-6	R\$ 210,00
Cintilografia de paratireóides	02.08.03.001-8	R\$ 324,54
Cintilografia renal DMSA (quantitativa e qualitativa)	02.08.04.005-6	R\$ 283,94
Cintilografia renal DTPA	00.09.01.697-0	R\$ 333,33
Cintilografia para pesquisa de diverticulose de meckel	02.08.02.008-0	R\$ 189,00
Cintilografia p/ pesquisa de hemorragia digestiva ativa	02.08.02.009-8	R\$ 200,00
Cintilografia p/ pesquisa de hemorragia digestiva não ativa	02.08.02.010-1	R\$ 210,00
Cintilografia p/ pesquisa de refluxo- esofágico	02.08.02.011-0	R\$ 180,00
Cintilografia de Perfusão Cerebral	02.08.06.001-4	R\$ 394,21
Cintilografia p/ pesquisa de corpo inteiro - PCI	02.08.03.004-2	R\$ 338,70

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 16 de outubro de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Presidente CIS-AMARP

## CIS/AMFRI

### DECRETO Nº. 03 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017 - CIS-AMFRI - REAJUSTE SERVIDORES

Publicação Nº 1428542

DECRETO Nº 03, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE SALARIAL DOS SERVIDORES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – “CIS-AMFRI” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 16, VI do Protocolo de Intenções c/ art. 14, da Seção II, do Título II do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI,

Considerando-se que a revisão geral anual ocorre pela aplicação do INPC (IBGE) acumulado no período posterior ao utilizado na última revisão, até o mês de outubro, inclusive, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de novembro do ano de referência.

Considerando-se a garantia estabelecida pelo Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando-se que o CIS-AMFRI tem adotado, para administração de seu quadro de pessoal, os mesmos parâmetros gerais utilizados na política salarial dos Municípios consorciados;

Considerando-se a exigência de rigoroso controle no gasto para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e à efetiva gestão das despesas do Consórcio Público;

**DECRETA:**

Art. 1º - O salário dos empregados do CIS-AMFRI será revisto, no mês de novembro de 2016, na forma do inciso X, in fine, do art. 37 da Constituição Federal, sem distinção de índices, conforme estabelece o Estatuto do Consórcio Público.

Parágrafo Único - A revisão geral das remunerações de que trata o caput deste artigo, será correspondente a 1,83% (um vírgula oitenta e três por cento), equivalente ao INPC (IBGE) acumulado no período de outubro de 2016 a outubro de 2017, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de novembro do corrente.

Art. 2º - A despesa decorrente da aplicação deste Decreto correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itajaí/SC, 16 de novembro de 2017.

ANA PAULA DA SILVA

Presidente CIS-AMFRI

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

**CIS/AMMVI****TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA - HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX**

Publicação Nº 1429013

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA QUE FIRMAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (CISAMVI) E A EMPRESA HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, NA FORMA ABAIXO:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (CISAMVI), pessoa jurídica de direito público interno, de natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o n. 03.269.695/0001-08, constituído sob a forma de associação pública, com sede administrativa na Rua Alberto Stein, n. 466, bairro Velha, Blumenau/SC, simplesmente denominado "CISAMVI", representado neste ato por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, brasileiro, solteiro, servidor público, CPF n. 007.944.929-83, residente e domiciliado na Rua Prefeito Leopoldo Schramm, 365, na cidade de Gaspar/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 140/2017 e pela alínea "a" do inciso I, do Art. 49 do Estatuto do CISAMVI e a empresa HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, pessoa jurídica, com sede Rua Azambuja, 1089, bairro Azambuja, em Brusque / SC – CEP 88.359-321, inscrito no CNPJ sob nº 82.986.985/0001-30, neste ato representado por seu Diretor Administrativo, Sr. Pe. Nélio Roberto Schwanke, portador do RG 4/C.193.688 SSP/SC e Inscrito no CPF 093.550.819-87, firmam o presente Termo de Reconhecimento de Dívida, de acordo com as seguintes cláusulas e condições e

Considerando o processo de dispensa 01/2017, tendo como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços especializados na área da saúde (imagem e procedimentos) que culminou com a assinatura do Contrato Administrativo nº 05/2017, tendo como valor máximo o estabelecido no § 1º do art. 24 da Lei 8.666/1993, ou seja, no valor de R\$16.000,00 (dezesseis mil Reais);

Considerando que este processo foi instaurado para garantir a continuidade da prestação de serviços de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS dos entes consorciados, pelo valor tabela SUS;

Considerando devido o interstício do lançamento do Edital de Credenciamento nº 05/2017, tendo o mesmo objeto a assinatura dos respectivos contratos, houve a necessidade da realização de 06 (seis) exames ultrapassando o valor fixado, bem como o valor de R\$110,13 (cento e dez reais e treze centavos), saldo da Nota Fiscal nº 72003,

Cláusula Primeira: O CISAMVI reconhece que a empresa prestou os serviços descritos e detalhados conforme tabela abaixo:

Aten. Paciente	Nº Guia Autorizador	Data	Valor R\$
357321	130373	09/02/2017	307,26
353706	130049	01/02/2017	86,75
355850	130147	06/02/2017	168,62
353700	130050	01/02/2017	567,50
368015	131696	03/03/2017	307,26
130375	130375	09/02/2017	307,26
		Saldo NF nº 72003	110,13
		TOTAL	1.854,78

Cláusula Segunda: A empresa HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX declara, sob as penas da Lei, que os valores expressos na(s) Nota(s) Fiscal(s), que instruem e justificam este instrumento, contemplam todos os custos de qualquer natureza incidentes sobre os serviços constantes da Cláusula Primeira, inexistindo quaisquer outros débitos relativos a eles.

Cláusula Terceira: Em face do disposto no art. 50 do Estatuto do CISAMVI, que dispõe que todas as contratações do Consórcio observarão o que assevera a legislação de licitações e contratos administrativos, e em observância ao parágrafo único, do artigo 59, da Lei n. 8.666/93, a despesa discriminada na Cláusula Primeira, apurada e atestada por seu ordenador, é, neste ato, reconhecida pelo CISAMVI, para os efeitos preconizados nas legislações pertinentes.

Cláusula Quarta: O CISAMVI se obriga a efetuar o pagamento da importância de R\$ 1.854,78 (um mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e oito centavos), abrangendo o principal e eventuais acessórios, no prazo de 30 dias, a contar da data de publicação deste instrumento no Diário Oficial.

Parágrafo único: O pagamento será realizado mediante depósito bancário na conta corrente nº 3372-3, agência 0401-4, do Banco do Brasil (001), em favor de HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, inscrito no CNPJ sob o nº 82.986.985/0001-30.

Cláusula Quinta: Efetuado o depósito bancário, a empresa HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, confere ao CISAMVI, por este instrumento, a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar ou pleitear a qualquer título ou pretexto, no que se refere à prestação dos serviços constantes da Cláusula Primeira.

Cláusula Sexta: O presente ajuste tem força de título executivo extrajudicial, obrigando os acordantes, herdeiros e sucessores a qualquer título.

Cláusula Sétima: O foro competente para dirimir quaisquer questões resultantes do presente acordo é o da Comarca de Blumenau/SC, o qual prevalecerá sobre qualquer outro.

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam este Termo de Reconhecimento de Dívida, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Blumenau, 09 de outubro de 2017.

Cleones Hostins  
Diretor Executivo - CISAMVI

HOSPITAL ARQUIDIOCESÃO CÔNSUL CARLOS RENAUX

Testemunhas:

Nome: Mônica Menezes  
CPF: 012.902.577-10

Nome: Marcos Deichmann  
CPF: 016.223.579-81

## CIS/AMOSC

### EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS

Publicação Nº 1428212

TERMO ADITIVO Nº56/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL  
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial.  
VALOR: R\$259.200,00  
VIGENCIA: 10/11/2017 a 31/12/2017

TERMO ADITIVO Nº57/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE AGUAS FRIAS  
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial.  
VALOR: R\$ 325.000,00  
VIGENCIA: 14/11/2017 a 31/12/2017

TERMO ADITIVO Nº58/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA  
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial.  
VALOR: R\$253.200.000,00  
VIGENCIA: 14/11/2017 a 31/12/2017

TERMO ADITIVO Nº59/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XANXERE  
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial.  
VALOR: R\$ 940.900,00  
VIGENCIA: 14/11/2017 a 31/12/2017

## CITMAR

### DECRETO Nº. 02 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017 - CITMAR - REAJUSTE SERVIDORES

Publicação Nº 1428551

DECRETO Nº. 02 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE O REAJUSTE SALARIAL DOS SERVIDORES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 16, VI do Protocolo de Intenções c/c art. 29, do Título IV, e art. 5º do Anexo Único do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR,

Considerando-se que a revisão geral anual ocorre pela aplicação do INPC (IBGE) acumulado no período posterior ao utilizado na última revisão, até o mês de outubro, inclusive, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de novembro do ano de referência.

Considerando-se a garantia estabelecida pelo Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando-se que o CITMAR tem adotado, para administração de seu quadro de pessoal, os mesmos parâmetros gerais utilizados na política salarial dos Municípios consorciados;

Considerando-se a exigência de rigoroso controle no gasto para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e à efetiva gestão

das despesas do Consórcio Público;

DECRETA:

Art. 1º - O salário dos empregados do CITMAR será revisto, no mês de novembro de 2015, na forma do inciso X, in fine, do art. 37 da Constituição Federal, sem distinção de índices, conforme estabeleça o Estatuto do Consórcio Público.

Parágrafo Único - A revisão geral das remunerações de que trata o "caput" deste artigo, será correspondente a 1,83% (um vírgula oitenta e três por cento), correspondente ao INPC (IBGE) acumulado no período de outubro de 2016 a outubro de 2017, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de novembro do corrente.

Art. 2º - A despesa decorrente da aplicação deste Decreto correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ITAJAÍ/SC, 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANA PAULA DA SILVA  
Presidente CITMAR

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO  
Diretor Executivo CITMAR

**CIGAMERIOS****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 05-2017 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CIGAMERIOS**

Publicação Nº 1428367

	CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
	CIGAMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 05/2017

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS DO CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

Art. 1º - O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, Sr. Jairo Rivelino Ebeling, Prefeito de Cunha Porã, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Contrato de Consórcio Público, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará no próximo dia 4 de dezembro de 2017, segunda-feira, com início às 19h00min, no auditório da AMERIOS, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, para deliberar os seguintes assuntos:

- I- 19h00min - Abertura da Assembleia;
- II- 19h10min - Orçamento para 2018;
- III- 19h20min – Ratificação da Eleição e apresentação da Diretoria Executiva, eleita na 178ª Assembleia Geral da AMERIOS, para o exercício 2018;
- IV- 19h30min – Encerramento.

Art. 2º - Publique-se.

Maravilha/SC, 14 de novembro de 2017.  
JAIRO RIVELINO EBELING  
Presidente do CIGAMERIOS  
Prefeito de Cunha Porã

**EDITAL DE PREGÃO N. 06/2017 – FORMA ELETRÔNICA**

Publicação Nº 1429078

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2017

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JAIRO RIVELINO EBELING, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar, através da Pregoeira KARINE SIMONY MULLER, nomeada pela Resolução nº 010/2017, licitação na MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, pelo SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, para futuras e parceladas aquisições de pneus e correlatos, para reposição na frota de veículos, máquinas e equipamentos dos municípios consorciados durante todo o exercício financeiro de 2018.

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS para futuras, eventuais e parceladas aquisições de material odontológico e correlatos pelos seguintes MUNICÍPIOS PARTICIPANTES: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos, conforme quantidades estimadas e especificações do Termo de Referência.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

- Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002;
- Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2.006 e alterações posteriores;
- Resolução CIGAMERIOS nº 13, de 08 de dezembro de 2.013;
- Lei Federal n. 11.107/05, artigo 17;
- ☐ Decreto Federal nº 6.017/07;
- ☐ Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores.

**PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA:**

Para dar publicidade ao ato, além deste extrato publicado no Diário Oficial dos Municípios ☐ DOM/SC - Edição n. 2386 do dia 17/11/2017, conforme regulamenta a Resolução CIGAMERIOS n. 014/2015, cópia na íntegra poderá ser obtido pelo interessado acessando: [HTTP://www.amerios.org.br/cms/pagina/ver/codma-paitem/58945](http://www.amerios.org.br/cms/pagina/ver/codma-paitem/58945) ou no site <http://bnc.org.br/>, ou ainda pessoalmente com a pregoeira Karine Simony Muller no E-mail: [cigaamerios@amerios.org.br](mailto:cigaamerios@amerios.org.br).

**ENCAMINHAMENTOS**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 20/11/2017 até às 08h00min do dia 29/11/2017.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 09h00min do dia 29/11/2017.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01min horas do dia 29/11/2017.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) "Acesso Identificado".

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:**

Endereço: Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, Maravilha, SC;

Pregoeira: Karine Simony Muller (Resolução nº 010/2017);

E-mail: [cigaamerios@amerios.org.br](mailto:cigaamerios@amerios.org.br);

Telefone/Fax: (49) 3664-0282.

Maravilha/SC, em 17 de novembro de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING  
Presidente do CIGAMERIOS  
Prefeito de Cunha Porã

**CISAM-SUL****ESTATUTO CISAM-SUL 1/2017**

Publicação Nº 1428998

**RESOLUÇÃO Nº 09/2017**

“Aprova as alterações do ESTATUTO do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-SUL.”

O Presidente do CISAM Sul, no uso de suas atribuições legais, em observância as deliberações da Assembleia do dia 17 de outubro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar as alterações do ESTATUTO do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-SUL, anexo desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 17 de outubro de 2017.

.....  
JORGE LUIZ KOCH  
Presidente CISAM Sul

**ESTATUTO DO  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-SUL  
CAPÍTULO I – DA CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º - O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-SUL, constituído como consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, integra a administração indireta de cada um de seus entes consorciados.

Art. 2º - O CISAM-SUL rege-se pelas normas do Código Civil Brasileiro, pela Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo presente Estatuto.

Art. 3º - Integram o Consórcio os municípios de Cocal do Sul, Grão Pará, Imaruí, Jacinto Machado, Orleans, Santa Rosa do Sul, São Ludgero, Timbé do Sul, Treviso, Urussanga, Anitápolis, Araranguá, Içara, Jaguaruna, Morro Grande, Pedras Grandes e Sangão, os quais, em 05 de outubro de 2006, subscreveram o primitivo Protocolo de Intenções, suas alterações, e os ratificaram por lei. Os entes consorciados, nos casos expressamente permitidos, podem ser representados pelos órgãos municipais prestadores dos serviços de água e esgoto, centralizados ou descentralizados.

Parágrafo único. Obedecidas as condições estabelecidas no Contrato de Consórcio Público é facultada a adesão de outros municípios ao Consórcio.

**CAPÍTULO II – DA SEDE, FORO E DURAÇÃO**

Art. 4º - A sede e foro do Consórcio é o Município e Comarca de Orleans, Estado de Santa Catarina, podendo haver o desenvolvimento de atividades em escritórios, laboratórios ou sub-sedes localizados em outros Municípios consorciados.

Art. 5º - O CISAM-SUL terá duração indeterminada.

**CAPÍTULO III – DOS OBJETIVOS**

Art. 6º - Observada a autonomia municipal e o disposto no Contrato de Consórcio Público, o Consórcio tem por finalidade:

- I – a capacitação técnica do pessoal encarregado da prestação dos serviços de saneamento nos municípios consorciados;  
II - a prestação de assessoramento na execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos municípios consorciados e destes para com o Consórcio, inclusive a operação de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto, assistência técnica e assessoria administrativa, contábil e jurídica, tais como:  
II – a prestação de assessoramento na execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos municípios consorciados e destes para com o Consórcio, inclusive a operação de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto, assistência técnica e assessoria administrativa, contábil e jurídica, tais como:
- a) solução dos problemas de saneamento ambiental;
  - b) elaboração de projetos e promoção de estudos de concepção;
  - c) projeção, supervisão e execução de obras;
  - d) implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais;
  - e) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
  - f) orientação na formulação da política tarifária dos serviços de água e esgoto;
  - g) intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos correlatos;
  - h) implementação de programas de saneamento rural, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário;
  - i) desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais;
  - j) assistência jurídica judicial e/ou extrajudicial, na área de atuação do CISAM-SUL, inclusive com a realização de cursos, palestras, simpósios

e congêneres;

III – melhoria do saneamento ambiental;

IV - prestação de serviços e na execução de obras aos entes consorciados ou a terceiros, com exceção da gestão, operação ou prestação de serviços públicos de saneamento básico.

V - realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados pelos consorciados ou entes de sua administração indireta;

VI - aquisição e/ou administração de bens para o uso compartilhado dos municípios consorciados;

VII - implantação e operação de laboratório regional para controle e qualidade da água e monitoramento do esgotamento sanitário;

VIII – a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, desde que delegada pelos municípios consorciados.

IX – o estabelecimento de relações cooperativas com outros consórcios com vistas ao desenvolvimento de ações conjuntas em favor dos entes consorciados;

X – poderá ser criado fundo específico para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de outros entes federados, bem como recursos provenientes do setor privado, de compensações financeiras, multas e penalidades e ainda de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países.

XI – firmar convênios diversos.

§ 1º - O Consórcio somente realizará seus objetivos por meio de contrato ou documento equivalente, onde for estabelecida remuneração compatível e preferencialmente inferior aos valores de mercado, a qual, sob pena de nulidade do contrato, deverá ser previamente comprovada por meio da publicação do extrato do contrato. A Assembleia Geral definirá a remuneração do serviço prestado.

§ 2º - Os bens adquiridos ou administrados na forma do inciso VI do caput serão de uso preferencialmente dos entes que contribuíram para a sua aquisição ou administração, na forma de regulamento da Assembleia Geral. Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até a autorização de que seja extinto mediante ajuste entre os interessados.

§ 3º - Não se incluem dentre os mencionados no inciso VI do caput os bens utilizados pelo Consórcio para a execução de suas atribuições.

Art. 7º - Para o cumprimento de suas atividades, o CISAM-SUL poderá:

I – adquirir máquinas, equipamentos e outros bens necessários, que integrarão seu patrimônio, para utilização comum dos consorciados;

II – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de entes, entidades e órgãos públicos e doações de organizações privadas e/ou órgãos públicos, observada, quanto a estes, a legislação respectiva.

#### CAPÍTULO IV – DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 8º - O patrimônio do Consórcio constituir-se-á de:

I – bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II – bens e direitos doados por entes, entidades e órgãos públicos e organizações privadas.

Art. 9º - Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I – os oriundos de seus consorciados, nos termos do Contrato de Consórcio Público, inclusive os que se referem à remuneração por serviços prestados;

II – os auxílios, convênios, contribuições e subvenções concedidas por entes, entidades e órgãos públicos;

III – a renda do patrimônio;

IV – o saldo do exercício financeiro;

V – as doações e legados;

VI – o produto da alienação de bens;

VII – o produto de operações de crédito;

VIII – as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e de aplicações de capitais.

#### CAPÍTULO V – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONSORCIADOS

Art. 10 – É obrigação do Ente consorciado adotar medidas administrativas que apoiem e viabilizem a consecução do objetivo do Consórcio, cumprindo e fazendo cumprir o presente Estatuto e o Contrato de Consórcio Público.

Parágrafo único. Dentre as medidas administrativas a serem adotadas é obrigatório garantir, nos instrumentos de planejamento, dotação orçamentária suficiente, de modo a atender os repasses de rateio aprovados em assembleia e os demais compromissos acordados em contratos de programa e ainda, efetuar as transferências e pagamentos ao Consórcio, nos prazos pactuados.

#### CAPÍTULO VI – DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 11 – Para o cumprimento das finalidades do Consórcio, além dos recursos oriundos de seus consorciados nos termos do Contrato de Consórcio Público, fica instituída uma contribuição mensal de cada consorciado (rateio), cujo valor será fixado pela Assembleia Geral, na forma do disposto neste Estatuto e no Contrato de Consórcio Público.

#### CAPÍTULO VII – DA ORGANIZAÇÃO

Art. 12 – O Consórcio terá a seguinte estrutura:

- I – Assembleia Geral;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Superintendência;
- IV – Conselho Fiscal;
- V – Câmara de Regulação e Fiscalização.

§ 1º Os órgãos do Consórcio contarão com estrutura administrativa necessária para o desempenho das funções que lhe são atribuídas pelo Contrato de Consórcio Público e pelos contratos de programa que vier a celebrar.

§ 2º A Câmara de Regulação e Fiscalização, por sua vez, tem estrutura própria e independente do Consórcio, cujas funções estão definidas em Resolução específica.

#### Seção I Da Assembleia Geral

Art. 13 - A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos chefes dos poderes executivos ou por servidores de autarquias de saneamento, departamentos ou equivalentes, por aqueles delegados, de todos os entes consorciados.

Parágrafo único. Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembleia Geral.

Art. 14 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, nos meses de março e setembro, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição da Diretoria Executiva e alteração estatutária.

Parágrafo único. A convocação das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação a sua realização, com ampla divulgação por meio de publicação no órgão de imprensa oficial do Consórcio e do envio de correspondência aos representantes dos entes consorciados.

Art. 15 - Cada consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

§ 1º - O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

§ 2º - Havendo consenso entre os membros, nas deliberações e nas eleições poderá ser adotado o voto por aclamação.

§ 3º - Ressalvadas as exceções expressamente previstas neste Estatuto, todas as demais deliberações serão tomadas por voto da maioria simples (cinquenta por cento mais um) dos presentes.

§ 4º - O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quorum qualificado, votará apenas para desempatar.

Art. 16 - A Assembleia Geral será instalada mediante a presença de, no mínimo, metade mais um dos entes consorciados, os quais poderão deliberar sobre todas as matérias de competência do Consórcio por maioria simples dos presentes, salvo as exceções previstas neste Estatuto.

#### Seção II Das competências

Art. 17 - Compete à Assembleia Geral:

- I – homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição ou de ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;
- II – aplicar a pena de exclusão do Consórcio;
- III – elaborar o estatuto do Consórcio e aprovar as suas alterações;
- IV – eleger ou destituir o Presidente do Consórcio, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente;
- V – ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os membros da Diretoria Executiva;
- VI – aprovar:
  - a) orçamento plurianual de investimentos;
  - b) programa anual de trabalho;
  - c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;
  - d) a realização de operações de crédito;
  - e) a fixação, a revisão e o reajuste de taxas, tarifas e outros preços públicos do Consórcio;
  - f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio.
- VII – homologar as decisões do Conselho Fiscal;
- VIII – aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;
- IX – aprovar planos e regulamentos do Consórcio;
- X – apreciar e sugerir medidas sobre:

- a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;
- b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

XI - dispor a respeito de procedimentos para posse, bem como da remuneração e de quaisquer espécies de verba indenizatória da Diretoria Executiva e dos empregos de livre provimento em comissão.

Parágrafo único. Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembleia Geral. No caso de o ônus da cessão ficar com consorciado, exigir-se-á, para a aprovação, 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença de 2/3 (dois terços) dos consorciados.

XII – Fixar o quadro de empregos e aprovar a remuneração inicial de cada emprego.

### Seção III

Da eleição e da destituição do Presidente e da Escolha e Destituição da Diretoria Executiva

Art. 18 – O Presidente será eleito em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 30 (trinta) minutos, sendo que somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado, o qual poderá ser votado por todos os presentes, sejam eles chefes de outros poderes executivos ou agentes por estes delegados.

§ 1º - O Presidente será eleito mediante voto público e nominal.

§ 2º - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer a eleição sem a presença de pelo menos metade dos consorciados.

§ 3º - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

§ 4º - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a realizar-se entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente em exercício.

Art. 19 - Proclamado eleito o Presidente, a ele será dada a palavra para que nomeie os demais membros da Diretoria Executiva, para um mandato de 2 (dois) anos, os quais deverão ser ou ter sido servidores de autarquias de saneamento, departamentos ou equivalentes e possuir qualificação compatível com a função.

§ 1º - Uma vez nomeados, o Presidente da Assembleia indagará, caso presente, se cada um dos indicados aceita a nomeação. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

§ 2º - Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova lista de nomeação.

§ 3º - Estabelecida lista válida, as nomeações somente produzirão efeito caso aprovadas por maioria absoluta, presentes 3/5 (três quintos) dos consorciados.

Art. 20 - Em Assembleia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente do Consórcio ou membros da Diretoria Executiva, desde que se comprove satisfatoriamente a ocorrência de falta grave, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos.

§ 1º - Em todas as convocações de Assembleia Geral deverá constar como item de pauta “apreciação de eventuais moções de censura”.

§ 2º - Constitui motivo suficiente para ensejar a apresentação de moção de censura a comprovação de ocorrência de qualquer das seguintes faltas graves:

- I – improbidade administrativa;
- II – desvio de finalidade do Consórcio;
- III – quebra de decoro do cargo, devidamente circunstanciada;
- IV – falta injustificada a 3 (três) reuniões consecutivas da Diretoria;
- V – atuação contrária aos interesses do Consórcio, devidamente comprovada.

§ 3º - Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 4º - A votação da moção de censura será efetuada após facultada a palavra, por 15 (quinze) minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente ou ao Diretor que se pretenda destituir.

§ 5º - Somente será considerada aprovada a moção de censura caso obtenha 2/3 (dois terços) dos votos, em votação pública e nominal.

§ 6º - Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio, ele e a Diretoria Executiva estarão automaticamente destituídos, procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

§ 7º - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, será designado Presidente pro tempore por metade mais um dos votos presentes. O Presidente pro tempore exercerá as suas funções até a próxima Assembleia Geral, a realizar-se no prazo de 20 (vinte) a 40 (quarenta) dias.

§ 8º - Aprovada moção de censura apresentada em face de Diretor, será ele automaticamente destituído e, estando presente, aberta a palavra ao Presidente do Consórcio, para nomeação do Diretor que completará o prazo fixado para o exercício do cargo. A nomeação será imediatamente submetida à homologação.

§ 9º - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembleia e nos 60 (sessenta) dias seguintes.

#### Seção IV Da Alteração do Estatuto

Art. 21 – Será convocada Assembleia Geral específica para a alteração do Estatuto do Consórcio, por meio de publicação e de correspondência dirigida a todos os subscritores do Contrato de Consórcio Público.

§ 1º - Confirmado o quorum de instalação, a Assembleia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Assembleia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

- I – o texto do projeto de Estatuto que norteará os trabalhos;
- II – o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;
- III – o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de Estatuto.

§ 2º - Sempre que recomendar o adiamento da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local anunciados antes do término da sessão.

§ 3º - À nova sessão poderão comparecer os entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

§ 4º - O Estatuto será alterado mediante deliberação de 2/3 (dois terços) dos consorciados que tenham ratificado o Protocolo de Intenções.

§ 5º - O Estatuto do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial.

§ 6º - Considera-se como imprensa local para as publicações o órgão de veiculação utilizado pelo Município em que estiver sediado o Consórcio.

#### Seção V Das Atas

Art. 22 - Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I – por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º - No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por votação de metade mais um dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor ou contra o sigilo.

§ 3º - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou, por quem presidiu e pelos entes consorciados com direito a voto na Assembleia Geral.

Art. 23 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até 10 (dez) dias, publicada no sítio mantido pelo Consórcio na rede mundial de computadores – internet.

Parágrafo único. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer do povo.

#### Seção VI Da Diretoria Executiva

Art. 24 - A Diretoria Executiva é composta por 3 (três) membros que exercerão as seguintes funções: Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Técnico Operacional.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria Executiva não perceberão remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória.

Art. 25 - A Diretoria deliberará de forma colegiada, exigidos dois votos para a aprovação de qualquer matéria, inclusive da alteração de funções de seus membros.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, mediante convocação do Diretor Administrativo e Financeiro ou do Presidente.

Art. 26 - Além do previsto neste Estatuto, compete à Diretoria Executiva:

I – julgar recursos relativos à:

- a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) aplicação de penalidades a servidores do Consórcio;

II – autorizar que o Consórcio ingresse com ação em juízo, reservada ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas judiciais que reputar urgentes;

III – autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV – estabelecer, orientar e supervisionar todos e quaisquer procedimentos técnicos e operacionais no âmbito do Consórcio, fornecendo, inclusive, subsídios para deliberações e ações do Consórcio, principalmente nas áreas de engenharia e química.

V – indicar nomes para ocupar os cargos em comissão.

#### Seção VII

##### Do Presidente

Art. 27 - Incumbe ao Presidente:

I – representar o Consórcio judicial e extrajudicialmente;

II – ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III – convocar as reuniões da Diretoria Executiva;

IV – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas pelo Protocolo ou por este Estatuto a outro órgão do Consórcio;

V - nomear o Superintendente do Consórcio indicado pela Diretoria Executiva e o Jurídico.

VI - definir o órgão de controle interno do Consórcio, bem como a sua forma de atuação.

Parágrafo único. Com exceção das competências previstas nos incisos I e VI, todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Administrativo e Financeiro.

Art. 28 - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Administrativo e Financeiro poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 29 - Ocorrendo vacância do cargo de Presidente o Diretor Administrativo e Financeiro ocupará interinamente as funções de Presidente até a realização de nova eleição, interinidade essa que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.

#### Seção VIII

##### Do Superintendente

Art. 30 - Compete ao Superintendente:

I – Quando convocado, comparecer às reuniões da Diretoria Executiva;

II – Movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente e/ou Diretoria Administrativa e Financeira, bem como elaborar os boletins diários de caixa e de bancos;

III – Praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa, em conjunto com a Diretoria Administrativa e Financeira, dentre os quais:

- a) promover o lançamento das receitas, inclusive as de taxas, de tarifas e de outros preços públicos;
- b) inscrever em dívida ativa os débitos não adimplidos e promover, por meios próprios ou contratados, a sua cobrança judicial e extrajudicial;
- c) emitir as notas de empenho de despesa;
- d) examinar, conferir e instruir os processos de pagamentos e as requisições de adiantamento, rejeitando-os quando não revestidos das formalidades e do atendimento às prescrições legais ou da boa administração;

- e) preparar a emissão de cheques, de ordem de pagamento e de transferências de recursos;
- f) realizar pagamentos e dar quitações;
- g) providenciar a manutenção da escrituração sintética e analítica dos fatos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial;
- h) providenciar, subscrever e, solidariamente com o Presidente, responsabilizar-se pelos balancetes, balanços e outros documentos e apuração contábil e de prestação de contas do Consórcio;

IV – Exercer a gestão patrimonial, em conjunto com a Diretoria Administrativa e Financeira, providenciando, dentre outros, os seguintes atos:

- a) a aquisição, o recebimento, o registro, o almoxarifado, a manutenção, a distribuição e a alienação dos bens movimentados pelo Consórcio;
- b) o cadastro ou o tombamento, a classificação, a numeração, o controle e o registro dos bens mobiliários e imobiliários;
- c) a baixa de bens alienados ou considerados obsoletos, imprestáveis perdidos ou destruídos;
- d) a manutenção da integridade da posse dos bens imóveis;
- e) o seguro dos bens patrimoniais;
- f) a programação e controle do uso de veículos;
- g) a elaboração de relatórios sobre o uso de combustíveis e lubrificantes, despesas de manutenção e condições de uso dos veículos e equipamentos;
- h) a limpeza, a conservação, a manutenção e a segurança de áreas e edificações ocupadas pelo Consórcio;

V – Velar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;

VI – Praticar atos relativos à administração de pessoal, cumprindo e responsabilizando-se pelo cumprimento dos preceitos da legislação trabalhista, inclusive:

- a) providenciar a formalização dos atos necessários à contratação, à dispensa e à punição dos empregos;
- b) manter os registros e os assentos funcionais;
- c) elaborar a folha de pagamento do pessoal e das guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e trabalhistas;
- d) fixar o expediente de trabalho, incluída sua antecipação, prorrogação e turnos de plantões;
- e) elaborar a escala anual de férias e promover o seu cumprimento;
- f) propor ao presidente os valores de ajudas de custos e de diárias;
- g) planejar e promover a capacitação de pessoal, incluído a dos serviços locais;

VII – promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou neste Estatuto, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência.

§ 1º - Além das atribuições previstas neste artigo, o Superintendente poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente.

§ 2º - A delegação de atribuições do Presidente dependerá de ato escrito e publicado, até um ano após a data de término da delegação, no sítio mantido pelo Consórcio na rede mundial de computadores – Internet.

#### Seção IX Do Conselho Fiscal

Art. 31 - O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros e respectivos suplentes, dos entes consorciados, eleitos na forma dos parágrafos 4º e 5º, do art. 32.

§ 1º - O Conselho Fiscal será eleito e empossado em até 90 (noventa) dias após a posse do Presidente do Consórcio.

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 (três quintos) de entes consorciados.

Art. 32 - O Conselho Fiscal será eleito em Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

§ 1º - Nos primeiros 30 (trinta) minutos de reunião serão apresentadas as candidaturas ao Conselho Fiscal.

§ 2º - As candidaturas serão sempre pessoais, vedada a inscrição ou apresentação de chapas.

§ 3º - Poderá candidatar-se ao Conselho Fiscal qualquer representante oficial de ente consorciado, desde que indicado pelo Chefe do Executivo do consorciado.

§ 4º - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto secreto, sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

§ 5º - Consideram-se eleitos membros efetivos os candidatos com maior número de votos e, como membros suplentes, os candidatos que se seguirem em número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

§ 6º - Imediatamente após a eleição, os membros efetivos se reunirão e farão a escolha do presidente do Conselho Fiscal, o qual terá as atribuições de convocar e conduzir as reuniões, conforme disposto no § 2º do Art. 33.

Art. 33 - Compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

§ 1º - O disposto no caput deste artigo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.

§ 2º - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez a cada semestre, ou sempre que for exigido em razão das atividades orçamentárias e financeiras do Consórcio.

§ 3º - As decisões do Conselho Fiscal serão registradas em atas, sendo os pareceres submetidos à homologação da Assembleia Geral.

#### Seção X

#### Da Atividade de Regulação e Fiscalização

Art. 34 – No CISAM-SUL as atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, previstas nos artigos 21 a 27, da Lei nº 11.445/2007, serão desenvolvidas por meio de Câmara de Regulação e Fiscalização específica, com independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

Art. 35 - O Consórcio, sob a denominação de CISAM-SUL-REG., desde que delegado pelos entes consorciados, atuará como órgão regulador e fiscalizador dos serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. Mediante celebração do respectivo convênio, o Consórcio poderá receber delegação para exercer a regulação e fiscalização para entes não consorciados.

Art. 36 – O CISAM-SUL-REG tem regimento próprio que define a sua estrutura e funcionamento. O exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico prestados pelos entes consorciados é determinado através de normativas específicas, aprovadas em Assembleia Geral.

Art. 37 – O CISAM-SUL-REG funciona através da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico – CREFISBA órgão composto pelos integrantes da Diretoria Executiva e por mais 3 (três) técnicos do quadro efetivo do Consórcio, os quais terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução. Dentre os seus membros um será eleito Presidente. Deliberará quando presentes 2/3 (dois terços) de seus membros e suas decisões serão por maioria simples dos presentes. Em caso de empate nas votações o voto de desempate caberá ao Presidente.

Parágrafo único. A escolha dos técnicos do quadro efetivo do Consórcio, que comporão a CREFISBA, caberá à Diretoria Executiva, a qual o fará através de critérios técnicos, devendo contemplar as áreas do conhecimento vinculadas à contabilidade/economia, engenharia sanitária e química.

#### CAPÍTULO VIII – DO USO DOS BENS E SERVIÇOS

Art. 38 – Terão acesso à utilização dos bens e aos serviços do Consórcio, preferencialmente, os entes consorciados que contribuíram para sua aquisição e promoção.

§ 1º - O acesso referido no caput deste artigo dependerá, no caso dos consorciados, da situação de adimplência para com o Consórcio, em conformidade com o disposto no Regulamento, que estabelecerá os critérios para o uso dos bens e dos serviços.

§ 2º - Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até a autorização de que seja extinto mediante ajuste entre os interessados.

§ 3º - Não se incluem dentre os mencionados no inciso VI, do art. 6º, deste Estatuto os bens utilizados pelo Consórcio para a subsistência.

Art. 39 – Observadas as legislações municipais, os entes consorciados poderão ceder ao Consórcio bens de seus próprios patrimônios e os serviços de suas próprias administrações, para uso comum, de acordo com regulamentação específica, caso a caso, aprovada pela Assembleia Geral.

#### CAPÍTULO IX

#### DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS

Art. 40 - Constituem direitos dos entes consorciados:

I – participar das assembleias gerais, discutir e deliberar acerca dos assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos entes consorciados e ao aprimoramento do Consórcio;

IV – compor o Conselho Fiscal do Consórcio;

V – exigir o pleno cumprimento das cláusulas do contrato de consórcio público e das disposições estatutárias;

VI – desligar-se do Consórcio, obedecidas as condições estabelecidas no Contrato de Consórcio Público e neste Estatuto;

§ 1º - Ao Ente Consorciado é facultado o pedido de retirada, mediante prévia comunicação formal de 60 (sessenta) dias, obtida a devida autorização legislativa.

§ 2º - A Assembleia Geral providenciará, a partir da comunicação de retirada de que trata o § 1º, deste artigo, a compatibilização dos custos dos planos, projetos, programas ou atividades de que participe o consorciado excludente, entre os demais consorciados participantes.

Art. 41 - Constituem deveres dos entes consorciados:

- I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Consórcio Público e o presente Estatuto, em especial quanto à inserção no orçamento anual e ao repasse de recursos financeiros previstos em contrato;
- II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações, resoluções e obrigações do Consórcio;
- III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os entes consorciados e colaboradores;
- IV – participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do Consórcio;
- V – trabalhar em prol dos objetivos do Consórcio, zelando pelo seu bom nome, por seu patrimônio e pela integração de seus membros.

## CAPÍTULO X – DAS PENALIDADES

Art. 42 - Os entes consorciados estão sujeitos às seguintes penalidades:

- I - infringir as disposições do Estatuto: pena de advertência por escrito, suspensão de 30 (trinta) dias e exclusão;
- II - concorrer para o descrédito das unidades administrativas e/ou de qualquer pessoa física ou jurídica direta ou indiretamente relacionada com o Consórcio: pena de exclusão;
- III – reincidir nas atividades ensejadoras da aplicação de suspensão: pena de exclusão.

Art. 43 - Salvo expressa disposição em contrário, a aplicação das penalidades é de competência do Presidente que, ao fazê-lo, deverá considerar os antecedentes do infrator, bem como os dados constantes em processo disciplinar dirigido e supervisionado pela Assembleia Geral, assegurados sempre o contraditório e a ampla defesa, da seguinte forma:

- I – cientificação do ente consorciado do fato ensejador da penalidade, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da ciência do fato à Diretoria Executiva;
- II – apresentação, pelo ente consorciado penalizado, de defesa escrita, protocolada na sede do Consórcio, no prazo de até 30 (trinta) dias após o previsto no inciso I;
- III – realização de audiências de instrução, para coleta de depoimentos pessoais e oitiva de testemunhas, se for o caso, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o previsto no inciso II;
- IV - apresentação, pelo ente consorciado penalizado, de alegações finais, por escrito, protocoladas na sede do Consórcio, no prazo de até 30 (trinta) dias após o previsto no inciso III;
- V – julgamento do processo disciplinar, no prazo de até 15 (quinze) dias, após o previsto no inciso IV;

Art. 44 - As penalidades aplicadas serão comunicadas ao ente infrator, mediante o envio, no prazo de até 10 (dez) dias, contados do julgamento, de cópia autenticada da decisão, entregue pessoalmente, mediante protocolo, ou através de ofício, por via postal, com aviso de recebimento e afixadas em edital na sede do Consórcio.

Art. 45 - De penalidade de suspensão aplicada caberá pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da entrega ao infrator da decisão que impôs a penalidade.

§ 1º - O ente inconformado poderá formular, por escrito e protocolado na sede do Consórcio, pedido de reconsideração à Assembleia Geral.

§ 2º - O pedido de reconsideração será instruído pela forma que a Assembleia Geral entender conveniente e por ela julgado, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

§ 3º - O ente consorciado interessado será informado da decisão, na forma prevista no art. 44 deste Estatuto.

Art. 46 - De quaisquer das penalidades aplicadas, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de entrega da comunicação ao infrator, poderá este recorrer, sem efeito suspensivo, por escrito e protocolado na sede do Consórcio, para a Assembleia Geral, a qual, em reunião extraordinária, que deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, apreciará e julgará o recurso.

Parágrafo único. O ente consorciado recorrente será informado da decisão, na forma prevista no art. 44 deste Estatuto.

## CAPÍTULO XI – DA EXCLUSÃO

Art. 47 - Perderá a qualidade de consorciado, com a aplicação da penalidade de exclusão, o ente integrante que for penalizado pelo cometimento de falta grave.

Art. 48 – A exclusão do consorciado, que será aplicada em virtude de infração à Lei, ao Contrato de Consórcio Público ou a este Estatuto, dar-se-á por decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos, observados a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração, dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo e será interposto por escrito e protocolado na sede do Consórcio, no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão pelo punido.

§ 2º - Dentre outros motivos, será aplicada a exclusão ao ente consorciado que:

- I - vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial ao Consórcio ou que colida com seus objetivos;
- II - deixar de realizar com o Consórcio as operações que constituem seu objetivo;
- III - depois de notificado, voltar a infringir disposição da Lei, do Contrato de Consórcio Público, deste Estatuto, das resoluções ou deliberações regularmente tomadas pelo Consórcio em Assembleia Geral;
- IV - usar o nome do Consórcio para fins alheios aos seus objetivos e fundamentos;
- V – deixar de incluir em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas aprovadas em Assembleia Geral, assumidas por meio de contrato de rateio;
- VI – subscrever protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;
- VII – cometer outras ações ou faltas graves, reconhecidas em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia

Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 3º - A exclusão prevista no inciso V, somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 4º - Cópia autenticada da decisão de exclusão será remetida ao ente consorciado punido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, por via postal, com aviso de recebimento.

## CAPÍTULO XII – DA ALTERAÇÃO, DA EXTINÇÃO E PATRIMÔNIO

Art. 49 - A alteração e a extinção do Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

Art. 50 – No caso de extinção, com relação aos bens, adotar-se-á os seguintes procedimentos:

I – serão levantados, pela Diretoria Administrativa e Financeira, os bens e respectiva vinculação com os entes consorciados que contribuirão para a aquisição;

II – serão levantados pela Diretoria Administrativa e Financeira, os demais bens e respectiva situação patrimonial;

III – mediante deliberação da Assembleia Geral, será feita a alienação dos bens passíveis de serem alienados;

IV – com relação aos bens vinculados a determinados entes consorciados, o produto da alienação será entre eles rateado na proporção das receitas que contribuíram para a sua aquisição;

V – com relação aos demais bens, mediante deliberação da Assembleia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas proporcionais à equivalência patrimonial de cada consorciado.

§ 1º Em qualquer caso, só haverá o rateio previsto nos incisos IV e V, do caput, desde que haja o pagamento prévio, com o produto da alienação, do passivo contraído pelo Consórcio, passivo esse que será considerado em relação às dívidas que tenham correlação com parcela de entes consorciados ou com todos.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I – decisão de no mínimo 2/3 (dois terços) dos entes consorciados, manifestada em Assembleia Geral;

II – expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

§ 5º A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

## CAPÍTULO XIII – DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

### Seção I

#### Dos Agentes Públicos

Art. 51 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os aprovados em concurso, contratados e/ou nomeados para ocupar os empregos, cargos e funções públicas previstos no Contrato de Consórcio Público, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas conforme dispuser a lei ou vir a ser aprovado em Assembleia Geral.

Parágrafo único. O exercício da Presidência do Consórcio, de integrante do Conselho Fiscal, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados em Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

### Seção II

#### Dos Empregos Públicos

Art. 52 - Os empregados do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 53 - O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 28 (vinte e oito) vagas em empregos públicos, conforme consta do Contrato de Consórcio e do Anexo 1 deste Estatuto.

§ 1º - A remuneração dos empregos públicos é a definida no Anexo 2 deste Estatuto, sendo que, até o limite fixado no orçamento anual do Consórcio, o Diretor Administrativo e Financeiro poderá conceder reajustes e revisão anual de remuneração.

§ 2º - A evolução funcional, por progressão ou promoção, de servidores do Consórcio dar-se-á em conformidade com o disposto no Anexo 3 ao presente Estatuto.

§ 3º - As atribuições dos empregos públicos são as constantes do Anexo 4, que é parte integrante do presente Estatuto.

§ 4º - Os servidores do Consórcio, admitidos mediante aprovação em concurso público, no exercício de suas atribuições serão submetidos a processo de estágio probatório pelo período de 3 (três) anos, findo o qual, considerados aptos, adquirirão estabilidade. Posteriormente, terão anualmente avaliado o seu desempenho funcional. Os procedimentos e critérios do estágio probatório e da avaliação anual de desempenho funcional estão definidos no Anexo 5 ao presente Estatuto.

§ 5º - A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização da Diretoria Administrativa e Financeira.

§ 6º - Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para entes consorciados.

§ 7º - Os empregados do Consórcio passarão a receber Vale Alimentação a partir de 01 de janeiro de 2018. Os procedimentos e critérios para concessão do Vale Alimentação encontram-se definidos no Anexo 6.

§ 8º - Mediante prévia aprovação em Assembleia Geral e através de resolução, o Presidente do Consórcio poderá conceder outros auxílios aos seus empregados. Normativas específicas, com prévia aprovação em Assembleia Geral definirão os critérios, os valores e a forma de concessão de eventuais auxílios.

§ 9º - A criação de novos empregos e a abertura de vagas somente se darão após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, mediante voto favorável de 2/3 (dois terços) dos entes consorciados.

§ 10º - Poderão integrar o quadro de pessoal do Consórcio funcionários cedidos dos órgãos públicos da administração direta e indireta dos entes federativos consorciados, desde que preencham os requisitos do cargo, mediante aprovação da Assembleia Geral, conforme disposto no parágrafo único, do art. 17.

§ 11 - A cessão ao Consórcio de funcionários de entes consorciados ocorrerá com ou sem ônus, por proposição da Diretoria Executiva e homologação da Assembleia Geral, conforme disposto no parágrafo único, do art. 17.

Art. 54 - Fica autorizado à Diretoria Executiva, após aprovação em Assembleia Geral, a contratação de estagiários, nos termos da Lei nº 11.788/2008.

Parágrafo único. O Consórcio poderá firmar convênios com entidades do setor ou com Instituições de Ensino Superior, com vistas à contratação de estagiários, para apoio do corpo de empregados do Consórcio, com pagamento de bolsa auxílio, cujos custos serão incorporados ao Orçamento do Consórcio, mediante proposta da Diretoria, aprovada em Assembleia.

### Seção III

#### Das Contratações Temporárias

Art. 55 – A contratação de servidor por tempo determinado somente será admitida quando destinada a atender a necessidade temporária, de excepcional interesse público, na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público.

§ 1º - Na hipótese de afastamento temporário de empregados públicos, a contratação temporária poderá ocorrer durante o período de afastamento, restando dispensado o provimento por concurso.

§ 2º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista.

Art. 56 - As contratações temporárias terão prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser renovadas uma única vez pelo mesmo período.

### Seção IV

#### Do Concurso Público

Art. 57 - Com exceção dos empregos públicos de livre provimento em comissão, os demais empregos do Consórcio, a que se refere o caput do art. 53 deste Estatuto, serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 58 - Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Administrativo e Financeiro.

§ 1º - Por meio de ofício, cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados.

§ 2º - O edital, em sua íntegra, será publicado no sítio mantido pelo Consórcio na rede mundial de computadores – internet – bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa local ou oficial.

§ 3º - Nos 30 (trinta) primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderão ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas no prazo de 15 (quinze) dias, sendo que a íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio mantido pelo Consórcio na rede mundial de computadores – internet.

## CAPÍTULO XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59 - Os membros da Diretoria do Consórcio não responderão pessoal e solidariamente pelas obrigações assumidas em nome do Consórcio.

Art. 60 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos com base na Lei, no Contrato de Consórcio Público e nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 61 - O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral, providenciando-se a sua publicação conforme estabelecido na legislação vigente.

Orleans (SC), \_\_\_\_ de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS	MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ	
Sr. Laudir Pedro Coelho	Sr. Mariano Mazzuco Neto	
Prefeito Municipal	Prefeito Municipal	

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL	MUNICÍPIO DE GRÃO PARA	
Sr. Ademir Magagnin	Sr. Marcio Borba Blasius	
Prefeito Municipal	Prefeito Municipal	
MUNICÍPIO DE IÇARA	MUNICÍPIO DE IMARUÍ	
Sr. Murialdo Canto Gastaldon	Sr. Rui Jose Candemil Junior	
Prefeito Municipal	Prefeito Municipal	
MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO	MUNICÍPIO DE JAGUARUNA	
Sr. Joao Batista Mezzari	Sr. Edenilson Montini da Costa	
Prefeito Municipal	Prefeito Municipal	
MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE	MUNICÍPIO DE ORLEANS	
Sr. Valdionir Rocha Prefeito Municipal	Sr. Jorge Luiz Koch Prefeito Municipal	
MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES	MUNICÍPIO DE SANGÃO	
Sr. Vilson Tadeu Marcon Prefeito Municipal	Sr. Dalmir Carara Cândido Prefeito Municipal	
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL	MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO	
Sr. Nelson Cardoso de Oliveira Prefeito Municipal	Sr. Volnei Weber Prefeito Municipal	
MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL	MUNICÍPIO DE TREVISÓ	
Sr. Roberto Biava Prefeito Municipal	Sr. Jaimir Comin Prefeito Municipal	
MUNICÍPIO DE URUSSANGA		
Sr. Luis Gustavo Cancellier Prefeito Municipal		

Anexos ao Estatuto:

Anexo 1 : Dos Empregos Públicos

Anexo 2: Tabela de Níveis e Vencimentos de Pessoal

Anexo 3 : Da Evolução Funcional – Progressões, Promoções e Vantagens Pecuniárias

Anexo 4 : Das Atribuições dos Empregos Públicos

Anexo 5 : Do Estágio Probatório e da Avaliação Anual de Desempenho Funcional

Anexo 6 : Do Vale-Alimentação e Outros Auxílios aos Empregados

ANEXO 1

DOS EMPREGOS PÚBLICOS

Nº de vagas	Denominação do emprego	Carga Horária	Vencimento Inicial
1	Administrador	40	154
1	Advogado	20	137
5	Assistente Administrativo	40	96
5	Auxiliar Administrativo	40	63
2	Auxiliar de Serviços Gerais	40	56
1	Contador	40	137
1	Engenheiro Civil	40	154
1	Engenheiro Sanitarista	40	154
2	Químico	40	137
3	Laboratorista	40	114
2	Técnico em Saneamento/Assistente Técnico	40	114
3	Operador de Máquinas	40	86

## DOS EMPREGOS PÚBLICOS DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº de vagas	Denominação do emprego	Carga Horária	Vencimento
1	Superintendente	40	165
1	Assessor Jurídico	20	137
DAS FUNÇÕES ADICIONAIS			
Nº de vagas	Denominação da Função	Carga Horária	Vencimento
1	Diretor Administrativo e Financeiro		
1	Diretor Técnico Operacional		

## ANEXO 2

TABELA DE NÍVEIS E VENCIMENTOS DE PESSOAL							
Vigentes à partir de 01/05/2017							
Nível	Vencimento (R\$)	Nível	Vencimento (R\$)	Nível	Vencimento (R\$)	Nível	Vencimento (R\$)
1	526,09	46	1028,09	91	2.009,11	136	3.926,23
2	533,98	47	1043,51	92	2.039,24	137	3.985,12
3	541,99	48	1059,16	93	2.069,83	138	4.044,90
4	550,12	49	1075,05	94	2.100,88	139	4.105,57
5	558,37	50	1091,18	95	2.132,39	140	4.167,15
6	566,75	51	1107,55	96	2.164,38	141	4.229,66
7	575,25	52	1124,16	97	2.196,85	142	4.293,10
8	583,88	53	1141,02	98	2.229,80	143	4.357,50
9	592,64	54	1158,14	99	2.263,25	144	4.422,86
10	601,53	55	1175,51	100	2.297,19	145	4.489,21
11	610,55	56	1193,14	101	2.331,65	146	4.556,55
12	619,71	57	1211,04	102	2.366,63	147	4.624,89
13	629,00	58	1229,20	103	2.402,13	148	4.694,27
14	638,44	59	1247,64	104	2.438,16	149	4.764,68
15	648,01	60	1266,36	105	2.474,73	150	4.836,15
16	657,73	61	1285,35	106	2.511,85	151	4.908,69
17	667,60	62	1304,63	107	2.549,53	152	4.982,32
18	677,61	63	1324,20	108	2.587,77	153	5.057,06
19	687,78	64	1344,06	109	2.626,59	154	5.132,91
20	698,09	65	1364,23	110	2.665,99	155	5.209,91
21	708,57	66	1384,69	111	2.705,98	156	5.288,06
22	719,19	67	1405,46	112	2.746,57	157	5.367,38
23	729,98	68	1426,54	113	2.787,77	158	5.447,89
24	740,93	69	1447,94	114	2.829,58	159	5.529,61
25	752,05	70	1469,66	115	2.872,03	160	5.612,55
26	763,33	71	1491,70	116	2.915,11	161	5.696,74
27	774,78	72	1514,08	117	2.958,83	162	5.782,19
28	786,40	73	1536,79	118	3.003,22	163	5.868,92
29	798,19	74	1559,84	119	3.048,26	164	5.956,96
30	810,17	75	1583,24	120	3.093,99	165	6.046,31
31	822,32	76	1606,99	121	3.140,40	166	6.137,01
32	834,65	77	1631,09	122	3.187,50	167	6.229,06
33	847,17	78	1655,56	123	3.235,32	168	6.322,50
34	859,88	79	1680,39	124	3.283,85	169	6.417,33
35	872,78	80	1705,60	125	3.333,10	170	6.513,59

36	885,87	81	1731,18	126	3.383,10	171	6.611,30
37	899,16	82	1757,15	127	3.433,85	172	6.710,47
38	912,65	83	1783,51	128	3.485,35	173	6.811,12
39	926,34	84	1810,26	129	3.537,63	174	6.913,29
40	940,23	85	1837,41	130	3.590,70	175	7.016,99
41	954,34	86	1864,98	131	3.644,56	176	7.122,25
42	968,65	87	1892,95	132	3.699,23	177	7.229,08
43	983,18	88	1921,34	133	3.754,72	178	7.337,52
44	997,93	89	1950,16	134	3.811,04	179	7.447,58
45	1012,90	90	1979,42	135	3.868,20	180	7.559,29

**ANEXO 3****DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL - PROGRESSÕES, PROMOÇÕES E VANTAGENS PECUNIÁRIAS****Disposições gerais**

Art. 1º. A Evolução Funcional dar-se-á pela progressão e/ou promoção do empregado, mediante a passagem de um nível para outro(s), dentro do mesmo emprego, observado o Anexo 2 – DOS NÍVEIS E VENCIMENTOS, constante deste Estatuto.

§ 1º. A Progressão Funcional do empregado, de que trata o caput deste artigo, ocorrerá de forma ascendente, de um nível para outro(s) imediatamente superior.

§ 2º. Os empregados de Livre Provedimento em Comissão e das Funções Adicionais não fazem jus à Evolução Funcional prevista no caput.

Art. 2º. A Evolução Funcional ocorrerá através das modalidades de:

I - Progressão por Merecimento;

II - Promoção por Cursos de Formação e/ou Capacitação.

Art. 3º. Não terá direito à evolução funcional o empregado que estiver cumprindo estágio probatório, fazendo jus a sua primeira evolução tão logo adquirida a estabilidade no cargo e preenchidos os requisitos para a obtenção do direito ao primeiro avanço.

Parágrafo único. A primeira evolução funcional corresponderá a passagem do nível no qual o empregado foi contratado, para o nível imediatamente superior, constante do Anexo 2 deste Estatuto.

**DA PROGRESSÃO POR MERECIMENTO**

Art. 4º. Progressão por Merecimento é a passagem de um nível para outro imediatamente superior àquele a que pertence o empregado, pelo critério de merecimento.

Art. 5º. A Progressão por Merecimento, somente será concedida aos empregados para os quais foram realizadas as Avaliações Anuais de Desempenho Funcional e ocorrerá a cada ano, correspondente ao avanço de um nível por progressão, observadas as seguintes exigências:

I - ter o empregado cumprido o estágio probatório de 3 (três) anos, conforme prevê a Constituição Federal;

II - ter o empregado atingido, no mínimo, a média 7,0 (sete) na Avaliação Anual de Desempenho Funcional.

Art. 6º. As ausências para tratamento de saúde, ocorridas durante o período da avaliação, e que, somadas, excederem a 30 (trinta) dias, automaticamente prorrogam, por igual tempo, a data do direito à progressão.

Art. 7º. Independente da média atingida nas Avaliações Anuais de Desempenho Funcional a que se refere o art. 5º, não fará jus à progressão por merecimento o empregado que:

I - estiver licenciado ou afastado do exercício do emprego, com ou sem remuneração;

II - tiver obtido nota inferior a 7 (sete) no critério Assiduidade na avaliação anual;

III - tenha sofrido uma penalidade administrativa de suspensão ou duas de advertência, no período de avaliação.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no inciso I o caso de licença à empregada gestante.

**DA PROMOÇÃO POR CURSOS****DE FORMAÇÃO E/OU CAPACITAÇÃO**

Art. 8º. A Promoção por Cursos de Formação e/ou Capacitação é a passagem de um nível para outro imediatamente superior considerando-se a atualização profissional do empregado.

Art. 9º. Tendo obtido a progressão de que trata o art. 4º, é possível o empregado, no mesmo período, acumular outro avanço, a título de Promoção por Cursos de Formação e/ou de Capacitação, desde que comprove os requisitos necessários.

Art. 10. Os cursos de formação educacional e de capacitação, só serão considerados, para efeitos de concessão de promoção por uma única vez, não podendo ser computados para outras formas de promoção.

**Da Promoção por Cursos de Formação**

Art. 11. A promoção por Cursos de Formação é concedida ao empregado que possuir ou vir a possuir formação superior à exigida no cargo, mediante a conclusão dos seguintes cursos de formação educacionais:

I - ensino médio completo;

II - graduação;

III - especialização, com carga horária igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas;

IV - mestrado;

V - doutorado;

VI - curso técnico com carga horária igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas, desde que seja em área correlata à de atuação do cargo que o empregado ocupa no CISAM-SUL.

Parágrafo único. O empregado que possui formação educacional superior ao exigido no cargo, poderá requerer a sua promoção a qualquer momento, desde que já tenha adquirido a estabilidade no seu cargo.

Art. 12. Para a sua validação, o curso de formação deverá estar devidamente registrado na instituição de ensino competente, com reconhecimento do Ministério da Educação (MEC).

Art. 13. A promoção será concedida após a conclusão dos cursos de formação educacional, através do avanço de nível no plano de carreira do emprego, conforme a seguir:

a) Avanço de um nível no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Ensino Médio, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;

b) Avanço de dois níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Graduação, desde que tal curso seja superior à

escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;

c) Avanço de três níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, correlato com o emprego do empregado;

d) Avanço de quatro níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego do empregado;

e) Avanço de cinco níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego do empregado.

Da Promoção por Cursos de Capacitação

Art. 14. A promoção por cursos de capacitação, corresponderá ao avanço de um nível no plano de carreira do emprego e será concedida ao empregado mediante comprovação de sua participação em no mínimo 150 (cento e cinquenta) horas de cursos de capacitação, custeados pelo próprio empregado a serem realizadas após a entrada em vigência deste dispositivo legal, excluindo-se os cursos oferecidos pelo CISAM-SUL.

§ 1º - O curso de capacitação deverá ter relação com a área de atuação do emprego ocupado pelo empregado com aplicabilidade no CISAM-SUL, não sendo permitida uma segunda promoção por cursos de capacitação antes de decorridos 02 (dois) anos.

§ 2º - O empregado interessado deverá requerer a promoção, juntando documentação que comprove a sua habilitação para a promoção.

Art. 15. Para fazer a análise da correlação do(s) curso(s) realizado(s) e/ou da titulação obtida com o emprego ocupado pelo empregado, quando for o caso, o Diretor Administrativo e Financeiro nomeará uma comissão de três empregados do Consórcio, que terá um prazo máximo de 10 (dez) dias para emitir um parecer.

Art. 16. O comprovante dos cursos, que habilita o empregado à promoção por curso de capacitação, é o diploma ou certificado, expedido pela instituição formadora ou fornecedora do curso, devidamente reconhecido pelos órgãos públicos competentes ou pelo CISAM-SUL.

DA CAPACITAÇÃO PATROCINADA

Art. 17. Observada a disponibilidade orçamentária e financeira, o CISAM-SUL possibilitará aos seus servidores a participação em programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, cursos de capacitação, congressos, seminários e palestras que visem à modernização, reaparelhamento e racionalização dos seus serviços, através do seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Parágrafo único. Os empregados que se negarem a participar dos programas de capacitação a que se refere o caput deste artigo, quando designados pelo Superintendente do CISAM-SUL, terão retardada, por um período de 6 (seis) meses, a contagem para a sua Evolução Funcional, salvo justificativa devidamente aceita pela Superintendência.

Art. 18. Caberá ao Superintendente do CISAM-SUL a designação dos empregados aos quais serão disponibilizados os cursos e/ou capacitações.

DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

Art. 19. A Evolução funcional decorrente de progressão ou promoção, proporcionará ao empregado o direito às vantagens pecuniárias, na forma e condições estabelecidas neste Anexo, obedecendo os valores atualizados, constantes do Anexo 2 - DOS NÍVEIS E VENCIMENTOS.

ANEXO 4

DAS ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS

1. Descrição das atribuições dos Empregos Públicos do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-SUL:

ADMINISTRADOR

Nível: 154

Grupo: Administrativo

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Formação específica: curso de Bacharel em Administração, com registro no CRA
- Aptidão em Informática (editor de texto e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Planejar, organizar, controlar e assessorar as áreas de recursos humanos, patrimônio, materiais, informações, financeira, tecnológica, entre outras; implementar programas e projetos; elaborar planejamento organizacional; promover estudos de racionalização e controlar o desempenho organizacional.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Supervisionar a aplicação de leis e regulamentos;
- Elaborar planos e programas de trabalho e pesquisar novas técnicas e métodos;
- Promover a simplificação de rotinas de trabalho, objetivando maior produtividade;
- Elaborar proposta do PPA, LDO e LOA;
- Coordenar o comportamento do orçamento em relação à sua execução, analisando o comportamento da receita e da despesa;
- Planejar estudos com vistas à padronização, especificação, compras, recebimentos, guarda, estocagem, suprimentos e alienação de material;
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades, apresentando relatórios periódicos;
- Programar, controlar, planejar e executar as atividades de administração de recursos humanos;
- Organizar e executar as atividades de administração financeira, preparar, coordenar e executar as atividades de administração de produção e do setor comercial;
- Elaborar programas para as atividades inerentes a administração de serviços gerais, como: arquivo, transporte, patrimônio e manutenção de máquinas e equipamentos;

- Realizar pesquisas e estudos analíticos, emitindo pareceres e laudos sobre assuntos de sua especialização;
- Programar e orientar trabalhos executados por servidores em todos os setores;
- Desenvolver atividades relativas à Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;
- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré-estabelecidas e fluxogramas de serviços;
- Participar de comissões, sempre que designado;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas, e;
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

**ENGENHEIRO CIVIL**

Nível: 154

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

**REQUISITOS:**

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Possuir curso de Engenharia Civil com registro no CREA, Carteira Nacional de Habilitação.
- Aptidão em Informática (editor de textos e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:**

Elaborar projetos de engenharia civil, gerenciar obras, controlar a qualidade de empreendimentos. Coordenar a operação e manutenção do empreendimento. Prestar consultoria, assistência e assessoria e elaborar pesquisas tecnológicas.

**DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- Elaborar projetos e especificações;
- Supervisionar, planejar, fiscalizar e coordenar a execução de construção, reformas ou ampliação de prédios necessários às atividades do serviço e obras de saneamento básico;
- Desenvolver estudos para a racionalização de processos de construção;
- Prestar assistência técnica administrativa aos serviços de água e esgoto;
- Estabelecer normas para a manutenção preventiva de veículos, máquinas e equipamentos;
- Emitir Laudos e pareceres;
- Fornecer dados estatísticos;
- Elaborar orçamentos e estudos sobre viabilidade econômica e técnica;
- Efetuar estudos dos projetos dos sistemas de água e esgoto, identificando e propondo necessidades de ampliação, melhorias, reformulações, evolução tecnológica em partes ou em todos os sistemas;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas da Autarquia e os colegas;
- Desenvolver atividades relativas à Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pela Autarquia, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Relatar as atividades desenvolvidas, e preenchimento de ordens de serviço de acordo com os critérios do Consórcio;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão;
- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré-estabelecidas e fluxogramas de serviços;
- Participar de comissões, sempre que designado e;
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

**ENGENHEIRO SANITARISTA**

Nível: 154

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

**REQUISITOS:**

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos

- Possuir Certificado ou diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso superior em Engenharia Sanitária, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, e registro no Conselho de Classe correspondente, Carteira Nacional de Habilitação.

- Aptidão em Informática (editor de textos e planilhas eletrônicas)

- Aptidão física e mental

#### DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Coordenar, supervisionar, planejar e executar trabalhos no campo da engenharia, em especial, a engenharia sanitária, voltados para o saneamento básico e ambiental. Coordenar a operação e manutenção de empreendimentos na área do saneamento básico. Prestar consultoria, assistência e assessoria e elaborar pesquisas tecnológicas.

#### DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Planejar, executar e supervisionar trabalhos de engenharia voltados para saneamento básico e saúde pública;

- Elaborar laudos, pareceres e informes técnicos;

- Realizar perícias e visitas técnicas e prestar assistência técnico-gerencial aos serviços de saneamento do consórcio e dos entes consorciados;

- Coordenar, orientar e executar estudos, projetos e fiscalização de obras;

- Elaborar, coordenar e executar projetos de saneamento em áreas de relevante interesse epidemiológico;

- Elaborar projetos de Melhorias Sanitárias Domiciliares; analisar, avaliar e monitorar convênios, gerenciar obras relacionadas ao saneamento básico.

- Desenvolver atividades relativas à Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico;

- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pela Autarquia, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;

- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;

- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré-estabelecidas e fluxogramas de serviços;

- Participar de comissões, sempre que designado e;

- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

#### QUÍMICO

Nível 137

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

#### REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado

- Ter idade mínima de 18 anos completos

- Formação específica: curso de engenheiro químico, ou químico industrial ou bacharel em química com registro no CRQ, Carteira Nacional de Habilitação

- Aptidão em Informática: Editor de textos e planilhas eletrônicas

- Aptidão física e mental

#### DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Realizar ensaios, análises químicas e físico-químicas, selecionando metodologias, materiais, reagentes de análise e critérios de amostragem, homogeneizando, dimensionando e solubilizando amostras. Produzir substâncias, desenvolver metodologias analíticas, interpretar dados químicos, monitorar impacto ambiental de substâncias, supervisionar procedimentos químicos, coordenar atividades químicas laboratoriais e industriais.

#### DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Elaborar pareceres, laudos e atestados referentes às análises realizadas nos laboratórios;

- Realizar ensaios e pesquisas na área de atuação;

- Realizar ensaios e análises químicas e físico-químicas, químico-biológica, toxicológicas;

- Pesquisa de tratamentos prévios e complementares, bem como de destinação adequada dos resíduos gerados;

- Operação e manutenção de equipamentos e instalações;

- Realizar estudos de viabilidade técnico-econômica, planejamento e projeto de aquisição e instalação de equipamentos na área de sua atuação;

- Montar, operar, fiscalizar e manter equipamentos e instalações no âmbito do Consórcio;

- Providenciar os materiais e instrumentos necessários para o desenvolvimento de suas atribuições;

- Desenvolver atividades relativas à Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico;

- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;

- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;

- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade;

- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;

- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;

- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré-estabelecidas e fluxogramas de serviços;

- Participar de comissões, sempre que designado;

- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

#### ADVOGADO

Nível: 137

Grupo: Administrativo

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 20 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

#### REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Formação específica: curso de bacharel em Direito, com registro na OAB
- Aptidão em Informática (editor de texto e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental

#### DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Prestar assistência jurídica, examinar processos específicos, emitir pareceres e elaborar documentos jurídicos, interpretar leis, decretos e regulamentos, e demais assuntos pertinentes.

#### DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Postular, em nome do Consórcio, em juízo, propondo ou contestando ações;
- Solicitar providências junto ao magistrado ou ministério público, avaliando provas documentais e orais;
- Realizar audiências trabalhistas, penais comuns e cíveis, instruindo a parte e atuando judicial e extrajudicialmente;
- Mediar questões, contribuindo na elaboração de projetos de lei, analisando legislação para atualização e implementação, assistindo ao Consórcio;
- Assessorar nas negociações internacionais e nacionais;
- Zelar pelos interesses do cliente na manutenção e integridade dos seus bens, facilitando negócios;
- Preservar os interesses individuais e coletivos, dentro dos princípios éticos e de forma a fortalecer o estado democrático de direito.
- Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios, petições, replicas, memoriais e demais documentos de natureza jurídica;
- Emitir parecer de acordo com sua área de atuação sobre assunto de sua especialidade.
- Prestar informação jurídica a diretoria e a assembleia do Consórcio;
- Realizar as atribuições que lhe competem, no que diz respeito a lei de licitações e outras leis que regem a administração pública;
- Desempenhar outras atividades específicas da profissão de advogado.

#### CONTADOR

Nível: 137

Grupo: Administrativo

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

#### REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Formação específica: Contador com nível superior com registro no CRC
- Aptidão em Informática (editor de textos e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental

#### DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Registrar atos e fatos contábeis; controlar a contabilidade; gerenciar custos; preparar obrigações acessórias, tais como: declarações acessórias ao fisco, órgãos competentes e contribuintes e administrar o registro dos livros nos órgãos apropriados; elaborar demonstrações contábeis; prestar consultoria e informações gerenciais; realizar auditoria interna e externa; atender solicitações de órgãos fiscalizadores e realizar perícia.

#### DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

- Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade; elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos;
- Elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos;
- Elaborar registros de operações contábeis; organizar dados para a proposta orçamentária;
- Elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis;
- Fazer acompanhamento da legislação sobre execução orçamentária; controlar empenhos e anulação de empenhos;
- Orientar na organização de processo de tomadas de prestação de contas; assinar balanços e balancetes;
- Fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira;
- Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial do Consórcio;
- Opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídica-contábil financeira e orçamentária, propondo se for o caso, as soluções cabíveis em tese;
- Prestar as informações contábeis, necessárias para a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

- Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários;
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- Apresentar relatório de suas atividades;
- Prestar assistência a supervisão e à auditoria externa e interna;
- Organizar boletim de receita e despesas;
- Participar de perícias contábeis;
- Examinar empenhos de despesas verificando a classificação e a existência de saldo nas dotações;
- Elaborar demonstrativos relativos à execução orçamentária e financeira;
- Realizar a prestação, acertos e ajustes de contas em geral;
- Realizar cálculos financeiros e de custos;
- Conciliar contas;
- Analisar balanços;
- Elaborar folha de pagamento;
- Informar sobre consignações em favor de entidades consignatárias;
- Elaborar prestações de contas aos entes consorciados;
- Proceder ao arquivamento e à guarda de todos os documentos atinentes ao setor contábil;
- Desenvolver atividades relativas à Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico;
- Desenvolver atividades relativas à Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;
- Auxiliar na elaboração e registrar as informações do PPA, LDO e LOA;
- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré-estabelecidas e fluxogramas de serviços;
- Participar de comissões, sempre que designado;
- Executar todas as atividades relacionadas com a contabilidade.

**BIÓLOGO**

Níveis 137

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

**REQUISITOS:**

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Formação específica: Certificado ou diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso superior em Biologia, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, e registro no Conselho de Classe Correspondente, Carteira Nacional de Habilitação.
- Aptidão em Informática: Editor de textos e planilhas eletrônicas
- Aptidão física e mental

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:**

Planejamento, coordenação e execução especializada de trabalhos relacionados às investigações científicas e atividades laboratoriais, no campo da Biologia.

**DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO**

- Planejar, coordenar, orientar, supervisionar, gerenciar, implantar e executar atividades relacionadas a laboratório de análise e controle de qualidade físico-química e microbiológica de águas de abastecimento, efluentes e de meio ambiente.
- Desenvolver atividades de sua competência de acordo com as políticas de meio ambiente e recursos hídricos, com relevância para preservação das águas.
- Providenciar os materiais e instrumentos necessários para o desenvolvimento de suas atribuições;
- Desenvolver atividades relativas à Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;
- Executar outras atividades correlatas.

**BIOQUÍMICO**

Nível 137

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

**REQUISITOS:**

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Formação específica: curso de engenheiro químico, ou químico industrial ou bacharel em química com registro no CRQ, Carteira Nacional de Habilitação
- Aptidão em Informática: Editor de textos e planilhas eletrônicas
- Aptidão física e mental

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:**

Coordenação, supervisão e execução de trabalhos e estudos relativos a métodos e técnicas de produção, controle e análise, em laboratório ou em campo, envolvendo águas, efluentes, produtos químicos e biológicos.

**DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO**

- Coordenar aquisição, recebimento, armazenamento e distribuição de insumos;
- acompanhar, supervisionar e executar ações relacionadas com laboratório de controle de qualidade da água para consumo humano; controle de qualidade de efluentes;
- monitorar ações voltadas para estocagem, transporte, distribuição insumos para análises laboratoriais e potabilidade da água.
- Participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de controle da qualidade da água para consumo humano;
- Orientar e executar atividades relativas a análises clínicas, toxicológicas, biológicas, bromatológicas, físico-químicas e microbiológicas;
- Supervisionar e acompanhar o funcionamento dos laboratórios de referência no atendimento do controle da qualidade da água para consumo humano;
- Elaborar relatórios e apresentar dados estatísticos;
- Desenvolver atividades de sua competência respeitando as diretrizes do Consórcio;
- Providenciar os materiais e instrumentos necessários para o desenvolvimento de suas atribuições;
- Desenvolver atividades relativas à Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;
- Executar outras atividades correlatas.

**LABORATORISTA**

Nível: 114

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

**REQUISITOS:**

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Escolaridade: ensino médio
- Possuir formação específica: Curso Técnico na área com registro no CRQ, Carteira Nacional de Habilitação
- Aptidão em Informática (editor de texto e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:**

- Pesquisar e executar trabalhos laboratoriais, análises físico-químicas, microbiológicas e assemelhadas.

**DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO**

- Coletar amostras; preparar ensaios; preparar amostras de acordo com as especificações; realizar ensaios; calcular ensaios; elaborar planilhas dos ensaios realizados; elaborar relatórios; controlar a qualidade dos produtos e serviços e realizar análises físico-químicas e microbiológicas;
- Preparar soluções químicas necessárias ao controle de qualidade da água e esgoto;
- Documentar análises e exames realizados, registrar resultados e manter cópias;
- Interpretar resultados de análises, preparar e fornecer laudos e boletins;
- Proceder esterilização de material de uso;
- Zelar pela conservação e guarda de materiais e aparelhos de laboratório;
- Comunicar a chefia imediata as avarias apresentadas nos aparelhos e solicitar reposição de estoque de materiais;
- Fornecer dados estatísticos de atividades próprias;
- Manter a limpeza e ordem do laboratório;
- Providenciar os materiais e instrumentos necessários para o desenvolvimento de suas atribuições;

- Desenvolver atividades relativas à Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Participar de comissões, sempre que designado;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;
- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré-estabelecidas e fluxogramas de serviços;
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

**TÉCNICO EM SANEAMENTO**

Nível: 114

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada de Trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

**REQUISITOS:**

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Escolaridade Mínima: Ensino Médio
- Formação Específica: Curso Técnico na área de Saneamento, Carteira Nacional de Habilitação

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

- Planejar e programar os serviços, supervisionar equipes de trabalho, fazer vistorias técnicas.

**DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO**

- Dimensionar recursos (humanos, materiais e equipamentos); especificar materiais;
- Programar a execução dos serviços; elaborar cronograma; preparar o local de trabalho; requisitar materiais.
- Programar os serviços; elaborar escalas de horários de trabalho; treinar equipes; verificar a utilização de equipamentos de proteção; contatar órgãos municipais, estaduais ou federais para possibilitar a execução do trabalho; fiscalizar aplicação de normas e regulamentos; supervisionar o cumprimento de tarefas.
- Fazer vistoria técnica; planejar a forma de obtenção dos dados; instalar equipamentos para coleta de dados; elaborar croqui; analisar dados coletados.
- Efetuar levantamento topográfico; elaborar anteprojeto; empregar normas técnicas; elaborar projetos de infraestrutura; solicitar projetos complementares; discutir o projeto; fiscalizar a elaboração e análise final de projetos terceirizados; compatibilizar possíveis interferências de projetos; revisar os projetos; detalhar o projeto; submeter o projeto à aprovação; elaborar memorial descritivo; pesquisar novas tecnologias.
- Diagnosticar a realidade do local; Identificar as características dos resíduos; elaborar roteiro de coleta e, ou varrição; aprovar roteiro de coleta; planejar campanhas educativas para coleta de resíduos sólidos; supervisionar campanha educativa; Implantar roteiros de coleta e, ou varrição; ajustar modificações nos roteiros; emitir relatório final; controlar parâmetros desejados.
- Analisar contrato de obras; levantar dados quantitativos de projetos; elaborar composições unitárias; elaborar memória de cálculo, planilhas de custos diretos e indiretos; cotar insumos e serviços; elaborar cronograma físico-financeiro.
- Realizar vistorias técnicas; Analisar origem das solicitações; verificar tipo de vistoria; identificar possíveis causas do problema; elaborar registro do problema (croqui, fotografias, filmagens e medições); propor soluções para resolução de problemas; emitir parecer técnico.
- Preservar o meio ambiente, implantar projetos de reflorestamento e recuperação de matas participar da elaboração de planos de segurança das áreas de mananciais; estruturar campanhas de prevenção e combate a incêndios; propor ações preventivas; aplicar ações corretivas.
- Realizar inspeções técnicas de materiais e, ou equipamentos; contatar fornecedores e, ou usuários; realizar demonstração técnica do produto; realizar visitas técnicas junto a fornecedores e, ou usuários;
- Padronizar procedimentos técnicos, fixar parâmetros técnicos; identificar procedimentos técnicos; participar da elaboração e revisão das normas e procedimentos; participar da montagem e revisão de manuais técnicos; gerenciar arquivo técnico; participar do desenvolvimento das normas e procedimentos.
- Providenciar os materiais e instrumentos necessários para o desenvolvimento de suas atribuições;
- Desenvolver atividades relativas à Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Participar de comissões, sempre que designado;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

**ASSISTENTE TÉCNICO**

Nível: 114

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada de Trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

**REQUISITOS:**

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Escolaridade Mínima: Ensino Médio
- Aptidão em Informática (editor de textos e planilhas eletrônicas)
- Formação específica: curso de nível técnico em edificações ou saneamento ou em meio ambiente; Carteira Nacional de Habilitação.
- Aptidão física e mental

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:**

Executar trabalhos rotineiros, destinados à operação e a manutenção de laboratório, e sistemas de saneamento básico.

**DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO**

- Orientar e/ou proceder ao planejamento, coordenação e implantação do cadastro técnico de redes de água e esgoto;
- Orientar e/ou levantar dados em campo para elaboração de projetos;
- Levantar informações de expansão de redes, crescimento vegetativo, substituição de redes de água e redes de esgoto e unidades operacionais;
- Elaborar relatórios específicos dos cadastros;
- Elaborar mapas temáticos e croquis por meio do sistema de geoprocessamento;
- Elaborar desenhos hidráulicos com base nos estudos, esboços e croquis; modificar, reduzir, ampliar, corrigir, complementar e efetuar acabamento nos desenhos;
- Interagir com responsáveis pelas ampliações de rede de água e esgoto para atualização dos cadastros;
- Elaborar e executar roteiros de serviços;
- Preparar registros e relatórios periódicos em relação a trabalhos realizados e suas ocorrências relevantes;
- Inspecionar, coordenar e executar os trabalhos locais;
- Orientar e executar trabalhos de manutenção e operação no sistema de água e esgoto;
- Elaborar termos de referência para compras de material, contratação de obras e serviços na área de saneamento básico;
- Participar de comissões, sempre que designado;
- Desenvolver atividades relativas à Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas da Autarquia e os colegas;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pela Autarquia, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré-estabelecidas e fluxogramas de serviços;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão, e;
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

**ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

Nível: 105

Grupo: Administrativo

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

**REQUISITOS:**

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Formação específica: Nível médio, com certificado ou diploma de Conclusão de curso fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.
- Aptidão em Informática (editor de texto e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:**

Exercer atividades administrativas e de logística, de Nível Intermediário, relativas às competências legais do Consórcio.

**DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO**

- Executar atividades de apoio administrativo relacionadas à redação de documentos oficiais, elaboração de pareceres, relatórios, textos, planilhas e gráficos;
- Atender e orientar o público interno e externo;
- Organizar arquivos e documentos;
- Prestar suporte administrativo à gestão;
- Registrar informações;
- Operar sistemas informatizados e proceder às rotinas administrativas;
- Desenvolver atividades relativas à Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas da Autarquia e os colegas;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pela Autarquia, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de

sua equipe;

- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré-estabelecidas e fluxogramas de serviços;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão, e;
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

#### OPERADOR DE MÁQUINAS

Nível: 100

Grupo: Técnico

Processo de Seleção para Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada Normal de Trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

#### REQUISITOS

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Escolaridade Mínima: Ensino Médio
- Formação Específica: Carteira Nacional de Habilitação tipo "C" ou superior
- Aptidão física e mental

#### DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Operar e manter em condições de trabalho retroescavadeira, pás-carregadeiras e outros equipamentos e máquinas pesadas.

#### DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Operar retroescavadeiras, pás-carregadeiras e outras máquinas pesadas, destinadas à abertura de valas e fazer terraplenagem;
- Conduzir máquinas e equipamentos aos locais de operação;
- Realizar reparos de emergência em máquinas e equipamentos;
- Zelar pela limpeza e conservação da máquina operada;
- Comunicar, ao superior imediato, os defeitos de funcionamento apresentados pela máquina operada;
- Preencher relatório diário de funcionamento da máquina;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Relatar as atividades desenvolvidas e preenchimento de ordens de serviço;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Participar e executar serviços de sobreaviso diurnos e noturnos;
- Participar de comissões, sempre que designado; e
- Executar, enfim, todas as tarefas inerentes ao cargo.

#### AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Nível: 85

Grupo: Administrativo

Processo de Seleção e ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada Normal de Trabalho: 40 horas/semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

#### REQUISITOS

- Escolaridade mínima: Ensino Médio
- Idade mínima: 18 anos completos
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Aptidão em Informática (editor de textos e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental

#### DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos.

#### DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Auxiliar os setores administrativos, no desenvolvimento de todas as atividades administrativas, executando dentre outras, as seguintes atividades:
- buscar e entregar correspondência na agência dos Correios e outros órgãos públicos;
- efetuar serviços bancários, tais como: pagamentos, coleta e entrega de documentos, entre outros;
- atender telefone, rádio amador e retransmitir as mensagens aos interessados, efetuar ligações quando solicitado, anotar recados e repassar os interessados, passar fax, atendimento ao público em geral;
- Classificar, organizar e arquivar expedientes e documentos recebidos;
- Obter informações de fontes determinadas e autorizadas pela chefia imediata, fornecendo-as aos interessados;

- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré-estabelecidas e fluxogramas de serviços;
- Desenvolver atividades relativas à Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;
- Participar de comissões, sempre que designado; e
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Nível: 56

Grupo: Administrativo

Processo de Seleção para ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada Normal de Trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

**REQUISITOS:**

- Escolaridade Mínima: Ensino Médio
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos
- Formação específica: não exigida
- Aptidão física e mental

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:**

Executar serviços de conservação e limpeza dos diversos setores, recepção e copa. Serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservar vidros e fachadas, limpar recintos e acessórios. Preparar e servir café, água, chá, etc.

**DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO**

- Efetuar todas as atividades necessárias à limpeza das instalações, compreendendo escritório, almoxarifados e garagens, área de convivência e demais dependências, seus arredores e pátios;
- Polir objetos, peças e placas metálicas;
- Preparar e servir café, chá, água, etc.
- Remover, transportar e arrumar móveis, máquinas e materiais diversos;
- Guardar e organizar objetos, bem como transportar pequenos objetos;
- Buscar e entregar correspondências na agência local dos correios e outros órgãos públicos e privados;
- Buscar e entregar documentos nas agências bancárias;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Receber, transmitir e distribuir documentos, sempre que solicitado;
- Participar de comissões, sempre que designado; e
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

**2.Descrição das Atribuições de Empregos Públicos de Livre Provimento em Comissão:****ASSESSOR JURIDICO**

Nível: 137

Grupo: Administrativo

Processo de Seleção e Ingresso: Livre Provimento em Comissão

Jornada normal de trabalho: 20 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

**REQUISITOS:**

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Formação específica: curso de bacharel em Direito, com registro na OAB
- Aptidão em Informática (editor de texto e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Prestar assistência jurídica, examinar processos específicos, emitir pareceres e elaborar documentos jurídicos, interpretar leis, decretos e regulamentos, e demais assuntos pertinentes.

**DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO**

- Postular, em nome do Consórcio, em juízo, propondo ou contestando ações;
- Solicitar providências junto ao magistrado ou ministério público, avaliando provas documentais e orais;
- Realizar audiências trabalhistas, penais comuns e cíveis, instruindo a parte e atuando judicial e extrajudicialmente;
- Mediar questões, contribuindo na elaboração de projetos de lei, analisando legislação para atualização e implementação, assistindo ao Consórcio;
- Assessorar nas negociações internacionais e nacionais;
- Zelar pelos interesses do cliente na manutenção e integridade dos seus bens, facilitando negócios;
- Preservar os interesses individuais e coletivos, dentro dos princípios éticos e de forma a fortalecer o estado democrático de direito;
- Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios, petições, replicas, memoriais e demais documentos de natureza jurídica;
- Emitir parecer de acordo com sua área de atuação sobre assunto de sua especialidade;
- Prestar informação jurídica à Diretoria Executiva e à Assembleia Geral do Consórcio;
- Realizar as atribuições inerentes ao respectivo emprego, no que diz respeito à lei de licitações e outras leis que regem a administração pública;
- Desempenhar outras atividades específicas da profissão de advogado.

**ANEXO 5****DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E****DA AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO FUNCIONAL****5.1 - DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Art. 1º. Os empregados providos, em virtude de aprovação em concurso público, serão submetidos a processo de avaliação especial de desempenho pelo período de 3 (três) anos e somente adquirirão estabilidade se constatada sua aptidão para o exercício do seu emprego. Parágrafo único. O empregado não aprovado no estágio será exonerado e, se estável, reconduzido ao cargo anterior.

Art. 2º. A avaliação especial de desempenho constitui-se de um conjunto de ações planejadas e coordenadas, com vistas ao acompanhamento contínuo do desempenho do empregado durante o período de estágio probatório, verificando sua aptidão e capacidade para o exercício das atribuições inerentes ao respectivo emprego, por intermédio dos seguintes critérios:

I - assiduidade: relacionada à frequência, à pontualidade e ao cumprimento da carga horária de trabalho;

II - disciplina: relacionada ao cumprimento de obrigações e ao respeito às normas vigentes e à hierarquia funcional;

III - iniciativa:

a) relacionada à habilidade de propor ideias, visando à melhoria de procedimentos e rotinas de atividades;

b) relacionada à proatividade;

IV - produtividade:

a) relacionada à capacidade de administrar tarefas no seu cotidiano e priorizá-las, de acordo com os correspondentes graus de relevância;

b) relacionada à dedicação quanto ao cumprimento de metas e à qualidade do trabalho executado;

V - responsabilidade: relacionada ao comprometimento com seus deveres e atribuições, ao atendimento dos prazos e ao aprimoramento dos resultados dos trabalhos desenvolvidos.

Art. 3º. No processo de avaliação serão observados os critérios do artigo anterior, sendo considerado inapto o empregado que em qualquer avaliação semestral, tiver atribuída nota inferior a 05 (cinco), em dois ou mais desses itens, ou nota inferior a 07 (sete) em 3 (três) ou mais dos itens em duas avaliações consecutivas ou alternadas.

Parágrafo único. Também será considerado inapto o empregado que, em qualquer época do estágio probatório, diante de fatos ocorridos, for submetido à devida perícia médica, constituída pelo Consórcio, e for considerado física ou mentalmente inapto para as funções do emprego.

Art. 4º. As avaliações serão realizadas por Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, designada pelo Presidente do Consórcio, composta por 3 (três) membros.

Parágrafo único. Os membros designados para a Comissão deverão ser servidores e/ou empregados públicos estáveis, integrantes do quadro de pessoal do Consórcio ou dos municípios consorciados ou integrantes da Diretoria e Superintendência do Consórcio.

Art. 5º. Nas avaliações, a Comissão Especial de Avaliação justificará a aplicação de notas inferiores a 7 (sete) em qualquer dos itens.

Art. 6º. O empregado avaliado deverá receber cópia de todas as avaliações, bem como do relatório final da Comissão Especial de Avaliação e, considerando equivocadas as notas que lhe foram atribuídas, poderá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, oferecer defesa e contraditório, apresentando provas de suas alegações, podendo requerer a ouvida de até 3 (três) testemunhas, as quais deverão ser trazidas pelo empregado avaliado para a audiência determinada pela Comissão Especial de Avaliação, independentemente de qualquer intimação ou convocação por parte desta.

Art. 7º. Encerrada a instrução, fica facultado ao empregado avaliado apresentar razões finais por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, a Comissão Especial de Avaliação se reunirá para reavaliar as suas conclusões anteriores à luz das novas provas produzidas e das razões finais do empregado, mantendo ou revendo as notas aplicadas e emitindo relatório definitivo, encaminhando-o ao Presidente para decisão.

Art. 8º. O empregado, durante o seu Estágio Probatório, deverá receber 5 (cinco) avaliações, assim distribuídas:

I - primeira: ao completar 6 (seis) meses de exercício;

II - segunda: ao completar 12 (doze) meses de exercício;

III - terceira: ao completar 18 (dezoito) meses de exercício;

IV - quarta: ao completar 24 (vinte e quatro) meses de exercício; e

V - quinta: ao completar 30 (trinta) meses de exercício.

§ 1º - Após a quinta avaliação e antes do findo o estágio probatório, a avaliação de desempenho do servidor será submetida à homologação da autoridade competente.

§ 2º - Mediante evidências de que o empregado não preenche as condições estabelecidas, inclusive quando assim declarado em avaliação médico pericial, o Presidente poderá determinar a antecipação da data de avaliação de que trata este artigo.

Art. 9º. De posse do processo, e após parecer jurídico, o Presidente avaliará a correção formal dos procedimentos e determinará a correção dos atos irregulares ou o suprimento das omissões.

Art. 10. Constatada a regularidade do processo, o Presidente decidirá pela aptidão ou inaptidão do empregado avaliado, determinando a anotação na sua ficha funcional se a conclusão foi pela sua aptidão, ou a expedição do devido ato de exoneração se a conclusão for pela inaptidão.

Art. 11. Para a Avaliação especial de estágio probatório, a comissão designada se utilizará do formulário abaixo, o qual permitirá mensurar o atendimento aos critérios estabelecidos no art. 2º deste Anexo.

#### AVALIAÇÃO SEMESTRAL DE DESEMPENHO FUNCIONAL

Funcionário: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Data de admissão: \_\_\_\_\_

Data de investidura no cargo: \_\_\_\_\_

Data da Avaliação: \_\_\_\_\_

Critério de Avaliação: Atribuição de notas de 01 (um) a 10 (dez), de acordo com o conceito de atendimento de cada fator avaliado.

Conceitos: \_\_\_\_\_

Ótimo: 9,0 a 10,0 Bom: 8,0 a 8,9 Satisfatório: 7,0 a 7,9

Insatisfatório: 5,0 a 6,9 Ruim: 3,0 a 4,9 Péssimo: 1,0 a 2,9

#### FATORES DE AVALIAÇÃO:

##### 1 – QUALIDADE DO TRABALHO

Considera-se a qualidade do trabalho, entre outros, o capricho, clareza, perfeição e ausência de erros, apresentação e asseio com o qual o trabalho é executado pelo funcionário.

Nota: \_\_\_\_\_

##### 2 – PRODUTIVIDADE NO TRABALHO E CUMPRIMENTO DAS TAREFAS

Avalia-se a quantidade do trabalho realizado pelo funcionário em relação ao tempo gasto, cumprimento dos prazos estipulados, a rapidez e eficiência no trabalho.

Nota: \_\_\_\_\_

##### 3 – PRESTEZA E ADMINISTRAÇÃO DO TEMPO

Disponibilidade do avaliado, tendo em vista as necessidades da repartição do trabalho em grupo com o qual colabora, a espontaneidade em prestar auxílio, observando-se a necessidade do CISAM-SUL, do trabalho em si e do grupo com o qual colabora, considerando a capacidade do funcionário em ordenar a realização de suas tarefas e cumprir os prazos estabelecidos para a sua entrega.

Nota: \_\_\_\_\_

##### 4 – INICIATIVA, DEDICAÇÃO AO TRABALHO E CAPACIDADE PROFISSIONAL

Considera-se a confiança que o funcionário possui na tomada das próprias decisões, se apresenta sugestões de melhorias e desenvolve ações independentes na execução dos seus trabalhos, o desenvolvimento de ações no sentido de buscar meios para adquirir novos conhecimentos, a forma com que é receptivo as críticas construtivas, orientações e ações, a fim de aperfeiçoar a sua performance e postura, superando dificuldades e carências, bem como a iniciativa própria de desenvolver-se e progredir profissionalmente.

Nota: \_\_\_\_\_

##### 5 – SENSO DE RESPONSABILIDADE

Avalia-se o grau de responsabilidade do funcionário, bem como a maneira com que o mesmo responde pelas consequências decorrentes das atitudes que toma.

Nota: \_\_\_\_\_

##### 6 – RESPEITO ÀS NORMAS, DISCIPLINA, RECEPTIVIDADE ÀS ORDENS SUPERIORES

Considera-se a atenção do funcionário no cumprimento das normas do CISAM-SUL, como observa as normas legais e regulamentares, bem como a seriedade com que se conduz no trabalho, a ordem e esmero nos trabalhos executados, exatidão na apresentação dos mesmos, a urbanidade com que trata as pessoas, evitando atritos e influenciando positivamente para a obtenção de resultados, bem como a maneira pela qual recebe e aceita instruções, incumbências, novas ideias e ordens de seus superiores, além do respeito que tem com os mesmos.

Nota: \_\_\_\_\_

##### 7 – ZELO COM O PATRIMÔNIO DO CISAM-SUL

Avalia-se a forma que o funcionário trata os assuntos ligados à segurança do trabalho e preservação dos bens do CISAM-SUL, bem como o cuidado e preocupação demonstrados na conservação dos bens patrimoniais e seus instrumentos e equipamentos de trabalho, as sugestões apresentadas, visando à manutenção e conservação do patrimônio do CISAM-SUL.

Nota: \_\_\_\_\_

##### 8 – RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO, COLEGUISMO/GRAU DE COOPERAÇÃO

Considera-se a capacidade de trabalhar em harmonia com os colegas, evitando provocar situações de conflitos e o tratamento dispensado aos que fazem ou não parte do seu grupo de trabalho, se atende com presteza os consumidores e o público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.

Nota: \_\_\_\_\_

##### 9 – ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE

Considera-se o comparecimento diário ao trabalho do funcionário, bem como a sua permanência no local de trabalho e maneira como observa a frequência e o cumprimento dos horários estabelecidos, evitando faltas e atrasos justificados ou injustificados.

Nota: \_\_\_\_\_

##### 10 – COMPORTAMENTO MORAL E ÉTICO NO EXERCÍCIO DO CARGO

Considera-se a reputação e honestidade do funcionário, seus modos de ação no meio em que vive, aptidão, capacidade e competência no desenvolvimento das suas atribuições, capacidade de manter conduta compatível com a moralidade e capacidade de guardar sigilo sobre os assuntos do CISAM-SUL.

Nota: \_\_\_\_\_

NOTA FINAL DO AVALIADO (TOTAL / 10) = \_\_\_\_\_

PARECER DA COMISSÃO: (É obrigatório somente nas hipóteses de notas inferiores a 7 (sete), devendo as mesmas serem devidamente justificadas/ fundamentadas).

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:**

Nome	Cargo/Função	Assinatura

**PROTOCOLO DE RECEBIMENTO:**

Atesto o recebimento, nesta data, da presente avaliação de desempenho e declaro estar ciente do prazo de 10 (dez) dias para, querendo, contestá-la e solicitar reconsideração, apresentando defesa escrita, caso venha dela discordar.

Transcorrido este prazo, sem quaisquer manifestações de minha parte estarei, para todos os efeitos, concordando com a avaliação.

Orleans/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Funcionário avaliado

**5.2 - DA AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO FUNCIONAL**

Art. 12. Considerado apto, para o desempenho do emprego público, o servidor continuará sendo avaliado anualmente, obedecidos os mesmos procedimentos e critérios estabelecidos para a avaliação do estágio probatório.

Art. 13. Ato do Diretor Administrativo e Financeiro constituirá Comissão Específica de Avaliação Anual de Desempenho Funcional, integrada por empregados efetivos e comissionados do CISAM-SUL, indicando, no ato, o Coordenador da mesma.

Parágrafo único. A Comissão Específica de Avaliação de que trata o caput será constituída por, três (3) servidores, preferencialmente de nível de carreira hierarquicamente não inferior ao empregado a ser avaliado.

Art. 14. No início do mês anterior ao do aniversário de contratação do empregado no CISAM-SUL, o responsável pelos Recursos Humanos entregará o formulário da Avaliação anual de Desempenho Funcional, ao Coordenador da Comissão Específica, para que se proceda a avaliação.

§ 1º. Ao proceder a Avaliação Anual de Desempenho Funcional, a Comissão designada observará critérios estabelecidos no art. 2º deste Anexo, bem como adotará o formulário constante do art. 11, alterando o título para: Avaliação Anual de Desempenho Funcional.

§ 2º. Toda pontuação atribuída inferior a 07 (sete) deverá ser devidamente justificada pela Comissão no formulário de avaliação.

§ 3º. A Comissão Específica terá o prazo 10 (dez) dias corridos para proceder a avaliação.

§ 4º. Após concluída e devidamente assinada, cópia da avaliação deverá ser imediatamente entregue ao servidor, o qual acusará o recebimento, podendo requerer reconsideração da pontuação a ele atribuída, no prazo de 10 (dez) dias corridos após o recebimento, mediante justificativa devidamente fundamentada.

§ 5º. A Comissão Específica também terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para análise e decisão relativa ao pedido de reconsideração.

§ 6º. Contra a decisão relativa ao pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico de ofício e voluntário, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

Art. 15. Concluído o processo de avaliação, o mesmo será encaminhado para vista e homologação pelo Diretor Administrativo e Financeiro, com posterior arquivamento na pasta de avaliações do empregado.

Parágrafo único. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação anual do seu desempenho funcional.

Art. 16. O empregado que, em avaliação de anual desempenho funcional apresentar insuficiência de desempenho será demitido, após assegurada ampla defesa.

§ 1º. O empregado que em qualquer avaliação, tiver atribuída nota inferior a 05 (cinco), em dois ou mais dos quesitos avaliados, será considerado com desempenho insuficiente.

§ 2º. Será também considerado com desempenho insuficiente, o empregado que obtiver nota inferior a 07 (sete) em 3 (três) ou mais dos itens em duas avaliações consecutivas ou alternadas.

Art. 17. Para o disposto no § 1º, do art. 41, da Constituição Federal, aos empregados estáveis do CISAM-SUL, submetidos a avaliação anual ordinária, cuja insuficiência de desempenho seja constatada, na forma do § 2º, do art. 16 deste Anexo, será procedido avaliação extraordinária a partir do sexto mês seguinte da avaliação ordinária que acusar a insuficiência, e, se a conclusão da avaliação for de que permanece a insuficiência de desempenho, o servidor será demitido.

Art.18. O servidor que na Avaliação Anual de Desempenho Funcional obtiver nota inferior a 7 (sete) em qualquer quesito, será submetido a processo administrativo disciplinar, com a finalidade de verificar as causas, devendo conforme o caso, ser capacitado para a melhoria do desempenho ou penalizado por não estar cumprindo com as obrigações decorrentes das suas atribuições funcionais e legais.

**ANEXO 6****DO VALE-ALIMENTAÇÃO E OUTROS AUXÍLIOS AOS EMPREGADOS****6.1 - DO VALE-ALIMENTAÇÃO**

Art. 1º. Fica autorizada, a partir de 01 de janeiro de 2018, a concessão de Vale-Alimentação, a todos os empregados do CISAM-SUL.

Parágrafo Único. O Presidente do CISAM-SUL disciplinará, através de resolução, os critérios e procedimentos para a concessão do Vale-Alimentação.

Art. 2º. O valor unitário do Vale-Alimentação será reajustado, nas mesmas datas e nos mesmos índices do percentual da revisão anual geral e dos reajustes gerais dos vencimentos dos empregados CISAM-SUL.

Art. 3º. As despesas decorrentes do Vale-Alimentação correrão por conta de recursos próprios do Orçamento do CISAM-SUL.

**CIS/AMERIOS****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 08-2017 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CIS/AMERIOS**

Publicação Nº 1428370

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 08/2017

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS - CIS/AMERIOS.

Art. 1º - O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS, Sr. Jairo Rivelino Ebeling, Prefeito de Cunha Porã no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Contrato de Consórcio Público, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participar da Assembleia Geral Ordinária do CIS/AMERIOS que se realizará no próximo dia 4 de dezembro de 2017, segunda-feira, com início às 18h30min, no auditório da AMERIOS, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, para deliberar os seguintes assuntos:

I- 18h30min- Abertura da Assembleia;

II- 18h40min - Orçamento para 2018;

I- 18h45min - Prestação de contas referente os meses de setembro, outubro e novembro de 2017;

II- 18h50min - Apresentação da Diretoria já eleita na 178.ª Assembleia Geral Ordinária da AMERIOS para o exercício de 2018;

III- 19h- Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha/SC, 14 de novembro de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Presidente do CIS/AMERIOS

Prefeito de Cunha Porã